	Página
Índice Geral ----------	i
Índice de Abreviaturas ----------	ii
Corpus ----------	1
Discursos de 1996-1998 que transcrevemos (T1) ----------	2
Discursos de 1996-1998 transcrição oficial da Assembleia da República (T2) ----------	177
Discursos de 2005-2007 que transcrevemos (T3) ----------	338
Discursos de 2005-2007 transcrição oficial da Assembleia da República (T4)----------	516

Índice de Abreviaturas

AB	Acácio Barreiros
ABR	António Braga
ACM	Ana Catarina Mendes
AD	Ana Drago
AF	António Filipe
AM	Alberto Martins
AMc	Alda Macedo
AMs	Ana Manso
AP	Artur Penedo
AS	Almeida Santos (Presidente)
B	Manifestação contrária de um deputado indefinido
BBE	Bancada do Bloco de Esquerda
BC	Manifestação de Bancada Parlamentar contrária
BCDS-PP	Bancada do CDS-PP
BE	Bloco de Esquerda
BG	Manifestação do Plenário
BOV	Bancada d' Os Verdes
BPCP	Bancada do PCP
BPS	Bancada do PS
BPSD	Bancada do PSD
BrC	Braga da Cruz
BS	Bernardino Soares
BS	Bernardino Soares
CA	Cruz Abecassis
CdE	Comissão de Ética
CDS-PP	Centro Democrático Social - Partido Popular
CE	Carlos Encarnação
CJ	Correia de Jesus
CM	Cláudio Monteiro
CZ	Carlos Zorrinho
DF	Diogo Feio
ED	Elisa Damião
EdF	Eurico de Figueiredo
FA	Francisco Assis
FL	Francisco Louça
FML	Francisco Madeira Lopes
FT	Francisco Torres
G	Galerias
GS	Guilherme Silva
HA	Heloísa Apolónia
HP	Helena Pinto
HR	Helena Roseta

IVG	Interrupção voluntária da gravidez
IC	Isabel de Castro
JA	João Amaral
Jal	João Almeida
JAM	José Alberto Marques
JB	José Barradas
JF	Jorge Ferreira
JG	Jaime Gama (Presidente)
JL	Jorge Lacão
JM	José Magalhães
JML	José Matos Leitão
JRA	João Rui de Almeida
LC	Luís Campos Ferreira
LD	Laurentino Dias
LF	Luís Fazenda
LM	Luísa Mesquita
LS	Luís Sá
M	Mesa
MA	Mota Amaral (Presidente)
MB	Maria de Belém Roseira
MCR	Maria do Céu Ramos
MF	Matilde Sousa Franco
MG	Marques Guedes
MG	Marques Guedes
MJ	Marques Júnior
MJNP	Maria José Nogueira Pinto
MLR	Maria da Luz Rosinha
MM	Marques Mendes
MP	Marcos Perestrello
MS	Mota Soares
NCS	Nuno Correia da Silva
NM	Nuno Melo
OC	Osvaldo Castro
OS	Odete Santos
OS	Odete Santos
OT	Octávio Teixeira
PC	Paulo Carvalho
PCP	Partido Comunista Português
PEOV	Partido Ecologista Os Verdes
PM	Paulo Mendo
PN	Pedro Nuno Santos
PP	Pedro Pinto
PR	Pedro Roseta
PS	Partido Socialista

PSD	Partido Social Democrata
RC	Rosário Carneiro
RR	Ricardo Rodrigues
SF	Sónia Fertuzinhos
SM	Strecht Monteiro
SR	Strecht Ribeiro
SSM	Senhor Secretário da Mesa
SSP	Sérgio Sousa Pinto
T1	Transcrição realizada por nós dos discursos proferidos entre 1996-1998
T2	Transcrição realizada pelos transcritores da Assembleia da República dos discursos proferidos entre 1996-1998
T3	Transcrição realizada por nós dos discursos proferidos entre 2005-2007
T4	Transcrição realizada pelos transcritores da Assembleia da República dos discursos proferidos entre 2005-2007
TC	Teresa Caeiro
TLC	Telmo Correia (Presidente)
VC	Vitalino Canas
VJ	Vera Jardim
ZS	Zita Seabra

CORPUS

DISCURSOS DE
1996-1998
QUE TRANSCREVEMOS
(T1)

Discursos proferidos no dia 24 de Outubro de 1996 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 25 de Outubro de 1996

OS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, na sequência das nossas iniciativas legislativas de mil_novecentos_e_oitenta_e_dois e oitenta_e_quatro que conduziram à lei actual sobre a IVG, os Deputados_do_PCP apresentaram em Junho do corrente ano um novo projecto_de_lei sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, fizemo-lo porque a lei_penal restritiva relativamente aos primeiros projectos do PCP sobre a matéria manifestou-se totalmente ineficaz para pôr cobro ao flagelo do aborto_clandestino e daí a necessidade urgente da sua alteração. Fizemo-la em cumprimento do nosso programa eleitoral e dando_voz a cientistas, sociólogos, médicos, juristas e a organizações de mulheres e a documentos da própria comunidade internacional como a resolução do Parlamento_Europeu de mil_novecentos_e_noventa, que apelava a fim das perseguições_penais contra as mulheres que recorressem à IVG. Mas fizemo-lo fundamentalmente para dar resposta a um problema dramático e angustiante das mulheres nomeadamente das mulheres das classes economicamente mais desfavorecidas, privadas do direito a uma maternidade feliz e que por falta de apoio a essa maternidade se vêem obrigadas à dolorosa decisão de recorrer ao aborto_clandestino com graves riscos para a sua saúde física e psíquica e mesmo para a sua vida. Em qualquer dos momentos da apresentação dos diplomas, a celeuma instalou-se no Hemiciclo e o debate / dirá claramente porque tal acontece sempre que se trata de um problema dramático e angustiante do sexo_feminino. Esta última iniciativa do PCP suscitou uma celeuma acrescida, possuído de um inaudito frenesim referendário criado p'las suas próprias dificuldades internas, o PSD, desta feita, quer resolvê-las à custa de um referendo sobre problemas do foro íntimo das mulheres, problemas que tocam a própria liberdade de decisão exercida em condições dramáticas e violentas. O PSD diz querer um referendo para saber se se vai decidir -ele PSD- p'la possibilidade de alargamento da interrupção_voluntária_da_gravidez, quer pôr mesmo em referendo a própria ciência_médica no que toca ao aborto_eugénico, mas a forma como a questão é colocada p'lo PSD, com a expressa advertência do seu líder que está contra o projecto_lei, que está contra =o alar <o alargamento torna claro que o que se pretende é um julgamento moral das mulheres, e são dezenas de milhares que se vêem forçadas a uma difícil e íntima decisão, violentando-se. O que consiste a mais frontal condenação daqueles que se bastam com a consagração formal do direito à maternidade, lavando_as_mãos_como_Pílatos das consequências da não efectivação desse direito. Este referendo de interesse partidário, o referendo do PSD, mais não quer prosseguir senão o objectivo de distrair a opinião_pública nacional como acontece noutras matérias da evidência de que este partido nas matérias mais importantes e decisivas não tem nem quer assumir posições próprias. O que o PSD quer afinal é adiar a resolução do grave problema de saúde_pública do aborto_clandestino, a segunda causa de morte materna, a causa de graves afecções físicas e psíquicas das mulheres entre as quais se contam muitas adolescentes. Estar contra a resolução desses desses problemas, esse sim é o cúmulo da imoralidade. O referendo proposto contém em si o efeito perverso de contestação da própria lei existente, uma lei que ainda que tímida representa a assunção p'la Assembleia_da_República do dever de pôr cobro a uma situação de violência sobre as mulheres. Com a proposta referendária do PSD, este partido manifesta-se incapaz de dar resposta a várias resoluções internacionais, desde a =conferên <a resolução da Conferência_Europeia realizada na Geórgia em mil_novecentos_e_noventa sobre o patrocínio das Nações_Unidas, até à Declaração_da_Conferência_de_Beijing,

passando p'la Conferência_do_Cairo e p'la Resolução já citada do Parlamento_Europeu de mil_novecentos_e_noventa, que todas elas considerarem o aborto_clandestino um grave problema de saúde_pública a necessitar de resolução. O PSD afinal vai às conferências internacionais sobre os problemas das mulheres, declara-se solidário com os princípios, para quê? P'ra sujeitar as mulheres do seu País a um julgamento moral? Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, a questão da IVG não é um problema moral, todos estaremos de acordo e as mulheres que interrompem a gravidez sentem-no mais do que ninguém na altura em que tomam_decisão tão grave que o aborto não é um meio_de_contracepção, e que tem de investir-se no planeamento_familiar e na efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais para uma maternidade/paternidade conscientes. Mas postos perante o flagelo do aborto_clandestino, os Deputados que legislam para todas as cidadãs, aqueles que chamados a decidir sobre a intervenção do direito_penal possam ainda julgar erradamente, que este ramo de direito acolhe normas morais, não têm mais do que reler uma parte da decisão subscrita p'la maioria de juízes do Supremo_Tribunal_dos_Estados_Unidos_da_América tomada em mil_novecentos_e_noventa_e_dois mesmo num quadro de um Tribunal com uma maioria de juízes conservadores sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez na decisão que ficou conhecida como *Planned =Parentwid <Parenthood*. E citarei "Alguns dentre nós consideram a título pessoal o aborto como oposto aos seus princípios fundamentais de moralidade, mas isso não pode comandar a nossa decisão. Nós temos a obrigação de definir em liberdade de cada um e não estamos investidos num mandato para fazer prevalecer o nosso próprio código_moral." De facto, o que os Deputados têm de decidir é se preferem uma solução como a da lei actual, que permite ainda taxas elevadas de aborto_clandestino com todo o seu cortejo de graves consequências p'ras mulheres, se preferem um sistema que torna p'ras mulheres bem situadas economicamente o chamado turismo_abortivo, enquanto deixa sem solução os problemas das mulheres de classes desfavorecidas. Se querem uma lei que desprotege o próprio feto com as imprestáveis dezasseis semanas do aborto_eugénico, tornando possível na dúvida sobre as mal-formações o aborto de fetos sãos, ou se são capazes de um debate sério sem moções sobre uma lei que ponha cobro à clandestinidade, que ponha termo à mais vil condenação das mulheres, a condenação à invasão da sua própria liberdade e capacidade de decisão através da ameaça penal. O direito_penal, apesar das alterações introduzidas em mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro continua a revelar-se ineficaz p'ra combater o aborto_clandestino, a lei_penal não atinge ainda os objectivos que diz visar, porque apesar dos avanços conseguidos com a lei 6/84 pode continuar a usar-se a respeito da mesma o que os Professores Figueiredo_Dias e Costa_Andrade referiam a propósito da anterior lei incriminatória do aborto. Esta, para_além_de funcionar como guarda-nocturno da boa consciência de alguns, acaba por redundar num indesejável desserviço aos valores fundamentais da própria vida humana. De facto, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, torna-se necessário legislar por forma a que o direito_penal surja legitimado pela sua eficácia sob pena que nesta matéria, apesar da lei 6/84, continuarmos a ter um sistema_penal falso, altamente selectivo, gerador de desigualdades e discriminações entre as próprias mulheres / e ainda sustentáculo das condições degradantes e riscos do aborto_clandestino. Ineficaz para proteger a promessa de vida que é a vida_intrauterina. O nosso projecto_de_lei contém dois pontos fundamentais: / propomos que o aborto_eugénico, o aborto devido a mal-formações graves ou doenças graves do feto possa ser realizado até às vinte e duas semanas, esta foi, aliás, a proposta da

Comissão_Revisora_do_código_penal recusada p'lo governo do PSD quer nomeou esta Comissão, Comissão constituída por consagrados penalistas, como os Professores Figueiredo_Dias, Costa_Andrade e o Conselheiro_Sousa_Brito do Tribunal_Constitucional. A propósito deste alargamento proposto p'la Comissão_Revisora, porque como disse o Professor_Figueiredo_Dias na audição que Comissão_de_Direitos realizou, o estado dos conhecimentos da medicina | impunham / impunha | o estado de vinte e duas semanas e a esse propósito disse textualmente o conhecido e destacado penalista: "Se se considera que não deve haver interrupção_da_gravidez por razões eugénicas, esta Câmara tomará_essa_decisão política, se se considerar que deve, então não deve cair no farisaísmo de permitindo-a a solução do aborto_eugénico através da limitação do tempo em que é permitido afastar as hipóteses mais graves. O Professor_Figueiredo_Dias acusou a solução da lei actual de fariseica e foi o PSD que recusou a proposta, que assumiu o farisaísmo da lei. Também, por isso, não tem qualquer legitimidade política, nem legitimidade moral para propor o seu referendo. No nosso projecto -/- " (113)

MA: "Senhora_Deputada_Odete_Santos, quero chamar-lhe à atenção que o seu tempo para a revisão política de que esgotou-se. Faz_favor de sintetizar as suas conclusões."

OS: "No nosso projecto_de_lei propõe-se também que nas primeiras doze semanas o aborto seja feito em estabelecimento hospitalar a simples pedido da mulher. Queremos com isto dizer que não estamos =a liberar <a liberalizar_o_aborto, porque ele terá de ser feito em estabelecimento hospitalar, esta solução deve-se ao facto d'a realidade demonstrar que nas primeiras doze semanas a lei_penal é totalmente ineficaz para atingir os seus objectivos. E se o sistema_penal em vez de prevenir atinge efeitos perversos como os de provocar os graves riscos do aborto_clandestino, então esse sistema tem de retirar-se, aliás em obediência às balizas que lhe são colocadas p'lo artigo dezoito da Constituição_da_República e a nossa proposta contém o direito_penal nessas balizas. Este direito tem de ser alterado neste nesta matéria, porque há um sistema que ainda assume, apesar de tudo, presunções sociais, seculares sobre o lugar da mulher na sociedade. Na verdade, na falta de conexão entre os meios da lei_penal e os fins que visa atingir e que não atinge, resta perguntar, porque é que ainda tal acontece? E tal acontece, de facto, porque ainda não se pode ver a ideia que o Estado faz e que tem dominado o curso da História sobre o papel_da_mulher, aquela que tem de sujeitar as suas decisões mais íntimas à violência da lei_penal, aquela que deve suportar_todos_os_cardos, aquela a quem se nega, muitas vezes, o direito a uma maternidade feliz e consciente, aquela que deve suportar_todos_os_calvários, mesmo o do aborto_clandestino.-/- [...]" (135)

MA: "Senhora_Deputada_Odete_Santos, peço a sua colaboração, a sua..."-/-

OS: "Deixe-me terminar. O direito" -/-

MA: "Já está a ficar com *ah* com [...] na Mesa e previno-a que tem um pedido de esclarecimento, portanto tem que gerir com cautela o tempo disponível para o seu Partido. Muito_obrigado."

OS: "Eu estou mesmo a terminar, Senhor_Presidente. O direito comparado indica-nos, no entanto, que apesar da celeuma que estas questões sempre levantam, porque se trata de questionar o papel_da_mulher na sociedade, por toda a parte avança | o / um | movimento

de discriminalização, é como alguém já escreveu, "A liberdade da mulher aqui está_em_causa de uma forma única para a condição humana, e assim única para o direito. A mãe que leva uma gravidez a termo está submetida às ansiedades, às pressões físicas, às dores que só ela é chamada a sofrer. A ideia que o Estado faz e que dominou curso da História do papel_da_mulher deve ceder numa larga medida à concepção que a mulher constrói dos seus imperativos espirituais e do seu lugar na sociedade." E citei uma transcrição de uma decisão de um juiz. Senhores_Deputados, é condenável que alguém pretenda utilizar questões tão importantes como as relacionadas com a IVG como instrumento de guerrilha_político-partidária. P'la parte do PCP continuaremos a debater e a posicionar-nos nesta matéria com a profundidade exigida, com serenidade e com seriedade. Disse!" (151)

MA: "Inscreveram-se para pedir esclarecimentos à Senhora_Deputada_Odete_Santos os Senhores_Deputados (José António) Maria_José_Nogueira_Pinto e os Senhores_Deputados Carlos_Encarnação e João_Rui_de_Almeida. Cada um deles vai ter três minutos p'ra apresentar os seus pedidos de esclarecimento e depois a Mesa concederá algum tempo para que a Senhora_Deputada_Odete_Santos responda aos três em conjunto. Tem_então_a_palavra em primeiro lugar a Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto."

MJNP: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhora_Deputada_Odete_Santos, uma leitura atenta do projecto do Partido_Comunista_Português poderia levar-nos a dizer que aí estão contidas fundamentalmente duas medidas, uma medida que diz_respeito_à possibilidade da mulher por sua iniciativa, por um acto voluntarista interromper a gravidez até às doze semanas e *ah* um conjunto de medidas que *ah* estão mais ligadas ao aborto, ao chamado aborto_eugénico. *Ah* relativamente à primeira questão, eu gostaria de lhe perguntar se com isso não está o Partido_Comunista_Português a consagrar o aborto como método_anticonceptivo e se, não obstante a Senhora_Deputada ter dito algumas coisas com as quais eu concordo, porque são factos da vida e são factos da nossa sociedade e não vale_a_pena estar a escamoteá-los, não é verdade que ainda hoje a sociedade_portuguesa e ainda hoje as entidades responsáveis, nomeadamente os sucessivos Governos, não investiram o necessário para que as mulheres e particularmente as mulheres com menos condições e com menos informação pudessem ter um efectivo acesso aos métodos_anticonceptivos e pergunto-lhe se faz sentido, antes que isso esteja feito, antes que essa tentativa se faça e se faça conscientemente, *ah* esteja, enfim, esta Câmara a aprovar uma medida que é apenas *ah* aquilo a que eu =ch <chamaria um remédio violento que recai sobre as mulheres perante a nossa (comum) incapacidade de prevenir. E penso que este aspecto é um aspecto da maior importância, muitas vezes estar ao lado das mulheres é lutar mais por isto do que p'la possibilidade do aborto_livre até às doze semanas. É lutar para que, de facto, nos Centros_de_Saúde exista um planeamento_familiar, para que os Centros_de_Saúde dos bairros degradados saiam para a rua e não estejam atrás das paredes, é lutar contra o farisaísmo nas instituições_públicas, estou cem por cento de acordo, mas =este é o primeiro <esta é a primeira batalha, nós não a fizemos, nós não a vencemos, e estamos já a depor_armas perante uma segunda batalha, que essa é só da Senhora_Deputada, não é minha, mas que eu penso que é, antes de mais, o reconhecimento da nossa incapacidade comum, da nossa incapacidade comum. Em relação à segunda questão, eu dir-lhe-ia o seguinte, eu não vi ainda e não vi com pena nenhuma fundamentação científica. Nem intendo que se possa aprovar aqui ou discutir mesmo aqui uma medida que assenta em pressupostos científicos sem que

este Parlamento esteja habilitado por quem de direito, de uma forma rigorosa e não subjectiva e não gostaria de deixar de referir aqui o lamentável parecer da Direcção_Geral_de_Saúde que é tão só uma Direcção_Geral_do_Ministério_da_Saúde e que envia um documento que é confuso, impreciso e que não tem absolutamente nada daquilo que se esperava de um documento daquela importância, portanto, eu interrogo-me se o Partido_Comunista gostaria que a Senhora_Deputada me respondesse. Dispõe neste momento de pareceres científicos da comunidade científica portuguesa, que podem responder a esta questão, Senhora_Deputada, que é a seguinte: neste momento, em Portugal, não existem as técnicas que permitem o diagnóstico até às dezasseis semanas, ou não existem, no mundo em geral, essas técnicas, ou ainda, e se não existem em Portugal, que existam, que existam. A minha questão é saber **não existem** neste momento, **não dispõe a Humanidade não dispõe** das técnicas, ou não dispomos nós em Portugal? Como sabe, durante muito tempo só havia um Centro e esse Centro estava no Porto e o facto de quando estamos a falar em semanas ter que se mandar carta p'ó Porto, esperar o resultado, o resultado vir do Porto, foi isso que gerou muitas situações de ultrapassagem do prazo. Não podemos confundir as questões, as técnicas não existem em absoluto, ou não existem em Portugal? Se não existem em Portugal temos que as trazer para Portugal e em segundo lugar..." -/-

MA: "[...], por favor. O seu tempo está esgotado, peço que termine."

MJNP: "... tem ou não tem realmente uma fundamentação da comunidade científica sobre esta matéria que em_consciência possa dizer **não existem em absoluto** técnicas que permitam o diagnóstico dentro das dezasseis semanas. Muito_obrigada." (203)

BCDS-PP: "Muito bem! Muito bem!"

MA: "Dou agora a palavra ao Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação."

CE: "Senhora_Deputada_Odete_Santos, gostaria =de colocar <de lhe colocar este problema em sede da sua própria consciência e da sua própria consciência_política. Vossa_Excelência na sua intervenção disse reconhecidamente que o aborto é uma questão_de_consciência, mas se assim é, mas se assim é, e se Vossa_Excelência assim o reconheceu, eu gostaria de saber se Vossa_Excelência tem alguma coisa fundamentalmente contra a utilização do referendo na análise desta questão. Porque / eu entendo que todas as sociedades, e a sociedade_portuguesa também, é atravessada por esta questão. É uma questão que divide a sociedade_portuguesa reconhecidamente. A posição do meu Partido não sei porque é que foi exautorada aqui, não fomos nós que lançámos esta questão na sociedade_portuguesa, foi o PCP e a Juventude_Socialista. E se a lançaram é porque entenderam que era oportuna lançá-la, mas se entenderam que era oportuno lançá-la porque não recorrer ao referendo? Pois não foi por acaso o Senhor_Deputado_José_Magalhães, então Deputado do PCP, não foi por acaso o Senhor_Deputado_António_Vitorino, então Deputado do Partido_Socialista, que reconheceram na Revisão_Constitucional de mil_novecentos_e_oitenta_e_nove que talvez não houvesse matéria em relação ao qual se exigisse tão profundamente o recurso ao referendo como a matéria do aborto. E se assim é, porque é que **hoje** há [...] em relação a esta matéria?, porque é que **hoje** o PCP tem dúvidas?, porque é que **hoje** o Partido_Socialista tem dúvidas em devolver à sociedade_portuguesa a resolução sobre esta questão? Era tão só, Senhora_Deputada, esta questão tão simples, esta questão tão simples, porque é que Vossa_Excelência,

Senhora_Deputada, contesta a legitimidade do uso do referendo em relação à matéria do aborto?"

MA: "Para pedir esclarecimentos, tem também a palavra o Senhor_Deputado_João_Rui_de_Almeida." (229)

JRA: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhora_Deputada_Odete_Santos, esta é uma matéria, de facto, da máxima importância. Diz_respeito_à vida humana e portanto tem de ser tratada com o máximo de responsabilidade, com o máximo de seriedade e, de facto, não pode ser utilizada para fins de estratégia de luta_político-partidária. Senhora_Deputada_Odete_Santos, terá Vossa_Excelência certamente conhecimento que o grupo de trabalho sobre genética_médica, a funcionar na Direcção_Geral_de_Saúde, tira a conclusão de que a actual lei que tem doze anos, que tem doze anos, estabelece prazos que são tecnicamente desajustados para o diagnóstico_pré-natal, para que o diagnóstico pré-natal, se possa realizar **com segurança**, repito, **com segurança**. E, por isso, depois de estudos aprofundados, consideram que a interrupção_médica_de_gravidez por uma anomalia congénita grave para vinte e quatro semanas de *gestão podia permitir dar satisfação a maior parte dos problemas que se têm, têm sido levantados, e portanto coloca a questão estritamente dentro dos parâmetros exclusivamente de critérios técnicos e científicos. E a pergunta que eu dirijo a Vossa_Excelência, Senhora_Deputada_Odete_Santos, é a seguinte: dentro do possível, hoje neste Plenário, que Vossa_Excelência caracterize objectivamente, caracteriza bem quais os critérios para a prática da interrupção_voluntária_da_gravidez =na proposta <no projecto do PCP até às doze semanas. Quais os critérios objectivos? E permita-me, Senhora_Deputada, que utilize este tempo, e é pena não me poder dirigir directamente à Bancada_do_PSD, para que **também esclareça**, eu não sei se Vossa_Excelência poderá indirectamente responder a esta questão, porque é vital para que todo este processo seja debatido com a seriedade que é exigida, para que o PSD esclareça, objectivamente, referendar o quê? O quê? Que referendo? Sobre quê? Existe uma lei de oitenta_e_dois que permite, pela lei, =muito <de uma forma muito clara =a tre... <a prática da interrupção_voluntária_de_gravidez, e permita que mo diga através de Vossa_Excelência, que os responsáveis pelo PPD/PSD não estão **de maneira nenhuma** a ter uma atitude colaborante para tratar um assunto extremamente sério e **se for respondida esta questão de referendar o quê**, para que assim se possa esclarecer concretamente quais os objectivos e com que intenção esta questão foi levantada. Muito_obrigado." (266)

MA: "A Senhora_Deputada_Odete_Santos vai então responder aos pedidos de esclarecimento que lhe formularam, se assim o desejar, e a Mesa, para esse efeito, concede-lhe três minutos, e peço-lhe o favor para se conter dentro desses três minutos. Muito_obrigado."

OS: "Eu agradeço Senhor_Presidente os três minutos concedidos, procurarei ser sintética. Em primeiro lugar, Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, o PC(P)P foi primeiro partido que apresentou nesta Assembleia um projecto_de_lei sobre planeamento_familiar, **em oitenta_e_dois**, e lutámos p'la aprovação desse projecto_de_lei e temos reivindicado sempre que, de facto, o planeamento_familiar seja acessível, que esteja ao acesso de todos. Pensamos que foram dados passos muito positivos, mas que há muitas questões culturais em torno deste problema e ainda é possível avançar mais. O PCP entende que o aborto não é um método_de_contracepção e não há nenhuma mulher que, de facto, prefira usar o aborto como um método_contraceptivo, porque esta

decisão é uma decisão **grave**, que a mulher toma no meio de muitas angústias, portanto não há nenhuma mulher que, de facto, se tiver um planeamento_familiar ao seu alcance, diga "Não, não faço planeamento_familiar, vou depois tomar_a_decisão de abortar." Aliás, Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, desculpe que lhe diga, mas Vossa_Excelência até =nas próprias <na própria questão das vinte e duas semanas raciocina como se a mulher tivesse todo o prazer, ou agisse de ânimo leve p'ra aguardar para as vinte e duas semanas se pudesse ter **antes** a informação sobre a mal-formação, é esse, ao fim ao cabo, embora inconscientemente, é **isto** que está na base deste raciocínio. Eu devo dizer-lhe que os documentos que eu tenho à minha disposição e o meu Grupo_Parlamentar sobre esta questão das vinte e duas semanas, tem a Senhora_Deputada à disposição nesta Assembleia, a Senhora_Deputada tem em livros um debate que a Comissão_de_Assuntos_Constitucionais_Direitos_Liberdades_e_Garantias fez sobre as alterações 'ó código_penal, onde encontra, para_além_de de exposições do Professor_Figueiredo_Dias, que eu aqui referi, encontra também a audição a médicos especialistas nestas questões, que dizem que não possível em relação a muitas mal-formações detectá-las até às dezasseis semanas. Eu não sei se no estrangeiro é assim, mas também lhe devo dizer Senhora_Deputada, que então, se calhar, no estrangeiro, **talvez seja, porque eu encontro legislações como a da Holanda que é a mais benévola e generosa em relação às mulheres, que prevê o aborto até às vinte e quatro semanas por situações de emergência da mulher** e é aí , na Holanda, com esta legislação que encontramos a **menor taxa, uma taxa ínfima** de abortos_clandestinos. E depois digam que uma legislação de facto menos restritiva não vai efectivamente impedir em grande parte o aborto_clandestino e não vai resolver problemas. Vossa_Excelência tem um documento que o seu Grupo_Parlamentar recebeu enviado p'la Associação_do_Diagnóstico_Pré-Natal **em Junho** deste ano ao Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República a dizer porque é que o aborto_eugénico devia ser até às vinte e quatro semanas. Tem esse documento? Se pergunta-me a mim, **eu não sou médica**, Senhora_Deputada, e a Senhora_Deputada também não é. E assim, há que confiar nos médicos, nos especialistas nesta matéria, que nos dizem **também** que aquela legislação que a Senhora_Deputada defende das dezasseis semanas - espero que defenda essa, ao menos- é a legislação que permite que se faça um aborto em fetos sãos, porque, na dúvida, dentro das dezasseis semanas sobre se existirá ou não mal-formação, a mulher interrompe a gravidez. Esta é a batalha do PCP, não será a sua, acho que não se honra nada com isso, nomeadamente sendo mulher."

MA: "Senhora_Deputada -/-" (324)

OS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados" -/-

MA: "O seu tempo esgotou-se, tenho muita pena" -/-

OS: "*Oh* vou (tentar) responder brevemente as razões"

MA: "mas [...], fica então, *ah*, Senhora_Deputada_Odete_Santos a Senhora responderá se a Mesa lhe der_a_palavra."

OS: "Pronto, desculpe."

MA: "Ora bem, a Mesa não lhe dá_a_palavra e a Senhora_Deputada noutra ocasião poderá voltar aos seus argumentos. A Mesa dá_a_palavra agora sim à Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto que pediu_a_palavra para d.. para

defender a honra da sua Bancada e o faz por delegação do respectivo líder, o Senhor_Deputado_Jorge_Ferreira. Tenha a bondade." (333)

MJNP: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente! Senhora_Deputada_Odete_Santos, eu gostaria de lhe dizer que eu traba... até por força do meu trabalho, mas não só do meu trabalho 'tive muito próxima da realidade, não apenas dos abortos permitidos por lei, mas dos abortos_clandestinos, por conseguinte, a Senhora_Deputada não me dirá nem hoje nem nunca que eu penso que as mulheres têm satisfação em praticar o aborto. Não me dirá isso a mim, dirá a quem quiser, mas a mim certamente não o fará, porque lh..., antes de mais, porque lhe fica muito mal. Eu **exactamente** porque acho que o aborto é uma violência sobre as mulheres que pretendia que aqui se discutisse a questão dos métodos_anticonceptivos. Se a Senhora_Deputada tantas vezes cita o aborto como sendo, de facto, uma **última** solução e uma decisão **altamente** penosa e penalizante pr'á mulher, a pergunta que eu lhe fiz e a que não me respondeu, obviamente o PCP empenhou-se no planeamento_familiar, mas a pergunta que eu lhe fiz é se esse combate acabou, se baixámos_os_braços e se vamos passar agora para esta forma, que é uma forma penalizante pr'á mulher, que traduz do meu ponto_de_vista **como mulher**, e fica muito bem pensar assim, traduz do meu ponto_de_vista um desrespeito pela mulher, isto é, não darem à mulher_portuguesa os meios que hoje existem e que são exactamente o fruto do estudo, do desenvolvimento de um sistema de saúde capaz, não se é dado isso à mulher_portuguesa e ser-lhe dado o aborto em vez disso. Eu acho que isso é um desrespeito pela mulher_portuguesa, digo-o **aqui** e digo-o com muito orgulho. E, portanto, quanto a este assunto ficamos arrumados, podemos-lhe dar_gato_por_lebre, mas a mulher_portuguesa não é tonta e saberá que é gato_por_lebre, porque o que ela queria era acesso a um planeamento, era ter acesso a métodos_anticonceptivos, não era ter acesso a um aborto que mesmo feito dentro de um hospital, sabemos que é uma violência, não vamos escamotear essa questão. Isto é o primeiro aspecto, e o segundo aspecto é que o documento de que a Senhora_Deputada fala, de que eu tenho conhecimento, mal feito fora que eu não tivesse conhecimento desse documento, eu estou aqui a trabalhar, não estou aqui a brincar, é um documento que eu não considero como estando =ac <elaborado, nem a senhora pode considerar, porque esta resposta tem que ser **dada** aos portugueses, estes meios não existem em Portugal, mas existem noutros lados, ou esses meios não existem noutros lados? Porque isso é a mesma coisa que nós disséssemos aos portugueses: "- Andem de burro, enquanto que os outros andam de carro, porque nós cá não temos automóveis ou não temos estradas." **Não!** =Aq <Aquilo que há lá fora é legítimo, sobretudo na matéria desta natureza, que os queiramos ter aqui. Se não há técnicos, preparem-se, se não há técnicas, importem-se. Agora não é possível dizer: "- Não é possível porque nós não temos." Esse argumento é um argumento contrário a todo o sentido de desenvolvimento de uma sociedade. Não há porque não há é uma questão, não há porque nós não temos é outra questão, e quem se pronuncia sobre elas tem a obrigação de esclarecer **logo isso** à_partida. E eu estou perfeitamente dentro dessa matéria porque trabalhei nela e vi o que era mandar p'ó Porto, vir do Porto e tudo aquilo que a burocracia faz, que é troça dos cidadãos e, neste caso, era troça das cidadãs e é contra isso que eu realmente levanto_a_minha_voz." (361)

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"

MA: "Para dar explicações, Doutora_Odete, Senhora_Deputada_Odete_Santos."

OS: "A Senhora_Deputada, eu penso que em relação à Senhora_Deputada não posso acusá-la, =nem não o f... <nem, nem o fiz na minha resposta de farisaísmo como acuso o PSD com a proposta de referendo pelas posições anteriormente assumidas na revisão_do_código_penal e até disse quando me referi à, à sua posição que inconscientemente, e disse inconscientemente na base do seu raciocínio das vinte e duas semanas estava ao_fim_e_ao_cabo, isso é uma coisa inconsciente, o Freud fala, fala-nos disso, *ah* de que se a mulher tivesse as vinte e duas semanas iria esperar até o mais tarde possível para fazer o aborto, portanto, de facto, eu não lhe fiz a injúria que a Senhora_Deputada assumiu. Também nunca vi na altura do debate =do <da lei_do_planeamento_familiar o CDS/PP defender, ele nessa altura era CDS, se calhar é por causa do PP, devia ser PS, assumir assim tão =radi <radicalmente a defesa do planeamento_familiar. Nós, sim. Que o assumimos e continuamos a assumir, mas enquanto, mas enquan" -/-

BC: "[...]"

OS: "Sim, agora, de facto, é fácil, mas enquanto, de facto, a situação que existe se verificar, Senhora_Deputada, a sua posição é uma posição que, em relação à questão da ciência_médica, a Senhora_Deputada diz que sabe mais do que os médicos, pronto, ficará com a sua sabedoria. Eu não sei mais do que os médicos, não sei mais do que os médicos e, por isso, aceito como aceitaram os Professores, o Figueiredo_Dias e Costa_Andrade e pessoas, enfim, *ah* nesta matéria bastante conhecedoras. A sua posição ao_fim_e_ao_cabo =e a, =e assim, =e =e =e em <e em matéria de direito *considerá que não sabendo eu muito, porque sou uma simples advogada e não, Professora da Faculdade, mas que tenho aprendido muito com os penalistas que ouvimos nesta Câmara, e que tenha aprendido em matéria de direito_penal que é acientífico do ponto_de_vista do direito, **acientífico** querer vazar concepções morais no direito_penal, e que quando assim acontecer, o direito_penal é uma violência em relação às pessoas que diz quer perseguir e que não persegue, porque, de facto, a actual lei que é o que o PSD quer referendar, é a actual lei, sabe a eficácia dela. Em mil_novecentos_e_noventa_e_três, foram, houve seis julgamentos e =fo <são as últimas estatísticas oficiais. **Houve em todo o País seis julgamentos** relativos a casos de aborto, não sei se era até o mesmo caso ou pouco mais que um. Seis para um universo =de aborto de dezenas de milha... <de aborto_clandestino de dezenas de milhares. Dessas seis condenações, uma foi em pena suspensa, duas em pena remida a dinheiro e só três em prisão efectiva. Esta lei, a prática judicial e a prática da sociedade e a realidade da sociedade referenda-a **assim** desta maneira, tornando-a altamente selectiva e e perseguindo, dentro das mulheres, apenas =um mi... <uma minoria de mulheres, e é esta lei que é acientífica sob o ponto_de_vista dos princípios do direito_penal e é por isso que, de facto, não é uma questão_de_consciência, é uma questão de maus legisladores, sabemos o que =deve <o que devemos fazer em matéria de direito_penal sem os preconceitos morais, quaisquer que eles sejam, porque não haverá referendo nenhum que possa obter uma maioria que imponha a outras mulheres (416) a obrigação de ir para o aborto_clandestino como uma maioria que dissesse que devia ser alargado, não estava a obrigar as mulheres a fazer o aborto. Aqui é que [...] =o pro <o problema são invertidos. Muito_obrigado."

MA: "Senhora_Deputada_Odete_Santos, o seu tempo esgotou-se. Peço favor de terminar." (420)

BPCP: "Muito_bem! Muito_bem!

Discursos proferidos no dia 30 de Janeiro de 1997 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 31 de Janeiro de 1997

AS: "Vamos dar início =às <ao (paode). Inscreveu-se para uma declaração política o Senhor_Deputado_Correia_de_Jesus. Tem_a_palavra."

CJ: "Obrigado! Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados /, a actividade política e de modo muito particular, a luta política atingiram nos nossos dias um ritmo alucinante agravado pela excessiva mediatização de tudo quanto respeita ao exercício da política. Tal ritmo e a dialéctica própria da luta pela conquista do poder ou p'la sua manutenção conduzem com frequência a adopção de comportamentos que esquecem princípios fundamentais que devem presidir à actuação dos políticos em particular, daqueles que têm responsabilidades de representação do povo ou de governação da *res_eh_publica*. Desses princípios, parece-me oportuno recordar *hic_et_nunc* os seguintes: as questões de Estado e as questões relacionadas com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos devem ser tratados com profundidade, equilíbrio e ponderação, não sendo legítimo usá-las como instrumento da luta_político-partidária, cuja legitimidade no quadro democrático não questionamos. Inseriria nesse núcleo essencial entre outras matérias e as respeitantes à Revisão_Constitucional, à regionalização e à interrupção_voluntária_da_gravidez. Em segundo lugar, sublinharia que a actividade política é exercida por pessoas, estando sujeita, por isso, a precipitações, falhas e erros e que reconhecê-lo e, na medida do possível, corrigi-lo é dignificante e constitui um factor acrescido de credibilidade para os titulares dos cargos políticos. Finalmente, reconhecer o mérito do adversário, assimil(h)ar o que há de construtivo no seu labor político enriquece a vida democrática e é normalmente benéfico para o País. Trazer estes princípios à colação pode parecer ingénuo ou =despo <despropositado da nossa parte, vejamos porém a pertinência, a sua pertinência a propósito das questões suscitadas p'la controvérsia matéria da interrupção_voluntária_da_gravidez. Não se trata, porém, de analisá-las agora na perspectiva das questões_de_fundo morais, sociais e políticas que tal matéria suscita, mas tão só na perspectiva metodológica substancial do recurso ao referendo. A este respeito e face às iniciativas legislativas tomadas por Senhores_Deputados de outras Bancadas, tomámos, desde o início, uma posição clara corporizada, aliás, no projecto_de_resolução número 38/VII. Pode ler-se na sua fundamentação: "trata-se de matéria extremamente delicada e sensível, que se inscreve na reserva mais íntima da consciência_moral de cada cidadão atravessando de forma indiscriminada os vários Partidos e respectivos eleitorados. De facto, a posição a adoptar sobre o regime_legal da interrupção_voluntária_da_gravidez não se podendo catalogar na esfera das normais opções ideológicas ou político-partidárias, é essencialmente do foro individual de cada um, encontrando resposta nas convicções e posicionamento que cada qual assume perante valores e direitos fundamentais." Acabo de citar. Perante tal projecto_de_resolução que fizeram os outros Partidos, o Partido_Comunista_Português exerceu o direito de agendamento_potestativo do seu projecto e com ele determinou, por arrastamento, o agendamento dos demais projectos pendentes, tudo antes de ser dirimida a questão prévia do recurso ao referendo. Que seja este o entendimento do PCP, não nos surpreende, mas que o Partido_Socialista tenha alinhado nesta solução ilógica e subalternizadora da vontade dos cidadãos deixou-nos verdadeiramente espantados" -/-│(palmas) E mais uma vez, Senhoras_e_Senhores_Deputados, o meu Partido foi acusado de recorrer ao referendo para ocultar a sua incapacidade de decisão, de referendomania, de querer brincar aos referendos, etc., etc. Só que, mais uma vez, o

tempo veio dar-nos razão, tal como aconteceu, aliás, com a regionalização, mais depressa do que havíamos imaginado, as críticas voltaram-se contra os seus autores *maxime* contra o Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista. -/- (palmas) Mas, surpreendentemente, o Partido_Socialista, em vez de anuir ao agendamento prévio do nosso projecto_de_resolução, veio agora propor o indefensável, o recurso ao referendo, sim, mas só depois dos projectos terem sido votados na generalidade e consoante o resultado da votação *Crrr* (tosse) Trata-se, na verdade, de uma proposta rebusc(u)ada, quase absurda, concebida na mira de impossíveis equilíbrios internos e com o intuito de disfarçar as precipitações e os erros da Direcção_do_Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista." |

BPSD: "Muito_bem!"

CJ: "Vejamos, Senhoras_e_Senhores_Deputados porque não podemos aceitar a proposta da Direcção ou do Presidente_da_Direcção_da_Bancada_Socialista. Não podemos aceitá-la, primeiro porque é ilógica. No plano da lógica e dos princípios e também de_acordo_com o espírito da lei_orgânica_do_regime_do_referendo, a consulta popular deve preceder, **preceder** a discussão parlamentar da matéria e nomeadamente a realização de qualquer votação sobre a mesma."

BPSD: "Muito_bem!"

CJ: "Não podemos aceitar a proposta do Partido_Socialista, em segundo lugar, porque ela a ser posta em prática se traduziria numa inadmissível subalternização da vontade popular sobrepondo o debate e a vontade da Câmara à genuína manifestação da vontade dos cidadãos eleitores. Em terceiro lugar, não podemos aceitar a proposta socialista, porque além_das profundas divisões internas que ela já causou no Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista, desde o seu anúncio e de modo público e notório, a metodologia sugerida p'los socialistas contribuiria para aumentar as clivagens já existentes na sociedade_portuguesa e para a radicalização e partidarização do debate em volta das posições que os Partidos anteriormente tivessem assumido na Assembleia_da_República. São razões de sobra para rejeitarmos *in_limine* a proposta do Partido_Socialista. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, não gostaria de terminar sem antes fazer duas considerações. *Crrr* Independentemente (603) [^^^^] deverá ficar claro que respeitamos a preocupação dos nossos colegas, da nossa Bancada e das outras Bancadas que seriamente se debruçam_sobre_este_problema e que honestamente vêem dando o seu contributo para a obtenção de soluções humana e moralmente justas. Também deverá ficar evidente a nossa solidariedade *crrr* para com todas as mulheres que sofreram ou sofrem o problema da interrupção_da_gravidez, sendo nosso desejo que progressivamente sejam criadas as condições necessárias para que a sua opção possa ser sem constrangimentos e sempre a favor da vida. E acabo, Senhoras_e_Senhores_Deputados por onde comecei, mas agora permitam-me que me dirija directamente à Direcção_da_Bancada_do_Partido_Socialista. Senhores_Deputados, neste processo e até este momento não há **nada de irreversível**, **tudo** está em aberto, =*pessem <**pensem** pois no País e nos Portugueses, tenham a humildade e a dignidade e a coragem de reconhecer a vossa precipitação e o vosso erro e aceitem **nesta matéria** dar_voz ao povo_português sem subterfúgios."

BPSD: "Muito_bem"

CJ: "Congratulamo-nos que o Partido_Socialista, concordando connosco, tenha aceite, finalmente, o princípio do referendo nesta matéria. Muito_obrigado." (18)
AS: "Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Senhor_Deputado_Correia_de_Jesus, o Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, Maria_José_Nogueira_Pinto e Jorge_Lacão. Tem_a_palavra o Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira." (21)
OT: "Obrigado, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Correia_de_Jesus. Eu gostaria de começar por dizer que lamento profundamente que o clima de **permanente** guerrilha_política entre o PSD e o PS / tenha conduzido neste este caso concreto a que o PS tenha **incluído nessa guerrilha_política** um problema sério como é o problema da interrupção_voluntária_da_gravidez."
BPCP: "Muito_bem. Muito_bem!"
OT: "Porque **é** fundamentalmente | é / ∅ | essa a questão que se coloca em relação à questão que o Senhor_Deputado veio suscitar e que o seu Grupo_Parlamentar e o seu Partido têm suscitado nos últimos dias, porque importante, não vou discutir agora a problemática da interrupção_voluntária_da_gravidez, mas é importante que fiquemos claros sobre a seguinte questão: aquilo que neste momento existe em termos da Assembleia_da_República e designadamente o agendamento que recordou que o Grupo_Parlamentar_do_PCP fez para debater esta matéria não impede em **nada** a possibilidade de esta Assembleia vir a decidir por um referendo sobre a matéria. Juridicamente, e eu **gostaria que isto claro de uma vez por todas**, e os Senhores_Deputados, não é para os Senhores_Deputados que sabem que isto é assim, nada impede o agendamento do dia vinte_de_Fevereiro, **não impede** que possa vir a ser resolvido **em tempo útil** se a maioria desta Assembleia assim o entender, a possibilidade de um referendo sobre essa matéria. Isso está claro da lei_de_referendo. Haja votação na generalidade a favor / daqueles projectos_de_lei e **independentemente** dessa votação a favor, é possível o Grupo_Parlamentar_do_PSD ou qualquer outro =Gru <Grupo_Parlamentar suscitar, levar_à_discussão e votar a problemática de uma resolução ou de projecto_lei sobre o referendo. =Se <Outra questão, Senhor_Deputado. Não é para nós, não seguimos a lógica que seguiu à pouco de dizer que **primeiro** deve ser ouvido a população, porque a, deve ser ouvida a população, é a lógica que o Senhor_Deputado coloca, porque esta é uma lógica que aliás, em certa medida, foi suscitada ontem também pela Direcção_do_Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista de dois_pesos_duas_medidas. Eu coloco a seguinte questão: se houvesse um referendo prévio, se a maioria da população dissesse **Sim** à interrupção_voluntária_da_gravidez e se depois uma maioria de Deputados desta Câmara votasse contra os projectos_de_lei? Só raciocinam em termos inversos **na hipótese, na eventualidade** que eu com toda a sinceridade lhe digo não acredito! na eventualidade de o povo_português dizer não. *Atão porquê dois_pesos_e_duas_medidas? Esta é a questão central Senhor_Deputado e é com isto que eu gostaria de terminar, =a questão que gostaria =que <que lhe quis pôr que é esta: não haja confusões, não se meta uma matéria tão séria em termos, não se coloque em termos de mera guerrilha_política ou político-partidária e trate seriamente e que =si… <fique claro para toda a gente | idealmente / integralmente | para o

povo_português, que **independentemente** da votação **e é importante que os Partidos** -/-“
AS: “Agradeço que termine Senhor_Deputado.”
OT: “definam, termino já Senhor_Presidente, e é importante que os Partidos definam a sua posição sobre as matérias importantes para o País, é uma questão de foro íntimo, ‘ nosso ponto_de_vista deve ser decidida por cada um em_sua_consciência, mas”
BC:
“[…]”
OT: “não vamos discutir agora essa matéria agora, mas os partidos que definam, e mais uma vez, tal como no =processo de régio <na questão da regionalização, o PSD pretende esconder-se” -/-
AS: “Muito_obrigado, Senhor_ Deputado. Agradeço que termine.”
OT: “por trás de uma hipótese de referendo para não definir a sua posição sobre a matéria em (peso), do caso concreto sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Muito_obrigado, *Sô” (61)
BPCP: “
Muito_bem! Muito_bem!”
AS: “Senhor_Deputado_Correia_de_Jesus quer responder desde_já, faça_favor.”
CJ: “Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, muito_obrigado p’los seus pedidos de esclarecimento. *Ah* A minha primeira palavra é para me congratular, porque finalmente o Partido_Comunista_Português *ah* parece-me ter aderido ao princípio do referendo e à possibilidade de referendo desta matéria.”
BPSD: “Muito_bem, muito_bem, muito_bem.”
CJ: “E aquilo que eu de facto deduzi_das_suas_palavras”
BPSD:
“[…]”
CJ: “e, =e <e realmente esta unanimidade da Câmara acerca desta consulta_popular, não há dúvida nenhuma que *eh* é p’ra nós *eh oh* o triunfo democrático de grande alcance.”
BPSD: “Muito_bem!”
CJ: “Ó Senhor_Deputado, ó Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, *ah* de facto *ah* depois da minha intervenção falar em guerrilha_entre_Partidos e outras coisas eu penso que isso não faz sentido absolutamente nenhum, porque de facto eu vim aqui afirmar precisamente aqueles princípios que postos em prática excluem sobre estas questões todo o tipo de guerrilha.”
BPSD: “Muito_bem!”
CJ: “Não há guerr…, não pode haver a este respeito, nem deve haver qualquer tipo de guerrilha. Fique bem claro e não é o PSD que vai contribuir minimamente para que essa guerrilha exista.”
BPSD: “Muito_bem!” “Muito_bem!” “Muito_bem!”
CJ: “Senhor_Deputado, agora eu pergunto-lhe: qual é o seu receio de ouvir o povo_português sobre esta matéria? Senhor_Deputado, porque é que o seu Grupo_Parlamentar não deu anuência ao agendamento do projecto_de_resolução do

Partido_Social_Democrata? Se está tão à-vontade perante esta possibilidade de consulta do povo_português, eu não percebo porque é que os factos vêem, aliás, demonstrar receios que a existirem pareceu-me totalmente infundados."
BPSD: "Muito_bem!"
CJ: "
E finalmente, Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, as várias hipóteses que aí pôs *ah* hipóteses que no plano teórico efectivamente podem vir a verificar-se não inquinam o princípio que nós aqui quisemos sublinhar desde o primeiro momento, é que quando uma questão se coloca ao nível da consciência_individual de cada Deputado, é legítimo que ela seja dirimida não pela Assembleia, mas p'lo povo_português, esse é o princípio de que nós partimos, e portanto, o Senhor_Deputado não venha agora subscrever essa tese bizarra do Partido_Socialista de que pode haver aqui uma votação na generalidade e depois haver um referendo sem que isso falseie as regras_do_jogo. Nós, efectivamente, só aceitaremos essa solução no *lemite porque não queremos inviabilizar uma questão substantiva por uma mera questão instrumental, mas que é ilógico e que é improcedente a maneira de pensar do Partido_Socialista não podemos deixar de o dizer. Muito_obrigado!" (90)
BPSD: "Muito_bem!"
AS: "A palavra para um pedido de esclarecimento à Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto."
MJNP: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente, Senhor_Deputado_Correia_de_Jesus, eu penso que a sua intervenção foi esclarecedora no sentido de que o Partido_Popular não tem participado nesta guerra_do_Alecrim_e_da_Manjerona do referendo naa, =so <sobretudo numa questão com esta seriedade. O Partido_Popular procurou posicionar-se em relação à discussão dos projectos de interrupção_voluntária_de_gravidez *ah* considerando em função da matéria da sua enorme importância pr'à matriz civilizacional do País fora do contexto estritamente ideológico, partidário e até mesmo religioso e vê com grande preocupação a tentativa de partidarização =desta <deste assunto e a criação até de um clima que não vai ser propício, que não vai facilitar um debate lúcido nesta Câmara sobre as questões que nos vão ser propostas e devo dizer que isso, no nosso ponto_de_vista, é profundamente grave. Queria aqui relembrar o seguinte: quando o Presidente do vosso Partido propôs o referendo *ah* o Partido_Popular nomeadamente através =da <de mim manifestou-se favoravelmente. Consideramos que a sede extra-parlamentar é a sede correcta para que esta questão se resolva e que os cidadãos devem ser ouvidos sobre esta matéria e mais, e que o País só ganha em ser trazido para debates desta dimensão e desta natureza (105), depois seguiu-se e assistimos, de facto, à atitude sobretudo do Partido_Comunista_Português e também do Partido_Socialista, eu penso porque viram que o referendo seria uma hipótese realmente de ver *ah* p'lo menos corrigida esta *ah* alguma, digamos alguma facilidade legislativa desses dois Grupos_Parlamentares. 'Tou certa que o povo_português corrigiria, corrigiria com bom-senso alguns aspectos que estão tratados do nosso ponto_de_vista de uma forma enfim, talvez, menos cuidada nos projectos. Mas o que queria perguntar era o seguinte: num dado momento, soubemos pela comunicação_social, e não foi desmentido, que o Partido_Social_Democrata =a =a <admitiria esta coisa extraordinária que era abandonar a bancada, no debate presumo, na votação /"
MG: "[…]"

MJNP: "**Não houve nenhum desmentido** Senhor_Deputado_Marques_Guedes, por isso é que eu vou ter agora a oportunidade de saber qual é a posição da Bancada do Partido_Social_Democrata, =e que <**e** como não houve nenhum desmentido parto_do_princípio que essa ideia foi uma ideia enfim, p'lo menos discutida, p'lo menos *ah* equacionada pela Bancada_do_Partido_Social_Democrata, e queria-lhe perguntar se não considera que seria **gravíssimo em nome, em nome da guerra_referendária** o Partdo_Social_Democrata abandonar seja qual for a posição dos Deputados, o Partido_Social_Democrata que desde_já respeito como respeitarei a dos Deputados da minha Bancada e de qualquer Bancada, se não seria muito grave em nome dessa guerra referendária o Partido_Social_Democrata abandonar a Bancada na discussão e na votação do projecto."

BC: "[…]"

MJNP: "É isso, era isso que eu queria saber."

CJ: "[…]"

AS: "A palavra ao Senhor_Deputado_Correia_de_Jesus para responder."

CJ: "Muito _obrigado, Senhor_Presidente"

BC: "[…] não funciona"

CJ: "Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira _Pinto, antes de mais uma palavra de saudação já que é a primeira vez que tenho a oportunidade de interlocutar consigo aqui no Parlamento, na sua nova veste de Presidente_do_Grupo_Parlamentar *ah* =do P… <do CDS/PP, *ah* e portanto gostaria de assinalar esse facto com agrado e agradecer as questões de acaba de pôr. Primeiro para o Partido_Social_Democrata, as questões relacionadas com *ah* a interrupção_voluntária_da_gravidez nunca foram, não são nem nunca serão questões_do_Alecrim_e_da_Manjerona. Queria que isto "

BPSD: "Muito_bem!"

CJ: "ficasse claro"

BPSD: "Muito_bem!"

CJ: "=sem espécie de <sem qualquer espécie de discussão. O segundo aspecto *ah* que eu gostaria de, de facto, esclarecer a Senhora_Deputada é que, depois da minha intervenção parece que a Senhora_Deputada concluiu o contrário daquilo que eu fui ali dizer. O que eu fui ali dizer é que nós não queremos, nem contribuiremos para a **partidarização desta questão** e por isso mesmo surpreende-me que fale de tentativa de =partiri… <partidarizar a questão quando a nossa preocupação é colocar esta questão na sua sede própria."

BPSD: "Muito_bem!"

CJ: "Finalmente, se a Senhora_Deputada se declarou e declara como o seu Partido a favor da consulta_popular nesta matéria, então eu agora só fico à espera que apoie a nossa proposta"

MJNP: "[…]"

CJ: "E ainda gostaria de dizer, ainda gostaria de dizer que quanto ao abandono da bancada isso é **pura** imaginação."

MJNP: " […]"

CJ: "**Nunca ouviu, a Senhora_Deputada nunca ouviu**"

BC: "[…] responsabilidade"

CJ: "nenhum responsável do meu Partido e do meu Grupo_Parlamentar"
BC: "[…]" (144)
CJ: "nunca terá ouvido, nunca ouviu nenhum responsável ou do meu Grupo_Parlamentar dizer de que a intenção ou que o Partido_Social_Democrata admitia a hipótese de abandonar a Bancada nesta questão. Não vamos abandonar a Bancada, os Deputados_do_Partido_Social_Democrata estarão_aqui_em_peso, na totalidade para **participar na discussão**, para dar o seu contributo e para emitirem o seu voto_em_consciência. Muito_obrigado." (148)
BPSD: "Muito _bem, muito_bem!"
AS: "Vamos passar ao tratamento…" [^^^^] (155) "…Suponho que os Senhores_Deputados já estarão orientados sobre esta sucessão de substituições, temos, portanto, uma proposta apresentada pelo Partido_Socialista sem preâmbulo, temos depois outra proposta apresentada pelo Partido, temos entretanto logo a seguir uma proposta apresentada pelo PSD, portanto posterior à primeira, mas temos depois uma proposta de substituição da fórmula inicial e do (proémio) do projecto_de_resolução número 75/VII do Partido_Socialista, esta posterior, e finalmente uma versão corrigida de proposta_de_substituição do Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista apresenta com vista a alterar o projecto_de_resolução número_tal_e_tal. Portanto, agradecia que os Senhores_Deputados que usem_da_palavra para discutir sobre este assunto se pronunciem sobre as propostas e também sobre qual consideram =se <ser a melhor ordem da votação. Senhor_Deputado_Marques_Guedes tem_a_palavra." (195)
MG: "Obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o PSD teve sempre sobre esta matéria uma mesma posição, não pode haver alteração da lei_do_aborto sem referendo, sem perguntar aos Portugueses se querem ou não essa alteração."
BPSD: " Muito_bem!"
MG: "É uma posição de coerência que contrasta com a teimosia, as contradições e a reserva mental que outros vêem exibindo sobre esta questão. Contradições que se reflectem na escusada complicação em que se enredaram na redacção da pergunta a fazer aos Portugueses"
BPSD: "É verdade!"
MG: "quando afinal, como toda a gente já percebeu, bastava perguntar aos Portugueses com simplicidade se concordam, ou não, que o aborto seja livre nas primeiras dez semanas da gravidez. É uma complicação que só pode ser explicada porque os Senhores se preparavam para fazer nas costas dos Portugueses uma coisa que hesitam agora em fazer à vista de todos, e agora parece que têm vergonha de falar claro."
BPSD: "Muito_bem!"
MG: "É essa Senhores_Deputados a fraqueza das vossas posições. Pela nossa parte achamos que perdem a oportunidade de no primeiro referendo que se realiza em Portugal usar da clareza, da simplicidade que se exige para uma pergunta de sim ou não, mas fiquem descansados que nós não compramos essa guerra, em qualquer caso que fique para registo, a pergunta do primeiro =po <referendo que se vai realizar em Portugal é, pela vontade do Partido_Socialista, uma pergunta confusa, complicada e capciosa quando poderia e deveria ser simples, clara e concisa, mas o importante é que o

referendo se faça e que sejam os Portugueses a decidir se o aborto deve ou não deve ser livre nas primeiras dez semanas. E o mesmo se diga quanto à questão a introduzir sobre as razões de natureza económico-social como motivo justificante para o aborto. Senhores_Deputados, das_duas_uma, ou essa alteração não tem relevância, é gratuita e então não é necessário introduzi-la na lei, ou ela é essencial para permitir aquilo que a lei hoje não permite e então os Portugueses têm o direito inalienável de dizer se concordam, ou não, com tal alteração. Os Senhores essa alteração à lei, os Senhores é que têm de decidir, ela é gratuita ou é essencial? Tenham a coragem e a hombridade de assumir o que pretendem."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Se não o fizerem é bom que tenham a consciência clara que não podem depois do referendo à sorrelfa enviar ao Presidente_da_República uma alteração à lei_do_aborto que não foi sufragada pelos Portugueses quando é público, ainda por cima, que o Presidente já declarou que entende deverem ser referendadas as alterações que se queiram fazer na lei_do_aborto. Denunciamos aqui e agora essa habilidade. É gato_escondido_com_o_rabo_de_fora."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Fica aqui o aviso, não digam, depois, que não avisámos, porque ninguém se iluda, Senhores_Deputados, depois será politicamente insustentável e de duvidoso respeito constitucional querer legislar sobre uma matéria antes submetida a referendo de modo diferente daquele que for o sufragado pelos cidadãos. Esperamos para ver qual a leitura e a decisão que o Senhor_Presidente_da_República terá de tudo isto. Pela nossa parte, ficam já a saber que nos oporemos a esse embuste. Têm aqui nesta proposta por nós subscrita e também pelo Partido_Popular, a hipótese de o evitar. As perguntas do nosso ponto de vista devem ser "concorda que o aborto seja livre nas primeiras dez semanas da gravidez?" e uma segunda pergunta " concorda que razões de natureza económica ou social possam justificar =para <por constituírem perigo grave para a saúde da mulher?". É esse o teor das vossas propostas, deveria ser esta a meridiana clareza com que se colocam as questões aos Portugueses."(247)

BPSD: "Muito_bem!"

AS: "=O (<Ora) o Senhor_Deputado_Cruz_Abecasis."

CA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, como disse o Senhor_Deputado_Marques_Guedes, a proposta de substituição ao projecto_de_resolução setenta e cinco sete é na realidade subscrita pelo Partido_Social_Democrata e pelo CDS-PP. | Ia / Queria | -lhe pedir Senhor_Presidente, queria-lhe pedir, Senhor_Presidente, queria-lhe pedir, Senhor_Presidente que rectificasse a informação que deu, o meu Partido subscreve e assume, e assume a responsabilidade conjuntamente com o PSD sobre esta proposta_de_substituição. *Senhores_Presidente e Senhores_Deputados…"

AS: "É feita a rectificação, Senhor_Deputado. Como calcula, nas propostas nem sempre é fácil identificar as assinaturas, que são assinaturas" -/-

CA: "Senhor_Presidente, eu não fiz nenhuma crítica" -/-

AS: "Não, eu sei que não, e que fizesse =seria bem pe… <seria pertinente."

CA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, a Assembleia_da_República aprovou uma lei sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, uma **segunda lei** o nosso voto contrário. A nossa posição foi **clara** durante todo o debate, a vontade da Assembleia foi deveria haver um referendo sobre esta matéria, essa posição parece ter feito, vingado e, de facto, estamos agora a discutir um conjunto de propostas e um projecto_de_resolução sobre a realização desse referendo. Não quero fazer processos_de_intenção a ninguém, mas não quero deixar de tornar claro como o fiz_em_nome_do meu Partido durante todas as negociações que antecederam esta reunião plenária, entendo que a pior que pode acontecer a **qualquer** Partido_político desta Assembleia, os que estiveram a favor e os que estiveram contra, a pior coisa que pode acontecer à dignidade desta Assembleia é de algum modo podermos ser acusados de ter ludibriado os Portugueses ao fazer um referendo que não respondia às questões que estavam postas. É nesse sentido e é por isso, e não por qualquer artimanha escondida que entendo que se os autores da proposta que venceu tem duas questões e se a lei permite, a lei-quadro dos referendos que seja feito até três perguntas, não vejo qualquer razão suficiente para que se faça uma pergunta quando há duas situações. Só admitiria numa circunstância, e tive o cuidado de perguntar se era essa a posição do Partido_Socialista e essa circunstância seria que se *eh* por acaso o eleitorado viesse a responder negativamente à pergunta formulada pelo Partido_Socialista, isso significava, sem sombra de dúvidas, a queda **total** da lei que foi aprovada. Foi-me respondido que não, porque *eh* a segunda pergunta corresponderia uma precisão em relação à lei já aprovada. Não é suficiente e não é entendível e penso que a Democracia se constrói sobre posições claras, **a favor ou contra**, não está_em_causa saber, neste momento, se a favor ou contra, mas que seja perguntado aquilo que é questionado e que seja respondido com clareza"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

CA: "sim ou não."

BCDS-PP: "Muito _bem!"

CA: "Resta àqueles que têm espírito democrático aceitar as decisões do eleitorado. O nosso lado, aceitá-las-emos, mas não queremos que sobre nós caia, de maneira nenhuma, a responsabilidade ou sequer a acusação, ou sequer a suposição de que compartilhámos com um logro feito ao eleitorado." (411)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

CA: "Não sei qual é o resultado do referendo, nenhum de nós o sabe, quero acrescentar para ser ainda mais claro, que estou convencido que a segunda =propo <pergunta que reformulamos terá uma resposta de sim, contrária, portanto, àquilo que eu penso, mas mesmo assim, entendo que essa pergunta deve ser feita e sem fazer =in… <processos_de_intenções a ninguém, **por causa da dignidade desta Assembleia, por causa da dignidade da Democracia, por causa da clareza que devo =relacionar <reger as nossas relações com o eleitorado**, faço um apelo a todos os Partidos, para que aceitem as duas perguntas que apontámos."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

CA: "Se não quiserem fazê-lo a nossa responsabilidade está livre, porque nós entendemos que pr'ó bem ou pr'ó mal, elas devem ser claras e a posição que os Portugueses traduzam através do referendo não deve deixar dúvidas a ninguém e **principalmente** não deve ser objecto **nesta**

Assembleia de novas discussões que ponham em dúvida tudo aquilo que fora resolvido. Isso seria um golpe_**de_morte** sobre a Democracia_Portuguesa"
AS: "[…] tempo"
CA: " num assunto da **maior** […]"
AS: "Não estou a perceber."
CA: "Penso que não o devemos fazer. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados"-/-
AS: "Senhor_Deputado, 'tava-lhe, 'tava-lhe a pedir que terminasse, se faz_favor. Já, já" -/-
CA: "Vou terminar" -/-
AS: "
ultrapassou dois minutos."
CA: "Penso que deixei muito clara a posição do meu Partido sobre esta matéria, volto a dizer, não faço processos_de_intenções, faço um apelo à clareza das nossas posições, quaisquer que elas sejam." (435)
BCDS-PP: "Muito_bem, muito_bem!"
AS: "
Senhor_Deputado_José_Magalhães tem_a_palavra para uma intervenção."
JM: "Senhor_ Presidente, Senhores_Deputados, no decurso das últimas semanas, o Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista empenhou-se e empenhou-se de forma séria e sincera, em que se tornasse possível chegar a uma conclusão alargada consensual, pelo consenso **mais alargado** que fosse possível sobre aquilo que é preciso perguntar às Portuguesas e Portugueses em matéria de interrupção_voluntária_da_gravidez. Fizemos esforços de discussão, de terminologia a utilizar, das questões a considerar, **empenhámo-nos** em que esse esforço permitisse, esses esforços permitissem chegar a um consenso alargado, repito, infelizmente não foi possível atingir esse consenso, não chegámos a uma pergunta única, mas aproximámos **muito** posições, suprimimos e eliminámos divergências secundárias, reduzimos a um núcleo muito pequeno de questões aquilo que nos divide em matéria de pergunta a fazer no referendo. Congratulamo-nos, pela nossa parte, com esses esforços, não nos arrependemos deles, empenhámo-nos neles **genuinamente, tínhamos e devíamos fazê-lo** a_partir_do momento em que aceitámos, do Plenário, na data em que todos sabemos, colaborar na realização =do referendo <**d'um** primeiro referendo, se for essa a vontade e a decisão do Senhor_Presidente_da_República sobre questões relacionadas com a interrupção_voluntária_da_gravidez. A pergunta, que pela nossa parte, Bancada_Socialista, uma vez que segurou a hipótese de subscrição em conjunto de um texto **único**, a pergunta que entendemos que deve ser feita ao eleitorado e que submetemos, à vossa deliberação, Senhoras_Deputadas_e_Senhores_Deputados, é esta: "Concorda com a despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez, se realizada por opção da mulher, nas dez primeiras semanas em Estabelecimentos_de_Saúde **legalmente** autorizado?" Esta pergunta, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, tem as seguintes características: é constitucional, isto é, obedece **rigorosamente** às características de rigorosa expressão, inequivocidade, não ambiguidade, não sugestividade e susceptividade de ser respondida "sim" ou "não" livremente e em_consciência. Por outro lado, é uma pergunta que não referenda a lei_em_vigor, que **nenhuma dúvida** suscita quanto ao facto de que **aquilo** que se está a referendar é o **mais** que foi proposto e aprovado na

generalidade na Assembleia_da_República, no dia quatro_de_Fevereiro, e em relação a isso, sendo certo que o referendo intervém por razões e vicissitudes históricas que todos conhecemos, depois da votação na generalidade, e não **antes** como seria possível constitucionalmente e por ventura mais desejável, é preciso que a pergunta retrate e *refuta (474) com fidelidade o universo **a grande opção, a grande inovação** que a Assembleia_da_República aprovou na generalidade. Essa **grande** opção, essa **grande** inovação é a consagração da interrupção_voluntária_da_gravidez a pedido, por opção da mulher nas dez primeiras semanas nas condições que o projecto estabelece, ou seja, em estabelecimentos_de_saúde legalmente autorizado, **não** em qualquer sítio, **não** em quaisquer circunstâncias, mas em condições bem delimitadas, as quais visam defender e proteger a vida da mulher que se submete a uma interrupção_voluntária_da_gravidez. É **isso** que está proposto, **é isso** que foi aprovado, é sobre isso que é preciso consultar o eleitorado, não pode consultar-se o eleitorado sobre outra coisa. A pergunta tem uma outra característica =Senh… =Senh… <Senhores_Deputados, é que condensa num número de caracteres limitado os **muitos milhares de caracteres** do projecto_lei que aqui foi aprovado e fá-lo usando linguagem que sendo tecnicamente correcta, é linguagem do código_penal, é todavia também normalmente perceptível e faz parte da linguagem comum, tendo por isso as vantagens de perceptividade. Por outro lado, repito, reflecte-se **rigorosamente** ‘ que foi aprovado, nada se esconde, tudo se retrata com rigor e com objectividade. Respondem-nos os Senhores_Deputados_do_PSD, -“Mas era melhor que a pergunta fosse mais simples e mais curta” e aduzem uma exemplificação que é a pergunta que eles fazem, mas a pergunta que os Senhores_Deputados fazem será curta, mas é também curta de alcance, curta de objectividade, curta de rigor e é puramente propagandística, panfletária e, como tal, não pode ser aprovada por nós./ (palmas) Não pode e não será aprovada por nós. Uma pergunta que **desnatura** um regime jurídico de despenalização em aborto_livre e de qualquer maneira, não é um retrato fiel, não é isso que esta Bancada aprovou, não é isso que queremos, é outra coisa e consta do projecto_lei aprovado, não do retrato grosseiro que o Senhor_Deputado_Marques_Guedes aqui exaltou e que **ele acha** o retrato positivo e correcto, mas de uma óptica panfletária e francamente facciosa.”

BPS: “Muito_bem!”

JM: “Não estamos consigo. Em segundo lugar, Senhor_Presidente, colocou-se à última hora, **no último minuto**, ou já depois do último minuto, uma questão fantástica da parte da Bancada_do_PSD, que é a questão da **segunda pergunta** e subitamente havia pessoas *ah* penetradas pelo vírus da segunda pergunta lançado pelo PSD e pelo Senhor_Deputado Encarnação, hoje aqui ausente, em Praga, de que a segunda pergunta era inevitável, sem isso só haveria meio_referendo, sem isso haveria escamoteado graves questões. É uma fantástica tese. O PSD no projecto_de_resolução 75/VII o que propunha Senhores_Deputados?”

BPS: “Uma pergunta.”

JM: “**Uma pergunta**”

BPS: “Muito_bem!”

JM: “O PSD anulou o seu projecto_de_resolução” -/-

AS: “Terminou o seu tempo Senhor_Deputado.”

JM: “Eu concluo Senhor_Presidente.”

AS: "Agradeço que conclua."
JM: "de que propunha **uma pergunta**, e porque é que o fazia? Porque a segunda questão, tendo o Partido_Socialista anunciado a sua disponibilidade de não insistir na **única** inovação relativa ao aborto_terapêutico que era o alongamento do prazo de exoneração da IVG e tendo […] constituir sobre a explicitação referendar essa explicitação como o PS propõe "concorda que razões de natureza económico-social possam justificar o aborto por constituírem perigo grave para a saúde da mulher?" equivaleria a referendar a lei_em_vigor, a fazer um referendo ou confirmativo ou aberrogativo, o que a Constituição **absolutamente proíbe**, portanto, pela nossa parte, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Marques_Guedes, somos claros, não renunciamos à explicitação, não aceitamos que a questão da explicitação das condições do aborto_terapêutico se transforme numa segunda pergunta, e sobretudo **na grande pergunta** como quem o aborto […]" -/-
AS:
"Agradeço que termine Senhor_Deputado, muito_obrigado."
JM: "[…] Senhor_Presidente, **dizendo que vamos para o referendo para que os Portugueses decidam livremente."**(428)
AS: "A palavra ao Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira."
OT: "Obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o que fundamentalmente justifica o voto que o Partido_Comunista_Português vai fazer em relação ao projecto_de_resolução, independentemente da pergunta, são ao_fim_ao_cabo, as razões por que o PS e o PSD e o PP, razões e a forma por que o PS, o PSD e o PP querem impor este referendo. Desde logo, em primeiro lugar, o facto de este referendo ser imposto, porque o Partido_Socialista, depois de ter votado uma lei na Assembleia_da_República, em que recusou terminantemente a hipótese de referendo, passadas as célebres vinte e duas horas deu_o_dito_pelo_não_dito e aliou-se aos defensores ou aparentemente defensores do referendo para obrigarem, ao_fim_ao_cabo, a que a lei fosse travada e a que se viesse a fazer o dito referendo."
BPCP: "
Muito_bem!"
OT: "Em segundo lugar, em segundo lugar, / a posição, as razões, os conceitos que estão por trás da imposição deste referendo. Todos nós estamos recordados que quando em Novembro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_sete, os projectos_de_lei em discussão foram rejeitados pela maioria desta Assembleia nunca mais, durante um ano, nenhum Senhor_Deputado, nenhum Grupo_Parlamentar falou num referendo à interrupção_voluntária_da_gravidez."
BPCP: "Muito_bem!"
OT: "Só a_partir_de quatro_de_Fevereiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito, quando a proposta foi aprovada, a proposta_de_alteração, a proposta_de_despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez foi aprovada pela maioria desta Assembleia é que então os Senhores_Deputados_do_PSD, =a <uma boa parte, pelo menos a Bancada_do_Partido_Socialista, não quero aqui fazer referência ao número de Deputados que estão, ou não, a favor dessa posição, a Bancada_do_Partido_Socialista e o PP é que se lembraram novamente do referendo. Há aqui uma **duplicidade** de critérios, uma duplicidade de critérios, que no nosso ponto_de_vista, é politicamente inaceitável e que tem atrás de si e por trás de si uma

concepção extremamente grave, a concepção de que é a criminalização e a penalização da interrupção_voluntária_da_gravidez que é aquilo a que já aqui chamámos a ordem natural das coisas. É isso que é, digamos, a questão civilizacional que existe, a situação civilizacional contra a qual não se pode estar, e, por isso, só exigem, só exigem um referendo quando se verifica que há a hipótese a proposta aprovada de uma alteração a essa dita ordem_natural_das_coisas. Porque quando não há uma aprovação =da proposta <de um projecto_de_lei, então já não vêem razão para =cosultar <consultar o povo. Esta concepção de que é certo, o que é correcto é aquilo que existe hoje, que é a criminalização e a penalização da mulher que tem de recorrer à interrupção_voluntáriada_da_gravidez, é uma concepção extremamente =grávida <grave para nós e absolutamente inaceitável do ponto_de_vista político." BPCP: "Muito_bem!"

BPCP: "Muito_bem!" (483)

OT: "Somos / Senhor_Deputado, parece que há um Senhor_Deputado que não está, que não está muito agradado com a questão" /

BC: "[…]"

OT: "*Ah* Está-lhe a tocar?"

BC: "[…]"

OT: "Está a tocar-lhe? Bem, então eu continuaria. / Ao_fim_ao_cabo votamos ainda contra esse propósito, =pró =pró <este projecto_de_resolução por todo o manobrismo que tem estado sempre por trás dele, manobrismo que ainda não acabou, que ainda há pouco foi aqui explicitado e que iremos ver daqui a pouco quando for altura da votação. Manobrismos múltiplos que passam por fazer a aprovação do projecto_de_resolução ainda antes de estar publicada a nova lei_do_referendo e o manobrismo, o último manobrismo que é tentar arranjar uma **ordem** de votação para que o PSD, pelo menos o PSD, não entendi bem a posição do PP, pelo menos o PSD possa viabili**zar** a pergunta apresentada pelo Partido_Socialista sem que desista da sua própria pergunta, e esse último manobrismo, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados é aquele que está contido nas várias propostas e que certamente quando discutirmos a ordem, iremos discutir porque mas permitia-me chamar desde_já a atenção para o Senhor_Presidente e para a Mesa é que a proposta do Partido_Socialista que altera a pergunta e que foi apresentada agora, diz que é a versão corrigida da proposta apresentada ontem, como é a versão corrigida entra =en… <entra a proposta que foi entrada ontem, em primeiro lugar deve entrar a proposta do Partido_Socialista, mas Senhor_Presidente para terminar" -/-

BC: "[…] empenhamento em quê?"

OT: "É um empenhamento total e completo por parte do PS" -/-

BC: "(mas empenhamento em quê, em quê?) É **primeiro** o PS"

OT: "Para terminar Senhor_Presidente, ficou-nos agora relativamente claro, -/- (palmas)(514) ficou-nos agora relativamente claro ainda uma outra posição que consideramos extremamente grave. Das intervenções que foram feitas pelos Senhores_Deputados =do PS <do PSD e do PP, é que afinal o que parece estar certo e garantido por parte do Partido_Socialista que depois do referendo ser

aprovado pela maioria dos Portugueses, a lei, ou =o pró <o projecto_de_lei que foi aprovado =na especia <na generalidade -/-“
AS: “Agradeço que vá terminando, Senhor_Deputado”
OT: “em_quatro_ de_Fevereiro **deixará cair** a alteração das doze para as dezasseis semanas, das doze p’ás dezasseis semanas, em caso de perigo de vida /”
BC: “É uma vergonha.”
OT: “para a mulher ou para a =*soa saúde <sua saúde física e psíquica. É mais uma cedência **inaceitável** do ponto_de_vista, do nosso ponto_de_vista que o Partido_Socialista faz desta matéria.”
BC: “ […]”
OT: “P’los vistos ainda está para discutir”
AS: “Agradeço que termine já Senhor_Deputado”
OT: “ainda que, termino já Senhor_Presidente, ainda está para discutir a **outra** cedência que o PSD quer e que, certamente, vai continuar a lutar com o Partido_Socialista para que ele ceda mais uma vez, como tem vindo […] (531) é que desapareça também a tal precisão das condições económicas e sociais. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, por todas estas razões nós votaremos **contra** o projecto_de_resolução independentemente da pergunta, mas podem ter a certeza, **podem** ter a certeza clara, é que nós estaremos, o Partido_Comunista_Português, estaremos claramente depois da aprovação deste projecto_=de_reso <de_resolução, estaremos claramente na defesa do sim ao referendo e iremos bater-nos_p´lo Sim -/-“
AS: “Muito_obrigado, Senhor_Deputado.”
OT: “sem deixarmos de criticar […] -/-“
AS: “Muito_obrigado!”
OT: “tudo aquilo que o Partido_Socialista fez. (Acabei)” (540)
AS: “ Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis pede_a_palavra defesa da honra da sua Bancada. Tem_a_palavra.”
CA: “Senhor_Presidente / Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, ia deixar aqui bem claro para defesa da honra que nós nunca advogámos uma única pergunta. Nunca. Todas as vezes que falei com o Senhor_Deputado_José_Magalhães, desde a primeira que o fiz, a minha posição foi **igual**, não teve a **mais pequena** divergência em relação àquilo que aqui digo. Segunda coisa que queria dizer para que não haja dúvidas de espécie nenhuma, é que embora defendendo e querendo que seja votada a proposta que apresentámos, e é legítimo querê-lo, Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, quero dizer desde já que se ela for derrotada e para não inviabilizar o referendo, que me parece que é um direito elementar do povo_português, abster-me-ei na pergunta do Partido_Socialista, mas não votarei contra porque não quero inviabilizar, de maneira nenhuma, o referendo. As posições são claras, não tenho que ter vergonha delas, em todo este debate, desde o primeiro dia e não quero aqui refazê-lo, foi sempre claro o que defendemos e o que dissemos. Podem concordar, ou não, mas não fugimos às questões nem iludimos ninguém, e é essa a posição que manteremos até ao fim.”

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Octávio_=Tei <Teixeira para dar explicações querendo."
OT: "Senhor_ Presidente, Senhor_Presidente, eu darei explicações ao Senhor Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis, embora sinceramente, aliás p'la p'la (parca) intervenção que ele fez, logicamente não se sentiu ofendido pela minha intervenção, até nos quis clarificar uma posição da sua Bancada em relação à questão da prime… de ter defendido, ou não, uma pergunta só, isso é uma questão com outra Bancada, não era com a nossa, eu essa passo por cima, agora passo para a outra questão, pr'áquela que foi suscitada em termos de viabilizarem se a vossa for chumbada. Eu aceito isso perfeitamente, fazemos isso aqui muitas vezes, o que eu não sei se o Senhor Senhor_Deputado_Cruz_Abecasis e foi isso que eu denunciei é que =**para ter <para tentarem** essa viabilização do Partido_Socialista o **próprio Partido_Socialista** agora venha querer anular a pergunta que fez ontem para entregar, na prática, a mesma pergunta hoje apenas por uma razão, não é pela alteração da pergunta, gostamos da pergunta, é para que ela seja **votada depois** daquela que foi substituída pelos Senhores, pelo PSD e p'lo p'lo PS, é **isso** que eu critico e é isso que eu sinceramente não posso aceitar e considero que é o manobrismo. Faz_favor Senhor_Deputado."
CA: "Senhor_Presidente, desculpe-me mas queria esclarecer o Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira que em momento nenhum sugeri ao Partido_Socialista que alterasse fosse o que fosse da lei, porque aliás, para mim, é indiferente que sejam dezasseis semanas, ou não, a nossa posição foi a defesa da vida, **claramente** a defesa da vida, independentemente de prazos, portanto nunca fiz qualquer sugestão nem, muito menos qualquer exigência, que isto fique **claro** para não haver dúvidas."
OT: "Pois =Senho <Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis, também para não haver dúvidas, pela nossa parte sempre nos =manif <manifestámos **contra** o aborto_clandestino, e é essa a nossa posição"
BPCP: "Muito_bem!"
OT: " e é isso que nos leva <u>à defesa</u>"
BPCP: " <u>Muito_</u>bem!"
OT: "que temos vindo a fazer sobre esta matéria. Sobre / sobre a questão de terem ou não terem pedido ao Partido_Socialista, terem ou não terem influenciado o Partido_Socialista a ir para o referendo, a alterar a pergunta, a fazer esta ou aquela pergunta, a descer, desaparecer com a proposta, que já estava aprovada na generalidade das doze para as dezasseis semanas, *ó* Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis eu não posso desmentir aquilo que o Senhor diz e aquilo que o PSD pede para () dizer, agora o que eu estranho, é que **só, só pelo Partido_Socialista**, e ele próprio, ele tenha conseguido fazer estas cambalhotas todas sem haver ninguém a dar-lhe o empurrão, isso é que é muito estranho."
BPCP: "Muito _bem,muito_bem!"

Discursos proferidos no dia 20 de Fevereiro de 1997 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 21 de Fevereiro de 1997

AS: "Senhores_jornalistas, têm de aceitar as minhas injunções, não podem ficar no Hemiciclo. Senhores_Deputados agradeço que se sentem e façam_silêncio. Começo por vos anunciar que estão em aprovação os Diários_da_República, primeira série, nos vinte e três a vinte seis, respeitantes às reuniões plenárias de oito, nove, dez, quinze, dezasseis, dezassete_de_Janeiro próximo passado, estão em discussão. Vamos passar à votação destes Diários. Quem vota contra faz_favor de se levantar, quem se abstém, aprovados por unanimidade. Senhores_Deputados, têm que fazer_silêncio. Muito_obrigado. Tenho aqui três votos_de_pesar pelo falecimento do Doutor_Rómulo_de_Carvalho e poeta_António_Gedeão. Um que eu próprio elaborei, outro da autoria do Grupo_Parlamentar_do_CDS, outro da autoria do Grupo_Parlamentar_do_PCP. As As duas Bancadas do CDS e do PCP anunciam muito gentilmente que em face do meu voto de protesto retiram" -/-

M: "De pesar, pesar."

AS: "De voto_de_pesar retiram os seus próprios votos_de_pesar. Se concordassem íamos passar à votação sem discussão do voto_de_pesar do Doutor_Rómulo_de_Carvalho, poeta_António_Gedeão, que é de seguinte teor."

B: "[…]"

AS: "Peço_silêncio Senhores_Deputados, vai-se ler um voto_de_pesar. "Morreu o Doutor_Rómulo_de_Carvalho, poeta_António_Gedeão, ilustre pedagogo que gerações de alunos seus recordam com admiração e reconhecimento. Notabilizou-se, sobretudo, como poeta. Foi uma das vozes mais significativas da poesia do último meio século. Poeta originalíssimo, inimitável, logrou emprestar a sua extraordinária imaginação poética à divulgação da ciência sem quebra de magia. A sua "Pedra Filosofal", só para mencionar um exemplo, serviu de suporte a uma das mais fortes e belas canções de combate divulgada pela voz também inspirada do poeta_Manuel_Freire. A obra poética que nos legou é para a sua memória um imorredoiro suporte. Os poetas só morrem quando a poesia morrer, isto é, nunca. A Assembleia_da_República na sua sessão de vinte_de_Fevereiro_de_noventa_e_sete curva-se em silêncio, respeito e pesar perante a memória do poeta_António_Gedeão." Senhores_Deputados, portanto sem discussão, uma vez que hoje é um dia especial, vamos votar este voto_de_pesar. Quem vota contra faz_favor de se levantar, quem se abstém, o voto foi aprovado por unanimidade. Vamos guardar um respeitoso minuto_de_silêncio. (1 minuto de silêncio)

Vamos dar início como sabem à discussão conjunta do projecto_de_lei número cento e setenta e sete barra sete originária do PCP relativo à interrupção_voluntária_da_gravidez, do projecto_de_lei número duzentos e trinta e cinco barra sete originário do Senhor_Deputado_Strecht_Monteiro e outros Deputados_do_PS que altera os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção_voluntária_da_gravidez e do projecto_de_lei número duzentos e trinta e seis barra sete, também originário do Grupo_Parlamentar do PS subscrito pelo Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto e outros Deputados, também relativo à interrupção_voluntária_da_gravidez. Para apresentar o projecto originário do seu Grupo_Parlamentar, dispondo de dez minutos que não serão descontados no tempo global do seu Grupo_Parlamentar, a palavra à Senhora_Deputada_Odete_Santos."

OS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o debate sério que todos estamos envolvidos, mercê da iniciativa legislativa do PCP tem que partir de uma primeira reflexão. Porque razão a Assembleia_da_República debate pela terceira vez o aborto_clandestino? Em mil_novecentos_e_oitenta_e_dois, o PCP apresentou três projectos_de_lei que tinham subjacente a ideia de que a maternidade devia ser um acto livre, responsável e consciente. Trata-se dos projectos relativos à protecção da maternidade, à educação_sexual e ao planeamento_familiar e à interrupção_voluntária_da_gravidez. Mostrámos nessa altura a urgência de resolver graves problemas com que se debatem as mulheres_portuguesas, mas em vão. Os projectos viriam a ser rejeitados. Em mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro, com a reapresentação dos mesmos, a Assembleia acabou por elaborar três leis que apesar das insuficiências representaram um marco histórico muito embora logo afirmássemos quanto à lei seis oitenta e quatro, a Lei sobre interrupção_voluntária_da_gravidez que se tratava de uma resposta recuada ao verdadeiro problema de saúde_pública resultante dos abortos_clandestinos. E assim, este terceiro debate realiza-se não só porque às mulheres não são dadas condições p'ró exercício de uma maternidade livre e consciente, não só porque não se cumpre a lei sobre educação_sexual e planeamento_familiar, e sobretudo porque a Assembleia não aprovou em mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro as propostas do PCP que verdadeiramente combatiam o aborto_clandestino. A interrupção_voluntária_da_gravidez não é um método contraceptivo. Sempre o afirmámos no passado, mas é muitas vezes o último recurso p'ra gravidezes indesejadas ou que não se podem levar a termo por justificados motivos. Falamos de um problema social, falamos de mulheres com toda a espécie de problemas, adultas ou menores. Bem ou mal tratadas pelos companheiros, esgotadas, adoecidas física e psiquicamente, mulheres com filhos que não podem acolher mais um sob pena de correrem grave risco e também todo o seu agregado_familiar. Mulheres que verão comprometida a sua carreira profissional, mulheres que sofrem toda a espécie de violências na família e na sociedade. Falamos de mulheres que sofrem, mulheres angustiadas p'la violência de terem de recorrer ao aborto_clandestino. Ninguém pode ignorar esta situação e eximir-se a resolver o problema. E foi assim que foi encarado seriamente noutros Países que resolveram por cobro ao flagelo. Porque não havíamos de fazer nós, tanto mais que estivemos na Conferência_do_Cairo, na Conferência_de_Pequim e subscrevemos os seus documentos finais. Será bom recordar que a plataforma da acção de Pequim subscrita por Portugal fez um apelo para a não perseguição_penal das mulheres que fazem abortos nos Países onde é ilegal. E no Cairo foi estabelecido como objectivo a redução drástica do número de mortes e da morbilidade resultante do aborto_inseguro. Estamos igualmente confrontados com um problema de saúde_pública. Não podemos fazer de conta que não morrem mulheres em resultado d'abortos feitos nas piores condições. Portugal é o único País da União_Europeia que apresenta mortes de mulheres como consequência da clandestinidade do aborto. As mortes figuram nas estatísticas ou como segundo ou até como primeira causa de morte materna. Mas depois, Senhores_Deputados, há todas as outras sequelas que vitimam as mulheres, as infertilidades, as doenças psíquicas, a destruição da sexualidade. Ninguém ouse invocar ignorância desta situação. Ninguém pode fechar os olhos e dormir sobre uma lei que só aparentemente lhe proporciona o apaziguamento da consciência." -/- (palmas)

"

Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, este problema de saúde_pública nasce de uma lei_penal e assim temos simultaneamente um problema de política_criminal. Não é inédito. Por toda a parte do mundo, a despenalização_do_aborto e a simultânea e necessária consagração da legalidade do recurso aos estabelecimentos de saúde para a interrupção médica em condições dignas e seguras da gravidez foi | sempre sendo consagrado. A Grécia despenalizou o aborto quando feito nas primeiras doze semanas a pedido da mulher e consagrou a obrigação do Estado de velar pela saúde da mãe e de assegurar o tratamento dos departamentos hospitalares aquando da interrupção_voluntária_da_gravidez. A mesma despenalização foi feita na Dinamarca, na Suécia, na Noruega, na Áustria. Na Holanda, País que se apresenta com uma baixíssima taxa de abortos_clandestinos, a interrupção_da_gravidez pode ser feita a pedido da mulher até à vigésima quarta semana quando ela própria e só ela se julgue em situação de emergência. Na Suíça, o boletim dos médicos suíços, assinalando nalguns cantões na legislação que passou a permitir a interrupção_da_gravidez por razões sociais nas primeiras doze semanas afirmava que no período entre mil_novecentos_e_noventa_e_um e mil_novecentos_e_noventa_e_quatro se tinha conseguido nesses cantões o quase total desaparecimento dos abortos_clandestinos. Até na Alemanha, parece convirá sempre citar em matérias penais, a lei aprovada e em_vigor depois de um_de_Janeiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_seis adoptou um sistema de prazos sem indicação *crrr* nas primeiras doze semanas. Lei mais restritiva e ainda mais hipócrita que a nossa, Senhores_Deputados, *crrr* só na Irlanda que através de um referendo considerou que era um atentado ao direito à vida do feto o aborto praticado por mulher em território irlandês, mas já não haveria atentado se fosse feito em território estrangeiro. Olhos_que_não_vêem_coração_que_não_peca. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, neste debate há duas perguntas que nunca são respondidas porque são incómodas aos que continuam a reclamar que a lei mantenha contra as mulheres duras ameaças com penas_de_prisão. Primeira questão: a lei ameaçando as mulheres com penas_de_prisão *crrr* tem defendido o embrião e o feto, dado que toda a gente aceita que são milhares os abortos_clandestinos, esta pergunta tem uma única pergunta possível que alguns não querem dar porque seria reconhecer a hipocrisia da lei e a resposta é Não. Segunda questão: mantendo-se a lei actual como defendem, o que querem fazer para que ela seja eficaz? Meter as mulheres na cadeia? A esta pergunta costuma seguir-se imã ladainha sobre a necessidade de fazer mais pelas mulheres. Ninguém afirma que quer que as mulheres vão p'rá cadeia, donde tem que concluir-se para os que anunciaram que estão contra a despenalização é suficiente *crrr* que tudo fique na mesma. Mas as mulheres morrem, Senhores_Deputados, mas as mulheres sofrem, Senhoras_e_Senhores_Deputados. Não se alterando a lei, não se impedindo os abortos com a mesma, não se querendo meter as mulheres na cadeia, espero que não queiram, então o que se manterá é o aborto_clandestino e a hipocrisia, **uma hipocrisia que destrói.** *Crrr* -/- (palmas)

De facto, não haverá lei mais ineficaz em todo o nosso direito_penal. Não há da sociedade, nem das instâncias formais de controlo, polícias e magistrados real vontade de promover a perseguição_penal às mulheres. Mais do que ineficaz e por isso desvalorizada sem desempenhar qualquer prevenção, a lei causa maiores males do que aqueles que diz querer evitar. É causa de morte, de doenças, de sofrimentos de mulheres, é mesmo criminógena porque contribui para fenómenos de extorsão, de coacção, de exploração da mulher. A lei_penal excede

aqui um dos princípios orientadores do direito_penal moderno, o princípio da intervenção mínima. Ao legislador de um Estado social e democrático de direito está vedado impor aos cidadãos e cidadãs sofrimentos desnecessários, tanto mais quanto são ineficazes. Como escreveu S._Tomás_de_Aquino na *Suma_Teológica* e passo a citar "É preciso em_nome_da própria moral rejeitar as leis que sob pretexto ideal provocam maiores males do que aqueles que querem prevenir."

BPCP: "Muito_bem!"

OS: "Não existindo qualquer relação de causa efeito entre a actual lei e a realidade, tem de concluir-se que a mesma radica em velhos preconceitos sobre o papel_da_mulher =do <no mundo. A mulher receptáculo_para_procriação, a mulher_objecto. Foi isto que ressaltou de algumas demagógicas campanhas destituídas de qualquer ética, ofensivas do mais elementar decoro, ofensivas da sociedade pluralista que somos e onde lutamos pela liberdade_de_consciência, p'lo direito de cada um a desenvolver a sua personalidade segundo os seus próprios códigos éticos, espirituais, morais e religiosos. -/- (palmas)

O que ficou no ar no discurso de alguns supostamente piedosos foi a intolerância expressa na litania, as mulheres não têm o direito de, não têm o direito as mulheres e as mulheres interrogaram-se sobre os seus direitos, sobre o que o Estado lhes exige, sobre o que o Estado não faz. As mulheres como pessoas humanas são titulares do direito à vida, à saúde, do direito à intimidade da vida privada, ao bom nome e reputação, à dignidade, à maternidade consciente, do direito a constituir família **com ou sem filhos**, do direito à liberdade_de_consciência, à participação na vida_pública, do direito à segurança no emprego, à realização pessoal na família e na sociedade. Tantos direitos por cumprir Senhores_Deputados. Que dedo_acusador levantam as mulheres contra o Estado que as humilha porque não podem ter mais filhos ou não podem mesmo ter filhos. Alguns nos últimos tempos tentaram apropriar-se =de acusa… <das acusações de tal forma que mais parecia estarmos nas vésperas de um oito_de_Março. Falaram **muito** da situação dramática das mulheres, da falta e precariedade do emprego, da pobreza feminina, das crianças. Objectivamente, tal postura destina-se a calar a sua consciência que bem lá no fundo condenará a hipocrisia da lei repressiva. E prometeram o mundo às mulheres, prometeram-lhes o céu, levado à cena num teatro, como diria Natália_Correia, mas a vida das mulheres_portuguesas não é um sonho_de_bonecas_de_porcelana a quem basta esperar a varinha_de_condão de uma recheada carteira. Num País com a maior taxa de pobreza da União_Europeia, num País que apresenta taxas elevadíssimas de pobreza nas crianças e jovens até aos dezassete anos com especial incidência na faixa etária dos zero aos seis anos, pergunta-se se é assim que o Estado garante o direito à vida das mulheres e das crianças, se é assim que o Estado garante o direito à paternidade e maternidade conscientes, se é assim que o Estado garante o direito a constituir família, **se é assim que o Estado garante protecção** à vida humana em potência. Pergunta-se se é crível o discurso daqueles que descobriram de súbito que até o planeamento_familiar seria arma_de_arremesso conta a despenalização quando é certo, como relembrou o Doutor_Albino_Aroso que esses foram os que mais lutaram contra o uso de meios_anticoncepcionais que não fossem os métodos arcaicos. Nós sempre lutámos pela efectivação dos direitos sociais, económicos dos pais e das mães, aí sendo a sede privilegiada para o Estado demonstrar o valor que atribui à vida humana em potência que é a vida intra-uterina. Mas não nos bastamos com isso porque o problema do aborto não foi resolvido em Países muito mais desenvolvidos apenas com as medidas sociais porque perceberam que se trata de um

problema de saúde_pública que o Estado tem o dever de resolver. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o que está_hoje_em_causa é a censura que a própria vida faz da lei_penal e o que temos de saber é se a lei que temos é própria de um sistema_democrático, pluralista, ou se conserva ainda resquícios de uma ordem jurídica intolerante, que alheada dos efeitos criminógenos dessa mesma intolerância quer impor às cidadãs sofrimentos desnecessários. Estas não são pois questões do foro íntimo dos Senhores_Deputados, a [^^^^] penal, as linhas orientadoras de um direito_penal, de um Estado_de_direito_democrático não podem ser definidas pelos códigos morais dos que foram investidos num mandato para resolver os problemas de **toda, de toda a população**. -/- (palmas) E quando na sociedade não existirem consensos sobre a criminalização, o direito_penal perde a legitimidade quando cede aos códigos de alguns e exerce censura aos que têm concepções de vida diferentes. Por isso, hoje ninguém se pode refugiar atrás da sua consciência, ou atrás de pressões ilegítimas, por mais elevado que seja o estatuto das pessoas que tais pressões exercem. Porventura faltará a essas pessoas a clarividência de se aperceberem que estão a lidar com a lei_criminal, com uma lei feita por seres humanos e não por Deus ou deuses, restringindo com a ameaça de prisão a liberdade_de_consciência das mulheres. Estão a lidar com um problema que não trata de convicções religiosas, o que foi compreendido noutros Países com uma grande tolerância por parte de diversos credos religiosos, que recusaram a ver consagrada na arma mais terrível do Estado_do_direito_penal a sua concepção de vida, a lei_penal deve ser de facto a lei que permita a convivência, e não pode impor a uma parte da população as convicções morais doutra parte. Importa recordar-lhes -/- (palmas) Importa recordar-lhes a situação única em que se encontra a mulher com as =palavres <palavras da célebre sentença *Casey* e do Supremo_Tribunal_Federal_dos_Estados_Unidos_da_América: "A mãe que leva uma gravidez até ao fim está sujeita à ansiedades, a pressões físicas, a sofrimento que só ela sabe avaliar." Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o reconhecimento do valor de um bem jurídico não basta para justificar o uso de sanções penais como se reconhece, aliás, no acórdão oitenta e cinco, oitenta e cinco do Tribunal_Constitucional e como é que reconhecido por todos os penalistas sem excepção. Assim a Assembleia_da_República tem plena liberdade para decidir a despenalização. Estamos aqui confrontados com o núcleo =fon <fundamental do projecto do PCP. A despenalização_da_IVG, quando feita em estabelecimento hospitalar oficial ou clínicas oficialmente reconhecidas nas primeiras doze semanas a pedido da mulher. A despenalização acompanhada da consagração do direito a recorrer ao sistema de saúde_pública para que o aborto se faça em condições seguras, para que as mulheres não arrisquem a vida e a saúde nomeadamente as mulheres que não podem recorrer a clínicas em Portugal ou no estrangeiro. Não se trata de liberalizar_o_aborto. Liberalização foi uma palavra que alguns e alguns que até estão a favor da despenalização inconscientemente utilizaram dando voz às concepções daqueles que não reconhecem à mulher o direito à sexualidade e que lhe querem impor tão só o dever de procriar. Aqueles que como no poema de Natália_Correia dizem à feiticeira cotovia "confessa que és uma harpia / que tens comércio com Vénus / que és o leito de orgia / de poetas obscenos." Liberalizar o aborto seria aquilo que até já foi recomendado publicamente e por sinal por um dos mais destacados opositores da despenalização. Suprimir na lei todas as referências ao crime de aborto e assim a mulher teria plena liberdade de o fazer onde entendesse: em casa, na vizinha, na parteira, na clínica privada, no consultório médico. Mas esta proposta de liberalizar, esta sim, revela a mais absoluta indiferença p'las mulheres das classes desfavorecidas, p'las mulheres trabalhadoras, p'las mulheres sem

disponibilidades económicas para recorrerem à segurança dum aborto feito por médicos. Esta proposta de liberalização é feita por quem sabe que a mesma mais não faria que acentuar a discriminação das mulheres pobres. -/- (palmas) Despenalizar como propõe o PCP é coisa bem diferente, como pode encontrar-se justificação, por exemplo, para penalizar a mulher que engravidou involuntariamente porque falharam os métodos_concepcionais, ou nem sequer os conseguiu na consulta de planeamento_familiar e não pode levar a gravidez a termo por recear perder o emprego ou =ver <por ver limitadas as suas possibilidades de acesso ao mercado_de_trabalho. Como pode penalizar-se uma mulher que engravidou de uma relação_sexual não desejada com o companheiro que lhe proíbe o uso da pílula que ela tem de esconder na casa da vizinha, e não pode ter mais filhos sob pena de colocar em perigo a subsistência do agregado familiar e a própria vida da criança que não desejou. Sabem os Senhore_Deputados e as Senhoras_Deputadas que qualidade de vida têm normalmente as crianças não desejadas? Como pode o Estado usar legitimamente do seu poder punitivo quando os direitos sociais, os que verdadeiramente protegem a vida humana em potência, os direitos que garantem a realização da maternidade e da paternidade conscientes não são =efectuados <efectivados. A actual lei_penal apresenta-se face à situação dramática das mulheres_portuguesas em substituição das medidas sociais e não como a sua última *ratio*, p'lo que não obedece aos princípios do direito_penal moderno. Entendemos com o sistema de prazos que propomos nas primeiras doze semanas, como acontece noutras =legisle <legislações já atrás mencionadas é a que melhor responde aos objectivos duma política_criminal, própria de um Estado_de_direito_democrático tanto mais que surge acompanhada de medidas na área da saúde. Este é o núcleo fundamental da proposta do PCP. Sumariando ainda as restantes propostas do Projecto importará dizer que nos debates que antecederam este debate hoje fez-se sentir da parte de alguns uma resistência incompreensível ao alargamento da IVG por doença ou mal-formação grave do feto. No fundo, todas essas resistências a esse alargamento estão dois factores: primeiro uma desconfiança grande em relação às mulheres; segundo uma atitude impiedosa de obrigar as mulheres a terem filhos grandes deficientes mesmo sabendo-se que aquela família =e tem <irá ter uma vida de suplício. Deixem as mulheres decidir da sua vida, elas saberão se podem ou não ter aquele filho. -/- (palmas) Elas recorrerão à IVG tão cedo quanto lhes seja possível saber a brutal verdade. Não adiarão por mais tempo o sofrimento de uma gravidez que se passaria a suportar em revolta. E as restantes semanas? =A =A <As outras propostas e que =vê <vêm no projecto do PCP que são portanto o alargamento. Importará esclarecer aquilo que ficou claro nas audições parlamentares, é que enquanto alguns apenas preocupados em demonstrar que o embrião e o feto já eram (e) vida humana, o que não é verdade, nem científica, nem filosófica, nem legalmente, tentavam descortinar no nosso projecto, nas semanas indicadas alguns indícios que o PCP se rendia aos seus argumentos =esple <esqueciam a explicação mais natural que eles próprios acabaram por ter que fornecer, a interrupção_médica_da_gravidez tem tanto menores riscos para a mulher quanto mais cedo se fizer, por isso não seguimos outras legislações que cheguem chegam mesmo à vigésima quarta semana no caso de angústia da grávida, aliás, esta vigésima quarta é por nós aceite nos casos de mal-formações ou doenças graves do feto ou do embrião não por aceitarmos introduzir na lei o critério penal legal da viabilidade do feto, mas por nos convencermos que com base nos actuais conhecimentos da medicina e nas técnicas utilizadas no País, é perfeitamente possível detectar as anomalias destro das vinte e quatro semanas. Tendo em atenção a saúde da mulher,

propomos a despenalização_do_aborto feito a pedido da mulher toxicodependente nas primeiras dezasseis. A toxicodependência é uma terrível doença social gerada pela avidez do lucro alfobre de milionários, que atira jovens para a mais atroz degradação. Uma jovem toxicodependente entra num processo tal de degradação que não se apercebe de imediato do seu estado de gravidez, por isso justificando a concessão do maior prazo para decidir se quer de facto tratar-se, se pode tratar-se, se a sociedade lhe dá os necessários meios para a sua recuperação, se quer ter o filho, se o Estado olha a vida em potência que traz no ventre como credora de deveres por parte dele, como o dever de lhe proporcionar uma mãe saudável, uma mãe com condições para ter aquele filho. Propomos também a menção expressa que o risco da HIV é um risco de doença grave e, de facto, assim é, e já está na lei actual, mas é necessário que a lei se torne clara. Propomos o alargamento para dezasseis semanas nos casos de crimes contra a liberdade e auto-determinação sexual. De facto, porque se trata de crimes em que padrões_culturais_machistas da nossa sociedade determinam que a mulher que sente mais vergonha que o impante agressor desvende tarde a sua gravidez. A distinção feita por alguns entre violações e violações violentas são a mulher prova =que em <que há quem julgue ainda em Portugal que aqui neste País é a coutada_do_macho_ibérico. O prazo de dezasseis semanas deverá ser alargado para o prazo fixado par' ó aborto impropriamente chamado de eugénico no caso de menores ou de vítimas afectadas por anomalia psíquica, por razões ainda mais evidentes. Umas não sabem que estão grávidas, outras ainda com maior temos devido à sua menoridade, tarde revelam muitas vezes o seu adiantado estado de gravidez. Propomos ainda que o prazo da IVG no caso de aborto terapêutico seja alargado para dezasseis semanas tendo em atenção sobretudo o caso das doentes que tomam anti-depressivos relativamente às quais o actual prazo de doze semanas se revelou insuficiente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, no decurso dos debates já havidos foram levantadas objecções relativamente à exequibilidade da despenalização. Desde logo, porque havendo serviços que por inteiro se declaram objectores_de_consciência, não haveria possibilidades de satisfazer as solicitações das mulheres. Respeitamos os verdadeiros objectores_de_consciência, aqueles que até =casa <caso se declaram objectores e por isso, reconhecemos no projecto a objecção_de_consciência. Mas na execução da lei, não poderá deixar de averiguar-se quais os verdadeiros e os aparentes objectores. Também em último recurso e derrotados todas as obstruções dos opositores da lei, deparámos com o último e derradeiro e desesperado argumento de que nos serviços hospitalares terá de se investir muito, milhões mesmo para que a lei seja executada. Mas Senhores_Deputados, o aborto_inseguro é, ou não, um grave problema de saúde_pública. As mulheres têm, ou não, direito à saúde? -/- (palmas) *Crrr* Em quanto se contabilizam os custos das gravíssimas complicações de aborto que chegam aos hospitais. E não pode contabilizar-se em números, mas são importantes os custos em termos de perdas de horas e horas de trabalho, em termos do exercício da cidadania por parte das mulheres afectadas pelos traumatismos físicos e psíquicos do aborto inseguro. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, nunca entendemos o aborto como forma de contracepção, não o é, e não é assim que as mulheres o encaram. A educação_sexual inexistente nas escolas (Não é Senhor_Deputado? Percebe muito pouco disto), por omissão do Estado, o planeamento_familiar muito insuficiente são, seguramente, me... meios de combate ao mal. E por isso mesmo, porque entendemos que uma lei_de_despenalização não pode deixar de =sér <ser acompanhada de medidas no âmbito do planeamento_familiar. Recorde-se um artigo do nosso projecto_lei muito esquecido, por **alguns** porque lhes convém, mas que não

caiu_em_saco_roto, pois foi notado por quem fez uma análise serena e séria do mesmo. Na audição parlamentar, o Professor_da_Faculdade_de_Medicina_de_Lisboa_Miguel_Oliveira_e_Silva faria notar a importância do artigo em que o PCP propunha que a mulher que s(e) submetesse a uma interrupção_da_gravidez teria de ter uma consulta de planeamento_familiar no prazo de sete dias. Uma lei_de_despenalização deve ser acompanhada p'la efectivação do planeamento_familiar. É esse o objectivo do nosso projecto. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, entendemos que as nossas propostas dão resposta ao flagelo do aborto_clandestino, respondendo aos problemas e dramas das mulheres e sobretudo aos graves problemas sociais das mulheres trabalhadoras, das mulheres pobres, das mulheres excluídas, de todas aquelas que num desespero tentam resolver os problemas sozinhas com agulhas, com pés_de_salsa, com as plantas mais diversas, aquelas que aguentam as laminárias até se esvaírem em hemorragias porque só pagaram metade do trabalho e ainda não conseguiram o restante para que o aborto seja ultimado. Aquelas que são vítimas de intolerâncias, de desconfianças, aquelas **que neste debate em desespero** sentiram ondas de intolerância sobre si, se viram =com <culpabilizadas **e queriam e não puderam explicar publicamente** porque se tinham visto obrigadas a rejeitar uma promessa de vida." -/- (palmas)

AS: "Cláudio_Monteiro do PS, Cláudio_Monteiro? (vb) Para um pedido de esclarecimento, a palavra ao Senhor_Deputado_Cláudio_Monteiro."

CM: "Senhora Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhora_Deputada_Odete_Santos, há um ponto em que estamos de acordo. Este facto, para esta Câmara, é um problema de política_criminal e nessa matéria a política_criminal deve prever uma intervenção mínima do direito_penal e o direito_penal deve ser neutro em relação a valores religiosos ou morais. A incriminação do aborto não representa, não pode representar uma censura moral ou religiosa à mulher que se submete ao aborto. Não é um problema de consciência_individual nem dos cidadãos, nem destes Deputados que compõem esta Câmara. É um problema de consciência_colectiva e aqui nós divergimos, Senhora_Deputada, divergimos quanto à dignidade do bem jurídico que é protegido pela incriminação e divergimos quanto à legitimidade e à quanto necessidade dessa incriminação. A Senhora_Deputada questiona a eficácia da incriminação do aborto, reduz no fundo a legitimidade à incriminação penal à sua utilidade. Pergunta, inclusive, se perante a ineficácia da lei queremos nós, porventura, reprimir a conduta da mulheres, reprimir penalmente, policialmente a conduta das mulheres que se submetem ao aborto. Senhora_Deputada, eu não tenho do direito_penal uma visão que o reduz à função repressiva da pena. A pena também tem uma função preventiva, Senhora_Deputada, e a função preventiva também significa estabelecer a fronteira entre o lícito e o ilícito, Senhora_Deputada, e isso é fundamental, é uma questão de civilização quando o que está_em_causa é a vida humana em todas as suas manifestações desde a vida intrau(te)rina, até ao último momento em que essa vida se mantém. Mas mesmo que eu admitisse reduzir a legitimidade da lei à sua eficácia, eu tenho dúvida que os custos sociais de incriminação sejam efectivamente =su =su <superiores aos custos sociais que também acarreta a descriminalização, Senhora_Deputada. O número de abortos, o número global entre os lícitos e os *lícitos aumentará, ou não? O número de abortos_clandestino diminuirá significativamente, ou não serão grande parte deles clandestinos não em relação à lei, mas clandestinos em relação à sociedade e em relação à família e em relação ao

marido, inclusive. A mortalidade_maternal vai diminuir significativamente? Ou não é verdade que a mort(ali)dade_maternal em casos de abortos é sempre muito superior àquela que ocorre nos casos de parto e de complicações do parto? Senhora_Deputada, a dignidade do bem jurídico não basta. Tem toda a razão, e aí está a lei_em_vigor, e aí estão as propostas_da_alteração à lei_em_vigor para justificar que há situações em que dignidade do bem jurídico não basta, mas Senhora_Deputada, a alteração da lei também não basta, Senhora_Deputada, porque o que importa é alterar a realidade, e o que está_em_causa aqui é saber se o aborto é uma solução ou se deve continuar a ser encarado como um problema. Muito_obrigado!"

AS: "Senhora_Deputada_Odete_Santos tem mais um pedido de esclarecimento. Não sei se quer responder já, se acumula. Faz_favor, tem_a_palavra."

OS: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Senhor_Deputado *oh aaah* eu penso que mesmo tirando parte das convicções religiosas ou não, isto não é um problema religioso, e portanto não tenho que estar a discutir nesses termos, *aaah* mesmo no que toca à questão da lei_penal, eu penso que o Senhor_Deputado *eeh* não levou o seu raciocínio até ao fim, e porque como diz que a lei_penal não tem só a função repressiva, mas também tem uma função preventiva, aí estamos de acordo. (Riso) Senhor_Deputado, qual é a função preventiva que a que a lei_penal actual tem? Fazem ou não se fazem abortos? A lei_penal está totalmente desvalorizada, nem sequer tem a função preventiva de intimidar positivamente para criar nos cidadãos e na sociedade a **convicção de que que a lei é uma norma boa e que deve ser cumprida e que levaria a sociedade a denunciar as parteiras e as mulheres**. Quer dizer função *ah ah* a função prevenção especial não tem, mas o Senhor_Deputado =re *ah ah* <referiu-se à geral e essa é manifesto (que) também não tem nenhuma função preventiva. Depois em relação aos custos, *eh* eu não sei se pude acompanhar tudo, devo dizer-lhe Senhor_Deputado, que em relação à questão de abortos_clandestinos tenho e terei muito gosto em mandar tirar fotocópias e de lhe fornecer para_além_dos caso que vêm já no documento, no *Livro_da_Assembleia aaah* o número de abortos_legais nos Países nórdicos desde o ano em que foi despenalizado o aborto, a evolução do número de abortos =que va... <que baixou. Tenho o meu maior =peze <prazer de lhe oferecer =o tal *ah* <a tal página do boletim dos médicos suíços que eu citei sobre =a nume... *ah ah* <a redução quase ao mínimo dos abortos_clandestinos na Suíça **e a redução, e a redução dos abortos_legais**, por isso está por provar e a realidade demonstra que efectivamente os abortos_clandestinos reduzem-se com a despenalização e os abortos_legais porque acompanhados de um bom planeamento_familiar e todas as outras medidas também se reduzem" -/-

BPCP: "Muito_bem! Muito_bem!"

OS: "e Senhor_Deputado em relação aos perigos para a mulher se são maiores ou não são maiores *ah ah* =em rela... *ah* <em consequência de aborto, Senhor_Deputado, não é verdade que sejam maiores em consequência de aborto do que do parto. Também lhe posso fornecer estudos feitos no sítio onde estes sítios se fazem e são muitos Países em que lhe dizem que de facto não é verdade que morra mais gente em consequência de aborto quando ele [...]" -/-

AS: "Três minutos Senhora_Deputada."

OS: "do que em consequência do parto."

AS: "Muito_obrigado!"

BPCP: "Muito_bem!"
AS: "Para um novo pedido de esclarecimento tem_a_palavra a Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto."
MJNP: "Muito_obrigada Senhor_Presidente. Senhora_Deputada_Odete_Santos, ao longo deste debate houve duas coisas que ouvimos repetidamente: a palavra hipocrisia e a expressão "leis não cumpridas". Faço-lhe a justiça de considerar que a Senhora_Deputada não tem qualquer intenção hipócrita de quando faz esta proposta ,muito p'lo contrário, estou certa que está convicta que está a fazer o melhor pelas mulheres_portuguesas, (Lado B) mas queria-lhe perguntar o seguinte: não pode desligar esta iniciativa legislativa das condições de eficácia da sua proposta caso ela fosse aprovada hoje na Assembleia_da_República e para que as mulheres_portuguesas não lhe perguntem daqui a dois anos aquilo que hoje provavelmente nós vamos perguntar *ah* eu gostaria de saber como compatibiliza essas condições de eficácia da sua proposta com duas situações concretas: em primeiro lugar, a situação do Serviço_Nacional_de_Saúde, sendo que responsáveis do Serviço_Nacional_de_Saúde, nomeadamente Directores _Gerais afirmaram, no âmbito das audiências, e não só, a / em entrevistas dadas à Comunicação_Social, que os hospitais portugueses não tinham capacidade para receber como actos medicalizados os abortos_clandestinos; em segundo lugar, e se considera como eu considero, e penso que todos nós, que o direito de objecção_de_consciência é um direito que não **pode sequer** estar em discussão nesta Câmara, então como é que compagina isso com o facto de precisar certamente dos médicos para o aborto_medicalizado e *ah* o parecer do Conselho Deontológico da Ordem_dos_Médicos. Senhora_Deputada sabe, temos listas de espera onde cegam pessoas para simples operações de cataratas, gostava de saber se admite que em Portugal possa haver uma lista de espera para abortos. Muito_obrigada!"
B (vb): "[…] admite."
AS: "Palavra para responder à Senhora_Deputada Odete_Santos."
OS: "*Ah* Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhora_Deputada Maria_José_Nogueira_Pinto, eu referi-me =ao seu *ah* <à sua questão, eu referi-me já na minha intervenção e, de facto, em saúde em saúde_pública eu acho que não pode haver listas de espera. **Em saúde_pública** e este é um problema de saúde_pública. E depois gostava de lhe dizer uma coisa. Já agora que estamos *ah* a falar de custos, Senhora_Deputada, =já fu… <já contabilizou, percebe talvez porque esteve numa maternidade, quais são os custos duma cama que fica ocupada vários dias, desculpe, de uma cama que fica ocupada vários dias por uma mulher que fez um aborto_clandestino de uma maneira bárbara"
BPCP: "Muito_bem!"
OS: "e que depois tem que ir cortar o útero, ou tem que permanecer no hospital durante muito tempo, e quando não morrem, é evidente, mas quantos quantos dias vai ficar esta esta cama ocupada? E já pensou que =uma <um acto médico duma interrupção_da_gravidez segura demora dez, quinze minutos? Então e isto não há diferença de custos? E já estudou, e já estudou da Associação_de_Planeamento_da_Família dos Estados_Unidos_da_América a *contabilizão que foi feita, é que enquanto se gastava um dólar por fazer uma

interrupção_voluntária_da_gravidez legal no hospital gastavam-se quatro dólares por tratar uma mulher de aborto_clandestino? Então, Senhora_Deputada?"
AS: "Senhora_Deputada pede_a_palavra para…"
MJNP: "Para uma interpelação, Senhor_Presidente é para […]"
AS: "*Ó* Senhora_Deputada, só se for, peço desculpa, não posso ser reverente hoje.
MJNP: "É muito rápida, é uma interpelação apenas" -/-
AS: "Não é rápida, tem que ser uma interpelação.
MJNP:
"para dizer à Mesa que eu falei de custos"
AS: "Muito_obrigado."
MJNP: "Não referi a palavra custos em toda a minha pergunta."
AS: "Muito_obrigado."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MJNP: "Tenho muita pena que a Senhora não saiba responder."
AS: "Muito_obrigado. =Su <Eu quero esclarecer os Senhores_Deputados que hoje particularmente hoje não deixarei resvalar para nenhuma espécie de deturpação a figura da interpelação à Mesa. Primeira deturpação foi esta, mas reconheço que foi pedido um esclarecimento, faça_favor de dar outro. Rapidamente. Um minuto. Desculpem, serei absolutamente intolerante hoje."
OS: "Senhor Senhor_Presidente, eu não ia fazer uma interpelação, ia pedir para me deixar responder. É só isto Senhor_Presidente. Senhora_Deputada, em matéria de urgências,"
AS: "(Oito respostas) Senhora_Deputada, dá só o direito de dar esclarecimento"
OS: "em matéria de urgências, de facto, os hospitais têm que cumprir e têm =que se der <que ser dadas condições aos hospitais p'ra cumprir. É a resposta, Senhor_(Presidente)."
AS: "Muito_obrigado, Senhora_Deputada, muito_obrigado."
BPCP: "Muito_bem!"
AS: "A palavra ao Senhor_Deputado_Strecht_Monteiro para fazer a apresentação do =Decr… <projecto_decreto_lei de que é primeiro signatário. Tem_a_palavra. Tem dez minutos como sabe, se gastar mais será descontado =no Grupo =no seu Grupo_Parlamentar <no tempo do seu Grupo_Parlamentar."
SM: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, ao abordar o tema do alargamento dos prazos para a IVG quero prestar a minha homenagem sincera a todos os Deputados, sem excepção, que nesta Assembleia_da_República ao longo das várias legislaturas se empenharam claramente na discussão digna de toda esta problemática. Seria também injusto não referir uma personalidade da nossa vida profissional, Do(utor)_Albino_Aroso que foi o introdutor em Portugal das primeiras *ah* atitudes em relação ao planeamento_familiar. Se não fosse o Doutor_Albino_Aroso talvez hoje não

pudéssemos estar aqui, hoje a discutir com tanta liberdade e com tanto conhecimento, porque foi ele que introduziu em Portugal pela primeira vez os métodos_de_planeamento_familiar, por isso também =o me… <as minhas homenagens a este grande médico que ainda temos no nosso convívio. / (palmas) E se… -/- (palmas) e se me permitem queria fazer uma referência muito especial *ah* algumas Deputadas que por esta casa passaram e que muita saudade deixaram na nossa memória. Assim, quero recordar todas, mas uma referência muito especial devo à saudosa memória de Natália_Correia que com a sua *verbe* eloquente, o seu muito saber transformava esta Assembleia num foro nacional de grande elevação. Também Helena_Cidade_Moura, nas suas intervenções objectivas e de grande serenidade que muito =de… =de…=fe… <dignificaram os debates parlamentares. Uma última referência e de muito carinho a Beatriz_Cal_Brandão, companheira de grandes batalhas_políticas em prol da liberdade e que contribuiu, em grande parte, para a minha formação política no convívio fraterno que existiu entre as nossas famílias e que perdura até aos dias de hoje através dos seus descendentes. Um bem_haja a todas estas personalidades que construíram os alicerces para hoje aqui podermos estar sem constrangimentos e em liberdade a discutir um tema que invade seguramente terreno polémico e que põe os políticos num verdadeiro conflito de deveres. Não quero deixar de homenagear também a comunidade_científica e técnica deste País que a muito custo se tem vindo a afirmar conhecedora das técnicas internacionais mais evoluídas e que com sabedoria e abnegação as puseram em prática no nosso País apesar dos parcos recursos que o estado tem disponibilizado. Também para estes o nosso bem_haja. Uma última palavra de gratidão para com todos os Deputados_desta_Assembleia e desta legislatura indistintamente das suas opções (i)deológicas e dos seus Grupos_Parlamentares, que aquando da apresentação do meu projecto em vinte_e_nove_do_dez_de_noventa_e_seis, manifestaram a sua total solidariedade para com a minha pessoa =e com <e muito me conforto me ofereceram. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, sou um cidadão que viveu sempre com emoção as coisas da vida, assim também aconteceu no exercício da minha actividade profissional e quando deixar de assim ser, deixarei de ser eu próprio, por isso entendi que devia fazer alguma coisa em relação às dificuldades e entraves que diariamente aconteciam no exercício da minha profissão e também quanto às angústias de muitas mulheres que eram confrontadas clínicas do seu estado gestacional que não tinha cabimento resolúvel no quadro_legislativo actual. Pelo evoluir da técnica, a lei seis de oitenta_e_quatro, com treze anos de existência tornou-se perversa e anti-natalista e, por isso, inadequada. Actualmente com os prazos existentes, ou a lei não se cumpre, ou realizam-se interrupções_da_gravidez antes de se ter a certeza absoluta da gravidade da mal-formação. O alargamento dos prazos trata-se de matéria de cunho científico, cuja decisão deve fundamentar-se em informação dada por técnicos competentes nesta matéria e *ah* em critérios despojados de opção religiosas, políticas ou *ideolózicas. Por isso optei para discutir este tema em completa serenidade científica. Os prazos que a lei consigna são =um absu… <um absurdo total sob ponto_de_vista biológico e embriológico. Que ética haverá em fazer diagnóstico_pré-natal, criar angústias e sofrimentos nos casais para depois não se poder dar resposta a uma gravidez doente? Através do presente projecto_lei é segurado a exclusão da ilicitude da interrupção_voluntária_da_gravidez sem limite gestacional nas situações de feto inviável. O alargamento de doze para vinte e quatro semanas comprovados ecograficamente no caso do aborto_terapêutico em consequência dos estudos mais recentes revelados por profissionais de foro médico, verifica-se que só é possível determinar com segurança a evolução ou a existência de

mal-formações a_partir_=da de… <da décima sexta semana. Os exames complementares sequentes dificilmente permitem a obtenção de resultados de certeza de cromossomopatias ou de alterações da =me <morfologia =ante daque… <antes daquele tempo. Ao contrário do que possa parecer este alargamento será uma medida claramente pró-natalista, tanto mais que a manutenção dos limites actuais implica, por vezes, interrupções_voluntárias_da_gravidez que poderiam ser evitáveis, dado que são efectuados com base em =zinzin <índices de risco falsos positivos ou mesmo alterações morfológicas que ao evoluir da | situação / excitação | se tornam inaparentes.

Alargamento das doze p'às dezasseis semanas do prazo dentro da qual a IVG pode ser praticada sem punição no caso das vítimas de crime contra a liberdades e auto-determinação sexual e quanto a menores de dezasseis anos (e) incapazes por anomalia psíquica. A minha proposta_de_lei introduz algumas novidades que é a criação duma Comissão_técnica_de_avaliação_de_defeitos_congénitos e isto porque é? Porque entendo que a actual lei vigente atribui só a responsabilidade a um médico para decidir sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. O que eu entendo é que deve ser uma Comissão pluridisciplinar que caso a caso discuta a necessidade da sua interrupção. Outra novidade que introduzi =na <no meu projecto é a da objecção_de_consciência e aqui quero desde_já afirmar que um projecto não é uma obra definitiva, não é uma obra acabada, por isso entendo que se deve =com =inte… <integrar desde_já uma correcção a esta minha proposta, é que eu dizia aqui que o objector_de_consciência seria obrigado a indicar qual o profissional que iria exercer, exercer essa, essa interrupção_voluntária_da_gravidez. Entendo ao longo destas audiências, fui esclarecendo a minha posição, entendo que isto é uma violência e que seria de certa forma contrariar os pressupostos e as exigências legais da nossa Constituição."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

SM: "Também na minha proposta faço acentuar de que após as interrupções_voluntárias_de_gravidez devemos imediatamente criar uma consulta de planeamento p'ra p'ra familiar para as mulheres que se submeteram a essas interrupções, e que esta lei deve ser regulamentada num prazo máximo de cento vinte dias, data que a lei anterior com treze anos de existência até hoje ainda não foi regulamentada. Durante as audiências que tivemos aqui no Parlamento =ouvim… <tivemos a oportunidade de ouvir muitos técnicos, muitos sábios, muitos filósofos. Passaram por esta Assembleia nas últimas semanas a falar e a discursar sobre este tema. E eu vou terminar a minha intervenção, fazendo lembrar um poema dum =poeto <poeta do século quinze Omar_Khayyam que dizia o seguinte: "Os sábios e os filósofos mais ilustres caminharam nas trevas da ignorância e todavia eles eram os luminares da sua época. Que fizeram? Pronunciaram algumas frases confusas e depois adormeceram para sempre.""

AS: "Para um pedido de esclarecimento a palavra ao Senhor_Deputado_João_Amaral."

JA: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Strecht_Monteiro, o projecto que apresentou com o âmbito que tem coincide ou trata de matéria que também o projecto do PCP trata e em sede de especialidade seguramente que se poderão sempre encontrar soluções adequadas. Mas a questão que me leva a interrogá-lo é o seguinte: Senhor_Deputado apresentou o seu projecto depois do PCP ter já apresentado a sua iniciativa. E a iniciativa do PCP coloca uma **outra** questão além_daquela que coloca. Coloca a questão da penalização fora desses casos

específicos da penalização_do_aborto feito a pedido da mulher até às doze semanas e trata essa questão procurando responder a um problema social real existente. O Senhor_Deputado é médico, é cidadão, é Deputado, e em qualquer dessas qualidades tem conhecimento de uma realidade que é do aborto_clandestino, **duma dolorosa** realidade que é do aborto_clandestino. Há uma lei que pune o aborto, mas essa lei não, não é cumprida, essa lei ninguém na sociedade a entende, não é aceite pela sociedade, que não condena quem faz o aborto nessas circunstâncias, nem reclama para essa pessoa, para essa mulher que o faz, nem reclama punição. Então, o que eu pergunto ao Senhor_Deputado é se não entende que a Assembleia **não pode** ignorar esse problema social que realmente existe no nosso meio, na nossa vida colectiva. Se não entende que a Assembleia perante uma lei que penalizando, mas que ninguém quer que efectivamente penalize, uma Lei que = ap… <manda aplicar penas que depois ninguém quer aplicar **e a única pena que aplica efectivamente** é obrigar as mulheres a recorrer a meios clandestinos de fazer o aborto."

BPCP: "Muito_bem!"

JA: "Perante uma situação como essa, nós não temos o dever de dizer a essas mulheres e à sociedade, então elas podem fazer em certas circunstâncias até um certo período de tempo o aborto em hospitais. Elas têm o direito de o fazer em hospitais e em condições de saúde."

BPCP: "Muito_bem!"

JA: "Esta é a pergunta que eu lhe faço senhor_Deputado. Entende, ou não, o Senhor_Deputado que para_além_da questão que coloca há uma outra dramática questão que merece e exige uma resposta imediata por parte da Assembleia_da_República."

BPCP: "Muito_bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Strecht_Monteiro para responder."

SM: "Senhor_Presidente, muito_obrigado. Senhor_Deputado_João_Amaral muito_obrigado pela pergunta que me fez. *Ah* Eu ao elaborar este projecto_lei *ah* versei única e exclusivamente =o <a parte técnica que eu entendia ser necessária *ah* rever-se nesta lei, e portanto foi essa a minha preocupação. *Ah* Quanto a outras preocupações eu entendi como que também não posso deixar de me desligar da minha qualidade de técnico de saúde e desta especialidade *ah* entendi que não devia nesta revisão que faço da lei seis de oitenta_e_quatro, que não devia ir mais além_daquilo que eu fui. E era só isto. Muito_obrigado."

AS: "Para apresentar o Projecto de que é primeiro subscritor, a palavra ao Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto."

SSP: "[^^^^] Senhores_Deputados. A Assembleia_da_República no debate que hoje travamos enfrenta decisões de imensa responsabilidade. Somos chamados a decidir entre a realidade que herdamos da vigência treze anos da lei que regula a interrupção_voluntária_da_gravidez e a mudança que resultaria da aprovação dos diferentes projectos_lei com os quais esta Câmara é a gora confrontada e entre estes o da Juventude_Socialista. O debate sobre o aborto no momento e nas circunstâncias legais e sociais em que o travamos pode ser reduzido a termos simples. Reconhecemos a realidade e dispomo-nos a agir sobre ela com o instrumento que a Constituição nos concede, a lei, sem fintarmos as nossas responsabilidades ou tomamos parte na farsa de quem com a alma apaziguada com a existência pela existência de uma lei inútil e rejeitada pela sociedade, despreza as

angústias e os dramas de milhares de mulheres e homens inseridos na realidade concreta das suas vidas."
BPS: "Muito_bem!"
SSP: "Se optarmos por fingir que a interrupção_voluntária_da_gravidez é, em Portugal, regulada por uma lei, lei aceite pela sociedade, generalizadamente respeitada, verdadeiramente ordenadora das condutas individuais e definidora de um dever ser reconhecido pela consciência_social, então não faremos mais do que, hipocritamente, fechar_os_olhos_à realidade da liberalização selvagem do aborto sem regras, sem prazos, sem garantias médico-sanitárias, sem segurança, sem dignidade." /
BPS: "Muito_bem!"
SSP:"Com o nosso silêncio e a nossa passividade não salvaremos uma vida, não evitaremos um aborto, mas seremos cúmplices da realidade trágica do aborto_clandestino. Seremos nós daqui desta Câmara a condenar por ano milhares de mulheres à humilhação e ao risco."
BPS: "Muito_bem!"
SSP: "Neste debate fomos dos primeiros a escolher o nosso lugar: somos contra a hipocrisia!" /
BPS: "Muito_bem!" (palmas)
SSP: "Recusamos voltar_a_cara_aos vinte mil abortos_ilegais que se realizam anualmente no nosso País. Recusamos voltar_a_cara_aos trezentos mil abortos que se terão realizado desde mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro. Recusamos voltar_a_cara_ao desespero que esteve na sua origem e à solidão a que a lei e os poderes_públicos votaram milhares de mulheres e de homens. Recusamos voltar_a_cara_à insignificância do número de condenações por aborto_ilegal –seis por ano, em média, desde oitenta_e_cinco- quando confrontados com os milhares de abortos realizados no circuito clandestino. Recusamos confiscar a liberdade_de_consciência às pessoas e impor-lhes as nossas convicções morais, os nossos valores éticos, um credo oficial."
BPS: "Muito_bem!"
SSP: "Todos somos contra o aborto. Todos estamos cientes que o aborto é um acto desesperado, uma violência que a mulher comete sobre si própria e que é a principal vítima."
BPS: "Muito_bem!"
SSP: "Tivemos treze anos para percebermos o que toda a Europa já compreendeu: nenhuma Lei impedirá de abortar uma mulher determinada a fazê-lo. Para isso a lei não serve como a nossa actual lei não serviu, mas serve, isso sim, para provocar um problema de saúde_pública como é o aborto_clandestino. Serve para provocar a morte ou em qualquer caso um penoso e gratuito sacrifício físico, psíquico e humano a milhares de mulheres_portuguesas. Resta-nos retirar das experiências dos outros os devidos ensinamentos e acompanhar a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França, a Itália, a Suécia, a Grécia, entre muitos outros Países nas medidas adequadas ao combate ao aborto_clandestino, despenalizando a interrupção_voluntária_de_gravidez nas primeiras doze semanas e a livre pedido da mulher. / (palmas) Trata-se de salvaguardar o seu direito à saúde, o seu direito à sua integridade moral, à sua dignidade social e a uma maternidade consciente e responsável. Não podemos continuar a iludir a realidade porque a nossa inércia é paga muito caro. No nosso País e nos termos da legislação_em_vigor, são realizadas

cerca de cem interrupções_voluntárias_de_gravidez por ano, ou seja, zero_vírgula_seis_por_cento do total enquanto o aborto continua a ser a segunda causa de morte materna. A isto acresce a hipócrita discriminação económico-social subjacente à oposição, às mudanças legislativas propostas pela Juventude_Socialista. É preciso assumir a verdade perante o País. Hoje as regras são simples e não vêm na lei. Quem pode aborta em Londres, ou em Espanha, ou é amigo de médico em Portugal, a quem não pode, nomeadamente as mulheres mais jovens e as de menores recursos, oferecemos-lhes como alternativa o circuito do aborto_clandestino. Somos todos cúmplices dessa alternativa." / (palmas)

"Senhoras_e_Senhores_Deputados, seguramente alguns de vós terão conhecido de perto este drama e testemunhado a inevitável da lei. Chega de hipocrisia. Chega de tragédias humanas gratuitas e evitáveis. Confiemos na consciência_livre e no senso_de_equilíbrio da mulher para quem legislamos. Confiemos nas mulheres_portuguesas. Concedamos-lhes o direito de assumir uma decisão que a lei_penal abusivamente lhes confiscou. Façamo-lo em_nome_da sua dignidade e do seu direito à saúde. O julgamento sempre difícil e doloroso cabe à mulher. Deve ser exercido no respeito pelos limites legais e no quadro das suas convicções éticas, morais, filosóficas e, porque não, políticas e religiosas. Senhoras_e_Senhores_Deputados do PSD, o vosso partido tem defendido contra a opinião da JS que uma matéria com melindre da que se reporta às regras da interrupção_da_gravidez deveria ser decidida em sede de referendo nacional. A votação que se seguirá a este debate tem portanto para vós um significado diferente. Se viabilizarem na generalidade o nosso projecto_lei permitindo a continuação e o aprofundamento do processo legislativo têm já a garantia de que o PS proporá a realização do referendo. Com o referendo nacional e vinculativo transferirão para o povo_portugês a responsabilidade de decidir o Sim ou o Não às alterações propostas à lei_do_aborto. Limitaram-se até aqui a exigir o referendo. Ele está agora na Vossa disponibilidade, sereis vós a decidi-lo."

BPS: "Muito_bem!"

SSP: "Senhoras_e_Senhores_Deputados, só admitindo a interrupção_voluntária_da_gravidez nas primeiras doze semanas a pedido da mulher e com adequado acompanhamento médico, poderemos combater eficazmente o aborto_clandestino, evitar as mortes inúteis, as frequentes sequelas físicas, a impossibilidade de voltar a ter filhos, os atentados à saúde psíquica da mulher. Uma interrupção_da_gravidez feita com segurança num hospital público acompanhada de uma consulta de planeamento_familiar, como prevê o projecto da JS, faz mais pela vida que o desmanche feito nas mil parteiras de vão de escada oficialmente inexistentes."

BPS: "Muito_bem!"

SSP: "A aprovação deste projecto_lei não provocará obviamente qualquer aumento do número de interrupções_voluntárias_da_gravidez realizadas em Portugal, mas diminuirá seguramente a tragédia do aborto_clandestino."

BPS: "Muito_bem!"

SSP: "Se votarem contra este projecto e fizerem a defesa da situação actual e da lei_em_vigor, não salvarão uma vida, não evitarão o aborto, porque a defesa da actual lei não serve a vida, serve a hipocrisia."

BPS: "Muito_bem!"

AS: "Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto, os Senhores_Deputados Nuno_Correia_da_Silva e Bernardino_Soares. Tem_a_palavra o Senhor_Deputado Nuno_Correia_da_Silva."

NCS: "Senhor_Presidente, Senhor_Deputado Sérgio_Sousa_Pinto, Senhores_Deputados, antes de lhe dirigir a pergunta que pretendo apresentar a Vossa_Excelência, quero manifestar que é com grande revolta que participo neste debate, porque entendo que este debate está viciado, viciado porque tem uma grande lacuna. Não estão presentes os fetos cuja vida esta Assembleia infelizmente está a questionar. (barulho geral da Assembleia) Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto, o que os Senhores estão a propor não é mais uma liberdade, não é uma liberdade para as mães_portuguesas ou para as mulheres_portuguesas. O que os Senhores estão a propor é a pena_de_morte para vidas inocentes que foram concebidas mas que agora **não são desejadas**." Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto, os Senhores dizem o Senhor disse daquela Tribuna que se recusa a virar_a_caraz_aos vinte mil. Não sei, aqui há uma semana atrás eram dezasseis mil, eventualmente esta última semana houve mais quatro abortos_clandestinos. Acho estranho até que saibam com precisão quantos são os abortos que são clandestinos. Mas vamos admitir que sejam vinte mil, ou os duzentos ou os trezentos mil que foram feitos desde_que está em_vigor a lei_do_aborto e que regula a interrupção_voluntária_da_gravidez. Senhor_Deputado, os Senhores não recusam virar_a_cara, os Senhores não recusam, mas também não encontram soluções, os Senhores não propõem soluções para o aborto, os Senhores **apenas, apenas** discriminalizam a clandestinidade. Os Senhores apenas retiram =da <do do código_penal o crime que é =e se ca <será sempre =em <no meu entender, Partido_Popular, acabar com uma vida humana. Senhor_Deputado, Senhor_Deputado, o Senhor_Deputado falou na violência e disse que reconhecia quer o Senhor_Deputado, quer o seu Grupo_Parlamentar **a violência que é para uma mãe, para uma mulher ter que abortar. Porquê Senhor_Deputado? Porque é que reconhece que é uma violência?** Que essa mãe sofre? Reconhece isso porque sabe que é duma vida que estamos a falar, **e se é duma vida que estamos a falar acabar com ela é crime e será sempre crime.**"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NCS: "Senhor_Deputado, os projectos apresentados e o projecto apresentado pelo Partido_Socialista está repleto de contradições entre aquilo que os Senhores querem e aquilo, ou que dizem querer, e aquilo que os Senhores se propõem efectivamente fazer. O PS afirma-se preocupado com as condições económicas e sociais, mas no projecto não estão contempladas nenhumas medidas de apoio económico e social. Saberá o Senhor_Deputado quantos casais desejam a adopção de crianças e deparam com múltiplos obstáculos administrativos e burocráticos. Propõe o Senhor_Deputado alguma alteração para o regime =ado… <de adopção em Portugal? Não, não propõe, Senhor_Deputado. O PS afirma-se preocupado" -/-

AS: "Três minutos, Senhor_Deputado, tem que terminar."

NCS: "com as famílias =monoparamenta… <monoparentais. Propõe o PS alguma alteração ao apoio social a essas famílias? Não, Senhor_Deputado. O PS quis acabar com o aborto_clandestino, não pode haver maior […]"

AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado."

NCS: "Eu vou terminar Senhor Senhor_Presidente, porque era bom que o Senhor_Deputado conhecesse as razões que efectivamente levam as mulheres a recorrerem ao aborto_clandestino e são, como há pouco foi dito, razões sociais, porque não querem que a sua gravidez seja […]" -/-

AS: "Muito_obrigado, Senhor_Deputado, tem que terminar."

NCS: "não querem que a gravidez, vou já terminar, que a sua gravidez seja reconhecida, seja do conhecimento seja da família, seja da sociedade."

AS: "Muito_obrigado!"

NCS: "Lamento que a iniciativa […]" -/-

AS: "Tem de terminar mesmo, não basta anunciar que vai fazê-lo."

NCS:"Lamento, Senhor_Presidente, vou fazê-lo. Lamento que a iniciativa deste projecto tenha sido iniciativa dos Deputados_da_JS. Senhor_Deputado, os jovens têm ambição de mudar, têm confiança para mudar e têm força para mudar."

AS: "Muito_ obrigado!"

NCS: "E não resignaram-se e não há velho (mais velho)" -/-

AS: "Quatro minutos Senhor_Deputado."

NCS: "do que aquele que nunca foi jovem, Senhor_Deputado."

AS: "Muito_obrigado, muito_obrigado!"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto."

SSP: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Eu queria em primeiro lugar congratular-me pelo facto de ser preciso bater-se nesta casa o problema da interrupção_da_gravidez para o Grupo_Parlamentar_do_Partido_Popular nos dar público testemunho da sua elevada sensibilidade social. *Ah* E queria dizer-lhe o seguinte, Senhor_Deputado, não sei se =serei <estarei_à_altura_de resolver algumas das confusões que vão no seu espírito, em todo o caso, deixe-me dizer-lhe o seguinte, *ah* não estamos neste debate S(enh)or_Deputado a tentar marcar uma fronteira entre o certo e o errado. Essa fronteira quem a marca são as mulheres confrontadas com as circunstâncias particulares da sua vida."

BPS: "Muito_bem! Muito_bem!"

SSP: "Não estamos aqui a discutir, S(enh)or_Deputado, a utilidade, a conveniência de uma determinada disposição penal, de uma intromissão *ah* do direito_penal nesta discussão. É isso que não estamos a discutir. Nós estamos a discutir concretamente, Senhor_Deputado, quem é que estamos na disposição de mandar para a cadeia. Isto é o que está *ah ah* é o que é objecto de discussão neste debate. Senhor_Deputado vai-me desculpar, vai-me desculpar, a pergunta, a pergunta que eu lhe quero colocar é esta: estamos a ter um debate sobre política_criminal, sobre uma disposição criminal, se está suficientemente convicto, está suficientemente convicto, está suficientemente convicto da sua verdade para se permitir mandar para a cadeia aqueles nesta sala e lá fora que não concordam consigo. Esta é que é a questão fundamental que está aqui, tem a ver com cultura e tolerância, com o **temos ou não temos**."

BPS: "Muito_bem!"
SSP: "A cultura democrática, temos ou não temos, o respeito pela consciência_individual que temos ou que não temos. Que o Senhor_Deputado manifestamente não tem, mas dado que *ah* valoriza e bem porque a Constituição, repare que nós vivemos num Estado *ah* não confessional e portanto a ordem de valores na qual devemos buscar, devemos fundar as nossas convicções e as nossas posições é a Constituição, o Senhor_Deputado valoriza, valoriza e bem a vida_intrauterina que é objecto de […] constitucional aliás. Então eu pergunto-lhe o seguinte, Senhor_Deputado: o Senhor_Deputado aceita, ou não, a interrupção_da_gravidez nos casos de crimes contra a auto-determinação sexual da mulher? Aceita, ou não aceita, a interrupção_da_gravidez nos casos de violações? O Senhor_Deputado aceita a interrupção_da_gravidez, qual é a culpa do feto? Senhor_Deputado, qual é a culpa do feto relativamente às circunstâncias nas quais foi concebido? Qual é…? O Senhor_Deputado concorda, ou não concorda com a lei oitenta e quatro?"
BC (vb): "Então resolvem vocês, Senhor_Deputado."
SSP: "Senhor_Deputado, =o grande de… <o grande vício da sua posição neste debate é que tem a pretensão de querer oficializar as suas convicções e com base nisso perseguir e punir quem não pensa como o Senhor_Deputado."
BPS: "Muito_bem! Muito_bem!"
AS: "Senhora_Deputada Maria_José_Nogueira_Pinto pediu_a_palavra para defesa da honra da sua bancada. Tem_a_palavra."
MJNP: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. É apenas para dizer que eu duvido muito que o Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto possa dar lições a esta Bancada e a mim como líder_da_Bancada sobre sensibilidade social. =O que se <O que todo o discurso do Senhor_Deputado revelou foi que o Senhor_Deputado apanhou um eléctrico atrasado numa linguagem que não tem a menor noção do que é o sofrimento humano. O Senhor_Deputado não conhece o sofrimento humano e, por isso, **vem para aqui sem legitimidade nenhuma fazer uma proposta, <u>fazer uma proposta que é um decalque dos anos sessenta</u>."**
AS: "<u>Atenção Senhores_Deputados, fazem_favor de fazer_silêncio</u>."
MJNP: "**Sensibilidade social, Senhor_Deputado é gastar as solas nos sítios onde as pessoas sofrem. Sensibilidade social não é estar aqui a dizer coisas que são fáceis. Vá pr'ós sítios onde as pessoas sofrem, onde eu estive** e nunca por acaso o encontrei."
BCDS-PP: "Muito_ bem!"
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto para dar explicações querendo."
SSP: "Senhora_Deputadada *ah* ambos somos Deputados eleitos por esta Assembleia. Gozamos da mesma legitimidade, não sei se a Doutora, não sei se a Senhora_Deputada quer invocar uma qualquer legitimidade curricular e paternal contra mim próprio, não creio que seja essa a sua intenção, de resto acho que este seu contributo =não valo… <não contribuiu significativamente para a elevação do debate e p'á seriedade da discussão que nós devemos manter aqui hoje. Muito_obrigado."
BPS: "

Muito_bem!"
AS: "A palavra para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado Bernardino_Soares."
BS: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Sérgio_Sousa_Pinto, sob pena de repetir *ah* ou de começar este pedido de esclarecimento da mesma maneira que outros já começaram, queria-lhe dizer que também estou neste debate revoltado. Estou revoltado porque este debate não devia existir, não devia existir, porque há doze anos quando discutimos aqui esta questão devia ter sido resolvido o problema do aborto_clandestino, e não foi, e por isso estou revoltado. E estou revoltado também, Senhor_Deputado, porque *ah* vi durante toda esta discussão gente a encarar seriamente o problema, mas vi também quem discutisse demagogicamente o que hoje estamos aqui a tentar discutir seriamente. E estou também revoltado, *Senhores_Deputado, porque esta discussão revela em muitas intervenções uma brutal insensibilidade para aquilo que é a realidade, que realidade que eu admito só as mulheres e só as mulheres que praticaram aborto, um aborto podem reconhecer e conhecer na sua totalidade, mas que também, e também lhe digo, que todos nós temos a obrigação de reconhecer esse sofrimento e de reconhecer que o ignorar desse sofrimento é uma =insen… <insensibilidade monstruosa. E devo dizer-lhe mais, Senhor_Deputado. Fico também revoltado quando intervenções nesta Casa *ah* sobre este problema descuram uma realidade que queria perguntar-lhe =se =à =se está = para a qual =est… estará também atento, que é a das jovens mulheres, das jovens mulheres que também fazem aborto, que também recorrem ao aborto_clandestino, que também são obrigadas em virtude desta lei_penal que temos, repressiva, inútil e eficaz a recorrer ao aborto_clandestino. E queria-lhe perguntar se não houve muitas vezes uma desatenção grande daqueles que tão *ah* que tão duramente recorreram a argumentos demagógicos e falsos. Quero dizer-lhe, Senhor_Deputado, e queria saber se é esta a sua convicção, que espero e não ter nunca mais que discutir esta matéria na Assembleia_da_República, que espero que hoje aqui fique resolvido o problema do aborto_clandestino."
BPCP: "Muito_bem! Muito_bem!"
AS: "Palavra para responder ao Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto."
SSP: " Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado, o mais que lhe posso dizer em face da sua intervenção inteiramente concordante com as minhas posições, é que partilho as suas preocupações e que estou inteiramente solidário *ah* com as posições que aqui vem assumindo. Agora o que lhe quero dizer é o seguinte: é certo que em oitenta e quatro houve um impulso relativo, no sentido de se alterar a situação, hoje podemos avaliar a experiência =da v… *ah* <da vigência já *ah* de treze anos da da lei de mil novecentos e oitenta e quatro, a apreciação que fazemos é negativa, e portanto achamos que a lei deixou patente a sua insuficiência para resolver problemas sociais graves de saúde_pública, e é por isso, e eu próprio, enquanto primeiro subscritor, quero dizer-lhe que foi na interpretação que julguei correcta das minhas responsabilidades que decorrem do mandato_Parlamentar que tenho e das minhas responsabilidades enquanto Deputado_do_Partido_Socialista que entendi apresentar esta proposta. Muito_obrigado!"
BPCP: "Muito_bem!"
AS: "Palavra para uma intervenção ao Senhor_Deputado Marques_Mendes."

MM: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, quatro palavras daqui gostaria de trazer neste momento. A primeira sobre a natureza deste debate, este não é um debate da nossa responsabilidade, mais do que isso, este é um debate que nos moldes em que é feito consideramos intempestivo e inoportuno."

BPSD: "Muito_bem!"

MM: "Nenhuma força política questionou na sociedade no tempo próprio e com a clareza e frontalidade indispensáveis o quadro legal existente sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Mais, ninguém introduziu no País a abordagem desta questão ou propostas para a resolver no tempo político em que eleitores escolhem os seus deputados, lhes delegam um mandato e lhes atribuem a sua representação, por isso este debate é mais imposto que sentido, feito_de_cima_para_baixo, sem que o País nele tivesse participado e com isso acentuando numa matéria particularmente sensível e delicada clivagens desnecessárias e divisões negativas entre Portugueses, por isso este debate nascendo enviesado, continua e terminará enviesado. Dificilmente, de resto, escapará já à leitura e à conclusão de que o aborto é um pretexto e só um pretexto e que o objectivo e as motivações são outras, iminentemente políticas e bem diferentes da questão séria e delicada que é a interrupção_voluntária_da_gravidez. A segunda palavra é sobre o objectivo essencial deste debate: a liberalização_do_aborto. O mais grave na discussão de hoje não é o querer alterar o quadro_legal existente, o mais grave é pretender-se mudar radicalmente de filosofia, de política e de orientação em matéria de liberalização_do_aborto. Não se pretende alterar a lei, pretende-se é mudar de lei, ou seja, o que se propõe é que de uma penada sem que o País se tenha pronunciado, sem que os Portugueses tenham sido ouvidos, se passe de um regime em que liberalização não é possível para um regime em tudo oposto, em que a liberalização passa a ser permitida e a assumir-se como regra e como valor. É uma alteração radical de política. Pretende-se que o Parlamento se substitua ao País, quando o Parlamento deve ser a representação da vontade do País. Pretende-se que o Parlamento imponha ao País uma outra política, quando deve ser primeiro o País a discutir e a decidir se quer, ou não quer, mudar de política. Importa de resto questionar / (palmas) Importa de resto questionar, quando é que o País debateu esta questão? Nunca, nos últimos treze anos. Quando é que o País legitimou esta mudança radical e profunda de política? Nunca nos últimos treze anos. Quando é que o País mandatou os seus representantes para esta inversão completa de política? Nunca, como se sabe. A única coisa que se sabe, se prova e se conhece é que na última vez há treze anos que se discutiu esta matéria, o País rejeitou expressamente aquilo que hoje alguns pretendem consagrar. Com a agravante, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, e esta é a terceira palavra, com a agravante de que o País podia e devia pronunciar-se. O PSD não quis abrir este debate, mas uma vez aberto não o quisemos impedir ou sonegar. Quisemos, sim, que o País, através do referendo, debatesse a questão e sobre ela tomasse_uma_decisão. O referendo foi primeiro denegrido, depois deliberadamente impedido, impedido mesmo por omissão de agendamento, sem sequer ter havido a clareza e a frontalidade de uma decisão sobre se deveria ou não deveria ser realizado. Impedir o referendo, a consulta_popular, =as decisões de milhe… <a decisão de milhões de Portugueses nesta matéria foi a nosso ver uma atitude grave, que merece a nossa censura e a censura do País. Para mais, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, quando de uma questão_de_fundo e de forma se trata. Quando estamos perante uma questão que releva da consciência_individual, não apenas de duzentos e trinta Deputados, mas de milhões

de Portugueses. Quando um mandato claro e inequívoco para decidir não existe, quando o referendo é **hoje possível** ao contrário do passado e é desejado pelos Portugueses e quando entre os Portugueses a divisão é profunda e é muito significativa. Nesta matéria, particularmente nesta matéria, a existir decisão ela deveria ser de todos os Portugueses e não apenas de alguns, por via de referendo nacional e não de outra forma. E a questão não é nem instrumental nem uma questão de método, a questão é substantiva e é de valores. Até hoje, os Portugueses nunca decidiram a liberalização_do_aborto. Para saber se os Portugueses querem mudar radicalmente de política, só há uma solução, consultando-os, dando-lhes_a_palavra e devolvendo-lhes a soberania da decisão. A quarta e última palavra *crrr*, por imposição do PS e do PCP somos forçados a uma decisão, forçados a decidir, os Deputados_do_PSD assumirão posições… […]"

MM: "… mas no uso da palavra, não me eximirei a dar a minha própria opinião pessoal. Sou contra os projectos que pretendem liberalizar o aborto e assim votarei. Entendo que a lei actual é equilibrada e a sua filosofia correcta. O aborto é sempre um mal, mesmo para a mulher que é obrigada a fazê-lo. Considerar que do valor positivo na lei o que a própria mulher considera um mal de recurso extremo é, a meu ver, inverter os valores. Invocar razões económicas ou sociais por mais relevantes que sejam para decidir a interrupção de uma gravidez é passar ao absurdo, para não dizer mais, de considerar o aborto como mais um meio_contraceptivo. É, a meu ver, a negação de tudo. Sustentar que interromper uma vida é a melhor forma de defender a dignidade da vida é a meu ver subverter os princípios e as convicções. Os dramas humanos em torno desta questão existem, são sérios e difíceis de resolver. Muitas mulheres os sentem, muitas famílias os têm e a sociedade quantas vezes faz_mesmo_de_conta que eles não existem. Esta é a realidade. Importa encará-la para ajudar a resolvê-la. Alguns pensam, porém, que propondo o que propõem resolvem o problema e descansam a consciência. É minha convicção que nem o problema se resolve e muito menos a consciência fica menos pesada. Os fins, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, não justificam todos os meios, em particular quando os meios, para além de ineficazes, são injustos, são iníquos e atentam sobretudo contra a dignidade dos nossos valores e do direito inalienável à vida humana. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, foi a iniciativa partidária e não da sociedade que forçou esta discussão na Assembleia_da_República, quando a ocorrer ela deveria ocorrer no País. Será =por iniciativa <por esta iniciativa que os Deputados são forçados a decidir pela sua consciência quando deveria ser a consciência_colectiva e do País a decidir. Mas, no final, a decisão da Assembleia_da_República será pois a decisão da consciência de cada um dos seus Deputados, mas que nessa altura os Partidos que forçaram esta decisão, esta iniciativa, não se escondam na consciência de cada Deputado para não assumirem as suas próprias responsabilidades. Muito_obrigado."

AS: "Inscreveram-se para pedir esclarecimentos *Senhoras_Deputados Isabel_de_Castro, Laurentino_Dias, Luís_(Sá) e Jorge_Lacão. Tem_a_palavra a Senhora_Deputada Isabel_de_Castro."

IC: "Obrigada Senhor_Presidente, Senhor_Deputado_Marques_Mendes, eu penso que a sua intervenção foi profundamente infeliz e ofensiva daquilo que está hoje a ser discutido." /

BOV: "Muito_bem! Muito_bem!"

IC: "Em primeiro lugar, o Senhor manifestou-se contra uma coisa que nenhum dos projectos em discussão propõe, ou seja, a legalização_do_aborto. / Em segundo lugar, o Senhor mostrou-se a favor daquilo que toda a gente sabe que existe, que os Senhores sabem e que fingem ignorar, ou seja, o facto de haver mulheres que anualmente, em grande quantidade, morrem e são mutiladas pela clandestinidade do aborto a que são remetidas." /
BOV: "Muito_bem!"
BOV: "Exactamente!"
IC: "E p'ra isto, Senhor_Deputado, não teve pudor tão, tão pouco de ousar fugir_à_verdade. Diz o Senhor_Deputado que esta Assembleia não tem legitimidade para decidir alterar a lei, então que legitimidade teve quando há dois anos aprovou um código_penal que penaliza as mulheres que interrompem a sua *ah* gravidez? Não é essa a mesma coisa, Senhor_Deputado?"
BOV: "Muito_bem!"
MM(vb): "Esqueceu-se de (focar) uma coisa."
IC: "Senhor_Deputado, queria concluir que tal como julga, tal como pretendeu afirmar, este não é um debate que não seja inteiramente da vossa responsabilidade. É da vossa responsabilidade em alguma medida, na medida em que foram os Senhores que não promoveram o planeamento_familiar, na medida em que foram os Senhores que não trouxeram para as escolas a educação_sexual, na medida em que foram os Senhores que continuam, ontem como hoje, indiferentes ao problema da vida, ao problema das mulheres, fazendo_tábua_rasa daquilo que é a realidade, evidenciando uma grande dose de hipocrisia."
BOV: "Muito_bem!"
AS: "Informado de que o Senhor_Deputado_Marques_Mendes responde conjuntamente aos vários pedidos de esclarecimento. Tem_a_palavra o Senhor_Deputado_Laurentino_Dias."
LD: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Deputado_Luís_Marques_Mendes, *ah* uma pergunta bem simples e que é a seguinte: Vossa_Excelência na sua intervenção *ah ah* falou da sua decisão individual e apelou e falou da consciência_colectiva. Disse também que um referendo era não apenas possível como desejável. Sabemos todos que um referendo sobre matérias como esta tem que ser necessariamente um referendo num quadro aberto de soluções. A pergunta é esta: como compagina ou compatibiliza Vossa_Excelência a defesa de um quadro aberto futuro de soluções no referendo =quanto <enquanto legislador, e nesse caso individualmente, como o disse, apercebi-me p'lo sentido_do_seu_voto relativamente aos projectos em questão, restringirá, à_partida, na sua qualidade de legislador individualmente esse mesmo quadro de um referendo que nós queremos que, e eu também o defendo seja *ah* uma forma dos cidadãos tomarem_decisão, e quando se referenda, no meu entender, referenda-se tudo e não apenas aquilo que em termos de decisão individual nós enquanto legisladores aqui restrinjamos para decisão dos cidadãos no seu colectivo. Muito_obrigado."
AS: "Palavra para mais um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado_Luís_Sá."
LS: "Obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Marques_Mendes, eu creio que a opinião que o Senhor_Deputado *oh* possa ter nesta matéria, (é) naturalmente legítima, aquilo que não é legítimo é imputar aos Partidos

que propõem projectos_lei, não uma preocupação com a situação da mulher_portuguesa, mas motivações obscuras que não sei quais são, e que o Senhor_Deputado não tem o direito de (suportar).”

BPCP: “Muito_bem! Muito_bem!”

LS: “A segunda questão que eu gostaria que o Senhor_Deputado respondesse era a seguinte: o Senhor_Deputado disse que a actual lei é justa e equilibrada. Eu gostaria de saber porque é que o PSD votou contra a actual lei em mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro e inclusive chegou a punir disciplinarmente o Deputado que votou a favor dela. É caso para perguntar -/- (palmas) é caso, é caso para perguntar se daqui a mais uns anos quando *ah* quando e se o actual regime for alterado nós ouviremos o PSD a dizer que a actual lei, mais avançada que agora aprovarmos, é justa e equilibrada e que não deve ser alterada. É próprio de quem está contra a história, contra =o <a resolução de problemas num sentido moderno e avançado.”

BPCP: “Muito_bem!”

LS: “A terceira questão que lhe queria colocar é *o seguinte: naturalmente que fazer ou não fazer um referendo sobre esta matéria é um problema político e é um problema que pode levar a diferentes opções políticas. Eu creio, entretanto, é que tem que haver nesta matéria o mínimo sentido de coerência, por exemplo, alterar o código_penal em noventa_e_cinco **em matéria do aborto** e introduzindo alterações importantes como de resto ficou demonstrado no relatório da primeira Comissão, e não haver qualquer debate no País, nem qualquer referendo sobre esta matéria, e vir agora colocar esta questão, é sem dúvida nenhuma incoerente. Mas mais, é incoerente por parte de um Partido que inviabiliza o referendo sobre a moeda_única, questão de extrema importância, que inviabiliza inclusive o referendo =ú… <global acerca da Revisão_do_Tratado_de_União_Europeia, mas o mais grave é que à extrema preocupação de lei fundamental, de compatibilizar a democracia_representativa com a democracia_directa, de dar à democracia_directa um carácter não populista, não manipulatório e perfeitamente compatível com a representação dos Deputados. O Senhor_Deputado responde com uma contestação da legitimidade desta Assembleia e =dos <do mandato dos Deputados para *que *servirem aquilo que está na Constituição. E isto *ah* foi grave nas palavras do Senhor_Deputado e foi igualmente grave nas palavras da porta-voz do PSD, em termos que, ou dos quais poderia resultar, em última instância, a ideia de que =os M… <os Deputados aqui estão pa’’ tratar do que não tem nenhum significado, do que não tem importância nenhuma, porque sobre as outras matérias então teria que ser o Povo_Português a decidir, desde_que não sejam matéria com **tão pouca importância** como a moeda_única, ou o futuro de Portugal de integração europeia, ou outras questões que não convenham ao PSD. Convém, em tudo isto, haver o **mínimo** de coerência política, porque senão nós temos que dizer em vez de seriedade, há descaramento.”

BPCP: “Muito_bem!”

AS: “Palavra para um último pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado Jorge_Lacão.”

JL: “Senhor_Deputado Marques_Mendes. O Senhor_Deputado subiu àquela tribuna e falou dos projectos_de_lei relativos à liberalização_do_aborto. Ocorre, Senhor_Deputado, que eu não conheço nenhum projecto_de_lei que esteja hoje em debate que se reporte ao objectivo da liberalização_do_aborto.”

BPS: “Muito_bem!”

JL: "E estou por isso, Senhor_Deputado, com uma dúvida. A dúvida sobre se o Deputado_Marques_Mendes estava plenamente consciente dos diplomas acerca dos quais se pronunciou."

BPS: "Muito_bem!"

JL: "Porque, a meu ver, confundiu dois planos: o plano de uma decisão e de um comportamento *tomada pela mulher nas circunstâncias concretas da sua vida e provavelmente de acordo com a sua consciência e com a ideia que ela própria faz da sua dignidade moral, social ou igualmente dos valores que ela própria preserva, como possivelmente os valores da maternidade e da paternidade conscientes. E uma coisa, Senhor_Deputado, é o gesto e o acto susceptível de ser praticado em concreto por qualquer mulher e outra coisa é a lei. E do que se trata de respondermos hoje aqui, nesta Câmara, é se a nossa opção, como legisladores, é considerar como um crime um certo acto praticado pela mulher em sua consciência."

BPS: "Muito_bem!"

JL: "E isso, Senhor_Deputado, não nos habilita, seja qual for o nosso ponto_de_vista, e a nossa posição pessoal, a considerar que qualquer solução é uma solução contra ou a favor da liberalização_do_aborto, porque a solução será sempre outra contra ou a favor da criminalização de um determinado comportamento. Senhor_Deputado_Marques_Mendes colocou-se com referência a valores que eu respeito, mas relativamente a alguns deles que eu não partilho, e aí respeitar-nos-emos, certamente, mas no plano da opção legislativa Senhor_Deputado_Marques_Mendes, a questão é esta: considera o Senhor ter uma legitimidade acrescida para considerar um crime aquela atitude que se faz por referência a valores diferentes dos seus?"

BPS: "Muito_bem!"

JL: "Não considera, Senhor_Deputado_Marques_Mendes, que essa é uma imposição autoritária de um sistema de valores | partilhados / partilhado | apenas por um aparte da sociedade e não pelo conjunto maioritário da sociedade? Senhor_Deputado_Marques_Mendes, acredita que problemas_de_consciência e problemas sociais profundos devem ter a resposta prioritária ao nível do código_penal, ou acredita que devem ter resposta prioritária na consciência dos cidadãos_livres deste País?"

BPS: "Muito_bem!"

AS: "Para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimento, a palavra ao Senhor_Deputado_Marques_Mendes."

MM: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, são três ou quatro as questões que os vários dos colegas me colocaram, e portanto, responderia em conjunto. Primeiro, a questão da legitimidade que invoquei. Como é evidente, não coloco, nem ninguém pode colocar em causa da legitimidade dos Deputados_da_Assembleia_da_República, no sentido político formal, mas nesta matéria p'las razões que apontei e já reafirmarei, a legitimidade devia ser a legitimidade actualizada, a legitimidade da soberania_popular."

BPSD: "Muito_bem!"

MM: "

Primeiro, porque esta matéria é iminentemente, como toda a gente reconhece, um problema de valores que releva da consciência de cada cidadão. Em segundo lugar,

porque esta matéria não foi objecto de tratamento e debate na sociedade_portuguesa quando podia e devia, segundo alguns, ter sido. Em terceiro lugar, porque esta matéria tratada desta forma, de_cima_para_baixo, ajuda a introduzir fracturas, divisões. Careceria, de facto, de um amplo debate nacional. Mas mais ainda Senhor_Deputado" -/-

BPSD: "Muito_bem!"

MM: "e em particular para o Senhor_Deputado Jorge_Lacão. Alguma que eu reconheço na iniciativa do Partido_Comunista, é alguma coerência de atitudes. Discordo, discordo completamente, mas reconheço alguma =cla <coerência ao longo dos anos. Até aquela coerência própria de muitas matérias, de que se não consegue qualquer coisa e depois esse qualquer é provado, é excelente, mas mantendo a coerência ao longo dos anos. Reconheço. Agora no Partido_Socialista, isto tem **tudo** a ver com legitimidade, eu já tenho mais dificuldade. Não é que não tenham o direito, evidentemente, de propor iniciativa. É que ainda na última campanha eleitoral, numa revista pública, pública, em Agosto_de_mil_novecentos_e_noventa_e_cinco, foi feita ao Partido_Socialista **oficialmente** a seguinte pergunta, de resto feita também a todos os outros Partidos, a lei seis oitenta e quatro, interrupção_voluntária_da_gravidez, deve ser alterada? Mais alargada? Mais restritiva? Se constitucionalmente for admitida a figura do referendo, considera que esta matéria possa ser objecto de referendo? O Partido_Socialista não só como no seu programa não advogou nenhuma alteração, como diz, a lei actual é suficiente para os objectivos que com ela se pretendem atingir. Ou seja," -/-

BPSD: "Muito_ bem!" (palmas)

MM:"Segunda questão que aqui me foi colocada por vários dos Senhores_Deputados, a questão da hipocrisia. Eu gostava a esse respeito dizer em primeiro lugar que respeito naturalmente muito a consciência de cada um, espero também que respeitem a minha, e ao menos já que impediram o referendo, Senhora_Deputada_Isabel_de_Castro, não me queira ao menos impedir de frontalmente com clareza e sem hipocrisia dar_a_minha_própria_opinião e os meus colegas. Agora, senhora_Deputada_Isabel_de_Castro, não vale_a_pena fugirmos_à mistificação, o que está_em_causa é de facto uma mudança profunda de política no sentido duma liberalização. Dizer o contrário é uma mistificação, é uma questão de palavra."

BPSD: " Muito_bem! Muito_bem!"

MM: "Agora, hipocrisia, se me permite, sem ofensa nenhuma pessoal, é o seguinte, é pensar-se que para_além_da questão dos valores, e também seguramente aí divergimos, é pensar-se que com a eventual aprovação duma solução desta natureza, vai resolver o problema dos abortos_clandestinos. É minha convicção que essa solução é má no plano dos valores, que ela é ineficaz em termos da prática. Quando muito ajuda a descansar a consciência de alguns"

BPSD: "Muito_bem!"

MM: "mas ela do meu ponto_de_vista não fica mais leve, e o problema sobretudo não fica resolvido. Isso é que acho que é um problema de hipocrisia. Mas Senhora_Deputada, planeamento_familiar a dizer que designadamente o PSD nunca fez nada sobre esta matéria, está respondido pelo Senhor_Deputado_Strecht_Monteiro, há instantes daquela tribuna. Em matéria de planeamento_familiar, o PSD fez muito, e em particular as pessoas já aqui referenciadas. Segundo os últimos dados que são

conhecidos, estatísticas que são conhecidos, que são de mil_novecentos_e_noventa_e_três, oitenta_e_nove_por_cento das mulheres em idade_fértil recorrem ou recorriam, já então, ao planeamento_familiar, é uma hipocrisia dizer que nesta matéria não se tem feito, não se tem feito. Tem-se feito, agora a minha convicção como julgo de todos que importa fazer muito mais, só que esta matéria vai ajudar a desviar as atenções e passa_à_margem_dos problemas reais em vez de os enfrentar, como podia e devia ser. E concluo esta matéria, em particular dirigindo-me ao Senhor_Deputado_Luís_Sá, para dizer o seguinte: *ó* Senhor_Deputado, o Senhor pode divergir de mim, tem o pleno direito, que eu divirjo de si, também tenho esse direito, mas eu tenho **muita** dificuldade em poder aceitar, =se é se <se é que alguém pode aceitar, que o facto de eu ser contra, convictamente contra, isso signifique estar possuído de uma qualquer mentalidade que não é própria de um País moderno e desenvolvido. Permita-me que lhe diga o seguinte: para além uma vez mais do problema de valores em que divergimos, considerar que o aborto pode ser visto como um meio_de_contracepção, mais um meio_contraceptivo, eu acho é que isso é de um **País_do_terceiro_mundo, não de um País moderno, não de um País desenvolvido**."

BPSD: "Muito_bem, muito_bem, sim_senhora."

MM: "Última" -/-

AS: "Terminou o seu tempo, Senhor_Deputado."

MM: "Termino, Senhor_Presidente, em trinta segundos. Última nota para responder a vários dos Senhores_Oradores, designadamente o Senhor_Deputado_Laurentino_Dias, quanto à questão que uma vez mais me coloca do referendo. Não tomámos nenhuma iniciativa neste domínio. Consideramos, e eu pessoalmente considero que a lei actual tem uma filosofia correcta e é equilibrada. Quanto à votação do PSD"

AS: "[…]"

MM: "que alguém colocou, é questão que neste momento não interessa. Quanto a um Deputado que dizem que foi punido, ele falará daqui a instantes, dirá de sua justiça, não vou eu antecipar-me àquilo que ele próprio dirá. Agora, a pergunta que deixo aqui, é a seguinte, a todos, se a convicção é tão forte, tão arreigada, tão profunda de que esta questão é séria, vale_a_pena ser resolvida, discutida e decidida em sentido diferente ao que foi plasmado na lei há treze anos, eu pergunto, porque é que não se devolve a possibilidade de cada cidadão e da consciência_individual de cada cidadão vir a prevalecer num referendo nacional. Porque é que =mo <medo de ouvir, de consultar e de devolver aos Portugueses a capacidade de decisão?"

BPSD: "Muito_bem!"

MM: "Essa é que é a pergunta."

BPSD: "Muito_bem!"

AS: "Para defesa da consideração da sua Bancada, tem_a_palavra o Senhor_Deputado Jorge_Lacão."

(barulho)

AS: "Eu peço_silêncio, Senhor_Deputado_Jorge_Lacão está a exercer_um_direito que a Mesa acaba de lhe reconhecer, ninguém pode deixar de fazer o mesmo. Faça_favor."

JL: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Fiz-lhe há pouco, Senhor_Deputado_Marques_Mendes, um pedido de esclarecimento

relativamente a uma substância significativa da sua intervenção, agora exerço_o_direito_de defesa da Bancada, extinguindo claramente os planos. O Senhor_Deputado_Marques_Mendes afirmou que este debate era intempestivo e inoportuno, que o Parlamento se sobrepunha ao País, que tal resultava da imposição do PS e do PCP, que impediram o referendo sobre a questão da interrupção_voluntária_da_gravidez. Senhor_Deputado_Marques_Mendes não pode proferir conscientemente ou seriamente afirmações deste tipo. Em primeiro lugar porque o Senhor_Deputado não pode com legitimidade e seriedade pôr em causa a legitimidade do Parlamento"

BPS: "Muito_bem!"

JL: "para agendar iniciativas legislativas, porque é para isso que os Deputados são eleitos e é em sua consciência que também representam os eleitores."

BPS: "Muito_bem!"

JL: "Em segundo lugar, o Senhor_Deputado_Marques_Mendes não pode dizer que agora o Parlamento se sobrepõe ao País para imediatamente ter referido como o fez que há treze anos atrás, o País se pronunciou muito bem através do Parlamento. Ou seja, Senhor_Deputado_Marques_Mendes, quando a tomada_de_posição é uma tomada_de_posição que politicamente vos satisfaz, a Assembleia_da_República tem plena legitimidade política"

BPS: "Muito_bem."

JL: "quando a tomada_de_posição da Assembleia pode não corresponder à vossa orientação, a Assembleia_da_República deixa de ter plena legitimidade política."

BPS: "Muito_bem!"

JL: "Senhor_Deputado Marques_Mendes, essa também é uma expressão de hipocrisia política, e é por isso que eu pedi_a_palavra, para denunciar essa sua posição. Depois, Senhor_Deputado, disse que a circunstância deste agendamento e deste debate impediam o referendo sobre as matérias relativas à interrupção_voluntária_da_gravidez. Não impedem, Senhor_Deputado_Marques_Mendes, porque nos termos da lei_do_referendo, a iniciativa parlamentar do referendo ocorre aquando da apreciação de iniciativas legislativas em agendamento. É o que está a ocorrer. Senhor_Deputado_Marques_Mendes, sabe, mas escamoteou, que o Grupo_Parlamentar_do_PS apresentará uma proposta para uma consulta_directa aos Portugueses, no caso de esta Assembleia se pronunciar favoravelmente àqueles projectos que representarem uma alteração do regime, da ilicitude, quanto à interrupção_voluntária_da_gravidez. Por isso, Senhor_Deputado_Marques_Mendes, neste debate e na votação que terá lugar, só há uma resposta. Serão os seus Deputados, essencialmente os seus Deputados, que vão determinar se o PSD é a favor ou contra um referendo nesta matéria."

BPS: "Muito_bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Marques_Mendes para dar explicações querendo."

MM: "Senhor_ Presidente, muito_obrigado. Senhor_Deputado Jorge_Lacão, respondendo àquela parte =à =à <às questões que que volta a colocar àquela parte séria das questões, portanto passava ao lado de =de algum <de alguns comentários. *Ó* Senhor_Deputado, primeira questão, uma vez mais, falemos de facto verdade, há

treze anos o Parlamento decidiu, **há treze anos** se o Parlamento quisesse fazer um referendo não o podia então ter feito, porque o Partido_Socialista tinha impedido na Constituição que o referendo ficasse consagrado."
BPSD: "Muito_bem. Muito_bem."
MM: "Hoje é diferente."
BPSD: "Muito_ bem! Muito_bem. Essa é que é a verdade."
MM: "Em segundo lugar, Senhor_Deputado, eu acho que qualquer dia face às posições do Partido_Socialista sempre que se fala de referendo, qualquer dia os Portugueses vão ter que se colocar a si próprios a seguinte questão: porque é que na Constituição, nas leis, nos discursos tanto querem fazer referendos e depois não há maneira de numa única matéria em concreto se decidir em concreto um referendo. Vale_a_pena um dia destes perguntar, Senhor_Deputado, qual é o receio? Aqui é que está, de facto, a hipocrisia. No caso do Partido_Socialista, no caso do Partido_Socialista, eu esperava que o Senhor_Deputado viesse dizer que eventualmente se justificava ainda mais pelo facto de como eu provei aqui, como eu provei aqui há pouco, há três meses antes das eleições legislativas perguntado sobre esta matéria o PS e todos os demais Partidos, o Partido_Socialista disse que a lei era suficiente, que não tomaria nenhuma iniciativa, o PS mudou já depois dos Portugueses se terem podido pronunciar e, por isso, para além da legitimidade formal, acho que o correcto, o autêntico, o genuíno, a capacidade de ouvir as pessoas era dizer mudámos de opinião, queremos tomar uma iniciativa e, portanto, queremos actualizar a vontade_popular, a soberania_popular. Era assim que era correcto"
BPSD: "Muito_bem!"
MM: "Senhor_Deputado."
BPSD (vb): "Isso é que era certo. […]."
MM: "A terceira, a terceira e última questão, Senhor_Deputado, diz-me, já tivemos essa questão aqui há há semanas, se os projectos forem aprovados agora, já admitimos o referendo. *Ó* Senhor_Deputado, já lhe respondi a isso, mas vou reafirmar se o senhor acha que ainda não foi suficiente p'à clareza aquilo que disse aqui há duas semanas. *Ó* Senhor_Deputado, como já o vi escrito ou dito pelo Senhor_Deputado_Vital_Moreira, julgo que não erro, fazer o referendo depois de uma votação na generalidade, *ó* Senhor, porventura mais_valerá_antes_tarde_do_que_nunca, quer o Senhor às tantas dizer, não é que eu concorde em o Senhor dizer, depois_de_casa_roubada_trancas_à_porta, aplicado com *grano_salis* a esta matéria. *Ó* Senhor_Deputado, sejamos sérios, o referendo é a vontade_popular em alternativa aos Deputados. É a vontade_popular em alternativa à vontade da Assembleia_da_República. O Senhor quer enviesar uma vez mais a questão"
AS: Terminou o seu tempo Senhor_Deputado."
MM: "e só quer fazer **um** Referendo de uma forma clara e enviesada"
AS: "Muito _obrigado, Senhor_Deputado, muito_obrigado."
MM "porque a questão, porque a questão Senhor_Deputado é a seguinte: se essa eventualidade viesse a surgir no final do debate, fique tranquilo,

fique tranquilo, porque o PSD que tem =desde De <desde Dezembro a proposta_de_Referendo"
AS: "Terminou o seu tempo, Senhor_Deputado."
MM: "*agendá-la-iá de imediato e serão os Senhores na altura a ter que decidir. Muito_obrigado."
BPSD: "Muito_bem!"
AS: "Também para um pedido de defesa da honra da sua Bancada, a palavra ao Senhor_Deputado João_Amaral."
JA: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Marques_Mendes, eu uso_da_palavra sobre esta figura, porque o Senhor_Deputado_Marques_Mendes afirmou e não é verdade que o Projecto do PCP implicava transformar o recurso ao aborto num método_*de_contraceptivo. Não é verdade **em nenhuma componente** do nosso projecto, **rejeitamos completamente** o uso_do_aborto como método_contraceptivo, e quando o Senhor_Deputado coloca as questões dessa forma distorcendo, **distorcendo** o sentido do debate =ofe… <acaba por colocar aqui em cima da à à vista de todos, uma questão central, e a questão é esta Senhor_Deputado: o Senhor_Deputado dirigindo-se ao Senhor_Deputado_Luís_Sá dizia que divergíamos nos valores, é inquestionável, só que o que está em debate neste momento não são nem os seus valores, nem os meus valores. Eu **não quero impor** à sua Bancada, ou quero impor ao Senhor_Deputado_Marques_Mendes os meus valores, assim como não aceito que os seus valores se imponham =à à restante, =à restante"
BPCP: "Muito_bem!"
JA: "=à restante, <ó ó ‘ós restantes Deputados. **Quem é portador de valores e tem que decidir** são as mulheres"
BPCP: "Exacto!" "Correcto!"
JA: "em concreto, que vão decidir se recorrem ou não recorrem ao aborto **como hoje fazem**. E o que está_em_questão -/- (palmas) e o que está_em_questão, Senhor_Deputado, e não se nega esta questão central, o que está em questão como o Senhor_Deputado **defende** a actual lei, o que está em questão é saber o que é que o Senhor_Deputado quer dizer com isso. Quer dizer que defende esta situação de recurso ao aborto_clandestino. É isso que quer dizer?"
BPCP: "É."
JA: "Ou quer dizer e assume dizê-lo perante todos e perante o País, que quer uma efectiva aplicação da lei, e portanto, quer que dezenas de milhares de *mulher ao longo de vários anos sejam punidas, sejam presas e condenadas."
BPCP (vb): "[…] é isso que quer. Muito_bem! Muito_bem!"
JA: "Senhor_Deputado, se quer dizer isso em coerência diga-o aqui, porque em matéria de coerência, o Senhor_Deputado não respondeu o desafio que lhe foi lançado p’lo Senhor_Deputado_Luís_Sá. Porque é que se entendem que esta lei é uma lei, a lei que está_em_vigor, é uma lei sensata, justa e adequada, porque é que votaram **contra ela em mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro**?"
BPCP: "Exactamente."

JA: "Porquê? Pois eu respondo-lhe, Senhor_Deputado. Votaram contra ela em mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro, porque queriam manter a situação de aborto_clandestino que na altura parecia que podia ser resolvida com essa lei. Não foi. E porque agora querem manter esta lei, porque dela decorre a manutenção =de aborto clan… <da situação do aborto_clandestino. Senhor_Deputado, é uma situação indesejável, e o convite que eu lhe faço é enfrentar essa questão, que é uma questão social das mulheres_portuguesas, uma questão importante para as mulheres_portuguesas, uma questão de saúde_pública com a dignidade que as mulheres_portuguesas"

AS: " Agradeço que termine, Senhor_Deputado."

JA: "exigem."

AS: "Muito_obrigado!"

JA: "Muito_obrigado!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Marques_Mendes para dar explicações."

MM: " Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Esta espécie de segunda_volta de questões é é muito interessante. Já foi no Partido_Socialista e no Partido_Comunista, 'ma espécie de segunda_volta para tentar recuperar o tempo que perderam na primeira_volta. Eu agradeço-lhe essa oportunidade também ao Senhor_Deputado. *Ó* Senhor_Deputado, embora esta questão seja séria, também não fica mal um pouco, não fica mal um pouco de humor, apesar de tudo, acho que não fica, não fica mal, embora a questão seja séria. Por isso vamos à parte séria, / vamos à parte séria da questão."

BPSD: barulho de protesto

MM: "Senhor_Deputado, só duas ou três notas. Primeira quanto à decisão de mil_novecentos_e_oitenta_e_quatro, eu não estava cá na altura. O que dei, o que dei agora foi a minha opinião pessoal, nem vincula sequer oitenta e oito Deputados da minha Bancada. Podem ter opiniões diferentes. **É a minha opinião pessoal**. Dei a minha opinião pessoal **com toda a clareza**. Uns concordam, outros discordam, agora tenho os meus valores, as minhas convicções. O Senhor tem outros valores, outras convicções, respeito da mesma maneira. Há uma diferença, uma diferença significativa entre valores e convicções, mas para além disso, no momento da decisão há uma diferença muito grande. É que eu penso de uma maneira. Assumo! O Senhor pensa de outra maneira e assumo, mas esta questão dizendo_respeito_ao Senhor, a mim, a duzentos e trinta, mas dizendo_respeito_a milhões de cidadãos entre os quais muitas mulheres, eu que penso desta maneira, eu preferia que a decisão não fosse minha, ainda que possa ter vencimento, mas fosse de milhões de cidadãos_portugueses. Essa é que é a diferença de comportamento Senhor_Deputado. Questão final, questão final, Senhor Senhor_Deputado. Eu não fiz nenhum tipo de acusações como estas ao Partido_Comunista. O que eu faço convictamente, é a minha opinião, eu acredito naquilo que estou a dizer e faço por razões de princípios, não por nenhuma outra razão, nenhuma outra, em função de princípios em que acredito. Eu entendo, de facto, que o aborto nos moldes em que está proposto em dois projectos é algo semelhante, de facto, digo e repito, a uma espécie de método_contraceptivo e eu isso, volto a dizê-lo, acho mal, acho negativo, eu acho mesmo um absurdo e volto *a de resto a dizer o que disse ao Senhor_Deputado_Luís_Sá com a máxima franqueza, considero que esta é uma forma não de encarar_o_problema, mas de passar_à_margem_do problema. Esta é

uma forma de tentar descansar a consciência. Daqui a uns anos, se eventualmente fosse aprovado, espero que não seja, eu julgo que nem descansavam a consciência, que ficava mais pesada em função do direito à vida, nem resolviam problema rigorosamente nenhum. Era esta matéria que eu gostaria de discutir **aqui** e depois discutir no País e decidir por todos os Portugueses. Muito_obrigado!"

BPSD: "Muito_bem!"

AS: "

A palavra para uma intervenção à Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto. Tem dez minutos ao abrigo do artigo oitenta e um, número dois, que não contarão, ou não serão descontados no tempo do seu Partido. Se exceder os dez minutos, necessariamente começará a descontar."

MJNP: "Senhor_Presidente,

Senhoras_e_Senhores_Deputados, travamos hoje na Assembelia_da_República um debate que inevitavelmente quer_se_queira_quer_não, é um debate sobre o valor da vida humana. A transmissão da vida não pode ser deixada ao acaso biológico, nem aos interesses particulares, nem às ambições demográficas, às estratégias_de_guerra ou às superioridades do sexo, raça ou nação. O poder de que hoje dispomos sobre a vida humana tem de produzir um novo sentido de responsabilidade colectivo face ao futuro da espécie. Ora a solidariedade e o respeito pela dignidade das pessoas e pela justiça aparecem como único_garante desse futuro. Esta é a questão basilar. É ética, mas também civilizacional, e só em função de escolhas muito profundas e críticas da sociedade, passará a ser jurídica. Nas últimas décadas a uma tão crescente quanto impensável evolução da ciência e da técnica, tem correspondido cultural, social e politicamente a preocupação de enquadrar estas questões essenciais. Ao bíblico_mandamento "Não_matarás" responde também a incessante afirmação da comunidade_científica_mundial de que ciência e técnica estão_ao_serviço_do ser humano, da preservação da vida, da cura e da minimização do sofrimento. Não estão, nem poderão nunca estar_ao_serviço_da morte. Sabemos que o feto é hoje visível graças ao desenvolvimento ecográfico. Deixou de ser uma realidade abstracta no útero materno para ser alguém, cujos contornos, movimentos, reacções e necessidades podemos detectar. O feto é já objecto de cuidados de saúde, cirurgia, transfusões. É mesmo previsível que o feto possa ainda mais cedo ser mantido com vida extrauterinamente. Por força deste quadro em vias de rápida evolução, os ordenamentos jurídicos estão obrigados a repensar o estatuto do feto e do embrião. Estamos certos que, em breve, estas situações da vida e de vida serão cabalmente jurisdicizadas. Ora a discussão que hoje aqui travamos terá também de assentar sobre este pressuposto, pois que é para o futuro que estamos a legislar. Daí_que, desde_já, nos coloquemos na perspectiva vanguardista da defesa do feto e do reforço do seu estatuto jurídico. Talvez por tudo isto, pela enorme complexidade da questão e pela gravidade que se revestem as consequências do que for votado, quiseram alguns convencer-nos que deveríamos discutir e votar estes projectos_lei apenas de_acordo_com a nossa consciência individual. Nada mais falso. Aqui cada um de nós representa milhares de Portugueses, aqui cada um de nós cumpre um mandato preciso, aqui nenhum de nós deve ou pode pronunciar-se ou votar apenas em nome individual, porque não foi apenas nessa qualidade que aqui entrou, nem nessa poderia aqui permanecer. Esta Assembleia vai manifestar quer_queira_quer_não, hoje, a vontade do Povo_Português. De nada servindo a argumentação de um individualismo de consciência. E assim sendo pergunto: estaremos nós para tal mandatados? Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, na tentativa séria de representar os Portugueses que nos elegeram e sem prejuízo das posições de

princípio que são nosso património comum, analisamos atentamente as propostas, os motivos que as justificam e os objectivos que visam prosseguir. Dispusemo-nos para este combate de coração_e_mente_abertos, com convicções profundas, mas sem preconceitos, com muita firmeza mas sem fundamentalismos. Assim, em primeiro lugar é nossa convicção que este debate é também um debate sobre o subdesenvolvimento, que é ainda grande em determinados sectores da sociedade_portuguesa e que atinge, de modo particular, as mulheres. Sempre entendi que no final deste século, Portugal tinha de empenhar-se seriamente no combate às causas por demais diagnosticadas deste subdesenvolvimento. Durante o período que antecedeu a minha eleição como Deputada, fiz questão de, uma vez mais, ver e falar com muitos dos seus protagonistas: mulheres pobres, mulheres analfabetas, mulheres vítimas de violência ou discriminações várias, mulheres com filhos literalmente abandonadas à sua sorte, mães adolescentes, mães de crianças deficientes, crianças que crescem em estabelecimentos prisionais, mulheres reféns da prostituição. Esta situação sabemos não é de todo sanável, mas estou certa que poderia em grande parte ser resolvida, para tal o contributo da Assembleia_da_República foi, é e será indispensável. Ao longo deste debate ficará provado o pouco que se fez de concreto para debelar todo este flagelo humano. Com efeito, nas últimas décadas, Portugal modernizou-se, infelizmente em muitos e relevantes aspectos, Portugal não logrou desenvolver-se. Em segundo lugar, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, é nossa convicção que este debate traduza em grande medida a nossa comum impotência para promover o respeito por leis que aqui foram aprovadas, estão_em_vigor, mas que na prática se vão tornando_letra_morta. Quem de entre nós pode acreditar que a melhor resposta ao não cumprimento das leis, à ineficácia dos serviços, à burocratização do acesso aos bens essenciais, possa ser a aprovação de outras leis _ *latere* que também elas, pelas mesmas razões, se tornarão_letra_morta. Quem? Quantos de entre nós se sentem efectivamente lesados pelo não cumprimento da lei da protecção da maternidade e da paternidade. A quantos afecta realmente o mau sistema_de_saúde? Quantos de nós se sentiram alguma vez discriminados pela violação das leis laborais? Poucos, certamente. E talvez por isso possa ser hoje aqui sustentável que a melhor resposta a leis não cumpridas, a leis desadequadas, a leis inexistentes, à falta de políticas de promoção e desenvolvimento, de apoio à maternidade, às mulheres, à família, às crianças, seja afinal a despenalização do aborto. Mas Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, o que as mulheres_portuguesas pedem a este Parlamento é que ele se empenhe em criar-lhes melhores condições. Melhores condições para ter os filhos que querem e não os filhos que lhe consentem. Melhores condições para os criar, de casa, equipamentos sociais, transportes. O que as mulheres pedem a este Parlamento é um real acesso aos cuidados de saúde, ao planeamento_familiar, a uma gravidez vigiada, a um diagnóstico_pré-natal atempado, a um parto seguro. O que as mulheres_portuguesas pedem ao Parlamento é que não sejam discriminadas por serem mulheres e querem ser mães na admissão e permanência do seu posto_de_trabalho. O que as mulheres_portuguesas pedem é que este País que envelhece assustadoramente as distinga pela positiva, porque só através delas poderá conseguir a indispensável renovação geracional. O que alguns neste Parlamento lhes querem dar é algo completamente diferente. Com efeito, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, manifestada a nossa incapacidade ou falta de coragem política para lutar contra as causas, dar-lhes-emos uma licença_para_matar, uma espécie de prémio_de_consolação, uma gigantesca armadilha / (palmas), uma espécie de prémio_de_consolação, uma gigantesca armadilha que dará a alguns, embora por

pouco tempo, a ilusão de que tudo ficou resolvido. A pobreza, o sofrimento, a ignorância, a injustiça, o abandono e a solidão. Se os projectos em apreço fossem aprovados, todos se aperceberiam em breve que as verdadeiras causas permaneceriam inatacadas. Só uma coisa se alteraria em definitivo: a confiança em todos nós, a confiança colectiva de que o nosso esforço e o nosso trabalho seriam capazes de mudar, reformar e melhorar, a confiança no factor humano, a confiança na vida. Temos de concordar que seria uma alteração qualitativa negativa, que seria um gigantesco passo atrás. Tenho_dito."

AS: "Para formular esclarecimentos à Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, inscreveram-se os Senhores_Deputados João_Rui_de_Almeida, Luísa_Mesquita, José_Barradas, Isabel_de_Castro e Odete_Santos. Tem_a_palavra o Senhor_Deputado_João_Rui_de_Almeida."

JRA: "Presidente, Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, colocava-lhe duas questões. Uma relacionada com a questão do alargamento dos prazos. *Ah* dos três projectos apresentados, concretamente do do Senhor_Deputado_Strecht_Monteiro defende o alargamento dos prazos. A esmagadora maioria, aliás como a certamente a Senho(ra)_(Dou)tora terá tido oportunidade de assistir nas audições parlamentar que a Assembleia_da_República realizou, a esmagadora maioria da comunidade_médico-científica, atrevia-me a dizer nacional e internacional, apela, apela para a necessidade de actualizar neste caso os prazos existentes numa lei_portuguesa que tem treze anos. Alterações propostas *ah* que são uma exigência, uma exigência do desenvolvimento *ah* científico. *Ah* relembro só que *eh* cerca de trinta_e_nove_por_cento, trinta_e_nove_por_cento são dados até às dezasseis semanas. É uma medida no meu entender, no nosso entender necessária e positiva. E colocava-lhe esta questão simples Senho(ra)_(Dou)tora, que é saber, portanto, se Vossa_Excelência acompanha ao menos *ah* esta necessidade imposta pelo desenvolvimento científico. *Ah* e já que Vossa_Excelência colocou a questão no campo da ética, elevava =o pouco <um pouco mais a questão para saber se é eticamente reprovável não intervir ou intervir. É que há, é que, é é que a questão coloca-se é que às vezes é eticamente mais reprovável não intervir em situações destas. Senho(ra)_(Dou)tora, a segunda questão muito rapidamente *ah* tem a ver com a experiência que Vossa_Excelência adquiriu *ah* ao longo de alguns, enfim, de alguns tempos, como gestora de uma grande maternidade deste País, a Maternidade_Alfredo_da_Costa. *Ah* perante a realidade que se passava *ah* no *ah* enfim no País, Vossa_Excelência tinha ou não conhecimento desta realidade? Do que se passava neste campo? No sofrimento humano como há pouco Vossa_Excelência referia? Tinha conhecimento que, de facto, isto existia, ou não? E e e e vai-me desculpar a pergunta que é consequência desta minha *ah* dúvida, que é saber o que é que Vossa_Excelência fez? Porque nós desculpabilizarmo-nos *ah in_nomine*, portanto *ah* um pouco por todos, em função do que é, do que é o Governo, do que é…viáveis que a actual lei só prevê que se possam fazer =até aos dezasseis <até às dezasseis semanas. Então e e =os que estão <os que são detectados a seguir às dezasseis semanas, os os que não são inviáveis? *Ah* mesmo *ah* mais tarde, mais *ah* passadas algumas semanas mesmo **antes** quase do próprio nascimento? *Ah* estas questões concretamente, por exemplo, como eram resolvidas na maternidade que Vossa_Excelência *ah* portanto dirigiu, sabendo que inclusivamente a Comissão_Nacional_de Éticaconsiderava que isto é um corpo_estranho"

AS: "Três minutos Senhor_Deputado. Tem de terminar."

JRA: "é um corpo_estranho, que era preciso resolver."
AS: "Agradeço
JRA: "Muito_obrigado."
AS: "que termine."
JRA: "Muito_obrigado."
AS: "Muito_obrigado. Senhora_Deputada Maria_José_Nogueira_Pinto responde já? Faz_favor."
MJNP: "Muito_obrigada Senhor_Presidente. Senhor_Deputado_João_=Rui <Rui_de_Almeida, eu vou tentar ser breve, tenho pouco tempo na minha Bancada, mas quero-lhe dizer o seguinte. A questão do feto inviável, e aqui respondo-lhe já *ah* às suas duas perguntas, na Maternidade_Alfredo_da_Costa e por minha responsabilidade, porque eu não era gestora, era directora, e como tal, portanto, a responsável máxima da Maternidade_Alfredo_da_Costa, os fetos inviáveis não constituíram nunca qualquer espécie de problema. Nós considerámos que era de fazer a interrupção_de_gravidez a qualquer momento, e fizemo-lo e eu assumi essa responsabilidade. Portanto, como lhe digo, é… estas questões, para mim, não são novas, são antigas. Mas queria-lhe dizer que a questão do alargamento dos prazos, eu sempre a coloquei como uma questão cuja resposta tinha de vir da comunidade_científica_portuguesa, não a coloquei =no <nunca noutra sede. E para minha grande pena, Senhor_Deputado, a comunidade_científica_portuguesa não se pronunciou de forma clara, porque o Senhor sabe perfeitamente q'' há diferentes tipos de diagnóstico e enquanto que é provável que um diagnóstico se possa com o desenvolvimento cada vez fazer mais cedo, é provável que outro diagnóstico comece a dar algumas indicações cada vez mais tarde, e portanto, aqui a questão p'a ser tratada na vertente científica que era da maior importância, era talvez para ser tipificada e ter prazos tão diferentes como dezasseis semanas, vinte e quatro semanas e até trinta semanas. E a questão que foi trazida aqui, do ponto de vista científico, muito obnubilada. Eu respeito a situação do =Do <Doutor_Strecht_Monteiro que trouxe aqui a sua experiência pessoal e quanto ela foi penosa, mas do ponto de vista científico **não houve um esclarecimento cabal aos Deputados, nem ao País**, e eu lamento isso como Portuguesa e como Deputada."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MJNP: "Agora queria-lhe dizer o que é que eu que fiz na Maternidade_Alfredo_da_Costa, não gosto falar de mim, mas aproveito pa'' lhe dizer o seguinte: como Directora_da_Maternidade_Alfredo_da_Costa devo-lhe dizer que nós considerámos que toda a mulher que tinha consulta de diagnóstico_pré-natal, nós nos responsabilizávamos de levar_tudo_até_ao_fim, fosse como fosse, porque consideramos que, não pode de maneira nenhuma uma mulher encontrar-se na situação de porque a correspondência para o Porto demora muito, porque na altura havia um Centro_de_Genética_do_Porto, dizer-lhe na véspera, vá-se embora, que nós já não temos nada que ver com isso. Devo-lhe dizer que inclusivamente apanhámos os casos que vieram como bolas_de_pingue-pongue da maioria dos hospitais do País. Eu conheço o País, Senhor_Deputado, e é por isso que eu acho que esta discussão devia ser colocada doutra maneira. Quero-lhe dizer que nós *uh ah ah* fizemos **todas** as interrupções_voluntárias_de_gravidez que estavam na lei, que estavam contempladas, caíam na previsão_legal. Quero-lhe dizer que nós organizámos os objectores_de_consciência de forma a que pudessem objectar_a_consciência e nunca prejudicar o regular funcionamento do

funcionamento público. Quero-lhe dizer que nós fizemos o planeamento_familiar no puerpério que é onde ele tem de ser feito e não vagamente nos centros_de_saúde, e quero-lhe dizer que nós começámos as laqueações_de_trompas reversíveis e irreversíveis conforme as situações corajosamente também numa interpretação aberta da lei, porque é assim que se tem que estar na vida, quando, quando, quando =não está em cau… <não estão_em_causa"

AS: "Terminou o seu tempo, Senhora_Deputada."

MJNP: "coisas essenciais."

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"

AS: "A palavra é para um novo pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado_José_Barradas. (N)ão, peço desculpa, à Senhora_Deputada_Luísa_Mesquita."

LM: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhora_Deputada, o debate que hoje aqui nos traz envolve convicções, sentimentos, dramas e por tudo isto, Senhora_Deputada, merece respeito, rigor, seriedade, coerência. E partindo_desta premissa fundamental, considera a Senhora_Deputada que os problemas sociais e de saúde se resolvem com outros instrumentos legislativos. Já o disse hoje aqui duas vezes. De facto, iniciativas_legislativas como aquelas que o Partido_Comunista_Português apresentou em mil_novecentos_e_oitenta_e_dois relativas à protecção da maternidade, ao planeamento_familiar e educação_sexual constituem =ins… <**ins**trumentos fundamentais sem exclusão dos instrumentos que hoje temos aqui em debate, e que são complementares e complementares na consecução da defesa dos direitos da saúde da mulher. A primeira questão que lhe coloco Senhora_Deputada é esta: porque votou o CDS/PP contra estas iniciativas? / A Senhora_Deputada já hoje aqui colocou as grandes dificuldades que a aprovação do projecto do Partido_Comunista_Português poderia ocasionar aos serviços_nacionais_de_saúde. Poderíamos lembrar, por exemplo, que o CDS/PP viabilizou o orçamento e viabilizando o orçamento, viabilizou o orçamento de saúde. Mas, extre(ma)mente preocupada com as consequências que poderiam ocorrer nos serviços_nacionais_de_saúde, =suge… <sugeriu mesmo a existência de lista_de_espera para a realização das interrupções_voluntárias_da_gravidez e parece constituir um impedimento, mais um dos impedimentos ao voto favorável do PP relativamente aos projectos hoje em discussão. E aqui, Senhora_Deputada, é a segunda questão que lhe coloco. Prefere, provavelmente, a sua Bancada e a Senhora_Deputada concretamente que é mais cómodo, mais simples, que as listas_de_espera funcionem antes nos locais clandestinos para o aborto_clandestino. É que aí não se vê e nos serviços_de_saúde toda a gente vê. Ou considera antes, talvez, haja uma outra hipótese, considera antes que estes locais clandestinos, onde as mulheres morrem, possuem excelentes condições de saúde e segurança ideais para as mulheres_portuguesas, para os tais direitos que a Senhora_Deputada diz defender? Que os serviços nacionais de saúde não possuem? Faz-me lembrar, Senhora_Deputada, e quando falou da grande sensibilidade que o CDS/PP, concretamente a Senhora_Deputada, tem para as questões sociais, reforçou-se em mim essa lembrança daquele outro momento da História_Portuguesa em que a miséria, a pobreza atingia extensas camadas da população_portuguesa, mas a mendicidade era proibida pela legislação, mas acontecia com a cumplicidade dos Portugueses" -/-

AS: "Terminou o seu tempo, Senhora_Deputada."
LM: "que não permitiam que os outros Portugueses morressem à fome."
AS: "Terminou o seu tempo, Senhora_Deputada."
LM: "Vou já terminar, Senhor_Presidente."
AS: "Tem que terminar"
LM: "Muito_obrigado."
AS: "mesmo, se_faz_favor."
LM: "Vou já terminar. A Senhora_Deputada terá só que dizer com toda a clareza nesta Câmara, prefere uma legislação que pareça e uma realidade que é / daí_que a Senhora_Deputada tenha que clarificar se quer ou não as mulheres_portuguesas na cadeia, se quer o aborto_clandestino ou a despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez. Se quer a liberalização clandestina, ou a despenalização regulamentada, séria e segura para todas as mulheres, principalmente para aquelas que Senhora_Deputada ignora, quando votou" -/-
AS: "Muito_obrigado, Senhora_Deputada, tem que terminar."
LM: "vou já terminar Senhor_Presidente. **Quando votou a lei das cinquenta horas, quando votou contra a proposta_de_alteração a essa lei, que defendia as mulheres grávidas**" -/-
AS:"Muito_obrigado, Senhora_Deputada, muito_obrigado."
LM: "e as mães deficientes. Senhora_Deputada estas questões" -/-
AS: "Senhora_Deputada"
LM: "tem que tratar com rigor, seriedade e coerência," -/-
AS: "Muito_obrigado, tem que terminar."
LM: "não pode ser hoje uma coisa e amanhã outra."
BPCP: "Muito_bem!"
AS: "A palavra à Senhora_Deputada Maria_José_Nogueira_Pinto para responder."
MJNP: "Senhora_Deputada Luísa_Mesquita, a Senhora misturou dois planos nas suas perguntas e eu vou tentar distingui-los de imediato. É que há uma coisa que nos separa aqui completamente, e é bom que fique claro que nos separa, é que eu falei_em_nome_do feto e a Senhora nunca falou em nome do feto."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MJNP: "Eu considero, eu considero que há =um <no caso da despenalização até às doze semanas há um conflito entre dois direitos e **do meu ponto de vista**, do ponto de vista da minha Bancada, tão válido como *a da sua Bancada, prevalece até às doze semanas, sem qualquer motivo, prevalece =a vi… <o o valor e o direito do feto. Portanto, isto é, isto é uma distinção total e absoluta que não vale a pena discutirmos sobre ela, mas eu passo ao resto. *Ah* No resto também há uma distinção, mas parece-me a mim, mais curiosa, porque não é no plano dos valores, é no plano da eficácia. Todo o discurso =da <do Partido_Comunista_Português e o próprio projecto que apresentam

é um projecto que tem em conta as consequências e eu acho, Senhora_Deputado, que nós estamos aqui é para combater as causas"
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MJNP: "**nós não estamos aqui para fazer listas_de_consequências. Senhora_Deputada. Como é que é possível que ao fim de treze anos se esteja aqui q dizer o mesmo e =não <ninguém se preocupe daqui a treze estar a dizer a mesma coisa.** Não! Eu acho que a nossa obrigação é a nível das causas, não é a nível das consequências. Porque é que há aborto_clandestino em Portugal? É porque não há aborto_legal? Eu acho que não. Eu acho que há aborto_clandestino em Portugal, por um conjunto muito grande de causas, e a despenalização_do_aborto **era apenas uma consequência dessas** causas para atenuar a consequência pior do aborto_clandestino. Nessa medida eu não sei fazer política, Senhora_Deputada."
AS: "Palavra para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado_José_Barradas."
JB: "Senhor_Presidente, / e Senhores_Deputados /. Eu peço a Vossa_Excelência, Senhor_Presidente…"-/-
AS: "=Senhores Senhores_Deputados, eu peço_silêncio. O Senhor_Deputado tem o direito de se fazer ouvir nas mesmas condições das pessoas que estão a fazer ruído quando falam. Faça_favor."
JB: "Eu peço *ah* a Vossa_Excelência que, com a sua habitual generosidade, me seja descontado o tempo que agora me foi roubado. S(enh)or_(Presi)dente, Senhora_Deputada Maria_José_Nogueira_Pinto, Vossa_Excelência sabe o respeito que eu tenho por Vossa_Excelência, entenda as minhas perguntas, que são duas, muito simples, como prova desse respeito. Eu não fui ungido com o nobre direito de conceber, falta-me esse direito essencial que é sentir a maternidade. Contudo, fui chamado a decidir e vou fazê-lo no local próprio, aqui, embora no local onde é visível o ainda estatuto actual da mulher: uma maioria da população, uma minoria da representação."
BPS: "Muito_bem!"
JB: "Senhor_=Presi <Deputada, ter um filho não é um dever, é um direito, é uma escolha. E é essa liberdade de escolha que a mulher_portuguesa quer ter. A pergunta é simples: parece-lhe justo, Senhora_Deputada, partir para um debate colocando a mulher numa posição de irresponsabilidade, de insensibilidade, de marginalidade? Parece justo partir para um debate e parece recomendável tratar a mulher como um mero receptáculo, como um depósito, como uma fábrica_de_bebés? A segunda pergunta é esta Senhora_Deputada: o PS foi o primeiro partido após o vinte_e_cinco_de_Abril a propor a despenalização_do_aborto_terapêutico_e_eugénico. Fê-lo durante o primeiro Governo_Constitucional e era Ministro_da_Justiça o actual Presidente_da_Assembleia_da_República, S(enh)o(r)_Doutor_Almeida_Santos. Depois em sede de Revisão_Constitucional propusemos o direito à objecção_de_consciência como direito de carácter geral, e não só, para o serviço_militar. Hoje é do nosso seio que saem duas propostas, demonstrando que somos um Partido plural, que admite e aceita as diferenças, sem que isto nos divida. É seguramente um factor de crescimento democrático que eu saúdo. Contrariamente ao que outros nos habituaram defendendo o princípio do que que é bom para a abelha_mestra, é bom para a colmeia, nós preferimos o primado do que o que é bom p'á colmeia, é bom p' à abelha_mestra."
BPS: "Muito_bem!"

JB: "A minha pergunta é simples: em toda a Europa com a excepção absoluta da Irlanda, a IVG é possível. Há recomendações do Parlamento_Europeu que se proceda à (remização) de Legislatura sobre o aborto na Europa. A minha pergunta é esta: são os Deputados_Europeus retrógrados, são desrespeitadores =do <da vida do feto e da vida humana, Senhora_Deputada? Muito_obrigado."
B (vb): "Conselho_da_Europa, Conselho_da_Europa."
AS: "Palavra para um novo pedido de esclarecimento à Senhora_Deputada_Odete_Santos."
OS: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, eu tenho =o ma <o mais profundo respeito por todas as convicções pessoais ou religiosas quaisquer que elas sejam, mas gostaria que as mulheres_portuguesas fossem tratadas da mesma forma, tanto mais que a Senhora_Deputada adoptou um discurso de falar nos problemas sociais das mulheres, mas não respondeu às questões que a minha camarada lhe pôs sobre como é que o CDS-PP tinha votado leis_laborais contra as mulheres *ah* votaram contra a reforma das mulheres *ah* o abaixamento que nós aqui propusemos, não respondeu. Mas eu gostava e seria coerente do seu discurso se não se pronunciasse de uma determinada maneira, porque não é a mim, Senhora_Deputada, que me ofende quando diz que queremos passar a licença_p'ra_matar. Não me ofende absolutamente nada, mas ofende as mulheres que recorrem ao aborto_clandestino. **Elas ouvirão que a Senhora_Deputada as considera como alguém que vai tirar uma licença =da <assassina**. Foi isso que a Senhora_Deputada disse. Aliás, fundamentado de uma maneira que, desculpe que lhe diga, Senhora_Deputada, acho que tem um empenhamento pessoal por crenças absolutamente respeitáveis, que a levou neste debate a exceder [^^^^] (citou) a Bíblia "Não_matarás". Nas audições, a Senhora_Deputada perguntou perante o espanto de toda a gente, num estado laico, à Conferência_Episcopal, como é que a Conferência_Episcopal aconselhava os Deputados católicos a votarem. Senhora_Deputada, por_amor_de_Deus, <u>na minha terra diz-se isto</u>" -/-
BCDS-PP: "<u>[…]</u>"
OS: "na minha terra diz-se assim, eu disse de propósito, eu disse de propósito "por_amor_do_seu_Deus" não misture as coisas, Senhora_Deputada, porque efectivamente, Senhora_Deputada, ainda bem que os católicos não são da mesma maneira e há católicos de muita tolerância. Eu, aliás, aproveitaria para lhe dizer assim *ah* houve um inquérito nos Estados_Unidos_da_América feito p'la" -/-
BCDS-PP: "[…]"
B (vb): "Faz_favor deixar ouvir."
AS: "*Ó* Senhora_Deputada =com <a interrupção é de conta do seu tempo."
OS: "Houve um inquérito feito nos Estados_Unidos_da_América feito pela empresa Gallup sobre esta questão do aborto em mil_novecentos_e_noventa_e_dois e a resposta deu que sessenta_por_cento dos inquiridos católicos consideravam que o aborto devia ser despenalizado em todas ou quase todas as circunstâncias, Senhora_Deputada. Senhora_Deputada, a Senhora_Deputada <u>que diz que vai</u>"
AS: "<u>Tem de terminar Senhora_Deputada</u>."

OS: "fazer **tudo** sobre as leis_laborais agora, agora vai fazer **tudo** pelas mulheres_portuguesas. Acha então que é absolutamente impossível que os Hospitais organizarem-se para fazerem a IVG legal. Há uma contradição e Senhora_Deputada quando invoca "Não_matarás"

AS: "Agradeço que termine, Senhora_Deputada."

OS: "**pense que está com o seu voto a levar mulheres_portuguesas p'rá morte**."

BPCP: "Muito_bem."

AS: "Palavra à Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto para responder aos dois pedidos de esclarecimento."

MJNP: "Obrigada, mas eu sei […] (vb) Eu começaria por responder ao Senhor_Deputado_José_Barradas. Eu queria dizer ao Senhor_Deputado_José_Barradas que obviamente ter um filho é um direito, mas =a liberda <a liberdade_de_escolha do meu ponto_de_vista situa-se, e hoje a mulher tem essa possibilidade e não teve, como sabe, até =há po… <há relativamente pouco tempo, situa-se a nível nos métodos_anti-conceptivos, nem se pode situar a outro nível, sabe porquê? O Senhor não é mulher, mas eu sou, é que a outro nível essa liberdade_de_escolha já vem envenenada, já vem viciada e as mulheres sabem isso perfeitamente. A liberdade_de_escolha é no momento certo, e que pensar que ela pode ser feita noutro momento é dar às mulheres um atestado de irresponsabilidade que não dou. Não dou a nenhuma delas"

BCDS-PP: "Muito_bem."

MJNP: "felizmente."

BCDS-PP: "Muito_bem."

MJNP: "Queria-lhe dizer também que / penso penso que foi isto que me perguntou concretamente. Em relação à Senhora_Deputada_Odete_Santos, eu queria começar por lhe dizer aqui uma coisa, porque eu estava a pensar que a Senhora_Deputada_Odete_Santos iria trazer isso à baila. Eu quero-lhe dizer o seguinte: eu não represento aqui a Igreja_Católica, eu não tenho nem mandato **nem estatura** p'a representar aqui a Igreja_Católica. Eu sou uma **humilde filha** da Igreja_Católica como milhões de pessoas no mundo inteiro. O que lhe queria dizer é que o Evangelho é um grito contra a hipocrisia e é **um grande apelo à Misericórdia, <u>um grande apelo à Misericórdia</u>**,"

OS: "[…]"

MJNP: "mas isso não significa, Senhora_Deputada, deixa-me responder-lhe, ou não? Isso **não** significa, isso **não** significa, Senhora_Deputada, que =não se <exactamente por isso, porque é um grande apelo à hipocrisia, um grande apelo à Misericórdia, =é <assenta sobretudo na defesa da vida e a Senhora_Deputada já vimos que não estamos de acordo. Eu queria, no entanto, esclarecer aqui uma coisa, que é o seguinte: a pergunta que eu fiz à Conferência_Episcopal não era de católica, era de cidadã e a pergunta era esta: não considerando a Igreja que deve haver um referendo, =porque é <como é que a Igreja considera que pode haver uma votação? Era esta pergunta, **era esta** pergunta, **não era como católica,**"

OS: "[…]"

MJNP: "**Senhora_Deputada, Senhora_Deputada, Senhora_Deputada,**"

BCDS-PP (vb): "Oiça, oiça!"

MJNP: "considera, realmente, que se eu tiver que falar com a Conferência_Episcopal, não tenho que o fazer na Assembleia_da_República, Senhora_Deputa(da). Seria ridícula. A pergunta que eu fiz foi como Deputada, 'Tava-se a falar do referendo como se falou, aliás, em várias audições. A pergunta foi essa e está lá. Não tem nada de de de estranho. Era saber a posição da Igreja relativamente ao referendo e relativamente à votação. A Senhora_Deputada não entre p'lo caminho da Religião, porque entra muito mal. Nós estamos em mil_novecentos_e_noventa_e_sete, num País que é livre, num País que tem tradições fundas nessa matéria. Não entre, porque não tem razão nenhuma para isso."

BCDS-PP:

"Muito_bem."

AS: "A palavra para uma nova intervenção à Senhora_Deputada à Senhora_Deputada_Isabel_de_Castro."

IC: "Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, são muitas, muitas mil. Ao certo desconhece-se o seu número. São mulheres, mulheres de que não falam as estatísticas feitas para ignorar a sua realidade, mulheres quase meninas algumas a quem a escola encheu de inúteis fórmulas químicas, mas não cuidou de ensinar a lidar com o seu próprio corpo. Mulheres menos jovens outras habituadas a ver o seu corpo usado, marcadas no rosto pela dureza =dos <da vida, dos filhos, pela brutalidade do trabalho que resistindo, ainda assim, heroicamente, ao quotidiano com um sorriso alargado. Mulheres empurradas por razões tão diferentes e paradoxalmente tão próximas, tantas quantas a diversidade de cada pessoa pode abarcar para a dolorosa decisão de interromper uma gravidez. Uma decisão_que_não_tomaram por gosto, uma decisão_que_não_tomaram por prazer, uma decisão_que_não_tomaram por livre opção, mas uma decisão_que_tomaram, precisamente, por falta dela. Uma decisão dolorosa de que, certamente, quem a ela foi poupado dificilmente pode falar, mas uma dor que, porventura, podemos melhor imaginar se tendo vivido a maravilhosa experiência de uma maternidade livremente escolhida, livremente desejada, esperada e a imensa alegria que **nessas condições** ela comporta, pensarmos na dor daquelas mulheres que, por falta de opções, num dado momento dela são privadas. Uma realidade que nos leva hoje, Senhores_Deputados, a interrogar pois. Com que direito podem alguns falar de opção a mulheres a quem o patrão ameaça despedimento se porventura engravidarem? Com que direito podem alguns falar de opção a mulheres cuja casa já não chega para os nascidos, muito menos para mais um? Com que direito podem alguns falar de opção a uma família atingida subitamente pelo desemprego e que se não pode permitir já ao luxo de outra criança? Com que direito podem alguns falar de opção a uma mulher quando o planeamento_familiar nunca chegou ao seu bairro ou à sua terra, se não sabem o que isso é, porque ninguém cuidou de lhes explicar? / (palmas) Com que direito podem alguns falar de opção a jovens adolescentes que nunca tiveram acesso à educação_sexual? Com que direito podem alguns falar de opção a mulheres a quem interditos culturais e religiosos negam a sua sexualidade. Com que direito podem alguns falar de opção a mulheres quando a *estreitreza dos prazos hoje previstos na lei não *permitem a certeza de um diagnóstico seguro e o temor as leva a interromper a gravidez por mera precaução? Uma realidade que nos leva a questionar a **todos** e cada um de vós em_consciência com que legitimidade, com que utilidade, em nome de quê, para expiar que culpas, que pecados? Com que direito no fundo pode um Estado, pode uma sociedade que não assegurou o seu papel_social, persistir na penalização de mulheres como se isso

resolvesse fosse o que fosse? Persistir é estigmatizá-las, tornando ainda mais difícil aquilo que já o é e lançando nas margens da clandestinidade mulheres entregues à sua solidão, ao seu terror, aos seus medos, à ilegalidade da interrupção_de_uma_gravidez que as exclui e coloca totalmente fora da lei e fora de quaisquer cuidados de saúde. Fora_da_lei, correndo inúteis riscos de mutilações, que irreversivelmente, porventura, as poderão impossibilitar no futuro de uma maternidade feliz, jogando em muitos casos a sua própria vida. Mulheres, a maioria, em lugares sem quaisquer condições de higiene, desumanos e sórdidos, tão sórdidos quanto o rentável negócio que em seu torno, em seu torno se movimenta. Mulheres outras, menos desafortunadas, buscando noutras paragens a assistência e a segurança que o seu próprio País nega e o seu dinheiro permite comprar numa situação de desigualdade, ela própria insustentável numa Democracia. Problemas reais de um País real que não qualquer outro, aquele que estamos a falar, aquele em que o aborto_clandestino ainda constitui um gravíssimo problema de saúde_pública sem paralelo na Europa e constitui a segunda causa de morte materna. Trata-se, pois, e é essa hoje a nossa responsabilidade e não qualquer outra enquanto Deputados, a de fazer_não_juízos_de_valor, que esses nos não cabem. Não considerações morais, que não é esse o nosso papel, mas trata-se depois destes longos anos de silêncio, que mais com a hipocrisia se parecem de centrar o debate nos exactos termos em que ele se coloca, ou seja, assumindo com frontalidade que a actual lei profundamente penalizadora para a mulher, e em termos comparativos, das mais restritivas da Europa, se provou =inequa… <inadequada e perversa para os fins que se propunha e que importa aprovar sem falsos tabus, sem hipocrisias, sem fingir que se não vê o que a realidade mostra. Uma nova lei que caminhando diferentemente pela despenalização e alargamento dos prazos, atinja os objectivos que outros, por essa mesma via, souberam alcançar a protecção da vida, o fim da ilegalidade_do_aborto, a sua redução progressiva. Alterações no sentido de permitir (no) alargamento de prazos propostos, ajustar-se à evolução da técnica e da ciência médica e dela, com vantagem, fazer beneficiar a mulher, recorrendo ao =diagonal <diagnóstico_pré-natal e, nesta visão, claramente pró natalista, evitar inúteis interrupções por mera precaução. Alterações que equacionem a maioria das situações na base das quais o aborto_ilegal e inseguro se pratica. Falta de informação, falha nos métodos_contraceptivos, instabilidade na vida da mulher, exclusão social. Alterações que não vêm colocar a interrupção_da_gravidez, no entendimento d' Os_Verdes, tão pouco no entendimento de nenhum dos projectos em discussão, como método_contraceptivo, com o qual se não confundem, mas antes como meio, que em caso de recurso, a ninguém a seu pedido deve ser negado no quadro da prestação de cuidados de saúde. Um recurso que não desresponsabiliza em caso algum o Estado de cumprir as funções de que manifestamente tem estado arredado. Informando, prevenindo, implementando a educação_sexual dentro e fora das escolas, apoiando, divulgando e promovendo o planeamento_=fami <familiar, valorizando a função social da maternidade e da paternidade, apoiando a família. Um recurso e um direito que se quer reconhecido, mas que não obriga ninguém, mas tão pouco deve dar a quem contra ele legitimamente possa estar, o direito de o negar e de sujeitar outrem ao risco da humilhação, da clandestinidade, da ilegalidade, do perigo de vida. / (palmas) Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, o direito à vida e a viver a vida é para nós Verdes um direito inalienável, que se respeita mas se não concebe sem ser em coerência e numa perspectiva mais ampla, aquela que nos faz recusar a guerra e a indústria de morte que alimenta, aquela que nos faz condenar a pena_de_morte e os que dela são partidários, aquela que nos faz rejeitar os que falam

de idosos como se de um estorvo se tratasse, aquela que nos faz denunciar a hipocrisia de quem silencia a marginalização das crianças e só ergue_a_sua_voz quando em marginais transformados. Um direito à vida, pois, para nós, só entendível desde respeitador da liberdade sexual de cada mulher, fazendo do nascimento não um fruto de um mero acto biológico, automático, casual, mas =da <na dimensão humana diferenciadora das outras espécies na natureza, aquilo que a transcende e engrandece, ou seja, fruto do desejo, da vontade de uma maternidade e =paterna… <paternidade livremente assumidas, um direito à família, por fim, para nós Verdes, que se inicia e é inseparável do direito ao amor."

AS: "Não há pedidos de esclarecimento. A palavra ao Senhor_Deputado_José_Alberto_Marques para uma intervenção."

JAM: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, este debate conjunto sobre os projectos em apreço não poderia limitar-se a um debate mais ou menos apaixonado, mais ou menos alinhado como qualquer desses projectos e, portanto, em nossa opinião, este é o momento privilegiado para uma efectiva avaliação social, política e humanitária sobre a situação pós leis três oitenta e quatro e seis oitenta e quatro, respectivamente a lei educação_sexual e planeamento_familiar e a lei_de_exclusão_de_ilicitude em alguns casos de IVG. Importa, pois, neste momento privilegiado sermos capazes de com serenidade, com profundidade e com verdade analisar o que mudou, o que se passa, qual o estado de coisas em matéria de interrupção_voluntária_de_gravidez e não só. Aspectos como a natalidade, a sexualidade, a acessibilidade das mulheres aos serviços_de_saúde para apoio em situações de planeamento_familiar, de aconselhamento sexual e de anticoncepção, bem como de vigilância adequada de gravidez e de apoio em situações de interrupção_voluntária_de_gravidez já previstas na actual lei merecem, de todos nós, uma perspectiva de avaliação. O que mudou? Como estão as coisas? Considerando os dados fornecidos pela Direcção_Geral_de_Cuidados_de_Saúde_Primários, e em jeito de avaliação nessa perspectiva em que me coloco, importa aqui de modo sumário e breve analisar alguns elementos relativos à anticoncepção e ao planeamento_familiar no nosso País. Em mil_novecentos_e_oitenta, apenas vinte_e_oito_vírgula_oito_por_cento das mulheres utilizavam um método_anticonceptivo hormonal como meio de evitar uma gravidez não desejada. Em mil_novecentos_e_noventa_e_três, cerca de cinquenta_e_dois_por_cento dessas mulheres já utilizam a anticoncepção hormonal, e tudo isto para eu introduzir um tema que é o seguinte: quando hoje debatemos alterações profundas à actual lei, não podemos fazê-lo sem debater também se está, ou não está, neste momento em Portugal, se estão, ou não estão, neste momento em Portugal criadas as condições para que todas as mulheres" -/-

AS: "Agradeço que termine, Senhor_Deputado. O seu o seu Partido dispensou-lhe três minutos, já passaram"

JAM: "Terminarei…" -/-

AS: "três minutos. Ponto dois, tem de terminar."

JAM: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. =Ter… <terminei de súbito."

AS: "Muito _obrigado."

JAM: "Só mais quinze segundos para terminar a minha a minha frase."

AS: "Faz_favor, faz_favor."

JAM: "A questão que se coloca neste momento é a de saber se as mulheres deste País, se os casais deste País têm ou não têm condições para praticar anticoncepção a que têm direito e que pode evitar muitas das situações =de interru <de interrupção_da_gravidez. Obrigado."

AS: "Pedido de esclarecimento a palavra ao Senhor_Deputado Paulo_ Bendo." Mendo."

PM: "Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, estão em discussão neste Plenário três projectos_leis, dos quais dois propõem uma modificação radical no actual enquadramento legal da interrupção_voluntária_da_gravidez. Com efeito, quer o projecto cento e setenta e sete sete, do PCP, quer o projecto duzentos e trinta e seis sete de alguns Deputados_do_PS, propõe a licitude da interrupção_voluntária_da_gravidez quando esta realizada dentro das primeiras doze semanas a pedido da mulher, e este é o ponto fulcral do nosso debate. O que está em causa é a aceitação do princípio de que só à mulher cabe_a_decisão_de levar a sua gravidez até ao fim. O que está_em_causa é a aceitação de que a lei_portuguesa deve acolher o princípio de que a mulher pode nas primeiras doze semana interromper a sua gravidez por sua livre iniciativa. Primeiro que tudo devemos afirmar que se trata, quanto a nós, de assunto de tal importância e tal delicadeza que deve ser referendado pelo Povo_Português"

BPSD: "Muito_bem!"

PM: "como está proposto pelo meu partido e que mereceu já aceitação por parte do Partido_Socialista, embora condicionada ao resultado deste debate. O referendo tem aqui uma das mais lógicas justificações, pois todos sabemos e sentimos que se trata de assunto que tem a ver com as convicções mais íntimas das pessoas, cuja discussão tem levantado posições fundamentalistas de grande violência, que ainda há pouco tempo se traduziram nos Estados_Unidos_da_América no ataque a uma clínica e o assassínio de um profissional de saúde. E é patente que, também entre nós, a questão do aborto a pedido nos divide profundamente e se pode tornar num perigoso factor de conflitualidade social. Não pode a Assembleia em assunto de tal melindre fomentar essa conflitualidade e aceitar que se criem antagonismos perigosos entre Portugueses. Não podem os Partidos que compõem esta Assembleia pretender exprimir o sentir profundo da sociedade que sabemos dividida, atribuindo-se a si próprios uma delegação de poderes que manifestamente ultrapassa a representatividade política que pediram nos seus programas e que os eleitores =de <em nós elegeram. Não podem os Partidos, após uma simples discussão política, por muito profunda e aberta que seja, considerarem-se ética e politicamente preparados para tomar_outra_posição que não seja a de prudentemente deixarem como está o actual enquadramento legal, independentemente de poderem aceitar a modificação dos prazos de intervenção previstos na lei e perguntarem a opinião dos Portugueses. De qualquer modo, discordamos, por isso, veementemente, que o Partido_Comunista e o Partido_Socialista tenham impedido que a nossa proposta =de referente <de referendo fosse discutida previamente. De qualquer modo, os projectos_leis aí estão e sobre eles cumpre-nos tomar_posição. Julgam os subscritores dos projectos que a despenalização_do_abortamento dentro das primeiras doze semanas irá resolver o problema do aborto_clandestino, porque dá à mulher o direito de decidir sem perigo de ser punida sobre uma gravidez que não desejou. Será isto verdade? Seguramente que não. Muitos dos abortamentos feitos clandestinamente continuarão a ser feitos

em condições deploráveis e o número dos nascituros será cada vez menor e isto porque o primeiro e fundamental problema social a resolver não é, numa fuga para a frente, tornar lícito o aborto por simples decisão de uma das partes, / aumentando a irresponsabilidade social, mas sim informar, educar, incentivar e proteger a maternidade. Tratar as causas, prevenir, fará diminuir os abortos. Liberalizá-los nas condições actuais da nossa cultura apenas servirá para aumentar o mercado_clandestino e os seus riscos. Uma activa política de incentivos à maternidade é o único caminho que qualquer partido que aspira ou detém responsabilidades governativas tem que seguir. Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, a taxa_de_natalidade é tão baixa que não nascem actualmente no nosso País o número de crianças suficiente para garantir já não o crescimento da população, mas a simples substituição de gerações. A taxa_de_fecundidade que devia ser dois filhos por mulher para garantir, pelo menos, a estabilidade da população, foi decrescendo até um e meio, valor que parecia estabilizado em mil_novecentos_e_oitenta_e_nove, mas que voltou a decrescer desde mil_novecentos_e_noventa_e_três, sendo actualmente de um_vírgula_um, uma das taxas mais baixas do mundo. Só entre mil_novecentos_e_noventa_e_três para mil_novecentos_e_noventa_e_quatro nasceram menos quatro mil setecentas e quarenta e sete crianças. Entre os dois censos de oitenta_e_um e noventa_e_um, a faixa_etária dos dez aos catorze anos diminuiu de quinhentos mil indivíduos. Existem em Portugal trinta_e_dois_vírgula_um_por_cento de casais sem filhos, o que significa que há oitocentos mil lares sem crianças, por isso, a criança / para além do valor humano, afectivo insubstituível que sempre foi na História social da humanidade, é cada vez mais um ser precioso que é necessário proteger, amparar, educar e preparar para garantir a nossa continuidade como espécie humana. A sociedade_portuguesa tem todos os meios necessários e suficientes para garantir a todos os bebés que nasçam na nossa comunidade boas condições de desenvolvimento físico e psíquico, que lhe proporcionem uma vida saudável e normal, mesmo que a mãe não se sinta capaz de ser ela a arcar_com_essa_responsabilidade. A garantia de acesso a estas condições, a facilitação da adopção, a protecção financeira e social da grávida e da jovem mãe são os caminhos a seguir politicamente para estimular a maternidade e lutar contra o aborto por razões sociais. E regulamentemos =a lei exigente <a lei existente definindo e publicitando as instituições_públicas e privadas onde pode ser feita a interrupção_terapêutica_da_gravidez, sempre que for caso disso, comprometendo-se essas instituições e nunca os objectores_de_consciência a disporem sempre de equipes disponíveis. Esses sim, são objectivos que claramente competem aos políticos e pelos quais estes se devem sentir motivados e responsáveis. Portugal tem que ter uma clara política natalista que faça acontecer na nossa sociedade um *baby_boom*, que inverta a nossa caminhada para o desaparecimento e que nada faça para a poder contrariar. A sociedade tem que tudo fazer para que a maternidade e a substituição das gerações se faça da forma mais feliz, quer do ponto_de_vista biológico, quer social. Se isso suceder, apenas haverá aborto por razões médicas, motivadas por patologias orgânicas do feto, ou orgânicas e mentais da grávida. Precisamente porque a ciência é já capaz de planear a maternidade, de seguir a gravidez, de detectar doenças no feto, de fazer com que o parto não tenha riscos para a mãe e porque a educação_sexual da sociedade derrubou tabus e falsas morais, tornou naturais atitudes e comportamentos ainda pecaminosos há uma geração, generalizou os anticoncepcionais. Precisamente por tudo isto, é que o aborto sem indicação médica vai desaparecer. Despenalizado já ele está pelo natural comportamento da sociedade. Torna-se agora necessário que desapareça, não que se

legalize, o que seria um convite à sua utilização, quando é precisamente o contrário que queremos. Se os políticos fizerem o que devem em relação à protecção da maternidade, ao apoio aos casais e famílias mono-parentais, à simplificação da adopção, restarão apenas como abortos_clandestinos, infelizmente, aqueles que sempre serão clandestinos com ou sem lei permissiva."

BPSD: "Muito_bem!"

PM: "E para terminar uma pergunta perversa, esperando que faça pensar os autores dos projectos_lei em apreço. Sabem os Senhores_Deputados que já existe a chamada pílula_das_setenta_e_duas_horas que impede a nidação do ovo e que se encontra já e e também que se (enc)ontra já em uso, de uma forma corrente e com o mercado bem abastecido em França, na Suécia, na China, e dentro em pouco nos Estados_Unidos, um medicamento abortivo, o RU quatrocentos e oitenta e seis, o mifepristone, de resultados seguros dentro das primeiras nove semanas de gravidez sem efeitos_secundários e mesmo menos perigoso que um aborto feito com anestesia_geral. E já repararam que isto significa que dentro de muito tempo, quer queiramos quer não, com estes medicamentos a gravidez, tal como a concepção, dependerá da vontade da mulher, o que torna mais imperioso ainda que a maternidade seja desejada e que tornando-se mais fácil o aborto, maior deva ser a responsabilidade da maternidade e menos justificável o aborto sem razão. Por isso e concluindo, aprovo na generalidade o projecto do PS assinado pelo Deputado_Strecht_Monteiro, que deverá, quanto a mim, ainda ser sujeito a algumas correcções, mas votarei contra, sem nenhuma hesitação, os projectos que têm uma visão anti-natalista, demagógica e fomentadora de profundas divisões na sociedade_portuguesa, que é o caso dos projectos do PCP e da Juventude_Socialista. Tenho_dito."

AS: "A palavra ao Senhor_Deputado_Jorge_Ferreira para uma intervenção."

JF: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, se fosse verdade aquele velho truque dialéctico segundo o qual nem os pró_abortistas defendem o aborto, mas apenas tentam combater o aborto_clandestino, despenalizando-o, então este debate estaria errado e estaríamos todos aqui a fazer um debate sobre a defesa da vida, sobre a reforma do nosso inepto sistema_de_saúde e sobre a incapacidade de o Estado cumprir as leis que ele próprio fez sobre a protecção da maternidade e da paternidade. Mas não. O verdadeiro debate que aqui está a acontecer não é o da defesa da vida, é o da organização pública da morte. Desde_já, é preciso sublinhar que nesta matéria uma declaração legislativa isolada para inserir num artigo qualquer do código_penal, sendo suficiente para destruir só por si um sistema de normas, não basta de modo algum para o substituir por outro sistema de normas que possa ser de orientação a todos os interessados, à classe médica e às autoridades administrativas e judiciárias. E bastante para destruir o sistema_normativo, mas não bastante para criar outro em seu lugar, uma declaração isolada desse tipo que tira e põe umas quantas frases no código_penal, como se o código_penal não fosse simplesmente um elemento de um todo muito complexo em que se incluem também normas clínicas, (de) saúde_pública, hospitalares, assistenciais, administrativas e até de direito privado, desde o direito de família ao direito dos contratos de seguro, é absolutamente insuficiente e pode tornar-se altamente perigosa, como instrumento_de_política_de_maternidade e de saúde_pública. As brechas que uma declaração legislativa avulsa desse tipo abre no sistema criaria uma terrível incerteza e insegurança, não só nas famílias e na vida_social, mas também na actividade

médica e na prática hospitalar, a que acrescerão naturalmente as incertezas na aplicação da lei por parte da administração pública e das autoridades judiciárias, expondo, assim, todos os participantes a dúvidas, litígios, suspeitas e acusações que criarão males muito maiores dos que se afirma pretender evitar. Nesta matéria, um projecto_de_alteração_legislativa fundamental, que se resume em tirar ou pôr umas frases no código_penal, é já de antemão inidóneo por razões que eu diria de simples competência legislativa e dignidade institucional mesmo antes do juízo que possa merecer em substância e por razões_de_fundo. Os proponentes de modificações fundamentais nesta mataria não podem furtar-se ao dever intelectual e ao ónus político de apresentar um modelo de regulamentação global, coerente e com o mínimo de clareza e segurança a todos os níveis, clínicos, de saúde_pública, de gestão hospitalar, assistencial, administrativo e de direito de família que seriam afectados pelas modificações pretendidas. Sem essa regulamentação não é possível sequer apreciar seriamente o valor e a possibilidade política e prática das alterações propostas e aprovar essas alterações sem a regulamentação complementar indispensável seria sempre, no mínimo, e ainda que fossem boas em si mesmas, o que não é o caso, avançar à toa para o caos e para males muito maiores do que os seus proponentes afirmam pretender evitar. Dito_isto, tomemos o projecto_lei do PCP como obra-prima do absurdo jurídico e da irresponsabilidade social. Ao contrário do aconchego no direito comparado que os seus escribas gostam de evocar, não é possível encontrar analogia alguma com a despenalização_do_aborto que tem sido proposta em alguns Países. Sem entrar em pormenores que o tempo não consente, e procurando apenas referir o essencial do essencial, chamarei a atenção dos Senhores_Deputados para o seguinte: [^^^^] representam uma alteração radical de política, partem de uma análise incompleta, logo falseada da realidade de hoje e, em minha opinião, propõem soluções ultrapassadas, violam princípios éticos fundamentais, alteram a hierarquia de valores e o próprio sentido da vida em comunidade. Proponho-me tratar dos diversos níveis desta questão. Sempre defendi nesta Assembleia, ou fora dela, que a defesa da vida deve ser feita em **toda** a sua plenitude e tem de integrar-se numa perspectiva global. Do primeiro direito, | do
o |

direito à vida, decorre o direito ao desenvolvimento, entendido como o direito de **todo** o ser humano a participar, usufruir do desenvolvimento económico, social, cultural, ambiental e político nos termos da declaração aprovada pela Assembleia Geral das Nações_Unidas há dez anos que considera **todos** os direitos indissociáveis e interdependentes. É injusto e muito me surpreende que se esqueça perante o País o trabalho persistente que muitos Portugueses realizam no dia-a-dia em instituições, associações, organizações não governamentais promovendo o desenvolvimento integral das pessoas, o planeamento_familiar, a educação_sexual, a **difícil** educação especial, o apoio a crianças abandonadas e a jovens em risco. Todos sabemos que há situações dramáticas, mas **como** reformista penso que temos de **acelerar** a mudança. Falava-se na década de oitenta em cem a duzentos mil abortos_clandestinos por ano. Os proponentes não referem que, **hoje**, esse flagelo sofreu uma enorme redução. Aliás, muitos sustentam que os números que eles agora adiantam cerca de dezasseis mil estão inflacionados, mas também não referem que cerca de noventa por cento das mulheres têm acesso à contracepção. *Em penso que é agindo que se resolvem os problemas. Temos que acabar rapidamente com o aborto_clandestino, apoiando a maternidade consciente, punindo os que por razões de lucro pressionam no sentido do aborto, criando todas as condições para acolher os que nascem. É como vêem agindo que se pode reduzir o aborto_clandetino, logo há que prosseguir este caminho

para o eliminar. Os proponentes estão ainda no tempo das vanguardas auto-iluminadas e falam em nome dos mais pobres, ignorando que são esses, incluindo as mulheres, segundo todas as sondagens, os que mais se opõem à liberalização ou à despenalização_do_aborto. Por deformação materialista pensam que =a única defo... <a única motivação para o aborto é económica e social. Nada mais falso. Vão abrir as portas ao egoísmo dos instalados, à selecção para escolha do sexo, que nalguns Países da Ásia, por virtude do aborto_livre, tem criado défices **imensos** de mulheres. E até agora até já há um Prémio_Nobel que sugere que a mulher venha a abortar se no embrião for detectado o gene da tendência homossexual. Até onde iremos? Também no plano do direito se enganam. Ninguém pode contestar o direito da mulher a conceber se e quando quiser d' acordo com a sua consciência, mas é evidente que esse direito se exerce **antes** da geração livre de um novo ser, e a ciência, Senhores_Deputados, sejam actuais, a ciência vai dar-lhes os meios de o fazer em todas as circunstâncias com absoluta certeza e segurança. Mas os nossos positivistas inspirados do século XIX francês, como é costume, continuam a pensar que a Lei tudo pode decidir e tudo pode resolver. Pura ilusão! É por isso que em vez de lutar pelo cumprimento das Lei, propõem outras que serão ainda menos cumpridas por serem rejeitadas por grande parte da comunidade, por não serem a expressão da vontade geral, e suscitarem legítimas objecções de consciência. A verdade é que o aborto_clandestino nunca desapareceu **totalmente** com a *despenilização. Há razões culturais e sociais que em parte o mantêm. O que cresce é o aborto_legal. Não compreendo o argumento que tiram do facto da Lei ser ou não ser integralmente cumprida. Há muitas outras Leis que não o são. O que se deve **não é mudar a Lei, mas fazer que as** situações críticas vão desaparecendo. Os proponentes querem fazer passar como um progresso textos velhos que alguns Países europeus adoptaram nos anos setenta, aliás, ainda que toda a Europa tivesse Leis semelhantes, o que é falso, perguntar-me-ia se neste, como noutros campos, eutanásia, tráfico de droga, nada mais nos restaria do que copiar os outros. Como poderia Portugal manter a sua identidade? Jamais poderia voltar a ser percursor **como o foi na abolição dessa aberração que é a pena_de_morte**."

BCDS-PP: "Muito_bem."

PR: "Os proponentes ignoram que a Assembleia_Parlamentar e o Comité de Ministros do Conselho da Europa, organização de quarenta =por <Países dos Direitos_do_Homem, convocaram em Dezembro **passado** um simpósio **sobre a protecção do embrião** e deliberaram que o primeiro protocolo adicional à nova convenção sobre os Direitos_do_Homem, a Biomedicina, e isso será dedicado. Porquê? Porquê esta evolução? Em primeiro lugar porque **ninguém** tem dúvidas hoje que com a concepção começa um novo ser com genoma próprio único, insubstituível, irrepetível. Que lógica teria proclamar na Convenção que uma intervenção com o objectivo de modificar o genoma só pode ser feita por razões preventivas ou terapêuticas, proibindo-se a intervenção para escolha de sexo e a constituição de embriões para fins de investigação, se através do aborto, por outro lado, tudo pode ser simplesmente destruído? No referido simpósio participaram representantes de diversas confissões religiosas desfavoráveis à *despinilização, no que foram acompanhados por outros sem religião. Claro que houve outros =com po... <com posições contrárias, mas ficou claro que esta oposição católicos, não católicos não tem razão de ser. Trata-se de uma questão de direito natural. Passo ao nível da ética. Vejo, com surpresa, que se põem em causa princípios fundamentais como demonstra no seu parecer o Conselho_Nacional_da_Ética_para_a_Ciência_da_Vida. É que alguém parecem

confundir a ética com a sua própria ética. Mas a questão ética fundamental é esta: se todos reconhecem que o embrião pertence à espécie humana, se é assim, é princípio basilar a unidade de origem e a comunidade destino de **toda** a espécie humana, da qual resultam laços indestrutíveis de natureza ontológica e ética entre **todos os seus membros sem** qualquer excepção. Outro princípio da ética que nesta Tribuna defendi há um ano, então =com <curiosamente então com o apoio de alguns subscritores destes projectos, os fins nunca justificam os meios. A argumentação de que ninguém **quer o aborto**, que o aborto não é bom. Até ouvi dizer hoje que o aborto é **trágico**, mas tem que se fazer"

AS: "Sete minutos, Senhor_Deputado."

PR: "por supostamente ser necessário para alcançar um fim ou resolver um problema, não pode ser aceite. Ainda que os fins fossem bons, tal acção seria eticamente condenável. Os meios maus e injustos não se podem utilizar para atingir seja que fins forem. / A vida humana, passemos ao nível dos valores, a vida humana, seja em que estádio ''tiver é um valor em si mesmo, sendo um valor anterior ao Estado, anterior à Lei, este não tem legitimidade para arbitrariamente definir quando pode, ou não, ser-lhe posto termo sem sanção. **Claro** que há outros valores respeitáveis, e logo a seguir vem **a liberdade**, mas esta liberdade não é absoluta e *indelimitada, tem de exercer-se no respeito dos direitos dos outros, **em especial dos mais fracos**. Ousará alguém defender a consagração da Lei da selva, da Lei do mais forte, negando o valor primordial do dever *do protecção do mais fraco e indefeso? Também os valores estéticos, económicos e sociais são importantes, **mas sem hierarquia de valores todos se anulam uns aos outros**. Sem hierarquia não há valores. O valor da vida era (caguemente) superior aos outros e lamento a confusão que reina nesta matéria. Chego ao último nível, chego ao último nível que ainda não vi aqui falado. Na pitoresca linguagem político-mediática, que por aí corre, muitos usam e abusam das expressões "faz, ou não faz sentido?", querendo dizer que o que afirmam tem lógica, e que os outros não têm lógica ou não têm razão. Assim, descobriram que o "sentido" seria mais um instrumento de luta político-partidária. As questões instrumentais são, sem dúvida, importantes, como conquistar e manter o poder, como produzir, organizar, consumir, educar? Como resolver estes e aquele problema? Mas as sociedades actuais, Senhores_Deputados, procuram soluções pontuais e mediatistas, que muitas vezes se *contradizam e dão origem à pura acumulação de vantagens sociais, económicas e culturais de uns sobre os outros, criando novas formas de defesa de interesses categoriais e levando ao que em França já se chama o regresso à tribalização da sociedade. Por isso, (ne) **lá** à esquerda e à direita vozes preocupadas se levantam sobre a necessidade do sentido. Verifiquei **claro** que o Partido_Comunista não aprendeu as lições dos Países de Leste, os sistemas **caíram** porque perderam **sentido** e sem ele não podem subsistir. Mas a comunidade_portuguesa ainda não perdeu o sentido. Sabe que a sua finalidade última é a criação de condições para que todos os seres nela se possam escolher e realizar o seu próprio caminho para a felicidade. É uma comunidade que até **hoje** tem acarinhado a vida humana forte ou fraca, nascida ou não nascida. Hoje vamos mesmo ao ponto, e ainda bem, de sublinhar o dever de preparar condições para acolher as futuras gerações, é o desenvolvimento sustentável, mas agora pergunto-vos, que sentido teria esta nossa preocupação, que sei que é de todos, com os seres não gerados, de gerações mais ou menos longínquas se ao mesmo tempo aceitamos a destruição de seres já gerados? Em conclusão, tendo demonstrado que os projectos **não resolvem** as causas dos problemas, são antiquados

e têm consequências imprevisíveis, pondo em causa valores essenciais, e o próprio **sentido** da comunidade e da acção política, vou evidentemente votar contra."
BPSD: "Muito _bem!"
AS: "Para um pedido de esclarecimento, a palavra ao Senhor_Deputado Strecht_Monteiro."
SM: "Senhor_Deputado Pedro_Roseta, gostaria de lhe fazer uma pergunta *ah* dado que Vossa_Excelência englobou todos os Projectos_Leis, e suponho também que se referiu ao meu, *eh*..."
PR: "Não, há um equívoco."
SM: "Pouco explícito o equívoco."
SSM: "Acho que *eh eh* no entanto não ficou explícito na sua intervenção *ah ah* o que o que pensa acerca do do meu projecto,"
BPS: "Isso , isso."
SM: "dado que Vossa_Excelência diz que *eh* a Lei_actual que resolve todas as situações. Eu só lhe queria fazer esta pergunta: como é que resolve algumas situações clínicas, como é que resolve qualquer situação clínica de *eh* fetos que aparentam malformações *ah* às doze semanas, e nós estaríamos a retirar esses fetos indevidamente *ah* =por <para cumprir a Lei *ah* e se se tivermos mais tempo, se tivermos mais tempo para decidir sobre a interrupção ou não da gravidez, esses fetos, mais tarde, podem-se evidenciar como fetos normais, de maneira que eu pedia que me respondesse."
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Pedro_Roseta para responder."
PR: "Senhor _Presidente, Senhor_Deputados, há um equívoco. Senhor_Deputado Strecht_Monteiro, eu não me referi ao seu projecto. Disse **claramente** na primeira frase do meu projecto que me referia exclusivamente aos Projectos_de_Lei *ah* cento e setenta e sete e duzentos e trinta e seis. É um equívoco. *Ah* Claro que teria muito gosto em =lon... =lon... <longamente =expli... <explicar-lhe a minha posição sobre o seu projecto, mas vou fazê-lo numa declaração de voto, que entregarei amanhã, e não posso, de modo al..., aliás, vou abster-me no no no seu projecto *ah* porque o Senhor_Deputado **retirou** na na declaração da tribuna =aquela =aquele pro.. <aquele ponto que **violava claramente** os princípios fundamentais da ética. Violavam um direito fundamental nas nossas sociedades, como os outros violam também, mas nem falemos nisso. Há objecção de consciência. =Como ra... <Como retirou *eh eh* eu vou vou abster-me e explicarei numa declaração de voto porquê? Muito_obrigado."
AS: "
Palavra para uma intervenção ao Senhor_Deputado António_Braga."
SSM: "Braga só tem dois minutos, dois minutos."
AB: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, gostaria de começar citando Adolfo_Peres_Esquível, Prémio_Nobel da paz de mil novecentos e oitenta que dizia, "quem justifica o aborto, justifica a pena de morte." Eu estou contra a pena de morte e contra o aborto. Ser progressista significa defender a vida e nada mais. / (palmas) Esta / (palmas) dizia ainda / (palmas) dizia ainda, ser progressista significa defender a vida e nada mais. Significa também um permanente questionamento das nossa opções e convicções

éticas. Na discussão sobre a despenalização_do_aborto, tende-se a desvalorizar e a valorizar as opiniões expressas pelos biólogos e pelos médicos, designadamente sobre onde começa o direito à vida consagrado na Constituição_da_República. Eu valorizo. Aquela informação é, sem dúvida, importante, já que permite conhecer à luz das possibilidades científicas da nossa época os dados que habilitam a uma reflexão ética sobre a inviolabilidade da vida da pessoa humana e que nos levarão, necessariamente, a uma decisão política. Tenho, para mim, que é de uma decisão política que se trata, porque é disso que falámos quando se pretende dotar a República de uma nova Lei sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez."

BPS: "Muito_ bem."

AB: "É de facto assim, conquanto numa sociedade_democrática que procura o bem comum em última instância a moral e a ética da República pelas quais nos devemos reger, residem nas Leis que construímos. É para mim claro também que isso não resulta da exclusão ou na exclusão de qualquer direito individual ou de uma ética imoral próprias. Contudo, a decisão política deve pesar todas as razões de natureza mais diversa, mantendo, embora, em minha opinião, a salvaguarda de referência ético-política mais forte como aquela consagrada na Constituição_da_República. E aceito que todos o fazemos. E é no seu artigo vigésimo *quatro que se fundam toda a ordem legal e a convivência inter-humana, e é dele que resultam todos os outros direitos humanos. E não se está por isso no domínio da imposição de uma moral ou uma ética pessoal obviamente autoritária e dogmática, bem pelo contrário, trata-se de uma obrigação do legislador atender e valorar esse valor constitucionalmente consagrado. Não se trata, pois, de uma deliberação que possa =meres... <merecer o encaixotamento num chavão qualquer de direita ou de esquerda em termos político-partidários, ou da luz e das trevas, em termos intelectuais ou filosóficos, quer esteja contra ou a favor da despenalização_do_aborto."

AS: "Acabou o tempo que lhe foi destinado pelo seu partido, Senhor_Deputado. Já ultrapassou em minuto e meio."

AB: "Senhor_Presidente, gastaria apenas trinta segundos. Gostaria de concluir."

AS: "Faça favor."

AB: "Não se trata, ainda, de uma qualquer dicotomia entre católicos e não católicos. Num processo crescente de humanização da nossa sociedade, chegámos a uma época histórica em que a valorização num domínio como este, da consciência plena da salvaguarda e do estímulo às melhores condições de realização da pessoa humana, o legislador eleito democraticamente é também fautor deste devir colectivo. Estou de acordo com os caminhos que o Projecto_Lei duzentos e trinta e cinco barra sete do meu camarada Strecht_Monteiro pretende percorrer. Trata-se de uma iluminação da Lei vigente à luz, justamente, de um conhecimento científico actual quanto a prazos, fundamentalmente. Discordo das outras duas iniciativas que =premial <pretendem alcançar objectivos que vão contra a minha consciência, porquanto põem em crise o direito fundamental à lei, que revejo inteiramente salvaguardado na Constituição_da_República. Muito_obrigado, Senhor_Presi(dente)."

BPS: "Muito_bem."

AS: "Para um pedido de esclarecimento, a palavra ao Senhor_Deputado Manuel_Alegre."

MA: "(Es)pera! Tem que ser, tem que ser, tem que ser. (vb) Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, com toda a amizade e todo o respeito pelo meu camarada António_Braga, eu queria apenas sublinhar que a pena_de_morte é o aborto_clandestino. Nós somos pelo direito à vida, e **por isso somos"**

BPS: "Muito_bem!" (palmas)

MA: "**pela =descremo... <descriminalização_do_aborto_clandestino**."

AS: "É mais um pedido, Senhor_Deputado. Como tem pouco tempo, é melhor responder *ah* conjuntamente, segundo a indicação da Bancada. A palavra, a palavra para um pedido de esclarecimento `a Senhora_Deputada Luísa_Mesquita."

LM: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado. (O) Senhor_Deputado concentrou a sua curtíssima intervenção, e ainda bem, em defesa da vida, esquecendo" -/-

BC: "[...]"

LM: "esquecendo e ignorando a dignidade da vida. Senhor_Presidente, espero que a euforia e o nervosismo dos Senhores_Deputados do PSD possa de algum modo ser descontado no seu próprio tempo e não no meu. Muito_obrigada, Senhor_Presidente."

AS: "Por favor de continuar, Senhora_Deputada."

LM: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Dizia eu, Senhor_Deputado António_Braga, concentrou a sua intervenção em nome da defesa da vida, ignorando a dignidade da vida. Saberá o Senhor_Deputado, com *cesteza, e não o desmentirá, que a defesa da vida implica-se com a dignidade da vida. / Nessa perspectiva, Senhor_Deputado, o Senhor_Deputado reconhece, porque é impossível não o reconhecer, a existência do aborto_clandestino. Se reconhece a existência do aborto_clandestino, e na perspectiva da sua intervenção, tem que levar a sua coerência lógica de raciocínio exclusivamente e das suas próprias convicções até às últimas consequências, e então terá que reconhecer que o aborto é um crime de homicídio, um crime de homicídio, que levará pr' à prisão as mulheres_portuguesas pelo menos vinte e cinco anos. Eu queria que o Senhor_Deputado dissesse, sem hipocrisias, sem falsidades, com coerência e com seriedade, a todas as mulheres_portuguesas que, neste momento, escutam directamente o debate neste Plenário, se é isso que =o Senhor pret... <o Senhor_Deputado pretende, se é a prisão de **todas as mulheres_portuguesas que recorrem ao aborto_clandestino**."

BPCP: "Muito _bem."

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado António_Braga para responder."

AB: "Muito_ obrigado, Senhor_Presidente. Meu querido camarada Manuel_Alegre, por quem tenho a maior consideração, carinho e respeito, por tudo o que significas p' ó Partido_Socialista e para mim, devo-te dizer que concordo com o que dizes relativamente à pena_de_morte quando a comparas com o aborto_clandestino que também é, em si, eventualmente, uma pena_de_morte. Concordo contigo, mas tenho um valor superior em relação à prevenção a montante dessas situações em relação à própria vida. E tu, que foste capaz de dizer que há sempre alguém que resiste, alguém que diz não, cem certeza que compreenderás a minha intransigência =consc... <de consciência nessa matéria. Minha querida colega Deputada, essa pergunta já vem em segunda mão, mas sempre lhe devo dizer que as soluções que têm de ser

encontradas num quadro legal que os Senhores também apontam *a posteriori* da vossa Lei, são soluções de prevenção, de consolidação =das qualid... <da qualidade de vida, das condições de vida das pessoas em geral, e, obviamente que, em concreto, o que é preciso é perceber que nenhuma Lei resolve os problemas da vida. Muito_obrigado."

BPS: "Muito_bem."

AS: "Palavra para uma intervenção ao Senhor_Deputado Pedro_Pinto."

PP: "*Crrr* Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Fez no passado dia vinte e seis treze anos que nesta mesma sala me levantei para, em votação nominal, votar favoravelmente aquela que viria a ser a lei seis de oitenta e quatro. Fi-lo em nome da organização de juventude a que presidia, fi-lo em nome da minha consciência. Pelo facto, quanto a mim, erradamente, de ter sido imposta disciplina partidária, sofri um processo disciplinar que culminou na minha condenação. Passado treze anos não esqueci aqueles momentos. Passado treze anos não esqueci a solidariedade e o apoio de muitos companheiros. Passado treze anos não abrandei na minha convicção de que fui vítima de uma disciplina partidária ilegítima e despropositada. Passado treze anos congratulo =a ac... <a actual direcção do meu Grupo_Parlamentar por não ter hesitado um minuto ou definir para este debate e esta votação o princípio da liberdade de voto. Não (us)o faço sobretudo pela memória de treze anos, faço-o porque ontem como hoje considero que esta matéria tem a ver com as convicções mais profundas e releva da consciência individual. Não faz sentido impor lógicas partidárias. O que está em causa em nome da dignidade humana é mais importante do que isso. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, há treze anos levantei-me para dar o meu voto ao um Projecto_de_Lei do Partido_Socialista, porque considerava ser necessário alterar a Legislação então vigente. Não sou dos que =de <levianamente desvalorizam o aborto, é sempre uma solução a evitar. É quase sempre resultado de uma decisão difícil e dolorosa. Mas sou dos que consideram que há circunstâncias e razões que justificam que essa decisão seja tomada e, como muitos outros, sempre me levantei contra a hipocrisia dos que em segredo concordavam comigo, mas achavam que a Lei não devia ir tão longe. Não faz sentido que, reconhecida a não ilicitude da prática do aborto nesses casos, não seja assegurada às mulheres envolvidas as condições para consequências mais funestas não decorram desse facto. Reconheço que passaram treze anos. Tenho de dizer a esta Câmara da minha insatisfação relativamente ao muito que ainda não conseguimos e temos de conseguir fazer no plano da educação_sexual e do planeamento_familiar e sou sensível aos argumentos, alguns deles técnicos, que sugerem a vantagem e a conveniência em introduzir melhorias na Lei que então aprovámos. Por isso, em coerência com a votação que fiz em mil novecentos e oitenta e quatro, darei o meu voto ao Projecto_Lei duzentos e trinta e cinco barra sete, mas há treze anos levantei-me também para votar contra ao Projecto_de_Lei apresentado pela Bancada do Partido_Comunista e não foi por ser um Projecto do Partido_Comunista, porque havia uma diferença essencial entre os dois projectos em questão. Num caso tratava-se, como se fez, de reconhecer as circunstâncias em que o aborto *deve ser possível, no outro indiciava-se a liberalização_do_aborto. Em coerência com o voto que então fiz, votarei novamente contra tal proposta que desta vez está prevista no Projecto_de_Lei do PCP e agora também no Projecto_Lei do Partido_Socialista. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, apesar desta clareza e similitude com o passado, há uma diferença essencial, é que há treze anos não era possível recorrer ao Referendo. Confrontada a Assembleia_da_República com a(s)

iniciativas legislativas, cabia exclusivamente aos Deputados decidir sobre a matéria. Mas a Constituição, felizmente, mudou e hoje sendo juridicamente possível o Referendo, era politicamente recomendável que ele se fizesse em vez da da votação parlamentar a que procederemos no final deste debate."

BPSD: "Muito_bem!"

PP: "Voto em consciência, mas preferia numa matéria desta natureza estar a votar favoravelmente o projecto_de_resolução que em boa hora foi apresentado pelo Grupo_Parlamentar do PSD, porque se estou seguro com a minha consciência, mais seguro estaria se fosse a consciência dos Portugueses a decidir sobre esta matéria."

BPSD: "Muito_bem."

PP: "Cada vez mais na sociedade em que vivemos temos de ser capazes de alargar os mecanismos de participação social e política dos cidadãos. Se o Parlamento avoca a si a decisão numa matéria destas em vez de a sujeitar ao veredicto dos Portugueses, quando vamos buscar mais participação? Quando vamos construir mais Democracia? Quem nega o Referendo nesta matéria, que legitimidade tem para vir reclamá-lo ou aceitá-lo em assuntos que a despeito da sua importância não relevam, como este, da consciência das pessoas, dos seus valores e das suas convicções. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, alguns pensarão que o Parlamento ao querer decidir sobre estes Projectos_de_Lei exerce as suas competências e reforça o seu papel. Receio ter de discordar. O que verdadeiramente enobreceria este Parlamento e reforçaria a sua legitimidade era ter usado as suas competências para primeiro ouvir os Portugueses, como o PSD propôs, e então, sim, nesse debate no País, certamente mais sereno do que há anos atrás, teríamos também uma decisão legítima, mais madura como os Portugueses hoje merecem. =Mas a.. <Mas acima de tudo, no fim deste debate e desta votação que se seguirá, seja qual for o resultado os Portugueses mereciam que politicamente nos convencêssemos que os problemas humanos e sociais ligados ao aborto não se resolvem, nem resolverão por Lei, nem pela evocação de pretextos morais. O drama do aborto evita-se cuidando da dignificação da vida e da vivência humana, evita-se e previne-se oferecendo a todos homens e mulheres adolescentes e gente madura os meios de dignidade que hoje a evolução técnica e humana já consagrou, mas que a vida insiste em discriminar. E aí sim, está bem ao alcance da nossa decisão política fazer alguma coisa pelos Portugueses e pela sua vida. Disse!"

AS: " Palavra à Senhoa_Deputada Elisa_Damião."

ED: "Muito_obrigado. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, eu apelo para o voto =na desponi... <na despenalização do aborto. Em oitenta e nove, apresentei uma proposta que visava tão somente despenalizar, retirar do Código_Penal, essa ameaça velada que não é suficiente para desincentivar o aborto_clandestino. Infelizmente, sem sucesso. Em todo o caso, Senhores_Deputados, uma vida não chega para mudar as nossas convicções e é necessário que sejamos coerentes e que sejamos coerentes nesta Câmara, que sejamos coerentes na nossa vida pessoal e que dêmos dessa coerência testemunho, porque senão ficar-nos-emos por manifestações farisaicas, de piedosas intenções e, Senhores_Deputados, nós seremos julgados se exercemos o nosso mandato com uma devota e farisaica atitude a outras concepções que não sejam aquelas para que fomos eleitos. A ética Senhores_Deputados, a ética Senhores_Deputados, a ética do legislador **não compete** só à sua própria consciência. Tem de atender às questões sociais, à realidade, ao que se passa na vida. Os Senhores sabem que existe

prostituição, mas ela é clandestina, mas existe. Os Senhores vêem-na **todos** os dias. Os Senhores sabem que se consome droga, mas ela é proibida, mas consome-se. Nós lidamos **quase quase diariamente** e em muitos casos na nossa família com esse fenómeno. Será que actuámos? Será que o sistema de saúde se se adaptou a esta realidade da vida? Mas, sobretudo, será que a punição não é discriminatória? Senhores_Deputados, a tolerância de que aqui falaram alguns é dessa tolerância que eu faço apelo. É **em nome dessa tolerância que eu lhes peço que descriminalizem o aborto**, porque d' acordo com o relatório do meu camarada José_Magalhães, uma magnífica peça que deveria ter servido de base a este debate, que eu =reco <cuja leitura eu recomendo, não é realmente nenhum catecismo saído de nenhum Concílio, isto não tem nada de atentatório contra as convicções =e a *ah* <e os credos de cada um, é efectivamente uma **radiografia** da situação assustadora. Há pessoas que foram criminalizadas e forma presas, e eu interrogo-me se nalgumas dessas pessoas foi um homem que não fosse profissional da saúde. Afinal, a maternidade e a paternidade conscientes só criminalizam a mulher? O direito à vida, em nome *dos quais alguns falam, talvez para exorcizar os seus medos atávicos e a sua condição de mortais e e efectivamente essa **in**capacidade de vencer esses receios, esses medos e de enfrentar a dura realidade, a nossa vida é breve. Façamos dela um hino. Muito_obrigado, Senhores_Deputados."

BPS: "Muito_bem."

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Barbosa_de_Melo."

BdM: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, os argumentos ao longo desta tarde têm aparecido muitas vezes como se os intervenientes =mai... <mais visassem credenciar opções já assumidas ao nível da sua consciência moral e cultural, do que formular as razões e motivos determinantes da sua própria decisão, ou pendentes à persuasão racional dos outros. Compreende-se, o aborto e a medida da sua despenalização constituem um tema forte, daqueles perante os quais ninguém fica indiferente, e um tema que desafia o pensar e o sentir dos Portugueses, dividindo profunda e radicalmente a comunidade nacional. Neste texto e contexto de cada intervenção, as perspectivas éticas, políticas e jurídicas cruzam-se constantemente e formam blocos, onde a razão e a emoção, os apelos, as pressões, as declarações de princípio e de convicção têm o lugar de destaque, o que só enobrece o debate parlamentar. Não vou retomar o fio das argumentações para esmiuçar os contras e prós dos Projectos_de_Lei e tirar quaisquer conclusões parcelares. Estão a esta hora já eles analisados e ponderados no espírito de todos nós. Pretendo apenas focar o essencial da questão política suscitada por estas iniciativas legislativas e sintetizar as razões que um maior ou menor número de Deputados | podem / pode | =envo... <invocar em consciência para justificar o seu voto *crrr* na generalidade sobre os Projectos_de_Lei em discussão. A ordem jurídica de um Estado de direito democrático e a sociedade aberta não pode ser confessional nem pensada como se fosse deduzida ou dedutível de qualquer decálogo, código ou cartilha moral. Pelo contrário, assenta no princípio da separação entre a política e o direito, por um lado, e as religiões e sistemas éticos, pelo outro. Trata-se esta de uma condição da liberdade e de um pressuposto da salvaguarda da iminente dignidade de todos e quaisquer membros da comunidade política. O pluralismo político, o pluralismo ético, o respeito pela diversidade de culturas e de valores, a tolerância constituem o caldo de cultura da Democracia. Os fundamentalismos e tentações teocráticas e as suas trágicas consequências hoje visíveis em muitas partes do mundo mostram-nos

em projecção caricatural ou em contra-exemplo a importância que os princípios do da separação e do pluralismo têm para a afirmação da liberdade da pessoa e e =polít... = e e e da leberle <da liberdade pessoal e política. Em geral, a ordem jurídica portuguesa assenta nestas ideias de força da Democracia e, em particular, o que hoje vem ao caso, no tratamento dos graves problemas humanos e sociais emergentes da interrupção_voluntária_da_gravidez. O primeiro princípio da nossa cultura jurídica neste domínio é o da inviolabilidade da vida humana desde a concepção, isto é, desde o momento da formação da identidade genética do novo ser pelo menos, até à morte. A partir daquele início, cada ser humano é sagrado para os outros, seja a mãe, o pai e a família, seja a sociedade e o Estado. No período de *vidra intra-uterina, na infância e adolescência, na juventude e maturidade, na velhice e decrepitude, a vida humana individual não pode ser considerada **nunca** como um meio ou instrumento de quem quer que seja, é sempre um fim em si mesmo. / (palmas) O princípio da inviolabilidade da vida humana está ligado na nossa ordem jurídica positiva a outro princípio, a mulher grávida tem o direito e o dever de levar a termo a gravidez, sendo-lhe devidos o amparo, a protecção e o apoio positivo do pai, da família , da sociedade e do Estado, necessários nas circunstâncias concretas da sua vida ao exercício daquele direito e ao cumprimento daquele dever. Uma tal cooperação está ao serviço da mulher e através dela ao serviço do casal, da família, da comunidade política e da própria comunidade. No enlace deste dois princípios basilares é que assentam as medidas reclamadas do Estado e das instituições da sociedade civil para uma maior informação e uma cultura moderna e sem complexos sobre a sexualidade humana, para o planeamento_familiar consciente e responsável, pelo combate eficaz às práticas atentatórias da liberdade e da auto-determinação sexual, para a protecção efectiva da maternidade e =na... <natalidade, para a garantia dos direitos da criança, para a desburocratização da =odo... <adopção, etc, etc."

BPSD: "Muito_bem."

BdM: "Todos temos consciência dos atrasos que urge vencer em Portugal, sobre isso dispomos hoje de notáveis contributos vindos de muitos lados para a preparação deste debate parlamentar, seja o relatório e parecer da Comissão_Nacional_de_Ética_para_as_Ciências_da_Vida, seja a copiosa informação trazida p'las muitas instituições e personalidades que participaram nas audições promovidas pelas comissões_parlamentares. O princípio da liberalização_do_aborto ou da interrupção_voluntária_da_gravidez preconizado nos Projectos_de_Lei apresentados pelo Partido_Comunista_Português e pelo grupo de Deputados do Partido_Socialista subscrito, em primeiro lugar, pelo Sousa_Pinto, subverte directa e frontalmente essa estrutura normativa basilar da ordem jurídica portuguesa. Se qualquer desses projectos fosse aprovado, a mulher grávida passaria a dispor livremente da vida do nascituro nas primeiras doze semanas. =Disser-se <Dizer-se num caso que não é punível a interrupção_da_gravidez a pedido da mulher grávida equivale ao que se diz no outro que não é punível a interrupção_voluntária_da_gravidez a pedido da mulher para preservação da sua integridade moral, dignidade social e/ou maternidade. Em qualquer das hipóteses caberia a mulher decidir como último juiz sobre o aborto, pois que as cautelas médicas exigidas visam a correcção do acto médico e não seguramente restringir a liberdade de decisão da grávida. E eis a questão política. A Assembleia_da_República, por iniciativas =do <legislativas do PCP e de Deputados do PS, foi chamada a proceder a uma mudança radical da ordem jurídica positiva em matéria grave e delicada como é o aborto. O PCP poderá invocar apoio eleitoral para

tomar uma tal iniciativa. Esta sempre tem sido a sua posição na prática legislativa e nas campanhas eleitorais, mas podem os outros Deputados de consciência tranquila alterar o direito vigente, sem terem colocado como tema da campanha eleitoral em que foram eleitos as suas intenções a respeito da liberalização_do_aborto? Não é esta uma questão que cabe aos eleitores decidir directamente em Referendo e após debate público, aberto e participado sem orquestrações nem temores, apenas no exercício da autonomia moral e cívica de cada um? É assim que o partido_Social_Democrata encara a questão política que ele próprio não suscitou, por isso, consumadas que foram as iniciativas legislativas alheias, logo reclamou a realização de um Referendo em que todos os Portugueses e as Portuguesas respondessem se querem ou não consagrar na Lei a liberalização_do_aborto. Mas a nossa proposta, até hoje, não encontrou honesto =aque... <acolhimento. O Projecto_de_Resolução que apresentamos aguarda ainda o necessário tratamento parlamentar. Concluo com uma nota pessoal. Se o Referendo vier a ter lugar, bater-me-ei diante dos meus concidadãos pela continuação nas Leis do direito e dever da mulher grávida a levar a termo a sua gravidez e de receber, de facto e em tempo, todos os apoios e amparos que o Estado e a sociedade lhe devem para o êxito dessa sua nobre e =insus <insubstituível missão. E, já agora, permitam-me que, para terminar, *crrr* volte a uma citação evangélica aqui feita há pouco, mas desgraçadamente truncada num ponto decisivo: “”eu também não te condeno”, disse Jesus à mulher, mas prosseguiu, “vai em Paz e não voltes a pecar.”” Disse!”

BPSD: “Muito_bem!”

AS: “A Senhora_Deputada Odete_Santos inscreveu-se para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado Barbosa_de_Melo, mas o Grupo_Parlamentar do PSD já não tem tempo, pelo contrário, já gastou mais três minutos do que o tempo que lhe cabia. Pergunta à Senhora_Deputada Odete_Santos =se o partido <se o Grupo_Parlamentar do Grupo_Comunista dá tempo ao Senhor_Deputado Barbosa_de_Melo para lhe responder.”

OS: “*Crrr Ah* Nós como ainda temos que fazer *ountra intervenção, não podemos ceder muito tempo, mas *ah* enfim, vou encurtar a perguntar e damos um minuto ao Senhor_Deputado Barbosa_de_Melo.”

AS: “Faz favor, Senhora_Deputada.”

OS: “Bom, *ah ah* então eu vou mesmo encurtar a pergunta. Tinha aqui mais umas questões que eu penso que são muito interessantes *ah* a colocar à =interven..… <à intervenção de Vossa_Excelência, e portanto, vou encurtar. Senhor_deputado Barbosa_de_Melo, independentemente da questão da vida intra-uterina, a pergunta que eu lhe queria colocar é aquela que =já me tem vindo <já me tem ouvido colocar a toda a gente. Como é que Vossa_Excelência que é um especialista em direito justifica a manutenção de uma regra penal que não atinge objectivos? Que diz querer prosseguir, porque em mil novecentos e noventa e cinco houve em todo o país *ah* nove processos, *ah* bom e isto não tem nada a ver e Vossa_Excelência não me vai dar essa resposta, porque depois dizem assim “mas também nem todos os os furtos são descobertos.” Bom, eu penso que Vossa_Excelência não irá dar essa resposta, porque o comportamento da sociedade...[^^^^] (a)borto em situações muito difíceis e convivem mal com isto e sentem que não é um crime. E eu pergunto Senhor_Deputado Barbosa_de_Melo, como é que Vossa_Excelência, uma pessoa especialista em direito *ah* ademais *ah* demais *ah* pertencendo à escola de Coimbra, quer advoga um direito penal da tolerância, da tolerãncia, que advoga nas suas linhas

gerais, que o direito penal quando que não pode impor a uma parte da população aquilo a que a outra pensa, como é que pode, Senhor_Deputado Barbosa_de_Melo, justificar a sua posição. E por último, Vossa_Excelência acha, então, que as mulheres devem ser postas na cadeia."

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Barbosa_de_Melo. Tem, mais um minuto que lhe concede a Mesa, dois minutos para responder."

BdM: "Senhor_ Presidente, Senhores_Deputados, eu começo por agradecer a gentileza da pergunta à Senhora_Deputada Odete_Santos, e mais a generosidade do tempo que me concedeu e a exoneração, que me fez, de formular uma pergunta a que ela respondeu bem. Subscrevo essa do furto, eu não ia usar esse argumento. Fez bem! Eliminou, mas foi no seu tempo, não naquele que me deu. *Ah* eu eu sobre, há aqui, pôs-me uma pergunta de especialista de direito como nunca, a que pertenço uma escola onde se advogam uma ou outra solução, felizmente que que pertenço a uma escola, onde cada cabeça vale por si. E há lá opiniões, sempre houve ao longo dos tempos opiniões para muitas coisas. É a escola de Coimbra, é esta a sua característica. De qualquer modo diz-me como é que na Lei_actual não se atendem casos que são dramáticos? O código_penal, não sou especialista em direito_penal, o código_penal nas cláusulas gerais e nos poderes que dá a quem o aplica, resolve todas as questões =e resol... =e reso... = e pode <permite resolver todas as questões com esse direito à Humanidade que Vossa_Excelência evocou. Por último, eu hoje descobri (em mim) uma coisa Senhora_Deputada =Ode... <Odete_Santos. *Ah crrr* Conhecia desde o Hegel p'ra diante a ideia da classe universal para ele eram os funcionários, depois veio o Marx, eram os proletários, depois, enfim, cada cada cada um que organiza o Estado à sua imagem e semelhança quer sempre uma classe universal, e eu hoje surpreendido verifico, se calhar, esta teoria da classe universal, a nova divisão de classes passa por aqui: uns são os homens, outros são as mulheres. Eu julgo, é uma convicção profunda minha, que fomos todos, o homem foi criado por Deus, Ele o o fez: homem e mulher. Muito_obrigado."

AS: "Para uma intervenção, a palavra ao Senhor_Deputado Carlos_Zorrinho."

CZ: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, em consciência votarei favoravelmente o Projecto_de_Lei apresentado pelo Deputado Strecht_Monteiro, de que sou um dos subscritores. Em consciência, ainda, não votarei favoravelmente os Projectos_de_Lei de despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez apresentados pela JS e outros Deputados socialistas e pelo Partido_Comunista_Português. Saúdo, contudo, os seus subscritores pela coragem e pelo mérito de terem permitido um debate saudável sobre um problema concreto e grave na sociedade_portuguesa. A minha decisão de voto resulta da ponderação livre, de argumentos contraditórios e não radica em qualquer subserviência moral ou confessional, pelo contrário, insere numa visão de sociedade que tem por pilares a solidariedade e a liberdade de todos e de cada um ao longo de todo o seu ciclo de vida. Para mim, caro camarada e amigo Manuel_Alegre, para mim a liberdade é também o maior de todos os valores, mas o problema da interrupção_voluntária_da_gravidez não é apenas um problema de liberdade. É um problema de conflito de liberdades. Uma visão de sociedade que não tolera o recurso à inviabilização de fetos saudáveis para resolver problemas sociais. Não me resigno ao tecnicismo normativo que simplesmente renega ao feto qualquer direito, nem mesmo o direito de vir a assumir os direitos resultantes da sua evolução natural. Defendo que o problema seja encarado frontalmente, na dupla dimensão: preventiva

e correctiva, minimizando as situações de ocorrência de gravidez indesejada e dando soluções de viabilização aos casos que ocorrerem. Se a imaginação tem sido posta ao serviço da defesa das soluções liberalizadoras for canalizada para as soluções de viabilização, estou certo que poderemos dar nesse domínio passos de gigante. O ênfase da minha opção de consciência não radica em nenhuma senha criminalizadora, ou de julgamento moral da decisão individual de abortar, decisão difícil e que no actual quadro social em muitas circunstâncias é absolutamente compreensível. Entendo, antes, como um desafio à sociedade e a todos nós para que ousemos um novo olhar sobre o problema, através de uma acção proactiva sobre os mecanismos sociais que conduzem à multiplicação dessas circunstâncias. Assumo, por isso, o meu voto como um apelo complementar para que se incremente a educação_sexual nas escolas, se divulgue o planeamento_familiar esclarecido e despreconceituado, se preceda à divulgação exaustiva dos métodos_contraceptivos, se criem redes de disponibilização fácil de preservativos em locais de convívio, se reformulem ousadamente as Leis de adopção, e se desenvolvam mecanismos de apoio social à maternidade na família ou fora dela. O aborto generalizado e facilitado é um mecanismo de responsabilização social com graves danos para a mãe e irreparáveis danos pr' ó feto. Recusemos opções fáceis, ousemos inovar e agir sobre as razões sociais profundas do problemas e não sobre a espuma superficial com que se manifesta. Ousemos actuar sobre a realidade, a esta realidade que recusamos, e porque a recusamos tenhamos a coragem de não a assimilar na ordem jurídica. Muito_obrigado."

AS: "Agora o Grupo_Parlamentar do PSD invocando igualdade na tolerância e já (vida) para com outro Grupo_Parlamentar, pede que sejam concedidos dois minutos ao Senhor_Deputado Guilherme_Silva para poder usar da palavra. A Mesa concede-lhe dois minutos."

GS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, nunca em nenhum outro debate que participei nesta Câmara senti como hoje tão profunda, quão convictamente, que nada na minha posição nem na mais ínfima parcela é determinado ou influenciado pela identificação político-partidária dos subscritores dos Projectos_de_Lei em discussão. A delicadeza das questões em causa exige de todos nós uma posição que decorra da nossa concepção do Homem e da vida, o que só por si, envolve tal dimensão e toca tão fundo na nossa consciência que se não compadece de querelas político-partidárias por mais elevadas que elas sejam. Tenho, para mim, que a iniciativa dos diplomas em discussão no quadro das nossas prioridades legislativas não se justificava, o mesmo é dizer que se me afigura a todos os títulos inoportuna. É frequente a denúncia de que vivemos em constante inflação legislativa criando intrincados imbróglios na interpretação e aplicação das Leis, que nós próprios aprovamos e de que são exemplo recente as já famigeradas Leis da transparência. Mas se os problemas que esta tendência vem, com alguma a situação, gerando aqui e ali podem, apesar de tudo, ser ultrapassados sem consequências de maior, o certo é que há matérias em que essa tendência legiferante importa graves e desnecessárias perturbações. Sem dúvida que treze anos escassos passados sobre a regulamentação jurídica da *interrupução_voluntária_da_gravidez, com as delicadas implicações éticas, culturais e sociais, que unanimemente reconhecemos ter, é tempo de menos para que devamos, agora de novo, retomar soluções e propostas que em mil novecentos e oitenta e quatro não mereceram acolhimento. O nosso quadro colectivo não se alterou neste âmbito de forma tão sensível ou significativa que justifique a inovação ou modificação da Lei do aborto e, que por via disso, se tenha reaberto este debate. Temos, para nós, como visível, que o nosso sentido colectivo,

que é suposto o Parlamento *tido interpretado em mil novecentos e oitenta e quatro, não se alterou de então para cá, e não vejo outras relevantes razões justificativas da modificação do quadro legal vigente. Mas, se dúvidas há, sobre a coincidência entre a vontade colectiva | e a que é | expressa na altura da aprovação da actual Lei pela Assembleia_da_República,então devemos reconhecer que essa =duri... <dúvida poderá de novo colocar-se agora. Assumamos, pois, que tratando-se de questão do foro íntimo e da consciência individual não deverá diluir-se na via da representação parlamentar, sendo antes objecto de prévia consulta em Referendo, não condicionado por qualquer anterior votação do Parlamento. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, reaberta que foi a questão do aborto na sociedade_portuguesa, o recurso ao Referendo prévio constitui a via mais séria, mais transparente e mais genuinamente democrática para que todos nós" -/.

AS: "Três minutos, Senhor_Deputado, tem de terminar."

GS: "a começar pelo subscritores dos projectos em debate, tratámos com profundidade e com o mais amplo debate nacional tão delicada matéria. Com maior respeito, proposições diferentes e contrárias, respeito esse acentuado pela própria circunstância, o meu Grupo_Parlamentar conferiu liberdade de voto aos seus membros, não posso, porém, deixar de expressar a minha posição sobre os Projectos_de_Lei em discussão. Tenho visto invocar, entre outros, como argumento a favor da despenalização_do_aborto"-/-

AS: " Agradeço que abrevie, Senhor_Deputado."

GS: "Vou já, vou já terminar, Senhor_Presidente. Que os Projectos_de_Lei =do PS =do <da JS e do PCP propõem a circunstância da actual legislação atinente nesta matéria não estar a ser cumprida. Estranha forma esta, com a espantosa singeleza e superficialidade procurar resolver o incumprimento das Leis. Importa, sim, avaliar da bondade, ou não, da relação actual e das causas e razões do seu eventual cumprimento, adoptando as medidas que não têm que ser, e normalmente não devem ser, necessariamente legislativas para promulgar a sua observância. Designadamente refere-se que não se tem implementado a divulgação"

AS: "*Ó* Senhor_Deputado, tem de terminar. Peço-lhe desculpa."

GS: "informação e -termino já, Senhor_Presidente- efectivação das medidas de planeamento_familiar, de educação e de cultura, bem como de desenvolvimento social que a Lei_do_aborto pressupõe e exige. Cabe perguntar se haverá forma mais culpabilizante para Estado e p' ós Governos omitir ou negligenciar em tais medidas do que impor o caminho para eliminação de uma forma séria das causas procurando antes eliminar os efeitos por via da liberalização_do_aborto"

AS: "Muito_obrigado, Senhor_Deputado, tem de terminar."

GS: " esquecendo que a dor e os traumas de quem o tiver de praticar não se afastam apenas por este deixar de ser clandestino. Senhores_Deputados, *Senhores_Presidentes termino como uma citação do parecer =do Conselho_Nacional_de_Discussão_da_Ética = do Conselho <do Conselho_Nacional_pr' á_ Ética_das_Ciências_da_Vida sobre os projectos em discussão, e que diz: "a vida humana pré-natal merece respeito e protecção por ser o fundamento único e inédito que a maternidade representa. À luz dos princípios éticos, a vida pré-natal merece ainda melhor protecção por ser frágil e incipiente."

AS: “
Para uma intervenção, a palavra à Senhora_Deputada Maria_da_Luz_Rosinha.”
MLR: “
Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, o debate de hoje na Assembleia_da_República, e sobre o qual convergem os olhares do País traz à actualidade um problema, do qual, independentemente das convicções de cada um, ninguém se pode alhear. Senhoras_e_Senhores_Deputados, queremos dizer-vos que somos contra o aborto, e sempre a favor da vida. Estamos convictos que não haverá ninguém com posição diferente, mas somos totalmente contra manter uma legislação que aplicada da forma restritiva como é, origina que o aborto_clandestino feito em condições que com frequência põem em risco a saúde e até a vida da mulher, seja cada vez mais um problema sem solução à vista. Gostaríamos de pensar que não estamos a discutir um assunto que preocupa, essencialmente, as mulheres, embora sobre elas recaia ónus maior de uma situação perante a qual a sociedade prefere fechar os olhos. Mas trata-se de um problema que nos afecta a todos, independentemente do género e sobre o qual o País, e aí sim, especialmente as mulheres esperam que se tome uma posição clara, inequívoca, consciente e responsável. O aborto existe, embora também exista uma Lei que o proíbe e que pune as mulheres que a ele recorrem. Fechar os olhos a esta realidade é ignorar os milhares de mulheres que anualmente praticam interrupções_de_gravidez. Elas são empurradas para situações marginais, sem quaisquer direitos e amordaçadas no seu sofrimento.(261) A Direcção_Geral_de_Saúde tornou pública a informação de que em mil novecentos e noventa e cinco se registaram duzentos e sessenta e oito abortos legais e que milhares de mulheres acorreram aos serviços de urgência dos hospitais com problemas relacionados com a interrupção de gravidez =feito em condições não <feita em condições não legais. Será que informações destas em que se registam legalmente em média media menos de um aborto diário nos merecem credibilidade e nos descansam a consciência? Ficamos felizes porque tudo vai bem no País do faz de conta? Senhoras_e_Senhores_Deputados, somos contra o aborto, somos contra o aborto_clandestino. Esclareça-se que, ao contrário do que muitos pretendem fazer crer, os projectos em apreço não contribuem para o aumento do aborto. O que irá suceder é que se vai dar um dos primeiros passos seguros para terminar com a hipocrisia reinante e que nem sequer permite, mercê de muitas dificuldades, que se recorra a aplicação da Lei existente. Defendemos em simultâneo medidas que possam contribuir para melhorar o acesso ao emprego, à habitação, à saúde, à educação, ao planeamento_familiar e à educação_sexual. Enfim, a todo um conjunto de situações que possam vir a eliminar, em grande parte, as causas que poderão estar na origem das razões económicas e sociais que conduzem à dolorosa necessidade de interromper uma gravidez. Proteger o indivíduo é uma das muitas responsabilidades que assistem ao Estado. O problema do aborto_clandestino é um problema de saúde pública. Como foi reafirmado na declaração final da Conferência_de_Pequim, os direitos das mulheres são direitos humanos e, como tal, não devem ser questionados.” (290)
BPS: “Muito_bem.”
MLR: “Legislar positivamente é uma das obrigações que cabem ao Parlamento. As mulheres e homens Deputados que vão votar favoravelmente fazem-no com a consciência e responsabilidade que lhes foi cometida de melhorar e corrigir a Legislação, no sentido de eliminar a situação dramática do aborto_clandestino. Disse!” (296)

AS: "Para uma intervenção, a palavra ao Senhor_Deputado Eurico_de_Figueiredo."

EdF: "Senhor_Presidente, muito_obrigado. Quando achar que ultrapassei o meu tempo, interrompa-me. Eu transformarei em declaração de voto, mas para que este debate tenha o mínimo de dignidade, é necessário que algumas ideias possam fluir e não ser cortadas com uma compreensível limitação de tempo. (307) Dos dois projectos hoje em debate - o do PC e da Juventude_Socialista- pretende-se revolucionar as bases éticas em que se fundamentava a Legislação em vigor, a Lei seis oitenta e quatro. Esta procura gerir em favor da bem alguns conflitos de direito entre agrado e o feto. A lista poderia ser alongada, mas os dois projectos propõem agora a liberalização indiscriminada das *interrupução_voluntária_de_gravidez por decisão da mãe biológica durante as doze primeiras semanas. O debate que precedeu parlamentar teve o mérito de nos alertar para as dificuldades da aplicação da Lei e, apesar das compreensivelmente pouco rigorosas certezas, pr' à suspeita da importância do aborto_clandestino, o que, certamente, exige ponderação e tomada de medidas. O problema é de saber quais. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, não se preocuparam os autores destes *projecto =com a preser... <com a **per**severança física para que a Lei seis de oitenta e quatro fosse criteriosamente aplicada. Não se procurou compreender o porquê das resistências que existem no que diz respeito ao aborto, a nível da culpabilidade individual e da vergonha social. (324) Não se fez a crítica aos serviços públicos desta área, não se tomaram as iniciativas legislativas em áreas complementares para melhorar as respostas já estipuladas por Lei. Os proponentes dos referidos projectos optaram p' la **crença mágica** na eficácia das propostas liberalizantes. (338) Senhores_Deputados, indo todavia à substância, pode parecer que entre uma despenalização de facto da prática do aborto e uma liberalização *de jure* até às doze semanas haja apenas uma diferença menor. Entre os que, aparentemente, sacrificando mães biológicas teimam em dar aos fetos o que parecem ser obsoletos direitos =e quem encontra <a quem se encontra numa situação de radicalmente indefeso, mas que são garante da sobrevivência da espécie e já representam vivos os interesses das gerações futuras. E os que liberalizando pretendem salvar a vida de mães biológicas ignorantes, desleixadas ou vítimas de falhas técnicas, com o também propósito manifesto de criar boas condições, condições ideais para uma maternidade desejada e responsável. A verdade é que o dilema é delicado, =para com com <para quem compreende o drama feminino e as boas intenções da maternidade responsável, mas **mesmo** admitindo-se que a liberalização consiga vencer as resistências que referimos e alcançar os objectivos [...]" (344)

AS: "Agradeço que abrevie o seu pensamento, até porque tem um pedido de esclarecimento, Senhor_Deputado."

EdF: "Como?"

AS: "Como tem um pedido de esclarecimento, agradeço que abrevie."

EdF: "Ó Senhor_Depu... <Senhor_Presidente, =aca... <acaba quando quiser, mas ou isto tem dignidade ou então vou para o meu lugar."

AS: "Senhor _Deputado, não sou eu que faço a gestão do tempo do seu Grupo_Parlamentar, como sabe. Faça favor."

EdF: "Por isso continuo, =e de <e se o Senhor_Presidente, quando quiser, =a... <acabe com a intervenção. (cont.) e evitar ao aborto_clandestino o que está longe de estar aprovado, teimamos nós em continuar a dar direitos a quem, dentro de

poucos meses, dará um recém-nascido. Por razões civilizacionais de fundo, reforçadas por razões conjunturais de natureza fundamentalmente política com a convicção de que, assim, lidamos melhor com a actualidade numa perspectiva de eficácia e respeitamos mais adequadamente os direitos das gerações futuras. As referências culturais de fundo são as que questionam e rompem com o paradigma cultural que marcou o radicalismo do passado e que eu julgava passado. (357) A idealização do amanhã e a diabolização do presente, a maxibilização da ruptura e a minimização da reforma, (é) a absolutização dos direitos e a desvalorização da responsabilidade, é a procura de vantagens sem limites para a geração actual e o desprezo cínico p' los direitos das gerações futuras. Mas além de razões de fundo, há também razões conjunturais que reforçam a nossa opinião. Com o PS no Governo, estou mais confiante nos que procuram no presente aumentar a capacidade da reforma, a eficácia das Leis, estimular o sentido de responsabilidade dos Portugueses." (366)

AS: "Senhor_Deputado, por indicação da direcção do seu Grupo_Parlamentar, terminou o seu tempo. Lamento muito ter que lhe dar esta informação."

EdF: "Por isso, Senhora_Presidente, se o meu tempo está terminado, eu transformo esta minha intervenção em declaração de voto, sendo claro que o fundamental das minhas ideias não pôde aqui ser afirmado. Muito_obrigado."

AS: "
Lamento muito, Senhor_Deputado. / (palmas) A palavra para o Senhor_Deputado"
-/-

SSM(vb): "
Isabel de Castro, um pedido de esclarecimento. Um pedido de esclarecimento. O PS vai..." -/-

AS: "Não, não, já excedeu, já excedeu, já excedeu. (vb) A palavra para =uma escla... <uma intervenção ao Senhor_Deputado Acácio_Barreiros."

AcB: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Felizmente que, apesar de várias tentativas em contrário, este debate está a situar naquilo que verdadeiramente está em causa. Verdadeiramente não são as convicções religiosas ou até as questões de consciência de cada um dos Senhores_Deputados que estão em causa nesta Assembleia_da_República. Não se pede aos Senhores_Deputados que são contra a interrupção_voluntária_da_gravidez que modifiquem a suas convicções, o que se pretende é saber se esses Senhores_Deputados entendem, enquanto legisladores, que as mulheres que não pensam como eles devam ser perseguidas como criminosas. A Senhora -/- (palmas) A Senhora_Deputada, a Senhora_Deputada Maria_Rosário_Carneiro citou muito a propósito Karl Popper "ninguém sabe o suficiente para ser intolerante", mas pelos vistos, há Deputados nesta sala que numa matéria tão controversa sabem o suficiente para manterem uma Lei intolerante em relação aos que não pensam como eles. O que verdadeiramente é preciso saber, é se esta Assembleia_da_República, enquanto órgão legislativo, reconhece a cada mulher um verdadeiro, livre e responsável direito de opção entre prosseguir ou interromper num prazo razoável uma gravidez não desejada. O que verdadeiramente é preciso saber, é se os Senhores_Deputados entendem, ou não entendem, que o Estado deve proteger em condições de igual dignidade toda a mulher seja qual for a sua opção, ou se, pelo contrário, entendem qu' o Estado deve interferir nesta questão de consciência de cada mulher, protegendo aquela que decide prosseguir a gravidez e perseguindo, como criminosa, a que optar por interromper a gravidez, porque é essa a humilhante situação que esta sociedade

reduz a condição de ser mulher, como aliás, qualquer mulher se apercebe desde muito nova. (409) Nesta sociedade é bem diferente a condição de ser homem ou ser mulher. Para o homem, segundo certos moralistas, a expressão da sua sexualidade é vista como uma salutar manifestação da sua vitalidade e, na verdade, é apenas condicionada pelos perigos das doenças, ou pelos riscos *daquilos que eles mesmo chamam, condescendentemente, de casamentos forçados. Mas a mulher sabe, desde muito nova, que a sua sexualidade está condicionada, não pelas opções que livremente queira assumir, mas por essa feroz repressão social que teima em reduzir a sexualidade à maternidade e por Leis iníquas que criminalizam as eventuais consequências dessa criminalidade. E sabem muito mais, desde muito jovens as mulheres sabem que mesmo entre mulheres existem condições muito diferentes. Há aquelas que por terem famílias mais compreensivas, por terem mais informação ou simplesmente mais dinheiro, podem optar livremente se querem ou não prosseguir uma gravidez indesejada. Afinal Badajoz não fica assim tão longe. Mas para a maioria das mulheres fica a sexualidade reprimida pelo medo de que alguma coisa não corra bem, pelo pavor de ficar diante de uma gravidez indesejada com as consequências de que nenhum de nós tem o direito de ignorar. Para essa mulher, a opção estará ou em prosseguir essa gravidez em condições sociais, económicas e psicológicas muitas vezes degradantes, ou entrar no calvário do aborto_clandestino, onde, como todos sabemos, há muito pior que o horror das parteiras de vão de escada. (428) Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, os Projectos_Leis do Partido_Comunista e da JS têm sido demagogicamente acusados de serem projectos a favor do aborto, quando apenas pretendem e já não é pouco acabar com a Legislação iníqua existente que retira à mulher de forma humilhante o poder de tomar livremente as opções que só a ela dizem respeito. Nenhum de nós, nenhum de nós é a favor do aborto, a começar pelos milhares e milhares de mulheres que alguma vez tiveram de interromper a sua gravidez. O que nós somos é a favor da afirmação da **plena igualdade** e dignidade da mulher e é no quadro **desta dignidade e igualdade** que defendemos valores essenciais do direito à vida, à liberdade religiosa e a uma sã educação_sexual. Direito à vida SIM, como expressão de uma maternidade desejada e em condições sociais, económicas e psicológicas dignas. Liberdade =reliosa <religiosa SIM, mas assente numa verdadeira liberdade de opção e não um conjunto de Leis tratando como criminosos os que pensam de maneira diferente."

AS: "Senhor_Deputado, por indicação da direcção do seu Grupo_Parlamentar, terminou o ser tempo."

AcB: "Termino rapidamente, Senhor_Presidente, fazendo um apelo para votarem nestes projectos, mas também com a me'ma franqueza deixando-vos um último apelo: se por acaso esta Assembleia, a sua decisão for contrária aos projectos em causa, ao menos evitemos às mulheres deste País os discursos compreensivos sobre os dramas do aborto_clandestino, **ou pior que tudo**, evitemos os discursos piedosos sobre o drama da mulher que pecou ou da mulher que caiu. Esperemos que esta Assembleia **não desiluda as mulheres deste País** e afirme com independência total sentido das suas responsabilidades os valores de uma sociedade_democrática e livre (a ter) igualdade plenas entre homens e mulheres."(450)

AS: "Para uma intervenção, a palavra à Senhora_Deputada Isabel_de_Castro."

IdC: "Obrigada Senhor_Presidente. Senhoras_e_Senhores_Deputados! O debate que hoje aqui decorreu é um debate extremamente importante que pôs a nu

um gravíssimo problema da nossa sociedade. Um problema que constitui ameaça de morte para muitas mulheres, um problema que é de saúde_pública. E um problema que não se resolve, quem teima em ignorá-lo, e este, lamentavelmente, é ainda o posicionamento hipócrita de alguns que aqui se manifestaram. Porque a discussão que se está a fazer hoje, aqui e agora não é uma discussão em torno de valores morais, não é em termos de avaliações ou juízos de valor que não cabem, é em termos de considerar que há uma Lei que deveria ter reduzido o aborto e o não conseguiu, uma Lei que devia ter posto fim à ilegalidade e que não o conseguiu, uma Lei que devia ter defendido a vida e não o conseguiu. E é essa Lei profundamente penalizadora que importa alterar. Uma alteração que não significa que **ninguém** seja a favor do aborto, que não tem o significado que alguns querem atribuir de o confundir com uma forma de planeamento_familiar, mas uma solução e uma mudança que implica não àqueles que o não queiram e que legitimamente o podem / defender, recorrer a ele, mas que não deve negar a outros, que tenham que recorrer ao aborto e à interrupçãp_da_gravidez, que não deve obrigá-los a fazê-lo em condições de clandestinidade, em condições humilhantes, em condições de risco para a vida. É disso que se trata, não são outras considerações que estão em causa, e o valor da vida que nós defendemos, e o valor =de <e à alegria que o valor da vida tem é um valor que não pode ser dissociado desta discussão. Nós não estamos a falar da vida como resultado do acaso, estamos a falar da vida como livre escolha"

BOV: "Muito _bem."

IdC: "estamos a falar da vida como resultado duma maternidade e paternidade livremente assumidas, como liberdade sexual das mulheres, como uma decisão conscientemente tomada. Uma vida, pois, para nós que não é um mero acto biológico, é mais do que o direito à vida, o direito a ser desejado, o direito a ser amado, o direito a ser feliz." (485)

BOV: "Muito_bem!"

AS: "Para uma intervenção, a palavra ao Snhor_Deputado Octávio_Teixeira."

OT: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados! O PCP trouxe hoje à Assembleia uma questão real e difícil da situação das mulheres em Portugal. Uma questão social, de saúde_pública e de política criminal. P' la nossa parte, quisemos e empenhámo-nos num debate sério, ponderado e profundamente virado para a realidade nacional e não um debate extremado, cego e demagógico. Como sempre o fizemos, e hoje mesmo abundantemente o repetimos, para nós, para o PCP, a permissão do aborto em determinadas circunstâncias não se substitui à necessidade da nossa sociedade promover as condições económicas e sociais que permitam à mulher criar e educar os filhos que deseja, nem se sobrepõe ou substitui ao planeamento_familiar e à educação_sexual."

BPCP: "Muito_bem."

OT: "É para nós inequívoco que a interrupçãp_voluntária_da_gravidez não é, nem pode ser usada como um meio_contraceptivo. É sempre um último recurso, um facto penoso, difícil e traumatizante pr' à mulher, mas também não aceitamos que se prossigam políticas de natalidade através do código_penal, como hoje aqui foi várias vezes sugerido. / (palmas) (504) Com a apresentação do nosso Projecto_de_Lei, e a utilização de um direito regimental para impor a sua discussão a sua votação, o PCP quis e quer combater o flagelo social do aborto_clandestino. Combate esse que se não faz pela via da dissimulação, como a que nos é oferecida pelos que agora se agarram à

invocação do planeamento_familiar para impedir a despenalização_do_aborto, quando antes difamaram a Legislação nessa matéria e que pouco ou nada fizeram e fazem para que se concretize plenamente esse direito no nosso país, nomeadamente nas zonas do interior e junto das camadas populacionais mais (des)protegidas. Do mesmo modo que esse combate necessário não se faz com a consagração da sentença de que desde que seja proibido, podem fazer-se abortos, opinião em cuja defesa incorrem, ao fim e ao cabo, aqueles que se opõem à exploração da ilicitude do aborto, mas não exigem, paralelamente, a maior eficácia da aplicação da Lei, no sentido de sujeitar a prisão os muitos milhares de mulheres que recorrem ao aborto. Quer as mulheres sem condições económicas, que são empurradas para o aborto_clandestino realizado sem quaisquer condições de segurança, quer as mulheres da alta e média burguesias, que o realizam em qualquer boa clínica no País ou no estrangeiro. Aliás, durante todo o debate fizemos uma pergunta aos opositores ao Projecto_de_Lei do PCP: querem os Senhores_Deputados que essas mulheres sejam presas? Sintomaticamente, nenhum desses Senhores_Deputados respondeu à nossa pergunta." / (522)

BPCP: "Muito_bem."

OT: "Nem se combate esse flagelo social com uma oposição à despenalização_do_aborto por razões filosóficas ou religiosas, mas que simultaneamente desemboca na manutenção do drama do aborto_clandestino. Porque o aborto_clandestino existe, apesar de a Lei o proibir. Muitas mulheres morrem ou sofrem graves lesões físicas e psíquicas para toda a vida em consequência das condições em que o fazem. Senhores_Deputados, fazemos um esforço sincero para compreender que razões de ordem filosófica ou religiosa possam criar problemas de opção e decisão a Deputados que são chamados a votar esta Lei. Mas o nosso apelo vai no sentido de que ponderem que o seu voto favorável, em boa verdade, não representará nenhuma denegação dos valores em que acreditam. Porque a questão que hoje está em debate não é ser-se a favor ou contra o aborto, condenar, ou não, o aborto. O aborto é sentido por todos nós e principalmente pela mulher que a ele recorrer, um último recurso, um mal a prevenir e a evitar. A questão sobre que hoje verdadeiramente os Deputados se têm de pronunciar, **todos nós**, é se o aborto deve continuar a ser feito clandestinamente como hoje sucede, ou se deve passar a ser feito em serviços de saúde, em condições que salvaguardem a vida, a saúde e a dignidade da mulher. (538) O aborto pode ser um problema de consciência para a mulher que decide abortar ou para o médico que é chamado a intervir, mas o que está em causa para o Deputado, enquanto legislador, não é de índole moral ou ética. O que o legislador tem o dever de decidir é se dentro de certo prazo de gestação, a mulher que em sua própria consciência não pode continuar a gravidez, deve ser | punível / punida | à face da lei e ser obrigada a recorrer ao aborto_clandestino, ou =se lhe <se lhe deve legalmente dar a possibilidade de conscientemente interromper a gravidez em condições de saúde e segurança, sem sujeição a punição criminal. Aprovar uma Lei de despenalização_do_aborto, Senhores_Deputados, não significa uma obrigação a seguir por quem sobre o aborto tenha um entendimento diferente, já que as consciências e as convicções individuais podem e devem seguir as suas próprias orientações."

BPCP: "Muito_bem."

OT: "Inversamente, nas questões de consciência individual, o que o legislador não pode nem deve permitir, é que a Lei imponha a todos os cidadãos as =conviç... <convicções e regras de comportamento sufragadas **apenas**

por uma parte da sociedade, assim violando e restringindo objectiva e legitimamente a consciência dos que têm outras e diferentes regras e convicções igualmente legítimas e respeitáveis. (554) / (palmas) Senhores_Deputados, esperamos que votem com a consciência clara e assumida de que o Projecto_de_Lei do PCP, tal como =subs <o subscrito por mais de cinco dezenas de Deputados do Partido_Socialista, não propõe aos Deputados que obriguem quem quer que seja a fazer um aborto mais."

BPCP: "Muito_bem."

OT: "O que propõe é que os Deputados, p' lo seu voto, assegurem que cada uma das mulheres_portuguesas, nas primeiras doze semanas de gestação, possa escolher livre e conscientemente do recurso da interrupção_da_gravidez e que, se assim o decidir, como resposta às suas angústias, o possa fazer em condições de segurança e dignidade independentemente da sua condição económica e social. É isso e apenas isso que o Projecto_de_Lei do PCP propõe e que os Deputados têm que decidir. É isso e apenas isso que uma Lei da República deve garantir. São essa responsabilidade política e essa solidariedade social que são devidas pelos Deputados da República às mulheres_portuguesas. Disse!" (568)

AS: "Senhores_Deputados, terminou o debate. A Mesa recebeu um requerimento do Grupo_Parlamentar do PCP exercendo o seu direito potestativo de precipitar a votação de imediato, no mesmo dia em que teve lugar o debate, portanto a seguir ao fim do debate e a Mesa recebeu também um requerimento assinado por Deputados de todos os Grupos_Parlamentares requerendo que a votação se faça nominalmente. Foi ainda entendimento na conferência de líderes que se algum dos proponentes, ou melhor, se o titular do do direito ao agendamento potestativo requeresse a votação no próprio dia que se faria hoje também a votação de todos os Projectos e não apenas do Projecto originário do PCP. Temos que votar este requerimento, portanto vamos votar o requerimento em que Deputados de todos os Grupos_Parlamentares requererem que a votação se faça nominalmente, ou seja, chamando um a um os Senhores_Deputados. Quem vota contra este requerimento, faz favor de se levantar. Quem se abstém. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Vamos, portanto, começar a preparar a chamada dos Senhores_Deputados para a votação do primeiro projecto segundo a ordem de entrada, que é o Projecto_Lei cento e setenta e sete barra sete, originário =de <do Partido_Comunista_Português." (587)

SSM: "Parece que vem aí o [...]. Vem aí o [...]. [...] aos funcionários para saírem da sala."

AS: "Peço aos Senhores_Deputados o favor de se sentarem. Aos senhores_funcionários o favor de deixarem o Hemiciclo e, Senhores_Deputados," -/-(palmas)

SSM(vb): "Continua."

AS: "Senhores_Deputados, creio interpretar o sentimento de todos os Deputados deste Hemiciclo, saudando o regresso do Senhor_Deputado =Rui_Relo <Rui_Rego ao Plenário, o que nos dá a todos uma grande alegria. Seja bem-vindo ao seu lugar. Vamos, então, começar a votar. =Os Senhores_Secretários <Secretário da Mesa vai ler os nomes por ordem alfabética e os Senhores_Secretários vão anotar o resultado das votações para se fazer, no fim, a contabilidade. Faça favor, Senhor_Secretário."

SSM: "Acácio_Barreiros!"

[…]

AS: "

Senhor_Deputado Marques_Júnior levantou o braço para…"
MM: "*Ó* Senhor_Presidente, era para informar que lamentavelmente eu equivoquei-me e =votei <enganei-me no meu voto. O meu voto é a favor, se pudesse ser corrigido, agradecia."
AS: "Senhor_ Deputado, coloca-me um problema embaraçante. Acho que se *todos *os Bancadas estiverem de acordo, validávamos o voto em consciência, tanto se invocou hoje a consciência e não o voto por erro. ´Tá toda a gente de acordo? Portanto, está validado o seu voto a favor." (283) (Senhores)_Deputados, peço que façam silêncio porque vai fazer-se segunda chamada. (Os) Senhores_Deputados que não responderam à primeira, poderiam estar distraídos. Entrar, não entraram com certeza, entretanto, mas podiam estar distraídos. Façam favor de estar atentos à segunda chamada de os Deputados que não responderam."
SSM(vb): "Deixe-me ver rapidamente a (situação) […]"
AS: "Senhor _Deputado Luís_Filipe_Menezes pede a palavra para…"
LFM: "=Terpelação <Uma interpelação à Mesa, Senhor_Presidente."
AS: "Faz favor."
LFM: "Senhor_Presidente, eu sob a forma de interpelação" -/-
AS: "Não, sob a forma é que não pode ser, Senhor_Deputado, peço-lhe desculpa."
LFM:
"**Como** interpelação, Senhor_Presidente, queria dizer" -/-
AS: "Então se é uma interpelação, faça favor."
LFM: "queria afirmar, que é a primeira vez que desde que eu sou Deputado, já vai para dez anos, que é possível, depois de uma votação estar encerrada, alguém alterar o seu sentido de voto." (297)
BC: "[…]"
LFM: "**Espero que isto a partir de agora**" -/-
AS: "[…] Senhor_Deputado, Senhor_Deputado, Senhor_Deputado"-/-
LFM: "constitua jurisprudência para todos os Deputados e para todos os Grupos_Parlamentares."
AS: "Senhor_Deputado, peço-lhe licença para dois reparos: primeiro, a votação não estava encerrada; segundo lugar, não é a primeira vez; terceiro lugar: pedi o consenso da direcção das Bancadas. Respeito o seu protesto, mas =a mate <a Mesa mantém a sua deliberação." (303)
Votação 306 até 316
SSM: "É tudo, Senhor_Presidente."
AS: "Os Senhores_Secretários vão proceder à contagem do resultado da votação após o que serão proclamados os resultados. Senhora_Deputada Maria_da_Luz_Rosinha pede a palavra para…"
MLR: "Portanto é para informar que tenho uma declaração de voto para entregar em nome de onze Deputados."
AS: "Não é preciso, Senhora_Deputada, num tipo *po"

MLR: "Muito_obrigado."
AS: "de votação deste género, tem o direito de apresentar as vossas declarações de voto sem necessidade de"
MLR: "Muito_
obrigado."
AS: "anunciar." (321)
321-338
SSM(vb): "É melhor confirmar. Portanto, sins, noventa e nove, não, cento e quinze."
AS(vb): "
E abstenções?"
SSM(vb): "Doze abstenções."
AS(vb): "Qual é o (teu) resultado? Qual é o (teu) resultado?"
SSM(vb): "
[…]"
AS(vb): "Há divergência." (346) até 350
AS: "Senhores_Deputados, peço silêncio para proclamar os resultados. Os resultados foram confirmados pelos dois Secretários_da_Mesa: noventa e nove sins, cento e quinze nãos, doze abstenções. O projecto_de_Lei não fez vencimento. Vamos passar à votação do projecto_de_Lei duzentos e trinta e cinco, que é =do =o <o projecto de que é autor, primeiro subscritor, o Senhor_Deputado Strecht_Monteiro. Fazem favor Senhores_Secretários."
Votação 357-374
AS: "[…] desta votação é o seguinte: cento cinquenta e cinco sins, quarenta e sete nãos, vinte e quatro abstenções. O projecto_de_Lei dois três cinco barra sete que é primeiro subscritor o Senhor_Deputado Strecht_Monteiro foi aprovado e vai baixar à primeira comissão. (378) Minhas_Senhoras, **as galerias não se podem pronunciar, as galerias não se podem pronunciar sob pena de eu mandar evacuar** imediatamente o espaço que ocupam para não produzirem efeitos sonoros que não são desejados nem respeitáveis. (383) Vamos passar à votação do projecto_de_Lei duzentos e trinta e seis barra sete de que é =princip <primeiro subscritor o Senhor_Deputado Sérgio_Sousa_Pinto. Atenção que vai proceder-se à chamada. Senhores_Deputados que estão no exterior, agradeço que entrem."
Secretário: votação
AS: "Senhores_Deputados, atenção à proclamação dos resultados. Os resultados foram, coincidindo nisso os dois Secretários que fizeram o escrutínio, cento e onze sins, cento e onze nãos, duas abstenções. (palmas das galerias) Senhoras das galerias, não podem manifestar-se, não podem manifestar-se até porque a votação ainda não terminou. Senhores_Deputados, como sabem, em circunstâncias como esta, o Regimento prevê que se repita / que se repita, que se entre de novo em discussão e que se houver =uma segun <um segundo empate, que isso equivale a rejeição."
SSM(vb): "[…]
são três abstenções e não duas."
AS(vb): "Ai é? Então?"
SSM(vb): "São três abstenções."
AS: "*A*, peço desculpa Senhores_Deputados, acaba o Senhor_Secretário de me corrigir, não foram duas abstenções, mas **três** abstenções."
SSM(vb): "Então há aqui há um erro, aqui há um erro, Senhor_Presidente."
AS(vb): "Então vá lá ver."

SSM(vb): "São | vinte / trinta | e quatro pessoas."

AS: "Então vá. (vb) Atenção, vamos vamos rectificar."

SSM(vb): "Eu tenho três abstenções também. O Júnior três abstenções."

AS(vb): "São três abstenções."

SSM(vb): "Tens três. Todos temos três abstenções. É verdade. Então temos que ver […]"

AS(vb): "Então está certo ou não está?"

SSM(vb): "Tem que dar cento e vinte e quatro, cento e vinte seis."

AS(vb): "Então, vê lá quantos é que dá." (408) - (420)

AS: "Fazem favor de fazer silêncio. Há aqui uma divergência entre os Senhores_Escrutinadores, que me induziram em erro =quanto à <quanto ao anúncio do resultado, mas eu tenho uma dúvida, é saber em que sentido votou o Senhor_Deputado José_Matos_Leitão. Será po… -/-. Como? Contra. Está lá fora, agradecia que o chamassem. É a única dúvida que a Mesa tem e desta dúvida depende o resultado. (436) (Senhor)_Deputado José_Matos_Leitão, agradecia que dissesse em voz -/- Cont… votou contra. Muito_bem. Então, Senhores_Deputados, agradeço que oiçam com atenção a proclamação do resultado. Ao contrário do que foi dito, foi anunciado um empate, o que implicava uma segunda votação, o resultado **agora** verificado por todos os Senhores_Escrutinadores, desfeita desfeita a dúvida sobre o sentido de voto do Senhor_Deputado Matos_Leitão, é seguinte: cento e onze sins, cento e **doze** nãos, três abstenções. O projecto foi rejeitado. (444) Está terminada, está terminada a sessão, Senhores_agentes_da_autoridade, fazem favor de evacuar as galerias, Senhores_Deputados, até amanhã. Tenham uma boa noite. (451) Agentes_da_autoridade, fazem favor de evacuar as galerias. (454) Fazem favor de evacuar as galerias. (457) Senhores_Deputados, Senhores_Deputados terminou terminou a sessão. Quero felicitar-vos pelo nível do debate aqui travado. O resto não conta. O que conta é o nível e a dignidade do debate que aqui travaram. Foi um excelente debate de grande nível e eu quero felicitar-vos por isso. Muito_obrigado."

Discursos proferidos no dia 13 de Março de 1997 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 14 de Março de 1997

AS: "(Antes) de discutirmos e votarmos um voto_de_pesar a que foi dado o número sessenta e cinco, número se… barra sete, subscrito pelas Senhoras_Deputadas Helena_Roseta e Odete_Santos, de seguinte teor: "O dia oito de Março, Dia_Internacional_da_Mulher, ficou tristemente assinalado, este ano, pela morte no Hospital_de_S._João, no Porto, de uma mulher Liseta_Rosa_Sousa_Moreira, de trinta e seis anos, na sequência de um aborto_clandestino. A Assembleia_da_República regista o nefasto acontecimento e manifesta o seu pesar. Dava_a_palavra à Senhora_Deputada_Helena_Roseta ou, ou"

SSM (vb): "Odete_Santos"

AS: "Deputada Odete_Santos, que é uma das signatárias do, do voto_de_pesar. Portanto, a Senhora_Deputada_Helena_Roseta é a primeira signatária. Só podem falar uma, como sabem. Faz_favor."

HR: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, não é habitual esta Assembleia_da_República pronunciar-se sobre tragédias que se abatem sobre uma família anónima e pobre, mas a morte desta mulher, nas circunstâncias em que ocorreu e os três filhos que deixa condenam-nos a todos nós, por não termos conseguido evitá-la, por adiarmos respostas aos problemas com que se defrontam as mais pobres, as menos informadas e as mais excluídas das mulheres portuguesas. Por termos tantas outras prioridades na nossa agenda política, enquanto mortes como esta desnecessária e violenta continuam a acontecer. Não trago aqui, nem eu nem a Deputada =Ode… <Odete_Santos trazemos aqui um voto contra ninguém, trago a minha mágoa, trago um luto que não ensombrou apenas uma família, ensombrou-nos a todas no Dia_Internacional_da_Mulher. Sei muito bem que não é com um simples voto_de_pesar que podemos realizar as reformas que faltam, mas lembrar o sucedido neste preciso bairro degradado, com esta precisa mulher, mãe de três filhos, é um dever que se me impõe pelo significado que trágico e, para mim, escandaloso de uma morte como esta. Como diz Sofia_de_Melo_Breyner "Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar que sobre esta morte, Senhor_Presidente e *Senhor_Deputados não se abata o nosso silêncio."

AS: "Inscreveu-se para uma intervenção em_nome_do Grupo_Parlamentar_do_PSD, a Senhora_Deputada_Maria_do_Céu_Ramos, mas não tem tempo, minha senhora. A Mesa concede-lhe três minutos, faz_favor. É no tempo dos Grupos_Parlamentares. Faz_favor."

MCR: "Muito_obrigada pela sua condescendência, Senhor_Presidente. Eu penso que a natureza das circunstâncias que motivam este voto exigem-nos, a mim, pelo menos, exige-me uma intervenção marcada pela autenticidade e pela parcimónia." (189)

BPSD: "Muito_bem!"

MCR: "Julgo que a primeira manifestação que devo fazer sincera é do pesar pela morte da Liseta_Moreira. A manifestação, também, da solidariedade para com a sua família perante esta perda, esta dor e este sofrimento. A defesa da vida e o respeito pela dor dos outros não é um património de ninguém, é um património de **todos** e um princípio que =nos de… <nos deve unir a todos. A defesa da vida não é monopólio nem da esquerda nem da direita e o PSD também, também pela defesa da vida

apresenta o seu pesar, porque perderam-se duas vidas: a da Liseta_Moreira e a do seu filho."
BPSD: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"
MCR: "Mas apresento também aqui com sinceridade e parcimónia o meu lamento pela instrumentalização política da dor dos outros."
BPSD: "Muito_bem! Muito_beeeeem!" (204)
MCR: "A dor e o sofrimento, como disse, podem ser objecto de partilha e solidariedade, mas acima de tudo, e contra tudo, têm que ser objecto de respeito e é pena que perante duas perdas, haja a intenção de instrumentalizar politicamente a morte como uma arma_de_arremesso_político, mesmo para marcar posições que podem ser legítimas, porque este é e continuará a ser um País livre. Consideramos, portanto, não podemos **apoiar expressamente** este voto_de_pesar. Manifestamos, com sinceridade =a nossa <o nosso lamento pela perda, mas temos que denunciar a crueldade e a hipocrisia que motivam politicamente este voto aqui apresentado."
BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"
AS: "Palavra *Crrr* a palavra à Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto para usar_da_pa… dela usar em representação do seu Grupo_Parlamentar. Tem também três minutos concedidos pela Mesa."
MJNP: "Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, a minha Bancada não se associa a este voto. Este voto não é de pesar, é um acto político de pesadas consequências, traduz a instrumentalização_do_sofrimento e da morte alheios como arma_política e demagógica."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MJNP: "A minha Bancada está aqui em_nome_das pessoas e para as pessoas, não pode, por isso, admitir que elas sejam usadas desta forma abrindo um terrível precedente na Assembleia_da_República. Já sabíamos que, sendo **todos** os homens iguais, há sempre uns mais iguais que outros, julgávamos que, ao menos perante a morte, por mero decoro, por mero pudor, todos fossem iguais. Desde logo a mãe e o filho. Mas ainda os que continuam a morrer em Portugal todos os dias, homens, mulheres e crianças por falta de cuidados básicos, mortes evitáveis. =Quanto <Quando é que em relação a todos e cada um destes ouvimos aqui um voto_de_pesar? Que me lembre, nunca ouvi um voto_de_pesar em relação a nenhum e cada um destes. Também não poderia deixar aqui e agora de protestar, como mulher e como Deputada, que no Dia_Internacional_da_Mulher e em_nome_das mulheres, duas Deputadas tenham violado sem proveito o direito de intimidade e de privacidade na morte de outra mulher. Fico também esclarecida quanto ao sentido que aqui é dado à solidariedade feminina, mas Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, este acto político não é apenas, no nosso ponto_de_vista, grosseiro e revoltante na forma, é também nas causas que, presumivelmente, o motivaram. Primeiro, exercer uma coacção violenta sobre =os Depu… Se… <os Deputados que no passado dia vinte manifestaram com a liberdade que o seu mandato lhes confere o direito e o dever de expressão e voto. Segundo, provocar remorsos retardados ou tentativas de auto-crítica no interior de qualquer Bancada, assim sendo, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados e Senhoras_Deputadas signatárias, quero dizer que por estas razões votamos **contra** e que esta arma_política_de_arremesso não atingiu esta Bancada. Ficará certamente com quem a lançou." (257)

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"
AS: "Palavra à Senhora_Deputada_Isabel_de_Castro."
IC: "Obrigada Senhor_Presidente. Senhoras_e_Senhores_Deputados, eu penso que aquilo que está_em_causa não é profanar a morte, **aquilo que pode estar_em_causa** é o alívio de consciência para alguns que preferem ignorá-la, que preferem silenciá-la para fingirem que ela não existe."
BOV: "Muito_bem!"
IC: "Porque, gostem, ou não, Senhores_Deputados, gostem, ou não, Senhoras_Deputadas, **há mulheres que morrem por esta razão neste País** e não é por a Senhora o ignorar que essas mortes são evitadas. Aquilo que hoje está_em_causa, a única discussão que importa fazer em_nome_desta mulher, como em_nome_de muitas outras anónimas, aquilo que hoje a Assembleia vota e que tem de confrontar aquilo que tem de lamentar é a sua própria hipocrisia, aquilo que a Assembleia tem de lamentar é a sua própria indiferença perante o sofrimento, aquilo que a Assembleia tem que confrontar é a continuar a manter tabus e ir descansado para casa porque prefere que silencie, prefere ignorar. É este o exacto sentido daquilo que as nossas colegas que apresentaram este voto e muito bem, digo eu, em_nome_d' Os_Verdes, fizeram. É esse respeito que a morte desta mulher exige, porque a morte desta mulher deve fazer reflectir e confrontar a Assembleia com a sua própria responsabilidade e deve permitir que os Deputados deixem-se de hipocrisias, deixem-se de exercícios vãos, de moralismo que não têm, nem ninguém nesta matéria pode dar, encarem_o_problema_de_frente e solucionem-no, para que não haja mais mulheres a morrer. É disso que se trata e em_nome_da_vida que ninguém, de facto, tem dela o exclusivo, é por isso que este voto por nós deve ser votado."
BOV: "Muito_bem!"
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_José_Magalhães." (286)
JM: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, a antiga teia do aborto_clandestino fez no sábado mais uma vítima. Morreu sozinha, não disse a ninguém, creio que nos merece a todos na morte o respeito a que não teve direito na vida."
BPS: "Muito_bem!"
JM: "E por isso, o Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista respeitará estritamente a vontade publicamente expressa pelos familiares da vítima e não transformará a título algum este acontecimento numa bandeira_política. Abominamos sinceramente a instrumentalização_da_morte, mas abominamos o silêncio perante uma realidade cruel."
BPS: "Muito_bem!"
JM: "E é assim que nos posicionamos perante este voto. Os pêsames à família enlutada, pensamos que especialmente nas crianças, nas três crianças, que têm direito a especial protecção da sociedade e do Estado, nos termos da Constituição e da lei, daremos a nossa aprovação a este voto apresentado pelas Senhoras_Deputadas Helena_Rosete e Odete_Santos, neste entendimento. E é um entendimento que não se trata d'um voto contra ninguém, trata-se, talvez, de um voto contra o silêncio e da expressão de uma preocupação, uma preocupação que, seguramente, não deixa ninguém indiferente dentro ou fora desta Câmara. Por último, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados permitam-me que invoque algo

que aconteceu há muitos, muitos anos. Há muitos, muitos anos quando em Portugal se sofria e muito, um poeta resistente que nos dá honra de se sentar ou de pertencer a esta Bancada, disse "É possível falar sem o nó na garganta, é possível andar sem olhar para o chão, é possível viver de outro modo", e é por isso que eu gostaria de não terminar esta evocação destas palavras do Manuel_Alegre sem vos dizer que é de esperança que creio também que devemos falar hoje. Tristeza e esperança, a esperança de que sejamos capazes todos de construir as condições necessárias para que em Portugal se viva d'outro modo e sobretudo não se morra deste modo. Disse."

BPS: "**Muito _bem**! Muito_bem!"

AS: "Palavra à Senhora_Deputada_Odete_Santos." (321)

OS: "Senhor_ Presidente, Senhores_Deputados, eu rejeito as acusações de instrumentalização, tenho que concluir é que as Senhoras_Deputadas que votaram, ou que anunciaram que iriam votar contra quando as mortes de que nós falávamos eram meros números nas estatísticas, nessa altura não se incomodavam nada porque se tratava de números, mas quando os números se transformam em nomes, aí de facto, começa a incomodar, Senhoras_Deputadas, **incomoda as mulheres, Senhoras_Deputadas**, porque é às mulheres que, de facto, causa maior sofrimento e maior crueldade e as Senhoras_Deputadas causam essa **crueldade**, por serem mulheres e não lamentarem uma morte, **não é a nível individual, não, não, é em razão da causa, em razão da causa dessa morte**, e isso é que é a suprema crueldade. Antes de se tornar um número mais em estatísticas que envergonham, a sua morte saiu_do_anonimato onde se encobre o sofrimento clandestino, e deixou de ser assunto privado p'ra se tornar em nova vergonha do sistema_penal. Morreu uma mulher, não importa o nome, importam as condições em que viveu, importa o motivo por que morreu, como tantas outras, da vida guardara tão só a amargura de ter vivido excluída entre os excluídos, de ter vivido como tantas outras o quotidiano, Senhoras_Deputadas sabem =qu… <o que é um quotidiano femininamente violento, um dia-a-dia marcada hora a hora pelo horizonte estreito de um bairro degradado. Como tantas outras, ouviu que os Senhores falavam de um crime e sofreu calada e sentiu o tal nó na garganta de que falou o Senhor_Deputado_José_Magalhães. Como muitas outras, esteve entre aquelas que ouviram falar num direito à vida e quiseram e não puderam reclamar o seu direito de viver. Morreu uma mulher e não importa o nome de quem era. O trágico acontecimento, como todas as tragédias do sexo_feminino, resultantes da denegação de direitos e liberdades fundamentais tornam-se causa colectiva das mulheres em luta pela dignidade inseparável =do de… <do direito de não sofrerem as penas do aborto_clandestino, penas resultantes de tratamentos cruéis, desumanos, bárbaros e degradantes. Morreu **mais uma mulher vítima de violência** no verdadeiro holocausto feito de **boas** consciências, onde se imola a mulher." (366)

BPCP: " Muito_bem"!

AS: "Senhores_Deputados, se concordassem íamos proceder desde_já como é habitual ao voto_de_pesar 65/VII, que foi lido, que foi discutido. Vamos passar à votação. Quem vota contra faz_favor de se levantar. Podem sentar-se, Senhores_Deputados. Quem se abstém? Quem vota a favor? Fazem_favor de se sentar. O voto foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PCP e PED e com os votos contra do PSD e do Partido_Popular. Como sabem, é tradicional que a seguir a um voto_de_pesar se siga um minuto_de_silêncio, acontece que um minuto não tem

registo regimental, só se concede e é possível em termos de consenso, neste caso não havendo consenso, não proporei =um voto um <um minuto_de_silêncio.” (383)

Discursos proferidos no dia 22 de Janeiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 23 de Janeiro de 1998

AS: "O Senhor_Deputado inscreveu-se para uma declaração política. O Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação tem_a_palavra."

CE: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, permitam-me sem quaisquer formalidades eu faça aqui uma evocação muito rápida e sem qualquer formalidade essencial. Faz hoje vinte e cinco anos, que o Doutor_Francisco_Sá_Carneiro abandonou a Assembleia_Nacional. É perante a memória deste homem sem tempo, que eu me permito curvar-me. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, eu sei que é difícil quando a sensação geral é a de que o Governo não decide nem governa. Tem de inventar-se permanentemente uma qualquer manobra_de_diversão. E sei que é mais duro ainda quando continua a gastar-se sem regra e cada vez se cobram mais impostos sem critério e apesar de tudo, do ponto_de_vista da capacidade inventiva das manobras não tem andado nada mal o Governo_Socialista. Primeira grande ideia, contentar os grupos de interesses, celebrar negócios ruinosos para o estado e caros para os contribuintes. Consequência imediata: reacção da oposição, chumbo das iniciativas no Parlamento. Justificação pública: o Partido_Socialista bem prometeu, o Governo quis perdoar, o PSD não deixou. Segunda brilhante ideia: descobrir querelas pendentes, questões em tribunal, velhos e difíceis casos em que o estado não transigiu, anunciar rapidamente a sua resolução, marcar a diferença, dar a ideia de uma acção fulgurante, tão rápida, que não deixaria ninguém respirar. Ser socialista significaria ser eficaz, ter peso negocial, ter poder de convencer, mesmo que o Estado perdesse, mesmo que o acordo fosse mau, mesmo que aos Portugueses restasse pagar em excesso a liberalidade. Quanto maior e mais poderoso o grupo, melhor. Como pormenores, as empresas mil que se recuperariam, a Casa_do_Douro sem dívidas, a Fórmula_Um com rodas, a Renault de Setúbal com outro visual, a Torralta de_cara_lavada. Uma imagem ideal de um Governo pronto a resolver o impossível, que descobria a razão subitamente, que deixava todas as culpas ao passado. Mas afinal, nem as empresas se recuperaram, nem a Casa_do_Douro aceitou salvar-se assim, nem a Fórmula_Um saiu_das_boxes, nem o resto se resolveu. Era preciso nesta peça um novo argumentista que mudasse o seu conteúdo, de um idílio romântico para um drama (486), o Governo mudou radicalmente de papel e de atitude. Quem não o acompanha é contra ele, quem não concorda com os seus termos negociais está de má_fé, rasgaram-se as cartas_de_amor. Ao Ministro_Mateus seguiu-se o Ministro_Pina, ao Ministro_Pina contrapõe-se o Ministro_Moura. / O Governo não quis enganar, diz-se iludido, e o triunfo que parecia tão fácil e tão risonho como uma fotografia de casamento é agora travestido de rigor e dureza negocial. Há meses celebrava-se o acordo, ungia-se o negócio, encena-se hoje o drama do marido enganado, razoável como o espectáculo, mas não chega. Então, alguém se lembrou da lei_eleitoral, mas a primeira arremetida ficou deserta, não convenceu ninguém. Não motivou discussões, não levantou o povo em_coro e muitos meses depois o Ministro, no intervalo dos negócios falhados resolveu ressuscitar o tema. Foi trinta vezes pior. O Ministro bem tentou acicatar as mulheres, falar nas cotas, despertar a atenção para o equilíbrio na representação, não só não convenceu como saiu daqui como saiu daqui acumulado de críticas. Mas como é que o Ministro queria convencer os outros, relançando esta ideia sobre a lei_eleitoral se nem no seu partido o princípio é respeitado. O estratagema foi tão desastrado, que soou inoportuno e a falso e o Governo ficou a falar sozinho. Contas feitas, ocupou um dia, um mísero dia de informação. Entretanto, naquilo que é substancial nem uma decisão de fundo, nem uma iniciativa legislativa de fôlego, o

Governo baixou definitivamente os braços e perante este novo cenário uma nova grande ideia desponta agora. Durante a sessão legislativa passada, a Juventude_Socialista lançou um tema e avançou com um projecto: o aborto. Pouco importava que alguém se tivesse lembrado de o discutir na campanha eleitoral, menos significado tinha que nessa mesma ocasião, o Partido_Socialista tenha entendido que a lei_em_vigor se devia manter sem alteração. A situação era diferente. A Juventude participava na luta_interna do partido, era como que um ajuste_de_contas com a Coligação_Social_Cristã. Nem o próprio Primeiro_Ministro nem a sua posição pessoal foi poupada. A finalidade principal era lançar uma querela, afirmar uma ideia à esquerda, propor a controvérsia, lançar a divisão. O aborto, diz-se, deve ser legalizado, é certo que a iniciativa foi reprovada. Trata-se agora de uma *reprise*. À falta de melhor, a Juventude_Socialista não se conformou com a derrota do seu projecto e avança de novo. Estranho comportamento este, de quem não sabe aceitar o sentido_de_voto e se lança com um desejo insaciável de projecção mediática numa nova atitude revanchista. (552) Curioso entendimento este de quem tem do Parlamento a figuração de um campo_de_confronto permanente entre as facções internas de um Partido. Esta iniciativa não é para resolver qualquer problema, esta iniciativa é para criar outros e diferentes, não é sequer fundado em modificação significativa ou evolução verificada. Confessam os seus autores que não houve desde então nenhuma descoberta científica que justificasse a mudança no prazo de interrupção do prazo da gravidez. A JS não mudou de posição nem de opinião relativamente à maior adequação do prazo das doze semanas. A alteração do prazo teria, dizem, uma motivação exclusivamente política e dizerem a evitar uma segunda derrota que seria apenas imbecil. A proposta da JS é o sinal de um mau_perder, de uma atitude que visa a divisão_das_águas dentro do seu próprio Grupo_Parlamentar. Não é mais nada se não isso. Mais uma vez um tema tão sério é reduzido à dimensão e à função de um pretexto. Não é uma causa nobre, é um argumento. Os proponentes querem forçar uma nova decisão do Parlamento. Como? Se o Parlamento pudesse e devesse dar de si mesmo a ideia de um catavento em permanente rotação, como se o Parlamento pudesse, sem um acto eleitoral de permeio decidir hoje num sentido e amanhã em sentido contrário. Aliás, na essência do pensamento dos proponentes nem pelos vistos o Parlamento devia poder pronunciar-se sobre esta matéria. Admitem eles que o aborto é uma questão_de_consciência, mas acrescentam logo que as questões_de_consciência não vão_a_votos, não se submetem a sufrágios, não dependem da formação de maiorias, então se assim é, porque é que há um projecto_de_lei? Porque é que haverá lei? Porque é que a JS transige com esta sociedade e este princípio organizatório. É se, como muito bem observa Vital_Moreira, se se nega ao Estado competência para regulamentar o aborto, a coerência manda que os proponentes se oponham a qualquer decisão legislativa sobre o assunto."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

CE: "Quem agora propõe um novo texto sobre a liberalização_do_aborto quer ganhar a qualquer preço, mesmo que seja impedindo que a consciência dos Portugueses se pronuncie. O PSD sempre entendeu que em matérias de consciência se devia recorrer previamente ao referendo, que o referendo é a solução ideal no caso de se pretender, como se pretende, uma alteração radical da legislação sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, isto parece fácil de admitir, pelo menos para pessoas como o Senhor_Presidente_da_República, como o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República, como o

Senhor_Primeiro_Ministro, como a Senhora_Ministra_da_Saúde, como o Senhor_Deputado_Jorge_Lacão, como o Senhor_Professor_Vital_Moreira. Estamos felizmente bem acompanhados. Cada um a seu tempo fez declarações expressas neste sentido. Só não quer o referendo quem tem medo da sua prática. Só não quer o referendo quem tem medo da sua prática, vergonha de assumir posições públicas, receio de defender **alto e claro** os seus próprios valores."

BPSD: "Muito_bem!"

CE: "Se nunca se vier a utilizar o referendo nesta particular questão, os Portugueses todos sentir-se-ão profundamente **enganados** e ultrapassados, sentirão **mais do que nunca** que um qualquer ajuste_de_contas lhes rouba o direito de exprimir livremente a sua vontade. Sentirão que a Constituição lhes não confere senão poderes virtuais. Sentirão que o pronunciamento directo não passa de uma cruel miragem. É muito significativo que hoje, quando o Partido_Socialista dá_o_dito_por_não_dito, uma sondagem diga o que diz. Vale_a_pena ver que oitenta e seis por cento dos Portugueses e dentro destes noventa e dois por cento das mulheres_portuguesas querem ser ouvidos, **querem ter a responsabilidade e o ónus** de decidir."

BPSD: "Muito_bem!"

CE: "Vale_a_pena de considerar que a decisão sobre a interrupção_da_gravidez divide o País quase ao meio. O Partido_Socialista pode persistir no que consideramos um erro. **Pode querer roubar aos Portugueses** o exercício de um direito, **pode querer** decidir por eles, **pode** fazer ouvidos de mercador à razoabilidade e ao equilíbrio. O País pode ficar de mãos atadas, prisioneiro de um grupo. Este acto de arrogância vai ser entendido como tal pelo Povo. No fim de tudo, o Partido_Socialista vai ter a ilusão de uma vitória e encaminhar-se para a derrota certa."

BPSD: "Muito_bem!"

CE: "O Partido_Socialista vai ficar cada vez mais só. Este **acto** que o Partido_Socialista quer praticar será a interrupção_voluntária_da_confiança com o povo_português." (22)

AS: "(Aderam-se) para pedir | esclarecimento / esclarecimentos | os Senhores_Deputados Acácio_Barreiros, Nuno_Correia_da_Silva e Octávio_Teixeira. Tem_a_palavra o Senhor_Deputado_Acácio_Barreiros."

SSM(vb): "E Isabel_de_Castro."

AS: "Deputada Isabel_de_Castro, também. Muito_bem."

AB: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação, eu quero lastimar profundamente, a forma de gracejo com que o Senhor abordou uma questão extremamente séria. Pelos vistos, o PSD está muito incomodado pelo PS ir **retomar**, como é de seu direito, uma iniciativa legislativa. Não fica incomodado por ter passado **largos meses** sobre a última votação, que nesses **largos meses** muitas e muitas mulheres neste País, em condições profundamente **deploráveis**, perante uma total indiferença de alguns Partidos_políticos, continuem a percorrer o drama do aborto_clandestino em Portugal. Não o incomodou esse facto, mas incomod'-o que o PS não fique indiferente em relação a isso e **como lhe é legítimo** retome uma iniciativa nesta matéria. Nós continuaremos a bater-nos_por aquilo que acreditamos e continuaremos a bater-nos, **como já o fizemos**, e retomaremos a iniciativa as vezes que forem

necessárias, porque consideramos que é absolutamente **desumano**, é contra **qualquer ética** que continue a ser considerado um crime o, o, o, o recurso que algumas mulheres são obrigadas em situações bem dramáticas o recurso ao aborto. Nós, ao contrário do que pretendeu insinuar, não somos, como ninguém é, a favor do aborto, agora o que nós aceitamos, **o que nós não calamos**, é a nossa total oposição a que isso seja considerado um crime. O projecto que vai ser apresentado será, como foi sempre, um projecto em primeiro lugar que ex… termina com a **penalização** dessa prática e ao mesmo tempo reconhece à mulher um direito de opção que nós entendemos que é um direito que é devido. E devo dizer Senhor_Deputado, que também não reconhecemos sequer ao PSD qualquer autoridade para vir falar em questões de referendo, porque quando o ano passado essa questão foi levantada o PSD recusou liminarmente, provocando"

BC: "[…]"

AB: "recusou liminarmente, provocando a votação, aqui na Assembleia, votando **contra**, no sentido de derrotar essa votação."

BPS: "Muito_bem!"

AB: "É verdade!"

BC: "[…]"

AB: "E devo dizer também" -/- (palmas)

BC: "[…]"

AB: "É verdade! E devo dizer-lhe também que nós entendemos que esta Assembleia_da_República tem **toda a legitimidade** para tomar_uma_posição nesta matéria e **como Deputados não nos demitimos dessa responsabilidade**. O PSD o que quer quando vem outra agora sim falar ou… do referendo o que quer é **fugir_a_essa_responsabilidade**."

BPS: "Muito_bem!"

AB: "É tirar para **foras das portas desta Assembleia** esta responsabilidade, mas isso não é a atitude do PS. **Nós** assumimos a nossa responsabilidade como Deputados, **votaremos** de_acordo_com a nossa consciência e assumiremos a responsabilidade dessa votação diante do eleitorado. É essa maneira frontal de fazer política, de prestigiar esta Assembleia_da_República e os seus poderes" -/-

BC: "[…]"

AB: "e a dignidade dos Deputados, é essa a nossa maneira de estar na política, não alinhamos nas águas turvas para *que o PSD nos pretende empurrar." (63)

BPS: "Muito_bem! Muito_bem!" (palmas)

AS: "*Crrr* Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação tem_a_palavra para responder."

CE: "Senhor_Deputado_Acácio_Barreiros, vou-lhe responder com o ar mais sério que eu sempre empresto às minhas intervenções e lamento muito que Vossa_Excelência não tenha sabido distinguir as duas partes da minha intervenção inicial. Vossa_Excelência tem razão. Havia uma parte em que eu tratava do ridículo, era do ridículo dos actos do seu Governo."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

CE: "Havia,"

BC (vb): "E é isso que […] abuso."

CE: "havia uma segunda parte em que eu tratava do trágico."
BC: "Na primeira parte…"
CE: "Foi desta iniciativa que a Juventude_Socialista acabou de ter para com o Parlamento."
BPSD: "Muito_ bem! Muito_bem!"
CE: "É por isso que eu não podia falar das duas coisas com o mesmo espírito, é por isso que eu não podia =fazer <falar das duas coisas com a mesma postura, é por isso que eu não podia falar das duas coisas com a mesma palavra. **Dos actos do seu Governo dá-me vontade de rir**, p´los actos da Juventude_Socialista é a coisa mais séria, mais trágica e **mais desprestigiante para esta Assembleia** que eu já vi até hoje."
BPSD: "Muito_bem!"
BPSD: "Muito_bem!"
BPSD: "Muito_bem!"
CE: "Vossa_Excelência, no fundo, Vossa_Excelência, no fundo, Senhor_Deputado / Vossa_Excelência, no fundo, Senhor_Deputado, pode prestar atenção aos Juniores, mas entretanto liga-se, vira-se para mim. Vossa_Excelência, Senhor_Deputado, no fundo, o problema não é assumir aqui responsabilidades, **não é nada disso**, o que os Senhores não querem fazer é dar a responsabilidade de decidir ao **povo_português**."
BPSD: "Exactamente!"
BPSD: "Muito_bem!" (83)
CE: "O que os Senhores querem, o que os Senhores querem é **abusivamente falar_em_nome_dos noventa e dois por cento de mulheres_portuguesas que dizem que querem elas decidir**. É isso que o Senhor quer fazer aqui e quer retirar à possibilidade das mulheres_portuguesas."
BPSD: "Muito_bem!"
BPSD: "Muito_bem!"
CE: "Eu estou muito mais preocupado com esta habilidade recorrente de de vez em quando Vossas_Excelências decidirem trazer aqui este tema à Assembleia do que em dar_a_voz aos Portugueses. **Entre esta habilidade e dar_a_voz aos Portugueses** e realizar o referendo eu prefiro mil vezes a segunda."
BPSD: "Muito_bem!"
BPSD: "Muito_bem!"
CE: "Os Senhores, Senhor_Deputado, por último lhe digo, e lhe digo com muita tristeza, os Senhores nem sequer sabem assumir as vossas responsabilidades, os Senhores querem endossar as responsabilidades para outrem, mas não conseguem, está escrito nas actas desta Assembleia **quem assumiu** o compromisso de fazer o referendo. Foram os **Senhores**, foi o Senhor_Deputado_**Jorge_Lacão, em_vosso_nome, em_nome_do Secretariado_Nacional do vosso Partido** e do vosso Primeiro_Ministro. Não venham agora dizer que mudaram de opinião, só porque há uma nova iniciativa. E Vossa_Excelência devia ter atenção ao que entretanto foi dito nesta País. Diz Vossa_Excelência que se passaram muitas coisas. Passaram! Coisas tão simples como esta que eu disse lá de cima. O Senhor_Presidente_da_República entende que deve haver referendo, o Senhor_Presidente_da_Assembleia_=Re =da Re

<da República entende que deve haver referendo, o Senhor_Primeiro_Ministro entende que deve haver referendo, **e Vossa_Excelência é surdo**?" (100)
BPSD: "Muito_bem!"
BPSD: "Muito _bem!"
AS: "O Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto =ped <pede a palavra para defesa da consideração da sua Bancada. Tem_a_palavra."
SSP: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, já não é a primeira vez, Senhores_Deputados, que o Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação faz intervenções primárias insistindo intervir sobre uma realidade que é notoriamente demasiado complicada para a sua cabeça."
BPS: "Muito_bem!"
SSP: "O Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação contesta a legitimidade da Juventude_Socialista para reapresentar, nesta Assembleia, um diploma reprovado na sessão legislativa anterior pela diferença de um voto. O Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação conhece a Constituição e sabe que o texto constitucional veda a reapresentação de um projecto reprovado na sessão =leslei <legislativa da respectiva reprovação, e sabe que a constituição do mesmo passo permite a reapresentação de um diploma reprovado numa determinada sessão legislativa num outro ano da mesma legislatura em curso. Eu pergunto ao Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação se concebe em abstracto alguma situação em que se justifique mais essa reapresentação do que no caso de uma lei que é reprovada nesta Assembleia nas condições conhecidas pela diferença de **um** voto." -/-
(CE): "Senhor_ Deputado" -/-
SSP: "A segunda questão que lhe quero colocar Senhor_Deputado é a seguinte: os Senhores_Deputados_do_PSD, e isto não vem de ontem, têm um preconceito contra a Democracia_Representativa e uma teia limitada na legitimidade referendária. Não é a primeira vez que levantam o referendo em **termos publicitários contra a legitimidade democrática da Assembleia_da_República e da Democracia_Representativa. Senhores_Deputados, a Juventude_Socialista quer, na Assembleia_da_República alt(er)ar esta lei com a mesma legitimidade que esta Assembleia teve há catorze anos p'rá 'provar a legislação_em_vigor**. E para isso não precisamos de qualquer legitimidade diversa, referendária, ou outra. O problema do PSD é que, ao contrário do PP, não tem a coragem de assumir frontalmente a oposição_política ao projecto da JS, não tem a coragem de assumir que para si o referendo não é uma questão de princípio, que não se importa nada de confiscar o povo_português a decisão referendária, desde_que garanta o chumbo do projecto da JS na Assembleia_da_República, como fizeram o ano passado nesta Assembleia." (129)
BPS: "Muito_bem!"
SSP: "Os Senhores_Deputados do PSD não podem enganar o País numa questão que se apresenta como meridiana clareza. O ano passado tiveram nas mãos a possibilidade de permitir ao povo_português esta decisão em sede referendária se tivessem viabilizado na generalidade o nosso diploma. Sabiam que o processo legislativo seria interrompido e saberiam que haveria uma consulta 'ós Portugueses, que o PS se comprometeu na altura realizar. Os Senhores_Deputados, verificando que tinham condições para o chumbar aqui, no Plenário, não se importaram nada de confiscar aos Portugueses essa decisão e demonstraram que,

para vocês, o referendo não é uma questão de princípio, é um instrumento *eh* táctico que brandem contra o PS e contra a JS e contra as respectivas propostas de alteração da lei_em_vigor. Muito_obrigado!"
BPS: "Muito_bem!"
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação para dar explicações se assim o entender." (140)
CE: " Senhor_Deputado_Sousa_Pinto, *crrr* eu só relevo algumas / partes da sua intervenção, porque verifiquei que Vossa_Excelência não 'estava aqui quando eu falei, e portanto não deve ter ouvido bem o que disse ou não lhe contaram exactamente aquilo que eu disse."
BPSD: "Muito_bem!"
CE: "Mas se Vossa_Excelência não ouviu bem, eu vou dizer outra vez. E vou fazer uma súmula daquilo que eu disse para Vossa_Excelência compreender melhor. Aquilo que nós dissemos da outra vez mantemos, queremos uma referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Entendemos que esta matéria **só se deve resolver** para os Portugueses com a consulta directa aos Portugueses. Percebi agora porque é que Vossa_Excelência não quer nem este referendo **nem nenhum outro**."
BPSD: "Exactamente!"
CE: "Porque Vossa_Excelência, o que acabou de dizer em relação à consulta referendária quero que fique nas actas e que seja relevado nas actas porque é de tal maneira grave que Vossa_Excelência sequer **nem se deu conta** daquilo que disse. Vossa_Excelência disse acabou de dizer que o referendo tem uma legitimidade perversa e quando Vossa_Excelência tem esta ideia sobre o referendo, não temos mais nada de conversar, nem vai haver certamente p'la vossa parte referendo sobre o aborto, nem vai haver certamente p'la vossa parte referendo sobre as regiões, nem vai haver certamente pela vossa parte referendo sobre a Europa."
BPSD: "Muito_bem! Muito_bem"!
AS: "Para quê? Para quê? (vb) Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto pede_a_palavra para…"
SSP: "Para uma interpelação à Mesa, Senhor_Presidente."
AS: "*Ó* Senhor_Deputado espero que seja, não posso deixar derrapar esta discussão que é grave e séria"-/-
SSP: "Compreendo."
AS: "para falsas interpelações."
SSP: "Eu queria" -/-
AS: "Faça_favor. Tem_a_palavra."
SSP: "Muito_obrigado Senhor_Presidente."
AS: "Tem_a_palavra." (161)
SSP: "Eu sinto-me na obrigação de não deixar que fique no ar a ideia que o Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação me quer imputar a mim e através de mim à Bancada, que a Bancada_Parlamentar_do_Partido_Socialista tem =algum pre…

<algum preconceito em relação ao instrumento constitucional do referendo. Não é isso que está_em_causa, Senhor_Deputado, simplesmente" -/-
AS: "*Ó* Senhor_Deputado, desculpe, isso não é uma interpelação."
SSP: "Não aceitamos o referendo como instrumento para"
AS: "Já está o Senhor_Deputado a levantar_a_palavra"
SSP: "pôr_em_causa a legitimidade da própria democracia_representativa. Só isto e nada mais do que isto."
AS: "Peço-lhe, peço-lhe que termine. O Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação pede_a_palavra…"
CE: "Uma verdadeira interpelação." (167)
AS: "Seja verdadeira, faz_favor Senhor_Deputado"
CE: "Senhor_Presidente, eu gostaria de saber se o Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto com aquilo que agora significa que retira o que disse em relação ao referendo, ou não."
AS: "Senhor_Deputa… as interpelações, as interpelações são feitas à Mesa, a Mesa não pode responder pelo Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto. Isso é matéria para um pedido de esclarecimento, não matéria de interpelação. Palavra para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado_Nuno_Correia_da_Silva."
NCS: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação, eu ouvi com alguma surpresa a intervenção do Senhor_Deputado, porque há muito que o Partido_Popular diz que o aborto não é uma questão de consciênciai_individual. Esta é uma questão que tem a ver com a ideia de Estado, que tem a ver com o papel que nós entendemos que o estado deve, ou não deve, desempenhar. Eu entendo que a lei deve proteger os mais fracos, eu entendo que a lei deve estar ao lado daqueles que não se podem proteger sozinhos e seguramente, neste caso, a lei tem que estar ao lado daqueles que ainda não nasceram, mas que têm vida. Mas, por isso mesmo, Senhor_Deputado, eu gostava que o Senhor_Deputado e pela sua voz o PSD nos esclarecesse se entende que esta é uma questão pela qual o Partido_Social_Democrata tem que assumir uma posição, ou se, efectivamente, como já foi dito por alguns Deputados da sua Bancada, vai deixar isto à consciência de cada um, porque este é o caminho mais perigoso, porque este é, efectivamente, o flanco que deu abertura para que o Projecto =deixaste <deixasse a este Plenário, **hoje sobre o aborto**, amanhã seguramente sobre a Eutanásia, e =suab <sabe-se lá o que virá depois, porque também é tempo uma questão_de_consciência. Eu não quero, não quero deixar de registar =as contridõ… <as contradições do Partido_Socislista. O Partido_Socialista para umas coisas tem legitimidade e é contra o referendo, porque essas mesmas propostas já estavam vertidas no programa eleitoral e no programa do Governos. Para outras que não estavam inscritas, não foram apresentadas com bandeira, nem na campanha, nem, nem, no programa eleitoral, já tem legitimidade e não quer o referendo. Estas contradições são evidentes e quanto a factos não há palavras que possam naturalmente escamotear aquilo que são as intenções. Dantes, dantes as mulheres iam para a cadeia se fizessem um aborto depois das doze semanas, afinal não é uma questão_de_consciência, é uma questão de tempo. Agora, é depois das dez semanas. Porquê? Sabe-se lá porquê. Porque a comunidade_científica hoje é pacífica, a vida humana começa desde o momento da

concepção, mas o Partido_Socialista reunido entendeu que não eram doze, que eram dez, e todos nós agora estamos aqui neste debate patético, permitam-me a expressão. E depois, vejamos esta contradição evidente, um (do)s argumentos que sustenta a proposta de despenalizar o aborto é a falta de condições económicas e sociais das mulheres que eventualmente praticam o aborto. E depois, o Partido_Socialista diz, por um lado, que o nível económico-social do País aumentou e melhorou, mas ao mesmo tempo aumentaram o número de abortos_clandestinos. De facto, as contradições são muitas e porque eu estou **farto** de contradições, numa matéria que deve ser discutida com clareza e objectividade. Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação, queria voltar à pergunta inicial: o Partido_Social_Democrata, e entendo que **esta** é uma questão de Estado, de concepção de Estado, se o Estado por via da lei deve ou não deve proteger aqueles que não se podem proteger sozinhos, e sobre isso o PSD tem de assumir uma posição política, porque é uma questão política sobre a =qal <qual nenhum de nós"

AS: "Muito_obrigado, Senhor_Deputado."

NCS: "está dispensado."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação para responder."

CE: "Senhor_*crrr*_Deputado_Nuno_Correia_da_Silva, eu devo dizer-lhe, em primeiro lugar que, pessoalmente, nunca deixei de ser frontal e claro em relação a qualquer assunto. Eu não escondo o que penso / em relação a esta matéria também, **agora** o meu Partido tem a posição **mais** correcta em relação a esta matéria. O meu Partido entende que esta é uma posição de consciência e eu entendo que cada um tem que ser dono de si próprio e eu não entendo que **o meu Partido, nem eu,** possa ser dono da consciência de ninguém."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!" (222)

AS: "Palavra para um pedido de esclarecimento ao Octávio_Teixeira."

OT: "Obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação, gostaria de me referir a =du <duas questões que o Senhor_Deputado suscitou na sua intervenção. Começaria por lhe dizer o seguinte: para nós a questão, cujo debate o Senhor_Deputado hoje introduziu, é uma causa nobre, entendemo-la como uma causa nobre, porque o que está_em_causa, como sempre o temos referido, não é liberalizar ou deixar de liberalizar o aborto, o problema é saber se se pretende manter a possibilidade de fazer a interrupção_voluntária_da_gravidez em determinadas circunstâncias, em determinados prazos, no âmbito =da liga <da legalidade e da segurança da saúde da mulher, com a assistência_médica, ou se aborto deve continuar a ser mantido na esfera da ilegalidade, da clandestinidade e da insegurança para a mulher."

BPCP: "Muito_bem! Muito_bem!"

OT: "Precisamente, também, por considerarmos que é uma causa nobre, p'la nossa parte entendemos que uma nova discussão sobre projectos_de_lei sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, e o nosso será discutido, seguramente, aquele que já apresentamos, que reapresentámos em Setembro ou em Outubro, =essa nova <esse novo debate e votação não deve ser entendido como uma recontagem dos votos de Fevereiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_sete, e por isso entendemos que deve

ser objecto de uma discussão serena, de uma ponderação muito serena, e deve ser dado um prazo mínimo, um prazo relativo, adequado para que essa discussão se possa fazer na Assembleia_da_República, e ante… <e mesmo fora da Assembleia_da_República, tanto mais quanto é anunciado que um projecto_lei qu… será apresentado ou foi apresentado, não sei, se já foi apresentado pelo Partido_Socialista, tem algumas alterações em relação ao projecto votado em Fevereiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_sete. Consideramos que deve ser dado esse período, **mas não** um período, possivelmente o Senhor_Deputado e *ah* a sua =Ba <Bancada_Parlamentar gostariam que conduzisse ao congelamento *ad_aeternum* destes projectos =na =na <nas gavetas das Comissões."
BPCP "Muito_bem!"
OT: "
Isso não estamos disponíveis. E por isso, temo-lo afirmado publicamente, | que ∅ |
considerаríamos adequado se =o pro… =os projectos <após os projectos serem apresentados e se forem apresentados e se terão sido apresentados, aquele que faltava =e que tem <dos que tem sido anunciado. Agora julgamos que seria razoável que o debate e votação em Plenário se pudesse fazer em meados de Março. A outra questão é a questão do referendo, Senhor_Deputado =Encarn… <Carlos_Encarnação. Nós não temos medo, não tememos o referendo, mas consideramos que tendo toda a legitimidade para isso, a Assembleia_da_República, o Plenário deve também os Deputados assumirem as suas responsabilidades"
BPCP: "Muito_bem!" (264)
OT: "e achamos preferível que sejam eles, porque têm legitimidade para isso a decidir sobre esta magna matéria. Mas o Senhor_Deputado na matéria do referendo =colocou <utilizou uma expressão "manobra_de_diversão", e eu gostaria de lhe colocar a seguinte questão: não será uma manobra_de_diversão o PSD sempre que quer =obstru <(obstruanizar)"
B: "*Crrr! Crrr!!"*
OT: "a que algo seja decidido, a que algo seja feito, que venha acenar com um referendo."
AS: "Agradeço que termine, Senhor_Deputado" (271)
OT: "Termino já, Senhor_Presidente."
B: "*Crrr*"
OT: "Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação, se têm assim **tanta** vontade, **e tanto** interesse e tanto empenhamento em que a matéria da interrupção_voluntária_da_gravidez seja sujeita a referendo, seja decidida pelos Portugueses em referendo, porque é que os Senhores mantiveram congelada a vossa proposta_de_referendo desde Fevereiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_sete"
BPCP: "
Muito_bem!"
OT: "até aos finais de Janeiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito?"
BPCP: "Muito _bem!"
OT: "Muito _obrigado, Senhor_Presidente."
BPCP: "Muito_bem!" (278)
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação para responder. / Um momento só

Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação, porque os jovens que nos visitaram começam a sair. Duas informações: temos na nossa companhia um grupo de cinquenta alunos da Escola_C+S_da_Malveira, um grupo de cinquenta alunos da Escola_Secundária_Marquês_de_Pombal, de Lisboa, um grupo de cinquenta alunos da Escola_número_três_da_Covilhã, Secundária_número_três_da_Covilhã e um grupo de trinta alunos da Escola_Secundária_do_Restelo, de Lisboa. Temos ainda a presença de seis Senhores_Deputados =da <do Parlamento_da_República_da_Guiné-Bissau, mais seis dirigentes políticos do mesmo País que se encontram =de visita de estudo <em visita de estudo a Portugal. Uma saudação para todos eles. Agora sim a palavra ao Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação. / Terceira informação. Senhor_Deputado, peço desculpa ainda. Já está a decorrer a votação na sala D. Maria para eleição de um membro do Conselho_Superior_de_Defesa_Nacional. A votação decorrerá até às dezoito horas. Agradeço que todos exerçam o seu =direito <dever de voto."

CE: "Senhor_Presidente, Senhor_Deputado Octávio_Teixeira, depois de todos estes anúncios, vamos então ao que interessa." (296)

AS: "Anúncios também interessam, Senhor_Deputado."

CE: "O referendo e a questão do aborto são de facto matérias novas, Senhor_Deputado. Eu não nego, assim como também não nego que Vossas_Excelências são coerentes. Eu posso não estar_de_acordo_com aquilo que Vossa_Excelência pensa, mas Vossa_Excelência tem tido sempre a mesma posição ao longo do tempo. Vossa_Excelência sempre disse que não queria o referendo. É natural! Mas o que me espanta não é a vossa posição, o discurso que eu fiz não foi para si. O discurso que eu fiz não foi para a sua Bancada. O discurso que eu fiz foi para aqueles que não sabem o que querem"

BPSD: "Muito_bem!"

CE: "que num dia dizem uma coisa, e que noutro dia dizem outra."

BPSD: "Muito_bem!"

BC: "[…]"

CE: "Quando eu falei, eu falei em manobras_de_diversão, porque é verdadeiramente uma manobra_de_diversão a iniciativa do Partido_Socialista e Vossa_Excelência sabe tão bem disso, que até nem está_de_acordo_com a data em que ela deve ser discutida. Vossa_Excelência também compreende que se trata de uma verdadeira manobra_de_diversão, agora não concordo com uma coisa que Vossa_Excelência disse, se Vossa_Excelências tivessem querido, se o Partido_Socialista tivesse querido, nós já estávamos a decidir esta matéria, já estava o povo_português a decidir esta matéria, **já porventura tínhamos feito o referendo**, e aqueles Senhores não quiseram, e aqueles Senhores andaram a empatar, **e aqueles Senhores quiseram um regime diferente para a consulta_popular e agora já não querem. Aqueles Senhores não sabem o que querem nesta matéria e em muitas outras**."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

AS: "Palavra à Senhora_Deputada_Isabel_de_Castro para um novo pedido de esclarecimento."

IC: "

Obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação trouxe ao Plenário da Assembleia uma questão que nós consideramos de extrema importância e, precisamente porque é uma questão de extrema importância, julgo que temos de

lidar com ela *ah* de forma extremamente serena, e eu julgo, Senhor_Deputado, que o não o fez, porque, de facto, em relação à questão do aborto, aquilo que está_em_causa não é p'ra ninguém o querer, ou não, o aborto, não é p'ra ninguém o passar a existir uma realidade que hoje não existe, a única coisa que está_em_causa é uma realidade de saúde_pública, é uma realidade que empurra anualmente milhares e milhares de mulheres para uma situação que põe em perigo a sua vida. Portanto, seguramente, ninguém quer o aborto e não é nada de novo que se vai inventar. E a questão que se coloca tão só perante esta Câmara é em relação a uma questão que é do foro íntimo, a uma questão que é da consciência_individual de cada um, a uma questão de extrema delicadeza, saber se o Parlamento continua indiferente perante esta realidade, perante este sofrimento e perante todas as razões que estão na origem dessa decisão que, seguramente, para as mulheres será dolorosa, ou se vai fingir que a situação não existe. Porque, Senhor_Deputado é disso que se trata. Sobre esta matéria aquilo que nós decidirmos como lei não é que as mulheres passam a ter que interromper a sua gravidez em determinadas condições. São as mulheres que fazem a escolha e que fazem a decisão dentro de si próprias e portanto também nunca por nunca uma questão como esta, Senhor_Deputado, pode ser referendada, porque como o Senhor_Deputado diz "ninguém é dono da consciência de ninguém" e portanto não o será nunca nenhuma maioria ou num sentido =ou noutra <ou noutro que poderá decidir sobre uma matéria tão clara quanto esta. Esta é tão só uma questão em que o Estado tem que criar todas as condições para que as mulheres não precisem de recorrer à interrupção_voluntária_da_gravidez, mas esta é uma questão em relação à qual o Estado o que tem que garantir são condições de saúde e de prestação de serviços para que as mulheres possam, quando a isso são obrigadas, fazer uma interrupção_voluntária_de_gravidez. Em relação àquilo que vai será discussão parece-me que ela devia ser serena e devia ter em conta o conhecimento científico que temos neste momento sobre as coisas, porque nos parece que a lei deve corresponder ao significado e ao conhecimento que se tem em cada momento e não ao acaso, mas =ju <julgo que esta é uma questão demasiado séria para *ah* com ela introduzir polémicas inúteis e que são *ah* perfeitamente *ah ah* pouco gratificantes daquilo que está em causa, porque aquilo que está em causa é seguramente o sofrimento de muita gente e em relação *ah* julgo que é forçoso respeitá-lo." (366)

BOV: "Muito_bem!"

BOV: "Muito_bem!"

AS: "Chegámos ao fim" -/-

SSM: "[…]"

AS: "Não, peço, o Senhor_Deputado_Carlos_Encarnação é que vai chegar ao fim. Faz_favor."

CE: "Senhora _Deputada / Vossa_Excelência tem uma visão limitada, perdoe-me que lhe diga, sobre esta matéria. A questão do aborto não é apenas isso. A questão do aborto é uma decisão sobre a vida e sendo uma decisão sobre a vida é uma decisão muito mais complexa do que aquela que Vossa_Excelência intui. As questões de excepção, as questões de saúde, todas as questões que se podem levantar em relação da decisão sobre a vida estão já na lei, estão nas alterações ultimamente feitas. Nós não consideramos que seja necessário mais nada, eu não considero que seja necessário mais nada."

BPSD: "Muito_bem!"

BPSD: "Muito_bem!"

CE: "Mas a questão fundamental é só esta: o Parlamento **pode** pronunciar-se e **deve** pronunciar-se. Por que não? Mas a questão fundamental que aqui se coloca é que Vossa_Excelência ignora aquilo que os Portugueses querem e os Portugueses querem **fazer-se_ouvir sobre isto**."

BPSD: "Muito _bem!"

AS: "Vamos passar ao tratamento de assuntos de interesse político relevante. Para o efeito inscreveu-se o Senhor…

Discursos proferidos no dia 4 de Fevereiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 5 de Fevereiro de 1998

MM: (...) "Termino Senhor_Presidente e Senhores_Deputados. Este processo \ infelizmente para todos começou mal, mas é importante que se faça um esforço para que não termine mal. Começo **mal** \ porque **há um ano** \ , e novamente **agora**, o Partido_Socialista \ dizendo o contrário do que disse na última campanha_eleitoral de 1995, propôs-se alterar a legislação sobre o aborto. A prova está aqui, em revista da Ordem_dos_Médicos, depoimento oficial e formal do Partido_Socialista em Agosto de 1995, e dizer expressamente que a Lei_do_Aborto actual é suficiente e que não se propunha fazer nenhuma alteração, por isso negou o compromisso -/- Se o processo começou **mal**, continuou mal porque **há um ano** no debate final aqui realizado, o Partido_Socialista prometeu expressamente realizar a consulta popular em caso de aprovação de algum projecto na generalidade. O Partido_Socialista é o mesmo, a questão é a mesma, o Grupo_Parlamentar_Socialista, apesar de algumas apressadas substituições, é o mesmo, impõe-se por isso mesmo que, com clareza, responda à questão que aqui coloquei. É a única forma de aquilo que começou mal e que continuou mal poder ser corrigida, emendando-se o erro. É uma questão de **respeito** pela palavra dada, é uma questão de respeito pelos eleitores portugueses, é uma questão de respeito pela consciência de cada cidadão, é uma questão de honestidade política. Esperamos a resposta. Muito_obrigado."

AS: "Senhor_Deputado Vasco / Vaz de Assis pede a palavra para \"

Deputado Assis: "[...]"

AS: "Faz favor Senhor_Deputado, tem a palavra".

FA: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. É com grande pesar que uma vez mais verificamos Ø / que sobre a questão substancial que está hoje aqui a ser discutida nesta câmara, o líder_parlamentar do maior partido_da_oposição não disse rigorosamente nada -/- sobre o tema pendente e politicamente **relevante** que hoje aqui está ser discutido. O PSD não assume através do seu líder_parlamentar qualquer tipo de posição. Já outros falaram, tiveram oportunidade de exprimir as suas posições, confrontaram-se aqui orientações diversas, mas todos quiseram dar **o testemunho da sua contribuição substancial para um debate, que é um debate político** porque estamos a falar de uma questão de política penal, é um debate que naturalmente não é alheio a uma informação de natureza ética e moral, mas é, **no** essencial, um debate político que eu tive oportunidade de o salientar há pouco na minha intervenção. Não caiamos na tentação ingénua Ø / e inaceitável de confundir os planos e de remeter para uma ordem de uma ética que alguns gostariam que fosse etérea e puramente metafísica aquilo que é da ordem <u>da política</u>"

BPS: "<u>Muito bem</u>!"

FA: "e é <u>da ordem</u>"

BPS: "<u>Muito bem</u>"

BA: "<u>do direito</u>" -/-

BPS: "<u>Muito bem!</u>"

FA: "no plano mais tangível em que estas se manifestam -/-. Sobre a questão essencial o Senhor_Deputado não disse rigorosamente nada e não deixa de ser

curioso constatar que o líder_parlamentar do PSD já só consegue suscitar o entusiasmo da sua bancada, quando faz referência a questões **processuais, metodológicas e puramente tácticas**. É a demonstração do **grau zero e do vazio do pensamento político que infelizmente afecta hoje um partido sem convicções e sem orientações como o PSD**. E é por isso que os senhores propõem o referendo por tudo e por nada, porque o referendo, para o PSD, é um instrumento para se exibir a tomar posições claras em relação aos mais diversos assuntos que se colocam hoje em discussão na vida política portuguesa. Mas se o Senhor_Deputado Marques Mendes quer hoje aqui provar a boa fé, a bondade da sua **adesão** ao referendo em relação a esta matéria tem uma maneira simples de o fazer: comprometa-se perante esta câmara a que o PSD apresente, caso estas propostas sejam rejeitadas, uma proposta para que se realize **um referendo** sobre este tema em Portugal."

MM: " Não o fez o ano passado."

AS: "Proposta ao Senhor_Deputado Marques Mendes para dar explicações querendo."

MM: "Senhor_Presidente, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, \ Senhor_Deputado Francisco Assis / sobre a questão de fundo eu próprio há um ano emiti a minha opinião."

BPSD: "Muito_bem, muito_bem"

MM: "A minha opinião é rigorosamente a mesma, não sei se nesta câmara e designadamente na sua bancada todos podem dizer exactamente o mesmo"

BPSD: "Muito bem!"

MM: "em coerência". -/- "Sobre a opinião de vários outros colegas, então e agora foram feitas aqui intervenções de muita convicção e de muita qualidade. Mas mais importante Senhor_Deputado \ que a **minha** opinião, que a **sua** opinião sobre esta matéria, mais importante era ouvir a opinião da generalidade dos portugueses, porque **verdadeiramente Senhor_Deputado eu, eu, como o senhor**, formos eleitos Deputados para a Assembleia_da_República, que significa representar os eleitores, representar os portugueses, mas o senhor, como eu, não recebeu nas últimas eleições **nenhum mandato**, bem pelo contrário, para alterar a legislação do aborto, o senhor está a fazer o contrário daquilo que foi prometido aos portugueses." -\-

BPSD: " Muito bem!"

MM: "Era **bom** que o senhor tivesse aqui a coragem de desmentir as afirmações **públicas** que estão feitas, não as inventei. Aquilo que há de **maior desrespeito na vida pública**, aquilo que é **mais desprestigiante para a democracia é quando um dirigente político não honra os seus compromissos, não se curva perante a sua palavra, dá o Dito pelo não dito perante o eleitorado. Isto é que é grave e irresponsável.** -/- E mais **grave** e o senhor não disse é porque é que **há um ano** assumiu aqui um compromisso, que eu saiba, o senhor também era deputado há um ano atrás. *Ah!* Que eu saiba, o senhor também assumiu esse compromisso. De há um ano para esta parte aumentou o número de portugueses que se querem pronunciar. O Senhor_Primeiro_Ministro ontem mesmo fez saber que mantinha a sua opinião sobre esta matéria e os senhores o que fazem? É tábua rasa de tudo isto, porque os se**nhores sacrificam a pureza dos princípios, a verdade democrática aos princípios da táctica, da conveniência e do oportunismo político**. **Esta** é que é a realidade."

BPSD: "[...]"
MM: "Senhor deputado, não é uma questão de referendos por tudo e por nada, não é uma questão, até porque **em todas estas matérias** de referendos, dos três prometidos aos portugueses, que eu saiba, o senhor, tal como eu, comprometeu-se com todos eles. Num **deles** é que está a mudar de opinião e vamos deixar ver o andar da carruagem para ver se o senhor também não muda de opinião e a sua bancada relativamente a outros desses compromissos. -/- Já não chega \ o governo que vossa excelência apoia fazer coisas virtuais, agora também andam a prometer aos portugueses referendos virtuais. Todos na constituição e | n(enh)um / não | para realizar. Os portugueses já estão fartos de ouvir falar de referendos, o que querem é que os seus representantes façam de facto aquilo que prometem e, por isso, lhe digo a concluir, interpreto das suas palavras que afinal não tem uma objecção **de** Princípio à questão do referendo sobre esta matéria, por isso mesmo aqui lhe digo que na altura própria, no tempo subsequente à votação de hoje será confrontado com uma proposta clara e nítida sobre a questão | de / do | fundo e questão | de / do | princípio, ultrapassando dificuldades processuais e outras, e eu quero ver se nessa altura vai existir coerência" -/-
AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado"
MM: "e honestidade política"
AS: "Muito_obrigado"
MM: "para votar a nossa proposta" -/-
AS: "Muito _obrigado"
MM: "sobre o referendo sobre o aborto" -/-
AS: "Muito_obrigado"
MM: "Muito_obrigado."
AS: "Para uma intervenção a palavra ao Senhor Deputado Alberto Martins".
AM: "Senhoras e se(...) Senhoras_e_Senhores_Deputados, deixemos a discussão virtual dos referendos e regressemos às questões de fundo" -/-
AM: "A repressão penal do aborto não corresponde às aspirações humanistas e liberais da sociedade democrática portuguesa. O facto de se negar à mulher o direito de escolher livremente **ter** ou não ter filhos *essa sim é uma vergonha, implica uma forma particular | de / ø | discriminação , a qual põe em causa não só a sua dignidade, como o seu direito à vida privada e à liberdade individual. Assim, o desafio que hoje se coloca ao **Estado** não é o de saber se o aborto deve ser feito, ou não, se é um acto pecaminoso ou colide com opções transcendentais ou pessoais do cidadão, o que se coloca ao Estado é saber se quer **penalizar, punir, prender** uma mulher que aborta e em nome de quê. O que se coloca ao Estado ainda e desde logo, o porquê não ter regulamentado a lei vigente criando condições para a sua aplicação. De acordo com dados disponíveis, só dezassete hospitais praticam em Portugal a interrupção voluntária da gravidez, invocando os restantes falta de meios e recursos quando não objecção genérica de consciência. O que se vai colocar ao Estado **a partir de agora** é a criação de condições e serviços para acolher a opção da licitude do aborto na livre e responsável

vontade da mulher decorrido um prazo dentro do primeiro trimestre da gravidez. Senhor_Presidente, Senhoras_ e_Senhores_Deputados, o poder punitivo do Estado exerce primariamente no sentido do controlo do crime, ou vistas as coisas de outro lado, no sentido da protecção das condições =essienci <essenciais na vida do Homem na comunidade e assim da livre realização e desenvolvimento da personalidade de cada um. Em referência ao aborto, perguntar-se-á, por isso, com ironia dramática se este afirmado controlo do crime tem sido alcançado. Ou não estaremos todos seguros da ínfima participação, como já vimos da acção criminal, comparada com os números estimados de abortos clandestinos anuais. E **porque** é que falha então tão rotundamente a acção penal, porque é que o Estado punitivo é neste caso, no geral, incapaz, inócuo, quase inexistente? A resposta deve procurar-se sobretudo no facto de a lei vigente da criminalização do aborto ser uma lei divorciada da vida, contra a mulher, ferindo as aspirações liberais e humanistas dominantes na sociedade democrática portuguesa. Esta é uma lei penal que não atribui nem respeita o direito de opção =ma <da mulher, o direito a uma opção grave e nunca **banal** de fazer o aborto. É por isso uma lei iníqua, socialmente injusta, promotora do aborto clandestino degradante. A experiência mostra-nos, aliás, a desproporção perturbadora entre a =estir <estridência de algumas indignações p'la proposta de alteração de uma lei formal de criminalização e o relativo silêncio perante a realidade que subjaz a essa lei e que a nega. E essa realidade assenta no número estimado em vários *mulheres de mulheres que abortam clandestinamente em Portugal com **raras** situações de morte, mas inúmeras situações de infertilidade irreversível e graves perturbações da saúde. Ora, a estridência da indignação deveria voltar-se a favor da dignidade da pessoa humana, essencialmente das mulheres concretas, promovendo a alteração da absurda lei de criminalização do aborto e das condições de funcionamento e apoio dos serviços de saúde à mulher grávida. Neste sentido, devem ser empreendidas políticas sociais de saúde e de educação nos domínios da educação_sexual, planeamento_familiar e contracepção. Há sobretudo **muito a fazer** em favor das jovens e das populações mais desfavorecidas, e tendo presente ainda que muitos dos maiores adversários do aborto foram os que durante mais tempo se opuseram aos métodos =conça <contraceptivos modernos e a que ainda hoje sobre o assunto freiam o acesso à =infirm <à informação e os condenam. Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, é em nome do princípio da separação da Igreja e **do Estado** que o Parlamento e os Governos têm **voluntariamente** recusado qualquer debate teológico e assim terá que continuar a ser em nome da ideia da tolerância. Tem-se falado aqui muito em tolerância, mas é preciso ter presente que a exigência da tolerância nasce no momento em que se toma consciência da irredutibilidade das opções e da necessidade de encontrar o *modus vivendi* que permita que todos se exprimam. A alternativa da =negaga <negadora da tolerância foi na história a perseguição repressiva e totalitária. Na [...] história dos últimos séculos é clara, no dizer de Norberto Bobbio, é quando nos mostra a interdependência entre a prática da tolerância por um lado, e o espírito laico, por outro, entendido este como a mentalidade que confia à <u>sorte do rei-/ [...]</u> -/-"

AS: "<u>Ag... Agradeço que termine</u> Senhor_Deputado, logo que possa."

AS: " que confia à sorte do reino dos homens mais às razões que une todos os homens e mulheres do que aos impulsos da fé. Esse espírito deu origem aos Estados laicos e à sociedade aberta, na qual a superação dos contrastes da fé, de crenças, de doutrinas, de opiniões, ficou a dever-se à regra d'ouro, segundo a qual a minha liberdade se estende até ao ponto em que não invada a liberdade dos outros.

Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, no ordenamento criminal, ao despenalizar-se o aborto, ao admitir-se dentro de certos prazos a interrupção voluntária da gravidez, não se procura conflituar com as convic-/"

AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado. Faça_favor."

AM: "Não se procura conflituar com as convicções religiosas ou morais quem quer que seja. Não se faz a apologia do aborto, não se recomenda, não se favorece ou incita à sua prática, antes se renuncia à punição por razões ponderosas e em nome de valores superiores da liberdade individual e da vida privada. É bom olharmos à nossa volta e reflectir o caminho percorrido entre nós com a consagração da licitude do aborto terapêutico eugénico e criminológico pudicamente chamado de interrupção voluntária da gravidez a partir de 1984. O regresso ao proibicionismo anterior a essa data já se perdeu na história e apenas mora **hoje** no saudosismo serôdio das ligas de salvação. Hoje, a protecção da vida =inturi <intra-uterina em diversos países fixada em momentos diferentes, a partir da fecundação, da =sin <da formação das sinopses nervosas, a partir do início da função cerebral, a partir da viabilidade do feto ou do nascimento. Em opções limites na União_Europeia, a Irlanda fixou o direito à vida a partir da fecundação, enquanto que o Tribunal Constitucional austríaco considerou de modo diametralmente oposto que o direito à vida não produz efeitos senão a partir do nascimento. Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, existe, segundo a melhor doutrina, uma =re... <*indossociável (indissociável) relação entre a ilicitude material baseada na ordem legal dos bens jurídicos e a nossa ordem axiológica constitucional. Em matéria de (de)finição dos crimes e penas podemos, por isso, abonarmos na ideia de que não há imperativos constitucionais absolutos, de criminalização" -/-

AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado. Já beneficiou de um ponto nob[...] que lhe foi concedido pelo Grupo_Parlamentar_do_PCP, já leva um (défice) de dois ponto seis, agradeço que acabe logo que possa. Imediatamente."

AM: "Vou concluir, Senhor_Presidente. Se na tradição jurídica nacional alguma valoração há que estabelecer no conflito entre o direito da *vidra intra-uterina no nascituro e a vida da mãe é a prevalência deste último. Entre nós, nunca o aborto foi comparado ao homicídio, o Tribunal_Constitucional **fez por sua vez** já em 1900e... 84 e 1985 uma leitura lapidar a qual se abre ao encontro de (de)liberações de outros Tribunais superiores de outros Estados e também na lógica do entendimento da Comissão_Europeia dos Direitos do Homem. Ora aí refere-se que a vida intra-uterina é um bem constitucionalmente protegido, mas não pode gozar de protecção constitucional do direito à vida propriamente dito" -/-

AS:

"[...] Tem de terminar Senhor" -/-

AM: "que cabe só às pessoas. A vida humana inviolável definida no texto constitucional é assim a vida da pessoa humana, a pessoa que vai nascer não é autónoma da progenitora, do seu corpo, da sua sensibilidade, da sua consciência, da sua liberdade vital e intelectual. A discriminação do aborto é, por isso, um apelo à vida e contra a vergonha. A *discrimiliação do aborto, para terminar, e temos que ter isso presente, é por isso, e dentro de certos prazos assim nuclearmente, afirmação do respeito pela autonomia ética da mulher e do seu direito à liberdade."

AS: "Senhores_Deputados \ é o momento de passarmos à votação, mas antes d'isso \ alguns esclarecimentos. Primeiro, o Grupo_Parlamentar_do_PS requereu direito a requerer a votação da / da generalidade do próprio dia do debate, portanto, é um direito potestativo, não temos que pôr à votação. Mas um grupo de mais de dez por cento dos Senhores_Deputados requereram a votação nominal de três dos quatro projectos apresentados. Por outro lado, o PSD retirou o seu projecto a [...] pelo que este não será votado hoje. / Portanto Senhores_Deputados" -/-(11)

SSM: "[..]"do_Amaral, João_Amaral"

AS: "(Dr.) João_Amaral pede a palavra para" /

SSM: "[...]"

JA "Muito Obrigado, Senhor_Presidente, eu acabo de =se ouvir a informação do Senhor_Presidente e queria dispor a Mesa para perguntar ao Senhor_Presidente o seguinte, *aah* tendo sido feitas algumas considerações acerca da forma como **este debate decorreu**, eu queria perguntar ao Senhor_Presidente se entende, se a Mesa entende, que esta é que é a seriedade com que o PSD **encarou este debate e esta questão**." -/- (palmas) [...] (20)

AS: "Senhor _Deputado_João_Amaral, a mesa tem alguns poderes, como sabe, [...] Vice_Presidente [...] ajuizar sobre a seriedade dos Grupos_Parlamentares. Deputado [...] pede a palavra para / Já, já não usa da palavra. Senhor_Deputado_Jorge_Ferreira faz favor, pede a palavra para..."

JF: "[...]"

AS: "[...] faz favor"

JF: "Muito_obrigado_Senhor Presidente, uma vez que não posso, *ah*, interpelar directamente nenhum dos Senhores_Deputados_do_Grupo_Parlamentar_do_PSD, e penso que isto é uma matéria regimental, que se tornou subitamente actual, gostaria através da Mesa de saber se porventura o Grupo_Parlamentar_do_PSD adiantou alguma justificação para a retirada da sua =propo <do seu projecto de resolução uma vez que o Grupo_Parlamentar_do_Partido_Popular é importante conhecer a eventual justificação que terá havido, ou não, nós não sabemos, e que gostaríamos de saber. E por essa razão, faço uma interpelação à Mesa em sentido próprio, no sentido de nos ajudar *aah*, talvez perguntando ao Grupo_Parlamentar_do_PSD quais as razões que estiveram na origem dessa decisão. Muito_obrigado."

AS: "Nada mais fácil de que se o senhor_secretário_da_mesa vai ler o requerimento."

SSM: "Senhor_Presidente _Senhores_Deputados, requerimento: Tendo em atenção o debate agendado para o dia 19 de Fevereiro, e as afirmações acabadas de produzir pelo Lìder_Parlamentar_do_PS sobre a questão do referendo, o PSD retira o seu projecto de resolução 38/VII, uma vez que apresentará depois das votações de hoje uma proposta **concreta** de data e calendário para a realização do referendo em caso de eventual aprovação -/- de algum dos projectos de lei hoje discutidos."

Assembleia: [...] (barulho geral)

AS: "Senhores _Deputados, façam silêncio fazem favor."

AS: "Senhor_Deputado_José_Mocho, vamos / [...] possível pede a palavra para para uma interpelação também, claro. Espero que seja, portanto, a <u>última coisa</u>" -/-
SSM: <u>[...]</u>
AS: "Excepcionalmente foi."
GS:"Senhor_Presidente, é uma questão exactamente de seriedade -/- <u>é uma questão exactamente de seriedade</u>."
BC: "<u>[...]</u>"
GS: "=Os Senho, =os Senhores, =os Senhores_Deputados, <os Senhores_Deputados manifestaram uma total indisponibilidade para que se fizesse um referendo **antes** desta votação..."
BPS: "(Mui)to bem!"
GS: ... "impuseram esta votação, o Partido_Social_Democrata que mantém o seu empenho no referendo =e que se man <e que se mantém fiel a esta palavra e ao eco da sociedade portuguesa é querer r pronuncia | -se / ø | sobre isto, apresentará um projecto de resolução que permita a a com com data concreta e que permita a consulta do Povo_Português relativamente ao projecto ou projectos que eventualmente sejam aprovados hoje na generalidade. **<u>Querem mais seriedade do que esta, querem mais [...] que esta?</u>** <u>Querem mais estabilidade aos princípios</u>"
BC: "<u>[...]</u>"
GS: "e ao eco do Povo_Português? **Não há em nenhuma outra bancada mais seriedade e mais coerência que esta**."
AS: "Senhor_Deputado, =quando estão em ca <quando está em causa o exercício de direitos não se colocam problemas de seriedade. Vamos então passar à votação do requerimento dos Senhores_Deputados que ao abrigo do Artigo 56 do Regimento pedem a votação nominal dos Projectos de Lei 451, 417 e 448. Fica portanto de fora deste requerimento o Projecto de Lei 453 dos Senhores_Deputados António Braga e Henrique Figueiredo. =Vamos <temos que votar este requerimento e é a primeira votação que vamos fazer, quem vota contra faz favor de se levantar / quem se abstém / o requerimento foi aprovado por unanimidade. (66) Vamos portanto proceder à votação nominal pela ordem do guião que foi distribuído. Começar pelo =projecto de (não) do projecto de resolução que foi retirado, mas da votação na generalidade do Projecto_de_Lei 417/7 originário do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez. Estão preparados para a votação? Vamos votar, quem vota contra *ah* é votação nominal, peço desculpa! O Senhor_Secretário _da_Mesa vai ler os nomes | e / ø | os Senhores_Deputados terão que dizer favor, contra ou sim ou não, como queiram. Mas é melhor talvez sim / não. Sim / não é capaz de ser mais fácil. Faz favor Senhor_Secretário_da_Mesa." (75) - (314)
AS: "[...] o resultado. Agradeço que façam silêncio. / O Projecto_de_Lei número 417/VII originário do PCP foi rejeitado por 107 votos sins, 110 votos não, 9 abstenções, votaram 226 Senhores_Deputados. / Vamos passar à votação do Projecto de Lei número =quarenta < 451 / VII originário" -/-
SSM: "448"
AS: "[...]"
SSM: "[...]"
AS: "[...] desapareceu."

SSM: “ “
Agora era o do PP. [...] E este é o último.”
AS: “Senhores_Deputados vamos votar o Projecto_de_Lei número 448/VII originário do CDS/PP, assim é que está certo, que altera o Decreto_Lei número 47 344/66, 25 de Novembro que aprova o **Código Civil**.”
SSM: “[...] de silêncio”
AS: “Senhores_Deputados a esta hora é impossível andarem a passear no hemiciclo. Fazem favor de se sentar. **Todos sentados!** Alterem os lugares e sem conversa fazem favor. (349) – (144B)
AS: “Depois desta votação, agradecia que fizessem silêncio / e os Senhores_Deputados que estão no corredor a fumar o cigarro agradecia que voltassem para dentro, vamos imediatamente continuar as votações. Número de votantes: 226, igual ao / =proposta <Projecto antecedente, 188 nãos, 14 sins, 24 abstenções, o Projecto foi rejeitado. / Como muitos Senhores_Deputados saíram da sala no fim da votação, agradeço que regressem / pa’ recomeçarmos a votar. / Senhores_Deputados agradeço que se apressem, porque depois de começarmos as votações ninguém mais poderá entrar na sala. / (166) Senhores_Deputados estar a entrar a prestações isso não é uma boa prática. Jáá há tempos vos pedi que não fizessem assim, **isto não é sistema**. Estão a fazer esperar os vossos colegas, e todos nós sem necessidade nenhuma. / Creio que estamos completos. Vamos, vamos dar início -/- ainda falta alguém? / A bancada do PC pede um minuto, sim senhor.”(188) Bom, vamos dar início à votação, depois, se for caso disso, faço uma segunda volta, como é habitual. Portanto, vamos / vamos ao Projecto_Lei, vamos votar o Projecto_Lei número 451/VII originário do PS, também sobre a exclusão da ilicitude de casos de interrupção voluntária da gravidez. 451/VII, estamos identificados e vai o Senhor_Secretário_da_Mesa começar, recomeçar a votação. Faça favor Senhor_Secretário.” (197) - (268)
AS: Peço silêncio, fazem favor de se sentar que ainda temos mais votações a fazer, mais uma pelo menos. O mesmo número de votantes, 226, 116 sins, 107 nãos , 3 abstenções, o Projecto foi aprovado. / **As galerias não podem manifestar-se. Peço desculpa, mas é a regra da casa. As galerias não podem manifestar-se.** Tenham paciência! Nem a favor, nem contra. / Senhor_Deputado faz favor” /
SSM: “[..] a votação.”
AS: “Eu sei. Pede a palavra para...”
SR: “[...] para dizer **que** conjuntamente com os Deputados Alberto Martins, José Medeiros Ferreira, Eduardo Pereira, Elisa Damião, Marques Júnior, Teixeira Dias e Fernando Pereira Marques apresentarei uma” /
AS: “Declaração [...] Obrigado.”
SR:
“[...] com este Projecto” -/-
AS: “Fica registado. Faz favor Senhor_Deputado Francisco Guterres, a mesma coisa, não?”
FG: “Senhor_Presidente, a mesma coisa. Apresentarei [...]”
AS: “Obrigado!
Sim senhor. Senhor_Deputado Alberto Vieira Dias, faz favor, a mesma história, não é?”

AS: " Sim senhor, é um direito. Não precisam anunciar, basta entregar. =Vamos vo <vamos votar, mas por por, não não nominalmente, o Projecto_Lei 453/VII originários dos Senhores_Deputados António Braga | e / ø | Eurico de Figueiredo. Não foi requerida a votação nominal, vamos votar por Grupos_Parlamentares. Quem vota contra, faz favor de se levantar. Podem sentar-se Senhores_Deputados. Quem se abstém. Podem sentar-se, Senhores_Deputados. Quem vota a favor, já agora. Podem sentar-se Senhores_Deputados. O Projecto foi rejeitado por larga maioria. (292) [...] rejeitam faz favor. Tem que ligar a luz, tem que acender a luz. *Ah* também é [...] declaração de voto, muito bem. Senhor_Deputado [...] Ribeiro também é mesma declaração de voto. Tem que acender a luz."

SR: " "*Perdi para declarar que os mesmos Deputados[...]"

AS: "[...] declaração de voto. Senhores_Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos, uma boa noite para todos que bem o merecem e até amanhã às (quinze horas)."(299)

Discursos proferidos no dia 11 de Fevereiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 12 de Fevereiro de 1998

AS: "[...] tem a palavra o Senhor_Deputado Jorge_Ferreira." (312)

JF: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, a política portuguesa nos últimos tempos está difícil de entender para cidadãos que não se interessam por tricas e mexericos. O que aconteceu nos últimos dias parece mostrar que a palavra de alguns políticos já não é o que era e que como no futebol também à política passou a aplicar-se a célebre frase que o que é mentira hoje pode ser verdade amanhã. Nos últimos dias aconteceram três casos paradigmáticos do que acabo de referir. O primeiro tem a ver com as sucessivas cambalhotas políticas do Partido_Socialista sobre o aborto e o referendo ao aborto. O Partido_Socialista prometeu ao País nas eleições_legislativas de 1995 que na presente legislatura não alteraria a Lei_do_aborto. O Partido_Socialista acabou de promover a alteração da Lei_do_aborto. Há uma ano o Partido_Socialista era contra a despenalização total do aborto até às primeiras dez semanas de gravidez, este ano o Partido_Socialista passou a ser a favor da despenalização total do aborto até às dez semanas de gravidez. A maioria dos Deputados do Partido_Socialista *conseguiram até este feito extraordinário que foi votar em simultâneo pela despenalização total do aborto até às dez semanas de gravidez e até às doze semanas de gravidez. / O Partido_Socialista o ano passado quando perdeu a votação, a ideia da despenalização total do aborto até ás doze semanas defendia o referendo sobre essa matéria caso viesse a ser aprovada uma **Lei** na Assembleia_da_República. Este ano, quando se propõe discutir **de novo** aquilo que havia chumbado o ano passado, o Partido_Socialista **já não queria o referendo mesmo** que viesse ser aprovada uma lei nesse sentido no Parlamento. Um dia depois, nem vinte e quatro horas depois, o Líder_Parlamentar_do_Partido_Socialista, que na véspera dizia que não admitia o referendo sobre uma Lei que alterasse as condições da interrupção voluntária da gravidez, passou a admitir esse referendo e / passou a admiti-lo de uma forma particularmente grave. Não mudou de opinião sobre o referendo, não disse que estava enganado sobre o referendo, passou a admitir o referendo sobre o aborto, desde que fosse **celebrado um negócio político entre o PS e o PSD** sobre assuntos tão semelhantes à interrupção voluntária da gravidez como a composição do Tribunal_Constitucional, como a composição do Conselho de Fiscalização do SIS e eventualmente alguma outra condição que até à data do negócio algum Deputado_Socialista contestatário venha ainda a julgar oportuno incluir no pacote negocial. =A segunda <o segundo sintoma de que a vida política portuguesa está muito doente de facto tem precisamente a ver com esta confusão entre valores / convicções e política que o Partido_Socialista tem dado em triste espectáculo ao País nos últimos tempos. Para todos os portugueses ficou claro a partir do momento em que o PS passou a admitir a possibilidade de referendar a Lei que aqui foi votada favoravelmente a semana passada relativa à interrupção voluntária da gravidez, à composição do Tribunal_Constitucional, ficou claro **para todos os portugueses** que os juízes a eleger futuramente para o Tribunal_Constitucional e que vão ter necessariamente que resultar de mais um acordo entre o PS e o PSD vão condicionados por posições prévias dos partidos que os vão propor mais a mais como parece ir ser o caso em lista fechada como propõe o PSD. A imagem que o País desejava ter do Tribunal_Constitucional era a de um órgão **acima** dos partidos, **acima** das maioria conjunturais e **não condicionado** por posições dos dois principais partidos que pudessem estar na origem da escolha dos futuros juízes do Tribunal_Constitucional. É muito grave do ponto de vista da imagem do

Tribunal_Constitucional perante o País e é ainda mais grave quando o Tribunal_Constitucional tiver eventualmente que apurar da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade das propostas de referendo se elas vierem a ser feitas, do tipo de perguntas que vier a ser feito nesses referendos, =não se f... <não se podendo furtar já nessa ocasião ao pecado original que esteve na base da sua eleição por acordo prévio entre o PS e o PSD. Não é **este** o tipo de Tribunal_Constitucional que o País precisa, não é este seguramente o modelo pr'ó Partido Popular que deve estar na origem e na composição do Tribunal_Constitucional =a que <**de quem o País espera independência e liberdade d' apreciação da constitucionalidade** dos actos dos órgãos políticos. É pois -/- é pois negativo para o funcionamento e para a imagem das nossas instituições o tipo de comportamento que o Grupo_Parlamentar_do_PS quando admitiu a eventualidade de aceitar o referendo sobre o aborto colou ao Tribunal_Constitucional. Em terceiro lugar, em terceiro lugar a confusão e as cambalhotas políticas não ficam infelizmente por aqui. O PSD sempre defendeu que o referendo simultâneo era inconstitucional, sempre defendeu que o referendo sobre a Europa e outro sobre a regionalização eram inconstitucionais. Recordo uma entrevista do Líder_do_PSD precisamente ao "Diário de Notícias" em que se dizia cooom imensa clareza quee a Constituição não permite que se realizem dois referendos sobre matérias diferentes no mesmo dia e que o PS sabe isso, porque propõe nas reuniões com o PSD para o Acordo_de_Revisão_Constitucional que se juntassem esses referendos **e o PSD não concordou**. Achou que se devia manter o actual regime, porque isso era juntar matérias muitos diferentes, podendo subverter resultados numa e noutra questão, contaminar a decisão europeia com as divisões sobre a Regionalização ou contaminar a Regionalização com questões europeias. O Líder_do_PSD perdeu o medo da contaminação e também numa cambalhota política surpreendente passou a achar constitucional e possível o que ainda a semana passada achava inconstitucional e impossível. Para não dizer que, para o PSD estas brincadeiras dos calendários com que o PSD tem tratado as questões relevantes e sérias dos eventuais referendos a realizar em Portugal, faz lembrar a maneiras como as agendas tratam os feriados móveis, não interessa referendo sobre o quê, não interessa se constitucional ou inconstitucional, não interessa o dia em que ele se venha a realizar, o que é preciso é agitar e trazer sempre o calendário de bolso para sempre que for necessário produzir mais uma notícia sobre alterações de calendário. Não é esta a nossa visão do Instituto_do_Referendo nem da necessidade de se referendar algumas matérias sobre as quais há muitos anos nós defendemos que devem ser referendadas. O PSD defendia que devia haver o referendo sobre o aborto mesmo antes de haver uma aprovação da Lei, bastou uma intervenção do seu Líder_Parlamentar para desaparecer a necessidade desse referendo prévio e ser retirado o Projecto_de_Resolução que a sustentava. Ainda hoje nós ouvimos outra proposta de negociata: o PS a sugerir ao PSD que desagende o pedido de referendo de dia 19 e supostamente (447) o PS a abdicar de levar a votação final global a Lei sobre a interrupção voluntária da gravidez que o Parlamento aprovou na generalidade a semana passada. Meus Senhores, triste demais para ser verdade **isto** não é a política que nos interessa, nem a que interessa ao país. O PS e o PSD estão a fazer da política portuguesa uma mera colecção de calendários. Evidentemente que para o PS e o PSD, a ruína do sistema de saúde, o aumento do tráfego e do consumo de droga, os problemas do sistema de ensino com pouca qualidade e cada vez com menos disciplina não passarão de questões secundárias e acessórias. Sucede para o Partido_Popular são estas e outras as questões principais e apesar da tentação

continuarão a ser. |(Digo)| ". (425)
|(Dito)|

AS: "[...]rarão os próprios esclarecimentos ao Senhor_Deputado Jorge Ferreira, à Senhora_Deputada Helena Roseta e o Senhor_Deputado Marques Guedes, mas antes de lhes dar a palavra informo que temos connosco um grupo de cinquenta e oito alunos da Escola Secundária Nuno Álvares, de Castelo Branco, um grupo de trinta e dois alunos da Escola Profissional Beira -Vieira de Mortágua e um grupo de setenta alunos da Escola Secundária de S. João da Talha. *Testemunhemo-lhe o apreço por os termos connosco. / Palavra para formular o seu pedido de esclarecimento à Senhora_Deputada Helena Roseta." (438)

HR: "M(ui)t' Obrigado Senhor_Presidente. Queria dizer aqui ao Senhor_Deputado Jorge Ferreira que ninguém mais do que as deputadas do Partido_Socialista está preocupado com a aparente eclipsagem da questão substancial da interrupção voluntária da gravidez por uma série de matérias que parecem nada ter a ver com a questão de fundo. Ninguém mais do que nós exige e exigimos ontem nos órgãos próprios do nosso partido que a matéria seja reconduzida à sua substância e que não se veja enredada perante as questões que naturalmente também têm muito peso político, mas têm que ser tratadas cada qual de sua vez. Isto por uma questão de respeito pela dignidade das mulheres e já agora também por uma questão de respeito pela legitimidade democrática desta Assembleia_da_República. Agora há um ponto em que o Senhor_Deputado está equivocado. O Senhor_Deputado invoca o programa_eleitoral do Partido_Socialista para dizer que não compromissos do Partido_Socialista no sentido de alterar a legislação =sobre a Lei involuntária *aah* <sobre a interrupção voluntária da gravidez e também já foi aqui citado um documento, presumo que uma entrevista ou uma declaração, de um dirigente do PS no mesmo sentido. **Isso é ignorar a História Senhor_Deputado**. É evidente que no programa_eleitoral esse assunto não consta, mas isso não significa que nos quatro anos de legislatura os deputados do Partido_Socialista estejam absolutamente confinados a fazer **apenas** aquilo que consta do programa_eleitoral, **porque há uma História e há uma memória**. A pergunta que eu lhe quero fazer é esta: é verdade, ou não é, que foi com a iniciativa do Partido_Socilaista e com o voto do Grupo_Parlamentar_Socialista que em 1984 foi introduzida na Lei portuguesa a primeira despenalização em matérias relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez? Segunda pergunta: é verdade, ou não é, isto talvez o Senhor_Deputado não saiba, mas eu posso confirmar, que esta matéria constava do programa do Partido_Socialista desde praticamente o início e foi aprovada em congresso p'lo Partido_Socialista? Terceira pergunta: é verdade, ou não é, que sem a vontade política do Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista esta matéria não teria sido trazida **novamente** à colação para ser votada por esta Assembleia_da_República? O Senhor_Deputado pode ter incompreensão, **e nós também a temos**, por matérias que são atiradas para cima d'esta e que a ultrapassam. Mas não pode ignorar que em matéria de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, há uma coerência história e sistemática do Partido_Socialista e a nossa posição nesta sessão legislativa mais não fez do que dar continuidade a essa coerência. A segunda pergunta que eu lhe queria fazer era esta: em relação à questão do referendo, os problemas suscitados pelo Partido_Socialista relativamente ao Tribunal_Constitucional não são despiciendos, eu compreendo a vossa preocupação, mas devemos manifestar **todos** a nossa preocupação por termos um Tribunal_Constitucional onde há quase três anos alguns lugares estavam preenchido(s) e o mandato dos juízes já foi esgotado, por termos um

Tribunal_Constitucional pe... cuja orgânica não foi ainda aprovada e por termos um Tribunal_Constitucional que tem funções important**tíssimas** no funcionamento do sistema democrático e designadamente na realização do referendo porque terá sempre que fazer a fiscalização prévia da sua constitucionalidade seja qual for a pergunta e assistimos a uma circunstância em que toda a gente fala em referendos, todas as sondagens apontam para que os portugueses querem os referendos -/-"
AS: "
Agradeço que [...]
HR:
"e nós não temos sequer –termino já Senhor_Presidente- e nós não temos tido sequer a clareza e a frontalidade de dizer que com a actual composição do Tribunal_Constitucional não é possível fazer referendo nenhum, **portanto estamos aqui a elaborar num (erro) ou num logro ou, numa frustração, no que quiserem**. É por esta precisa questão que nós propomos que o problema do referendo dependa =do co... <da clarificação do que se passa no Tribunal_Constitucional. Entende o Senhor_Deputado que nisto há alguma má fé?" (506)
BPS: "Muito bem! Muito bem!"
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Jorge_Ferreira para responder"
JF: "Muito_Obrigado Senhor_Presidente. Senhor'_Deputada Helena Roseta, eu começaria justamente pelo fim para lhe dizer o seguinte: o problema do Tribunal_Constitucional é muito sério e muito grave. O problema é que **há dois anos** que o PS e o PSD **não se entendem sobre a sua solução** e portanto Vossa Excelência nesta matéria tem muito, terá mais uma vez, de criticar o seu Grupo_Parlamentar e não a mim por ter levantado o problema. O que Vossa Excelência com certeza concordará comigo é que é de todo inadequado e desajustado fazer uma ligação entre o problema da aceitação do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez e a solução no negócio para a lista dos juízes do Tribunal_Constitucional e o problema do Tribunal_Constitucional tem que ser resolvido, mas ele é tão sério como Vossa Excelência diz que é, e é, não se compreende porque é que o Partido_Socialista demorou **tanto tempo** a tomar uma posição firme sobre a solução desse problema. É no mínimo suspeito e justamente quando se fala da possibilidade de se vir a fazer um referendo sobre o aborto é que Vossa Excelência se lembra que o problema é grave, e é de facto grave, aí estamos de acordo, o problema é que tem havido uma certa irresponsabilidade da maneira como ambos os Grupos_Parlamentares do PS e do PSD têm deixado arrastar este problema de uma forma calculista para tentarem preservar *eeh* eventuais maiorias de opinião no Tribunal_Constitucional. Isso é que é grave, e deste jogo, quer o PS, quer o PSD, são cúmplices. Senhora_Deputada, eu não sei se Vossa Excelência é das deputadas quee defende quee o Líder_do_Partido_Socialista deve estar calado sobre esta matéria, não sei, mas sempre lhe quero dizer o seguinte, sempre lhe quero dizer o seguinte: é verdade, como Vossa Excelência disse, que o Partido_Socialista tem essa História, essa memória e essas posições relativamente à questão da interrupção voluntária da gravidez, é verdade, mas Vossa Excelência omitiu um facto importante, é que sempre que o Partido_Socialista verbalizou essas posições em eleições_legislativas, perdeu-as. Justamente em 1995, quando nada disse em defesa da alteração da Lei, ganhou-as, ou seja, Vossa Excelência anda trocada com o destino do seu partido, quando as suas posições pessoais constam expressamente das promessas, o partido perde as eleições, quando as suas posições pessoais **não constam** das promessas, o seu partido ganha-as. Francamente, nesta matéria

Senhora_Deputada, com toda a simpatia que tenho por si, o que vale é o que ficou no programa e não o que Vossa Excelência gostaria que ficasse." (561)
BPS: "Muito bem!"
AS: "=A fo... <Para formular o seu pedido de esclarecimento, a palavra ao Senhor_Deputado Marques Guedes."
MG: "[...] camaradas do Partido_Socialista" -/-
BC: "[...]"
MG: "e devo dizer que não vou comentar, devo dizer que não vou comentar, porque nessa matéria =prefiro-me con... <prefiro congratular-me com o resultado do que estar a criticar e analisar as causas, devo dizer sobre esta matéria até que não seria elegante da minha parte estar a criticar o Partido_Socialista. Quanto à questão que o Senhor_Deputado dirigiu directamente à minha bancada e que tem que ver com o problema da simultaneidade, eu queria *ah* esclarecer ao Senhor_Deputado o seguinte, embora me pareça que o Senhor_Deputado bem o sabe, o Partido, o Partido_Social_Democrata cedeu na matéria da simultaneidade, mas não cedeu convicção absolutamente nenhuma e a prova disso é que o Partido_Social_Democrata mantém, e o Senhor_Deputado sabe-o bem, e eu reafirmo aqui com toda a clareza, mantém *ah* a leitura de que a simultaneidade dos dois referendos, sobre a Europa e sobre a Regionalização, levanta problemas de constitucionalidade, não é a solução desejável, que fique claríssimo! Quer dizer, o PSD sempre o disse e mantém, como é evidente, agora o PSD o que tem, e o Senhor_Deputado também o sabe, é a possibilidade constitucional por força da representatividade que tem nesta Câmara, tem a possibilidade de superar este tipo de problemas através do seu voto. De resto, =não fo... <não somos só nós que pensamos que o problema da simultaneidade é um problema constitucional evidente, todas as outras bancadas também o pensam, e a prova disso é que o =[...] <o Partido_Socialista nomeadamente que a defendia, pelo simples facto d'o PSD ter dito que não concordava com ela, porque ela levantava problemas de constitucionalidade, imediatamente acabou, na prática, por deixar cair essa sua ideia sob pena de, de facto, ir esbarrar com problemas de constitucionalidade. Portanto, o que se passa, com toda a clareza, e o Líder_do_PSD deixou muito claro, é que o PSD cedeu politicamente em nome de um bem maior, bem maior em que penso que o Senhor_Deputado me acompanha, que foi evitar esta teimosia do Partido_Socialista e este alibi em que o Partido_Socialista se queria fundamentar para evitar que uma alteração à Lei da interrupção voluntária da gravidez passasse por uma consulta e uma decisão dos portugueses. Esse é um bem maior e penso que o Senhor_Deputado me acompanha, e foi em nome desse bem maior que o PSD decidiu ceder relativamente a esta matéria da simultaneidade e cá estaremos, se for entendimento do Tribunal_Constitucional que há de facto problemas de constitucionalidade, como nós pensamos que continua ' haver sobre esta simultaneidade, cá estaremos para com o nosso voto, como a Constituição o prevê, poder permitir a superação desse *aaaah* desse problema e desse obstáculo."(23)
BPS: "Muito bem! Muito bem! Muito bem!"
AS: "Ao Senhor_Deputado Jorge_Ferreira para responder." (24)
JF: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Luís Marques Guedes, ouvi o seu raciocínio com atenção, ele é, como de costume *ah* bem montado, mas assenta num sofisma, porque Vossa Excelência bem sabe, o bem maior que todos estamos de acordo que é

o fazer-se o referendo sobre o aborto, já hoje podia ser alcançado, porque, como sabe, nos termos da Constituição esperamos que da futura lei orgânica do referendo, que tem que regulamentar essa matéria, os cidadãos já podem desencadear o processo junto do Parlamento de pedir um referendo sobre as matérias que bem entendem e, portanto, é um sofisma **total** Vossa Excelência querer justificar **mais uma** cambalhota do Líder do seu partido relativamente =às suas <**ou que eram** as suas convicções, agora já não são, com esse sofisma. O bem maior, **que é um bem maior indiscutível** e com o qual nós todos temos que nos =cong... <congratular e nem sequer, nem sequer permitir *ah* que o Partido_Socialista lhe passe pela cabeça que pode voltar atrás outra vez e dar outra cambalhota, estamos de acordo, mas bem maior não exigia a vossa cambalhota, **é isso que eu quero significar, não exigia a vossa cambalhota**, a vossa cambalhota política ocorre porque Vossas Excelências estão também interessados na negociata política do Tribunal_Constitucional, essa é que é a verdade, porque se o referendo da Europa contamina o referendo da Regionalização, e o referendo da Regionalização contamina o referendo europeu, Vossas Excelências passam a ser os contaminadores. Disse!" (38)

AS: "P'a proferir a sua declaração política, a palavra ao Senhor_Deputado Octávio_Teixeira."

OT: "Senhor_ Presidente, Senhores_Deputados, na vida das organizações e das instituições, tal como na de cada um de nós, exige-se um comportamento ético, seriedade e de respeito por princípios e valores, e essas exigências acrescem, no exercício da actividade política, no exercício de uma actividade que é suposto ser desenvolvida em nome e ao serviço dos nossos concidadãos que por isso e para isso nos elegeram. É tudo isto que está ausente na reviravolta incompreensível, na indesculpável cambalhota política do Partido_Socialista quanto à questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. / É indiferente que a responsabilidade desta condenável alteração do procedimento do PS seja atribuível ao seu Secretário_Geral e Primeiro_Ministro, à direcção da sua Bancada_Parlamentar, ou aos jovens grupos do Governo. A responsabilidade deste indigno comportamento é do Partido_Socialista, não dos seus militantes anónimos, mas de todos aqueles que em seu nome exercem funções políticas e que por acção ou omissão decidiram ou aceitam tal comportamento. Temos para nós que em política nem tudo é negociável, que em política os fins não justificam todos os meios, mas p'los vistos há quem se empenhe em querer demonstrar o contrário, e esta não é definitivamente uma questão menor na grande diferença que existe entre o PCP e outros partidos, no caso o PS, mas também o PSD, na forma de encarar e exercer a actividade política. Houve quem tenha querido acusar-nos de ingenuidade, ou de resignação por não termos exigido ao Partido_Socialista a garantia de aprovação na generalidade do nosso Projecto_Lei sobre a interrupção voluntária da gravidez como moeda de troca para garantirmos a aprovação do projecto do Partido_Socialista. Incapazes de compreenderem que o PCP se possa reger, acima de tudo, por valores e por um profundo respeito p'a dignidade das mulheres portuguesas. Em flagrante contraste com a atitude assumida por PS e PSD que jogam e negoceiam com um dos maiores dramas que afectam a mulher, o drama de terem de realizar o aborto clandestinamente, como criminosas que têm de (suportar) à Justiça e na maior parte dos casos sem quaisquer garantias de higiene e segurança. É ética e politicamente condenável que o PSD e o seu presidente façam a proposta de negociata que =fize... <que fizeram não por razões filosóficas ou religiosas, mas por mesquinhos cálculos politiqueiros, e de pertença afirmação partidária. E é revoltante que o

Partido_Socialista lhe acene com a sua concordância de imediato, tão de imediato que legitima a ideia de algo premeditado ou pré-acordado. O que pomos em causa e contestamos não é naturalmente a legi'midade do Partido_Socialista ou do PSD puderem optar, em consciência e por convicção, por um referendo para decidir sobre a *despenilização da interrupção voluntária da gravidez, o que está em causa, o que é indesculpável são a forma e as razões porque o PS e o PSD pretendem ou aparentam pretender impor esse referendo. A verdade é que a seguir à rejeição em (Fevereiro) do ano passado dos Projectos_Lei do PCP e do PS, nunca o Partido_Socialista ou o PSD reclamaram um referendo sobre a matéria, isto é, nunca levantaram a hipótese de ser necessário testar essa decisão através de uma consulta popular. E toda a gente sabe que se a Assembleia_da_República tivesse novamente rejeitado o Projecto do Partido_Socialista nem o PSD estaria a reclamar o referendo, nem o PS estaria a aceitá-lo com ou sem negócios associados. É grave o significado e detestáveis as concepções que esta duplicidade de critérios e atitudes revela, por trás dela o que se esconde é a ideia de que a actual criminalização da mulher e penalização do aborto corresponderiam a uma ordem natural das coisas e a um dado de civilização. De tal forma, que só para a sua anulação é que careceria de se ouvir o Povo, mas já a manutenção dessa alegada ordem natural não exigiria uma consulta popular. Recordando tudo quanto alguns Deputados do Partido_Socialista aqui disseram no passado dia 4, justifica-se que deixe às suas consciências a pergunta sobre se afinal, e renegando o que então disseram, também partilham a ideia de que a criminalização e a penalização constantes actualmente no Código Penal são a ordem natural das coisas, ou se, por contrário, são a injusta ordem jurídica da hipocrisia e da insensibilidade social para o flagelo do aborto clandestino. É indesculpável a autêntica farsa de que se reveste o facto de menos de vinte e quatro horas após a aprovação do Projecto_de_Lei do Partido_Socialista , quando's aplausos dos Deputados socialistas ainda ecoavam no hemiciclo, o PS ter dado o dito p'lo não dito, lançando o descrédito sobre o Grupo_Parlamentar_Socialista, sem dúvida, mas pondo ainda em causa as próprias decisões e a legitimidade da Assembleia_da_República. Após os inflamados discursos de deputados socialistas fundamentando as razões que justificam plenamente a não realização de um referendo sobre as alterações da Lei_do_Aborto e a exigência de ser a Assembleia_da_República a eliminar uma inaceitável intromissão da Lei Penal no domínio da consciência individual da mulher, o que é chocante é que o Partido_Socialista venha agora a juntar-se àqueles que protestando posições referendárias, de facto, apenas querem manter o actual estado de coisas e impedir que algo se faça para a resolução séria do problema do aborto clandestino. É lamentável, mas politicamente significativo que o partido_Socialista a pretexto de um desafio do PSD corra a aliar-se à direita para congelar inevitável e indefinidamente a solução que no dia quatro tinha sido conseguida à esquerda. Mais do que isso, para garantir a efectiva paralisia do processo legislativo e ir prometendo que se vai fazer. O que não se sabe **é quando** como ontem deixou claro o Ministro_Jorge_Coelho admitindo aquilo que sempre se soube, que o referendo não é possível ser realizado no próximo mês de Junho. Cabe perguntar, aliás, por vontade do PS e do PSD, alguma vez o será? Ou melhor, não iremos a seguir assistir, não estaremos já a assistir aos próximos capítulos desta tragi-comédia com o PS e o PSD irmanados na vontade de não fazerem qualquer =re <referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, mas cada um tentando responsabilizar o outro pela sua não legalização. Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, não nos restam dúvidas que a questão mais grave de todo este entendimento entre o PS e o PSD reside na utilização da

dignidade e do sofrimento da mulher como moeda de troca de um negócio politiqueiro. Mas não podemos deixar de igualmente criticar devidamente a inclusão neste pacote negocial da dignidade institucional do Tribunal_Constitucional e o colocar em causa a própria =cred <credibilidade da sua independência. Identicamente, verberamos a intromissão política e institucionalmente inaceitável que o PS e o PSD fazem no terreno dos poderes exclusivos do Presidente_da_República, quando sem pudor negoceiam quais os referendos a realizar, as respectivas datas e a junção ou não de mais que um referendo no mesmo dia. E a este respeito não podemos deixar de manifestar a nossa estranheza e incompreensão porque perante esta situação totalmente abusiva, o Senhor_Presidente_da_República não se ter ainda pronunciado delimitando de forma clara e categórica a sua indelegável e exclusiva competência nesta matéria. /

Pela parte do PCP, Senhores_Deputados, podem estar certos que continuaremos a orientar-nos por convicções, por princípios e por valores. Nunca alienaremos este património de seriedade e de responsabilidade na voragem de uma qualquer negócio. Disse!" (136)

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Acácio Barreiros para um pedido de esclarecimento."

AB: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado Octávio Teixeira, deixe-me começar por repudiar com toda a firmeza aquilo que eu tomo por um excesso de linguagem da sua parte, 'acusação de que o PS pretende jogar com o sofrimento de mulheres nesta matéria. Essa acusação **não faz sentido nenhum, Senhor_Deputado, / em relação a um partido que fez aqui aprovar uma Lei, com os votos de Vossas Excelências também, mas fez aqui aprovar uma Lei, que a apresentou** e que há doze anos atrás fez a primeira aprovação aqui, também com os vossos votos, é preciso dizer, da Lei actualmente em vigor que já introduziu uma despenalização significativa desta matéria. Mas também dizer-lhe, Senhor_Deputado, que há que assumir aqui uma coisa com toda a clareza, que o Senhor_Deputado não descobriu seguramente hoje, é da História política portuguesa, todos sabemos isso, há uma divergência entre o PCP e o Partido_Socialista em matéria de referendo no que se refere à questão da interrupção voluntária da gravidez, há essa referência, há essa divergência, **não é a única** divergência, infelizmente, digo eu, entre o PS e o PCP, mas há essa divergência, e o PS não modificou **em nada** as suas posições. O PS teve oportunidade de dizer, e disse-o aqui no próprio debate que tanto consideramos que esta decisão pode ser legitimada aqui na Assembleia ou através do referendo, mais, quee **estávamos abertos à realização de um referendo, só não estávamos disponíveis**, isso foi sempre muito claro, foi sempre publicamente afirmado, só não estávamos disponíveis para acrescentar mais uma consulta popular àquelas duas consultas que já estavam previstas para este ano. Foi isso que o PS sempre disse, tendo até proposto que se se aceitasse aa realização simultânea, consulta simultânea no me'mo referendo, a realização de vários referendos no mesmo dia, o PS estava disponível para dar o seu apoio, portanto o PS não mudou de nenhuma posição. Não fomos nós que mudámos de posição, mas a partir do momento em quee o PSD diz que aceita ' realização, ao contrário do que sempre tinha dito, que aceita a realização simultânea do referendo, nós entendemos que há condições, veremos se há, mas há condições, para a realização desse referendo. Aliás, já tínhamos oportunidade d' o dizer o ano passado, que mesmo após a aprovação na generalidade, o PS estava disponível para a realização desse referendo. Quanto às outras acusações, Senhor_Deputado, as acusações das *eh* negociatas, Senhor_Deputado, o PS tem perfeita consciência de que desempenha na

Democracia_portuguesa um papel de estabilidade e que procura encontrar os acordos e os entendimentos , sendo certo também que a nossa sina =que o <que somos sempre acusados por outros que estamos a fazer negociatas. Ainda recentemente, usando aliás muitas das palavras que o Senhor usou, (seríamos) acusações do PP, do PSD, quando votámos a Lei das Regiões tínhamos feito uma negociata c'o PCP. **Nós é que procuramos entendimentos como factor de estabilidade em Democracia para conseguir as grandes reformas da sociedade Portuguesa"** -/-(178)

AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado"

AB: "e só para terminar, Senhor_Deputado, eu espero talvez, acredito que seja possível realizar esses referendos, e estou seguro quee estarei com o Senhor_Deputado na campanha pelo Sim nesta matéria, como estarei, Senhor_Deputado, na campanha pelo Sim, que é outro compromisso do PS, para a Regionalização, só é pena não poder contar consigo, muito provavelmente, na campanha pelo Sim p'á questão europeia e essa sim é uma divergência bem séria que mantemos com o Partido_Comunista." (184)

BPS: "Muito bem! Muito bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Octávio_Teixeira para responder." (185)

OT: "Obrigado Senhor_Presidente, Senhor_Deputado Acácio Barreiro, o Senhor_Deputado e o Partido_Socialista não podem ficar ofendidos por nós dizermos que o PS pretende jogar com uma questão =relativo <uma questão de fundo relativo às mulheres, **porque está a jogar, é público, é notório, toda a gente o sabe. Vocês colocaram a questão da interrupção voluntária da gravidez como moeda de troca para outras coisas, é verdade, ainda ontem à noite aumentaram mais contrapartidas**, está aqui a grande contrapartida, é um jogo, isso e indesmentível. Senhor_Deputado, pode haver, eu acredito =e di <e sinceramente digo, pode haver deputados do Partido_Socialista que se sintam mal com isto, **mas a situação real é esta**, o PS está a fazê-lo, e isso é que é lamentável, e isso é que é inaceitável, e isso é que não pode ser aceite, porque =aquilo que estamos a fazer Senhor_Depu <ou que estão a fazer Senhor_Deputado, eu disse-o, e vou repetir, a palavra pode ser forte, pode parecer forte, mas o que nós =*ássistimos o que <aquilo a que nós assistimos por parte do Partido_Socicia *ah* Socialista nesta matéria é uma farsa,"

BPC: "Muito bem!"

OT: "Senhores_Deputados houve aqui uma votação no dia quatro / uma votação em que houve a aprovação do Projecto_de_Lei **do Partido_Socialista**, p'la grande maioria dos deputados do PS e também pelos deputados da minha bancada e os deputados do Partido_Ecologista_Os_Verdes. E... No dia cinco, ainda não tinham sido passadas vinte e quatro horas, os senhores voltaram completamente atrás, porque voltaram completamente atrás não apenas em termos da questão da votação, em termos da argumentação, da defesa de não colocação a referendo da interrupção voluntária da gravidez. Foi aqui afirmado no dia quatro por vários Senhores_Deputados. Não interessa agora nomeá-los, mas apenas gostaria de recordar a última intervenção no debate por parte do Partido_Socialista, foi uma intervenção exclusivamente para justificar as razões, as razões de fundo que o Partido_Socialista encontrava para não sujeitar a referendo =a in <a Lei da interrupção voluntária da gravidez. Isso é um facto indesmentível, foi ouvido, está escrito e está transcrito nas actas. Senhor_Deputado Acácio Barreiros, a última questão, o Senhor_Deputado diz que

está **esperançado** de que esse referendo se venha a realizar. *Oh* Senhor_Deputado Acácio Barreiros, o Senhor_Deputado **faz parte da Direcção_do_Grupo_Parlamentar**, com toda a sinceridade, eu admito que nem todos os Senhores_Deputados do Partido_Socialista conheçam os mecanismos, os passos que é preciso dar ara poder chegar à realização d'um referendo, mas o Senhor_Deputado, como **membro da Direcção_do_Partido_Socialista**, necessariamente tem a obrigação de o conhecer. E basta contar dia-a-dia, passo-a-passo que é preciso dar, e se for necessário o PSD esclarecer-nos-á **muito bem sobre isso**, porque estão **claramente conscientes** disso desde o início, que não há possibilidade nenhuma de vir a fazer nenhum referendo até ao fim do mês de Junho de 1998. Mais, Senhor_Deputado Acácio Barreiros, tenho as maiores dúvidas neste momento, devido ao comportamento que tem vindo a ser seguido pelo Partido_Socialista nesta matéria, se será possível, ainda este ano, fazer **um** qualquer referendo em Portugal. Muito_obrigado, Senhor_Presidente!" (197)

BPCP: "Muito bem! Muito bem!"

AS: "Palavra para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado Carlos_Encarnação."

CE: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, eu sinto hoje aqui uma inquietação muito grande em muitas das bancadas deste hemiciclo e sinto **numa bancada** deste hemiciclo um grande contentamento, é na minha bancada."

BPSD: "Muito_ bem! Muito_bem!"

CE: "Na bancada do PCP é natural que Vossas_Excelências não sintam um grande contentamento. Vossas_Excelências **nunca quiseram** o referendo sobre a alteração à Lei_do_Aborto. Mas, e lembro Vossa_Excelência, que ainda há três semanas eu defendi aqui a realização do referendo à alteração à Lei_do_Aborto, no preciso dia em que por exemplo o Partido_Socialista anunciava a sua recusa. Ainda há uma semana neste Parlamento toda a gente pensava que depois da aprovação de uma determinada Lei na generalidade que o referendo se não realizava porque o Partido_Socialistadizia que não. E nesta altura estamos todos conscientes, e o Senhor também, que o referendo se vai realizar **porque o País assim o quis**." -/- (217)

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"

CE: "Há uma vontade que Vossa_Execelência **não pode matar**, é a vontade do **Povo_Português e da sua consciência (em sua) vida**, e é essa vontade que vai fazer com que o referendo se faça."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

CE: "Eu não tenho Senhor_Deputado, não tenho nenhuma culpa que para determinados acordos que são previstos na Constituição, seja exigido dois terços dos votos dos Deputados nesta Assembleia, e que Vossa_Excelência, infelizmente, não conte para isso. Aquilo que Vossa_Execelência, **e outros**, falam de negócios devem reduzir ao termo acordos e acordos previstos na Constituição, e devo-lhe dizer a esse respeito para sossegar todos, não há aqui nenhum volte de face, não há aqui nenhuma cambalhota, **o que há é um acordo em relação ao Tribunal_Constitucional que foi celebrado em Março de 1997 quanto à sua composição e que tem de ser honrado**." (231)

BPSD: "Muito_ bem!"

CE: "O que há é **aqui** um acordo que tem de ser celebrado também em relação à Lei_orgânica do Tribunal_Consituicional, e em relação a essa, ela também já deu entrada há uma semana na Mesa da Assembleia da República. Não há aqui nada de novo, Senhor_Deputado, não se preocupe connosco, o Povo_Português vai votar p'lo referendo **em liberdade plena**." (235)

BPSD: "Muito bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Octávio_Teixeira."

OT: "Obrigado Senhor_Presidente, Senhor_Deputado Carlos_Encarnação, eu começaria pela única questão que suscitou em que eu estou completamente de acordo consigo. Enquanto começou por dizer que a bancada_do_PSD está perfeitamente tranquila, não **tenho** a mínima dúvida sobre isso, **não tenho a mínima dúvida sobre isso**, porque / está a jogar tal como o Partido_Socialista com a dignidade das mulheres, mas tá também a jogar com o Partido_Socialista, e por isso estão tranquilos, estão satisfeitos, isso é indisfarçável. Agora vamos é às grandes discordâncias. Senhor_Deputado, se fosse verdade a opção de fundo, a vontade do PSD promover um referendo para saber a vontade do Povo_Português sobre se quer **ou não** a discriminação da =interruptária <voluntária da gravidez em determinadas circunstâncias, se isso fosse verdade que razões teriam levado o PSD a com um Projecto de Resolução entregue na Assembleia_da_República desde Fevereiro de 1997 a Fevereiro de 1998, não tenha sequer tentado agendar esse projecto." (246)

BPCP: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"

OT: "Não é verdade, Senhor_Deputado, que haja essa intenção e essa vontade de fundo, porque é claro que Vossas_Excelências não querem fazer nenhum referendo sobre o aborto, o que Vossas_Excelências querem é impedir que haja qualquer alteração a actual Lei_Penal que reprime, castiga e criminaliza a mulher_portuguesa quando tem de recorrer ao aborto. É isso, e apenas isso que os senhores pretendem. E aí estão a conseguir levar mais uma vez o Partido_Socialista. Ele vai andando, vai andando e vai-vos dando satisfação a tudo aquilo que os Senhores pretendem. A última questão, Senhor_Deputado, diz o Senhor_Deputado que há um acordo desde Março de 1997 sobre a composição do Tribunal_Constitucional sobre a votação e a aprovação da Lei_Orgânica do Tribunal_Constitucional. "É só sobre a primeira parte, é só sobre a composição, mas há também um acordo global, substancial, tirando um artigozinho, salvo erro o vinte, para a Lei-Orgânica." (262)

BPSD: "[...]"

OT: "*Ó, ó* Senhor_Deputado, Senhor_Deputado Carlos_Encarnação também estão disponíveis a ceder aí, não? É questão de negócio."

BPSD: "[...]"

OT: "Ou estão mais uma vez à espera que seja o PS a, a ceder?"

BPSD: "[...]"

OT: "Mas a questão é esta. *Ó* Senhor_Deputado, se existe esse acordo porque é que ainda não concretizaram o acordo? Mas mais do que isso, se há eventualmente má vontade ou má fé de uma das partes, porque motivo e com que legitimidade metem nesse processo a dignidade da mulher_portuguesa? Muito_obrigado Senhor_Presidente." (269)

BPCP:

"Muito_bem! Muito_bem!"
AS: "A palavra é para o novo pedido de esclarecimento à Senhora_Deputada Helena_Roseta"
HR: "Muito_obrigado Senhor_Presidente, Senhor_Deputado Octávio_Teixeira fez a sua análise dos acontecimentos e acrescentou por sua iniciativa que tinha dúvidas, não sei se a expressão foi exactamente esta, mas foi este o sentido das suas palavras, sobre o comportamento ético dos Deputados_do_Partido_Socialista. Eu penso que o Senhor_Deputado terá ido longe demais, porque é presumir que os Deputados_do_Partido_Socialista não estão aqui em inteira liberdade de consciência e não andam a tomar as suas posições com uma profunda preocupação de corresponder àquilo em que acreditam e àquilo por que se batem. E tanto assim é, que na semana passada votámos, em votação nominal, um a um, o que pensávamos sobre esta matéria, portanto Senhor_Deputado, não se precipite a tirar conclusões, mas vamos à questão do referendo. O Senhor_Deputado disse que houve Deputados_do_Partido_Socialista, e é verdade, que aqui disseram que eram **contrários** à realização de um referendo, e também conhece como eu toda a campanha que se desenca... digam lá à opinião-pública, no sentido de solicitar à Assembleia_da_República que viabilizasse um referendo porque muitos portugueses manifestaram a vontade de participar neste debate. Não é só do PSD, Senhor_Deputado, agradecia que me ouvisse, agradecia que me ouvisse... Pode à-vontade, com *cesteza. A questão é muito simples. Esta matéria é uma matéria de sociedade e de cidadania, nós debatemo-la aqui com inteira legitimidade, sobre isso eu não tenho nenhuma dúvida, mas o debate já está lançado em todo o País, a campanha já está em todo o País, e tanto assim é que ainda neste fim-de-semana nós vimos notícias de que nas igrejas, nas homilias, =a próp <os próprios padres começaram imediatamente a mobilizar os católicos para se pronunciassem no **não** a um referendo que ainda nem sequer existe. É isto que nós não podemos ignorar, nós temos que compreender que em debates que envolvem a sociedade e a cidadania não devemos **restringir** a participação das pessoas, mas sim **alargar** a participar das pessoas, e esse é motivo de consciência que leva os deputados do Partido_Socialista a tudo fazer para não serem acusados de serem eles os instrumentos pelos quais não poderá ser consultada a opinião_pública, não poderá ser consultada =a conjunta <o conjunto dos cidadãos nesta matéria. Esta questão é fundamental e é uma questão de consciência para nós, mas há mais Senhor_Deputado, os partidos não esgotam a cidadania, os partidos não esgotam as (possibilidades) de intervenção das pessoas, e esta é a minha pergunta fundamental: se o referendo for conseguido, for exequível, e tivermos de o realizar, seguramente o Partido_Comunista fará campanha pelo sim –presumo eu-, mas a minha pergunta vai mais longe, confirma que o Partido_Socialista fará campanha pelo sim? Pela minha parte, respondo-lhe que não tenho dúvidas nenhumas, todos os que aqui participaram na votação (farão) campanha pelo sim, mas a pergunta vai mais longe, o PS fará campanha pela defesa da iniciativa dos seus deputados, só poderá fazer campanha pelo sim, o PS ainda não decidiu nesse sentido" -/- (315)
BPCP: "*Aaaah!*"
HR: "*Ó* Senhor_Deputado não vale a pena fugirmos às questões, o PS não decidiu nesse sentido mas nós cá estamos, nós cá estamos para fazer essa batalha, para levar essa batalha até ao fim" -/-
BPS: "[...]"
HR: "*Ó* Senhor_Deputado, deixe-me acabar se por favor, a minha pergunta é se o

Partido_Comunista está disponível para se aliar a largos sectores da sociedade_portuguesa, não esgotam, não se esgotam no Partido_Socialista, não se esgotam no Partido_Comunista para constituir um (mov(im)ento) de opinião que vão fazer a campanha pelo sim para lá e para fora dos partidos políticos representados nesta Assembleia, de modo a congressar todos aqueles e *todos aquelas que entendem que esta Lei" -/- (216)

AS: "Obrigado Senhora_Deputada"

HR: "...tem que passar".

BPS: "Muito bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado Octávio_Teixeira para responder." (217)

OT: "Senhora_Deputada Helena_Roseta, eu começaria por responder, ou por me referir a a uma questão com que a Senhora_Deputada iniciou o seu pedido de esclarecimento. Eu tive o cuidado / julgo que não me terei, não terei cometido esse lapso, tive o cuidado de nunca pôr a questão ética em relação a um e qualquer um dos deputados do Partido_Socialista, [...] **a razão ao Partido_Socialista** e fui muito claro ao dizer que, o que entendia pelo Partido_Socialista, incluindo aí também e incluindo nesse Partido_Socialista aqueles que exercem funções políticas, naturalmente em termos globais, também todos =os departados <os deputados do Partido_Socialista. Senhora_Deputada co coloca a questão de que se eu não tenho em consideração, nós não temos em consideração, queee não interessa agora por pressão de quem, se por pressão do PSD, se por pressão dos "Juntos pela Vida", se por pressão da Igreja, ou quer... começou a haver um movimento na sociedade_portuguesa sobre a questão do do aborto. *Ó* Senhora_Deputada // sobre o referendo em relação ao aborto. *Ó* Senhora_Deputada, a questão que eu lhe coloco é esta: mas essa situação e esse eventual movimento que existia no dia 5 de Fevereiro não era exactamente o mesmo que existia no dia 4?"

BPCP: " Exactamente."

OT: "**E por que é que o Partido_Socialista no dia 4 defendeu uma oposição, e no dia 5 defendeu a posição completamente inversa**?"

(HR): [...]

OT: "É que esta é que é a questão Senhora_Deputada Helena_Roseta. Senhora_Deputada Helena_Roseta, eu referi na minha intervenção, e mantenho, que aquilo que está aqui em causa não é a possibilidade, a legitimidade de o Partido_Socialista enquanto tal, ou de qualquer outro partido, considerar e optar consciente e convictamente de que a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez deve ser previamente sujeita a um referendo. Essa legitimidade eu não contesto, posso estar em desacordo com ela, mas não a contesto, ou melhor posso estar em desacordo com a opção, mas não contexto a legitimidade. O problema é que o Partido_Socialista, e a Senhora_Deputada sabe-o muito bem, no dia 4 de Fevereiro defendeu (ao alcance) com toda a argumentação possível as razões porque não deveria haver um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez e no dia 5, disse exactamente o inverso, disse exactamente o contrário. Por outro lado, Senhora_Deputado Helena Roseta, a Senhora_Deputada fala no referendo, na realização do referendo, a Senhora_Deputada sabe que para isso é necessário que seja aprovada a Lei_**Orgânica** do Tribunal_Constitucional, que seja feita a **eleição** dos membros do Tribunal_Constitucional, que seja **aprovada** a Lei_do_Referendo,"

BPS: "

[...] tudo aquilo [...]"
OT:
"que seja **aprovado e discutido** o projecto de resolução a solicitar, a a colocar, a propor a realização do referendo, que ele seja objecto de **análise** de constitucionalidade do Tribunal_Constitucional ..."
BPCP: "Exacto"
OT: "... que haja acordo do Senhor_Presidente_da_República, etc, etc, etc. A Senhora_Deputada Helena_Roseta"
BPS: "Então se sabe isto tudo [...]"
OT: "a direcção, faço-lhe a pergunta com muita seriedade, a direcção da sua bancada, ou do seu partido, já lhe explicou quanto e quanto tempo isto demora?"
AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado."
OT: "Já lhe explicou quais os entraves que lhe aparecem p'lo caminho, que lhe aparecerão inevitavelmente pelo caminho, já lhe explicou as dificuldades quase insuplantáveis para se conseguir de facto chegar ao Tribunal da revisão do Supremo?"
AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado, faz favor."
OT: "Senhor_Presidente, permite-me solicitar-lhe apenas mais trinta segundos para acabar [...] Helena_Roseta. Ponho uma questão final, já nem vou =respi <responder àquela que (depois) lhe responderei à parte, não tenha a mínima dúvida se vier a haver um referendo sobre a =interru < [...] da interrupção voluntária da gravidez, o PCP assumirá **como tal** uma posição favorável, coisa que a Senhora_Deputada não pode garantir em relação ao Partido_Socialista..."
BPCP: "Exactamente"
OT: "...apoiaremos todos os movimentos p'lo sim ao aborto, mas Senhora_Deputada, não queira procurar desde já fazer caminho para que haja apenas um único movimento a nível nacional, para que os partidos não se comprometam, para que o Partido_Socialista possa sair de cara lavada -/-"
AS: "Muito_obrigado, Senhor_Deputado, muito_obrigado!"
OT: "...sem se comprometer [...] Muito_obrigado se...". (303)
AS: "Senhores_Deputados, vamos passar ao debate de urgência, e já não o fazemos muito cedo, para introduzir (à presença) como sabem foi requerido pelo Partido_Social_Democrata, refere-se à susp..."
X: "Senhor_Presidente, *ah* como pode imaginar *ah*, para mim uma grande honra poder cumprimentá-lo e poder demonstrar-lhe a minha consideração, a minha estima e a minha admiração."
AS: "Obrigado Senhor_Deputado. É recíproco. Muito_obrigado."
X: "Senhores_Membros_do_Governo, aproveito a ocasião para lhes apresentar os meus cumprimentos *ah* sinceros. Senhores_Deputados, é um privilégio que sinto poder intervir num local onde nos apercebemos que cada espaço, cada recanto deste palácio deste Parlamento respira História e transpira Portugal..."

Discursos proferidos no dia 19 de Fevereiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 20 de Fevereiro de 1998

AS: "[…] entrar =na <no debate do projecto_de_resolução número 75/VII originário do PSD que contem relativo à proposta de referendo sobre a alteração da lei_do_aborto. Tem_a_palavra para introdução do debate o Senhor_Deputado_Marques_Guedes."

MG: "Muito_obrigado. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, no passado dia quatro_de_Fevereiro, esta Câmara votou na generalidade um projecto_de_lei visando a lei_do_aborto por livre opção durante as primeiras dez semanas de gravidez e ainda despenalizando a sua prática até às dezasseis semanas, quando determinado por razões económicas ou sociais. Trata-se, como todos o sabemos, de uma iniciativa legislativa que altera radicalmente o quadro_legal em que o problema da interrupção_voluntária_da_gravidez está regulado, no nosso país, desde há quinze anos. A lei_em_vigor prevê a interrupção_voluntária quando esteja_em_causa a saúde da mãe, a má-formação ou a inviabilidade do filho e, ainda, no caso de a mãe ter sido vítima de violação. Independentemente das posições ou opiniões que cada um de nós e os Portugueses tenha sobre a vida antes do nascimento e sobre o aborto, sobre a hierarquia dos valores e dos interesses que conflituam nesta questão, a verdade é que a lei actual realiza um ponto de equilíbrio que eu me atrevo a considerar como o denominador comum em que a esmagadora maioria da sociedade_portuguesa se revê. Romper com o consenso social que rodeia a lei actual, desequilibrando o denominador para =um outro <um ou outro dos lados vai necessariamente invadir os valores éticos e a consciência_íntima de cada um dos Portugueses, por isso esse é um passo que só pode ser legitimado pela intervenção de todos. É esta verdade simples e linear que os Deputados_do_Partido_Socialista teimaram não querer encarar. Embalados por um sentimento de exaltação ideológica de quem acredita que ser de esquerda é criar rupturas e divisões na sociedade, abrindo_caminho à machadada por entre convicções e valores culturais que com espantosa sobranceria consideram menores e até reaccionários, deixaram-se carregar na ilusão de poder calar_a_voz dos Portugueses e pelo caminho quiseram tábua_rasa da opinião do Presidente_da_República, do Presidente_da_Assembleia_da_República, do Primeiro_Ministro e Secretário_Geral_do_Partido_Socialista." (30)

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Teimaram, Senhores_Deputados, mas recuaram. Não passaram vinte e quatro horas sobre este tremendo equívoco e já os Portugueses descansavam com a confirmação de que não haverá alterações da lei_do_aborto sem que cada um, em_consciência, dê o seu contributo pessoal para uma decisão que tem de ser de todos, que vai ser de todos e não dos duzentos e trinta reunidos nesta sala."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Nada está decidido, os Portugueses vão poder decidir a_partir_do_zero sem constrangimentos nem condicionamentos, e aquilo que por eles for decidido, quer os Senhores gostem, quer não gostem, vincula politicamente esta Assembleia. Os Deputados_do_Partido_Social_Democrata tiveram um papel preponderante nesta inversão de posições, mas quem verdadeiramente sai vencedor de todo este processo é o povo_português."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Na Assembleia_da_República acabou por prevalecer o bom senso de lhe devolver o poder_de_decisão sobre a alteração da lei_do_aborto e com isso é o próprio sistema democrático que sai fortalecido nos seus princípios. O modelo do nosso Estado_de_direito assenta na Democracia_Representativa, mas está longe de nela se esgotar. Acho mesmo muito pouco democrático não se ter a humildade de reconhecer que há matérias e decisões que ultrapassam o mandato eleitoral, que se colocam em planos que estão fora dos programas e da própria vocação dos Partidos_políticos e que, por isso, não podem por eles ser resolvidos. O PSD pela sua raiz personalista sempre teve este entendimento. Desde o conhecimento da primeira proposta_de_liberalização_do_aborto ficou por nós decidida a liberdade de voto dos Deputados exercida sem constrangimentos, coacções ou a vergonha das substituições e desde o início, e desde o início nos batemos sem concessões pela realização de um referendo em que todos sejam chamados a decidir."

BPSD: "Muito_bem!" (palmas)

MG: "E fomos Senhores_Deputados coerentes até ao fim." (54)

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Para que o respeito pela liberdade do voto fosse efectivo não nos enredámos em apressadas substituições de Deputados, nem invocámos doenças_de_conveniência."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Estivemos livre no voto como estivemos unidos e determinados na intransigente defesa do referendo, que nunca deixámos de reclamar. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o processo que nos conduziu até esta decisão de solicitar ao Presidente_da_República a convocação de um referendo sobre a liberalização_do_aborto não foi um processo isento de perversidades. A incapacidade do Partido_Socialista para compreender a diferença entre o que são opções de política e o que são valores civilizacionais, entre a legitimidade política e a ética na política, entre as guerras intestinas no seu partido e a vontade colectiva do País. Deixou marcas que não podemos ignorar, em primeiro lugar, lançou, a meu ver irresponsavelmente, a polémica sobre uma eventual desautorização da Assembleia_da_República. O PSD sempre defendeu, desde logo pela meridiana clareza com que a necessidade do referendo se coloca para qualquer alteração à lei_do_aborto, que a consulta aos Portugueses devia ser prévia a qualquer pronunciamento desta Câmara sobre a matéria e não fomos só nós a sustentar esta posição. A personalidade insuspeita, neste caso, como é o Doutor_Vital_Moreira, já no ano passado nos acompanhou neste entendimento, e recentemente, ainda na semana passada, publicamente o reiterou sem margem para quaisquer dúvidas, mas durante algumas semanas nada foi capaz de conter o desejo irreprimível de alguns Deputados_Socialistas para se chegarem à frente, terem o seu momento de glória, custasse o que custasse. Certeiro esteve o Doutor_Vital_Moreira, cito "o erro não está no referendo, o erro está em tentar alterar a lei_do_aborto por uma operação de comando, um *Blitz* legislativo. "Os Rambos" – leia-se - "são os Deputados_Socialistas." O facto é que a teimosia do Grupo_Parlamentar_Socialista não permitiu que a decisão de primeiro ouvir os Portugueses tivesse prevalecido e essa atitude da Bancada_da_maioria gerou o anátema de uma desautorização parlamentar que, embora não verdadeira, não foge_ao_ditado de que em política o que parece é. Já tinha sido esse o erro em que assentou a ideia, também ela peregrina,

de referendar a regionalização depois de aprovar =o recordo <o recorte =re negociado. Começam hoje a arrepender-se, mas ainda não começaram a aprender. No caso da lei_do_aborto, a responsabilidade pode ter sido só de uns, mas todos saímos, de uma ou outra forma, algo desprestigiados nesta Câmara. Em segundo lugar, deu ao País o espectáculo impensável de um Primeiro_Ministro e Secretário_Geral_do_Partido_do_Governo vergado nas suas convicções e derrotado na orientação política da maioria que o suporta. Eu não votei no Partido_Socialista nas eleições de mil_novecentos_e_noventa_e_cinco, mas posso imaginar a estupefacção com que os eleitores assistiram a esta tragédia. Que confiança poderá amanhã ter um eleitor para votar no Engenheiro_António_Guterres, sabendo que ele não manda, não consegue cumprir as promessas solenes que faz aos eleitores, não tem liderança política nem autoridade sobre a Bancada_Parlamentar e que, particularmente em questões essenciais é alvo de desafios e vítima de derrotas políticas internas que engole sem ripostar?" / (palmas) (94) Como ouvimos aqui ontem neste Hemiciclo os Deputados_Socialistas já dizem alto e bom som que isto não é o Partido_Socialista do Engenheiro_Guterres =é que <o Engenheiro_Guterres é que é do Partido_Socialista. Por mais desmentidos, manipulações ou mesmo a já costumeira contra-informação que os dirigentes_Socialistas ponham a circular, não é mais possível esconder a gritante desagregação da autoridade no seio da família_rosa. Depois do embuste eleitoral que foram as promessas socialistas, assistimos agora a uma espécie de jogo_de_espelhos, em que o Partido_Socialista apresenta aos eleitores a personalidade simpática do Engenheiro_António_Guterres, mas depois de lhes caçar_os_votos, actua sem ele e, se necessário, contra ele."

BPSD: "Muito_bem!" (102)

MG: "A interrogação, a interrogação que fica no ar é a de saber qual a capacidade e a autoridade que o Chefe_do_Governo detém para tomar medidas difíceis ou para impor a adopção das reformas estruturais que o País não pode continuar a adiar. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, com os Socialistas ou contra alguns Socialistas, os Portugueses vão ser chamados =a defi… <a decidir em referendo se se deve, ou não, alterar a legislação_do_aborto no sentido da sua liberalização. Não é uma decisão qualquer, pois trata-se de definir valores que partindo da consciência_moral se cada um se vão, afinal traduzir em opções culturais e =civilizla <civilizacionais da própria sociedade. Em Portugal, a interrupção_voluntária_da_gravidez é há vários anos possível no caso da violação, ou quando esteja_em_causa a saúde da mãe ou a má formação ou a inviabilidade da gravidez. São duas as propostas que agora nos são apresentadas: liberalizar_o_aborto nas primeiras dez semanas e despenalizá-lo, também, até às dezasseis semanas, quando determinado por razões económicas ou sociais. Como cidadão tomarei parte nesta discussão e expressarei pelo meu voto em referendo aquilo que penso serem os valores que sobre esta questão a sociedade, de que sou membro, eu gostaria de ver preservar. Como Deputado congratulo-me vivamente por ter imperado o bom_senso nesta Assembleia e colectivamente irmos decidir esperar pela vontade soberana dos Portugueses. O processo volta_à_estaca_zero de onde só sairá se e como os Portugueses livremente entenderem. O referendo vai realizar-se. Será, como todos os referendos em Portugal, soberano e vinculativo. Só haverá liberalização_do_aborto se os Portugueses, em referendo, assim o desejarem. Esta é a vitória deste debate, é a vitória de todos os Portugueses." (129)

AS: "Para um pedido de esclarecimento a palavra ao Senhor_Deputado_Acácio_Barreiros."

AB: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Marques_Guedes, deixe-me lhe dar, não leva a mal com certeza, totalmente gratuito, totalmente de borla, um pequeno contributo para o próximo congresso do PSD. Deixe-me dar esse contributo. Fazer talvez uma reflexão sobre as **razões** que levaram, as razões de fundo que levaram o PSD à última derrota eleitoral. É pensar, no fundo o PSD sentir essa atitude de pensar que os Portugueses são estúpidos e não percebem o que é que, no fundo, está aqui em debate."
BC: "[…]"
AB: "Porque o PSD não é, não é a favor do referendo" -/-
BC: "[…]"
AB: "O PSD **sempre usou** o referendo como uma arma contra as decisões da Assembleia_da_República, e quando, o ano passado, este assunto não passou aqui na Assembleia_da_República" -/-
BC: "[…]"
AB: "Quando o ano passado este assunto não passou aqui na Assembleia_da_República, o PSD passou **um ano** sem voltar a lembrar-se dessa importante consulta_popular que deveria ser feita e a necessidade do referendo."
BPS: "Muito_bem!"
AB: "E já que estamos a falar de mudanças de posições eu sempre lhe quero fazer uma pergunta: porque é que o PSD não fez a proposta de haver referendos simultâneos **antes** da votação na generalidade aqui da lei? É que foi preciso ser aprovada na generalidade aqui a lei para o PSD mudar de posição, aceitar os referendos simultâneos, aceitar que havia só **duas consultas** e, portanto, propor. Mas eu respondo para todas as Bancadas e com toda à-vontade."
BPS: (risos e palmas)
AB: "
Para todas as Bancadas."
BPS: (palmas)
AB: "Manifes… com todo o à-vontade. O PS disse **antes** da votação na generalidade, o PS disse que estava de acordo, que não se opunha a que se realizasse um referendo desde_que o referendo sobre esta matéria não viesse acrescentar uma **terceira consulta_**popular durante este ano, para a qual entendemos que não havia calendário. E o que o PSD" -/-
BC: "[…]"
BPS: "Muito_bem!"
AB: "e o que, e o que o PSD" -/-
AS: "*Ó* Senhores_Deputados, peço que façam_silêncio. O Senhor_Deputado tem o direito de se fazer ouvir."
AB: "A voz"-/-
AS: "Faz_favor."
AB: "A voz da razão e da verdade nem sempre é ouvida com serenidade"
BC: (risos)
AB: "aqui nesta Assembleia. E o PSD o que disse na altura é que "Não, não, queremos mais uma consulta. Não aceitamos referendos simultâneos, não aceitamos e até consideramos inconstitucional" disse o Professor_de_direito por enquanto

líder_do_PSD. Ora bem, a seguir à aprovação, o PSD mudou de posição, de maneira que eu gostava Senhor_Deputado_Marques_Guedes dissesse porque é que só vos deu essa ideia **depois** da aprovação aqui na Assembleia. Eu digo porque é que foi: é que esperavam que depois dessa aprovação tentaram ainda usar o referendo outra vez contra *à decisão da Assembleia, mas agora enganaram-se, vamos fazer esse referendo, porque o PS **quer** esse referendo."

BC: (risos)

AB: "Porque há agora condições políticas para realizar este referendo, e não só, e não só saúdo e congratulo-me com a mudança de posição do PSD, **após** a votação" -/-

BC: "[…]"

AS: "Senhores_Deputados"

AB: "Como…"-/-

AS: "Não é possível assim, não é possível assim. Não é possível. Tenham paciência, um pouco mais de decoro, (um) pouco mais de respeito por quem está no uso_da_palavra. Faça_favor, Senhor_Deputado." (171)

AB: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Muito_obrigado, Senhor_Presidente, mas também lhe digo, Senhor_Presidente, não leve a mal o nervosismo que vai na Bancada_do_PSD."

BC: (risos)

AB: "Agora que o PSD mudou de posição, passa =a sã <a aceitar referendos simultâneos que o País =só será <só terá **duas consultas** tal como […]" -/-

AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado. Faça favor de terminar."

AB: "que o País terá a oportunidade de fazer em simultâneo o referendo sobre a regionalização e sobre as questões europeias que o PSD **sempre recusou** / eu quero congratular-me por essa mudança de posição do PSD."

BPS: "Muito_bem!"

AB: "E até congratular-me com mais, é que pelos vistos"

AS: "Agradeço que termine."

AB: "o efeito das posições que temos defendido tem sido de tal forma positivo, a mudança de posição do PSD tem sido de tal forma positiva que, **felizmente**, a tudo isto teremos de associar uma salutar"

AS: "Agradeço que termine, Senhor_Deputado."

AB: "determinação em resolver questões institucionais que infelizmente se arrastavam há muito tempo na nossa sociedade."

AS: "Muito_obrigado, Senhor_Deputado." (183)

BPS: "Muito_bem!"

MG: "[^^^^] é que sabe =Senhor_Depu <Senhor_Deputado, *ah* face à Constituição_da_República_Portuguesa só pode haver propostas_de_referendo quando existam iniciativas legislativas e a vossa iniciativa legislativa foi chumbada em Fevereiro do ano passado, e portanto, não era possível, pur(a) e simplesmente, ao PSD apresentar nenhuma proposta_de_referendo, porque não havia nenhuma iniciativa legislativa. Nem nós, nem nenhum partido."

BPSD: "Bem lembrado, *pá*, bem lembrado."
MG: "Quanto à questão, quanto à questão do Senhor_Deputado vir falar que o PSD recuou (preocupou) aí já começou a entrar naquela fase em que eu não consegui perceber, peço desculpa ao Senhor_Deputado, muito bem aquilo que disse, mas devo-lhe dizer que a sensação com que fiquei foi, desculpe-me, foi a, a sensação de uma esperteza_saloia, porque **toda a gente percebeu** neste País e aparentemente o Senhor_Deputado esforçou-se por tentar dizer o contrário, se eu bem percebi o que tentou dizer, que o Partido_Socialista mudou de opinião, que o Partido_Social_Democrata, desde o início, teve uma posição, bateu-se_pelo referendo, conseguiu que os Portugueses =vão <se, se vão pronunciar em referendo sobre esta matéria, e o Senhor_Deputado tentou vir aqui dizer que era tudo ao contrário, ''távamos todos distraídos, ninguém tinha percebido nada, o Senhor_Deputado é que percebeu tudo e tudo isto foi uma artimanha, uma montagem do Partido_Socialista para derrotar o Partido_Social_Democrata. *Ó* Senhor_Deputado, eu confesso que agora já não sei se esta parte fui que interpretei mal, ou foi a, ou foi a tal parte em que o barulho da sala *ah* as coisas *ah* estavam um bocadinho difíceis de entender, mas devo-lhe dizer que se parece com a tentativa que eu também ontem ouvi de que, afinal, o Partido_Socialista é que tinha sempre sido o grande defensor da lista fechada na eleição do juiz para o Tribunal_Constitucional."
BPSD: "Exactamente!"
MG: "**Eu ouvi isso aqui, eu ouvi isso aqui ontem** no Plenário. Não queria acreditar, mas ouvi. Podia ter sido lapso meu, mas hoje depois de ouvir o Senhor_Deputado começo a pensar que talvez haja um jogo, o tal jogo_de_espelhos que eu falava ali em cima, talvez se tenha passado não só do Partido_Socialista, em termos nacionais, e do embuste qu' o coloca a figura simpática do Engenheiro_Guterres aos eleitores Portugueses, também a Bancada do, do Grupo_Parlamentar_Socialista aparentemente entra nesse jogo_de_espelhos e diz umas coisas, diz amanhã outras,"
BC: "[…]"
MG: "e deve pensar, aí é que eu utilizo a sua expressão, deve pensar que os Portugueses são todos parvos e não percebem o que está a passar."
BPSD: "Muito_bem!"
AS: "Para um pedido de esclarecimento, a palavra ao Senhor_Deputado_Jorge_Ferreira." (212)
JF: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Marques_Guedes, ouvi a sua intervenção com muita atenção e *ah* de facto ocorreu-me enquanto o ouvia =que a pro <que o projecto que estamos aqui hoje a discutir não é o projecto que o PSD sempre defendeu que seria o ideal sobre esta matéria. O PSD sempre defendeu que o ideal era a realização de um referendo antes de qualquer decisão da Assembleia num sentido ou noutro sobre um projecto_de_alteração da lei_em_vigor sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. E não posso deixar de recordar aqui que Vossas_Excelências, de facto, não podem senão considerar uma vitória do País a eventual realização deste referendo, porque vossa não é, por uma razão, é que para ter sido a vossa vitória, Vossas_Excelências deviam ter tido a coragem de levar_a_votos o primeiro projecto_de_resolução. Não tiveram essa coragem. Não tiveram essa coragem e quando retiraram sem explicações, =renuncia <renunciou-se,

de facto, que havia misturas no circuito, que eventualmente já não se estava só a tratar do referendo_do_aborto, mas de outras coisas menos importantes, por muito relevantes, mas menos importantes como se viu nos dias seguintes, e portanto, estamos hoje a discutir o resultado de uma táctica entre o PS e o PSD e não um projecto de fundo de que o PSD abdicou naquele dia que o Senhor_Deputado citou."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (230)

JF: "Queria-lhe perguntar, Senhor_Deputado, uma coisa muito simples. Não há referendo, por mais importante que seja, que seja mais importante do que a posição que […] sobre o referendo. O referendo é, aliás, uma exigência suplementar aos próprios Partidos_políticos e a toda a sociedade, no sentido de os convocar a exprimir de cara_a_cara a sua posição **de princípio** sobre as questões que vão ser referendadas. Vossa_Excelência acabou de dizer e bem que o PS mudou de posição, já todos sabemos, o que precisamos de saber e qual é a vossa, porque, recentemente, um órgão de comunicação_social lembrou-nos que o actual líder_do_PSD participou na redacção do programa do PPD em mil_novecentos_e_setenta_e_quatro, (em que) defendeu a despenalização_do_aborto. O PSD fez um tempo de antena há pouco tempo onde o líder_do_PSD não se pronunciou sobre a questão_de_fundo. Vossas_Excelências têm falado muito do referendo sobre o aborto, e bem, ainda bem, mas ainda ninguém vos ouviu a posição do PSD sobre se vai responder sim ou não à pergunta que estamos aqui hoje a discutir, e essa, Senhor_Deputado, é **muito** mais importante do que qualquer posição sobre o referendo em si próprio. Os referendos são instrumentais, servem para dirimir questões de fundo e essas é que são verdadeiramente importantes, e por isso, o que eu perguntava ao Senhor_Deputado era o seguinte: qual é de uma vez por todas a posição do PSD sobre a pergunta, sobre a qual quer que a Assembleia_da_República hoje de pronuncie e vote. É sim ou não? Ou não terá o PSD coragem política de tomar essa posição. Muito_obrigado."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Marques_Guedes para responder." (253)

MG: "Obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Deputado_Jorge_Ferreira, em primeiro lugar quero-lhe agradecer pela, pela atenção com que, p'lo que acabou de dizer, me escutou. *Ah*, o Senhor_Deputado falou, mas, mas aparentemente não escutou com toda a atenção, e depois já lá vamos. *Ah* o Senhor_Deputado começou por falar aí que o PSD reivindicou vitória, *ó* Senhor_Deputado, aí entendeu mal, começou por entender mal afinal, porque disse eu várias vezes ali de cima que vitória para nós têm nos Portugueses, não foi o PSD que ganhou, quem ganhou foi os Portugueses, disse-o e repeti-o. Nós lutámos por ela, batemo-nos por ela e soubemos ser consequentes relativamente ao objectivo que era a realização do referendo, desde o início nunca abandonámos esse objectivo e estivemos sempre unidos a bater-nos_por ela. Teremos, seguramente, algum mérito p'lo pr'o o ter alcançado, mas eu disse e repito, a vitória não é do PSD, a vitória é dos Portugueses."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

MG: "Quanto à questão que =o Senho =o So =o So <o Senhor_Deputado aí referiu também, utilizou aí a palavra coragem por causa do debate há quinze dias. *Ó* Senhor_Deputado, com toda a franqueza, nós somos sérios e somos determinados sobre esta questão, mas não somos ingénuos"

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Não somos ingénuos Senhor_Deputado. O Senhor_Deputado sabe tão bem como eu que, da forma como decorreu o debate de há quinze dias, estava_à_partida inviabilizado, pela tal exaltação ideológica que eu há pouco falava, pela tal necessidade de chegar à frente, o tal desejo irreprimível do momento de glória de algumas pessoas da Bancada_Socialista, que estava totalmente inviabilizada qualquer hipótese de votação favorável ao referendo há quinze dias. Nós percebemos isso, se o Senhor_Deputado não percebeu, lamento."

BPSD: "Exactamente!" (277)

MG: "Quanto à questão, quanto à questão =So =So <o Senhor_Deputado, quanto à questão que também me colocou, *ah* quanto à questão que também me colocou sobre *ah ah* a questão, =aq… <aquilo que chamam a questão_de_fundo sobre a posição do Partido_Socialista. Eu, eu do Partido_Social_Democrata. Eu, aí, devo-lhe dizer o seguinte, Senhor_Deputado: eu já sabia e disse-o no meu discurso lá em cima naquela, naquela tribuna, que eu já sabia que o Partido_Socialista não conseguia até ao momento entender, ou pelo menos o Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista não conseguia entender a diferença entre aquilo que é intervenção político-partidária e aquilo que é o espaço individual e de consciência dos cidadãos. Fiquei agora a saber que o Senhor_Deputado também não entende essa diferença."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!" (283)

AS: "Palavra para uma intervenção à Senhora_Deputada_Elisa_Damião."

ED: "Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, o PSD apresenta a esta Câmara qual menino bem comportado uma resolução para o referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Env'lopado na pia intenção de redimir pecados alheios, os do PS e os de milhares de Portugueses que sem licença do PSD recorrem ao aborto_clandestino. Não me espanta o facto de, logo na primeira página do seu preâmbulo, o PSD considerar que a questão do aborto deve ser abordada apenas sob ponto_de_vista técnico-científico. Já sabia que para o PSD não há causas sociais que produzam efeitos indesejáveis nas vidas das pessoas, que condicionam a sua liberdade a tal ponto que lhes negam o direito à dignidade. Pois, Senhores_Deputados, para as mulheres pobres a consciência, a honra e até a dignidade são luxos a que não se podem permitir e que os Senhores lhes negam com esta vossa concepção que **finalmente** compreendemos, porque sobre esta matéria não tínhamos percebido o que =es <ocultava a posição do PSD. Na verdade, para o PSD as mulheres são apenas mero teatro_de_operações dos técnicos e cientistas. Não têm alma, sentimentos, anseios, nem o direito de os fazer valer. Sobre esta aparente racionalidade esconde-se e protege-se uma moral arcaica fundada num conceito d' um Deus masculino. Frei_Bento_Domingos, no prefácio da edição portuguesa de *A_Mulher_na_Igreja* de Anne_Carr, afirma citando Santa_Teresa_d'Ávila: "Não sigam só uma das partes da Sagrada_Escritura, olhem também para as outras." Se no discurso eclesiástico ou teológico-cristão desde o Concílio_Vaticano_II que não se proclama a inferioridade das mulheres, embora =não se <se tenham esquecido lamentavelmente de lhes pedir desculpa, na Resolução que nos é proposta está implícita a subordinação a uma moral tradicional orientada pr'ó passado. Como separar o relativo do absoluto, até que ponto as películas sobrepostas pela História poderão ser separadas do cerne da questão? Que mudanças são permitidas, a que

mudança a ciência obriga, que mudanças a vida exige? Sobre tudo isto o PSD não tem nenhuma opinião, nem nenhuma responsabilidade. Para muitos pensadores cristãos surge um novo paradigma e só o exercício da liberdade responsável é o caminho seguro para as respostas ao alcance das nossas limitações humanas. Mas há quem conteste os dogmas incomportáveis com a evolução do conhecimento derivadas ciências biológicas, humanas e sociais. O PSD quer quando muitos cristãos o não aceitam preservar a ordem passada, quando o Cristianismo_cuménico a supera e neste acto se reconcilia com a vida. A pergunta aparentemente inocente que o PSD coloca não existindo razões médicas, "O aborto deve ser livre durante as primeiras dez semanas?, é à luz do pensamento moderno manipuladora das consciências. O PSD qual tartufo quer estar bem =de Deu <com Deus e com o Diabo, como já aqui o demonstrou."

BPS: "Muito_bem!"

ED: "Dei comigo / (palmas) a compreender o que na infância considerei um radicalismo de Martinho_Lutero. A fé deve ser colocado aos pés da razão, dos sentimentos e da compreensão. Concluí que igualmente se não pode cortar =as liber <a liberdade das confissões, mas também dos sentimentos e deve atentar-se na compreensão do fenómeno social que leva as mulheres a abortar. Sobre isto o PSD nem reflectiu. A pergunta do PSD põe_=implu_<inclusivamente_em_causa a legislação_em_vigor por incluir a criminalização_do_aborto_ético referida pelo Senhor_Deputado e que, evidentemente aprovada a questão que quer colocar, fica em causa e fica em causa uma lei da República, a lei noventa de noventa_e_sete, que teve inclusivamente os seus votos favoráveis. O PSD põe_assim_também_em_causa o Parlamento e as suas leis ao pretender colocar a sufrágio uma decisão já tomada pelo órgão legislativo por excelência e não contestado. E para aqueles que vão dizer também o PS põe_em_causa uma lei que foi aprovada na generalidade. O PS tem consciência que **uma lei só é lei** quando =é <o é de facto, quando é promulgada e quando se torna efectiva e esta, infelizmente, é uma lei ao que *ah* aqui observámos e se este debate e se outras dúvidas não tivéssemos este debate esclarecedor =da nossa <das nossas dúvidas a este respeito, se não houver uma legitimidade acrescida posto que a do Parlamento não está_em_causa, mas está_em_causa a vontade mobilizada do povo_português para colocar, efectivamente, de uma vez por todas, o PSD na ordem, já que não lhe bastou ter perdido as últimas eleições. Mais grave ainda / (palmas) é pretender-se que a_partir_da proposta_de_lei do PS, aprovada na generalidade, o aborto é livre, quando o que =o legi… <o legislador pretende é apenas evitá-lo. E quando este é inevitável nas condições e limites previstos na lei, lhe retira apenas as sanções hipócritas ditadas por interesses mesquinhos, conservadores, impróprios das sociedades evoluídas nossas contemporâneas em quase tudo, mais, nomeadamente, tolerante no que às_mulheres_diz_respeito. Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, para os católicos o aborto é proibido à luz das suas convicções e se para os que pecam a Igreja tem felizmente mecanismos de perdão, já para o PSD não haverá perdão. Se pretenderem condenar as mulheres portuguesas à prisão, ou vão de escada em_nome_de pseudo-vitórias mesquinhas baseadas na manipulação de legítimas convicções de boa e respeitável parte do povo_português, das dúvidas de uma larga percentagem e da omissão das realidades sociais e científicas com títulos meramente oportunistas. Quem tem afinal medo do =Pr… <povo_português? Quem tem medo da consulta_popular? E é caso para perguntar ainda quem tem medo de Virgínia_Wolf? Quando em mil_novecentos_e_vinte_e_oito partiu à procura da causa da pobreza das mulheres. A resposta é: o PSD, porque quer partir com =interroguz… , <interrogação

armadilhada, com os dados viciados numa questão em que o jogo_partidário não é legítimo e é mesmo imoral à luz de qualquer ética."
BPS: "Muito_bem!" (381)
ED: "Para o aborto houve sempre e continuará a haver uma tolerância social, aqueles que legitimamente estão contra por razões confessionais, punem as mulheres que o praticam com actos_de_contrição. Apenas o PSD as quer punir com pena de prisão. Esta é, Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, a questão que tem de ser colocada ao povo_português, a de saber se querem **punir** com pena_de_prisão as mulheres que por razões atendíveis, dentro dos limites previstos na lei, pretendem interromper a gravidez, e bem assim os técnicos que aceitam a sua escolha. Disse!"
AS: " Palavra para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado_Nuno_Correia_da_Silva."
NCS: "Obrigado Senhor_Presidente, Senhora_Deputada_Elisa_Damião, *ó* Senhora_Deputada, eu vou-lhe fazer um pedido de esclarecimento muito breve. A Senhora_Deputada naturalmente que é livre de ter as suas convicções e ter as suas opiniões. Penso que a sua liberdade deve acabar quando atira epítetos pouco elogiosos para aqueles que não concordam com as suas opiniões. A Senhora disse ali daquela tribuna que aqueles que são contra a liberalização_do_aborto, aqueles que são contra o aborto em qualquer circunstância, dependendo apenas da vontade da mulher, são aqueles que são contra as sociedades modernas, têm valores conservadores, atrasados e mesquinhos. *Ó* Senhora_Deputada, é este o rótulo do Primeiro_Ministro, é este o rótulo do Secretário_Geral_do_Partido_Socialista? *Ó* Senhora_Deputada, convenhamos, para_além_do respeito que nós entendemos que nos é exigido e que nos é devido, pensamos que também é devido ao Senhor_Primeiro_Ministro_de_Portugal."
BCDS-PP: "Muito _bem!"
AS: "(Ag)ora a Senhora_Deputada_Elisa_Damião."
ED: "Senhor_Deputado, eu manifestei daquela tribuna o mais profundo respeito por aqueles que são contra o aborto, eu própria também sou contra o aborto."
BPS: "Muito_bem!"
ED: "Menos p(el)o PSD. É evidente, é evidente."
BC: "[…] razões. […]"
ED: "Eu podia, podia até citar uma figura do Novo_Testamento e dizer como Cristo "Tu o disseste", mas não o digo, porque o Senhor quis falar_em_nome_do PSD quando devia estar calado. =Em <P'lo respeito, pelas suas convicções confessionais e pela sua posição, porque o que está_em_causa, Senhor_Deputado, eu pergunto ao Senhor_Deputado se o que está_em_causa é descriminalizar o aborto, é colocar as mulheres na prisão, ou o direito à vida? =*Ó* Senho <*Ó* Senhor_Deputado, não é o direito à vida que está_em_causa, porque eu **não** lhe admito, Senhor_Deputado, que o Senhor defenda mais a vida humana do que eu própria. O Senhor hipocritamente" -/-
NCS: "[…] assim tão bem. […]"
ED: "O senhor hipocritamente esconde que há mulheres que a colocam **com a sua complacência**, e

em_nome_d' um pseudo direito à dignidade da vida humana, que a colocam todos os dias em risco num vão de escada, e isso não o preocupa." (429)
BPS: "Muito_bem!"
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_João_Amaral para uma intervenção."
JA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, este debate que estamos aqui a travar, como é público e notório, não se destina a aprovar qualquer referendo e respectiva pergunta sobre a despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez, porque na linha do acordo PS-PSD não é este o momento de o fazer. Este debate sem objectivo parlamentar realiza-se, Senhores_Deputados_do_Partido_Socialista, porque o PSD, depois de vos ter conduzido a dar o dito por não dito, sente o direito de vos humilhar explicando publicamente que é ele quem conduz_o_jogo, ou como foi escrito por um constitucionalista, que já se sentou na Bancada do PS, que é ele, PSD, quem toca_a_música que o PS dança."
BPCP: "Muito_bem!"
JA: "Não é como quem põe em evidência a figura que estão a fazer que os Senhores_Deputados_Socialistas se devem agastar. Se têm de o fazer com alguém, é consigo mesmo, com a vossa consciência =e com a respon <e com a questão do respeito devido às mulheres_portuguesas e à defesa dos seus interesses e da sua dignidade. A Bancada, a Bancada_do_PS escolheu no devido tempo, com a Bancada, com a Bancada do PCP a via da exclusiva =apro <aprovação parlamentar, sem recurso ao referendo para fazer a lei_(de)_despenalização_do_aborto dentro de certas condições. Foi uma opção consciente feita por várias razões, mas por uma fundamental, porque do que se trata é de um grave problema de saúde_pública, que os que acham que tinha de ser assumido e resolvido sem hipocrisia entendiam que não se podia esperar mais, entendiam que criadas as condições parlamentares de aprovação da lei, não se podia fugir_mais_tempo_à_responsabilidade. Foram muitos os Deputados do PCP e do PS que o disseram, aqui nesta tribuna, no passado dia quatro_de_Fevereiro. Recordo as palavras justas, empenhadas e cheias de vigor da Deputada_Odete_Santos, minha camarada de Bancada. Como as palavras a semearem esperanças dos Deputados_do_PS: Sérgio_Sousa_Pinto, Manuel_Alegre, Alberto_Martins, Francisco_Assis, palavras, palavras_leva-as_o_vento, mas que respondem agora às palavras da Deputada_Sónia_Fertuzinhos, que falou também pela Bancada_do_PS, e que aqui disse "o aborto_clandestino é a segunda causa de morte materna em Portugal". A sociedade sabe, mas consenti-a e é cúmplice. A mortalidade de grávidas por complicações de aborto foi =respon <responsável em mil_novecentos_e_noventa_e_cinco por três em cada nove mortes maternas e a concluir, estas mortes são intoleráveis, porque podem ser evitadas. E agora, que respondem a estas palavras?"
BPCP: "Muito_bem!"
JA: "A Deputada_Sónia_Fertuzinhos dizia, dizia "se para alguns é suficiente uma lei que reprime e condena o aborto, mas não têm a coragem para condenar as mulheres que a ele recorrem, deixando-as sozinhas numa decisão que põe em risco as suas vidas e saúde, então é hora de dizer basta!". E acrescentava "se para os mesmos tapar muito bem os olhos é o suficiente para dormir tranquilos, então é hora de dizer basta, é hora de dizer basta a estes faz de contas, é hora de dizer que o_rei_vai_nu." Afinal, era a hora de quê? Dos jogos_de_bastidores? E as mulheres? E o problema de saúde_pública? A proposta

que o PSD apresentou pouco mais de uma hora após da votação do passado dia quatro_de_Fevereiro foi e é o mínimo que dela se pode dizer, uma proposta_indecente, porque se ajustava ao milímetro a um discurso que no PS, quisesse dar_o_dito_por_não_dito, ajustava-se tão perfeitamente que tem de se perguntar se não estava já escrita e acertada previamente. (502) Aqueles que na Bancada_do_PS alegam boa_fé podem explicar. Não percebem isto perfeitamente? Não me parece que alguém ficou a ver se no dia quatro_de_Fevereiro passava algum projecto para depois, **se ele passasse**, lhe lançar **de imediato**, o referendo como um cutelo? Podem explicar mais? Podem explicar mais? Se o resultado da votação das leis tivesse sido a sua rejeição, lembrar-se-ia o PSD ou o PS de propor qualquer referendo? A proposta do PSD é também uma proposta_indecente, propor à Assembleia_da_República de rastos. Escolher a via parlamentar, andar como andou o PS a dizer que era a seguir às autárquicas que o projecto seria agendado e votado, andar **publicamente** a pressionar o PCP para não agendar o seu projecto antes das autárquicas, marcar a data da votação com o recurso a um agendamento_potestativo, fazer campanha contra o referendo em_nome_da legitimidade da Assembleia e depois disto tudo, capitular e deixar escapar entre os dedos o que tão laboriosamente tinha sido conseguido. Tudo isso é tratar a Assembleia como um joguete, na mão de interesses partidários e de arranjos_de_corredor. Pur(a) e simplesmente, Senhores_Deputados, uma vergonha."

BPCP: "Muito_bem!"

JA: "A proposta do PSD é ainda uma proposta_indecente, porque são as mulheres, a sua cidadania, a sua dignidade, a sua vida e saúde foram usadas como moedas_de_troca. Essa foi sempre em todo este processo a lógica da direcção_do_PSD. Compreende-se, se há base eleitoral realmente dividida nesta matéria, é a base eleitoral do PSD. Para quem tiver =p =p <presentes as profundas dissemelhanças entre um certo PSD rural e um certo PSD urbano, o dos quatros técnicos, homens e mulheres, não tenho **nenhumas dúvidas** de que o PSD como partido estava condenado a dividir-se, por isso o referendo é uma tábua_de_salvação para o PSD, é uma **desculpa, uma fuga**, ao ganhar_a_batalha do referendo, o líder_do_PSD, desculpem a expressão, não há outra, safou-se de um grande entalanço. E quem havia, quem havia de fazer o seu jogo? Pergunto, é uma pergunta retórica, mas tem que ser feita. Se a campanha das homilias for levada ao extremo, se os vídeos levarem ao vómitos e à guerra_total, se as chantagens e os medos políticos que no PS são mais que visíveis, levarem à derrota da lei, que fazem os Deputados_do_Partido_Socialista? Lavam as mãos? Que dizem às mulheres condenadas ao aborto_clandestino? Não têm responsabilidade nisso? Mas se não têm responsabilidades no que se passa no País, se não têm responsabilidades no que, no que, no que se passa no País, então para que é que serve a Assembleia, para que é que servem os Deputados? As mesmas sondagens óbvias, se se perguntar a alguém, se quer dar_opinião e votar sobre um assunto importante, porque é que há-de dizer que não? Essas mesmas sondagens de resultado óbvio vão responder à pergunta sobre o sentido de responsabilidade da Assembleia, que ele anda **muito, muito** por baixo. O PS já ontem deu aqui o sinal do que é realmente este acordo. Na matéria do Tribunal_Constitucional teve de votar o projecto apresentado pelo PSD, apesar deste ter empalmado malcriadamente para si mesmo, aquilo que era um texto que não lhe pertencia e sobre o qual havia contactos para a sua subscrição conjunta. Teve de votar esse texto do PSD, como **teve de votar** esse texto **como o PSD quis** na **única** questão da qual discordava em relação ao PSD. E daqui para a frente, e daqui para a frente? Não podem aprovar agora a pergunta para que ela não seja submetida ao

actual Tribunal_Constitucional. Porque, como escreveu o Professor_Vital_Moreira, "é preciso ver se o referendo vai passar na fiscalização prévia". Têm assim que aguardar a publicação desta lei, exigindo ao Presidente_da_República uma promulgação =mete <meteórica e nada de fiscalização prévia da constitucionalidade da lei do Tribunal_Constitucional. Têm (de) se entender para a composição do Tribunal_Constitucional sujeitando-se presumivelmente a mais vetos como os que o PSD já fez em relação a alguns dos nomes que que que a adiantaram. Os juízes eleitos depois têm que optar os restantes, têm de votar uma pergunta, têm de exigir mais uma vez ao Presidente mais uma aprovação meteórica e o mesmo a um novo Tribunal_Constitucional. Entretanto têm de aprovar a lei_do_referendo com todos os coelhos que a enxameiam, incluindo a votos emigrantes e têm que arranjar mais uma promulgação meteórica. Entretanto está a decorrer o recenseamento e neste momento é terminar a trinta_e_um_de_Maio, na *death-line*, com mais um mês de inalterabilidade, que os Senhores_Deputados do PSD introduziram aqui na votação na especialidade. Admita-se, por hipótese, que este exercício de obstáculos, que parece uma prova de resistência para *Rangers* é vencido e que há mesmo o referendo a cinco_de_Junho, por exemplo. Se assim for, aqui declaramos, =se <sem hesitações que o PCP escolherá o caminho da verdade contra a hipocrisia, o caminho da defesa da mulher e da sua dignidade contra a sua condenação, à degradante | condenação / condução da clandestinidade e do (lobelo) de criminosa, o caminho da defesa da saúde e da vida, contra o aborto_clandestino e o seu cortejo de atentados às condições de segurança e higiene. Faremos campanha pelo Sim. É o cumprimento do nosso programa político, é o cumprimento do nosso programa político, é uma exigência da posição claramente de esquerda que assumimos. E o PS? E o PS? Como…"

JA: "E o PS? E o PS? Como cumpre o seu programa, o seu compromisso fundador, o seu engajamento ideológico? Parece que a tentação do abismo foi mais forte do que a coerência assumida na votação de quatro_de_Fevereiro. O PS parte para este debate sem posição, não é possível, não se acredita. Parte com o Secretário_Geral que com posição contrária à da maioria do Partido? É um autêntico *study_case*. O Secretário_Geral vai estar em silêncio? Há silêncios, Senhores_Deputados, que ensurdecem e o pior é que **nada vai conseguir travar** que a fala do Secretário_Geral_do_PS seja usada e abusada nos tempos de antenas do Não, a criticar precisamente a posição da maioria do PS. Senhores_Deputados_Socialistas, os Senhores e as Senhoras ainda estão no tempo de decidir. Nós PCP pronunciamo-nos agora pela retoma da via parlamentar e pela aprovação da lei de_acordo_com o calendário que tinha sido acertado e decidido. A coragem não é ir atrás do PSD nem das sondagens =de repo <de resposta óbvia, a coragem aqui é saber ouvir o clamor das mulheres_portuguesas, é saber responder-lhes aqui, agora com a lei que mude esta hipocrisia e indignidade, em que nos atolamos as mulheres sofrem e todos os que com elas partilham este sonho de responsabilidade de companheirismo, de amizade, de amor, este sonho como p'la nossa vontade e pelas nossas mãos queremos moldar o futuro. Disse!"

AS: "Para um pedido de esclarecimento, a palavra ao Senhor_Deputado_José_Magalhães. / Alegre levantou o braço para… Faz_favor. Também para um pedido de esclarecimento. Muito_bem."

JM: "*Ah* / <u>Senhor</u> "

AS: "<u>Senhor_José_Magalhães</u> faz_favor."

JM: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_João_Amaral, o Senhor_Deputado foi injusto em relação a esta Bancada e creio que perdeu o sentido do objectivo principal da sua intervenção, que suponho que era contribuir para uma discussão sobre o drama e o flagelo do aborto_clandestino em Portugal, e a forma de lhe dar resposta. E essa injustiça deve ser sublinhada porque há manifestamente entre nós um ponto de coincidência, um ponto de divergência. Ninguém nesta Bancada, e pelo contrário, *ah* coloca senão o dedo na chaga do aborto_clandestino e propõe soluções para lhe dar resposta e **quer** essas soluções, **bate-se**_por essas soluções, e sobre essa matéria não pode haver nenhuma dúvida e tudo o que seja intriga é uma intriga divisiva que enfraquece aqueles que em Portugal querem combater esse flagelo, **não merecemos** essa declaração, **não merecemos** essa suspeição e dificilmente podemos aceitar uma aula de porte nessa matéria. Mas a questão que se coloca nesse domínio, Senhor_Deputado, é que de facto **ali** há quem tenha uma atitude dupla e hipócrita. **Ninguém ali pede** prisão para as mulheres que abortam em Portugal, **ninguém ali pede** que o flagelo seja combatido com cadeia, com algemas, com violência, com repressão. É uma atitude **incongruente**, é uma atitude **incoerente**, é uma atitude que nós sublinharemos sempre. A nossa proposta visa diminuir o número de abortos_clandestinos, cometendo-os a prazos e condições de saúde e de segurança que protejam a vida das mulheres_portuguesas e não que contribuam para um objectivo contrário. **Isto** não pode ser diminuído ou alterado. **Não convergimos**, Senhor_Deputado, em relação à questão do método. A_partir_do momento em que se gera na sociedade_portuguesa um movimento patente, social com expressões diversas e com projecção do tecido partidário para um referendo sobre essa matéria, nós só podíamos ter duas atitudes, e aí **temos uma divergência** claramente. Uma era dizer não, por razões de princípio não o fizemos. Ano passado, em Fevereiro de_noventa_e_sete, chegámos a admitir e propor um referendo em condições que o Senhor_Deputado muitíssimo bem conhece, porque precisamente não havia uma razão de princípio para rejeitar tal hipótese. Foi o PSD, e as baterias de Vossa_Excelência devem virar-se para o PSD, e aí justamente, que impediu a realização desse referendo e que depois disso **não colocou nunca mais** a questão do referendo a não ser na primeira vez em que o Partido_Socialista, tendo **marcado o debate do projecto** que tinha apresentado e que os Deputados teriam subscrito, **forçou** o PSD a assumir a posição, uma reviravolta, é uma facto, que durante **meses** tinha recusado assumir. Colocados perante essa reviravolta de posição, Senhor_Deputado, o que é que devíamos fazer? O que Vossa_Excelência aqui propõe:votar de imediato e na mesma, | ignorando / ignorante | essa mudança de posição, a disponibilidade do PSD para fazer **três** referendos, dos quais **dois no mesmo dia**, como o PS sempre tinha proposto e tinha insistido várias vezes. Devíamos **ser surdos** essa reclamação social, devíamos **ignorar** o peso que essa reclamação social tem. Decidimos democraticamente e num processo que eu creio exemplar, não o fazer. E fizemos essa discussão pública e transparentemente e foi assumida de forma legítima no momento pelos órgãos próprios, explicada e fundamentada e plenamente assumida pela Bancada e pelo Partido_Socialista." (64)

AS: "(Agra)deço <u>que termine Senhor_Deputado</u>."

JM "<u>Teria sido bom, concluo</u> Senhor_Presidente, teria sido bom Senhor_Deputado_João_Amaral, que esta questão tivesse sido isenta de taticismos por parte do PSD. Evidentemente que sim,

mas pode-nos Vossa_Excelência que além_de governarmos a nossa casa ainda governemos o irracionalismo do PSD, o taticismo do seu Presidente, a volubilidade, os zigue-zagues, as reviravoltas e as piruetas? Senhor_Deputado, isso é difícil demais. Nem Vossa_Excelência conseguiu."

AS: "Agradeço que termine, Senhor_Deputado."

JM: "E por último Senhor_Deputado"

AS: "Se faz_favor."

JM: "em relação ao que vamos fazer. Vamos fazer passo-a-passo aquilo que é necessário para haver um referendo,..."

BC (vb): "[…] reviravolta."

JM: "e o Partido_Socialista vai partir para esse debate tal como é, um partido tolerante, plural, laico, com o seu estilo próprio, não com o de Vossa_Excelência, com o seu estilo próprio, de corpo inteiro participando nesse debate para ganhar, para fazer vencer um conjunto de ideia, segundo a vontade do povo_português."

AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado."

JM: "[…] Senhor_Deputado."

AS: "Tem de terminar. Muito_obrigado. (73) Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto pediu_a_palavra para defesa da sua honra. Tem_a_palavra."

MJNP: "Não é para defesa da minha honra, Senhor_Presidente"

AS: "Da_Bancada, da Bancada."

MJNP: "É da honra da Bancada."

AS: "Faz_favor Senhora_Deputada."

MJNP: "E para dizer que, de facto, o Senhor_Deputado_José_Magalhães não tinha qualquer argumento face ao ataque muito certeiro do Senhor_Deputado_João_Amaral, e é de muito mau gosto que não tendo argumentos para responder a esse ataque, o Senhor_Deputado tenha o desplante, permite-me que use esta palavra, o desplante para apontar para esta Bancada. Eu queria-lhe dizer ao Senhor_Deputado que aquilo que o Senhor confundiu e a sua Bancada toda confundiram foram duas coisas muito importantes: entre a forma e a substância e entre a coragem e as convicções. Os Senhores agarraram-se a questões formais para esconder a substância desta matéria,"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

MJNP: "e a substância desta matéria ou é vista como a vê o Deputado_João_Amaral, ou é vista como a vejo eu, não é vista como a vê o Senhor. Isso ficou aqui claro, e depois exactamente porque não há convicções assim, é exactamente assim, como não há convicções nem coragem, os Senhores não podem ter outro discurso, porque aquilo que ficou, e aí eu tenho que, de facto, *ah* acompanhar outros oradores que já me antecederam, o que ficou claro para o povo_português e muito particularmente para as mulheres_portuguesas a quem Vossas_Excelências criaram expectativas, não fui eu que criei, foram os senhores que criaram expectativas, é de facto uma grande, grande fraude, uma grande, grande fraude. E é isso que o Senhor_Deputado_José_Magalhães não pode nem sabe responder, mas quando o

Senhor_Deputado =Ma <José_Magalhães não souber nem puder responder a qualquer coisa nesta Câmara, faz_favor resolva a questão internamente, não aponta para a minha Bancada, porque nós **nesta matéria** temos a certeza absoluta que assim como começámos, assim acabaremos, com coragem para dizer aquilo que às vezes não gosta de ser ouvido, eventualmente com a discordância de muitos, mas também certamente com a concordância de muitos. Isso chama-se convicções, chama-se coragem e **nunca, nunca, nesta matéria** por uma questão de respeito por aquilo que está_em_causa, seja qual for a posição de cada um, confundir a forma com a substância. Vossa_Excelência confunde tudo, porque não tem resposta para dar nem à sua Bancada, nem às mulheres do seu partido, nem às mulheres_de_Portugal. Quando tiver esse problema resolva-o como quiser, para este lado Vossa_Excelência não resolve nada, porque eu não deixo. Muito_Obrigado."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

AS: "Ao Senhor_Deputado_José_Magalhães, a palavra para dar explicações querendo."

B (vb): "Até o Paulo_Portas já vai apoiar […]"

JM: " "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, *ah* a intervenção de Vossa_Excelência revela [^^^^] (pro)fundo desconforto que a caracteriza em todo este debate. Vossa_Excelência **ergue-se como um anjo_justiceiro esticando agora o dedo de Vossa_Excelência** contra nós, e como se tivesse uma espécie de monopólio da coragem e da convicção, Vossa_Excelência que tem utilizado o debate de aborto para uma mesquinha e, aliás, infecunda e abortada campanha eleitoral no interior do seu Partido descomposto e em situação de crise. Senhora_Deputada, tenha um porte nesta matéria mais moderado. Em segundo lugar, Senhora_Deputada, dê um prémio ao Senhor_Deputado_João_Amaral. É o verdadeiro globo_do_embaraço. Senhor_Deputado_João_Amaral terá que carregar esse globo escondido, será um globo que seguramente não o honrará nem lhe fará nenhum bem do mundo, mas é digamos um pequeno truque parlamentar. Agora, em matéria de questão_de_fundo, Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, em_nome_de que é que Vossa_Excelência se ergue como anjo_vingador, quando aquilo que eu disse é de pura objectividade? Vossa_Excelência nesta matéria em vez de travar um debate equilibrado, mais equilibrado foi o que travou o ano passado, diga-se em abono da verdade, em torno de pontos de aproximação e de diferença que há na sociedade_portuguesa e nesta Câmara também, **conduz uma táctica hoje** com métodos de demagogia violentíssima, acusando-nos a nós de objectivos que não temos e arrogando-se de virtudes que Vossa_Excelência não tem, mas não tem a título nenhum, e portanto quando Vossa_Excelência abre o seu escritório e diz "aqui há atestados de convicção e de coragem" eu digo-lhe, **Vossa_Excelência não tem qualificação para notária**, e não tem convicção nem legitimidade para mandar atestados de coragem a ninguém desta Bancada e doutras de resto. Não lhe aceitamos essa lição, mas pense na monstruosidade do seu | remendo / remédio | . Vossa_Excelência diz-nos que não há aqui convicção, mas eu pergunto-lhe, mas que convicção é que Vossas_Excelências exibem, da posição radical em que Vossa_Excelência se colocou agora, este ano, uma posição de deriva demagógica perigosíssima, quando p**erante** o estado actual do aborto_clandestino em Portugal adoptam a atitude que Vossas_Excelências têm adoptado. Quer Vossa_Excelência propor a revogação da lei que está_em_vigor revista em mil_novecentos_e_noventa_e_sete? Quer

Vossa_Excelência, em_nome_das concepções extremas, que o Deputado, seu colega, que está sentado atrás de si, de vez em quando invoca sem ter ideia das suas consequências? Quer Vossa_Excelência alterar =o actu <o actual quadro__legal **regressando ao código_penal de mil_oitocentos_e_oitenta_e_seis? Quer Vossa_Excelência aprovar aquele projecto abortício** que aqui foi rejeitado na passado semana, ou há pouco tempo com voto alargadíssimo para **proibir qualquer forma de aborto**? Quer Vossa_Excelência pôr na cadeia as mulheres que recentemente numa revista pública disseram "Eu abortei"?Vá Vossa_Excelência já à PJ fazer o triste trabalho casaquiano de delatar essas mulheres. Eu não acredito Senhora_Deputada e honra lhe seja feita enquanto foi directora de um estabelecimento hospitalar, Vossa_Excelência **não delatou que eu saiba**, nenhuma mulher que tenha abortado e que tenha passado pelos seus serviços. […] bem" -/-

AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado."

JM: "Eu termino. Fez bem, Senhora_Deputada, mas fez **melhor** quando fez isso do que quando ergueu agora a espada da demagogia para dizer o que **sem razão nenhuma** disse, ofendesse esta bancada. **Rejeitamos veementemente essa ofensa e não lhe aceitamos essa autoridade**."

BPS: "Muito_bem!"

AS: " Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto pede_a_palavra para…"

MJNP: "Senhor_ Presidente eu tenho de defender outra vez a honra da Bancada."

AS: "Não pode Senhora_Deputada. Não há a defesa da honra contra explicações. Não há" -/-

MJNP: "*Ó* Senhor_Presidente" -/-

AS: "Não há, não tem tradição nesta casa" -/-

MJNP: "Posso interpelar a mesa?" (138)

AS: "Se for uma interpelação verdadeira, faça_favor."

MJNP: "Não há tradições de ofensa."

AS: "Senhora_Deputada, tenha paciência. Está em suspenso o Senhor_Deputado, o Senhor_Deputado_João_Amaral. Não há tradição nesta Casa de defesa da honra contra explicações dadas na sequência de uma defesa da honra. Podemos instituir isso no novo regimento, enquanto não estiver" -/-

MJNP: "*Ó* Senhor_Presidente, então eu peço para no fim defender a honra, a minha honra pessoal."

AS: "No fim, com certeza. Com muito gosto."

B (vb): "*Áh* não fica por aqui? Não pense […]"

AS: "Mesmo assim com alguma dúvida. Senhor_Deputado_João_Amaral, faz_favor de responder. *Ai* quer juntar os dois, muito_bem. Senhor_Deputado_Manuel_Alegre tem_a_palavra para formular o seu pedido de esclarecimento." (145)

MA: "(Obri)gado. Obrigado Senhor_Presidente, o Senhor_Deputado_João_Amaral referiu o meu nome. Eu queria, em primeiro lugar, dizer-lhe a título pessoal que reafirmo aqui o que tive ocasião de dizer durante o debate, que esta Assembleia_da_República, sede de representação nacional, tinha e tem toda a legitimidade para decidir sobre esta matéria. Mas uma vez que se optou

pelo referendo, quero dizer-lhe que eu farei campanha pelo sim, e que é minha convicção que a esmagadora maioria desta Bancada fará campanha pelo sim, e que a esmagadora maioria do Partido_Socialista fará, sem dúvida, campanha pelo sim."
AS: "
Deputado_João_Amaral tem_então_a_palavra para responder. Não tem tempo, mas a Mesa concede-lhe dois minutos para o fazer."
JA: "=Muito_obrigado, Senho <Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_José_Magalhães, Senhor_Deputado_Manuel_Alegre, eu não quero entrar neste debate *ah* em chicana nem nada que se pareça. Não vou retorquir à história do embaraço, não vou dizer que é o Senhor_Deputado que vai […]. Não vou dizer nada disso, não me vou meter nisto porque eu o que pus aqui é uma questão **muito séria** e não a pus **com nenhum nível de intriga**. Não diga o Senhor_Deputado que eu faço algum nível de intriga, quando foi o próprio *ah* Secretário_Geral_do_Partido_Socialista que disse ou que mandou dizer no dia da votação, que tinha sido uma derrota pessoal. Isto tem um significado. O Senhor_Deputado **tem que compreender que esse nem sequer é um problema só** do Partido_Socialista, **esse é um problema que tem a ver com a própria aprovação da lei. É um problema que (me) toca a todos aqueles que querem efectiva aprovação da lei**. O Senhor_Deputado diz =as… <aqui assim o seguinte, diz aqui o seguinte *ah* "Há não não se *ah* acusa o PSD de tacticismo". Eu digo-lhe uma coisa Senhor_Deputado, o problema grave que houve em todo este debate foi o PS em vez de se ter guiado por princípios e por ter de com e e por ter cumprido o calendário tal como ele estava definido, isto é a assumpção da via parlamentar, como nós decidimos livremente, porque decidimos que era a via parlamentar, em vez de o ter feito ter cedido ao tacticismo. Eu vou-lhe dizer uma coisa, Senhor_Deputado, eu vou-lhe dizer uma coisa, eu em relação ao posicionamento dos partidos quanto esta questão não tenho a mais pequena dúvida no que toca ao PSD e no que toca ao PP. O PSD e o PP estão a fazer **tudo** que podem para evitar a aprovação de uma lei que *ah* altere as condições em que é possível *ah* recorrer à interrupção_voluntária_da_gravidez. **Estão a fazer tudo o que podem para isso e eu estou em clara oposição ao PSD**, mas eu não sou nem quero ser, não sou nem quero ser a muleta do PSD nesse objectivo. Agora eu pergunto-lhe a si, pergunto ao Senhor_Deputado_José_Magalhães, quando os Senhores aceitam a chantagem, cedem a ch… aceitam a chantagem e mudam mudam de terreno, o que é que fazem? Não são Vossas_Excelências é que são a muleta do PSD e eu vou-lhes dizer uma coisa, e vou dizer uma coisa ao Senhor_Deputado_José_Magalhães, a questão *ah* friamente esta: o PSD tinha, de facto, um grande problema com a votação das leis e tinha um grande problema porque o PSD apesar de a a maioria da Bancada da esmagadora maioria da Bancada ser contra a alteração que era proposta o PSD sabe que não é esse =o sentido <o sentimento do da do do seu eleitorado, da sua base social se apoio. Sabe que na sua base social de apoio há uma profunda divisão, e o PSD **recorreu ao referendo, recorreu ao referendo** para resolver um problema político. Pois sabem Vossas_Excelências o que é que sucede, sabem o que é que sucede? Pois é, o Partido_Socialista resolve o problema PSD e importa para si esse problema, porque o problema é um problema real. Os Senhores dizem aqui assim que "a maioria" o Senhor_Deputado_Manuel_Alegre disse "a esmagadora maioria da Banca" -/-
AS: "Peço-lhe, peço-lhe que termine Senhor_Deputado, se faz_favor." (188)

JA: "Eu termino já. "A esmagadora maioria desta Bancada vota pelo sim." **Pois o problema, o problema é saber como é que vota o Partido_Socialista**. E esse é, de facto, um problema que dificulta tudo isto e que coloca perante todos Vossas_Excelências perante uma gravíssima responsabilidade. A gravíssima responsabilidade de decidindo agora, decidindo agora que não seguinte a via parlamentar, criar uma situação que pode a termo no seu resultado não ser aquela que é favorável às mulheres_portuguesas."

AS: "Muito_obrigado, Senhor_Deputado."

JA: "Recordo aqui as mulheres_**portuguesas e os seus interesses e dignidade. É essa a razão de ser que devia-nos ter movido a todos, nomeadamente a Vossas_Excelência**"

BPCP: "Muito_bem!"

JA: "

e não foi isso que sucedeu."

BPCP: "Muito_bem!" (196)

AS: "A palavra para uma intervenção. O Senhor_Deputado_Nuno_Abecassis."

CA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, uma breve intervenção, não pode deixar de ser breve uma intervenção sobre esta matéria da parte de uma Bancada que teve sempre a mesma posição, a posição da defesa intransigente daquilo que considera que é a vida e o seu começo. A defesa intransigente também (tão bem) da vida das mulheres mesmo das que praticam o aborto, não dando desculpas ao Estado para se esconder atrás de uma trincheira e continuar a **nada fazer** pelo planeamento_familiar, pela saúde das mulheres, pela vida das mulheres. E dizer também (tão bem) que o meu partido entrará no debate para este referendo claramente do lado dos que são a favor da vida, sem […] excepções e sem dissidências e que o fará porque entende que tem obrigação de lutar p'la vida e que tem obrigação de lutar contra qualquer forma de pena_de_morte. Não aceitamos a doutrina, nem aceitamos a civilização da morte. Não aceitamos que o Estado possa invocar limites para a defesa daqueles que sofrem e daqueles que têm a sua vida em risco sejam mulheres, sejam crianças. E é com a coerência de quem não admite excepções na defesa da vida, nos bateremos neste campo. Uns concordam connosco, outros não concordarão, Mas ninguém põe em dúvida a nossa coerência e acho de muito mau gosto e não responderei aqui a atitude de Deputados que desrespeitando esta Assembleia tentam intervir na vida interna do meu Partido em véspera de um congresso. O menos que posso dizer disso é que nem esteticamente é aceitável, quanto mais moralmente. Não há nada que o possa desculpar e no caso do Senhor_Deputado em causa só um desvario o faz levar na peugada do rato dentro de uma corrida (enformátia) que já não tem nada que ver com a vida parlamentar."

BCDS-PP: "

Muito_bem!"

AS: "Palavra para uma intervenção à Senhora_Deputada_Heloísa_ Apolónia."

HA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, hoje deveríamos estar a fazer a votação final global da despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez. Acaso o projecto_de_lei do PS aprovado na generalidade pela Assembleia_da_República, há quinze dias atrás, um dos que, tal como o do PCP, estabelecia a despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez, tivesse sido rejeitado, não estaríamos aqui a discutir o projecto_de_resolução para um referendo à alteração da lei_do_aborto. Aliás, disse-o também numa intervenção no dia

quatro_de_Fevereiro o Senhor_Deputado_Manuel_Alegre. E passo a citar "os principais defensores e advogados do referendo depressa se esqueceriam dele se porventura os projectos hoje em discussão aqui fossem derrotados." –fim de citação. E logo respondeu o Senhor_Deputado_Marques_Guedes "sem dúvida". Por aqui se vê que a intenção dos autores deste Projecto não é ouvir os Portugueses, mas sim encontrar manobras para inverter o resultado da votação que se fez na Assembleia_da_República, em quatro_de_Fevereiro, onde se abriu o processo legislativo nesta matéria, pondo_em_causa a democracia_representativa e o sistema_democrático_português. Significa isto que a proposta do PSD tanto tem de hipócrita como de farsa política. Ocorre que o problema do aborto_clandestino, a situação de milhares de mulheres que clandestinamente praticam aborto não se compadece nem com hipocrisias, nem com farsas políticas. Significa isto que o PSD considera que esta Casa não tem legitimidade para decidir da despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez, mas tem legitimidade para decidir da continuação do aborto_clandestino e da penalização das mulheres que o praticam. Isto é, no mínimo, intolerável. Por isso os Senhores_Deputados sobre este projecto que não passa de um baixo_jogo_político, de uma ilusão de valores, de um atentado à democracia_representativa, não vale_a_pena dizer nem mais uma palavra. Agora, Senhores_Deputados, sobre a posição assumida pelo PS é preciso dizer alguma coisa. =O Senho <O Senhor_Deputado_Sérgio_Sousa_Pinto afirmou estas palavras, no dia quatro_de_Fevereiro, e muitos Deputados do PS aplaudiram de pé com presumível convicção. Passo a citar "Se as nossas propostas recolherem hoje apoio maioritário, o referendo tornar-se-á o instrumento permanente do desrespeito e do desafio a uma lei democrática, em_nome_de uma ordem de valores estranha à Constituição_da_República_Portuguesa." Fim de citação. Não é possível que vinte e quatro horas depois alterem radicalmente posições, ou mesmo que hoje votem o projecto_de_resolução do PSD. Em_nome_da dignidade, em_nome_do respeito p'los valores democráticos, em_nome_do direito de opção das mulheres_portugesas por uma maternidade livre, consciente, desejada e feliz, não é possível que estes Deputados assumam uma tão inqualificável cambalhota_política. Serviria isso para quê? Para ceder ao PSD em troca do voto do PSD noutras matérias? Então a garantia da vida e da saúde de tantas mulheres, a garantia de uma gravidez feliz e querida, então o combate ao aborto_clandestino, a causa bárbara da saúde_pública vale assim como moeda_de_troca? Se isso acontecer, não defraudarão só as expectativas que criaram nas mulheres_portuguesas, defraudar-se-ão a vós próprios, à vossa dignidade, mas também à democracia_portuguesa, que com acordos destes, com mesquinhices destas não ganha, mas perde. São os permanentes acordos de bastidores, negociados fora do Parlamento, o diz que disse, mas que afinal não disse, os que afirmam isto, mas amanhã já dizem aquilo. O que é que se pode esperar? Que dignidade assumam os representantes dos cidadãos que permanentemente tomam esta atitude. O Partido_Ecologista_Os_Verdes considera que o início do processo legislativo decorrente da aprovação na generalidade de um projecto_lei que despenaliza a interrupção_voluntária_da_gravidez deve chegar ao fim seguindo os trâmites normais. O Partido_Ecologista_Os_Verdes reafirma que a despenalização da IVG significará =a não descriminaliza <a não criminalização de mulheres que praticam a IVG, que a IVG será praticada em condições de segurança para a mulher e com o acompanhamento médico adequado que combaterá vigorosamente o aborto_clandestino, que permitirá inclusivamente a diminuição da prática_do_aborto em Portugal, como foi realidade nos Países em que essa despenalização foi feita. É preciso que, entretanto, fique claro que coma despenalização da IVG, ninguém é

obrigado a abortar, ninguém é incentivado a abortar como alguns querem fazer querer à falta de argumentos para negar o direito da mulher a optar. (290) Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, a pergunta que em_consciência se faz a todos os Senhores_Deputados é esta "Devem as mulheres que abortam ser penalizadas?" Quero ver quantos é que se vão levantar para dizer que sim. Obrigada"
AS: "(Não me nego) (vb) satisfazer o pedido da Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto quanto à defesa da sua honra pessoal, mas só o que posso fazer | entendendo / atendendo / (intendendo) | com o referido ao pedido de esclarecimento do Senhor_Deputado_José_Magalhães e não à resposta de qualquer modo tem a liberdade de gozar_a_palavra como entender, porque não há, de facto, =pedido de esclareci… <defesa da honra contra a resposta a um pedido de defesa da honra, mas como pode formular dois pedidos ao mesmo tempo, um da defesa da honra"
MJNP: "Muito_ obrigada Senhor_Presidente"
AS: "outro da Bancada, portanto não há nada que lhe impeça isso, faz_favor."
MJNP: "Senhor_ Presidente, eu fui educada a achar que quem_não_sente_não_é filho_de_boa_gente, e por isso, seja com qualquer forma regimental, eu gostaria de dizer ao Senhor_José_Magalhães aquilo que desde_que nasci tenho voz, sempre disse e nunca me arrependi quando me senti ofendida, e aliás, devo dizer que não me ofende =quem pode, <quem quer, ofende-me quem pode, e não é o caso. Mas eu gostaria de dizer aqui ao =Senhor_José_Magalhães o seguinte <Senhor_Deputado_José_Magalhães o seguinte: eu considero que na política há regras, e que nós mais do que ninguém devemos lutar para que essas regras existam e sejam respeitadas. Quando se cai no insulto e no insulto fácil, Senhor_Deputado_José_Magalhães, a única, a única razão que se pode escrutinar é de facto não ter razão, não ter razão. Só quando **nós não temos razão** é que nós temos a tentação de cair no insulto, e se o Senhor_Deputado_José_Magalhães teve alguma atenção para, *ah* enfim, para o meu comportamento ao longo destes três anos saberá que muito raramente eu resvalo para aí. Faço um grande esforço para isso. Não quero confundir os planos, estou aqui numa actividade política, não estou aqui numa actividade pessoal, e acho que **não dignifica** essa actividade política quando insulto. Eu quero dizer uma coisa ao Senhor_Deputado_José_Magalhães, **nunca** me ouviu dizer nem **nunca** me ouvirá dizer que o Senhor_Secretário_Geral_do_PS é também um católico e é também contra o aborto. Nunca faço essas confusões. =Nunc… <Nunca uso =a pessoa <as pessoas nas suas duplas qualidades para o fazer, portanto, o Senhor_Deputado_José_Magalhães não poderia **nem deveria** atacar-me através de um Congresso que se vai realizar, onde talvez eu nem sequer seja candidata e que não é trazido aqui à colação. Quando nós trazemos aqui à colação coisas que não estão directamente relacionadas, só pode ser porque realmente estamos numa situação de total falta de razão. E para terminar, eu queria dizer que também trouxe aqui à colação o meu trabalho que com muito orgulho fiz no terreno junto de muitas dessas mulheres. Eu quero dizer-lhe Senhor_Deputado_José_Magalhães que se se puder orgulhar como eu me orgulho duma solidariedade efectiva com essas mulheres, eu fico satisfeita por si, porque eu por mim estou muito satisfeita. Foi uma =solidaieda <solidariedade real, efectiva junto delas sempre e em todos os momentos. Não a publicito, não tenho por quê, mas já que a trouxe à colação, esteja

certo assim o Senhor_Deputado_José_Magalhães seja tão solidário com as mulheres como eu tenho sido ao longo da minha vida."
BCDS-PP: "Muito_bem!" (341)
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_José_Magalhães para dar explicações se assim o entender."
JM: "Sim, Senhor_Presidente, dou, dou com muito gosto estas explicações desde logo porque a Senhora_Deputada **agora** nesta intervenção adoptou um tom e um estilo que me parecem francamente preferíveis ao que tinha adoptado na intervenção que motivou a minha réplica"
BPS: "[…]"
JM: "*Ó, ó* Senhor_Deputado_Marques_Guedes não não tome_dores_alheias como dores suas, que Vossa_Excelência está fora desta conversa e ainda bem. Senhora_Deputada_Maria_José_Nogueira_Pinto, *ah* tal como Vossa_Excelência entende que não pode, na sua actividade política, deixar de mencionar determinados factos e mencionar outros, também **nós**, ou também eu no caso concreto entendi que era adequado procurar uma explicação para a diferença de comportamento de Vossa_Excelência entre o ano passado e **este ano**. Eu desafio quem quer que seja, Vossa_Excelência, daqui a umas horas, porventura com mais calma, a ler o traslado, palavra a palavra, daquilo que eu aqui disse em_consciência e por achar que era rigoroso e verdade. Achei eu que Vossa_Excelência não estava a comportar-se, nas últimas semanas, **imunemente** a uma factologia política de que é protagonista, e como Vossa_Excelência não tem uma qualidade divina é humana, é de carne e osso, não é envergonhante que Vossa_Excelência não seja insensível à sua circunstância política e porventura **não será tão grande** que seja imune a essa circunstância política. Não disse mais do que isso, mas também não disse menos do que isso. O que me preocupou sobretudo, Senhora_Deputada, foi que neste debate alguém se arrogasse o papel de justicialista, justiceiro, de atribuir como Vossa_Excelência aqui fez, bolas de ouro e bolas de prata e bolas outras a outros, neste caso, negativas a nós, negras, em torno de questões que devem ser discutidas fria e serenamente. E aquilo que eu critiquei, Senhora_Deputada, aquilo que vou criticar, aquilo que por corresponder as minhas convicções profundas, muito fundas, e (razoalmente) antigas nos próximos meses, vou repetir, é que faz mal, e muito mal, quem nesta matéria adoptar a posição que Vossa_Excelência adopta de **duplo critério**. Eu não abro nenhum concurso, não abro nenhum concurso de quem gosta mais da saúde das mulheres_portuguesas. Não abro. Reconheço o mérito da Senhora_Deputada enquanto directora de um determinado =je <estabelecimento hospitalar nato à acção concreta que desenvolveu, mas digo-lhe tem uma atitude dúplice, muito hipócrita e muito perigosa quem em_nome_desse objectivo, que devia ser um objectivo comum a várias famílias políticas, adoptar um critério hipócrita e vier num lado dizer que uma despenalização não deve ter lugar, e ao mesmo tempo não fizer o que seria coerente, embora terrível, que é exigir prisão e punição para a aplicação de criminalização que está_em_vigor e que Vossa_Excelência não quer suprimir. Isto é, Vossa_Excelência reclamar-se-á do que quiser, mas não nos dará aulas de coerência e leva esta explicação que é dada com gosto, mas mantemos, Senhora_Deputada, **intacta** a divergência. E um belo dia, o povo_português vai decidir. Eu estou convicto que decidirá a favor de um conjunto de ideias, de propostas e de soluções, nas quais nós aqui acreditamos convictamente. Muito_obrigado." (396)
BPS: "Muito_bem!"
AS: "

Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, pede_a_palavra para uma intervenção, beneficiando do tempo residual que lhe é concedido pel' Os_Verdes. Creio que tem uma grande capacidade de síntese. Vai pô-la à prova com certeza."

OT: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Serei mesmo muito sintético. Senhor_Presidente, já aqui hoje tivemos oportunidade de referir que continuamos absolutamente convictos de que o projecto_de_resolução apresentado pelo PSD, tal como aliás estava previsto, devia ser votado hoje e ser **rejeitado** pela maioria desta Câmara."

BPCP: "Muito_bem!"

OT: "E é precisamente por mantermos essa convicção que iremos votar contra o requerimento que o PSD agora apresenta para abaixa à Comissão (sem) educação. Muito_obrigado, Senhor_Presidente."

BPCP: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"

AS: "Senhor foi mesmo sucinto. Senhores_Deputados, vamos então passar às votações. Terminou o tempo de debate, já não é possível debater mais..." (398) [^^^^] (422)

SSM: "e também à circunstância de o contrário do que acontece com as iniciativas legislativas não terem momentos distintos para a apreciação na generalidade e na especialidade, os Deputados abaixo assinados consideram que é desejável que a Comissão aprecie com rigor e detalhe a proposta_de_referendo que hoje debatemos e que contribua para que a pergunta a submeter ao eleitorado seja o mais clara e objectiva possível. Assim, requerem abaixa à Comissão_de_Assuntos_Constitucionais_Direitos_Liberdades_e_Garantias do Projecto_de_Resolução 75/VII para a apreciação pelo prazo máximo de quatro semanas, de forma a que o Plenário_da_Assembleia no mais tardar até à sessão plenária do dia dezanove_de_Março possa votar o referido projecto_de_resolução na sua versão final."

AS: "Senhores_Deputados, vamos votar o requerimento. Quem vota contra faz_favor de se levantar. Podem sentar-se Senhores_Deputados. Quem se abstém. Aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP, com os votos contra do PCP e do PEV. Vamos agora baixa portanto à primeira comissão, como é óbvio. Temos agora em votação final global o texto sobre o qual todos os Grupos_Parlamentares se puseram de acordo, no sentido que se votasse desde_já, o texto final apresentado pela Comissão_de_Assuntos_Constitucionais_Direitos_Liberdades_e_Garantias relativa à proposta_de_lei número 139/VII originária do Governo que aprova a lei_orgânica_dos_centros [^^^^]. Quem vota contra, faz_favor de se levantar. Quem se abstém. Aprovada por unanimidade. O Senhor_Secretário_da_Mesa vai ler alguns relatórios que têm de ser votados também."

SSM: "Relatório parecer da Comissão_de_Assuntos_Constitucionais_Direitos_Liberdades_e_Garantias: "Em reunião da Comissão realizada no dia dezanove_de_Fevereiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito, pelas catorze e trinta horas, foi observada a seguinte retoma de mandato de Deputado. Retoma de mandato nos termos do artigo VI números um e dois dos Estatutos_dos_Deputados, José_Mário_Lemos_Damião, Deputado independente na lista do

Partido_Social_Democrata pelo círculo eleitoral de Braga, em vinte_e_seis_de_Fevereiro corrente, inclusive cessando Jorge_Manuel_Lopes_Moreira_da_Silva, Deputado do Partido_Social_Democrata pelo círculo referido. O parecer vai no sentido que a retoma de mandato em causa é de admitir uma vez que se encontram verificados os requisitos legais." (459)

AS: "Para a discussão vamos votar. Quem vota contra. Quem se abstém. Aprovado pela unanimidade."

SSM: "A Polícia_Judiciária_Directoria_de_Lisboa, processo de inquérito sete_noventa_e_cinco_noventa_e_sete e o parecer no sentido de autorizar o Senhor_Deputado_Joaquim_Martins_Ferreira_do_Amaral a prestar depoimento por escrito querendo na qualidade de testemunha no âmbito =do <dos autos em referência."

AS: "Está em discussão. Vamos votá-lo. Quem vota contra. Quem se abstém. Aprovado por unanimidade."

SSM: "Ainda da Polícia_Judiciária_da_Directoria_de_Lisboa, processo de inquérito sete_noventa_e_cinco_noventa_e_sete e o parecer vai no sentido de autorizar a Senhora_Deputada_Maria_Teresa_Patrício_Gouveia a prestar depoimento por escrito querendo na qualidade de testemunha no âmbito de […] em referência."

AS: "Está em discussão. Vamos votar. Quem vota contra, quem se abstém, aprovado por unanimidade."

SSM: "Do Tribunal_Criminal_da_Comarca_do_Porto, processo quinhentos_e_cinquenta_noventa_e_cinco, terceiro juízo correccional, primeira secção, e o parecer vai no sentido de autorizar o Senhor_Deputado_José_da_Conceição_Saraiva a prestar depoimento na qualidade de testemunha no âmbito dos autos em referência em audiência marcada para o dia dezassete_de_Novembro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito, pelas nove e trinta horas."

AS: "Em discussão. Vamos votar. Quem vota contra, quem se abstém. Aprovado por unanimidade."

SSM: "Tribunal_Judicial_da_Comarca_de_Miranda_do_Douro, processo quarenta_e_cinco_noventa_e_sete, que autoriza o Senhor_Deputado_Júlio_Meirinhos_Santana a prestar depoimento na qualidade de testemunha no âmbito dos autos em referência, em audiência marcada para o dia dezoito_de_Março_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito pelas dez horas."

AS: "Não há pedidos de palavra. Quem vota contra, quem se abstém. Aprovado por unanimidade."

SSM: "Tribunal_Judicial_de_Albufeira, processo trinta_e_quatro_noventa_e_seis e o parecer autoriza o Senhor_Deputado_Joaquim_Manuel_Cabrita_Neto a prestar depoimento na qualidade de testemunha no âmbito dos autos em referência, em audiência marcada para o dia doze_de_Março_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito, pelas nove e trinta horas."

AS: "Está em discussão. Vamos votar. Quem vota contra. Quem se abstém. Aprovado por unanimidade."

SSM: "Finalmente, Tribunal_Judicial_Comarca_de_Viseu, processo onze_doze_noventa_e_sete que autoriza o Senhor_Deputado_José_de_Almeida_Cesária a prestar depoimento na qualidade de testemunha no âmbito dos autos em referência em audiência marcada para o dia vinte_e_três_de_Fevereiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito pelas dez horas."

AS: "Em discussão. Vamos votar. Quem vota contra, quem se abstém. Aprovado por unanimidade. Senhores_Deputados chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Uma boa_noite a todos. Até_amanhã às dez horas."

AS: "Então entramos no período da ordem do dia, a procissão Parlamentar número quarenta_e_seis barra VII apresentada pelo PPD/PSD do decreto_lei número trezentos_e_oitenta_e_um barra noventa_e_sete de trinta_de_Dezembro que aprova o Regulamento (Consular). Para iniciar o debate tem_a_palavra o Senhor_Deputado_Pereira_Coelho. Não está. Está? 'Tá, 'tá."

Discursos proferidos no dia 19 de Março de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 20 de Março de 1998

AS: "…Suponho que os Senhores_Deputados já estarão orientados sobre esta sucessão de substituições, temos, portanto, uma proposta apresentada pelo Partido_Socialista sem preâmbulo, temos depois outra proposta apresentada pelo Partido, temos entretanto logo a seguir uma proposta apresentada pelo PSD, portanto posterior à primeira, mas temos depois uma proposta de substituição da fórmula inicial e do (proémio) do projecto_de_resolução número 75/VII do Partido_Socialista, esta posterior, e finalmente uma versão corrigida de proposta_de_substituição do Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista apresenta com vista a alterar o projecto_de_resolução número_tal_e_tal. Portanto, agradecia que os Senhores_Deputados que usem_da_palavra para discutir sobre este assunto se pronunciem sobre as propostas e também sobre qual consideram =se <ser a melhor ordem da votação. Senhor_Deputado_Marques_Guedes tem_a_palavra." (195)

MG: "Obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o PSD teve sempre sobre esta matéria uma mesma posição, não pode haver alteração da lei_do_aborto sem referendo, sem perguntar aos Portugueses se querem ou não essa alteração."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "É uma posição de coerência que contrasta com a teimosia, as contradições e a reserva mental que outros vêem exibindo sobre esta questão. Contradições que se reflectem na escusada complicação em que se enredaram na redacção da pergunta a fazer aos Portugueses"

BPSD: "É verdade!"

MG: "quando afinal, como toda a gente já percebeu, bastava perguntar aos Portugueses com simplicidade se concordam, ou não, que o aborto seja livre nas primeiras dez semanas da gravidez. É uma complicação que só pode ser explicada porque os Senhores se preparavam para fazer nas costas dos Portugueses uma coisa que hesitam agora em fazer à vista de todos, e agora parece que têm vergonha de falar claro."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "É essa Senhores_Deputados a fraqueza das vossas posições. Pela nossa parte achamos que perdem a oportunidade de no primeiro referendo que se realiza em Portugal usar da clareza, da simplicidade que se exige para uma pergunta de sim ou não, mas fiquem descansados que nós não compramos essa guerra, em qualquer caso que fique para registo, a pergunta do primeiro =po <referendo que se vai realizar em Portugal é, pela vontade do Partido_Socialista, uma pergunta confusa, complicada e capciosa quando poderia e deveria ser simples, clara e concisa, mas o importante é que o referendo se faça e que sejam os Portugueses a decidir se o aborto deve ou não deve ser livre nas primeiras dez semanas. E o mesmo se diga quanto à questão a introduzir sobre as razões de natureza económico-social como motivo justificante para o aborto. Senhores_Deputados, das_duas_uma, ou essa alteração não tem relevância, é gratuita e então não é necessário introduzi-la na lei, ou ela é essencial para permitir aquilo que a lei hoje não permite e então os Portugueses têm o direito inalienável de dizer se concordam, ou não, com tal alteração. Os Senhores essa alteração à lei, os Senhores é que têm de decidir, ela é gratuita ou é essencial? Tenham a coragem e a hombridade de assumir o que pretendem."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Se não o fizerem é bom que tenham a consciência clara que não podem depois do referendo à sorrelfa enviar ao Presidente_da_República uma alteração à lei_do_aborto que não foi sufragada pelos Portugueses quando é público, ainda por cima, que o Presidente já declarou que entende deverem ser referendadas as alterações que se queiram fazer na lei_do_aborto. Denunciamos aqui e agora essa habilidade. É gato_escondido_com_o_rabo_de_fora."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Fica aqui o aviso, não digam, depois, que não avisámos, porque ninguém se iluda, Senhores_Deputados, depois será politicamente insustentável e de duvidoso respeito constitucional querer legislar sobre uma matéria antes submetida a referendo de modo diferente daquele que for o sufragado pelos cidadãos. Esperamos para ver qual a leitura e a decisão que o Senhor_Presidente_da_República terá de tudo isto. Pela nossa parte, ficam já a saber que nos oporemos a esse embuste. Têm aqui nesta proposta por nós subscrita e também pelo Partido_Popular, a hipótese de o evitar. As perguntas do nosso ponto de vista devem ser "concorda que o aborto seja livre nas primeiras dez semanas da gravidez?" e uma segunda pergunta " concorda que razões de natureza económica ou social possam justificar =para <por constituírem perigo grave para a saúde da mulher?". É esse o teor das vossas propostas, deveria ser esta a meridiana clareza com que se colocam as questões aos Portugueses."(247)

BPSD: "Muito_bem!"

AS: "=O (<Ora) o Senhor_Deputado_Cruz_Abecasis."

CA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, como disse o Senhor_Deputado_Marques_Guedes, a proposta de substituição ao projecto_de_resolução setenta e cinco sete é na realidade subscrita pelo Partido_Social_Democrata e pelo CDS-PP. | Ia / Queria | -lhe pedir Senhor_Presidente, queria-lhe pedir, Senhor_Presidente, queria-lhe pedir, Senhor_Presidente que rectificasse a informação que deu, o meu Partido subscreve e assume, e assume a responsabilidade conjuntamente com o PSD sobre esta proposta_de_substituição. *Senhores_Presidente e Senhores_Deputados…"

AS: "É feita a rectificação, Senhor_Deputado. Como calcula, nas propostas nem sempre é fácil identificar as assinaturas, que são assinaturas" -/-

CA: "Senhor_Presidente, eu não fiz nenhuma crítica" -/-

AS: "Não, eu sei que não, e que fizesse =seria bem pe… <seria pertinente."

CA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, a Assembleia_da_República aprovou uma lei sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, uma **segunda lei** o nosso voto contrário. A nossa posição foi **clara** durante todo o debate, a vontade da Assembleia foi deveria haver um referendo sobre esta matéria, essa posição parece ter feito, vingado e, de facto, estamos agora a discutir um conjunto de propostas e um projecto_de_resolução sobre a realização desse referendo. Não quero fazer processos_de_intenção a ninguém, mas não quero deixar de tornar claro como o fiz_em_nome_do meu Partido durante todas as negociações que antecederam esta reunião plenária, entendo que a pior que pode acontecer a **qualquer** Partido_político desta Assembleia, os que estiveram a favor e os que estiveram contra, a pior coisa que pode acontecer à

dignidade desta Assembleia é de algum modo podermos ser acusados de ter ludibriado os Portugueses ao fazer um referendo que não respondia às questões que estavam postas. É nesse sentido e é por isso, e não por qualquer artimanha escondida que entendo que se os autores da proposta que venceu tem duas questões e se a lei permite, a lei-quadro dos referendos que seja feito até três perguntas, não vejo qualquer razão suficiente para que se faça uma pergunta quando há duas situações. Só admitiria numa circunstância, e tive o cuidado de perguntar se era essa a posição do Partido_Socialista e essa circunstância seria que se *eh* por acaso o eleitorado viesse a responder negativamente à pergunta formulada pelo Partido_Socialista, isso significava, sem sombra de dúvidas, a queda **total** da lei que foi aprovada. Foi-me respondido que não, porque *eh* a segunda pergunta corresponderia uma precisão em relação à lei já aprovada. Não é suficiente e não é entendível e penso que a Democracia se constrói sobre posições claras, **a favor ou contra**, não está_em_causa saber, neste momento, se a favor ou contra, mas que seja perguntado aquilo que é questionado e que seja respondido com clareza"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

CA: "sim ou não."

BCDS-PP: "Muito_ bem!"

CA: "Resta àqueles que têm espírito democrático aceitar as decisões do eleitorado. O nosso lado, aceitá-las-emos, mas não queremos que sobre nós caia, de maneira nenhuma, a responsabilidade ou sequer a acusação, ou sequer a suposição de que compartilhámos com um logro feito ao eleitorado." (411)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

CA: "Não sei qual é o resultado do referendo, nenhum de nós o sabe, quero acrescentar para ser ainda mais claro, que estou convencido que a segunda =propo <pergunta que reformulamos terá uma resposta de sim, contrária, portanto, àquilo que eu penso, mas mesmo assim, entendo que essa pergunta deve ser feita e sem fazer =in… <processos_de_intenções a ninguém, **por causa da dignidade desta Assembleia, por causa da dignidade da Democracia, por causa da clareza que devo =relacionar <reger as nossas relações com o eleitorado**, faço um apelo a todos os Partidos, para que aceitem as duas perguntas que apontámos."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

CA: "Se não quiserem fazê-lo a nossa responsabilidade está livre, porque nós entendemos que pr'ó bem ou pr'ó mal, elas devem ser claras e a posição que os Portugueses traduzam através do referendo não deve deixar dúvidas a ninguém e **principalmente** não deve ser objecto **nesta Assembleia de novas discussões** que ponham em dúvida tudo aquilo que fora resolvido. Isso seria um golpe_**de_morte** sobre a Democracia_Portuguesa"

AS: "[…] tempo"

CA: "num assunto da **maior** […]"

AS: "Não estou a perceber."

CA: "Penso que não o devemos fazer. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados"-/-

AS: "Senhor_Deputado, 'tava-lhe, 'tava-lhe a pedir que terminasse, se faz_favor. Já, já" -/-

CA: "Vou terminar" -/-

AS: "ultrapassou dois minutos."
CA: "Penso que deixei muito clara a posição do meu Partido sobre esta matéria, volto a dizer, não faço processos_de_intenções, faço um apelo à clareza das nossas posições, quaisquer que elas sejam." (435)
BCDS-PP: "Muito_bem, muito_bem!"
AS: "Senhor_Deputado _José_Magalhães tem_a_palavra para uma intervenção."
JM: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, no decurso das últimas semanas, o Grupo_Parlamentar_do_Partido_Socialista empenhou-se e empenhou-se de forma séria e sincera, em que se tornasse possível chegar a uma conclusão alargada consensual, pelo consenso **mais alargado** que fosse possível sobre aquilo que é preciso perguntar às Portuguesas_e_Portugueses em matéria de interrupção_voluntária_da_gravidez. Fizemos esforços de discussão, de terminologia a utilizar, das questões a considerar, **empenhámo-nos** em que esse esforço permitisse, esses esforços permitissem chegar a um consenso alargado, repito, infelizmente não foi possível atingir esse consenso, não chegámos a uma pergunta única, mas aproximámos **muito** posições, suprimimos e eliminámos divergências secundárias, reduzimos a um núcleo muito pequeno de questões aquilo que nos divide em matéria de pergunta a fazer no referendo. Congratulamo-nos, pela nossa parte, com esses esforços, não nos arrependemos deles, empenhámo-nos neles **genuinamente, tínhamos e devíamos fazê-lo** a_partir_do momento em que aceitámos, do Plenário, na data em que todos sabemos, colaborar na realização =do referendo <**d'um** primeiro referendo, se for essa a vontade e a decisão do Senhor_Presidente_da_República sobre questões relacionadas com a interrupção_voluntária_da_gravidez. A pergunta, que pela nossa parte, Bancada_Socialista, uma vez que segurou a hipótese de subscrição em conjunto de um texto **único**, a pergunta que entendemos que deve ser feita ao eleitorado e que submetemos, à vossa deliberação, Senhoras_Deputadas_e_Senhores_Deputados, é esta: "Concorda com a despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez, se realizada por opção da mulher, nas dez primeiras semanas em Estabelecimentos_de_Saúde **legalmente** autorizado?" Esta pergunta, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, tem as seguintes características: é constitucional, isto é, obedece **rigorosamente** às características de rigorosa expressão, inequivocidade, não ambiguidade, não sugestividade e susceptividade de ser respondida "sim" ou "não" livremente e em_consciência. Por outro lado, é uma pergunta que não referenda a lei_em_vigor, que **nenhuma dúvida** suscita quanto ao facto de que **aquilo** que se está a referendar é o **mais** que foi proposto e aprovado na generalidade na Assembleia_da_República, no dia quatro_de_Fevereiro, e em relação a isso, sendo certo que o referendo intervém por razões e vicissitudes históricas que todos conhecemos, depois da votação na generalidade, e não **antes** como seria possível constitucionalmente e por ventura mais desejável, é preciso que a pergunta retrate e *refuta (474) com fidelidade o universo **a grande opção, a grande inovação** que a Assembleia_da_República aprovou na generalidade. Essa **grande** opção, essa **grande** inovação é a consagração da interrupção_voluntária_da_gravidez a pedido, por opção da mulher nas dez primeiras semanas nas condições que o projecto estabelece, ou seja, em estabelecimentos_de_saúde legalmente autorizado, **não** em qualquer sítio, **não** em quaisquer circunstâncias, mas em condições bem delimitadas, as quais visam

defender e proteger a vida da mulher que se submete a uma interrupção_voluntária_da_gravidez. É **isso** que está proposto, **é isso** que foi aprovado, é sobre isso que é preciso consultar o eleitorado, não pode consultar-se o eleitorado sobre outra coisa. A pergunta tem uma outra característica =Senh… =Senh… <Senhores_Deputados, é que condensa num número de caracteres limitado os **muitos milhares de caracteres** do projecto_lei que aqui foi aprovado e fá-lo usando linguagem que sendo tecnicamente correcta, é linguagem do código_penal, é todavia também normalmente perceptível e faz parte da linguagem comum, tendo por isso as vantagens de perceptividade. Por outro lado, repito, reflecte-se **rigorosamente** ‘ que foi aprovado, nada se esconde, tudo se retrata com rigor e com objectividade. Respondem-nos os Senhores_Deputados_do_PSD, -“Mas era melhor que a pergunta fosse mais simples e mais curta” e aduzem uma exemplificação que é a pergunta que eles fazem, mas a pergunta que os Senhores_Deputados fazem será curta, mas é também curta de alcance, curta de objectividade, curta de rigor e é puramente propagandística, panfletária e, como tal, não pode ser aprovada por nós./ (palmas) Não pode e não será aprovada por nós. Uma pergunta que **desnatura** um regime jurídico de despenalização em aborto_livre e de qualquer maneira, não é um retrato fiel, não é isso que esta Bancada aprovou, não é isso que queremos, é outra coisa e consta do projecto_lei aprovado, não do retrato grosseiro que o Senhor_Deputado_Marques_Guedes aqui exaltou e que **ele acha** o retrato positivo e correcto, mas de uma óptica panfletária e francamente facciosa.”

BPS: “Muito_bem!”

JM: “Não estamos consigo. Em segundo lugar, Senhor_Presidente, colocou-se à última hora, **no último minuto**, ou já depois do último minuto, uma questão fantástica da parte da Bancada_do_PSD, que é a questão da **segunda pergunta** e subitamente havia pessoas *ah* penetradas pelo vírus da segunda pergunta lançado pelo PSD e pelo Senhor_Deputado Encarnação, hoje aqui ausente, em Praga, de que a segunda pergunta era inevitável, sem isso só haveria meio_referendo, sem isso haveria escamoteado graves questões. É uma fantástica tese. O PSD no projecto_de_resolução 75/VII o que propunha Senhores_Deputados?”

BPS: “Uma pergunta.”

JM:“**Uma pergunta**”

BPS: “Muito_bem!”

JM: “O PSD anulou o seu projecto_de_resolução” -/-

AS: “Terminou o seu tempo Senhor_Deputado.”

JM: “Eu concluo Senhor_Presidente.”

AS: “Agradeço que conclua.”

JM: “de que propunha **uma pergunta**, e porque é que o fazia? Porque a segunda questão, tendo o Partido_Socialista anunciado a sua disponibilidade de não insistir na **única** inovação relativa ao aborto_terapêutico que era o alongamento do prazo de exoneração da IVG e tendo […] constituir sobre a explicitação referendar essa explicitação como o PS propõe “concorda que razões de natureza económico-social possam justificar o aborto por constituírem perigo grave para a saúde da mulher?” equivaleria a referendar a lei_em_vigor, a fazer um referendo ou confirmativo ou aberrogativo, o que a Constituição **absolutamente proíbe**, portanto, pela nossa parte, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado_Marques_Guedes, somos claros, não

renunciamos à explicitação, não aceitamos que a questão da explicitação das condições do aborto_terapêutico se transforme numa segunda pergunta, e sobretudo **na grande pergunta** como quem o aborto […]" -/-
AS: "Agradeço que termine Senhor_Deputado, muito_obrigado.
JM:
"[…] Senhor_Presidente, **dizendo que vamos para o referendo para que os Portugueses decidam livremente.**"(428)
AS: "A palavra ao Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira."
OT: "Obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, o que fundamentalmente justifica o voto que o Partido_Comunista_Português vai fazer em relação ao projecto_de_resolução, independentemente da pergunta, são ao_fim_ao_cabo, as razões por que o PS e o PSD e o PP, razões e a forma por que o PS, o PSD e o PP querem impor este referendo. Desde logo, em primeiro lugar, o facto de este referendo ser imposto, porque o Partido_Socialista, depois de ter votado uma lei na Assembleia_da_República, em que recusou terminantemente a hipótese de referendo, passadas as célebres vinte e duas horas deu_o_dito_pelo_não_dito e aliou-se aos defensores ou aparentemente defensores do referendo para obrigarem, ao_fim_ao_cabo, a que a lei fosse travada e a que se viesse a fazer o dito referendo."
BPCP: "Muito_bem!"
OT: "Em segundo lugar, em segundo lugar, / a posição, as razões, os conceitos que estão por trás da imposição deste referendo. Todos nós estamos recordados que quando em Novembro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_sete, os projectos_de_lei em discussão foram rejeitados pela maioria desta Assembleia nunca mais, durante um ano, nenhum Senhor_Deputado, nenhum Grupo_Parlamentar falou num referendo à interrupção_voluntária_da_gravidez."
BPCP: "Muito_bem!"
OT: "Só a_partir_de quatro_de_Fevereiro_de_mil_novecentos_e_noventa_e_oito, quando a proposta foi aprovada, a proposta_de_alteração, a proposta_de_despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez foi aprovada pela maioria desta Assembleia é que então os Senhores_Deputados_do_PSD, =a <uma boa parte, pelo menos a Bancada_do_Partido_Socialista, não quero aqui fazer referência ao número de Deputados que estão, ou não, a favor dessa posição, a Bancada_do_Partido_Socialista e o PP é que se lembraram novamente do referendo. Há aqui uma **duplicidade** de critérios, uma duplicidade de critérios, que no nosso ponto_de_vista, é politicamente inaceitável e que tem atrás de si e por trás de si uma concepção extremamente grave, a concepção de que é a criminalização e a penalização da interrupção_voluntária_da_gravidez que é aquilo a que já aqui chamámos a ordem natural das coisas. É isso que é, digamos, a questão civilizacional que existe, a situação civilizacional contra a qual não se pode estar, e, por isso, só exigem, só exigem um referendo quando se verifica que há a hipótese a proposta aprovada de uma alteração a essa dita ordem_natural_das_coisas. Porque quando não há uma aprovação =da proposta <de um projecto_de_lei, então já não vêem razão para =cosultar <consultar o povo. Esta concepção de que é certo, o que é correcto é aquilo que existe hoje, que é a criminalização e a penalização da mulher que tem de

recorrer à interrupção_voluntáriada_da_gravidez, é uma concepção extremamente =grávida <grave para nós e absolutamente inaceitável do ponto_de_vista político."
BPCP: "Muito_ bem!"
BPCP: "Muito_bem!" (483)
OT: "Somos / Senhor_Deputado, parece que há um Senhor_Deputado que não está, que não está muito agradado com a questão" /
BC: "[…]"
OT: "*Ah* Está-lhe a tocar?"
BC: "[…]"
OT: "Está a tocar-lhe? Bem, então eu continuaria. / Ao_fim_ao_cabo votamos ainda contra esse propósito, =pró =pró <este projecto_de_resolução por todo o manobrismo que tem estado sempre por trás dele, manobrismo que ainda não acabou, que ainda há pouco foi aqui explicitado e que iremos ver daqui a pouco quando for altura da votação. Manobrismos múltiplos que passam por fazer a aprovação do projecto_de_resolução ainda antes de estar publicada a nova lei_do_referendo e o manobrismo, o último manobrismo que é tentar arranjar uma **ordem** de votação para que o PSD, pelo menos o PSD, não entendi bem a posição do PP, pelo menos o PSD possa viabili**zar** a pergunta apresentada pelo Partido_Socialista sem que desista da sua própria pergunta, e esse último manobrismo, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados é aquele que está contido nas várias propostas e que certamente quando discutirmos a ordem, iremos discutir porque mas permitia-me chamar desde_já a atenção para o Senhor_Presidente e para a Mesa é que a proposta do Partido_Socialista que altera a pergunta e que foi apresentada agora, diz que é a versão corrigida da proposta apresentada ontem, como é a versão corrigida entra =en… <entra a proposta que foi entrada ontem, em primeiro lugar deve entrar a proposta do Partido_Socialista, mas Senhor_Presidente para terminar" -/-
BC: "[…] empenhamento em quê?"
OT: "É um empenhamento total e completo por parte do PS" -/-
BC: "(mas empenhamento em quê, em quê?) É **primeiro** o PS"
OT: "Para terminar Senhor_Presidente, ficou-nos agora relativamente claro, -/- (palmas)(514) ficou-nos agora relativamente claro ainda uma outra posição que consideramos extremamente grave. Das intervenções que foram feitas pelos Senhores_Deputados =do PS <do PSD e do PP, é que afinal o que parece estar certo e garantido por parte do Partido_Socialista que depois do referendo ser aprovado pela maioria dos Portugueses, a lei, ou =o pró <o projecto_de_lei que foi aprovado =na especia <na generalidade -/-"
AS: "Agradeço que vá terminando, Senhor_Deputado"
OT; "em quatro_de_Fevereiro **deixará cair** a alteração das doze para as dezasseis semanas, das doze p'ás dezasseis semanas, em caso de perigo de vida /"
BC: "É uma vergonha."
OT: "para a mulher ou para a =*soa saúde <sua saúde física e psíquica. É mais uma cedência **inaceitável** do ponto_de_vista, do nosso ponto_de_vista que o Partido_Socialista faz desta matéria."
BC: "[…]"

OT: "P'los vistos ainda está para discutir"
AS: "
Agradeço que termine já Senhor_Deputado"
OT: "ainda que, termino já Senhor_Presidente, ainda está para discutir a **outra** cedência que o PSD quer e que, certamente, vai continuar a lutar com o Partido_Socialista para que ele ceda mais uma vez, como tem vindo […] (531) é que desapareça também a tal precisão das condições económicas e sociais. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, por todas estas razões nós votaremos **contra** o projecto_de_resolução independentemente da pergunta, mas podem ter a certeza, **podem** ter a certeza clara, é que nós estaremos, o Partido_Comunista_Português, estaremos claramente depois da aprovação deste projecto_=de_reso <de_resolução, estaremos claramente na defesa do sim ao referendo e iremos bater-nos_p´lo Sim -/-"
AS: "Muito_obrigado, Senhor_Deputado."
OT: "sem deixarmos de criticar […] -/-"
AS: "Muito_obrigado!"
OT: "tudo aquilo que o Partido_Socialista fez. (Acabei)" (540)
AS: "Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis pede_a_palavra defesa da honra da sua Bancada. Tem_a_palavra."
CA: "Senhor_Presidente / Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, ia deixar aqui bem claro para defesa da honra que nós nunca advogámos uma única pergunta. Nunca. Todas as vezes que falei com o Senhor_Deputado_José_Magalhães, desde a primeira que o fiz, a minha posição foi **igual**, não teve a **mais pequena** divergência em relação àquilo que aqui digo. Segunda coisa que queria dizer para que não haja dúvidas de espécie nenhuma, é que embora defendendo e querendo que seja votada a proposta que apresentámos, e é legítimo querê-lo, Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, quero dizer desde já que se ela for derrotada e para não inviabilizar o referendo, que me parece que é um direito elementar do povo_português, abster-me-ei na pergunta do Partido_Socialista, mas não votarei contra porque não quero inviabilizar, de maneira nenhuma, o referendo. As posições são claras, não tenho que ter vergonha delas, em todo este debate, desde o primeiro dia e não quero aqui refazê-lo, foi sempre claro o que defendemos e o que dissemos. Podem concordar, ou não, mas não fugimos às questões nem iludimos ninguém, e é essa a posição que manteremos até ao fim."
AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Octávio_=Tei <Teixeira para dar explicações querendo."
OT: "Senhor _Presidente, Senhor_Presidente, eu darei explicações ao Senhor Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis, embora sinceramente, aliás p'la p'la (parca) intervenção que ele fez, logicamente não se sentiu ofendido pela minha intervenção, até nos quis clarificar uma posição da sua Bancada em relação à questão da prime… de ter defendido, ou não, uma pergunta só, isso é uma questão com outra Bancada, não era com a nossa, eu essa passo por cima, agora passo para a outra questão, pr'áquela que foi suscitada em termos de viabilizarem se a vossa for chumbada. Eu aceito isso perfeitamente, fazemos isso aqui muitas vezes, o que eu não sei se o Senhor Senhor_Deputado_Cruz_Abecasis e foi isso que eu denunciei é que =**para ter <para tentarem** essa viabilização do Partido_Socialista o **próprio Partido_Socialista** agora venha querer anular a pergunta que fez ontem para

entregar, na prática, a mesma pergunta hoje apenas por uma razão, não é pela alteração da pergunta, gostamos da pergunta, é para que ela seja **votada depois** daquela que foi substituída pelos Senhores, pelo PSD e p'lo p'lo PS, é **isso** que eu critico e é isso que eu sinceramente não posso aceitar e considero que é o manobrismo. Faz_favor Senhor_Deputado."

CA: "Senhor_Presidente, desculpe-me mas queria esclarecer o Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira que em momento nenhum sugeri ao Partido_Socialista que alterasse fosse o que fosse da lei, porque aliás, para mim, é indiferente que sejam dezasseis semanas, ou não, a nossa posição foi a defesa da vida, **claramente** a defesa da vida, independentemente de prazos, portanto nunca fiz qualquer sugestão nem, muito menos qualquer exigência, que isto fique **claro** para não haver dúvidas."

OT: "Pois =Senho <Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis, também para não haver dúvidas, pela nossa parte sempre nos =manif <manifestámos **contra** o aborto_clandestino, e é essa a nossa posição"

BPCP: "Muito_bem!"

OT: "e é isso que nos leva <u>à defesa</u>"

BPCP: "<u>Muito_</u>bem!"

OT: "que temos vindo a fazer sobre esta matéria. Sobre / sobre a questão de terem ou não terem pedido ao Partido_Socialista, terem ou não terem influenciado o Partido_Socialista a ir para o referendo, a alterar a pergunta, a fazer esta ou aquela pergunta, a descer, desaparecer com a proposta, que já estava aprovada na generalidade das doze para as dezasseis semanas, *ó* Senhor_Deputado_Nuno_Abecasis eu não posso desmentir aquilo que o Senhor diz e aquilo que o PSD pede para () dizer, agora o que eu estranho, é que **só, só pelo Partido_Socialista**, e ele próprio, ele tenha conseguido fazer estas cambalhotas todas sem haver ninguém a dar-lhe o empurrão, isso é que é muito estranho."

BPCP: "Muito_bem, muito_bem!"

IC: "Senhor_Presidente, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, eu penso que*eh*, independentemente dos jogos_de_máscaras que se vão deixando cair neste momento, aquilo que é claro, neste momento, no Parlamento, é a assumpção e aquilo que esta votação vai ser *ah* realizada significa, é sinónimo é de =a =de <o desrespeito do Parlamento pelas suas próprias decisões. O desrespeito do Parlamento pelas suas próprias decisões que implica o desrespeito pelo cidadãos que este Parlamento representa, porque o que está_em_causa quando se propõe aquilo que é proposto, é transformar o debate de quatro_de_Fevereiro, e as decisões aqui tomadas, transformá-las numa farsa, e essa é a leitura que, seguramente, todos os cidadãos têm o direito de fazer, particularmente as mulheres_deste_País, as mulheres que acreditaram no debate sério que julgaram que aqui se fez, as mulheres que acreditaram na, na, na veracidade dos propósitos que animavam os vários subscritores dos projectos, as mulheres que afinal viram que os seus direitos, os direitos de opção livre sobre si próprias, afinal são direitos ' para aqueles que não se movem por valores e para a ética passíveis de ser negociáveis, passíveis de troca, porque a proposta_deste_referendo não é uma proposta abstractamente considerada, nós não estamos aqui a discutir abstractamente e =não é disso <não é isso que se questiona, se alguém é a favor ou contra uma consulta, trata-se de ser a favor ou contra uma consulta quando a Assembleia tomou_uma_decisão sobre uma matéria e

quando decide interromper o processo legislativo que tinha iniciado para o substituir por uma consulta. A consulta poderia ter feito e essa era outro tipo de discussão em relação à qual provavelmente alguns de nós estaríamos divididos, poderia ser outra questão se antes de um processo legislativo fazia sentido fazer uma consulta, **seguramente** não faz sentido nenhum tendo feito e tendo iniciado um processo legislativo interrompê-lo para fazer uma consulta. Por isso, o **teor** da pergunta que agora é feita é uma questão marginal, é uma questão secundária, as mulheres já entenderam que foram objecto_de_negócio_e_de_troca, e as mulheres seguramente **todas elas** não deixarão de se envolver se for caso disso no debate e na discussão para que o referendo, que seguramente não se quer também ele *ah* seja um processo aberto e que se pretende seja viciado possa não se voltar contra os seus direitos, porque, efectivamente, mais não temos como como ponto_de_partida d'uma lei frouxa, tímida, que de recuo em recuo, afinal muito pouco acrescenta e que só essa afinal, se o referendo for por diante, será por ela que nos teremos que bater."

BOV: "Muito_bem! Muito_bem!" (31)

AS: "Palavra ao Senhor_Deputado_Cláudio_Monteiro para uma interpelação à Mesa."

CM: "Obrigado, Senhor_Presidente, é uma genuína interpelação à Mesa sobre a forma se vão procedendo"-/-

AS: "Agradeço."

CM: "*Ó, ó* Senhor_Presidente, não tem que ver sequer com a questão da prioridade da apresentação das propostas_de_substituição, mas a minha dificuldade é a seguinte: eu tenho para mim que esta Câmara está prestes a tomar duas decisões fundamentais, uma é a decisão de realizar ou não realizar o referendo sobre a liberação do aborto e a segunda é a decisão de saber que pergunta ou que perguntas =consubstarão <consubstanciarão essa consulta. Como no Regimento não há discussão na especialidade sobre os projectos_de_resolução, a dificuldade que eu tenho é que a minha posição sobre a primeira questão a de realizar, ou não, o referendo, prejudicaria a resposta à segunda, mas em caso de ser vencido na primeira questão, eu gostaria de ter uma palavra a dizer sobre a pergunta ou sobre as perguntas em concreto a submeter à consulta_popular, e nesse sentido eu punha à consideração da Mesa saber se é, ou não, possível em termos regimentais de distinguir, na votação, por um lado, a questão de realizar, ou não, o referendo, por outro lado, a questão de saber quais as perguntas, ou qual a pergunta que vai ser objecto desse referendo. Muito_obrigado, Senhor_Presidente."

AS: "Senhor_Deputado, eu penso que as perguntas são globais. A menos que haja consenso no sentido contrário, eu tenho de pôr a pergunta global à votação, o Senhor_Deputado votará como entender, agora partir, partir_uma_frase_ao_meio, eu não posso fazer isso."

CM: "Senhor_Presidente, só, só p'ra, p'ra prestar um esclarecimento, eu julgo que há uma, uma, uma viabilidade técnica ou jurídica de o fazer, distinguindo a votação do proémio, das perguntas propriamente ditas."

AS: "*ÓÓ* isso, isso do proémio vai ser distinto, como é óbvio, Senhor_Deputado."

CM: "Porque…" -/-

AS: "Terá que ser, terá que ser mesmo, e =vai <vou fazer essa distinção.[…]"

CM: "Porque se essa distinção for feita, julgo que isso resolve o problema."

AS: "Será, será, será, será feita. Senhor_Deputado_José_Magalhães, se_faz_favor." (47)
JM: "*Ó* =Se <Senhor_Presidente, eu creio que efectivamente, e os documentos que entregámos na Mesa sugerem isto mesmo, *ah* uma coisa é aquilo a que chamei nesse texto a fórmula inicial e o proémio, que é de facto a parte, em que na redacção que nós sugerimos, de mas pode ser outra qualquer, em que se invoca as posições competentes da Constituição, e que depois se diz que a Assembleia_da_República deliberou apresentar sugestões ao Presidente_da_República uma proposta de execução do referendo e outra questão é a do objecto e da pergunta que serão submetidas a referendo. É obrigatório e constitucionalmente, também, que a fórmula inicial, o proémio ou um número autónomo, o legislador aqui tem_alguma_margem_de_escolha, *ah* defina com rigor o universo eleitoral dos participantes no referendo. No texto que está nas mãos de Vossa_Excelência, *ah* esta escolha está contida na fórmula inicial e no proémio. Admitimos que outras soluções sejam possíveis, mas esta pareceu-nos francamente rigorosa e conforme à Constituição. Em suma, Senhor_Presidente, poderíamos votar separadamente a questão do proémio e da fórmula inicial, que define também o âmbito da participação no referendo, e depois, a pergunta, ou perguntas a fazer *ao*" -/-
AS: "=*Ó* Senho, <*ó* Senhor_Deputado, eu ia exactamente dizer, já que me tinham dado =uma se <uma ajuda muito relativa sobre este ponto sobre a matéria. O Senhor_João_Amaral quer usar_da_palavra, faz_favor."
JA: "[…]"
AS: "É sobre este assunto?" (60)
JA: "Senhor_Presidente, é sobre esta questão"
AS: "Faz_favor."
JA: "que é uma questão de metodologia."
AS: "Faz_favor."
JA: "A questão *ah, ah* muito simples. Não se votam *ah* referendos na generalidade. O q… isto é, eu não voto na generalidade fazer um referendo sobre uma matéria"
AS: "Claro que não."
JA: "E depois é que faço a pergunta. Não, eu voto uma determinada pergunta, aliás, eu não posso votar o universo eleitoral sem saber qual é a pergunta, e portanto, eu não posso fazer essa votação na generalidade que é aqui proposta, nem posso fazer votações separadas de proémios e, e, e, e conteúdo perguntativo."
BPCP: "Muito_bem!"
JA: "Ela é uma absoluta, ela é, é *eh* é separada por uma questão de técnica de substituição, mais nada, porque o que é votado, =o que é <o que está a ser votado, quando é votado separadamente do proémio é o proémio **daquela pergunta em concreto**, isto é, primeiro tem de ser votada a pergunta, e só depois é que pode ser votado o proémio."
AS: "Ia exactamente dizer isso, eu acho até que para uma **outra razão** tem que se votar primeiro as perguntas, pelo motivo elementar de que não sabemos se haverá uma pergunta ou duas perguntas, e o proémio tem que se alterar de acordo, tem que

ser_de_acordo_com uma ou duas perguntas. Terá de ser diferente se se referir a uma só pergunta, ou se se referir a duas perguntas, (por onde) estive aqui a pensar e parece-me que não pode deixar de ser assim: primeiro, a pergunta do PSD p'la razão simples de que a sua última substituição do PS é **posterior** à, à do PSD, a pergunta do PS na chamada versão corrigida, -que desculpem não é uma simples correcção, é de facto, uma outra formulação, porque não é apenas correcção de erros materiais, é diferente da formulação, é diferente da formulação, peço desculpa -, depois o preâmbulo do PS, preâmbulo do PS" -/-

B: "[…]"

AS: "Não pode ser de outra maneira, Senhores_Deputados, eu estou perfeitamente independente dos motivos que possa haver nos Grupos_Parlamentares sobre as formulações, não assisti a elas, nem participei. Depois o preâmbulo do PS, que é de substituição do PSD, se o do PS, ligado àquela pergunta concreta como exige o Senhor_Deputado_João_Amaral, for aprovado, prejudica, necessariamente, a aprovação ou votação do preâmbulo do PSD. Senhor_Deputado_Octávio_Teixeira, faz_favor."

OT: "Para interpelar a Mesa, Senhor_Presidente."

AS: "Faz_favor."

OT: "*Ó* Senhor_Presidente, eu vou interpelar a Mesa e *eh* não vamos entrar aqui *eh* digamos numa *ah* numa luta intensa sobre esta matéria, mas para que não haja dúvidas, Senhor_Presidente, eu gostava de (deixar) isto clarificado. Eu não me sinto **minimamente** convencido da ra…, da, da razoabilidade da solução que o Senhor_Presidente há pouco suscitou. E eu recordar-me-ia, até porque estamos dentro da me'ma matéria, daquilo que sucedeu há pouco tempo / que foi quando, poucos dias antes de dia quatro_de_Fevereiro, se suscitou a questão na Conferência_de_Representantes_dos_Grupos_Parlamentares, de aparecer a ideia do agendamento de =duas projectos_de_resolução_de_referendo apresentados pelo PSD e, na Conferência, chegou a haver um **consenso** em termos de opinião, de que de facto, por descuido, por desatenção, a questão não, não, não é essa questão que eu quero agora =de =de <discutir e dirimir tinha sido a… a… a… aceite como

um	novo projecto_de_resolução um **outro** projecto_de_resolução qu…
∅	

apresentado pelo Partido *ah* Social_Democrata para substituir o seu primeiro, e de cons…, o que deveria ter sido feito, e isto houve consenso depois na Conferência, o que deveria ter sido feito, era a substituição do texto do projecto_de_resolução que já estava na mesa, a situação é (representante) é exactamente a mesma, a proposta que o PS hoje apresenta, hoje dia dezanove, é como ele diz, a versão corrigida da proposta entrada no dia dezoito, por isso =deveria te…<deveria ser respeitada esta proposta em termos **da sua ordem** com o texto corrigido que agora apresentou, mas Senhor_Presidente, isto para dizer que por minha parte julgo que a questão é clara, não vamos agora entrar por uma luta e uma (barganha) sobre esta matéria." (100)

AS: "Todo o caso quero lembrar-lhe também que ainda vou tendo alguma memória, que nessa discussão que fizemos na, na Conferência_de_líderes, eu entendi que se tratava de dois referendos distintos, não apenas num só, e fez-se consenso nesse sentido, fez-se consenso nesse sentido, portanto, isso de algum modo altera um pouco o sentido da sua argumentação. Bem, mas eu penso que não, não poderá deixar de ser assim, porque as duas propostas, embora diga "versão corrigida", é evidente que se trata d'**outra** proposta, é evidente que se trata d'outra proposta. Em vez de, em vez de

"interrupção_voluntária_da_gravidez" não seja punível, diz-se despenalização, "realizada por […] dez primeiras sessões, estabelecendo […]" quer dizer é uma formulação, apesar de, apesar de o sentido ser o mesmo, a formulação é gramaticalmente diferente, portanto eu tenho que considerar que esta proposta é de substituição d' anterior e sendo posterior tem que, tem que se votar primeiro a do PSD, portanto vamos votar primeiro **a pergunta ou as duas perguntas**, as duas perguntas, a a pergunta formulada…"

SSM (vb): "Pela proposta do PSD"

AS: "Pelo PSD, ou seja" -/-

M (vb): "PSD e PPP. PSD e PP"

AS: "PSD e PP, Senhor_Deputado. Senhor_Deputado_Cruz_Abecasis, peço desculpa de há bocado não ter lido devidamente as assinaturas, ou seja, **primeira pergunta**: "Concorda que o aborto seja livre nas primeiras dez semanas de gravidez?", segunda pergunta: "Concorda que razões de natureza económica ou social possam justificar o aborto por constituírem um perigo grave para a saúde da mulher?". É esta a proposta que vamos votar em primeiro lugar. Portanto, quem concorda, quem, quem vota contra esta formulação faz_favor de se levantar. Podem sentar-se, Senhores_Deputados. Quem se abstém. Proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, PCP e PED e com os votos do PSD e do CDS/PP. Vamos agora" -/-

SSM (vb): "[…]"

AS: " Cláudio_Monteiro e Doutora_Maria_José dão declarações de voto, sim senhor. Faz_favor, Senhor_Deputado_Cláudio_Monteiro, se não é isso" -/-

CM: "Peço, peço desculpa, é para dizer que votamos **a favor** desta proposta, de_acordo_com o pressuposto da minha interpelação de há pouco, em que o que está em discussão é a pergunta e não a decisão de realizar, ou não, o referendo. Muito_obrigado."

AS: "Isso é uma declaração de voto, portanto muito bem."

CM: "Não, não, é para corrigir a votação, porque nós" -/-

AS: "*AH* é para corrigir a votação. Votaram a favor. Muito_bem, muito_bem. Agora vamos votar a pergunta na formulação do PS na versão corrigida. Pergunta da formulação do PS na versão corrigida, ou seja: "Concorda com a despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez, se realizada por opção da mulher, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento_de_saúde legalmente autorizado?" Vamos votar, quem vota contra faz_favor de se levantar / quem se abstém. Proposta foi aprovada com os votos favoráveis do PS, abstenções do PSD (e) do CDS/PP, com os votos contra do PCP e do PED, mas temos, portanto votos" /

BC: "[…]"

AS: " Senhor_Deputado, o Senhor_=Deputado <Deputada_Maria_do_Rosário_Carneiro e, e Cláudio_Monteiro goraram"

BC: "**Contra**."

AS: "votaram contra. Senhores_Deputados que estão de pé =tamb… <também votaram contra?"

SSM (vb): "Não, abstêm-se."

SSM (vb): "Abstiveram-se." (135)

AS: "Abstiveram-se, muito_bem. Portanto não altera o significado, o significado da votação. Poderão, depois, especificar junto ao Secretário_da_Mesa o sentido_do_vosso_voto, para constar da acta. Vamos agora, Senhores_Deputados votar o preâmbulo do PS, o preâmbulo do PS, que se chama "proposta de substituição da fórmula **inicial** e do proémio do projecto_de_resolução." Só a substituição da fórmula inicial e do proémio do projecto. É aquele que diz "por isso os Deputados signatários apresentam a seguinte proposta_de_substituição da fórmula inicial e do proémio do projecto_de_resolução 75/VII nos termos e para os efeitos etc…". Quem vota contra faz_favor de se levantar. Muito_obrigado, Senhores_Deputados. Quem se abstém. Aprovado com os votos favoráveis do PS, do PSD, com a abstenção dos Senhores_Deputados do CDS/PP, dos Senhores_Deputados, **não!**, e com o voto contra dos Senhores_Deputados Cláudio_Monteiro, *ah* Maria_Rosário_Carneiro…"
SSM (vb): "
[…]"
AS:"PCP e PED, não sei se há mais alguns, não há mais nenhuns. Portanto, está aprovado."
AS: "Chegámos ao fim das votações (vb) (149). Senhores_Deputados, chegámos ao fim das votações e também dos trabalhos. Uma boa noite para todos. Até_amanhã." (150)

DISCURSOS DE
1996-1998
TRANSCRIÇÃO OFICIAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
(T2)

Discursos proferidos no dia 24 de Outubro de 1996 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 25 de Outubro de 1996

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na sequência das nossas iniciativas legislativas de 1982 e 1984 que conduziram à lei actual sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG), os Deputados do PCP apresentaram, em Junho do corrente ano, um novo projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Fizemo-lo porque a lei penal restritiva relativamente aos primeiros projectos do PCP sobre a matéria manifestou-se totalmente ineficaz para pôr cobro ao flagelo do aborto clandestino e, daí, a necessidade urgente da sua alteração.

Fizemo-lo em cumprimento do nosso programa eleitoral, e dando voz a cientistas, sociólogos, médicos, juristas e a organizações de mulheres, a documentos da própria comunidade internacional, como a resolução do Parlamento Europeu, de 1990, que apelava ao fim das perseguições penais contra as mulheres que recorressem à IVG.

Mas fizemo-lo, fundamentalmente, para dar resposta a um problema dramático e angustiante das mulheres, nomeadamente das mulheres das classes economicamente mais desfavorecidas, privadas do direito a uma maternidade feliz e que, por falta de apoio a essa maternidade, se vêem obrigadas à dolorosa decisão de recorrer ao aborto clandestino. Com graves riscos para a sua saúde física e psíquica e mesmo para a sua vida. Em qualquer dos momentos da apresentação dos diplomas, a celeuma instalou-se no Hemiciclo. E o debate dirá, claramente, por que tal acontece, sempre que se trata de um problema dramático e angustiante do sexo feminino.

Esta última iniciativa do PCP suscitou uma celeuma acrescida. Possuído de um inaudito frenesim referendário, criado pelas suas próprias dificuldades internas, o PSD, desta feita, quer resolvê-las à custa de um referendo sobre problemas do foro íntimo das mulheres, problemas que tocam a própria liberdade de decisão, exercida em condições dramáticas e violentas.

O PSD diz querer um referendo para saber se se vai decidir pela possibilidade de alargamento da interrupção voluntária da gravidez. Quer pôr mesmo em referendo a própria ciência médica no que toca ao aborto eugénico. Mas a forma como a questão é colocada pelo PSD, com a expressa advertência do seu líder, de que está contra o projecto de lei, de que está contra o alargamento, torna claro que o que se pretende é um julgamento moral das mulheres (e são dezenas de milhares!) que se vêem forçadas a uma difícil e íntima decisão, violentando-se. O que consiste na mais confrontal condenação daqueles que se bastam com a consagração formal do direito à maternidade, lavando as mãos, como Pilatos, das consequências da não efectivação desse direito.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** Este referendo, de interesse partidário, o referendo do PSD, mais não quer prosseguir senão o objectivo de distrair a opinião pública nacional (como acontece noutras matérias) da evidência de que este partido, nas matérias mais importantes e decisivas, não tem nem quer assumir posições próprias.

O que o PSD quer, afinal, é adiar a resolução do grave problema de saúde pública do aborto clandestino, a segunda causa de morte materna, a causa de graves afecções físicas e psíquicas das mulheres, entre as quais se contam muitas adolescentes.

Estar contra a resolução desses problemas é que é o cúmulo da imoralidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** O referendo proposto contém em si o efeito perverso de contestação da própria lei existente, uma lei que, ainda que tímida, representa a assunção pela

Assembleia da República do dever de pôr cobro a uma situação de violência sobre as mulheres.

Com a proposta referendária do PSD, este partido manifesta-se incapaz de dar resposta a várias resoluções internacionais, desde a da Conferência Europeia, realizada na Geórgia em 1990, sob o patrocínio das Nações Unidas, até à Declaração da Conferência de Beijing, passando pela da Conferência do Cairo e pela já citada resolução do Parlamento Europeu de 1990, que consideraram o aborto clandestino um grave problema de saúde pública a necessitar de resolução.

O PSD, afinal, vai às conferências internacionais sobre os problemas das mulheres, declara-se solidário com os princípios, para quê? Para sujeitar as mulheres do seu país a um julgamento moral?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão da IVG não é um problema moral. Todos estaremos de acordo, e as mulheres que interrompem a gravidez sentem-no mais do que ninguém na altura em que tomam decisão tão grave, que o aborto não é um meio de contracepção. E que tem de investir-se no planeamento familiar e na efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais para uma maternidade/paternidade conscientes.

Mas postos perante o flagelo do aborto clandestino, os Deputados que legislam para todas as cidadãs, aqueles que, chamados a decidir sobre a intervenção do direito penal, possam ainda julgar, erradamente, que este ramo de direito acolhe normas morais, não têm mais do que reler uma parte da decisão sobre a interrupção voluntária da gravidez, subscrita pela maioria de juízes do Supremo Tribunal dos EUA, tomada em 1992, mesmo no quadro de um tribunal com uma maioria de juízes conservadores, a decisão que ficou conhecida como *Planned Parenthood*: «Alguns de entre nós consideram, a título pessoal, o aborto como oposto aos seus princípios fundamentais de moralidade, mas isso não pode comandar a nossa decisão. Nós temos a obrigação de definir a liberdade de cada um e não estamos investidos num mandato para fazer prevalecer o nosso próprio Código Moral».

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** De facto, o que os Deputados têm de decidir é se preferem uma solução como a da lei actual que permite ainda taxas elevadas de aborto clandestino, com todo o seu cortejo de graves consequências para a saúde física e psíquica das mulheres. Se preferem um sistema que torna possível para as mulheres bem situadas economicamente, o chamado turismo abortivo, enquanto deixa sem solução os problemas das mulheres de classes desfavorecidas. Se querem uma lei que desprotege o próprio feto com as imprestáveis 16 semanas do aborto eugénico, tornando possível, na dúvida sobre as malformações, o aborto de fetos sãos. Ou se são capazes de um debate sério, sem emoções, sobre uma lei que ponha cobro à clandestinidade, que ponha termo à mais vil condenação das mulheres, a condenação à invasão da sua própria liberdade e capacidade de decisão através da ameaça penal.

O Direito Penal, apesar das alterações introduzidas em 1984, continua a revelar-se ineficaz para combater o aborto clandestino. A lei penal não atinge ainda os objectivos que diz visar. Pelo que, apesar dos avanços conseguidos com a Lei n.º 6/84, pode continuar a usar-se, a respeito da mesma, o que os Professores Figueiredo Dias e Costa Andrade referiam a propósito da anterior lei incriminatória do aborto: esta «para além de funcionar como guarda nocturno da boa consciência de alguns, acaba por redundar num indesejável desserviço aos valores fundamentais da própria vida humana.»

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** De facto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, torna-se necessário legislar por forma a que o Direito Penal surja legitimado pela sua eficácia, sob pena de, nesta matéria, apesar da Lei n.º 6/84, continuarmos a ter um sistema penal falso, altamente selectivo, gerador de desigualdades e discriminações entre as próprias mulheres e, ainda, sustentáculo das condições degradantes e riscos do aborto clandestino. Ineficaz para proteger a promessa de vida que é a vida intra-uterina.

O nosso projecto de lei contém dois pontos fundamentais.

Propomos que o aborto eugénico, o aborto devido a malformações graves ou doenças graves do feto, possa ser realizado até às 22 semanas. Esta foi, aliás, a proposta da Comissão Revisora do Código Penal, recusada pelo governo do PSD que a nomeou. Comissão constituída por consagrados penalistas como os Professores Figueiredo Dias, Costa Andrade e o Conselheiro Sousa Brito do Tribunal Constitucional.

A propósito deste alargamento, proposto pela comissão revisora, porque, como disse o Professor Figueiredo Dias na audição realizada pela Comissão de Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e Garantias, o estado dos conhecimentos da Medicina impunha o prazo de 22 semanas e, a esse propósito, disse textualmente o conhecido e destacado penalista: «Se se considera que não deve haver interrupção da gravidez por razões eugénicas, esta Câmara tomará essa decisão política; se se considera que deve, então, não deve cair no farisaísmo de, permitindo-a através da limitação do tempo em que é permitido, afastar as hipóteses mais graves».

O Professor Figueiredo Dias acusou a solução da lei actual de farisaica e foi o PSD que, recusando a proposta, assumiu o farisaísmo da lei. Também por isso não tem qualquer legitimidade política nem legitimidade moral para propor o seu referendo.

No nosso projecto de lei propõe-se também que, nas primeiras 12 semanas, o aborto seja feito em estabelecimento hospitalar, a simples pedido da mulher. Queremos, com isto, dizer que não estamos a liberalizar o aborto porque ele terá de ser feito em estabelecimento hospitalar. Esta solução deve-se ao facto de a realidade demonstrar que, nas primeiras 12 semanas, a lei penal é totalmente ineficaz para atingir os seus objectivos.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** Mas se o sistema penal, em vez de prevenir, atinge efeitos perversos como os de provocar os graves riscos do aborto clandestino, então, esse sistema tem de retirar-se, aliás, em obediência às balizas que lhe são colocadas pelo artigo 18.º da Constituição da República. A nossa proposta contém o Direito Penal nessas balizas.

É preciso alterar o sistema penal nesta matéria. Porque é um sistema que ainda assume, apesar de tudo, presunções sociais seculares sobre o lugar da mulher na sociedade.

Na verdade, na falta de conexão entre os meios da lei penal e os fins que visa atingir e não atinge, resta perguntar por que é que tal ainda acontece. Tal acontece, de facto, porque nela ainda pode ver-se a ideia que o Estado faz, e que tem dominado o curso da História, sobre o papel da mulher: aquela que tem de sujeitar as suas decisões mais íntimas à violência da lei penal, aquela que deve suportar todos os fardos, aquela a quem se nega, muitas vezes, o direito a uma maternidade feliz e consciente, aquela que deve suportar todos os calvários, mesmo o do aborto clandestino.

O direito comparado indica-nos, no entanto, que, apesar da celeuma que estas questões sempre levantam (porque se trata de questionar o papel da mulher na sociedade), por toda a parte avança o movimento de descriminalização. É que, como alguém já escreveu «A liberdade da mulher está em causa de uma forma única para a condição humana e, assim, única para o Direito. A mãe que leva uma gravidez a termo está submetida às ansiedades, às pressões físicas, às dores que só ela é

chamada a sofrer. A ideia que o Estado faz, e que dominou o curso da História, do papel da mulher deve ceder numa larga medida à concepção que a mulher constrói dos seus imperativos espirituais e do seu lugar na sociedade» — citei uma transcrição de uma decisão de um juiz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É condenável que alguém pretenda utilizar questões tão importantes como as relacionadas com a IVG como um instrumento de guerrilha político-partidária.

Pela parte do PCP, continuaremos a debater e a posicionar-nos nesta matéria com a profundidade exigida, com serenidade e com seriedade.

Aplausos do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Mota Amaral.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto e os Srs. Deputados Carlos Encarnação e João Rui de Almeida, dispondo cada um de 3 minutos, após o que a Mesa concederá à Sr.ª Deputada Odete Santos algum tempo para responder.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Odete Santos, uma leitura atenta do projecto de lei do Partido Comunista Português poderia levar-nos a dizer que, fundamentalmente, aí estão contidas duas ordens de medidas. Uma primeira medida diz respeito à possibilidade de a mulher, por sua iniciativa e por um acto voluntarista, interromper a gravidez até às 12 semanas e, em segundo lugar, prevê um conjunto de medidas que estão mais ligadas ao chamado aborto eugénico.

Relativamente à primeira questão, gostaria de perguntar se, com isso, não estará o Partido Comunista Português a consagrar o aborto como método anticoncepcional.

Além disso, e não obstante a Sr.ª Deputada ter dito algumas coisas com as quais concordo porque são factos da vida e da nossa sociedade e não vale a pena estarmos a escamoteá-los, gostaria de perguntar se não considera que é verdade que, ainda hoje, a sociedade portuguesa e as entidades responsáveis, nomeadamente os sucessivos governos, não investiram o necessário para que as mulheres, particularmente as que têm menos condições e menos informação, pudessem ter um efectivo acesso aos métodos anticonceptivos.

Pergunto-lhe ainda se considera que faz sentido que, antes de isso estar feito, antes que essa tentativa se faça conscientemente, esta Câmara aprove uma medida que é apenas aquilo a que eu chamaria um remédio violento que recai sobre as mulheres perante a nossa comum incapacidade de prevenir. Penso que este último é um aspecto da maior importância. É que muitas vezes, estar ao lado das mulheres significa lutar mais por isto do que pela possibilidade do aborto livre até às 12 semanas.

O que é preciso é lutar para que nos centros de saúde exista, de facto, um serviço de planeamento familiar, para que os serviços dos centros de saúde dos bairros degradados «saiam para a rua» e não fiquem «atrás das paredes», é lutar contra o farisaísmo nas instituições públicas. Estou completamente de acordo com isto mas esta é a primeira batalha. Nós não a travámos, não a vencemos e estamos já a depor armas perante uma segunda batalha — e essa é só da Sr.ª Deputada e não minha — que julgo ser, antes de mais, o reconhecimento da nossa incapacidade comum.

Quanto ao segundo conjunto de medidas, devo dizer-lhe que ainda não vi — e tenho pena — qualquer fundamentação científica. Não entendo que possa aprovar-se aqui, ou mesmo discutir-se, uma medida que assenta em pressupostos científicos sem que este Parlamento esteja habilitado por quem de direito, de uma forma rigorosa e não

subjectiva. Assim, não gostaria de deixar de referir aqui o lamentável parecer da Direcção-Geral de Saúde, que é tão-só uma direcção-geral do Ministério da Saúde. Trata-se de um documento confuso, impreciso e que não tem absolutamente nada do que era de esperar de um documento daquela importância.

Interrogo-me se, neste momento, o Partido Comunista dispõe de pareceres científicos, da comunidade científica portuguesa, que possam responder à seguinte questão: as técnicas que permitem obter o diagnóstico até às 16 semanas não existem em Portugal ou essas técnicas não existem no mundo, em geral? Ou seja, a humanidade não dispõe dessas técnicas ou somos nós que não as temos em Portugal?

Como sabe, durante muito tempo só havia um centro habilitado para tal, e esse centro estava localizado no Porto. Ora, quando estão em causa semanas, o mandar-se uma carta para o Porto e ter de esperar o resultado pode gerar muitas situações de ultrapassagem do prazo. Não podemos, pois, confundir as questões: as técnicas não existem em absoluto ou não existem em Portugal? É que se não existem em Portugal, temos de as trazer para cá!

Por outro lado, a Sr.ª Deputada tem ou não uma fundamentação da comunidade científica sobre esta matéria para que, em consciência, possa dizer que não existem, em absoluto, técnicas que permitem o diagnóstico dentro das 16 semanas?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Odete Santos, gostaria de colocar-lhe este problema em sede da sua própria consciência e da sua consciência política.

Na sua intervenção, V. Ex.ª disse reconhecidamente que o aborto é uma questão de consciência,...

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Não é, não!

O **Orador: —** ... mas se assim é, gostaria de saber se tem algo de fundamental contra a utilização do referendo na análise desta questão. É que, tal como acontece em todas as sociedades, a sociedade portuguesa também é atravessada por esta questão — questão que a divide, reconhecidamente.

Aliás, não sei por que razão a posição do meu partido foi exautorada. Não fomos nós que lançámos esta questão na sociedade portuguesa, foi o PCP e a Juventude Socialista!

Vozes do PSD: — Exactamente!

O **Orador: —** Se a lançaram foi porque entenderam que era oportuno fazê-lo e se assim era, por que não recorreram ao referendo? Não foram, por acaso, o Sr. Deputado José Magalhães, então Deputado do PCP, e o Sr. Ministro António Vitorino, então Deputado do PS, que reconheceram, aquando da revisão constitucional de 1989, que talvez não houvesse matéria em relação à qual se exigisse tão profundamente o recurso ao referendo como a do aborto? E se assim é, por que há hoje tergiversações em relação a esta matéria? Por que razão o PCP e o PS hoje têm dúvidas em devolver à sociedade portuguesa a resolução desta questão?

Sr.ª Deputada, a minha questão é muito simples: por que é que V. Ex.ª contesta a legitimidade do uso do referendo em relação à matéria do aborto?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. **João Rui de Almeida** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Odete Santos, esta é uma matéria da máxima importância, diz respeito à vida humana e, portanto, tem

de ser tratada com o máximo de responsabilidade, de seriedade e, de facto, não pode ser utilizada para fins de estratégia de luta político-partidária.

Sr.ª Deputada Odete Santos, certamente V. Ex.ª tem conhecimento de que o grupo de trabalho sobre genética médica, a funcionar na Direcção-Geral de Saúde, tira a conclusão de que a actual lei, que tem 12 anos, estabelece prazos que são tecnicamente desajustados para que o diagnóstico pré-natal se possa realizar com segurança. Por isso, após a realização de estudos aprofundados, consideram que passar o prazo de interrupção médica da gravidez por anomalia congénita grave para 24 semanas de gestação poderia permitir dar satisfação à maior parte dos problemas que têm sido levantados. Portanto, a questão é aqui colocada dentro de parâmetros e critérios exclusivamente técnicos e científicos.

Ora, a pergunta que dirijo a V. Ex.ª, Sr.ª Deputada Odete Santos, é que caracterize objectivamente, hoje, neste Plenário, e dentro do possível, os critérios que determinaram a prática da interrupção voluntária da gravidez, no projecto de lei do PCP, até às 12 semanas.

Permita-me, Sr.ª Deputada, que utilize este tempo — e é pena não poder dirigir-me directamente à bancada do PSD — para pedir ao PSD que também esclareça, de forma objectiva, o que é que quer referendar. Que referendo? Sobre o quê? Não sei se V. Ex.ª poderá responder de forma indirecta a esta questão, porque é vital que todo este processo seja debatido com a seriedade que é exigida.

Com efeito, existe uma lei, datada de 1982, que permite, de forma muito clara, a prática da interrupção voluntária da gravidez. E permita-me que diga que os responsáveis pelo PPD-PSD não estão, de forma alguma, a ter uma atitude colaborante para tratar um assunto extremamente sério. Se esta questão tiver resposta, talvez se possa esclarecer, concretamente, quais os objectivos e com que intenção ela foi levantada.

O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos. A Mesa concede-lhe 3 minutos para o efeito e pede, por favor, que se contenha dentro desse tempo.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço os 3 minutos concedidos pela Mesa. Procurarei ser sintética.

Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, o PCP foi o primeiro partido que apresentou, nesta Assembleia, em 1982, um projecto de lei sobre planeamento familiar; lutámos pela sua aprovação e sempre reivindicámos que o planeamento familiar deve ser acessível a todos. Foram dados passos muito positivos, mas há muitas questões culturais em torno deste problema, e penso que ainda é possível avançar mais.

O PCP entende que o aborto não é um método de contracepção; não há nenhuma mulher que prefira usar o aborto como método contraceptivo, porque esta é uma decisão grave que a mulher toma no meio de muitas angústias. Portanto, não há nenhuma mulher que, tendo o planeamento familiar ao seu alcance, diga: «não faço planeamento familiar, vou depois tomar a decisão de abortar». Aliás, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, desculpe que lhe diga, mas V. Ex.ª, até a propósito da própria questão das 22 semanas, raciocina como se a mulher tivesse todo o prazer ou agisse de ânimo leve ao aguardar as 22 semanas, mesmo podendo ter antes a informação sobre a malformação! Ao fim e ao cabo, embora inconscientemente, é isto que está na base deste raciocínio.

Devo dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que os documentos que tenho à disposição do meu grupo parlamentar sobre a questão das 22 semanas também estão ao dispor da Sr.ª Deputada nesta Assembleia. Existe, publicado em livros, um debate realizado pela

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre as alterações ao Código Penal, onde encontra, para além das posições do Professor Figueiredo Dias que aqui referi, a audição a médicos especialistas nestas questões, que dizem não ser possível, em relação a muitas malformações, fazer a sua detecção até às 16 semanas.

Não sei se no estrangeiro é assim, mas devo dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que talvez seja, porque encontro legislações, como é o caso da da Holanda, a mais benévola e generosa em relação às mulheres, que prevê o aborto até às 24 semanas por situações de emergência da mulher. E é aí, na Holanda, onde vigora esta legislação, que encontramos a menor taxa, uma taxa ínfima, de abortos clandestinos! Depois não me venham dizer que uma legislação menos restritiva não vai, efectivamente, impedir em grande parte o aborto clandestino, promovendo a resolução dos problemas.

V. Ex.ª e o seu grupo parlamentar têm um documento, enviado pela Associação do Diagnóstico Pré-Natal em Junho deste ano ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que informa por que razão o aborto eugénico deveria ser permitido até às 24 semanas.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Tenho, tenho!

A **Oradora: —** Não me pergunte a mim, porque não sou médica, e a Sr.ª Deputada também não é! Assim, há que confiar nos médicos, nos especialistas nesta matéria, que também nos dizem que aquela legislação que a Sr.ª Deputada defende, a das 16 semanas — espero que defenda essa, ao menos! —, permite que se faça um aborto com fetos sãos, porque na dúvida, dentro das 16 semanas, sobre se existirá ou não malformação, a mulher interrompe a gravidez.

Esta é a batalha do PCP, não será a sua. Mas penso que não se honra nada com isso, nomeadamente sendo mulher.

O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — Sr.ª Deputada, já esgotou o tempo de que dispunha. Tenho muita pena, mas...

A **Oradora: —** Sr. Presidente, vou apenas responder, de forma muito breve, sobre as razões...

O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — A Sr.ª Deputada responderá se a Mesa lhe der a palavra. Ora bem, a Mesa não lhe dá a palavra e a Sr.ª Deputada, noutra ocasião, poderá voltar aos seus argumentos.

Para exercer o direito regimental de defesa da honra da bancada, por delegação do respectivo líder, Sr. Deputado Jorge Ferreira, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — A questão do PSD já está respondida na intervenção!

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Odete Santos, gostaria de dizer que, até por força do meu trabalho, mas não só, estive muito próxima da realidade não apenas dos abortos permitidos por lei mas dos abortos clandestinos. Por conseguinte, a Sr.ª Deputada não me dirá, nem hoje nem nunca, que eu penso que as mulheres têm satisfação em praticar o aborto. Dirá isso a quem quiser, mas a mim, certamente, não o fará porque, antes de mais, fica-lhe muito mal.

Exactamente porque entendo que o aborto é uma violência sobre as mulheres, pretendia que aqui se discutisse a questão dos métodos anticonceptivos. Se a Sr.ª Deputada tantas vezes cita o aborto como sendo, de facto, uma última solução e uma decisão altamente penosa e penalizante para a mulher, a pergunta que lhe fiz, e a que não me respondeu... É óbvio que o PCP se empenhou no planeamento familiar, mas o que lhe perguntei foi se esse combate acabou, se baixámos os braços e se agora vamos passar a esta forma que é penalizante para a mulher e traduz, do meu ponto de

vista — e, como mulher, fica-me muito bem pensar assim —, um desrespeito pela mesma. Isto é, não dar à mulher portuguesa os meios que hoje existem e que são, exactamente, o fruto do estudo, do desenvolvimento e de um sistema de saúde capaz e, em vez disso, dar-lhe o aborto! Entendo que isso é um desrespeito pela mulher portuguesa, digo-o aqui e digo com muito orgulho.

Quanto a este assunto, ficamos arrumados. Podemos dar-lhe «gato por lebre», mas a mulher portuguesa não é tonta e saberá que lhe estão a dar «gato por lebre», porque o que ela pretende é ter acesso a um planeamento e a métodos anticonceptivos e não a um aborto, porque mesmo quando feito num hospital é uma violência. Não podemos escamotear esse aspecto.

O Sr. **Luís Queiró** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora: —** Em segundo lugar, o documento de que a Sr.ª Deputada fala, e de que tenho conhecimento — mal feito fora que dele não tivesse conhecimento, estou aqui a trabalhar e não a brincar! —, é um documento que não considero, e que nem a Sr.ª Deputada pode considerar, como estando elaborado, porque esta resposta tem de ser dada aos portugueses. Esses meios não existem em Portugal mas existem noutros lados ou esses meios não existem noutros lados? Isso é a mesma coisa que dizer aos portugueses: «andem de burro, enquanto os outros andam de carro, porque cá não temos automóveis ou não temos estradas». Não! Aquilo que há lá fora, é legítimo, sobretudo numa matéria desta natureza, que os queiramos ter aqui. Se não há técnicos, preparem-nos, se não técnicas, importem-nas. Não se pode é dizer que não é possível, porque não temos. Esse argumento é contrário a todo o sentido de desenvolvimento de uma sociedade. Não há porque não há, é uma questão; não há porque não temos, é outra questão! E quem se pronuncia sobre elas tem obrigação de o esclarecer logo à partida.

Devo dizer que estou perfeitamente dentro dessa matéria, porque trabalhei nela. Tive oportunidade de ver o que era «mandar para o Porto», «vir do Porto», e tudo aquilo que a burocracia faz, que é troça dos cidadãos e, neste caso, das cidadãs. É, pois, contra isso que levanto a minha voz!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — Para dar explicações, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, não posso acusá-la, nem o fiz na minha resposta, de farisaísmo, como acuso o PSD com a proposta de referendo, pelas posições anteriormente assumidas na revisão do Código Penal.

E até disse, quando me referi à sua posição, que «inconscientemente» — e disse «inconscientemente» — na base do seu raciocínio das 22 semanas, estava, ao fim e ao cabo (isso é uma coisa inconsciente, o Freud fala-nos disso), a dizer que se a mulher dispusesse das 22 semanas iria esperar até o mais tarde possível para fazer o aborto. Portanto, não lhe fiz a injúria que a Sr.ª Deputada assumiu.

Também nunca vi, na altura do debate da lei do planeamento de familiar, o CDS-PP, nessa altura só CDS — se calhar, é por causa do PP, devia ser «PF» — assumir assim tão radicalmente a defesa do planeamento familiar. Nós, sim, que o assumimos e continuamos a assumir...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Agora é fácil!

A **Oradora: —** Sim, agora, de facto, é fácil!

Mas enquanto o facto da situação que existe se verificar, Sr.ª Deputada, a sua é uma posição que, em relação à questão da ciência médica... A Sr.ª Deputada diz que sabe mais do que os médicos...

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Não sei, não!

A **Oradora: —** Ficará com a sua sabedoria. Eu não sei mais do que os médicos. E como não sei mais do que os médicos, aceito, como aceitaram os Professores Figueiredo Dias e Costa Andrade, pessoas, nesta matéria, bastante conhecedoras, a sua posição. Ao fim e ao cabo, e em matéria de Direito, considerará que, não sabendo eu muito, porque sou uma simples advogada e não uma professora da Faculdade, tenha aprendido muito com os penalistas que ouvimos nesta Câmara, que também tenha aprendido que em matéria de Direito Penal é acientífico, sob o ponto de vista do Direito, querer vazar concepções morais no Direito Penal e que quando assim acontecer o Direito Penal é uma violência em relação às pessoas que diz quer perseguir e que não persegue porque, de facto, a actual lei, que o PSD quer referendar, sabe qual a eficácia dela...

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Não, não! Nada disso!

A **Oradora: —** Em 1993 houve, segundo as últimas estatísticas oficiais, em todo o País, seis julgamentos relativos a casos de abortos — não sei até se era o mesmo caso ou pouco mais do que um — para um universo de abortos clandestinos de dezenas de milhar. Dessas seis condenações, uma foi em pena suspensa, duas em prisão remida a dinheiro e só três em prisão efectiva.

A prática judicial, a prática da sociedade e a realidade da sociedade referenda assim, desta maneira, esta lei, tornando-a altamente selectiva e perseguindo apenas uma minoria de mulheres. E é esta lei que é acientífica sob o ponto de vista dos princípios do Direito Penal.

Por isso, não é uma questão de consciência, é uma questão de nós, legisladores, sabermos o que deveremos fazer em matéria de Direito Penal, sem os preconceitos morais, quaisquer que eles sejam, porque não haverá referendo nenhum que possa obter uma maioria que imponha a outras mulheres a obrigação de ir para o aborto clandestino, tal como uma maioria que dissesse que devia ser alargado não estava a obrigar as mulheres a fazer o aborto. Aqui é que os dados do problema são invertidos.

Discursos proferidos no dia 30 de Janeiro de 1997 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 31 de Janeiro de 1997

O Sr. **Presidente: —** Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr. **Correia de Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A actividade política e, de modo muito particular, a luta política, atingiram nos nossos dias um ritmo alucinante, agravado pela excessiva mediatização de tudo quanto respeita ao exercício da política.

Tal ritmo e a dialéctica própria da luta pela conquista do poder ou pela sua manutenção conduzem, com frequência, à adopção de comportamentos que esquecem princípios fundamentais que devem presidir à actuação dos políticos, em particular daqueles que têm responsabilidades de representação do povo ou de governação da *res publica*.

Desses princípios, parece-me oportuno recordar, *hic et nunc*, alguns.

As questões de Estado e as questões relacionadas com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos devem ser tratadas com profundidade, equilíbrio e ponderação, não sendo legítimo usá-las como instrumento da luta político-partidária, cuja legitimidade, no quadro democrático, não questionamos. Inseriria nesse núcleo essencial, entre outras matérias, as respeitantes à revisão constitucional, à regionalização e à interrupção voluntária da gravidez.

Em segundo lugar, sublinharia que a actividade política é exercida por pessoas, estando, por isso, sujeita a precipitações, falhas e erros. Reconhecê-lo e, na medida do possível, corrigi-lo é dignificante e constitui um facto acrescido de credibilidade para os titulares dos cargos políticos.

Finalmente, reconhecer o mérito do adversário e assimilar o que há de construtivo no seu labor político enriquece a vida democrática e é normalmente benéfico para o país.

Trazer estes princípios à colação pode parecer ingénuo ou despropositado da nossa parte. Vejamos, porém, a sua pertinência a propósito das questões suscitadas pela controversa matéria da interrupção voluntária da gravidez.

Não se trata, porém, de analisá-las, agora, na perspectiva das questões de fundo morais, sociais e políticas que tal matéria suscita mas tão-só na perspectiva metodológica substancial do recurso ao referendo.

A este respeito e face às iniciativas legislativas tomadas por Srs. Deputados de outras bancadas, tomámos desde o início uma posição clara, corporizada, aliás, no projecto de resolução n.º 38/VII.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Pode ler-se na sua fundamentação: «Trata-se de matéria extremamente delicada e sensível que se inscreve na reserva mais íntima da consciência moral de cada cidadão, atravessando de forma indiscriminada os vários partidos e respectivos eleitorados.

De facto, a posição a adoptar sobre o regime legal da interrupção voluntária da gravidez, não se podendo catalogar na esfera das normais opções ideológicas ou político-partidárias, é essencialmente do foro individual de cada um, encontrando resposta nas convicções e posicionamento que cada qual assume perante valores e direitos fundamentais».

Perante tal projecto de resolução, o que fizeram os outros partidos?

O Partido Comunista Português exerceu o direito de agendamento potestativo do seu projecto e, com ele, determinou por arrastamento o agendamento dos demais projectos pendentes, tudo antes de ser dirimida a questão prévia do recurso ao

referendo. Que seja este o entendimento do PCP, não nos surpreende, mas que o Partido Socialista tenha alinhado nesta solução ilógica e subalternizadora da vontade dos cidadãos deixou-nos verdadeiramente espantados.

Aplausos do PSD.

E, mais uma vez, Sr.as e Srs. Deputados, o meu Partido foi acusado de recorrer ao referendo para ocultar a sua incapacidade de decidir, por referendomania e querer brincar aos referendos, etc., etc..

Só que, mais uma vez, o tempo veio dar-nos razão, tal como aconteceu com a regionalização. Mais depressa do que havíamos imaginado, as críticas voltaram-se contra os seus autores, *maxime*, contra o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Mas, surpreendentemente, o Partido Socialista, em vez de anuir ao agendamento prévio do nosso projecto de resolução, veio agora propor o indefensável: o recurso ao referendo, sim, mas só depois de os projectos terem sido votados na generalidade e consoante o resultado da votação. Trata-se, na verdade, de uma proposta rebuscada, quase absurda, concebida na mira de impossíveis equilíbrios internos e com o intuito de disfarçar as precipitações e os erros da direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Vejamos, Sr.as e Srs. Deputados, por que não podemos aceitar a proposta da direcção ou do presidente da direcção da bancada socialista.

Não podemos aceitá-la, em primeiro lugar, porque é ilógica. No plano da lógica e dos princípios — e também de acordo com o espírito da lei orgânica do regime do referendo —, a consulta popular deve preceder a discussão parlamentar da matéria e, nomeadamente, a realização de qualquer votação sobre a mesma.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Não podemos aceitar a proposta do Partido Socialista, em segundo lugar, porque a mesma, a ser posta em prática, traduzir-se-ia numa inadmissível subalternização da vontade popular, sobrepondo o debate e a vontade da Câmara à genuína manifestação da vontade dos cidadãos eleitores.

Em terceiro lugar, não podemos aceitar a proposta socialista, porque, para além das profundas divisões internas que ela já causou no Grupo Parlamentar do Partido Socialista — desde o seu anúncio e de modo público e notório —, a metodologia sugerida pelos socialistas contribuiria para aumentar as clivagens já existentes na sociedade portuguesa e para a radicalização e partidarização do debate em volta das posições que os partidos anteriormente tivessem assumido na Assembleia da República.

São razões de sobra para rejeitarmos, *in limine*, a proposta do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, não gostaria de terminar sem antes fazer duas considerações. Independentemente das nossas convicções pessoais sobre esta tão melindrosa questão da interrupção voluntária da gravidez, deverá ficar claro que respeitamos a preocupação dos nossos colegas, da nossa e das outras bancadas, que seriamente se debruçam sobre este problema e que honestamente vêm dando o seu contributo para a obtenção de soluções humana e moralmente justas. Também deverá ficar evidente a nossa solidariedade para com todas as mulheres que sofreram ou sofrem o problema da interrupção da gravidez, sendo nosso desejo que, progressivamente, sejam criadas as condições necessárias para que a sua opção possa ser, sem constrangimentos e sempre, a favor da vida.

Acabo, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, por onde comecei. Mas agora permitam que me dirija directamente à direcção da bancada do Partido Socialista: Srs.

Deputados, neste processo e até este momento, nada há de irreversível. Tudo está em aberto. Pensem, pois, no país e nos portugueses e tenham a humildade, a dignidade e a coragem de reconhecer a vossa precipitação e o vosso erro e aceitem, nesta matéria, dar voz ao povo português, sem subterfúgios.

Congratulamo-nos com o facto de o Partido Socialista, concordando connosco, tenha aceite finalmente o princípio do referendo nesta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Octávio Teixeira e Maria José Nogueira Pinto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Correia de Jesus, começo por dizer que lamento profundamente que o clima de permanente guerrilha política entre o PSD e o PS tenha conduzido, neste caso concreto, a que o PSD nela tenha incluído um problema sério como o da interrupção voluntária da gravidez, porque é fundamentalmente essa a questão que se coloca em relação àquilo que o Sr. Deputado suscitou e que o seu partido tem suscitado nos últimos dias.

Não vou discutir agora a problemática da interrupção voluntária da gravidez mas é importante que nos entendamos sobre se o agendamento que o Grupo Parlamentar do PCP fez para debater esta matéria na Assembleia da República impede a possibilidade de esta Câmara vir a tomar posição a esse respeito por referendo. Juridicamente — e gostava que isto ficasse claro de uma vez por todas —, o agendamento do dia 20 de Fevereiro não impede que possa vir a ser resolvido em tempo útil, se a maioria desta Assembleia assim o entender, a possibilidade de um referendo sobre essa matéria. Isso está claro na lei do referendo.

Independentemente de uma votação, na generalidade, a favor daqueles projectos de lei, é possível ao Grupo Parlamentar do PSD ou a qualquer outro suscitar, levar à discussão e votar a problemática de uma resolução ou de um projecto de lei sobre o referendo.

Por outro lado, Sr. Deputado, não o seguimos quando há pouco disse que, em primeiro lugar, deve ser ouvida a população — aliás, em certa medida, essa foi a lógica suscitada ontem pela direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — por implicar a existência de dois pesos e de duas medidas. Pergunto: se houvesse um referendo prévio, se a maioria da população dissesse sim à interrupção voluntária da gravidez e se, depois, uma maioria de Deputados desta Câmara votasse contra os projectos de lei, como seria? Só raciocinam na hipótese inversa mas, com toda a sinceridade, não acredito na eventualidade de o povo português dizer não. Então, porquê dois pesos e duas medidas? Esta é a questão central e é com ela que gostaria de terminar.

Não se coloque uma matéria tão séria no meio de uma mera guerrilha político-partidária pois a mesma deve ser tratada seriamente. E que fique claro para todos, designadamente para o povo português, que ela não depende de qualquer votação.

Urge que os partidos definam a sua posição sobre as matérias importantes para o país. Esta é uma questão do foro íntimo e, do nosso ponto de vista, deve ser decidida por cada um em sua consciência. É que, mais uma vez, tal como na questão da regionalização, o PSD pretende esconder-se por detrás de uma hipótese de referendo para não definir a sua posição sobre a matéria em apreço, no caso concreto, sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr. **Correia de Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, muito obrigado pelo seu pedido de esclarecimento.

A minha primeira palavra é para me congratular por, finalmente, o Partido Comunista Português — ao que parece — ter aderido à possibilidade de realização de referendo nesta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Aliás, foi isso que deduzi das suas palavras, sendo um facto que a unanimidade da Câmara acerca desta consulta popular é para nós um triunfo democrático de grande alcance.

Depois da minha intervenção, não faz sentido algum falar em guerrilha entre partidos porque vim aqui afirmar aqueles princípios que, postos em prática, excluem sobre estas questões todo o tipo de guerrilha. Não pode nem deve haver a este respeito qualquer tipo de guerrilha. Que isso fique bem claro, e não é o PSD que vai contribuir minimamente para essa guerrilha.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, qual é o seu receio de ouvir o povo português sobre esta matéria?

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Nenhum!

O **Orador: —** Por que é que o seu grupo parlamentar não deu anuência ao agendamento do projecto de resolução do Partido Social Democrata?

Se está tão à vontade perante esta possibilidade de consulta ao povo português não percebo por que é que os factos vêm demonstrar receios que, a existirem, parecem-me totalmente infundados.

Por fim, Sr. Deputado Octávio Teixeira, as várias hipóteses que colocou, que, efectivamente, no plano teórico podem vir a verificar-se, não inquinam o princípio que quisemos sublinhar aqui desde o primeiro momento. É que, quando uma questão se coloca ao nível da consciência individual de cada Deputado, é legítimo que a mesma seja dirimida, não pela Assembleia mas pelo povo português.

Esse é o princípio de que partimos. Portanto, não venha agora o Sr. Deputado subscrever essa tese bizarra do Partido Socialista de que pode haver uma votação na generalidade nesta sede e, depois, um referendo sem que tal falseie as regras do jogo.

Pela nossa parte, só aceitaremos essa solução no limite porque não queremos inviabilizar uma questão substantiva através de uma mera questão instrumental. Mas que é ilógica e improcedente a maneira de pensar do Partido Socialista não podemos deixar de dizê-lo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Correia de Jesus, penso que a sua intervenção foi esclarecedora no sentido de que o Partido Popular não tem participado nesta «guerra do Alecrim e da Manjerona» relativa ao referendo, sobretudo tratando-se de uma questão com a seriedade que esta reveste.

O Partido Popular procurou posicionar-se em relação à discussão dos projectos de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, considerando a enorme importância da matéria para a matriz civilizacional do País fora do contexto estritamente ideológico, partidário e até mesmo religioso e vê com grande preocupação a tentativa de partidarização deste assunto. Vemos ainda a criação de um clima que não vai ser propício, que não vai facilitar um debate lúcido nesta Câmara sobre as questões que vão ser-nos propostas. Devo dizer que, do nosso ponto de vista, isso é profundamente grave.

Quero relembrar aqui alguns aspectos.

Quando o Presidente do vosso partido propôs o referendo, o Partido Popular, nomeadamente através de mim própria, manifestou-se favoravelmente. Consideramos que a sede extra-parlamentar é a correcta para que esta questão se resolva e que os cidadãos devem ser ouvidos sobre esta matéria. Mais: consideramos que o País só ganha em ser chamado para debates desta dimensão e desta natureza.

Depois, seguiu-se — e assistimos, de facto — a atitude, sobretudo do Partido Comunista Português mas também do Partido Socialista, penso porque verificaram que o referendo seria uma hipótese real de ver pelo menos corrigida alguma facilidade legislativa destes dois grupos parlamentares. Estou certa de que o povo português corrigiria com bom senso alguns aspectos que, do nosso ponto de vista, estão tratados de uma forma menos cuidada nos projectos de lei.

Mas passo à pergunta que tenho para fazer-lhe.

Num dado momento, soubemos pela comunicação social — e não foi desmentido — que o Partido Social Democrata admitiria esta coisa extraordinária que é abandonar a bancada durante o debate e a votação subsequente...

Protestos do Deputado do PSD Luís Marques Guedes.

Não houve nenhum desmentido, Sr. Deputado Luís Marques Guedes! É por isso que, agora, vou ter oportunidade de saber qual é a posição da bancada do Partido Social Democrata!

Como não houve nenhum desmentido, parto do princípio de que aquela foi uma ideia pelo menos discutida, pelo menos equacionada pela vossa bancada.

Assim, pergunto-lhe se não considera que seria gravíssimo que, em nome da «guerra» referendária — seja qual for a posição dos vários Deputados do PSD, que desde já respeito, como farei com a dos Deputados da minha própria bancada ou de qualquer outra —, o Partido Social Democrata abandonasse a bancada aquando da discussão e votação dos projectos de lei.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Seria, sim senhor! Tem toda a razão! Seria gravíssimo!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr. **Correia de Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, antes de mais, uma palavra de saudação já que é a primeira vez que tenho oportunidade de «interlocutar» consigo no Parlamento na sua nova «veste» de Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, facto que assinalo com agrado, e quero ainda agradecer-lhe as questões que me colocou.

Primeiro, para o Partido Social Democrata, as questões relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez nunca foram, não são, nem nunca serão questões de «Alecrim e Manjerona».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Quero que isto fique claro e sem qualquer espécie de discussão.

O segundo aspecto sobre o qual gostaria de a esclarecer é o de que, após a minha intervenção, parece que a Sr.ª Deputada concluiu o contrário do que eu disse. Na verdade, o que eu disse foi que nós não queremos a partidarização desta questão nem contribuiremos para ela.

O Sr. **Artur Torres Pereira** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Por isso mesmo, surpreende-me que fale em tentativa de partidarizar a questão quando a nossa preocupação é a de colocá-la na sede própria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Finalmente, se a Sr.ª Deputada se declarou e se declara, tal como o seu partido, a favor da consulta popular nesta matéria, então, agora só fico à espera que apoie a nossa proposta.

Ainda gostaria de dizer que, quanto ao abandono da bancada, isso é pura imaginação. A Sr.ª Deputada nunca ouviu nenhum responsável do meu partido nem do meu grupo parlamentar dizer que o Partido Social Democrata admitia a hipótese de abandonar a bancada aquando do debate desta questão. Não vamos abandonar a bancada. Os Deputados do Partido Social Democrata estarão aqui em peso, na totalidade, para participarem na discussão, para darem o seu contributo e para emitirem o seu voto em consciência.

Discursos proferidos no dia 20 de Fevereiro de 1997 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 21 de Fevereiro de 1997

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, estão em aprovação os n.os 23 a 28 do *Diário*, respeitantes, respectivamente, às reuniões plenárias dos dias 8, 9, 10, 15, 16 e 17 de Janeiro. Não havendo objecções, consideram-se aprovados. Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio para que possamos prosseguir os nossos trabalhos.

Deram entrada na Mesa três votos de pesar pelo falecimento do Dr. Rómulo de Carvalho, poeta António Gedeão, um elaborado por mim, outro da autoria do Grupo Parlamentar do CDS-PP e outro da autoria do Grupo Parlamentar do PCP.

Entretanto, estas duas bancadas anunciam, muito gentilmente, que em face do meu voto de pesar retiram os seus próprios votos.

Se concordarem, passaremos à votação, sem discussão, do voto de pesar n.º 62/VII, que é do seguinte teor: «Morreu o Dr. Rómulo de Carvalho, poeta António Gedeão.

Ilustre pedagogo, que gerações de alunos seus recordam com admiração e reconhecimento, notabilizou-se sobretudo como poeta.

Foi uma das vozes mais significativas da poesia do último meio século. Poeta originalíssimo e inimitável, logrou emprestar a sua extraordinária imaginação poética à divulgação da ciência, sem quebra de magia. A sua 'pedra filosofal', para só mencionar um exemplo, serviu de suporte a uma das mais fortes e belas canções de combate, divulgada pela voz também inspirada do intérprete Manuel Freire.

A obra poética que nos legou é, para a sua memória, um imorredoiro suporte. Os grandes poetas só morrem quando a poesia morrer. Isto é: nunca!

A Assembleia da República, na sua sessão de 20 de Fevereiro de 1997, curva-se em silêncio, respeito e pesar perante a memória do poeta António Gedeão.»

Srs. Deputados, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos guardar um respeitoso minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, informo-vos de que amanhã de manhã deslocar-me-ei à embaixada da China, em representação da Assembleia da República, para apresentar condolências pela morte de Deng Xiao Ping.

Vamos dar início à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.os 177/VII — Interrupção voluntária da gravidez (PCP), 235/VII — Altera os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez (PS) e 236/VII — Interrupção voluntária da gravidez (PS).

Para apresentar o projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP, dispondo de 10 minutos para o efeito, que não serão descontados no tempo global do seu grupo parlamentar, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate sério em que todos estamos envolvidos, mercê da iniciativa legislativa do PCP, tem de partir de uma primeira reflexão.

Por que razão a Assembleia da República debate, pela terceira vez, o aborto clandestino?

Em 1982, o PCP apresentou três projectos de lei que tinham subjacente a ideia de que a maternidade devia ser um acto livre, responsável e consciente. Trata-se dos projectos relativos à protecção da maternidade, à educação sexual e ao planeamento familiar e à interrupção voluntária da gravidez. Mostrámos, nessa altura, a urgência de resolver graves problemas com que se debatem as mulheres portuguesas, mas em vão. Os projectos viriam a ser rejeitados.

Em 1984, com a reapresentação dos projectos, a Assembleia da República acabou por elaborar três leis, que, apesar das insuficiências, representaram um marco histórico, muito embora logo afirmássemos quanto à Lei n.º 6/84 — a lei sobre interrupção voluntária da gravidez- que se tratava de uma resposta recuada ao verdadeiro problema de saúde pública resultante dos abortos clandestinos.

E, assim, este terceiro debate realiza-se, não só porque às mulheres não são dadas condições para o exercício de uma maternidade livre e consciente, não só porque não se cumpre a lei sobre educação sexual e planeamento familiar, mas sobretudo, porque a Assembleia da República não aprovou em 1984 as propostas do PCP que verdadeiramente combatiam o aborto clandestino.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** A interrupção voluntária da gravidez não é um método contraceptivo, sempre o afirmámos no passado. Mas é, muitas vezes, o último recurso para gravidezes indesejadas ou que não se podem levar a termo por justificados motivos.

Falamos de um problema social. Falamos de mulheres com toda a espécie de problemas. Adultas ou menores, bem ou maltratadas pelos companheiros, esgotadas, adoecidas física e psiquicamente, mulheres com filhos que não podem acolher mais um sob pena de correr grave risco todo o agregado familiar, mulheres que verão comprometida a sua carreira profissional, mulheres que sofrem toda a espécie de violências na família e na sociedade. Falamos de mulheres que sofrem. Mulheres angustiadas pela violência de terem de recorrer ao aborto clandestino.

Ninguém pode ignorar esta situação e eximir-se a resolver o problema.

E foi assim que foi encarado, seriamente, noutros países que resolveram por cobro ao flagelo.

Por que não o havíamos de fazer nós, tanto mais que estivemos na Conferência do Cairo, na Conferência de Pequim e subscrevemos os seus documentos finais?

Será bom recordar que a Plataforma de Acção de Pequim, subscrita por Portugal, fez um apelo para a não perseguição penal das mulheres que fazem abortos nos países onde é ilegal. E no Cairo foi estabelecido como objectivo a redução drástica do número de mortes e da morbilidade resultante do aborto inseguro.

Estamos igualmente confrontados com um problema de saúde pública. Não podemos fazer de conta que não morrem mulheres em resultado de abortos feitos nas piores condições.

Portugal é o único país da União Europeia que apresenta mortes de mulheres como consequência da clandestinidade do aborto. As mortes figuram nas estatísticas, ou como 2.ª ou até como 1.ª causa de morte materna. Mas depois há todas as outras sequelas que vitimam as mulheres: as infertilidades, as doenças psíquicas, a destruição da sexualidade. Ninguém ousa invocar ignorância desta situação. Ninguém pode fechar os olhos e dormir sobre uma lei que só aparentemente lhe proporciona o apaziguamento da consciência.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este problema de saúde pública nasce de uma lei penal. E, assim, temos simultaneamente um problema de política criminal. Não é inédito. Por toda a parte do mundo, a despenalização do aborto e a simultânea e necessária consagração da legalidade do recurso aos estabelecimentos de saúde para a interrupção médica, em condições dignas e seguras, da gravidez, foi sendo consagrado.

A Grécia despenalizou o aborto quando feito nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher, e consagrou a obrigação do Estado de velar pela saúde da mãe e de assegurar

o tratamento nos departamentos hospitalares aquando da interrupção voluntária da gravidez.

A mesma despenalização foi feita na Dinamarca, na Suécia, na Noruega, na Áustria.

Na Holanda, país que se apresenta com uma baixíssima taxa de abortos clandestinos, a interrupção da gravidez pode ser feita a pedido da mulher até à 24.ª semana de gravidez quando ela própria, e só ela, se julgue em situação de emergência.

Na Suíça, o Boletim dos Médicos Suíços, assinalando, nalguns cantões, na legislação que passou a permitir a interrupção da gravidez por razões sociais nas primeiras 12 semanas, afirmava que no período entre 1991 e 1994 se tinha conseguido, nesses cantões, o quase total desaparecimento dos abortos clandestinos.

Até na Alemanha que, parece, convirá sempre citar em matérias penais, a lei aprovada e em vigor depois de 1 de Janeiro de 1996, adoptou um sistema de prazos, sem indicação, nas primeiras 12 semanas.

Lei mais restritiva e ainda mais hipócrita que a nossa só na Irlanda, que através de um referendo considerou que era um atentado ao direito à vida do feto o aborto praticado por mulher em território irlandês, mas já não haveria atentado se fosse feito em território estrangeiro! Olhos não vêem, coração não peca!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste debate há duas perguntas que nunca são respondidas porque são incómodas aos que continuam a reclamar que a lei mantenha contra as mulheres duras ameaças com penas de prisão.

Primeira questão: a lei actual, ameaçando as mulheres com penas de prisão tem defendido o embrião e o feto? Dado que toda a gente aceita que são milhares os abortos clandestinos, esta pergunta tem uma única resposta possível, que alguns não querem dar porque seria reconhecer a hipocrisia da lei. A resposta é: não!

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** Segunda questão: mantendo-se a lei actual, como defendem, o que querem fazer para que ela seja eficaz? Meter as mulheres na cadeia? A esta pergunta costuma seguir-se uma ladainha sobre a necessidade de fazer mais pelas mulheres. Ninguém afirma que quer que as mulheres vão para a cadeia.

Donde, tem de concluir-se que, para os que anunciaram que estão contra a despenalização, é suficiente que tudo fique na mesma. Mas as mulheres morrem, Srs. Deputados! Mas as mulheres sofrem, Sr.as e Srs. Deputados! Não se alterando a lei, não se impedindo os abortos com a mesma, não se querendo meter as mulheres na cadeia — espero que não queiram — então o que se manterá é o aborto clandestino e a hipocrisia! Uma hipocrisia que destrói!

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

De facto, não haverá lei mais ineficaz em todo o nosso Direito Penal. Não há da sociedade, nem das instâncias formais de controlo, polícias e magistrados, real vontade de promover a perseguição penal às mulheres. Mais do que ineficaz, e por isso desvalorizada, sem desempenhar qualquer papel de prevenção, a lei causa maiores males do que aqueles que diz querer evitar. É causa de morte, de doenças, de sofrimentos de mulheres. É mesmo criminógena porque contribui para fenómenos de extorsão, de coacção, de exploração da mulher.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** A lei penal excede aqui um dos princípios orientadores do Direito Penal moderno, o princípio da intervenção mínima. Ao legislador de um Estado social e democrático de direito está vedado impor aos cidadãos e cidadãs, sofrimentos desnecessários, tanto mais quanto são ineficazes.

Como escreveu S. Tomás de Aquino na *Summa Theologica*, «é preciso, em nome da própria moral, rejeitar as leis que, sob pretexto ideal, provocam maiores males do que aqueles que querem prevenir».

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Não existindo qualquer relação de causa e efeito entre a actual lei e a realidade, tem de concluir-se que a mesma se radica em velhos preconceitos sobre o papel da mulher do mundo. A mulher receptáculo para procriação. A mulher objecto.

Foi isto, que ressaltou de algumas demagógicas campanhas, destituídas de qualquer ética, ofensivas do mais elementar decoro, ofensivas da sociedade pluralista que somos, e onde lutamos pela liberdade de consciência, pelo direito de cada um a desenvolver a sua personalidade segundo os seus próprios códigos éticos, espirituais, morais e religiosos.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O que ficou no ar, no discurso de alguns, supostamente piedosos, foi a intolerância expressa na litania. «As mulheres não têm o direito de...Não têm o direito, as mulheres..».

E as mulheres interrogaram-se, sobre os seus direitos. Sobre o que Estado lhes exige. Sobre o que o Estado não faz. As mulheres, como pessoas humanas, são titulares do direito à vida, à saúde, do direito à intimidade da vida privada, ao bom nome e reputação, à dignidade, à maternidade consciente, do direito a constituir família com ou sem filhos, do direito à liberdade de consciência, à participação na vida pública, do direito à segurança no emprego, à realização pessoal na família e na sociedade. Tantos direitos por cumprir, Srs. Deputados!

Que dedo acusador levantam as mulheres contra o Estado que as humilha porque não podem ter mais filhos, ou não podem mesmo ter filhos? Alguns, nos últimos tempos, tentaram apropriar-se das acusações, de tal forma que mais parecia estarmos nas vésperas de um 8 de Março! Falaram muito da situação dramática das mulheres, da falta e precaridade do emprego, da pobreza feminina, das crianças. Objectivamente, tal postura destina-se a calar a sua consciência, que bem lá no fundo condenará a hipocrisia da lei repressiva.

E prometeram o mundo às mulheres, prometeram-lhes o céu levado à cena num teatro, como diria Natália Correia.

Mas a vida das mulheres portuguesas, não é um sonho de bonecas de porcelana, a quem basta esperar a varinha de condão de uma recheada carteira! Num país com a maior taxa de pobreza da União Europeia, num país que apresenta taxas elevadíssimas de pobreza nas crianças e jovens até aos 17 anos, com especial incidência na faixa etária dos 0 aos 6 anos, pergunta-se se é assim que o Estado garante o direito à vida das mulheres e das crianças, se é assim que o Estado garante o direito à paternidade e maternidade conscientes, se é assim que o Estado garante o direito a constituir família, se é assim que o Estado garante protecção à vida humana em potência.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Pergunta-se se é crível o discurso daqueles que descobriram de súbito que até o planeamento familiar seria arma de arremesso contra a despenalização, quando é certo, como relembrou o Dr. Albino Aroso, que esses foram os que mais lutaram contra o uso de meios anticoncepcionais que não fossem os métodos arcaicos.

Nós sempre lutámos pela efectivação dos direitos sociais e económicos dos pais e das mães, aí sendo a sede privilegiada para o Estado demonstrar o valor que atribui à vida humana em potência que é a vida intra-uterina. Mas não nos bastamos com isso porque o problema do aborto não foi resolvido em países muito mais desenvolvidos

apenas com as medidas sociais porque perceberam que se trata de um problema de saúde pública que o Estado tem o dever de resolver.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que está hoje em causa é a censura que a própria vida faz da lei penal, e o que temos de saber é se a lei que temos é própria de um sistema democrático, pluralista, ou se conserva ainda resquícios de uma ordem jurídica intolerante, que, alheada dos efeitos criminógenos dessa mesma intolerância, quer impor às cidadãs sofrimentos desnecessários.

Estas não são, pois, questões do foro íntimo dos Srs. Deputados. A política criminal, as linhas orientadoras de um Direito Penal de um Estado de direito democrático, não podem ser definidas pelos códigos morais dos que foram investidos num mandato para resolver os problemas de toda a população.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

E quando na sociedade não existirem consensos sobre a criminalização, o Direito Penal perde legitimidade quando cede aos códigos de alguns e exerce censura aos que têm concepções de vida diferentes. Por isso, hoje ninguém se pode refugiar atrás da sua consciência, ou atrás de pressões ilegítimas, por mais elevado que seja o estatuto das pessoas que tais pressões exercem. Porventura faltará a essas pessoas a clarividência de se aperceberem que estão a lidar com a lei criminal, com uma lei feita por seres humanos e não por Deus ou deuses, restringindo com a ameaça de prisão a liberdade de consciência das mulheres. Estão a lidar com um problema que não trata de convicções religiosas.

O que foi compreendido noutros países com uma grande tolerância por parte de diversos credos religiosos, que recusaram a ver consagrada na arma mais terrível do Estado- o Direito Penal- a sua concepção de vida. A lei penal deve ser, de facto, a lei que permita a convivência, e não pode impor a uma parte da população as convicções morais de outra parte.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Importa recordar-lhes a situação única em que se encontra a mulher com as palavras da célebre sentença Casey do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos da América: «A mãe que leva uma gravidez até ao fim está sujeita a ansiedades, a pressões físicas , a sofrimento que só ela sabe avaliar.»

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O reconhecimento do valor de um bem jurídico não basta para justificar o uso de sanções penais, como se reconhece, por exemplo, no Acórdão n.º 85/85 do Tribunal Constitucional, e como é reconhecido por todos os penalistas, sem excepção.

Assim, a Assembleia da República tem plena liberdade para decidir a despenalização.

Estamos aqui confrontados com o núcleo fundamental do projecto do PCP: a despenalização da interrupção voluntária da gravidez quando feita em estabelecimento hospitalar oficial, ou clínicas oficialmente reconhecidas, nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher; a despenalização acompanhada da consagração do direito a recorrer ao sistema de saúde pública para que o aborto se faça em condições seguras, para que as mulheres não arrisquem a vida e a saúde, nomeadamente as mulheres que não podem recorrer a clínicas, em Portugal, ou no estrangeiro.

Não se trata de liberalizar o aborto. Liberalização foi uma palavra que alguns, que até estão a favor da despenalização, inconscientemente utilizaram, dando voz às concepções daqueles que não reconhecem à mulher o direito à sexualidade, e que lhe querem impor, tão-só, o dever de procriar.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Aqueles que, como no poema de Natália Correia, dizem à Feiticeira Cotovia «Confessa que és uma harpia/que tens comércio com Vénus/e que és o leito de orgia/de poetas obscenos».

Liberalizar o aborto seria aquilo que até já foi recomendado publicamente — e, por sinal, por um dos mais destacados opositores da despenalização: suprimir na lei todas as referências ao crime de aborto. Assim, a mulher teria plena liberdade de o fazer onde entendesse: em casa, na vizinha, na parteira, na clínica privada, no consultório médico.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Mas esta proposta de liberalizar revela a mais absoluta indiferença pelas mulheres das classes desfavorecidas, pelas mulheres trabalhadoras, pelas mulheres sem disponibilidades económicas para recorrerem à segurança de um aborto feito por médicos. Esta proposta é feita por quem sabe que a mesma mais não faria que acentuar a discriminação das mulheres pobres.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Despenalizar, como propõe o PCP é coisa bem diferente!

Como pode encontrar-se justificação, por exemplo, para penalizar a mulher que engravidou involuntariamente, porque falharam os métodos anticoncepcionais, ou nem sequer os conseguiu na consulta de planeamento familiar, e não pode levar a gravidez a termo por recear perder o emprego ou por ver limitadas as suas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho?

Como pode penalizar-se uma mulher que engravidou de uma relação sexual não desejada com o companheiro que lhe proíbe o uso da pílula, que ela tem de esconder em casa da vizinha, e não pode ter mais filhos, sob pena de colocar em perigo a subsistência do agregado familiar e a própria vida da criança que não desejou?

Sabem os Srs. e as Sr.as Deputados que qualidade de vida têm normalmente as crianças não desejadas?

Como pode o Estado usar legitimamente do seu poder punitivo quando os direitos sociais — os que verdadeiramente protegem a vida humana em potência —, os direitos que garantem a realização da maternidade e da paternidade conscientes não são efectivados?

A actual lei penal apresenta-se, face à situação dramática das mulheres portuguesas, em substituição das medidas sociais e não como a sua última *ratio*, pelo que não obedece aos princípios do Direito Penal moderno.

Entendemos que com o sistema de prazos que propomos, nas primeiras 12 semanas, como acontece noutras legislações já atrás mencionadas, é a que melhor responde aos objectivos de uma política criminal própria de um Estado de direito democrático, tanto mais que surge acompanhada de medidas na área da saúde.

Este é o núcleo fundamental da proposta do PCP.

Sumariando, ainda, as restantes propostas do projecto de lei, importará dizer que nos debates que antecederam o debate de hoje, fez-se sentir, da parte de alguns, uma resistência incompreensível ao alargamento do prazo da interrupção voluntária da gravidez por doença ou malformação grave do feto.

No fundo de todas essas resistências estão dois factores: primeiro, uma desconfiança grande em relação às mulheres; segundo, uma atitude impiedosa de obrigar as mulheres a terem filhos grandes deficientes, mesmo sabendo-se que aquela família irá ter uma vida de suplício. Deixem as mulheres decidir da sua vida! Elas saberão se podem ou não ter aquele filho!

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Elas recorrerão à interrupção voluntária da gravidez, tão cedo quanto lhes seja possível saber a brutal verdade. Não adiarão por mais tempo o sofrimento de uma gravidez que se passaria a suportar em revolta.

E a respeito das semanas, porque as restantes propostas do PCP alargam, em alguns casos, os prazos da não punibilidade do aborto, importará esclarecer aquilo que ficou claro nas audições parlamentares: é que enquanto alguns, apenas preocupados em demonstrar que o embrião e o feto já eram vida humana, com iguais direitos aos da pessoa humana (o que não é verdade, nem científica, nem filosófica, nem legalmente), tentavam descortinar no nosso projecto de lei, nas semanas indicadas, alguns indícios de que o PCP se rendia aos seus argumentos, esquecendo a explicação mais natural, que eles próprios acabaram por ter de fornecer: a interrupção médica da gravidez tem tanto menores riscos para a mulher quanto mais cedo se fizer.

Por isso, não seguimos outras legislações que chegam mesmo à 24.ª semana no caso de angústia da grávida. Aliás, a 24.ª semana é por nós aceite nos casos de malformações ou doenças graves do feto ou do embrião, não por aceitarmos introduzir na lei o critério médico, que não legal, da viabilidade do feto, mas por nos convencermos que, com base nos actuais conhecimentos da medicina e nas técnicas utilizadas no país, é perfeitamente possível detectar as anomalias dentro das 24 semanas.

Tendo em atenção a saúde da mulher, propomos: a despenalização do aborto feito a pedido da mulher toxicodependente nas primeiras 16 semanas.

A toxicodependência é uma terrível doença social, gerada pela avidez do lucro, alfobre de milionários que atira jovens para a mais atroz degradação. Uma jovem toxicodependente entra num processo tal de degradação que não se apercebe de imediato do seu estado de gravidez, por isso se justificando a concessão de um maior prazo para decidir se quer, de facto, tratar-se, se pode tratar-se, se a sociedade lhe dá os necessários meios para a sua recuperação, se quer ter o filho, se o Estado olha a vida em potência que traz no ventre como credora de deveres por parte dele, como, por exemplo, o dever de lhe proporcionar uma mãe saudável, uma mãe com condições para ter aquele filho.

Propomos também a menção expressa de que o risco de HIV é um risco de doença grave. E, de facto, assim é. Já está na lei actual, mas é necessário que a lei se torne clara.

Propomos, ainda, o alargamento para 16 semanas nos casos de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

De facto, porque se trata de crimes em que padrões culturais machistas da nossa sociedade determinam que a mulher, que sente mais vergonha que o impante agressor, desvende tarde a sua gravidez. A distinção feita, por alguns, entre violações e violações violentas são a melhor prova de que há quem ainda julgue que Portugal é a coutada do macho ibérico.

O prazo de 16 semanas deverá ser alargado para o prazo fixado para o aborto impropriamente chamado de eugénico, no caso de menores ou de vítimas afectadas por anomalia psíquica, por razões ainda mais evidentes: umas não sabem que estão grávidas, outras ainda com um maior temor devido à sua menoridade, tarde revelam, muitas vezes, o seu adiantado estado de gravidez.

Propomos, ainda, que o prazo da interrupção voluntária da gravidez no caso de aborto terapêutico, seja alargado para 16 semanas, tendo em atenção, sobretudo, o caso das doentes que tomam antidepressivos, relativamente às quais o actual prazo de 12 semanas se revelou insuficiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No decurso dos debates já havidos foram levantadas objecções relativamente à exequibilidade da despenalização. Desde logo porque, havendo serviços que por inteiro se declaram objectores de consciência, não haveria possibilidades de satisfazer as solicitações das mulheres.

Respeitamos os verdadeiros objectores de consciência. Aqueles que, caso a caso, se declaram objectores, por isso reconhecemos no nosso projecto a objecção de consciência, mas na execução da lei não poderá deixar de averiguar-se quais os verdadeiros e os aparentes objectores.

Também, em último recurso, e derrotadas todas as obstruções dos opositores da lei, deparamos com o último, derradeiro e desesperado argumento de que nos serviços hospitalares terá de se investir muito — milhões mesmo — para que a lei seja executada.

Mas, Srs. Deputados, o aborto inseguro é ou não um grave problema de saúde pública?

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** As mulheres têm ou não direito à saúde?

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS .

A Oradora: — Em quanto se contabilizam os custos das gravíssimas complicações de aborto que chegam aos hospitais? Não podem contabilizar-se em números, mas são importantes os custos, em termos de perda de horas e horas de trabalho, do exercício da cidadania por parte das mulheres afectadas pelos traumatismos físicos e psíquicos do aborto inseguro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nunca entendemos o aborto como forma de contracepção! Não o é! E nem é assim que as mulheres o encaram.

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Mas parece!

A **Oradora: —** O Sr. Deputado percebe muito pouco disto!

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Percebo mais do que a senhora!

A **Oradora: —** A educação sexual, praticamente inexistente nas escolas, por omissão do Estado, e o planeamento familiar (muito insuficiente) são, seguramente, meios de combate ao mal.

Por isso mesmo, porque entendemos que uma lei de despenalização não pode deixar de ser acompanhada de medidas no âmbito do planeamento familiar, recorde-se um artigo do nosso projecto de lei, muito esquecido por alguns — porque lhes convém —, mas que não caiu em saco roto, pois foi notado por quem fez uma análise serena e séria do mesmo.

Na audição parlamentar, o Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Miguel Oliveira e Silva, faria notar a importância do artigo em que o PCP propunha que a mulher que se submetesse a uma interrupção da gravidez teria de ter uma consulta de planeamento familiar no prazo de 7 dias.

Uma lei de despenalização deve ser acompanhada pela efectivação do planeamento familiar. É esse o objectivo do nosso projecto de lei.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entendemos que as nossas propostas dão resposta ao flagelo do aborto clandestino, respondendo aos problemas e dramas das mulheres e, sobretudo, aos graves problemas sociais das mulheres trabalhadoras, das mulheres pobres, das mulheres excluídas.

Em suma, de todas aquelas que, num desespero, tentam resolver os problemas sozinhas, com agulhas, com pés de salsa, com as plantas mais diversas... Aquelas que aguentam as laminárias até se esvaírem em hemorragias, porque só pagaram metade do trabalho e ainda não conseguiram o restante para que o aborto seja ultimado.

Aquelas que são vítimas de intolerâncias, de desconfianças. Aquelas que, neste debate, em desespero, sentiram ondas de intolerância sobre si, se viram culpabilizadas, e queriam e não puderam explicar publicamente porque se tinham visto obrigadas a rejeitar uma promessa de vida.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e do Deputado do PS Aires de Carvalho, de pé, e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Monteiro.

O Sr. **Cláudio Monteiro** (PS): — Sr.ª Deputada Odete Santos, há um ponto em que estamos de acordo: este facto, para esta Câmara, é um problema de política criminal e, nessa matéria, a política criminal deve prever uma intervenção mínima do Direito Penal que deve ser neutro em relação a valores religiosos ou morais.

A incriminação do aborto não representa, nem pode representar, uma censura moral ou religiosa à mulher que se submete ao aborto. Não se trata de um problema de consciência individual, nem dos cidadãos nem dos Deputados que compõem esta Câmara, é um problema de consciência colectiva. E é aqui que divergimos, Sr.ª Deputada. Divergimos quanto à dignidade do bem jurídico, que é protegido pela incriminação, e quanto à legitimidade e à necessidade dessa incriminação.

A Sr.ª Deputada questionou a eficácia da incriminação do aborto, reduzindo, no fundo, a legitimidade à incriminação penal à sua utilidade. Pergunta, inclusive, se, perante a ineficácia da lei, quereremos nós, porventura, reprimir penalmente, policialmente, a conduta das mulheres que se submetem ao aborto.

Sr.ª Deputada, não tenho do Direito Penal uma visão que o reduz à função repressiva da pena. A pena também tem uma função preventiva, e essa também significa estabelecer a fronteira entre o lícito e o não lícito, e isso é fundamental, é uma questão de civilização, quando o que está em causa é a vida humana em todas as suas manifestações, desde a vida intra-uterina até ao último momento em que essa vida se mantém.

Mas, mesmo que eu admitisse reduzir a legitimidade da lei à sua eficácia, tenho dúvidas de que os custos sociais da incriminação sejam, efectivamente, superiores aos custos sociais que também acarreta a descriminização.

O número global de abortos, entre os lícitos e os ilícitos, aumentará ou não? O número de abortos clandestinos diminuirá significativamente? Ou não serão grande parte deles clandestinos não em relação à lei mas, sim, em relação à sociedade, à família e ao marido, inclusive?

Será que a mortalidade maternal vai diminuir significativamente? Ou não é verdade que a mortalidade maternal, em casos de aborto, é sempre muito superior àquela que ocorre nos casos de parto e de complicações pós-parto?

Sr.ª Deputada, a dignidade do bem jurídico não basta! Aí, a senhora tem toda a razão! Aliás, a lei em vigor e as propostas de alteração a essa lei aí estão a justificar que há situações em que a dignidade do bem jurídico não basta.

Mas, Sr.ª Deputada, a alteração da lei também não basta! Porque o que importa é alterar a realidade e o que está em causa aqui é saber se o aborto é uma solução ou se deve continuar a ser encarado como um problema.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PS e do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Sr.ª Deputada Odete Santos, havendo mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos, V.Ex.ª deseja responder já ou no fim?

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Respondo já, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Tem, então, a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Deputado, penso que, pondo de parte as convicções religiosas ou não — e isto não é um problema religioso, pelo que não tenho de estar a discuti-lo nestes termos —, no que toca à lei penal o senhor não levou o seu raciocínio até ao fim.

O Sr. Deputado disse que a lei penal não tinha só uma função repressiva mas também preventiva, e aí estamos de acordo... Mas, Sr. Deputado, qual é a função preventiva que a lei penal actual tem? Fazem-se ou não abortos? A lei penal está totalmente desvalorizada, pois nem sequer tem a função preventiva de intimidar positivamente para criar nos cidadãos e na sociedade a convicção de que ela é uma norma boa, que deve ser cumprida e que levaria a sociedade a denunciar as parteiras e as mulheres.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Função de prevenção especial não tem e de prevenção geral, à que o senhor se referiu, também não tem.

Quanto à questão do número de abortos clandestinos, tenho dados — e terei muito gosto em tirar fotocópias e fornecer-lhas —, para além dos que vêm no relatório da Assembleia, que referem o número de abortos legais nos países nórdicos, desde o ano em que foi despenalizado o aborto e a evolução desse número — que, aliás, baixou. Tenho ainda o prazer de lhe oferecer a tal página do Boletim dos Médicos Suíços — que citei — sobre a redução, quase ao mínimo, dos abortos clandestinos na Suíça e a redução dos abortos legais.

Por isso, a realidade demonstra que os abortos clandestinos reduzem-se com a despenalização e que os abortos legais, porque acompanhados de um bom planeamento familiar e de todas as outras medidas, também se reduzem.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Sr. Deputado, em relação à sua questão sobre se os perigos para a mulher são maiores ou não em consequência de abortos, devo dizer-lhe que não é verdade que sejam maiores em consequência de aborto do que do parto.

Também lhe posso fornecer estudos, feitos no sítio onde eles se fazem — e são muitos os países — que revelam que não é verdade que morra mais gente em consequência de aborto, quando ele é legal, do que em consequência do parto.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr.ª Deputada Odete Santos, ao longo da sua intervenção houve duas coisas que ouvimos repetidamente: a palavra «hipocrisia» e a expressão «leis não cumpridas».

Faço-lhe a justiça de considerar que a Sr.ª Deputada não tem qualquer intenção hipócrita quando faz esta proposta, muito pelo contrário estou certa de que está convicta que está a fazer o melhor pelas mulheres portuguesas.

Contudo, quero dizer-lhe que não pode desligar a sua iniciativa legislativa das condições de eficácia da sua proposta, caso ela fosse aprovada na Assembleia da República.

Para que as mulheres portuguesas não lhe perguntem daqui a dois anos aquilo que hoje, provavelmente, nós vamos perguntar, gostaria de saber como compatibiliza as condições de eficácia da sua proposta com duas situações concretas: em primeiro lugar, a situação do Serviço Nacional de Saúde, sendo que responsáveis deste serviço, nomeadamente directores-gerais, afirmaram, no âmbito das audiências e em entrevistas dadas à comunicação social, que os hospitais portugueses não tinham capacidade para receber como actos medicalizados os abortos clandestinos; em segundo lugar se considera, como eu considero e como consideramos todos nós,

penso eu, que o direito de objecção de consciência não pode sequer estar em discussão nesta Câmara, como é que compagina isso com o facto de precisar certamente dos médicos para o aborto medicalizado e com o parecer deontológico da Ordem dos Médicos?

Como sabe, Sr.ª Deputada, há listas de espera com pessoas que pretendem fazer simples operações a cataratas e que entretanto cegam e e eu gostava de saber se admite que em Portugal possa haver uma lista de espera para abortos.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PS Cláudio Monteiro.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): —Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, na minha intervenção referi-me já à questão que colocou. Penso que em saúde pública não podem haver listas de espera e este é um problema de saúde pública.

Já agora, que estamos a falar de custos, gostava também de perguntar-lhe, Sr.ª Deputada, se já contabilizou — e deve tê-lo feito, porque esteve à frente de uma maternidade — os custos de uma cama ocupada vários dias por uma mulher que fez um aborto clandestino de uma maneira bárbara e que, depois, tem de ir cortar o útero, permanecendo num hospital durante muito tempo (isto, como é evidente, quando não morre).

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Eu não lhe perguntei isso, Sr.ª Deputada.

A **Oradora: —** E já pensou que um acto médico para fazer uma interrupção de gravidez segura demora 10 ou 15 minutos? Então não há nisto diferença de custos?

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Não falei de custos!

A **Oradora: —** Sr.ª Deputada, segundo a contabilidade feita pela Associação de Planeamento da Família dos Estados Unidos da América, num hospital gastava-se um dólar para fazer uma interrupção voluntária da gravidez legal e quatro dólares para tratar uma mulher vítima de aborto clandestino.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Não lhe falei de custos!

A **Oradora: —** Então, Sr.ª Deputada?

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente: —** Sr.ª Deputada, desculpe mas não pode ser.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é muito rápido.

O Sr. **Presidente: —** Tem mesmo de ser muito rápida.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — É só para dizer que eu não falei de custos, que não referi a palavra custos em toda a minha pergunta e que tenho muita pena que a Sr.ª Deputada não saiba responder.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, esclareço que hoje, particularmente, não deixarei resvalar para qualquer espécie de deturpação a figura regimental de interpelação à Mesa. A primeira deturpação foi esta. Mas como reconheço que esta interpelação foi um pedido um esclarecimento, faça o favor de esclarecer rapidamente, Sr.ª Deputada Odete Santos.

Desculpem, mas hoje serei absolutamente intolerante.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, eu não ia fazer uma interpelação mas apenas pedir para me deixar responder.

Sr.ª Deputada, em matéria de urgências, os hospitais têm, de facto, de cumprir, como têm de lhes ser dadas condições para que possam cumprir. É esta a minha resposta.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para fazer a apresentação do projecto de lei n.º 235/VII — Altera os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez, tem a palavra o Sr. Deputado Strecht Monteiro, que é o seu primeiro subscritor.

Como sabe, dispõe de 10 minutos. Se os ultrapassar, os minutos em excesso serão descontados no tempo global do seu grupo parlamentar.

O Sr. **Strecht Monteiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao abordar o tema do alargamento dos prazos para a interrupção voluntária da gravidez quero prestar homenagem sincera a todos os Deputados que, sem excepção, nesta Assembleia da República, ao longo das várias legislaturas, se empenharam claramente na discussão digna de toda esta problemática.

Seria também injusto não referir uma personalidade da nossa vida profissional, o Dr. Albino Aroso, que foi o introdutor em Portugal das primeiras atitudes em relação ao planeamento familiar. Se não fosse o Dr. Albino Aroso talvez não pudéssemos estar aqui hoje a discutir, com tanta liberdade e conhecimento, porque, como disse, foi ele que introduziu em Portugal, pela primeira vez, os métodos de planeamento familiar. Por isso, também as minhas homenagens a este grande médico, que ainda temos no nosso convívio.

Aplausos gerais.

E, se me permitem, queria fazer uma referência muito especial a algumas Deputadas que por esta Casa passaram e que muita saudade deixaram na nossa memória. Quero recordar todas, mas uma referência muito especial devo à saudosa memória de Natália Correia que com a sua verve eloquente e o seu muito saber transformava esta Assembleia num fórum nacional de grande elevação.

Aplausos do PS.

O **Orador: —** Recordo também Helena Cidade Moura, pelas suas intervenções objectivas e de grande serenidade, que muito dignificaram os debates parlamentares.

Uma última referência — e de muito carinho — a Beatriz Cal Brandão, companheira de grandes batalhas políticas em prol da liberdade e que contribuiu em grande parte para a minha formação política, no convívio fraterno que existiu entre as nossas famílias e que perdura até aos dias de hoje através dos seus descendentes.

Um bem haja a todas estas personalidades, que construíram os alicerces para hoje aqui podermos estar, sem constrangimentos e em liberdade, a discutir um tema que invade, seguramente, terreno polémico e que põe os políticos num verdadeiro conflito de deveres.

Não quero deixar de homenagear também a comunidade científica e técnica deste País, que a muito custo tem vindo a afirmar-se conhecedora das técnicas internacionais mais evoluídas e que, com sabedoria e abnegação, as puseram em prática no nosso país, apesar dos parcos recursos que o Estado tem disponibilizado. Também para estes o nosso bem haja.

Uma última palavra de gratidão para todos os Deputados desta Assembleia e desta legislatura, indistintamente das suas opções ideológicas e dos seus grupos parlamentares, que aquando da apresentação do meu projecto, em 29 de Outubro de 1996, manifestaram a sua total solidariedade para com a minha pessoa e que muito conforto me ofereceram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sou um cidadão que viveu sempre com emoção as coisas da vida. Assim também aconteceu no exercício da minha actividade profissional. Quando deixar de assim ser deixarei de ser eu próprio.

Por isso entendi que devia fazer alguma coisa em relação às dificuldades e entraves que, diariamente, aconteciam no exercício da minha profissão e também quanto às angústias de muitas mulheres, que eram confrontadas com situações clínicas do seu estado gestacional que não tinham cabimento resolúvel no quadro legislativo actual.

Pelo evoluir da técnica, a Lei n.º 6/84, com 13 anos de existência, tornou-se perversa e anti-natalista e, por isso, inadequada. Actualmente, com os prazos existentes, ou a lei não se cumpre ou realizam-se interrupções de gravidez antes de se ter a certeza absoluta da gravidade da malformação.

O alargamento dos prazos é matéria de cunho científico, cuja decisão deve fundamentar-se em informação dada por técnicos competentes nesta matéria e em critérios despojados de opções religiosas, políticas ou ideológicas.

Por isso optei por discutir este tema em completa serenidade científica.

Os prazos que a lei consigna são um absurdo total sob o ponto de vista biológico e embriológico.

Que ética haverá em fazer diagnóstico pré-natal, criar angústias e sofrimentos nos casais, para, depois, não se poder dar resposta a uma gravidez doente?

Através do presente projecto de lei é assegurado: a exclusão da ilicitude da interrupção voluntária da gravidez sem limite gestacional nas situações de feto inviável; o alargamento de 12 para 24 semanas, comprovadas ecograficamente, nos casos de aborto terapêutico. Em sequência dos estudos mais recentes, revelados por profissionais do foro médico, verifica-se que só é possível determinar com segurança a evolução ou a existência de malformação a partir da 16.ª semana. Os exames complementares sequentes dificilmente permitem a obtenção de resultados de certeza de cromossomopatias ou de alterações da morfologia antes daquele tempo. Ao contrário do que possa parecer, este alargamento será uma medida claramente pró-natalista, tanto mais que a manutenção dos limites actuais implica por vezes interrupções voluntárias da gravidez que poderiam ser evitáveis, dado que são efectuados com base em índices de risco, falsos positivos, ou mesmo alterações morfológicas que ao evoluir da gestação se tornam inaparentes; alargamento das 12 para as 16 semanas do prazo dentro do qual a IVG pode ser praticada sem punição no caso de vítimas de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e quantos a menores de 16 anos e incapazes por anomalia psíquica.

O meu projecto de lei introduz algumas novidades tais como a criação de uma comissão técnica de avaliação de defeitos congénitos. Faço-o porque entendo que a lei vigente atribui só a responsabilidade a um médico para decidir sobre a interrupção voluntária da gravidez. Ora, entendo que deve ser uma comissão pluridisciplinar que, caso a caso, discuta a necessidade da sua interrupção.

Outra novidade que introduzi no meu projecto de lei foi a da objecção de consciência, e aqui, quero, desde já, afirmar que um projecto não é uma obra definitiva, não é uma obra acabada. Por isso entendo que se deve integrar, desde já, uma correcção a esta minha proposta, onde digo que o objector de consciência seria obrigado a indicar qual o profissional que iria exercer a interrupção voluntária da gravidez.

Ao longo das audiências parlamentares que tiveram lugar sobre esta questão fui esclarecendo a minha posição e hoje entendo que isto, para além de uma violência, seria, de certa forma, contrariar os pressupostos e as exigências legais da nossa Constituição.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** No meu projecto de lei acentuo também que após as interrupções voluntárias de gravidez devemos, imediatamente, criar uma consulta de planeamento familiar para as mulheres que a elas se submeteram e que esta lei deve ser regulamentada num prazo máximo de 120 dias, dado que a lei anterior, com 13 anos de existência, até hoje ainda não foi regulamentada.

Durante as audiências parlamentares feitas nas últimas semanas tivemos a oportunidade de ouvir muitos técnicos, muitos sábios e muitos filósofos falarem sobre este tema.

Termino a minha intervenção fazendo lembrar um poeta do Século XI, Omar Khayyam, que disse o seguinte num seu poema: «Os sábios e os filósofos mais ilustres caminharam nas trevas da ignorância/E, todavia, eles eram os luminares da sua época/ Que fizeram?/Pronunciaram algumas frases confusas e depois adormeceram para sempre.».

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Strecht Monteiro, o projecto de lei que apresentou trata de matéria também abordada pelo projecto de lei do PCP e seguramente que, em sede de especialidade, poderão sempre encontrar-se soluções adequadas.

Mas a questão que me leva a interrogá-lo é a seguinte: o Sr. Deputado apresentou o seu projecto de lei depois de o PCP ter apresentado a sua iniciativa, que coloca ainda uma outra questão: a da penalização, fora desses casos específicos, do aborto feito a pedido da mulher até às 12 semanas e trata essa questão procurando responder a um problema social real existente.

O Sr. Deputado é médico, é cidadão, é Deputado, e em qualquer dessas qualidades tem conhecimento da dolorosa realidade do aborto clandestino. Há uma lei que pune o aborto, mas essa lei não é cumprida. Trata-se de uma lei que ninguém na sociedade entende, que não é por ela aceite, que não condena quem faz o aborto nessas circunstâncias nem reclama punição para a mulher que o faz. O que lhe pergunto, Sr. Deputado, é o seguinte: não entende que a Assembleia não pode ignorar esse problema social que realmente existe na nossa vida colectiva? Não entende que a Assembleia, perante uma lei que penaliza mas que ninguém quer, efectivamente, que penalize, uma lei que manda aplicar penas que, depois, ninguém quer aplicar e que a única pena que aplica é a de obrigar as mulheres a recorrerem a meios clandestinos para fazerem o aborto, tem o dever de dizer a essas mulheres e à sociedade que, em certas circunstâncias e dentro de um certo período de tempo, elas podem fazer o aborto em hospitais, em condições saúde?

Portanto, Sr. Deputado, a pergunta que lhe faço é se entende ou não que, para além da questão que coloca, há uma outra dramática questão, que merece e exige uma resposta imediata por parte da Assembleia da República.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Strecht Monteiro.

O Sr. **Strecht Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Amaral, muito obrigado pela pergunta que me fez.

Ao elaborar este projecto de lei versei, única e simplesmente, a parte técnica que entendi ser necessária rever nesta lei. Foi essa a minha preocupação.

Portanto, sem me desligar da minha qualidade de técnico de saúde e desta especialidade, entendi que, nesta revisão que faço da Lei n.º 6/84, não devia ir mais além daquilo que fui.

O Sr. **Presidente: —** Para apresentar o projecto de lei n.º 236/VII — Interrupção voluntária da gravidez, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, de que é primeiro subscritor.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a Assembleia da República, no debate que hoje travamos, enfrenta decisões de imensa responsabilidade: somos chamados a decidir entre a realidade que herdámos da vigência de 13 anos da lei que regula a interrupção voluntária da gravidez e a mudança que resultaria da aprovação dos diferentes projectos de lei com os quais esta Câmara é agora confrontada, entre estes o da Juventude Socialista.

O debate sobre o aborto, no momento e nas circunstâncias legais e sociais em que o travamos, pode ser reduzido a termos simples: ou reconhecemos a realidade e dispomo-nos a agir sobre ela, com o instrumento que a Constituição nos concede — a lei —, sem fintarmos as nossas responsabilidades, ou tomamos parte na farsa de quem, com a alma apaziguada pela existência de uma lei inútil e rejeitada pela sociedade, despreza as angústias e os dramas de milhares de mulheres e homens, inseridos na realidade concreta das suas vidas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Se optarmos por fingir que a interrupção voluntária da gravidez é, em Portugal, regulada por uma lei, que é aceite pela sociedade, generalizadamente respeitada, verdadeiramente ordenadora das condutas individuais e definidora de um dever-ser reconhecido pela consciência social, então não faremos mais do que, hipocritamente, fechar os olhos à realidade da liberalização selvagem do aborto, sem regras, sem prazos, sem garantias médico-sanitárias, sem segurança e sem dignidade.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Com o nosso silêncio e a nossa passividade não salvaremos uma vida, não evitaremos um aborto, mas seremos cúmplices da realidade trágica do aborto clandestino, seremos nós, daqui desta Câmara, a condenar, por ano, milhares de mulheres à humilhação e ao risco.

Neste debate, fomos dos primeiros a escolher o nosso lugar: somos contra a hipocrisia.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Recusamos voltar a cara aos 20 000 abortos ilegais que se realizam anualmente no nosso país.

Recusamos voltar a cara aos 300 000 abortos que se terão realizado desde 1984.

Recusamos voltar a cara ao desespero que esteve na sua origem e à solidão a que a lei e os poderes públicos votaram milhares de mulheres e de homens.

Recusamos voltar a cara à insignificância do número de condenações por aborto ilegal — seis por ano, em média, desde 1985 —, quando confrontados com os milhares de abortos realizados no circuito clandestino.

Recusamos confiscar a liberdade de consciência às pessoas e impor-lhes as nossas convicções morais, os nossos valores éticos, um credo oficial.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Todos somos contra o aborto. Todos estamos cientes de que o aborto é um acto desesperado, uma violência que a mulher comete sobre si própria e de que é a principal vítima.

Tivemos 13 anos para percebermos o que toda a Europa já compreendeu: nenhuma lei impedirá de abortar uma mulher determinada a fazê-lo. Para isso, a lei não serve,

como a nossa actual lei não serviu; mas serve, isso sim, para provocar um grave problema de saúde pública como o é o aborto clandestino; serve para provocar a morte, ou, em qualquer caso, um penoso e gratuito sacrifício físico, psíquico e humano a milhares de mulheres portuguesas.

Resta-nos retirar da experiência dos outros os devidos ensinamentos, e acompanhar a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França, a Itália, a Suécia, a Grécia, entre muitos outros países, nas medidas adequadas ao combate ao aborto clandestino, despenalizando a interrupção voluntária da gravidez, nas primeiras 12 semanas, e a livre pedido da mulher.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Trata-se de salvaguardar o seu direito à saúde, à sua integridade moral, à sua dignidade social e a uma maternidade consciente e responsável.

Não podemos continuar a iludir a realidade, porque a nossa inércia é paga muito caro: no nosso país e nos termos da legislação em vigor, são realizadas cerca de 100 interrupções voluntárias da gravidez por ano, ou seja, 0,5% do total, enquanto o aborto continua a ser a segunda causa de morte materna.

A isto acresce a hipócrita discriminação económico-social subjacente à oposição às mudanças legislativas propostas pela Juventude Socialista:

É preciso assumir a verdade perante o País.

Hoje, as regras são simples e não vêm na lei: quem pode aborta em Londres ou em Espanha, ou é amigo de médico, em Portugal. A quem não pode — nomeadamente as mulheres mais jovens e as de menores recursos — oferecemos-lhes como alternativa o circuito do aborto clandestino.

Somos todos cúmplices dessa alternativa.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Sr.as e Srs. Deputados: Seguramente, alguns de vós terão conhecido de perto este drama e testemunhado a inevitável violação da lei.

Chega de hipocrisia. Chega de tragédias humanas gratuitas e evitáveis. Confiemos na consciência livre e no senso de equilíbrio da mulher para quem legislamos. Confiemos nas mulheres portuguesa. Concedamos-lhes o direito de assumirem uma decisão que a lei penal abusivamente lhes confiscou. Façamo-lo em nome da sua dignidade e do seu direito à saúde.

O julgamento, sempre difícil e doloroso, cabe à mulher. Deve ser exercido no respeito pelos limites legais e no quadro das suas convicções éticas, morais, filosóficas e, porque não, políticas e religiosas.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Sr.as e Srs. Deputados do PSD: O vosso partido tem defendido — contra a opinião da JS — que uma matéria com o melindre da que se reporta às regras da interrupção da gravidez deveria ser decidida em sede de referendo nacional. Portanto, a votação que se seguirá a este debate tem para vós um significado diferente: se viabilizarem na generalidade o nosso projecto de lei, permitindo a continuação e o aprofundamento do processo legislativo, têm já a garantia de que o PS proporá a realização do referendo.

Com um referendo, nacional e vinculativo, transferirão para o povo português a responsabilidade de decidir o «sim» ou o «não» às alterações propostas à lei do aborto.

Limitaram-se, até aqui, a exigir o referendo. Ele está agora na vossa disponibilidade. Sereis vós a decidi-lo.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados: Só admitindo a interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 12 semanas, a pedido da mulher, e com adequado acompanhamento médico, poderemos combater eficazmente o aborto clandestino e evitar as mortes inúteis, as frequentes sequelas físicas, a impossibilidade de voltar a ter filhos e os atentados à saúde psíquica da mulher.

Uma interrupção da gravidez feita com segurança num hospital público, acompanhada de uma consulta de planeamento familiar — como prevê o projecto da JS — faz mais pela vida do que o desmancho feito nas 1000 parteiras de vão de escada, oficialmente inexistentes.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

A aprovação deste projecto de lei não provocará, obviamente, qualquer aumento do número de interrupções voluntárias da gravidez realizadas em Portugal, mas diminuirá seguramente a tragédia do aborto clandestino.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Se votarem contra este projecto, e fizerem a defesa da situação actual e da lei em vigor, não salvarão uma vida, não evitarão um aborto, porque a defesa da actual lei não serve a vida, serve a hipocrisia.

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Nuno Correia da Silva e Bernardino Soares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Correia da Silva.

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, antes de lhe dirigir a pergunta que pretendo fazer, quero manifestar-lhe que é com grande revolta que participo neste debate, porque entendo que ele está viciado, por ter uma grande lacuna: não estão presentes os fetos cuja vida esta Assembleia, infelizmente, está a questionar.

Protestos do PS e do PCP.

Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, o que os senhores estão a propor não é mais uma liberdade, não é uma liberdade para as mães ou para as mulheres portuguesas. O que os senhores estão a propor é a pena de morte para vidas inocentes, que foram concebidas mas que agora não são desejadas.

Aplausos do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto disse, da tribuna, que se recusa a virar a cara aos 20 000 — há uma semana, eram 16 000, eventualmente, nesta última semana houve mais 4000 — abortos clandestinos. Acho estranho até que saibam com precisão quantos são os abortos que são clandestinos. Mas vamos admitir que sejam 20 000, ou, inclusive, os 200 000 ou 300 000 que foram feitos desde que está em vigor a «lei do aborto», que regula a interrupção voluntária da gravidez. Sr. Deputado, os senhores não recusam virar a cara, mas também não encontram soluções, os senhores não propõem soluções para o aborto, apenas descriminalizam a clandestinidade, apenas retiram do Código Penal o crime que é e será sempre, no entender do Partido Popular, acabar com uma vida humana.

A Sr.ª **Natalina Moura** (PS): — Estava distraído durante a intervenção, Sr. Deputado!

O **Orador: —** O Sr. Deputado falou na violência e disse que reconhecia, quer o Sr. Deputado, quer o seu grupo parlamentar, a violência que é para uma mãe, para uma mulher, ter de abortar. Porquê, Sr. Deputado? Por que reconhece que é uma violência que essa mãe sofre? Reconhece isso, porque sabe que é de uma vida que estamos a

falar, e, se é de uma vida que estamos a falar, acabar com ela é crime e será sempre crime.

Aplausos do CDS-PP.

Protestos do PS.

Sr. Deputado, o projecto apresentado pelo Partido Socialista está repleto de contradições entre o que os senhores dizem querer e o que se propõem, efectivamente, fazer.

O PS afirma-se preocupado com as condições económicas e sociais. Mas neste projecto de lei não estão contempladas quaisquer medidas de apoio económico e social. Saberá o Sr. Deputado quantos casais desejam a adopção de crianças e deparam com múltiplos obstáculos administrativos e burocráticos? Propõe o Sr. Deputado alguma alteração para o regime de adopção em Portugal? Não propõe, Sr. Deputado!

O PS afirma-se preocupado com as famílias monoparentais. Propõe o PS alguma alteração ao apoio social a essas famílias? Não, Sr. Deputado! O PS quis acabar com o aborto clandestino. Não pode haver maior...

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, queira terminar.

O **Orador: —** Termino já, Sr. Presidente.

Seria bom que o Sr. Deputado conhecesse as razões que levam as mulheres a recorrer ao aborto clandestino. São, como há pouco foi dito, razões sociais, porque não querem que a sua gravidez seja do conhecimento das famílias e da sociedade.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, queira concluir.

O **Orador: —** Concluo já, Sr. Presidente.

Lamento que a iniciativa deste projecto de lei tenha sido dos Deputados da JS. Sr. Deputado, os jovens têm a ambição de mudar, têm confiança para mudar e têm força para mudar. Os senhores resignaram-se e não há velho mais velho do que aquele que nunca foi jovem, Sr. Deputado!

Aplausos do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Correia da Silva, quero, em primeiro lugar, congratular-me pelo facto de ser preciso debater-se nesta Casa o problema da interrupção da gravidez para o Grupo Parlamentar do Partido Popular nos dar público testemunho da sua elevada sensibilidade social.

Não sei se estarei à altura de resolver algumas das confusões que vão no seu espírito, mas, em todo o caso, deixe-me dizer-lhe o seguinte: não estamos neste debate a tentar marcar uma fronteira entre o certo e o errado. Essa fronteira, quem a marca são as mulheres, confrontadas com as circunstâncias particulares da sua vida.

Aplausos do PS.

Estamos aqui a discutir a utilidade, a conveniência, de uma determinada disposição penal, de uma intromissão do Direito Penal nesta discussão. É isso que estamos a discutir! Estamos a discutir, concretamente, Sr. Deputado, quem estamos na disposição de mandar para a cadeia. É este o objecto de discussão neste debate.

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — São valores que estamos a discutir!

O Sr. **Gonçalo Ribeiro da Costa** (CDS-PP): — Estamos a discutir quem matamos!

O **Orador: —** Sr. Deputado, vai desculpar-me, mas quero colocar-lhe uma pergunta, pois estamos a ter um debate sobre política criminal, sobre uma disposição criminal: está suficientemente convicto da sua verdade para se permitir mandar para a cadeia aqueles que nesta Sala e lá fora não concordam consigo? Esta é que é a questão

fundamental. Tem a ver com a cultura e a tolerância, com o «temos» ou «não temos»,...

Aplausos do PS.

... com a cultura democrática que temos ou não temos, com o respeito pela consciência individual que temos ou não temos! O Sr. Deputado, manifestamente, não tem.

Sr. Deputado, repare que vivemos num Estado não confessional...

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Não é confessional, é de valores!

O **Orador: —** ... e, portanto, a ordem de valores na qual devemos fundar as nossas convicções e posições é a Constituição. O Sr. Deputado valoriza — e bem — a vida intra-uterina, que, aliás, é objecto de declaração constitucional. Por isso, pergunto-lhe o seguinte: o Sr. Deputado aceita ou não a interrupção da gravidez nos casos de crimes contra a autodeterminação sexual da mulher?

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Responda, não faça perguntas!

O **Orador: —** Aceita ou não a interrupção da gravidez nos casos de violação? O Sr. Deputado aceita a interrupção da gravidez? Qual é a culpa do feto, relativamente às circunstâncias nas quais foi concebido? O Sr. Deputado concorda ou não com a Lei n.º 6/84?

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Responda!

O **Orador: —** O grande vício da sua posição neste debate é ter a pretensão de querer oficializar as suas convicções e, com base nisso, perseguir e punir quem não pensa como o Sr. Deputado.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Para exercer o direito regimental de defesa da honra e consideração da bancada, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que duvido muito de que o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto possa dar lições a esta bancada, e a mim, como líder da bancada, sobre sensibilidade social. O que todo o seu discurso revelou foi que o Sr. Deputado apanhou um eléctrico atrasado, usando uma linguagem que mostra que não tem a menor noção do que é o sofrimento humano! O Sr. Deputado não conhece o sofrimento humano e, por isso, vem, sem qualquer legitimidade, fazer uma proposta...

Protestos do PS.

... que é um decalque dos anos 60.

Sensibilidade social, Sr. Deputado, é gastar as solas nos sítios onde as pessoas sofrem!

Aplausos do CDS-PP.

Sensibilidade social não é estar aqui a dizer as coisas que são fáceis! Vá para os sítios onde as pessoas sofrem, onde eu estive e onde, por acaso, nunca o encontrei.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, ambos somos Deputados eleitos a esta Assembleia, pelo que gozamos da mesma legitimidade.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Não é legitimidade, é sensibilidade!

O **Orador: —** Não sei se a Sr.ª Deputada quer invocar uma qualquer legitimidade curricular e paternal contra mim próprio, mas não creio ser essa a sua intenção. De resto, penso que esta sua intervenção não contribuiu significativamente para a elevação do debate e para a seriedade da discussão que devemos manter aqui hoje.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, sob pena de começar este pedido de esclarecimento da mesma maneira que outros, quero dizer-lhe que também estou neste debate revoltado. E estou revoltado porque este debate não deveria existir, pois há 12 anos, quando discutimos aqui esta questão, deveria ter sido resolvido o problema do aborto clandestino e não o foi. Por isso, estou revoltado.

Estou revoltado também, Sr. Deputado, porque vi durante esta discussão gente a encarar seriamente o problema, mas vi, de igual modo, quem discutisse demagogicamente o que hoje estamos a tentar discutir seriamente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** E estou também revoltado, Sr. Deputado, porque esta discussão revela, em muitas intervenções, uma brutal insensibilidade àquilo que é a realidade, a qual, admito-o, só as mulheres, e só as que praticaram um aborto, podem reconhecer e conhecer na sua totalidade. Todos nós temos a obrigação de reconhecer esse sofrimento e de reconhecer que ignorá-lo é uma insensibilidade monstruosa.

Devo dizer-lhe mais, Sr. Deputado: fico também revoltado quando intervenções nesta Casa sobre este problema descuram a realidade — e gostaria de perguntar-lhe se está também atento a ela — das jovens mulheres, que também fazem abortos, que também recorrem ao aborto clandestino, que também são obrigadas, em virtude da lei penal que temos, repressiva, inútil e ineficaz, a recorrer ao aborto clandestino.

Quero perguntar-lhe se não pensa ter havido muitas vezes uma grande desatenção por parte dos que tão duramente recorreram a argumentos demagógicos e falsos.

Espero, Sr. Deputado — e quero saber se também é esta a sua posição —, não ter de voltar a discutir esta matéria na Assembleia da República, espero que fique, hoje e aqui, resolvido o problema do aborto clandestino.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, o mais que posso dizer-lhe, face à sua intervenção inteiramente concordante com as minhas posições, é que partilho das suas preocupações e estou inteiramente solidário com as posições que aqui vem assumindo.

Agora, gostaria de frisar o seguinte: é certo que, em 1984, houve um impulso legislativo, no sentido de se alterar a situação. Hoje, que podemos avaliar a experiência de 13 anos de vigência da Lei n.º 6/84, de 11 de Maio, fazemos uma apreciação negativa, pois, em nosso entender, ela deixou patente a sua insuficiência para resolver problemas sociais graves de saúde pública. Foi por isso que, à luz de uma interpretação, que julguei correcta, das minhas responsabilidades decorrentes do mandato parlamentar que detenho e enquanto Deputado do PS, eu próprio, como primeiro subscritor, entendi apresentar este projecto de lei.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quatro palavras gostaria de trazer aqui e neste momento.

A primeira sobre a natureza deste debate. Este não é um debate da nossa responsabilidade. Mais do que isso, este é um debate que, nos moldes em que é feito, consideramos intempestivo e inoportuno.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Nenhuma força política questionou na sociedade, no tempo próprio e com a clareza indispensável, o quadro legal existente sobre a interrupção voluntária da gravidez. Mais: ninguém introduziu no País a abordagem desta questão ou propostas para a resolver no tempo político em que os eleitores escolhem os seus Deputados, lhes delegam um mandato e lhes atribuem a sua representação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Por isso este debate é mais imposto que sentido, feito de cima para baixo, sem que o País nele tivesse participado e com isso acentuando, numa matéria particularmente sensível e delicada, clivagens desnecessárias e divisões negativas entre portugueses.

Por isso este debate, nascendo enviesado, continua e terminará enviesado. Dificilmente, de resto, escapará já à leitura e à conclusão de que o aborto é o pretexto — e só um pretexto — e que o objectivo e as motivações são outras, eminentemente políticas e bem diferentes da questão séria e delicada que é a interrupção voluntária da gravidez.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** A segunda palavra é sobre o objectivo essencial deste debate: a liberalização do aborto.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É falso!

O **Orador: —** O mais grave na discussão de hoje não é o querer alterar o quadro legal existente. O mais grave é pretender-se mudar radicalmente de filosofia, de política e de orientação em matéria de liberalização do aborto.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Não se pretende alterar a lei; pretende-se é mudar de lei. Ou seja, o que se propõe é que, de uma penada, sem que o País se tenha pronunciado, sem que os portugueses tenham sido ouvidos, se passe de um regime em que a liberalização não é possível para um regime — em tudo oposto — em que a liberalização passe a ser permitida e a assumir-se como regra e valor.

Aplausos do PSD.

É uma alteração radical de política. Pretende-se que o Parlamento se substitua ao País, quando o Parlamento deve ser a representação da vontade do País. Pretende-se que o Parlamento imponha ao País uma outra política, quando deve ser primeiro o País a discutir e a decidir se quer, ou não quer, mudar de política.

Aplausos do PSD.

Importa, de resto, questionar: quando é que o País debateu esta questão? Nunca, nos últimos 13 anos. Quando é que o País legitimou esta mudança radical e profunda de política? Nunca, nos últimos 13 anos. Quando é que o País mandatou os seus representantes para esta inversão completa de política? Nunca, como se sabe. A única coisa que se sabe, se prova e se conhece é que, na última vez, há 13 anos, que se discutiu esta matéria, o País expressamente rejeitou o que, hoje, alguns pretendem consagrar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Com a agravante — e esta é a terceira palavra — de que o País podia e devia pronunciar-se.

O PSD não quis abrir este debate, mas, uma vez aberto, não o quisemos impedir ou sonegar. Quisemos, sim, que o País, através do referendo, debatesse a questão e sobre ela tomasse uma decisão.

O referendo foi, primeiro, denegrido; depois, deliberadamente impedido. Impedido mesmo por omissão de agendamento, sem sequer ter havido a clareza e a frontalidade de uma decisão sobre se deveria ou não ser realizado. Impedir o referendo, a consulta popular, a decisão de milhões de portugueses nesta matéria foi, a nosso ver, uma atitude grave, que merece a nossa censura e a censura do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Para mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando de uma questão de fundo e de forma se trata, quando estamos perante uma questão que releva da consciência individual não apenas de 230 Deputados mas de milhões de portugueses, quando um mandato claro e inequívoco para decidir não existe, quando o referendo é, hoje, possível, ao contrário do passado, e desejado pelos portugueses e quando entre os portugueses a divisão é profunda e muito significativa.

Nesta matéria, particularmente nesta matéria, a existir decisão, ela deveria ser de todos os portugueses e não apenas de alguns. Por via de referendo nacional e não de outra forma.

Aplausos do PSD.

E a questão não é instrumental nem de método. A questão é substantiva e de valores. Até hoje, os portugueses nunca decidiram a liberalização do aborto. Para se saber se os portugueses querem mudar radicalmente de política, só há uma solução: consultá-los, dando-lhes a palavra e devolvendo-lhes a soberania da decisão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** A quarta e última palavra é esta: por imposição do PS e do PCP, somos forçados a uma decisão. Forçados a decidir, os Deputados do PSD assumirão posição…

[…]

O **Orador: —** No entanto, no uso da palavra, não me eximirei a dar a minha opinião pessoal. Sou contra os projectos que pretendem liberalizar o aborto e assim votarei. Entendo que a lei actual é equilibrada e a sua filosofia correcta.

O aborto é sempre um mal, mesmo para a mulher obrigada a fazê-lo. Considerar como valor positivo na lei o que a própria mulher considera um mal de recurso extremo é, a meu ver, inverter os valores. Invocar razões económicas ou sociais, por mais relevantes que sejam, para decidir a interrupção de uma gravidez é passar ao absurdo, para não dizer mais, de considerar o aborto como mais um meio contraceptivo, é, a meu ver, a negação de tudo. Sustentar que interromper uma vida é a melhor forma de defender a dignidade da vida é, a meu ver, subverter os princípios e as convicções.

Os dramas humanos em torno desta questão existem, são sérios e difíceis de resolver. Muitas mulheres os sentem, muitas famílias os têm e a sociedade quantas vezes faz mesmo de conta que eles não existem. Esta é a realidade; importa encará-la para ajudar a resolvê-la.

Alguns pensam, porém, que, propondo o que propõem, resolvem o problema e descansam a consciência. É minha convicção de que nem o problema se resolve nem — e muito menos — a consciência fica menos pesada.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Os fins, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não justificam todos os meios. Em particular, quando os meios, para além de ineficazes, são injustos, iníquos

e atentam, sobretudo, contra a dignidade dos nossos valores e do direito inalienável à vida humana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi a iniciativa partidária, e não da sociedade, que forçou esta discussão na Assembleia da República, quando, a ocorrer, ela deveria ocorrer no País. Será por esta iniciativa que os Deputados são forçados a decidir pela sua consciência, quando deveria ser a consciência colectiva, do País, a decidir.

No final, a decisão da Assembleia da República será, pois, a decisão da consciência de cada um dos seus Deputados. Mas que, nessa altura, os partidos que forçaram esta decisão, esta iniciativa, não se escondam na consciência de cada Deputado para não assumirem as suas próprias responsabilidades.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se a Sr.ª Deputada Isabel Castro e os Srs. Deputados Laurentino Dias, Luís Sá e Jorge Lacão.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, penso que a sua intervenção foi profundamente infeliz e ofensiva relativamente àquilo que está hoje em discussão.

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

Protestos do PSD.

Em primeiro lugar, o senhor manifestou-se contra uma coisa que nenhum dos projectos em discussão propõe, ou seja, a legalização do aborto.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de alguns Deputados do PS.

Em segundo lugar, o senhor mostrou-se a favor daquilo que todos sabem existir, daquilo que os senhores sabem e fingem ignorar, ou seja, o facto de haver muitas mulheres, que, anualmente, morrem ou são mutiladas, por terem de recorrer ao aborto clandestino.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

E, ao fazê-lo, o Sr. Deputado não teve pudor em fugir à verdade. Disse o Sr. Deputado que esta Assembleia não tem legitimidade para decidir alterar a lei. Então que legitimidade teve, quando, há dois anos, aprovou um Código Penal que penaliza as mulheres que interrompem a sua gravidez? Não é a mesma coisa, Sr. Deputado?

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Esqueceu-se!

A **Oradora: —** Sr. Deputado, concluo, dizendo que, ao contrário do que pretendeu afirmar, este não é um debate que não seja inteiramente da vossa responsabilidade. É, sim, da vossa responsabilidade em alguma medida: na medida em que foram os senhores que não promoveram o planeamento familiar;...

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** ... na medida em que foram os senhores que não trouxeram para as escolas a educação sexual;...

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

... na medida em que são os senhores que continuam, ontem como hoje, indiferentes ao problema da vida, ao problema das mulheres, fazendo tábua rasa daquilo que é a realidade e evidenciando uma grande dose de hipocrisia.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado Luís Marques Mendes, como há mais Srs. Deputados inscritos para pedir esclarecimentos, pergunto se deseja responder já ou no fim.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Então, tem a palavra o Sr. Deputado Laurentino Dias.

O Sr. **Laurentino Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, quero fazer-lhe uma pergunta bem simples, que tem a ver com o seguinte: V. Ex.ª na sua intervenção falou da sua decisão individual e da consciência colectiva. Disse também que um referendo era não apenas possível mas desejável. Ora, como todos sabemos, um referendo sobre matérias como esta tem necessariamente de ser um referendo num quadro aberto de soluções.

A minha pergunta é esta: como compagina ou compatibiliza V. Ex.ª a defesa de um futuro quadro aberto de soluções num referendo enquanto legislador, e, nesse caso, individualmente, como disse? Apercebi-me pelo sentido do seu voto, relativamente aos projectos em questão, que restringirá, à partida, na sua qualidade de legislador, individualmente, esse mesmo quadro de um referendo, que nós queremos — e também eu o defendo — que seja uma forma de os cidadãos tomarem decisão. Só que quando se referenda, no meu entender, referenda-se tudo e não apenas aquilo que, em termos de decisão individual, nós, enquanto legisladores, aqui restrinjamos para decisão dos cidadãos no seu colectivo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. **Luís Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, creio que a opinião que o Sr. Deputado possa ter nesta matéria é naturalmente legítima. Aquilo que não é legítimo é imputar aos partidos que propõem projectos de lei não uma preocupação com a situação da mulher portuguesa mas motivações obscuras, que desconheço e que o Sr. Deputado não tem o direito de nos imputar.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A segunda questão a que gostaria que respondesse é a seguinte: o Sr. Deputado disse que a actual lei é justa e equilibrada. Gostaria, então, de saber por que é que o PSD votou contra a actual lei em 1984 e, inclusive, chegou a punir disciplinarmente um Deputado que votou a favor dela.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

É caso para perguntar se, daqui a mais alguns anos, quando e se o actual regime for alterado, nós ouviremos o PSD dizer, nessa altura, que a actual lei, mais avançada que agora aprovarmos, é justa e equilibrada e não deve ser alterada. Isto é próprio de quem está contra a História, contra a resolução de problemas num sentido moderno e avançado.

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O **Orador: —** A terceira questão tem a ver com o seguinte: naturalmente, fazer ou não um referendo sobre esta matéria é um problema político e é um problema que pode levar a diferentes opções políticas.

No entanto, julgo que, nesta matéria, tem de haver um mínimo de coerência. Por exemplo, alterar o Código Penal, em 1995, em matéria do aborto, introduzindo alterações importantes, como, de resto, ficou demonstrado no relatório da 1.ª Comissão, não haver no País qualquer debate ou referendo sobre esta matéria e vir agora colocar esta questão é, sem dúvida alguma, incoerente. Mas, mais, é incoerente por parte de um partido que inviabiliza um referendo sobre a moeda única, questão de extrema importância, e que inviabiliza, inclusive, um referendo global acerca da revisão do Tratado da União Europeia.

Porém, o mais grave é que à extrema preocupação da Lei Fundamental de compatibilizar a democracia representativa com a democracia directa e de dar à democracia directa um carácter não populista, não manipulatório e perfeitamente compatível com a representação dos Deputados, o Sr. Deputado responde com uma

contestação da legitimidade desta Assembleia e do mandato dos Deputados para decidirem aquilo que está na Constituição.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** E isto foi grave não só nas palavras do Sr. Deputado como nas da porta-voz do PSD, pois daí poderia resultar, em última instância, a ideia de que os Deputados estão aqui para tratar do que não tem qualquer significado e importância e de que sobre as outras matérias, então, teria de ser o povo português a decidir, desde que não se trate de matérias com tão pouca importância como as da moeda única, do futuro de Portugal na integração europeia ou outras que não convenham ao PSD.

Em tudo isto, deve haver um mínimo de coerência política, porque, caso contrário, temos de dizer que, em vez de seriedade, há descaramento.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, o Sr. Deputado subiu à tribuna e falou dos projectos de lei relativos à liberalização do aborto. Ocorre, Sr. Deputado, que eu não conheço qualquer projecto de lei hoje em debate que se reporte ao objectivo da liberalização do aborto.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Estou, por isso, com uma dúvida sobre se o Deputado Luís Marques Mendes estava plenamente consciente dos diplomas acerca dos quais se pronunciou.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** É que, a meu ver, confundiu dois planos: o de uma decisão e de um comportamento tomado pela mulher nas circunstâncias concretas da sua vida e, provavelmente, de acordo com a sua consciência e com a ideia que ela própria faz da sua dignidade moral e social ou igualmente com os valores que ela própria preserva, como, possivelmente, os da maternidade e da paternidade conscientes, portanto o gesto e o acto susceptível de, em concreto, ser praticado por qualquer mulher, e o da lei. E o que temos de responder, hoje e aqui, é se a nossa opção como legisladores é a de considerar como um crime um certo acto praticado pela mulher em sua consciência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** E isso, Sr. Deputado, não nos habilita, seja qual for o nosso ponto de vista e a nossa posição pessoal, a considerar que qualquer solução é contra ou a favor da liberalização do aborto, porque a solução será sempre outra, ou seja, contra ou a favor da criminalização de um determinado comportamento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Deputado Luís Marques Mendes, V. Ex.ª colocou-se, com referência a valores, numa posição que respeito mas que não partilho relativamente a alguns deles, e aí respeitar-nos-emos, certamente. Mas, no plano da opção legislativa, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, a questão é esta: considera o senhor ter uma legitimidade acrescida para considerar um crime aquela atitude que se faz por referência a valores diferentes dos seus?

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Não considera, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, que essa é uma imposição autoritária de um sistema de valores partilhado apenas por uma parte da sociedade e não pelo seu conjunto maioritário da sociedade?

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** O Sr. Deputado Luís Marques Mendes acredita que os problemas de consciência e os problemas sociais profundos devem ter a resposta prioritária ao

nível do Código Penal ou acredita que devem ter resposta prioritária na consciência dos cidadãos livres deste país?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, são três ou quatro as questões que os vários colegas me colocaram, por isso irei responder-lhes em conjunto.

Quanto à questão da legitimidade que invoquei, devo dizer que não coloco em causa, como é evidente, nem ninguém pode fazê-lo, a legitimidade dos Deputados da Assembleia da República no sentido político formal, mas nesta matéria, pelas razões que apresentei e que já reafirmarei, a legitimidade devia ser a legitimidade actualizada, a legitimidade da soberania popular.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Em primeiro lugar, porque esta matéria, como toda a gente reconhece, é eminentemente um problema de valores que releva da consciência de cada cidadão.

Vozes do PS e do PCP: — Não é!

O **Orador: —** Em segundo lugar, porque esta matéria não foi objecto de tratamento e de debate na sociedade portuguesa, quando podia e, segundo alguns, devia ter sido.

Em terceiro lugar, porque esta matéria, tratada desta forma, de cima para baixo, ajuda a introduzir fracturas e divisões e por isso careceria, de facto, de um amplo debate nacional.

Aplausos do PSD.

Mas, Srs. Deputados, em particular Sr. Deputado Jorge Lacão, alguma coisa eu reconheço na iniciativa do Partido Comunista: alguma coerência de atitudes. Discordo completamente delas, mas reconheço que tem existido alguma coerência ao longo dos anos. Até em relação a muitas matérias de que não se consegue qualquer coisa, depois, quando essa qualquer coisa é aprovada, é excelente, mantêm a coerência ao longo dos anos. Reconheço isso!

Agora, na iniciativa do Partido Socialista — e isto tem tudo a ver com legitimidade — já tenho mais dificuldade. Não é que ele não tenha o direito de propor iniciativas mas, sim, porque, ainda na última campanha eleitoral, em Agosto de 1995, numa revista pública, quando foi feita ao Partido Socialista oficialmente a pergunta — de resto feita também a todos os outros partidos — «a Lei n.º 6/84 — Interrupção voluntária da gravidez, deve ser alterada? Mais alargada? Mais restritiva? Se, constitucionalmente, for admitida a figura do referendo, considera que esta matéria possa ser objecto de referendo?», ele não só, tal como no seu Programa, não advogou qualquer alteração como disse «a lei actual é suficiente para os objectivos que com ela se pretendem atingir».

Aplausos do PSD.

A segunda questão que aqui me foi colocada por vários Srs. Deputados foi a da hipocrisia. A esse respeito, gostava de dizer que, naturalmente, respeito muito a consciência de cada um, mas espero que também respeitem a minha. E, ao menos, já que impediram o referendo, Sr.ª Deputada Isabel Castro, não me queira impedir nem aos meus colegas de, frontalmente, com clareza e sem hipocrisia, darmos a nossa própria opinião.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Agora, Sr.ª Deputada Isabel Castro, não vale a pena fugirmos à mistificação. O que, de facto, está em causa é uma mudança profunda da política no

sentido de uma liberalização. Dizer o contrário é uma mistificação, é uma questão de palavras!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Hipocrisia, se me permite, sem qualquer ofensa pessoal, é pensar-se que, para além da questão dos valores — e também, seguramente, aí divergimos —, com a eventual aprovação de uma solução desta natureza se vai resolver o problema dos abortos clandestinos. É minha convicção de que essa solução é má no plano dos valores e ineficaz em termos da prática. Quando muito, ajuda a descansar a consciência de alguns! Mas, do meu ponto de vista, ela não fica mais leve e, sobretudo, o problema não fica resolvido. Julgo que isso é que é hipocrisia!

A Sr.ª Deputada Isabel Castro veio dizer, designadamente, que o PSD nunca fez nada sobre planeamento familiar e a resposta foi-lhe dada pelo Sr. Deputado Strecht Monteiro há instantes, da tribuna. Em matéria de planeamento familiar, o PSD e, em particular, as pessoas já aqui referenciadas fizeram muito. Segundo os últimos dados estatísticos que são conhecidos — os de 1993 —, 89% das mulheres em idade fértil recorrem, ou recorriam já então, ao planeamento familiar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** É uma hipocrisia dizer que, nesta matéria, não se tem feito nada. Tem-se feito muito, mas é minha convicção, como, julgo, de todos, de que importa fazer muito mais, só que esta matéria vai ajudar a desviar as atenções e passa à margem dos problemas reais, em vez de os enfrentar, como podia e devia fazer.

Concluo esta matéria, dizendo, em particular ao Sr. Deputado Luís Sá, o seguinte: pode divergir de mim, está no seu pleno direito — eu divirjo de si, também tenho esse direito —, mas tenho muita dificuldade em poder aceitar (se é que alguém o pode fazer) que o facto de eu ser contra, convictamente contra, signifique estar possuído de uma qualquer mentalidade que não é própria de um país moderno e desenvolvido.

Permita-me que lhe diga que, para além, uma vez mais, do problema de valores, em que divergimos, considerar que o aborto pode ser visto como mais um meio contraceptivo é de um país do terceiro mundo e não de um país moderno, não de um país desenvolvido.

Aplausos do PSD.

Protestos de alguns Deputados do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O **Orador: —** Concluo já , Sr. Presidente.

Uma última nota para responder a vários Srs. Deputados, designadamente ao Sr. Deputado Laurentino Dias.

Quanto à questão que, uma vez mais, me coloca sobre o referendo, devo dizer que não tomámos qualquer iniciativa neste domínio, pois consideramos (eu pessoalmente considero) que a lei actual tem uma filosofia correcta e é equilibrada.

No que se refere à votação do PSD, pergunta que alguém colocou, é questão que neste momento não interessa.

No que diz respeito ao caso de um Deputado que dizem que foi punido, ele falará daqui a instantes e dirá de sua justiça, por isso não vou antecipar-me àquilo que ele próprio dirá.

Mas a pergunta que deixo aqui a todos é esta: se a convicção de que esta questão é séria e vale a pena ser resolvida, discutida e decidida em sentido diferente ao que foi plasmado na lei há 13 anos e se é tão forte, tão arreigada e tão profunda, por que é que não se devolve a possibilidade de a consciência individual de cada cidadão vir a

prevalecer num referendo nacional? Por que é que há medo de ouvir, de consultar e de devolver aos portugueses a capacidade de decisão? Esta é a pergunta!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para defesa da consideração da sua bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Peço silêncio. O Sr. Deputado Jorge Lacão vai exercer um direito que a Mesa acaba de reconhecer-lhe e ninguém pode deixar de fazer o mesmo.

Faça favor de usar da palavra, Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fiz-lhe há pouco, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, um pedido de esclarecimento relativamente a uma substância significativa da sua intervenção; agora, exerço o direito de defesa da minha bancada, distinguindo claramente os planos.

O Sr. Deputado Luís Marques Mendes afirmou que este debate era intempestivo e inoportuno, que o Parlamento se sobrepunha ao País e que tal resultava da imposição do PS e do PCP, que impediram o referendo sobre a questão da interrupção voluntária da gravidez.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É bem verdade!

O **Orador: —** O Sr. Deputado Luís Marques Mendes não pode proferir consciente ou seriamente afirmações deste tipo.

Em primeiro lugar, porque não pode, com legitimidade e seriedade, pôr em causa a legitimidade do Parlamento para agendar iniciativas legislativas, porque é para isso que os Deputados são eleitos e é em sua consciência que também representam os eleitores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Em segundo lugar, porque o Sr. Deputado Luís Marques Mendes não pode dizer que agora o Parlamento se sobrepõe ao País, para imediatamente referir, como o fez, que há três anos atrás o País se pronunciou muito bem através do Parlamento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Ou seja, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, quando a tomada de posição vos satisfaz politicamente, a Assembleia da República tem plena legitimidade política mas, quando a tomada de posição pode não corresponder à vossa orientação, a Assembleia da República deixa de ter plena legitimidade política.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Deputado Luís Marques Mendes, essa também é uma expressão de hipocrisia política e foi para a denunciar que pedi a palavra.

Depois, o Sr. Deputado disse que a circunstância de haver este agendamento e este debate impediam o referendo sobre as matérias relativas à interrupção voluntária da gravidez. Não impedem, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, porque, nos termos da Lei do Referendo, a iniciativa parlamentar do referendo ocorre aquando da apreciação de iniciativas legislativas em agendamento. É o que está a ocorrer.

O Sr. Deputado Luís Marques Mendes sabe, mas escamoteou, que o Grupo Parlamentar do PS apresentará uma proposta para uma consulta directa aos portugueses no caso de esta Assembleia se pronunciar favoravelmente em relação àqueles projectos que representarem uma alteração do regime da ilicitude quanto à interrupção voluntária da gravidez.

Por isso, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, neste debate e na votação que vai ter lugar só há uma resposta: serão os seus Deputados, essencialmente os seus

Deputados, que vão determinar se o PSD é a favor ou contra um referendo nesta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, responderei apenas às questões sérias que me voltou a colocar e, por isso, passarei ao lado de alguns comentários.

Em primeiro lugar, uma vez mais, falemos, de facto, verdade. Há 13 anos, o Parlamento decidiu. Há 13 anos, se o Parlamento quisesse fazer um referendo, não o podia ter feito, porque o Partido Socialista tinha impedido que ele ficasse consagrado na Constituição. Mas hoje é diferente!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Essa é que é a verdade!

O **Orador: —** Em segundo lugar, Sr. Deputado, penso que qualquer dia, face às posições do Partido Socialista sempre que se fala em referendo, os portugueses vão ter de colocar a si próprios a seguinte questão: por que é que, na Constituição, nas leis e nos discursos tanto querem fazer referendos e, depois, não há maneira de, numa única matéria em concreto, se decidirem por um referendo? Vale a pena, um dia destes, perguntar! Qual é o receio? Aqui é que está a hipocrisia, no caso do Partido Socialista.

Esperava que o Sr. Deputado viesse aqui dizer que, eventualmente, o referendo se justificava ainda mais pelo facto de, como eu provei aqui, três meses antes das eleições legislativas, quando os partidos foram interpelados sobre esta matéria, o Partido Socialista ter dito que a lei era suficiente e que não tomaria qualquer iniciativa.

O PS mudou já depois de os portugueses terem podido pronunciar-se e por isso, para além da legitimidade formal, julgo que o correcto, o autêntico, o genuíno era dizer, para que pudesse haver capacidade de ouvir as pessoas, «mudámos de opinião, queremos tomar uma iniciativa e, portanto, queremos actualizar a vontade popular, a soberania popular».

Vozes do PSD: — Exacto!

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Ah!… Agora, é que percebemos bem!

O **Orador: —** Assim é que era correcto, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD.

Terceira e última questão, e já tivemos esta discussão há semanas, o Sr. Deputado diz: «se os projectos de lei forem aprovados, agora e já, admitimos o referendo». Sr. Deputado, já lhe respondi a isso, mas vou reafirmar, se entende que ainda não foi suficientemente claro, aquilo que eu disse aqui há duas semanas.

Sr. Deputado, como já vi escrito, e ouvi, pelo Sr. Deputado Vital Moreira (e penso que não erro), fazer o referendo depois de uma votação na generalidade — porventura, mais valerá tarde do que nunca — quer às tantas dizer — não é que eu concorde — que «depois de casa roubada, trancas à porta», aplicando um *grano salis* a esta matéria. Sr. Deputado, sejamos sérios! O referendo é a vontade popular em alternativa aos Deputados, o referendo é a vontade popular em alternativa à vontade da Assembleia da República. O senhor quer fazer um referendo de forma enviesada, porque, Sr. Deputado, se essa eventualidade vier a surgir no final do debate, fique tranquilo, porque o PSD, que tem, desde Dezembro, uma proposta de referendo, agendá-la-á de imediato e serão os senhores, na altura, a ter de decidir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, uso da palavra porque o Sr. Deputado Luís Marques Mendes afirmou, e não é verdade, que o projecto de lei do PCP implicava transformar o recurso ao aborto num método contraceptivo. Isso não é verdade em nenhuma componente do nosso projecto de lei.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Rejeitamos completamente o uso do aborto como método contraceptivo e, quando o Sr. Deputado coloca as questões dessa forma, distorcendo o sentido do debate, acaba por colocar aqui, à vista de todos, uma questão central, que é a de o Sr. Deputado, dirigindo-se ao Sr. Deputado Luís Sá, dizer que divergíamos nos valores. É inquestionável, só que o que está em debate neste momento não são nem os seus nem os meus valores. Não quero impor à sua bancada ou ao Sr. Deputado Luís Marques Mendes os meus valores, assim como não aceito que os seus valores se imponham aos restantes Deputados.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Quem é portador de valores e tem de decidir são as mulheres.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Exacto!

O **Orador: —** São elas que, em concreto, vão decidir se recorrem ou não ao aborto, como já hoje o fazem.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O que está em causa, Sr. Deputado, e não sonegue esta questão central, quando defende a actual lei, é saber o que é que quer dizer com isso. Quer dizer que defende esta situação de recurso ao aborto clandestino? É isto que quer dizer?!

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — É!

O **Orador: —** Ou pretende dizer — e assuma-o aqui perante todos e perante o País — que quer uma efectiva aplicação da lei e portanto quer que dezenas de milhares de mulheres, ao longo de vários anos, sejam punidas, sejam presas e condenadas?

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Se o Sr. Deputado quer dizer isto, diga-o, aqui, em coerência, porque em matéria de coerência não respondeu ao desafio central que lhe foi lançado pelo Sr. Deputado Luís Sá. Se entendem que a lei que está em vigor é uma lei sensata, justa e adequada, por que é que votaram contra ela em 1984?

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Porquê?! Eu respondo, Sr. Deputado. Em 1984, votaram contra ela porque queriam manter a situação de aborto clandestino, que, na altura, parecia poder ser resolvida com essa lei. Não foi! E agora querem manter esta lei, porque dela decorre a manutenção da situação de aborto clandestino. É, Sr. Deputado, uma situação indesejável e, assim, convido-o a enfrentar essa questão, que é uma questão social das mulheres portuguesas, uma questão importante para as mulheres portuguesas, uma questão de saúde pública, com a dignidade que a mulher portuguesa exige.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Amaral, esta espécie de segunda volta é muito interessante, já foi feita pelo PS e agora pelo PCP. É uma espécie de segunda volta para tentar recuperar o tempo perdido na primeira!

Risos do PSD.

Protestos do PCP.

Agradeço-lhe também esta oportunidade, Sr. Deputado.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Não brinque com coisas sérias!

O **Orador: —** Sr.ª Deputada Odete Santos, embora esta questão seja séria, também não fica mal um pouco de humor, apesar de tudo. Penso que não fica mal, embora seja uma questão séria e exactamente por isso vamos à parte séria.

Sr. Deputado João Amaral, quero apenas deixar duas ou três notas.

Quanto à decisão de 1984, devo dizer-lhe que, na altura, eu não estava cá.

Vozes do PCP: — Ah!…

O **Orador: —** No entanto, o que dei agora foi a minha opinião pessoal, que não vincula sequer os 88 Deputados da minha bancada, pois podem ter opiniões diferentes. É a minha opinião pessoal. Dei a minha opinião pessoal, com toda a clareza. Uns concordam, outros discordam. Tenho os meus valores e as minha convicções, o senhor tem outros valores e outras convicções. Respeito-os da mesma maneira. Há uma diferença, uma diferença significativa, entre valores e convicções, mas, para além disso, há, no momento da decisão, uma diferença muito grande. É que eu penso de uma maneira, e eu assumo-o, e o senhor pensa de outra maneira, e eu respeito. Mas por esta questão dizer respeito não só ao senhor, a mim e a 230 Deputados mas também a milhões de cidadãos, de entre os quais muitas mulheres, penso que seria preferível que a decisão não fosse minha, ainda que possa ter vencimento, mas de milhões de cidadãos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Essa é a diferença de comportamento, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, eu não fiz qualquer tipo de acusações ao PCP. O que eu faço, convictamente, é dar a minha opinião, acredito naquilo que estou a dizer e faço-o por razões de princípios e não por qualquer outra razão. Faço-o em função de princípios em que acredito.

De facto, entendo que o aborto nos moldes em que está proposto em dois dos projectos de lei é algo semelhante — digo-o e repito-o — a uma espécie de método contraceptivo e, em relação a isso, volto a dizê-lo, acho mal, acho negativo e mesmo um absurdo. De resto, volto a dizer o que disse ao Sr. Deputado Luís Sá, com a máxima franqueza, que considero que esta é uma forma não de encarar o problema mas de passar à margem do problema, é uma forma de tentar descansar a consciência. Daqui a uns anos, se eventualmente forem aprovados esses projectos de lei — e espero que não o sejam! —, penso que nem descansavam a consciência pois esta ficaria mais pesada em função do direito à vida, nem resolviam nenhum problema.

Era esta a matéria que eu gostaria de discutir aqui e ver, depois, discutida no País, a fim de decidir por todos os portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, dispondo para o efeito de 10 minutos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 81.º do Regimento, que não descontarão no tempo disponível do CDS-PP. Porém, o tempo que exceder terá necessariamente de ser descontado.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O debate que hoje travamos na Assembleia da República é inevitavelmente, quer se queira ou não, um debate sobre o valor da vida humana.

A transmissão da vida não pode ser deixada ao acaso biológico, nem aos interesses particulares, nem às ambições demográficas, às estratégias de guerra ou às superioridades do sexo, raça ou nação. O poder de que hoje dispomos sobre a vida

humana tem de produzir um novo sentido de responsabilidade colectivo face ao futuro da espécie. Ora, a solidariedade e o respeito pela dignidade das pessoas e pela justiça aparecem como o único garante desse futuro.

Esta é a questão basilar. É ética, mas também civilizacional, e só em função de escolhas muito profundas e críticas da sociedade passará a ser jurídica.

Nas últimas décadas, a uma tão crescente quanto impensável evolução da ciência e da técnica tem correspondido, cultural, social e politicamente, a preocupação de enquadrar estas questões essenciais.

Ao bíblico mandamento «não matarás» responde também a incessante afirmação da comunidade científica mundial de que ciência e técnica estão ao serviço do ser humano, da preservação da vida, da cura e da minimização do sofrimento. Não estão, nem poderão nunca estar, ao serviço da morte.

Sabemos que o feto é hoje visível, graças ao desenvolvimento ecográfico. Deixou de ser uma realidade abstracta no útero materno para ser alguém, cujos contornos, movimentos, reacções e necessidades podemos detectar. O feto é já objecto de cuidados de saúde, cirurgias, transfusões. É mesmo previsível que o feto possa, ainda mais cedo, ser mantido com vida extra-uterinamente.

Por força deste quadro em vias de rápida evolução, os ordenamentos jurídicos estão obrigados a repensar o estatuto do feto e do embrião. Estamos certos de que em breve estas situações da vida e de vida serão cabalmente jurisdicizadas.

Ora, a discussão que hoje aqui travamos terá também de assentar neste pressuposto, pois é para o futuro que estamos a legislar. Daí que, desde já, nos coloquemos na perspectiva vanguardista da defesa do feto e do reforço do seu estatuto jurídico.

Talvez por tudo isto, pela enorme complexidade da questão e pela gravidade de que se revestem as consequências do que for votado, quiseram alguns convencer-nos que deveríamos discutir e votar estes projectos de lei apenas de acordo com a nossa consciência individual. Nada mais falso! Aqui, cada um de nós representa milhares de portugueses. Aqui, cada um de nós cumpre um mandato preciso. Aqui, nenhum de nós deve ou pode pronunciar-se ou votar apenas em nome individual, porque não foi apenas nessa qualidade que aqui entrou, nem nessa poderia aqui permanecer.

Aplausos do CDS-PP.

Esta Assembleia vai manifestar, quer queiram, quer não, hoje a vontade do povo português, de nada servindo a argumentação de um individualismo de consciência. E, assim sendo, pergunto: estaremos nós para tal mandatados?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na tentativa séria de representar os portugueses que nos elegeram e sem prejuízo das posições de princípio que são nosso património comum, analisámos atentamente as propostas, os motivos que a justificam e os objectivos que visam prosseguir. Dispusémo-nos para este combate, de coração e mente abertas, com convicções profundas, mas sem preconceitos, com muita firmeza, mas sem fundamentalismos.

Assim, em primeiro lugar, é nossa convicção de que este é também um debate sobre o subdesenvolvimento, que é ainda grande em determinados sectores da sociedade portuguesa e que atinge, de modo particular, as mulheres.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Sempre entendi que, no final deste século, Portugal tinha de empenhar-se seriamente no combate às causas, por demais diagnosticadas, deste subdesenvolvimento. Durante o período que antecedeu a minha eleição como Deputada, fiz questão de, uma vez mais, ver e falar com muitos dos seus protagonistas: mulheres pobres, mulheres analfabetas, mulheres vítimas de violência ou discriminações várias, mulheres com filhos literalmente abandonadas à sua sorte,

mães adolescentes, mães de crianças deficientes, crianças que crescem em estabelecimentos prisionais, mulheres reféns da prostituição.

Esta situação não é de todo sanável, como sabemos, mas estou certa de que poderia em grande parte ser resolvida. Para tal, o contributo da Assembleia da República foi, é e será indispensável.

Ao longo deste debate, ficará provado o pouco que se fez de concreto para debelar todo este flagelo humano. Com efeito, nas últimas décadas, Portugal modernizou-se, mas, infelizmente, em muitos e relevantes aspectos não logrou desenvolver-se.

Em segundo lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é nossa convicção de que este debate traduz em grande medida a nossa comum impotência para promover o respeito por leis que aqui foram aprovadas e estão em vigor, mas que, na prática, se vão tornando letra-morta.

Quem, de entre nós, pode acreditar que a melhor resposta ao não cumprimento das leis, à ineficácia dos serviços, à burocratização do acesso aos bens sociais possa ser a aprovação de outras leis, *a latere*, que também elas, pelas mesmas razões, se tornarão letra-morta? Quem?

Quantos, de entre nós, se sentem efectivamente lesados pelo não cumprimento da lei da protecção da maternidade e da paternidade? A quantos de nós afecta realmente um mau sistema de saúde? Quantos de nós se sentiram alguma vez discriminados pela violação das leis laborais? Poucos, certamente! E talvez por isso possa ser hoje aqui sustentável que a melhor resposta a leis não cumpridas, a leis desadequadas, a leis inexistentes, à falta de políticas de promoção e desenvolvimento, de apoio à maternidade, às mulheres, à família, às crianças seja afinal a despenalização do aborto.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que as mulheres portuguesas pedem a este Parlamento é que ele se empenhe em criar-lhes melhores condições. Melhores condições para terem os filhos que querem e não os filhos que lhes consentem. Melhores condições para os criar: casa, equipamentos sociais, transportes.

O que as mulheres pedem a este Parlamento é um real acesso aos cuidados de saúde, ao planeamento familiar, a uma gravidez vigiada, a um diagnóstico pré-natal atempado, a um parto seguro.

O que as mulheres portuguesas pedem ao Parlamento é que não sejam discriminadas por serem mulheres e quererem ser mães na admissão e permanência no seu posto de trabalho.

O que as mulheres portuguesas pedem é que este país, que envelhece assustadoramente, as distinga pela positiva, porque só através delas poderá conseguir a indispensável renovação geracional.

O que alguns neste Parlamento lhes querem dar é algo de muito diferente.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, manifestada a nossa incapacidade ou falta de coragem política para lutar contra as causas, dar-lhes-emos uma licença para matar.

Aplausos do CDS-PP.

Protestos do PCP.

Uma espécie de prémio de consolação, uma gigantesca armadilha que dará a alguns, embora por pouco tempo, a ilusão de que tudo ficou resolvido, a pobreza, o sofrimento, a ignorância, a injustiça, o abandono e a solidão.

Se os projectos de lei em apreço fossem aprovados, todos se aperceberiam, em breve, que as verdadeiras causas permaneceriam inatacadas. Só uma coisa se alteraria em definitivo: a confiança em todos nós, a confiança colectiva de que o nosso esforço e o nosso trabalho seriam capazes de mudar, reformar e melhorar. A confiança no

factor humano, a confiança na vida! Temos de concordar que seria uma alteração qualitativa negativa, que seria um gigantesco passo atrás.

Aplausos do CDS-PP, de pé, e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Informo a Câmara de que se encontram inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados João Rui de Almeida, Luísa Mesquita, José Barradas e Odete Santos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. **João Rui de Almeida** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, vou colocar-lhe duas questões.

A primeira está relacionada com o alargamento dos prazos da interrupção voluntária da gravidez. Os três projectos de lei apresentados ou, mais concretamente, aquele de que é autor o Sr. Deputado Strecht Monteiro defende o alargamento desses prazos. Como certamente terá tido oportunidade de verificar quando assistiu às audições parlamentares que a Assembleia da República promoveu, a esmagadora maioria da comunidade médico-científica — atrevo-me a dizer — nacional e internacional apela para a necessidade de actualizar os prazos da lei portuguesa, que tem 13 anos.

Assim, as alterações propostas constituem uma exigência do desenvolvimento científico e aproveito para relembrar que apenas 39% dos resultados, aproximadamente, são obtidos até às 16 semanas.

No nosso entender, como esse alargamento é uma medida necessária e positiva, pergunto se V. Ex.ª acompanha, ao menos, esta necessidade imposta pelo desenvolvimento científico. E, já que colocou a questão no campo da ética, elevava um pouco a discussão para questioná-la sobre se considera ou não eticamente reprovável intervir porque, às vezes, é eticamente mais reprovável não intervir em situações destas.

A segunda questão tem a ver com a experiência que V. Ex.ª adquiriu ao longo de algum tempo como gestora de uma grande maternidade — a Maternidade Doutor Alfredo da Costa.

Perante o que se passava neste domínio a nível do País, tinha ou não V. Ex.ª conhecimento do sofrimento humano de que há pouco falou? E desculpar-me-á a próxima pergunta mas é consequência desta dúvida: o que fez então V. Ex.ª, porque não devemos desculpabilizar-nos *in nomine*, até porque também foi responsável?

Permita-me ainda que lhe coloque uma última questão: nem ao menos admite a interrupção no caso de fetos inviáveis, que a actual lei só prevê que possa concretizar-se até às 16 semanas? E os casos de fetos inviáveis detectados após as 16 semanas, antes do próprio nascimento? Como eram resolvidas estas questões concretas na maternidade que V. Ex.ª dirigiu, sabendo que, inclusivamente, o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida considera, neste caso, o feto um corpo estranho, pelo que importa resolver este problema?

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Rui de Almeida, vou tentar ser breve.

Ainda que tenha pouco tempo, respondo às duas perguntas que me colocou, dizendo que, sobre a questão do feto inviável, na Maternidade Doutor Alfredo da Costa e por minha responsabilidade, porque eu não era gestora mas directora, e, como tal, a responsável máxima dessa Maternidade, os fetos inviáveis nunca constituíram qualquer espécie de problema. Considerámos que era de fazer a interrupção da gravidez a qualquer momento, fizemo-la e assumi essa responsabilidade. É que, para mim, estas questões não são novas mas antigas.

Sempre entendi que a resposta ao alargamento dos prazos tinha de vir da comunidade científica portuguesa e não de outra sede. Mas, para minha grande pena, Sr. Deputado, a comunidade científica portuguesa não se pronunciou de forma clara. O senhor sabe perfeitamente que há diferentes tipos de diagnóstico e, enquanto é provável que um diagnóstico se possa, com o desenvolvimento, cada vez fazer mais cedo, é provável que outro diagnóstico comece a dar algumas indicações cada vez mais tarde.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Para esta questão ser tipificada com prazos tão diferentes como 16 semanas, 24 semanas e até 30 semanas era da maior importância que fosse tratada na vertente científica. Ora, a questão aqui trazida estava, do ponto de vista científico, muito obnubilada.

Respeito a situação do Dr. Manuel Strecht Monteiro, que trouxe aqui a sua experiência pessoal e o quanto ela foi penosa mas, do ponto de vista científico, não houve um esclarecimento cabal aos Deputados nem ao País, o que lamento como portuguesa e Deputada.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Finalmente, apesar de não gostar de falar de mim, quero dizer-lhe o que fiz na Maternidade Doutor Alfredo da Costa.

Como Directora da Maternidade Doutor Alfredo da Costa, perante qualquer mulher que fosse a uma consulta de diagnóstico pré-natal, responsabilizávamo-nos em levar tudo até ao fim, fosse como fosse, por considerarmos que uma mulher não pode, de maneira alguma, encontrar-se na situação de, porque a correspondência para o Porto demora muito (na altura, para o Centro de Genética do Porto), ser-lhe dito, na véspera, «vá-se embora, porque já não temos nada a ver com isso». Inclusivamente, apanhámos casos que, como bolas de pinguepongue, vinham da maioria dos hospitais do País. Eu conheço o País, Sr. Deputado, e é por isso que acho que esta discussão devia ser feita noutros termos.

Quero dizer-lhe que fizemos todas as interrupções voluntárias de gravidez que estavam contempladas na lei, que caíam na previsão legal.

Quero dizer-lhe que organizámos os objectores de consciência de forma a poderem objectar consciência sem nunca prejudicarem o regular funcionamento de um serviço público.

Quero dizer-lhe que fizemos o planeamento familiar no puerpério, altura em deve ser feito na maternidade e não vagamente nos centros de saúde.

E quero dizer-lhe que começámos corajosamente as laqueações de trompas reversíveis e irreversíveis, conforme as situações, também numa interpretação aberta da lei, porque é assim que se tem de estar na vida quando não estão em causa coisas essenciais.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, o debate que hoje aqui nos traz envolve convicções, sentimentos, dramas e, por tudo isto, merece respeito, rigor, seriedade, coerência. Partindo desta premissa fundamental, considera a Sr.ª Deputada que os problemas sociais e de saúde se resolvem com outros instrumentos legislativos — já o disse hoje aqui duas vezes.

De facto, iniciativas legislativas como aquelas que o Partido Comunista Português apresentou em 1982, relativas à protecção da maternidade, ao planeamento familiar e educação social, constituem instrumentos fundamentais sem exclusão daqueles que

estão hoje em debate e que são complementares e fundamentais na consecução da defesa dos direitos da saúde da mulher.

Sr.ª Deputada, por que votou o CDS-PP contra estas iniciativas? Já hoje falou das grandes dificuldades que a aprovação do projecto de lei do Partido Comunista Português poderia ocasionar aos serviços nacionais de saúde. Recordo que, por exemplo, o CDS-PP viabilizou o Orçamento, logo, o orçamento da saúde. Mas, extremamente preocupado com as consequências que poderiam ocorrer nos serviços nacionais de saúde, o proponente sugeriu mesmo a existência de lista de espera para a realização das interrupções voluntárias da gravidez, o que parece constituir mais um dos impedimentos ao voto favorável do PP relativamente aos projectos de lei hoje em discussão.

Provavelmente, a Sr.ª Deputada e a sua bancada consideram mais cómodo e simples que as listas de espera funcionem antes nos locais clandestinos para o aborto clandestino. É que aí não se vê e nos serviços de saúde toda a gente vê. Ou considera, antes — talvez haja uma outra hipótese —, que estes locais clandestinos onde as mulheres morrem possuem condições de saúde e de segurança excelentes e ideais para as mulheres portuguesas, para os tais direitos que a Sr.ª Deputada diz defender, que os serviços nacionais de saúde não possuem?

Quando falou da grande sensibilidade que o CDS-PP e, concretamente, a Sr.ª Deputada têm para as questões sociais, reforçou-se em mim essa lembrança daquele outro momento da história portuguesa em que a miséria e a pobreza atingiam extensas camadas da população portuguesa mas a mendicidade era proibida pela legislação; no entanto, acontecia com a cumplicidade dos portugueses que não permitiam que os outros portugueses morressem à fome.

O Sr. **Presidente: —** Queira terminar, Sr.ª Deputada.

A **Oradora: —** Termino de seguida, Sr. Presidente.

A Sr.ª Deputada só terá de dizer com toda a clareza nesta Câmara se prefere uma legislação que pareça e uma realidade que é. Daí que a Sr.ª Deputada tenha de clarificar se quer ou não as mulheres portuguesas na cadeia, se quer o aborto clandestino ou a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se quer a liberalização clandestina ou a despenalização regulamentada, séria e segura para todas as mulheres, principalmente para aquelas que a Sr.ª Deputada ignorou quando votou a favor da lei das 50 horas e contra a proposta de alteração a essa lei que defendia as mulheres grávidas e as mães dos deficientes.

Sr.ª Deputada, estas questões têm de tratar-se com rigor, seriedade e coerência. Não pode ser hoje uma coisa e amanhã outra!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, como misturou dois planos nas suas perguntas, vou tentar distingui-los de imediato. Há uma coisa que nos separa completamente e é bom que isso fique claro: eu falei em nome do feto e a senhora nunca falou em nome do feto.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Eu considero que, no caso da despenalização até às 12 semanas, há um conflito entre dois direitos e, do meu ponto de vista, bem como do da minha bancada, que é tão válido como o da sua, prevalece, até às 12 semanas, sem qualquer motivo, o valor e o direito do feto. Esta é uma distinção total e absoluta e não vale a pena discutirmos sobre ela.

Quanto ao resto, importa fazer nova distinção, que é mais curiosa, porque não se situa no plano dos valores mas no da eficácia. Todo o discurso do Partido Comunista Português — e o projecto de lei apresentado reflecte-o — tem em conta as consequências e eu acho, Sr.ª Deputada, que estamos aqui para combater as causas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Não estamos aqui para fazer listas de consequências.

Sr.ª Deputada, como é possível que, ao fim de 13 anos, se esteja aqui a dizer o mesmo e ninguém se preocupe com o facto de, daqui a outros 13, repetir o mesmo?

Acho que a nossa obrigação é a nível das causas e não a nível das consequências. Por que é que há aborto clandestino em Portugal? É porque não há aborto legal? Eu acho que não! Há aborto clandestino em Portugal por um conjunto muito grande de causas e a despenalização do aborto era apenas uma consequência dessas causas para atenuar a consequência pior do aborto clandestino. Nessa medida, eu não sei fazer política, Sr.ª Deputada!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado José Barradas.

O Sr. **José Barradas** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, sabe o respeito que tenho V. Ex.ª. Entenda, pois, as minhas perguntas, que são duas, muito simples, como prova desse respeito.

Não fui ungido com o nobre direito de conceber, falta-me esse elemento essencial que é sentir a maternidade. Contudo, fui chamado a decidir e vou fazê-lo no local próprio, aqui, onde ainda é visível o estatuto actual da mulher — uma maioria da população, uma minoria da representação.

Vozes de algumas Deputadas do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr.ª Deputada, ter um filho não é um dever mas um direito, uma escolha, e é essa liberdade de escolha que a mulher portuguesa quer ter.

Parece-lhe justo, Sr.ª Deputada, partir para um debate colocando a mulher numa posição de irresponsabilidade, de insensibilidade, de marginalidade? Parece-lhe recomendável tratar a mulher como um mero receptáculo, como um depósito, como uma fábrica de bebés?

Por outro lado, o PS foi o primeiro partido que, após o 25 de Abril, propôs a despenalização do aborto terapêutico e eugénico. Fê-lo durante o I Governo Constitucional quando era Ministro da Justiça o actual Presidente da Assembleia da República, Sr. Dr. Almeida Santos. Depois, em sede de revisão constitucional, propôs o direito à objecção de consciência como direito de carácter geral e não só para o serviço militar. Hoje, é do nosso seio que saem dois projectos de lei, demonstrando que somos um partido plural, que admite e aceita as diferenças sem que elas nos dividam. É seguramente um factor de crescimento democrático que saúdo. Contrariamente ao que outros nos habituaram, defendendo o princípio de que o que é bom para a abelha-mestra é bom para a colmeia, preferimos o primado de que o que é bom para a colmeia é bom para a abelha-mestra.

A minha pergunta é simples. Em toda a Europa, com excepção absoluta da Irlanda, a IVG é possível. Há recomendações do Parlamento Europeu para que se proceda à harmonização legislativa sobre o aborto na Europa. Assim, pergunto: são os Deputados europeus retrógrados, desrespeitadores da vida do feto e da vida humana, Sr.ª Deputada?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, tenho o mais profundo respeito por todas as convicções pessoais ou religiosas,

quaisquer que elas sejam, mas gostaria que as mulheres portuguesas fossem tratadas da mesma forma, tanto mais que a Sr.ª Deputada adoptou o discurso de falar nos problemas sociais das mulheres.

Aproveito para sublinhar que não respondeu às questões que a minha camarada lhe colocou quanto a saber como é que o CDS-PP tinha votado leis laborais. Em todo o caso, recordo que votaram contra o abaixamento da idade de reforma para as mulheres.

Ora, considero que seria coerente no seu discurso se não se tivesse pronunciado de determinada forma. É que, Sr.ª Deputada, não é a mim que ofende quando diz que nós queremos «passar licença para matar» — não me ofende absolutamente nada — mas ofende as mulheres que recorrem ao aborto clandestino! Elas ouvirão que a Sr.ª Deputada as considera como alguém que vai «tirar uma licença de assassina»! Foi isto que a Sr.ª Deputada disse. Aliás, fundamentou essas suas palavras de uma forma que — desculpe que lhe diga —, embora eu considere que tem um empenhamento pessoal de acordo com crenças absolutamente respeitáveis, a levou a exceder tudo.

A Sr.ª Deputada citou a Bíblia — «Não matarás!». Durante as audições parlamentares sobre o aborto, a Sr.ª Deputada perguntou, perante o espanto de todos visto estarmos num Estado laico, à Conferência Episcopal como é que esta aconselhava os Deputados católicos a votarem!

Sr.ª Deputada, por amor de Deus!

Vozes do CDS-PP: — Eh pá!

A **Oradora: —** Na minha terra diz-se assim! E eu disse de propósito!

Por amor do seu Deus, não misture as coisas, Sr.ª Deputada!

Efectivamente, Sr.ª Deputada, ainda bem que os católicos não são todos iguais e há católicos com muita tolerância!

Aliás, aproveito para informá-la que nos Estados Unidos da América, em 1992, foi feito um inquérito pela empresa Gallup sobre esta questão do aborto e as respostas resultaram em 60% dos inquiridos católicos considerarem que o aborto devia ser despenalizado em todas ou quase todas as circunstâncias, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Gonçalo Ribeiro da Costa** (CDS-PP): — E o que é que nós temos a ver com isso?!

A **Oradora: —** A Sr.ª Deputada diz que agora vai fazer tudo sobre as leis laborais, que vai fazer tudo pelas mulheres portuguesas. Acha, então, que é absolutamente impossível os hospitais organizarem-se para fazerem a IVG legal. Há aqui uma contradição.

Finalmente, Sr.ª Deputada, quando invoca o «Não matarás!», pense que, com o seu voto, está a levar mulheres portuguesas para a morte!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Barradas, quero dizer-lhe que, obviamente, ter um filho é um direito mas, do meu ponto de vista, a liberdade de escolha situa-se — e, hoje, a mulher tem essa possibilidade mas, como sabe, não a teve até há relativamente pouco tempo — a nível dos métodos anticonceptivos. Nem pode situar-se a outro nível. Sabe porquê? O senhor não é mulher mas eu sou e digo-lhe que é porque, a outro nível, essa liberdade de escolha já vem envenenada, já vem viciada. E as mulheres sabem-no perfeitamente. A liberdade de escolha é tomada no momento certo. Ora, se eu pensar que ela pode ser tomada noutro momento é passar às mulheres um atestado de irresponsabilidade, que eu não passo. E felizmente que o não faço.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Respondendo agora à Sr.ª Deputada Odete Santos, quero começar por dizer-lhe uma coisa, até porque já pensava que a Sr.ª Deputada iria «trazê-la à baila».

Quero dizer-lhe que não represento aqui a Igreja Católica. Não tenho nem mandato nem estatura para representar a Igreja Católica...

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Tem, sim senhor!

A **Oradora: —** Eu sou uma humilde filha da Igreja Católica, tal como milhões de pessoas no mundo inteiro.

Quero dizer-lhe que o Evangelho é um grito contra a hipocrisia e é um grande apelo à misericórdia. Exactamente por isso assenta sobretudo na defesa da vida. E quanto a isto, Sr.ª Deputada, já verificámos que não estamos de acordo.

No entanto, quero esclarecer que a pergunta que fiz à Conferência Episcopal não era na qualidade de católica mas de cidadã. A pergunta era esta: não considerando a Igreja que deve haver um referendo, como é que considera que pode haver uma votação? Foi esta a pergunta e não a fiz como católica...

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Não, não! A Sr.ª Deputada perguntou o que é que a Igreja aconselha!

A **Oradora: —** Sr.ª Deputada, considera realmente que se eu tiver de falar com a Conferência Episcopal tenho de fazê-lo na Assembleia da República? Seria ridículo, Sr.ª Deputada!

Repito que a pergunta que fiz foi como Deputada. Estava a falar-se do referendo, aliás, como se falou em várias audições, e a pergunta que fiz foi a que eu disse...

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Há-de vir escrito!

A **Oradora: —** A pergunta não tem nada de estranho. Fi-la para saber a posição da Igreja relativamente ao referendo e à votação.

Sr.ª Deputada, não entre pelo caminho da religião porque faz muito mal...

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Quem entrou por aí foi a Sr.ª Deputada!

A **Oradora: —** Estamos em 1997, num país que é livre, num país que tem tradições fundas nessa matéria. Portanto, não entre por aí porque não tem qualquer razão para tal.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs.as e Srs. Deputados: São muitas, muitas mil. Ao certo, desconhece-se o seu número. São mulheres! Mulheres de que não falam as estatísticas, feitas para ignorar a sua realidade.

Mulheres, quase meninas algumas, a quem a escola encheu a cabeça de inúteis fórmulas químicas mas não cuidou de ensinar a lidar com o seu próprio corpo.

Mulheres menos jovens, outras, habituadas a ver o seu corpo usado, marcadas no rosto pela dureza da vida, pelos filhos, pela brutalidade do trabalho, resistindo, ainda assim, heroicamente, ao quotidiano com um sorriso alargado.

Mulheres empurradas por razões tão diferentes e paradoxalmente tão próximas, tantas quantas a diversidade de cada pessoa pode abarcar para a dolorosa decisão de interromper uma gravidez.

Uma decisão que não tomaram por gosto. Uma decisão que não tomaram por prazer. Uma decisão que não tomaram por livre opção. Mas uma decisão que tomaram precisamente por falta dela! Uma decisão dolorosa de que, certamente, quem a ela foi poupada dificilmente pode falar.

Mas uma dor que, porventura, poderemos imaginar se, tendo vivido a maravilhosa experiência de uma maternidade livremente escolhida, desejada, esperada e a imensa alegria que, nessas condições, ela comporta, pensarmos na dor das mulheres que, por falta de opções, num dado momento delas são privadas.

Uma realidade que nos leva hoje, Srs. Deputados, a interrogar: com que direito podem alguns falar de opção a mulheres a quem o patrão ameaça com despedimento, se porventura engravidarem?

Com que direito podem alguns falar de opção a mulheres cuja casa já não chega para os nascidos, muito menos para mais um?

Com que direito podem alguns falar de opção a uma família atingida subitamente pelo desemprego e que não pode permitir-se já o luxo de outra criança?

Com que direito podem alguns falar de opção a uma mulher quando o planeamento familiar nunca chegou ao seu bairro ou à sua terra, se não sabe o que isso é porque ninguém cuidou de lhe explicar?

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de algumas Deputadas do PS.

Com que direito podem alguns falar de opção a jovens adolescentes que nunca tiveram acesso à educação sexual?

Com que direito podem alguns falar de opção a mulheres a quem interditos culturais e religiosos negam a sua sexualidade?

Com que direito podem alguns falar de opção a mulheres quando a estreiteza dos prazos hoje previstos na lei não permite a certeza de um diagnóstico seguro e o temor as leva a interromper a gravidez por mera precaução?

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

A **Oradora: —** Uma realidade que nos leva a questionar todos e cada um de vós em consciência. Com que legitimidade? Com que utilidade? Em nome de quê? Para espiar que culpas, que pecados?

Com que direito, no fundo, pode um Estado, pode uma sociedade que não assegurou o seu papel social, persistir na penalização de mulheres — como se isso resolvesse fosse o que fosse —, persistir em estigmatizá-las, tornando ainda mais difícil aquilo que já o é e lançando nas margens da clandestinidade mulheres entregues à sua solidão, ao seu terror, aos seus medos, à ilegalidade da interrupção de uma gravidez que as exclui e as coloca totalmente fora da lei e fora de quaisquer cuidados de saúde?

Fora da lei, correndo inúteis riscos de mutilações que, porventura irreversivelmente, as poderão impossibilitar no futuro de uma maternidade feliz, jogando em muitos casos a sua própria vida.

Mulheres, a maioria, em lugares sem quaisquer condições de higiene, desumanos e sórdidos, tão sórdidos quanto o rentável negócio que em seu torno se movimenta.

Mulheres, outras menos desafortunadas, buscando noutras paragens a assistência e a segurança que o seu próprio país nega e o seu dinheiro permite comprar, numa situação de desigualdade, ela própria insustentável numa democracia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

A **Oradora: —** Problemas reais de um país real, que não qualquer outro, aquele de que estamos a falar: aquele em que o aborto clandestino ainda constitui um gravíssimo problema de saúde pública (sem paralelo na Europa) e constitui a segunda causa de morte materna.

Trata-se, pois — e é essa, hoje, a nossa responsabilidade enquanto Deputados e não qualquer outra —, da responsabilidade de fazer, não juízos de valor, que esses nos não cabem, não considerações morais, esse não é o nosso papel, depois destes longos anos de silêncio que mais se parecem com hipocrisia, centrar o debate nos exactos

termos em que ele se coloca. Ou seja, assumindo com frontalidade que a actual lei profundamente penalizadora para a mulher (e, em termos comparativos, das mais restritivas da Europa) se provou inadequada e perversa para os fins que se propunha e que importa aprovar, sem falsos tabus, sem hipocrisias, sem fingir que se não vê o que a realidade mostra, uma nova lei que, caminhando diferentemente pela despenalização e pelo alargamento dos prazos, atinja os objectivos que outros, por essa mesma via, souberam alcançar: a protecção da vida, o fim da ilegalidade do aborto, a sua redução progressiva.

Alterações no sentido de permitir o alargamento de prazos propostos, ajustar-se à evolução da técnica e da ciência médica e dela fazer beneficiar a mulher com vantagem, recorrendo ao diagnóstico pré-natal e, nesta visão claramente pró-natalista, evitar inúteis interrupções por mera precaução.

Alterações que equacionem a maioria das situações na base das quais o aborto ilegal e inseguro no nosso país se pratica: falta de informação; falhas nos métodos contraceptivos; instabilidade na vida da mulher; exclusão social.

Alterações que não vêm colocar a interrupção da gravidez, no entendimento de Os Verdes nem tão pouco no entendimento de nenhum dos subscritores dos projectos de lei em discussão, como método contraceptivo, com o qual se não confundem mas, antes, como um meio que, em caso de recurso, a ninguém a seu pedido deve ser negado, no quadro da prestação dos cuidados de saúde.

Um recurso que não desresponsabiliza em caso algum o Estado de cumprir as funções de que manifestamente tem estado arredado. Informando, prevenindo, implementando a educação sexual dentro e fora das escolas, apoiando, divulgando e promovendo o planeamento familiar, valorizando a função social da maternidade e da paternidade, apoiando a família.

Um recurso e um direito que se quer reconhecido mas que não obriga ninguém. Nem tão pouco deve dar a quem contra ele legitimamente possa estar o direito de o negar e sujeitar outrem ao risco da humilhação, da clandestinidade, da ilegalidade, do perigo de vida.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de algumas Deputadas do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O direito à vida e a viver a vida é para nós, Os Verdes, um direito inalienável que se respeita mas não se concebe sem ser em coerência e numa perspectiva mais ampla. Aquela que nos faz recuar a guerra e a indústria de morte que a alimenta. Aquela que nos faz recusar a pena de morte e os que dela são partidários. Aquela que nos faz rejeitar os que falam de idosos, como se de um estorvo se tratasse. Aquela que nos faz denunciar a hipocrisia de quem silencia a marginalização das crianças e só ergue a sua voz quando em marginais transformados.

Um direito à vida, pois, para nós só entendível desde que respeite a liberdade sexual de cada mulher, fazendo do nascimento não o fruto de um mero acto biológico, automático, casual mas na dimensão humana diferenciadora das outras espécies da natureza naquilo que a transcende e engrandece. Ou seja, fruto do desejo, da vontade de uma maternidade e paternidade livremente assumidas.

Um direito à vida que, para nós, Os Verdes, se inicia e é inseparável do direito ao amor.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Marques.

O Sr. **Alberto Marques** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate conjunto sobre os projectos de lei em apreço não poderia limitar-se a um debate mais

ou menos apaixonado, mais ou menos alinhado com qualquer desses diplomas e portanto, em nossa opinião, este é o momento privilegiado para uma efectiva avaliação social, política e humanitária sobre a situação pós-Leis n.os 3/84 e 6/84, respectivamente a Lei de Educação Sexual e Planeamento Familiar e a Lei de Exclusão da Ilicitude em Alguns Casos de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

Importa, pois, neste momento privilegiado, que sejamos capazes de, com serenidade, com profundidade e com verdade, analisar o que mudou, o que se passa, qual o estado de coisas em matéria de interrupção voluntária de gravidez, e não só. Aspectos como a natalidade, a sexualidade, a acessibilidade das mulheres ao serviço de saúde para apoio em situações de planeamento familiar, de aconselhamento sexual e de anticoncepção, bem como de vigilância adequada da gravidez e de apoio em situações de interrupção voluntária da gravidez já previstas na actual lei merecem de todos nós uma perspectiva de avaliação, para se saber o que mudou e como estão as coisas.

Considerando os dados fornecidos pela Direcção-Geral de Cuidados de Saúde Primários, e em jeito de avaliação — é nessa perspectiva que me coloco —, importa aqui, de modo sumário e breve, analisar alguns elementos relativos à anticoncepção e ao planeamento familiar no nosso País.

Em 1980, apenas 28,8% das mulheres utilizavam o método anticonceptivo hormonal como meio de evitar uma gravidez não desejada e, em 1993, cerca de 52% dessas mulheres já utilizavam anticoncepção hormonal. Faço esta referência para introduzir o seguinte tema: quando hoje debatemos alterações profundas à actual lei, não podemos fazê-lo sem debater, também, se estão ou não criadas as condições para que todas as mulheres, neste momento, em Portugal,...

O Sr. **Presidente: —** Agradeço que termine, Sr. Deputado, uma vez que já excedeu os três minutos dispensados pelo seu partido.

O **Orador: —** Termino já, Sr. Presidente.

Neste momento, dizia, a questão que se coloca é a de saber se as mulheres e os casais deste país têm ou não condições para praticar a anticoncepção a que têm direito, podendo assim evitar muitas das situações de interrupção da gravidez.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendo.

O Sr. **Paulo Mendo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estão em discussão neste Plenário três projectos de lei, dos quais dois propõem uma modificação radical do actual enquadramento legal da interrupção voluntária da gravidez (IVG).

Com efeito, quer o projecto de lei n.º 177/VI, da iniciativa do PCP, quer o projecto de lei n.º 236/VII, da iniciativa de alguns Deputados do PS, propõem a licitude da interrupção voluntária da gravidez quando esta é realizada dentro das primeiras 12 semanas a pedido da mulher.

É este o ponto fulcral do nosso debate.

O que está em causa é a aceitação do princípio de que só à mulher cabe a decisão de levar a sua gravidez até ao fim; o que está em causa é a aceitação de que a lei portuguesa deve acolher o princípio de que a mulher pode, nas primeiras 12 semanas, interromper a sua gravidez, por sua livre iniciativa.

Primeiro que tudo, devemos afirmar que se trata, quanto a nós, de assunto de tal importância e delicadeza que deve ser referendado pelo povo português,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** ... como está proposto pelo meu partido e que mereceu já aceitação por parte do Partido Socialista, embora condicionada ao resultado deste debate.

O referendo tem aqui uma das suas mais lógicas justificações, pois todos sabemos e sentimos que se trata de assunto que tem a ver com as convicções mais íntimas das pessoas, cuja discussão tem levantado posições «fundamentalistas» de grande violência — que, ainda há pouco tempo, se traduziram, nos EUA, no ataque a uma clínica e assassínio de um profissional de saúde. E é patente que, também entre nós, a questão do aborto a pedido nos divide profundamente e pode tornar-se num perigoso factor de conflitualidade social.

Não pode a Assembleia, em assunto de tal melindre, fomentar esta conflitualidade e aceitar que se criem antagonismos perigosos e irredutíveis entre portugueses.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Não podem os partidos que compõem esta Assembleia pretender exprimir o sentir profundo da sociedade, que sabemos dividida, atribuindo-se a si próprios uma delegação de poderes que manifestamente ultrapassa a representatividade política que pediram nos seus programas e que os eleitores em nós delegaram.

O Sr. **Augusto Torres Boucinha** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —** Não podem os partidos, após uma simples discussão política, por muito profunda e aberta que seja, considerar-se, ética e politicamente, preparados para tomar outra posição que não seja a de, prudentemente, deixarem como está o actual enquadramento legal, independentemente de poderem aceitar a modificação dos prazos de intervenção previstos na lei e perguntarem a opinião dos portugueses.

Discordamos, pois, veementemente, que o PCP e o PS tenham impedido que a nossa proposta de referendo fosse discutida previamente. De qualquer modo, os projectos de lei aí estão e sobre eles cumpre-nos tomar posição.

Julgam os subscritores dos projectos que a despenalização do abortamento dentro das primeiras 12 semanas irá resolver o problema do aborto clandestino, porque dá à mulher o direito de decidir, sem perigo de ser punida, sobre uma gravidez que não desejou. Será isto verdade? Seguramente que não. Muitos dos abortamentos feitos clandestinamente continuarão a ser feitos em condições deploráveis e o número de nascituros será cada vez menor. E isto porque o primeiro e fundamental problema social a resolver não é, numa fuga para a frente, tornar lícito o aborto por simples decisão de uma das partes, aumentando a irresponsabilidade social mas, sim, informar, educar, incentivar e proteger a maternidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Roque Cunha** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Tratar as causas, prevenir, fará diminuir os abortos; liberalizá-los nas condições actuais da nossa cultura apenas servirá para aumentar o mercado clandestino e os seus riscos.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Uma activa política de incentivos à maternidade é o único caminho que qualquer partido que aspira ou detém responsabilidades governativas tem de seguir.

Sr. Presidente, Sr.[as] e Srs. Deputados: A taxa de natalidade em Portugal é tão baixa que não nasce actualmente no nosso país o número de crianças suficiente para garantir já não o crescimento da população mas a simples substituição das gerações.

A taxa de fecundidade que devia ser de dois filhos por mulher, para garantir pelos menos a estabilidade da população, foi decrescendo até 1,5, valor que parecia estabilizado em 1989, mas que voltou a decrescer desde 1993, sendo actualmente de

1,1, uma das taxas mais baixas do mundo — só entre 1993 e 1994 nasceram menos 4747 crianças.

Entre os dois censos de 1981 e 1991, a faixa etária dos 10 aos 14 anos diminuiu em 500 000 indivíduos! Existem em Portugal 32,1% de casais sem filhos, o que significa que há 800 000 lares sem crianças!

Por isso, a criança, para além do valor humano, afectivo e insubstituível que sempre foi na história social da humanidade, é, cada vez mais, um ser precioso que é necessário proteger, amparar, educar e preparar para garantir a nossa continuidade como espécie humana.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Orador: — A sociedade portuguesa tem todos os meios necessários e suficientes para garantir a todos os bebés que nasçam na nossa comunidade boas condições de desenvolvimento físico e psíquico que lhe proporcionem uma vida saudável e normal, mesmo que a mãe não se sinta capaz de ser ela a arcar com essa responsabilidade.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** A garantia de acesso a estas condições, a facilitação da adopção, a protecção financeira e social da grávida e da jovem mãe são os caminhos a seguir politicamente para estimular a maternidade e lutar contra o aborto por razões sociais.

Regulamentemos a lei existente, definindo e publicitando as instituições, públicas e privadas, onde pode ser feita a interrupção terapêutica da gravidez, sempre que for caso disso, comprometendo-se essas instituições — e nunca os objectores de consciência — a dispor sempre de equipas disponíveis. Esses, sim, são objectivos que claramente competem aos políticos e pelos quais estes se devem sentir motivados e responsáveis.

Portugal tem de ter uma clara política natalista que faça acontecer na nossa sociedade um *baby boom* que inverta a nossa caminhada para o desaparecimento e que nada faça para a poder contrariar.

A sociedade tem de tudo fazer para que a maternidade e a substituição das gerações se façam da forma mais feliz, quer do ponto de vista biológico quer social. Se isso suceder, apenas haverá aborto por razões médicas, motivadas por patologias orgânicas do feto ou orgânicas e mentais da grávida.

Precisamente porque a ciência é já capaz de planear a maternidade, de seguir a gravidez, de detectar doenças no feto, de fazer com que o parto não tenha riscos para a mãe e porque a educação sexual da sociedade derrubou tabus e falsas morais, tornou naturais atitudes e comportamentos ainda pecaminosos há uma geração, generalizou os anticoncepcionais, precisamente por tudo isto é que o aborto sem indicação médica vai desaparecer.

Despenalizado já está ele pelo natural comportamento da sociedade. Torna-se agora necessário que desapareça, não que se legalize, o que seria um convite à sua utilização quando é precisamente o contrário que queremos.

Se os políticos fizerem o que devem em relação à protecção da maternidade, ao apoio aos casais e famílias monoparentais, à simplificação da adopção, restarão apenas, como abortos clandestinos, infelizmente, aqueles que sempre serão clandestinos, com ou sem lei permissiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Para terminar, uma pergunta perversa, esperando que faça pensar os autores dos projectos lei em apreço: sabem os Srs. Deputados que já existe a chamada pílula das 72 horas, que impede a nidação do ovo e que se encontra já em uso, de uma forma corrente e com o mercado bem abastecido em França, na Suécia,

na China e, dentro em pouco, nos Estados Unidos da América, um medicamento abortivo — o RU 486, Mifepristone — de resultados seguros dentro das primeiras nove semanas da gravidez, sem efeitos secundários e mesmo menos perigoso que um aborto feito com anestesia geral?

E já repararam que isto significa que, dentro de muito pouco tempo, quer queiramos quer não, com estes medicamentos, a gravidez, tal como a concepção, dependerá da vontade da mulher, o que torna mais imperioso ainda que a maternidade seja desejada e que, tornando-se mais fácil o aborto, maior deva ser a responsabilidade social da maternidade e menos justificável o aborto sem razão?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Por isso, e concluindo, aprovo na generalidade o projecto do PS assinado pelo Deputado Manuel Strecht Monteiro, que deverá ser sujeito ainda a várias correcções, mas votarei contra, sem qualquer hesitação, os projectos que têm uma visão anti-natalista, demagógica e fomentadora de profundas divisões na sociedade portuguesa, como é o caso dos projectos da iniciativa do PCP e de Deputados membros da Juventude Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se fosse verdade aquele velho truque dialéctico segundo o qual nem os pró-abortistas defendem o aborto, mas apenas tentam combater o aborto clandestino despenalizando-o, então este debate estaria errado e estaríamos todos aqui a fazer um debate sobre a defesa da vida, sobre a reforma do nosso inepto sistema de saúde e sobre a incapacidade de o Estado cumprir as leis que ele próprio fez sobre a protecção da maternidade e da paternidade.

Mas não: o verdadeiro debate que aqui está a acontecer não é o da defesa da vida é o da organização pública da morte!

Protestos do PS.

Desde já é preciso sublinhar que, nesta matéria, uma declaração legislativa isolada para inserir num artigo qualquer do Código Penal, sendo suficiente para destruir só por si um sistema de normas, não basta de modo algum para o substituir por outro sistema de normas que possa servir de orientação a todos os interessados, à classe médica e às autoridades administrativas e judiciárias. E bastando para destruir um sistema normativo, mas não bastando para criar outro em seu lugar, uma declaração isolada desse tipo, que tira e põe umas quantas frases no Código Penal, como se este não fosse simplesmente um elemento de um todo muito complexo, em que se incluem também normas clínicas, de saúde pública, hospitalares, assistenciais, administrativas e, até, de direito privado, desde o direito de família ao direito dos contratos de seguro, é absolutamente insuficiente e pode tornar-se altamente perigosa, como instrumento de política de maternidade e saúde pública.

As brechas que uma declaração legislativa avulsa desse tipo abre no sistema criariam uma terrível incerteza e insegurança, não só nas famílias e na vida social mas também na actividade médica e na prática hospitalar, a que acrescerão naturalmente as incertezas na aplicação da lei por parte da Administração Pública e das autoridades judiciárias, expondo assim todos os participantes a dúvidas, litígios, suspeitas e acusações, que criarão males muito maiores do que os que se afirma pretender evitar.

Nesta matéria, um projecto de alteração legislativa fundamental que se resuma a tirar ou pôr umas frases no Código Penal é já, de antemão, inidóneo, por razões que eu

diria de simples competência legislativa e dignidade institucional, mesmo antes do juízo que possa merecer em substância e por razões de fundo.

Os proponentes de modificações fundamentais nesta matéria não podem furtar-se ao dever intelectual e ao ónus político de apresentar um modelo de regulamentação global, coerente e com um mínimo de clareza e segurança a todos os níveis, clínicos, de saúde pública, de gestão hospital, assistencial, administrativos e de Direito de Família, que seriam afectados pelas modificações pretendidas.

Sem essa regulamentação não é possível sequer apreciar seriamente o valor e a possibilidade política e prática das alterações propostas. E aprovar essas alterações sem a regulamentação complementar indispensável seria sempre, no mínimo — e ainda que fossem boas em si mesmas, que não é o caso —, avançar à toa para o caos e para males muito maiores do que os que os seus proponentes afirmam pretender evitar.

Dito isto, tomemos o projecto de lei do PCP como obra-prima do absurdo jurídico e da irresponsabilidade social. Ao contrário do aconchego no Direito Comparado que os seus escribas gostam de invocar, não é possível encontrar analogia alguma com a despenalização do aborto que tem sido proposta em alguns países.

Sem entrar em pormenores, que o tempo me não consente, e procurando referir apenas o essencial do essencial, chamarei a atenção do Srs. Deputados para o seguinte:

[…]

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os projectos de lei n.os 177/VII e 236/VII representam uma alteração radical de política, partem de uma análise incompleta, logo falseada, da realidade de hoje e, em minha opinião, propõem soluções ultrapassadas, violam princípios éticos fundamentais, alteram a hierarquia de valores e o próprio sentido da vida em comunidade. Proponho-me tratar dos diversos níveis desta questão.

Sempre defendi, nesta Assembleia ou fora dela, que a defesa da vida deve ser feita em toda a sua plenitude e tem de se integrar numa perspectiva global: do primeiro direito, o direito à vida, decorre o direito ao desenvolvimento, entendido como o direito de todo o ser humano a participar, contribuir para, usufruir do desenvolvimento económico, social, cultural, ambiental e político, nos termos da Declaração aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, há dez anos, que considera todos os direitos indissociáveis e interdependentes.

É injusto e muito me surpreende que se esqueça perante o País o trabalho persistente que muitos portugueses realizam no dia-a-dia, em instituições, associações, organizações não governamentais, promovendo o desenvolvimento integral das pessoas, o planeamento familiar, a educação sexual, a difícil educação especial, o apoio a crianças abandonadas e a jovens em risco.

Todos sabemos que há situações dramáticas. Como reformista, penso mesmo que temos de acelerar a mudança. Falava-se, na década de 80, em 100 a 200 000 abortos clandestinos por ano; os proponentes não referem que hoje esse flagelo sofreu uma enorme redução — aliás, muitos sustentam que os números que agora adiantam, cerca de 16 000, estão inflacionados — e também não referem que cerca de 90% das mulheres têm acesso à contracepção.

Penso que é agindo que se resolvem os problemas — temos de acabar o mais rapidamente possível com o aborto clandestino, apoiando a maternidade consciente, punindo os que, por razões de lucro, pressionam no sentido do aborto, criando todas as condições para acolher os que nascem. E, como vêem, agindo, pode-se reduzir o aborto clandestino. Logo, há que prosseguir neste caminho para o eliminar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Os proponentes estão ainda no tempo das vanguardas auto-iluminadas e falam em nome dos mais pobres ignorando que são esses, incluindo as mulheres, segundo todas as sondagens, os que mais se opõem à liberalização ou à despenalização do aborto. Por deformação materialista pensam que a única motivação para o aborto é económica e social. Nada mais falso! Vão abrir as portas ao egoísmo dos instalados, à selecção para escolha do sexo, que nalguns países da Ásia por virtude do aborto livre tem criado défices imensos de mulheres, e até há agora um Prémio Nobel que sugere que a mulher venha a poder abortar se no embrião for detectado o gene da tendência homossexual! Até onde iremos?!

Também no plano do direito se enganam. Ninguém pode contestar o direito da mulher a conceber se e quando quiser de acordo com a sua consciência. Mas é evidente que esse direito se exerce antes da geração livre de um novo ser. E a ciência — Srs. Deputados, sejam actuais! — vai dar-lhe meios de o fazer em todas as circunstâncias com absoluta certeza e segurança.

Os nossos positivistas, inspirados, como é costume, no século XIX francês, continuam a pensar que a lei tudo pode decidir e tudo pode resolver. Pura ilusão! É por isso que, em vez de lutar pelo cumprimento das leis, propõem outras que ainda serão menos cumpridas por serem rejeitadas por grande parte da comunidade, por não serem expressão da vontade geral e suscitarem legítimas objecções de consciência. A verdade é que o aborto clandestino nunca desapareceu com a despenalização — há razões culturais e sociais que em parte o mantêm —, o que cresce é o aborto legal.

Não compreendo o argumento que tiram do facto de a lei ser ou não integralmente cumprida (há muitas outras leis que não o são). O que se deve não é mudar a lei mas fazer que as situações críticas vão desaparecendo.

Os proponentes querem fazer passar como um progresso textos velhos que alguns países europeus adoptaram nos anos 70. Aliás, ainda que toda a Europa tivesse leis semelhantes, o que é falso, perguntar-me-ia se neste como noutros campos — eutanásia, tráfico de droga — nada mais nos restaria que copiar os outros. Como poderia Portugal manter a sua identidade? Jamais poderia ser precursor, como foi na abolição dessa aberração que é a pena de morte!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Os proponentes ignoram que a Assembleia Parlamentar e o Comité de Ministros do Conselho da Europa, organização de 40 países com quase 700 milhões de habitantes, convocaram em Dezembro passado um simpósio sobre a protecção do embrião e deliberaram que o primeiro protocolo adicional à nova Convenção sobre os Direitos do Homem e a Bio-Medicina lhe será dedicado.

Porquê esta evolução? Em primeiro lugar, porque hoje ninguém tem dúvidas que com a concepção começa um novo ser com um genoma próprio, único, insubstituível, irrepetível.

Que lógica teria proclamar na Convenção que uma intervenção com o objectivo de modificar o genoma só pode ser feita por razões preventivas ou terapêuticas, proibindo-se a intervenção para escolha de sexo e a constituição de embriões para fins de investigação, se, por outro lado, através do aborto livre, tudo pode ser simplesmente destruído?

No referido simpósio participaram representantes de diversas confissões religiosas desfavoráveis à despenalização, no que foram acompanhados por personalidades sem religião. Claro que houve outros com posições diferentes, mas ficou claro que a

oposição católicos/não católicos não tem razão de ser. Trata-se de uma questão de direito natural.

Ao nível da ética vejo com surpresa que se põem em causa princípios fundamentais, como demonstra no seu parecer o Conselho Nacional da Ética para as Ciências da Vida. É que alguns confundem a ética com a sua própria ética.

A questão ética fundamental é esta: todos reconhecem que o embrião pertence à espécie humana. Se é assim, é princípio basilar a unidade de origem e a comunidade de destino de toda a espécie humana, da qual resultam laços indestrutíveis de natureza ontológica e ética entre todos os seus membros sem excepção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Há também outro princípio da ética que nesta tribuna defendi há um ano, curiosamente então com apoio de alguns subscritores dos projectos em apreciação: os fins nunca justificam os meios. A argumentação que ninguém quer o aborto, que não é bom, até ouvi dizer hoje que é trágico, mas tem de se fazer por supostamente ser necessário para alcançar um fim ou resolver um problema, não pode ser aceite.

Ainda que os fins fossem bons, tal acção seria eticamente condenável. Os meios maus e injustos não se podem utilizar para atingir seja que fins forem.

Passemos ao nível dos valores.

A vida humana, esteja em que estádio estiver, é um valor em si mesma. Sendo um valor anterior ao Estado, anterior à lei, aquele não tem legitimidade para arbitrariamente definir quando pode ou não ser-lhe posto termo sem sanção.

Claro que há outros valores respeitáveis e logo a seguir vem a liberdade. Mas esta não é absoluta e ilimitada. Tem de exercer-se no respeito dos direitos dos outros, em especial dos mais fracos. Ousará alguém defender a consagração da lei da selva, da lei do mais forte, negando o valor primordial do dever de protecção do mais fraco e indefeso?

Também os valores estéticos, económicos e sociais são importantes. Mas sem hierarquia de valores todos se anulam uns aos outros. Sem hierarquia não há valores. O valor da vida é hierarquicamente superior aos outros e lamento a confusão que reina nesta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Chego ao último nível, que ainda não vi aqui tratado. Na pitoresca linguagem político-mediática, que por aí corre, muitos usam as expressões faz ou não faz sentido, querendo dizer que o que afirmam tem lógica e que os outros não têm lógica ou não têm razão. Assim, descobriram que o sentido seria mais um instrumento de luta político-mediática.

As questões instrumentais são sem dúvida importantes. Como conquistar e manter o poder. Como produzir, distribuir, organizar, consumir, educar. Como resolver este e aquele problema. Mas ainda mais importante é saber porquê e para quê.

Ora, as sociedades actuais, Srs. Deputados, procuram soluções pontuais imediatistas, que muitas vezes se contradizem e dão origem à pura acumulação de vantagens sociais, económicas e culturais de uns sobre os outros, criando novas formas de defesa de interesses categoriais e levando ao que em França já se chama o regresso à tribalização da sociedade. Por isso lá, à esquerda e à direita, vozes preocupadas se levantam sobre a necessidade do sentido.

Verifiquei, claro, que o Partido Comunista Português não aprendeu a lição dos países de Leste: os sistemas caíram porque perderam o sentido e sem ele não se pode subsistir.

Felizmente, a comunidade portuguesa não perdeu ainda o sentido. Sabe que a sua finalidade última é a criação de condições para que todos os seres humanos nela possam escolher e realizar o seu próprio caminho para a felicidade. É uma comunidade que até hoje tem acarinhado a vida humana, forte ou fraca, nascida ou não nascida.

Hoje vamos mesmo ao ponto, e ainda bem, de sublinhar o dever de preparar condições para acolher as futuras gerações. Por isso se fala no desenvolvimento sustentável. Mas, então, pergunto-vos: que sentido terá esta nossa preocupação, que sei que é de todos, com os seres não gerados de gerações mais ou menos longínquas se ao mesmo tempo aceitarmos a destruição de seres já gerados?!

Em conclusão, tendo demonstrado que os projectos não resolvem as causas do problema, são antiquados e têm consequências imprevisíveis, pondo em causa valores essenciais e o próprio sentido da vida em comunidade e da acção política, vou evidentemente votar contra.

Aplausos de alguns Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para um pedido de esclarecimento, a palavra ao Sr. Deputado Strecht Monteiro.

O Sr. **Strecht Monteiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Roseta, dado que V. Ex.ª enumerou todos os projectos, suponho que também se referiu ao meu...

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Não! Há um equívoco!

O **Orador: —** No entanto, não ficou explícita na sua intervenção o que pensa acerca do meu projecto e dado que V. Ex.ª diz que a lei actual resolve todas as situações, a minha pergunta é a seguinte. como é que resolve algumas situações clínicas de fetos que aparentam malformações às 12 semanas? É que, para cumprirmos a lei, poderemos estar a retirar esses fetos indevidamente. Todavia, como esses fetos, mais tarde, podem evidenciar-se como fetos normais, se tivermos mais tempo para decidir sobre a interrupção ou não da gravidez melhor será.

O Sr. **Presidente: —** A palavra ao Sr. Deputado Pedro Roseta, para responder.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Sr. Deputado Strecht Monteiro, certamente há um equívoco da sua parte, porque eu não me referi ao seu projecto de lei. Disse, claramente, na primeira frase da minha intervenção, que trataria, exclusivamente, dos projectos de lei n.^{os} 177 e 236/VII.

Claro que teria muito gosto em lhe explicar longamente a minha posição sobre o seu projecto de lei, mas, dado o escasso tempo de que disponho, vou fazê-lo numa declaração de voto que entregarei amanhã.

Poderei dizer, desde já, isso sim, que vou abster-me na votação do seu projecto, porque o Sr. Deputado retirou um ponto que violava claramente os princípios fundamentais da ética, violando também um direito fundamental nas nossas sociedades — como os outros projectos violam também, mas nem falemos nisso —, ou seja, a objecção de consciência.

Assim, como retirou isso do seu projecto de lei, vou abster-me na votação do seu diploma, pelas razões que explicarei numa declaração de voto.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. **António Braga** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar citando Adolfo Peres Esquível, Prémio Nobel da Paz de 1980 que dizia que «quem justifica o aborto justifica a pena de morte e eu estou contra a pena de morte e contra o aborto. Ser progressista significa defender a vida e nada mais,....

Aplausos do PSD, do CDS-PP e dos Deputados do PS Eurico de Figueiredo e Maria do Rosário Carneiro.

Protestos de alguns Deputados do PS.

... significa também um permanente questionamento das nossas opções e convicções éticas».

Na discussão sobre a despenalização do aborto tende-se a desvalorizar e a valorizar as opiniões expressas pelos biólogos e pelos médicos, designadamente sobre onde começa o direito à vida, consagrado na Constituição da República. Eu valorizo!

Aquela informação é, sem dúvida, importante já que permite conhecer, à luz das possibilidades científicas da nossa época, os dados que habilitam a uma reflexão ética sobre a inviolabilidade da vida da pessoa humana e que nos levarão, necessariamente, a uma decisão política.

Tenho, para mim, que é de uma decisão política que se trata, porque é disso que falamos quando se pretende dotar a República de uma nova lei sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** É, de facto, assim, conquanto numa sociedade democrática, que procura o bem comum em última instância, a moral e a ética da República, pelas quais nos devemos reger, residem nas leis que construímos.

É, para mim, claro também que isso não resulta na exclusão de qualquer direito individual ou de uma ética e moral próprias.

Contudo, a decisão política deve pesar todas as razões, de natureza mais diversa, mantendo, embora, a salvaguarda da referência ético-política mais forte, como aquela consagrada na Constituição da República. E aceito que todos o fazemos! É no seu artigo 24.º que se fundam toda a ordem legal e a convivência inter-humana e é dele resultam todos os outros direitos humanos. E não se está, por isso, no domínio de uma moral ou de uma ética pessoal obviamente autoritária e dogmática; bem pelo contrário, trata-se de uma obrigação do legislador atender e valorar esse valor constitucionalmente consagrado.

Não se trata, pois, de uma deliberação que possa merecer o «encaixotamento» num qualquer chavão de direita ou de esquerda, em termos político-partidários, ou da luz e das trevas, em termos intelectuais ou filosóficos, quer se esteja contra ou a favor da despenalização do aborto. Não se trata, ainda, de uma qualquer dicotomia entre católicos e não católicos.

Num processo crescente de humanização da nossa sociedade, chegámos a uma época histórica em que a valorização, num domínio como este, da consciência plena da salvaguarda e do estímulo às melhores condições de realização da pessoa humana, o legislador — eleito democraticamente — é também fautor deste devir colectivo.

Estou de acordo com os caminhos que o projecto de lei n.º 235/VII, do meu camarada Strecht Monteiro, pretende percorrer. Trata-se da iluminação da lei vigente, à luz, justamente, de um conhecimento científico actual quanto a prazos, fundamentalmente.

Discordo das outras duas iniciativas que pretendem alcançar objectivos que vão contra a minha consciência, porquanto põem em crise o direito fundamental à vida, que revejo inteiramente salvaguardado na Constituição da República.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com toda a amizade e respeito pelo meu camarada António Braga, queria apenas sublinhar que a pena de

morte é o aborto clandestino. Nós somos pelo direito à vida, por isso somos pela descriminalização do aborto clandestino.

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS, de pé.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, havendo mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos, penso que, uma vez que não dispõe de muito tempo, será melhor responder no fim.

O Sr. **António Braga** (PS): — Sim, Sr. Presidente, respondo no fim.

O Sr. **Presidente: —** Então, para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado concentrou a sua curtíssima intervenção — e ainda bem! — em defesa da vida, esquecendo e ignorando a dignidade da vida.,...

Protestos de alguns Deputados do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, espero que a euforia e o nervosismo dos Srs. Deputados do PSD possa, de algum modo, ser descontado no seu próprio tempo e não no meu.

O Sr. **Presidente: —** Queira continuar, Sr.ª Deputada.

A **Oradora: —** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dizia eu que o Sr. Deputado António Braga concentrou a sua intervenção em nome da defesa da vida, ignorando a dignidade da vida. Saberá o Sr. Deputado, com certeza, e não o desmentirá, que a defesa da vida implica com a dignidade da vida.

Nessa perspectiva, o Sr. Deputado reconhece, porque é impossível não o fazer, a existência do aborto clandestino. Ora, reconhecendo a existência do aborto clandestino e na perspectiva da sua intervenção, o senhor tem de levar a coerência lógica de raciocínio e das suas próprias convicções às últimas consequências e, então, terá de reconhecer que o aborto é um crime de homicídio que levará para a prisão as mulheres portuguesas, pelo menos durante 25 anos.

Gostaria, pois, que o Sr. Deputado dissesse, sem hipocrisias, sem falsidades, com coerência e com seriedade, a todas as mulheres portuguesas que, neste momento, escutam directamente o debate neste Plenário, se é isso que o senhor pretende, se pretende a prisão de todas as mulheres portuguesas que recorrem ao aborto clandestino.

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. **António Braga** (PS): — Sr. Presidente, meu querido camarada Manuel Alegre, por quem tenho a maior consideração, carinho e respeito por tudo o que significas para o Partido Socialista e para mim, devo dizer-te que concordo com o que disseste relativamente à pena de morte quando a comparas com o aborto clandestino, que também é, em si, eventualmente, uma pena de morte.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Concordo contigo, mas tenho um valor superior quanto à prevenção a montante dessas situações em relação à própria vida e tu, que foste capaz de dizer que há sempre alguém que resiste, alguém que diz não, com certeza que compreenderás a minha intransigência de consciência nessa matéria.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Minha querida colega Deputada Luísa Mesquita, a sua pergunta já vem em segunda mão, mas sempre lhe devo dizer que as soluções que têm de ser encontradas num quadro legal, que os senhores também apontam, *a posteriori*, na vossa lei, são soluções de prevenção, de consolidação da qualidade e das condições

de vida das pessoas em geral e, obviamente, em concreto, o que é preciso é perceber que nenhuma lei resolve os problemas da vida.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fez no passado dia 26 de Janeiro 13 anos que nesta mesma Sala me levantei para, em votação nominal, votar favoravelmente aquela que viria a ser a Lei n.º 6/84. Fi-lo em nome da organização da juventude a que presidia e também em nome da minha consciência.

Pelo facto, quanto a mim erradamente, de ter sido imposta disciplina partidária, sofri um processo disciplinar que culminou na minha condenação.

Passados 13 anos não esqueci aqueles momentos. Passados 13 anos não esqueci a solidariedade e o apoio de muitos companheiros. Passados 13 anos não abrandei na minha convicção de que fui vítima de uma disciplina partidária ilegítima e despropositada. Passados 13 anos congratulo-me por a actual direcção do meu grupo parlamentar por não ter hesitado um minuto ao definir, para este debate e esta votação, o princípio da liberdade de voto.

Não o faço, sobretudo, pela memória de 13 anos. Faço-o porque, ontem como hoje, considero que esta matéria tem a ver com as convicções mais profundas e releva da consciência individual. Não faz sentido impor lógicas partidárias. O que está em causa, em nome da dignidade humana, é mais importante do que isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há 13 anos levantei-me para dar o meu voto a um projecto de lei do Partido Socialista, porque considerava ser necessário alterar a legislação então vigente.

Não sou dos que levianamente desvalorizam o aborto, que é sempre uma solução a evitar, sendo, quase sempre, resultado de uma decisão difícil e dolorosa, mas sou dos que consideram que há circunstâncias e razões que justificam que essa decisão seja tomada. E, como muitos outros, sempre me levantei contra a hipocrisia dos que em segredo concordavam comigo mas achavam que a lei não devia ir tão longe.

Não faz sentido que, reconhecida a não ilicitude da prática do aborto nesses casos, não seja assegurado às mulheres envolvidas as condições para que consequências mais funestas não decorram desse facto.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Reconheço que passaram 13 anos. Tenho de dizer a esta Câmara da minha insatisfação relativamente ao muito que ainda não conseguimos fazer, e temos de o conseguir, no plano da educação sexual e do planeamento familiar.

Sou sensível aos argumentos — alguns deles técnicos — que sugerem a vantagem e a conveniência em introduzir melhorias na lei que, então, aprovámos.

Por isso, em coerência com a votação que fiz em 1984, darei o meu voto favorável ao projecto de lei n.º 235/VII.

Mas há 13 anos levantei-me também para votar contra o projecto de lei apresentado pela bancada do Partido Comunista Português, não por se tratar de um projecto desse partido mas, sim, porque havia uma diferença essencial entre os dois projectos de lei em causa, na altura: num caso tratava-se, como se fez, de reconhecer as circunstâncias em que o aborto deve ser possível; no outro indiciava-se a liberalização do aborto.

Em coerência com o voto que então fiz, votarei novamente contra tal proposta que, desta vez, está prevista no projecto de lei do PCP e agora também no projecto de lei n.º 236/VII, do PS.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar desta clareza e similitude com o passado, há uma diferença essencial: é que há 13 anos não era possível recorrer ao referendo. Confrontada a Assembleia da República com iniciativas legislativas, cabia exclusivamente aos Deputados decidir sobre a matéria.

Mas a Constituição, felizmente, mudou e hoje, sendo juridicamente possível o referendo, era politicamente recomendável que ele se fizesse em vez da votação parlamentar a que procederemos no final deste debate.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Voto em consciência mas preferia, numa matéria desta natureza, estar a votar favoravelmente o projecto de resolução que em boa hora foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Porque se estou seguro com a minha consciência, mais seguro estaria se fosse a consciência dos portugueses a decidir sobre esta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Cada vez mais, na sociedade em que vivemos, temos de ser capazes de alargar os mecanismos de participação social e política dos cidadãos.

Se o Parlamento avoca a si a decisão numa matéria destas em vez de a sujeitar ao veredicto dos portugueses, quando vamos buscar mais participação?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Quando vamos construir mais democracia?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Quem nega o referendo nesta matéria, que legitimidade tem para vir reclamá-lo ou aceitá-lo em assuntos que, a despeito da sua importância, não relevam como este da consciência das pessoas e dos seus valores e convicções?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Alguns pensarão que o Parlamento, ao querer decidir sobre estes projectos de lei, exerce as suas competências e reforça o seu papel. Receio ter de discordar.

O que verdadeiramente enobreceria este Parlamento e reforçaria a sua legitimidade era ter usado as suas competências para primeiro ouvir os portugueses, como o PSD propôs, e então, sim, nesse debate no País, certamente mais sereno do que há anos atrás, teríamos também uma decisão legítima mais madura, como os portugueses hoje merecem.

Mas, acima de tudo, no fim deste debate e da votação que se lhe seguirá, seja qual for o seu resultado, os portugueses mereciam que politicamente nos convencêssemos que os problemas humanos e sociais ligados ao aborto não se resolvem, nem resolverão, por lei nem pela invocação de pretextos morais.

O drama do aborto evita-se cuidando da dignificação da vida e da vivência humana. Evita-se e previne-se oferecendo a todos, homens e mulheres, adolescentes e gente madura, os meios de dignidade que hoje a evolução técnica e humana já consagrou mas que a vida insiste em discriminar. E aí, sim, está bem ao alcance da nossa decisão política fazer alguma coisa pelos portugueses e pela sua vida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Elisa Damião.

A Sr.ª **Elisa Damião** (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, apelo para o voto na despenalização do aborto. Recordo que, em 1989, apresentei uma proposta que visava tão somente retirar do Código Penal essa ameaça velada que não é suficiente para desincentivar o recurso ao abono clandestino, infelizmente sem sucesso. Em

todo o caso, Srs. Deputados, uma vida não chega para mudar as nossas convicções e é necessário que sejamos coerentes, tanto nesta Câmara como na nossa vida pessoal, dando demos dessa coerência testemunho, porque, se não, ficar-nos-emos por manifestações farisaicas de piedosas intenções.

Srs. Deputados, seremos julgados pelo exercício do nosso mandato, ou seja, os eleitores avaliarão se o exercemos com uma devota e farisaica atitude a outras concepções que não sejam aquelas para que fomos eleitos. A ética do legislador, Srs. Deputados, não compete só à sua própria consciência, ela tem de atender às questões sociais, à realidade, ao que se passa na vida.

Os senhores sabem que existe prostituição, ela é clandestina mas existe, os senhores vêem-na todos os dias; os senhores sabem que se consome droga, ela é proibida mas consome-se e nós lidamos, quase diariamente, em muitos casos na nossa família, com esse fenómeno. Será que actuámos? Será que o sistema de saúde se adaptou a esta realidade da vida? Mas, sobretudo, será que a punição não é discriminatória?

Srs. Deputados, é à tolerância de que aqui falaram alguns que apelo, é em nome dessa tolerância que lhes peço que despenalizem o aborto. O relatório do meu camarada José Magalhães, uma magnífica peça que deveria ter servido de base a este debate e cuja leitura recomendo, não é, realmente, nenhum catecismo saído de nenhum concílio, não tem nada de atentatório contra as convicções e os credos de cada um, é, efectivamente, uma radiografia da situação assustadora. Há pessoas que foram criminalizadas e presas e eu interrogo-me se entre essas pessoas havia algum homem que não fosse profissional da saúde. Afinal, a maternidade e a paternidade consciente só criminalizam a mulher?

O direito à vida, em nome do qual alguns falam, talvez para exorcizar os seus medos atávicos, a sua condição de mortais, é indiscutível. No entanto, muitos são os que têm a incapacidade de vencer esses receios, esses medos, e de enfrentar essa dura realidade. Srs. Deputados, a nossa vida é breve, façamos dela um hino.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo.

O Sr. **Barbosa de Melo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os argumentos ao longo desta tarde têm aparecido, muitas vezes, como se os intervenientes mais visassem credenciar opções já assumidas ao nível da sua consciência moral e cultural do que formular as razões e motivos determinantes da sua própria decisão ou tendentes à persuasão racional dos outros. Compreende-se: o aborto e a medida da sua despenalização constituem um tema forte, é daqueles perante os quais ninguém fica indiferente, é um tema que desafia o pensar e o sentir dos portugueses, dividindo, profunda e radicalmente, a comunidade nacional.

Neste texto e contexto de cada intervenção, as perspectivas éticas, políticas e jurídicas cruzam-se constantemente e formam blocos onde a razão e a emoção, os apelos, as pressões, as declarações de princípio e de convicção têm um lugar de destaque, o que só enobrece o debate parlamentar.

Não vou retomar o fio das argumentações para esmiuçar os contras e prós dos projectos de lei e tirar quaisquer conclusões parcelares. A esta hora já eles estão analisados e ponderados no espírito de todos nós. Pretendo apenas focar o essencial da questão política suscitada por estas iniciativas legislativas e sintetizar as razões que um maior ou menor número de Deputados pode invocar em consciência para justificar o seu voto na generalidade sobre os projectos de lei em discussão.

A ordem jurídica do Estado de direito democrático e da «sociedade aberta» não pode ser confessional, nem pensada como se fosse deduzida, ou dedutível, de qualquer

decálogo, código ou cartilha moral. Pelo contrário, assenta no princípio da separação entre a política e o direito, por um lado, e as religiões e sistemas éticos, por outro. Trata-se, esta, de uma condição da liberdade e de um pressuposto da salvaguarda da eminente dignidade de todos e quaisquer membros da comunidade política.

O pluralismo político, o pluralismo ético, o respeito pela diversidade de culturas e de valores, a tolerância, constituem o caldo de cultura da democracia.

Os fundamentalismos e tentações teocráticas e as suas trágicas consequências, hoje visíveis em muitas partes do mundo, mostram-nos, em projecção caricatural ou em contra-exemplo, a importância que os princípios da separação e do pluralismo têm para a afirmação da liberdade pessoal e política.

Em geral, a ordem jurídica portuguesa assenta nestas ideias-força da democracia, e, em particular, o que hoje vem ao caso, no tratamento dos graves problemas humanos e sociais emergentes da interrupção voluntária da gravidez.

O primeiro princípio da nossa cultura jurídica neste domínio é o da inviolabilidade da vida humana...

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** ... desde a concepção, isto é, desde o momento da formação da identidade genética do novo ser, pelo menos, até à morte. A partir daquele *initium*, cada ser humano é sagrado para os outros, seja a mãe, o pai e a família, seja a sociedade ou o Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** No período da vida intra-uterina, na infância e adolescência, na juventude e maturidade, na velhice e decrepitude, a vida humana individual não pode ser considerada nunca como meio ou instrumento de quem quer que seja, é sempre um fim em si mesmo.

Aplausos do PSD.

O princípio da inviolabilidade da vida humana está ligado, na nossa ordem jurídica positiva, a outro princípio: a mulher grávida tem o direito e o dever de levar a termo a gravidez, sendo-lhe devidos o amparo, a protecção e o apoio positivo — do pai, da família, da sociedade e do Estado — necessários, nas circunstâncias concretas da sua vida, ao exercício daquele direito e ao cumprimento daquele dever. Uma tal cooperação está ao serviço da mulher e, através dela, ao serviço do casal, da família, da comunidade política e da própria humanidade.

No enlace destes dois princípios basilares é que assentam as medidas reclamadas do Estado e das instituições da sociedade civil para uma maior informação e uma cultura moderna e sem complexos sobre a sexualidade humana, para um planeamento familiar consciente e responsável, para o combate eficaz às práticas atentatórias da liberdade e da autodeterminação sexual, para a protecção efectiva da maternidade e da natalidade, para a garantia dos direitos da criança, para a desburocratização da adopção, etc., etc.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Todos temos consciência dos atrasos que urge vencer em Portugal. Sobre isso dispomos hoje de notáveis contributos vindos de muitos lados para a preparação deste debate parlamentar, como o relatório e parecer da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida ou a copiosa informação trazida pelas muitas instituições e personalidades que participaram nas audições promovidas pelas comissões parlamentares.

O princípio da liberalização do aborto — ou da interrupção voluntária da gravidez — , preconizado nos projectos de lei apresentados pelo Partido Comunista Português e por um grupo de Deputados do Partido Socialista, subscrito em primeiro lugar por

Sérgio Sousa Pinto, subverte, directa e frontalmente, essa estrutura normativa basilar da ordem jurídica portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Se qualquer destes projectos fosse aprovado, a mulher grávida passaria a dispor livremente da vida do nascituro durante as primeiras 12 semanas. Dizer-se, num caso, que «Não é punível a interrupção da gravidez (...) a pedido da mulher grávida» equivale ao que se diz noutro, ou seja, que «Não é punível a interrupção voluntária da gravidez (...) a pedido da mulher (...) para preservação da sua integridade moral, dignidade social e ou maternidade (...)».

Em qualquer das hipóteses caberia à mulher decidir, como último juiz, sobre o aborto, pois as cautelas médicas exigidas visam a correcção do acto médico e não, seguramente, a restrição da liberdade de decisão da grávida.

E eis a questão política: a Assembleia da República, por iniciativas legislativas do PCP e de Deputados do PS, foi chamada a proceder a uma mudança radical da ordem jurídica positiva numa matéria grave e delicada como o aborto.

O PCP poderá invocar apoio eleitoral para tomar uma tal iniciativa. Esta sempre tem sido a sua posição na prática legislativa e nas campanhas eleitorais.

Mas podem os outros Deputados, de consciência tranquila, alterar o direito vigente, sem terem colocado como tema da campanha eleitoral em que foram eleitos as suas intenções a respeito da liberalização do aborto? Não é esta uma questão que cabe aos eleitores decidir directamente em referendo e após debate público, aberto e participado, sem orquestrações nem temores, apenas no exercício da autonomia moral e cívica de cada um?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** É assim que o Partido Social Democrata encara a questão política que ele próprio não suscitou. Por isso, consumadas as iniciativas legislativas alheias, logo reclamou a realização de um referendo, em que todos os portugueses e as portuguesas respondam se querem ou não consagrar na lei a liberalização do aborto.

Mas a nossa proposta, até hoje, não encontrou honesto acolhimento. O projecto de resolução que apresentámos aguarda ainda o necessário tratamento parlamentar.

Concluo com uma nota pessoal. Se o referendo vier a ter lugar, bater-me-ei, diante dos meus concidadãos, pela continuação nas leis do direito e dever da mulher grávida levar a termo a sua gravidez e receber, de facto e em tempo, todos os apoios e amparos que o Estado e a sociedade lhe devem para o êxito dessa sua nobre e insubstituível missão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** E, já agora, permitam-me que, para terminar, volte a uma citação do Evangelho aqui feita, mas desgraçadamente truncada num ponto decisivo. «Eu também não te condeno», disse Jesus à mulher. Mas prosseguiu dizendo: «vai em paz e não voltes a pecar».

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente: —** A Sr.ª Deputada Odete Santos inscreveu-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Barbosa de Melo. No entanto, o Grupo Parlamentar do PSD já não dispõe de tempo, antes pelo contrário, já usou mais três minutos do que o tempo que lhe foi atribuído. Pergunto à Sr.ª Deputada Odete Santos se o Grupo Parlamentar do PCP cede tempo ao Sr. Deputado Barbosa de Melo para lhe responder.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, como ainda temos outra intervenção para fazer, vou encurtar a minha pergunta e cedemos um minuto ao Sr. Deputado Barbosa de Melo para responder.

O Sr. **Presidente: —** Então, tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Barbosa de Melo, vou mesmo encurtar a minha pergunta, apesar de ter umas questões para colocar a V. Ex.ª que penso serem muito interessantes.

Independentemente da questão da vida intra-uterina, a pergunta que vou colocar-lhe é aquela que já me tem ouvido colocar a toda a gente: como é que V. Ex.ª, que é um especialista em direito, justifica a manutenção de uma regra penal que não atinge os objectivos que diz querer prosseguir, porque em 1995 apenas houve, em todo o País, nove processos por aborto clandestino?

Certamente, V. Ex.ª não me vai dar essa resposta, porém há quem diga que nem todos os furtos são descobertos. Penso que V. Ex.ª não irá responder-me desse modo, porque o comportamento da sociedade em relação aos furtos e em relação ao aborto é muito diferente. Toda a sociedade sente, nomeadamente os juízes e as polícias, que a mulher recorre ao aborto em situações muito difíceis, convive mal com isso e sente que não é um crime.

Pergunto, Sr. Deputado Barbosa de Melo: como é que V. Ex.ª, um especialista em direito, ademais pertencendo à escola de Coimbra, que advoga um direito penal da tolerância e, nas suas linhas gerais, que o direito penal não pode impor a uma parte da população aquilo que a outra pensa, pode justificar a sua posição?

Por último, V. Ex.ª entende, então, que as mulheres devem ser postas na cadeia?

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo. Para além do minuto cedido pelo Grupo Parlamentar do PCP, dispõe de mais um minuto, que lhe concede a Mesa.

O Sr. **Barbosa de Melo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Odete Santos, começo por agradecer-lhe a gentileza da sua pergunta, a generosidade do tempo que me concedeu e a exoneração que me fez, ao formular uma pergunta a que respondeu bem.

Subscrevo a ideia do furto, mas eu não ia usar esse argumento. Fez bem ao eliminá-lo, pois fê-lo no seu tempo e não naquele que me cedeu.

A Sr.ª Deputada referiu que sou especialista em direito e pertenço a uma escola onde se advoga uma ou outra solução. Felizmente, pertenço a uma escola onde cada cabeça vale por si e há lá opiniões — sempre houve, ao longo dos tempos — para muitas coisas. É a escola de Coimbra e é essa a sua característica.

De qualquer modo, pergunta-me como é que na lei actual não se atendem a casos que são dramáticos. Não sou especialista em direito penal, mas o Código Penal, nas cláusulas gerais e nos poderes que dá a quem o aplica, resolve e permite resolver todas as questões com esse direito à humanidade que V. Ex.ª evocou.

Por último, hoje descobri uma coisa, Sr.ª Deputada Odete Santos. Conhecia, desde Hegel, a ideia da classe universal, que para ele eram os funcionários; depois, para Marx eram os proletários; enfim, cada um que organiza o Estado à sua imagem e semelhança quer sempre uma classe universal. E, hoje, surpreendido, verifico que, se calhar, esta teoria da classe universal, a nova divisão de classes, passa por isto: uns são os homens, outros são as mulheres. Julgo — é uma profunda convicção minha — que fomos todos... O homem foi criado por Deus, Ele o fez homem e mulher.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em consciência, votarei a favor do projecto de lei apresentado pelo Deputado Strecht Monteiro, de

que sou um dos subscritores. Em consciência ainda, não votarei a favor dos projectos de lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez apresentados pela JS e outros Deputados socialistas e pelo Partido Comunista Português. Saúdo, contudo, os seus subscritores pela coragem e pelo mérito de terem permitido um debate saudável sobre um problema concreto e grave na sociedade portuguesa.

A minha decisão de voto resulta da ponderação livre de argumentos contraditórios e não radica em qualquer subserviência moral ou confessional. Pelo contrário, insere-se numa visão de sociedade que tem por pilares a solidariedade e a liberdade de todos e de cada um, ao longo de todo o seu ciclo de vida, uma visão de sociedade que não tolera o recurso à inviabilização de fetos saudáveis, para resolver problemas sociais.

Para mim, caro camarada e amigo Manuel Alegre, a liberdade é também o maior de todos os valores, mas o problema da interrupção voluntária da gravidez não é apenas um problema de liberdade, é um problema de conflito de liberdades.

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —**Não me resigno ao tecnicismo normativo que simplesmente renega ao feto qualquer direito, nem mesmo o direito de vir a assumir os direitos resultantes da sua evolução natural.

Defendo que o problema seja encarado frontalmente na dupla dimensão, preventiva e correctiva, minimizando as situações de ocorrência de gravidez indesejada e dando soluções de viabilização aos casos que ocorrerem.

Se a imaginação que tem sido posta ao serviço da defesa das soluções liberalizadoras for canalizada para as soluções de viabilização, estou certo de que poderemos dar nesse domínio passos de gigante.

O ênfase da minha opção de consciência não radica em qualquer sanha criminalizadora ou de julgamento moral da decisão individual de abortar, decisão difícil e, no actual quadro social, em muitas circunstâncias absolutamente compreensível. Entendo-a antes como um desafio à sociedade e a todos nós, para que ousemos um novo olhar sobre o problema, através de uma acção pró-activa sobre os mecanismos sociais que conduzem à multiplicação dessas circunstâncias.

Assumo, por isso, o meu voto como um apelo complementar para que se incremente a educação sexual nas escolas, se divulgue o planeamento familiar esclarecido e despreconceituado, se proceda à divulgação exaustiva dos métodos contraceptivos, se criem redes de disponibilização fácil de preservativos em locais de convívio, se reformulem ousadamente as leis de adopção e se desenvolvam mecanismos de apoio social à maternidade, na família ou fora dela.

O aborto generalizado e facilitado é um mecanismo de desresponsabilização social, com graves danos para a mãe e irreparáveis danos para o feto. Recusemos opções fáceis. Ousemos inovar e agir sobre as razões sociais profundas do problema e não sobre a espuma superficial com que se manifesta. Ousemos actuar sobre a realidade que recusamos. E, porque a recusamos, tenhamos a coragem de não a assimilar na ordem jurídica.

Aplausos de alguns Deputados do PS e do Deputado do CDS-PP Nuno Abecasis.

O Sr. **Presidente: —** O Grupo Parlamentar do PSD, invocando igualdade na tolerância já havida para com outro grupo parlamentar, solicita que sejam concedidos dois minutos ao Sr. Deputado Guilherme Silva, para usar da palavra. A Mesa concede-lhe dois minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nunca em nenhum outro debate em que participei nesta Câmara senti, como hoje, tão profunda quão convictamente que nada na minha posição, nem na mais ínfima parcela, é

determinado ou influenciado pela identificação político-partidária dos subscritores dos projectos de lei em discussão.

A delicadeza das questões em causa exige de todos nós uma posição que decorra da nossa concepção do homem e da vida, o que, só por si, envolve tal dimensão e toca tão fundo na nossa consciência individual que se não compadece de querelas político-partidárias, por mais elevadas que elas sejam.

Tenho para mim que a iniciativa dos diplomas em discussão, no quadro das nossas prioridades legislativas, não se justificava, o mesmo é dizer que se me afigura, a todos os títulos, inoportuna.

É frequente a denúncia de que vivemos em constante inflação legislativa, criando intrincados imbróglios na interpretação e aplicação das leis que nós próprios aprovamos e de que são exemplo recente as já famigeradas leis da transparência.

Mas se os problemas que esta tendência vem, com alguma acentuação, gerando aqui ou ali podem, apesar de tudo, ser ultrapassados sem consequências de maior, o certo é que há matérias em que essa tendência legiferante importa graves e desnecessárias perturbações.

Sem dúvida que, 13 escassos anos passados sobre a regulamentação jurídica da interrupção voluntária da gravidez, com as delicadas implicações éticas, culturais e sociais que unanimemente reconhecemos ter, é tempo de menos para que devamos agora, de novo, retomar soluções e propostas que, em 1984, não mereceram acolhimento.

O nosso quadro colectivo não se alterou, neste âmbito, de forma tão sensível ou significativa que justifique inovação ou modificação da lei do aborto e que, por via disso, se tenha reaberto este debate.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos para nós como visível que o nosso sentir colectivo, que é suposto o Parlamento ter interpretado em 1984, não se alterou de então para cá e não vejo quaisquer outras relevantes razões justificativas da modificação do quadro legal vigente.

Mas se dúvidas há sobre a coincidência entre a vontade colectiva e a expressa na altura da aprovação da actual lei pela Assembleia da República, então, devemos reconhecer que essa dúvida poderá, de novo, colocar-se agora.

Assumamos, pois, que, tratando-se de questão do foro íntimo e da consciência individual, não deverá diluir-se na via da representação parlamentar, sendo antes objecto de prévia consulta em referendo, não condicionado por qualquer anterior votação do Parlamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Reaberta que foi a questão do aborto na sociedade portuguesa, o recurso ao referendo prévio constitui a via mais séria, mais transparente e mais genuinamente democrática para todos nós, a começar pelos subscritores dos projectos em debate, tratarmos com profundidade e com o mais amplo debate nacional tão melindrosa matéria.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, já passaram três minutos; agradeço-lhe que abrevie.

O **Orador: —** Termino já, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com o maior respeito por posições diferentes e contrárias, respeito esse acentuado pela própria circunstância de o meu grupo parlamentar conferir liberdade de voto aos seus membros, não posso, porém, deixar de expressar a minha posição sobre os projectos de lei em discussão.

Tenho visto invocar, entre outros, como argumento a favor da despenalização do aborto, que o projecto de lei do PCP e o projecto de lei da JS propõem, a circunstância de a actual legislação atinente a esta matéria não estar a ser cumprida.

Estranha forma esta de, com espantosa singeleza e superficialidade, procurar resolver o incumprimento das leis!

Importa, sim, avaliar da bondade ou não da legislação actual e das causas e razões do seu eventual incumprimento, adoptando as medidas, que não têm de ser necessariamente legislativas e normalmente não devem sê-lo, para lograr a sua observância.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, tem de terminar.

O **Orador: —** Termino já, Sr. Presidente.

Designadamente, refere-se que não se tem implementado a divulgação, informação e efectivação das medidas de planeamento familiar, de educação e de cultura, bem como de desenvolvimento social que a lei do aborto pressupõe e exige.

Cabe perguntar, porém, se haverá forma mais desculpabilizante para o Estado e para os governos omitirem ou negligenciarem tais medidas do que, em vez de impor o caminho para a eliminação, de uma forma séria, das causas, procurar eliminar-se os efeitos por via da liberalização do aborto, esquecendo que a dor e os traumas de quem o tiver de praticar não se afastam apenas por este deixar de ser clandestino!?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Termino com uma citação do parecer do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida sobre os projectos em discussão: «A vida humana pré-natal merece respeito e protecção, por ser o fundamento único e inédito que a maternidade representa. À luz dos princípios éticos, a vida pré-natal merece ainda melhor protecção por ser frágil e incipiente».

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria da Luz Rosinha.

A Sr.ª **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate de hoje na Assembleia da República, sobre o qual convergem os olhares do País, traz à actualidade política um problema do qual, e independentemente das convicções de cada um, ninguém se deve alhear.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Queremos dizer-vos que somos contra o aborto e sempre a favor da vida.

Aplausos do PS.

Estamos convictos de que não haverá ninguém com posição diferente. Mas somos totalmente contra manter uma legislação que, aplicada de forma restritiva como é, origina que o aborto clandestino, feito em condições que com frequência põem em risco a saúde e até a vida da mulher, seja cada vez mais um problema sem solução à vista.

Gostaríamos de pensar que não estamos a discutir um assunto que preocupe essencialmente as mulheres, embora sobre elas recaia o ónus maior de uma situação perante a qual a sociedade prefere fechar os olhos. Mas trata-se de um problema que nos afecta a todos, independentemente do género, e sobre o qual o País e aí, sim, especialmente as mulheres esperam que se tome uma posição clara, inequívoca, consciente e responsável.

A Sr.ª **Natalina Moura** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** O aborto existe, embora também exista uma lei que o proíbe e que pune as mulheres que a ele recorrem.

Fechar os olhos a esta realidade é ignorar os milhares de mulheres que, anualmente, praticam interrupções de gravidez.

Elas são empurradas para situações marginais, sem quaisquer direitos e amordaçadas no seu sofrimento.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

A Direcção-Geral de Saúde tornou pública a informação de que, em 1995, se registaram 268 abortos legais e que milhares de mulheres acorreram aos serviços de urgência dos hospitais com problemas relacionados com a interrupção de gravidez feita em condições não legais.

Será que informações destas, em que se regista legalmente em média menos de um aborto diário, nos merecem credibilidade e nos descansam a consciência?

Ficamos felizes, porque tudo vai bem, no País do faz-de-conta.

Sr. Presidente e Sr.as e Srs. Deputados: Somos contra o aborto, somos contra o aborto clandestino.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

Esclareça-se que, ao contrário do que muitos pretendem fazer crer, os projectos em apreço não contribuem para o aumento do aborto. O que irá suceder é que se vai dar um dos primeiros passos seguros para terminar com a hipocrisia reinante, que nem sequer permite, mercê de múltiplas dificuldades, que se recorra à aplicação da lei existente.

Defendemos, em simultâneo, medidas que possam contribuir para melhorar o acesso ao emprego, à habitação, à saúde, à educação, ao planeamento familiar, à educação sexual, enfim, a todo um conjunto de situações que possam vir a eliminar, em grande parte, as causas que poderão estar na origem das razões económicas e sociais que conduzem à dolorosa necessidade de interromper uma gravidez.

Proteger o indivíduo é uma das muitas responsabilidades que assistem ao Estado. O problema do aborto clandestino é um problema de saúde pública.

Como foi reafirmado na declaração final da Conferência de Pequim, os direitos das mulheres são direitos humanos e, como tal, não devem ser questionados.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

Legislar positivamente é uma das obrigações que cabem ao Parlamento.

As mulheres e homens Deputados que vão votar favoravelmente fazem-no com a consciência e responsabilidade que lhes foi cometida, de melhorar e corrigir a legislação no sentido de eliminar a situação dramática do aborto clandestino.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Figueiredo.

O Sr. **Eurico Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, quando achar que ultrapassei o meu tempo, interrompa-me e transformarei o resto da intervenção em declaração de voto, que entregarei na Mesa. Mas para que este debate tenha um mínimo de dignidade é necessário que algumas ideias possam fluir e não sejam cortadas com uma compreensível limitação de tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dois dos projectos hoje em debate, do PCP e da Juventude Socialista, pretendem revolucionar as bases éticas em que a legislação em vigor, a Lei n.º 6/84, se fundamenta. Esta procura gerir, em favor da mãe, alguns conflitos de direitos entre a grávida e o feto. A lista poderia ser alongada mas os dois projectos propõem, agora, a liberalização indiscriminada da interrupção voluntária da gravidez, por decisão da mãe biológica, durante as 12 primeiras semanas.

O debate que precedeu o parlamentar teve o mérito de nos alertar para as dificuldades na aplicação da lei e, apesar das compreensivelmente pouco rigorosas certezas, para a suspeita da importância do aborto clandestino, o que, certamente, exige ponderação e tomada de medidas. O problema é de saber quais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se preocuparam os autores destes projectos com a perseverança cívica para que a Lei n.º 6/84 fosse criteriosamente aplicada. Não se procurou compreender o porquê das resistências que existem, no que respeita ao aborto, a nível da culpabilidade individual e da vergonha social. Não se fez a crítica aos serviços públicos desta área, não se tomaram iniciativas legislativas em áreas complementares para melhorar as respostas já estipuladas por lei. Os proponentes dos referidos projectos optaram pela crença mágica na eficácia das propostas liberalizantes...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Indo, todavia, à substância, pode parecer que entre uma despenalização de facto da prática do aborto e uma liberalizarão *de jure* até às 12 semanas haja apenas uma diferença menor entre os que, aparentemente, sacrificando mães biológicas, teimam em dar aos fetos o que parece serem obsoletos direitos a quem se encontra numa situação de radicalmente indefeso, mas é garante da sobrevivência da espécie e já representante vivo dos interesses das gerações futuras, e os que, liberalizando, pretendem salvar a vida de mães biológicas ignorantes, desleixadas ou vítimas de falhas técnicas, com o também propósito manifesto de criar as condições ideais para uma maternidade desejada e responsável.

É verdade que o dilema é delicado para quem compreende o drama feminino e as boa intenções da maternidade responsável. Mas mesmo admitindo-se que a liberalizarão consiga vencer as resistências que referimos e alcançar os objectivos desejados, evitar o aborto clandestino, o que está longe de estar provado, teimamos em continuar a dar direitos a quem, dentro de poucos meses, será um recém-nascido.

O Sr. **Presidente: —** Agradeço-lhe que abrevie o seu pensamento, até porque tem um pedido de esclarecimento, Sr. Deputado.

O **Orador: —** O Sr. Presidente manda-me acabar quando quiser, mas ou isto tem dignidade ou, então, vou para o meu lugar.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, não sou eu que faço a gestão do tempo do seu grupo parlamentar, como sabe.

Faça favor de continuar.

O **Orador: —** Vou continuar e o Sr. Presidente, quando quiser, acabe com a intervenção.

Como dizia, teimamos em continuar a dar direitos a quem, dentro de poucos meses, será um recém-nascido, por razões civilizacionais de fundo, reforçadas por razões conjunturais de natureza fundamentalmente política, com a convicção de que assim lidamos melhor com a actualidade numa perspectiva da eficácia e respeitamos mais adequadamente os direitos das futuras gerações.

As referências culturais de fundo são as que questionam e rompem com o paradigma cultural que marcou o radicalismo do passado e que eu julgava passado: a idealização do amanhã e diabolização do presente; a maximização da ruptura e a minimização da reforma; a absolutização dos direitos e desvalorização da responsabilidade; a procura de vantagens, sem limites, para a actual geração, e o desprezo cínico pelos direitos das gerações futuras.

Mas, além de razões de fundo, há também razões conjunturais que reforçam a nossa opinião.

Com o PS no Governo, estou mais confiante nos que procuram, no presente, aumentar a capacidade de reforma, a eficácia das leis e estimular o sentido de responsabilidade dos portugueses.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, por indicação da direcção do seu grupo parlamentar, terminou o seu tempo. Lamento muito ter de lhe dar esta informação.

O **Orador: —** Sr. Presidente, se terminei o meu tempo, transformo esta minha intervenção em declaração de voto, sendo claro que o fundamental das minhas ideias não pôde aqui ser afirmado.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Lamento muito, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Felizmente que, apesar de várias tentativas em contrário, este debate está a situar-se naquilo que verdadeiramente está em causa.

Verdadeiramente, não são as convicções religiosas ou até as questões de consciência de cada um dos Srs. Deputados que estão em causa nesta Assembleia da República.

Não se pede aos Srs. Deputados que são contra a interrupção voluntária da gravidez que modifiquem as suas convicções, o que se pretende saber é se esses Srs. Deputados entendem, enquanto legisladores, que as mulheres que não pensam como eles devam ser perseguidas como criminosas.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

A Sr.ª Deputada Maria do Rosário Carneiro citou, muito a propósito, Karl Popper, que disse: «ninguém sabe o suficiente para ser intolerante», mas, pelos vistos, há Deputados nesta Sala que, numa matéria tão controversa, sabem o suficiente para manterem uma lei intolerante em relação aos que não pensam como eles.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O que verdadeiramente é preciso saber é se esta Assembleia da República, enquanto órgão legislativo, reconhece a cada mulher um verdadeiro, livre e responsável direito de opção entre prosseguir ou interromper, num prazo razoável, uma gravidez não desejada.

O que verdadeiramente é preciso saber é se os Srs. Deputados entendem ou não que o Estado deve proteger, em condições de igual dignidade, toda a mulher, seja qual for a sua opção, ou se, pelo contrário, entendem que o Estado deve interferir nesta questão de consciência de cada mulher, protegendo aquela que decide prosseguir a gravidez e perseguindo, como criminosa, a que optar por interromper a gravidez.

Porque é a essa humilhante situação que esta sociedade reduz a condição de ser mulher, como, aliás, qualquer mulher se apercebe desde muito nova.

Nesta sociedade é bem diferente a condição de ser homem ou de ser mulher.

Para o homem, segundo certos moralistas, a expressão da sua sexualidade é vista como uma salutar manifestação da sua vitalidade e, na verdade, é apenas condicionada pelos perigos das doenças ou pelos riscos daquilo que eles mesmos chamam, condescendentemente, de «casamentos forçados».

Mas a mulher sabe, desde muito nova, que a sua sexualidade está condicionada não pelas opções que livremente queira assumir, mas por essa feroz repressão social que teima em reduzir a sexualidade à maternidade e por leis iníquas que criminalizam as eventuais consequências dessa sexualidade.

E sabem mesmo mais: desde muito jovens, as mulheres sabem que, mesmo entre elas, existem condições muito diferentes. Há aquelas que, por terem famílias mais compreensivas, por terem mais informação ou simplesmente mais dinheiro, podem optar livremente se querem ou não prosseguir uma gravidez indesejada.

Afinal, Badajoz não fica assim tão longe!

Mas para a maioria das mulheres fica a sexualidade reprimida pelo medo de que «alguma coisa não corra bem», pelo pavor de ficar diante de uma gravidez indesejada, com as consequências que nenhum de nós tem o direito de ignorar.

Para essa mulher, a opção estará ou em prosseguir essa gravidez em condições sociais, económicas e psicológicas, muitas vezes degradantes, ou em entrar no calvário do aborto clandestino, onde, como todos sabemos, há muito pior que o horror das parteiras de vão de escada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os projectos lei do Partido Comunista e da JS têm sido demagogicamente acusados de serem a favor do aborto, quando apenas pretendem — e já não é pouco — acabar com a legislação iníqua existente, que retira à mulher, de forma humilhante, o poder de tomar livremente as opções que só a ela dizem respeito.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Nenhum de nós é a favor do aborto, a começar pelos milhares e milhares de mulheres que alguma vez tiveram de interromper a sua gravidez. Nós somos é a favor da afirmação da plena igualdade e dignidade da mulher. E é no quadro dessa dignidade e igualdade que defendemos os valores essenciais do direito à vida, à liberdade religiosa e a uma sã educação sexual.

Direito à vida, sim, como expressão de uma maternidade desejada e em condições sociais, económicas e psicológicas dignas.

Liberdade religiosa, sim, mas assente numa verdadeira liberdade de opção e não num conjunto de leis, tratando como criminosos os que pensam de maneira diferente.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, por indicação da direcção do seu grupo parlamentar, terminou o seu tempo.

O **Orador: —** Termino rapidamente, Sr. Presidente, fazendo um apelo para votarem nestes projectos de lei, mas também, com a mesma franqueza, para, se, por acaso, a decisão desta Assembleia for contrária aos projectos em causa, que ao menos evitemos às mulheres deste país os discursos compreensivos sobre os dramas do aborto clandestino. Ou, pior que tudo, evitemos os discursos piedosos sobre o drama da mulher que pecou ou da mulher que caiu.

Esperemos que esta Assembleia não desiluda as mulheres deste país e afirme com independência e total sentido da suas responsabilidades os valores de uma sociedade democrática e livre, assente na igualdade plena entre homens e mulheres.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS, de pé.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O debate que hoje aqui decorreu é extremamente importante e pôs a nu um gravíssimo problema da nossa sociedade, que constitui ameaça de morte para muitas mulheres e que é de saúde pública.

Trata-se de um problema que não é resolvido por quem teima a ignorá-lo, e este, lamentavelmente, é ainda o posicionamento hipócrita de alguns que aqui se manifestaram.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

A **Oradora: —** Porque a discussão que hoje aqui se está a fazer não é em torno de valores morais ou de avaliação e juízos de valor que aqui não cabem, é, sim, em termos de considerar que há uma lei que deveria ter reduzido o aborto, e o não conseguiu; uma lei que deveria ter posto fim à ilegalidade, e que não o conseguiu; uma lei que deveria ter defendido a vida, e não o conseguiu. É essa lei profundamente penalizadora que importa alterar.

Essa alteração não significa que alguém seja a favor do aborto, não tem o significado que alguns lhe querem atribuir, ou seja, como uma forma de planeamento familiar,

mas é, sim, uma solução e uma mudança que não implica que aquelas que o não queiram tenham de recorrer a ele, embora legitimamente o possam fazer, mas que também não deve obrigar aquelas que tenham de recorrer à interrupção da gravidez a fazê-lo em condições de clandestinidade, em condições humilhantes e em condições de risco para a vida.

É disso que se trata, não são outras considerações que estão em causa. O valor da vida que defendemos e a alegria que esse valor tem não podem ser dissociados desta discussão.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

A **Oradora: —** Não estamos a falar da vida como resultado do acaso, estamos a falar da vida como livre escolha...

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** ... e como resultado de uma maternidade e paternidade livremente assumidas, como liberdade sexual das mulheres e como uma decisão conscientemente tomada. Afinal, uma vida que, para nós, não é um mero acto biológico, é, sim, mais do que o direito à vida, o direito a ser desejado, a ser amado e a ser feliz.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP trouxe hoje à Assembleia uma questão real e difícil da situação das mulheres em Portugal. Uma questão social, de saúde pública e de política criminal.

Pela nossa parte, quisemos e empenhámo-nos num debate sério, ponderado e profundamente virado para a realidade nacional e não num debate extremado, cego e demagógico.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Como sempre o fizemos e hoje mesmo abundantemente o repetimos, para nós, para o PCP, a permissão do aborto em determinadas circunstâncias não se substitui à necessidade de a nossa sociedade promover as condições económicas e sociais que permitam à mulher criar e educar os filhos que deseja, nem se sobrepõe ou se substitui ao planeamento familiar e à educação sexual.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** É para nós inequívoco que a interrupção voluntária da gravidez não é, nem pode ser, usada como um meio contraceptivo.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

É sempre um último recurso, um facto penoso, difícil e traumatizante para a mulher. Mas também não aceitamos que se prossigam políticas de natalidade através do Código Penal, como hoje aqui foi várias vezes sugerido.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Com a apresentação do nosso projecto de lei e a utilização de um direito regimental para impor a sua discussão e votação, o PCP quis, e quer, combater o flagelo social do aborto clandestino. Combate esse que não se faz pela via da dissimulação, como a que nos é oferecida pelos que agora se agarram à invocação do planeamento familiar para impedir a despenalização do aborto, quando, antes, difamaram a legislação nessa matéria, e que pouco ou nada fizeram e fazem para que se concretize plenamente esse direito no nosso país, nomeadamente nas zonas do interior e junto das camadas populacionais mais desprotegidas.

Do mesmo modo que esse combate necessário não se faz com a consagração da sentença de que «desde que seja proibido, podem fazer-se abortos». Opinião em cuja

defesa incorrem, ao fim e ao cabo, aqueles que se opõem à exclusão da ilicitude do aborto, mas não exigem paralelamente a maior eficácia da aplicação da lei, no sentido de sujeitar a prisão os muitos milhares de mulheres que recorrem ao aborto, quer as mulheres sem condições económicas que são empurradas para o aborto clandestino, realizado sem quaisquer condições de segurança, quer as mulheres da média e alta burguesias que o realizam em qualquer boa clínica, no país ou no estrangeiro.

Aliás, durante todo o debate, fizemos uma pergunta aos opositores ao projecto de lei do PCP: querem os Srs. Deputados que essas mulheres sejam presas? Sintomaticamente, nenhum desses Srs. Deputados respondeu à nossa pergunta!

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

Nem se combate esse flagelo social com uma oposição à despenalização do aborto por razões filosóficas ou religiosas, mas que, simultaneamente, desemboca na manutenção do drama do aborto clandestino.

Porque o aborto clandestino existe, apesar de a lei o proibir, muitas mulheres morrem ou sofrem graves lesões físicas e psíquicas para toda a vida, em consequência das condições em que o fazem.

Srs. Deputados, fazemos um esforço sincero para compreender que razões de ordem filosófica ou religiosa possam criar problemas de opção e decisão a Deputados que são chamados a votar esta lei, mas o nosso apelo vai no sentido de que ponderem que o seu voto favorável, em boa verdade, não representará nenhuma denegação dos valores em que acreditam.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Porque a questão que hoje está em debate não é ser-se a favor ou contra o aborto, condenar ou não o aborto. O aborto é sentido por todos nós, e principalmente pela mulher que a ele recorre, como um último recurso, um mal a prevenir e a evitar.

A questão sobre a qual, hoje, verdadeiramente, os Deputados se têm de pronunciar é se o aborto deve continuar a ser feito clandestinamente, como hoje sucede, ou se deve passar a ser feito em serviços de saúde, em condições que salvaguardem a vida, a saúde e a dignidade da mulher.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O aborto pode ser um problema de consciência para a mulher que decide abortar ou para o médico que é chamado a intervir. Mas o que está em causa para o Deputado, enquanto legislador, não é de índole moral ou ética, o que o legislador tem o dever de decidir é se, dentro de certo prazo de gestação, a mulher, que em sua própria consciência não pode continuar a gravidez, deve ser punível à face da lei e ser obrigada a recorrer ao aborto clandestino ou se se lhe deve dar a possibilidade legal de, conscientemente, interromper a gravidez em condições de saúde e segurança, sem sujeição a punição criminal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Aprovar uma lei de despenalização do aborto, Srs. Deputados, não significa uma obrigação a seguir por quem sobre o aborto tenha um entendimento diferente, já que as consciências e convicções individuais podem e devem seguir as suas próprias orientações.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Inversamente, nas questões de consciência individual, o que o legislador não pode nem deve permitir é que a lei imponha a todos os cidadãos as convicções e regras de comportamento sufragadas apenas por uma parte da sociedade, assim violando e restringindo, objectiva e legitimamente, a consciência

dos que têm outras diferentes, regras e convicções, igualmente legítimas e respeitáveis.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Srs. Deputados, esperamos que votem com a consciência clara e assumida de que o projecto de lei do PCP, tal como está, subscrito por mais de cinco dezenas de Deputados do PS, não propõe aos Deputados que obriguem quem quer que seja a fazer um aborto mais.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O que propõe é que os Deputados, pelo seu voto, assegurem que cada uma das mulheres portuguesas, nas primeiras 12 semanas de gestação, possa escolher livre e conscientemente o recurso à interrupção da gravidez e que, se assim o decidir, como resposta às suas angústias, o possa fazer em condições de segurança e dignidade, independentemente da sua condição económica e social.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** É isto e apenas isto que o projecto de lei do PCP propõe e que os Deputados têm de decidir. É isto e apenas isto que uma lei da República deve garantir. São estas responsabilidades políticas e solidariedade social que são devidas pelos Deputados da República às mulheres portuguesas.

Aplausos do PCP e de Os Verdes, de pé, e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, dado não haver mais inscrições, dou por terminado o debate.

Informo que deu entrada na Mesa um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP exercendo o seu direito potestativo no sentido de precipitar a votação para o mesmo dia em que teve lugar o debate e ainda um requerimento, subscrito por Deputados de todos os grupos parlamentares, no sentido de a votação dos diplomas se fazer nominalmente.

Foi ainda entendimento da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares que, se algum dos proponentes, ou melhor, se o titular do direito ao agendamento potestativo requeresse a votação para o próprio dia, assim se faria em relação a todos os projectos de lei e não apenas ao originário do PCP.

Temos, pois, de votar o requerimento subscrito por Deputados de todos os grupos parlamentares solicitando a votação nominal dos três diplomas que estiveram em discussão.

Vamos votá-lo.

[…]

O Sr. **Marques Júnior** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente: —** Para que efeito?

O Sr. **Marques Júnior** (PS): — Sr. Presidente, quero informar que, lamentavelmente, me equivoquei no meu sentido de voto.

O meu voto é a favor, pelo que, se fosse possível, agradecia que fosse corrigido.

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado Marques Júnior, coloca-me um problema embaraçoso.

Se todas as bancadas estivessem de acordo, validaríamos o sentido de voto que agora expressou em consciência — tanto se invocou hoje a consciência — e não o voto por erro.

Pausa.

Dado haver consenso, considera-se validado o seu voto a favor.

O Sr. **Luís Filipe Menezes** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente: —** Faça favor.

O Sr. **Luís Filipe Menezes** (PSD): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação…

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas «sob a forma» é que não pode ser.

O Sr. **Luís Filipe Menezes** (PSD): — Como interpelação, Sr. Presidente,…

O Sr. **Presidente: —** Se é uma interpelação, faça favor

O Sr. **Luís Filipe Menezes** (PSD): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, quero afirmar que é a primeira vez que, desde que sou Deputado — e já vai para 10 anos que o sou —, é possível, depois de uma votação estar encerrada, alguém alterar o seu sentido de voto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O **Orador: —** Espero que, a partir de agora, isto constitua jurisprudência para todos os Deputados e para todos os grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, peço-lhe licença para fazer alguns reparos: primeiro, a votação não estava encerrada; segundo, não é a primeira vez que acontece; terceiro, pedi o consenso da direcção das bancadas.

Respeito o seu protesto, mas a Mesa mantém a sua deliberação.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Srs. Deputados, vai proceder-se a uma segunda chamada dos Deputados que não responderam à primeira porque poderiam estar distraídos, já que, entretanto, entrar na Sala não entraram com certeza.

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu a nova chamada, tendo faltado os seguintes Srs. Deputados:

Alberto de Sousa **Martins** (PS)

Eduardo Eugénio Castro de **Azevedo Soares** (PSD)

José Adelmo Gouveia Bordalo **Junqueiro** (PS)

José Manuel de **Medeiros Ferreira** (PS)

A Sr.ª **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Para que efeito?

A Sr.ª **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, é para informar que farei a entrega na Mesa de uma declaração de voto em nome de 11 Deputadas.

O Sr. **Presidente: —** Sr.ª Deputada, numa votação deste género têm o direito de apresentar as respectivas declarações de voto sem necessidade de as anunciar.

Pausa.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, o resultado da votação é o seguinte: 115 votos contra, 99 votos a favor e 12 abstenções, pelo que o projecto de lei n.º 177/VII não fez vencimento.

Aplausos de alguns Deputados do PSD.

Vamos proceder à votação nominal, na generalidade, do projecto de lei n.º 235/VII, que altera os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez, apresentado pelo PS, e de que é primeiro subscritor o Deputado Strecht Monteiro.

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu à chamada, tendo-se registado a seguinte votação:

O Sr. **Presidente: —** Vai proceder-se à chamada dos Srs. Deputados que não responderam à primeira.

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu a nova chamada, tendo faltado os seguintes Srs. Deputados:

Pausa.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, o resultado é o seguinte: 155 votos a favor, 47 votos contra e 24 abstenções.

O projecto de lei n.º 235/VII foi, pois, aprovado na generalidade, indo baixar à 1.ª Comissão.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Manifestações de protesto por parte de público presente nas galerias.

As pessoas que se encontram nas galerias não se podem pronunciar, sob penas de eu ter de as mandar evacuar imediatamente para não produzirem efeitos sonoros que não são desejados nem respeitáveis.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos passar à votação nominal, na generalidade, do projecto de lei n.º 236/VII — Interrupção voluntária da gravidez, apresentado por Deputados do PS e de que é primeiro subscritor o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto.

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu à chamada, tendo-se registado a seguinte votação:

O Sr. **Presidente: —** Vai proceder-se à chamada dos Srs. Deputados que não responderam à primeira.

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu a nova chamada, tendo faltado os seguintes Srs. Deputados:

Alberto de Sousa **Martins** (PS)
Eduardo Eugénio Castro de **Azevedo Soares** (PSD)
José Adelmo Gouveia Bordalo **Junqueiro** (PS)
José Manuel de **Medeiros Ferreira** (PS)

O Sr. **Presidente: —** Vai proceder-se à contagem.

Pausa.

Srs. Deputados, o resultado é o seguinte, coincidindo nisso os dois Srs. Secretários da Mesa que fizeram o escrutínio: 111 votos a favor, 111 votos contra e 2 abstenções.

Aplausos por parte de público presente nas galerias.

As pessoas que se encontram nas galerias não podem manifestar-se, até porque a votação ainda não terminou.

Srs. Deputados, como sabem, em circunstâncias como esta, o Regimento prevê que se entre de novo em discussão e que se houver um segundo empate isso equivale a rejeição.

Pausa.

Peço desculpa, Srs. Deputados, mas o Sr. Secretário acaba de corrigir que não foram 2 abstenções mas 3 abstenções.

Pausa.

Srs. Deputados, há aqui uma divergência entre os Srs. Escrutinadores, que me induziram em erro quanto ao anúncio do resultado. Tenho uma dúvida: a de saber em que sentido votou o Sr. Deputado Matos Leitão.

Pausa.

Uma vez que me informam que esse Sr. Deputado não se encontra na Sala, agradecia que o chamassem. É a única dúvida que a Mesa tem e desta dúvida depende o resultado da votação.

Pausa.

Uma vez que o Sr. Deputado Matos Leitão já está presente, agradecia que dissesse em que sentido votou.

O Sr. **Matos Leitão** (PS): — Votei contra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Muito bem.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD.

Sendo assim, Srs. Deputados, agradeço que oiçam com atenção a proclamação do resultado da votação.Ao contrário do que foi dito, a de que tinha havido um empate, o que implicava uma segunda votação, o resultado agora verificado por todos os Srs. Escrutinadores e desfeita a dúvida sobre o sentido de voto do Sr. Deputado Matos Leitão, é o seguinte: 112 votos contra, 111 votos a favor e 3 abstenções.

O projecto de lei n.º 236/VII foi, pois, rejeitado, na generalidade.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD.

Manifestações de protesto por parte de público presente nas galerias.

Srs. Agentes da Autoridade façam favor de evacuar as galerias.

Pausa.

Srs. Deputados, não vou terminar a sessão sem antes vos felicitar pelo nível do debate aqui travado. O resto não conta, o que conta é o nível e a dignidade do debate que aqui travaram. Foi um excelente debate, de grande nível e quero felicitar-vos por isso. Muito obrigado.

Discursos proferidos no dia 13 de Março de 1997 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 14 de Março de 1997

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, é chegado o momento de apreciarmos e votarmos o voto n.º 65/VII — De pesar pela morte de Liseta Rosa Sousa Moreira, na sequência de um aborto clandestino, subscrito pelas Sr.as Deputadas Helena Roseta e Odete Santos.

O voto é do seguinte teor: O dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, ficou tristemente assinalado este ano pela morte, no Hospital de São João, no Porto, de uma mulher, Liseta Rosa Sousa Moreira, de 36 anos, na sequência de um aborto clandestino. A Assembleia da República regista o nefasto acontecimento e manifesta o seu pesar.

Srs. Deputados, está em apreciação.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª **Helena Roseta** (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Não é habitual esta Assembleia da República pronunciar-se sobre tragédias que se abatem sobre uma família anónima e pobre, mas a morte desta mulher, nas circunstâncias em que ocorreu, e os três filhos que deixa condenam-nos, a todos nós, por não termos conseguido evitá-la, por adiarmos respostas aos problemas com que se defrontam as mais pobres, as menos informadas e as mais excluídas das mulheres portuguesas, por termos tantas outras prioridades na nossa agenda política enquanto mortes como esta, desnecessária e violenta, continuam a acontecer.

Não trago aqui, nem a Deputada Odete Santos, um voto contra ninguém. Trago a minha mágoa, trago um luto que não ensombrou apenas uma família, ensombrou-nos a todas no Dia Internacional da Mulher.

Sei muito bem que não é com um simples voto de pesar que podemos realizar as reformas que faltam, mas lembrar o sucedido, neste preciso bairro degradado, com esta precisa mulher, mãe de três filhos, é um dever que se me impõe, pelo significado trágico e, para mim, escandaloso de uma morte como esta.

Como diz Sofia de Melo Breyner, «vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar». Que sobre esta morte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não se abata o nosso silêncio.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, dispondo, para o efeito, de 3 minutos concedidos pela Mesa, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria do Céu Ramos.

A Sr.ª **Maria do Céu Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço a sua condescendência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que a natureza das circunstâncias que motivam este voto exige-nos — a mim, pelo menos, exige-me — uma intervenção marcada pela autenticidade e pela parcimónia.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora: —** Julgo que as primeiras manifestações sinceras que devo fazer são as de pesar pela morte de Liseta Moreira e de solidariedade para com a sua família, perante esta perda, esta dor e este sofrimento.

A defesa da vida e o respeito pela dor dos outros não é um património de ninguém, é um património de todos e um princípio que a todos deve unir. A defesa da vida não é monopólio da esquerda nem da direita e o PSD, também pela defesa da vida, apresenta o seu pesar, porque se perderam duas vidas, a de Liseta Moreira e a de seu filho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora: —** Mas apresento também aqui, com sinceridade e parcimónia, o meu lamento pela instrumentalização política da dor dos outros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A dor e o sofrimento, como disse, podem ser objecto de partilha e de solidariedade, mas, acima de tudo e contra tudo, têm de ser objecto de respeito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora: —** E é pena que, perante duas perdas, haja a intenção de instrumentalizar politicamente a morte como uma arma de arremesso político, mesmo para marcar posições que podem ser legítimas, porque este é, e continuará a ser, um país livre.

Consideramos, portanto, que não podemos apoiar expressamente este voto de pesar. Manifestamos, com sinceridade, o nosso lamento pela perda, mas temos de denunciar a crueldade e a hipocrisia que motivam politicamente o voto aqui apresentado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS, do PCP e de Os Verdes, batendo com as mãos nas bancadas.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, dispondo igualmente de 3 minutos concedidos pela Mesa, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A minha bancada não se associa a este voto.

Este voto não é de pesar, é um acto político de pesadas consequências, traduzindo a instrumentalização do sofrimento e da morte alheios como arma política e demagógica.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Não é demagogia, são factos!

A **Oradora: —** A minha bancada está aqui em nome das pessoas e para as pessoas...

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Nota-se!

A **Oradora: —** ... e não pode, por isso, admitir que elas sejam usadas desta forma, abrindo um terrível precedente na Assembleia da República.

Já sabíamos que, sendo todos os homens iguais, há sempre uns mais iguais do que outros. Julgávamos que, ao menos, perante a morte, por mero decoro, por mero pudor, todos fossem iguais, desde logo a mãe e o filho, mas também os que continuam a morrer todos os dias, em Portugal — homens, mulheres e crianças —, por falta de cuidados básicos, de mortes evitáveis. Quando é que, em relação a todos e cada um destes, ouvimos aqui um voto de pesar?! Que me lembre, nunca ouvi um voto de pesar em relação a algum e a cada um deles!

O Sr. **António Galvão Lucas** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora: —** Também não poderia deixar, aqui e agora, de protestar, como mulher e como Deputada, que, a propósito do Dia Internacional da Mulher e em nome das mulheres, duas Deputadas tenham violado, sem proveito, o direito de intimidade e de privacidade na morte de outra mulher.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Fico também esclarecida quanto ao sentido que aqui é dado à solidariedade feminina.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este acto político não é apenas, do nosso ponto de vista, grosseiro e revoltante na forma, é também nas causas que, presumivelmente, o motivaram: primeiro, exercer uma coacção violenta sobre os Deputados que, no passado dia 20, manifestaram, com a liberdade que o seu mandato lhes confere, o direito e o dever de expressão e voto.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** Segundo, provocar remorsos retardados ou tentativas de autocrítica no interior de qualquer bancada.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas signatárias, quero dizer que, por estas razões, votaremos contra, que esta arma política de arremesso não atingiu esta bancada e ficará certamente com quem a lançou.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Penso que aquilo que está em causa não é profanar a morte, o que pode estar em causa é o alívio de consciência para alguns, que preferem ignorá-la e silenciá-la para fingir que ela não existe.

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

Gostem ou não, Sr.as e Srs. Deputados, há mulheres que morrem por esta razão neste País e não é por a senhora o ignorar que essas mortes são evitadas.

Aquilo que hoje está em causa, a única discussão que importa fazer, em nome desta mulher e de muitas outras, anónimas, aquilo que hoje a Assembleia vota, que tem de confrontar e que tem de lamentar é a sua própria hipocrisia e a sua indiferença perante o sofrimento.

Protestos do CDS-PP.

Aquilo que a Assembleia tem de confrontar é a manutenção de tabus, indo descansar para casa, porque prefere silenciar e ignorar estas situações.

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

É este o exacto sentido daquilo que as nossas colegas fizeram, ao apresentarem este voto, e muito bem, digo-o em nome de Os Verdes. É este respeito que a morte desta mulher exige, porque ela deve fazer reflectir e confrontar a Assembleia com a sua própria responsabilidade, deve permitir que os Deputados se deixem de hipocrisias, de exercícios vãos de moralismos, que não têm nem ninguém pode dar nesta matéria.

Srs. Deputados, encarem o problema de frente e solucionem-no, para que não haja mais mulheres a morrer, pois é disso que se trata. É, pois, em nome da vida, de que ninguém tem o exclusivo, que este voto deve ser votado por nós.

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A antiga teia do aborto clandestino fez no sábado mais uma vítima. Morreu sozinha, não disse a ninguém. Creio que nos merece a todos, na morte, o respeito a que não teve direito na vida.

O Sr. **João Carlos da Silva** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** Por isso, o Grupo Parlamentar do PS respeitará estritamente a vontade publicamente expressa pelos familiares da vítima e não transformará, a título algum, este acontecimento numa bandeira política. Abominamos sinceramente a instrumentalização da morte, mas abominamos igualmente o silêncio perante uma realidade cruel.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** É assim que nos posicionamos perante este voto.

Apresento, em nome da bancada, os pêsames à família enlutada. Pensamos especialmente nas três crianças, que têm direito a especial protecção da sociedade e do Estado, nos termos da Constituição e da lei.

Daremos a nossa aprovação a este voto, apresentado pelas Sr.as Deputadas Helena Roseta e Odete Santos, neste entendimento, ou seja, no entendimento de que não se

trata de um voto contra ninguém, trata-se talvez de um voto contra o silêncio e de expressão de uma preocupação que, seguramente, não deixa ninguém indiferente, dentro ou fora desta Câmara.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Deputados, permitam-me que invoque algo que aconteceu há muitos, muitos anos. Há muitos, muitos anos, quando em Portugal se sofria, e muito, um poeta resistente, que nos dá a honra de pertencer a esta bancada, disse: «é possível falar sem o nó na garganta; é possível andar sem olhar para o chão; é possível viver de outro modo».

É por isso que gostaria de não terminar a evocação destas palavras de Manuel Alegre sem vos dizer que é de esperança que também devemos falar hoje, de tristeza e de esperança. A esperança de que sejamos capazes, todos, de construir as condições necessárias para que, em Portugal, se viva de outro modo e, sobretudo, não se morra deste modo.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Rejeito as acusações de instrumentalização e o que tenho de concluir é que as Sr.as Deputadas, que anunciaram que iriam votar contra, quando as mortes de que falávamos eram meros números nas estatísticas, nessa altura não se incomodavam nada porque se tratava de números. Porém, quando os números se transformam em nomes, aí, de facto, começa a incomodar, Sr.as Deputadas. E incomoda as mulheres, porque é às mulheres que causa maior sofrimento e maior crueldade, e as Sr.as Deputadas causam essa crueldade, por serem mulheres e não lamentarem uma morte,...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

... não a nível individual, em razão da causa, em razão da causa dessa morte. Isso é que é a suprema crueldade!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Antes de se tornar mais um número, em estatística, que envergonha, a sua morte saiu do anonimato onde se encobre o sofrimento clandestino e deixou de ser assunto privado para se tornar em nova vergonha do sistema penal.

Morreu uma mulher, não importa o nome, importa as condições em que viveu, importa o motivo porque morreu. Como tantas outras, da vida guardara tão-só a amargura de ter vivido, excluída entre os excluídos, de ter vivido como tantas outras um quotidiano — e sabem o que é um quotidiano femininamente violento, Sr.as Deputadas? —, um dia-a-dia marcado, hora a hora, pelo horizonte estreito de um bairro degradado. Como tantas outras, ouviu que uns senhores falavam de um crime e sofreu calada e sentiu o tal nó na garganta de que falou o Sr. Deputado José Magalhães. Como muitas outras esteve entre aquelas que ouviram falar num direito à vida e quiseram, mas não puderam, reclamar o seu direito de viver!

Morreu uma mulher e não importa o nome de quem era. O trágico acontecimento, como todas as tragédias do sexo feminino, resultantes da denegação de direitos e liberdades fundamentais, torna-se causa colectiva das mulheres em luta pela dignidade inseparável do direito de não sofrerem as penas do aborto clandestino, penas resultantes de tratamentos cruéis, desumanos, bárbaros e degradantes.

Morreu mais uma mulher, vítima de violência, no verdadeiro holocausto feito de «boas consciências» onde se imola a mulher.

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, se concordassem, proceder-se-ia desde já, como é habitual, à votação do voto n.º 65/VII — De pesar pela morte de Liseta Rosa

Sousa Moreira na sequência de um aborto clandestino, subscrito pelas Sr.as Deputadas Helena Roseta e Odete Santos, que foi lido e discutido.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP e de Os Verdes e votos contra do PSD e do CDS-PP.

Como sabem, é tradicional que a seguir a um voto de pesar se siga um minuto de silêncio. Porém, o minuto de silêncio não tem registo regimental, só se concede e é possível em termos de consenso. Neste caso, não havendo consenso, não proporei um minuto de silêncio.

Discursos proferidos no dia 22 de Janeiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 23 de Janeiro de 1998

O Sr. **Presidente: —** Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que, sem qualquer formalidade essencial, faça aqui uma evocação muito rápida.

Faz hoje 25 anos que o Dr. Francisco Sá Carneiro abandonou a Assembleia Nacional.

É perante a memória deste homem sem tempo que permito curvar-me.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu sei que é difícil.

Quando a sensação geral é a de que o Governo não decide nem governa, tem de inventar-se permanentemente uma qualquer manobra de diversão.

E sei que é mais duro ainda quando continua a gastar-se sem regra e cada vez se cobra mais impostos sem critério.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** E, apesar de tudo, do ponto de vista da capacidade inventiva das manobras não tem andado nada mal o Governo socialista.

Primeira grande ideia: contentar os grupos de interesses, celebrar negócios ruinosos para o Estado e caros para os contribuintes.

Consequência imediata: reacção da oposição, chumbo das iniciativas no Parlamento.

Justificação pública: o Partido Socialista bem prometeu, o Governo quis perdoar, o PSD não deixou.

O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — É sempre o mesmo!

O **Orador: —** Segunda brilhante ideia: descobrir querelas pendentes, questões em tribunal, velhos e difíceis casos em que o Estado não transigiu.

Anunciar rapidamente a sua resolução.

Marcar a diferença. Dar a ideia de uma acção fulgurante, tão rápida que não deixaria ninguém respirar.

Ser socialista significaria ser eficaz, ter peso negocial, ter poder de convencer. Mesmo que o Estado perdesse, mesmo que o acordo fosse mau, mesmo que aos portugueses restasse pagar em excesso a liberalidade.

Quanto maior e mais poderoso o grupo, melhor.

Como pormenores, as empresas mil que se recuperariam, a Casa do Douro sem dívidas, a Fórmula 1 com rodas, a Renault de Setúbal com outro visual, a Torralta de cara lavada.

Aplausos do PSD

Uma imagem ideal de um Governo pronto a resolver o impossível, que descobria a razão subitamente, que deixava todas as culpas ao passado.

Mas afinal... Nem as empresas se recuperaram, nem a Casa do Douro aceitou salvar-se assim, nem a Fórmula 1 saiu das boxes, nem o resto se resolveu.

Aplausos do PSD.

Era preciso nesta peça um novo argumentista que mudasse o seu conteúdo. De um idílio romântico para um drama.

O Governo mudou radicalmente de papel e de atitude.

Quem não o acompanha é contra ele.

Quem não concorda com os seus termos negociais está de má fé.

Rasgaram-se as cartas de amor.

Ao Ministro Mateus seguiu-se o Ministro Pina. Ao Ministro Pina contrapõe-se o Ministro Moura.

Aplausos do PSD.

O Governo não quis enganar, diz-se iludido.

E o triunfo, que parecia tão fácil e tão risonho como uma fotografia de casamento, é agora travestido de rigor e dureza negocial. Há meses celebrava-se o acordo. Ungia-se o negócio.

Encena-se hoje o drama do marido enganado.

Razoável como espectáculo, mas não chega.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Então, alguém se lembrou da lei eleitoral.

Só que a primeira arremetida ficou deserta.

Não convenceu ninguém, não motivou discussões, não levantou o povo em coro.

E, muitos meses depois, um Ministro, no intervalo dos negócios falhados, resolveu ressuscitar o tema.

Foi trinta vezes pior.

O Ministro bem tentou acicatar as mulheres, falar nas quotas, despertar a atenção para o equilíbrio na representação.

Não só não convenceu como saiu daqui cumulado de críticas.

Mas como é que o Ministro queria convencer os outros, relançando esta ideia sobre a lei eleitoral, se nem no seu próprio partido o princípio é respeitado?!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** O estratagema foi tão desastrado que soou a inoportuno e a falso e o Governo ficou a falar sozinho. Contas feitas, ocupou um dia. Um mísero dia de informação.

Entretanto... naquilo que é substancial, nem uma decisão de fundo, nem uma iniciativa legislativa de fôlego. O Governo baixou definitivamente os braços.

E, perante este novo cenário, uma nova grande ideia desponta agora.

Durante a sessão legislativa passada, a Juventude Socialista lançou um tema e avançou com um projecto — o aborto. Pouco importava que alguém se tivesse lembrado de o discutir na campanha eleitoral. Menos significado tinha que, nessa mesma ocasião, o Partido Socialista tenha entendido que a lei em vigor se devia manter sem alteração.

A situação era diferente. A Juventude participava na luta interna do Partido. É como que um ajuste de contas com a coligação social cristã.

Nem o próprio Primeiro-Ministro e sua posição pessoal foi poupada.

A finalidade principal era lançar um querela, afirmar uma ideia à esquerda, propor a controvérsia, lançar a divisão. O aborto, diz-se, deve ser legalizado.

É certo que a iniciativa foi reprovada. Trata-se agora de uma *reprise*.

À falta de melhor, a Juventude Socialista não se conformou com a derrota do seu projecto e avança de novo. Estranho comportamento este de quem não sabe aceitar o sentido de voto e se lança, com um desejo insaciável de projecção mediática, numa nova atitude revanchista.

Aplausos do PSD.

Curioso entendimento este de quem tem do Parlamento a figuração de um campo de confronto permanente entre as facções internas de um partido.

Esta iniciativa não é para resolver um qualquer problema. Esta iniciativa é para criar outros e diferentes.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Não é sequer fundado em qualquer modificação significativa ou evolução modificada. Confessam os seus autores que: não houve, desde então, nenhuma descoberta científica que justificasse a mudança do prazo de interrupção da

gravidez; a JS não mudou de posição nem de opinião relativamente à maior adequação do prazo das 12 semanas.

A alteração do prazo teria, dizem, uma motivação exclusivamente política e visaria evitar uma segunda derrota, que seria apenas imbecil.

A proposta da JS é o sinal de um mau perder, de uma atitude que visa a separação das águas dentro do seu próprio grupo parlamentar. Não é mais nada senão isso.

Mais uma vez, um tema tão sério é reduzido à dimensão e à função de um pretexto.

Não é uma causa nobre, é um argumento. Os proponentes querem forçar uma nova decisão do Parlamento. Como se o Parlamento pudesse e devesse dar de si mesmo a ideia de um cata-vento em permanente rotação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Como se o Parlamento pudesse, sem um acto eleitoral de permeio, decidir hoje num sentido e amanhã em sentido contrário.

Aliás, na essência do pensamento dos proponentes, nem, pelos vistos, o Parlamento deveria poder pronunciar-se sobre esta matéria.

Admitem eles que o aborto é uma questão de consciência.

Mas acrescentam logo que «as questões de consciência não vão a votos, não se submetem a sufrágios, não dependem da formação de maiorias.»

Então, se assim é, porque é que há um projecto de lei? Porque é que haverá lei? Porque é que a JS transige com esta sociedade e este princípio organizatório?

É que, se como muito bem observa Vital Moreira, se se nega ao Estado competência para regulamentar o aborto, a coerência manda que os proponentes se oponham a qualquer decisão legislativa sobre o assunto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Quem agora propõe um novo texto sobre a liberalização do aborto quer ganhar a qualquer preço.

Mesmo que seja impedindo que a consciência dos portugueses se pronuncie.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — É um escândalo!

O **Orador: —** O PSD sempre entendeu que, em matérias de consciência, se devia recorrer previamente ao referendo.

Que o referendo é a solução ideal, no caso de se pretender, como se pretende, uma alteração radical da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez, parece fácil de admitir.

Pelo menos para pessoas como o Sr. Presidente da República, como o Sr. Presidente da Assembleia da República, como o Sr. Primeiro-Ministro, como a Sr.ª Ministra da Saúde, como o Sr. Deputado Jorge Lacão, como o Sr. Professor Vital Moreira. Estamos, felizmente, bem acompanhados!

Aplausos do PSD.

Cada um, a seu tempo, fez declarações expressas neste sentido.

Só não quer o referendo quem tem medo da sua prática, quem tem vergonha de assumir posições públicas ou receio de defender alto e claro os seus próprios valores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Se nunca se vier a utilizar o referendo nesta particular questão, os portugueses todos sentir-se-ão profundamente enganados e ultrapassados.

Sentirão, mais do que nunca, que um qualquer ajuste de contas lhes rouba o direito de exprimir livremente a sua vontade.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Sentirão que a Constituição lhes não confere senão poderes virtuais.

Sentirão que o pronunciamento directo não passa de uma cruel miragem.

É muito significativo que hoje, quando o PS dá o dito por não dito, uma sondagem diga o que diz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Vale a pena ver que 86% dos portugueses e, dentro destes, 92% das mulheres portuguesas, querem ser ouvidos, querem ter a responsabilidade e o ónus de decidir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Vale a pena considerar que a decisão sobre a interrupção da gravidez divide o País quase ao meio. O Partido Socialista pode persistir no que consideramos num erro.

Pode querer roubar aos portugueses o exercício de um direito.

Pode querer decidir por eles. Pode fazer ouvidos de mercador à razoabilidade e ao equilíbrio.

O País pode ficar, de mãos atadas, prisioneiro de um grupo.

Este acto de arrogância vai ser entendido como tal pelo povo. No fim de tudo, o Partido Socialista vai ter a ilusão de uma vitória e encaminhar-se para a derrota certa.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** O Partido Socialista vai ficar cada vez mais só.

Este acto que o Partido Socialista quer praticar será a interrupção voluntária da confiança com o povo português.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Acácio Barreiros, Nuno Correia da Silva, Octávio Teixeira e Isabel Castro.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, quero lastimar profundamente a forma de gracejo com que V. Ex.ª abordou uma questão extremamente séria.

Vozes do PS: — Muito vem!

O **Orador: —** Pelos vistos, o PSD está muito incomodado por o PS ir retomar, como é seu direito, uma iniciativa legislativa. Não fica incomodado por terem passado largos meses sobre a última votação, que, nesses largos meses, muitas e muitas mulheres neste País, em condições profundamente deploráveis, perante uma total indiferença de alguns partidos políticos, continuem a percorrer o drama do aborto clandestino em Portugal. Não o incomodou esse facto, mas incomoda-o que o PS não fique indiferente em relação a isso e, como lhe é legítimo, retome uma iniciativa nesta matéria.

Nós continuaremos a bater-nos por aquilo em que acreditamos, como já o fizemos, e retomaremos a iniciativa as vezes que forem necessárias, porque consideramos que é absolutamente desumano, é contra qualquer ética que continue a ser considerado um crime o recurso ao aborto, a que algumas mulheres são obrigadas em situações bem dramáticas.

Nós, ao contrário do que pretendeu insinuar, não somos, como ninguém é, a favor do aborto, agora o que não calamos é a nossa total oposição a que isso seja considerado um crime.

O projecto de lei que vai ser apresentado será, como sempre foi, um projecto que, em primeiro lugar, termina com a penalização dessa prática e, em segundo lugar, reconhece à mulher um direito de opção, que entendemos ser um direito que lhe é devido.

E devo dizer, Sr. Deputado, que também não reconhecemos sequer ao PSD qualquer autoridade para vir falar em questões de referendo, porque, quando, no ano passado, esta questão foi levantada, o PSD recusou liminarmente,…

O Sr. **Jorge Roque Cunha** (PSD): — É falso!

O **Orador: —** … provocando a votação aqui na Assembleia, votando contra, no sentido de derrotar essa votação.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — É falso!

O **Orador: —** É verdade! É verdade!

E devo dizer também que entendemos que esta Assembleia da República tem toda a legitimidade para tomar uma posição nesta matéria. E como Deputado não nos demitiremos dessa responsabilidade.

O que o PSD quer, quando vem, agora sim, falar do referendo, é fugir a essa responsabilidade, é atirar para fora das portas desta Assembleia essa responsabilidade, mas essa não é a atitude do PS. Nós assumimos as nossas responsabilidades como Deputados, votaremos de acordo com a nossa consciência e assumiremos as responsabilidades dessa votação diante do eleitorado.

É esta a nossa maneira frontal de fazer e de estar na política, de prestigiar esta Assembleia da República e os seus poderes e a dignidade dos Deputados, não alinhamos nas «águas turvas» para onde o PSD nos pretende empurrar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, vou responder-lhe com o ar mais sério que sempre empresto às minhas intervenções, lamentando muito que não tenha sabido distinguir as duas partes da declaração política que proferi.

V. Ex.ª tem razão! Havia uma parte em que eu tratava do ridículo: era do ridículo dos actos do seu Governo.

Aplausos do PSD.

O **Orador: —** E havia uma segunda parte em que eu tratava do trágico: da iniciativa que a Juventude Socialista acabou de ter para com o Parlamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Por isso, não podia falar das duas coisas com o mesmo espírito; por isso, não podia falar das duas coisas com a mesma postura; por isso, não podia falar das duas coisas com a mesma palavra. Dos actos do seu Governo, dá-me vontade rir! Os actos da Juventude Socialista são a coisa mais séria, mais trágica e mais desprestigiante para esta Assembleia que já vi até hoje!

Aplausos do PSD.

O problema, Sr. Deputado, não é assumir aqui responsabilidades. não é nada disso! O problema é que os senhores não querem dar a responsabilidade de decidir ao povo português.

Aplausos do PSD.

O que os senhores querem é, abusivamente, falar em nome dos 92% de mulheres portuguesas que dizem querer ser elas a decidir. É isso que o senhor quer fazer aqui, é retirar essa possibilidade às mulheres portuguesas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Estou muito mais preocupado com esta habilidade recorrente de, de vez em quando, VV. Ex.as decidirem trazer aqui este tema à Assembleia do que em

dar a voz aos portugueses. Entre esta habilidade e dar a voz aos portugueses e realizar o referendo, prefiro, mil vezes, a segunda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Isto não é uma habilidade!

O **Orador: —** Por último, Sr. Deputado, quero dizer-lhe — e com muita tristeza — o seguinte: os senhores nem sequer sabem assumir as vossas responsabilidades, querem endossá-las a outrem. Mas não conseguem! Está escrito no *Diário* desta Assembleia que quem assumiu o compromisso de fazer o referendo foram os senhores. Foi o Sr. Deputado Jorge Lacão, em vosso nome, em nome do Secretariado Nacional do vosso partido e do vosso Primeiro-Ministro. Não venham agora dizer que mudaram de opinião só porque há uma nova iniciativa.

V. Ex.ª devia prestar atenção ao que, entretanto, foi dito neste país. Diz que se passaram muitas coisas. Passaram! Coisas tão simples como esta, que referi da tribuna: o Sr. Presidente da República entende que deve haver referendo; o Sr. Presidente da Assembleia da República entende que deve haver referendo; o Sr. Primeiro-Ministro entende que deve haver referendo. E V. Ex.ª é surdo!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da consideração da minha bancada.

O Sr. **Presidente: —** Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, já não é a primeira vez que o Sr. Deputado Carlos Encarnação faz intervenções primárias, insistindo em intervir sobre uma realidade que, notoriamente, é demasiado complicada para a sua cabeça.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Que elegância!

O **Orador: —** O Sr. Deputado Carlos Encarnação contesta a legitimidade da Juventude Socialista para reapresentar nesta Assembleia um diploma reprovado na sessão legislativa anterior pela diferença de um voto. O Sr. Deputado Carlos Encarnação conhece a Constituição e sabe que o texto constitucional veda a reapresentação de um projecto reprovado na sessão legislativa da respectiva reprovação. E sabe que a Constituição, do mesmo passo, permite a reapresentação de um diploma reprovado numa determinada sessão legislativa num outro ano da mesma legislatura em curso.

Pergunto ao Sr. Deputado Carlos Encarnação se concebe, em abstracto, alguma situação em que se justifique mais essa reapresentação do que o caso de uma lei que é reprovada nesta Assembleia, nas condições conhecidas, pela diferença de um voto.

Protestos do PSD.

A segunda questão que quero colocar-lhe, Sr. Deputado, é a seguinte: os Srs. Deputados do PSD — e isto não vem de ontem — têm um preconceito contra a democracia representativa e uma fé ilimitada na legitimidade referendária.

Aplausos do PS.

Não é a primeira vez que levantam o referendo em termos plebiscitários contra a legitimidade democrática da Assembleia da República e a democracia representativa.

Srs. Deputados, a Juventude Socialista quer, na Assembleia da República, alterar esta lei, com a mesma legitimidade que esta Assembleia teve, há 14 anos, para aprovar a legislação em vigor. E, para isso, não precisamos de qualquer legitimidade diversa, referendária ou outra.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** O problema do PSD é que, ao contrário do PP, não tem a coragem de assumir frontalmente a oposição política ao projecto da Juventude Socialista, não

tem a coragem de assumir que, para si, o referendo não é uma questão de princípio, que não se importa nada de confiscar ao povo português a decisão referendária, desde que garanta o chumbo do projecto da Juventude Socialista na Assembleia da República, como fizeram no ano passado.

Aplausos do PS.

Os Srs. Deputados do PSD não podem enganar o País numa questão que se apresenta com meridiana clareza. No ano passado, tiveram nas mãos a possibilidade de permitir ao povo português esta decisão, em sede referendária, se tivessem viabilizado, na generalidade, o nosso diploma. Sabiam que o processo legislativo seria interrompido e que haveria uma consulta aos portugueses, que o PS se comprometeu, na altura, a viabilizar. Nessa altura, os Srs. Deputados, verificando que tinham condições para chumbá-lo aqui no Plenário, não se importaram nada em confiscar aos portugueses essa decisão e demonstraram que, para vós, o referendo não é uma questão de princípio mas, sim, um instrumento táctico, que brandem contra o PS, a Juventude Socialista e as respectivas propostas de alteração da lei em vigor.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, só relevo algumas partes da sua intervenção, porque verifiquei que V. Ex.ª não estava aqui quando falei. Portanto, não deve ter ouvido bem o que eu disse ou não lhe contaram exactamente aquilo que eu disse.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Mas se V. Ex.ª não ouviu bem, vou dizer outra vez, fazendo uma súmula para compreender melhor. Aquilo que dissemos da outra vez, mantemos: queremos um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez. Entendemos que esta matéria só deve resolver-se para os portugueses, consultando-os directamente.

Percebi, agora, por que é que o Sr. Deputado não quer este referendo nem qualquer outro!

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Exactamente!

O **Orador: —** O que V. Ex.ª acabou de dizer em relação à consulta referendária, quero que fique nas *actas* e aí seja relevado, porque é de tal maneira grave que, se calhar, nem sequer deu conta disso. V. Ex.ª acabou de dizer que o referendo tem uma legitimidade perversa! E quando V. Ex.ª tem esta ideia sobre o referendo, nada mais temos de conversar. Nem vai haver certamente pela vossa parte referendo sobre o aborto; nem vai haver certamente pela vossa parte referendo sobre as regiões; nem vai haver certamente pela vossa parte referendo sobre a Europa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente: —** Espero que seja para isso, Sr. Deputado. Não posso deixar derrapar esta discussão, que é grave e séria, para falsas interpelações.

Tem a palavra.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de não deixar ficar no ar a ideia, que o Sr. Deputado Carlos Encarnação quer imputar, através de mim, à minha bancada, de que esta tem algum preconceito em relação ao instrumento constitucional do referendo. Não é isso que está em causa, Sr. Deputado. Simplesmente,…

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, isso não é uma interpelação.

O **Orador: —** … não aceitamos o referendo como um instrumento para pôr em causa a legitimidade da própria democracia representativa. Só isto e nada mais do que isto!

Aplausos do PS.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente: —** Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Para uma verdadeira interpelação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Que seja verdadeira, Sr. Deputado.

Tem a palavra.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saber se aquilo que o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto disse agora significa que retira o que disse em relação ao referendo, ou não.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado Carlos Encarnação, as interpelações são feitas à Mesa e a Mesa não pode responder pelo Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto. Isso é matéria para um pedido de esclarecimento e não para uma interpelação.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Correia da Silva.

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, ouvi com alguma surpresa a sua intervenção. Há muito que o Partido Popular diz que o aborto não é uma questão de consciência individual; é uma questão que tem a ver com a ideia de Estado, com o papel que entendemos que o Estado deve ou não desempenhar.

Entendo que a lei deve proteger os mais fracos, deve estar ao lado daqueles que não podem proteger-se sozinhos e, seguramente, neste caso, a lei tem de estar ao lado daqueles que ainda não nasceram, mas que já têm vida.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, gostava que, pela sua voz, o PSD nos esclarecesse sobre se esta é uma questão em relação à qual o PSD tem de assumir uma posição ou se, como já foi dito por alguns Deputados da sua bancada, vai deixar isto à consciência de cada um. É que este é o caminho mais perigoso, é o flanco que deu abertura para que o projecto baixasse a este Plenário, hoje, sobre o aborto, amanhã, seguramente, sobre a eutanásia e sabe-se lá o que virá depois, porque também é sempre uma questão de consciência.

Não quero deixar de registar as contradicções do PS. O PS, para umas coisas, tem legitimidade e é contra o referendo, porque essas mesmas propostas já estavam vertidas no programa eleitoral e no programa do Governo; para outras, que não estavam inscritas, que não foram apresentadas como bandeira, nem em campanha nem no programa eleitoral, já tem legitimidade e não quer o referendo. Estas contradicções são evidentes e contra factos não há palavras que possam escamotear aquilo que são as intenções.

Dantes, as mulheres iam para a cadeia se fizessem um aborto depois das 12 semanas — afinal, não é uma questão de consciência, é uma questão de tempo. Agora, é depois das 10 semanas. Porquê? Sabe-se lá… É que a comunidade científica, hoje, é pacífica: a vida humana começa desde o momento da concepção. Mas o Partido Socialista, reunido, entendeu que não eram 12, mas 10, e agora estamos aqui todos neste debate — permitam-me a expressão — patético.

Vejamos ainda esta contradicção evidente: um dos argumentos que sustenta a proposta de despenalizar o aborto é a falta de condições económicas e sociais das mulheres que, eventualmente, praticam o aborto. Só que o PS diz, por um lado, que o nível económico e social do País aumentou e melhorou, mas, por outro, e ao mesmo

tempo, que aumentou o número de abortos clandestinos. De facto, as contradicções são muitas.

E porque estou farto de contradições numa matéria que deve ser discutida com clareza e objectividade, Sr. Deputado Carlos Encarnação, volto a perguntar-lhe se o PSD entende ou não que esta é uma questão de Estado, de concepção de Estado, e se o Estado, por via da lei, deve ou não proteger aqueles que não podem proteger-se sozinhos. Sobre isso, o PSD tem de assumir uma posição política, porque é uma questão política da qual nenhum de nós está dispensado.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Correia da Silva, devo dizer-lhe, em primeiro lugar, que nunca deixei de ser frontal e claro em relação a todo e qualquer assunto, não escondo o que penso — o mesmo se passa quanto a esta matéria.

Agora, o meu partido tem a posição mais correcta relativamente a esta matéria. O meu partido entende que esta é uma posição de consciência e eu entendo que cada um tem de ser dono de si próprio e não entendo que o meu partido — ou eu — possa ser dono da consciência de quem quer que seja.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, gostaria de referir-me a duas questões que suscitou na sua intervenção.

Começo por dizer-lhe o seguinte: para nós, a questão cujo debate o Sr. Deputado hoje introduziu constitui uma causa nobre; entendêmo-la como uma causa nobre. É que o que está em causa, como sempre temos referido, não é liberalizar ou deixar de liberalizar o aborto. O problema é o de saber se pretende manter-se a possibilidade de haver interrupção voluntária da gravidez em determinadas circunstâncias e dentro de determinados prazos, no âmbito da legalidade e da segurança da saúde da mulher, com assistência médica, ou se o aborto deve continuar a ser mantido na esfera da ilegalidade, da clandestinidade e da insegurança para a mulher.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Precisamente por considerarmos que esta é uma causa nobre, entendemos que o novo debate de projectos de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez — e o nosso, o que já reapresentámos em Outubro, será discutido seguramente — não deve ser entendido como uma recontagem dos votos que, em Fevereiro de 1997, foram dados aos projectos de diploma sobre esta matéria então apreciados. Portanto, repito que entendemos que esta matéria deve ser objecto de discussão e ponderação serenas e, ainda, que deve ser dado um prazo mínimo adequado para que essa discussão possa fazer-se na Assembleia da República e mesmo fora dela, tanto mais que é anunciado que o projecto de lei do Partido Socialista contém algumas alterações relativamente ao outro do mesmo partido que foi votado em Fevereiro de 1997.

No entanto, ao contrário do que, possivelmente, gostariam o Sr. Deputado Carlos Encarnação e a sua bancada, não consideramos que esse período de reflexão deva ser tão longo que conduza ao «congelamento» *ad aeternum* destes projectos de lei nas «gavetas» da comissão. Para isso não estamos disponíveis.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Como tal, temos afirmado publicamente que consideraríamos que seria razoável que o debate e a votação dos projectos de lei tivessem lugar em meados de Março.

A outra questão é a do referendo.

Nós não tememos o referendo mas consideramos que, tendo toda a legitimidade para isso, a Assembleia da República, os Deputados, devem também assumir as suas responsabilidades e pensamos que é preferível que sejam estes a decidir sobre esta magna matéria.

Em matéria de referendo, o Sr. Deputado utilizou a expressão «manobra de diversão», pelo que gostaria de colocar-lhe uma questão.

Não será uma manobra de diversão o facto de o PSD, sempre que quer pôr obstáculos a que algo seja decidido, vir acenar com o referendo?

Sr. Deputado Carlos Encarnação, se têm assim tanta vontade, tanto interesse e tanto empenhamento em que a matéria relativa à interrupção voluntária da gravidez seja sujeita a referendo porque é que mantiveram congelada a vossa proposta de referendo, desde Fevereiro de 1997 até finais de Janeiro de 1998?

Aplausos do PCP e do PS.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, antes de prosseguirmos, informo a Câmara que se encontram a assistir à sessão um grupo de 50 alunos da Escola C+S da Malveira, um grupo de 50 alunos da Escola Secundária Marquês de Pombal, de Lisboa, um grupo de 50 alunos da Escola Secundária n.º 3, da Covilhã e um grupo de 30 alunos da Escola Secundária do Restelo, de Lisboa.

Refiro, ainda, a presença nas galerias de seis Srs. Deputados do Parlamento da República da Guiné-Bissau e de mais seis dirigentes políticos do mesmo país que se encontram em visita de estudo a Portugal.

Peço à Câmara uma saudação para todos eles.

Aplausos gerais, de pé.

Por último, informo que já está a decorrer, na Sala D. Maria, a votação para a eleição de um membro do Conselho Superior de Defesa Nacional, a qual decorrerá até às 18 horas. Agradeço que todos exerçam o seu direito/dever de voto.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação, para responder.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, o referendo e a questão do aborto são, de facto, matérias nobres, não o nego, tal como não nego que VV. Ex.as são coerentes. Posso não estar de acordo com o que pensa, mas V. Ex.ª tem tido sempre a mesma posição ao longo do tempo: V. Ex.ª sempre disse que não queria o referendo, o que é natural.

O que me espanta não é a vossa posição. O discurso que fiz não foi dirigido à sua bancada. O discurso que fiz foi para aqueles que não sabem o que querem, que, um dia, dizem uma coisa e, noutro dia, dizem outra!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Certamente está a referir-se à sua própria bancada!

O **Orador: —** Falei em «manobras de diversão» porque a iniciativa do Partido Socialista é, verdadeiramente, uma manobra de diversão. E V. Ex.ª sabe isso tão bem que até não está de acordo com a data em que deve ser feita a discussão.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** V. Ex.ª também compreende que se trata de uma verdadeira manobra de diversão!

No entanto, não concordo com uma afirmação que fez. Se VV. Ex.as tivessem querido, se o Partido Socialista tivesse querido, o povo português já estaria a decidir

esta matéria, porventura já teríamos feito o referendo. Mas aqueles senhores não quiseram! Aqueles senhores andaram a empatar! Aqueles senhores quiseram um regime diferente para a consulta popular e, agora, já não querem! Aqueles senhores não sabem o que querem, nesta matéria e em muitas outras!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, trouxe ao Plenário uma questão que consideramos de extrema importância e, precisamente por isso, julgo que temos de lidar com ela de forma muito serena, mas penso que o Sr. Deputado o não fez.

O que está em causa relativamente à questão do aborto não é querê-lo ou não, não é passar a existir uma realidade que hoje não existe. A única coisa que está em causa é uma realidade de saúde pública, é uma realidade que, anualmente, empurra milhares e milhares de mulheres para uma situação que põe em perigo a sua vida. Portanto, seguramente, ninguém quer o aborto e não vai inventar-se nada de novo.

O que se coloca perante esta Câmara é em relação a uma questão do foro íntimo, que é da consciência individual de cada um, que é de extrema delicadeza, isto é, saber se o Parlamento continua indiferente perante esta realidade, perante este sofrimento e perante todas as razões que estão na origem de uma decisão que será dolorosa para as mulheres ou se vai fingir que a situação não existe.

Sr. Deputado, do que se trata é que o que decidirmos em termos de lei sobre esta matéria não é que as mulheres passem a ter de interromper a sua gravidez em determinadas condições. São as mulheres que fazem a escolha e que tomam a decisão dentro de si próprias.

Portanto, uma questão como esta nunca por nunca pode ser referendada porque, como o Sr. Deputado diz, ninguém é dono da consciência de ninguém. Como tal, nunca será uma maioria, num sentido ou noutro, a poder decidir sobre uma matéria tão clara quanto esta.

Esta é uma questão em que o Estado tem de criar todas as condições para que as mulheres não precisem de recorrer à interrupção voluntária da gravidez. O que o Estado tem de garantir é condições de saúde e de prestação de cuidados de saúde para que as mulheres, quando a isso são obrigadas, possam fazer uma interrupção voluntária de gravidez.

Quanto ao debate que há-de fazer-se, penso que deverá ser sereno e ter em conta o conhecimento científico que existe actualmente sobre esta matéria porque parece-nos que a lei deve corresponder ao conhecimento que se tem em cada momento e não ao acaso.

Julgo que esta é uma questão demasiado séria para com ela introduzir polémicas inúteis e que são pouco gratificantes, pois o que está em causa é o sofrimento de muita gente, o qual é forçoso respeitar.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Castro, perdoe-me que lhe diga mas V. Ex.ª tem uma visão limitada sobre esta matéria.

A questão do aborto não é apenas isso. A questão do aborto é uma decisão sobre a vida e, sendo-o, é uma decisão muito mais complexa do que aquela que V. Ex.ª intui.

As questões de excepção, as questões de saúde, todas as questões que podem ser suscitadas em relação à decisão sobre a vida estão já nas alterações ultimamente

introduzidas na lei. Nós não consideramos que seja necessário mais nada. Eu não considero que seja necessário mais nada.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** O Parlamento pode e deve pronunciar-se. Porque não? Mas a questão fundamental que se coloca é que V. Ex.ª ignora o que os portugueses querem! E os portugueses querem fazer-se ouvir sobre isto!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, vamos passar ao tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Discursos proferidos no dia 4 de Fevereiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 5 de Fevereiro de 1998

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): - Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizendo o seguinte: este processo, infelizmente para todos, começou mal, mas é importante que se faça um esforço para que não termine mal. Começou mal, porque, há um ano, e novamente agora, o PS, dizendo o contrário do que disse na última campanha eleitoral de 1995, propôs-se alterar a legislação sobre o aborto. A prova está aqui, na *Revista da Ordem dos Médicos*, num depoimento oficial e formal do Partido Socialista, em Agosto de 1995, em que se diz expressamente que a actual lei do aborto é suficiente e que não se propõe fazer nenhuma alteração. Por isso, negou o compromisso.

Aplausos do PSD.

Se o processo começou mal, continuou mal porque, há um ano, no debate aqui realizado, o Partido Socialista prometeu expressamente realizar a consulta popular em caso de aprovação na generalidade de algum projecto de lei sobre esta matéria.

Ora, o Partido Socialista é o mesmo; a questão é a mesma; o grupo parlamentar socialista, apesar de algumas apressadas substituições, é o mesmo. Impõe-se, por isso mesmo, que, com clareza, responda à questão que aqui coloquei. A única forma de poder ser corrigido o que começou mal e continuou mal é emendando-se o erro. É uma questão de respeito pela palavra dada.

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Está cada vez mais na mesma!

O **Orador: —** É uma questão de respeito pelos eleitores portugueses. É uma questão de respeito pela consciência de cada cidadão. É uma questão de honestidade política.

Esperamos a resposta.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente: —** Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, é com grande pesar que, uma vez mais, verificamos que, sobre a questão substancial que está hoje a ser discutida nesta Câmara, o líder parlamentar do maior partido da oposição não disse rigorosamente nada!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Sobre o tema candente e politicamente relevante que, hoje, está a ser discutido, o PSD não assume, através do seu líder parlamentar, qualquer tipo de posição.

Já outros falaram e tiveram oportunidade de exprimir as suas posições. Confrontaram-se aqui orientações diversas, mas todos quiseram dar o testemunho da sua contribuição substancial para um debate que é político porque estamos a falar de uma questão de política penal. Este é um debate que, naturalmente, não é alheio a uma informação de natureza ética e moral, mas, no essencial, é um debate político, tal como tive oportunidade de salientar há pouco na minha intervenção.

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** Não caiamos na tentação ingénua e inaceitável de confundir os planos e de remeter para uma ordem de uma ética, que alguns gostariam que fosse etérea e puramente metafísica, aquilo que é da ordem da política e da ordem do Direito, no plano mais tangível em que este se manifesta.

Aplausos do PS.

Sobre a questão essencial, o Sr. Deputado nada disse.

E não deixa de ser curioso constatar que o líder parlamentar do PSD já só consegue suscitar o entusiasmo da sua bancada quando faz referência a questões processuais, metodológicas e puramente tácticas. É a demonstração do grau zero e do vazio do pensamento político que, infelizmente, afecta hoje um partido sem convicções e sem orientações como é o PSD.

Aplausos do PS.

É por isso que os senhores propõem o referendo por tudo e por nada. Porque, para o PSD, o referendo é um instrumento para se eximir a tomar posições claras em relação aos mais diversos assuntos que, actualmente, se colocam em discussão na vida política portuguesa.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Luís Marques Mendes, se quer provar aqui, hoje, a boa fé, a bondade da sua adesão ao referendo em relação a esta matéria, tem uma maneira simples de fazê-lo. Comprometa-se perante esta Câmara a que o PSD, caso estes projectos de lei sejam rejeitados, apresente uma proposta para a realização de um referendo sobre esta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não o fez no ano passado!

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes para dar explicações, querendo.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco de Assis, sobre a questão de fundo, eu próprio, há um ano, emiti a minha opinião.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Zero!

O **Orador: —** A minha opinião é, hoje, rigorosamente a mesma. Não sei se nesta Câmara, designadamente na sua bancada, todos podem dizer exactamente o mesmo que eu.

Aplausos do PSD.

Sobre a opinião de vários outros colegas, então e agora, foram feitas aqui intervenções de muita convicção e de muita qualidade.

Mas, Sr. Deputado, mais importante do que a minha opinião, do que a sua opinião sobre esta matéria era ouvir a opinião da generalidade dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** É que, verdadeiramente, Sr. Deputado, eu próprio e o senhor fomos eleitos Deputados à Assembleia da República, o que significa representar os eleitores, os portugueses. Mas o senhor, tal como eu, não recebeu, nas últimas eleições, nenhum mandato para alterar a legislação sobre o aborto — bem pelo contrário! O senhor está a fazer o contrário do que foi prometido aos portugueses!

Aplausos do PSD.

Seria bom que o senhor tivesse a coragem de desmentir aqui as afirmações públicas que estão feitas. Não as inventei.

O que há de maior desrespeito na vida pública, o que é mais desprestigiante para a democracia é quando um dirigente político não honra os seus compromissos, não se curva perante a sua palavra, dá o dito por não dito perante o eleitorado.

Protestos do PS.

Isto é que é grave e irresponsável!

Aplausos do PSD.

Mais grave — e o senhor não o disse — é saber por que é que, há um ano, assumiu um compromisso. Que eu saiba, o senhor também era Deputado há um ano atrás, que eu saiba, o senhor também assumiu esse compromisso. De há um ano a esta parte,

aumentou o número de portugueses que querem pronunciar-se. O Sr. Primeiro-Ministro, ontem mesmo, fez saber que mantém a sua opinião sobre esta matéria. E os senhores o que fazem? Fazem tábua rasa de tudo isto! Porque os senhores sacrificam a pureza dos princípios, a verdade democrática, aos princípios da táctica, da conveniência e do oportunismo político. Esta é que é a realidade!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, não se trata de uma questão de «propormos referendos por tudo e por nada», até porque, em todas estas matérias relativas a referendos, aos três que foram prometidos aos portugueses, que eu saiba, o senhor, tal como eu próprio, comprometeu-se com todos eles. Quanto a um deles é que está a mudar de opinião!

Aliás, vamos ver «o andar da carruagem» para ver se o senhor e a sua bancada também não mudarão de opinião relativamente a outros compromissos desses.

Aplausos do PSD.

Já não chega o Governo que V. Ex.ª apoia fazer coisas virtuais, agora também andam a prometer aos portugueses «referendos virtuais»: todos previstos na Constituição mas nenhum para realizar!

Os portugueses já estão fartos de ouvir falar em referendos. O que querem é que os seus representantes façam, de facto, o que prometem.

Assim, digo-lhe, a concluir: das suas palavras, interpreto que, afinal, não tem uma objecção de princípio à questão do referendo sobre esta matéria. Por isso mesmo, aqui lhe digo que, na altura própria, no tempo subsequente à votação de hoje, será confrontado com uma proposta clara e nítida sobre a questão de fundo e a questão de princípio, ultrapassando dificuldades processuais e outras. E quero ver se, nessa altura, vai existir coerência e honestidade política para votar favoravelmente a nossa proposta relativa ao referendo sobre o aborto.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Deixemos a discussão virtual dos referendos e regressemos às questões de fundo.

Aplausos do PS.

A repressão penal do aborto não corresponde às aspirações humanistas e liberais da sociedade democrática portuguesa.

O facto de se negar à mulher o direito de escolher livremente ter ou não ter filhos, esse, sim, é uma vergonha e implica uma forma particular de discriminação, a qual põe em causa não só a sua dignidade como o seu direito à vida privada e à liberdade individual.

Assim, o desafio que hoje se coloca ao Estado não é o de saber se o aborto deve ser feito ou não, se é um acto pecaminoso ou se colide com opções transcendentais ou pessoais do cidadão. O que se coloca ao Estado é saber se quer penalizar, punir e prender uma mulher que aborta, e em nome de quê.

Vozes de alguns Deputados do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** O que se coloca ao Estado é ainda, e desde logo, o porquê de não ter regulamentado a lei vigente, criando condições para a sua aplicação.

De acordo com dados disponíveis, só 17 hospitais praticam em Portugal interrupção voluntária da gravidez, invocando os restantes falta de meios e recursos, quando não «objecção genérica de consciência».

O que se vai colocar ao Estado, a partir de agora, é a criação de condições e serviços para acolher a opção da licitude do aborto, na livre e responsável vontade da mulher, decorrido um prazo dentro do primeiro trimestre da gravidez.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: «O poder punitivo do Estado exerce-se primariamente no sentido do controlo do crime; ou vistas as coisas de outro lado, no sentido da protecção das condições essenciais da vida do homem na comunidade, e assim, da livre realização e desenvolvimento da personalidade de cada um».

Em referência ao aborto, perguntar-se-á, por isso, com ironia dramática, se este afirmado controlo do crime tem sido alcançado? Ou não estaremos todos seguros da ínfima participação e acção criminal, comparada com os números estimados de abortos clandestinos anuais?

E por que é que falha, então, tão rotundamente a acção penal?

Por que é que o Estado punitivo é, neste caso, no geral, incapaz, inócuo, quase inexistente?

A resposta deve procurar-se, sobretudo, no facto de a lei vigente da criminalização do aborto ser uma lei divorciada da vida, contra a mulher, ferindo as aspirações liberais e humanistas dominantes na sociedade democrática portuguesa.

Esta é uma lei penal que não atribui nem respeita o direito de opção da mulher, o direito a uma opção grave, e nunca banal, de fazer o aborto. É, por isso, uma lei iníqua, socialmente injusta, promotora do aborto clandestino degradante.

A Sr.ª **Maria Celeste Correia** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** A experiência mostra-nos a desproporção perturbadora entre a estridência de algumas indignações pela proposta de alteração de uma lei formal de criminalização e o relativo silêncio perante a realidade que subjaz a essa lei e que a nega.

Vozes de alguns Deputados do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** E essa realidade assenta num número estimado de vários milhares de mulheres que abortam clandestinamente em Portugal, com raras situações de morte mas inúmeras situações de infertilidade irreversível e graves perturbações de saúde.

Ora, a estridência da indignação deveria voltar-se a favor da dignidade da pessoa humana,…

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** … essencialmente das mulheres concretas, promovendo a alteração da absurda lei de criminalização do aborto e das condições de funcionamento e apoio dos serviços de saúde à mulher grávida.

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** Nesse sentido, devem ser empreendidas políticas sociais, de saúde e de educação, nos domínios da educação sexual, planeamento familiar e contracepção.

Há, sobretudo, muito a fazer em favor das jovens e das populações mais desfavorecidas, tendo presente que muitos dos maiores adversários do aborto foram os que durante mais tempo se opuseram aos métodos contraceptivos modernos e que ainda hoje, sobre o assunto, freiam o acesso à informação e os condenam.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — É verdade!

O **Orador: —** Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É em nome do princípio da separação da Igreja e do Estado que o Parlamento e os Governos têm voluntariamente recusado qualquer debate teológico e assim terá de continuar a ser, em nome da ideia da tolerância.

Tem-se falado aqui muito em tolerância mas é preciso ter presente que a exigência da tolerância nasce no momento em que se toma consciência da irredutibilidade das opções e da necessidade de encontrar um *modus vivendi* que permita que todos se exprimam.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** A alternativa negadora da tolerância foi, na História, a perseguição repressiva e totalitária. Mas onde a História dos últimos séculos é clara, no dizer de Norberto Bobbio, é quando nos mostra a interdependência entre a prática da tolerância, por um lado, e o espírito laico, por outro, entendido este como a mentalidade que confia a sorte do reino dos homens mais às razões que une todos os homens e mulheres do que aos impulsos da fé.

O Sr. **Presidente: —** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O **Orador: —** Esse espírito deu origem aos Estados laicos e «à sociedade aberta, na qual a superação dos contrastes da fé, de crenças, de doutrinas, de opiniões, ficou a dever-se à regra de ouro segundo a qual a minha liberdade se estende até ao ponto em que não invada a liberdade dos outros».

Vozes de alguns Deputados do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No ordenamento criminal, ao despenalizar-se o aborto, ao admitir-se dentro de certos prazos a interrupção voluntária da gravidez não se procura conflituar com as convicções religiosas ou morais de quem quer que seja.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, faça favor de terminar.

O **Orador: —** Não se faz a apologia do aborto, não se recomenda, não se favorece ou incita a sua prática, antes se renuncia à punição, por razões ponderosas e em nome de valores superiores da liberdade individual e da vida privada.

É bom olharmos à nossa volta e reflectirmos sobre o caminho percorrido entre nós, com a consagração da licitude do aborto terapêutico, eugénico e criminológico, pudicamente chamado de interrupção voluntária da gravidez, a partir de 1984. O regresso ao proibicionismo, anterior a essa data, já se perdeu na História e apenas mora, hoje, no saudosismo serôdio das ligas de salvação.

Hoje, a protecção da vida intra-uterina é, em diversos países, fixada em momentos diferentes, a partir da fecundação, a partir da formação das sinopses nervosas, a partir do início da função cerebral, a partir da viabilidade do feto ou do nascimento. Em opções limites, na União Europeia, a Irlanda fixou o direito à vida a partir da fecundação, enquanto que o Tribunal Constitucional austríaco considerou, de modo diametralmente oposto, que o direito à vida não produz efeitos senão a partir do nascimento.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Existe, segundo a melhor doutrina, uma «indissociável relação entre a ilicitude material — baseada na ordem legal dos bens jurídicos — e a nossa ordem axiológica constitucional».

Em matéria de definição dos crimes e penas podemos, por isso, abonar-nos na ideia de que «não há imperativos constitucionais, absolutos de criminalização,…

O Sr. **Presidente: —** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Já beneficiou de 1.9 minutos, que lhe foi concedido pelo Grupo Parlamentar do PCP, e já tem um défice de 2.6 minutos, pelo que agradeço que termine a sua intervenção o mais rápido possível.

O **Orador: —** Vou concluir, Sr. Presidente.

Se na tradição jurídica nacional alguma valoração há que estabelecer no conflito entre o direito da vida intra-uterina do nascituro e a vida da mãe é o da prevalência deste último. Entre nós, nunca o aborto foi comparado ao homicídio. O Tribunal Constitucional, por sua vez, já em 1984 e em 1985, fez uma leitura lapidar, a qual se abre ao encontro de deliberações de outros tribunais superiores de outros Estados e também na lógica do entendimento da Comissão Europeia dos Direitos do Homem. Ora, aí refere-se que a vida intra-uterina é «um bem constitucionalmente protegido»

mas não pode gozar de protecção constitucional do direito à vida propriamente dito, que cabe só às pessoas.

O Sr. **Presidente: —** Tem de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador: —** A vida humana inviolável definida no texto constitucional é, assim, a vida da pessoa humana. A pessoa que vai nascer não é autónoma da progenitora, do seu corpo, da sua sensibilidade, da sua consciência, da sua liberdade vital e intelectual.

A descriminalização do aborto é, por isso, um apelo à vida e contra a vergonha. A descriminalização do aborto é, por isso, e dentro de certos prazos — temos de ter isso presente —, nuclearmente, a afirmação do respeito pela autonomia ética da mulher e do seu direito à liberdade.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, é chegado o momento de procedermos à votação dos projectos de lei hoje em discussão, mas, antes disso, importa dar alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, cumpre-me informar que o Grupo Parlamentar do PS exerceu o direito a requerer a votação na generalidade no próprio dia do debate. Trata-se de um direito potestativo e, como tal, não temos de votar o requerimento.

Entretanto, um grupo de mais de 10% dos Srs. Deputados requereu a votação nominal de três dos quatro projectos de lei apresentados.

Por outro lado, o PSD retirou o projecto de resolução n.º 38/VII, pelo que não procederemos à sua votação.

Risos do PS.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, permite-me uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Presidente: —** Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, tendo em conta a informação que acaba de nos dar, quero interpelar a Mesa, pelo seguinte: tendo sido feitas algumas considerações acerca da forma como este debate decorreu, quero perguntar à Mesa se entende que esta é que é a seriedade com que o PSD encarou este debate e esta questão.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado João Amaral, como sabe, uma vez que é Vice-Presidente da Mesa, a Mesa tem alguns poderes mas não tem o de ajuizar sobre a seriedade dos grupos parlamentares.

Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma vez que não posso interpelar directamente nenhum dos Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD e entendo que esta é uma questão regimental que se tornou subitamente actual, gostaria de saber, através da Mesa, se, porventura, o Grupo Parlamentar do PSD adiantou alguma justificação para a retirada do seu projecto de resolução,…

Protestos PSD.

… uma vez que, para o Grupo Parlamentar do Partido Popular, é importante conhecer essa eventual justificação. Por essa razão, faço esta interpelação à Mesa propriamente dita, no sentido de nos ajudar, talvez perguntando ao Grupo Parlamentar do PSD, quais as razões que estiveram na origem dessa decisão.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, é mais fácil do que isso.

Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura do requerimento apresentado pelo PSD.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Já foi distribuído e está na sua bancada, Sr. Deputado Jorge Ferreira!

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o requerimento é do seguinte teor:

Tendo em atenção o debate agendado para o dia 19 de Fevereiro e as afirmações acabadas de produzir pelo líder parlamentar do PS sobre a questão do referendo, o PSD retira o seu projecto de resolução n.º 38/VII, uma vez que apresentará depois das votações de hoje uma proposta concreta de data e calendário para a realização do referendo em caso de eventual aprovação de algum dos projectos de lei hoje discutidos.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Se todos forem «chumbados», não interessa a opinião do povo!

O Sr. **Presidente: —** Para uma interpelação à Mesa, e espero que seja mesmo uma interpelação, porque esta última, excepcionalmente, foi uma verdadeira interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, a minha interpelação tem a ver com o seguinte: trata-se exactamente de uma questão de seriedade.

Os Srs. Deputados do PS manifestaram uma total indisponibilidade para que se fizesse um referendo antes desta votação,…

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** … impuseram esta votação, pelo que o Partido Social Democrata, que mantém o seu empenho no referendo e que se mantém fiel a esta palavra e ao eco da sociedade portuguesa em querer pronunciar-se sobre este tema, apresentará um projecto de resolução, com data concreta, que permita a consulta do povo português relativamente ao projecto ou projectos que, eventualmente, hoje forem aprovados na generalidade. Querem mais seriedade do que esta? Querem mais coerência do que esta? Querem mais fidelidade aos princípios e ao eco do povo português? Não há em nenhuma outra bancada mais seriedade e mais coerência do que esta!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, quando está em causa o exercício de direitos, não se colocam problemas de seriedade.

Srs. Deputados, vamos votar um requerimento, subscrito pelo PSD e CDS-PP, que passo a ler. «Os Deputados abaixo assinados vêm requerer, ao abrigo do disposto no artigo 106.º, n.º 2 do Regimento da Assembleia da República, a votação nominal dos projectos de lei n.^{os} 451, 417 e 448/VII».

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, seguindo a ordem do guião que foi distribuído, vamos proceder à votação nominal, na generalidade, do projecto n.º 417/VII — Interrupção voluntária da gravidez (PCP).

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu à chamada, tendo-se registado a seguinte votação:

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, o projecto de lei n.º 417/VII foi rejeitado, tendo obtido a seguinte votação: 110 votos contra, 107 votos a favor e 9 abstenções.

Srs. Deputados, vamos passar à votação nominal, na generalidade, do projecto de lei n.º 448/VII — Altera o Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de Novembro, que aprova o Código Civil (CDS-PP).

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu à chamada, tendo-se registado a seguinte votação:

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, o projecto de lei n.º 448/VII foi rejeitado, tendo obtido a seguinte votação: 188 votos contra, 14 votos a favor e 24 abstenções.

Srs. Deputados, vamos passar à votação nominal, na generalidade, do projecto de lei n.º 451/VII — Sobre exclusão de ilicitude de casos de interrupção voluntária da gravidez (PS).

O Sr. Secretário Artur Penedos procedeu à chamada, tendo-se registado a seguinte votação:

Aplausos de Deputados do PS e de público presente nas galerias.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, não ponham o «carro adiante dos bois»! Os cidadãos que estão nas galerias não se podem manifestar.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Dois pesos e duas medidas! Desta vez, a Mesa não mandou a polícia tirar as pessoas!

O Sr. **Presidente: —** Ó, Sr. Deputado, não havia nada a fazer. O que é que quer que eu lhe faça?

Os cidadãos que estão nas galerias não se podem manifestar e, Srs. Deputados, peço desculpa de dizê-lo mas os senhores devem ovacionar no fim de anunciado o resultado da votação e não antes. Essa é uma maneira de, no fundo, defraudar as praxes desta Assembleia!

Srs. Deputados, o projecto de lei n.º 451/VII foi aprovado, tendo obtido a seguinte votação: 116 votos a favor, 107 votos contra e 3 abstenções.

Aplausos de Deputados do PS e de público presente nas galerias.

O Sr. **Presidente: —** Os cidadãos que estão nas galerias não se podem manifestar. Peço desculpa, mas é a regra da Casa.

O Sr. **Strecht Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente: —** Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Strecht Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de informar que, juntamente com os Deputados Alberto Martins, Medeiros Ferreira, Eduardo Pereira, Elisa Damião, Marques Júnior, Teixeira Dias e Fernando Pereira Marques, apresentarei na Mesa uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente: —** Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Torres** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de anunciar que entregarei na Mesa uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente: —** Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Laurentino Dias** (PS): — Sr. Presidente, gostaria também de anunciar que entregarei na Mesa uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente: —** Com certeza, Sr. Deputado. É um direito. Não precisam de anunciar, bastam entregá-las na Mesa.

Srs. Deputados, vamos, ainda, proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 453/VII — Interrupção voluntária da gravidez (Deputados do PS António Braga e Eurico Figueiredo).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes, votos a favor dos Deputados do PS António Braga e Eurico Figueiredo e abstenções de Deputados do PS e do PSD.

A Sr.ª **Helena Roseta** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de anunciar que apresentarei na Mesa uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente: —** Com certeza, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Strecht Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para declarar que os mesmos Deputados que há pouco referi apresentarão na Mesa uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente: —** Com certeza, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, a próxima reunião realiza-se amanhã, a partir das 15 horas.

Discursos proferidos no dia 11 de Fevereiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 12 de Fevereiro de 1998

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A política portuguesa, nos últimos tempos, está difícil de entender para os cidadãos que não se interessam por tricas e mexericos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O que aconteceu nos últimos dias parece mostrar que a palavra de alguns políticos já não é o que era e que, como no futebol, também à política passou a aplicar-se a célebre frase «o que é mentira hoje, pode ser verdade amanhã».

Nos últimos dias, aconteceram três casos paradigmáticos do que acabo de referir, o primeiro dos quais tem a ver com as sucessivas cambalhotas políticas do Partido Socialista sobre o aborto e o referendo ao aborto.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O Partido Socialista prometeu ao País, nas eleições legislativas de 1995, que na presente legislatura não alteraria a lei do aborto; contudo, o Partido Socialista acabou de promover a alteração da lei do aborto.

Há um ano, o Partido Socialista era contra a despenalização total do aborto até às primeiras 10 semanas de gravidez; este ano, o Partido Socialista passou a ser a favor da despenalização total do aborto até às 10 semanas de gravidez.

A maioria dos Deputados do Partido Socialista conseguiram até este feito extraordinário de votar, em simultâneo, a favor da despenalização total do aborto até às 10 semanas de gravidez e até às 12 semanas de gravidez.

Aplausos do CDS-PP.

No ano passado, o Partido Socialista defendia um referendo, caso viesse a ser aprovada na Assembleia da República uma lei sobre a despenalização total do aborto até às 12 semanas de gravidez; este ano, quando se propôs discutir de novo aquilo que havia sido chumbado no ano passado, o Partido Socialista já não queria o referendo, mesmo que o Parlamento viesse a aprovar uma lei nesse sentido.

Porém, um dia depois, nem eram decorridas 24 horas, o líder parlamentar do Partido Socialista, que, na véspera, dizia não admitir o referendo sobre uma lei que alterasse as condições da interrupção voluntária da gravidez, passou a admitir esse referendo e a admiti-lo de uma forma particularmente grave: não mudou de opinião sobre o referendo; não disse estar enganado sobre o referendo; passou a admitir o referendo sobre o aborto desde que fosse celebrado um negócio político entre o PS e o PSD sobre assuntos tão semelhantes à interrupção voluntária da gravidez como a composição do Tribunal Constitucional, a composição do Conselho de Fiscalização do SIS e, eventualmente, alguma outra condição que até à data do negócio algum Deputado socialista contestatário venha ainda a julgar oportuno incluir no pacote negocial!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O segundo caso paradigmático de que a vida política portuguesa está de facto muito doente tem precisamente a ver com esta confusão entre valores, convicções e política que o Partido Socialista tem dado ao País, em triste espectáculo, nos últimos tempos.

A partir do momento em que o PS passou a admitir a possibilidade de referendar a lei relativa à interrupção voluntária da gravidez, que aqui foi votada favoravelmente na semana passada, se fosse discutida a composição do Tribunal Constitucional, ficou claro para todos os portugueses que os juízes a eleger, futuramente, para o Tribunal Constitucional — e que vão ter, necessariamente, de resultar de mais um acordo

entre o PS e o PSD! — vão condicionados por posições prévias dos partidos que os vão propor, mais a mais, como parece ser o caso, em lista fechada, como propõe o PSD. A imagem que o País desejava ter do Tribunal Constitucional era a de um órgão acima dos partidos, acima das maiorias conjunturais e não condicionado por posições dos dois principais partidos que pudessem estar na origem da escolha dos futuros juízes do Tribunal Constitucional. Isto é muito grave, do ponto de vista da imagem do Tribunal Constitucional, perante o País e é ainda mais grave quando o Tribunal Constitucional tiver, eventualmente, de apurar da constitucionalidade ou inconstitucionalidade das propostas de referendo, se elas vierem a ser feitas, do tipo de perguntas que vier a ser feito nesses referendos, não se podendo furtar já, nessa ocasião, ao pecado original que esteve na base da sua eleição por acordo prévio entre o PS e o PSD!

Não é este o tipo de Tribunal Constitucional que o País precisa, não é este, seguramente, o modelo que para o Partido Popular deve estar na origem e na composição do Tribunal Constitucional, órgão de que o País espera independência e liberdade de apreciação da constitucionalidade dos actos dos órgãos políticos.

Aplausos do CDS-PP.

É, pois, negativo, para o funcionamento e para a imagem das nossas instituições, o tipo de comportamento tido pelo Grupo Parlamentar do PS quando admitiu a eventualidade de aceitar o referendo sobre o aborto condicionando-o à composição do Tribunal Constitucional.

Em terceiro lugar, a confusão e as cambalhotas políticas não ficam, infelizmente, por aqui. O PSD sempre defendeu que um referendo simultâneo era inconstitucional, sempre defendeu que um referendo sobre a Europa e outro sobre a regionalização eram inconstitucionais. Recordo uma entrevista dada pelo líder do PSD precisamente ao *Diário de Notícias*, onde dizia, com imensa clareza: «(…) a Constituição não permite que se realizem dois referendos sobre matérias diferentes no mesmo dia. E o PS sabe isso, porque propôs nas reuniões com o PSD para o acordo de revisão constitucional que se juntassem referendos. E o PSD não concordou. Achou que se devia manter o actual regime, porque isso era juntar matérias muito diferentes, podendo subverter resultados numa e noutra questão: contaminar a decisão europeia com as divisões sobre a regionalização ou contaminar a regionalização com questões europeias».

O líder do PSD perdeu o medo da contaminação e, também numa cambalhota política surpreendente, passou a achar constitucional e possível o que ainda na semana passada entendia ser inconstitucional e impossível.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Isto para não dizer que estas brincadeiras dos calendários com que o PSD tem tratado as questões relevantes e sérias dos eventuais referendos a realizar em Portugal fazem lembrar a maneira como as agendas tratam os feriados móveis! Não interessa saber sobre o que versa o referendo, não interessa saber se é constitucional ou inconstitucional, nem o dia em que se venha a realizar. O que é preciso é agitar e trazer sempre o calendário de bolso para, sempre que for necessário, produzir mais uma notícia sobre alterações de calendário.

Não é esta a nossa visão do instituto do referendo, nem da necessidade de se referendar algumas matérias sobre as quais há muitos anos defendemos que devem ser referendadas.

O PSD defendia a necessidade de haver um referendo sobre o aborto, mesmo antes da aprovação da lei; no entanto, bastou uma intervenção do seu líder parlamentar

para desaparecer a necessidade desse referendo prévio e ser retirado o projecto de resolução que o sustentava.

Ainda hoje, ouvimos outra proposta de negociata: o PS a sugerir ao PSD que desagende o diploma acerca da proposta de referendo sobre a alteração da lei do aborto para o dia 19 e, supostamente, como contrapartida, a abdicar de levar a votação final global a lei sobre a interrupção voluntária da gravidez que o Parlamento aprovou, na generalidade, na semana passada.

Meus senhores, triste demais para ser verdade! Esta não é a política que nos interessa, nem a que interessa ao País. O PS e o PSD estão a fazer da política portuguesa uma mera colecção de calendários. É evidente que para o PS e PSD a ruína do sistema de saúde, o aumento do tráfico e consumo de droga, os problemas de um sistema de ensino com pouca qualidade e cada vez menos disciplina, não passarão de questões secundárias e acessórias.

Sucede que para o Partido Popular são estas, e outras, as questões principais e, apesar da tentação, continuarão a ser.

Aplausos do CDS-PP.«

O Sr. **Presidente: —** Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados Helena Roseta e Luís Marques Guedes que se inscreveram para pedir esclarecimentos, informo a Câmara que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 58 alunos da Escola Secundária de Nuno Álvares, de Castelo Branco, um grupo de 32 alunos da Escola Profissional Beira-Aguieira, de Mortágua, e um grupo de 70 alunos da Escola Secundária de São João da Talha.

Testemunhemos-lhes o apreço por os termos connosco.

Aplausos gerais, de pé.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª **Helena Roseta** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Ferreira, ninguém mais do que as Deputadas do PS está preocupado com a aparente eclipsagem da questão substancial da interrupção voluntária da gravidez por uma série de matérias que parecem nada ter a ver com a questão de fundo. Ninguém mais do que nós exige – e exigimo-lo ontem nos órgãos próprios do nosso partido – que a matéria seja reconduzida à sua substância, que não se veja enredada por outras questões, que, apesar de terem muito peso político, têm de ser tratadas cada qual de sua vez. Isto, por uma questão de respeito pela dignidade das mulheres e, já agora, também por respeito pela legitimidade democrática desta Assembleia da República.

Há, no entanto, um ponto em que o Sr. Deputado está equivocado. O Sr. Deputado invoca o Programa Eleitoral do PS para dizer que não há compromissos do PS no sentido de alterar a legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez. Também já aqui foi citado um documento, presumo que uma entrevista ou uma declaração, de um dirigente do PS no mesmo sentido. Isto é ignorar a história, Sr. Deputado! É evidente que no programa eleitoral de 1995 este assunto não consta, mas isso não significa que nos quatro anos da legislatura os Deputados do PS estejam absolutamente confinados a fazer apenas aquilo que consta do programa eleitoral, porque há uma história e há uma memória.

A primeira pergunta que quero fazer-lhe é esta: é ou não verdade que foi com a iniciativa do PS e o voto do Grupo Parlamentar do PS que, em 1984, foi introduzida na lei portuguesa a primeira despenalização em matérias relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez? Segunda pergunta: é ou não verdade — talvez o Sr. Deputado não saiba, mas eu posso confirmá-lo — que esta matéria constava do programa do PS desde praticamente o início e que foi aprovada em Congresso pelo PS? Terceira pergunta: é ou não verdade que, sem a vontade política do Grupo

Parlamentar do PS, esta matéria não teria sido trazida novamente à colação para ser votada por esta Assembleia da República? O Sr. Deputado pode ter incompreensão — nós também a temos — por matérias que são atiradas para cima desta e que a ultrapassam, mas não pode ignorar que, em matéria de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, há uma coerência histórica e sistemática do PS e a nossa posição, nesta sessão legislativa, mais não fez do que dar continuidade a esta coerência.

Uma outra pergunta que queria fazer-lhe refere-se à questão do referendo. Os problemas suscitados pelo PS relativamente ao Tribunal Constitucional não são despiciendos, compreendo a vossa preocupação. Devemos todos manifestar preocupação por termos um Tribunal Constitucional onde, há quase três anos, alguns lugares estão por preencher e o mandato dos juízes já foi esgotado, por termos um Tribunal Constitucional cuja lei orgânica não foi ainda aprovada, por termos um Tribunal Constitucional que tem funções importantíssimas no funcionamento do sistema democrático, designadamente na realização do referendo, porque terá sempre de fazer a fiscalização prévia da sua constitucionalidade, seja qual for a pergunta, e assistimos a uma circunstância em que todos falam em referendos, todas as sondagens apontam no sentido de que os portugueses querem os referendos, mas nós não temos tido sequer a clareza e a frontalidade de dizer que, com a actual composição do Tribunal Constitucional, não é possível fazer referendo nenhum! Portanto, estamos aqui a laborar num erro, ou num logro, ou numa frustração, o que quiserem. É por esta precisa questão que propomos que o problema do referendo dependa da clarificação do que se passa no Tribunal Constitucional. Entende o Sr. Deputado que nisto há alguma má fé?

As Sr.as **Natalina Moura e Rosa Albernaz** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. **Jorge Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Helena Roseta, eu começaria justamente pelo fim para lhe dizer o seguinte: o problema do Tribunal Constitucional é muito sério e muito grave, mas o problema é que, há dois anos, o PS e o PSD não se entendem sobre a sua solução! Portanto, V. Ex.ª, nesta matéria, quando muito, terá de criticar, mais uma vez, o seu grupo parlamentar e não a mim por ter levantado o problema. V. Ex.ª com certeza que concordará comigo que é, de todo, inadequado e desajustado fazer uma ligação entre o problema da aceitação do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez e a solução do negócio para a lista de juízes do Tribunal Constitucional. O problema do Tribunal Constitucional tem de ser resolvido, mas se ele é tão sério como V. Ex.ª diz que é — e é! — não se compreende por que é que o PS demorou tanto tempo a tomar uma posição firme sobre a respectiva solução. É, no mínimo, suspeito que, justamente quando se fala da possibilidade de vir a ser feito um referendo sobre o aborto, VV. Ex.as se lembrem de que o problema é grave. É, de facto, grave — aí estamos de acordo —, mas o problema é que tem havido uma certa irresponsabilidade na maneira como os Grupos Parlamentares do PS e do PSD têm deixado arrastar este problema, de uma forma calculista, para tentarem preservar eventuais maiorias de opinião no Tribunal Constitucional. Isso é que é grave! Neste jogo, quer o PS quer o PSD são cúmplices.

Sr.ª Deputada, não sei se V. Ex.ª é das Deputadas que defende que o líder do PS deve estar calado sobre esta matéria.

A Sr.ª **Natalina Moura** (PS): — Ninguém defende isso!

O **Orador: —** Não sei! Mas sempre lhe quero dizer o seguinte: é verdade, como V. Ex.ª disse, que o PS tem essa história, essa memória e essas posições relativamente à questão da interrupção voluntária da gravidez. É verdade! Mas V. Ex.ª omitiu um

facto importante: é que sempre que o PS verbalizou essas posições em eleições legislativas, perdeu-as! Justamente em 1995, quando nada disse em defesa da alteração da lei, ganhou-as! Ou seja, V. Ex.ª anda trocada com o destino do seu partido: quando as suas posições pessoais constam expressamente das promessas, o partido perde as eleições; quando as suas posições pessoais não constam das promessas, o seu partido ganha-as! Francamente, nesta matéria, Sr.ª Deputada, com toda a simpatia que tenho por si, o que vale é o que ficou no programa e não o que V. Ex.ª gostaria que ficasse.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

as cambalhotas do PS,...

O Sr. **Augusto Boucinha** (CDS-PP): — E as vossas também!

O **Orador: —** ... não vou comentar porque, nessa matéria, prefiro congratular-me com o resultado do que estar a criticar e a analisar as causas. Devo dizer até que, sobre esta matéria, não seria elegante da minha parte estar a criticar o PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Quanto à questão que o Sr. Deputado dirigiu directamente à minha bancada e que tem a ver com o problema da simultaneidade, queria esclarecer o seguinte, embora me pareça que o Sr. Deputado bem o sabe: o PSD cedeu na matéria da simultaneidade mas não cedeu convicção absolutamente nenhuma, e a prova disso é que o PSD mantém — e o Sr. Deputado sabe-o bem, e eu reafirmo-o aqui, com toda a clareza — a leitura de que a simultaneidade dos dois referendos sobre a Europa e sobre a regionalização levanta problemas de constitucionalidade. Não é a solução desejável! Que fique claríssimo: o PSD sempre o disse e mantém, como é evidente. Agora, o que o PSD tem, e o Sr. Deputado também o sabe, é a possibilidade constitucional, por força da representatividade que tem nesta Câmara, de superar este tipo de problemas através do seu voto. De resto, não somos só nós que pensamos que o problema da simultaneidade é um problema constitucional evidente, todas as outras bancadas também o pensam. E a prova disso é que o PS, nomeadamente, que a defendia, pelo simples facto de o PSD ter dito que não concordava com ela porque levantava problemas de constitucionalidade, acabou, na prática, por deixar cair essa sua ideia, sob pena de ir esbarrar com os problemas de constitucionalidade.

Portanto, o que se passa, com toda a clareza — e o líder do PSD deixou isso muito claro — é que o PSD cedeu politicamente em nome de um bem maior, bem maior em que, penso, o Sr. Deputado me acompanha, que foi o de evitar esta teimosia do PS e este alibi em que o PS queria fundamentar-se para evitar que uma alteração à lei de interrupção voluntária da gravidez passasse por uma consulta e uma decisão dos portugueses. Esse é um bem maior em que penso que o Sr. Deputado me acompanha e foi em nome desse bem maior que o PSD decidiu ceder em relação a esta matéria da simultaneidade. E cá estaremos, se for entendimento do Tribunal Constitucional que há problemas de constitucionalidade, como pensamos que continua a haver, nesta simultaneidade, para, com o nosso voto, como a Constituição o prevê, poder permitir a superação desse problema e desse obstáculo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Augusto Boucinha** (CDS-PP): — Mais outra cambalhota?!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, ouvi o seu raciocínio com atenção e ele é, como de costume, bem montado

mas assenta num sofisma. Porque, como V. Ex.ª bem sabe, o «bem maior», que todos estamos de acordo, que é o fazer-se o referendo sobre o aborto, já hoje podia ser alcançado. Como sabe, nos termos da Constituição — e, esperamos, da futura lei orgânica do Tribunal Constitucional, que tem de regulamentar essa matéria —, os cidadãos já podem desencadear o processo junto do Parlamento e pedir um referendo sobre as matérias que bem entendem. Portanto, é um sofisma total V. Ex.ª querer justificar mais uma cambalhota do líder do seu partido relativamente ao que eram as suas convicções, mas agora já não são, com esse argumento. O «bem maior» — e é um «bem maior» indiscutível, com o qual todos temos de nos congratular e nem sequer permitir ao PS que lhe passe pela cabeça que pode voltar atrás, outra vez, e dar outra cambalhota — não exigia a vossa cambalhota! A vossa cambalhota política ocorre porque VV. Ex.as estão também interessados na negociata política para o Tribunal Constitucional! Essa é que é a verdade! Porque, se o referendo da Europa contamina o referendo da regionalização e o referendo da regionalização contamina o referendo europeu, VV. Ex.as passam a ser os contaminadores!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na vida das organizações e das instituições, tal como na de cada um de nós, exige-se um comportamento ético, de seriedade e de respeito por princípios e valores. E essas exigências acrescem no exercício da actividade política, no exercício de uma actividade que é suposto ser desenvolvida em nome e ao serviço dos nossos concidadãos, que por isso e para isso nos elegeram. É tudo isto que está ausente na reviravolta incompreensível, na indesculpável cambalhota política do PS quanto à questão da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez.

Aplausos do PCP.

É indiferente que a responsabilidade desta condenável alteração do posicionamento do PS seja atribuível ao seu Secretário-Geral e Primeiro-Ministro, à direcção da sua bancada parlamentar ou aos «jovens turcos» do Governo. A responsabilidade deste indigno comportamento é do PS! Não dos seus militantes anónimos, mas de todos aqueles que, em seu nome, exercem funções políticas e que, por acção ou omissão, decidiram ou aceitam tal comportamento. Temos para nós que em política nem tudo é negociável, que em política os fins não justificam todos os meios. Mas, pelos vistos, há quem se empenhe em querer demonstrar o contrário. E esta não é, definitivamente, uma questão menor na grande diferença que existe entre o PCP e outros partidos, no caso o PS mas também o PSD, na forma de encarar e exercer a actividade política.

Aplausos do PCP.

Houve quem tenha querido acusar-nos de ingenuidade ou de resignação por não termos exigido ao PS a garantia de aprovação na generalidade do nosso projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, como moeda de troca para garantirmos a aprovação do projecto do PS, incapazes de compreenderem que o PCP se possa reger, acima de tudo, por valores e por um profundo respeito pela dignidade das mulheres portuguesas.

Aplausos do PCP.

Em flagrante contraste com a atitude assumida pelo PS e PSD, que jogam e negoceiam com um dos maiores dramas que afectam a mulher: o drama de terem de realizar o aborto clandestinamente, como criminosas que têm de se furtar à justiça e, na maioria dos casos, sem quaisquer garantias de higiene e segurança. É ética e

politicamente condenável que o PSD e o seu presidente façam a proposta de negociata que fizeram, não por razões filosóficas ou religiosas, mas por mesquinhos cálculos politiqueiros e de pretensa afirmação partidária.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** E é revoltante que o PS lhe acene com a sua concordância de imediato, tão de imediato que legitima a ideia de algo premeditado ou pré-acordado.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Exactamente!

O **Orador: —** O que pomos em causa e contestamos não é, naturalmente, a legitimidade de o PS, ou o PSD, poderem optar, em consciência e por convicção, por um referendo para decidir sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. O que está em causa, o que é indesculpável, são a forma e as razões pelas quais o PS e o PSD pretendem, ou aparentam pretender, impor esse referendo. A verdade é que a seguir à rejeição, em Fevereiro do ano passado, dos projectos de lei do PCP e do PS, nunca o PS ou o PSD reclamaram um referendo sobre a matéria, isto é, nunca levantaram a hipótese de ser necessário testar essa decisão através de uma consulta popular. E toda a gente sabe que, se a Assembleia da República tivesse novamente rejeitado o projecto do PS, nem o PSD estaria a reclamar um referendo nem o PS estaria a aceitá-lo, com ou sem negócios associados.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** É grave o significado e detestáveis as concepções que esta duplicidade de critérios e atitudes revela. Por detrás dela, o que se esconde é a ideia de que a actual criminalização da mulher e penalização do aborto corresponderiam a uma «ordem natural das coisas» e a um dado de civilização. De tal forma que só para a sua anulação é que careceria de se ouvir o povo, mas já a manutenção dessa alegada «ordem natural» não exigiria uma consulta popular!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Recordando tudo quanto alguns Deputados do PS aqui disseram no passado dia 4, justifica-se que deixe às suas consciências a pergunta sobre se afinal, e renegando o que então disseram, também partilham a ideia de que a criminalização e a penalização constantes actualmente do Código Penal são a ordem natural das coisas, ou se, pelo contrário, são a injusta ordem jurídica da hipocrisia e da insensibilidade social para o flagelo do aborto clandestino.

Aplausos do PCP.

É indesculpável a autêntica farsa de que se reveste o facto de, menos de 24 horas após a aprovação do projecto de lei do PS, quando os aplausos dos Deputados socialistas ainda ecoavam no hemiciclo, o PS ter dado o dito pelo não dito, lançando o descrédito sobre o grupo parlamentar socialista, sem dúvida, mas pondo ainda em causa as próprias decisões e a legitimidade da Assembleia da República.

Após os inflamados discursos de Deputados socialistas fundamentando as razões que justificam plenamente a não realização de um referendo sobre as alterações à lei do aborto e a exigência de ser a Assembleia da República a «eliminar uma inaceitável intromissão da lei penal no domínio da consciência individual da mulher», o que é chocante é que o PS venha agora juntar-se àqueles que, pretextando posições referendárias, de facto, apenas querem manter o actual estado de coisas e impedir que algo se faça para a resolução séria do problema do aborto clandestino.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** É lamentável, mas politicamente significativo, que o PS, a pretexto de um «desafio» do PSD, corra a aliar-se à direita para congelar, inevitável e indefinidamente, a solução que, no passado dia 4, tinha sido conseguida à esquerda e,

mais do que isso, para garantir a efectiva paralisia do processo legislativo e ir prometendo que se vai fazer.

O que não se sabe é quando, como ontem o deixou claro o Ministro Jorge Coelho, admitindo aquilo que sempre se soube: que o referendo não é passível de ser realizado no próximo mês de Junho. Cabe perguntar, aliás: por vontade do PS e do PSD, alguma vez o será?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Ou melhor: não iremos, a seguir, assistir, não estaremos já a assistir, aos próximos capítulos desta tragicomédia com o PS e o PSD irmanados na vontade de não fazerem qualquer referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, mas cada um tentando responsabilizar o outro pela sua não realização?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não nos restam dúvidas de que a questão mais grave de todo este entendimento entre o PS e o PSD reside na utilização da dignidade e do sofrimento da mulher como moeda de troca num negócio politiqueiro.

Mas não podemos deixar de, igualmente, criticar vivamente a inclusão neste pacote negocial da dignidade institucional do Tribunal Constitucional e o colocar em causa a própria credibilidade da sua independência.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Identicamente, verberamos a intromissão, política e institucionalmente inaceitável, que o PS e o PSD fazem no terreno dos poderes exclusivos do Presidente da República, quando, sem pudor, negoceiam quais os referendos a realizar, as respectivas datas e a junção ou não de mais do que um referendo no mesmo dia.

E, a este respeito, não podemos deixar de manifestar estranheza e incompreensão por, perante esta situação totalmente abusiva, o Sr. Presidente da República não se ter ainda pronunciado, delimitando, de forma clara e categórica, a sua indelegável e exclusiva competência nesta matéria.

Aplausos do PCP.

Pela parte do PCP, Srs. Deputados, podem estar certos de que continuaremos a orientar-nos por convicções, por princípios e por valores. Nunca alienaremos este património de seriedade e responsabilidade na voragem de um qualquer negócio.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, deixe-me começar por repudiar com toda a firmeza aquilo que tomo como um excesso de linguagem da sua parte, ou seja, a acusação de que o PS pretende jogar com o sofrimento de mulheres nesta matéria. Essa acusação não faz qualquer sentido em relação a um partido que aqui apresentou uma lei e a fez aprovar, embora com os votos de VV. Ex.as, é verdade, e que, há 12 anos atrás, aprovou a lei que se encontra em vigor, também com os vossos votos, é preciso dizê-lo, que já introduziu uma despenalização significativa desta matéria.

Deixe-me também dizer-lhe, Sr. Deputado, que há que assumir aqui uma coisa com toda a clareza, que o Sr. Deputado não descobriu, seguramente, hoje, é da história política portuguesa, todos sabemos isso: há uma divergência entre o PCP e o PS em matéria de referendo no que se refere à questão da interrupção voluntária da gravidez. Há esta divergência!

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Mas no passado dia 4 não havia!

O **Orador: —** Não é a única divergência, infelizmente — digo eu —, entre o PS e o PCP, mas há esta divergência! E o PS não modificou em nada as suas posições!

Vozes do PCP: — Não?!

O **Orador: —** O PS teve oportunidade de dizer — e disse-o aqui no próprio debate — que consideramos que esta decisão tanto pode ser legitimada aqui, na Assembleia, como através de referendo...

O Sr. **João Amaral** (PCP): — O Sr. Presidente da República já disse que aceitava? O Tribunal Constitucional já disse que aceitava?

O **Orador: —** ... e, mais, que estávamos abertos à realização de um referendo. Só não estávamos disponíveis — isso foi sempre muito claro, foi sempre publicamente afirmado — para acrescentar mais uma consulta popular àquelas duas consultas que já estavam previstas para este ano. Foi isto que o PS sempre disse, tendo até proposto que, se aceitassem a realização de vários referendos no mesmo dia, o PS estava disponível para dar o seu acordo. Portanto, não fomos nós que mudámos de posição. Porém, a partir do momento em que o PSD diz que aceita a realização simultânea de referendos, ao contrário do que sempre disse, entendemos que há condições — veremos se há! — para a realização deste referendo. Aliás, já tivemos oportunidade de dizer no ano passado que, mesmo após a aprovação na generalidade do diploma, o PS estava disponível para a realização de um referendo.

Quanto à acusação de negociata, Sr. Deputado, devo dizer que o PS tem perfeita consciência de que desempenha na democracia portuguesa um papel de estabilidade e que procura encontrar os acordos e os entendimentos, sendo certo também que é nossa sina sermos sempre acusados por outros de que estamos a fazer negociatas.

Ainda recentemente, usando, aliás, muitas das palavras que o Sr. Deputado usou, recebemos acusações do PP e do PSD, quando votámos a Lei das Regiões Administrativas, de que tínhamos feito uma negociata com o PCP.

Nós é que procuramos entendimentos, como factor de estabilidade da democracia, para conseguirmos as grandes reformas da sociedade portuguesa.

Para terminar, Sr. Deputado, acredito que seja possível realizar estes referendos e estou seguro de que estarei com o Sr. Deputado na campanha pelo «sim» nesta matéria, como estarei na campanha pelo «sim», que é outro compromisso do PS, para a regionalização. Só é pena não poder contar consigo, muito provavelmente, na campanha pelo «sim» para a questão europeia e essa, sim, é uma divergência bem séria que mantemos com o PCP.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, V. Ex.ª e o PS não podem ficar ofendidos por dizermos que o PS pretende jogar com uma questão de fundo relativa às mulheres, porque é isso mesmo que está a acontecer.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Não é verdade!

O **Orador: —** É público! É notório! Toda a gente o sabe! Vocês colocaram a questão da interrupção voluntária da gravidez como moeda de troca para outras coisas!

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Não é verdade!

O **Orador: —** É verdade!

Aplausos do PCP.

O **Orador: —** Ainda ontem à noite, aumentaram mais contrapartidas! É indesmentível que se trata de um jogo!

Sr. Deputado, acredito sinceramente que pode haver Deputados do PS que se sintam mal com isto, mas a situação real é esta: o PS está a fazê-lo. Isso é que é lamentável, isso é que é inaceitável e isso é que não pode ser aceite.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Porque aquilo que estão a fazer, Sr. Deputado — disse-o e vou repeti-lo, embora a palavra possa parecer forte —, aquilo a que assistimos por parte do PS nesta matéria é a uma farsa.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Srs. Deputados, houve aqui uma votação no passado dia 4...

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Eles querem esquecer-se!

O **Orador: —** ... em que foi aprovado um projecto de lei do PS pela grande maioria dos Deputados do PS e também pelos Deputados da minha bancada e pelos Deputados do Partido Ecologista Os Verdes e no dia 5, ainda não tinham passado 24 horas, os senhores voltaram completamente atrás, não apenas em termos da questão da votação mas também em termos da argumentação da defesa da não colocação a referendo da interrupção voluntária da gravidez.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Isso foi aqui afirmado no passado dia 4 por vários Srs. Deputados. Não interessa agora nomeá-los, mas apenas gostaria de recordar a última intervenção no debate por parte do PS, que foi exclusivamente para justificar as razões de fundo que o PS encontrava para não sujeitar a referendo a lei da interrupção voluntária da gravidez.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — É um facto!

O **Orador: —** Isso é um facto indesmentível. Foi ouvido e está transcrito em acta.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Deputado Acácio Barreiros, V. Ex.ª diz que está esperançado de que esse referendo se venha a realizar. Com toda a sinceridade, admito que nem todos os Srs. Deputados do PS conheçam os passos que é preciso dar para se poder chegar à realização de um referendo, mas V. Ex.ª, que faz parte da direcção do Grupo Parlamentar do PS, necessariamente, tem obrigação de os conhecer. E basta contar dia-a-dia os passos que é preciso dar — e se for necessário, o PSD esclarecê-los-á muito bem sobre isso, porque estão claramente conscientes disso, desde o início — para ver que não há qualquer possibilidade de se vir a fazer qualquer referendo até ao fim do mês de Junho de 1998.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Ai sim!

O **Orador: —** Mais, Sr. Deputado Acácio Barreiros: tenho as maiores dúvidas neste momento, devido ao comportamento que tem vindo a ser seguido pelo PS nesta matéria, se será possível, ainda este ano, fazer um qualquer referendo em Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, sinto hoje aqui uma inquietação muito grande em muitas das bancadas deste Hemiciclo...

O Sr. **João Amaral** (PCP): — A única tranquila é a do PSD!

O **Orador: —** ... e sinto numa das bancada deste Hemiciclo um grande contentamento: é na minha bancada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** É natural que VV. Ex.as, na bancada do PCP, não sintam um grande contentamento. VV. Ex.as nunca quiseram o referendo sobre a alteração à lei do aborto.

Mas lembro V. Ex.ª que, ainda há três semanas, defendi aqui a realização do referendo à alteração à lei do aborto, no preciso dia em que, por exemplo, o PS anunciava a sua recusa. Ainda há uma semana, neste Parlamento, toda a gente pensava que, depois da aprovação de uma determinada lei na generalidade, o referendo se não realizava, porque o PS dizia que não, e nesta altura estamos todos conscientes — e o Sr. Deputado também — de que o referendo se vai realizar, porque o País assim o quis.

Aplausos do PSD.

Há uma vontade que V. Ex.ª não pode matar: a vontade do povo português e da sua consciência em ser ouvida. E é essa vontade que vai fazer com que o referendo se faça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Não tenho, Sr. Deputado, qualquer culpa que, para determinados acordos que estão previstos na Constituição, sejam exigidos dois terços dos votos dos Deputados nesta Assembleia e que V. Ex.ª, infelizmente, não conte para isso. Aquilo que V. Ex.ª e outros dizem ser negócios,…

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Outros não! O PP!

O **Orador: —** … devem reduzir ao termo «acordos», previstos na Constituição. E devo dizer-lhe a esse respeito, para vos sossegar a todos, que não há aqui qualquer *volte-face*, não há aqui qualquer cambalhota,…

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Não?!

O **Orador: —** … o que há é um acordo em relação à composição do Tribunal Constitucional, que foi celebrado em Março de 1997 e que tem de ser honrado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** O que há é um acordo, que tem de ser celebrado, também em relação à Lei Orgânica do Tribunal Constitucional. Aliás, em relação a essa lei, devo dizer que deu entrada na Mesa da Assembleia da República um projecto de alteração. Não há aqui nada de novo, Sr. Deputado! Não se preocupe connosco! O povo português vai votar pelo referendo em liberdade plena.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, começaria pela única questão que suscitou, em que estou completamente de acordo consigo, que é quando diz que a bancada do PSD está perfeitamente tranquila. Não tenho a mínima dúvida sobre isso, porque está a jogar, tal como o PS, com a dignidade das mulheres, mas está também a jogar com o PS. Por isso, estão tranquilos, estão satisfeitos. Isso é indisfarsável!

Agora, vamos às grandes discordâncias. Sr. Deputado, se fosse verdade a opção de fundo, a vontade do PSD em promover o referendo para saber a vontade do povo português sobre se quer ou não a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez em determinadas circunstâncias, se isso fosse verdade, que razões teriam levado o PSD a, com um projecto de resolução entregue na Assembleia da República desde Fevereiro de 1997, não ter sequer tentado agendar esse projecto?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP) — «Gato escondido com o rabo de fora»!

O **Orador: —** Não é verdade, Sr. Deputado, que haja essa intenção e essa vontade de fundo! Porque é claro que VV. Ex.as não querem fazer qualquer referendo sobre o aborto. O que VV. Ex.as querem é impedir que haja qualquer alteração à actual lei penal,…

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sem consulta? Com certeza!

O **Orador: —** … que reprime, castiga e criminaliza a mulher portuguesa, quando tem de recorrer ao aborto.

Aplausos do PCP.

É isso, e apenas isso, que os senhores defendem! E aí estão a conseguir levar, mais uma vez, o PS. Ele vai andando, vai andando e vai dando satisfação a tudo aquilo que os senhores pretendem.

Diz ainda o Sr. Deputado que há um acordo, desde Março de 1997, sobre a composição do Tribunal Constitucional e sobre a votação e aprovação da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Não! Sobre a primeira!

O **Orador: —** É só sobre a primeira parte? Só sobre a composição do Tribunal Constitucional?

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Sim!

O **Orador: —** Mas há também um acordo global, substancial, tirando um artigo, salvo erro, o artigo 20.º, para a lei orgânica.

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Isso, vamos a ver…

O **Orador: —** Ó Sr. Deputado Carlos Encarnação, também estão disponíveis para ceder aí, não estão? É uma questão de negócio…

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Não, não é! É uma questão de acordo!

O **Orador: —** Ou estão, mais uma vez, à espera que seja o PS a ceder?

Sr. Deputado, a questão é esta: se existe esse acordo, por que é que ainda não o concretizaram? E, mais do que isso, se há eventualmente má vontade ou má fé de uma das partes, por que motivo e com que legitimidade metem nesse processo a dignidade da mulher portuguesa?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª **Helena Roseta** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, o Sr. Deputado fez a sua análise dos acontecimentos e acrescentou, por sua iniciativa, que tinha dúvidas — não sei se a expressão foi exactamente esta, mas foi este o sentido das suas palavras — sobre o comportamento ético dos Deputados do Partido Socialista. Julgo que o Sr. Deputado terá ido longe demais, porque isso é presumir que os Deputados do PS não têm inteira liberdade de consciência e não andam a tomar as suas posições com uma profunda preocupação de corresponder àquilo em que em acreditam e àquilo por que se batem. E tanto assim é que, na semana passada, votámos, em votação nominal, um a um, o que pensávamos sobre esta matéria. Portanto, Sr. Deputado, não se precipite a tirar conclusões.

Mas vamos à questão do referendo. O Sr. Deputado referiu ter havido Deputados do PS — e é verdade — que aqui disseram ser contrários à realização de um referendo. Mas, por outro lado, também conhece, como eu, toda a campanha que se desencadeou na opinião pública, no sentido de solicitar à Assembleia da República que viabilizasse um referendo, porque muitos portugueses manifestaram a vontade de participar neste debate.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — É a campanha do PSD!

A **Oradora: —** Não é só do PSD, Sr. Deputado, e agradecia que me ouvisse.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Não posso fazer um aparte?!

A **Oradora: —** Pode, com certeza!

A questão é muito simples: esta é uma matéria de sociedade e de cidadania. Nós debatemo-la aqui com inteira legitimidade — sobre isso não tenho qualquer dúvida —, mas o debate já está lançado em todo o País, a campanha já está em curso em

todo o País. E tanto assim é que, ainda neste fim-de-semana, vimos notícias de que nas igrejas, nas homilias, os próprios padres começaram imediatamente a mobilizar os católicos para que se pronunciassem pelo «não» num referendo que ainda nem sequer existe. É isto que não podemos ignorar. Nós temos de compreender que, em debates que envolvem a sociedade e a cidadania, não devemos restringir a participação das pessoas mas, sim, alargá-la. Esse é o motivo de consciência que leva os Deputados do PS a tudo fazer para não os acusarem de serem eles a razão pela qual não poderá ser consultada a opinião pública, o conjunto dos cidadãos, nesta matéria. Esta questão é fundamental e é uma questão de consciência para nós.

Mas há mais, Sr. Deputado: os partidos não esgotam a cidadania, não esgotam as possibilidades de intervenção das pessoas. Assim, a minha pergunta fundamental é esta: se o referendo for conseguido, for exequível, e tivermos de o realizar, o PCP fará campanha pelo «sim»? Seguramente, presumo-o. Mas a minha pergunta vai mais longe…

O Sr. **João Amaral** (PCP): — O PS faz?!

A **Oradora: —** Sobre se o PS fará campanha pelo «sim», pela minha parte, respondo-lhe que não tenho quaisquer dúvidas de que todos os que aqui participaram na votação farão campanha pelo «sim». Mas a pergunta vai mais longe…

O Sr. **João Amaral** (PCP): — O PS faz?

A **Oradora: —** O PS fará campanha pela defesa da iniciativa dos seus Deputados. Só poderá fazer campanha pelo «sim».

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Será?!

A **Oradora: —** O PS ainda não decidiu nesse sentido.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Ah!

A **Oradora: —** Ó Sr. Deputado, não vale a pena fugirmos às questões. O PS não decidiu ainda nesse sentido. Mas nós cá estamos para levar essa batalha até ao fim.

A minha pergunta é se o PCP está disponível para se aliar a largos sectores da sociedade portuguesa, que não se esgotam no PS nem no PCP, para constituir um movimento de opinião que vá fazer a campanha pelo «sim», lá fora e para lá dos partidos políticos representados nesta Assembleia, de modo a congraçar todos aqueles e aquelas que entendem que esta lei tem de passar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Helena Roseta, começaria por me referir a uma questão com que a Sr.ª Deputada iniciou o seu pedido de esclarecimento. Tive o cuidado — julgo que não terei tido esse lapso — de nunca pôr a questão da ética em relação a um ou a qualquer um dos Deputados do PS. Referi-a em relação ao Partido Socialista. E fui muito claro, ao dizer o que entendia por Partido Socialista, incluindo nesse Partido Socialista aqueles que exercem funções políticas, pelo que, naturalmente, em termos globais, também todos os Deputados do PS.

A Sr.ª Deputada coloca a questão sobre se nós não temos em consideração — e não interessa agora por pressão de quem, se do PSD, se do movimento «Juntos pela Vida», se da Igreja — de que começou a haver um movimento na sociedade portuguesa sobre o referendo em relação ao aborto.

Ó Sr.ª Deputada, a questão que lhe coloco é esta: mas essa situação e esse eventual movimento que existia no dia 5 de Fevereiro não era exactamente o mesmo que existia no dia 4?

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Exactamente!

O **Orador: —** E por que é que o PS no dia 4 defendeu uma posição e no dia 5 a posição completamente inversa? Esta é que é a questão, Sr.ª Deputada Helena Roseta!

Aplausos do PCP.

Sr.ª Deputada Helena Roseta, referi na minha intervenção, e mantenho-o, que o que está aqui em causa não é a legitimidade de o PS, enquanto tal, ou qualquer outro partido, optar, consciente e convictamente, por que a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez deva ser previamente sujeita a um referendo. Posso estar em desacordo com essa opção, mas não contesto a sua legitimidade.

O problema é que o PS — e a Sr.ª Deputada sabe-o muito bem —, no dia 4 de Fevereiro, defendeu *à outrance*, com toda a argumentação possível, as razões por que não deveria haver um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez e no dia 5 disse exactamente o contrário.

Por outro lado, a Sr.ª Deputada fala na realização do referendo. Porém, a Sr.ª Deputada sabe que, para isso, é necessário que seja aprovada a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional,…

Vozes do PS: — Claro!

O **Orador: —** … que seja feita a eleição dos membros do Tribunal Constitucional,…

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Exacto!

O **Orador: —** … que seja aprovada a lei do referendo,…

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Exacto!

O **Orador: —** … que seja aprovado e discutido o projecto de resolução, propondo a realização do referendo, e que ele seja objecto de análise de constitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional,…

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Exacto!

O **Orador: —** … que haja acordo do Sr. Presidente da República,…

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Exactamente!

O **Orador: —** … etc., etc., etc.

Sr.ª Deputada Helena Roseta, faço-lhe esta pergunta com muita seriedade: a direcção da sua bancada ou do seu partido já lhe explicou quanto e quanto tempo isto demora? Já lhe explicou quais são os entraves que aparecerão inevitavelmente pelo caminho? Já lhe explicou as dificuldades, quase insuperáveis, para se conseguir chegar à possibilidade da realização do referendo?

O Sr. **Presidente: —** Agradeço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O **Orador: —** Sr. Presidente, permito-me solicitar-lhe apenas mais 30 segundos para acabar de responder à Sr.ª Deputada Helena Roseta.

Finalmente, à sua última questão, Sr.ª Deputada — e já nem lhe vou responder àquela que já o foi em aparte —, respondo-lhe o seguinte: não tenha a mínima dúvida de que, se vier a haver um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, o PCP assumirá, como tal, uma posição favorável, coisa que a Sr.ª Deputada não pode garantir em relação ao PS.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Exactamente!

O **Orador: —** Apoiaremos todos os movimentos pelo «sim» ao aborto. Mas, Sr.ª Deputada, não queira procurar, desde já, fazer caminho no sentido de que haja apenas um único movimento, a nível nacional, para que os partidos não se comprometam, para que o PS possa «sair de cara lavada», sem se comprometer em relação a esse referendo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, vamos passar ao debate de urgência, requerido pelo PSD, sobre a suspensão da acreditação do Laboratório de Análises ao Doping e Bioquímica de Lisboa.

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Gomes.

O Sr. **Domingos Gomes** (PSD): — Sr. Presidente, como pode imaginar, é uma grande honra poder cumprimentá-lo e demonstrar-lhe a minha consideração, estima e admiração.

O Sr. **Presidente: —** Muito obrigado, Sr. Deputado. É recíproco.

O **Orador: —** Srs. Membros do Governo, aproveito a ocasião para lhes apresentar os meus cumprimentos sinceros.

Srs. Deputados, é um privilégio que sinto poder intervir num local onde nos apercebemos que cada espaço, cada recanto, deste Palácio e deste Parlamento respira História e transpira Portugal.

Discursos proferidos no dia 19 de Fevereiro de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 20 de Fevereiro de 1998

O Sr. **Presidente: —**Vamos iniciar o debate do projecto de resolução n.º 75/VII — Proposta de referendo sobre a alteração da lei do aborto (PSD).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No passado dia 4 de Fevereiro, esta Câmara votou na generalidade um projecto de lei visando a liberalização do aborto, por livre opção, durante as primeiras 10 semanas de gravidez e ainda despenalizando a sua prática até às 16 semanas, quando determinado por razões económicas ou sociais. Trata-se, como todos o sabemos, de uma iniciativa legislativa que altera radicalmente o quadro legal em que o problema da interrupção voluntária da gravidez está regulado no nosso país desde há 15 anos. A lei em vigor prevê a interrupção voluntária quando esteja em causa a saúde da mãe, a má formação ou a inviabilidade do filho e, ainda, no caso de a mãe ter sido vítima de violação.

Independentemente das posições ou opiniões que cada um de nós, e os portugueses, tenha sobre a vida antes do nascimento e sobre o aborto, sobre a hierarquia dos valores e dos interesses que conflituam nesta questão, a verdade é que a lei actual realiza um ponto de equilíbrio que eu me atrevo a considerar como o denominador comum em que a esmagadora maioria da sociedade portuguesa se revê. Romper com o consenso social que rodeia a lei actual, desequilibrando o denominador para um ou outro dos lados, vai necessariamente invadir os valores éticos e a consciência íntima de cada um dos portugueses.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Por isso, esse é um passo que só pode ser legitimado pela intervenção de todos.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** É esta verdade simples e linear que os Deputados do Partido Socialista teimaram não querer encarar.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Lamentavelmente!

O **Orador: —** Embalados por um sentimento de exaltação ideológica de quem acredita que ser de esquerda é criar rupturas e divisões na sociedade, abrindo caminho à machadada por entre convicções e valores culturais que, com espantosa sobranceria, consideram menores e até reaccionários, deixaram-se carregar na ilusão de poder calar a voz dos portugueses e pelo caminho quiseram fazer tábua rasa da opinião do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, do Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Teimaram, Srs. Deputados, mas recuaram. Não passaram 24 horas sobre esse tremendo equívoco e já os portugueses descansavam com a confirmação de que não haverá alterações da lei do aborto sem que cada um, em consciência, dê o seu contributo pessoal para uma decisão que tem que ser de todos, que vai ser de todos e não de 230 reunidos nesta Sala.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Nada está decidido. Os portugueses vão poder decidir a partir do zero, sem constrangimentos nem condicionamentos. E aquilo que por eles for decidido, quer os senhores gostem, quer não gostem, vincula politicamente esta Assembleia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Os Deputados do Partido Social Democrata tiveram um papel preponderante nessa inversão de posições, mas quem verdadeiramente sai vencedor de todo este processo é o povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Na Assembleia da República acabou por prevalecer o bom senso de lhe devolver o poder de decisão sobre a alteração da lei do aborto e com isso é o próprio sistema democrático que sai fortalecido nos seus princípios. O modelo do nosso Estado de direito assenta na democracia representativa, mas está longe de nela se esgotar. Acho mesmo muito pouco democrático não se ter a humildade de reconhecer que há matérias e decisões que ultrapassam o mandato eleitoral, que se colocam em planos que estão fora dos programas e da própria vocação dos partidos políticos e por isso não podem por eles ser resolvidos.

O PSD, pela sua raiz personalista, sempre teve este entendimento. Desde o conhecimento da primeira proposta de liberalização do aborto ficou por nós decidida a liberdade de voto dos Deputados — exercida sem constrangimentos, coacções ou a vergonha das substituições...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O **Orador: —** ... e desde o início nos batemos, sem concessões, pela realização de um referendo em que todos sejam chamados a decidir.

Aplausos do PSD.

E fomos coerentes até ao fim. Para que o respeito pela liberdade de voto fosse efectivo, não nos enredámos em apressadas substituições de Deputados nem invocámos doenças de conveniência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Estivemos livres no voto, como estivemos unidos e determinados na intransigente defesa do referendo que nunca deixámos de reclamar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O processo que nos conduziu até esta decisão de solicitar ao Presidente da República a convocação de um referendo sobre a liberalização do aborto não foi um processo isento de perversidade. A incapacidade do Partido Socialista para compreender a diferença entre o que são opções de política e o que são valores civilizacionais, entre a legitimidade política e a ética da política, entre as guerras intestinas no seu partido e a vontade colectiva do País, deixou marcas que não podemos ignorar.

Em primeiro lugar, lançou, a meu ver irresponsavelmente, a polémica sobre uma eventual desautorização da Assembleia da República. O PSD sempre defendeu, desde logo pela meridiana clareza com que a necessidade do referendo se coloca para qualquer alteração à lei do aborto, que a consulta aos portugueses devia ser prévia a qualquer pronunciamento desta Câmara sobre a matéria.

E não fomos só nós a sustentar esta posição. A personalidade insuspeita neste caso, como é o Dr. Vital Moreira, já no ano passado nos acompanhou neste entendimento e recentemente, ainda na semana passada, publicamente o reiterou sem margem para quaisquer dúvidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Mas durante algumas semanas nada foi capaz de conter o desejo irreprimível de alguns Deputados socialistas para se «chegarem à frente», terem o seu momento de glória. Custasse o que custasse. Certeiro, esteve o Dr. Vital Moreira: «O erro não está no referendo, o erro está em tentar alterar a lei do aborto por uma operação de comando, um *blitz* legislativo». Os «Rambos», leia-se, são os Deputados socialistas.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O facto é que a teimosia do Grupo Parlamentar Socialista não permitiu que a decisão de primeiro ouvir os portugueses tivesse prevalecido, e essa atitude da bancada da maioria gerou o anátema de uma desautorização parlamentar que, embora não verdadeira, não foge o ditado de que, em política, o que parece é. Já tinha sido esse o erro em que assentou a ideia, também peregrina, de referendar a regionalização depois de aprovar o recorte negociado.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Bem recordado!

O **Orador: —** Começam hoje a arrepender-se mas ainda não começaram a aprender. No caso da lei do aborto, a responsabilidade pode ter sido só de uns, mas todos saímos, de uma ou outra forma, algo desprestigiados nesta Câmara.

Em segundo lugar, deu ao País o espectáculo impensável de um Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do partido do Governo vergado nas suas convicções e derrotado na orientação política da maioria que o suporta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Eu não votei no Partido Socialista nas eleições de 1995, mas posso imaginar a estupefacção com que os eleitores assistiram a esta tragédia. Que confiança poderá amanhã ter um eleitor para votar no Engenheiro António Guterres sabendo que ele não manda, não consegue cumprir as promessas solenes que faz aos eleitores, não tem liderança política nem autoridade sobre a sua bancada parlamentar, e que — particularmente em questões essenciais — é alvo de desafios e vítima de derrotas políticas internas que engole sem ripostar?!

Aplausos do PSD.

Como ouvimos aqui, ontem, neste Hemiciclo, os Deputados socialistas já dizem, alto e bom som, que «isto não é o Partido Socialista do Engenheiro Guterres, o Engenheiro Guterres é que é do Partido Socialista». Por mais desmentidos, manipulações ou mesmo a já costumeira contra-informação que os dirigentes socialistas ponham a circular, não é mais possível esconder a gritante desagregação da autoridade no seio da família rosa.

Depois do embuste eleitoral que foram as promessas socialistas, assistimos agora a uma espécie de jogo de espelhos, em que o Partido Socialista apresenta aos eleitores a personalidade simpática do Engenheiro António Guterres, mas depois de lhes caçar os votos actua sem ele e, se necessário, contra ele.

Aplausos do PSD.

A interrogação que fica no ar é a de saber qual a capacidade e a autoridade que o Chefe do Governo detém para tomar medidas difíceis ou para impor a adopção das reformas estruturais que o País não pode continuar a adiar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com os socialistas ou contra alguns socialistas, os portugueses vão ser chamados a decidir, em referendo, se se deve ou não alterar a legislação do aborto no sentido da sua liberalização. Não é uma decisão qualquer, pois trata-se de definir valores que, partindo da consciência moral de cada um, se vão, afinal, traduzir em opções culturais e civilizacionais da própria sociedade. Em Portugal, a interrupção voluntária da gravidez é há vários anos possível no caso de violação ou quando esteja em causa a saúde da mãe ou a má formação ou inviabilidade da gravidez.

São duas as propostas que agora nos são apresentadas: liberalizar o aborto nas primeiras 10 semanas e despenalizá-lo, também, até às 16 semanas, quando determinado por razões económicas ou sociais.

Como cidadão, tomarei parte nesta discussão e expressarei, pelo meu voto, em referendo, aquilo que penso serem os valores que sobre esta questão a sociedade de que sou membro eu gostaria de ver preservar. Como Deputado, congratulo-me vivamente por ter imperado o bom senso nesta Assembleia e colectivamente irmos decidir esperar pela vontade, soberana, dos portugueses. O processo volta à estaca zero, de onde só sairá se e como os portugueses livremente entenderem. O referendo vai realizar-se. Será, como todos os referendos em Portugal, soberano e vinculativo. Só haverá liberalização do aborto se os portugueses, em referendo, assim o desejarem. Esta é a vitória deste debate. É a vitória de todos os portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, deixe-me dar-lhe, não leva a mal certamente, totalmente gratuito, totalmente de borla, um pequeno contributo para o próximo congresso do PSD.

Risos do PS.

Deixe-me dar-lhe esse contributo. Isto é, uma reflexão sobre as razões de fundo que levaram o PSD à última derrota eleitoral e que se relaciona com o facto de o PSD pensar — aliás, sempre teve essa atitude — que os portugueses são estúpidos e não percebem o que está em debate.

Protestos do PSD.

É que o PSD não é a favor do referendo. O PSD sempre usou o referendo como uma arma contra as decisões da Assembleia da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

Risos do PSD.

O **Orador: —** E quando, no ano passado, este assunto não «passou» aqui, na Assembleia da República, o PSD esteve um ano sem voltar a lembrar-se dessa importante consulta popular que deveria ser feita e da necessidade do referendo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** E, já que estamos a falar de mudança de posições, faço-lhe esta pergunta: por que é que o PSD não fez a proposta de referendos simultâneos antes da votação na generalidade do diploma? É que foi preciso ser aprovado aqui, na generalidade, o diploma para o PSD mudar de posição, aceitar os referendos simultâneos, aceitar que haveria só duas consultas.

Protestos do PSD.

Vozes do PCP: — E o PS, não mudou de posição?!

O **Orador: —** Srs. Deputados, responderei a todas as bancadas e com todo o à-vontade!

Aplausos do PS.

O PS disse, antes da votação na generalidade do diploma, que estava de acordo, que não se opunha a que se realizasse um referendo, desde que o referendo sobre esta matéria não viesse acrescentar uma terceira consulta popular durante este ano e para a qual entendemos que não havia calendário.

Protestos do PSD e do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, peço que façam silêncio, pois o orador tem o direito de se fazer ouvir.

O **Orador: —** Sr. Presidente, a voz da razão e da verdade nem sempre é ouvida com serenidade, nesta Assembleia da República.

Risos do PSD e do PCP.

E o que o PSD disse na altura foi: queremos mais uma consulta, não aceitamos referendos simultâneos. Não aceitamos e até consideramos inconstitucional, disse o Professor de Direito, por enquanto líder do PSD!

Ora bem, a seguir à aprovação do diploma, o PSD mudou de posição e, como gostava de saber a razão de essa ideia aparecer depois da aprovação, adianto a resposta: depois dessa aprovação, tentaram usar o referendo, outra vez, contra a decisão da Assembleia da República. Mas enganaram-se, porque vamos fazer esse referendo porque o PS quer...

Vozes do PSD e do PCP: — Ah! Ah!

O **Orador: —** ...e porque há agora condições políticas para realizar esse referendo. E não só saúdo e congratulo-me com a mudança de posição do PSD após a votação...

Protestos do PSD.

Vozes do PCP: — E o PS?!

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, não é possível continuarmos deste modo. Um pouco mais de decoro, um pouco mais de respeito por quem está no uso da palavra.

O **Orador: —** Muito obrigado, Sr. Presidente, mas não leve a mal o nervosismo que vai na bancada do PSD!

Risos do PSD.

Agora, que o PSD passou a aceitar referendos e o País só terá duas consultas, tal como o PS sempre entendeu; agora, que o País vai ter oportunidade de fazer, em simultâneo, o referendo sobre a regionalização e sobre as questões europeias, coisa que o PSD sempre recusou, quero congratular-me com essa mudança de posição do PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, agradeço que termine.

O **Orador: —** E mais: pelos vistos, o efeito das posições que temos defendido tem sido de tal forma positivo e a mudança de posição do PSD tem sido de tal forma positiva que, felizmente, a tudo isto teremos que associar uma salutar determinação em resolver questões institucionais que, infelizmente, se arrastavam há muito tempo na nossa sociedade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, em primeiro lugar, devo dizer que, pelo barulho na Sala, não consegui perceber tudo o que disse, mas do que ouvi pareceu-me ter graça.

Risos do PSD.

Ouvi a primeira parte da sua intervenção, essa consegui ouvir, em que o Sr. Deputado fez uma confusão enorme sobre a razão por que o PSD, durante um ano, não apresentou qualquer proposta de referendo, mas vou tentar explicar-lhe.

É que, face à Constituição da República Portuguesa, só pode haver propostas de referendo quando existam iniciativas legislativas e a vossa iniciativa legislativa foi chumbada em Fevereiro do ano passado. Portanto, não era possível ao PSD apresentar qualquer proposta de referendo porque não havia nenhuma iniciativa legislativa. Nem nossa, nem de qualquer outro partido.

O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — Bem lembrado!

O **Orador: —** Quando começou a dizer que o PSD recuou ou não recuou, nessa altura, já começou a entrar naquela fase em que não consegui perceber — e peço

desculpa — aquilo que disse, mas devo dizer-lhe que a sensação com que fiquei foi — e peço novamente desculpa — a de uma esperteza saloia.

Risos do PSD.

É que toda a gente percebeu neste país, e aparentemente o Sr. Deputado esforçou-se por tentar dizer o contrário, se bem percebi o que tentou dizer, que o Partido Socialista mudou de opinião e que o Partido Social Democrata, desde o início, teve uma posição, bateu-se pelo referendo e conseguiu que os portugueses se pronunciem em referendo sobre esta matéria. Isto é, o Sr. Deputado tentou vir aqui dizer que era tudo ao contrário, que estávamos todos distraídos, ninguém tinha percebido nada, o Sr. Deputado é que percebeu tudo. Sr. Deputado, tudo isto foi uma artimanha, uma montagem do Partido Socialista para derrotar o Partido Social Democrata! Confesso que agora já não sei se esta parte fui eu que a interpretei mal ou se foi a tal parte em que, pelo barulho na Sala, as coisas estavam um bocadinho difíceis de entender.

Todavia, devo dizer-lhe que isto se parece com a tentativa, que eu também ontem ouvi, do Partido Socialista de dizer que, afinal, tinha sido sempre este partido o grande defensor da lista fechada para a eleição dos juízes para o Tribunal Constitucional!

Risos do PSD.

Sr. Deputado, ouvi isso aqui ontem, no Plenário. Não queria acreditar, mas ouvi. Podia ter sido lapso meu, mas hoje, depois de o ouvir, começo a pensar que, para além do embuste eleitoral que foram as promessas socialistas e do tal jogo de espelhos, de que eu falava da tribuna, em que o Partido Socialista apresenta aos eleitores portugueses a figura simpática do Engenheiro Guterres, também a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista aparentemente entra nesse jogo de espelhos e diz hoje umas coisas, amanhã outras e deve pensar — e aí é que utilizo a sua expressão — que os portugueses são todos parvos e não percebem o que se está a passar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, ouvi a sua intervenção com muita atenção e, enquanto o ouvia, ocorreu-me que o projecto de resolução que hoje estamos a discutir não é aquele que o PSD sempre defendeu que seria o ideal sobre esta matéria.

O PSD sempre defendeu que o ideal seria a realização de um referendo antes de qualquer decisão da Assembleia da República, num ou noutro sentido, sobre um projecto de alteração da lei em vigor em matéria de interrupção voluntária da gravidez. E não posso deixar de recordar que VV. Ex.as não podem senão considerar uma vitória do País a eventual realização deste referendo, porque vossa não é! Por uma razão: para ter sido a vossa vitória, VV. Ex.as deviam ter tido a coragem de levar a votos o primeiro projecto de resolução. Todavia, não tiveram essa coragem.

Aliás, quando retiraram esse primeiro projecto, sem explicações, deram a entender que havia «misturas» no circuito e, eventualmente, já não se estava apenas a tratar do referendo do aborto, mas de outras matérias menos importantes, por muito relevantes que fossem, como se veio a constatar nos dias seguintes.

Estamos hoje, portanto, a discutir o resultado de uma táctica entre o PS e o PSD e não um projecto de fundo, de que o PSD abdicou naquele dia que o Sr. Deputado citou.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Deputado, a questão é muito simples: por mais importante que seja, não há referendo mais importante do que a posição de fundo sobre o referendo. Um referendo é, aliás, uma exigência suplementar aos próprios partidos políticos e a toda a sociedade no sentido de os convocar a exprimir, cara a cara, a sua posição de princípio sobre as questões que vão ser referendadas.

V. Ex.ª acabou de dizer, e bem, que o PS mudou de posição. Isso já todos sabemos. Agora, precisamos de saber qual é a vossa posição, uma vez que, recentemente, um órgão de comunicação social lembrou-nos que o actual líder do PSD participou na redacção do Programa do PPD, em 1974, no qual defendeu a despenalização do aborto. Por outro lado, há pouco tempo, num tempo de antena do PSD, o líder do PSD não se pronunciou sobre a questão de fundo.

Com efeito, VV. Ex.as têm falado muito do referendo sobre o aborto — e ainda bem! —, mas ainda ninguém vos ouviu dizer qual é a posição do PSD, designadamente se vai responder «sim» ou «não» à pergunta que hoje estamos aqui a discutir. E essa, Sr. Deputado, é muito mais importante do que qualquer posição sobre o referendo em si próprio. Os referendos são instrumentais, servem para dirimir questões de fundo e essas é que são verdadeiramente importantes.

Posto isto, pergunto ao Sr. Deputado Luís Marques Guedes o seguinte: qual é, de uma vez por todas, a posição do PSD sobre a pergunta, qualquer que ela seja, que a Assembleia da República vote? É «sim» ou «não»? Ou não terá o PSD coragem política para tomar essa posição?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Ferreira, em primeiro lugar, quero agradecer-lhe a atenção com que me escutou — aparentemente, não escutou com toda a atenção, mas já lá vamos!

O Sr. Deputado começou por referir que o PSD reivindicou vitória nesta matéria. Ora, aí o Sr. Deputado entendeu mal, porque eu afirmei, várias vezes, da tribuna, que a vitória é dos portugueses: não foi o PSD que ganhou, foram os portugueses. Disse e repito-o.

Lutámos por essa vitória, batemo-nos por ela e soubemos ser consequentes relativamente ao objectivo da realização do referendo, desde o início; nunca abandonámos esse objectivo e estivemos sempre unidos a batermo-nos por ele. Teremos, seguramente, algum mérito pelo facto de o ter alcançado, mas, eu disse e repito-o, a vitória não é do PSD, a vitória é dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** O Sr. Deputado referiu-se ainda à coragem — ou à falta de coragem — do PSD, a propósito do debate realizado há 15 dias. Com toda a franqueza, somos sérios e determinados sobre esta questão, mas não ingénuos! O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que, da forma como decorreu o debate de há 15 dias, à partida, estava totalmente inviabilizada, pela tal exaltação ideológica de que há pouco falava, pela tal necessidade de «chegar à frente» e pelo tal desejo irreprimível do momento de glória de algumas pessoas da bancada socialista, qualquer hipótese de votação favorável à proposta de referendo. Nós percebemos isso, mas, se o Sr. Deputado não percebeu, lamento!

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Exactamente!

O **Orador: —** Também sobre aquilo a que chamou a questão de fundo sobre a posição do Partido Social Democrata, devo dizer-lhe o seguinte: eu já sabia, e disse-o no meu discurso, que o Partido Socialista ou, pelo menos, o Grupo Parlamentar do

PS não conseguia entender, até ao momento, a diferença entre o que é a intervenção político-partidária e o que constitui o espaço individual e de consciência dos cidadãos. Fiquei agora a saber que o Sr. Deputado também não entende essa diferença.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Elisa Damião.

A Sr.ª **Elisa Damião** (PS): — Sr. Presidente, Sr as e Srs. Deputados: O PSD apresenta a esta Câmara, qual menino bem comportado, uma resolução para o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, «envelopado» na pia intenção de redimir pecados alheios — os do PS e os dos milhares de portuguesas que, sem licença do PSD, recorrem ao aborto clandestino.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora: —** Não me espanta o facto de, logo na primeira página do seu preâmbulo, o PSD considerar que a questão do aborto deve ser abordada apenas sob o ponto de vista técnico-científico. Já sabia que, para o PSD, não há causas sociais que produzam efeitos indesejáveis na vida das pessoas, que condicionam a sua liberdade a tal ponto que lhes negam o direito à dignidade.

Pois, Srs. Deputados, para as mulheres pobres, a consciência, a honra e até a dignidade são luxos a que não se podem permitir e que os senhores lhes negam com esta vossa concepção, que, finalmente, compreendemos, porque sobre esta matéria não tínhamos percebido o que ocultava a posição do PSD.

Na verdade, para o PSD, as mulheres são apenas mero teatro das operações dos técnicos e cientistas — não têm alma, sentimentos, anseios, nem o direito de os fazer valer. Sob esta aparente racionalidade, esconde-se e protege-se uma moral arcaica, fundada num conceito de um «Deus masculino».

Frei Bento Domingos, no prefácio da edição portuguesa de *A Mulher na Igreja*, de Anne Carr, afirma, citando Santa Teresa D'Ávila: «Não sigam só uma das partes da Sagrada Escritura; olhem também para as outras».

Se no discurso eclesiástico ou teológico-cristão, desde o Concílio do Vaticano II, não se proclama a inferioridade das mulheres — embora se tenham esquecido, lamentavelmente, de lhes pedir desculpa —, na resolução que nos é proposta está implícita a subordinação da mulher a uma moral tradicional orientada para o passado.

Como separar o relativo do absoluto? Até que ponto as películas sobrepostas pela história poderão ser separadas do cerne da questão? Que mudanças são permitidas? A que mudança a ciência obriga e que mudanças a vida exige? Sobre tudo isto, o PSD não tem qualquer opinião, nem responsabilidade

Para muitos pensadores cristãos surge um novo paradigma e só o exercício da liberdade responsável é caminho seguro para as respostas ao alcance das nossas limitações humanas. Mas há quem conteste os dogmas incomportáveis com a evolução do conhecimento derivado das ciências biológicas humanas e sociais.

O PSD quer, quando muitos cristãos o não aceitem, preservar a ordem passada, quando o cristianismo ecuménico a supera e, neste acto, se reconcilia com a vida.

A pergunta aparentemente inocente que o PSD coloca — «não existindo razões médicas, o aborto deve ser livre durante as primeiras dez semanas?» — é, à luz do pensamento moderno, manipuladora das consciências. O PSD, qual Tartufo, quer estar bem com Deus e com o diabo, como já aqui o demonstrou.

Aplausos do PS.

Dei comigo a compreender o que na infância considerei um radicalismo de Martinho Lutero: «A Fé deve ser colocada aos pés da razão, dos sentimentos e da

compreensão». Conclui que igualmente se não pode coarctar a liberdade das confissões, mas também dos sentimentos, e deve atentar-se na compreensão do fenómeno social que leva as mulheres a abortar. Sobre isto o PSD nem reflectiu!

A pergunta do PSD põe em causa, inclusivamente, a legislação em vigor, por incluir a criminalização do aborto ético, tal como referiu o Sr. Deputado Luís Marques Guedes. E uma vez aprovada a questão que o PSD quer colocar, fica em causa uma lei da República, a Lei n.º 90/97, que beneficiou, inclusivamente, dos seus votos favoráveis.

O PSD põe, assim, também em causa o Parlamento e as suas leis, ao pretender colocar a sufrágio uma decisão já tomada pelo órgão legislativo por excelência e não contestada. E para aqueles que vão dizer que também o PS põe em causa uma lei que foi aprovada na generalidade, quero deixar claro que o PS tem consciência que uma lei só é lei aquando da sua promulgação e quando se torna efectiva.

Infelizmente, esta é uma lei que exige uma legitimidade acrescida, já que a do Parlamento não está em causa. Está em causa, sim, a vontade mobilizada do povo português para colocar, de uma vez por todas, o PSD «na ordem», já que não lhe bastou ter perdido as últimas eleições.

Aplausos do PS.

Mais grave ainda é pretender-se que a partir da proposta de lei do PS, aprovada na generalidade, o aborto é livre, quando o que legislador pretende é apenas evitá-lo. E quando este é inevitável, as condições e limites previstos na lei retira-lhe apenas as sanções hipócritas, ditadas por interesses mesquinhos, conservadores, impróprios das sociedades evoluídas, nossas contemporâneas em quase tudo, nomeadamente mais tolerante no que às mulheres diz respeito.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Para os católicos o aborto é proibido à luz das suas convicções e se, para os que pecam, a Igreja tem, felizmente, mecanismos de perdão, já para o PSD não haverá perdão se pretenderem condenar as mulheres portuguesas à prisão, ao vão de escada, em nome de pseudo-vitórias mesquinhas, baseadas na manipulação de legitimas convicções de boa e respeitável parte do povo português, das dúvidas de uma larga percentagem e da omissão das realidades sociais e científicas, com fitos meramente oportunistas.

Quem tem afinal medo do povo português? Quem tem medo da consulta popular?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O PS!

A **Oradora: —** É caso para perguntar ainda: *Quem tem medo de Virginia Woolf?*, quando em 1928 partiu à procura da causa da pobreza das mulheres?

A resposta é: o PSD, porque quer partir com a interrogação armadilhada, com os dados viciados, numa questão em que o jogo partidário não é legítimo e é mesmo imoral à luz de qualquer ética.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito bem!

A **Oradora: —** Para o aborto houve sempre, e continuará a haver, uma tolerância social. Aqueles que legitimamente estão contra, por razões confessionais, punem as mulheres que o praticam com actos de contrição. Apenas o PSD as quer punir com pena de prisão.

Esta é, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a questão que tem de ser colocada ao povo português: a de saber se querem punir com pena de prisão as mulheres que, por razões atendíveis, dentro dos limites previstos na lei, pretendem interromper a gravidez e, bem assim, os técnicos que aceitam a sua escolha.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Correia da Silva.

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Elisa Damião, o meu pedido de esclarecimento é muito breve. Naturalmente que a Sr.ª Deputada é livre de ter as suas convicções e opiniões, mas penso que a sua liberdade deve acabar quando atira epítetos pouco elogiosos para aqueles que não concordam com elas.

A Sr.ª Deputada afirmou, da tribuna, que aqueles que são contra a liberalização do aborto, contra o aborto em qualquer circunstância, dependendo apenas da vontade da mulher, contra as sociedades modernas e defendem valores conservadores são «atrasados» e «mesquinhos»!? Sr.ª Deputada, esse é o «rótulo» do Sr. Primeiro-Ministro, o «rótulo» do Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista? Convenhamos, Sr.ª Deputada...

É que, para além do respeito que entendemos que nos é exigido e devido, pensamos que esse respeito também é devido ao Sr. Primeiro-Ministro de Portugal!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Bem visto!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Elisa Damião.

A Sr.ª **Elisa Damião** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Correia da Silva, manifestei o mais profundo respeito por aqueles que são contra o aborto, porque eu própria também sou contra o aborto.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Menos pelo PSD!

A **Oradora: —** Menos pelo PSD, é evidente!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — E por boas razões!

A **Oradora: —** Sr. Deputado, até podia citar uma figura do Novo Testamento e dizer como Cristo: «Tu o disseste». Mas não o digo, porque o senhor quis falar em nome do PSD quando devia estar calado, por respeito pelas suas convicções confessionais e pela sua posição.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora: —** Pergunto ao Sr. Deputado Nuno Correia da Silva se o que está em causa é descriminalizar o aborto, é colocar as mulheres na prisão ou é o direito à vida.

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — É o direito à vida que está em causa!

A **Oradora: —** Sr. Deputado, não é o direito à vida que está em causa, porque não lhe admito que defenda mais a vida humana do que eu própria!

Aplausos do PS.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Isso é uma contradição!

A **Oradora: —** Hipocritamente, com a sua complacência e em nome de um pseudo-direito à dignidade da vida humana, o Sr. Deputado esconde que há mulheres que, todos os dias, a colocam em risco, num vão de escada, e isso não o preocupa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate que aqui estamos a travar, como é público e notório, não se destina a aprovar qualquer referendo e respectiva pergunta sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, porque na linha do acordo PS/PSD não é este o momento de o fazer.

Este debate, sem objectivo parlamentar, realiza-se, Srs. Deputados do Partido Socialista, porque o PSD, depois de vos ter conduzido a dar o dito por não dito, sente o direito de vos humilhar, explicando publicamente que é ele quem conduz o jogo ou, como foi escrito por um constitucionalista que já se sentou na bancada do PS, «que é ele, PSD, quem toca a música que o PS dança».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Não é com quem põe em evidência a figura que estão a fazer que os Deputados socialistas se devem agastar. Se têm de o fazer com alguém, é convosco mesmo, com a vossa consciência, e com a questão do respeito devido às mulheres portuguesas e à defesa dos seus interesses e da sua dignidade.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A bancada do PS escolheu, no tempo devido, com a bancada do PCP, a via da exclusiva aprovação parlamentar, sem recurso ao referendo, para fazer a lei de despenalização do aborto dentro de certas condições. Foi uma opção consciente, feita por várias razões, mas por uma fundamental: porque do que se trata é de um grave problema de saúde pública, que, os que achavam que tinha de ser assumido e resolvido sem hipocrisia, entendiam que não se podia esperar mais. Entendiam, pois, que criadas as condições parlamentares da aprovação da lei, não se podia fugir mais tempo à responsabilidade.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Foram muitos os Deputados do PCP e do PS que o disseram aqui nesta tribuna no passado dia 4 de Fevereiro. Recordo as palavras justas, empenhadas e cheias de vigor da Deputada Odete Santos, minha camarada de bancada, como as palavras, a semearem esperanças, dos Deputados do PS Sérgio Sousa Pinto, Manuel Alegre, Alberto Martins, Francisco Assis. Palavras!... Palavras leva-as o vento!... Mas, são palavras que respondem agora às palavras da Deputada Sónia Fertuzinhos, que falou pela bancada do PS e que aqui disse: «o aborto clandestino é a segunda causa de morte materna em Portugal, (...) a sociedade sabe, mas consente, é cúmplice, (...) a mortalidade de grávidas por complicações de aborto foi responsável em 1995, por três em cada nove mortes maternas, (...)», e a concluir, «estas mortes são intoleráveis, porque podem ser evitadas». E agora, que respondem a estas palavras?

Aplausos do PCP.

A Deputada Sónia Fertuzinhos dizia: «se para alguns é suficiente uma lei que reprime e condena o aborto, mas não tem a coragem para condenar as mulheres que a ele recorrem, deixando-as sozinhas numa decisão que põe em risco as suas vidas e saúde, então, é hora de dizer basta; se para os mesmos, tapar muito bem os olhos é o suficiente para dormirem tranquilos, então é hora de dizer basta; é hora de dizer basta a este faz-de-conta; é hora de dizer o rei vai nu». Afinal, era a hora de quê? Dos jogos de bastidores? E as mulheres? E o problema de saúde pública?

A proposta que o PSD apresentou pouco mais de uma hora após a votação do passado dia 4 de Fevereiro foi e é — isto é o mínimo que dela se pode dizer — uma proposta indecente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Porque se ajustava ao milímetro a um discurso que no PS quisesse dar o dito por não dito, ajustava-se tão perfeitamente que tem de se perguntar se não estava já escrita e acertada previamente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Aqueles que na bancada do PS alegam boa fé, podem explicar: não percebem isto perfeitamente? Não parece que alguém ficou a ver se no dia 4 de Fevereiro passava algum projecto para depois, se ele passasse, lhe lançar de imediato o referendo como um cutelo?

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Podem explicar mais: se o resultado da votação das leis tivesse sido a sua rejeição, lembrar-se-ia o PSD ou o PS de propor qualquer referendo?

A proposta do PSD é também indecente por pôr a Assembleia da República de rastos. Escolher a via parlamentar, andar — como andou o PS — a dizer que era a seguir às autárquicas que o projecto de lei seria agendado e votado, andar publicamente a pressionar o PCP para não agendar o seu projecto de lei antes das autárquicas, marcar a data da votação com recurso a um agendamento potestativo, fazer campanha contra o referendo em nome da legitimidade da Assembleia e depois disso tudo capitular e deixar escapar-se entre os dedos o que tão laboriosamente tinha sido conseguido, tudo isso é tratar a Assembleia como um joguete, nas mãos de interesses partidários e de arranjos de corredor. Pura e simplesmente, uma vergonha!

Aplausos do PCP e de Os Verdes..

A proposta do PSD é ainda uma proposta indecente porque são as mulheres, a sua cidadania, a sua dignidade, a sua saúde e vida, que foram usadas como moeda de troca. Essa foi sempre, em todo este processo, a lógica da direcção do PSD. Compreende-se: se há base eleitoral realmente dividida nesta matéria é a base eleitoral do PSD.

Para quem tiver presente as profundas dissemelhanças entre o certo PSD rural e um certo PSD urbano, o dos quadros técnicos homens e mulheres, não tem dúvidas de que o PSD, como partido, estava condenado a dividir-se. Por isso, o referendo é uma tábua de salvação, uma desculpa, uma fuga. Ao ganhar a batalha do referendo, o líder do PSD safou-se de um grande entalanço.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** E quem havia de fazer o seu jogo?

Pergunto — pergunta retórica, mas que tem de ser feita: se a campanha das homílias for levada ao extremo, se os vídeos obscenos levarem ao vómito e à guerra total, se as chantagens e os medos políticos, que no PS são mais que visíveis, levarem à derrota da lei, que fazem os Deputados do PS? Lavam as mãos? Dizem às mulheres condenadas ao aborto clandestino que não têm responsabilidade nisso?

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Mas se não têm responsabilidade no que se passa no País, então, para que existem a Assembleia e os Deputados? As mesmas sondagens de resposta óbvia — se se perguntar a alguém se quer dar opinião e votar sobre um assunto importante, porque é que se há-de dizer que não? — vão respondendo à pergunta sobre o sentido de responsabilidade da Assembleia revelar que ele é muito, muito baixo.

O PS já ontem deu aqui o sinal do que é realmente este acordo. Na matéria do Tribunal Constitucional, teve de votar o projecto de lei apresentado pelo PSD, apesar de este ter empalmado malcriadamente para si mesmo aquilo que era um texto que não lhe pertencia e sobre o qual havia contactos para a sua subscrição conjunta. Teve de votar como o PSD quis a única questão em que nessa lei tinha uma posição diferente.

E daqui para a frente? Não podem aprovar agora a pergunta, para que ela não seja submetida ao actual Tribunal Constitucional, porque, como escrever o Professor Vital Moreira, é preciso ver se o referendo «vai passar na fiscalização prévia (...)».

Têm assim de aguardar a publicação desta lei, exigindo ao Presidente da República promulgação meteórica e nada de fiscalização prévia da constitucionalidade. Têm de se entender para a composição do Tribunal Constitucional, sujeitando-se presumivelmente a mais vetos, como os que o PSD já fez em relação a alguns dos nomes que aqui adiantaram. Os juízes eleitos têm que cooptar os restantes, têm de votar uma pergunta, têm de exigir, mais uma vez, ao Presidente uma aprovação meteórica, e o mesmo ao novo Tribunal Constitucional, têm de aprovar a lei do

referendo, com todos os escolhos que a enxameiam, incluindo o voto dos emigrantes, e têm de arranjar mais uma promulgação meteórica.

Entretanto, está a correr o recenseamento e, neste momento, a previsão é que ele termine a 31 de Maio, na *death line*, com mais um mês de inalteralidade que os Srs. Deputados do PSD introduziram aqui na votação na especialidade.

Admita-se, por hipótese, que este exercício de obstáculos, que parece uma prova de resistência para *rangers*, é vencido e que há mesmo referendo, a 5 de Julho, por exemplo. Se assim for, aqui declaramos, sem hesitações, que o PCP escolherá o caminho da verdade contra a hipocrisia, o caminho da defesa da mulher e da sua dignidade contra a sua condenação à degradante condição da clandestinidade e do labéu de criminosa, o caminho da defesa da saúde e da vida contra o aborto clandestino e o seu cortejo de atentados às condições de segurança e higiene. Faremos campanha pelo «sim».

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

É o cumprimento do nosso programa político, é uma exigência da posição de esquerda, que assumimos. E o PS? Como cumpre o seu programa, o seu compromisso fundador, o seu engajamento ideológico? Parece que a tentação do abismo foi mais forte do que a coerência, assumida na votação de dia 4 de Fevereiro. O PS parte para este debate sem posição? Não é possível, não se acredita! Parte com o Secretário-Geral com posição contrária à da maioria do partido? É um autêntico *study case*...! O Secretário-Geral vai estar em silêncio? Há silêncios que ensurdecem!... E o pior é que nada vai conseguir travar que a fala do Secretário-Geral do PS seja usada e abusada nos tempos de antena do «não» a criticar a posição da maioria do PS.

Srs. Deputados socialistas, os senhores e as senhoras ainda estão a tempo de decidir. Nós, PCP, pronunciamo-nos agora pela retoma da via parlamentar e pela aprovação da lei.

A coragem não é ir atrás do PSD nem das sondagens de resposta óbvia; a coragem é saber ouvir o clamor das mulheres portuguesas, é saber responder aqui, agora, com a lei que mude esta hipocrisia e indignidade em que nos atolamos, às mulheres que as sofrem e todos os que com elas partilham este sonho de responsabilidade, de companheirismo, de amizade, de amor, este sonho com que, pela nossa vontade e pelas nossas mãos, queremos moldar o futuro.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados José Magalhães e Manuel Alegre.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Deputado João Amaral, o senhor foi injusto em relação a esta bancada e creio que perdeu o sentido do objectivo principal da sua intervenção, que, suponho, era o de contribuir para uma discussão sobre o drama e o flagelo do aborto clandestino em Portugal e a forma de lhe dar resposta.

Essa injustiça deve ser sublinhada porque há, manifestamente, entre nós um ponto de coincidência e um ponto de divergência. Nesta bancada, ninguém coloca o dedo senão na chaga do aborto clandestino, propondo soluções para lhe dar resposta, querendo e batendo-se por essas soluções.

Sobre essa matéria não pode haver nenhuma dúvida e tudo o que seja intriga é intriga divisiva, que enfraquece aqueles que, em Portugal, querem combater esse flagelo. Não merecemos essa declaração, não merecemos essa suspeição e dificilmente podemos aceitar uma «aula de porte» nessa matéria.

A Sr.ª **Elisa Damião** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** A questão que se coloca nesse domínio é que, de facto, ali há quem tenha uma atitude dupla e hipócrita.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Ali? Ali onde? Trate lá do seu partido!...

O **Orador: —** Ninguém, ali, pede prisão para as mulheres que abortam em Portugal, ninguém, ali, pede que o flagelo seja combatido com cadeia, com algemas, com violência e com repressão... É uma atitude incongruente, incoerente e que sublinharemos sempre. A nossa proposta visa diminuir o número de abortos clandestinos, cometê-los em prazos e condições de saúde e de segurança que protejam a vida das mulheres portuguesas e não que contribuam para o objectivo contrário. Isto não pode ser diminuído ou alterado!

Sr. Deputado, não convergimos em relação à questão do método. A partir do momento em que se gera na sociedade portuguesa um movimento patente, social, com expressões diversas e com projecção do tecido partidário para um referendo sobre essa matéria, nós só podíamos ter duas atitudes — e aqui temos uma divergência claramente: uma, era a de dizer não por razões de princípio e não o fizemos.

No ano passado, em Fevereiro de 1997 chegámos a admitir e propor um referendo, em condições que o Sr. Deputado muito bem conhece, porque precisamente não havia uma razão de princípio para rejeitar tal hipótese.

Foi o PSD — e as baterias de V. Ex.ª devem virar-se para o PSD e aí justamente — que impediu a realização desse referendo e que depois disso não colocou nunca mais a questão do referendo, a não ser na primeira vez em que o PS, tendo marcado o debate do projecto de lei que tinha apresentado, forçou o PSD a assumir a posição — uma reviravolta, é um facto! — que durante meses se tinha recusado a assumir.

Colocados perante essa reviravolta de posição, Sr. Deputado, o que é que devíamos fazer? O que V. Ex.ª aqui propõe? Votar de imediato e na mesma, ignorando essa mudança de posição, a disponibilidade do PSD para fazer três referendos, dos quais dois no mesmo dia, como o PS sempre tinha proposto e insistido várias vezes? Devíamos ser surdos a essa reclamação social? Devíamos ignorar o peso que essa reclamação social tem?

Decidimos, democraticamente e num processo que creio que é exemplar, não o fazer. Aliás, fizemos essa discussão pública e transparentemente e isso foi assumido de forma legítima, no momento, pelos órgãos próprios, explicado e fundamentado e plenamente assumido pela bancada e pelo PS.

Teria sido bom, Sr. Deputado João Amaral, que esta questão tivesse sido isenta de «taticismos» por parte do PSD.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Olha quem fala!

O **Orador: —** Mas pede-nos V. Ex.ª que, além de governarmos a nossa casa, ainda governemos o irracionalismo do PSD, o «taticismo» do seu presidente, a volubilidade, os ziguezagues, as reviravoltas e as piruetas?... Sr. Deputado, isso é difícil de mais e nem V. Ex.ª o conseguia!

Por último, Sr. Deputado, o que vamos fazer? Vamos, passo a passo, fazer aquilo que é necessário fazer para haver referendo e o PS vai partir para esse debate tal como é: um partido tolerante, plural, laico, com o seu estilo próprio — não com o de V. Ex.ª —, de corpo inteiro, participando nesse debate para fazer vencer um conjunto de ideias segundo a vontade do povo português.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra da minha bancada.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Sr. Deputado José Magalhães não tinha qualquer argumento face ao ataque muito certeiro do Sr. Deputado João Amaral e foi de muito mau gosto que, não tendo argumentos para responder a esse ataque, o Sr. Deputado tenha o desplante — permita-me que use esta expressão — de apontar para esta bancada.

Sr. Deputado, aquilo que o senhor e a sua bancada toda confundiram foram duas coisas muito importantes: entre a forma e a substância e entre a coragem e as convicções. Os senhores agarraram-se a questões formais para esconder a substância desta matéria, ...

O Sr. **Nuno Correia da Silva** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora: —** ... a qual ou é vista como a vê o Sr. Deputado João Amaral ou é vista como eu a vejo, e não como o senhor a vê. E isto ficou claro!...

Ora, como não há convicções nem coragem, os senhores não podem ter outro discurso, porque aquilo que ficou claro — e aí tenho de acompanhar outros oradores que já me antecederam — para o povo português e, muito particularmente, para as mulheres portuguesas, a quem VV. Ex.as criaram expectativas, e não fui eu quem as criou, foi uma grande fraude. É a isso que o Sr. Deputado José Magalhães não pode nem sabe responder.

Mas quando o Sr. Deputado José Magalhães não souber nem puder responder a qualquer coisa nesta Câmara, faz favor resolva a questão internamente e não aponte para a minha bancada,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora: —** ... porque nós temos a certeza absoluta de que assim como começámos assim acabaremos: com coragem para dizer aquilo que, às vezes, não se gosta de ouvir, eventualmente, com a discordância de muitos, mas também, certamente, com a concordância de muitos outros.

A isto chama-se convicções, chama-se coragem e nunca nesta matéria, por uma questão de respeito por aquilo que está em causa, seja qual for a posição de cada um, se deve confundir a forma com a substância.

V. Ex.ª confunde tudo porque não tem resposta para dar nem à sua bancada, nem às mulheres do seu partido, nem às mulheres de Portugal! Quando tiver esse problema, resolva-o como quiser, mas atirando a questão para este lado V. Ex.ª não resolve nada, porque eu não deixo!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, a sua intervenção revela o profundo desconforto que a caracteriza em todo este debate.

Protestos do CDS-PP.

V. Ex.ª ergue-se como anjo justiceiro, esticando agora o dedo contra nós, como se tivesse uma espécie de monopólio da coragem e da convicção, precisamente V. Ex.ª que tem utilizado o debate do aborto para uma mesquinha e, aliás, infecunda e abortada campanha eleitoral no interior do seu partido descomposto e em situação de crise.

Protestos do CDS-PP.

Sr.ª Deputada, tenha nesta matéria um porte mais moderado.

O Sr. **Nuno Abecasis** (CDS-PP): — Isto é uma vergonha!

O **Orador: —** Em segundo lugar, a Sr.ª Deputada deu um prémio ao Sr. Deputado João Amaral, um verdadeiro «globo do embaraço». O Sr. Deputado João Amaral terá

de carregar esse «globo» escondido; aliás, será um «globo» que, seguramente, não o honrará nem lhe fará nenhum bem no mundo, mas é, digamos, um pequeno truque parlamentar.

Agora, em matéria de questão de fundo, Sr.ª Deputada, em nome de que é que V. Ex.ª se ergue como anjo vingador quando aquilo que eu disse é de pura objectividade? V. Ex.ª, nesta matéria, em vez de travar um debate equilibrado — mais equilibrado foi o que travou no ano passado, diga-se em abono da verdade — em torno de pontos de aproximação e de diferença que há na sociedade portuguesa e nesta Câmara também, conduz uma táctica com métodos de demagogia violentíssima, acusando-nos de objectivos que não temos e arrogando-se de virtudes que V. Ex.ª não tem e não tem a título nenhum!

Protestos do CDS-PP.

Portanto, quando V. Ex.ª abre o seu «escritório» e diz aqui: há atestados de convicção e de coragem, eu digo-lhe que V. Ex.ª não tem qualificação para notária e não tem convicção nem legitimidade para mandar atestados de coragem a ninguém desta bancada e de outras.

De facto, não lhe aceitamos essa lição! Mas, Sr.ª Deputada, pense na monstruosidade do seu argumento: V. Ex.ª diz-nos que não há aqui convicção. Pergunto-lhe: mas que convicção é que exibe essa bancada na posição radical em que V. Ex.ª se colocou agora, este ano, ou seja, numa posição de deriva demagógica, perigosíssima, quando perante o estado actual do aborto clandestino em Portugal VV. Ex.as adoptam a atitude que têm adoptado?

Quer V. Ex.ª propor a revogação da lei que está em vigor, revista em 1997? Quer V. Ex.ª fazê-lo em nome das concepções extremas que o Deputado que está sentado atrás de si de vez em quando invoca, sem ter ideia das suas consequências? Quer V. Ex.ª alterar o actual quadro legal, regressando ao Código Penal de 1886? Quer V. Ex.ª aprovar aquele projecto abortício que aqui foi rejeitado na passada semana ou há pouco tempo, com voto alargadíssimo, para proibir qualquer forma de aborto?

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — V. Ex.ª passou-se!...

O **Orador: —** Quer V. Ex.ª pôr na cadeia as mulheres que recentemente, numa revista pública, disseram «Eu abortei.»? Vai V.Ex.ª já à PJ fazer o triste trabalho, «casaquiano», de delatar essas mulheres?

Eu não acredito, Sr.ª Deputada! Honra lhe seja feita, enquanto foi directora de um estabelecimento hospital, V. Ex.ª não delatou, que eu saiba, qualquer mulher que tenha abortado e que tenha passado pelos seus serviços.

O Sr. **Presidente: —** Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — Olhe, uma ajuda piedosa!...

O **Orador: —** Fez bem, Sr.ª Deputada, mas fez melhor nessa altura do que fez agora, quando ergueu a espada da demagogia para dizer o que sem razão nenhuma disse, ofendendo esta bancada. Rejeitamos veementemente essa ofensa e não lhe aceitamos essa autoridade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** A Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu tenho de defender outra vez a honra da minha bancada.

O Sr. **Presidente: —** Não pode fazê-lo, Sr.ª Deputada. Não há defesa da honra contra explicações. Não tem tradição nesta Casa.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Posso interpelar a Mesa, Sr, Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Se for uma interpelação verdadeira, tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Não há tradições de ofensa.

O Sr. **Presidente: —** Sr.ª Deputada, não há tradição nesta Casa de defesa da honra contra explicações dadas na sequência de uma defesa da honra. Podemos instituir isso no novo Regimento, mas enquanto não for feito...

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Então, Sr. Presidente, peço-lhe que, no fim do debate deste projecto de resolução, me seja dada a palavra para defesa da minha honra pessoal.

O Sr. **Presidente: —** No fim do debate dar-lhe-ei, então, a palavra, com muito gosto, mas mesmo assim com alguma dúvida.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Amaral referiu o meu nome e eu quero dizer-lhe, em primeiro lugar e a título pessoal, que reafirmo aqui o que tive ocasião de referir durante o debate, ou seja, que esta Assembleia da República, sede da representação nacional, tinha e tem toda a legitimidade para decidir sobre esta matéria.

Mas uma vez que se optou pelo referendo, quero dizer-lhe que eu farei campanha pelo «sim» e é minha convicção que a esmagadora maioria desta bancada fará campanha pelo «sim», assim como a esmagadora maioria do Partido Socialista fará, sem dúvida, campanha pelo «sim».

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral. Não tem já tempo para fazê-lo, mas a Mesa concede-lhe dois minutos.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Magalhães, Sr. Deputado Manuel Alegre: Não quero entrar em chicana neste debate, nem nada que se pareça. Não vou retorquir à história do embaraço, não vou dizer que é o Sr. Deputado José Magalhães quem está embaraçado, não vou dizer nada disso! Não vou meter-me nisso porque o que aqui trouxe é uma questão muito séria, sem qualquer nível de intriga.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** Não faço qualquer nível de intriga porque foi o próprio Secretário-Geral do Partido Socialista que disse — ou mandou dizer —, no dia do debate, que o resultado da votação tinha sido para ele uma derrota pessoal. Isto tem um significado!

Aliás, o Sr. Deputado tem de compreender que esse nem sequer é um problema só do Partido Socialista, é um problema que tem a ver com a própria aprovação da lei, é um problema que toca a todos aqueles que querem a efectiva aprovação da lei.

O Sr. Deputado acusou o PSD de tacticismo e eu digo-lhe que o problema grave que houve em todo este debate foi o de o PS, em vez de se ter guiado por princípios e ter cumprido o calendário tal como ele estava definido — isto é, a assumpção da via parlamentar, como nós decidimos, livremente, porque decidimos que era a vida parlamentar —, ter cedido ao tacticismo.

Sr. Deputado, em relação ao posicionamento dos partidos quanto a esta questão, eu não tenho a mais pequena dúvida no que toca a PSD e ao CDS-PP. Estes dois partidos estão a fazer tudo o que podem para evitar a aprovação de uma lei que altere as condições em que é possível recorrer à interrupção voluntária da gravidez. Estão a fazer tudo o que podem para isso e eu estou em clara oposição ao PSD, não sou, nem quero ser, a muleta do PSD nesse objectivo. Agora, Sr. Deputado José Magalhães,

responda-me: quando os senhores aceitam a chantagem e mudam de terreno, o que é que fazem? Afinal, não são VV. Ex.as a muleta do PSD?

E vou dizer-lhe uma coisa friamente, Sr. Deputado José Magalhães: o PSD tinha, de facto, um grande problema com a votação das leis, porque apesar da esmagadora maioria da sua bancada ser contra a alteração que aqui era proposta, o PSD sabia que não era esse o sentimento do seu eleitorado, da sua base social de apoio. Mas como sabe também que na sua base social de apoio há uma profunda divisão, recorreu ao referendo para resolver um problema político.

Pois sabem VV. Ex.as o que é que sucede? Sucede que o Partido Socialista resolve o problema ao PSD, importando para si esse problema, que é real.

O Sr. Deputado Manuel Alegre disse há pouco que «a esmagadora maioria desta bancada fará campanha pelo «sim»». O problema aqui é saber como é que vota o Partido Socialista. Esse é, de facto, o problema que dificulta tudo isto e que coloca VV. Ex.as perante a gravíssima responsabilidade de, decidindo agora que não seguimos a via parlamentar, criar uma situação que pode, no seu resultado, não ser aquela que é favorável às mulheres portuguesas, aos seus interesses e dignidade. Era essa a razão de ser que devia ter-vos movido, a todos e nomeadamente a V. Ex.ª, e não foi isso o que sucedeu.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis

O Sr. **Nuno Abecasis** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Farei uma breve intervenção, já que não pode deixar de ser breve uma intervenção sobre esta matéria da parte de uma bancada que teve sempre a mesma posição, a da defesa intransigente daquilo que considera ser a vida e o seu começo, a da defesa intransigente também da vida das mulheres, mesmo das que praticam o aborto, não dando desculpas ao Estado para se esconder atrás de uma trincheira e para continuar a nada fazer pelo planeamento familiar, pela saúde e pela vida das mulheres.

Quero dizer também que o meu partido entrará no debate para este referendo claramente do lado dos que são a favor da vida, sem tergiversações e sem dissidências, e fá-lo-á porque entende que tem a obrigação de lutar pela vida e contra qualquer forma de pensa de morte.

Não aceitamos a doutrina nem a civilização da morte, não aceitamos que o Estado possa invocar limites para a defesa dos que sofrem e dos que têm a sua vida em risco, sejam mulheres ou crianças. E é com a coerência de quem não admite excepções na defesa da vida que nos bateremos neste campo. Uns concordam connosco, outros não concordarão, mas ninguém põe em dúvida a nossa coerência e acho de muito mau gosto — e a ela não responderei aqui — a atitude de Deputados que, não respeitando esta Assembleia, tentam intervir na vida interna do meu partido em vésperas de um congresso.

O menos que posso dizer é que isso não é aceitável esteticamente quanto mais moralmente. Não há nada que o possa desculpar e no caso do Sr. Deputado em causa é um desvario que o faz levar na peugada do rato, dentro de uma corrida informática que já não tem nada a ver com a vida parlamentar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje devíamos estar a fazer a votação final global da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Acaso o projecto de lei do PS, aprovado na generalidade pela

Assembleia da República há 15 dias atrás — um dos que, tal como o do PCP, estabelecia a despenalização da interrupção voluntária da gravidez —, tivesse sido rejeitado, não estaríamos aqui a discutir um projecto de resolução que propõe a realização de um referendo à alteração à lei do aborto.

Aliás, disse também numa intervenção, no dia 4 de Fevereiro, o Sr Deputado Manuel Alegre: «(...) os principais defensores e advogados do referendo depressa se esqueceriam dele se, porventura, os projectos hoje em discussão aqui fossem derrotados». E logo respondeu o Sr. Deputado Luís Marques Guedes: «Sem dúvida!»

Por aqui se vê que a intenção dos autores deste projecto não é ouvir os portugueses mas, sim, encontrar manobras para tentar inverter o resultado da votação feita na Assembleia da República no dia 4 de Fevereiro, onde se abriu o processo legislativo nesta matéria, pondo em causa a democracia representativa e o sistema democrático português.

Significa isto que a proposta do PSD tem tanto de hipócrita como de farsa política. Ocorre que o problema do aborto clandestino, a situação de milhares de mulheres que clandestinamente praticam aborto, não se compadece nem com hipocrisias nem com farsas políticas.

Significa isto que o PSD considera que esta Casa não tem legitimidade para decidir da despenalização da interrupção voluntária da gravidez mas tem legitimidade para decidir da continuação do aborto clandestino e da penalização das mulheres que o praticam. Isto é, no mínimo, intolerável!

Por isso, Srs. Deputados, sobre este projecto, que não passa de um baixo jogo político, de uma ilusão de valores, de um atentado à democracia representativa, não vale a pena dizer nem mais uma palavra.

Agora, Srs. Deputados, sobre a posição assumida pelo PS é preciso dizer alguma coisa.

O Deputado Sérgio Sousa Pinto fez esta afirmação no dia 4 de Fevereiro, e muitos Deputados do PS aplaudiram de pé, com presumível convicção: «Se as nossa propostas recolherem hoje apoio maioritário, o referendo (...) tornar-se-á o instrumento permanente do desrespeito e do desafio a uma lei democrática, em nome de uma ordem de valores estranha à Constituição da República (...)».

Não é possível que 24 horas depois alterem radicalmente posições, ou mesmo que hoje votem o projecto de resolução do PSD. Em nome da dignidade, em nome do respeito pelos valores democráticos, em nome do direito de opção das mulheres portuguesas por uma maternidade livre, consciente, desejada e feliz, não é possível que estes Deputados assumam uma tão inqualificável cambalhota política. Serviria isso para quê? Para ceder ao PSD em troca do voto do PSD noutras matérias? Então, a garantia da vida e da saúde de tantas mulheres, a garantia de uma gravidez feliz e querida, o combate ao aborto clandestino, a salvaguarda da saúde pública vale assim como moeda de troca?!

Se isso acontecer, não defraudarão só as expectativas que criaram nas mulheres portuguesas, defraudar-se-ão a vós próprios, à vossa dignidade, mas também à democracia portuguesa que, com acordos destes, com mesquinhices destas, não ganha, mas perde. São os permanentes acordos de bastidores, negociados fora do Parlamento, o diz-que-disse mas que afinal não disse, os que hoje afirmam isto mas amanhã já dizem aquilo. O que é que se pode esperar — que dignidade assumem — dos representantes dos cidadãos que, permanentemente, tomam esta atitude?

O Partido Ecologista Os Verdes considera que o início do processo legislativo, decorrente da aprovação, na generalidade, de um projecto de lei que despenaliza a interrupção voluntária da gravidez deve chegar ao fim seguindo os trâmites normais.

O Partido Ecologista Os Verdes reafirma que a despenalização da interrupção voluntária da gravidez significará a não criminalização de mulheres que a praticam, que a interrupção voluntária da gravidez será praticada em condições de segurança para a mulher e com um acompanhamento médico adequado, que combaterá vigorosamente o aborto clandestino, que permitirá, inclusivamente, a diminuição da prática do aborto em Portugal, como foi realidade nos países em que essa despenalização foi feita.

É preciso que, entretanto, fique claro que com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez ninguém é obrigado a abortar, ninguém é incentivado a abortar, como alguns querem fazer crer à falta de argumentos para negar o direito da mulher a optar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a pergunta que em consciência se vos faz é esta: devem as mulheres que abortam ser penalizadas? Quero ver quantos se vão levantar para dizer que sim!

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, é altura de atender o seu pedido de defesa pessoal da honra e consideração, mas só posso fazê-lo atendendo ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado José Magalhães e não à resposta.

De qualquer modo, tem a liberdade de usar da palavra como entender, porque pode formular dois pedidos ao mesmo tempo, um de defesa da honra pessoal e outro de defesa da consideração da bancada.

Tem a palavra.

A Sr.ª **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, fui educada a achar que «quem não se sente não é filho de boa gente», por isso, sob qualquer forma regimental, gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Magalhães que desde que nasci e tenho voz sempre o disse, e nunca me arrependi, quando me senti ofendida. Aliás, devo dizer que não me ofende quem quer, ofende-me quem pode, e não é o caso.

Sr. Deputado José Magalhães, considero que, na política, há regras e nós, mais do que ninguém, devemos lutar para que essas regras existam e sejam respeitadas. Quando se cai no insulto e no insulto fácil, a única razão que se pode descortinar é, de facto, não ter razão. Só quando não temos razão é que temos a tentação de cair no insulto e se o Sr. Deputado José Magalhães prestou alguma atenção ao meu comportamento ao longo destes três anos saberá que muito raramente resvalo para aí. Faço um grande esforço para isso, porque não quero confundir os planos. Estou aqui numa actividade política e não numa actividade pessoal e, em minha opinião, não dignifico essa actividade política quando insulto.

O Sr. Deputado José Magalhães nunca me ouviu, nem ouvirá, dizer que o Sr. Secretário-Geral do PS é também um católico e é também contra o aborto. Nunca faço essas confusões, nunca uso as pessoas nas suas duplas qualidades. Portanto, o Sr. Deputado José Magalhães não poderia nem deveria atacar-me através de um congresso que se vai realizar, onde talvez eu nem sequer seja candidata, e que não é trazido aqui à colação. Quando trazemos aqui à colação coisas que não estão directamente relacionadas com o que discutimos, só pode ser porque estamos numa situação de total falta de razão.

Para terminar, também trouxe aqui à colação o trabalho que com muito orgulho fiz, no terreno, junto de muitas dessas mulheres. Se o Sr. Deputado José Magalhães se puder orgulhar, como eu me orgulho, de uma solidariedade efectiva com essas mulheres, fico satisfeita por si, porque eu, por mim, estou muito satisfeita, uma vez que se tratou de uma solidariedade real, efectiva, sempre e em todos os momentos.

Não a publicito, não tenho porquê, mas, já que a trouxe à colação, esteja certo. Assim o Sr. Deputado José Magalhães seja tão solidário com as mulheres como eu tenho sido ao longo da minha vida!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, dou com muito gosto estas explicações, desde logo porque a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto, agora, nesta intervenção, adoptou um tom e um estilo que me parecem francamente preferíveis aos adoptados na intervenção que motivou a minha réplica.

Vozes do CDS-PP: — Essa agora!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Ora essa!

O **Orador: —** Sr. Deputado Luís Marques Guedes, não tome dores alheias como suas, porque V. Ex.ª está fora desta conversa, e ainda bem!

Tal como a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto entende que não pode, na sua política, deixar de mencionar determinados factos, também eu entendi que era adequado procurar uma explicação para a diferença de comportamento de V. Ex.ª entre o ano passado e este ano. E desafio quem quer seja a, daqui a umas horas, porventura com mais calma, ler o traslado, palavra a palavra, do que eu aqui disse, em consciência e por achar que era rigoroso e verdade.

Entendi que V. Ex.ª não estava a comportar-se, nas últimas semanas, imunemente a uma factologia política de que é protagonista. E como V. Ex.ª não tem uma qualidade divina, é humana, é de carne e osso, não é envergonhante que não seja insensível à sua circunstância política e, porventura, não será tão grande que seja imune a ela.

Não disse mais do que isto, mas também não disse menos do que isto.

O que me preocupou, sobretudo, Sr.ª Deputada, foi que, neste debate, alguém se arrogasse o papel de justicialista, de justiceiro, atribuindo, como V. Ex.ª aqui fez, «bolas de ouro», «de prata» e outras negativas, «negras», a nós, em torno de questões que devem ser discutidas fria e serenamente. Aquilo que critiquei e vou criticar, aquilo que, por corresponder às minhas convicções profundas, muito fundas e razoavelmente antigas, nos próximos meses vou repetir é que faz mal, e muito mal, quem nesta matéria adoptar a posição de duplo critério que V. Ex.ª adopta.

Sr.ª Deputada, não abro qualquer concurso para ver quem gosta mais da saúde das mulheres portuguesas. Reconheço o seu mérito enquanto directora de um determinado estabelecimento hospitalar e a acção concreta que desenvolveu, mas, digo-lhe, tem uma atitude dúplice, muito hipócrita e muito perigosa, quem, em nome desse objectivo, que deveria ser comum a várias famílias políticas, adoptar um critério hipócrita e, num lado, diga que uma despenalização não deve ter lugar e, ao mesmo tempo, não faça o que seria coerente, embora terrível, que é exigir prisão e punição, visando a aplicação da criminalização que está em vigor e que V. Ex.ª não quer suprimir.

Isto é, V. Ex.ª reclamar-se-á do que quiser, mas não nos dará aulas de coerência. Leva esta explicação, que é dada com gosto, mas, Sr.ª Deputada, mantemos intacta a divergência. Um belo dia o povo português vai decidir e estou convicto de que decidirá a favor de um conjunto de ideias, de propostas e de soluções nas quais acreditamos convictamente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira. Como já esgotou o tempo de que dispunha, beneficia do tempo residual que

lhe foi concedido por Os Verdes. Creio que tem uma grande capacidade de síntese e vai pô-la à prova, com certeza.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, serei mesmo muito sintético.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já hoje tivemos a oportunidade de referir aqui que continuamos absolutamente convictos de que o projecto de resolução apresentado pelo PSD, tal como, aliás, estava previsto, deveria ser votado hoje e ser rejeitado pela maioria desta Câmara.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** É precisamente por mantermos essa convicção que iremos votar contra o requerimento que o PSD agora apresenta para baixa desse projecto de resolução à comissão sem votação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — ... também à circunstância de, ao contrário do que sucede com as iniciativas legislativas, não terem momentos distintos para a apreciação na generalidade e na especialidade, os Deputados abaixo assinados consideram que é desejável que a comissão aprecie com rigor e detalhe a proposta de referendo que hoje debatemos e que contribua para que a pergunta a submeter ao eleitorado seja o mais clara e objectiva possível.

Assim, requerem a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias do projecto de resolução n.º 75/VII para apreciação, pelo prazo máximo de quatro semanas, de forma a que o Plenário da Assembleia, no mais tardar até à sessão plenária do dia 19 de Março, possa votar o referido projecto de resolução na sua versão final.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, vamos votar o requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e votos contra do PCP e de Os Verdes.

Assim sendo, este projecto de resolução baixa à 1.ª Comissão.

Vamos agora proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à proposta de lei n.º 139/VII — Aprova a Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, de seguida, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de vários pareceres da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que têm de ser votados.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer refere-se à retoma de mandato do Sr. Deputado Lemos Damião, Deputado independente, a partir do dia 26 de Fevereiro corrente, inclusive, cessando o Sr. Deputado Jorge Moreira da Silva, do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela Directoria da Polícia Judiciária de Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Ferreira do Amaral (PSD) a prestar depoimento (por escrito, querendo), na qualidade de testemunha, num processo que aí se encontra pendente.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, está em apreciação.

Como não há inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela Directoria da Polícia Judiciária de Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.ª Deputada Teresa Patrício Gouveia (PSD) a depor (por escrito, querendo), como testemunha, num processo que aí se encontra pendente.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 3.º Juízo Correccional do Tribunal Criminal da Comarca do Porto, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Saraiva (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, está em apreciação.

Não há inscrições, pelo que vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Miranda do Douro, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Júlio Meirinhos (PS) a depor, como testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Albufeira, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Cabrita Neto (PSD) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, está em apreciação.

Como não há inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Finalmente, Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 3.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Cesário (PSD) a depor, como testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, está em apreciação.

Não há inscrições, pelo que vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. A nossa próxima reunião realizar-se-á amanhã, sexta-feira, pelas 10 horas, e terá como ordem do dia a discussão das apreciações parlamentares n.os 46/VII (PSD) e 47/VII (CDS-PP) e da proposta de lei n.º 117/VII.

Está encerrada a sessão.

Discursos proferidos no dia 19 de Março de 1998 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 20 de Março de 1998

O Sr. **Presidente: —** Suponho que já estarão orientados sobre esta sucessão de propostas de substituição relativas ao projecto de resolução. Temos, portanto, uma proposta de substituição, apresentada pelo PS, sem preâmbulo; a seguir, temos uma proposta de substituição, apresentada pelo PSD, posterior à primeira; temos, depois, uma proposta de substituição, apresentada pelo PS, da fórmula inicial e do proémio do projecto de resolução n.º 75/VII, esta posterior; e, finalmente, temos uma versão corrigida da proposta de substituição que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, com vista a alterar o projecto de resolução n.º 75/VII.

Agradeço aos Srs. Deputados que queiram usar da palavra para discutir este assunto que se pronunciem não só sobre as propostas apresentadas como também sobre a ordem de votação que devemos seguir.

Para uma intervenção, tem a palavra, Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD teve sempre, sobre esta matéria, a mesma posição, a de que não pode haver alteração da lei do aborto sem referendo, sem perguntar aos portugueses se querem ou não essa alteração.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** É uma posição de coerência, que contrasta com a teimosia, as contradições e a reserva mental que outros vêm exibindo sobre esta questão, contradições que se reflectem na escusada complicação em que se enredaram na redacção da pergunta a fazer aos portugueses, quando, afinal, toda a gente já percebeu que bastava perguntar-lhes, com simplicidade, se concordam ou não que o aborto seja livre nas primeira 10 semanas da gravidez.

Protestos do PS.

É uma complicação que só pode ser explicada porque os senhores se preparavam para fazer nas costas dos portugueses algo que hesitam agora em fazer à vista de todos e parece agora que têm vergonha de falar claro.

Aplausos do PSD.

É essa, Srs. Deputados, a fraqueza das vossas posições.

Protestos do PSD.

Pela nossa parte, entendemos que perdem a oportunidade de, no primeiro referendo que se realiza em Portugal, usar da clareza e da simplicidade que se exige para uma pergunta de resposta «sim» ou «não». Mas fiquem descansados, porque nós não «compramos» essa guerra. Em qualquer caso, quero que fique para registo: a pergunta do primeiro referendo que se vai realizar em Portugal é, pela vontade do PS, uma pergunta confusa, complicada e capciosa, quando poderia, e deveria, ser simples, clara e concisa. Mas o importante é que o referendo se faça e que sejam os portugueses a decidir se o aborto deve ou não ser livre nas primeiras 10 semanas da gravidez.

O mesmo se diga quanto à pergunta a introduzir sobre as razões de natureza económico-social como motivo justificante para o aborto. Srs. Deputados, de duas, uma: ou essa alteração não tem relevância, é gratuita, e, então, não é necessário introduzi-la na lei; ou ela é essencial para permitir o que a lei, hoje, não permite, e, então os portugueses têm o direito inalienável de dizerem se concordam ou não com tal alteração. Foram os senhores que propuseram essa alteração à lei, por isso são os senhores que têm de decidir. Ela é gratuita ou é essencial? Tenham a coragem e a hombridade de assumir o que pretendem.

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Se não o fizerem, é bom que tenham a consciência clara de que não poderão, depois do referendo, à sorrelfa, enviar ao Presidente da República uma alteração à lei do aborto que não foi sufragada pelos portugueses, quando é público, ainda por cima, que o Presidente da República já declarou que entende deverem ser referendadas as alterações que se queiram fazer à lei do aborto.

Denunciamos, aqui e agora, essa habilidade. Trata-se de «gato escondido com rabo de fora».

O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** Fica aqui o aviso. Não digam, depois, que não avisámos, porque, não se iludam, Srs. Deputados, depois será politicamente insustentável e de duvidoso respeito constitucional querer legislar sobre uma matéria antes submetida a referendo de modo diferente do que for o sufragado pelos cidadãos.

Esperamos para ver qual a leitura e a decisão do Sr. Presidente da República sobre tudo isto. Pela nossa parte, ficam já a saber que nos oporemos a esse embuste. Têm aqui, na proposta por nós subscrita, e também pelo PP, a hipótese de o evitar. As perguntas, do nosso ponto de vista, devem ser:

«1 – Concorda que o aborto seja livre nas primeiras 10 semanas da gravidez?

2 – Concorda que razões de natureza económica ou social possam justificar o aborto por constituírem perigo grave para a saúde da mulher?».

É este o teor das vossas propostas? Deveria ser esta a meridiana clareza com que se colocam as questões aos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. **Nuno Abecasis** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como disse o Sr. Deputado Luís Marques Guedes, a proposta de substituição do projecto de resolução n.º 75/VII é, na realidade, subscrita pelo PSD e pelo CDS-PP. Assim, peço-lhe, Sr. Presidente, que rectifique a informação que deu, porque o meu partido subscreve e assume a responsabilidade, conjuntamente com o PSD, sobre esta proposta de substituição.

O Sr. **Presidente: —** Fica feita a rectificação, Sr. Deputado. Como calcula, nas propostas nem sempre é fácil identificar as assinaturas.

O **Orador: —** Sr. Presidente, não fiz qualquer crítica.

O Sr. **Presidente: —** Sei que não, mas, se tivesse feito, teria sido pertinente.

O **Orador: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia da República aprovou uma lei, a segunda, sobre interrupção voluntária da gravidez, com o nosso voto contrário. A nossa posição foi clara durante todo o debate, a vontade da Assembleia foi aprová-la e não a questionamos. Depois, juntamente com outros partidos, dissemos que deveria haver um referendo sobre esta matéria. Essa posição parece ter vingado, porque, de facto, estamos agora a discutir um conjunto de propostas e um projecto de resolução sobre a realização desse referendo.

Não quero fazer processos de intenção a quem quer que seja, mas não quero deixar de tornar claro, como o fiz em nome do meu partido durante todas as negociações que antecederam esta reunião plenária, que, em minha opinião, a pior coisa que pode acontecer a qualquer partido político desta Assembleia, tanto aos que estiveram a favor como aos que estiveram contra, e à dignidade desta Assembleia é, de algum modo, poderem ser acusados de terem ludibriado os portugueses, ao fazerem um referendo que não responde às questões que são postas.

É neste sentido e por esta razão, e não por qualquer artimanha escondida, que, se os autores da proposta que venceu põem duas questões e a lei-quadro dos referendos

permite que sejam feitas até três perguntas, não vejo qualquer razão suficiente para que se faça uma pergunta quando há duas situações.

Só o admitiria numa circunstância, e tive o cuidado de perguntar se era essa a posição do PS: se, por acaso, o eleitorado viesse a responder negativamente à pergunta formulada pelo PS, isso significaria, sem sombra de dúvidas, a queda total da lei que foi aprovada? Foi-me respondido que não, porque a segunda pergunta corresponderia a uma precisão em relação à lei já aprovada.

Não é suficiente nem entendível. Penso que a democracia se constrói sobre posições claras, a favor ou contra – e não está em causa saber, neste momento, quem está a favor ou contra –, por isso, deveria ser perguntado aquilo que se quer saber, do modo a ser respondido com clareza «sim» ou «não». Resta aos que têm espírito democrático aceitar as decisões do eleitorado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Pelo nosso lado, aceitá-las-emos, mas não queremos que sobre nós caia, de maneira nenhuma, a responsabilidade, a acusação ou sequer a suposição de que compartilhámos um logro feito ao eleitorado. Não sei qual será o resultado do referendo, nenhum de nós o sabe, e quero acrescentar, para ser ainda mais claro, que estou convencido de que a segunda pergunta que formulamos terá uma resposta de «sim», contrária, portanto, ao que eu penso, mas, mesmo assim, entendo que ela deve ser feita.

E sem fazer processos de intenções a quem quer que seja, por causa da dignidade desta Assembleia, por causa da dignidade da democracia, por causa da clareza que deve reger a nossas relações com o eleitorado, faço um apelo a todos os partidos para que aceitem as duas perguntas que apontámos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Se não quiserem fazê-lo, a nossa responsabilidade está livre, porque entendemos que, para o bem ou para o mal, elas devem ser claras e a posição que os portugueses traduzirem através do referendo, não deve deixar dúvidas a ninguém e, principalmente, não deve ser objecto, nesta Assembleia, de novas discussões que ponham em dúvida tudo aquilo que for resolvido. Isso seria um golpe de morte sobre a democracia portuguesa, num assunto da maior gravidade. Penso que não devemos fazê-lo.

O Sr. **Presidente: —** Queira terminar, Sr. Deputado, já ultrapassou em dois minutos o seu tempo.

O **Orador: —** Vou terminar, Sr. Presidente.

Penso que deixei muito clara a posição do meu partido sobre esta matéria. Volto a dizer: não faço processos de intenções, faço um apelo à clareza das nossas posições, quaisquer que elas sejam.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No decurso das últimas semanas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista empenhou-se, e empenhou-se de forma séria e sincera, em que se tornasse possível chegar a uma conclusão alargada, consensual, pelo consenso mais alargado que fosse possível, sobre o que é preciso perguntar às portuguesas e portugueses em matéria de interrupção voluntária da gravidez. Fizemos esforços de discussão da terminologia a utilizar, das questões a considerar, empenhámo-nos em que esses esforços permitissem, repito, chegar a um consenso alargado. Infelizmente, não foi possível atingi-lo, não chegámos a uma pergunta única, mas aproximámos muito posições,

suprimimos e eliminámos divergências secundárias, reduzimos a um núcleo muito pequeno de questões aquilo que nos divide em matéria da pergunta a fazer no referendo.

Congratulamo-nos, pela nossa parte, com esses esforços, não nos arrependemos deles, empenhámo-nos neles genuinamente, tínhamos e devíamos fazê-lo a partir do momento em que aceitámos, no Plenário, na data em que todos sabemos, colaborar na realização do referendo, de um primeiro referendo, se for essa a vontade e a decisão do Sr. Presidente da República, sobre questões relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A pergunta que a bancada do PS, uma vez que segurou a hipótese de subscrição em conjunto de um texto único, entende que deve ser feita ao eleitorado e que submetemos à vossa deliberação é esta: «Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas 10 primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?»

Esta pergunta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem as seguintes características: é constitucional, isto é, obedece às características de rigorosa expressão, inequivocidade, não ambiguidade, não sugestividade e susceptibilidade de ser respondida sim ou não, livremente e em consciência.

Por outro lado, é uma pergunta que não referenda a lei em vigor, que nenhuma dúvida suscita quanto ao facto de que aquilo que está a referendar-se é o mais que foi proposto e aprovado, na generalidade, na Assembleia da República, no dia 4 de Fevereiro. E, em relação a isso, sendo certo que o referendo intervém, por razões e vicissitudes históricas que todos conhecemos, depois da votação na generalidade e não antes, como seria possível constitucionalmente, e, porventura, mais desejável, é preciso que a pergunta retrate e reflicta, com fidelidade, o universo, a grande opção, a grande inovação que a Assembleia da República aprovou na generalidade. Essa grande opção, essa grande inovação, é a consagração da interrupção voluntária da gravidez, a pedido, por opção da mulher, nas 10 primeiras semanas, nas condições que o projecto estabelece, ou seja, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, não num qualquer sítio, não em quaisquer circunstâncias, mas em condições bem delimitadas, as quais visam defender a saúde e proteger a vida da mulher que se submete a uma interrupção voluntária da gravidez.

É isso que está proposto, foi isso que foi aprovado, é sobre isso que é preciso consultar o eleitorado, não pode consultar-se o eleitorado sobre outra coisa.

A pergunta tem uma outra característica, Sr. Presidente e Srs. Deputados: é que condensa, num número de caracteres limitado, os muitos milhares de caracteres do projecto de lei que aqui foi aprovado, e fá-lo utilizando uma linguagem que, sendo tecnicamente correcta — é a linguagem do Código Penal —, é, todavia, também, normalmente perceptível e faz parte da linguagem comum, tendo por isso as vantagens de perceptividade.

Por outro lado, repito, reflecte rigorosamente o que foi aprovado, nada se esconde, tudo se retrata com rigor e com objectividade. Respondem os Srs. Deputados do PSD «mas era melhor que a pergunta fosse mais simples e mais curta», e aduzem uma exemplificação, que é a pergunta que eles fazem. Mas a pergunta que os Srs. Deputados do PSD fazem será curta mas é também curta de alcance, curta de objectividade, curta de rigor e é puramente propagandística e panfletária e, como tal, não pode ser aprovada por nós.

Aplausos do PS.

Não pode e não será aprovada por nós!

Uma pergunta que desnatura um regime jurídico de despenalização em aborto livre e de qualquer maneira não é um retrato fiel, não foi isso que esta bancada aprovou, não é isso que queremos, é outra coisa e consta do projecto de lei aprovado, não do retrato grosseiro que o Sr. Deputado Luís Marques Guedes, aqui, exaltou e que ele acha um retrato positivo e correcto, mas numa óptica panfletária e francamente facciosa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** Não estamos consigo, Sr. Deputado!

Em segundo lugar, Sr. Presidente, colocou-se, à última hora, no último minuto ou já depois do último minuto, uma questão fantástica, da parte da bancada do PSD, que é a questão da segunda pergunta. Subitamente, havia pessoas, penetradas pelo vírus da segunda pergunta, lançado pelo PSD e pelo Sr. Deputado Carlos Encarnação, (hoje ausente, em Praga), que diziam que a segunda pergunta era inevitável, sem isso só haveria meio referendo, sem isso haveria o escamotear de graves questões. É uma fantástica tese!... O que é que o PSD, no projecto de resolução n.º 75/VII, propunha, Srs. Deputados? Uma pergunta!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Agradeço que conclua.

O **Orador: —** Vou concluir, Sr. Presidente.

O que é que o PSD propunha no outro projecto de resolução? Uma pergunta! E por que é que o fazia? Porque a segunda questão, tendo o Partido Socialista anunciado a sua disponibilidade de não insistir na única inovação relativa ao aborto terapêutico, que era o alongamento do prazo de realização da IVG e tendo circunscrito isso a uma explicitação, referendar essa explicitação, como o PSD propõe — «concorda que razões de natureza económica ou social possam justificar o aborto por constituirem perigo grave para a saúde da mulher» —, equivaleria a referendar a lei em vigor a fazer um referendo ou confirmativo ou ab-rogativo, o que a Constituição, absolutamente, proíbe.

Portanto, pela nossa parte, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, somos claros: não renunciamos à explicitação, não aceitamos que a questão da explicitação das condições do aborto terapêutico se transforme numa segunda pergunta e, sobretudo, na grande pergunta, como quem o ouviu pode constatar.

O Sr. **Presidente: —** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O **Orador: —** Concluo, Sr. Presidente, dizendo que vamos para o referendo para que os portugueses decidam livremente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que, fundamentalmente, justifica o voto que o PCP vai fazer em relação ao projecto de resolução, independentemente da pergunta, são, ao fim e o cabo, as razões e a forma por que o PS, o PSD e o PP querem impor este referendo. Desde logo, em primeiro lugar, o facto de este referendo ser imposto porque o PS, depois de ter votado uma lei na Assembleia da República, em que recusou terminantemente a hipótese de referendo, passadas as célebres 22 horas, deu o dito por não dito e aliou-se aos defensores, ou aparentemente defensores do referendo, para obrigarem, ao fim e ao cabo, a que a lei fosse travada e a que viesse a fazer-se o dito referendo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Em segundo lugar, quanto à posição, às razões, aos conceitos que estão por detrás da imposição deste referendo, todos nós estamos recordados que quando, em Fevereiro de 1997, os projectos de lei em discussão foram rejeitados pela

maioria desta Assembleia, nunca mais, durante um ano, ninguém, nenhum Sr. Deputado, nenhum grupo parlamentar, falou num referendo à interrupção voluntária da gravidez.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Só a partir de 4 de Fevereiro de 1998, quando a proposta de despenalização da interrupção voluntária de gravidez foi aprovada pela maioria desta Assembleia, é que os Srs. Deputados do PSD, do PS – pelo menos uma boa parte, mas não quero fazer aqui referência ao número de Deputados que estão ou não a favor desta posição – e do PP se lembraram novamente do referendo. Há aqui uma duplicidade de critérios, que, do nosso ponto de vista, é politicamente inaceitável e tem por detrás uma concepção extremamente grave.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** A concepção do que é a criminalização e a penalização da interrupção voluntária de gravidez, que é aquilo que já aqui chamaram de ordem natural das coisas, é, digamos, a questão civilizacional que existe, a situação civilizacional contra a qual não se pode estar, e por isso só exigem um referendo quando verificam que há a hipótese de ser aprovada uma alteração a essa dita ordem natural das coisas, porque quando não há essa hipótese não vêem razão para consultar o povo. A concepção de que é certo, de que o correcto é aquilo que existe hoje, que é a criminalização e penalização da mulher que tem de recorrer à interrupção voluntária de gravidez, é uma concepção extremamente grave, para nós, e absolutamente inaceitável do ponto de vista político.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** Parece-me que há um Sr. Deputado do PS que não está muito agradado com a questão…

O Sr. **Rui Namorado** (PS): — Não, não!

O **Orador: —** Está a tocar-lhe?!

O Sr. **Rui Namorado** (PS): — Não há qualquer problema! Pode continuar.

O **Orador: —** Bom, então continuarei.

Ao fim e ao cabo, iremos ainda votar contra este projecto de resolução por todo o manobrismo que sempre tem estado por detrás dele, manobrismo que ainda não acabou — ainda há pouco foi aqui explicitado —, como iremos ver daqui a pouco, quando for altura da votação. Aliás, trata-se de manobrismos múltiplos, que passam por fazer a aprovação do projecto de resolução ainda antes de estar publicada a nova lei orgânica do referendo e por tentar arranjar uma ordem de votação para que o PSD – pelo menos o PSD, pois não entendi bem a posição do PP –, possa viabilizar a pergunta apresentada pelo PS sem que desista da sua própria pergunta.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** E este último manobrismo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é aquele que está contido nas várias propostas e que certamente, quando discutirmos a ordem de votação, iremos debater.

Mas, Sr. Presidente, permitia-me chamar desde já a sua atenção e da Mesa para o facto de a proposta do PS que altera a pergunta e que foi apresentada mencionar que é a versão corrigida da apresentada ontem. Como é a versão corrigida toma a posição da proposta que deu entrada ontem. Por isso, em primeiro lugar deve ser votada a proposta do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É de substituição!

O **Orador: —** Sr. Presidente, para terminar, queria referir que é um empenhamento total e completo por parte do PSD.

Aplausos do PCP.

Ficou-nos agora relativamente claro das intervenções feitas pelos Srs. Deputado do PSD e do PP ainda uma outra posição que consideramos extremamente grave. É que, afinal, parece estar certo e garantido, por parte do PS, que, depois do referendo ser aprovado pela maioria dos portugueses, a lei ou o projecto de lei que foi aprovado, na generalidade, a 4 de Fevereiro deixará cair a alteração das 12 para as 16 semanas,…

Vozes do PSD: — Exactamente!

O **Orador: —** … em caso de perigo de vida para a mulher…

Vozes do PCP: — É uma vergonha!

O **Orador: —** … ou para a sua saúde física e psíquica.

É mais uma cedência, inaceitável do nosso ponto de vista, que o PS faz nesta matéria. Pelos vistos, ainda está por discutir a outra cedência que o PSD quer, e certamente vai continuar a lutar para que o PS ceda mais uma vez, como tem vindo a fazer, a de que também desapareça a tal precisão das condições económicas e sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputado: Por todas estas razões, votaremos contra o projecto de resolução, independentemente da pergunta, mas podem ter a certeza que o PCP estará claramente, depois da aprovação deste projecto de resolução, na defesa do «sim» ao referendo e irá bater-se pelo «sim» sem deixar de continuar a criticar tudo aquilo que o PS fez.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Rui Namorado** (PS): — Isso é sectarismo cego!

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Vocês dão cambalhotas para um lado e para o outro e isso não é sectarismo?!

O Sr. **Presidente: —** Para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. **Nuno Abecasis** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero deixar aqui bem claro, na defesa da honra da minha bancada, que nunca advogamos uma única pergunta. Nunca! De todas as vezes que falei com o Sr. Deputado José Magalhães, desde a primeira vez em que o fiz, a minha posição foi igual, não teve a mais pequena divergência em relação àquilo que aqui digo.

Em segundo lugar, para que não haja dúvidas de espécie alguma, devo dizer desde já que, embora defendendo e querendo que seja votada a proposta que apresentámos – e é legítimo querê-lo, Sr. Deputado Octávio Teixeira –, se ela for derrotada e para não inviabilizar o referendo, que me parece ser um direito elementar do povo português, abster-me-ei na votação da pergunta do PS. Não votarei contra porque não quero inviabilizar de maneira alguma o referendo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** As posições são claras, não tenho de ter vergonha delas. Em todo este debate, e não quero aqui refazê-lo, desde o primeiro dia, foi sempre claro o que defendemos e o que dissemos. Podem concordar ao não, mas não fugimos às questões nem iludimos ninguém. É esta a posição que manteremos até ao fim.

O Sr. **Presidente: —** Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, darei explicações ao Sr. Deputado Nuno Abecasis, embora, sinceramente, aliás, pela própria intervenção que fez, não se tenha sentido ofendido pela minha intervenção e apenas tenha querido clarificar uma posição da sua bancada.

Quanto ao ter defendido ou não uma só pergunta, é uma questão que tem a ver com uma outra bancada que não a nossa, pelo que passo por cima.

Agora, em relação ao que foi suscitado em termos de viabilizarem o referendo, se a vossa proposta for chumbada, aceito perfeitamente a sua posição, pois nós também

fazemos isso muitas vezes. O que não aceito, Sr. Deputado Nuno Abecasis, e foi o que denunciei, é que, para tentar essa viabilização da pergunta do PS, o próprio PS venha hoje querer anular a pergunta que fez ontem, entregando, na prática, a mesma pergunta, apenas por uma razão: não para alteração dos termos da pergunta mas para que seja votada depois da que foi substituída pelos senhores, pelo PSD e pelo PS. É isto que critico, que, sinceramente, não posso aceitar e que considero ser um manobrismo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Nuno Abecasis** (CDS-PP): — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O **Orador: —** Faça favor.

O Sr. **Nuno Abecasis** (CDS-PP): — Peço desculpa pela interrupção, mas quero esclarecer o Sr. Deputado Octávio Teixeira que em momento algum sugeri ao PS que alterasse fosse o que fosse da lei, porque, aliás, para mim, é indiferente que sejam, ou não, 16 semanas. A nossa posição foi claramente a de defesa da vida, independentemente dos prazos.

Portanto, nunca fiz qualquer sugestão, muito menos qualquer exigência. Gostaria que isto ficasse claro para não que houvesse dúvidas.

O **Orador: —** Pois, Sr. Deputado Nuno Abecasis, também para não haver dúvidas da nossa parte, sempre nos manifestámos contra o aborto clandestino, e é esta a nossa posição. É isto que nos leva à defesa que temos vindo a fazer sobre esta matéria.

Aplausos do PCP.

Sobre o terem ou não pedido ou influenciado o PS a ir para o referendo, a alterar a pergunta, a fazer esta ou aquela pergunta, a baixar à Comissão, a «desaparecer» com a proposta, que já estava aprovada na generalidade, das 12 para as 16 semanas, Sr. Deputado Nuno Abecasis, não posso desmentir aquilo que o senhor disse e o que o PSD parece ter acabado por dizer.

Agora, o que estranho é que só o PS, e só ele próprio, tenha conseguido fazer todas estas «cambalhotas» sem haver alguém a dar-lhe um «empurrão». Isto é que é muito estranho!

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, independentemente dos jogos de máscaras que se vão deixando cair, aquilo que é claro neste momento no Parlamento é a assumpção do significado que esta votação, que vai ser realizada, tem e que é sinónimo do desrespeito do Parlamento pelas suas próprias decisões.

Ora, o desrespeito do Parlamento pelas suas próprias decisões implica o desrespeito pelos cidadãos que este Parlamento representa, porque o que está em causa quando se propõe aquilo que é proposto é transformar o debate de 4 de Fevereiro e as decisões aqui tomadas numa farsa! Essa é a leitura que todos os cidadãos têm o direito de fazer, particularmente as mulheres deste país, as mulheres que acreditaram no debate sério que julgaram que aqui se fez, acreditaram na veracidade dos propósitos que animavam os vários subscritores dos projectos e que, afinal, viram que os seus direitos, os direitos de opção livre sobre si próprias, são direitos que, para aqueles que não se movem por valores e pela ética, são passíveis de ser negociáveis, passíveis de troca.

A proposta deste referendo não é uma proposta abstractamente considerada. Não estamos aqui a discutir abstractamente e não é isso o que se questiona, ou seja, se alguém é a favor ou contra uma consulta. Trata-se de ser a favor ou contra uma consulta quando a Assembleia já tomou uma decisão sobre uma matéria, decidindo-se interromper o processo legislativo que tinha iniciado para o substituir por uma

consulta. A consulta poderia ter sido feita, mas esse era outro tipo de discussão, em relação ao qual, provavelmente, alguns de nós estaríamos divididos, pois a questão era a de saber se, antes de um processo legislativo, fazia sentido fazer uma consulta. Agora, o que, seguramente, não faz sentido é que, tendo-se iniciado um processo legislativo, este seja interrompido para fazer uma consulta.

Por isso, o teor da pergunta que agora é feita é uma questão marginal, é uma questão secundária. As mulheres já entenderam que foram objecto de negócio e de troca e, seguramente, todas elas, não deixarão de se envolver, se for caso disso, no debate para que o referendo — que não se quer que seja um processo aberto, antes se pretende que seja viciado — possa não se voltar contra os seus direitos, porque mais não temos, como ponto de partida, do que uma lei frouxa, tímida que, de recuo em recuo, afinal, muito pouco acrescenta, e se o referendo for por diante teremos de nos bater por ela.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Monteiro.

O Sr. **Cláudio Monteiro** (PS): — Sr. Presidente, a minha interpelação não tem a ver, sequer, com a questão da prioridade da apresentação das propostas de substituição. A minha dificuldade é a seguinte: tenho para mim que esta Câmara está prestes a tomar duas decisões fundamentais, sendo uma a de realizar ou não um referendo sobre a liberalização do aborto e a segunda acerca de que pergunta ou perguntas consubstanciarão essa consulta. Como, no Regimento, não há discussão na especialidade sobre os projectos de resolução, a dificuldade que tenho é a de que a minha posição sobre a primeira questão — realizar ou não o referendo — prejudicaria a resposta à segunda. Em caso de ser vencido na primeira questão, gostaria de ter uma palavra a dizer sobre a pergunta ou perguntas em concreto a submeter à consulta popular.

Nesse sentido, ponho à consideração da Mesa saber se é ou não possível, em termos regimentais, distinguir na votação, por um lado, a questão de realizar ou não o referendo e, por outro, a questão de saber qual ou quais as perguntas que vão ser objecto desse referendo.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, penso que as perguntas são globais. A menos que haja consenso em sentido contrário, tenho de pôr à votação a pergunta global. O Sr. Deputado votará como tender. Agora, partir uma frase ao meio, não posso fazê-lo.

O Sr. **Cláudio Monteiro** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento: julgo que há uma viabilidade técnica ou jurídica de o fazer, distinguindo a votação do proémio das perguntas propriamente ditas.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, o proémio vai ser distinto, como é óbvio. Terá de ser! Vou fazer essa distinção.

O Sr. **Cláudio Monteiro** (PS): — Sr. Presidente, se essa distinção for feita, julgo que isso resolve o problema.

O Sr. **Presidente: —** Será feita, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, creio que os documentos que entregámos na Mesa sugerem isto mesmo: uma coisa é aquilo a que eu chamei, nesse texto, a fórmula inicial e o proémio, que é a parte em que, na redacção que sugerimos (mas pode ser outra qualquer), se invoca as disposições competentes da Constituição e depois se diz que a Assembleia da República deliberou apresentar a Sua Ex.ª, o Presidente da República, uma proposta de realização de referendo, e outra questão é a do objecto e da pergunta que serão submetidas a referendo.

É também obrigatório constitucionalmente que a fórmula inicial, o proémio ou o número autónomo — o legislador aqui tem alguma margem de escolha —, defina com rigor o universo eleitoral dos participantes no referendo. No texto que está nas mãos de V. Ex.ª, esta escolha está contida na fórmula inicial e no proémio. Admitimos que outras soluções sejam possíveis, mas esta pareceu-nos francamente rigorosa e conforme à Constituição.

Em suma, Sr. Presidente, poderíamos votar separadamente a questão do proémio e da fórmula inicial, que define também o âmbito da participação no referendo, e depois a pergunta ou perguntas a fazer no referendo.

O Sr. **Presidente: —** Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, é sobre esta questão, que é apenas de metodologia e é muito simples: não se votam referendos na generalidade! Isto é, eu não voto, na generalidade, fazer um referendo sobre uma matéria e depois é que faço a pergunta! Não, eu voto uma determinada pergunta!

Aliás, não posso votar o universo eleitoral sem saber qual é a pergunta. Portanto, não posso fazer essa votação na generalidade, como aqui é proposto, nem posso fazer votações separadas de proémios e de conteúdo perguntativo; elas são separadas por uma questão de técnica de substituição e mais nada! O que está a ser votado, quando é votado separadamente o proémio, é o proémio daquela pergunta em concreto. Isto é, primeiro, tem de ser votada a pergunta e só depois é que pode ser votado o proémio.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — É isso mesmo!

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, eu ia exactamente dizer isso. Acho até que têm de se votar primeiro as perguntas pelo motivo elementar de que não sabemos se haverá uma pergunta ou duas e o proémio tem de ser de acordo com isso, ou seja, com o facto de ser uma ou duas perguntas, pois será diferente se se referir a uma só pergunta ou se se referir a duas.

Estive a pensar e parece-me que não pode deixar de ser assim. Primeiro, votar-se-á a pergunta do PSD, pela razão simples de que a última substituição proposta pelo PS é posterior à do PSD. A pergunta do PS na chamada versão corrigida, peço desculpa, não é uma simples correcção, é, de facto, uma outra formulação, dado que não é apenas a correcção de erros materiais mas uma formulação diferente da anterior — peço desculpa, mas é diferente!

Srs. Deputados, não pode ser de outra maneira! Estou perfeitamente independente dos motivos que possa haver nos grupos parlamentares sobre as formulações, porque não assisti a elas nem participei.

Depois, quanto ao preâmbulo da proposta do PS, que é de substituição do texto do PSD, se o texto do PS, ligado àquela pergunta concreta, como exige o Sr. Deputado João Amaral, for aprovado, prejudica necessariamente a votação do preâmbulo apresentado pelo PSD.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, não vamos entrar aqui numa luta intensa sobre esta matéria mas, para que não haja dúvidas, gostaria de clarificar o seguinte: não me sinto minimamente convencido da razoabilidade da solução que o Sr. Presidente há pouco suscitou e recordaria, até porque estamos dentro da mesma matéria, aquilo que sucedeu há pouco tempo, quando, poucos dias antes do dia 4 de Fevereiro, se suscitou a questão na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares de aparecer a ideia do agendamento de dois projectos de resolução de referendo apresentados pelo PSD.

Aí chegou depois a haver um consenso em termos de opinião de que, de facto — por descuido ou por desatenção, não é essa a questão que quero agora discutir e dirimir —, tinha sido aceite como novo projecto de resolução um outro, apresentado pelo PSD, para substituir o seu primeiro, e, por conseguinte, o que deveria ter sido feito — e sobre isto houve depois consenso na Conferência — era a substituição do texto do projecto de resolução que já estava na Mesa.

A situação presente é exactamente a mesma. A proposta que o PS hoje, dia 19, apresenta é, como ele diz, a versão corrigida da proposta entrada no dia 18.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — A nossa também é uma proposta corrigida da versão inicial!

O **Orador: —** Por isso, deveria ser respeitada esta proposta em termos da sua ordem, com o texto corrigido que agora apresentou.

Sr. Presidente, isto para dizer que pela minha parte julgo que a questão é clara, não vamos agora entrar numa luta e numa barganha sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, em todo o caso, quero lembrar-lhe também, porque ainda vou tendo alguma memória, que nessa discussão que fizemos na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares entendi que se tratava de dois referendos distintos e não apenas de um só, e fez-se consenso nesse sentido. Portanto, isto altera, de algum modo, um pouco o sentido da sua argumentação.

Mas penso que não poderá deixar de ser assim, porque é evidente que as duas propostas, embora sejam denominadas «versão corrigida», são propostas diferentes. Em vez de «Concorda que a interrupção voluntária da gravidez não seja punível, se realizada, por opção da mulher, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, nas primeiras dez semanas?» diz-se «Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?». Quer dizer, apesar de o sentido ser o mesmo, a formulação é gramaticalmente diferente. Portanto, tenho de considerar que esta proposta é de substituição da anterior, e, sendo posterior, tem de ser votada primeiro a do PSD.

Vamos, então, votar, em primeiro lugar, as perguntas constantes da proposta subscrita pelo PSD, ou seja,…

O Sr. **Nuno Abecasis** (CDS-PP): — E pelo CDS-PP!

O Sr. **Presidente: —** Sim! A proposta é também subscrita pelo CDS-PP.

Peço desculpa ao Sr. Deputado Nuno Abecasis, por não ter lido devidamente as assinaturas.

Srs. Deputados, vamos, então, votar, em primeiro lugar, as perguntas constantes da proposta subscrita pelo PSD e CDS-PP, que é do seguinte teor: «1 — Concorda que o aborto seja livre nas primeiras 10 semanas de gravidez?

2- Concorda que razões de natureza económica ou social possam justificar o aborto por constituírem perigo grave para a saúde da mulher?».

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PS, do PCP e de Os Verdes e votos a favor do PSD, do CDS-PP e de 2 Deputados do PS.

O Sr. **Cláudio Monteiro** (PS): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente: —** Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Cláudio Monteiro** (PS): — Sr. Presidente, é para dizer que tanto eu como a Sr.ª Deputada Maria do Rosário Carneiro votámos a favor desta proposta de acordo com o pressuposto da minha interpelação de há pouco de que o que estava em discussão era a pergunta e não a decisão de realizar ou não o referendo.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, vamos agora votar a pergunta proposta pelo PS, versão corrigida, que é do seguinte teor: «Concorda com a despenalização da

interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?».

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PCP, de Os Verdes e de 2 Deputados do PS e abstenções do PSD, do CDS-PP e de 12 Deputados do PS.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, vamos votar a proposta de substituição, apresentada pelo PS, da fórmula inicial e do proémio do projecto de resolução n.º 75/VII, que é do seguinte teor: «Nos termos e para os efeitos dos artigos 115.º e 161.º, alínea *j*) da Constituição da República, a Assembleia da República apresenta a Sua Excelência o Presidente da República a proposta de realização de um referendo em que os cidadãos eleitores recenseados no território nacional sejam chamados a pronunciar-se sobre a pergunta seguinte:».

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do PCP, de Os Verdes e de 2 Deputados do PS e a abstenção do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, chegámos ao fim das votações e também dos nossos trabalhos de hoje.

DISCURSOS DE
2005-2007
QUE TRANSCREVEMOS
(T3)

Discursos proferidos no dia 20 de Abril de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 21 de Abril de 2005

SF: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, mil novecentos e noventa e oito: realização do referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, já passaram sete anos. Já assistimos a quatro julgamentos que sentaram dezenas de mulheres e alguns homens no banco_dos_réus. Já a nossa sociedade, da direita à esquerda, se mostrou perturbada, chocada com a investigação e perseguição de mulheres, algumas humilhantemente procuradas pela polícia numa marquesa_de_consultório, outras com ar combalido à porta de uma clínica. Já dezenas de milhares de cidadãos e cidadãs se mobilizaram para propor a esta Assembleia a oportunidade de se poderem voltar a pronunciar sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez ao mesmo tempo que outras dezenas de milhar de cidadãs e cidadãos pediam, em abaixo_assinado, a não alteração da lei. (33) Já discutimos em dois mil e quatro propostas que então coligação de direita chumbou para a realização de um **novo** referendo que permitisse a alteração da lei. Já ouvimos nessa altura à direita, ou pelo menos importantes referências à nossa direita assumirem a necessidade de alterar esta lei. Já passaram vinte e um anos depois d' áprovação da lei sobre o aborto. Passado todo este tempo, Senhoras e Senhores Deputados, =que se im <o que se impõe neste debate é perguntar: que resultados garantiu esta lei? O que conseguimos, enquanto sociedade, com esta lei e com a criminalização do aborto? Esta lei acabou com o aborto? Não! Preveniu o aborto? Não! Garantiu melhor a saúde das mulheres? Não! Para que serve afinal então esta lei? Uma lei que não provou ser **minimamente** eficaz no combate ao aborto, uma lei que a sociedade não quer ver aplicada (51), uma lei, uma lei que ninguém reclama que seja cumprida, porque a esmagadora maioria das Portuguesas e dos Portugueses não quer ver as mulheres, ou quem as tenha ajudado, no tribunal ou na cadeira".

SF: "Senhoras -/- (palmas), Senhoras e Senhores Deputados, qual a justeza de uma lei, que não combatendo o aborto, é responsável pelo aborto_clandestino? Para o PS a resposta é clara: nada justifica esta lei, e por isso assumimos o compromisso de a mudar. Senhor_Presidente, queremos a lei, porque esta lei já provou causar **mal maior** do que o mal que tinha p'r finalidade combater. Queremos mudar esta lei, porque **ninguém quer**, ou assume que quer que ela seja aplicada, e para o PS é inaceitável que uma lei exista apenas para tranquilizar algumas consciências *n'áfirmação e imposição de uma qualquer moral. Se não somos capazes de condenar uma mulher que recorre ao aborto, não podemos criminalizar esse comportamento. Queremos mudar esta lei, porque **esta lei**, ao alimentar o aborto_clandestino, **diminui** a nossa real capacidade de intervenção junto das mulheres e dos homens que se vêem confrontados com a necessidade de interromper uma gravidez na rede do aborto_clandestino. (76). Queremos mudar esta lei, porque confiamos na consciência **das** Portuguesas e **dos** Portugueses, porque o aborto é sempre o último recurso. Queremos mudar esta lei, porque como disse a Natália_Correia no debate de dois_de_Março de mil_novecentos_e_oitenta_e_dois: "não é o facto do aborto existir que obriga as mulheres a *praticaram-no"

BPS: palmas

SF: "agora o facto dele ser crime"/

BPS: palmas

SF: "é que obriga a que as pessoas o pratiquem em situações abomináveis. Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, o PS está, como

sempre esteve, empenhado em prevenir o aborto e em combater o aborto_clandestino, e por isso defendemos **ao logo dos anos**, o planeamento_familiar e a educação_sexual nas escolas. E se em matéria de planeamento_familiar evoluímos muito, em matéria de educação_sexual está o essencial por fazer, ou seja, levar a educação_sexual a todas as escolas do País. A coerência do PS no combate e prevenção ao aborto é reforçada p'la nossa aposta, que também é de sempre na promoção dos direitos da maternidade e da paternidade, da **igual** valorização social da maternidade e da paternidade, na defesa da igualdade entre mulheres e homens como prioridade política, na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos de todos, na aposta das políticas sociais activas na promoção do emprego, da inclusão social e de um cada vez maior apoio às famílias. Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, a iniciativa que apresentamos tem como referência nuclear a pergunta contida no referendo:" Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semana de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?" A pergunta é clara e a nossa resposta também: não queremos mulheres nos tribunais ou na cadeia por terem feito um aborto."

BPS: palmas

SF: "O PS está à vontade / o PS está à vontade neste debate. Sabemos o que queremos e que está em causa e não contam connosco os que querem **baralhar**, como sempre, a discussão sobre o julgamento e prisão de mulheres por aborto. O problema da incoerência e da utilização desta discussão ao sabor dos interesses da estratégia partidária, relegando a dignidade e saúde das mulheres para segundo_plano não é problema do PS. Tudo o mais que está na lei e em debate na generalidade é susceptível de ajustamentos na especialidade. Nesta discussão, a impossibilidade de acompanhar na votação outros projectos deve-se a razões instrumentais de procedimento referendário. Estamos neste debate a defender uma lei que acreditamos equilibrada, uma lei que acreditamos mais justa, uma lei que garante os direitos, a saúde e a dignidade de todos. Estamos à espera de quê, para alterar uma lei que já provou não servir nada nem ninguém, de um qualquer momento político mais conveniente? Não, Senhoras_e_Senhores_Deputados, esta matéria já foi moeda de troca política demasiadas vezes, e as mulheres e os homens do nosso país já esperaram tempo demais. / (palmas – 133) O tema da descriminalização da interrupção_voluntária_da_gravidez é dos mais debatidos na nossa sociedade e o PS fez **desta matéria** uma das questões mais visíveis das últimas eleições legislativas. Quando os Portugueses votaram em nós, votaram também na alteração desta lei através da realização de um novo referendo."

SF: "Estamos portanto, Senhoras…" -/-

BPS Palmas (140)

SF: "

Estamos, portanto, Senhoras_e_Senhores_Deputados, neste debate, apenas e só a cumprir, com toda a convicção, um dos nossos compromissos com as Portuguesas e os Portugueses, na certeza de estarmos a contribuir para a resolução de um problema criado por uma lei que nos deve envergonhar a todos. Obrigada"

JG: "Para pedido_de_esclarecimento tem_a_palavra o Senhor_Deputados Nuno_Melo."

NM: "Senhor _Presidente, Senhora_Deputada Sónia_Fertuzinhos, a Constituição obriga a que uma pergunta em referendo tenha absoluta correspondência com o projecto_de_lei que lhe serve de base.(158) Na expressão constitucional, em relação ao projecto_de_lei que a

justifica, a pergunta tem que ser objectiva, clara e precisa. E por isso se impõe o esclarecimento que agora lhe pedimos. É que a pergunta que o Partido_Socialista pretende colocar em referendo não tem nada que ver com o projecto_de_lei que igualmente quer ver aprovado."

BCDSS-PP: " Muito_bem."

NM "No seu projecto_de_lei, o Partido_Socialista trata da despenalização do aborto até às dezasseis semanas de gravidez, é isto que está em causa no projecto_de_lei do Partido_Socialista, no entanto, enganadoramente, aos Portugueses querem, em referendo, impor uma pergunta que trata **tão somente** (168) da 'escriminalização do aborto até às dez semanas."

BCDS-PP:"Uma fraude!"

NM: "Isto são realidades completamente diferentes: uma coisa não tem que ver com a outra. Nós somos um órgão de soberania, temos que nos relacionar **com verdade** com as outras instituições e com os Portugueses."

BCDS-PP: "Muito _bem!"

NM: "Parece-lhe correcto, parece-lhe aceitável sujeitar o *Seu_Presidente_da_República a pronunciar-se sobre a legitimidade do referendo, sendo ele baluarte da salvaguarda desde logo da Constituição_da_República, que tem na base uma pergunta que não tem nada que ver com o projecto_de_lei que lhe serve de base?"

BCDS_PP: "Exactamente!"

NM: "Senhor_Deputada, tem até consciência"

BCDS-PP: "[…]"

NM: "das consequências que, em sede constitucional, numa avaliação que posteriormente o Tribunal_Constitucional terá que fazer, este procedimento do Partido_Socialista pode representar para a Assembleia_da_República? Nós não queremos voltar a ter razão antes do tempo. Na última legislatura, a propósito do referendo ao Tratado_Constitucional_Europeu, nós avisámos o Partido_Socialista. Dissemos "este é um referendo importantíssimo. Vamos tratar de encontrar uma pergunta clara, precisa, objectiva, como diz a Constituição e para tanto, vamos rever extraordinariamente a Constituição, vamos questionar sobre o Tratado." O Partido_Soacialista assim não quis. (184) O Partido_Socialista **não permitiu**, disse também então "Não, a pergunta serve, é correcta, nós vamos conseguir isso mesmo no actual quadro_constitucional." O Tribunal_Constitucional **chumbou** a pergunta que o Partido_Socialista impôs. Tivemos então razão, não nos serve de nada! Agora lá vamos tratar da revisão_constitucional que então propusemos. E não queremos voltar a ter razão antes do tempo, Senhora_Deputada e a questão =que lhe po <que lhe deixo é esta: "Está, ou não, o Partido_Socialista disposto a, como nós pretendemos, permitir a total correspondência entre a pergunta a colocar em referendo e o que está em jogo, ou seja, no projecto_de_lei do Partido_Socialista a despenalização_de_aborto até ás dezasseis semanas de gravidez. Disse!"

BCDS-PP: "Muito_ bem!" palmas (193)

JG: "Para outro pedido de esclarecimento, tem_a_palavra o Senhor_Deputado Paulo_Carvalho. A Senhora_Deputada responderá no fim" (195)

PC: "Senhor_Presidente, Senhora_Deputada Sónia_Fertuzinhos, ouvi com bastante atenção a sua exposição de motivos relativamente =a esta <a este projecto_lei do Partido_Socialista para despenalização_do_aborto, e relativamente a esta matéria destaca-se, concretamente, o facto de o Partido_Socialista propor a despenalização_do_aborto quando praticado até aos quatro meses de gravidez. Ora, isto levanta duas questões ou dois problemas: um problema que eu diria *deeh* coerência, e um problema de substância. Quanto à questão de coerência, e tendo em conta que fundamentou este projecto_de_lei com a necessidade de terminar =de v <de vez com a possibilidade de mulheres que abortam serem presas ou serem julgadas, a questão que se coloca é de saber se é assim que vão acabar os julgamentos, ou =perguntou <perguntando de outra forma, o que é que defende o Partido_Socialista que deva acontecer a uma mulher que aborta aos quatro meses **e um dia** de gravidez?"

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"

PC: "Deve / (palmas) Deve ou não haver julgamento? Há, ou não há crime? Deve, ou não haver pena de prisão?"

BPS: "[…]"

PC: "Quanto à questão de substância -/-" (218)

BCDS-PP "É para responder, para responder objectivamente!"

PC: "Quanto à questão de substância, na sociedade global e internacional em que vivemos, cada vez mais se discutem e cada vez com mais rigor, as questões científicas relacionadas com a embriologia, com a genética e com todo o tratamento pré-natal. Eu diria que nisto o Direito vai acompanhando a evolução =da C <da Ciência"

BCDS-PP:"Muito_bem! Muito_bem!"

PC: "Ora, coloca-se aqui outra questão para a qual solicitava um esclarecimento claro. Do ponto de vista ético, científico e jurídico, o que é para o Partido_Socialista um embrião de quatro meses?"

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!" (231)

PC: "Qual é a protecção jurídica que considera que deve merecer e que lhe é exigível? Muito obrigado"

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem"

JG: "P'ra*aahh* outro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Senhora_Deputada Teresa_Caeiro."

X(vb): "Caramba!"

TC: "Muito_obrigada Senhor_Presidente! Senhor_Presidente, Senhoras_e_Senhores_Deputados, também ouvi com toda a atenção a exposição da Senhora_Deputada Sónia_Fertuzinhos, relativamente à proposta do PS, e não pude deixar *' detectar duas vulnerabilidades genéricas em relação à vossa proposta. O PS pretende evitar, tanto quanto entendi, dois aspectos: a prisão da mulher – nem me vou alongar sobre esse aspecto, porque ninguém nos poderá dizer um nome sequer de uma mulher que esteja presa pela prática de aborto -/-" (245)

BCDS-PP: "(Nem isso […])"

BC: "[…]"

TC: "Mas"

BC: "[…]"
TC: "Mas"
BCDS-PP: "Diga, diga!"
TC: "Outra questão -/-"
BC: "[…]"
BCDS-PP: "Diga"
BC: "[…]"
BCDS-PP: "Diga"
TC: "Outra questão que vos preocupa"
BC: "[…]"
BCDS-PP: "Mas diga!" (247)
TC: "é a sujeição da mulher a um julgamento público. Ora, tanto quanto sabemos surgiu na Bancada_do_PS, por parte de duas Senhoras_Deputadas: a Senhora_Deputada Teresa_Venda e a Senhora_Deputada Rosário_Carneiro, uma iniciativa legislativa que, partindo do princípio da defesa da vida, propunha alterações ao código de processo penal, no sentido que não sujeitar as mulheres"
BCDS-PP: "Muito_bem!" (253)
TC: "ao processo crime e a um julgamento."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
TC: "Ora, as minhas questões são estas: -/-"
BC: "[….]"
TC: "são, são duas questões muito simples Senhora_Deputada. Qual é a vossa tolerância, da bancada_do_PS, que não aceitou, ao contrário do que pediu o Senhor_Presidente_da_República, que façamos um debate sereno e profundo, qual é a vossa tolerância, qual é a vossa profundidade"
BCDS-PP: " Muito_bem!"
TC: " ao não ter aceite agendar esta iniciativa legislativa?"
BCDS-PP: "Muito_bem! Muito bem! Muito_bem!"
TC: "Onde é que está a tolerância do PS"
BCDS-PP: "Muito_bem!" (259)
TC: "que não quer discutir ideias diferentes das vossas, nomeadamente de dentro da vossa própria bancada?"
BCDS-PP: "Muito _bem!"
TC: "E por último, é ou não verdade que a única solução que o PS aceita é, na verdade, a total liberalização do aborto?"
BCDS-PP: "Muito_bem!"
TC: "Muito_*obrigado!"
JG: "Para responder, tem a palavra a Senhora_Deputada Sónia_Fertuzinhos."
SF: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Nuno_Melo, quem o ouvisse *entervir, até

achava que o Senhor_Deputado votaria favoravelmente num referendo com esta pergunta se ela fosse mais clara."
BPS: "Muito_bem!" (268)
SF: "E não é isso que está em causa. O Senhor_Deputado veio aqui colocar questões que até parecia que o CDS poderia estar do nosso lado no combate p'lo SIM. E essa sua pergunta, Senhor_Deputado, só mostra de facto, o embaraço do CDS"
BPS: "[…]"
TC: "**neste debate e a confusão** que normalmente quer lançar quando estamos a lançar da questão da interrupção_voluntária_da_gravidez. Os Senhores querem continuar a ver mulheres julgadas e eventualmente condenadas a pena de prisão, por terem realizado um aborto, se querem, votam Não, se não querem, votam SIM. Esta é a única questão que está aqui em debate."
BPS: "Muito_bem!" (276)
SF: "e os Senhores / (palmas) e os Senhores não contam connosco para essa confusão, porque normalmente e nos debates anteriores quando falávamos da questão do aborto, os Senhores vinham falar da necessidade de intervir na educação_sexual. Quando estiveram no Governo, a educação_sexual ficou completamente na gaveta e **demonstraram ter as maiores dúvidas** / (aplausos)"
BCDS-PP: "[…]"
BPS: "Muito_bem!"
SF: "E Senhor_Deputado, e Senhor_Deputado, se há coisa que esta pergunta é," (283)
BCDS-PP: "[…]"
SF:"se há coisa que esta pergunta é, é clara, objectiva e precisa. Eu estou a responder à **sua** pergunta, não estou é a contribuir para a confusão que o Senhor quer lançar para este debate. Isso é que eu não faço."
BPS: "Muito_bem! Muito_bem!" (286)
SF: "E se dúvidas houvesse sobre a vossa dificuldade, **porque os Senhores não assumem que querem as mulheres a ser julgadas**, e é isso c'os Senhores têm qu'assumir, porque é isso que está em causa, os Senhores não assumem (em suço), se dúvidas houvesse a intervenção =do Depauto <do Deputado_Paulo_Carvalho tinha acabado com essas mesmas *aah* dúvidas. E essa pergunta que coloca relativamente aos dezasseis meses é completamente é completamente estapafúrdia e **portanto digo-lhe mais, Senhor**"
BCDS-PP: "[…]"
SF: "é que nos termos em que a coloca é completamente estapafúrdia e não há qualquer incoerência entre a nossa pergunta no referendo e aquilo que está também no projecto_de_lei, que aliás, é o mesmo que entregamos em mil_novecentos_e_noventa_e_sete, e como também já dissemos, estamos disponíveis na especialidade para discutir cada um =dos ter <dos termos que ali estão propostos. Em relação à Senhora_Deputada Teresa_Caeiro, em pergunto-lhe, acha que o CDS mudaria a sua posição se fosse presa alguma mulher? É preciso ir alguma mulher para a cadeira por ter feito um aborto para o CDS, finalmente, perceber como esta lei é má, é injusta e não resolve nada? Essa sua declaração, Senhora_Deputada, é verdadeiramente chocante. E não, não há nenhuma mulher na cadeia, Senhora_Deputada, porque **ninguém em Portugal** quer esta lei aplicada, **ninguém**!

Ninguém concorda com esta lei. E portanto ao não concordar e ao toda a gente dizer que *' sente incomodada com os julgamentos e com a sucessão de julgamentos em Portugal, nós temos que dar uma resposta, e não podemos continuar a "enfiar a cabeça na areia" na afirmação de um princípio moral fantástico que não resolve nada e só prejudica gravemente a saúde das mulheres e que nos deve envergonhar enquanto sociedade (que) queremos mais justa e mais humana. Muito_*obrigado."

BPS: "Muito _bem".

JG: "Senhor_Deputado Nuno_Melo pede a palavra para…"

NM: "[…]"

JG: "Tem a palavra três minutos."

NM: "Se(nh)ora_Deputada, *a questão que lhe suscitamos *são estapafúrdias e queremos lançar a confusão, então vamos lá ver quem está confuso. A pergunta que o Partido_Socialista quer ver colocada em referendo, se quiserem tratar desta questão seriamente, e nós queremos, =é <trata de descriminalização, então vamos ler o preâmbulo do projecto_de_lei do Partido_Socialista -/-"

BPS: "[…] […]"

NM: "Então vamos ler o projecto_de_lei no seu preâmbulo. O projecto =que os shu <que os signatários agora submetem à apreciação da Assembleia_da_República preconiza a **despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez."**

BPS: "[…]" (322)

NM: "Quem quer lançar a confusão? Somos nós que queremos a correspondência da des**penalização** que os Senhores defendem e justificam no projecto_de_lei ou os Senhores que =engana <enganadoramente aos Portugueses colocam uma questão sobre descriminalização?"

BPS: "[…] […]"

NM: "Segundo aspecto: =no mesmo <na mesma questão, na mesma questão (que) querem colocar aos Portugueses, Vossas Excelências tratam de querer saber se os Portugueses concordam com uma des**criminalização** até às dez semanas. Vamos ler, então, o vosso projecto_de_lei, alínea c), do artigo cento e quarenta e dois: "Não é punível a interrupção da gravidez efectuada" – nos casos da alínea c) – "=su <nas primeiras dezasseis semanas de gravidez." Senhora_Deputada, quem quer lançar a confusão?"

BPS: " […]"

NM: "Somos nós que queremos"

BCDS-PP: "Muito_bem"

NM: "que os Portugueses"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "respondam àquilo que é tratado no vosso projecto_de_lei, ou seja, se concordam com o aborto até às dezasseis semanas, ou os Senhores que querem esconder que no vosso projecto_de_lei, o aborto é contemplado até às dezasseis semanas, e enganadoramente querem dizer aos Portugueses que apenas tratarão da mesma questão relativamente até às dez semanas. Quem querer armar a confusão, Senhora_Deputada? Quem é que é estapafúrdio? (335) E por último, Senhora_Deputada, salientando que não respondeu a **uma** única das questões =que aqui nos foram < que aqui lhes foram colocadas, tratar da insensibilidade com que,

de todo o modo, nos quis responder. É que, Senhora_Deputada, quando nós lhe perguntamos do que **pensa** de um aborto realizado aos quatro meses e **um dia**, como contraponto a um aborto realizado aos **quatro meses**, Senhora_Deputada queríamos perceber, do ponto de vista da sensibilidade, aquilo que é a motivação do Partido_Socialista e queríamos saber da protecção jurídica que nos preocupa, numa lógica de Direito que também é devida e de civilização, da razão de ser do projecto_de_lei do Partido_Socialista. Em relação à sensibilidade (que) colocamos na **nossa questão**, e à justificação que do Partido_Socialista queremos e tínhamos"
BCDS-PP: "
Estapafúrdia"
NM: "o direito de de de fazer, os Senhores responderam com insensibilidade. =E é assim <E e o Partido_Socialista (sim) Senhora_Deputada a perguntas **sérias** e precisas respondeu de forma estapafúrdia e lançando a confusão."
JG: "Senhora_Deputada Sónia_Fertuzinhos, p'ra dar explicações, tem a palavra por três minutos."
SF: "Obrigada Senhor_Presidente, Senhor_Deputado Nuno_Melo, fez uma intervenção, não não defendeu a sua honra, porque ela manifestamente não foi, não foi ofendida. E deixe-me dizer-lhe, a pergunta é muito clara, a pergunta é muito clara:"Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez? E portanto"
BCDS-PP: "[…]" (351)
SF: "**a seu questão e o projecto_de_lei refere-se exactamente à mesma questão**. É exactamente isso =Senhor_Presi <Senhor_Deputado. E nós a única coisa que referendamos é o aborto a pedido da mulher ate às semanas. E a alínea c), Senhor_Deputado, já está na lei actual, a única coisa que nós fazemos é alargar os prazos. É isso a única coisa que fazemos." (355)
BCDS-PP: "[…]"
SF: "E gostava também de lhe dizer, Senhor_Deputado, que os limites que estão na lei actual e que nós propomos relativamente a cada um dos casos de não criminalização do aborto têm a ver **única** e exclusivamente com a garantia da segurança e da saúde das mulheres. E, Senhor_Deputado, deixe-me também dizer-lhe que eu acho que essa bancada não está em posição de, neste debate, dar lições a ninguém a propósito o que quer que seja. Muito_obrigado."
BCDS-PP:
"[…]"
BPS: "Muito_bem!"
JG (vb): "E as explicações […]. Senhora_Deputada Odete_Santos, tem a palavra para uma intervenção." (365)
OS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, a caminhada das mulheres portuguesas rumo a uma nova lei sobre a IVG que respeite os seus direitos fundamentais está semeada de hesitações, promessas goradas, perseguições penais. Estes seis anos e tal desde o referendo foram dolorosos anos em que, apesar de tudo, e contra o estigma da sala d'audiências e a devassa da sua vida_sexual, as mulheres continuaram ' *àrrostar com os riscos do aborto_clandestino, como o indicam, nomeadamente, os dados divulgados no ano passado p'la Direcção_Geral_de_Saúde. O aborto_clandestino levou em dois mil e três aos hospitais portugueses uma média de três jovens por dia. Nesse ano, deram entrada nas unidades_de_saúde, mil e dezanove casos devidos a complicações. Num

relatório apresentado em dois mil e quatro, a Organização_Mundial_de_Saúde afirma: "As estimativas relativas ao ano dois mil indicam que todos os anos se fazem, no mundo inteiro, dezanove milhões de abortos_clandestinos, o que quer dizer que uma em cada dez gravidezes termina em aborto_clandestino, de que resulta a *ratio* de um aborto inseguro para cerca de sete nascimentos com vida." E salienta ainda a Organização_Mundial_de_Saúde "que as mulheres que recorrem ao aborto inseguro põem a sua saúde e vida em risco." Por todo o mundo calcula-se que morrem sessenta e oito mil mulheres como consequência do aborto inseguro. Mesmo na Europa não se aplicam as conclusões do Cairo e de Beijin. A percentagem de mulheres que morrem na Europa em consequência desse aborto inseguro é de vinte por cento, relativamente ao total de mortes maternas. As Nações_Unidas num =docu <documento divulgado, já no corrente ano de dois mil e cinco afirmam criticamente "e mesmo na União_Europeia, alguns países restringem ou proíbem mesmo o aborto, especialmente o aborto *medicalizados, ou exigem complicados formalismos que desencorajam as mulheres de =co <recorrer ao aborto legal forçando-as ao aborto ilegal e inseguro." Ora, isto passa-se exactamente em Portugal, no ano (396) em que se assinalam os dez anos da Conferência de Beijin. Em Portugal não se implementa a lei da educação_sexual, faz-se o panegírico *à la* Bush da abstinência_sexual, panegírico falhando provoca gravidezes adolescentes e mesmo graves doenças sexualmente transmissíveis. O planeamento_familiar, apesar dos progressos realizados, conhece dificuldades resultantes, nomeadamente, de deficiências de =funcionam <funcionamento sobretudo quanto aos horários que impedem as mulheres =trabalhado <trabalhadoras d'aceder às consultas. Em Portugal julgam-se mulheres, condenam-se algumas, condenam-se mesmo quando não se fazem julgamento e se **forçam** as mulheres a **aceitar** o pagamento de indemnização, Senhora_Deputada Teresa_Caeiro, para expiação da sua culpa em instituições **determinadas p'lo Tribunal, representadas por quem está aí sentado**." -/- (palmas) **É essa a solução da suspensão provisória do processo** e foi aplicada em Coimbra. Outras"

BC: "[…]"

OS "Muita calma Senhor_Deputado (risos). Outras são absolvidas, mas passam p'la traumática prova de exposição da sua intimidade em praça_pública. O que temos de resolver é um problema de saúde_pública, criado p'la lei_penal. A questão, no que toca às mulheres, é esta: deverá o Direito_Penal considerar como **crime** a conduta da mulher que recorre ao aborto seja em que circunstâncias for. A resposta já foi dada na França há muito tempo, em mil novecentos e setenta e cinco, o Parlamento francês *apromevou a lei_Veil, de Simone Veil, nos termos da qual a mulher, ainda que recorrendo ao aborto fora das condições legalmente permitidas e em qualquer altura, nunca comete um crime e a lei_Veil só criminalizou as condutas dos que praticassem o aborto na mulher, e isto continua em vigor depois das alterações em =dizme <dois mil e um. (424) Esta solução consta do nosso projecto, porque a mulher que recorre ao aborto age em situação d'angústia e na comunidade não se encontra interiorizada a reprovação que merece que uma conduta seja considerada um crime. Situação idêntica se encontra na legislação dinamarquesa, holandesa, polaca, por exemplo, uma solução muito próxima está na lei espanhola. O que há de criminalizar, isso sim, é o comportamento daqueles que, **ainda que a solicitação da mulher**, fazem um aborto_clandestino, pondo =em risca <em risco a saúde e a vida das mulheres, exceptuando da ilicitude, a prática do aborto por profissionais e em estabelecimento legalmente autorizado, nas condições constantes do nosso projecto, que =nos escusa <escusamos de repetir por

ser sobejamente conhecido. Em muitos países, legalizou-se o aborto quando requerido p'la mulher nas primeiras doze semanas, solução brilhantemente defendida na célebre decisão do caso Roe *versus* Wade, do Supremo_Tribunal_Federal dos Estados Unidos da América. A França acabou por aumentar o prazo de dez para doze semanas – o Partido_Socialista devia ler atentamente a lei de dois mil e um, que até revogou uma disposição que *criminialializava a publicidade das das clínicas que fizessem aborto, porque, aliás, é contra o artigo décimo da Convenção_Europeia_dos_Direitos_do_Homem, como decidiu o Tribunal_Europeu_dos_Direitos_do_Homem, no caso *Open Door* contra a Irlanda em que Irlanda foi condenada por ter mandado encerrar duas clínicas. (443) Tendo começado a cair numa luta prolongada e fértil em incidentes provocados p'los partidários do Não, as barreiras qu'impediam o acesso das mulheres à pílula RU quatrocentos e oitenta e seis, que hoje se encontra acessível na maior parte dos países europeus, é tempo de Portugal dar um claro sinal alterando a lei, que convide os laboratórios Exelgyne a solicitar autorização para comercializar, em Portugal, a referida pílula. A *medicalização da IVG tornou possíveis avanços que beneficiaram as mulheres nomeadamente p'la possibilidade de recorrer à interrupção muito mais cedo sem a delonga exigida pelo aborto cirúrgico. Hoje, mesmo, foi apresentada na Assembleia p'luma organização de mulheres "Mulheres On-Line", uma petição chamando à =int <atenção para a importância da utilização daquela inovação científica. As tentativas d' utilização de Centros_de_Aconselhamento para utilizar a possibilidade de, em tempo legal, recorrerem à IVG, saem assim com essa pílula fortemente frustradas. Por último, dois apontamentos, ainda: primeiro, ' árgumentação dos que se opõem à alteração da lei radica num preconceito anti-feminino. As mulheres, segundo eles, fazem abortos por motivos fúteis. Desmentem essa afirmação quando, em desespero de causa, e para fugir ao debate sobre a descriminalização da IVG, aprovam, como o fizeram o ano passado, uma resolução em que claramente desculpabilizam as mulheres. Mas continuam a persistir diversos factores que impedem as mulheres de ter os filhos que desejam. Persiste a taxa de feminização da pobreza (463), o já minguado abono_de_família é retirado a muitas famílias p'la anterior coligação governamental, e os salários são baixos, e aumenta a taxa de desemprego, e a desregulamentação das relações de trabalho, nomeadamente, a desorganização do tempo de trabalho impede a maternidade e a paternidade felizes. Segundo apontamento é relativo às questões relacionadas com o direito à vida, o argumento que a Direita, com algumas honrosas excepções de alguns Senhores_Deputados, que recordo saudosamente, *aahhh* o argumento que a Direita brandiu p'ra =sub <submeter as mulheres aos ditames dum Estado que se arroga prepotentemente o direito de **impor a toda comunidade** as regras religiosas e morais de uma parte dos cidadãos, afirmando sem provas científicas que o embrião, mesmo nas suas fases mais incipientes, já é pessoa humana. A Direita mais retrógrada quer ter a verdade absoluta e faz **tábua_rasa** todas as concepções contrárias. Resumindo, eu recordo aqui um recente acórdão d'oito de Julho de dois mil e quatro, do Tribunal_Europeu_dos_Direitos_do_Homem, num processo instaurado contra a França, onde analisando-se a Convenção_Europeia, a Convenção_de_Oviedo, o protocolo adicional desta Convenção proibindo a clonagem humana, o projecto de protocolo relativo à investigação bioética, o Direito comparado, o estado da Ciência, o Tribunal conclui, que é do ano passado, que o artigo segundo da Convenção_Europeia_dos_Direitos_do_Homem o que garante e obriga os Estados a garantir o direito à vida não se aplica ao embrião e ao feto. Vão ler esse acórdão. Sendo vida de espécie humana =como indevid <como de facto é o embrião e o feto e

o afirma o Tribunal **devem ser protegidos em nome da dignidade humana com medidas económicas e sociais e não através de medidas penais absolutamente inoperantes que não os defendem**. E assim é, de facto, p'rá maior parte da população mundial, recordaria que dois terços das mulheres vivem em países (488) onde está legalizada a IVG. Assim sendo, não pode o Direito_Penal tomar partido por esta ou por aquela concepção religiosa. Em mil novecentos e oitenta e quatro dissemos – e passo a citar – "Há sempre razões profundas p'ra decidir um acto que ninguém deseja nem considera um bem. E não falamos das situações extremas, em que a vida da mulher corre perigo do aborto_terapêutico eugénico ou resultante de crime sexual, mas sim da grande maioria dos casos em que a mulher decide interromper a gravidez, porque não vê condições económicas sociais, pessoais até para dar vida a um ser humano, a quem sabe que não pode assegurar um futuro e uma vida feliz. E dissemos ainda "P'la nossa parte lutaremos como já aqui afirmámos para que esta Assembleia venha a aprovar, sem mais delongas inúteis, um regime legal digno das mulheres_portuguesas. Desde aí não desistimos de alterar a lei e voltaremos sempre que preciso, porque há sempre 'ámeaça de retrocessos como a recente história a nível mundial o comprova. É o reconhecimento de vários direitos das mulheres das mulheres, direitos fundamentais que, de facto, nos mobiliza para defesa dos seus direitos humanos =com lo <contra o obscurantismo. É o seu reconhecimento que tem mobilizado e mobiliza mulheres e homens ' (que) constroem o progresso do mundo, por isso voltaremos, voltaremos sempre. Disse!"

JG: "Tem a palavra a Senhora_Secretária para ler um relatório da Comissão_de_Ética sobre substituição de mandato." (510) (518)

JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado Francisco_Madeira_Lopes."

FML: "Muito_obrigado Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, reeditamos hoje aqui na Assembleia_da_República, passado pouco mais de um ano desde a última que esta questão aqui foi trazida, a discussão sobre a despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez. Essa altura, os partidos de direita, com maioria absoluta, recusaram determinantemente, sem qualquer surpresa, 'álteração da lei_penal que criminaliza o aborto e tem obrigado tantas mulheres_portuguesas a se sentarem no banco dos réus, sujeitas à suprema humilhação de verem a sua vida pessoal, e no que de mais íntimo esta pode ter, a saúde reprodutiva e o direito maternidade livre e consciente, tomadas *in extremis*, e como último recurso postas em causa e aviltadas. Temos hoje um Parlamento distinto do que então existia, os deputados das forças políticas que defendem abertamente a despenalização da IVG e, para tanto, consentaneamente com as suas posições, apresentaram projectos_de_lei visando alterar a actual legislação penal, após as últimas eleições de vinte de Fevereiro aumentaram em número significativo neste Parlamento derrotando assim os partidos de direita e encontrando-se, neste momento, em franca maioria. (531) Estão, assim, reunidas, à partida, as condições necessárias para que o órgão constitucionalmente consagrado como o órgão legislativo por excelência assuma as suas responsabilidades e ponha hoje, finalmente e sem mais demoras porque / porque não se quis ou não se conseguiu pôr antes nem mais cedo, malgrado para as mulheres_portuguesas e para vergonha de todos nós, cobro ao drama do aborto_clandestino em Portugal." (534)

BOV: "Muito_bem!"

FML: "Infelizmente, é forçoso reconhecer que tem sido mercê de compromissos político-partidários =dig

<designadamente por cedência do chamado centrão à direita mais conservadora que na anterior legislatura, como nos últimos =int <vinte anos, não tem sido possível pôr um ponto final no sofrimento, na dor, na morte e nas chagas infligidas às mulheres que se viram forçadas a abortar clandestinamente, num qualquer vão de escada, numa garagem ou anexo, num sótão infecto e asfixiante atulhado de outras mulheres, de outras tantas histórias e dramas absolutamente individuais, pessoais, intransmissíveis. Essas chagas que marcarão essas mulheres para toda a sua vida, no corpo e na alma, também mancham a nossa honra. De cada vez que uma mulher é julgada num Tribunal, acusada de ter praticado aborto é Portugal inteiro que está a ser julgado, por não ser capaz, por lhe faltar coragem de dizer Não ao aborto sem condições mínimas de higiene e segurança, sem quaisquer regras, em total insegurança e com graves riscos para as mulheres; para dizer Não à mutilação que tantas vezes destrói a hipótese de uma maternidade futura possível e desejada; para dizer Não à clandestinidade. Esta clandestinidade que, =trinta e um <trinta e um anos depois do vinte_e_cinco_de_Abril, continua a persistir com a diferença de que antes de mil novecentos e setenta e quatro quem dava o salto p'la fronteira, fugindo à guerra, à perseguição, à miséria e à injustiça eram muitas vezes alguns dos que menos recursos económicos tinham, =em que <enquanto que hoje só quem tem meios é que tem direitos, só quem pode pagar é que tem o direito de praticar noutro país a IVG com todas as condições de saúde e dignidade humana." (548)

BOV: "Muito_bem!"

FML: "De onde se tem de concluir que não há igualdade no nosso país. O aborto_clandestino, ou os desmanchos, afectam principalmente as mulheres com menos recursos, as mais pobres, aliás, como sempre, as mais frágeis e expostas a esta situação p'la sua condição social, económica e cultural. Sempre as mais sacrificadas, as mais vulneráveis. Mas não só, o número de gravidezes e abortos praticados na adolescência, fruto **podre** de preconceitos retrógrados, que têm inviabilizado uma efectiva implementação ' a educação_sexual nas escolas, uma eficaz e generalizada política de planeamento_familiar no nosso Sistema_Nacional_de_Saúde assume proporções tão preocupantes como revelam os zero vírgula três por cento em noventa e sete, ou os zero vírgula cinco por cento em dois mil e três de abortos realizados por jovens dos quinze aos dezanove anos de idade. Continuamos, contudo, inexplicavelmente, sem ter dados completos, seguros e actualizados sobre a verdadeira dimensão deste problema. Apesar de ter sido aprovada nesta Câmara em dois mil e dois a realização de um estudo sobre a extensão e as causas do aborto_clandestino no nosso país, desconhecem-se até hoje os resultados do mesmo, ou sequer se chegou de todo a iniciar. Mas quando finalmente conseguem romper a barreira, o manto escuro que cobre esta sórdida realidade e debaixo do qual se esconde o que alguns insistem, numa cegueira voluntária, dita a pior de todas, em não querer ver, os números falam bem alto: em dois mil e dois, de acordo com dados oficiais, cerca de onze mil mulheres foram atendidas nas urgências hospitalares em consequência de um aborto clandestino, cinco das quais perderam a vida por esse facto. Na verdade, estima-se que esses valores ascendam a um número *algur entre os dezasseis mil e os vinte mil abortos anualmente. Mais alto, porém, grita o silêncio amordaçado das histórias, dramas e sofrimentos pessoais (563) que nunca serão contados, que nunca serão contabilizados em qualquer estatística, sempre imperfeita na frieza dos números. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, não está aqui hoje em causa unicamente um diferendo entre diferentes concepções da vida, crenças ou convicções éticas, morais, filosóficas ou religiosas, não é, aliás, **em**

absoluto, isso que está em causa relativamente aos projectos_de_lei que ora discutimos. A grande questão é se vamos permitir a continuidade da actual situação com uma retrógrada =lisja <legislação penal que contrasta vivamente com o quadro_legal dominante europeu despenalizados, promovendo a proliferação do aborto_clandestino, ou se vamos mudar este quadro tirando o aborto da clandestinidade, permitindo que a IVG seja, **de facto**, uma opção de consciência pessoal, individual de cada um, não só dos deputados, mas principalmente das mulheres que se vêem confrontadas com o =grande <drama pessoal de ter que fazer esta escolha. O que temos de nos perguntar é se é legítimo impor a todas as mulheres as concepções e crenças apenas de alguns, mormente através de um mecanismo mais pesado permitido num Estado_Democrático, a sanção penal da privação da liberdade."

BOV: "Muito_bem!"(573)

FML: "Porque este debate, apesar de ser por causa das questões extremamente delicadas e sensíveis que levanta, por causa da dramaticidade de que se reveste, também o (demate) de sentimentos e sensibilidades de que como seres humanos que somos, não podemos deixar de reflectir no nosso discurso, convém lembrar que este é também um debate de razão, um debate jurídico, político e legislativo. Com efeito, em causa estão os próprios fundamentos do sistema e da dogmática jurídico-penal. (N)as Faculdades_de_Direito aprendemos tantos de nós que a sanção_penal constitui a última *ratio* d'*entervenção do Estado, citando a Professora Pizarro =Bezerro <Beleza, insigne Penalista da Faculdade_de_Direito da Universidade_de_Lisboa: "Só na estrita medida em que as penas forem absolutamente indispensáveis para defender valores essenciais, será legítimo que o Estado se socorra da sua forma de intervenção mais dramática – o Sistema_Penal. Só nas matérias em que haja boas razões para querer que essa intervenção originará maiores benefícios sociais do que custos, dada a certeza contemporânea dos graves problemas que a própria intervenção_penal suscita, o Estado poderá optar p'la incriminação de comportamentos, esgotadas outras alternativas de actuação legislativa, organizacional. Senhor_Presidente, *Senhores e Senhores_Deputados, porque este é um problema que a todos respeita e apela a uma solução legal urgente, adequada à salvaguarda dos direitos da mulher, ao respeito pelos seus direitos sexuais e reprodutivos, à garantia da sua liberdade de opção, põem termo =a uma le <a uma lei inútil, (585 – **final do Lado 1**) (90) a uma lei hipócrita, a uma lei que tem causado tantas vítimas, é por todos esses motivos que Os Verdes apresentam este projecto-de_lei que esperamos que seja livremente discutido e votado em consciência e que venha a ser provado para pôr cobro a esta situação inadmissível. Muito_obrigado!" (97)

JG: "Tem a palavra a Senhora_Deputada Ana_Drago."

AD: "Senhor_ Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, hoje cada um de nós, nesta Câmara, será chamado a pronunciar-se sobre uma das escolhas centrais, sobre o País que somos e o País que queremos ser. A lei que criminaliza o aborto, que nega às mulheres o direito de escolha foi, e é até hoje, um dos sinais mais claros, mais visíveis do conservadorismo e da falta de coragem política dos sucessivos responsáveis que têm governado o País e das maiorias parlamentares que se têm gerado nesta mesma Câmara. Por isso, hoje, aqui, discutimos, enquanto representantes eleitos, se escolhemos, ou não, fazer uma ruptura definitiva com esse passado, com esse conservadorismo, com essa falta de coragem e se damos, ou não,

um passo em frente para dotar Portugal de uma legislação moderna e democrática que não queira nunca mais impor como força de lei o que é a consciência de alguns."
BBE: "Muito_bem!" (118)
AD: "A urgência da mudança da lei tem sido nos últimos tempos uma reivindicação de milhares de Portugueses e de Portuguesas com as mais diferenciadas simpatias políticas. É hoje absolutamente claro que esta lei está em contradição com o que é a sociedade portuguesa e que é, portanto, politicamente insustentável. Bastaria, aliás, analisar a excepcionalidade da legislação portuguesa quando comparada com a legislação da esmagadora maioria dos países europeus para compreender o que ela significa enquanto atraso civilizacional com o espírito persecutório que zela sobre as mulheres."
BBE: "Muito_bem!" (128)
AD: "Mesmo assim, importa sistematizar o que tem sido dito nos últimos anos pelos **últimos dos últimos** fundamentalistas que defendem esta lei, para que fique claro, absolutamente claro, a fraqueza, o erro, a falsidade dos seus argumentos. Dizem os defensores da criminalização do aborto que a lei actual é idêntica à lei espanhola, onde o aborto é realizado a pedido da mulher, até para as próprias mulheres_portuguesas que lá se deslocam para realizar uma interrupção_voluntária_da_gravidez em condições de segurança e dignidade. A história miserável e indigna da diferença entre as leis espanhola e *portuguesas tem nome, data e hora marcada: na Maia, dezassete mulheres foram julgadas, em Aveiro, sete mulheres foram julgadas, em Setúbal, houve o julgamento de duas mulheres e em Lisboa, uma mulher esteve presente na barra do Tribunal. A diferença entre as leis, a espanhola e a portuguesa é toda a que interessa, é a diferença entre, por um lado, a escolha e a dignidade da mulher, ou, por outro, as perseguições, as escutas, os exames médicos, a devassa da vida_privada, a culpabilização, a condenação. A diferença é toda. Em Portugal, há mulheres julgadas e condenadas pela prática de aborto_clandestino, o que não acontece em mais nenhum País europeu. Dizem os defensores da lei existente que a lei é dissuasora, chegaram quase ao ponto de insinuar que a criminalização do aborto pode até ser vista como uma boa pedagogia de educação_sexual. Ano após ano, década após década, vamos coleccionando as estatísticas, analisando as estimativas que provam à exaustão, que esta afirmação é falsa. Mantêm-se os níveis elevados de aborto_clandestino. **A única** alteração da última década foi o crescente fluxo de mulheres_portuguesas que se deslocaram a países onde podem realizar o aborto em condições de segurança. Mas são muitas as mulheres que não têm possibilidade =de se <de ir até ao estrangeiro e que ficam condenadas a recorrer a abortadeiras de vão_de_escada e sujeitas à perseguição policial. Esta lei não dissuade, vota as mulheres_pobres à clandestinidade e destina as mais ricas ou remediadas a sair do País. Por fim, os defensores da criminalização do aborto dizem que são exactamente os números que apresentamos que mostram que a lei não é cumprida, que por uma qualquer generosidade, Portugal **não julga** as vinte mil mulheres que se estima que por ano fazem aborto_clandestino em Portugal. O argumento é, em si próprio, esquizofrénico, defender uma lei que não seja cumprida é negar o próprio Estado_de_Direito. Mas a verdade é que esta lei é cumprida, ela é cumprida nos casos de cada uma das vinte e sete mulheres que passaram pela humilhação e pelo medo dos interrogatórios policiais e dos julgamentos mediáticos que tivemos nos últimos anos. A lei tem os seus efeitos em cada uma das vinte mil mulheres que abortam e que se têm que comportar como criminosas e entrar na clandestinidade para o fazer. A lei tem todos os seus efeitos de

cada vez que essas mulheres sentem o medo de serem descobertas e humilhadas, de cada vez que sentem **o medo** das consequências do aborto_clandestino na sua saúde, de cada vez que **uma** dessas mulheres sente a indignidade da sua situação de clandestinidade. (176) Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, discutimos hoje a mudança da lei, o corte, a ruptura final com esta longa e miserável história. Recusar votar os projectos hoje em discussão é manifestar vontade de manter esta situação. É exactamente isto, e nada menos do que isto, e nada mais do que isto. A cada um dos Senhores_Deputados cabe fazer a sua escolha em consciência: se querem ou não manter as redes de aborto_clandestino, se querem manter a perseguição e o julgamento das mulheres, ou não, se querem recusar às mulheres_portuguesas a autonomia das suas escolhas familiares, ou não. Nas bancadas da Direita, têm havido Deputados que se têm manifestado publicamente a favor da descriminalização_do_aborto, não só do PSD mas inclusive na bancada do CDS-PP. É verdade e é irónico, que exactamente hoje, no dia em que fazemos *desta discussão, um dos Deputados já não esteja presente, (tanto pelo) o Senhor_Deputado Pires_de_Lima que foi substituído por um dos mais destacados dirigentes dos movimentos que defendem a criminalização_do_aborto, e portanto, a prisão das mulheres em Portugal."

BBE: "Muito_bem! Muito_bem!"

AD: "É preciso que em cada uma das bancadas, no momento da votação, os Senhores_Deputados sejam coerentes com a sua consciência e que não arranjem desculpas que seriam, em política, e em consciência, fugas ou demissões que ninguém iria compreender. Muito_obrigada!"

BBE: "Muito_bem!"

JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado Marques_Guedes."

MG: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, passados seis anos sobre a realização dos primeiros referendos em Portugal, a Assembleia_da_República equaciona hoje, de novo, a apresentação de uma proposta ao Senhor_Presidente_da_República para a convocação de uma consulta referendária. Importa saber se o tema e o *timing* estão acertadamente escolhidos. Sem pôr em causa a opinião pessoal que cada um possa ter sobre a questão de fundo, não tenho dúvidas em concordar que o problema da interrupção_da_gravidez se inscreve no *rol de matérias que, a meu ver com vantagem, *podem ser objecto de um pronunciamento directo de todos os Portugueses."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Sempre entendi, e entendo, que é assunto que mexe com a consciência individual e a hierarquia íntima de valores de cada cidadão. (216) Como tal, deve ser decidida por todos e não por uma qualquer representação parlamentar meramente conjuntural."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "É essa, de resto, a razão p'la qual o Partido_Social_Democrata há muito defende que a questão se situa fora da esfera de acção política e programática do nosso partido, como de qualquer outro partido. Não há, por isso, nenhuma indicação de voto do Partido_Social_Democrata aos seus militantes e cada um dos Deputados que integram este grupo_parlamentar está **totalmente** liberto de qualquer disciplina de voto, actuando de acordo com a sua consciência. Mas se isto é assim, quanto ao fundo da matéria, já o *timing* e a oportunidade desta proposta são questões essencialmente políticas que podem e

devem ser clarificadas. Depois de uma Legislatura, a anterior, em que respeitando o compromisso publicamente assumido durante a campanha_eleitoral, tomamos a opção de não favorecer a realização de nenhum novo referendo sobre a interrupção_da_gravidez, dissemos, na última campanha_eleitoral, que não objectaríamos a convocação de um referendo neste novo ciclo, caso a proposta viesse a ser colocada sobre a mesa da Assembleia_da_República. No discurso de posse no décimo sétimo Governo_Constitucional, o Engenheiro_José_Sócrates, que venceu as eleições com uma confortável margem, definiu um calendário político exigente, segundo ele, para a primeira fase da Legislatura. Tomando como horizonte a realização de dois actos eleitorais e de dois referendos, assumiu, o Engenheiro_Sócrates, como prioritária a convocação do referendo_europeu, já no Outono de este ano, apelando mesmo a uma revisão extraordinária da Constituição para permitir a execução deste calendário tão apertado. Pensámos nós, e pensaram os Portugueses, que o novo Primeiro_Ministro sabia bem o que queria, tinha pensado no que dizia e apresentava com clareza um programa de acção. E para cumprir! Não se terá levado, por isso, muito a sério o chegar à frente do Bloco_de_Esquerda e do Partido_Comunista formulando **uma outra** agenda de prioridades. Afinal de contas quem ganhou as eleições não foi o Doutor_Louçã, nem o Doutor_Jerónimo_de_Sousa, foi o Engenheiro_José_Sócrates. Quem define as prioridades e marca a agenda é a maioria, quem define =a prioridade <as prioridades e marca a agenda é a maioria, não devem ser aqueles que recolheram menos de sete por cento dos votos dos Portugueses. È assim que devia ser, mas parece que com esta maioria_socialista não é bem assim que é. Em menos de quinze dias, o grupo_parlamentar do Partido_Socialista enredou-se numa embrulhada a reboque da agenda dos pequenos partidos à sua esquerda, redefinindo prioridades agora contrárias às apresentadas pelo Senhor_Primeiro_Ministro. Diga-se em abono da verdade, que a incoerência e a confusão instalada não foi consensual pelas bandas do Partido_Socialista. O Doutor_Jorge_Coelho apareceu, responsavelmente, a dizer "O calendário, após as autárquicas, deve evitar a época a época em que as pessoas estão menos motivadas, deve ser muito ponderado. O Partido_Socialista **tem** maioria absoluta, **tem** agenda política própria, não tem de andar atrás de seja quem for. Andar demasiado à pressa não é boa solução." Era avisado o Doutor_Jorge_Coelho! Também o Doutor_Mário_Soares considerou **inconveniente** avançar-se já com a consulta sobre o aborto, "Não vejo =qualqu <qual a necessidade de fazer já um referendo sobre o aborto." Porquê? "Porque não é uma coisa de imediata necessidade", afirmou o Doutor_Mário_Soares. Por uma vez, concordamos com o Doutor_Mário_Soares. Prioritário, de facto, é o referendo_europeu. Defendemo-lo já no ano passado e não mudámos de opinião, porque a opção europeia nunca foi, e deve ser, directamente referendada pelos Portugueses, porque é um compromisso político assumido por todas as forças políticas nacionais, e porque, sem margem para discussão, debater e aprovar a constituição para a Europa é um assunto da maior relevância para Portugal e para o nosso futuro colectivo. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, com toda a clareza quero aqui deixar a posição do PSD sobre a realização de uma consulta_popular sobre a interrupção_da_gravidez. Se houver, nesta Câmara, uma maioria favorável à alteração da lei actual, deve ser dada a palavra aos Portugueses para se pronunciarem e decidirem através de um novo referendo. Em qualquer caso, esse referendo não pode atropelar o exigente calendário político que temos pela frente, só podendo realizar-se, a nosso ver, depois do referendo_europeu e depois dos actos eleitorais que já estão atrasados. A abstenção / (palmas), A abstenção que esta bancada terá na votação do

projecto_de_resolução sobre a convocação do referendo tem, por isso mesmo, esse significado: não estamos contra a realização de um novo referendo, mas discordamos, frontalmente, da sua realização este ano. Se a decisão final for outra, cedendo-se à vertigem de precipitar este referendo antes de tratarmos do referendo_europeu, desde já fique aqui claro, que isso trará necessárias consequências políticas, designadamente no plano da revisão_constitucional. Esta nossa posição é conhecida, reafirmamo-la. Se outros mudaram de opinião, assumirão, com isso, as suas responsabilidades. Em particular o Partido_Socialista tem de ter a consciência de que recuar nas suas =prori <prioridades iniciais a reboque de outros, para depois atirar para cima do Senhor_Presidente_da_República o problema em que se enredou, é uma habilidade feia e uma atitude irresponsável. Pela nossa parte / (palmas) pela nossa parte somos e seremos coerentes. É uma questão de credibilidade que se joga no respeito para com as posições que sempre assumimos."

JG: "Para um motivo de esclarecimento, tem a palavra o Senhor_Deputado Luís_Fazenda."

LF: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Marques_Guedes, anoto que na sua intervenção *aahh* abandonou a argumentação dos últimos dias acerca da incoerência da pergunta com o projecto_lei que que a suporta. É um recuo assinalável e é um recuo importante, porque demonstra bem como era **insustentável** a posição do Partido_Social_Democrata, que uma pergunta que se refere directamente à descriminalização e se refere à prática da interrupção_voluntária_da_gravidez em es**tabelecimento** legal de saúde, não poderia ser outra coisa, senão uma despenalização, além de que a pergunta e o seu suporte legal, constitucionalmente, não têm que ter uma tradução directa. Não é essa a leitura que podemos fazer da Constituição. E queria então anotar, anotar esse recuo e nesse aspecto não acompanharam o CDS-PP, acabaram essa colaboração hoje e aqui. Agora, na verdade, não é o Bloco_de_Esquerda, não é uma qualquer das bancadas que quer a despenalização_do_aborto que têm pressa. =Os Sem <Os Senhores da Direita, das Direitas é que atrasaram durante **muitos** anos todo este processo, todo este drama, toda esta tragédia. =Não só <Não somos nós que temos pressa, é a sociedade_portuguesa que tem pressa de virar uma página, de mudar direitos, de encontrar uma reconciliação com valores que não têm sido os valores praticados, porque os valores praticados têm sido =o valo <os valores da consciência dalguns impostos à consciência de todos os outros. Senhor_Deputado Marques_Guedes, estamos na repetição de algo que já todos aqui conhecemos, é que, se quer, e quer o Partido_Social_Democrata de forma claríssima através da sua intervenção, fazer dos direitos das mulheres uma moeda de troca política."(330)

BBE: "Exactamente!"

LF: "Uma chantagem sobre o processo de revisão constitucional **mais uma vez** em cima =do <da da despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Todos nós já vimos isto, todos nós já vimos isto. Da primeira vez foi tragédia, da segunda vez, seguramente, é farsa. E é **inaceitável** que seja a bancada do Partido_Social_Democrata que venha aqui propor essa troca, essa pressão política, e muito pios, escudando-se na posição do Senhor_Presidente_da_República para defender as suas próprias posições. Na verdade, aquilo que eu devo concluir e creio que o faço sem (assinto) é que o PSD resistiu sempre ao referendo e o PSD quer **adiar** o referendo, quer até, **talvez**, vir a ter, sonho impossível, um presidente que não convoque este referendo. Todas as manobras dilatórias são necessárias e são desejáveis para o

Partido_Social_Democrata, só que Senhor_Deputado Marques_Guedes, no passado tinham a desculpa do CDS, hoje em dia só têm a desculpa de vocês próprios."
BBE: "Muito _bem!"
JG: "Senhor_Deputado Marques_Guedes, não há mais pedidos de esclarecimento, pode responder!" (344)
MG: "Obrigado Senhor Senhor_Presidente, obrigado também ao Doutor_Luís_Fazenda pela questão que me coloca e começando p'la p'la primeira parte da sua intervenção, eu posso acreditar que o Senhor_Deputado, espero vivamente que da parte =do <da bancada do Partido_Social_Democrata aqui ou acolá venham ' ácontecer incoerências ou alterações de posição, mas tranquilize-se que não é o caso. Acontece apenas que estamos a discutir os projectos_de_lei, quando discutirmos =os <as propostas de pergunta, eu terei uma segunda intervenção e o Senhor_Deputado terá a ocasião de verificar nessa segunda intervenção que não há nenhuma mudança de opinião e não há nenhuma mudança de opinião por uma razão muito simples, porque a razão está do nosso lado e quando se tem razão não se tem que se mudar de opinião. Quanto à questão (palmas) Quanto à questão =do <que o Senhor_Deputado depois coloca *ah ah* que tem que tem que tem de ver com com a questão de fundo, eu devo-lhe dizer o seguinte, o Senhor_Deputado parece que se esquece ou tenta fazer apagar da memória colectiva dos Portugueses e da nossa memória aqui na Assembleia, **de que houve já** um referendo sobre esta matéria e de que a maioria dos Portugueses já opinou sobre esta matéria e opinou contra a sua vontade. Eu não tenho culpa, eu por acaso, digo-lhe com toda a sinceridade, eu votei p'lo Não, eu votei p'lo Não, mas houve um pronunciamento dos Portugueses sobre esta matéria, não há nada no esquecimento sobre o assunto, não houve nada no atirar para trás do assunto, houve uma pronúncia dos Portugueses, o Senhor não gosta do resultado, mas democraticamente, deveria ter alguma *ah ah* outra outra atitude de respeitar essa decisão e de respeitar que houve =uma uma <um pronunciamento da sociedade_portuguesa no sentido de que a lei não fosse alterada. O Senhor não gosta, mas foi essa a decisão e democraticamente, ficava-lhe bem ter aceite essa decisão. Imagine, por exemplo, ó Doutor_Fazenda, imagine, por exemplo, que no referendo de noventa e oito, a população_portuguesa tinha respondido maioritariamente SIM. Imagine! Se calhar, até, obviamente, presumo eu, não é se calhar, de acordo com as suas *eh* intenções, tinha respondido SIM. Se tivesse respondido SIM, o Senhor achava bem que continuassem, ano após ano, uma data de pessoas a pedir p'ra se realizar um novo referendo p'ó SIM ser transformado em NÃO? Provavelmente não achava. Provavelmente não achava, portanto não atire p'a cima dos outros aquelas coisas que não quer que aconteçam a si e respeite um bocadinho as decisões que, nomeadamente, quando elas são tomadas, numa forma democrática e claramente maioritária. =Em segundo lu <Em último lugar *ah* Senhor_Deputado, quanto à questão do Senhor_Presidente_da_República, eu *quero-lhe dizer o seguinte: não há troca nenhuma da parte do PSD, o que há é firmeza de convicções. O PSD sobre esta matéria, desde o princípio, que tomou uma posição: há uma prioridade para nós **clara**, que é a realização do referendo_europeu, a questão =do do <da repetição do referendo_*do_aborto não é uma prioridade que se coloca ao mesmo nível da realização do referendo_europeu, que nunca foi feito em Portugal, que é um compromisso de todos, e que é fundamental p'ó nosso futuro colectivo. Temos essa prioridade, não mudámos de opinião, se outros mudaram de opinião, nomeadamente a bancada do Partido_Socialista, é com eles que o Senhor tem que tem tem que se a haver, não é com esta bancada que teve **sempre** sobre essa questão a mesma opinião

e que não concorda que agora, de uma forma algo hipócrita, se tente atirar p'ra cima de outros órgãos de Soberania, nomeadamente, =a parte <para cima do Senhor_Presidente_da_República, que não tem responsabilidades de =mu <ter mudado de opinião sobre esta matéria, responsabilidades que o próprio Partido_Socialista e o Governo, esses sim, têm relativamente às prioridades que traçaram e que agora não querem cumprir." (383)
BPSD: "Muito_bem!"
JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado José_Paulo_Carvalho."
PC: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, antes de mais, e como ponto preliminar, anterior à minha intervenção, tendo em conta / o discurso proferido p'la Senhora_Deputada Ana_Drago, gostava de citar aqui =um <uma uma parte do Diário_de_Notícias de dezanove de Fevereiro de dois mil e dois: "José Paulo Cravalho" – sou eu, o tal feroz defensor da prisão – "dirigente do Movimento_Vida_Norte considerou necessária uma ampla e séria discussão sobre o aborto, insistindo em que mantém uma censura clara a este tipo de comportamento, **mas**" – e este mas é importante – "mas assinalando que a pena_de_prisão não é certamente a mais adequada." Diário_de_Notícias, dezanove de Fevereiro de dois mil e dois."
AD: "[…] […]" (398)
PC: "Eu percebo a incomodidade, Senhora_Deputada. Senhora_Deputada, eu percebo a incomodidade, é que isto consta dos dois anteriores projectos_de_lei de despenalização_do_aborto do Bloco_de_Esquerda."
BCDS-PP: "E agora foi apagado. E agora foi apagado."
PC: "Os Senhores citam-me a mim como um exemplo de moderação, de ponderação dentro daqueles que estão nos"
BCDS-PP: "E agora apagaram-no!"
PC: "nos Movimentos_Pró-Vida."
BCDS-PP: "E agora apagaram-no."
PC: "Curiosamente no anterior, aliás é um um orgulho ser citado a par do Doutor_Bagão, mas de qualquer modo *ah ah* fui, entretanto =nos no anterior projec <neste projecto que está agora em discussão, fui…"
BCDS-PP: "Apagado!" (403)
PC: "Apagado, mas pronto! É com enorme orgulho que tomo a palavra naquela que é casa-mãe da Democracia_Portuguesa. Honra-me particularmente o facto de, na minha primeira intervenção, ter a oportunidade de aqui vir apelar ao respeito pela vida_humana. O que aqui hoje discutimos é, sem qualquer dúvida, o tipo de sociedade que queremos para o nosso futuro. O CDS-Partido_Popular considera que o direito à vida é o primeiro dos direitos fundamentais, se houver -/-"
JG: "Senhor_Deputado, o seu tempo esgotou-se, mas tem direito a transferir o tempo previsto para o debate seguinte e peço que registem essa transferência."
BCDS-PP: "Obrigado Senhor_Presidente!" (411)
PC: "Obrigado, Senhor_Presidente! Sem a protecção da vida_humana, o valor básico de um Estado_de_Direito fica em crise. Defendemos uma verdadeira cultura de respeito pela vida_humana em todas as circunstâncias desde o primeiro ao último momento. Citando uma ideia feliz "É

preciso criar um cordão humano para a protecção da vida_humana." Este é em compromisso e um desafio que se coloca a todos: aos órgãos de soberania, ao Estado, às instituições públicas e privadas, aos partidos políticos e à sociedade_civil. Todos estamos seguramente de acordo com a necessidade de acabar de vez com os ataques à vida_humana. É preciso acabar com a mortalidade_infantil, com a mortalidade nas estradas, com a mortalidade por acidentes de trabalho, com as doenças que nos recusamos a aceitar que não tenham cura. Tudo isto =é pi <é a prioridade da vida e para isso produz-se legislação, criam-se mecanismo de apoio e controlo, estabelecem-se penas para aqueles que com a sua conduta voluntária, ou involuntariamente, colocam em risco a vida dos outros. E nisso, com uma ou outra divergência de pequena monta, parece que estamos todos de acordo e ainda bem que assim é. E assim vamos, porque se entende que num País civilizado a ninguém é lícito arrogar-se o Direito de decidir sobre a vida dos outros."

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!" (427)

PC: "Mas se assim é, então qual a justificação para aprovar agora, à pressa, e quase com carácter de urgência, precisamente legislação em sentido contrário?"

BCDS-PP: " Muito_bem!"

PC: "Como podemos aceitar que alguém, por maior que seja o respeito que essa pessoa nos merece, possa exigir que lhe seja reconhecido o Direito a pôr fim à vida de um ser humano inocente e indefeso?"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

PC: "O que está em jogo é a opção que coloca de um lado uma cultura de vida e, de outro, uma cultura de morte. De uma lado, uma cultura de responsabilidade, de exigência, de compromisso e de solidariedade e de outro, o egoísmo, o facilitismo, uma certa visão onde tudo se torna relativo."

BCDS-PP:"Muito_bem!" (438)

PC: "Tive a oportunidade de consultar os Diários_da_Assembleia_da_República de anteriores debates sobre o aborto. Devo reconhecer que apenas descobri um ponto de consenso generalizado entre defensores da vida e defensores do aborto: o aborto é uma violência para a verdade."

B: "É verdade!"

PC: "Nisto todos estamos de acordo. A mero título de exemplo, cito Sérgio_Sousa_Pinto "O aborto é um acto desesperado, uma violência que a mulher comete sobre si própria." Outros oradores repetiram até à exaustão esta ideia, concordo totalmente com ela, partilho a preocupação. A prática do aborto tem implicações directas, pelo menos em duas vidas humanas merecedoras do mesmo respeito e credoras da mesma dignidade: a da mãe e a do filho. (445) Senhores_Deputados, boas leis são importantes para se construírem sociedades melhores, nesse sentido devemos perguntar "O aborto tem algum efeito positivo para algum dos envolvidos, para a mãe ou para o filho?". Ora se é certo que do aborto resulta uma violência que deixa marcas, que só dificilmente desaparecem na mãe, e se do aborto, como resultado directamente desejado, resulta a morte do filho"

BCDS-PP (vb) "Zé, tens um minuto!"

PC: "qual é o efeito positivo que hoje somos chamados a legalizar? Não há qualquer justificação jurídica, política, ética ou social para a

liberalização_do_aborto. Da sua prática só resultam efeitos negativos para as pessoas envolvidas. Não desconhecemos que há verdadeiros dramas com que são confrontadas mulheres que estão grávidas em circunstâncias de especial dificuldade, mas se a situação, já de si mesma, é dramática, vamos permitir que se acrescente, ainda, a máxima violência do aborto. No meu trabalho de voluntário associativo, tive, tenho e terei oportunidade de acompanhar várias mulheres e casais nestas circunstâncias. A solução não está no aborto," (457)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

PC: "a solução está na dimensão social e não nos hospitais. O problema resolve-se com apoio e com a ajuda e não com um / o Bisturi. A solução está na família e não na sala_de_operações."

BCDS-PP: " Muito_bem! Muito_bem!" (458)

PC: "O CDS sente ser seu dever mostrar que desde o referendo de noventa e oito, foram aqueles que defenderam o Não que mais se empenharam activamente na criação de mecanismos d'apoio às grávidas. A *maioria dos defensores do aborto, apesar de constantemente *apregoarem serem os arautos dos direitos das mulheres, *deixaram as grávidas em dificuldade, completamente ao abandono. Por todo o país surgiram iniciativas"

BC: "[……..…]"

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"

PC: "promovidas por voluntários da defesa da vida, umas mais organizadas, outras mais informais, que prestaram um serviço anónimo que acolheu milhares de mulheres em dificuldade. Ergueram iniciativas, inclusive, para o apoio às mulheres traumatizadas pela prática do aborto. Salvaram-se vidas." (467)

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!Muito_bem!"

PC: "O aborto, também o aborto_clandestino, combate-se combatendo as suas causas, as causas próximas e as causas mais distantes, não se combate legalizando. Termino fazendo um repto aos partidos que aqui fazem a defesa da *liberalização do aborto"

BC: "[…]"

BCDS-PP: "Ouça!" (469)

PC: "A liberalização_do_aborto fará crescer uma nova indústria, um negócio altamente lucrativo. As clínicas privadas para a prática de abortos. Assim aconteceu na generalidade dos Países. Seguramente não querem ser associados ao lançamento deste comércio. Estou certo disso. Nem sequer tenho dúvidas. Se é assim, porque razão não definem, nos vossos projectos_lei, a obrigatoriedade de o aborto apenas ser realizado nos estabelecimentos incluídos no serviço_nacional_de_saúde?"

BCDS-PP: "Muito_ bem!"

PC: "Deixo duas ideias finais: o CDS confia na sensibilidade e no bom senso do povo_português e está certo que se este, mais uma vez, for chamado a pronunciar-se, votará a favor da vida rejeitando a liberalização total do aborto."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

PC: " Termino assumindo o compromisso perante os Portugueses de que o CDS não desistirá de lutar seja em que circunstância for, pela criação de uma cultura de

respeito pela vida_humana. Vale a pena todo o esforço quando é a defesa da vida_humana que está em causa."
BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"
JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado Pedro_Nuno." (481)
PN: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, que este dia seja o penúltimo do longo caminho que temos percorrido para acabar com o terrível drama do aborto_clandestino e suas penosas consequências. Embora não pareça, ao longo dos últimos vinte e três anos, fomos sendo **todos** capazes d'ir construindo consensos sobre esta matéria. Temos todos, apesar das nossas diferenças ideológicas, filosóficas ou morais e do debate intenso e apaixonado de continuar a construir consensos em matéria de interrupção_voluntária_da_gravidez e de avançar noutro fundamento e melhoria de uma lei que não resolveu o drama do aborto_clandestino e que ainda nos coloca na rectaguarda da Europa. Existe, hoje, um alargado consenso relativamente à actual lei, mas não foi sempre assim. Em mil novecentos e oitenta e quatro votou contra"
BPS: " Exactamente!" (493)
PN: "mas hoje"
BPS: "Exactamente!"
PN: "são muito poucos os que a põem em causa. O Senhor_Deputado Marques_Mendes, por exemplo, votou contra o projecto_lei que deu origem à lei seis barra oitenta e quatro, mas actualmente concorda com ela. Ainda bem! Nos dias de hoje são muito poucos os que acham que as mulheres devem ser *alvas de penalização criminal. Ainda bem! É sensato e congratulamo-nos com esse facto. É necessário acabar com a punição criminal a q'ainda as mulheres_portuguesas estão sujeitas. Mas não chega. É preciso também terminar com as não menos gravosas punições que são as dramáticas consequências para a vida e saúde da mulher que decorrem do recurso ao aborto sem as mínimas condições de segurança, higiene e saúde, e estas só terminam se os abortos forem feitos em estabelecimentos autorizados e com condições. Chegou, portanto, a hora de darmos mais um passo em frente, e sabemos (502) que podemos contar com a concordância de várias personalidades à nossa Direita, mais concretamente, do PSD. Ainda bem! A despenalização =do <da interrupção_voluntária_da_gravidez não é propriedade de ninguém e nem pode ser usada como arma de arremesso político. Congratulamo-nos, por isso, com o facto de várias personalidades à nossa Direita concordarem com a alteração de uma lei que não acabou com o aborto_clandestino. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, todos ou quase todos achamos que esta é uma matéria da consciência_individual de cada um, é por isso que os partidos dão liberdade_de_voto aos seus Deputados, mas a actual lei não permite que as mulheres possam decidir livremente e em consciência. A actual lei impõe uma determinada moral e uma determinada concepção da vida. Só a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez permite que cada mulher decida segundo a sua consciência e as suas próprias convicções. Se nesta Casa reconhecemos o direito à livre expressão das consciências individuais, porque é que não =os <o permitimos a todas as Portuguesas? Porque não =alag <alargar às mulheres_portuguesas o mesmo princípio que aplicamos aqui, o direito à decisão segundo a consciência de cada um? (514) Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, a actual lei falhou no combate ao aborto_clandestino, mesmo com o reforço dos meios preventivos, da informação, do planeamento_familiar e da educação_sexual, não acabará =o o abo

<o aborto_clandestino, ainda que possa ser reduzido. A lei seis barra oitenta e quatro não é capaz de prever todas as duras razões individuais que levam muitas mulheres a recorrer à difícil e traumática decisão de abortar. A actual lei não fez nada p'la vida nestes últimos vinte e um anos, antes pelo contrário, sujeitou centenas de milhares de mulheres às consequências dramáticas do aborto_clandestino, onde se inclui também, infelizmente, a morte. Se não alterarmos a actual lei não estamos a salvar nenhuma vida ou a evitar nenhum aborto. Como todos sabemos, eles realizam-se na mesma. Estaremos, sim, a fechar os olhos aos perigos de risco de vida e de graves lesões físicas e psíquicas em que incorre a mulher por interromper a gravidez sem as mínimas condições de higiene e saúde."

BPS: "Muito_bem!" (palmas) (525)

PN: "A Senhora_De -/- (palmas) A Senhora_Deputada, A Senhora_Deputada Zita_Seabra num debate há vinte e três anos, com uma lei diferente da actualmente em vigor, e para defender um projecto_de_lei diferente do nosso, portanto, noutro contexto, ressalvo, =re <colocou uma questão que continua absolutamente actual. A questão que se coloca, e passo a citar, "A questão que se coloca, verdadeiramente, é se o aborto deve continuar a ser feito clandestinamente, como hoje sucede" – e como **ainda hoje sucede** – "com um vasto cortejo de desigualdades, sofrimentos e mortes, ou se deve passar a ser feito em serviços de saúde, em condições que salvaguardam a vida, a saúde e a dignidade da mulher." Esta é, de facto, a verdadeira questão e aqui estamos em total acordo."

BPS: " Muito_bem! Muito_bem!"

PN: "Serve, o nosso projecto_lei, para evitar mortes inúteis, as graves lesões físicas, as dolorosas marcas psíquicas e a impossibilidade de voltar a ter filhos. Serve, também, para promover uma maternidade consciente, responsável, desejada e no momento certo, com as condições necessárias para bem receber um filho. Portugal não pode estar apenas empenhado no cumprimento pelas normas impostas pelo Pacto_de_Estabilidade_e_Crescimento, não podemos estar apenas empenhados no cumprimento das directrizes impostas pela política agrícola comum, não podemos estar apenas empenhados na agenda de Lisboa. Se queremos levar o projecto_europeu a sério, que o levemos na sua plenitude e sigamos a recomendação do Parlamento_Europeu, para que a interrupção_voluntária_da_gravidez seja legal, segura e universalmente acessível, a fim de salvaguardar a saúde das mulheres. (541) Termino como comecei, que este seja o penúltimo dia desta longa caminhada e que o último seja o dia do referendo. Obrigado!" (543)

JG: "Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Senhor_Deputado João_Almeida."

JAl: "Senhor_Presidente, S'or_Deputado, quando falamos de Juventude, e sendo nós jovens, falamos normalmente de irreverência e a maior irreverência é nós não aceitarmos aquelas situações sociais que atentam contra os valores que são mais importantes e que são mais fundamentais. Não há valor mais importante que o da Vida. E o que lhe digo é que há milhares de jovens em Portugal que votaram Não do referendo sobre a liberalização_do_aborto, e muitos desses milhares de jovens que votaram Não no referendo sobre o aborto empenharam-se voluntariamente, de forma desinteressada pelo combate contra às causas do aborto em Portugal. Lutaram porque acreditaram, lutaram porque foram irreverentes, lutaram porque achavam que era possível terem um mundo melhor do que aqueles que lhes foi entregue." (552)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

JAl: "A pergunta que eu tenho para lhe colocar é muito simples, Senhor_Deputado, o que é que a Juventude_Socialista diz a estes milhares de jovens, que a sua luta não vale a pena? É muito pouco."
BCDS-PP: "Muito_ bem! Muito_bem!" (554)
JG: "Senhor_Deputado Pedro_Nuno, para responder." (554)
PN: "A maior irreverência é não aceitar =a lo <as consequências gravíssimas, o drama e o trauma do aborto_clandestino. Essa é a irreverência, é isso que os jovens estão à espera, é isso que os jovens também estão à espera de nós, que **nós consigamos responder às consequências altamente penosas que as mulheres atravessam em Portugal, porque os jovens também também estão** com as mulheres em Portugal, aliás, porque muitos deles são precisamente, são precisamente mulheres. Essa é a grande irreverência. Concepções de vida são muito diversas nos mais diversos jovens e a única, a única alternativa que respeita essa diversidade é =a <o da despenalização_da_interrupção_voluntária_da_gravidez." (561)
BPS: "Muito_bem! Muito_bem!"
JG: "Para uma intervenção, tem a palavra a Senhora_Deputada Zita_Seabra."
ZS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, estamos novamente a discutir a legislação do aborto. Em Portugal, passamos a vida a discutir a legislação do aborto. Há mais de vinte anos que discutimos a legislação da interrupção_voluntária_=gra <da_gravidez. Desde mil novecentos e oitenta e dois. Depois de uma lei aprovada neste Parlamento, e de posteriores alterações a essa lei, igualmente aqui aprovadas, a discussão continua das mais variadas formas: com referendo, com tentativas anuais de repetição de referendos, com debates, com barcos e muita, muita agitação e propaganda. Discute-se sempre, sempre como se o estivéssemos a fazer p'la primeira vez, como se fosse um assunto novo, mesmo revolucionário, como se estivéssemos a quebrar um tabu, que afinal foi quebrado há vinte anos. E o aborto aparece como se fosse o primeiro e o mais grave problema das mulheres_portuguesas. Fala-se como se não estivessem acessíveis os métodos_contraceptivos, como se neste vinte e cinco anos nada tivesse acontecido, como se não houvesse métodos de planeamento_familiar acessíveis e gratuitos, como se não existissem métodos do dia anterior, do dia seguinte, do dia, como se as mulheres, os casais não tivessem a mínima informação e como se os centros_de_saúde, os hospitais não fizessem consultas de planeamento_familiar. Como se não estivesse hoje banalizada/" (palmas)
BC: "[…]" (578)
ZS: "Fala-se como se não estivesse hoje banalizada toda a informação"
BC: "Não está!"
ZS: "que permite afirmar que o primeiro direito da criança é o direito a ser desejada pelos pais. Age-se como se não se tivesse passado e estivéssemos nos anos sessenta, com *soixante-huitards*, convencidos que dizem coisas muito modernas e revolucionárias ao transformar(em) a interrupção_voluntária_da_gravidez numa bandeira de luta, num direito e não num último recurso."
BPSD: "Muito_bem!"

ZS: "A ideia de referendo *o aborto? A ideia de referendo *o aborto surge então, com particular incidência, sempre que o PS chega ao governo, o que é particularmente chocante. Explico porquê e (585) […] ao governo, o que é particularmente chocante. Explico porquê e porque faço esta afirmação. Portugal tem há vinte anos uma lei muito igual à lei francesa, *Simone Veil*, sendo a nossa, mesmo um pouco mais permissiva, mais aberta, igual à lei espanhola e sei =do que faço <do que falo, porque os espanhóis copiaram da nossa e eu fui a Espanha ajudá-los a fazê-la -/-"

B: "[…]"

ZS: "igual à lei italiana -/-"

BC:"[…]"

ZS: "igual à lei italiana ou à lei belga, só que, entre nós -/-"

BC: "[…]" (61)

JG: "Eu pedia "

ZS: "só que"

JG: "para deixarem ouvir a Senhora_Deputada, porque ela tem o direito a transmitir os seus pontos de vista." (64)

ZS: "só que entre nós parece que a lei não existe e que a lei não está em vigor. Se (neste) momento, o PS Governo, não posso deixar de me interrogar e partilhar aqui esta dúvida: porque é que os Governos do PS, durante o consulado de António_Guterres ou agora, neste momento, em que dispõe de uma maioria absoluta, porque é que os Governos do PS, silenciosamente, e em respeito p'la delicadeza da questão, em respeito p'la vida das mulheres, pelo drama por que passam mulheres que em desespero se atiram para o negócio sórdido do aborto_clandestino, pondo em perigo a sua vida, pondo em perigo a sua =saíd <saúde, porque é que o PS não faz cumprir a lei? Porque é que o Ministro_da_Saúde não está aqui a assistir a esse debate e não nos vem explicar"

BPSD: "(Verdade!)"

ZS: "se já reuniu com o Director_Geral_de_Saúde, em que hospitais é que vai fazer cumprir a lei, em que hospitais é que vai criar serviços de saúde que permitam cumprir esta lei." (79)

BPSD: "Muito_ bem!"

ZS: "=O Ministro Socialista -/-"

BC: "[…]"

ZS: "<O Ministro_da_Saúde Socialista finge, e todos os ministros socialistas fingiram sempre, que não é nada com ele e o Governo, no seu todo, também. Porque é que o Primeiro_Ministro finge que a lei não existe e (*agista) a bandeira política do aborto como se fosse moderno fazê-lo e como se não tivesse a responsabilidade política do que se passa nos hospitais, do que se passa no País? Porque é que em Portugal passamos a vida a fazer leis que não servem pra nada, leis que são letra_morta perante a incapacidade do seu cumprimento e passamos a vida a recomeçar tudo de novo e a refazer as leis =que continuam para continuarem a não ser cumpridas."

BPSD: "Muito_bem!"

ZS: "Assim há vinte anos com a lei da despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Ou usando as palavras do Bloco_de_Esquerda no preâmbulo do seu projecto__de_lei, falando da ida das

mulheres_portuguesas a Espanha, o Bloco afirma "A legislação espanhola tem algumas semelhanças com a nossa, mas onde há uma interpretação tolerante e aberta, que permite efectivamente proceder à interrupção_voluntária_da_gravidez." Têm razão. Muito_bem! Perante esta realidade inquestionável, o PS, em vez de governar e cumprir as leis da República, já não digo de uma forma tolerante e aberta, digo pura e simplesmente, cumprir, o PS apresenta novo projecto a referendo, nova proposta, novo projecto a referendo e novas propostas. No projecto_lei sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez subscrita pelo Partido_Socialista, pode ler-se no prefácio "O projecto que os signatários agora submetem à apreciação da Assembleia_da_República preconiza a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez em certos casos, hoje não previstos, para a preservação da integridade moral, dignidade social e da maternidade consciente." E diz mais "Fixa-se em dez semanas o prazo dentro do qual pode ocorrer solução mais restritiva do que a apresentada em noventa e sete, mas constante de outros (111)

ornamentos | jurídicos", isto é, o PS diz "solução mais restritiva" do que a lei que
ordenamentos |

actualmente está em vigor e que o PS, sendo Governo."

B: "Não?" (113)

ZS: "Assentes na valoração do estado dos conhecimentos médicos, é que muitos sectores sociais são sensíveis. Não pode deixar de colocar-se, então, a questão: mais restritiva, Senhores_Deputados? Na verdade, a lei em vigor estabelece o prazo de doze semanas, a proposta do PS propõe dez. Parece efectivamente mais restritiva. Para quê, então, mudar um quadro =de legi <legislativo que não é eficaz para um quadro legislativo ainda mais restritivo? Não tem lógica. Na oposição, o PS podia argumentar que o Governo do PSD e do CDS não criavam condições nos serviços de saúde, nos hospitais_públicos para responder a uma mulher que no prazo legal procurasse os serviços de um hospital. Mas, então, para quê mudar a lei, agora, que são Governo? Sobretudo para quê mudar para uma solução mais restritiva? O PS está menos interessado em resolver este drama terrível. O caminho do aborto_clandestino, que as mulheres fazem por vezes em desespero face a situações extremas e dramáticas que a vida, sabe-se lá como e porquê, faz às pessoas passarem. Se a vontade política do Partido_Socialista fosse resolver estes dramas, estaria a equacioná-los com os serviços de obstetrícia e de ginecologia dos hospitais_públicos, com os centros_de_saúde, evidentemente, com os hospitais e clínicas privadas. Mas não! O PS que é Governo, que dispõe de legislação em vigor idêntica à dos outros Países europeus, prefere fazer política. Ao fazê-lo dá, porém, a triste imagem que o aborto é um método_de_contracepção, banalizando o que as mulheres não banalizam, porque digam o que disserem, é sempre um último recurso, é sempre culpabilizador, é sempre algo de insuportável ter na memória a interrupção do curso normal de uma gravidez." (142)

BPSD: "Muito_bem"!

ZS: "E a questão é: queremos uma sociedade em que o aborto seja a bandeira, o símbolo da emancipação feminina, ou uma sociedade de jovens e adultos conscientes da sua sexualidade, informados, responsáveis, beneficiando do que a Ciência permitiu trazer à vida dos cidadãos. Uma sociedade assente em valores, em que se respeite a Vida, se respeite a maternidade e a paternidade como um momento único na vida de um casal e um bem social que a sociedade deve proteger e acarinhar."

BPSD: "Muito_bem!"

ZS: "E o Governo, no silêncio que os dramas merecem, devia, sim, procurar condições para enquadrar em meio hospitalar esses casos extremos em que a vida atira, por vezes, as pessoas. Sem as julgar, sem as condenar, mas nunca banalizando ou transformando o aborto num direito social. Contra o aborto somos todos, mas também todos queremos ter uma sociedade tolerante, que faça um drama na vida de uma mulher, não a condene duplamente. (158) Aos bancos do Tribunal e ao negócio sórdido das parteiras de vão_de_escada. (159)-(162) a proposta do PS a referendo e o respectivo projecto-de_lei que não pode deixar de ser interpretado como um logro, uma desonestidade política, quatro meses de gravidez é inaceitável, é inconcebível. Que médico, Senhores_Deputados? Que serviço de saúde, público ou privado, vai fazer um aborto numa mulher com quatro meses de gravidez por razões de ordem económica e social? Vale a pena comparar… Não é demagogia, é o que lá está escrito. Vale a pena comparar os prazos estabelecidos" (170)

B: "[…]"

ZS: "Vale a pena comparar os prazos estabelecidos p´las leis de outros Países europeus: Austrália, três meses; Áustria, três meses; Bélgica, doze semanas; Bulgária, doze semanas; Dinamarca, doze semanas; Finlândia, doze; França, doze; Alemanha, doze; Grécia, doze; Islândia, doze; Itália, noventa dias, Espanha, doze semanas."

BC: "[…]"

ZS: "Isto é, todos três meses =de gra <de gravidez, apenas a Inglaterra e a Holanda seguiram o caminho de considerarem o aborto legal até à viabilidade do feto. Como a viabilidade da sobrevivência do bebé se verifica cada vez mais cedo, estando, neste momento, os cinco meses de gravidez, *ah* o feto já é viável, e simultaneamente, as ecografias mostram aquilo que não se imaginava ou que não se via, os Ingleses, incluindo o Partido_Trabalhista, discutem, neste momento, a redução do prazo." (187)

BC: "[…]"

ZS: "O Partido_Socialista propõe-nos, pois, uma lei que passa das actuais doze semanas para as dez no referendo, mas na realidade para as dezasseis, para os quatro meses no seu projecto_de_lei."

BPSD: "Muito_bem!"

ZS: "Eu não discuto, os juristas farão melhor que eu, a questão evidente da pergunta do referendo ter que estar de acordo com o texto da lei."

BPSD: "Muito_bem!"

ZS: "Sublinho, sim, a hipocrisia política de perguntar aos Portugueses, por dez semanas, dois meses e meio, no referendo, quando simultaneamente se propõe legislação até às dezasseis semanas, isto é, quatro meses. / (palmas) =Porque é que o PS <Porque é que o Partido_Socialista não pergunta aos Portugueses o verdadeiro conteúdo do seu projecto_de_lei? Porque é que não pergunta p'las dezasseis semanas? Que se pode chamar a tamanha incongruência? Se ganhar o Sim, o PS vai mudar a actual lei para as dez semanas, elimina a alínea c) ou passa para as dezasseis, como propõe o projecto? Ou mantém o piscar d'olhos, aos prós e aos contras, dizendo a uns que leiam a alínea a), e a outros, aos das manifes"

BPSD: "Muito_bem!" (206)

ZS: "que deixem passar / (palmas). Dizendo a uns que leiam a alínea a) e a outros, aos das manifes, que deixem passar, que não façam

barulho, porque está lá a alínea c). Infelizmente, é assim a nossa vida política, parlamentar e governamental."

B: "É verdade!"

ZS: "Fazemos leis que não passam do papel, o Governo não sabe das leis do País, os Ministros_da_Saúde não conhecem as leis que lhes dizem respeito, e as polícias, as polícias têm um tal zelo neste caso que não têm noutros domínios. É assim! E passam ao lado deste constante regressar ao mesmo, aos problemas que hoje afectam as muitas mulheres, que contra tudo e contra todos decidem, na solidão da sua vida, levar por diante uma gravidez que não planearam e criaram o filho que geraram. Que apoio tem, realmente, *esta sociedade e das instituições estas mulheres? Quem fala delas? Quem se manifesta por elas? E quem fala dos casais que percorrem os serviços de saúde para tentar combater um problema de infertilidade e gastam milhares de euros em medicamentos e em tratamentos? Quem fala deles? A Assembleia_da_República tem de discutir =set <seriamente o apoio a dar a estes casos, pois os medicamentos e os tratamentos médicos prescritos são inacessíveis à imensa maioria dos jovens casais que deles necessitam. E como encaramos a vida das jovens mães repartidas entre o trabalho profissional e a sua função de mães? A mulher é ainda fortemente =pau <penalizada por ser mãe, e é evidente que o mundo laboral dá prioridade ao emprego do homem e penaliza as mulheres em razão da maternidade. Mas não é assim. Transformou-se o aborto na questão central da vida das mulheres_portuguesas, porque se transformou o aborto numa questão de política, numa linha divisória entre Direita e Esquerda, numa espécie d' atestado de modernidade, em que alguma Direita tem medo de ser considerada conservadora, e alguma Esquerda, já não pode marcar-se pela defesa da colectivização dos meios de produção, acentua o seu revolucionarismo nas bandeiras que lhe sobram."

BC: "[…]" (229)

ZS: "E o PS, em lugar de atacar as causas, / (palmas) E o PS, em lugar de atacar as causas que conduzem as mulheres_portuguesas ao triste caminho do aborto_clandestino, o PS escolheu o caminho fácil, imediato, sem um palavra ou gesto para as mulheres que decidiram levar a termo a gravidez e que não desejaram. O PSD =dele <deu liberdade_de_voto aos seus Deputados. Eu concordo absolutamente, uma vez que se trata de diplomas que têm a ver com o foro de consciência de cada um. Por mim, não hesito em afirmar que nunca votarei favoravelmente um diploma que legaliza o aborto aos quatro meses de gravidez, por razões de saúde física, psíquica, económicas e sociais." (238)

BPSD: "Muito_bem!"

ZS: "Voto contra por motivos de natureza ética, de consciência e de respeito p'los valores civilizacionais que devem nortear uma sociedade livre, democrática e com respeito pela vida_humana. Leve-se a legislação vigente há vinte anos à prática, legislação que diz respeito à legalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. O Senhor_Ministro_da_Saúde, que, sem perder tempo e sem esperar pelo resultado de nenhum referendo, actue e aja. =Do pla *ah* <Leve-se à prática a *ah* a legislação do planeamento_familiar e da educação_sexual e deixem-se de hipocrisias políticas, de truques de prazos, porque o tema é sério e as vítimas destas incúrias merecem mais respeito e um tratamento com maior dignidade. Muito_*obrigado!" (248)

JG: "Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Senhora_Deputada Alda_Macedo."

AMc: "Obrigada, Senhor_Presidente. S'ora_Deputada, a questão que se coloca aqui hoje é a de saber se esta lei que temos actualmente é para continuar, apesar de que, nem mesmo os representantes que aqui temos dos movimentos mais retrógrados do nosso País admitem que essa lei seja para ser cumprida até às suas últimas consequências."
BBE: " Muito_bem!"
AMc: "Portanto, a questão central é saber se esta lei é para ficar como está. Disse a Senhora_Deputada, aqui, na sua intervenção, que *ah* há uma semelhança entre a lei_portuguesa e a espanhola, aliás deu-nos o prazer de sabermos, d'avivar a nossa memória, devo dizer que não precisa de ser avivada. Conhecemos, perfeitamente, o percurso que Vossa_Excelência fez nos últimos vinte anos e que lamentavelmente a levou ao lugar onde está hoje. E em nome desse *percurso onde está hoje, que lhe pergunto se se recorda do que é que foi que defendeu nessa altura e o que é que foi o projecto_de_lei que nessa altura defendeu e que, essa sim, é a semelhança com a lei do Estado_Espanhol, =aonde existe, <lei essa onde existe uma línea que diz, e leio "A mulher é razão da sua situação familiar ou de grave carência económica, esteja impossibilitada de assegurar ao nascituro condições razoáveis de subsistência e educação, ou a gravidez seja susceptível de lhe criar uma situação social ou economicamente incomportável." (275)
BBE: "Eis a diferença!"
AMc: "Isto **foi** o que a Senhora defendeu há anos atrás noutra encarnação, isto é o que falta **hoje** na lei_portuguesa. E aquilo que eu lhe pergunto, Senhora_Deputada, é se entende, então, se defende qual destas leis, qual destes articulados é que defende, afinal de contas, e se considera que vale a pena continuar a submeter a consciência individual de **todos** nós àquilo que é a hierarquia de valores religiosos e morais apenas de alguns?"
BBE: "Muito_ bem! Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!" (283)
JG: "(A responder), Senhora_Deputada Zita_Seabra, tem a palavras."
ZS: "Obrigada, Senhor_Presidente. *Ah* Senhora_Deputada *ah* tem toda a razão quando diz que no projecto_de_lei que eu apresentei em oitenta e três vinham as razões de ordem económica e social. No seguimento do debate na especialidade, dois anos depois, foi alterada a razão de ordem económica e social para razões de ordem psíquica, porque se considerou que eram mais abrangentes do que as razões de ordem económica e social, que são de muito difícil demonstração"
BPSD: " Muito_bem!"
ZS: "Em qualquer país =onde a ca <onde a questão que está colocada na lei são as razões de ordem económica e social. Certamente que entende facilmente, como eu entendi na altura, e dei razão a quem o fez, a quem o propôs que na altura foi o Partido_Socialista, quando é muito difícil demonstrar a um serviço público o que é uma razão de ordem económica e social p'ra mim ou o que é uma razão de ordem económica e social numa pessoa que vive num bairro degradado. É muito difícil, e por isso mesmo que *abrangeu *as razões de ordem psíquica e eu concordei."
BPSD: "Muito _bem! Muito_bem!"
JG: "Tem a palavra a Senhora_Deputada Rosário_Carneiro."
RC: "Senhor

_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, a Democracia assenta no reconhecimento genuíno de que cada um representa uma convicção, uma ideia, um voto, que são indispensáveis à construção comum. Significa que temos que aprender com humildade a ouvirmo-nos e a saber reconhecermo-nos nas nossas diferenças, como pares que somos, na construção solidária de uma sociedade que se quer justa e se quer digna. O debate que hoje retomamos divide-nos, e divide também aqueles que representamos. Sejamos, então, capazes de contribuir para o esclarecimento com serenidade, que decorre das convicções que nos movem. As alterações que apresentadas nos diversos projectos_lei ao Código_Penal propõem a eliminação de qualquer restrição a interrupção_da_gravidez a pedido da mulher, dentro de determinados prazos. É o reconhecimento de um Direito incondicional: o da liberdade da escolha. Contudo, o respeito pelo exercício pela liberdade de escolha não quer dizer que aquilo seja absoluto. Não pode, por isso, estar dissociada preservação de valores que são determinantes, estruturantes, primeiros. O Direito à Vida é na hierarquia dos bens o primeiro"

BPS: "Muito_bem!"

"=e na salv <na sua salvaguarda tem que ser intransigente, aliás, sem a protecção deste bem primeiro, como garantir, então, o exercício da liberdade?" (326)

BPS: "Muito_bem!"

RC: "Legitimar o Direito ilimitado de interromper uma gravidez quer dizer que é possível identificar um nível de vida, abaixo do qual não há Direitos, e quero, por isso, dizer que =uns têm Direito à vida do que os outros <têm mais Direito do que os outros. Uma cultura dos Direitos_Humanos não o pode consentir. Uma cultura dos Direitos_Humanos procura activamente o desenvolvimento das condições económicas, sociais e culturais que garantem vidas dignas e vidas livres. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, a interrupção_voluntária_da_gravidez insere-se num quadro de profunda e intensa delicadeza, de profundo e intenso sofrimento humano, é sempre uma manifestação de uma insuportável e uma incondicional violência que é exercida contra quem não se vê, quem não se pode defender, não pode optar. Os projectos_lei apresentados propõem uma liberalização da interrupção_voluntária_da_gravidez até às dez, doze e dezasseis semanas. A liberalização remove o ilícito e tira, por essa via, as mulheres dos tribunais, mas não trata das causas e, consequentemente, permanece a violação do direito à vida. As causas que levam as mulheres a optarem por uma solução tão terrível e violenta permanecem intocadas, a sociedade é incompetente, demite-se. A liberalização proposta não protege nem garante uma cultura de Direitos_Humanos."

BPS: "Muito_bem!" (348)

RC: "Contudo, há alternativas, e nós apresentámos uma alternativa. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, em Março de dois mil e quatro defendemos que importava encontrar soluções, que não ofendendo o quadro de valores que se sustenta a nossa maneira de ser, assegurassem os direitos fundamentais e minorassem o sofrimento das mulheres. Na presente Legislatura, apresentámos na Assembleia_da_República um projecto que consagra a suspensão provisória com carácter obrigatório do processo em certos casos de interrupção_voluntária_da_gravidez. Este projecto não remove o ilícito, mas permite retirar as mulhreres dos tribunais, impede os julgamentos, proíbe as averiguações e actua activamente em cada caso concreto na remoção das causas que levaram a essa opção. E protege a vida. A aplicação da lei, o exercício da Justiça não pode, sem

dúvida, estar divorciado das circunstâncias que determinam a prática dos ilícitos. Propõe-se, por isso, a aplicação da lei e da Justiça na vigência do actual Quadro_Penal, respeitando o intenso sofrimento humano que lhe está subjacente, ponderando as circunstâncias individuais, a defesa da dignidade das mulheres, mas consagrando alternativas inclusivas. À sociedade, sim, assume-se com corresponsável, porque procura encontrar, com cada mulher, as formas mais adequadas à remoção das suas dificuldades. O drama da interrupção_voluntária_da_gravidez combate-se pela remoção das causas que levam à sua prática e não pelo seu livre consentimento, que conduz a outro drama, o da desvalorização da vida."

BPS: "Muito_bem!" (370)

RC: "A recusa do agendamento simultâneo deste projecto despenalizante com os que propõem a liberalização é um condicionamento às alternativas que se põem em debate. Quer-se dizer, desta forma, à sociedade_portuguesa que a única forma para proteger e promover a dignidade das mulheres é a liberalização do aborto e isso, Senhoras e Senhores_Deputados, definitivamente não é verdade."

BPS: "Muito_bem!"

JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado Bernardino_Soares."

BS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, neste debate todos falaram dos projectos_de_lei sobre a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez e da opção sobre despenalizar ou não despenalizar. No debate que fazemos hoje, há uma realidade concreta e três posições perante ela. A realidade é a do aborto_clandestino, da violência sobre as mulheres que ele constitui, do grave problema de saúde_pública = que po po <que provoca, das investigações, inquirições, humilhações, julgamentos e condenações que se repetiram nos últimos anos. É a realidade de uma lei que não tem qualquer papel na prevenção do recurso ao aborto, antes sendo uma norma desligada da realidade e que consagra determinadas concepções em relação à questão, reservando pr'ás restantes a penalização. =Temos de por <Temos, pois, três posições face a esta realidade incontornável: a da Direita que se opõe à despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, a dos que defendem um caminho de um referendo sobre a matéria e a dos que, como o PCP, entendem de ver a Assembleia_da_República assumir as suas competências legislativas e promover, de imediato a despenalização."

BPCP: "Muito_bem!"(397)

BS: "A Direita, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, fingindo comiseração com a situação das mulheres continua a querer continua a querer que elas continuem a ser sujeitas à penalização. Antes escudavam-se na inexistência de julgamentos e condenações, agora continuam a ignorar de forma insensível o drama de tantas mulheres. Na verdade, a Direita que defende a manutenção deste lei não está preocupada com o recurso ao aborto, apenas se preocupa em combater a alteração da lei, mesmo que isso signifique não reduzir em nenhuma medida – muito p'lo contrário – o recurso ao aborto, mantendo na clandestinidade confortável pr'ás suas consciências e hipocrisias, mas persecutória e criminosa para com as mulheres_portuguesas."

BPCP: "Muito_bem!"

BS: "Esta é a Direita =que ést <que estando em maioria na última Legislatura impediu qualquer alteração na

situação da interrupção_voluntária_da_gravidez então subordinada aos interesses partidários estabelecidos no conhecido acordo pós-eleitoral entre PSD e CDS-PP, sendo certo que quanto ao PSD, como demonstramos no debate de Março de dois mil e quatro, não havia nenhum compromisso eleitoral que justificasse este bloqueio. Claro que, sempre que se fala de despenalização na IVG, a Direita retoma o discurso pouco sincero da necessidade da educação_sexual e do planeamento_familiar para logo o esquecer no dia seguinte, como, aliás fez, com a resolução que aprovou em Março de dois mil e quatro com que pretendeu disfarçar a sua posição contrária a qualquer alteração de fundo na Legislação."

BPCP: "Muito_bem!" (416)

BS: "Alguns defendem, agora, que a lei actual serve perfeitamente. A realidade está aí p'ra desmentir e nenhuma similitude formal com a lei_espanhola, ou outra, pode servir para esconder que a prática da aplicação da lei faz com a despenalização seja **indispensável** para por fim ao tratamento das mulheres como criminosas. Aliás, manda a verdade que se relembre que o PCP, no momento, certamente histórico, da aprovação da primeira lei de despenalização, logo alertou pr'á sua insuficiência, dizendo na sua declaração de voto e cito, "Quanto ao diploma que torna lícita a interrupção_voluntária_da _gravidez, | legalizando-a / legalizando | em certos casos e condições, está muito longe de ser a solução adequada para dar resposta à dramática situação vivida p'las mulheres_portuguesas" – continuo a citar – "de **todos** os sistemas consagrados nas diversas Legislações, este é o mais restritivo, de todas as situações em que o aborto deve encontrar justificação legal, esta lei só contempla um reduzido número de situações especiais e continua a considerar crime a interrupção_voluntária_da_gravidez por razões sociais, económicas e pessoais". Sim, a vida veio provar que tínhamos =re <razão. Sim, o tratamento como criminosas das mulheres que recorrem ao aborto, empurradas para a clandestinidade, é um dos principais problemas das mulheres_portuguesas e é um dos principais problemas da nossa sociedade. Existe hoje, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, nesta câmara uma maioria de partidos e de deputados claramente favorável à despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Esta é uma realidade saída das últimas eleições legislativas, por isso, consideramos errada uma solução como a que propõem o PS e o Bloco_de_Esquerda, de recurso ao referendo. Ela significa continuar a dar à Direita o poder de bloquear os indispensáveis avanços nesta matéria, mesmo agora que está finalmente em minoria. Não pomos em dúvida que os partidos, PS e Bloco_de_Esquerda, que agora propõem o referendo, têm uma opção da defesa da despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, mas esta opção pelo referendo responsabiliza-os p'lo que acontecer no futuro nesta matéria. Há hoje condições políticas para resolver este problema como **nunca** houve, ao nível dos vários órgãos intervenientes, e que não sabemos se se manterão no futuro. Desperdiçá-las agora é comprometer o futuro. Nem se diga que terá de se realizar um referendo por ter havido um outro, a justificação apresentada p'lo PS, de que o faz p'lo escrúpulo democrático não colhe. Aliás, andou bem longe o escrúpulo democrático quando em mil novecentos e noventa e oito, o Partido_Socialista =aprós <após a aprovação da generalidade de uma lei na Assembleia_da_República, de um projecto de despenalização cedeu às pretensões da Direita aceitando convocar um referendo, o que se traduziu numa desautorização e menorização do Parlamento e das suas competências que agora se pretende repetir."

BPCP: "Muito_bem!" (453)

BS: "Aceitar a indispensabilidade de um novo referendo significa adoptar a errada concepção de que com a realização de um referendo, mesmo sem resultado vinculativo, 'Ássembleia se auto-limita definitivamente em relação à sua competência para legislar sobre a matéria. Isto não é aceitável em matéria de despenalização da IVG, nem em qualquer outra, sempre o afirmámos, e, aliás, não estivemos sós, o próprio Bloco_de_Esquerda afirmava, no preâmbulo do seu projecto de despenalização na oitava Legislatura, que, e cito "A Assembleia_da_República tem toda a legitimidade p'ra legislar, porque o referendo não teve consequência legal e, mesmo que o tivesse, o início de uma nova Legislatura atribui-lhe toda a competência" - fim de citação. Pela nossa parte, respeitamos todos os que genuinamente defenderam a via do referendo convencidos de que era o caminho para a despenalização. Sabemos que muitos acreditaram que ' ápresentação de uma iniciativa popular de referendo teria a capacidade de obrigar a maioria de Direita à sua convocação, o que na verdade não acontecia, podendo a Direita chumbar, afinal, o projecto de referendo, da mesma forma que as iniciativas de despenalização, como, de resto, veio a acontecer. Na prática, esse caminho, como na altura afirmámos, traduziu-se num descomprometimento político com a aprovação imediata da despenalização assim que houvesse maioria parlamentar para tal, como o debate de hoje, aliás, comprova. A situação é hoje tanto mais grave quanto é incerto: se e quando haverá referendo, para além do seu resultado concreto. Os últimos desenvolvimentos nesta matéria demonstram bem como esta opção significa um adiamento da resolução do problema. Não se sabe para quando, nem em que condições. Aparentemente, em Julho, não estarão reunidas as condições consideradas necessárias p'lo Presidente_da_República; impensável seria a solução que vai pairando por aí de realizar um eventual referendo sobre a despenalização da IVG em simultâneo com **outro** referendo e com as eleições autárquicas. Daí para a frente tudo é incerto, até tendo em conta ' áproximação de eleições presidenciais. Este debate será, desta forma, assim, uma oportunidade perdida, certamente para alguns passará a ser possível dizer que a questão foi colocada em discussão, que fizeram =um <o que tinham de fazer, mas a verdade é que as opções de hoje =aqui <que aqui se tomarem responsabilizarão quem as tomar pelas suas consequências. P'la nossa parte continuamos coerentemente a manter a nossa posição: a Assembleia_da_República tem **toda** a legitimidade para despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez, existindo hoje uma maioria política favorável a essa posição. Em Março de dois mil e quatro, com o agendamento potestativo do projecto do PCP, realizou-se um debate que foi importante para confrontar a Direita com a sua própria hipocrisia, para reafirmar a competência do Parlamento p'a proceder à despenalização, visível no facto de, tal como hoje, se votarem primeiro os projectos de despenalização e só depois os de referendo e para procurarem a máxima convergência das forças que defendem a despenalização com vista a abrir o caminho a uma solução =p'ra que esta questão *ah* <para esta questão assim que estas forças tivessem a maioria na Assembleia_da_República. Era isso que, na nossa opinião, devia estar hoje a acontecer. Alguém disse, neste debate, que este é o penúltimo dia em que se debate esta questão, mas podia ser o último, =que lhe <que este sendo o penúltimo dia em que se debate esta questão, não sabemos quando virá o último e em que condições virá. Apoiaremos nestas votações e neste debate todas as iniciativas de despenalização apresentadas, independentemente desta ou daquela discordância em relação a aspectos do seu conteúdo e de não termos, nalguns casos, reciprocidade de voto favorável. Desta forma, demonstramos a nossa inequívoca vontade em

contribuir para uma solução de despenalização da IVG como prioridade da acção desta Assembleia_da_República, mas não podemos apoiar a via referendária que adia, mais uma vez, a solução do problema. Se houver referendo, lá estaremos, como no anterior, na primeira linha do combate pela despenalização, mas perante o drama de milhares de mulheres, preferimos, inequivocamente, o cedo ao tarde e o certo ao incerto. Disse!" (498)

JG: "Para uma intervenção, tem a palavra o Senhor_Deputado Luís_Fazenda."

LF: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, aproximamo-nos do final do debate sobre as iniciativas de lei e *ah* podemos, rapidamente, verificar que da parte das Direitas tivemos os argumentos que já estávamos habituados, um deles sobre a similitude da lei_portuguesa com a lei_espanhola, e em um, e em outro, e em qualquer debate de todos aqueles que levamos neste anos todos na Assembleia_da_República, foi sempre demonstrado, até à exaustão, *da diferente aplicabilidade da lei_portuguesa e da lei_espanhola, além de que, apesar do sábio concurso, a Senhora_Deputada Zita_Seabra, as leis são efectivamente diferentes, *e nesse aspecto não levou bem a carta a Garcia*, porque as leis são efectivamente diferentes. E, a verdade, é que Maia, Setúbal, Aveiro, tudo isso é a aplicação da lei e nós não vemos julgamentos em Espanha, vemos, pelo contrário, as mulheres_portuguesas em Espanha"

BBE: "Exactamente!"

LF: "e, portanto, se há alguém que vem aqui referir-se a códigos, valores morais, perguntar pela aplicação da lei no Serviço_Nacional_de_Saúde, deveria, em primeiro lugar, por sensibilidade e por respeito a essas mulheres, interrogar-se porque é que estão a caminho de Espanha. Porque nós não estamos em Espanha, Senhora_Deputada Zita_Seabra, estamos em Portugal, e esses valores e essas sensibilidades são referenciadas à nossa comunidade, ao nosso espaço colectivo. Portanto esse argumento que a Doutora_Leonor_Beleza e tantas outras deputadas do PSD esgrimiram até à exaustão, está efectivamente exausto, e nós assistimos hoje a uma repetição de argumentos absolutamente estafados, que não se verificam na prática e que não levam exactamente a lugar nenhum. Temos, aqui, da parte do CDS, o argumento, *ah* e também da parte do PSD, de que *eh* é "gato escondido com rabo de fora". Na realidade, é até às dez semanas ou às doze, mas não, é até às dezasseis. Mas é extraordinário, é absolutamente extraordinário, duas bancadas, dois partidos não tenham entendido a imensíssima diferença que é, por decisão da mulher, ou sem decisão" –/- (523)

BC: "(Não é possível!)"

LF: "por decisão da mulher, ou sem ser por decisão exclusiva da mulher. A decisão da mulher sem ser mediada por terceiros, sem parecer médico, sem comités"

BC: "[…]"

LF: "de *éti… por decisão da mulher até às dez ou às doze semanas. É extraordinário que não tenham reparado nessa diferença fundamental" (525)

BBE: "Muito_bem!"

LF: "

que é da livre e auto *ah* decisão da mulher, da auto-determinação da mulher. Não repararam nisso? É absolutamente extraordinário. Qual é a vossa escala de valores? Qual é a vossa escala de Direitos? Querem pôr um sinal de igualdade entre uma situação *eh* de interrupção_da_gravidez *ah* por mal formação do feto, por perigo de

vida da da mulher com uma que é, independentemente, de quaisquer que sejam as circunstâncias, ser alegado que **deseja fazer** uma interrupção_da_gravidez, interrupção_**voluntária**_da_gravidez, e é disso que se trata e não se trata ‘ nada mais? Agora, o que nós ficamos, aqui, a saber é que o vosso argumento **corveta** para o referendo é este mesmo, é este mesmo, é o de baralhar as pessoas, é mais uma vez espezinhar os direitos das mulheres”

BBE: “Muito_bem!” (534)

LF: “e da capacidade de decisão da mulher.”

BBE: “Muito_bem! Muito_bem!” (palmas)

LF: “Senhoras e Senhores_Deputados, Senhor_Presidente, nós entendemos que *é esta Assembleia_da_República tem competência para legislar sem ser *ah* *necessário uma via referendária, não é disso que se trata. Entendemos, também, e desde de há muito, que não haveria **outra forma**, e talvez venha a ser a forma **mais eficaz** de virar esta página, a não ser pela realização de um referendo. E entendemos como outros outros grupos_parlamentares, que isso não diminui a capacidade da Assembleia_da_República, mas também quero recordar que, ainda há poucos meses, **todas** as bancadas deste lado do hemiciclo votaram a favor dum referendo através de uma iniciativa popular, portanto, em termos de coerência política”

BC: “[…]” (542)

LF: “todos nós temos o nosso percurso, todos temos o nosso caminho.”

BC: “O meu é da Direita”

LF: “e ele está claramente identificado aos olhos de todos. Da parte do Bloco_de_Esquerda, nós não queremos fazer a punição da bancada A ou da bancada B, da parte do Bloco_de_Esquerda, nós queremos **resolver** este problema, criar condições na sociedade portuguesa para que ele seja, efectivamente, resolvido, não para fazer recriminações ou penalizações de quem quer que seja, segundos ou terceiros. Nesse aspecto =o que <só podemos *ah* admirar-nos, talvez sim, talvez não, é da incoerência das Direitas, que há poucos meses neste Parlamento, tendo a maioria, não deixaram que se exercesse o veredicto democrático, hoje já lhes interessa, interessa manobras de dilatórias, interessa prolongar para o dia de S. Nunca a realização de um referendo. Aí, a coerência vale o que vale, nós, p’la nossa parte, manter-nos-emos nesta linha de defesa, e Senhora_Deputada Zita_Seabra, nós temos **muita** honra e **muito** orgulho de ser o pessoal das manifes.”

BBE: “Muito_bem!” (552)

JG: “Senhoras e Senhores_deputados, vamos entrar no período das votações. Primeiras votações /. Agradeço, portanto, que ocupem os seus lugares no Hemiciclo. / Peço a todos que coloquem os cartões. Agradeço que os coloquem nas respectivas consolas e que não os retirem. / Senhores_Deputados, vamos”

SSM (vb): “Os deputados que não têm cartão, portanto, terá que ser assim na hora […]”

SSM2 (vb): “(Apontes, apontes) Eu aponto!”

JG(vb): “Aponta?”

JG: “

Vamos *eh* passar à verificação de quórum e para o efeito, p'ra assinalar a presença, pedia que carregassem =no votão <no botão verde, (em) escrito a palavra SIM. / Pedia para colocarem no painel o resultado da votação."
SSM(vb): "[…]"
JG(vb): "Qual é o número? / Cento"
SSM(vb): "Sessenta"
JG(vb): "Cento e sessenta e sete"
SSM(vb): "Cerca de dez deputados."
JG(vb): "Como?"
SSM(vb): "Cerca de =de <mais de doze deputados daqueles."
JG(vb): "Ãh?"
SSM(vb): "Há quórum suficiente." (56)
JG: "Cento e / quanto é que isso…?"
JG: "Cento e oitenta e cinco Senhores_Deputados. (Presentes) há quórum de votação. Agora já poderão retirar os cartões e procederemos, então, à votação dos projectos_de_lei. Primeiro projecto_de_lei é o projecto um barra dez, subscrito p'lo PCP sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Senhores_Deputados que votam a favor, têm a bondade de se levantar. Senhores_Deputados que votam contra, têm a bondade de se levantar. Podem sentar. O Projecto teve os votos favoráveis de grupos parlamentares: PCP, Bloco_de_Esquerda e do PEV, e os votos contra das restantes bancadas. Está consequentemente rejeitado."
B: "[…]"
JG: "Abstenções?"
B: "[…]"
JG: "Não havia abstenções! Em função do resultado que era visível à Mesa. Vamos passar -/-"
SSM(vb): "[…] de ouvir a palavras."
JG: "Faz favor!"
SSM: "Senhor_Presidente, (salve-me) de melhor opinião, é *eh* o Senhor_Presidente tem que pedir os votos de abstenção."
JG: "Sim!"
SSM: "Pode haver votos <u>individuais (não alinhados)</u>"
JG: "<u>Vou fazê-lo, sim senhor</u>!"
SSM: "com as bancadas"
JG: "Vou fazê-lo. Os Senhores_Deputados, que em relação ao projecto anterior, se desejam abster. Tem a bondade de se levantar. Peço desculpa."
SSM(vb): "Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito… Dez!"
JG: "Houve dez abstenções de Senhores_Deputados da bancada_parlamentar do PSD e este resultado é adicionado à votação anterior. Passamos ao segundo projecto_de_lei, projecto_de_lei seis barra dez, Partido_Ecologista_os_Verdes sobre a despenalização

da interrupção_voluntária_da_gravidez. Senhores_Deputados que votam a favor, têm a bondade de se levantar. Senhores_Deputados, têm a bondade de se sentar. Senhores_Deputados que votam contra, ‘ bondade de se levantar.”
SSM(vb): “As abstenções (devem ser)”
JG: “Podem sentar-se!”
SSM (vb): “as mesmas.” (108)
JG: “Senhores_Deputados que se abstêm? Bondade de se levantar.”
SSM(vb): “Seis…”
JG(vb): “Oito, nove. Um, dois, três, quatro, cinco, seis.”
SSM(vb): “Cinco, seis, sete.”
JG(vb): “ Sete, sete.”
SSM(vb):“Sete.”
JG: “Obteve o voto a favor das bancadas do PCP, do Bloco_de_Esquerda e do Partido_Ecologista_Os_Verdes. O voto contra das restantes bancadas e a abstenção de sete deputados do grupo_parlamentar do PSD. Está, por consequência, rejeitado. V’os passar ao terceiro projecto_de_lei, projecto_de_lei doze barra dez do Bloco_de_Esquerda sobre despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Senhores_Deputados que votam a favor, têm a bondade de se levantar. Podem sentar-se. Senhores_Deputados que se abstêm, têm a bondade de se levantar.”
SSM(vb): “Isto agora vai ter que ser assim, senão…”
JG: “Têm a bondade de se sentar. Senhores_Deputados que votam contra, têm a bondade de se levantar. Podem sentar-se. O projecto_de_lei teve os votos a favor das bancadas do PCP, do Bloco_de_Esquerda e do Partido_Ecologista_Os_Verdes, teve a abstenção da bancada do PS e de sete deputados do grupo_parlamentar do PSD e teve o voto contra das bancadas do PSD e do CDS-PP e de quatro deputados do grupo_parlamentar do PS. Está, consequentemente, rejeitado. Projecto_de_lei dezanove barra dez do PS sobre a exclusão da ilicitude de casos de interrupção_voluntária_da_gravidez. Senhores_Deputados que votam a favor têm a bondade de se levantar. Podem sentar. Senhores_Deputados que votam contra têm a bondade de se levantar.”
SSM(vb): “Três, quatro. Quatro do PS que votam contra.” (157)
JG: “Podem sentar! Senhores_Deputados que se abstêm.”
SSM(vb): “Dois que se abstêm. Duas abstenções.”
JG: “Projecto _de_lei teve os votos a favor das bancadas do PS, PCP, Bloco_de_Esquerda, Partido_Ecologista_Os_Verdes e de quatro deputados do PSD, teve os votos contra das bancadas das bancadas do PSD e do CDS e de quatro deputados do PS, e teve a abstenção de dois Senhores_Deputados: um do PSD, outro do PS.”
SSM(vb): ”[…] mais abstenções.”
JG: “Tem a palavra Senhora_Deputada.”

SSM: "Peço a palavra para comunicar que eu e um grupo de deputados da bancada do grupo_parlamentar do Partido_Socialista apresentaremos à Mesa uma declaração de voto." (175)
JG: "Muito_obrigado. Têm três dias para o fazer. O projecto foi, consequentemente aprovado. Tem a palavra a Senhora_Deputada Ana_Manso."
AMs "Senhor_Presidente, é para comunicar que apresentaremos à Mesa *ah* uma declaração_de_voto de um conjunto de deputados. Do PSD"
JG: "Muito_obrigado, tem o prazo de três dias para o realizar. Senhor_Deputado Braga_da_cruz, tem a palavra."
BrC: "Senhor_Presidente, era para anunciar que eu também queria uma declaração_de_voto que apresentarei amanhã."
JG: "Muito_obrigado. Todos os que desejarem apresentar =a <declarações_de_voto, poderão fazê-lo por escrito no prazo de três dias e entregar na Mesa. Muito_obrigado. Vamos passar à segunda parte do nosso debate sobre -/-" (187)
B: "(por)que pretendo anunciar que baixo à comissão."
JG: "Os dois projectos_de_resolução, entretanto, o projecto_de_lei que foi aprovado baixará à primeira comissão. Para apresentar o projecto_de_resolução sete barra dez do Bloco_de_Esquerda, que propõe a realização de um referendo sobre a descriminação da interrupção_voluntária_da_gravidez, tem a palavra a Senhora_Deputada Helena Pinto."
HP: "Senhor; Presidente, Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados, O projecto_de_resolução que o Bloco_de_Esquerda apresenta propõe a descriminalização do aborto realizado a pedido da mulher até às doze semanas de gravidez, mas ao referir, expressamente, que se realize em estabelecimento legal de saúde, não pode ter outra conclusão que não seja, que simultaneamente o Povo_Português dará o seu assentimento à descriminalização e despenalização deo aborto neste termos. Não queremos apenas acabar com os julgamentos, nós queremos acabar com o aborto_clandestino." (210)
BBE: "Muito_bem!"
HP: "É uma matéria de direitos e, simultaneamente, de saúde_pública. Despenalizar sem descriminalizar, ou descriminalizar sem despenalizar, são as hipóteses da hipocrisia."
BBE: "Muito_bem!"
HP: "A pergunta proposta pelos projectos_de_resolução do Bloco_de_Esquerda e do Partido_Socialista é justa, oportuna, adequada, clara e concisa. O Bloco_de_Esquerda quer ajudar a virar uma página da história do nosso país. Sabemos que há muita gente que só quer deixar de se sentir incomodado com os julgamentos. Nós não. Queremos mesmo acabar com os julgamentos."
BBE: "Muito_bem!"
HP: " Nós realmente queremos combater o flagelo do aborto_clandestino; queremos que o serviço_nacional_de_saúde receba as mulheres que não têm meios nem apoios para irem a Espanha, Inglaterra e a toda a Europa civilizada. É necessário, por isso, mudar a lei, chegar a uma nova etapa de modernidade e respeito pelos direitos das mulheres, e esta mudança não pode ficar sustentada apenas numa maioria conjuntural na

Assembleia_da_República. É preciso que fique decidida e por **muitos anos** e pelo Povo. O que hoje aqui está em causa não é somente fazer um referendo porque houve um referendo, mas sim, realizar **um** referendo para vencer de vez. A Esquerda e todos aqueles e aquelas que defendem a despenalização_do_aborto **têm que ter** uma legitimidade superior daquela que é invocada pelos Conservadores. Não queremos meias vitórias ou vitórias provisórias, queremos vitórias e conquistas declaradas. Incerto seria um resultado fruto de uma maioria conjuntural na Assembleia_da_República, resultado certo é o veredicto do Povo_Português." (241)

BBE: "Muito _bem!"

HP: "Não discutimos legitimidades formais, somos mais ambiciosas e ambiciosos, queremos a legitimidade política. Contesta-se a urgência deste referendo, dizendo que ele corresponde à urgência do Bloco_de_Esquerda. Urgência do Bloco_de_Esquerda, ou urgência da sociedade? A Direita bloqueou a sociedade portuguesa nestes aspectos ao longo dos últimos sete anos, e sublinho, sete anos. Já há anos que se devia ter realizado um novo referendo, há um ano, a Direita poderia ter aceite a realização do referendo, mas não o fez. Estava em maioria neste Parlamento, e não aprovou por uma lógica de poder, que permitam-me que vos diga, só envergonha o PSD, e agora, querem continuar a adiá-lo, deixando **tudo** na mesma, à espera de quê? De mais um adiamento? Que autoridade têm, Senhores do PSD e do CDS-PP, para dizerem que o referendo é convocado à pressa?"

BC: "[…]"

HP: "Os Senhores que fazem de **Portugal** o único país da Europa que passa pela vergonha dos julgamentos de mulheres, os Senhores que falharam **todas** as oportunidades durante anos, os Senhores que foram penalizados nas urnas quando o problema do aborto foi discutido por todo o país, os Senhores que tiveram **imensa** pressa em pôr um vaso de guerra no mar para impedir a entrada de um pequeno barco. **Imensa pressa** na orientação da política criminal, e é a em dar apoio à investigação judiciária sobre a prática do aborto, **imensa pressa** em pedir a generalização da educação_sexual, **imensa pressa** em ser contra a contracepção de emergência. Hoje em dia, a vossa pressa é a pressa do **nunca** e se possível, depois do nunca. (268) O Doutor_Marques_mendes, líder do Partido_Social_Democrata, na continuidade barrosista, assume-se muito incomodado com a situação das mulheres, mas opta pela ameaça de impedir o referendo europeu só para adiar, adiar, adiar o referendo do aborto. É o PSD no seu melhor, é o **PSD**, onde estão só **cinco mulheres sentadas numa bancada de setenta e cinco deputados**." (275)

BC: "[…]"

HP: "É o PSD que despreza as mulheres em função dos seus jogos de poder. É um PSD contra a Democracia. É um PSD que é **tanto** contra os direitos das mulheres, que chega mesmo a ameaçar impedir o referendo europeu."

BBE: "Muito_bem!"

HP: "É um PSD tanto contra a Democracia, que não contente em fazer chantagem no Parlamento, se arroga a condicionar a decisão do Senhor_Presidente_da_República. Afinal de contas, o que vale a abstenção do PSD nesta votação sobre a convocação do referendo? Exactamente a mesma coisa que o voto contrário do CDS-PP. Não há coligação, não há coligação, mas ganharam o vício de estar encostados ao CDS-PP."

BBE: "Muito_bem!" (285)
HP: "O CDS-PP aprece-nos aqui, hoje, numa posição completamente irresponsável."
BC: "[…]"
HP: "Embora contestemos as posições anti-despenalização que relevam da invasão **ilegítima** do Estado nos direitos individuais, ao menos, ainda podíamos reconhecer coerência ao CDS-PP, mas com a proposta de alteração que ontem apresentaram e hoje já retomaram, já nem se percebe se o CDS_PP é contra a despenalização do aborto ou se é a favor da despenalização até às dezasseis semanas. É um artifício **intelectualmente** desonesto, impróprio de um partido responsável e mais próximo da chicana política, no que diz respeito aos direitos das pessoas que sofrem. É claro que o CDS-PP, em **cuja bancada** também só se senta uma mulher, não percebe o que é a decisão única, total, irreversível da mulher, e por isso baralha as questões. Não percebe porque está contra as mulheres. Não sabe a diferença entre uma mulher decidir em circunstâncias **difíceis**, mas por ela mesma, do que solicitar a interrupção até às dezasseis semanas, onde já não é só ela a decidir. É por isso que o CDS-PP não percebe a pergunta do referendo, é por isso que continua refém de todos os fantasmas, dos deputados morgados do passado, simplesmente porque não entende que as mulheres possam decidir. Ironia das ironias, aquilo que está nos projectos_leis, sublinhando as condições psíquicas e as condições socio-económicas, é o que nos pode aproximar da lei_espanhola, que alguns deputados do PSD tanto reclamavam, mas nunca cumpriram. Talvez isto explique que a Doutora_Leonor_Beleza, que sempre afirmou que a lei_portuguesa era similar à lei_espanhola, tenha dito publicamente que não fará campanha pelo Não no referendo. Porquê Senhores_Deputados do PSD e do CDS-PP? Porquê ela, que foi a destacada porta-voz da campanha pelo Não no anterior referendo? Seguramente pelo balanço desastroso deste problema de saúde pública. Seguramente pela ineficiência do Governo das Direitas, onde todos os problemas se agravaram, nomeadamente o excursionismo humilhante das mulheres para abortar em Espanha. Seguramente, porque não tiveram **pressa** em resolver problema nenhum; seguramente porque envergonharam as figuras morais da Direita; seguramente, porque se envolveram com movimentos do fundamentalismo religioso;"
BBE: "Muito_bem!"
HP: "seguramente, porque a lucidez de uma Doutora_Leonor_Beleza foi ao longo dos últimos anos ofuscada pelo fanatismo dos que **querem** continuar a perseguir as mulheres."
BBE: "Muito_bem!" (324)
HP: "Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados, a proposta de alteração do CDS-PP é um episódio triste e desclassificado, revelador de uma liderança em desnorte. Num dia, mandam retratos para um lado, no outro, propõem a despenalização do aborto até ás dezasseis semanas. Não poderia haver **melhor** prova de que esta Direita não traz **nenhuma** solução responsável no plano da vida das pessoas, e sobretudo, manipula os valores de que se diz portadora. Esta Direita até envergonha as pessoas de Direita. Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados,"
BOV: "[…] ah, ah, ah!"
HP: "Senhoras_Deputados, Senhores_Deputados, a consciência não depende das estações do ano. O sofrimento e a humilhação já foram muitos; a indiferença já castigou demais as mulheres e o

povo_português. Soubemos sempre que a batalha do referendo é uma batalha difícil. Cá estamos p'ra mais cedo do que tarde tudo se resolva. O processo à nossa frente pode ter complicações suplementares que continuadamente as portuguesas e os portugueses julgarão. Uma coisa é certa, as mulheres não vivem estados de necessidades desculpante, não precisam de suspensões provisórias de um pseudocrime que tenham cometido. A única verdade -/-" (343)

BBE: aplausos

HP: "a única verdade depois de **tanta** luta e de todos os argumentos terem sido esgrimidos, a única verdade é que os poderes são provisórios e estão em estado de necessidade culpante. Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados, é essa a vossa responsabilidade, é a responsabilidade do Parlamento. Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados, é a vossa decisão que conta, tanto mais que já se registou aqui a liberdade_de_voto sobre as leis em discussão, e, no entanto, na Direita, não parece haver liberdade_de_voto sobre o referendo. É estranho. Como é que se pode defender a liberdade de consciência na lei, e não haver liberdade na questão do referendo? Seja como for, nenhuma Senhora_Deputada, nenhum Senhor_Deputado está inibido da sua livre decisão neste Parlamento; a única diferença entre a liberdade de decisão e o voto realmente assumido é entre a recta consciência e a vergonha de cada um e de cada uma. Muito_*obrigado." (357)

JG: "Para apresentar o projecto_resolução nove barra dez do PS, que propõe a realização dum referendo sobre a descriminalização da interrupção_da_gravidez realizada nas primeiras dez semanas, tem a palavras a Senhora_Deputada Ana_Catarina_Mendes." (363)

ACM: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Sobre o crime do aborto, já se ouviram os mais diversos argumentos, até já se assistiu a espectaculares mudanças de posição, mas continua a haver crime de aborto quando uma mulher se sente obrigada, dentro de um prazo razoável a recorrer à interrupção_voluntária_da_gravidez. Tenho pena que a Senhors_Deputada Zita_Seabra não se encontre no Plenário, mas não resisto a dizer-lhe" -/-

BC: "[…]"

ACM: "Então" -/-

B: "[…]" (370)

ACM: "Desculpe, Senhora_Deputada, não resisto a dizer-lhe. A Senhora_Deputada não percebeu, a Senhora_Deputada não compreendeu, a Senhora_Deputada teve um problema de português ao analisar as propostas do Partido_Socialista que estiveram aqui em discussão e quando se referiu à restrição da proposta de noventa e oito, por relação à proposta de mil novecentos e noventa e sete, é que, Senhora_Deputada, =a proposta *ah* <o projecto_de_lei de mil novecentos e noventa e sete, apresentado pelo Partido_Socialista, era mais amplo, porque previa a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez até ás doze semanas, e é mais restritivo o de mil novecentos e noventa e oito, porque permite, assim como o de hoje, até às dez semanas de gravidez. Por isso mesmo, Senhora_Deputada, não resisto a dizer-lhe que a Senhora_Deputada não percebeu mesmo. Há vinte anos tinha um entendimento, hoje tem outro. Quem sabe que amanhã melhorará e dar-nos-á razão. E, por isso mesmo, como a Senhora_Deputada disse em mil novecentos e oitenta e quatro e cito-a: "Contra o aborto somos todos nós, mas é bem sabido que não é possível acabar com o flagelo do aborto_clandestino sem a legalização da interrupção_voluntária_da_gravidez." Estas

eram as suas palavras em mil novecentos e oitenta e quatro, e por isso mesmo, foi uma vergonha aquilo que nos disse aqui sobre o projectodo Partido_Socialista. Não foi sério, e sobretudo não foi sério, porque foi desonesto política e intelectualmente. Mas nunca ninguém poderá saber quantas vidas de mulheres teriam sido salvas, se nessas circunstâncias pudesse ter havido interrupções_voluntárias_da_gravidez clinicamente acompanhadas e em condições de segurança e higiene. Nunca ninguém poderá saber quantos sofrimentos e mazelas físicas e psíquicas de mulheres, muitas vezes jovens, e que ficam para a vida, se teriam evitado se tivéssemos a lei equilibrada que sucessivas vezes não se conseguiu ter. Mas já todos ouvimos essas histórias incómodas e terríveis a propósito de uma ou outra pessoa, num ou noutro momento. Talvez esse incómodo não seja, aliás, estranho ao clima com que estes debates sempre ocorrem. Talvez não *seja estranho *a dúvidas e *hesitações de última hora, talvez não *seja estranho *algumas fugas para retaguarda, para o lado ou para a frente. Mas esse incómodo tem que ser vencido, já, pelo modo mais adequado. A transformação do quadro legal da interrupção_voluntária_da_gravidez, para que deixem de continuar a grassar os casos de aborto_clandestino, uma realidade assustadora no nosso país e que nos envergonha, enquanto europeus. É por isso que o PS, hoje, aqui propõe ao Parlamento, que se dê o primeiro passo para acabar =o <um ordenamento jurídico retrógrado e iníquo. Ao fazê-lo, Senhoras e Senhores_Deputados, estamos a honrar o compromisso que assumimos com os Portugueses e que claramente expusemos em devido tempo, e estamos a honrá-los no único *timing* consentâneo com a premência da situação, o da máxima urgência, mas estamos a *honrá-lo, também, com respeito máximo e escrupuloso pela história deste processo político que tornou *necessário *a realização de um novo referendo. (410) Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, honrar um compromisso porquê? Porque os Senhores_Deputados das diversas bancadas podem ter as mais diversas opiniões sobre o =po <problema penal do aborto, não podem é, de boa fé, ter dúvidas de que o Partido_Socialista, o seu Secretário_Geral, a plataforma política com que se apresentou às últimas eleições_legislativas, expressamente previa o compromisso com a resolução da questão da interrupção_voluntária_da_gravidez. Não somos dos que dizem uma coisa em campanha para fazer o oposto na semana seguinte. Aqui estamos a honrar os nossos compromissos, e um dos mais sensíveis é este. Resolver esta questão é, pois, para o Partido_Socialista, um imperativo político, uma responsabilidade, uma exigência de todos aqueles que confiaram e confiam no PS. Sabemos bem o que dissemos ao PS, que dissemos o que faríamos, todos os órgãos de soberania sabem como os Portugueses votaram incluindo neste ponto. Os deputados do PS aqui estão, a honrar o seu compromisso. Que cada um, ao seu nível, faça o mesmo e a questão será resolvida. É que, Senhores_Deputados, até nas bancadas da Direita =houve <há quem esteja de acordo connosco e, por isso mesmo, permitam-lhes que abram a boca e se juntem ao Partido_Socialista nesta defesa. Alguns grupos_parlamentares acham que esta questão devia ser regulada sem recurso ao referendo, e podia, juridicamente, sê-lo. Mas não pode, agora, politicamente ser assim, porque o referendo nacional de Junho de noventa e oito, não tendo sido, constitucionalmente, vinculativo, foi-o política e eticamente, porque assim foi consensualmente interpretado à época. A lei sempre puniu =em <a prisão da interrupção_voluntária_da_gravidez realizada até à décima semana, punição cujo fim queremos propor aos portugueses. Há sete anos ouvimos, muitas vezes, dizer que a perseguição judicial das mulheres tinha caído em desuso, e até parecia ter. Quantas pessoas teriam ficado em casa em vez de votar, confiados no desuso da lei? Mas desde então, ela foi re-usada. Há investigação criminal do tema, há métodos de

investigação policial humilhantes, há afectação de recursos à investigação da prática dos alegados crimes. Agora, periodicamente, algumas dessas mulheres passam do aborto_clandestino para o banco do hospital e, deste, para o banco dos réus. Agora, mesmo, no meu distrito, o de Setúbal, há mulheres a serem julgadas, expostas à praça_pública e às =vissitudes <vicissitudes penosas de um processo-crime, apenas porque o infortúnio lhes bateu à porta, a segunda na forma de uma investigação criminal. As injustiças e sofrimentos provocados pelo quadro legalmente fixado chocam crescentemente a opinião_pública, agora ninguém pode dizer que não vale a pena mexer na lei porque ela não é aplicada. O início de uma legislatura é um bom momento para tratar de compromissos urgentes. Se, como julgo, há hoje uma maioria pela não criminalização, não se justifica nem mais um julgamento, nem mais um aborto_clandestino em condições sub-humanas. Em matéria de referendos, a Direita costuma ser malabarista habilidosa, atrai a opinião_pública para coisas laterais para evitar *ccrr* que se decida sobre as principais. É esse o estatuto da querela das prioridades. Não há hierarquia de prioridades. Há dois referendos urgentes, nenhum deve impedir o outro. Tratam de questões tão diferentes entre si: este deve ser amanhã, devia ter sido ontem, Senhores_Deputados, podia ter sido o ano passado se o CDS não tivesse arrastado o PSD para o populismo na defunta coligação"

BPS: "Muito _bem!"

ACM:"Portas / Barroso / Santana" (456)

BPS: "Muito_bem!"

ACM: "que até o PSD já enterrou. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, a necessidade do referendo impõe-se, não por desresponsabilização da Assembleia_da_República, mas, sim, por ser necessário voltar a ouvir, como em mil novecentos e noventa e oito, as portuguesas e os portugueses, num debate sério, mas sereno, num debate profundo sobre este mesmo tema. O Partido_Socialista reafirma, hoje, como no passado, é importante realizar um novo referendo, não para =des <nos desresponsabilizarmos, mas para envolver toda a sociedade. Sete anos volvidos desde a realização do referendo nacional, o flagelo social do aborto persiste em Portugal. São muitos anos, inúmeras as investigações criminais, muitos os julgamentos, muitas as injustiças cometidas sobre quem recorreu à prática do aborto. Mas o debate desta resolução é ainda mais singelo do que tudo isto, Senhores_Deputados. Quantos de nós estão prontos a deixar os Portugueses decidir, já, por eles esta questão, e quantos o querem impedir. Porquê? Alguém tem medo de um próximo referendo? O PS não, e desafiamos os que acham que a *maioria dos Portugueses *pensam como eles e não como nós, a que não se entretenham em jogos de secretaria e a que não tentem esperar pela mudança do árbitro, a que ousem dar a palavra aos Portugueses. Não acho que a *maioria das mulheres que =aborto <*abortam se orgulhem de ter de o fazer, mas não as quero duplamente humilhadas. É, por isso, que o PS, coerente com o passado, consciente da dura realidade de Portugal, propõe =referendo <para referendo uma e só uma questão: "Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, com o consentimento da mulher em estabelecimento legal de saúde?" É pois, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, é pois esta a iniciativa ora em apreciação, é exactamente a mesma que apresentámos no debate de quatro de Março de dois mil e quatro. O Partido_Socialista entende dever ouvir os Portugueses sobre esta matéria, exactamente a mesma, repito: "Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, com o consentimento da mulher em

estabelecimento legal de saúde?" Mas não nos enganemos, o problema hoje é maior, porque a cada dia que passa há **todos** os casos que havia no dia anterior aos que lhe somam. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, a questão premente é de saber se uma mulher que recorre à interrupção_voluntária_da_gravidez deve ser presa, ou não. È por isso que a questão deve ser vista sob ponto de vista jurídico. Está em causa uma alteração à lei_penal, p'ra lá da consciência, das convicções religiosas, das concepções ideológicas de cada um, está em causa saber se continuará a ser crime a prática do aborto, não está em causa o incentivo à sua prática. Hoje quem disser às mulheres_portuguesas que não serão julgadas por terem abortado, mentem, as mulheres sabem-no muito bem. Um dia a menos do actual artigo cento e quarenta e dois do quadro_penal é um dia a mais no caminho para a resolução do problema do aborto_clandestino em condições de saúde precárias. É essa a nossa urgência, é esse o nosso calendário, é o da resolução de problemas reais. Ao votar, agora, esta resolução, o Parlamento está a dizer aos Portugueses que confia neles. A nossa missão começa a ser cumprida."

BPS: "Muito_bem!"

JG: "Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Senhor_Deputado António Filipe." (498)

AF: "Senhora_Deputada Ana_Catarina_Mendes, nós ouvimos, aqui, designadamente na primeira parte do debate d' hoje, várias intervenções de deputados do Partido_Socialista, manifestando =a seu <a sua disposição de despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez, alertando pr'á **urgência** dessa despenalização e pr'ás graves consequências que decorrem do facto dessa despenalização não se realizar. A consequência lógica de todas essas intervenções era uma, era a de que, efectivamente, a Assembleia_da_República aprovasse uma lei de despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez *ah* aprovando os projectos que foram apresentados com esse objectivo. Acontece =que não foi essa <esse desfecho lógico não é aquele que os senhores querem seguir, e, portanto, os senhores preferem remeter a questão para um referendo, isto é, como disse há pouco o meu camarada Bernardino_Soares, querem trocar o certo pelo incerto, e, portanto, a Assembleia_da_República tem (mamaria) favorável à despenalização, tem (mamaria) para decidir, mas os senhores entendem que a decisão que a Assembleia_da_República deve ser **não decidir**, e deve ser remeter a questão para um referendo. Poderão dizer que o PCP, na última legislatura, votou favoravelmente, a realização de um referendo; simplesmente havia uma diferença, é que nessa altura havia uma maioria dos partidos de Direita nessa Assembleia"

BPCP: "Bem lembrado!"

AF: "que já tinham afirmado, peremptoriamente," (513)

BPCP: "Bem lembrado!"

AF: "que não iam aceitar qualquer alteração à lei na legislatura que decorria. Ora, agora, a maioria é outra e nós entendemos que =os <para os senhores a diferença pode ser pouca, nós entendemos que a diferença deveria ser muita." (515)

BPCP: "Muito_bem! Muito_bem!"

AF: "=e <Mas a questão, a questão que eu queria colocar Senhora_Deputada, é esta: e se não houver referendo? Os senhores =não sabem quando é, <para já não sabem quando vai haver referendo? Essa decisão não depende da Assembleia_da_República. Primeira pergunta: quanto tempo é que

os senhores querem esperar até à realização do referendo para tomar alguma medida de despenalização? E se não houver referendo? Qual vai ser ‘ átitude que o Partido_Socialista vai esperar? Vai deixar que acabe a legislatura sem aprovar qualquer iniciativa? Gostaria que respondesse a essa questão. E, já agora, (*quero-lhe) anunciar, que o PCP vai reapresentar, se for *aprovado *a decisãode realizar o referendo, vai reapresentar o projecto_de_lei, visando a suspensão dos processos que =tenham si =que sejam <que tenham sido instaurados até que se conclua o processo legislativo.”

BPCP: “Muito_bem!”

AF: “E gostaria de saber, muito claramente, qual vai ser a disponibilidade do Partido_Socialista, para aprovar esse projecto,” (525)

BPCP: “Muito_bem!”

AF: “

porque, Senhora_Deputada, o que nos anima não é tirar uma qualquer desforra do referendo do referendo de mil novecentos e noventa e oito, o que nos anima é resolver este gravíssimo problema de saúde_pública e este gravíssimo problema que impende, infelizmente, ainda hoje, sobre as mulheres_portuguesas.”

BPCP: “Muito_bem!”

AF: “

Muito_obrigado!”

BPCP: “Muito_bem! Muito_bem!” (528)

JG: “Não sei se a Senhora_Deputada quer responder já. Há mais um pedido de esclarecimento. Então, para outro pedido de esclarecimento, Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia.” (529)

HA: “*ccrr ccrr* Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhora_Deputada, por falar em mudanças de posições, eu gostaria de relembrar e fazer, até, uma citação do então Senhor_Deputado Sérgio_Sousa_Pinto, falando em nome do Partido_Socialista, num debate sobre, justamente, a interrupção_voluntária_da_gravidez, onde referiu o seguinte: “A bancada_parlamentar do PS, fazendo uso dos poderes que a Constituição lhe concede, legitimada pelo mandato democrático dos seus deputados, não foge a assumir perante o país as suas responsabilidades.”- mas dizia mais- “é preciso dizer, com clareza, ao país, que nesta sala, por trás da exigência do referendo, esconde-se uma única preocupação verdadeira, empatar, empatar, empatar.” Ora bem, foi pouco tempo depois que o Partido_Socialista fez uma “acordo de bastidores” com o PSD, ainda em mil novecentos e noventa e oito, interromperam o processo legislativo na Assembleia_da_República, que estava em curso, e decidiram p’la realização de um referendo. Portanto, de facto, Senhora_Deputada Ana_Catarina, esta questão podia, de facto, já estar resolvida, tem toda a razão, por via da Assembleia_da_República. E o que acontece, é que agora, passadas mais umas quantas legislaturas, esta Assembleia_da_República tem toda a oportunidade, a composição necessária na sua nova correlação de forças, para resolver a questão por via parlamentar. A questão é saber, aqui, se há, ou não, urgência na alteração à actual lei. Há, porque há mulheres a fazer aborto_clandestino em Portugal, porque há mulheres sentadas nos bancos dos réus a serem julgadas p’lo facto de terem feito aborto. Quanto à urgência, nós, Verdes, não temos dúvidas absolutamente nenhumas, mas achamos que outros têm algumas dúvidas. Ó Senhora_Deputada, eu quase que me sinto legitimada a retirar uma conclusão. Que o Partido_Socialista não tem uma **verdadeira determinação** para resolver esta matéria, porque, de outra forma, podia fazê-lo pela Assembleia_da_República, mas ainda encontro outro argumento: eu não percebo este

silêncio do Partido_Socialista, relativamente à própria data que propõe para o referendo, porque, isso de dizer que é muito urgente, isso é o mesmo que não dizer nada. O que é isso de urgente? É antes do verão? É a seguir ao verão? É em dois mil e cinco? É em dois mil e seis? O que é isso? Eu queria que a Senhora_Deputada, se pudesse, me esclarecesse essa matéria, até para saber se vão acabar por ceder à chantagem do PSD relativamente a esta matéria, se vão amputar debates atrás de debates com o aborto *ah* =com a união euro *ah* <com o o Tratado Constitucional da União Europeia, com eleições =au <autárquicas, tudo à mistura? É preciso perceber quais são as verdadeiras intenções do Partido_Socialista. Mas ainda lhe queria fazer uma última questão, Senhora_Deputada, eu sinto-me legitimada a fazer-lhe esta questão, porque eu considero que esta matéria do referendo ao aborto é uma matéria desejavelmente não referendada, porque os direitos não se referendam, dão-se às pessoas, e nós, aqui, na Assembleia_da_República, temos essa responsabilidade."

BOV: "Muito_bem!" (561)

HA: "Mas =o se =o referendo"

BOV: "Muito_bem!"

HA: "<a realização do referendo tem dois cenários possíveis: um sim e um não, e eu gostava de saber, é evidente que só lhe posso fazer esta pergunta se o referendo não for vinculativo, perante estes cenários, quais são os compromissos assumidos pelo Partido_Socialista? Isto se, como aliás, *relemblou e *brem o Senhor_Deputado António_Filipe, se o referendo se realizar. Muito_Obrigada."

JG: "Para responder, tem a palavra a Senhora_Deputada Ana_Catarina_Mendes." (565)

ACM: "Obrigado, Senhor_Presidente, Senhor_Deputado António Filipe e Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia, creio que as questões se resumem no essencial ao mesmo, e permitam-me que, com toda a serenidade, esclareça duas questões, a primeira das quais é que o Partido_Socialista assumiu um compromisso com os Portugueses aquando da campanha_eleitoral"

BPS: "Muito_bem!"

ACM: "e esse compromisso foi o de colocar na agenda política o mais breve possível a questão da despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez"

BPS: "Muito_bem!"

ACM: "e, em segundo lugar, que essa questão deve ser resolvida por via de referendo, aliás, fiéis aquilo que foi um compromisso, consensualmente assumido por todos nós, neste Parlamento, de que, apesar =do fe <do referendo de mil novecentos e noventa e oito não ter sido jurídica, constitucionalmente vinculativo, ele era-o, foi-o e têm-no sido política e eticamente vinculativo para a acção política de todos nós. A segunda questão," -/-

BC: "[…]"

ACM: "a segunda questão, Senhora_Deputada Odete_Santos, permita-me que responda aos seus colegas de bancada, a segunda questão, é que a Assemleia_da_República, Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia, não foge às suas responsabilidades, e o facto é que se o Partido_Socialista estivesse a fugir às suas responsabilidades não estava, aqui, hoje, a assumir com os Portugueses aquilo que tinha assumido no passado, isto é, que era necessário voltar a haver referendo, e por isso mesmo, apresentámos a proposta de referendo para a realização desse mesmo referendo. E a terceira questão,

nós temos a máxima urgência que esse referendo se realize. Achamos, como eu disse lá de cima, que ele devia ter sido ontem, Senhora_Deputada e Senhor_Deputado António_Filipe, mas há uma coisa que a nós nos honra enquanto deputados do Partido_Socialista, eleitos nesta legislatura, é que assumimos e honramos o nosso compromisso e aprovamos hoje, aqui, nesta Assembleia, a proposta_de_resolução para a realização do referendo."

BPS: "Muito_bem!"

ACM: "Assim saibam, todos os órgãos de soberania"

BPS: "Muito_bem!"

ACM: "respeitar"

BPS: "Muito_bem!"

ACM: "aquilo que são as suas responsabilidades, e a responsabilidade do Partido_Socialista está aqui, começou a ser cumprida hoje, Senhora_Deputada, e eu também sou das que defende a descriminalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. E, por isso mesmo,"

BC: "[…]"

ACM: "e por isso mesmo, acho, Senhora_Deputada, que não estamos nem a empatar, nem a fugir às nossas responsabilidades, antes estamos com uma verdadeira determinação em honrar os nossos compromissos eleitorais, os nossos compromissos de Governo e os nossos compromissos de legislatura." (36)

BPS: "Muito_bem!"

JG: "Muito_obrigado. Vou dar agora a palavra ao Senhor_Deputado Nuno_Melo, chamando-lhe muitíssima atenção ao tempo de que dispõe. Poderei dar-lhe uma tolerância pequena, porque é autor de um projecto de substituição ao projecto_de_resolução. Tem a palavra." (43)

NM: "(Obrigado), Senhor_Presidente, os projectos 'tão votados e agora o que está em causa é o referendo. O CDS apresentou uma proposta de alteração ao projecto_de_resolução do Partido_Socialista, e que decorre do muito respeito p'las funções que compete a este órgão de soberania e que devem ser exercidas com verdade e em obediência à lei e à Constituição. Pretende o CDS três coisas: em primeiro lugar, evitar um vexame para o Parlamento, que de outra forma, estará a violar conscientemente a Constituição."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "Pretende, também, evitar uma incomodidade para o Senhor_Presidente_da_República, que, para além do mais, é douto jurista, e a quem cumpre zelar pelo cumprimento dessa mesma Constituição, e pretende, por último, evitar uma violência para o Tribunal_Constitucional, que não poderá decidir contra aquela que é a lei fundamental. Será, também, o resultado da votação da nossa proposta, um teste à tão apregoada tolerância do Partido_Socialista, e não falamos sequer, apenas, da tolerância política, porque essa até que é desejável, falamos de outro tipo de tolerância, a tolerância com a ilegalidade que se essa proposta não for aprovada, o PS estará a demonstrar. E porque é que a estará a demonstrar? Diz a Constituição que a pergunta a colocar em referendo tem que ser com referência ao projecto_de_lei que lhe está na base – cito – "de ser objectiva, clara e precisa." Mas então comparemos, no Projecto_de_lei, o PS afirma que pretende despenalizar o aborto, só que a pergunta que quer colocar aos Portugueses é sobre a descriminalização do aborto, coisa completamente diferente."

BCDS-PP: "Muito_bem!"
NM: "No projecto_de_lei, o PS afirma que pretende aprovar o aborto até aos quatro meses e, designadamente, por razões económicas, já a pergunta que quer colocar aos Portugueses é sobre o aborto apenas até aos dois meses e meio, sendo que omite até, completamente, as razões de natureza económica, que aqui, neste debate, nem sequer seriam puramente despiciendas, ou seja,"
BCDS-PP: "Muito_bem!" (80)
NM: "o projecto_de_resolução não tem nada que ver com o projecto_de_lei. Isso a Constituição não consente. É um logro."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
NM: "E maioria, neste caso, reflecte teimosia, isso também não é aceitável."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
NM: "Afirmamos, mais uma vez que não queremos voltar a ter razão antes do tempo. Já a tivemos há meses, quando conseguimos antever a inconstitucionalidade da pergunta sobre o Tratado_Constitucional_Europeu, que o Partido_Socialista quis impor. O Tribunal_Constitucional deu-nos razão, e hoje"
JG: "[…] a concluir, se faz favor."
NM: "Termino, Senhor_Presidente. E hoje, o Partido Socialista adoptou como sua, a proposta de há meses do CDS-PP. Fica-lhes bem! Mas não queremos voltar a ter razão, mais ainda quando o que está em causa é demasiado sério, e não admito qualquer batota. É tudo isto que está em causa na nossa proposta de alteração, não é uma proposta_*ah*_de_resolução sobre o referendo, é um respeito p'la verdade, caso esse referendo venha a ser, o que me parece ser, uma inevitabilidade. Têm os Portugueses, todos, o direito de saber que a pergunta que lhes é colocada reflecte o regime_jurídico que o Partido_Socialista pretende ver entrar em vigor, e =se não estiver fazer =se não <se não o permitir, então, estará a fazer batota em relação aos Portugueses e estará, neste próprio debate, a travar uma discussão, que, só por isso, nem sequer pode ser séria. Disse!"
BCDS_PP: "Muito_bem!"
JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado Luís_Marques_Guedes."(103)
MG: "Obrigado, Senhor_Presidente! *Ccrr* Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, o PS apresenta, aqui, uma pergunta parecida com a que formulou no referendo realizado em noventa e oito. Parecida no carácter capcioso e errada naquilo em que inova. À semelhança do que, então, ocorreu, =persistem uma reserva mental <persiste uma reserva mental, a nosso ver, inaceitável politicamente. De diferente tem a errada confusão entre despenalização e =des <descriminalização,"
BPSD: "Muito_bem!"
MG: "erro que se não for corrigido, a nosso ver, põe em causa a própria correcção legal de todo o processo, colocando em crise o respeito pelo artigo quarto, da lei_orgânica do referendo, mas não é só. Como refere, com meridiana clareza, o relatório aprovado por unanimidade na primeira Comissão, de resto da autoria das Senhoras_Deputadas Maria_de_Belém_Roseira e Ana_Catarina_Mendes, são duas as alterações que o

projecto socialista propõe à lei: a despenalização, e não a descriminalização, do aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, e o alargamento do prazo para o aborto_terapêutico, das doze para as dezasseis semanas de gravidez, à qual acrescentam, como fundamento, razões de natureza económica ou social. Ora, se são duas, confessadamente, as alterações à lei que se propõem fazer, devem ser duas as perguntas a colocar aos Portugueses." (132)

BPSD: "Isso é que era sério!"

MG: "Não fazer, para depois, à socapa introduzir na lei alterações **essenciais** que deliberadamente se subtraíram à decisão referendada, não é sério, nem é eticamente defensável."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

MG: "Já em noventa e oito, o Senhor_Presidente_da_República afirmou que entende deverem ser referendadas as alterações que se queiram fazer à lei_do_aborto. Dirão uns que não sendo o referendo à lei_do_aborto, juridicamente obrigatório, também não há a obrigatoriedade de perguntar tudo =o que nele <o que nela, na lei, se pretende alterar. Mas para aqueles que entendem que, matérias como esta não devem ser mexidas sem a pronúncia de todos, é insustentável a habilidade de "mostrar uma mão e levar o ouro nas duas."

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Ainda por cima, neste caso, com imensa gravidade de se estar a pretender estender até ao quarto mês de gravidez a realização do aborto fundado em meras razões económicas ou sociais. Como cidadãos, *Senhores e Senhores_Deputados, cada um terá sobre esta matéria a posição que a sua consciência lhe apontar, mas como deputados, todos percebemos que esta proposta traz "gato escondido com rabo de fora", é um embuste que não dignifica quem a subscreve. Sei *ccrr* sei que existe, nesta Câmara, uma maioria que deseja favorecer estas alterações legislativas, as votações que acabámos de fazer comprovam-no. Quero acreditar, no entanto, que ninguém nessa maioria se envergonha daquilo que pensa ou quer esconder aquilo que propõe. É nesse sentido que formulo, aqui, a sugestão aos autores para conformarem a proposta de referendo com a objectividade, clareza e precisão, aqui acrescento, seriedade ás alterações legislativas que preconizam." (164)

BPS: "[…] a vocês […]"

MG: "E então terão de ser duas, e não uma, as perguntas a formular. Quem quer mudar a lei por estar convencido de que essa é a vontade maioritária da sociedade_portuguesa não deve ter medo de mostrar as suas verdadeiras intenções e aceitar, depois, a decisão dessa mesma sociedade."

BPSD: "Exactamente!"

MG: "É isso o que se exige à maioria no debate que hoje, aqui, travamos."

BPSD: "Muito_bem!"

JG: "Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia, tem a palavra."

HA: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, esse debate tem de ser muito clarificador, clarificador ao ponto de os Portugueses perceberem o que estamos, de facto, aqui, a fazer. Olhemos para este Parlamento, há seis grupos_parlamentares, de entre eles, o PSD e o PP não defendem a alteração da actual lei_penal, no que respeita à regulação das condições em que pode ser praticada a interrupção_voluntária_da_gravidez a

pedido da mulher. Os Verdes, o BE, o PCP e o PS assumem que querem alterar a actual legislação, no sentido de despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez a pedido da mulher. Significa, isto, que numa Câmara composta por duzentos e trinta deputados eleitos em Fevereiro último. Cerca de cento e quarenta são favoráveis à alteração da lei, o que corresponde a uma **larga** maioria de deputados. Temos, pois, todas as condições para resolver um problema com o qual a sociedade_portuguesa, e particularmente as mulheres, se confrontam, que respeita à sua própria dignidade como mulheres. O problema que decorre de uma lei que só tem tido como consequência, o fomento do aborto_clandestino associado, ainda por cima, =a <à prossecução de políticas que têm promovido a pobreza e o julgamento de mulheres que se sentam no banco dos réus, apontadas como criminosas, para as quais a lei remete um destino, a prisão, que só não tem resultado insistentemente nessa pena, porque o processo judicial se vai sustentando em falta de provas. Está visto, então, que o problema decorre da lei. PSD e PP convivem bem com esta lei, mas, a bem dizer, não a querem ver aplicada integralmente, e não conseguem passar dessa incongruência, ou seja, querem que o aborto a pedido da mulher nas primeiras semanas continue a constituir um crime, mas nunca ouvi nenhum dos deputados destes partidos afirmar que querem ver as mulheres que praticam aborto na prisão, como a lei prevê. São partidos que convivem bem com a incoerência, mas isso já todos sabemos, pois não é destes partidos que costuma vir a preocupação discursiva absoluta com as famílias, e que depois, em termos de medidas concretas, quando estiveram no Governo e formaram =meia <maioria absoluta neste Parlamento, o que fizeram foi, de facto, dificultar a vida às famílias?" (213)

BOV: "Muito_bem!"

BC: "[…]"

HA: "Entretanto, é importante, também, não desvirtuar aquilo que estamos a discutir. Dizia um senhor_deputado do PP, ainda há pouco, "somos contra a liberalização total do aborto". Pois não é isso que está em causa, =não é isso <não é disso que se trata, é despenalizar em certas condições específicas a pedido da mulher, nas primeiras semanas de gravidez. Depois, foi também – já agora permitam-me este aparte – extremamente interessante ouvir a senhora_*ah*deputada do PSD mandar grandes *rebocadas ao próprio PSD quando disse que os governos deviam flexibilizar a interpretação da lei. Mas que grande descasca que ela mandou para o próprio PSD, que até há pouco tempo esteve no governo."

BC: "[…]"

HA: "*Ccrr* Mas que grande descasca para o PSD, quando essa senhora_deputada referiu que se deveria dar uma urgente prioridade às questões da educação_sexual e *ah* do planeamento familiar. Pois a própria lei de mil novecentos e oitenta e quatro, que ainda há pouco aqui se =reveria <referia, não está implementada por culpa dos sucessivos governos, sem dúvida? Sem dúvida. (229) Senhoras e Senhoresd_Deputados, temos que ser consequentes. Uma mulher que pratica um aborto não é uma criminosa, logo a lei que criminaliza o aborto e que pune com prisão a mulher que aborta tem que ser alterada. Passemos, então, para a postura para as forças políticas que defendem a alteração da lei. O PS, no seu compromisso eleitoral, refere, expressamente: "O país assistiu a uma sucessão de julgamentos de mulheres p'lo crime de aborto, que confrontaram a nossa sociedade com uma lei obsoleta e injusta", e diz, ainda, "que a despenalização da IVG é uma inadiável exigência de justiça e dignidade para as mulheres" – mas a este compromisso já lá vamos. Perante estas afirmações claras e peremptórias, o que se

esperaria em termos de =resp <responsabilidade política, era que o PS assumisse que vai alterar a lei, ora, se assume que é uma tamanha injustiça inscrita na lei, como não aplicar uma medida certeira, que se traduza numa lei justa e adequada? Ainda por cima, quando o Parlamento tem uma maioria claríssima favorável à despenalização da IVG. Mas não, o PS defende a realização de uma novo referendo. Valerá, porventura, a pena relembrar algumas afirmações feitas em nome do PS no debate de noventa e oito, que, aliás, já tive até aqui oportunidade de recordar. Ao apresentar o projecto de alteração *ccrr ccrr* da legislação reguladora da IVG, referia Sérgio_Sousa_Pinto, "A bancada_parlamentar do PS, fazendo uso dos poderes que a Constituição lhe concede, legitimada pelo mandato democrático dos seus deputados, não foge a assumir perante o país as suas responsabilidades." Dizia mais, "A ninguém, e muito menos ao legislador é consentido virar as costas à realidade do aborto_clandestino", e dizia ainda mais, "É preciso dizer com clareza ao país que nesta sala, por trás da exigência do referendo, esconde-se uma preocupação verdadeira, empatar, empatar, empatar." Eis, se não quando, depois de aprovado o seu **próprio** projecto_de_lei em mil novecentos e noventa e oito, o PSA interrompe o processo legislativo *ccrr* que estava a decorrer no Parlamento, e acorda com o PSD a realização de um referendo, demitindo-se daquela responsabilidade que tinha assumido e cedendo ao PSD no empata, empata, empata. O referendo realizado em vinte e oito de Junho de noventa e oito, teve o resultado que teve. Não foi vinculativo, na medida em que só trinta e nove vírgula um por cento dos eleitores inscritos se pronunciaram, o Não atingiu =uma perc <uma percentagem de cinquenta e nove por cento entre os votantes, e o Sim uma percentagem de quarenta e nove vírgula um por cento, uma percentagem mínima de diferença, portanto. Passaram sete anos, o PS, e agora também o BE, vêm propor a realização de um novo referendo, vêm propor que a Assembleia_da_República deixe de assumir a sua responsabilidade imperativa de pôr termo a uma lei hipócrita e que se realize um novo referendo. *Ccrr* Quanto a esta proposta, Os Verdes têm que realçar dois aspectos: em primeiro lugar, a Assmbleia_da_República tem toda a legitimidade para alterar a legislação sem recurso a referendo. Estamos perante uma lei hipócrita, promotora de um problema de saúde_pública gravíssimo como o aborto_clandestino, que não se compadece com mais demoras para ser alterada. Em segundo lugar, Os Verdes consideram que, acima de tudo, não estamos perante uma questão desejavelmente referendável, estamos no âmbito de uma questão que, como sempre se afirma, *ccrr* é uma opção do foro **íntimo** de cada um, e só pode ser uma questão do foro íntimo e da consciência de cada um, se a lei permitir essa opção. A actual não a permite, a actual lei empurra as mulheres para o aborto_clandestino, não assistido. A atribuição de direitos não é para Os Verdes matéria desejavelmente referendável. Não o é a atribuição de justiça pela lei, e é justamente por considerarmos assim, que consideramos ter legitimidade para questionar. Mediante o resultado do referendo, qual será o futuro do processo legislativo aqui no Parlamento? E quando se propõe um referendo, tem que se ter em conta que o resultado pode ser Sim ou Não. Que compromissos assume o PS e o BE? Que garantias temos p'ra além disto da própria realização do referendo? E a realizar-se, para quando? Esta será, ou não, uma matéria sujeita a prioridade? O Partido_Socialista não o diz *ccrr* será realizado quando? Será ceder ao PSD a realização do referendo p'rás calendas? O PS disse aqui, na resposta da Senhora_Deputada Ana_Catarina_Mendes, que assumiu, na campanha eleitoral, o compromisso do referendo, mas também assumiu o compromisso de alterar a lei. Isto está inscrito no programa do Partido_Socialista. Vamos lá ver, então, se vão cumprir esta segunda parte do vosso compromisso, quando dizem claramente:

"Despenalização da IVG é uma **inadiável** exigência de justiça e dignidade para as mulheres." O vosso compromisso de alteração da lei foi assumido na campanha_eleitoral. Senhor_Presidnete e Senhores_Deputados, nunca antes este Parlamente =este tã <teve tão propícias condições para pôr termo a uma lei hipócrita que criminaliza as mulheres que fazem um aborto. Nunca, como antes, este Parlamento teve condições para resolver esta questão de uma vez por todas, para pôr termo ao drama do aborto_clandestino, *ccrr* para não permitir mais humilhação das mulheres que se têm sentado no banco dos réus por terem feito um aborto. Nunca, como antes, este Parlamento teve condições para pôr termo ao crime que, na verdade, está é na lei. A preocupação decorre, ainda assim, os partidos que sempre têm defendido a inalteração da lei, mesmo estando em minoria, conseguirem os seus propósitos: empatar, empatar e empatar a resolução do problema. Somos contra este referendo. Estamos hoje a perder uma oportunidade para q' a Assembleia_da_República assuma as suas responsabilidades, olhe para a realidade que temos lá fora e resolva os problemas, Senhores_Deputados do PS. Esta, sim, seria uma medida certeira, uma medida que poderia resolver o drama que muitas e muitas mulheres_portuguesas encontram na lei e que este Estado lhes oferece, e quando não têm meios para recorrer a outro Estado, sujeitam-se ao crime que a lei_portuguesa lhes oferece, o aborto_clandestino e o banco dos réus, porque ninguém garantirá, hoje, que os métodos contraceptivos são cem por cento seguros, porque há mulheres que não têm acesso a planeamento_familiar e a educação_sexual nem se fala, ao contrário daquilo que o PSD pensa, mas que não fez nada. Basta, para tanto, lembrar, que somos, com a Inglaterra, o país que maior número de mães adolescentes tem, porque as mulheres têm direito a viver plenamente a sua vida_sexual, e quando desejarem a terem uma maternidade feliz. A opção do PS e do BE é a realização do referendo. Nós Verdes queremos =dema =derma =*demacar-nos claramente desta posição.É uma oportunidade de **ouro** que perdemos, hoje, de aprovarmos a despenalização da IVG e de resolver o problema, hoje, dia vinte de Abril de dois mil e cinco, onde há mulheres a praticar aborto_clandestino e mulheres sentadas nos bancos dos réus a serem julgadas p'lo facto de terem cometido um aborto. Vamos ver quando se realizará esse referendo e **se** se realizará. O **Sim** que as mulheres_portuguesas precisam podia ter sido conseguido hoje, sem mais delongas. Esse era o desejo d' os Verdes, esse foi o compromisso eleitoral que assumimos. Muito_obrigada!" (334)

JG: "Senhora_Deputada Maria_de_Belém_Roseira."

MB: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhoras e Senhores_Deputados, o Partido_Socialista votou contra os projectos_de_lei que não estavam acompanhados de projectos_de_resolução atinentes à realização de um referendo, porque o objectivo essencial do Partido_Socialista é aprovar a realização de um referendo. Senhor_Deputado Nuno_Melo, à bancada do CDS-PP pede-se, ao menos, a cortesia de nos escutar =traquilima <tranquilamente. Muito_obrigada! Eu sei que era isso que estava a dizer o Sô_tôr Paulo_Portas. Estou de acordo nesta matéria, espero que ele esteja de acordo comigo em relação ao que eu vou dizer. Porque o nosso compromisso político é o de realizar um referendo, que permita ouvir as portuguesas e os portugueses. O PS afirmou, também, a sua disponibilidade para alterar na especialidade o projecto_de_lei que hoje, aqui, votámos apenas na generalidade. O PS, Partido_Socialista, considera que a realidade do aborto_clandestino é uma questão grave, importante, e que é uma questão que diz respeito a homens e a mulheres. Não é apenas uma questão de mulheres, é uma questão de sociedade. O

Partido_Socialista, como quase todos, considera que o aborto não deve ser promovido. O Partido_Socialitsa, como quase todos, considera que a interrupção_voluntária_da_gravidez não é um método de planeamento_familiar. O Partido_Socialista, como quase todos, defende o direito à objecção_de_consciência dos profissionais de saúde envolvidos, e é, por isso, que não há nenhum Ministro_da_Saúde que tenha, ou que possa ser pessoalmente responsabilizado, por aquilo que os profissionais de saúde, legitimamente, e de acordo com o seu estatuto deontológico, se podem recusar a fazer. O PS, como quase todos, considera que devem ser combatidas as causas que levam as mulheres a encontrar, como única saída, ainda que a mais indesejada, para uma situação complicada, a interrupção da sua gravidez. O Partido_Socialista, enquanto no governo, criou todas as condições para que o planeamento_familiar se expandisse e a educação_sexual fosse uma realidade. O Partido_Socialista alargou a rede _(de)_escolas de nove para setecentas, porque considera que é absolutamente essencial alargar a informação e alargar as opções conscientes em função daquilo que são as realidades legislativas do país. Mas, o Partido_Socialista considera, também no governo novamente, que o combate às causas é essencial, e, por isso, elegeu como prioridade política primeira o combate ao desemprego, o combate à pobreza e o combate ao abandono_escolar." (383)

BPS: "Muito_ bem!"

MB: "Mas o combate às causas, Senhoras e Senhores_Deputados, por mais que eficaz que seja, não impede que haja casos e que haja mulheres que são atiradas para o aborto_clandestino em condições graves de risco para a sua vida e a sua saúde e que, sendo atiradas p'ra este recurso, sustentem posições de abuso de posição dominante e de criminalidade, que essa, sim, deve ser combatida porque explora as fraquezas das pessoas. E é porque ao longo de anos de debate sobre esta matéria, todos dizem que não querem as mulheres na prisão, então todos devemos criar as condições definitivas e não apenas provisórias para que isso seja possível. É, por isso, que propomos a realização de um referendo, que promova um debate aberto e esclarecedor sobre esta matéria, e aproveito para rejeitar as provocações de embuste, de falta de seriedade, que aliás considero que não têm sido aceites na prática parlamentar e não são próprias do nosso debate parlamentar." (397)

BPS: "Muito_bem!"

MB: "Debate, / (aplausos) debate aberto e esclarecedor, que permita uma votação consciente, em função das opiniões de cada um. Podem existir, e existem, opiniões muito divergentes sobre a questão de fundo, se a interrupção_voluntária_da_gravidez deve ser despenalizada, ou descriminalizada, mas não haverá, por certo, razão para votar contra uma consulta às portuguesas e aos portugueses. Que sejam eles a decidir e =a decisir <a decidir de forma vinculativa, em coerência com a sua vida_pública e também privada, de acordo com a sua consciência, como se exige em democracia. Muito_obrigada!" (407)

BPS: "Muito_bem!"

JG: "Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Senhor_Deputado Madeira_Lopes. Tem a palavra."

ML: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. *Ah* Eu gostaria de notar uma declaração da Senhora_Deputada. O PS chumbou os projectos_de_lei que não vinham acompanhados de projecto_de_resolução, pois o objectivo fundamental do PS é realizar o referendo. Eu

gostaria de notar que, finalmente, o PS reconhece, expressamente, que o seu objectivo fundamental não é resolver o problema do aborto_clandestino, mas antes, lavar as mãos como Pilatos, adiar, empatar a questão, quando tem nas mãos a possibilidade de resolver a questão. E remete para o referendo." (415)
BPS: "[…]"
BOV: "Muito_bem!"
ML: "
Depois, gostaria de saber se existe a figura regimental do projecto_de_lei acompanhado do projecto_de_resolução, ou se isso é meramente um pretexto para chumbar todos os outros projectos_de_lei, e gostaria de notar que, com a abstenção, o PS conseguiu também, na prática, o chumbo do projecto_de_lei do Bloco_de_Esquerda, que, por sinal, também vinha acompanhado do projecto_de_resolução – se bem que (eu) essa figura não conheça – *ah* ou se foi só um mero pretexto para rejeitar, de facto, todos esses projectos_de_lei, impedindo, portanto, que eles baixassem à Comissão e que pudessem, eles próprios, ser tidos em conta =na =a <no encontro duma única proposta comum que | há- / é | de ser aprovada *ah* nesta *ah* Assembleia. Obrigado." (421)
JG: "Senhora_Deputada, como já não tem tempo, ser-lhe-á concedido apenas um minuto para responder."
MB: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Aquilo que eu gostava de dizer ao Senhor_Deputado era o seguinte: *ah* =o pe <o Partido_Socialista comprometeu-se durante a campanha_eleitoral como a realização de um referendo."
BPS: "Muito_bem!"
MB: "E O PS comprometeu-se, também, em campanha_eleitoral, a lutar pela aprovação *ah* desse referendo relativamente à questão colocada *ah* aos Portugueses. Portanto, o Partido_Socialista não é um partido incoerente, não é um partido que diga uma coisa e faça outra, o Partido_Socialista" -/- (429)
BC: "[…]"
MB: "afirmou foi tudo, afirmou que se comprometia relativamente à realização de um referendo e afirmou uma segunda parte, que o Senhor_Deputado omitiu, distorcendo, como é óbvio, os objectivos do Partido_Socialista, no sentido de dizer que nesse referendo se comprometia a fazer campanha pelo sim. Mas mais. Mas mais. O facto de o projecto_de_lei ter sido votado apenas na generalidade" -/-
JG: "Queira concluir, Senhora_Deputada."
MB: "o que significa que o Partido_Socialista 'tá disponível para o rever na especialidade, não impede o Senhor_Deputado de apresentar todas as sugestões para a sua alteração, que, em seu entender, contemplem a posição d' Os Verdes, e depois, em votação, será definido qual a redacção final desse mesmo projecto_de_lei. Muito_obrigada, Senhor_Presidente." (438)
JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado Francisco_Louçã."
FL: "Muito_ obrigado, Senhor_Presidente. Senhoras e Senhores_Deputados, tratámos, até agora, dois tipos de questões: questões substanciais e questões de procedimento. Ambas são extraordinariamente importantes e merecem atenção do debate plural da Assembleia_da_República. Podemos perguntar, e certamente **muitos** dos que aqui

estamos nos perguntamos, por que razão é que na questão essencial, na questão dos direitos do respeito, da Constituição, da civilização se confronta a maioria desta Assembleia com uma Direita tão resistente e tão remitente. Mais ainda, por que é que temos, em Portugal, a única Direita da Europa que quer manter a ameaça da prisão inscrita na Lei_da_República contra as mulheres que tenham decidido abortar."

BBE: "Muito _bem! Muito_bem!" (450)

FL: "E talvez a resposta tenhamos da ir buscar muito atrás. No Código_Civil do Visconde_de_Seabra, dizia-se sobre as mulheres o seguinte: "Não podem ser testemunhas os estrangeiros, as mulheres, os que não estiverem em seu juízo, os surdos, os mudos e os cegos e os que são incapazes." As mulheres entre eles. E depois disto, o Código_Penal de mil oitocentos e cinquenta e dois, de mil oitocentos e oitenta e seis, impôs uma pena de prisão de dois a oito anos, porque considerava que o aborto é um homicídio. Em mil novecentos e oitenta e três, claro que as direitas, durante toda a Ditadura, mantiveram a mesma ideia persecutória sobre as mulheres. Mas chegamos à Democracia e, em mil novecentos e oitenta e três, mantém-se o mesmo ponto de vista. E é esta a tradição de séculos de hostilidade, de desprezo p'ra com as mulheres que junta este fundo das direitas que querem manter o único país da Europa que põe na lei que as mulheres são julgadas e condenadas à prisão, e que, efectivamente, leva a cabo julgamentos deste tipo. Uma Senhora_Deputada do PSD veio invocar razões novas. Eu *queria-lhe lembrar que houve uma deputada **comunista**, em mil novecentos e oitenta e quatro, que nos pôs o seguinte problema, "Eu recebi uma carta", dizia ela – chamava-se Zita_Seabra – "trabalho a dias", dizia a carta, "para sustentar cinco filhos e um marido alcoólico no desemprego. À sexta gravidez, fiz um aborto, porque acho que os meus filhos já passam fome, solidão e miséria." E perguntava a deputada comunista Zita_Seabra, "A carta está aqui. Devemos mandar prender esta mulher, Senhores_Deputados?" Esta é a pergunta a que temos que continuar a responder. E a sua resposta é Sim, devemos prender essa mulher. A nossa resposta é Não, **nunca, nunca**, em nenhum caso. Em nome do respeito, em nome do respeito não mandamos prender aquela mulher. Mais ainda, dizia a deputada =do =do <hoje do PSD, lembrava **ontem** comunista ao seu partido de hoje, de hoje, que o programa do PSD defendia a despenalização do aborto. Defendeu nos anos setenta, de pois da Democracia, defendeu nos anos oitenta. E o Primeiro_Ministro Mota_Pinto, Social_Democrata, trouxe a esta Assembleia uma proposta de revisão do código_penal, legalizando o aborto em situações idênticas às que agora estamos a discutir. Que vergonha! Defender, agora, as cores de um partido contra as razões que não mudaram. Continua a ser verdade que o PSD defendeu a despenalização do aborto e mudou de posição. Continua a ser verdade que verdade que Mota_Pinto teve coragem de tomar posição e o PSD, hoje, não é capaz. E é, por isso, que se junta uma espécie de **coro** de Diácono Remédios, em torno deste aspecto fundamental: **tem de continuar a prisão**. Disse-nos um deputado do do CDS-PP, que ele próprio não achava que não se devia prender as mulheres. Grande novidade! Por que é que não propõe, então, uma alteração à lei? Por que é que não querendo a prisão das mulheres, Senhor_Deputado, mas que seriedade é esta que, não querendo a prisão – e eu acredito que não queira – **mas por que é que quer que esteja na lei?** Por que é que quer que a lei imponha a possibilidade da prisão. Mas, é claro, do partido corveta, nós podemos esperar sempre as maiores surpresas." (489)

BBE: "Muito_bem!"

FL: "Alias / (palmas) a novidade de hoje / a novidade de hoje é que o CDS-PP se faz marcar, neste debate, por uma proposta d' alteração que introduz um referendo p'rá legalização do aborto até às dezasseis semanas. Curiosa situação! O CDS no seu **arroubo** de radicalismo, quer-nos levar agora até a uma posição que ninguém defendeu nesta Assembleia. E, por isso, p'lo contrário, gostaria, aliás, de vos citar um jovem dirigente de Direita, que foi presidente do CDS-PP muito mais tarde, que naturalmente, entretanto, mudou de opinião, como é seu legítimo direito, mas que nos dizia, há vinte anos atrás, o seguinte: "Há um tom cro-magnon com que a questão do aborto tem sido tratada entre nós. Só por referência, lembre-se, por exemplo, que, em França, foi uma Liberal assumida, como tal, da maioria giscardiana, a senhora Simone_Weil, que, em contra os mais conservadores e os mais ortodoxos, impôs a lei do aborto. Lá os socialistas não tiveram dúvidas. Giscard não interferiu, quer isto dizer que, em Portugal, somos subdesenvolvidos e que, no caso, andamos atrasados à Direita e à Esquerda." O Doutor_Paulo_Portas pensava assim. Já não pensa, tem o direito de não pensar, mas esta é a plataforma que estamos, aqui a discutir. O que estamos, aqui, a discutir é a lei_Simone_Weil, uma lei moderada, sensata, que tem o apoio da **grande maioria** dos Portugueses, porque a **grande maioria** dos portugueses e das portuguesas não admite que continue esta vergonha da prisão das mulheres. E resta, finalmente, um conjunto de questões de procedimento. Surgiram quatro argumentos contra o referendo. Primeiro é um choque com o referendo europeu – argumento Marques_Mendes. Errado! O referendo europeu pode-se realizar em Outubro, se o Governo impuser a sua proposta, como se pode realizar em **qualquer** momento do ano de dois mil e seis, porque em **qualquer momento**, ele só tem valor legal no final de dois mil e seis, quando todos os países europeus concluírem esse processo. Esse referendo exige uma revisão_constitucional, e o referendo sobre o aborto não exige e, em contrapartida, está em estado de urgência, devido à existência dos julgamentos. Podemos fazer **um**, como temos que fazer **o outro**, e sobre ele temos que decidir, e não há nenhuma inversão de prioridades nesta matéria. Segundo argumento: temos pouco tempo. Senhoras e Senhores_Deputados, há sete anos que se discute este referendo. Há sete anos qu' ele é discutido em **todos** os processos eleitorais, e neste, que acabámos e que se concluiu com a derrota esmagadora das direitas, nós tivemos uma maioria extraordinária a favor **de todos** aqueles partidos que inscreveram no seu programa, e que o disseram na campanha, que não esconderam qual era a sua posição. Terceira questão: as dez semanas e as dezasseis. Se os Senhores_Deputados quisessem ter a seriedade de ler o projecto_de_lei que aprovámos, na generalidade, há pouco, veriam que há toda a diferença entre a decisão **livre** da mulher durante as primeiras dez semanas, e a outra condição, em que sob a decisão e a tutela de um médico, em condições de perigo de morte e grave ou duradour(o) lesão pr'ó corpo e p'rá saúde física ou psíquica da mulher, ou das suas condições sociais, **sob a tutela de um médico**, permite esta decisão." (525)

BC: "[…]"

FL: "E último ponto, a pergunta Marques_Guedes sobre descriminalização e despenalização. Está claro, nesta pergunta, como aliás já esteve há um ano atrás, quando a mesma pergunta foi submetida à Assembleia e nenhum argumento foi levantado a este respeito,"

BE: "Muito_bem!"

FL: "que a questão da descriminalização liberta o legislador p'ra decidir se considera ilícito, ou não, ou se

já, se considera que deve haver pena, ou não. E a pergunta responde, claramente, não há pena durante os =primeiros <primeiras dez semanas, porque assim o diz a lei e assim o diz o referendo. Estas são as questões sobre | os / as | nós temos que decidir, e, naturalmente, em dois mil e cinco, esta questão tem que ficar decidida. A Assembleia não cumpriria as suas obrigações, se procedesse de outra forma, e nenhuma circunstância institucional" -/- (534)

JG: "Queria concluir, Senhor_Deputado"

FL: "Concluirei, =Senho <Senhor_Presidente. **Nenhuma circunstância** institucional de **nenhum** tipo pode opor-se a esta decisão livre que deixa aos Portugueses =a >aos Portugueses a responsabilidade de decidir. Mas deixo-vos um desafio, Senhores_Deputados do PSD. Sugiro, mesmo, ao Senhô_Deputado =Marques <Marques_Mendes, a pergunta que ele pode propor ao próximo referendo, depois dos Portugueses terem votado a despenalização e a descriminalização do aborto. Essa pergunta será,"

BPSD: "[…]"

FL: "essa pergunta do vosso referendo a seguir será: "Quer que a mulher que praticou o aborto, nas primeiras dez semanas, volte a ser julgada e possa a ser condenada a três anos de prisão?" Essa é a pergunta que vão ter que fazer e é a pergunta que a vergonha não vos permite dizer"

BPSD: "[…]"

FL: "porque essa é a vossa posição." (541)

BBE: "Muito_bem!"

JG: "Para uma intervenção, Senhor_Deputado Bernardino_Soares."

BS: "Muito_obrigado, Senhores_Deputados, chegados quase ao fim deste debate, apetece, se calhar, perguntar quem o terá ganho. Certamente não ganharam os partidos *ah* que defenderam a despenalização, =certam =que =por | cujo / q'hoje | as suas propostas foram rejeitadas, certamente, julgo eu, também não ganharam os partidos que ganharam a =res =regio <a despenalização da IVG através do referendo. Certamente, as mulheres, hoje, não viram o seu problema resolvido. Quem ganhou este debate foi, novamente, a força de bloqueio da Direita, que"

BPCP: "Muito_bem!"

BS: "continua a ver a sua posição a vingar, isto é, =a min <a maioria absoluta, que na legislatura anterior fez com que **não** se alterasse nada, continua em minoria a ver que esta posição"

BPCP: "Muito _bem!" (550)

BS: "se mantém. Porque a diferença, Senhores_Deputados, e com respeito por **todas** as posições nesta matéria, com respeito por **todas** as posições nesta matéria, é que a Assembleia_da_República **pode** decidir a despenalização, mas **não pode** decidir o referendo."

BPCP: "Muito_bem! Esta é que é a questão."

BS: "Esta é a questão fundamental."

BPCP: "Essa é a questão fundamental."

BS: "E a nossa perplexidade é esta, é que num momento em que há uma maioria que quer decidir p'la despenalização, entende não o fazer e propor que se faça uma coisa que não está na sua mão garantir que se realize."
BPCP: "Muito_bem!" (555)
BPCP: "É o (nosso) […]. Muito_bem! Muito_bem!"
BS: "E este é o problema com que saímos neste momento."
BPCP: "Esse é que (é o problema)."
BS: "Depois é preciso terminar, da nossa parte, este debate, dizendo que passados tantos anos, a Direita continua com a suprema hipocrisia de dizer que não quer que as mulheres vão presas, mas que quer que continue a lei que as manda p'rá prisão."
BPCP: "Muito_bem!"
BS: "Esta hipocrisia continua e é uma **vergonha,**"
BPBP: "Muito_beeem!"
BS: "é uma vergonha no século vinte e um"
OS: "(Como é) […] nada do direito_penal."
BS: "que os partidos da Direita continuem nesta posição. Porque, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, esta questão continuará até que o problema *ser resolvido, e p'a nossa parte queremos dizer, que lutamos por ela desde mil novecentos e oitenta e dois, e que **ninguém** levou, desta bancada, as causas que defendemos, em mil novecentos e oitenta e dois, em mil novecentos =e no <e oitenta e quatro e em todos os outros momentos. Essas causas continuam aqui e continuarão no futuro, até que este problema seja resolvido." (563)
BPCP: "Muito_bem! Muito_bem!"
JG: "Obrigado. Concluíram as intervenções neste ponto. Antes tinha o Senhor_Deputado Luís_Fazenda, pedido a palavra, mas o Senhor_Deputado Nuno_Melo… Tem a palavra."
NM: "Para uma interpelação à Mesa. Interpelo, Vossa Excelência, para saber se neste processo legislativo, como é da praxe parlamentar e mais do que isso, no nosso ponto de vista, obrigação legal, houve audição prévia dos órgãos de Governo próprios das regiões_autónomas. Interpelo, Vossa_Excelência, até com a propriedade de quem interpela um insular que reclama, certamente, o respeito =por aquela <por aqueles que são os direitos das autonomias. Porque este é um processo legislativo de âmbito nacional, com alterações ao código_penal, e não tenho, de memória, nenhum caso em que alterações ao código_penal tivessem sido previstas, que não merecessem audição prévia dos órgãos de Governo regional. Também o referendo, se o Partido_Comunista, quiser ter um bocadinho de calma e escutar-me, tem carácter nacional, não é um referendo de âmbito regional, daí que solicitava este esclarecimento, Senhor_Presidente, para que se esta obrigação de audição prévia for devida, como é nosso entendimento, a votação, desde logo, que teremos que efectuar, não fique prejudicada. Muito_obrigado" (575)
JG: "Senhor_Deputado Nuno_Melo, para lhe responder que não foi efectuado esse pedido, mas que não afigurou *ah* necessário

realizar esse pedido, e que essa questão não foi suscitada por nenhuma das bancadas, nem p'la bancada que Vossa Excelência representa, até este momento. =E que, tratando-se de" -/-

B: "[…]"

JG: "legi que está a ser <e que, tratando-se de / legislação de âmbito nacional que não tem uma incidência **específica** na região_autónoma, tem uma incidência geral em todo o território nacional, e que não é algo que se caracterize por uma especificidade ou incidência regional específica, não se afigurou necessário proceder a essa consulta. Senhor_Deputado Luís_Fazenda, tem a palavra." (586)

LF: "Senhor _Presidente, para uma interpelação à Mesa. No tocante a esta questão, não estamos a aprovar nenhuma lei, estamos a aprovar um projecto_de_resolução para um referendo, não há nenhum projecto legislativo em marcha, portanto, trata-se de uma resolução, creio que dispensa a audição prévia d'órgãos de Governo próprio das regiões_autónomas. Contudo, Senhor_Presidente, o motivo da minha interpelação era para pedir a retirada do projecto_de_resolução do Bloco_de_Esquerda sobre a realização do referendo. Entendemos que está prejudicado, na medida em que o projecto_de_lei que foi aprovado não sustenta a pergunta que colocamos, aqui, à votação. Muito_obrigado."

JG: "Muito_obrigado, foi retirado. Senhor_Deputado Nuno_Melo."

NM: "Sô_Presidente, nós *ah* registamos =a a *ah* <o esclarecimento de Vossa_Excelência, que, naturalmente, respeitamos, até porque, vindo de quem vem, só deixávamos, aqui, para que conste da acta, e para lembrar Vossa_Excelência da

| quebra câmara | que os serviços_de_saúde estão regionalizados e que se prevêem, no

projecto-de_lei aprovado, a criação de centros de apoio familiar, que também, certamente, o deverão ser, o que, no nosso ponto de vista, para além =das re <das razões de incidência penal, justificariam a audição. De todo o modo, Senhor_Presidente, deixava, apenas, esta opinião, para inscrição na acta, e, quanto mais não seja, para para que a nossa reserva também fique registada. Muito_obrigado."

JG: "Agradeço, também, o esclarecimento de Vossa_Excelência, e aproveito para ler o número dois do artigo duzentos e vinte e nove da Constituição, que estipula: "Os órgãos de soberania ouvirão, sempre, relativamente às questões da sua competência, respeitando-se às regiões_autónomas, os órgãos de governo regional." O referendo, cuja proposta_de_resolução, agora, vai ser *votado, naturalmente, é um acto que não respeita especificamente às regiões_autónomas, mas, sim, ao conjunto do país, e Vossa_Excelência sabe, em relação à lei, ela é, naturalmente, uma lei geral da República, que se compagina, depois, com o que dispõe a Constituição em matéria de lei geral da República, e com os poderes próprios da região, em matéria de organização do serviço_de_saúde. Senhor_Deputado Guilherme_Silva, tem a palavra." (73)

GS: "Senhor_presidente, é só para lembrar que, na última revisão_constitucional, eliminou-se a figura da lei geral da República, e, portanto, ele não pode ser (efectivamente) invocável nesta questão. Certo é, que, penso que não há a intenção de excluir as regiões_autónomas deste referendo, e, portanto, o problema pode, efectivamente, ser pertinente." (80)

JG: "Obrigado.
Sendo assim, vamos passar à votação =da propo <do projecto_de_resolução nove

barra dez, do Partido_Socialista, que propõe a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, realizada nas primeiras dez semanas. Não se afigura necessário fazer uma recontagem electrónica de *quórum*? Porque, se afigura visível, se algum dos Senhores_Deputados o exigirem, ela será feita. Sendo assim, Senhores_Deputados que votam a favor têm a bondade de se levantar. / Podem sentar-se. / Senhores_Deputados que votam contra. Têm a bondade de se levantar. / Podem sentar-se. Senhores_Deputados que se abstêm. Têm a bondade de se levantar. / Podem sentar. Projecto_de_resolução foi aprovado com os votos favor do PS e do BE, com os votos contra do PCP, do Partido_Ecologista_Os_Verdes, do CDS-PP, de um deputado do PSD e de um do PS, e com a abstenção do grupo_parlamentar do PSD e de um deputado do PS. O projecto_de_resolução está, assim, aprovado. Senhor_Deputado Nuno_melo, tem a palavra."

NM: "Senhor_Presidente, para uma declaração de voto em nome da bancada."

JG: "Está registado. Tem a palavra. Faz_favor, Senhor_Deputado." (118)

NM: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Para, em declaração de voto, deixarmos bem registada a posição do CDS. O CDS quis fazer este debate na base da verdade e do respeito pela lei e pela Constituição. O CDS analisou, com muito cuidado, todas as iniciativas legislativas que estiveram em discussão, o mesmo se diga dos projectos_de_resolução. E o CDS apresentou uma proposta de alteração, e em relação a esta, Senhor_Presidente, para dizer, em sede de declaração de voto, que tivesse o Partido_Socialista aceite esta proposta de alteração, e o CDS não se teria oposto à votação, como se opôs, no que toca ao seu projecto_de_resolução, ou seja, em relação ao referendo. Porque o CDS não tem medo daquela que seja a decisão dos Portugueses, mas o que, mas o que é evidente, também, é que o CDS só aceita esse referendo, na base de uma discussão que seja verdadeira e que coloque, aos portugueses, uma questão que reproduza o que está em causa, ou seja, neste caso, muito concreto, a despenalização do aborto por razão também de natureza económica, até às dezasseis semanas de gravidez, ou seja, até aos quatro meses. Tivesse o Partido_Socialista, com honestidade e com respeito, (repete-se) pela lei e pela verdade, esta alteração do CDS e a posição do CDS na votação teria, obviamente, sido outra, conforme aquela que foi a declaração de voto que agora explicitamos. Disse!" (143)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

JG: "Muito_obrigado, depreendo também, Senhor_Deputado, que deixa cair os seus projectos_de_alteração. Senhor_Deputado Nuno_Melo é que deixa cair a votação dos seus projectos_de_alteração."

NM: "Ó Senhor_Presidente, em bom rigor sobre essa matéria *ah* devo dizer que nós achávamos que essa votação deveria =ser <ter sido prévia, por se tratar de uma proposta_de_alteração à votação do próprio projecto_de_resolução, mas, uma vez que a Mesa entendeu submeter logo à aprovação o projecto_de_resolução, deverá ter ficado prejudicada, no nosso entendimento, a proposta_de_alteração, porque, d'outra forma, a votar-se favoravelmente, ficaria prejudicada a votação anterior e não poderia, desde logo, no caso de aprovação, *ah* fazer-se o referendo, como pretendia o Partido_Socialista, […] da base, uma pergunta que, de todo o modo, errada e falaciosa, senhor_Presidente. Muito_obrigado." (156)

BCDS-PP: "Claro!"

JG: "Registo as palavras de Vossa_Excelência, mas sublinho que, sendo uma proposta_de_substituição, era uma proposta_de_alteração. Ia ser votada, só poderia ser votada depois da votação, na generalidade, da proposta_de_resolução e a votação da proposta_de_resolução, na verdade, fez caducar o conteúdo útil da vossa proposta. Aliás, se procedêssemos de outra maneira, isso criaria um precedente grave, pr'á possibilidade de =os partidos que não <os da maioria poderem ver votadas as suas propostas_de_resolução nesta Assembleia, porque poderiam vê-las desfiguradas em sentido absolutamente contrário. Os nossos trabalhos estão concluídos, *ah* a Assembleia reunirá amanhã, às quinze horas para discussão da proposta_de_lei dois barra dez do Governo, que autoriza o Governo a legislar sobre a distribuição, fora das farmácias, dos *menicamentos que não necessitem de receita_médica. Estão concluídos os nossos trabalhos. Muito_boa_tarde!" (174)

Discursos proferidos no dia 4 de Maio de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 5 de Maio de 2005

JG: "Senhoras e Senhores_Deputados, o Senhor_Presidente_da_República enviou-nos a mensagem, cujo teor passo a lei. Mensagem do Presidente_da_República: "Decidi não convocar o referendo proposto p'la Assembleia_da_República, sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, porque entendi não estarem asseguradas as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos Portugueses. Com efeito, face aos prazos e limites em vigor no actual quadro_jurídico, o referendo que me foi proposto teria de ser obrigatoriamente convocado para um domingo, no próximo mês de Julho, ou seja, seria necessariamente realizado numa altura em que muitos Portugueses já se encontram de férias. Para tal facto, alertei, antecipadamente, os partidos com representação parlamentar. Não obstante a importância do referendo enquanto instrumento privilegiado de exercício democrático do poder político, há que reconhecer que, do ponto de vista da participação dos cidadãos, a nossa anterior experiência revelou fragilidades, cuja repetição importa prevenir, sob pena de o próprio instituto acabar por ser, decisivamente, posto em causa. | Acresce | Acresce-se | que o tema (60) da interrupção_voluntária_da_gravidez foi já objecto de um referendo de muito escassa participação, mas cujo resultado, se bem que não juridicamente vinculativo e com uma votação muito dividida entre o Não e o Sim, resultou, na prática, num bloqueio legislativo, cuja persistência é cada vez mais discutida. Importa, pois, assegurar que a próxima consulta_popular sobre a mesma matéria se realize em condições de significativa participação cívica. De resto, a conveniência de realização dum novo referendo é hoje partilhada por um amplo conjunto de forças políticas representadas na Assembleia_da_República, pelo que a recusa de convocação, de que agora dou conta, não deve ser interpretada como rejeição política do conteúdo da proposta que me foi apresentada, mas antes como incentivo à realização dum referendo em circunstâncias mais adequadas, na perspectiva de uma cidadania activa e participada. Por último, as dificuldades objectivas relativamente a esta proposta e à que incide sobre o Tratado_Constitucional_Europeu, ' tão evidentemente se manifestaram, colocam-nos perante a inadiável necessidade de repensarmos '*àdequação de conjuntos, prazos e limites circunstanciais, temporais e materiais, que, entre nós, envolvem a realização dos referendos. Tendo sido desencadeado um processo de revisão_constitucional extraordinária, será essa uma oportunidade excelente para correcção prévia dos requisitos e condicionamentos que se têm revelado mais problemáticos, ou desajustados. Lisboa, dois de Maio, dois mil e cinco. Jorge Sampaio, Presidente_da_República. (98) Está aberto período pr'ós grupos_parlamentares que o desejarem fazer, se pronunciarem sobre o conteúdo desta mensagem. Dois minutos por grupo_parlamentar. Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia." (102)

HA: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados, o Senhor_Presidente_da_República decidiu p'la não realização do referendo ao aborto, considerando que não havia condições objectivas para a realização deste =ver <referendo. Na perspectiva d' Os_Verdes, a figura do referendo ao aborto está, neste momento, totalmente esgotada, por isso Os_Verdes consideram que a Assembleia_da_República e os deputados da Assembleia_da_República têm que assumir as suas responsabilidades e, de uma vez por todas, assumir ' *álteração à lei_penal, por forma a despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez a pedido da mulher nas primeiras semanas de gravidez. Perante o drama do aborto_clandestino em Portugal, perante o drama a que

assistimos regularmente, nos últimos tempos, de mulheres sentadas nos bancos_dos_réus por terem optado por fazer um aborto, perante o drama com o qual o País se confronta, os deputados têm que assumir a sua responsabilidade e os Portugueses não compreenderiam a teimosia de alguns grupos_parlamentares de não assumir essa responsabilidade. Por isso, Os_Verdes consideram que os Portugueses não compreenderiam que alguns grupos_parlamentares fossem invocando outras invenções, outros mecanismos, de modo a adiar, mais uma vez, a resolução deste problema, como, por exemplo, alguns que já foram anunciados, como a possibilidade de reflectirmos sobre o *terminus* e o início de sessões legislativas, ou como, *ah* utilizar *ah* o processo, já aberto, de revisão_constitucional para encontrar outras possibilidades de realização de referendos não coincidentes com actos eleitorais, especificamente -/- termino (141)

JG:

"Queira concluir, Senhora_Deputada."

HA: "Senhor_Presidente, especificamente para que se pudesse realizar este referendo ao aborto. Os Portugueses não entendem que o Partido_Socialista passe_a_bola p'ró Senhor_Presidente_da_República e que, (portanto) o Partido_Socialista não compreenda que o Senhor_Presidente_da_República voltou a passar_a_bola para esta Assembleia_da_República, e a leitura que nós fazemos é que o Senhor_Presidente_da_República foi muito claro, **'*Ássembleia_da_República tem que resolver este drama do aborto_clandestino em Portugal**, e, de uma vez por todas, alterar a legislação. Assumamos as nossas responsabilidades, Senhores_Deputados!" (149)

JG: "Senhor_Deputado Luís_Fazenda."

LF: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, o Senhor_Presidente_da_República recusou a realização de referendo que lh'era proposto pela Assembleia_da_República. Acrescentando que não tem objecção política à iniciativa, contudo acha inadequado que se realize num domingo de Julho, previsivelmente, o primeiro domingo de Julho. O Bloco_de_Esquerda respeita a decisão do Senhor_Presidente_da_República, contudo manifesta veementemente a sua discordância política =pela <pelo acto e pela decisão."

BBE: "(De facto!)" (160)

LF: "Na verdade, o motivo evocado é, a nosso ver, um falso pretexto, alega o Senhor_Presidente_da_República, que, num primeiro domingo de Julho, há muitos Portugueses em férias. Não cuidando, *eh* e dando até de barato que a *maioria dos Portugueses *passam férias na sua residência habitual, o que haveria, aqui, que averiguar, era de uma deslocação **anómala** duma parte do eleitorado no período em questão, de uma deslocação fora da sua residência habitual. Ora isso não se verifica nos primeiros dias de Julho. Iremos até, ao invés, que durante o mês de Junho, e na sequência do conjunto de feriados e de pontes, seria até =um um <uma altura bastante pior p'rá mobilização do eleitorado, ou até, no período de Outubro, *ah* de pontes, também uma altura bem pior, onde há uma deslocação muito significativa do eleitorado. Na verdade, já tivemos actos eleitorais quer em Junho, quer em Outubro, próximo dessas pontes ou no limite dessas pontes e *ah* sempre soubemos lidar com essas dificuldades inerentes à participação. Temos, por isso, a nosso ver, que o Senhor_Presidente_da_República, quanto a nós, **erradamente**, tomou uma decisão política"

BBE: "Muito_bem!" (177)

LF: "embora não se pronunciando quanto ao fundo, e não enjeitando a possibilidade de um referendo sobre o aborto, deixando, numa situação extremamente difícil, para não dizer **impossível**, que haja uma realização de um referendo sobre a *despenalização voluntária_da_gravidez no limite do seu mandato. Acerca disso, nós só podemos manifestar o nosso protesto, *ah* criticar a opção assumida p'lo Senhor_Presidente_da_República e entender que, nestas circunstâncias, ' *Ássembleia_da_República tem todas as capacidades e legitimidade p'ra levar o processo_legislativo até ao fim. Não poderemos adiar mais, não deveremos adiar mais. Os partidos que se comprometeram, na campanha_eleitoral, com a realização dum referendo, tudo fizeram, tudo teriam de fazer para que ele =re =se re < se fizesse o mais depressa possível. Não podendo ocorrer essa possibilidade, creio, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, que aqueles que assumiram esses compromissos estão, neste momento, desobrigados deles e, única e simplesmente, obrigados p'la sua consciência e pela política necessária a despenalizar o aborto, sem mais adiamentos, sem mais burocracias, sem mais conflitos de competências, que as Portuguesas, e, em primeiro lugar, as Portuguesas, todos os Portugueses, jamais entenderão. Muito_obrigado." (194)

BBE: "Muito_bem! Muito_bem!"

JG: "Senhor_Deputado Nuno_Melo."

NM: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Quando no passado dia vinte de Abril se discutiram, aqui em Plenário, as várias iniciativas_legislativas da esquerda e da extrema_esquerda sobre a descriminalização e a despenalização do aborto, o CDS, reiterando o que em conferência_de_imprensa já dissera dias antes, denunciou uma fraude de uma pergunta, que devendo dirigir-se aos Portugueses, em referendo, não reproduzia a solução que o Partido_Socialista queria aprovar."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (205)

NM: "Dissemos, então, que o PS queria despenalizar o aborto até às dezasseis semanas, mas que o PS queria perguntar aos Portugueses a posição acerca de coisa completamente diferente, ou seja, acerca da descriminalização do aborto e, apenas, até às dez semanas. Recordo como, então, a Senhora_Deputada Sónia_Fertuzinhos, desde aquela bancada, nos atacava e, violentamente, apelidava de estapafúrdia a nossa intervenção e afirmava, aqui, como a pergunta tinha total coerência pa' um projecto_de_lei. Pois é, só que"

BCDS-PP: " Verdade!"

NM: "verdade é que, passados dias, o PS lá deixou cair o aborto até às dezasseis semanas, e lá fez, ao menos nessa parte," (215)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "a coincidência"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: " entre a solução legislativa e que pretendia"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "perguntar aos Portugueses." (217)

BCDS-PP: "Muito_ bem!"

BCDS-PP: "Rebobinaram."

NM: "Foi a primeira grande vitória_parlamentar do CDS nesta legislatura, porque se tratou, em bom rigor, de uma questão suscitada pelo CDS dias antes, em conferência_de_imprensa, mas muito mais do que isso"
BCDS_PP: "Muito_bem! Muito_bem!"
NM: "foi uma grande vitória de todos aqueles que defendem a vida como princípio de civilização. Antes disso, tínhamos, também, criticado o Partido_Socialista, como vinha alterando aquilo que seria a sua normal agenda_parlamentar, para suceder para suceder ao populismo da extrema_esquerda a propósito de um referendo em Julho contra tudo aquilo que seria razoável. Dissemos, então, como se o problema era o da abstenção, então o Partido_Socialista teria de ser coerente com o que defendera a propósito do referendo ao Tratado_Constitucional_Europeu. A propósito deste referendo, invocando a questão da abstenção, o Partido_Socialista defendeu que o Tratado_Constitucional_Europeu fosse feito em simultâneo com as eleições autárquicas."
BCDS-PP: "Verdade!" (230)
NM: "Então dissemo-lo nós, se esse era o critério, porque em Julho, mandava a razão, nunca essa abstenção seria combatida com eficácia, fosse o referendo ao aborto a ser inevitável, acumulado, por exemplo, com as eleições_presidenciais. Não nos ouviram. Verificamos, Senhor_Presidente, e termino, que o Senhor_Presidente_da_República acolheu aquilo que era o essencial da nossa argumentação."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
NM: "Mais uma vez o Partido_Socialista se enganou, mas, desta vez, teve o Senhor_Presidente_da_República bom senso, teve o Senhor_Presidente_da_República muito sentido de Estado. Saudamo-lo por isso."
BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!" (237)
JG: "Senhor_Deputado Bernardino_Soares."
BS: "Muito _obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, comentando com brevidade, intervindo com brevidade sobre esta mensagem, uma vez que teremos uma declaração política sobre esta temática, dizer que se trata de uma decisão *ah* que não se pode dizer que seja imprevisível, que reconduz a questão =a on <onde nós julgamos que ela nunca devia de ter saído, à Assembleia_da_República, à sua competência para legislar sobre esta matéria, e vem confirmar que o caminho que se seguiu, o caminho que se seguiu, em matéria de opção de referendo nesta matéria, foi uma caminho que trocou o certo p'lo incerto e que criou dificuldades naquilo que deve ser um objectivo **imediato** d' *Ássembleia_da_República e da *maioria dos partidos e dos deputados que *defendem a despenalização da interrupção_voluntária_de_gravidez, que é levar por diante esta reforma sem mais subterfúgios e, s' isso era verdade a vinte de Abril, é verdade também, e ainda mais neste momento, em que intervimos sobre esta mensagem. Muito_obrigado Senhor_Presidente."
BPCP: "Muito_bem!" (253)
JG: "Senhor_Deputado Luís_Marques_Guedes."
MG: "Obrigado Senhor_Presidente. *Ccrr* Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, é evidente que o Partido_Social_Democrata se congratula com esta decisão do Senhor_Presidente_da_República, de não convocar o referendo *ah*

sobre o aborto. Trata-se, a nosso ver, de uma decisão do Senhor_Presidente_da_República sensata, acertada e que vem ao encontro das posições que o Partido_Social_Democrata defendeu sobre o tema. É uma decisão sensata, porque é uma decisão que vem pôr algum bom senso sobre a disparatada disputa que se abriu entre a bancada do Partido_Socialista e a bancada =do <do Bloco_de_Esquerda, relativamente à agenda de funcionamento desta casa, de resto, uma disputa disparatada à revelia =daquilo que eram *ah* <daquilo que era a agenda política anunciada pelo governo socialista aquando da sua tomada de posse. É, também, uma decisão acertada, porque, indiscutivelmente, é uma decisão que acolhe uma definição clara de prioridades políticas dentro da agenda que temos pela frente, em termos de sufrágios, sejam eles sufrágios eleitorais, sejam eles sufrágios referendários. O Partido_Social_Democrata foi sempre muito claro relativamente às suas prioridades, o Partido_Socialista pareceu, num primeiro momento, que tinha também clareza nas suas prioridades, mas rapidamente descambou para um desvario político que *ah* acabou nisto, acabou nisto *ah* como prejuízo evidente para quem entende *eh* que deve haver um novo referendo sobre o aborto." (277)

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "Em terceiro lugar, eu queria afirmar, Senhor_Presidente, que esta decisão do Senhor_Presidente_da_República é uma decisão que vem pôr o ponto_final no assunto, em que duma forma algo incompreensível, um partido maioritário se deixou a reboque de um partido minoritário desta câmara"

BPSD: "Exactamente!"

MG: "se deixou enredar *ah* =em <numa querela de agendas políticas, criando uma enorme trapalhada, que terá até criado problemas sérios =relati <e atrasos sérios relativamente à concretização duma matéria, que, manifestamente, merecia ter tido outro tratamento, um tratamento de maior elevação e de maior responsabilidade por parte do Partido_Socialista."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado Alberto_Martins." (287)

AM: "Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República, o Partido_Socialista compreende e respeita a posição do Senhor_Presidente_da_República, aliás, o Partido_Socialista sempre respeitou"

BPS: "Muito _bem!"

AM: "hoje, como no passado, as decisões e as posições do Presidente_da_República. Estamos de acordo com o Senhor_Presidente_da_República quando ele manifesta um *conjunto de preocupações que nos *levam a concluir que o referendo deve ser feito e deve ser feito em condições de participação. E nós iremos tomar a iniciativa da realização desse referendo em nome do respeito pelos Portugueses."

BPS: "Muito_bem!"

AM: "O Governo e o Partido_Socialista foram sufragados p'la maioria dos Portugueses e assumiram um compromisso perante a maioria dos Portugueses de realizarem um referendo. E vão fazê-lo." (298)

BPS: "Muito_bem!"

AM: "Vão fazê-lo em respeito ao seu programa de governo, em respeito aos nosso objectivos, em respeito =ao nosso <à nossa

responsabilidade, em respeito p'la nossa agenda. Nós não temos as agendas dos outros."

BPS: "Muito_bem!" (304)

AM: "Não há, felizmente p'rás mulheres_portuguesas, p'rá justiça na sociedade portuguesa, um ponto_final nesta matéria, e, por isso, no início da próxima sessão_legislativa, em quinze de Setembro, como já o dissemos, apresentaremos um projecto_de_referendo, nos termos idênticos àquele que apresentamos na especialidade, para ser sufragado p'los Portugueses. Faremos isso, naturalmente, em quinze de Setembro de dois mil e cinco, como a Constituição consagra, exige e está no texto_constitucional. Muito_obrigado." (311)

BPS: "Muito_bem!"

JG: "Está encerrado este período de reflexão sobre a mensagem do Senhor_Presidente_da_República. Pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, o Senhor_Deputado João_Almeida." (312)

JAl: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Interpelava Vossa_Excelência no sentido de ter um esclarecimento sobre a organização dos nossos trabalhos. Nós temos agendado para de amanhã a oito dias o debate sobre a proposta =de <de alteração à lei de bases do sistema educativo. Acontece que esse documento é, obviamente, muito importante, é estruturante na política de educação, e nós não temos, ainda, conhecimento daquela que é do texto da proposta do governo. Estamos a pouco mais de uma semana desse debate, não podemos prepará-lo com a antecedência que entendemos que é necessária, e pior ainda, estamos condicionados na apresentação de iniciativas alternativas, porque não conhecemos o alcance da alteração proposta pelo governo na sua iniciativa, e, portanto, o que eu solicitava ao Senhor_Presidente, e uma vez que foi anunciado pela Mesa que a proposta já deu entrada na Mesa, era saber se o Senhor_Presidente nos podia ajudar para que, o mais depressa possível, tivéssemos conhecimento da proposta apresentada pelo governo, e em segundo lugar, que nos dissesse e esclarecesse sobre a interpretação que a Mesa faz do artigo cento e cinquenta e três, nomeadamente, qual é o prazo que a Mesa confere a todos os outros grupos_parlamentares para apresentar iniciativas alternativas, para serem discutidas na próxima quinta-feira. Muito_obrigado, Senhor_Presidente." (329)

SSM(vb): "[…] a distribuir. Estão a ser distribuídas." (332)

JG: "Senhor_Deputado, o projecto *ah* a proposta do governo deu entrada na Mesa, foi anunciada no início desta sessão plenária, foi distribuída -/-"

SSM(vb): "Está a ser distribuída."

JG: "à comissão competente e aos grupos_parlamentares, e o prazo é o prazo normal para apresentação de propostas de alteração e para o debate_parlamentar normal, em relação a esta iniciativa. Penso que as propostas serão acolhidas, este debate tem grande importância para o nosso País e, portanto, o Senhor_Deputado tem ao seu alcance os *meios regimentais totais para *nele intervir a partir d'agora. Tem, também, conhecimento oficial da proposta governamental que foi anunciada […]. Vamos passar à parte das declarações políticas. Tem a palavra o Senhor_Deputado Francisco_Louçã."

FL: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, o Presidente_da_República comunicou, hoje, à Assembleia a sua decisão de não convocar o referendo sobre o aborto, que tinha sido proposto p'la grande maioria desta Assembleia com dois grupos_parlamentares em oposição, o

CDS e o PCP. Naturalmente, respeitamos a decisão do Presidente, mas não concordamos com esta decisão. O Presidente, aliás, aceita o princípio do referendo e considera importante e inadiável a alteração, como a sua carta ao Parlamento torna explícito, mas competia-lhe, **exclusivamente**, a decisão sobre o momento dessa consulta, para assegurar as melhores condições democráticas. É certo, que o facto do Parlamento ter votado a resolução, propondo o referendo somente no dia vinte de Abril, reduziu, excessivamente, os prazos de consulta ao Tribunal_Constitucional, para que o referendo se pudesse realizar antes do Verão. E essa é uma responsabilidade **exclusiva** câmara, em que o atraso de uns e o boicote de outros favoreceu o impasse. Está, assim, o parlamento confrontado com a decisão presidencial e forçado, em consequência, a retomar o debate sobre como deve ser alterada a lei que criminaliza e persegue as mulheres que abortam em Portugal. Começando pelo princípio, alterar, ou não, a lei é a primeira escolha que devemos fazer, e ela opõe, profundamente, a esquerda e a direita. A direita finge inocência, alegando que se trata agora de uma mera questão de agenda_política, ora, p'lo contrário, o que importa é saber por que é que durante os últimos sete anos se manteve a situação criminalizadora e a consequente perseguição e humilhação das mulheres, e se queremos, ou não, acabar com esta vergonha. A direita quer que tudo fique na mesma, aliás, a direita e a extrema_direita apresentam dois únicos argumentos para manter a lei: um novo e um velho. O argumento novo é de Zita_Seabra, a lei_portuguesa é igual à espanhola, diz-nos ela, mas os médicos recusam-se a aplicá-la, e é infinita maldade da polícia e do Ministério_Público que provocam julgamentos. Como é curioso ver o PSD agora a usar como argumento, para que o crime fique na lei, que as mulheres podem fazer um aborto quando quiserem, apesar de a lei as condenar a três anos de prisão. Registemos, com emoção, este momento único em que o PSD atribui as culpas da lei ao sistema de justiça, que tem por dever aplicar a lei. O outro argumento mais velho é o da extrema_direita, segundo a qual se pode evitar **sempre** o aborto e, portanto, deve-se impor a ameaça da prisão. Em cada debate apresentam-nos o que alegam ter sido feito para proteger as mulheres. Pura hipocrisia! Já há cinco anos atrás, respondia aqui a Deputada Ana_Manso do PSD, a essas alegações. Dizia ela, "sejamos francos e directos, o problema mantém-se no essencial, e tudo isto sucede, porque passado o tempo do referendo, nada de importante foi feito". E conclui ela, "Nada de essencial foi feito, porque também nesta matéria, ou sobretudo, nesta matéria, a hipocrisia é mais do que muita." Fim de citação. (389) Só se combate o aborto_clandestino, que vitima muitas mulheres, mudando a lei, como em toda a Europa. Ora, a direita quer manter a lei, mas 'tá dividida sobre isso. No PSD mais de trinta deputados, na anterior legislatura, defenderam a despenalização; no CDS, onde um deputado, que já não está na Sala, defende que uma mulher violada e que aborte deve ser julgada e presa, também Pires_de_Lima defende a despenalização. E é porque está dividida, que a direita se unifica na sabotagem legislativa e na chantagem com ' objectivo de adiar, ao máximo, a mudança da lei. Ora, p'lo contrário, a esquerda une-se na necessidade de mudar a lei tão depressa quanto possível, e foi por isso que defendemos, depois do referendo não vinculativo de noventa e oito, que a mudança da lei deve ser apoiada por uma consulta_popular, Nunca concordámos com a ideia de que, assim, se trocaria o certo p'lo incerto, pois não temos nenhuma dúvida d' que uma consulta_popular participada determinará a alteração da lei, e que a maioria das portuguesas e dos portugueses assim o exige. O referendo é a forma democraticamente mais forte e mais conclusiva para acabar com a vergonha da perseguição às mulheres. E quem tem medo do referendo tem sempre uma posição

fraca e temerosa. Nós não temos medo da maioria. Somos a maioria e, assim, se provará quando houver referendo. Mas porque fizemos tudo para que houvesse referendo em =de <tempo útil, e sempre constatámos que o referendo assustou a direita, assim, insistiremos também agora. Fizemos tudo e não podia ter sido feito mais p'lo referendo, mas não aceitamos o seu adiamento para dois mil e sete. Nenhum deputado, ou nenhuma deputada de esquerda, pode aceitar o adiamento do referendo para dois mil e sete, porque é irresponsável, é desumano e seria uma mentira aos eleitores. O PS comprometeu-se a mudar a lei, poderá esperar até metade da legislatura para cumprir uma promessa aos seus eleitores? A esquerda comprometeu-se com a mudança da lei, poderemos aceitar mais julgamentos, mais perseguições e mais humilhação? Todos os estudos_de_opinião provam que os Portugueses querem esta mudança e querem-na agora. E ela não é ' *ágenda do Bloco_de_Esquerda, como sugere Ribeiro_e_Castro ou repete Marques_Mendes, é ' *ágenda da prioridade, p'lo respeito das mulheres e p'lo fim dos julgamentos, porque a esquerda ='tá <está com as vítimas e a direita está com os carrascos e os perseguidores." (420)

BBE: "Muito_bem!"

FL: "Não podemos, portanto, esperar mais. Compete, por isso, ao Partido_Socialista, que é maioria absoluta no parlamento, esclarecer se garante as condições para a realização de um referendo ainda em dois mil e cinco, ou seja, se garante a maioria p'rá revisão_constitucional e de outras lei, que torne possível esse referendo agora. P'las indicações actuais, essa garantia não está em condições de ser afirmada neste parlamento, e, por isso, o Bloco_de_Esquerda não se afasta **nunca** do essencial. O parlamento tem que escolher agora entre continuar um processo referendário em dois mil e cinco, ou aprovar a nova lei sem esperar p'lo referendo, se este for adiado para dois mil e sete. E essa decisão deve ser tomada agora. Se não houver referendo em dois mil e cinco, ' *Ássembleia não pode esperar mais tempo, deve alterar a lei. Tem mandato para isso, tem legitimidade para isso, e, acima de tudo, tem obrigação para o fazer. Naturalmente, pode a direita vir pedir, em dois mil e sete, um referendo, então para revogar a nova lei e para voltar a impor a pena de três anos às mulheres que tenham abortado. **Aceitaremos esse referendo**, Senhoras e Senhores_Deputados do PSD e do CDS. Mas estamos certos de o ganhar, se a direita o propuser. O =P <País não aceita qu'a perseguição continue e, quando a voltarem a propor, ela será rejeitada. Estamos, aqui, portanto, como sempre, empenhados em corrigir uma injustiça. Não se adia uma lei justa, e é a Democracia que nos exige que a maioria deste parlamento tome a iniciativa sem ceder à chantagem da direita."

BBE: "Muito_bem!"

JG: "Para uma declaração política, tem a palavra o Senhor_Deputado Bernardino_Soares."

BS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Infelizmente confirmaram-se as nossas previsões em relação ao imbróglio a que a opção p'la via referendária, escolhida p'lo PS e p'lo Bloco_de_Esquerda no passado dia vinte, conduziria a questão da despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. No final daquele debate afirmámos que, afinal, quem tinha vencido era, mais uma vez, a direita e as suas posições, e o resultado está à vista. A situação criada p'la recusa do Presidente_da_República em convocar o referendo então proposto é bem demonstrativa do desastre em que esta opção se tornou. A direita rejubila com a situação e mantém a hipócrita e repugnante defesa da situação actual. Nalguns casos vai falando com o desplante de quem não se importa

que as mulheres sejam perseguidas e julgadas, na similitude da lei_portuguesa e espanhola, como se não houvesse p'lo menos uma diferença fundamental: é que, em Espanha, nenhuma mulher é tratada como criminosa, nenhuma mulher se senta no banco_dos_réus por ter tido que recorrer à interrupção_voluntária_da_gravidez. E, em Portugal, isso continua a acontecer, porque a **aplicação** prática da lei que temos a isso conduz. Há até quem, como o PSD, mesmo em minoria, consiga impor a realização primeira de uma referendo sobre a Europa, que pode ser realizado em todo o ano de dois mil e seis, antes de qualquer abordagem da questão do aborto. À direita nada de novo, tudo velho, tudo na mesma." (463)

BPCP: "Muito_bem!"

BS: "Mas muitas portuguesas e portugueses olham, hoje, estupefactos, para esta situação, não por causa dos partidos que contrariam a despenalização do aborto - já se conhecem as suas posições -, mas **por causa** da posição daqueles que a defendem. É, hoje, cada vez mais incompreensível, mesmo para muitos que admitiram a opção de referendo, que se continue a desperdiçar a capacidade da Assembleia_da_República, com toda a capacidade e a legitimidade jurídica e política, que efectivamente tem, decida sobre a matéria. Na realidade, a monumental trapalhada em que esta questão está envolvida não tem fim à vista, e confirma que, tal como dissemos em vinte de Abril, não despenalizar na Assembleia_da_República foi trocar o certo p'lo incerto. *Ccrr* Os anúncios de que, pelo menos o Partido_Socialista pretende reincidir no mesmo caminho, | deixou-nos / deixa-nos | = subest <estupefactos. As justificações ainda mais.

Anuncia, o Partido_Socialista, que quer voltar a apresentar o mesmo referendo, apesar da limitação constitucional que impede qu' isso acontece na mesma sessão legislativa, baseando-se na mais do que frágil interpretação de que, em Setembro próximo, iniciaremos outra sessão legislativa. Outros vão avançando com a ideia da **tripla_consulta**: eleições_autárquicas, referendo europeu e referendo sobre a despenalização do aborto, o que seria a confusão total. É uma proposta que só pode compreender-se p'lo desespero de quem vê que conduziu o processo a um beco sem saída. Outros, ainda, levam a possibilidade de ser o governo a apresentar a proposta de referendo, esquecendo que o governo só pode propor referendos em questões **da sua competência** e que a matéria criminal integra a reserva de competência da Assembleia_da_República. […] Partido_Socialista é o compromisso com a despenalização. O PS precisa de clarificar que o seu compromisso não é meramente o de convocar um referendo, **mas o de despenalizar** a interrupção_voluntária_da_gravidez. O que ninguém compreenderá é que o Partido_Socialista troque, mais uma vez, aquilo que está **na sua mão**, a despenalização na Assembleia_da_República, por aquilo que não depende de si, a convocação de um referendo. É este sobressalto democrático que se exige, agora, ao Partido_Socialista e a todos os homens e mulheres empenhados, que consideram que o País não pode mais ter a lei que faz das mulheres criminosas. Daqui **a pouco** menos de dois meses, terão passado sete anos sobre o referendo à despenalização do aborto. É o tempo **mais que justo, mais** que suficiente para que a questão seja definitivamente resolvida. O tempo é agora! Despenalização, já!" (23)

JG: "P'ra uma declaração política, tem a palavra o Senhor_Deputado Madeira_Lopes."

ML: "Muito_ obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, o Senhor_Presidente_da_República, Doutor_Jorge_Sampaio, em mensagem dirigida à

Assembleia_da_República, informou, sem surpresa, que não iria convocar o referendo proposto p'rá interrupção_voluntária_da_gravidez. Com efeito, no seguimento de vários sinais que o Senhor_Presidente_da_República vinha dando a todos os responsáveis políticos, muito antes da discussão e votação dos projectos_de_lei sobre a despenalização da IVG apresentados nesta legislatura, designadamente, declarando que não era favorável à realização de uma consulta_referendária antes do Verão, bem como da necessidade de respeitar a possibilidade de existência de um debate democrático aprofundado, pelo que era, absolutamente, de prever que o referendo não seria convocado. O Senhor_Presidente_da_República já assumiu que via com bons olhos a alteração da actual lei que criminaliza as mulheres que se vêem obrigadas a realizar a IVG. No discurso que o Chefe_de_Estado proferiu na celebração dos trinta e um anos do vinte e cinco de Abril, intervenção durante a qual o Senhor_Presidente_da_República não fez referência directa acerca do grave drama da nossa sociedade actual, do aborto_clandestino, deixou, no entanto, bem claro para quem quis ouvir que, e passo a citar "Cabe aos dirigentes políticos, a todos os dirigentes políticos, assumir as suas responsabilidades com auto-exigência, conscientes que as soluções de rotina e de continuidade não chegam para enfrentar os graves desafios que temos. Há muito a fazer e ninguém pode olhar pr'ó lado e achar =resp <que a responsabilidade é do outro." E continua, "Repito, não há tempo a perder nem responsabilidades a transferir, que cada um assuma as suas." Ora, a leitura que nós, Verdes, entendemos que se tem que fazer desta postura, é, precisamente, que o próprio Presidente_da_República entende que a Assembleia_da_República deveria assumir as suas responsabilidades nesta matéria, em lugar de remeter e adiar a questão para um referendo de verificação e resultados incertos. Ora, é exactamente isto que este parlamento, por culpa de quem defende o referendo, não está a fazer, a assumir as suas responsabilidades. As suas responsabilidades de, enquanto órgão legiferante máximo, e Casa da Democracia_Representativa_Pluralista, agir na senda do compromisso eleitoral assumido, não só pelo partido que ganhou as eleições, mas por todas as forças de esquerda que viram a sua representatividade reforçada depois de vinte de Fevereiro, no sentido de mudar a actual lei_penal no que toca ao aborto. É para nós claro, que a actual situação criada pelo Partido_Socialista, que ao se recusar a assumir as responsabilidades que enquanto grupo_parlamentar que defendeu a despenalização da IVG, e presumo que ainda defende, lhe cabe, de nesta Sede, na Assembleia_da_República, saída das últimas eleições com uma clara vitória das forças de esquerda, nela representadas, agir como fizeram Os_Verdes e o PCP, no sentido de realizar de imediato a mudança desejada da nossa actual lei_penal, claramente injusta e desajustada face à realidade social existente e absolutamente desastrosa em termos de saúde_pública pr'ás mulheres_portuguesas, se tornou o PS cúmplice do prolongamento da actual situação de sofrimento, repressão e morte, e do adiamento da sua resolução sem data marcada. É, ainda, absolutamente claro para Os_Verdes que está na altura de reconhecer que, tendo falhado o recurso ao referendo, as responsabilidades de mudarmos, desde já, a lei, saem ainda mais reforçadas. Com efeito, pela nossa parte, sempre defendemos que deveria ser a Assembleia_da_República a desenvolver o processo legislativo pr'álterar a lei, desde logo, porque tratando-se, como é reconhecido, de uma questão de consciência_individual e pessoal, de cada um, não só dos deputados, mas **principalmente** das mulheres que se vêem confrontadas com o drama pessoal de ter que fazer esta escolha, é esta uma questão que não deve ser referendada. Mas, para além disso, é preciso reconhecer que a solução de referendo se encontra esgotada e

que, sem uma actuação imediata deste parlamento, não há solução à vista. O PS nesta matéria tem andado, **permanentemente**, a fugir e a chutar_a_bola, ora p'á frente, ora p'ra trás, demonstrando que não está, de facto, empenhado na resolução desta questão. O PS não se pode esquecer de que se assumiu no seu programa_eleitoral a realização do referendo, solução agora esgotada, assumiu, **igualmente**, para os Portugueses o compromisso de despenalizar a IVG. A prioridade dada ao compromisso do referendo, em detrimento do compromisso de mudar a lei, não pode deixar de ter essa leitura política. / É aflitivo, de facto, ver como o PS tem agido ao longo de todo este processo. Começou por lavar as mãos passando a questão para o Presidente_da_República, já sabendo, de antemão, que este lhe devolveria a batata_quente na volta do correio. De seguida, cedeu, vergonhosamente, às pressões e argumentos ilógicos e injustificados da direita, e reduziu o seu projecto_de_lei apenas à questão a submeter a referendo, excluindo, assim, não só todo um conjunto de outras situações que deveriam igualmente ser despenalizadas, como desconsiderou outras questões que a lei deveria acautelar, como o importante papel dos estabelecimentos oficiais de saúde, ou o próprio direito de objecção de consciência por parte dos médicos. E agora, apesar de se pararem, a olhos vistos, com *as naturais *escolhos dum caminho sinuoso e de resultados incertos que escolheu traçar, o PS, em vez de arrepiar_caminho, concretizando, sem mais delongas ou mecanismos dilatórios, a necessária e urgente reforma do nosso código_penal, nesta Assembleia, insiste, teimosamente, que **ainda** é possível fazer o referendo este ano, como há pouco tempo ainda insistia que era possível fazê-lo antes do Verão, querendo tapar_o_sol_com_a_peneira. Mas a dura realidade, Senhoras e Senhores_Deputados, é que não está garantido, nem ninguém pode garantir, que as mulheres_portuguesas deixarão de ter razões para continuar na clandestinidade, a ser perseguidas, mutiladas e maltratadas, se quer ainda este ano, como se não tivesse passado já tempo demais. Com efeito, mesmo que se admita a possibilidade de, por força de uma alteração apressada e casuística da nossa lei fundamental e da lei do referendo, que venha a permitir a realização simultânea de referendos e actos eleitorais, o que nos parece extremamente grave e prejudicial pr'a o nosso sistema democrático, que se deseja participado, crítico e esclarecido, mesmo admitindo como possível a interpretação dos artigos da nossa lei fundamental, no sentido de poderem existir cinco sessões legislativas, não é rigorosamente nada líquido que, ainda assim, o Senhor_Presidente_da_República convoque o referendo pr'ó final deste ano. (142) É para nós, Verdes, inaceitável que o PS continue obstinadamente de mãos dadas com o BE a insistir no referendo, o qual já ninguém acredita que ainda seja possível realizar este ano, e durante este mandato da Presidência_da_República, sendo o futuro, depois de Janeiro de dois mil e seis, absolutamente incerto *ccrr* no que respeita ao se, ao como e ao quando poderemos voltar_a_página negra do aborto_clandestino em Portugal. Voltando a citar o Senhor_Presidente_da_República na sua alocução supra referida, "Quando formos avaliados pelas gerações que nos sucederão" *ccrr ccrr* perdão, "Quando formos avaliados pelas gerações que nos sucederão, a pergunta que será feita é esta: foram eles capazes de enfrentar as dificuldades, vencer os desafios e pôr Portugal no rumo do futuro? Não esqueçamos nunca que a resposta a esta pergunta somos nós que, agora, quotidianamente, a estamos a dar. Não há, por isso, tempo a perder. É a hora!" Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, é hora! Está nas nossas mãos, e **apenas** nas nossas mãos e em particular nas de quem *ccrr ccrr* detém a maioria absoluta nesta Câmara, fazer a diferença, ousar operar a mudança **já, hoje**, se o quiserem fazer, poderão contar com o apoio do Partido_Ecologista_Os_Verdes. Muito_obrigado." (160)

Discursos proferidos no dia 15 de Setembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 16 de Setembro de 2005

TC: "Também para uma declaração política de interesse relevante, tem a palavra o Senhor_Deputado Alberto_Martins."

AM: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. No dia vinte e oito de Junho de mil novecentos e noventa e oito, os Portugueses foram consultados, em referendo, sobre a seguinte questão: "Concorda com a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, se realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde =legamen <legalmente autorizado?" O Não obteve, então, =cinquenta e um <cinquenta vírgula um por cento, e o Sim, quarenta e oito vírgula dois por cento dos votos, no referendo não vinculativo, em termos constitucionais, em que mais de metade dos Portugueses não participaram. Passaram sete anos. O que sucedeu, entretanto, dezenas de pessoas continuam a ser julgadas, milhares de mulheres recorreram à prática de aborto_clandestino, ficando, muitas vezes, com a sua dignidade e saúde ameaçadas. '*Áctual lei é clara, e cito, "A prática do aborto é punível com prisão até três anos, com excepção dos casos em que se comprove haver perigo de vida, ou para a saúde da mulher, malformação do feto, ou violação." Assim, só mudando a lei vigente, poderemos resolver o problema da criminalização das mulheres e o flagelo do aborto_clandestino. Recorde-se que, esta lei em vigor, já tem vinte e um anos. É tempo mais do que suficiente para fazermos um novo balanço acerca dos seus efeitos. E que resultados produziu esta lei? Houve melhorias na prevenção do aborto? Houve melhorias nas condições de saúde das mulheres? A resposta é, infelizmente, negativa. Foi nesse sentido, aliás, que em dois mil e quatro, voltámos a tomar a iniciativa, rejeitada p'los partidos PSD e CDS, no sentido da realização de um novo referendo que abrisse caminho à revisão da lei. É que o problema subsiste, enquanto questão de saúde_pública, e Portugal distingue-se, no quadro_europeu, por uma ordem_jurídica que consagra uma limitada despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. A legislação_portuguesa está entre as menos abrangentes das União_Europeia, quer no referente aos motivos, quer =ao <em relação aos prazos da interrupção_voluntária_da_gravidez. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. No dia vinte de Fevereiro de dois mil e cinco, a maioria dos Portugueses sufragou o programa_eleitoral do Partido_Socialista. O programa_eleitoral, a base do programa de Governo =é clara <*é claro, e cito, "Passaram seis anos desde a realização do referendo sobre esta matéria." – dizia-se então – "Durante estes seis anos, o País assistiu a uma *sessão de julgamentos de mulheres p'lo crime de aborto, que *confrontaram a nossa sociedade com uma lei obsoleta e injusta, que coexiste com o drama do aborto_clandestino. Para alterar esta situação, será promovido um novo referendo sobre a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, nos termos anteriormente submetidos ao voto_popular. Esta despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez é uma inadiável exigência de justiça e dignidade pr'ás mulheres, mas não pode deixar estar associada à efectivação da educação =social <sexual, à garantia do acesso generalizado ao planeamento_familiar e à promoção de uma política de direitos sexuais e reprodutivos" / Temos, pois, e após o que foi do nosso programa de Governo, não só a legitimidade, como o dever de conceder de novo, aos Portugueses, o direito de se pronunciarem sobre esta matéria. Como disse o Senhor_Primeiro_Ministro, nesta Câmara, aquando do debate do Estado =Na Na <da Nação, temos o direito a querer, de novo, perguntar aos Portugueses se querem ter, de novo, mulheres no banco_dos_réus. Não se trata, como alguma manipulação

política pretende, de liberalizar o aborto, mas sim, de o despenalizar. A perguntar contida no projecto_de_resolução que apresentamos não permite dúvidas. Repito, e cito, "Concorda com a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, se realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?" Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, numa sucessão de manobras dilatórias, o PSD e o CDS já conquistaram a constitucionalidade das alterações aprovadas em Julho sobre os prazos dos referendos. O Tribunal_Constitucional, por seu lado, já veio considerar que não existem inconstitucionalidades nas alterações aprovadas. Perdida essa batalha, e uma vez que as propostas de referendo recusadas pelo Presidente_da_República, ou objecto de resposta negativa do eleitorado não podem ser renovadas na mesma sessão legislativa, PSD e CDS persistem, agora, contra a nossa opção, contra a opção maioritária da conferência_de_líderes, contra o parecer da generalidade dos constitucionalistas, na ideia de que a nova sessão legislativa não se inicia a quinze de Setembro, mas que prossegue a sessão iniciada após as eleições de vinte de Fevereiro. Essa ideia não tem qualquer sustentação na Constituição_da_República."

BPS: " Muito_bem!"

AM: "É mais um expediente dilatório."

BPS: " Muito_bem!" (136)

AM: "De facto, o PSD e o CDS **tudo** têm feito para inviabilizar a realização deste problema que atinge tantas e tantas mulheres. Por detrás das manobras dilatórias, tentam esconder a hipocrisia da sua posição, porque das duas uma, ao defender =a pers <a persistência da actual lei, ou se está a defender a condenação das mulheres, ou se está a defender a não aplicação da lei. Se a primeira posição é grave, do ponto de vista dos direitos das mulheres, a segunda é gravíssima, do ponto de vista do Estado de direito democrático./ Para o PSD, e em especial para o PSD de Marques_Mendes, todas as oportunidades são boas oportunidades para fazer manobras políticas, à custa do que for e de quem for. Em mil novecentos e noventa e oito, o deputado Marques_Mendes foi um dos principais defensores de um referendo ao aborto. Numa intervenção dirigida à bancada do =partidi <Partido_Socialistan perguntava, com carácter de urgência, o seguinte, e cito, "Porque é que não há maneira de decidirem por um referendo? Vale a pena perguntar qual é o receio. Aqui é que está a hipocrisia" – dizia ele, no caso do Partido_Socialista. Sete anos e vários julgamentos depois, cabe devolver a perguntar ao líder do PSD, Senhor_Deputado Marques_Mendes, que eu lamento não estar aqui presente neste momento, qual é o receio? Porque é que o referendo que era fundamental agora já não o é? Porque é que o que era prioritário p'rá maioria dos Portugueses já não é prioritário para o Doutor_Marques_Mendes e para o PSD?"

BPS: "Muito_bem!" (171)

AM: "Senhor_Presidente, Senhor_Deputados, aguardo, aguardamos resposta a estas questões. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, numa Democracia adulta, os fins eleitorais não justificam todos os meios políticos."

BPS: "Verdade!"

AM: "Para nós socialistas, esta não é uma questão de oportunidade, é uma questão de convicção. / Fiéis aos nossos compromissos, já hoje apresentámos e entregámos pessoalmente ao Presidente_da_Assembleia_da_República um projecto de convocação do referendo

sobre a =in <despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, a ser discutido e votado no próximo dia vint' oito de Setembro, nesta Câmara. Após a aprovação do referendo, ficarão criadas as condições para que o Senhor_Presidente_da_República possa decidir, nos termos da Constituição, como lhe compete, / sobre a eventual convocação do referendo e a sua data. Assumimos, desde já, com toda a transparência, que defendemos que o referendo se realize, ainda, est' ano. / (palmas) Senhoras e Senhores_Deputados, pela nossa parte, também **nesta** matéria, de forma responsável, estamos a cumprir os nossos compromissos perante os Portugueses. Disse!" (198)

BPS: "Muito_bem!"

TC: "P'ra pedir esclarecimentos ao Senhor_Deputado Alberto_Martins, estão inscritos os Senhores_Deputados Nuno_Melo, Luís_Fazenda, Bernardino_Soares, Heloísa_Apolónia e Luís_Marques_Guedes. Tem a palavra o Senhor_Deputado Nuno_Melo. Dispõe de três minutos." (207)

NM: "Muito_obrigado Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Alberto_Martins, esta, de facto, não é uma questão de oportunidade, é cada vez mais e manifestamente uma questão de oportunismo, e é uma questão de oportunismo de quem confunde maioria com teimosia, de quem não se conforma com uma derrota parlamentar e de quem, perdendo um jogo, altera as regras do campeonato, e altera para que, só assim, consiga ter vencimento de causa. Não está aqui em causa a questão do aborto, nem sequer a discussão de um referendo, nós aí estamos à vontade, não temos medo dos referendos, e, se bem me lembro, aqueles em que nos empenhámos, até ganhámos."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "E sobre a questão do aborto, em particular, havemos de a discutir no momento oportuno. O que está aqui mesmo em causa é um atropelo à Constituição, é um verdadeiro abuso de poder legislativo, é um exercício de teimosia do Partido_Socialista, que pretende que o parlamento discuta, na mesma sessão legislativa, aquilo que nos termos da Constituição não pode fazer. E, curiosamente, na base de um parecer *a la carte* feito por outro socialista, contra tudo aquilo que é uma prática estabilizada do exercício parlamentar e contra um entendimento dos preceitos constitucionais, que têm mais | de / ∅ | vinte anos. O artigo cento setenta e um da Constituição é muito claro, "Cada legislatura tem quatro sessões legislativas." E a Constituição é, também, muito clara, quando diz qu'uma iniciativa legislativa que não seja definitivamente aprovada não pode ser de novo discutida na mesma sessão legislativa. O Partido_Socialista sabe-o =e <mas não se conformando porque perdeu esta questão específica do referendo ao aborto em Julho passado, por intervenção do Senhor_Presidente_da_República, não se conformando, quer, alterando as regras do jogo a meio do campeonato, obrigar o Parlamentar uma vez mais a discuti-la. Isso não pode suceder. Representa, em primeiro lugar, que o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República se tem enganado, porque **todas** as numerações de **todos** os projectos_de_lei que deram entrada desde que esta legislatura começou referem-se à primeira sessão legislativa." (139)

BCDS-PP: "É verdade!"

NM: "É também um sinal de completa incoerência =do pass <com o passado, relativamente ao Partido_Socialista, quando o Engenheiro_António_Guterres se foi embora, se demitiu, em dois mil e dois, o primeiro diploma da primeira sessão legislativa deu

entrada =em Abril e o último diploma <em Abril de dois mil e dois, e o último diploma dessa mesma primeira sessão legislativa deu entrada em Agosto de dois mil e três. Entendeu, então, o Partido_Socialista, de boa fé, não repetindo **nenhuma** iniciativa legislativa, que a primeira sessão legislativa tinha a duração de cerca de um ano e meio e que só terminava no ano seguinte. Não Não entende hoje assim o Partido_Socialista, ou melhor, entende-o, mas não se conformando com uma derrota, altera as regras do jogo, e, curiosamente, nem sequer usando de boa fé nas situações que faz, num parecer *a la carte* que referi, daquilo que é a melhor doutrina constitucional. Dou um exemplo, que infelizmente o tempo não me permite dar outros. Refere abundantemente o parecer do Doutor_Vitalino_ | Calhas / Canas | que eu (252) lamento também hoje não esteja aqui,curiosamente, não é só o Doutor_Luís_Marques_Mendes, tendo em conta o relatório, o parecer que por ele foi feito, cita o Doutor_Vitalino_Canas, abundantemente, o Professor_Jorge_Miranda. Entre outras coisas -/-“ (255)

TC: “Tem de concluir, Senhor_Deputado.”

NM: “Termino, Senhor_Presidente. Entre outras coisas (ditas) no parecer que sustenta esta tese. Não há nenhuma dúvida. A sessão legislativa tem a duração de um ano, começa a quinze de Setembro e acaba a catorze de Setembro do ano seguinte, reportando-se, exactamente, ao Professor_Jorge_Miranda, e, mais à frente, diz uma vez mais,” / (folhear) (260)

B: “[…]”

NM: “Não perdi não. Não perdi, Senhor_Deputado. Não perdi.”

TC: “Tem é que concluir, Senhor_Deputado. O tempo ‘tá esgotado.”

NM: “ Vou concluir. E mais à frente diz que, exactamente por isso, é =clara o <claro o entendimento de que a sessão só pode decorrer de quinze de Setembro até ao ano seguinte. Pois bem, eu pedia ao Senhor_Presidente que distribuísse ao Parlamento o verdadeiro =entenmen <entendimento do Professor_Jorge_Miranda, que hoje, de resto, vem reproduzido =na Co <na Comunicação_Social, onde se diz que exactamente qu’ a primeira sessão legislativa, **esta** sessão legislativa é bem maior, tem a duração de um ano e meio e **só termina, exactamente, a quinze de Setembro de dois mil e seis.**”

BPS: “[…]”

NM: “**P’los vistos o Partido_Socialista leu sobre o entendimento do =Dou_<Professor_Jorge_Miranda** noutro local que não onde nós lemos o entendimento do Professor_Jorge_Miranda. Mas este”

TC: “Deputado, tem que concluir.”

NM: “é o pensamento do Professor_Jorge_Miranda, é contrário”

BCDS-PP: “Muito_bem!”

NM: “ao entendimento do Partido_Socialista”

TC: “Faça favor de terminar!”

NM: “que a Câmara o pudesse distribuir. Muito_obrigado, S’ôr_Presidente.”

TC: "Tenho indicação de que o Senhor_Deputado Alberto_Martins responderá aos três primeiros pedidos de esclarecimento em conjunto e depois aos dois subsequentes. Assim sendo, para o mesmo efeito, a palavra ao Senhor_Deputado Luís_Fazenda."

LF: "Senhor_Presidente, Senhor_Deputado Alberto_Martins, os grupos_parlamentares da direita querem antecipar um debate que ainda terá lugar acerca da admissibilidade da iniciativa dum projecto_de_resolução visando um referendo sobre a despenalização do aborto. *Ah* Teremos *eh* ocasião de discutir =fe <com alguma frequência =esta <este assunto nos próximos tempos. Em todo o caso, é visível, e a seu tempo se verá *ah ah* que não há alteração das regras de jogo, que não há atropelos à Constituição, mas que há, sim, um conjunto de expedientes da parte dos grupos_parlamentares da direita, para impedirem a realização de um referendo. *Ah* E essa, essa tentativa que, aqui, nos é trazida p'los grupos_parlamentares da direita compreende-se bem. *Ah* Recusaram no passado, na legislatura anterior, um referendo, quando nem sequer havia ciclos eleitorais, *ah* por um lado, pr'ós grupos_parlamentares da direita, um bom dia para o referendo é o dia_do_nunca, e, como tal, há sempre que adiá-lo o mais possível, e, em segundo lugar, também já perceberam, e por isso têm uma manifesta conveniência política, intrínseca à vossa atitude, é que não vos interessa que *essa polémica e *esse debate *surja na sociedade_portuguesa antes das eleições_presidenciais. Vá-se lá saber porque um dos candidatos tem um visível incómodo em relação ao tema." (291)

BBE: "Muito_bem! Muito_bem!"

LF: "Agora, Senhor_Deputado Alberto_Martins, p'ra nós, há muitos anos, era tempo de ter virado esta página, de termos uma lei que seja modernizadora dos direitos das direitos, da dignidade da mulher, dos direitos de cidadania, =dos <da saúde_pública *ah* na anterior legislatura já podíamos ter concluído este processo, devolvendo a palavra aos Portugueses, a direita não o quis, *ah* e já nesta legislatura, *ah* ensaiámos, votámos a favor, nós Bloco_de_Esquerda, da realização de um referendo, porque entendemos que o referendo será a melhor via para, de uma forma mais definitiva, *ah* evoluirmos nãos nossos direitos civilizacionais, de uma forma que não possa ser revertida ao sabor de conjunturas políticas e conjunturas n' *Ássembleia_da_República. Em todo o caso, estipulámos, tal como o Partido_Socialista, um limite, qu'é um limite das nossas convicções, da paciência, do tempo, **da necessidade de uma viragem**. E esse é o do ano de dois mil e cinco. Disse o Senhor_Deputado Alberto_Martins, e muito_bem, que o referendo deve ter lugar **ainda** em dois mil e cinco. A pergunta muito concreta, e é uma pergunta **às suas** convicções, às convicções do grupo_parlamentar do Partido_Socialista, *ah* e ela justifica-se, antes de mais, porque é a segunda vez que nós tentamos a convocação de um referendo, e, portanto, o Partido_Socialista tem a especial responsabilidade hoje, aqui e agora, e nos nossos próximos debates, de nos dizer se *ah* se repetir o o desfecho que teve a anterior iniciativa legislativa, se encara a possibilidade de, por via legislativa, sem mais, nesta Assembleia_da_República, de vir a ser decidida a questão, ou seja, em dois mil e cinco. Estará, ou não, o Partido_Socailsita **desobrigado** do seu compromisso eleitoral, porque ao Partido_Socialista compete apenas aquilo que pode fazer no âmbito do órgão de soberania da Assembleia_da_República, e naturalmente, não pode, por razões constitucionais e políticas, condicionar outro órgão de soberania, mas tem toda a legitimidade para pensar, dizer e explicar aos Portugueses e a toda a Câmara se se sentirá desobrigado, e =o que é que <qual será o valor mais alto =que <ao qual o

Partido_Socialista está cometido: se o horizonte de dois mil e cinco, se uma espécie de suplício permanente, que é a tentativa **desgastante** que é a repetição do exercício referendário, eventualmente, (que) venha a ser um beco sem saída. Respeitamos as convicções, respeitamos os compromissos eleitorais do Partido_Socialista, os nossos, bem como das **outras** bancadas, no entanto, aqui e agora, o Partido_Socialista tem uma especial responsabilidade, que é deixar aos […] e ao País" (322)
TC: "Já ultrapassou o seu tempo, Senhor_Deputado."
LF: "o sentido de qual vai ser o desfecho, se dois mil e cinco é, ou não, o momento de uma alteração da legislação e o momento da dignidade das mulheres." (324)
BBE: "Muito_bem! Muito_bem!"
TC: "Também para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado Alberto_Martins, o Senhor_Deputado Bernardino_Soares." (326)
BS: "Muito _obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Alberto_Martins, quero subscrever o que disse sobre a situação dramática que continuam a viver as mulheres_portuguesas sujeitas a esta injusta lei. Penso que a caracterizou bem, e *ah* isso justifica, evidentemente, uma necessidade imperiosa de, duma vez por todas, despenalizarmos a interrupção_voluntária_da_gravidez. Eu quero-lhe dizer também Senhor *eh* Deputado Alberto_Martins, que *ah* como sabe, temos uma apreciação diversa sobre o meio para fazer essa despenalização. Entendemos que **não** =se <devemos continuar nesta senda da procura do referendo que nunca chega, e que esta Assembleia tem condições" (335)
BPCP: "Muito_bem!"
BS: "para despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez."
BPCP: "Muito_bem! Muito_bem!"
BS: "Sei que o Partido_Socialista, o Senhor_Deputado referiu na sua intervenção, =fez *eh* <**tem** um compromisso eleitoral de realizar um referendo para essa despenalização, mas, neste momento, quando já tanto tempo passou e *ah* do tempo que podia para servir esta questão, importa perguntar ao Partido_Socialista: entre estes dois compromissos, o de despenalizar e o de fazer o referendo, qual é o principal e qual é o acessório. Porque se continuarmos a ter esta política que os senhores têm levado a cabo"
BPCP: "Muito_bem!"
BS: "
de insistir no referendo, mesmo quando ele já foi recusado, estão os senhores, mesmo perante o vosso compromisso, a privilegiar o acessório para não fazer o principal."
BPCP: "
Muito_bem!"
BS: "E o principal"
BPCP: "Muito_bem!"
BS: "é despenalizar a interrupção_voluntária_ da_gravidez."
BPCP: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"
BS: "O referendo, Senhor_Deputado Alberto_Martins"
BPCP: "Muito_bem!"

BS: "foi sempre uma manobra dilatória para aqueles que não querem a =interrção <interrupção_voluntária_da_gravidez. A direita **sempre** o utilizou nesse sentido e **mais uma vez** agora tem a esperança de esse ser o instrumento na sua vontade de não ver *eh eh eh* esta conduta das mulheres despenalizada. O Secretário_Geral do seu partido, Primeiro_Ministro, Engenheiro_José_Sócrates, disse ontem, tanto quanto pude ouvir, qu' existe um **largo** consenso nacional para a despenalização desta matéria. Pois se existe um largo consenso nacional, se o PS **já tentou fazer o referendo e não o conseguiu**, o que é que **impede** o Partido_Socialista com os outros partidos que estão de acordo com a despenalização de **imediatamente** resolver este problema na Assembleia e **não continuar a trocar o certo p'lo incerto**, que foi o que dissemos quando todo este processo começou e que, infelizmente, se veio a verificar. O Senhor_Deputado e o Partido_Socialista continuam, nesta matéria, **a propor que se faça aquilo que não podem decidir**, porque o referendo só pode ser decidido pelo Presidente_da_República, e evitam fazer aquilo que, **por si mesmos**, e com outros partidos, na Assembleia_da_República, podem de imediato resolver, podem de imediato decidir. Por isso, a pergunta que se põe neste momento, e que muitos Portugueses preocupados com esta questão põem ao Partido_Socialista, e até quando, até quando vamos ter esta questão por resolver?, até quando esta incerteza?, até quando os sucessivos episódios que impedem a consagração daquilo que é essencial. O essencial, Senhor_Deputado, não é fazer o referendo, o essencial é despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez." (363)

BPCP: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"

TC: "Para responder aos três pedidos de esclarecimento formulados, Senhor_Deputado Alberto_Martins dispõe de cinco minutos."

AM: "*Ccrr*"

BPS(vb): "Mauzinho!" (366)

AM: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados, agradeço as questões colocadas, e começava por vincar uma diferença muito particular enquantoooo eleição por um instrumento de participação política do Partido_Socialista, relativamente ao PCP. Estamos de acordo, como estamos de acordo quanto à questão de fundo colocado p'o Senhor_Deputado Luís Fazenda, igualmente, qu'a questão essencial que aqui se coloca é a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. A ideia essencial de mudar a lei, que é uma lei iníqua, injusta, imoral, é essencial. No entanto, *os compromissos eleitorais do Partido_Socialista *divide-nos, nesse ponto, em absoluto, quanto ao instrumento adequado para fazer a mudança da lei. Nós entendemos e sufragámo-nos junto dos […] Portugueses"

BPS: "Isso é verdade!" (378)

AM: "que *eh* o meio para mudar esta lei implicava uma passagem, uma devolução, de novo, aos Portugueses no sentido de se pronunciarem sobre esta matéria."

BPS: "Muito_bem! Muito_bem! Muito_bem!"

BPS: "Exactamente"

AM: "Os programas e os compromissos eleitorais são para serem honrados, e a nossa questão essencial é esta: os Portugueses, são os Portugueses, que, directamente, se devem pronunciar sobre esta matéria." (383)

BPS: "Muito_bem! Muito_bem!"
AM: "Senhor_Deputado, | entende / entendo | que os deputados se podem substituir aos Portugueses, e tem legitimidade representativa para isso. No quadro_constitucional é um facto, mas deixa isso d' existir quando nós assumimos o compromisso político de =vol <devolvermos esse poder aos cidadãos."
BPS: "Muito_bem!"
AM: "E é isso que faremos, estamos empenhadíssimos no referendo, queremos ganhar o referendo. Esta batalha é uma batalha decisiva em nome dos direitos de cidadania de **todos** os Portugueses e, designadamente, das mulheres_portuguesas. E, por isso, estamos ainda de acordo com o Senhor_Deputado =Luz =Luís_Fazenda, quando acusa a direita, e bem, que a direita só quer expedientes dilatórios, que a incomodidade da direita não é pelas questões regimentais, as questões constitucionais, das questões normativas. A questão essencial da direita,"
B: "[…]"
AM: "A questão essencial da direita"
B: "[…]"
AM: "Eu vou dizer-lhe se me quiser ouvir."
B: "Diga!"
AM: "A questão essencial da direita é a incomodidade perante a nossa vontade de alterar a lei." (396)
BPS:"Muito_bem!"
AM: "Não quer alterar a lei, e, por isso, o Senhor_Deputado Nuno_Melo, quando fala em oportunismo, fica com essa palavra como sua, é a sua palavra!"
BPS: "Exactamente! Exactamente!"
AM: "E por isso, ainda, eu devo dizer, para concluir, queee nesta matéria [^^^^] a nossa opção é muito clara. Nós tomaremos todas as iniciativas, apresentaremos uma proposta com vista à realização do referendo. O Senhor_Presidente_da_República tem o poder, naturalmente, de decidir sobre a convocação do referendo. Nós já demos a informação pública que pretendíamos o referendo este ano. Naturalmente que a competência política da decisão é do Presidente_da_República, que decide sobre a convocação e marca a data. Em **qualquer circunstância**, e queremos deixar isto claro," (431)
BPS: "Muito_bem!"
AM: "não obstante as nossas opções, acataremos a decisão do Senhor_Presidente_da_República."
BPS: "Muito _bem!"
TC: "Ainda para pedir esclarecimentos ao Senhor_Deputado Alberto_Martins, a Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia dispõe de um minuto cedido" -/- (435)
SSM: "[…] a palavra."
TC: "Senhor_Deputado Nuno_Melo, está a pedir a palavra pa' que efeito?"
NM: "Para efeitos de defesa_da_honra da bancada, Senhor_Presidente."

TC: "Qual a expressão do Senhor_Deputado Alberto_Martins que…"-/-
NM: "Quando, quando o Senhor_Deputado Alberto_Martins afirma, como afirmou, que a direita usa de expedientes dilatórios para que esta questão não seja discutida, quando pa' nós é uma questão **muito séria**,"
BCDS-PP: " Verdade!"
NM: "e que nos diz respeito, e na qual 'tamos =empenhadas <empenhados, até por razão de imperativo ético, isso para nós é motivo de grave (ofensa), Senhor_Presidente." (439)
TC: "Senhor_Deputado, eu vou-lhe dar a palavra. Pedia que fosse breve, (então). O tempo está largamente excedido, Senhor_Deputado,"
NM: "Obrigado, Senhor_Presidente"
TC: "eeee portanto, por essas circunstâncias, pedia-lhe que fosse breve no seu pedido de defesa da honra." (442)
NM: "Vou ser, Senhor_Presidente, muito_obrigado. Pr'a dizer que, Senhor_Deputado Alberto_Martins, de facto o que o Senhor_Deputado afirma ofende esta bancada, e não abusamos de um direito regimental para defendermos a honra que, neste caso, nos assiste. Porque nós não usamos de nenhum expediente dilatório p'ra evitar uma discussão que, quando tiver de ser tida, terá o nosso empenho, e onde nos empenharemos pr'a ganhar, porque já ganhámos no passado, Senhor_Deputado. E =conformamos <conformando-nos com aquela que seja a decisão soberana dos Portugueses. Agora, Senhor_Deputado, o que nós não podemos aceitar, é que o Partido_Socialista, porque tem uma maioria absoluta, =que eu <que o **mesmo** povo lhe quis dar, na base de garantias que deu a esses mesmos Portugueses, p'la simples razão de ser **derrotado** numa batalha parlamentar, alterar as regras do jogo, alterar as regras que **sempre** assumiu durante **mais de vinte anos** neste Parlamento, para permitir nova discussão, na mesma sessão legislativa, sabendo que **nunca** o fez anos, precisamente, porque a Constituição não o permite. Com isso, é que nós não nos conformamos, Senhor_Deputado, e não se trata aqui de nenhum expediente dilatório, **nem sequer de uma batalha da direita**, como afirmam, porque se bem me lembro, o Partido_Comunista_Português e o Partido_Ecologista_Os_Verdes têm estado com essa direita nessa batalha, portanto, assim bem se vê que não é uma questão da direita ou de esquerda, é uma questão de respeito pelos preceitos constitucionais, preceitos constitucionais, cujos constitucionalistas, na base da sua interpretação, são, de resto, levianamente citados num parecer *a la carte* dum deputado socialista, p'ra servir os interesses **da bancada socialista**. Porque nesse parecer se cita, como já referi, =o Doutor <o Professor_Jorge_Miranda, mas o Professor_Jorge_Miranda afirma, em directo, a órgãos da comunicação_social, exactamente o contrário do qu' o Partido_Socialista escreve no seu parecer, e quando o Senhô_Deputado Vitalino_Canas, com assentimento do Partido_Socialista, escreve num parecer, citando o Professor_Jorge_Miranda, que a taxitividade da redacção do artigo quarenta e sete não comporta outras interpretações, ao afirmar peremptoriamente que a sessão legislativa tem duração **de um ano**, iniciando-se a quinze de Setembro, 'tá a dizer exactamente o contrário do qu' o Senhor_ Professor_=Jorge_Mirando <Jorge_Miranda diz em microfone_aberto, e que consta de um documento que aqui foi distribuído. E termino, Senhor_Presidente, nesta defesa da honra que,

efectivamente, é uma defesa da honra, que parece significar esta intervenção do Senhor_Deputado Alberto_Martins, que o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República **decidiu** da admissibilidade do projecto_de_resolução que hoje justifica esta intervenção, pois saiba, então Senhor_Deputado Alberto_Martins, que, pr'a já não nos conformamos com esse despacho, e desse despacho =de adess <de admissibilidade =também lha <também lhe anuncio, desde já, a bancada_parlamentar do CDS-PP =vai reco <vai recorrer para o Plenário, e esta discussão será de novo aqui **tida**, e se aqui for derrotada **por uma decisão duma maioria que é, de facto, confundida com teimosia**, então aí o passo seguinte estará, obviamente, o Tribunal_Constitucional, se assim o entender, e mais do que isso, num apelo que também fazemos ao Senhor_Presidente_da_República, que sensatamente, já decidiu em Julho," -/- (473)

TC: "Terminou o seu tempo, Senhor_Deputado."

NM: "não altere aquela que foi a razão da sua decisão, tão breve em Setembro, entre uma eleições_autárquicas e umas eleições_presidenciais"

TC: "Tem que terminar, Senhor_Deputado. A Mesa concedeu-lhe a defesa_da_honra."

NM: "algures durante o Natal, quando nenhum Português perceberá. Obrigado!" (475)

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"

TC: "Para responder ao pedido de defesa da honra do Senhor_Deputado Nuno_Melo, se assim entender, Senhor Deputado Alberto_Martins."

AM: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, quanto à defesa da honra do Senhor_Deputado Nuno_Melo, depois de o ouvir, estamos conversados."

BPS: "Exacto! Exactamente!"

AM: "Estamos conversados. Senhor_Deputado, a questão que se coloca é a seguinte: o nosso entendimento da Constituição é muito claro, e não há costumes contra a Constituição, nem praxes contra a Constituição. A Constituição é o texto que tem o valor axial, matricial, é a âncora do regime democrático. O nosso entendimento claro sobre a Constituição, no qual somos acompanhados consistentemente, é de que a sessão_legislativa tem a duração de um ano e que se inicia a quinze de Setembro."

BPS: "Exactamente! Muito_bem!"

AM: "É líquido, é o texto da Constituição, a interpretação literária e toda a hermenêutica mais densificada que seja dá-nos esta resposta."

BPS: "Muito_bem!"

AM: "E por isso, o que eu digo quanto às manobras dilatórias tem a sua evidência na intervenção do Senhor_Deputado."

BPS: "[…] Exactamente!"

AM: "O CDS e o PSD, aqui em companhia, têm sempre o mesmo argumento, têm sempre o mesmo argumento. É o argumento do calendário. Em dois mil e quatro dizia que não havia, ainda, tempo suficiente para haver um referendo; em dois mil e cinco, a prioridade devia ser o referendo_europeu; hoje a

sessão_legislativa já não é o início duma sessão_legislativa, port(anto), é uma formula, sempre a mesma, agora, tivemos conhecimento que, se o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República decidir admitir"
BPS: "Mais um."
AM: "o projecto_de_resolução vão recorrer para o Plenário, onde serão, naturalmente, derrotados."
BPS: "Claro! […]"
AM: "Recorrerão para o Presidente_da_República,"
NM: "Isso 'tá p'á frente."
AM: "têm o direito de o fazer. Recorrerão para o Tribunal_Constitucional, pr'ó Pai_Natal, seja o que quiserem. Os Senhores_Deputados"
BPS: "[…] (atónitos)."
AM: "o que não querem / Os Senhores_Deputados o que não querem é alterar esta lei, que é uma lei **grave** pr'ás mulheres_portuguesas e pr'ós cidadãos portugueses." (498)
BPS: "Muito_bem!"
TC: "Para pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado Alberto_Martins, a Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia. Dispõe de um minuto cedido pelo grupo_parlamentar do CDS-PP. A Mesa concede-lhe mais um minuto para poder fazer o seu pedido de esclarecimento."
HA: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Alberto_Martins, o Senhor_Deputado realça sempre o compromisso eleitoral constante do programa do Partido_Socialista *ah* relativo ao referendo, mas nunca realça o outro compromisso também claramente assumido no programa eleitoral do Partido_Socialista, que é a alteração da lei e a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. E valeria a pena realçar, permanentemente, esse compromisso. Isto porquê? Porque a vossa tentativa de referendo já foi feita, ou seja, ela foi tentada na Assembleia_da_República, o Senhor_Presidente_da_República decidiu não convocar o referendo e, portanto, vocês concretizaram esse vosso compromisso eleitoral, só que, de facto, é uma questão que não está na vossa mão, continua a não estar na vossa mão e, desta feita, aquilo que os senhores deveriam fazer era assumir aquele compromisso eleitoral relevante e proceder, de facto, à alteração da lei. E têm todas as condições para o fazer na Assembleia_da_República. **Nunca** na Assembleia_da_República houve tantas condições para proceder à alteração da lei como aquela que hoje existe. Os senhores continuam a caminhar **sempre** p'los caminhos mais incertos e a leitura que nós, Verdes, poderemos, penso eu que, legitimamente, retirar é que os senhores caminham, caminham, permanentemente, a adiar, a adiar, e a adiar a resolução deste problema gravíssimo das mulheres_portuguesas. Eu recordo-me que naquele julgamento, em Setúbal, uma palavra_de_ordem =que eu quero aqui <da qual eu quero aqui fazer eco: a lei já podia ter sido alterada, assim o Partido_Socialista tivesse verdadeira vontade de alterar essa lei. E, por outro lado, lembro-me perfeitamente duma faixa do Partido_Socialista junto ao Tribunal que dizia: "O crime está na lei!" Pois, se o crime está na lei, o que é que nós estamos à espera para alterar essa lei? Nós temos essa possibilidade, essa solução na nossa mão, e estamos a devolvê-la, novamente, ao Presidente_da_República, ou estão os senhores do Partido_Socialista a devolvê-la, novamente, ao Presidente_da_República, numa solução claramente incerta, sem

saber se vai ser convocado, ou não, mas há uma questão que já, aqui, foi colocada ao Senhor_Deputado, a qual não respondeu, mas era fundamental termos essa informação: até quando é que o Partido_Socialista vai esperar? Até quando é que a figura do referendo será válida para o Partido_Socialista? Será" -/- (523)

TC: "Ultrapassou o seu tempo, Senhora_Deputada."

HA: "Será possível que o Senhor =Pre *ah ah* <Deputado responda a esta questão, para além de que nós consideramos, evidentemente, que não valeria a pena, também, face à possibilidade que nós temos na mão de alterar esta lei na Assembleia_da_República, não era preciso ter arranjado aquela trapalhada relativamente ao funcionamento da Assembleia_da_República, relativamente a uma sessão que ninguém sabe bem como é que há-de qualificar e, na verdade, ninguém sabe bem o que é que aconteceu: se era da outra legislatura, se era desta, se era doutra sessão legislativa, se era desta. (Por)tanto, esta trapalhada poderia, perfeitamente, ter sido evitada, mas a trapalhada maior a evitar é manter esta lei tal qual ela está. Ela precisa ser alterada, esta lei já podia ter sido alterada." (530)

BOV: "Muito_bem!"

TC: "Também para um pedido de esclarecimento ao Senhor_Deputado Alberto_Martins, o Senhor_Deputado Luís_Marques_Guedes." (531)

MG: "Obrigado, Senhor_Presidente! *Ccrr* Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado *ccrr* Alberto_Martins. Senhor_Deputado, eu acho que o Senhor_Deputado fez muito bem na sua intervenção em lembrar as declarações do então líder da bancada do Partido_Social_Democrata, Doutor_Marques_Mendes, em noventa e oito, porque o contexto em que essas declarações foram feitas era o contexto, vale a pena também recordá-lo, em que *ah* o Partido_Socialista se preparava para, sem consultar os Portugueses, sem ouvir a sociedade_portuguesa, tomar uma decisão grave,"

BPSD: "Muito_ bem!"

MG: "séria,"

BPSD: "[…]"

MG: "sobre um assunto muito sério pr'ás pessoas, que atravessa, de resto, *ah* transversalmente a sociedade_portuguesa, que a divide transversalmente, como todos sabemos, e o Partido_Socialista preparava-se para, à socapa, tomar decisões sobre essa matéria. E o Partido_Social_Democrata bateu-se pr'a que isso não acontecesse."

BPSD: "[…]"

MG: "=E sabe porque é que caca ass daj <E os senhores foram politicamente derrotados e foram **obrigados** à convocação do referendo."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

MG: "E sabe porque é que isso aconteceu? Isso aconteceu porque o Partido_Social_Democrata tem a noção de que este assunto é um assunto sério, é um assunto grave, coisa que os senhores não têm. Os senhores, e a atitude que o senhor hoje =foi aqui <veio aqui anunciar-nos denota, claramente, que para o Partido_Socialista, a questão do aborto é tratada como uma espécie de abono_de_família político"

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

MG: "a que os senhores deitam mão sempre que estão em dificuldades políticas, nomeadamente, por causa dos erros de governação em que têm caído nos últimos tempo e pr'ós quais precisam de uma manobra_de_diversão. Esse é que é

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "o problema, eu lamento, sinceramente, Senhor_Deputado Alberto_Martins, que o Partido_Socialista não tenha a seriedade e a honestidade de encarar, olhar e tratar o assunto do aborto com a seriedade que ele merece."

BPSD: "Muito_bem!" (549)

MG: "De resto, Senhor_Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: é **exactamente** por essa razão, que desde o início desta legislatura o PSD tem tido e, aí temos a vantagem de ter uma coerência absoluta, ter tido sempre a mesma posição. Dissemos, em Abril, que entendíamos que, face ao calendário eleitoral exigente que tínhamos pela frente, não era de todo em todo possível *ah ah* tentar encavalitar o referendo ao aborto antes d terminar esse prazo, esse período eleitoral." (16)

BPSD: "Muito_bem!"

MG: "
E por essa razão, se houver uma maioria nesta Assembleia que queira convocar um um referendo para depois do período eleitoral, não levantaremos, por isso, qualquer tipo de objecção, agora, o que não podemos aceitar é esta tentativa de menorizar essa questão e de manipulá-la, instrumentalizando ao sabor da vossa agenda política."

BPSD: "
Muito_bem!"

MG: "E nisso fomos acompanhados pelo Senhor_Presidente_da_República. O grande argumento que o Senhor_Presidente_da_República utilizou em Maio para chumbar a vossa pretensão foi **exactamente** a de que, por este assunto ser sério, ser grave, de ver e ter de merecer um debate desapaixonado e profundo na sociedade_portuguesa, não havia condições objectivas para que esse referendo tivesse lugar. E é manifesto para nós, que essas condições objectivas **continuam** a não existir. Não é entre dois actos eleitorais, com orçamento *ah ah* de dois mil e seis p'lo meio, ainda por cima, que haverá **qualquer tipo** de condições objectivas para tratar com a profundidade que o assunto merece =e <o o o problema do aborto, para que os Portugueses possam, de uma forma séria, envolver-se no debate e tomarem as suas opções. Esta é a nossa posição. Os senhores é que instrumentalizam cada vez que estão em dificuldade. O problema do aborto, e portanto" -/-

TC: "Já excedeu o seu tempo, Senhor_Deputado."

MG: "Vou terminar, Senhor_Presidente. E portanto, deixe-me que lhe diga, Senhor_Deputado Alberto_Martins, o Partido_Socialista é reincidente nesta situação. Eu espero que seja reincidente nas derrotas políticas que, sistematicamente, tem tido por ter este tipo de comportamento."

BPSD: "Muito_bem!" (45)

TC: "Para responder a estes dois pedidos de esclarecimento, Senhor_Deputado Alberto_Martins. Dispõe, mais uma vez, de cinco minutos."

AM: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Senhoraz_Deputado =Elisa <Heloísa_Apolónia. A diferença entre nós é clara: programa de Governo, compromisso eleitoral, respeito p'la vontade."

BPS: "Muito_bem!"

AM: "O Partido_Socialista é um partido com maioria absoluta na Câmara, significa, indicativamente, que foi sufragado por uma maioria **muito** significativa dos Portugueses, e assumiu por esses largos =milhares de Portugueses <milhões de Portugueses um compromisso, e está a cumprir esse compromisso." (60)
BPS: "Muito_bem!"
AM: "A questão de fundo, estamos de acordo consigo, a lei é injusta, iníqua, obsoleta, tem que ser mudada o mais rapidamente possível. O meio para o fazer é a vontade dos Portugueses, a devolução da palavra aos cidadãos Portugueses."
BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"
AM: "A Assembleia_da_República, aqui, não pode intervir, porque, porque o referendo é um instrumento, precisamente, para isso. Os deputados transferem o seu poder_legislativo para pr'ó povo, e foi isso, esse compromisso, que nós assumimos e estamos a cumprir. Por isso, Senhora_Deputada, esta divisão entre nós é insanável e significa que somos responsáveis e assumimos as nossas responsabilidades perante os Portugueses."
BPS: "Muito_bem!" (73)
AM: "Senhor_Deputado Luís_Marques_Guedes, há uma questão de fundo. Vossa_Excelência polvilhou o seu discurso com palavras de seriedade, rigor, conceitos de natureza jurídico-moral. Correctos, mas que erram absolutamente o alvo. A nossa diferença essencial é que os senhores vêem =neques <nesta questão uma questão de calendário. Nós vemos uma questão de convicção."
BPS: " Muito_bem!"
AM: "A convicção está acima do calendário. Estamos de acordo que é um assunto sério, e foi, por isso, que **logo** no início da legislatura o propusemos para debate e para consideração do Presidente_da_República. O Senhor_Presidente_da_República entendeu, no seu livre juízo político, que respeitamos, e dissemo-lo logo na altura, como é evidente, mas, aquando dessa decisão, e depois da invocação que foi feita, que todos conhecemos, dissemos que no **início** da sessão legislativa **imediatamente, independentemente** de qualquer dado conjuntural, a partir de quinze de Setembro, apresentávamos um projecto, um projecto_de_resolução. Dissemos na altura, distanciados de questões conjunturais previsíveis ou imprevisíveis, porque **este** é para nós um compromisso político e ético ao mesmo tempo. Por isso, Senhor_Deputado, eu creio que verdadeiramente o que nos divide não é se é oportuno, se não é oportuno, se é demais | pôr / expor | aos Portugueses,discutirem muitos assuntos complicados ao mesmo tempo, se o cidadão =não <é incapaz de atingir =tantas <tantos questões. Ele é capaz de atingir, ele vive todas estas questões ao mesmo tempo, Senhor_Deputado."
BPS: "Claro!" (107)
AM: "E, por isso, a questão que que nós colocamos é simplesmente esta, eu constato, da declaração do Senhor_Deputado Luís_Marques_Guedes, que é o seguinte: o que convém ao País não convém ao PSD."
BPS: "Muito_bem! Muito_bem!"

AM: "E, por isso, /
(aplausos) E, por isso, o que eu digo, o que eu digo é o seguinte: é urgente, já devia ter sido ontem a alteração desta lei iníqua, obsoleta e imoral."
BPS: "Muito_bem!" (116)

Discursos proferidos no dia 22 de Setembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 23 de Setembro de 2005

JG: "Vamos, então, proceder, em primeiro lugar, à votação do parecer da primeira comissão sobre o recurso apresentado pelo CDS-PP, quanto à admissão do projecto_da_resolução cento e nove barra dez do PS, que propõe a realização dum referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Como sabem, p'lo Regimento, há, para este efeito, três minutos a cada grupo_parlamentar, a começar p'lo grupo parlamentar proponente do recurso. O que votaremos não é o recurso, assinalo, é o parecer, e o Senhor_Deputado Ricardo_Rodrigues pediu-me a palavra para…"

SSM(vb):

"Interpelação."

RR: "Senhô_Presidente (vb) Obrigado, Senhor_Presidente, era isso. =Era ser <Íamos votar o parecer ou se era o recurso."

JG: "O que é votado, de acordo com o nosso Regimento, não é o recurso, é o parecer sobre o recurso, artigo cento e quarenta do Regimento. Mas na ordem de intervenções, tem precedência o grupo_parlamentar do CDS-PP. **Três minutos** a cada grupo parlamentar, que os deseje utilizar." (34)

NM: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. *Ccrr* Discutimos, agora, o recurso interposto pelo CDS, no respeito daquilo que entendemos é o menor entendimento da prática parlamentar, da interpretação constitucional e =de <da previsibilidade das instituições fundamental p'rá credibilidade de um Estado de direito. Eu gostava de dizer, como questão prévia, Senhor_Presidente, que não veja neste recurso algo que se lhe dirija pessoalmente, mas note nele uma posição muito firme e séria dirigida à bancada do Partido_Socialista que conseguiu, numa confusão entre maioria absoluta e abuso absoluto, impor o que doutra forma, e há pouco tempo atrás, seria absolutamente impensável."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (57)

NM: "Temos, até, a certeza que o Senhor_Presidente_da_Asembleia_da_República, quando foi chamado a decidir, como foi chamado a decidir, sendo um deputado tão antigo desta Casa, tendo um conhecimento **tão** presente daquilo que foi a tradição parlamentar de longos anos, sabendo que **nunca algo sequer de parecido aconteceu** na Assembleia_da_República de Portugal, se há-de ter sentido muito constrangido quando teve de decidir ao arrepio de mais de vinte anos de interpretação constitucional destabilizada, de mais de vinte anos de prática parlamentar aceite e consensualizada. E aqui importa fazer =uma breve <um breve historial de todo este infeliz processo. Não conseguindo deixar ceder à agenda mediática de uma extrema_esquerda que percebeu que isto lhe dava ganho de causa, o Partido_Socialista, a reboque, lá quis agendar em Julho uma discussão do aborto, quando os problemas do País eram **seguramente e prioritariamente** muitos outros. O Senhor_Presidente_da_República, bem, rejeitou essa discussão. Não se conformando, numa demonstração de **intolerância duma maioria absoluta que lhe foi dada p'lo Povo, e não cumprindo, aqui, uma promessa eleitoral que justificou essa mesma maioria absoluta**, o Partido_Socialista não se conformou. Numa primeira fase, houve que alterar a lei a seu favor, uma alteração *a la carte*, transformar a lei do referendo, para permitir **=em tempo que du que em <em tempo útil** p'ó Partido_Socialista, o que em condições normais não poderiam."

BCDS-PP: "Uma vergonha!" (82)

NM: "Piorando a lei do referendo, retirando o direito aos cidadãos e retirando-lhe uma eficácia, que no passado demonstravam das suas principais virtualidades. Eu recordo como muitos dos deputados que hoje aqui se sentam, num outro referendo, no referendo a propósito da Regionalização, constituíram movimentos de cidadãos independentes. Só o conseguiram fazer **graças** aos termos em que a lei **existia**, porque tiveram tempo =**para subscrever** <para conseguir **as subscrições necessárias** à constituição desses movimentos. Isso hoje é impossível. O Partido_Socialista **destruiu** a lei do referendo, *a la carte*, com **um único intuito político** do referendo ao aborto. Depois, o que fazem, percebendo que a Constituição proíbe a repetição, na **mesma** sessão_legislativa, de uma iniciativa que tenha sido recusada, em definitivo, como foi pelo Senhor_Presidente_da_República, deitou fora a Constituição. Pegou num artigo que resulta duma Revisão_Constitucional_de oitenta e dois" -/-

JG: "Queira, queira terminar, Senhor_Deputado."

NM: "(Termino) Senhor_Presidente! e impôs aquilo que uma leitura atenta certamente não permitiria, na base de quê? Dum parecer dum Deputado do Partido_Socialista, aprovado por uma maioria do Partido_Socialista, que citava **doutrinariamente** constitucionalistas como dizendo **exactamente o contrário daquilo que era o seu pensamento**, tendo que ser =desman <desmentidos em directo pelo próprio constitucionalista em causa, o Senhô_Professor_Jorge_Miranda, e sendo que nem sequer se tratando duma mudança d'opinião, como acabou por ser dito, porque tendo eu oportunidade de ler aquilo que era o seu pensamento anterior ao singular parecer do Partido_Socialista, já à data, *esta era o *entendimento claro do Senhô_Professor_Jorge_Miranda."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (107)

NM: "E agora, finalmente, perante o recurso, porque com o texto de atropelo à Constituição, de facto o CDS não se conforma, impondo, certamente, como imporá, uma discussão que hoje não devíamos 'tar a ter nesta Casa. O passo seguinte, calculo eu, estará já **para além** da decisão que o Partido_Socialista aqui já deixou antever e qu' é clara, e o passo seguinte já está no Senhor_Presidente_da_República. Queira, o Senhor_Presidente_da_República ser coerente com aquele que foi o seu entendimento há dois meses atrás, use das razões políticas, nomeadamente, que há dois meses atrás lhe faziam sentido, acrescidas de **todas as outras** que eu acabei de dizer ou justificam, eee possa o País discutir, até ao final do ano, aquilo que de facto **tem que discutir** e que importa aos Portugueses e **no tempo oportuno** – e termino, Senhor_Presidente - no tempo oportuno previsto na Constituição, no Regimento e na Lei. Discuta-se, então, o referendo, discutam-se **todos os referendos** porque o CDS não tem medo de nenhum referendo. Aqueles que nos empenhamos, por acaso, até ganhamos, e vamos empenhar em todos os outros de acordo com a nossa consciência, mas no momento próprio e discutindo, em substância, o que tiver de ser discutido =em des <em substância" -/-

JG: "Senhor_Deputado, queria"

NM: "no momento próprio." (125)

JG: "concluir"

NM: "

Termino com o que disse no recurso, que bem gostaria de pudesse ter vencimento na Câmara, em abono da melhor interpretação constitucional e da prática parlamentar, muito embora, infelizmente, já sabendo daquela que vai ser a decisão do Partido_Socialista nos pareceres e nos discursos já tem deixado antever. Muito_obrigado, Senhor_Presidente." (128)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

JG: "Senhor_Deputado Vitalino_Canas."

VC: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Estamos a discutir um parecer que foi apresentado e foi votado pela primeira comissão que agora está, aqui, sob apreciação. Este parecer tem, desde logo, uma questão prévia que poderia ser, aqui, debatida, mas que nós não iremos aqui debater em profundidade, embora, eventualmente, por aí, logo pudesse cair o recurso que o CDS-PP apresentou. E a questão prévia diz respeito ao facto de saber *que *se existe exactamente identidade material entre =a <o <iniciativa de referendo do projecto_de_resolução, de iniciativa de referendo apresentada há uns meses atrás pelo Partido_Socialista e **este** projecto que o Senhor_Presidente admitiu e admitiu bem =em nosso favo *eheh* =em nosso entender, no que diz respeito à interrupção_voluntária_da_gravidez, ao referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Não iremos discutir, aqui, o problema a fundo, mas o problema poderia colocar-se. O problema que tem sido suscitado tem sido um problema de saber, no fundo, se, no dia quinze de Setembro de dois mil e cinco, se iniciou, ou não, uma nova sessão_legislativa, e sobre isso =eu entendo que a Constituição <nós entendemos que a Constituição tem uma resposta clara, e essa resposta só é obscurecida pelos autores do recurso, porque confundem legislatura com sessão_legislativa, confundem o Regime_Constitucional sobre a legislatura com o Regime_Constitucional sobre a sessão_legislativa. Evocam, para resolver este problema de saber se iniciou, ou não, uma nova sessão_legislativa, evocam um preceito constitucional que diz respeito apenas à legislatura, o artigo cento e setenta, número um e número dois. O artigo cento e setenta e um, número um e número dois diz respeito unicamente à legislatura, não resolve o problema sobre o que é uma sessão_legislativa, qual a duração de uma sessão_legislativa e o qu'é que acontece quando há a dissolução da Assembleia_da_República em relação =à legisl <à sessão de legislatura que vinha de trás. O artigo que diz respeito às sessões_legislativas e que resolve este problema é o artigo cento e setenta e quatro da Constituição, o artigo cento e setenta e quatro, número um, da Constituição, que diz com toda a clareza qu'as sessões_legislativas têm um ano e se iniciam em quinze de Setembro. Mas **este** argumento, este argumento, que é um argumento explícito *ah* que evoca o artigo cento e setenta e quatro, número um, ainda tem um outro aspecto que o fortalece. =Há um outro preceito <Há dois outros preceitos constitucionais que dão alento a este argumento, e esses preceitos constitucionais, por acaso, têm sido olimpicamente ignorados pelos autores =do recur =do =do <do recurso. São eles os preceitos do artigo cento e sessenta e sete, número quatro, e do artigo cento e quinze, número dez. E estes dois preceitos que têm, aliás, *ah* uma orientação muito semelhante, quase *ipsis verbis*, dizem, basicamente, o seguinte: numa mesma sessão_legislativa não pode ser =reapresentado uma iniciati <reapresentada uma iniciativa de referendo, ou uma iniciativa de lei *ah* da mesma sessão_legislativa não pode ser reapresentado uma mesma iniciativa de lei do referendo, salvo se tiver havido *ah* dissolução da Assembleia_da_República, ou seja, este

JG: "Queira concluir, Senhor_Deputado."

VC: "preceito diz, com toda a clareza, que as sessões da Assembleia_da_República que se iniciam em quinze de Setembro e que têm a duração de um ano, não se interrompem com a dissolução da Assembleia_da_República. A sessão continua e, portanto, pode ser apresentado *ah* de novo um projecto_legislativo, um projecto de referendo que já tivesse sido apresentado na fase inicial da sessão. Quanto a este argumento não ouvi, ainda, até ao momento qualquer *ah* orientação que o pudesse rebater, e este argumento é decisivo a favor daquilo que está no parecer, isto é, a favor de que o Senhor_Presidente_da_República fez bem em admitir este projecto_de_resolução."

JG: "Para uma intervenção, Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia. / Perdão, o Senhor_Deputado Nuno_Melo pretende efectuar uma interpelação à Mesa"

NM: "Uma verdadeira Uma verdadeira interpelação à Mesa, Senhor_Presidente, porque eu temo bem que o Senhor_Deputado Vitalino_Canas, mais uma vez, nos esteja aqui a fazer laborar num tremendo equívoco. Aqui há uma semana atrás ou duas, fez-nos votar um parecer onde dava conta de uma posição do Professor_Jorge_Miranda, que pelos vistos não era a dele, e agora, *ah* parece que estamos a votar um parecer =que o <cujo texto, de acordo com aquilo que nos foi distribuído, não corresponde ao que foi votado na Comissão, eee eu estou a ler, ou estou a olhar para os pontos dez e onze do que foi votado na primeira Comissão, que, de facto, não corresponde = ao que foi <ao que agora nos foi distribuído. E, em concreto, e, em concreto, precisamente, em relação àquilo que o CDS suscitou na Comissão, ou seja, na necessidade de, no parecer, constar a efectiva posição do Professor_Jorge_Miranda, e não a leitura conveniente que dessa posição fez o Senhor_Deputado Vitalino_Canas. O mesmo se diz, de resto, a um outro incerto *ah* relativo ao Senhor_Professor_Marcelo_Rebelo_de_Sousa, que também deveria aqui constar, mas parece que não está, e eu pedia que a Mesa, antes mesmo de levar à votação este parecer, *ah* confirmasse se assim é como eu digo, ou não. Muito_obrigado Senhor_Presidente." (208)

JG: "A Mesa tem a indicação de que há uma substituição em relação ao parecer respeitante à página cinco. Não sei se isso corresponde ao que está a ser referido pelo Senhor_Deputado Nuno_Melo, mas de qualquer forma já foi *mandado distribuir *essa versão **corrigida** do parecer. Senhor_Deputado Nuno_Melo." (214)

NM: "Senhor_Presidente, é p'a lhe dizer que eu temo bem que esta seja mais uma demonstração, à bruta, da maioria absoluta do Partido_Socialista, que eu não vejo como é que se pode substituir um texto que foi votado em Comissão. Então, se a primeira Comissão, se votou um texto, que passou a ser o texto por isso aprovado =numa f <numa fase deliberativa, e agora apresenta-se, em substituição, outro texto, porque o Partido_Socialista entende que esse texto, agora, agora é o que lhe resulta melhor, e não quer verter no parecer aquele que é o pensamento do Professor_Jorge_Miranda. Era o que mais faltava! Então, eu peço a Vossa Excelência, que antes mesmo à discussão deste recurso, possam, de novo, reunir a primeira Comissão, possam, de novo, ser reaprecia(da) esta questão e, nomeadamente, dando oportunidade ao Partido_Socialista p'a justificar aquilo que agora nos traz, e que é verdadeiramente peregrino e é mais uma demonstração do entendimento **das maiorias** do Partido_Socialista, ou seja, levar à votação, em Comissão," (224)

BCDS-PP:"Muito_bem!"

NM: "**textos**,"

BCDS-PP: "Muito_bem!"
NM: "**que sendo aprovados, antes de serem votados em plenário, são alterados**. Isto é uma coisa extraordinária, que lhe devo dizer, Senhor_Presidente. Mais uma vez não compreendemos, mas que vem na sequência do que já temos assistido até agora, e desse ponto de vista, já não nos surpreende tanto como isso." (227)
BCDS-PP: "Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado Vitalino_Canas pediu a palavra para…"
VC: "Senhor_Presidente, como autor do *ah* projecto_de_parecer que está em votação, queria aqui confirmar que o parecer que está a ser, neste momento, aqui votado é o parecer que foi votado na primeira Comissão. Esta folha de substituição não visa alterar nada do que foi =alte *ah* <provado na primeira Comissão, destina-se, apenas, a desfazer um erro material que tinha havido, de computador, que tinha havido e, portanto, aquilo que foi votado, na primeira Comissã,o é exactamente o que está aqui para ser apreciado pelos Senhor_Deputados." (236)
JG: "Senhor_Deputado Guilherme_Silva, tem a palavra."
GS: "Vamo' lá a ver se nos entendemos, porque aquilo que é *ah* distribuído aqui aos meus parlamentares, há uma versão que, efectivamente, corresponde ao votado na primeira Comissão, na qual o Senhor_Deputado relator introduziu dois pontos relativos à posição do Professor_Rebelo_de_Sousa e do Professor =Vi *ah ah* Jorge_Miranda. Agora, é *distribuído *uma folha dita de substituição, onde se *elimina esses dois pontos."
BPSD: "Uma vergonha!" (244)
GS: "O que precisamos de saber, o que precisamos de saber é o que é que o Plenário vai apreciar na sequência do (botado)"
BPSD: "[…] (oito) e onze."
GS: "na primeira Comissão."
BPSD: "Um tem treze pontos"
GS: "É tão simples quanto isso. Uma tem treze pontos, outra tem onze."
BPSD: "Desapareceram dois?"
GS: "Qual é que se vota: é a que tem treze, ou é que tem onze? Esta é que é a questão."
BPSD: "Qual é que se vota: a que foi votada na Comissão, ou […]"
GS: "E queremos saber o que é que estamos a discutir, designadamente o que é que estamos a discutir." (250)
JG: "Senhor_Deputado Osvaldo_Castro, Presidente da primeira Comissão e, portanto, responsável p'la primeira Comissão e por este procedimento."
OC: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Eu gostava de dizer que *eh* não é costume que em matérias que =se <ocorrem na primeira Comissão que suscitem incidentes que visam outros fins que não aqueles que estão em causa."
BPS: "Pois, isso é grave."
OC: "**Aquilo** que está a ser votado é rigorosamente o parecer apresentado pelo Senhor_Deputado Vitalino_Canas, que foi aditado a pedido do

Senhor_Deputado Guilherme_Silva e, salvo erro, também do CDS-PP, com alusões à posição do Professor_Jorge_Miranda e do Professor_Marcelo_Rebelo_de_Sousa. É tão só isto. No trânsito dos serviços para aqui **houve** uma repetição de computadores, isto é, os números dez e onze aparecem repetidos duas vezes. E foi essa eliminação que se procedeu. Foi uma mera questão de computador. Apenas isto. Os senhores sabem que isto é absolutamente verdade e eu lamento profundamente, lamento profundamente, que os Senhores_Deputados, que sabem como se trabalha na primeira Comissão, estejam, aqui, a tentar levantar qualquer tipo de suspeição. O que está aqui a ser votado é exactamente o que foi votado na Comissão." (273)

BPS: "Muito_bem!"

SSM: "(Paulo)"

BPS: "Muito_bem!"

JG: "Senhô_Deputado Nuno_Melo tinha pedido a palavra, mas neste momento não está na Sala. / […] palavra, tem a palavra a Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia. Aliás, os textos estão"

SSM(vb): "*ah* […]"

JG: "Em"

SSM(vb): "para..."

MG: "[…]"

JG: "O Senhor_Deputado pede a palavra para…"

MG: "Senhor_Presidente, era para uma interpelação."

JG: "Faz_favor."

MG: "*Ó* Senhor_Presidente, eu ouvi o Senhor_Presidente da primeira Comissão e, obviamente, faço totalmente fé naquilo que ele acabou de dizer. E, portanto, eu parto do princípio que o lapso terá sido aqui da Mesa. Eu peço, então, ao Senhor_Presidente, que, em consonância com aquilo que foi dito pelo Senhor_Presidente da primeira Comissão, faça redistribuir, pelas bancadas, o texto que vamos votar no final deste debate, integrando" -/-

B: "Está duas vezes."

MG: "integrando, como disse o Senhor_Presidente da primeira Comissão os pontos que foram aprovados no parecer da primeira Comissão, relativos às posições dos Senhores_Professores_Doutores Jorge_Miranda e Marcelo_Rebelo_de_Sousa. É assim, não é Senhor_Presidente?"

BPSD: "Mas devia ser […]"

MG: "E, portanto, pedia ao Senhor_Presidente que fizesse essa substituição de textos e o problema fica sanado em definitivo." (288)

JG: "Senhor_Deputado Guilherme_Silva pede a palavra para…"

GS: "P'ra p'ra nos esclarecermos definitivamente sobre isto. O Senhor_Presidente da primeira Comissão tem razão, mas a forma como os serviços fizeram a correcção é que está mal"

BPSD:"(Induz) em erro."

GS: "e induz em erro."

BPSD: "Claro que sim."

GS: "Esta folha que aparece como dez e onze deveria ser, pura e simplesmente, substituída a página quatro, integralmente, inserindo-se o dez e onze no sítio certo, eliminando-se a repetição que tem na versão inicialmente distribuída. E, portanto, gerou efectivamente a ideia de que havia a eliminação dos pontos que tinham sido aprovados"

BPSD: "Correu mal, correu mal."

GS: "na primeira Comissão. E, portanto, ninguém actuou aqui de má fé, =e <mas é bom que os deputados estejam atentos e que saibamos = o che <o que estamos a fazer, sem necessidade de imputar intenções que não existem da parte dos Deputados que intervieram para esclarecer." (300)

BPSD: "Muito_bem!"

JG: "Senhor_Deputado Nuno_Melo pede a palavra para…"

NM: "Senhor_Presidente, para dizer que *eh* ouvido o esclarecimento do Senhor_Presidente da Comissão, que agradecemos. Obviamente que relevamos qualquer equívoco, salientando, no entanto, que a forma como =acorre *ah* <a correcção foi feita oficiosamente, sem conhecimento aos deputados das diversas bancadas que participaram nos trabalhos da da primeira Comissão, presta-se precisamente a isso, porque aquilo que nos chegou à mão foi, de uma só vez, =a mesma =o =a <aquilo que seria a última folha do mesmo parecer, **ambas assinadas** pelo Senhor_Presidente da primeira Comissão, ambas assinadas pelo Senhor_Deputado Vitalino_Canas, donde não constavam dois pontos que na primeira versão que tinha sido distribuída constavam. Portanto, aquilo que eu pedia era que, de futuro, ao Senhor_Presidente da primeira Comissão, ou de qualquer outra, quando haja desconformidade entre aquilo que é votado na Comissão e o que vai ser apresentado a Plenário, mesmo que se lhe decorra de qualquer razão d' ordem formal, sejam avisados os grupos_parlamentares para que isto não volte a suceder. O que acabou de suceder" (313)

BCDS-PP:"Muito_bem!"

NM: "=é uma <é um equívoco, de facto, que só decorre de uma deficiente, de uma deficiente reelaboração dum parecer que foi votado na primeira Comissão. Muito_obrigado."

JG: "Bom, parece-me que o assunto está esclarecido e sanado. Houve, apenas, no parecer, um lapso técnico em que dois parágrafos foram repetidos e, portanto, agora, trata-se de eliminar essa repetição. A eliminação da repetição foi feita sob a forma d' aditamento, mas será, obviamente, corrigida sob a forma de texto corrido final correcto. Não está em causa a parte expositiva do parecer, nem aquilo que foi votado em Comissão. Houve, digamos, um excesso de zelo em matéria de edição do parecer quanto à repetição de dois parágrafos. Tem a palavra a Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia." (324)

HA: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados, queria, obviamente, voltar atrás e *ah* ter a possibilidade de me pronunciar sobre aquilo que, de facto, está em discussão: o parecer da primeira Comissão. Bom, como é sabido, nós, Verdes, defendemos *ah* em Conferência_de_Líderes, designadamente, que *ah* considerávamos que a primeira sessão_legislativa tinha iniciado com um início da legislatura. Mantemos essa nossa interpretação. E fico preocupada com a intervenção, aqui, feita por parte do Partido_Socialista, que considera que quem tem uma interpretação diversa da sua anda confundido, porque p'los vistos andámos todos confundidos até agora.

Andámos, p'los visto, todos a violar a Constituição_da_República_Portuguesa, que, afinal, é **tão clara**, mas que nos confundiu a todos. E sobre esta matéria, eu não direi absolutamente mais nada, Senhor_Presidente. A interpretação d' Os_Verdes fica clara, a maioria decidirá. Agora, penso que, o problema substancial é outro, pr' álem de que, gostaria de referir, esta também outra preocupação, é que ninguém consegue designar, exactamente, aquilo que se passou de Março até Setembro. Mas pronto! A questão substancial está, de facto, na interrupção_voluntária_da_gravidez, e esta confusão toda só aparece, porque o Partido_Socialista apesar de já ter **tentado** a figura do referendo ao aborto, que o Senhor_Presidente *ah* da República decidiu **não** convocar, vai insistir *ah* no sentido, na nossa perspectiva, de continuar ' ádiar a resolução de um problema *ah* que é urgente resolver, relativamente a direitos concretos das mulheres_portuguesas, que se traduz na despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Era, portanto, *escusado, na nossa perspectiva, *toda esta trapalhada, porque existe um projecto_de_lei do Partido_Socialista aprovado no *inícios desta legislatura, que despenaliza a interrupção_voluntária_da_gravidez, aquilo que deveríamos fazer era, justamente, prosseguir esse processo legislativo, conclui-lo, no sentido de, uma vez por todas, alterar a lei. Mais uma vez refiro que esta Câmara tem *eh*, hoje, **mais** condições do que alguma vez teve para proceder a esta alteração da *ah* lei_penal. Houve um compromisso eleitoral por parte do Partido_Socialista, é verdade, de alterar a lei por via do referendo, já foi tentado, não foi *ah ah* concluído dessa forma por parte do Senhor_Presidente_da_República. O Partido_Socialista, rapidamente, deveria voltar a um **outro** compromisso substancial que tem no seu programa relativamente a esta matéria, que é justamente o da alteração da lei. Não param de dizer que esta lei é um crime. Então, nós não podemos *ah* enfim, conviver com crimes desta natureza que, ainda por cima, estão na lei, e, portanto, que estão na nossa lei alterar. E nesse sentido, Os_Verdes reafirmam nesta Casa, que a lei já podia ter sido alterada, assim o Partido_Socialista e o Bloco_de_Esquerda se juntassem a esta *ah* vontade de alteração da lei por via da Assembleia_da_República. Já a poderíamos ter feito, ainda vamos =a fa <a tempo de a fazer rapidamente e de concluir este processo_legislativo"

JG: "Pode concluir, Senhora_Deputada." (365)

HA: "com bastante urgência. Muito_obrigada, Senhor_Presidente."

JG: "

Não havendo mais inscritos. Ah! Senhor_Deputado Guilherme_Silva está inscrito e tem a palavra."

GS: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Nós estamos a assistir ao exercício de uma maioria não no sentido do exercício democrático que *eh* era exigível, mas do exercício obstinado da maioria, e nessa obstinação, *ah* a maioria não olha a meios, e verificamos esta coisa espantosa: primeiro foi alterar a lei do referendo para empacotar, aqui, prazos que permitissem repetir esta iniciativa, mas não satisfeita com isto, veio, agora, peregrinamente, colocar uma questão absolutamente resolvida, curiosamente **p'la mão** da Partido_Socialista, que era o maior partido na terceira legislatura, quando se colocou p'la primeira vez a questão d'áplicação das normas que estão agora em causa relativas *ah* a uma investidura da Assembleia_da_República na sequência de uma dissolução *ah* prematura que ainda estava em curso uma sessão_legislativa, pois, nessa altura, esse Partido_Socialista, que era o maior partido nesta Assembleia, optou pela interpretação que tem sido seguida durante estes vinte e três anos. Vinte e três anos, repito, e p'la mão do

Partido_Socialista. A incoerência das incoerências: passados estes vinte e três anos, e a pretexto de querer impor, à força, um *timing* para a realização, a repetição do referendo do aborto, vem impor uma interpretação completamente oposta àquela que foi consagrada nestes anos. O que está em causa é um princípio de dignidade da Assembleia_da_República." (390)

BPSD: "Muito_bem!"

GS: "O País não compreenderá que esta Assembleia tenha, durante vinte e três anos, consagrado uma prática e uma leitura constitucional, e que, hoje, venha **impor** exactamente uma leitura oposta àquela que foi seguida. =Nenhum <Ninguém no País perceberá esta situação. Mas o mais grave desta desta questão é que esta persistência é **uma afronta** ao Senhor_Presidente_da_República."

BPSD: "Muito_bem!"

GS: "E é uma afronta ao Senhor_Presidente_da_República que, no momento próprio, a propósito do anterior referendo, chamou '*átenção da necessidade **do *referendo desta natureza**, p'la importância da matéria que está em causa, pelo seu melindre, ser *feita em condições da maior **participação** cívica e do maior esclarecimento dos Portugueses. E se o Senhor_Presidente_da_República, e bem, na altura em que anteriormente lhe foi colocada a questão da convocação do referendo teve este cuidado, não o deixará de ter, idêntico cuidado, nas circunstâncias ainda **mais difíceis** em que Vossas_Excelências querem colocá-lo perante a necessidade de convocar o referendo, pelo que, não tenhamos dúvidas, no período de Natal, em que há *tamanho *deslocações de pessoas, no período de Natal em que '*átenção das pessoas =estão <está, naturalmente, solicitada para outras matérias, entre duas eleições"

B: " | Quais? | Claro! | "

GS: "As eleições autárquicas e as eleições presidenciais, com períodos de campanha, dum lado e doutro, Vossas_Excelências, numa perfeita manobra_de_diversão, num desrespeito p'la matéria que querem submeter a referendo, repito, num desrespeito p'la matéria que querem submeter a referendo"

JG: "Pode concluir Senhor_Deputado!"

GS: "Vossas_Excelências querem impor esta opção, esta leitura, colocando, digo eu, também, e já o disse, o =Senhor_Presidente_da_República <Senhor_Presidente_daAssembleia_da_República numa situação difícil. Eu sei que ele decide em consciência, mas é pena que, decidindo em consciência, tenha de fazê-lo =com uma prática <contra uma prática de vinte e três anos, qu'á Assembleia_da_República tinha como adquirida."

JG: "Senhor_Deputado António_Filipe, para uma intervenção." (416)

AF: "Muito_Obrigado. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Há uma questão que o parecer da primeira Comissão, por muito que se esforce, não consegue contornar, que é uma questão incontornável, que é a seguinte: a Assembleia_da_República funciona por legislaturas, e, ou bem que estamos na nona, ou bem que estamos na décima. Não há a legislatura *ah* nona e meia, nem há a legislatura pré-décima. A nona legislatura terminou com a dissolução d'*Ássembleia_da_República, aliás, a nona legislatura, a maioria era outra, o Governo era outro, embora a política possa ter parecenças, é inquestionável que

estamos na décima legislatura. Bom, e o que é que diz a Constituição? Diz que cada legislatura tem quatro sessões_legislativas, ou seja, não prevê sessões_legislativas fora das legislaturas, como, aliás, é lógico. E se estamos =na nona legisla <na décima legislatura, se estamos na décima legislatura e se já decorreu uma sessão_legislativa, para se começar outra, então, incontornavelmente, se a legislatura chegar ao fim, não teremos quatro sessões_legislativas, teremos cinco sessões_legislativas. Creio qu' isto é incontornável. E a Constituição é clara, a legislatura tem quatro sessões. Eu tenho respeito por todos, por todos os Constitucionalistas, tenho muito respeito, tenho muito respeito por todos os intérpretes, mas não consigo ver um cinco, onde a Constituição tem escrito o quatro."

B: "[…]" (429)

AF: "Quanto a isso, tenham muita paciência!"

BPSD: "Muito_bem!"

AF: "Agora, como é que se resolve este problema quando há eleições antecipadas, como foi o caso? Resolve-se como sempre se resolveu e como a Constituição diz que se deve resolver, e diz o seguinte: "A Assembleia então eleita inicia nova legislatura, cuja duração" – duração - "será, inicialmente" – inicialmente, sublinho – "acrescida do tempo" – do tempo – "necessário para se completar o período correspondente à acção legislativa em curso até à data da eleição" – à data da eleição, e que terminou, obviamente, com essa eleição. Ou seja, à primeira sessão_legislativa acresce tempo e é o tempo necessário pa' completar um período que **decorreria** na sessão anterior, mas não decorreu, porque a sessão terminou. Ora bem, dir-se-á, e há algum problema com esta interpretação? Não há, nem nunca houve. Nunca houve nenhum problema. Sempre foi assim, nunca ninguém contestou que assim fosse. E então, quando é que o problema surgiu? O problema surgiu agora, surgiu em Setembro. Surgiu, surgiu porque o Partido_Socialista, o Partido_Socialista quer reapresentar uma iniciativa que tinha sido recusada pelo Senhor_Presidente_da_República na sessão_legislativa anterior, e o problema é que a Constituição tal como está, não o permite. Bom, e então, como o Partido_Socialista não não não está em condições d'alterar o artigo da Constituição que diz que a legislatura tem quatro sessões_legislativas, o que é que faz? Faz aprovar um parecer em que nos quer convencer que dois e dois normalmente são quatro, mas, quando dá jeito, podem ser cinco. E isso nós não podemos acompanhar, Senhor_Presidente."

BPSD: "Muito_bem! (Força)!" (448)

JG: "Para uma intervenção, o Senhor_Deputado Luís_Fazenda."

LF: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. A Constituição permite a leitura e o entendimento que foi dado durante muitos anos de que em caso de dissolução da Assembleia_da_República, seria"

BC: "Agora dois e dois vão ser sete!"

LF: "acoplada à primeira sessão_legislativa, o tempo correspondente ao da sessão_legislativa em curso. É uma *leitura e um *entendimento *constitucional. No entanto, a Constituição a este respeito, pesem as variadíssimas interpretações e, sobretudo, os imperativos categóricos das **variadíssimas** interpretações, há que convir, é imprecisa e ambígua e também permite a leitura de que há um período, que aliás, é assim que é classificado, no artigo da Constituição, um período, correspondente ao da sessão_legislativa que estava em curso, que *ah* pode não ser

junto à primeira sessão_legislativa. Pode não ser junto. Também permite, também permite essa" (460)
BC: "[…]"
LF: "leitura e, aliás, a *doutrina dos Constitucionalistas que é *invocado no parecer vai exactamente nessa direcção. Com seriedade, com seriedade, é necessário que um *legislador constitucional, em sede de revisão, e particularmente os partidos têm costurado as revisões constitucionais, o Partido_Social_Democrata e o Partido_Socialista, *venham a ter uma determinação sem ambiguidades acerca da caracterização deste período. Porque, na verdade, nós podemos ridicularizar as práticas políticas, dizendo que onde se lê quatro, afinal são cinco, mas também poderemos =re <ridicularizar inversamente que acabaram de descobrir sessões_legislativas onde diz um ano, um ano passou a ter dezoito meses. Também não é assim exactamente. E, portanto, e portanto, na verdade" (468)
BC: "[…]"
LF: "há (a) possibilidade de ter uma outra prática, um outro entendimento, que também tem conforto no no texto constitucional. Senhor_Presidente, nós não ignoramos que é a realização de um referendo sobre a despenalização do aborto que levou a esta polémica *ccrr* e a esta discussão, contudo parece-nos que será"
BC: "[…]"
LF: "benéfico pr'á Assembleia que este entendimento prevaleça de futuro, porque ele **aumenta** os poderes dos grupos_parlamentares nos vários períodos em relação a uma situação de dissolução *ccrr* da Assembleia_da_República. Senhor_Presidente, o Senhor_Presidente_da_República, depois de votada a proposta de resolução de convocação de referendo, verá que tem razões acrescidas pr'a poder convocar, desta vez, atendendo à mensagem que dirigiu a esta Assembleia e, Senhor_Deputado Guilherme_Silva, verá, porque também anda com as quadras do ano um pouco trocadas, será mais perto do São Martinho ' que do natal. Muito_obrigado!" (478)
BPCP: " Muito_bem!"
JG: "Não há mais oradores inscritos. Vamos, portanto, proceder à votação do parecer da primeira Comissão sobre esta matéria. Senhores_Deputados que votam a favor do parecer fazem o favor de se levantar."
SSM(vb): "PS e Bloco_de_Esquerda." (483)
JG: "Podem sentar. Senhores_Deputados que votam contra o parecer podem-se levantar."
SSM(vb) "Os restantes partidos."
JG: "Podem sentar. O parecer foi aprovado com a consequente rejeição de provimento ao recurso interposto com os votos favoráveis do PS e do Bloco_de_Esquerda e os votos contra das restantes bancadas. Vamos passar à apreciação do voto de pesar apresentado pelo grupo_parlamentar do PSD, em relação do falecimento do Doutor_Moura_Guedes e eu passava…

Discursos proferidos no dia 29 de Setembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 28 de Setembro de 2005

JG: "Vamos dar início ao período da ordem do dia. É um agendamento potestativo do grupo_parlamentar do PS referente ao projecto_de_resolução | cento sessenta | e nove dez, que propõe a realização de um referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas. Pr' *ápresentar o projecto_de_resolução fundamentar, tem a palavra o Senhor_Deputado Vera_Jardim."

VJ: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Ao agendar para hoje a discussão e votação da resolução que propõe a realização de um **referendo** sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, o PS cumpre o **último** passo do seu compromisso eleitoral na matéria. Dar novamente voz aos Portugueses sobre a despenalização da IVG nos exactos termos do referendo que teve lugar há mais de sete anos, então, como é sabido, com resultados não vinculativos. Sete anos / (palmas) Sete anos em que continuaram os julgamentos de mulheres com base numa lei injusta, que não tem em conta as reais condições sociais e culturais do País. Lei que não reflecte adequadamente os interesses dignos de protecção, fazendo em **boa parte** tábua_rasa dos direitos das mulheres e se tem mostrado **inadequada** (e) ineficaz, gerando situações de clandestinidade e medo, | incapaz incapazes | de responder às reais necessidades de uma política de saúde_sexual e reprodutiva bem orientada. A discussão sobre o problema da IVG entre nós tem ocupado espaço bem visível no debate democrático, nomeadamente desde a revisão do código_penal =de oiten <em oitenta e quatro, mas em dúvida que é a propósito da criminalização nos primeiros meses de gravidez, que as iniciativas políticas e os debates na sociedade_portuguesa têm assumido maior relevo. E se os debates d' hoje devem ser diversos dos que iniciaram na década d' oitenta pelo *stock* de informação científica acumulada nas últimas décadas e pela grande importância e visibilidade que as ciências_da_vida =e as po <e as políticas de saúde_sexual e reprodutiva alcançaram nas sociedades_europeias contemporâneas, não é menos verdade que o debate continua, entre nós, marcado por posições de natureza filosófica e ideológica, muitas vezes dissociadas das reais condições sociais, culturais e económicas d' aplicação da lei. / (palmas) A simplificação do debate com o recurso a chavões que ocultam as ideias e distorcem as reais posições deve ser evitada, mas não o tem sido por alguns interessados na sua radicalização. Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados, o que está em causa não é, nunca foi, a **liberalização** do aborto. O que está em causa é saber em que condições o aborto pode ser justificado. O aborto é sempre uma ocorrência negativa, e é-o, desde logo, para a mulher colocada na situação de ter de decidir sentindo dentro de si o entrechocar de emoções e valores, que atingem o sentido mais dramático da existência humana. A maioria das vezes na mais **profunda** solidão. Preço que paga pela autonomia e p'la decisão **pessoalíssima** que tem de tomar. Muito menos se trata de **incentivar** o recurso ao aborto. A ideia é bem contrária, trata-se de tentar rodear a decisão, de tudo aquilo que possa contribuir para a tornar fundamentada, ponderada e apoiada. O mais importante e decisivo é **melhorar** as condições da decisão, não =crimani <criminalizar a mulher que a toma, cerceando **injustificadamente** a sua liberdade e espaço de autonomia. A nossa lei / (palmas) A nossa lei já permite o aborto, num *conjunto de situações nela *tipificados. O que se trata, agora, de saber, é =se o derá <deverá permitir e não punir noutras situações e, designadamente, nas primeiras dez

semanas a seguir à concepção. Ora, a alteração legislativa que se pretende sujeitar a referendo encontra-se, a nosso ver, num justo equilíbrio entre os direitos da mulher e o interesse da protecção da vida intra-uterina. Nada impõe que a defesa da vida intra-uterina prevaleça, em **todos** os casos, como aliás, já não prevalece sobre os direitos de liberdade, autonomia e auto-determinação da mulher_grávida. Estes são direitos que fazem parte integrante do estatuto constitucional da cidadania, mas a Constituição consagra, pr' álém disso, o direito à dignidade, à maternidade consciente e ao livre desenvolvimento da personalidade. Estes são direitos fundamentais que devem, naturalmente, e sempre quando possam colidir com outras situações protegidas, ser objecto de adequada ponderação pelo legislador. Foi isso mesmo, aliás reconhecido p'lo Tribunal_Constitucional em sucessivos acórdãos, (o) último dos quais incidindo sobre a iniciativa =do requerendo <do referendo em mil novecentos e noventa e oito. Se há, naturalmente, limites que o legislador deve respeitar **impostos** p'lo interesse da protecção da vida intra-uterina, existe margem para soluções legislativas que tenham em conta os direitos da mulher constitucionalmente consagrados. _Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, se temos de levar a sério a protecção do feto, não podemos levar **menos** a sério o direito das mulheres de decidirem com =audomia <autonomia e responsabilidade no que diz respeito ao livre e consciente desenvolvimento do seu caminho de vida. A solução legislativa / (palmas) *ccrr* A solução legislativa que pretendemos sujeitar a referendo é a que mais =equeler =equilibradamente, a nosso ver, resolve os conflitos de valores e interesses em jogo. O Partido_Socialista **garantiu** aos Portugueses no seu programa_eleitoral a realização de novo referendo sobre a questão do aborto. Não está, aliás, isolado nesta matéria, antes acompanhado por um amplo conjunto de forças políticas representadas neste Parlamento. Sete anos passaram sobre a realização do referendo, sobre a matéria com os resultados conhecidos, é agora tempo de dar a palavra ao Povo, para democraticamente se poder, novamente, se pronunciar. Se há matéria em que tem havido ampla discussão, é esta. Ela está **suficientemente** amadurecida para um voto consciente dos Portugueses, o que não significa, bem pelo contrário, que se não deva exigir um debate profundo antecedendo o que esperamos ser uma ampla participação. Sabemos, por experiência, quanto de paixão e de postura radical e de posições extremas se têm introduzido neste debate. O já chamado choque d' absolutos. O debate democrático e o exercício do direito do voto é o modo, por excelência, da racionalização de decisões colectivas no respeito p'los princípios constitucionais. A sociedade_portuguesa está suficientemente madura para assumir, nesta matéria, as suas responsabilidades. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, o Partido_Socialista cumpre, com a apresentação e votação =do presen <da presente resolução, a parte que lhe compete. Participará serena, mas activamente no debate nacional que vier a preceder o referendo. Espera que todos possam =com ele contri <para ele contribuir com a mesma serenidade. Caberá, em seguida, naturalmente, ao Senhor_Presidente_da_República e ao Tribunal_Constitucional, cada um no exercício das suas competências próprias, tomar as decisões que possam viabilizar a consulta referendária. Por nós, bater-nos-emos na defesa das nossas convicções p'la alteração da lei. Esta falhou nos seus objectivos de prevenção e tem-se mostrado ineficaz e perniciosa para a condução de =uma poleta <uma correcta política de saúde_reprodutiva e, finalmente, tem-se mostrado injusta e socialmente inaceitável, gerando situações de profunda desigualdade entre mulheres de diferentes estratos sociais, só algumas tendo acesso ao aborto_legal que se pratica na generalidade dos países europeus. / Efectivamente / palmas Efectivamente, como é sabido, a

generalidade das legislações europeias aceitam a solução que o PS propugna, reflectindo, aliás, uma clara evolução desde há vinte anos a esta parte, de que temos, infelizmente, ficado arredados. É importante que possamos, em Portugal, na esteira dessas soluções, instaurar uma verdadeira acção sistemática de saúde_pública, que acompanhe a mulher na decisão e crie um quadro de aconselhamento e apoio sem tabus, sem clandestinidade, sem medo. Isto é, precisamente, o contrário da criminalização que não atingiu, nem pode atingir, os objectivos que pretendia prosseguir, gerando uma política de repressão injusta e uma prevenção criminal votada ao malogro. Isso não queremos que continue, não queremos que continue. *Estamos *confiante que a larga maioria dos Portugueses também não o quer. Defenderemos as nossas convicções com respeito p'las convicções contrárias. Assim, todos contribuiremos para um saudável debate democrático e para uma solução sufragada p'lo Povo_Português. Disse!" (197)

JG: "Para um pedido de esclarecimento, o Senhor_Deputado Mota_Soares."

MS: "Muito_obrigado. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, Senhor_Deputado Vera_Jardim. Tinha p'a lhe fazer duas questões muito precisas: uma primeira questão relativa ao processo deste agendamento e uma segunda questão relativa à substância da pergunta que está em causa no vosso projecto. Relativamente ao processo, Senhor_Deputado, nós não podemos deixar de lembrar a triste história que tem sido a prestação do Partido_Socialista neste processo."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

MS: "Em Abril de dois mil e cinco, o Partido_Socialista =fez aprojar <fez aprovar =um processo <um projecto muito semelhante a este nesta Câmara. A verdade, é que o Senhor_Presidente_da_República utilizou o seu veto político, dizendo que não havia condições políticas para realizar um referendo em Julho e, aí, *iniciaram-se *uma sucessão de trapalhadas. Primeiro, o Partido_Socialista obrigou o Parlamento a mudar a lei do referendo, a mudar a lei de eleição do Presidente_da_República, a mudar a lei do recenseamento, única e exclusivamente, para servir os seus interesses próprios."

BCDS-PP:"Muito_bem!"

MS: "Depois, obrigou o Parlamento a quebrar um entendimento unânime de vinte anos e alterar o texto da Constituição, única e exclusivamente, pr'a poder repetir, na mesma sessão_legislativa, um projecto que tinha sido vetado p'o Senhor_Presidente_da_República."

BCDS-PP: "Uma vergonha!" (224)

MS: "E tudo isto, tudo isto tinha uma conclusão. A conclusão é aquela que nós estamos, aqui, hoje, ' *ássistir: a reapresentação de um projecto que já foi vetado anteriormente. Mas a questão que eu lhe quero colocar, Senhor_Deputado, não é essa. É outra. A questão qu' eu lhe quero colocar é a seguinte: mesmo com a alteração dos prazos que o Partido_Socialista obrigou esta Câmara a votar, sucede que, até encurtando todos os prazos, com excepção, obviamente, do prazo do Tribunal_Constitucional, que, entre outras coisas, se terá de pronunciar sobre a questão do início da sessão_legislativa, a verdade é que mesmo encurtando todos os prazos, o referendo só poderá ser convocado a partir (de) dia dezanove de Dezembro de dois mil e cinco. Isto é, como o referendo se tem de realizar nos termos legais, obrigatoriamente, a um Domingo, temos como datas disponíveis para realizar o referendo, ainda este anos, o dia vinte e cinco de

Dezembro, ou, então, o primeiro Domingo de dois mil e seis, que é o dia um de Janeiro. E a questão que eu lhe queria colocar, Senhor_Deputado, é se acha que estas datas são politicamente aceitáveis. Acha que estas datas respeitam a vontade do Senhor_Presidente_da_República, =de re <de realizar o referendo numa altura condigna? Segunda questão, Senhor_Deputado, que é uma questão de substância. Há uma matéria que a bancada do CDS continua sem perceber no vosso projecto. Eu continuo sem perceber, por que é que a vida p'ró Partido_Socialista é um valor absoluto, com tutela_jurídica salvaguardada, com direitos salvaguardados a partir da décima semana e um dia e até ás dez semanas é algo que não tem espécie de valor nenhum, é um bem totalmente liberalizável, que pode ser posto em causa =face a à a <face *ah* às consequências sociais ou consequências económicas da mãe. Esta questão, Senhor_Deputado, é para nós, uma questão muito importante, é uma questão civilizacional. Pr'a nós, temos essa resposta, gostávamos de ouvir a resposta do Partido_Socialista." (252)

JG: "Para um pedido de esclarecimento, a Senhora_Deputada Odete_Santos."

OS: "Obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Vera_Jardim, estivemos, no anterior referendo, do mesmo lado da barricada e agora, se houver, também estaremos. Agora, já na altura, fomos empurrados para o referendo p'lo então Primeiro_Ministro Engenheiro_Guterres, com a discordância, aliás, de muitos militantes do Partido_Socialista."

BPCP: "Bem lembrado!" (259)

OS: "Eu gostaria *ah*, de qualquer forma, não tenho muito tempo, de dizer o seguinte. Não, não é verdade, mas não é isso que eu agora vou discutir, que *eh* =em legislações <em muitas legislações dos Países_europeus tenham a solução do Partido_Socialista. A França teve-a e foi o projecto do Partido_Socialista teve por base a lei_francesa, mas hoje a França também já aumentou p'ra doze semanas. De qualquer forma, eu gostaria, aqui, de dizer, que a continuação desta situação, o alongamento da situação que as mulheres_portuguesas vivem, que são levadas para os bancos dos tribunais, que vêem a sua vida devassada, a sua privacidade devassada, é insuportável. É um assunto que a Assembleia_da_República deveria resolver rapidamente e já teve possibilidades de resolver. É claro que a direita diz, comooo como lhe temos ouvido, não há nenhuma mulher =da cadei <na cadeia. Isto é uma grande hipocrisia. Se não há, p'ra que é que querem a lei que ameaça as mulheres com penas de prisão até três anos?"

BPCP:"Muito_bem!"

OS: "De resto, sempre é possível, ainda que não logo no início, ir pr'á cadeia por causa desta lei. Bastará que a prisão remida a dinheiro, que não se pague ou não se possa pagar =a pena *ah ah ah* a pri *ah*<a multa e que, depois, não se posso, sequer, prestar trabalho a favor da comunidade, aliás, essa era uma solução advogada p'lo então *ah* Ministro_Bagão_Félix, que dizia ' com o trabalho a favor da comunidade as mulheres pagariam a sua culpa de não se conformarem com as leis. Maneira que esse argumento da direita não tem absolutamente nenhuma razão de ser."

BPCP:

"Muito_bem!"

OS: "Mas também o **Partido_Socialista vem prolongar a situação de aflição, de angústia das mulheres_portuguesas**.

Vem	prolongar a
Veio	

possibilidade de elas serem denunciadas edepois do referendo, efectivamente, houve um agravamento da perseguição_penal das mulheres, houve mais casos denunciados nos tribunais, **que esse é um resultados da insidiosa campanha** dos movimentos do Não. E o Partido_Socialista vem dizer, vem com um argumento muito frouxo, é que tem no programa_eleitoral o referendo e eu digo" -/-

JG: "Pode concluir, Senhora_Deputada."

OS: "Vou concluir. E acha qu' efectivamente os portugueses que votaram no Partido_Socialista, votaram **em tudo** no que estava no programa_eleitoral. Isso nem corresponde ao nosso sistema democrático. Terminaria dizendo que, há uma semana, estive nas Caldas_da_Rainha e li, num jornal, o seguinte: uma declaração de uma pessoa perfeitamente identificada, com o número de militante do Partido_Socialista, pedindo perdão aos Portugueses por ter votado no Partido_Socialista. Muito_*obrigado."

BPCP: "É isso mesmo."

JG: "Pr'a um pedido de esclarecimento, a Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia."

HA: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Vera_Jardim, a posição d' Os_Verdes relativamente àquilo que está em causa é muito clara e é sobejamente conhecida. Por princípio, consideramos que estamos perante uma questão desejavelmente não referendável, porque se trata de uma questão da consciência individual de cada mulher, e ela só pode ser garantida com efectiva alteração da lei, e, por outro lado, consideramos que temos todas as condições, como não tivemos no passado, de alterar esta lei por via da Assembleia_da_República. O Partido_Socialista afirma no seu programa_elitoral, traduzido depois para o programa do décimo sétimo Governo_Constitucional, que esta despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez é uma inadiável exigência de justiça e dignidade par' às mulheres. Ocorre que, se atendermos a todo o processo, o PS tem contribuído, sobremaneira, para adiar a absoluta necessidade de alteração desta lei."

BOV: "[…]"

HA: "Podemos chegar atrás, à sétima legislatura, relembrarmo-nos como decorria um processo_legislativo, que por proposta dum projecto_de_resolução do PSD, ao qual o PS se agarrou, foi interrompido e deu lugar à realização de um referendo. O resultado: todos o conhecemos. O PS, entretanto, com maioria_absoluta, agora, agarra-se à figura do referendo mais do que ao próprio objectivo d' alteração da lei e, nesta legislatura, faz uma primeira tentativa de referendo. O Presidente_da_República não convoca e, na nossa perspectiva, já o temos dito aqui por diversas vezes, a figura do referendo ficou, obviamente, esgotada e a responsabilidade do Partido_Socialista dever-lhe-ia ter permitido acelerar =e <o processo na Assembleia_da_República, por forma a promovermos a tão desejada alteração da lei e a garantir esse direito às mulheres_portuguesas. Entretanto, o Partido_Socialista reduz os prazos pr'á realização do referendo, altera as sessões_legislativas para conseguir, única e exclusivamente, uma segunda tentativa de referendo. Passa, novamente, a bola para o Presidente_da_República. Devem ficar de consciência tranquila, mas aquilo que nós queremos, aqui, afirmar é que a responsabilidade nesta matéria, por parte do Partido_Socialista, não pode ficar por aqui. E face a este quadro todo, temos agora quatro hipóteses: o Presidente_da_República convoca o referendo, e qu'ele pode ser, e aqui três hipóteses: ele é vinculativo, e a resposta está dada; ou não é vinculativo e ganha o

Sim; ou não é vinculativo e ganha o Não. Temos uma outra hipótese: o Presidente_da_República não convoca o referendo. E eu pergunto, face a estas hipóteses e a estes cenários que temos que agarrar como verdadeiras possibilidades, todos eles, eu faço uma pergunta concreta ao Partido_Socialista: que atitude podem os Portugueses esperar por parte do Partido_Socialista face a estes cenários possíveis daquilo que pode acontecer nos próximos tempos. Muito_obrigada."

JG: "Para responder, o Senhor_Deputado Vera_Jardim. Tem cinco minutos." (345)

VJ: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Muito_obrigado aos Senhores_Deputados que me puseram perguntas, (em) primeiro lugar ao Senhor_Deputado Mota_Soares. Senhor_Deputado Mota_Soares, cada debate a seu tempo. Nós já fizemos o debate de uma série de questões em que Vossa_Excelência insistiu, pretendendo trazê-las, novamente, aqui hoje. Vossa_Excelência está no seu direito, e é inteiramente legítimo, criticar, não pode é querer renovar um debate que está terminado e concluído, que é o debate processual anterior."

BPS: "Muito_bem!"

VJ: "O que temos, hoje, aqui, / (palmas) O que temos, hoje, aqui, Senhor_Deputado, e =a discussão e resolução <a discussão e votação duma resolução sobre a convocação dum referendo. Aaa revisão do processo referendário está esgotada. Não é para aqui. Vossa_Excelência se quiser colocar alguma questão a esse propósito tem outros meios, como sabe. Relativamente à questão de fundo. Senhor_Deputado, o Senhor_Deputado não percebe certas coisas *ah* e não sou eu que vou puxar de tod=o<a aquilo que é a ciência e a experiência legislativa e constitucional de praticamente toda a Europa =pa lhes <para lhas explicar. Longe de mim, não tenho que as explicar, mas aconselho a ler o que são as leis hoje na generalidade da Europa sobre esta matéria, o que são as decisões dos Tribunais_Constitucionais_Europeus na sua grande generalidade e, desde logo, mais acessível as decisões do Tribunal_Constitucional_Português sobre esta matéria. Quando há colisão de direitos, como há nesta matéria colisão de direitos, naturalmente que o legislador deve encontrar uma solução proporcionada, equilibrada e ajustada, que é aquilo que propomos. Não vamos, Senhor_Deputado, também renovar, vamos fazê-lo quando for a discussão **do** referendo, agora, neste momento, estar aqui a colocar todas as questões que o Senhor_Deputado colocou, por mais interessantes que sejam quanto à substância, não me parece que seja adequado. Senhora_Deputada Odete_Santos, Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia, eu respeito *ah* a posição do PCP e respeito a posição d' Os_Verdes. Peço-lhe apenas que respeitem a nossa posição. O Partido_Socialista entende que criou **um pacto** de confiança com os eleitores sobre esta matéria e esta matéria não é qualquer matéria, é a matéria que sabemos. E esse pacto de confiança com os eleitores exige que o Partido_Socialista faça tudo o que tem ao seu alcance para tornar a ouvir os cidadãos num processo referendário. / Tudo o que tem ao seu alcance, e já agora, aproveito, o Senhor_Deputado Mota_Soares fez-me, ainda, uma última questão a que eu ainda não respondi, porque há questões que não cabem ao Partido_Socialista responder. Trata-se da data do referendo. O que afirmamos muito claramente, é que este referendo deve ser feito o mais rapidamente possível, no nosso entender. Quanto ao resto, cabe, naturalmente, ao Senhor_Presidente_da_República, no exercício das suas funções constitucionais, definir a data =do requerendo <do referendo e fazer **tudo aquilo** que a ele lhe compete para qu'isso possa =ter <ser realizado. Portanto, Senhoras_Deputadas, eu tenho o maior respeito pelas vossas posições, entendem que

o Parlamento teria, e tem, em geral, em teoria, poderes par definir, tem, teria, mas o PS não obrigou ninguém, como o Senhor_Deputado Mota_Soares pretendeu… Porque no Parlamento, quando se votam as coisas, não se obrigam as minorias. É a maioria que vence, que é diferente! / E, portanto, Senhor_Deputado o PS não obrigou ninguém. O PS votou e continuará a votar para cumprimento desse **pacto** de confiança com os Portugueses. Muito_obrigado." (396)

JG: "Para uma intervenção, Senhora_Deputada Helena_Pinto."

HP: "Muito_*obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados. O Parlamento debate, novamente, a questão do referendo ao aborto. Cada debate sobre esta matéria pode, já, ser considerado o grande exercício da hipocrisia. Não há melhor exemplo de, como utilizando todas as manobras e todos os artifícios, a direita foge a enfrentar aquilo que é inevitável: a alteração da lei que criminaliza as mulheres que abortam, uma lei ultrapassada, ridícula aos olhos da Europa e completamente ineficaz, mesmo em relação a pressupostos preventivos que alguns, poucos e cada vez menos, encontram como a justificação patética par'á sua manutenção. Não previne coisa nenhuma e muito menos o aborto. Pelo contrário, 'áctual lei liberaliza por completo o mercado clandestino do aborto. Clandestino? Será certo ainda utilizar esta palavra para caracterizar aquilo que toda a gente sabe o que é, e onde se faz, e quanto custa? Quantas mais evidências serão, ainda, precisas para que caia de vez a máscara da hipocrisia?" (412)

BBE: "Muito_bem!"

HP: "Não há um **único argumento** que sustente a posição do sistemático adiamento do referendo ao aborto. Um único. Pr'á direita nunca haverá datas convenientes nem épocas propícias. Nesta matéria, temos um longo role de argumentos e justificações do faz_de_conta. O anterior referendo, a legitimidade política de uma votação não vinculativa, o período de nojo, os compromissos eleitorais, os referendos prioritários. O da Europa, lembram-se? Que entretanto passou à história. Os eleitores estão cansados de votar, a polémica das sessões_legislativas, as épocas do ano, etc, etc, etc."

BBE: "Muito_bem!" (420)

HP: "Só há um argumento coerente, e esse Vossas_Excelências não assumem. Que fique tudo na mesma, que não se altere ' áctual lei que criminaliza as mulheres e prevê uma pena_de_prisão até três anos. Já sabemos que pr'ó PP, a lei deveria ser aplicada até à prisão. Não fazem a coisa por menos. Ou, então, qual o sentido de evocar o facto de não haver mulheres presas sempre que se debate esta questão? Aliás, uma lei que só vos preocupa pela metade, pois a lei que vigora em Portugal é aplicada pela polícia, que persegue e investiga as mulheres; é aplicada pelo Ministério_Público, que as acusa e pelos Tribunais, que as julgam, independentemente da sentença aplicada. Mas há outra metade da lei, a tal parte que prevê as excepções que aborto é permitido e que não é aplicada nos hospitais, como ainda na semana passada reconheceu, aqui, o Ministro_da_Saúde. Mas esta parte não vos preocupa, Senhores e Senhoras_Deputadas da direita, aliás, regista-se uma ausência de intervenção e de opinião da direita quando aqui se fala de educação_sexual, de contracepção e de planeamento_familiar." (432)

BBE: "Muito_bem!"

HP: "Aquilo que votaremos, hoje, =é o refe <é a realização de um novo referendo. O Bloco_de_Esquerda votará, novamente, a favor.

Temos a convicção de que esta será a melhor forma de acabar com todas as hipocrisias. O PP não quer o referendo, porque não quer mudar a lei e tem medo da derrota nas urnas. O PSD diz que quer o referendo, mas nunca é tempo de o realizar."
BBE: "Muito_bem!" (436)
HP: "Nada impede a realização de um referendo em Novembro. Os Portugueses e as portuguesas querem pronunciar-se, querem votar, expressando a sua opinião e estou certa que o farão, para pôr fim à vergonha nacional dos julgamentos e à ofensa à dignidade das mulheres. Inventem o que quiserem, *Senhoras_Deputados da *bancadas da direita. Imbróglios e artifícios jurídicos, argumentos fantasiosos, adiamentos e mais adiamentos, tudo o que quiserem. A vida, a vida real e as mulheres não abdicarão de vos perguntar sobre aquilo que, de facto, importa."
BBE: "Muito _bem!" (443)
HP: "Conseguem, Vossas_Excelências, viver tranquilos, sabendo que o aborto_calndestino continua, que se pratica em todas as cidades e vilas, que umas mulheres têm dinheiro para o fazer em segurança, e que outras entram nas urgências dos hospitais com a sua saúde em perigo, mas mesmo assim, são encaminhadas pr'ás esquadras de polícia? Conseguem, Vossas_Excelências, viver tranquilos, assumindo a posição de Deputados e Deputadas da nação, que têm um mandato pr'a fazer leis, mas não querem alterar uma, que nem Vossas_Excelências têm a coragem de exigir que se cumpra? Ou seja, mandar as mulheres p'á prisão? Conseguem, Vossas_Excelências viver tranquilos, recusando, sistematicamente, uma consulta_popular, quando o vosso grande e único argumento para não alterar a actual lei, é que não se pode contrariar o resultado de um referendo que se realizou, vejam bem, há mais de sete anos, Senhores_Deputados?" (453)
BBE: "Muito_bem!"
HP: "É preciso que esta Assembleia assuma que dois mil e cinco é o prazo mais do que razoável pa' resolver esta situação, caso contrário, e caso se verifique a segunda inviabilização do referendo, ninguém se pode sentir obrigado a esperar eternamente pela sua realização. É preciso que o Partido_Socialista assuma que não podemos andar de referendo em referendo, até que algum Presidente_da_República o convoque. Votaremos, hoje, um projecto_de_resolução que preconiza a realização do referendo, e esperemos que o mesmo seja convocado ainda este ano. Caso assim não seja, não nos resta outro caminho, senão o de assumirmos as nossas responsabilidades e completarmos aquilo que começámos, quando aprovámos dois projecto_de_lei que descriminaliza o aborto. Muito_obrigado, Senhor_Presidente." (462)
BBE: "(Muito_bem)!"
JG: "Pr'a uma intervenção, tem a palavra o Senhor_Deputado Luís_Marques_Guedes."
MG: "Senhor _Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Pela segunda vez num curto espaço de cinco meses, o grupo_parlamentar do Partido_Socialista apresta-se para aprovar, nesta Assembleia_da_República, a proposta de convocação de um referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez. Trata-se, como todos sabem, de uma iniciativa recorrente, que quase mês sim, mês não, esta Câmara é chamada a discutir, numa evidente espiral de instrumentalização político-partidária, que, a meu ver, e com toda a franqueza, vai ao arrepio da elevação e da dignidade que 'ábordagem deste tema devia merecer por parte de todas as bancadas deste Hemiciclo." (475)

BPSD: "Muito_bem!"
MG: "

Infelizmente / Infelizmente, não tem sido assim. É por essa razão, exactamente para procurar não contribuir para essa instrumentalização, que me proponho, tão só, neste debate, enunciar, com a maior clareza que me for possível, a posição do grupo_parlamentar do Partido_Social_Democrata sobre aquelas que, a nosso ver, são as questões essenciais que se colocam sobre o referendo ao aborto. Proponho, então, clarificar a posição política do Partido_Social_Democrata. São três, p'ra nós, as questões essenciais. Em primeiro lugar, a nosso posição sobre a realização, ou não realização, do referendo; em segundo lugar, a nosso posição sobre o momento em que esse referendo deve ter lugar; e em terceiro, a nossa posição sobre a legitimidade do Parlamento para, hoje, votara proposta que nos é renovada pelo grupo_parlamentar socialista. Vamos à primeira questão. O PSD não tem objecção à realização de um novo referendo sobre o aborto durante esta legislatura. É um compromisso político inscrito no programa_eleitoral do Partido_Socialista (os Senhores é que o inscreveram assim), com o qual se apresentaram às eleições em Fevereiro último. O resultado =claro <eleitoral claro então obtido legitima o Partido_Socialista a avançar com esta iniciativa durante a presente legislatura. É, de resto, um bom princípio, um princípio salutar, o princípio de respeitar os compromissos_eleitorais assumidos perante =os ele <o eleitorado. A posição de não objecção que o Partido_Social_Democrata tem é, também ela, conhecida desde a mesma campanha_eleitoral. Recordo que, nessa campanha_eleitoral, dissemos, então, que pela nossa parte não tomaríamos iniciativa nesta matéria, mas que não nos oporíamos à sua convocação, se esse viesse a ser a vontade maioritária do Parlamento eleito. Dissemo-lo e mantemo-lo. Hoje, como no debate de há cinco meses atrás, que aqui então travámos, reafirmo que o PSD não está contra a realização de um novo referendo sobre o aborto: Mais, deixo aqui claro que se o actual Presidente_da_República entender convocar o referendo para depois das eleições_presidenciais, tal decisão não merecerá qualquer oposição, ou reparo, pela parte do Partido_Social_Democrata. E é, aqui, que entronca a segunda questão, a de saber qual o momento em que o referendo deve ter lugar. À nossa frente temos, nos próximos três meses, um exigente calendário político-eleitoral. Estamos em plena recta final da campanha_eleitoral para as eleições autárquicas e iniciou-se já, com particular agitação e animação, diga-se, a pré-campanha para as eleições_presidenciais. Há já, até, um invulgar número de candidatos no terreno, como pelo menos há vinte anos se não via, o que promete uma disputa acesa e um debate político altamente mobilizador da sociedade_portuguesa. E ainda bem que assim é, não só porque a situação grave que o País atravessa, plenamente o justifica, como porque, com a vivacidade desse debate e dessa disputa eleitoral, ganha a Democracia e ganhará, estou disso seguro, o futuro de Portugal. Acresce-se que, a este exigente calendário eleitoral ainda se vai sobrepor o calendário orçamental. O orçamento do Estado dá entrada na Assembleia_da_República imediatamente após as eleições_autárquicas. A sua discussão terá um intenso calendário até ao dia trinta de Novembro, data aprazada, já, nesta Assembleia, para a sua votação. Um calendário intenso e um debate participado e duro, dentro e fora do Parlamento, desde logo pelas medidas polémicas e restritivas que, seguramente, o orçamento de Estado para dois mil e seis vai impor ao País. Ora, fica por demais evidente que a relevância política e nacional destas matérias não abre espaço pr'á introdução, nesse período, de um outro debate nacional, e logo sobre | um / o | assunto tão sério como é o assunto

do aborto. Já em Maio passado, quando recusou a primeira iniciativa socialista, o Senhor_Presidente_da_República, expressamente, disse que o fazia, e cito "por não estarem asseguradas as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos Portugueses." Fim de citação. E mais adiante, na mesma mensagem, o Senhor_Presidente_da_República concluía que a sua recusa devia ser interpretada e cito "como um incentivo à realização do referendo em circunstâncias mais adequadas na perspectiva de uma cidadania activa e participada." Citei. Pois bem, as condições que não estavam reunidas em Julho, por razões lúdicas, que legitimamente assistem ao cidadão para gozo das suas férias, entendem os deputados socialistas que se verificam agora. Entre o final de Novembro e o Natal, encavalitado na campanha_eleitoral pr'á Presidência_da_República e em cima do debate sobre o difícil orçamento_de_Estado para dois mil e seis. Desculpem-me que vos diga, mas não é uma proposta para ser levada a sério. Entra p'los olhos a dentro que seria como meter o Rossio na Betesga, prejudicando, gravemente, qualquer participação cívica séria em alguns ou em todos estes assuntos. Ainda por cima, os senhores sabem, que só por masoquismo, é que se imporia um tão louco calendário aos Portugueses com três actos_eleitorais em três meses sucessivos. É que não há, aqui, nenhuma questão do agora ou nunca, p'lo contrário, disse e reafirmo que não levantamos qualquer obstáculo a que o referendo seja convocado para depois das eleições_presidenciais. Haverá, então, todas as condições para a realização do debate sereno, participado e com as condições de elevação que o assunto merece. Só mesmo quem queira furtar-se a essa participação e a essa elevação do debate é que pode desejar o contrário."

BPSD: "Muito_bem!" (546)

MG: "Senhor_Presidente, *ccrr* Senhoras e Senhores_Deputados. A terceira e última questão tem a ver com a legitimidade desta Assembleia para renovar ao Senhor_Presidente_da_República uma proposta por ele recusada há cinco meses. Por muito, e acreditem que é enorme, que seja o respeito que nutro pela douta opinião académica de alguns ilustres professores de Direito, não posso senão discordar daqueles que defendem que a primeira sessão_legislativa não se iniciou no início da legislatura. Por interessantes e engenhosas que possam ser as reflexões [^^^^] em torno da articulação de várias disposições constitucionais que tocam este tema, de resto diga-se, algumas delas, com uma redacção bastante defeituosa, o que decididamente já não é nada interessante é optar por um caminho interpretativo que desemboca num evidente contra-senso. Entendamos, Senhores_Deputados, a regra é a legislatura ter quatro anos distribuídos por quatro sessões_legislativas de um ano cada. A excepção de uma Constituição, em legislatura, por força da ocorrência de eleições antecipadas, ser acrescida, no seu início, dos meses necessários para se completar o período do tempo correspondente à sessão interrompida pela dissolução da Assembleia. Ora, se esse tempo acresce ao início da legislatura, naturalmente que acresce à primeira sessão_legislativa que, como diz o próprio ordinal, é aquela com que se inicia a legislatura. É até, Senhores_Deputados, por isso mesmo, que ela é a primeira. Com a simplicidade das coisas que são evidentes, foi, de resto, sempre esse o entendimento consensual deste Parlamento, entendimento que, de resto, se traduziu numa prática reiterada e **nunca** contestada de pelo menos vinte anos. Daqui decorre uma única consequência. Não que o referendo ao aborto não possa ser proposto e não possa ser convocado até ao final do próximo ano, não, Senhores_Deputados. O que não pode é o grupo_parlamentar socialista renovar a sua proposta até ao final =da primeira legislatu <da primeira sessão_legislativa. =A sua <A vossa legitimidade par' ó fazer, ainda que assim não pense a maioria que o sancionou, só é retomada na

próxima sessão_legislativa. Forçar o Parlamento a este atropelo à Constituição é um acto gratuito e prepotente de uma maioria_absoluta. Não havia, Senhores_Deputados, necessidade. Senhor_Presidente, *ccrr* Senhoras e Senhores_Deputados, da resposta a estas três questões, afinal as questões verdadeiramente essenciais a este debate, não o debate sobre o aborto, mas o debate sobre a proposta de realização de um referendo em finais de Novembro, princípios de Dezembro. Da resposta a estas questões, dizia, resulta clara a posição da bancada =do Partilo <do Partido_Social_Democrata. Não estamos contra a convocação de um referendo sobre o aborto. Achamos, mesmo, que o mesmo só deve ter lugar a seguir às eleições_presidenciais. Afigura-se-nos ilegítima, logo, inconstitucional, a presente renovação da presente iniciativa pelo grupo_parlamentar socialista. Vamos, por isso, votar contra esta proposta. Termino, Senhor_Presidente, deixando, aqui, o meu lamento pela triste banalização e menor dignidade que *ábordagem deste assunto sistematicamente vem merecendo. A natureza do problema que está por detrás da interrupção_da_gravidez merece uma elevação que não é, de todo, compaginável com a sua instrumentalização política, seja num, seja no outro sentido. O debate político e o debate partidário não se dignificam, antes pelo contrário, em transformarem arma_de_arremesso a tragédia das crianças e das mulheres envolvidas no drama do aborto. Não contem connosco para esse aproveitamento tão pouco ético." (101)

BPSD:"Muito_bem!"

JG: "Informo a Assembleia de que o grupo_parlamentar proponente requereu a votação do projecto_de_resolução no final do debate, e assim acontecerá, nos termos do nosso Regimento. Para uma intervenção, tem a palavra o Senhor_Deputado Nuno_Melo."

NM: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, aspecto muito relevante para o debate que aqui tratamos será saber o que se passou para chegarmos até aqui, porque, por muito que procuremos nos registos da história parlamentar, dificilmente encontraremos melhor exemplo de como, num processo_legislativo, um partido conseguiu fazer tudo tão mal. Isto apesar de uma maioria absoluta, da estabilidade política e do tempo bastante para conseguir, exactamente, o contrário. Só que o problema está mesmo aqui. Confundindo maioria_absoluta com poder_absoluto, o Partido_Socialista =sente-se sese <sente-se legitimado para todos os excessos, mesmo quando desaconselhados por todas as regras e, de entre estas, pelas mais elementares de bom-senso." (129)

BCDS-PP. "Muito_bem!"

NM: "Primeiro, foi o referendo que alguns quiseram, porque o davam por decidido, mas que perderam."

B: "(Isso não é verdade.)"

NM: "Depois, foram as desculpas e a ameaça do que haveria de vir. Porque o discurso logo passou a ser o de que a vontade soberana do Povo só valeria no referendo vinculativo e o primeiro não tinha sido vinculativo. Claro que ninguém =tirá <terá dúvidas de como, independentemente da participação verificada, o referendo seria completamente vinculativo em caso de vitória do Sim. Coincidente o resultado / (palmas) Coincidente o resultado com a vontade socialista teríamos assunto encerrado e na decisão_popular uma sábia decisão. Só que ganhou o Não. Vai daí, houve que tentar impor um novo referendo, em Abril passado. Só que aqui houve de ponderar um risco, desde logo: o de nova derrota previsível no radicalismo da solução socialista, que previa a prática do aborto até aos quatro meses. Tudo ponderado, na sempre

fértil imaginação da maioria, a solução foi fácil. Se a proposta era radical, enganavam-se os Portugueses e perguntava-se-lhes, apenas, sobre a prática de abortos até às dez semanas. [^^^^] Só que a mentira tem perna curta, e o CDS denunciou-a. Isto perante uma primeira fingida indignação socialista que o passo seguinte =de bem <em bom rigor logo denunciou. É que, perante os factos, caiu a indignação e com a indignação socialista, o aborto até aos quatro meses. Depois, veio uma sensata decisão do Senhor_Presidente_da_República, que dizendo não estarem asseguradas as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos Portugueses, decidiu não convocar o referendo, e, então, quando **todos** dávamos o assunto por encerrado, nesta sessão_legislativa, quando **todos** já julgávamos que nem esta maioria_socialista nos conseguiria surpreender mais uma vez, eis que se revelou, uma vez mais, em todo o seu esplendor. Se a lei do referendo já não permitiria realizar um referendo do aborto até ao final do ano, houve que alterar a lei. E se a Constituição não permitia a mesma discussão, na mesma sessão_legislativa, houve que inventar uma nova sessão_legislativa. Tudo com a maior das naturalidades e, como se vinte anos de prática parlamentar, de repente, se tivessem revelado tremendo equívoco que só a inteligência socialista foi capaz de deslindar." (195)

BCDS-PP: "Muito _bem!"

NM: "E aqui chegados, com tanta trapalhada, começamos até a perguntar se o Partido_Socialista quer, verdadeiramente, referendar esta questão, porque, para o conseguir, dificilmente se conseguiriam escolher piores caminhos durante tão pouco tempo." (199)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "Mas se na forma, o processo tem sido verdadeiramente lamentável, na substância, a opção da maioria não nos causa menor indignação. Nesta discussão, argumenta-se a diferentes níveis: processual, constitucional, regimental, material, cada um da sua bancada, cada qual assente na sua razão. Sobre diversos pretextos que se pretendem formalizar no plano do Direito, integridade moral da mulher, dignidade social, maternidade consciente, razões de natureza económica ou social. Só que, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, para além do Direito, há uma outra dimensão. A dimensão da moral, a dimensão dos valores de civilização de que depende, em boa verdade, a existência do próprio Direito, e, nesta dimensão, a questão maior que, verdadeiramente, nos distingue: a questão do real valor de uma vida humana. Porque, dependendo do que decidirmos, é isso que, verdadeiramente, aqui está em causa. De um lado, aqueles que acham =que a vida económica <que a vida se limita por decreto, que vêm em razões económicas e sociais justificação para lhe pôr termo, que centram todos os esforços na luta pela liberalização do aborto, e que, até para salvaguarda da sua consciência, têm sempre no referendo o melhor instrumento de responsabilização colectiva, apesar do mandato que, em tempo útil, o Povo lhes deu. Do outro lado, aqueles que, como nós, pensam exactamente o contrário, que pensam que o aborto é um mal, que o aborto é um erro irreparável, que acreditam que não se deve, que não se pode legitimar o direito de **um** julgar sobre a vida de outro. E que, mais do que, simplesmente, rejeitar a ideia da liberalização do aborto, insistem decididamente no combate às suas causas como a única solução possível. Mas importa, também, numa discussão que se quer séria, assinalar **todos** os equívocos, todas =as falsalida <as falsidades com que alguns pretendem condicionar um debate que só faz sentido, neste Parlamento, se for verdadeiro. Somos sensíveis, até muito, a todos os verdadeiros dramas de vida que

muitas vezes levam tantas mulheres à ponderação de uma decisão tão traumatizante, como a de abortarem. Não desconhecemos, também, muito outros casos em que a decisão é, infelizmente, bem mais egoísta. Só que estes factos não invalidam a convicção, de que deverá prevalecer sempre, de que a vida, enquanto valor, não é prescindível e de que não pode haver razão social ou económica que possa justificar a eliminação de uma criança que, em condições normais, acabaria por nascer. Depois, não podemos ser indiferentes à experiência de todos os Países que optaram por essa via. Hoje, todos reconhecem que nem mesmo os Países com ampla liberalização, se conseguiu diminuir o recurso à sua prática, ou até o aborto_clandestino. Também não é sério dizer-se, como ouvimos, tantas vezes, pessoas tão relevantes, como o próprio Primeiro_Ministro, há oito dias, neste Parlamento, que a quem assim pensa não se importa com o destino das mulheres presas pela prática do aborto. Não há neste País, em nenhum estabelecimento_prisional, uma única mulher presa pela prática do aborto, como não há uma única disposição do código_penal que não preveja uma pena_de_prisão. É a técnica legislativa. Também não há pessoas presas pela prática de difamações, não há pessoas presas pelo facto de aí prevista a pena_de_prisão. Simplesmente é essa a técnica" (247)

BCDS-PP:

"Muito_bem!"

NM: "legislativa."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "Sendo que não existe, igualmente, nenhuma contradição entre esta realidade e *áplicação da própria lei. Como aqui explicou, em mil novecentos e noventa e sete, um Senhor_Deputado, curiosamente eleito pelo Partido_Socialista, =a crimi <a incriminação do aborto não representa uma censura moral ou religiosa à mulher que a ele ' submete, mas sim o estabelecer de uma fronteira entre o lícito e o ilícito, o que não se reduz à aplicação repressiva de uma pena, mas a uma função dissuasora e preventiva traduzida num valor civilizacional."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "Também não é verdade que Portugal tem uma lei sem paralelo, singular, por exemplo, no plano europeu. A lei_portuguesa já comporta excepções, num compromisso que, **neste** Parlamento, foi conseguido, muito =simular <similar, de resto, à solução espanhola. E que dizer do pseudo-humanismo desta esquerda, que se indigna com o julgamento de mulheres pela prática de aborto. Porque, na solução socialista, mulher que aborta até às dez semanas não será julgada, e, daí, essa indignação. Mas mulher que aborte às dez semanas e um dia já terá de ser julgada, porque incriminada à sua conduta no código_penal e, nesse caso, já **nenhuma** indignação lhes suscita a solução socialista. Para não dizer de um outro valor ainda maior, o da vida da criança que, até às dez semanas, não é tutelada, não tem valor e pode ser prescindida, nomeadamente, por razões d' ordem económica ou social, mas que, a partir das dez semanas e um dia, é um valor absoluto, com salvaguarda do direito, com tutela jurídico-penal e, por isso, mulher que ao aborto recorra, necessariamente será julgada. Uma incompreensão de =inquer <que, na incoerência da solução socialista, choca à vista, choca ao bom-senso e faz perceber do absurdo duma solução, que só por uma maioria_absoluta, que se confunde com poder_absoluto, assim acabará por ser aprovada. Não aceitamos, também, o estigma do obscurantismo com que querem marcar todos *quanto não vejam na liberalização do aborto qualquer solução razoável. Quem assim pense não estará, com toda a

certeza, a olhar, desde logo, para dentro da própria casa e, no caso muito próprio do Partido_Socialista, desde logo, para dentro da própria bancada, para além de, assim, renegarem tantos que tanto marcaram e tanto marcam a história passada e recente deste grande partido estruturante da Democracia_portuguesa. Aqui chegados, sabendo nós, exactamente, o que se vai decidir nesta Assembleia_da_República, a palavra, novamente, ao Senhor_Presidente_da_República, que tem hoje **todas** as razões para decidir como decidiu em Maio. Nenhum referendo realizado entre eleições_autárquicas e presidenciais, num calendário_eleitoral tão curto, provavelmente, =pró <próximo do Natal, =tem em <tendo em atenção os prazos legais, assegurará as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos Portugueses. **Esta** foi, rigorosamente, a justificação invocada em Maio. (A) ela acrescem todas as outras. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Tudo dito, não se pense que se esta for a decisão do Senhor_Presidente_da_República, tememos a realização de um novo referendo ao aborto. Reconhecemos, até, que a sua realização traduz promessa_eleitoral =do Primeiro <do actual Primeiro_Ministro, não que isso seja razão, por outras houve que não cumpriu. Se formos forçados a um novo referendo, nele nos empenharemos com a mesma convicção, confiança e determinação com que nos empenhamos em todos os combates políticos. Conscientes de que a liberalização do aborto não é uma manifestação de modernidade, antes de profunda obscurantismo e retrocesso civilizacional." (291)

BCDS-PP: "Muito _bem!"

NM: "Conscientes de que, quanto mais se conhece da vida intra-uterina, mais sentido temos no nosso empenho pela defesa do direito à vida. Conscientes de que, nesta matéria, fazemos, **na minha bancada**, um exercício de plena liberdade, e de que, por isso, toda e qualquer decisão aqui tomada será a manifestação de livres consciências individuais. Conscientes, por último, de que esta batalha pode ser ganha, que esta batalha deve ser ganha, como já o foi uma vez, que esta batalha, com muita probabilidade, vai ser ganha e que, como então, voltará a ter na bancada do CDS o nosso total comprometimento. Disse!" (299)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

JG: "Pr'a uma intervenção, tem a palavra o Senhor_Deputado António_Filipe."

AF: "Senhor_Presidente e Senhores_Deputados. O Partido_Socialista reapresenta, hoje, para discussão, o projecto de realização de novo referendo sobre a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Vamos deixar de lado a insólita trapalhada constitucional e regimental, que determinou a possibilidade de reapresentação deste projecto em matéria discutida e rediscutida nesta Assembleia, cuja apreciação ficará para o Tribunal_Constitucional. A nossa posição sobre esse assunto é conhecida e não a vamos repetir. Importa, hoje, discutir a questão de fundo. A questão de fundo, para o PCP, é muito clara. É tempo, e mais que tempo, d'*Ássembleia_da_República aprovar uma lei despenalizadora da interrupção_voluntária_da_gravidez, que acabe de uma vez por todas com a perseguição penal das mulheres acusadas da prática do crime de aborto. É tempo, e mais que tempo, de acabar de uma vez por todas com o vexame das mulheres que são levadas ao banco_dos_réus, humilhadas na praça pública, sujeitas à devassa policial da sua intimidade, sujeitas à aplicação de penas de prisão que ninguém diz desejar, mas que continuam previstas na lei. É tempo, e mais que tempo, de acabar com a hipocrisia daqueles que dizem não querer punir as mulheres, e que se regozijam por não haver nenhuma mulher presa por ter abortado,

mas que, entretanto, continuar a recusar a alterar uma legislação, em que está prevista a pena_de_prisão pr'ás mulheres que tenham interrompido a gravidez e que há muito deveria ter passado à história. É tempo, e mais que tempo, de acabar com uma situação em que as mulheres que não têm dinheiro para interromper a gravidez em segurança, em clínicas no estrangeiro, e apenas essas, são obrigadas a alimentar o negócio do aborto_clandestino, com todos os riscos que daí possam decorrer para a sua própria saúde. Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, é esta a questão de fundo, e é com esta questão que nos deveremos preocupar. Em vez de andar com propostas de referendo p'rá frente e p'ra trás, e de trapalhada em trapalhada, *Ássembleia_da_República deveria, agora de que dispõe de uma maioria_parlamentar favorável à despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, usar as competências constitucionais de que dispõe para legislar, finalmente, nesse sentido."

BPCP: "Muito_bem!"

AF: "O Partido_Socialista, no entanto, prefere insistir, de novo, na realização de um referendo. Não que a Constituição o imponha. Está dito e redito que ao referendo do século passado, realizado no já longínquo ano de mil novecentos e noventa e oito, foi conferida uma eficácia política, que ele, juridicamente, nunca teve, e que permitiu que quinze por cento dos eleitores portugueses que votaram Não impusessem a sua vontade política a todos os demais, e manietassem a decisão do órgão de soberania representativo de todos os cidadãos portugueses."

BPCP: "Muito_bem!" (341)

AF: "Acontece, porém, que a eficácia que esse referendo, sublinho, nunca teve, ameaça perdurar p'rá eternidade. Para os partidos da direita, para quem o referendo não passou de um instrumento destinado em arredar o PS das suas contradições, com o objectivo de inviabilizar a despenalização da IVG, este referendo deve ser eterno na sua validade. Para o Partido_Socialista, a realização do referendo passou a ser o fim em si mesmo. O problema da despenalização da IVG passou para segundo plano, e a questão fundamental passou a ser fazer o referendo. Quanto a nós, esta maneira de ver as coisas coloca o problema completamente ao contrário e revela uma enorme insensibilidade perante o flagelo do aborto_clandestino." (350)

BPCP: "Muito_bem!"

AF: "O Partido_Socialista diz que o referendo foi uma promessa_eleitoral e deve ser cumprida. Temos pena que esse critério não seja aplicável a todas as promessas_eleitorais do Partido_Socialista e quase todas as outras e que quase todas as outras tenham sido lançadas pela borda fora sem grandes remorsos. Mas, neste caso, a promessa até foi cumprida. O PS apresentou nesta Assembleia e fez aprovar, já nesta legislatura, um projecto_de_resolução para realizar um referendo sobre a IVG, só que, como se sabe, a decisão não depende só de si. Depende de uma decisão do Presidente_da_República, que, **como se sabe**, decidiu em sentido diverso. Seria de toda a lógica, e teria toda a razoabilidade, que o PS tivesse entendido que, cumprido o seu compromisso com os eleitores de propor um referendo, e tendo este sido inviabilizado, a resolução do problema de fundo, que é a despenalização da IVG, deveria ser remetida para a sua sede própria, que é a Assembleia_da_República."

BPCP: "Muito_bem!"

AF: "Mas não! / Mas não! O PS insiste em não despenalizar a IVG e reincide na proposta de referendo, ou seja, abdica do fundamental em nome do acessório. Para o PS, a preocupação maior já não é resolver o problema da criminalização que incide sobre as mulheres que abortem. Para o PS, a preocupação maior é andar enredado em sucessivas propostas de referendo, mesmo sabendo que a decisão última nunca será sua. O que o PS nos propõe, hoje, tem três saídas possíveis: a primeira é não haver referendo, se o Tribunal_Constitucional decidir, de novo, decidir objectar à sua constitucionalidade, ou se o Presidente_da_República decidir, de novo, não o convocar; a segunda é haver um referendo durante a pré-campanha p'rás eleições_presidenciais, o que é um contra-senso democrático, susceptível de inquinar ambos os debates, fazendo girar o debate das presidenciais em torno do aborto e o debate do aborto em função das candidaturas presidenciais; a terceira possibilidade é o Presidente_da_República convocar um referendo, remetendo a sua realização para um momento em que o Presidente_da_República já seja outro, o que, sendo, agora, legalmente possível, não deixa de ser uma projecção discutível do exercício de funções ara além do mandato presidencial. Ou seja, o que temos, hoje, entre mãos, é optar entre uma solução má, uma solução péssima, ou deixar tudo na mesma, e o PCP não se conforma com nenhuma destas soluções."

BPCP: "Muito_bem!" (380)

AF: "Esta proposta / (palmas) Esta proposta de referendo é mais um subterfúgio do PS para não ter de decidir aquilo que deve ser decidido. Sempre que, de hoje em diante, alguma mulher for levada ao banco_dos_réus, acusada de crime de aborto, é bom que se saiba que este julgamento já não é só da responsabilidade dos partidos de direita, que insistem na criminalização, mas passa a ser, também, daqueles que, sendo favoráveis à despenalização, preferem referendar, em vez de despenalizar. Disse!" (386)

JG: "Para uma intervenção, tem a palavra a Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia."

HA: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados. Através da actual lei_penal, as mulheres podem ir para a prisão por ter feito um aborto nas primeiras semanas de gravidez. O PP chama a isto, técnica legislativa, a esta pena_de_prisão. Estão, entretanto, e já o manifestaram, aqui, por diversas vezes, aliviados porque a lei não tem sido aplicada até às suas últimas consequências, e vivem, então, permanentemente, nesta contradição. *Convivem bem, a *direita, com o aborto_clandestino, com as condições degradantes e não assistidas a que as mulheres se sujeitam para fazer um aborto em Portugal e convivem muito bem com o julgamento de mulheres que se sentam no banco_dos_réus, expondo a sua vida privada por terem feito um aborto. Entretanto, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, procuramos aqui, num pedido de esclarecimento, confrontar o Partido_Socialista com os diferentes cenários possíveis, caso, como tudo indica, este projecto, hoje, seja aprovado. O Partido_Socialista recusou-se, obviamente, na sua resposta, a dar *ah*, justamente, o esclarecimento, sobre a sua responsabilidade a assumir daqui p'rá frente, uma vez que, neste momento, passam a bola ao Presidente_da_República, que pode, ou não, convocar o referendo e, como sabemos, mesmo se o referendo for convocado, vários cenários se podem levantar. O Partido_Socialista não se quer, neste momento, responsabilizar com mais nada, mas quero dizer, também, que fiquei surpreendida com a intervenção do Bloco_de_Esquerda, que acabou por referir que, se este referendo não for convocado, não nos resta outra alternativa senão assumirmos as

nossas responsabilidades e acabarmos aquilo que começámos, ou seja, o processo legislativo que está iniciado nesta Casa. De facto, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, estamos *ássumir responsabilidades em tempo muito diferente. Os_Verdes reafirmam: temos hoje, **mais do que nunca**, condições pr'alterar, de **uma vez por todas**, esta lei criminosa, que temos em Portugal, que não permite que as mulheres pratiquem a interrupção_voluntária_da_gravidez nas primeiras semanas de gravidez, de gravidez. Os_Verdes já assumiram, há muito, a sua responsabilidade e aquilo que pedimos é que **assumamos**, rapidamente, as nossas responsabilidades aqui na Assembleia_da_República. A lei que fere a dignidade das mulheres_portuguesas, uma lei que se traduz a ela própria num **crime**, como o Partido_Socialista gosta de dizer na rua, não se compadece que se assumam responsabilidades tardias, porque, nesse tempo, muitas mulheres, **mas muitas mais mulheres**, =se vitizi <se vitimizarão com o aborto_clandestino. Muito_obrigada."

JG: "Para uma intervenção, tem a palavra a Senhora_Deputada Maria_de_Belém."

MB: "Obrigada! (vb) Senhor_Presidente, Senhoras_Deputadas e Senhores *eh* Deputados. A posição do Partido_Socialista sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez é muito clara, quer no seu programa_eleitoral, quer no programa de Governo já aprovado nesta Câmara. Destes programas, resulta um compromisso claro, no sentido de promover um novo referendo sobre a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, nos termos anteriormente submetidos ao voto_popular. Aquilo que =o parti <o grupo_parlamentar do Partido_Socialista pretendeu discutir, hoje, não foi, porém, a posição '*ássumir na resposta à pergunta a submeter a referendo. Essa, como também é tradição, e boa tradição do Partido_Socialista, está na consciência de cada um de nós. Não foi disso que aqui, hoje, se tratou, mas antes do instrumento referendo, como forma constitucionalmente prevista de consulta aos eleitores, neste caso concreto, sobre matéria de inequívoca delicadeza e sensibilidade. Não deveria, pois, hoje, verdadeiramente, ter cabido a discussão relativa às posições que cada bancada, ou cada uma, ou cada um dos Senhores_Deputados tem sobre a matéria, mas tão só se a proposta de referendo preenche os requisitos constitucionalmente previstos para a sua aprovação. Em primeiro lugar, a competência do Parlamento para a matéria objecto de referendo. Essa competência é dele e é este o local mais digno em Democracia para realizar este debate, p'la atinente relação que o mesmo tem com o artigo vinte e quatro da Constituição, o que prevê o direito à vida. Em segundon lugar, aquilo que deveria ter estado, aqui, em análise, era se esta matéria se trata, ou não, de relevante interesse nacional. Ora, esse reconhecimento foi-lhe atribuído no acórdão do Tribunal_Constitucional número duzentos e oitenta e oito, noventa e oito, cujos relatores, o saudoso Juíz_Conselheiro Luís_Nunes_d'Almeida exprimia da seguinte forma: "A indiscutível controvérsia que, ao longo dos anos, a questão tem gerado na sociedade_portuguesa, e o debate político, jurídico, científico e filosófico, que em seu torno se tem desenvolvido, não permite dúvidas que a mesma assume, relevante interesse nacional." E a evolução dos acontecimentos de mil novecentos e noventa e oito, até hoje, só reforçou esse interesse e essa importância por razões, hoje, já aqui, abundantemente, exteriorizadas. (Senhor_Presidente, eu sinto muito ruído aqui. Eu presumo que a importância relativa deste debate será inversamente proporcional =à <ao vigor com que algumas das bancadas se revelam contra esta proposta apresentada, mas gostaria, eu própria, de não seu prejudicada na minha intervenção pelo ruído de fundo que aqui sinto nesta sala.) Todos os outros requisitos, que

constam da lei *ah* e do regime_jurídico do referendo, com uma não incidência orçamental, tributária ou financeira, o facto da proposta não buscar uma solução normativa desconforme à Constituição, o facto, também manifesto pela natureza das coisas, no sentido de não se tratar de instrumento usado p'la primeira vez sobre a matéria objecto de consulta, o facto, ainda, de não significar qualquer choque entre Democracia_Representativa e Democracia_Deliberativa, tudo isto já respondido e já resolvido, permite concluir p'la legitimidade da apresentação da proposta e p'la oportunidade da sua aprovação nesta Câmara. Quanto à pergunta em si, e à sua conformidade com as características de que deve revestir-se para não colidir com o regime constitucionalmente consagrado, também a resposta já está dada, no citado relatório que deu origem ao acórdão do Tribunal_Constitucional que atrás referi. Com efeito, tratando-se rigorosamente da mesma pergunta, sujeita ao apertado escrutínio daquele douto Tribunal, não pode, sequer, em minha opinião, suscitar-se a questão. Trata-se de pergunta classificada como clara, objectiva, precisa e sobre uma só matéria. Cumpridos os restantes requisitos do universo_eleitoral e de que nenhuma das respostas, quer ela seja afirmativa ou negativa, à pergunta constante *ah* do projecto_de_resolução =a submeter da pergunta <a submeter a referendo, nenhuma dessas respostas implica uma solução jurídica incompatível com a Constituição, por isso, o grupo_parlamentar do Partido_Socialista votará favoravelmente o projecto hoje em discussão, resolvendo, assim, a parte do processo que lhe cumpre. Porque é nosso entendimento, como há dias exprimiu nesta bancada o líder_parlamentar do Partido_Socialista, que temos, não só a legitimidade como o dever de conceder, de novo, aos Portugueses, o direito de se pronunciarem sobre esta matéria. Ao Senhor_Presidente_da_República cabe a competência da decisão final que a Constituição lhe atribui. Em qualquer circunstância respeitaremos e acataremos, como sempre, a decisão do Presidente_da_República, qualquer que ela seja. Tenho dito. Muito_obrigada!" (500)

JG: "Para uma intervenção, tem a palavra a Senhora_Deputada Ana_Drago."

AD: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, em quatro anos, em Portugal, houve vinte sete mulheres que foram julgadas pelo crime de aborto. Nos últimos quatro anos, podemos estimar que cerca de oitenta mil mulheres fizeram aborto_clandestino em Portugal. Muitas delas sofrerão, ainda hoje, aquilo que são as sequelas, na sua saúde, da falta de condições de segurança nas redes de aborto_clandestino, e é preciso que se discuta, hoje, aqui, no Parlamento, de quem é a responsabilidade. E a responsabilidade pela humilhação das mulheres nos bancos_do_tribunal, desde de dois mil e um, a responsabilidade por aquilo que são as causas na saúde das mulheres que recorrem ao aborto_clandestino, essa responsabilidade está aqui, do outro lado da Câmara, nas bancadas da direita."

BBE: "Exactamente!" (511)

AD: "A responsabilidade desta vergonha, sermos o **único** País da Europa que persegue mulheres e que leva mulheres a Tribunal, é vossa, Senhores_Deputados."

BBE: "Exactamente! Exactamente!"

AD: "Desde a Maia, desde dois mil e um, quando dezassete mulheres 'tiveram no banco_dos_réus, que a opinião_pública tem dado todos os sinais que quer rever aquilo que é uma legislação punitiva, que quer rever aquilo que foi o resultado de um referendo que não foi vinculativo. E o que aconteceu em Portugal foi absolutamente extraordinário. A direita e o Governo das

direitas ficou refém, o PSD ficou refém daquilo que são os sectores mais conservadores da direita portuguesa. O PSD, ao longo dos últimos três anos, envolveu-se em todas as desculpas, deu todas as razões para nunca convocar um referendo. Que não queria, que não podia, que não era o tempo. E hoje exprime, aqui, aquilo que é uma lógica cristalina, que é: diz, neste Plenário, diz aos Portugueses, que não é contra convocação de um referendo, mas que vai votar contra a convocação deste referendo. É absolutamente claro. Ficamos todos esclarecidos. Os Senhores não querem, não podem, nunca terão a coragem de mudar uma lei que já hoje ninguém defende. Pior! Os Senhores dão o dito pelo não dito. Quem tem memória, Senhor_Deputado, lembra-se que os Senhores queriam, tinham, aliás, exigido ao Partido_Socialista que se fizesse, até ao final do ano, um referendo sobre a constituição europeia. Na altura, os Senhores não pensavam, não sabiam, que havia um calendário eleitoral que poderia ser complicado. Senhores_Deputados, percebemos perfeitamente qual é a vossa posição. Os Senhores **nunca** terão coragem de fazer uma ruptura com aquilo que são os sectores fundamentalistas e mais intolerantes da direita em Portugal. Fica absolutamente claro que o PSD quer continuar com uma lei que leva as mulheres a Tribunal." (528)

BBE: "Muito_bem! Muito_bem!"

AD: "

Os Senhores inventaram, ainda, uma desculpa que é, ou uma outra razão que é absolutamente esfarrapada, e devo-lhe dizer, absolutamente inaceitável, só cabe na cabeça dos dirigentes do PSD e, provavelmente, do Professor_Marcelo_Rebelo_de_Sousa, que é condicionar aquilo que é um mandato de um novo Presidente_da_República, pedindo ao actual Presidente_da_República que marque um referendo para Abril ou Março. **Nunca**, Senhor_Deputado, alguém tinha pensado que aquilo que é a legitimidade democrática de um novo mandato do Presidente_da_República possa ser condicionado por uma decisão tomada pelo anterior Presidente_da_República. Devo-lhe dizer =Senhor Com <Senhor_Deputado Marques_Guedes, que as declarações que fez hoje ao vários diários nacionais mostram que, de facto, sobre Constituição e sobre *ah ah* aquilo que são os poderes do Presidente_da_República, o Senhor_Deputado tem algumas ideias que estão um pouco baralhadas. No essencial, aquilo que nós discutimos aqui, hoje, é a questão de fundo: queremos, ou não, mudar uma lei que criminaliza as mulheres, que humilha as mulheres em Tribunal? Por muitos que os Senhores se riam, sabemos hoje que a opinião_pública quer mudar esta lei. Temos que parar de adiar, temos que levar o referendo adiante, temos que confiar na Democracia. Muito_*obrigado!" (538)

BBE: "Muito _bem!"

JG: "Está esgotada a lista de inscrições. Senhor_Deputado Nuno_Melo pede a palavra para…"

NM: "Interpelação à Mesa, Senhor_Presidente. Verdadeira interpelação à Mesa. Só para saber se no entendimento de Vossa_Excelência, finda que está esta questão, e antes mesmo da votação, entende a Mesa e entende o Senhor_Presidente que o Tribunal_Constitucional na apreciação que fará, necessariamente, deverá limitar essa apreciação =à questão da <à questão em discussão, ou deverá apreciar, formalmente, =da <do agendamento e da discussão que hoje aqui tivemos?" (544)

BCDS-PP (vb) "E da sessão_legislativa."

NM: "E da duração da sessão_legislativa, naturalmente."

JG: "Senhor

_Deputado, não nos cabe a nós fazer matéria de interpretação da Constituição, ou da lei_do_referendo, neste momento, mas a Constituição é clara em não circunscrever a nenhum tema específico '*ápreciação da fiscalização preventiva de constitucionalidade a que o Presidente_da_República está vinculado, se decidir convocar um referendo. Vamos, portanto, passar à fase das votações, e antes disso, à verificação de quórum. Pedia que fizessem o favor =ins <inserir o cartão electrónico. A Mesa registará as presenças que não sejam susceptíveis de verificar electronicamente. Isso está a ser feito. Pedia para se sentarem. =Inscrição <Introdução de cartões. Podiam accionar o mecanismo para confirmação de presença. E os Senhores_Deputados que estão presentes podem carregar no botão verde."

SSM(vb):"Aqueles que vão ser afixados […]" (560)

JG: "Podem afixar"

SSM(vb): "a mais"

JG: "o número de presenças."

SSM(vb):"Tantos […] Não pode ser! Isto […] São mais cinco. Dezasseis."

JG: "Há cento e quarenta e oito presenças verificadas electronicamente, mais vinte presenças constatadas pela Mesa. Há, portanto, quórum de deliberação"

SSM(vb): "Vinte e um."

JG: "Há quórum de deliberação. Vamos, então, proceder à votação do projecto_de_resolução sessenta e nove barra dez. Senhores_Deputados que votam a favor têm a bondade de se levantar. Podem sentar. Senhores_Deputados que votam contra podem-se levantar."

B(vb): "Ó, por uma vez […] (comunistas). Por uma vez -/-"

JG: "Podem sentar."

B: "(Porque) há gente séria."

JG: "Senhores_Deputados que se abstêm têm a bondade de se levantar. Pode sentar. O projecto_de_resolução está aprovado com os votos favoráveis dos Deputados dos grupos_parlamentares do PS e do Bloco_de_Esquerda. Teve os votos contra das restantes bancadas e de uma Deputada do grupo_parlamentar do PS e '*ábstenção de uma Senhora_Deputada do grupo_parlamentar do PS. Está, portanto, aprovado."(573)

Discursos proferidos no dia 7 de Dezembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 9 de Dezembro de 2005

JG: "Vamos dar início à primeira parte do nosso período d'antes da ordem do dia, com declarações de cada grupo_parlamentar, par' *ápreciação da comunicação do Presidente_da_República, relativa à proposta de referendo. Tem a palavra primeiro inscrito, o Senhor_Deputado Nuno_Melo."

NM: "Senhor Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. =O que esta <o que a propósito desta matéria se passou neste Parlamento, era absolutamente escusado. E era absolutamente escusado precisamente porque nós avisamos que qu'isto ia acontecer. À data, o Doutor_Alberto_Martins, a bancada do Partido_Socialista, insistentemente, em diversas ocasiões, em sede de comissão, em sede (de) debate parlamentar não o quiseram aceitar e não nos quiseram ouvir. Só qu' a verdade é que nós avisamos, Senhor_Deputado Alberto_Martins, e hoje, decorridos alguns meses, poucos, cá estamos para lhe mostrar como já à data tínhamos razão, e esperamos bem, no final, seja Vossa_Excelência, ao menos agora, capaz =de o <do admitir."

BCDS-PP: "Exactamente!"

NM: "E, porque a verdade, Senhor_Deputado Alberto_Martins, Senhoras e Senhores_Deputados do partido_Socialista, a Democracia tem regras e não há nenhuma maioria_absoluta, por muito absoluta que seja, e é muito significativa a maioria_absoluta que o Partido_Socialista hoje dispõe, que possa pôr em causa essas regras da Democracia, e dentre elas, aquilo que nos impõe a lei e aquilo que nos impõe a Constituição, só que, na verdade, o Partido_Socialista tentou pôr em causa essas regras. Num primeiro momento, como se recordam, tentaram, aqui neste Parlamento, com legitimidade, fazer aprovar um referendo à questão do aborto, numa questão que foi inviabilizada, em definitivo, por decisão do Senhor_Presidente_da_República e nós dissemo-lo, não podia o Partido_Socialista, apesar da legitimidade na discussão, até porque anunciada em campanha_eleitoral, tentar discutir de novo a questão do referendo ao aborto na mesma sessão_legislativa. O Partido_Socialista, confundindo maioria_absoluta com teimosia e poder_absoluto, que não tem, e pr'ó qual não 'tá legitimado"

BCDS-PP: "Muito_bem!" (62)

NM: "quis **impor,** de novo, essa discussão. Pediu, então, ao Doutor Vitalino_Canas que elaborasse um parecer, um parecer que fez passar na primeira comissão, qu'aprovou na primeira comissão,"

BCDS-PP: " Exactamente!"

NM: "usando dessa tal maioria_absoluta de que o Partido_Socialista dispõe. Curiosamente à data, citando constitucionalistas que dizia eram esmagadoramente a favor da tese, curiosamente em alguns casos, em sentido contrário daquilo que era a sua obra escrita."

BCDS-PP: "Exactamente!"

NM: "Recordavamos como um Constitucionalista, em particular, em microfone aberto, dias depois da deliberação da primeira comissão, dizia exactamente o contrário daquilo que o Senhor_Deputado Vitalino_Canas lhe atribuía no parecer. Mas o Partido_Socialista **não!** Teimosamente, quis impor o parecer e depois quis impor a discussão. E nesse momento colocaram em crise alguém que deviam preservar, porque tem sido alguém que tem sabido manter uma posição

equidistante deste Parlamento, que é o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República." (80)
BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"
NM: "
Colocaram, em primeiro lugar, num papel muito difícil o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República, ao imporem, de novo, a discussão do referendo na mesma sessão_legislativa. Então, inventaram várias teses. Uma delas até previa a possibilidade de uma quinta sessão_legislativa, coisa que expressamente a Constituição proíbe. E também aí, nós avisamos que não poderia acontecer. Não se lembraram até daquilo que é a coerência política, e aquilo que tinha sido uma prática parlamentar estabilizada e uma interpretação doutrinária, igualmente estabilizada com mais de vinte anos. Não se lembraram que o Partido_Socialista **sempre se conformou**, durante mais de vinte anos com essa regra, de que na mesma sessão_legislativa não se pode repetir duas vezes a mesma discussão. Esqueceram-se do que tinha acontecido em tempos de governação do Engenheiro_António_Guterres. Esqueceram-se como **aí**, também, perceberam que, a quinze de Setembro do ano seguinte àquele a que o Governo tomou posse, não se iniciou uma nova sessão_legislativa. Tentaram, então, umas habilidades. Alteraram a numeração dos guiões, quiseram argumentar com a questão substantiva, que foi aquela que **nunca** nos preocupou à data, porque quando essa tiver que ser discutida, ainda que, naturalmente, nos termos da lei e da Constituição, lá | (mostrará) / (nos trará) / (não estará) | composição muito clara. Agora, aquilo que nós nunca. Aceitamos, aquilo que nós nunca admitimos, foi que por =teimasi <teimosia, por não perceber que em Democracia se **tem** que saber perder, como se tem que saber ganhar, o Partido_Socialista quis impor duplamente uma discussão que não podia repetir. E recordo-lhe, agora, Senhor_Deputado Alberto_Martins, por ser a data certa o que à data lhe dizia. O que hoje aqui lhe afirmo já afirmei então, porque achava, Senhor_Deputado Alberto_Martins, que não estava na atitude da bancada do Partido_Socialista, a dar um bom exemplo daquilo que deve ser a melhor prática democrática. E avisei, Senhor_Deputado Alberto_Martins, que se persistissem nesse agendamento, recorreríamos da decisão do Senhor_Presidente_da_Mesa, e s'a maioria_absoluta do Partido_Socialista insistisse nessa inconstitucionalidade, apelaríamos ao Senhor_Presidente_da_República, e apelaríamos, nomeadamente, para que o Tribunal_Constitucional não permitisse qu'a Constituição assim fosse posta em causa. Eu vou recordar o que, à data, o Senhor_Deputado Alberto_Martins me disse e disse à bancada do CDS. Dizia, e cito, Senhor_Deputado Alberto_Martins, "O CDS tem sempre o mesmo argumento, qu'é o argumento do calendário. Em dois mil e quatro, dizia que não havia ainda tempo suficiente para haver o referendo, em dois mil e cinco, dizia qu'a prioridade devia ser o referendo europeu. Hoje diz que, agora, já não é o início de uma sessão_legislativa, e agora tivemos conhecimento que o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República se decidira demitir o projecto_de_resolução, vão recorrer pr'ó Plenário, onde serão, naturalmente, =rote <derrotados", dizia Vossa_Excelência, de resto, com muita sobranceria, "e que depois recorrerão para o Presidente_da_República -têm o direito de o fazer- e que recorrerão para o Tribunal_Constitucional, para o Pai_Natal, recorram para onde quiserem." Senhor_Deputado Alberto_Martins,"
BPS: "[…]"

NM: "não sei se até lá, não sei se até lá"(129)
B: "Vou, vou."
NM: "não sei até lá, o Pai_Natal que, vejo bem Vossa_Excelência, p´los vistos, também tem como instância de recurso, lhe trouxe alguma boa nova, mas a nós, basta-nos a decisão do Tribunal_Constitucional, que, como vê, (foi concorde) do nosso entendimento,"
JG: "Pode concluir, Senhor_Deputado."
NM: "não foi conforme o entendimento de Vossas_Excelências, e ainda bem, porque, também assim, se cumpriu a Democracia. Disse!"
JG: "Senhor_Deputado Vitalino_canas, tem a palavra." (135)
VC: "Senhor_Presidente, Senhores *ah* Deputados. O acórdão quinhentos e setenta e oito, dois mil e cinco, que está hoje, aqui, implicitamente *ah* subjacente, não merece a nossa concordância. E não precisamos d' ir muito longe. Basta olhar pr'ó próprio acórdão e pr'ás declarações de voto que estão anexas a esse mesmo acórdão, declarações de voto subscritas por seis dos juízes, incluindo o Presidente_do_Tribunal_Constitucional. As declarações de voto expõem bem as fragilidades argumentativas do acórdão. O acórdão =dá como certa <dá como certo que algumas disposições da Constituição não têm, pura e simplesmente, qualquer alcance, qualquer significado ou qualquer sentido úteis, ao mesmo tempo que manipula, manipula aqui em sentido figurado, refiro-me aqui às célebres sentenças manipulativas que são muitas vezes tratadas pela doutrina e pela jurisprudência, e manipula o significado de algumas outras normas que são alcandoradas a normas superiores ou outras normas da Constituição. Portanto, o acórdão é frágil do ponto de vista argumentativo e não merece a nossa concordância. Mas o debate sobre essa questão, ao nível político, terminou. E, por nós, submeter-nos-emos, integralmente, àquilo que é a doutrina desse mesmo acórdão. Aliás, o Senhor_Deputado fala aqui de maiorias e minorias, pelos vistos, o Senhor_Deputado acha que a maioria_**absoluta** que há no Tribunal_Constitucional tem razão, espero que leve esse *ah* esse princípio para outras situações que venham a ocorrer." (166)
BPS: "Muito_bem! Muito_bem!"
VC: "Nós submetemos ao veredicto do Tribunal_Constitucional e a direita, o Senhor_Deputado, em nome do CDS-PP e porventura também o PSD, o PCP, também, clama aqui uma grande vitória. Mas Senhores_Deputados, talvez a vitória seja uma vitória de Pirro. Em primeiro lugar, porque não tenho nenhumas dúvidas, Senhores_Deputados, que quando for possível, nós estaremos aqui, de novo, para tomar a iniciativa do referendo, estejam os Senhores de acordo, ou não estejam de acordo. / Por outro lado, Senhores_Deputados, talvez a derrota, aqui, não tenha sido do Partido_Socialista. Talvez a derrota, aqui, tenha sido de muitas pessoas que, neste momento, têm o **drama** de ter de fazer aborto e não podem fazê-lo sem serem criminalizados e sem serem julgados. Talvez esses sejam, verdadeiramente, os derrotados, e não o Partido_Socialista." (180)
BPS: "[…]"
VC: "Por outro lado, ainda, Senhores_Deputados, por outro lado, ainda, Senhores_Deputados, talvez a derrota também seja uma derrota de todos nós. Porque, não sei se os Senhores_Deputados não percebem, que o facto de ter havido um compromisso_eleitoral assumido pela

maioria, de ter havido uma maioria que pretende realizar o referendo e o facto desse referendo não se puder realizar antes de quase decorridos dois anos após as eleições de =Fever <Fevereiro não prestigia" -/- (187)
BPS: "[…]"
VC: "não prestigia o sistema político e não nos prestigia a nós."
BPS: "[…]"
VC: "E lá fora, Senhores_Deputados, as pessoas não estão muito interessadas nestas querelas que podemos arranjar aqui. As pessoas estão interessadas em resolver os problemas e não compreendem por que é que questões de ordem formal atrasam uma decisão desta natureza, em dois anos. Portanto, Senhores_Deputados, também uma vitória de Pirro, por essa razão. Mas queria, aqui, assegurar que nós não iremos *ah* deter-nos perante percalços e acidentes de percurso e questões de ordem e natureza formal. Nós temos um problema que devemos resolver. Temos um problema que devemos resolver e a única forma, no quadro actual, de resolver esse problema, mantendo as regras de funcionamento democrático, mantendo os compromissos_eleitorais, é realizando o referendo e defendendo o **Sim** à despenalização do aborto até às dez semanas nesse referendo. E, portanto, Senhores_Deputados, não julgam que esse incidente nos vai deter e, em Setembro do ano que vem, cá estaremos para tomar, de novo, a iniciativa do referendo." (204)
BPS: "Muito_bem!"
JG: "Tem a palavra o Senhor_Deputado António_Filipe."
AF: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Queria dizer, em primeiro lugar, que nós não nos congratulamos de maneira nenhuma com a situação que está criada em torno do problema da interrupção_voluntária_da_gravidez e a sua despenalização."
BBE: "Muito_bem!"
AF: "E ao contrário do pedido do Senhor_Deputado Vitalino_Canas, nós não cantamos vitória nenhuma. A direita poderá cantar, nós não cantamos vitória nenhuma."
B: "Gostava […] de saber."
AF: "Nós 'tamos de acordo com a decisão do Tribunal_Constitucional, que, aliás, corresponde à posição que =nós consti <nós, aqui, manifestámos. Nós sempre entendemos, e os Senhores_Deputados farão justiça de reconhecer isso, sempre entendemos que, constitucionalmente, era assim que as coisas deveriam funcionar. Embora, isto seria irrelevante, porque tomada a decisão jurisdicional do Tribunal_Constitucional, ela é vinculativa, e, portanto, aqui a nossa concordância ou discordância, enfim, seria legítimo que fosse manifestada, neste caso, é concordância, mas o que importa aqui, o que vincula aqui, toda a Assembleia, é, efectivamente, a decisão que o Tribunal_Constitucional tomou e =com o <cujo conteúdo nós *ah* nos identificamos e concordamos com ele. Agora, nós não nos congratulamos com nada do que se está a passar neste processo, e só temos que lamentar a forma errática como o Partido_Socialista tem conduzido este processo." (223)
BPCP: "Muito_bem!"
AF: "E que tem subordinado o essencial ou acessório."
BPCP: "Exactamente!"

AF: "Isto é, o Partido_Socialista, tanto quanto julgamos saber, comprometeu-se a duas coisas: uma, =a resolver a quês <a despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez e a fazer um referendo sobre a matéria. E o Partido_Socialista diz que a sua grande promessa_eleitoral é fazer o referendo. Ainda que isso não dependa de si, e deixa na sombra aquilo que para nós é questão essencial. É que continua a haver julgamento, continua as mulheres a ser levadas a Tribunal, acusadas de terem interrompido a gravidez. E parece que o Partido_Socialista com isso não se preocupa, só se preocupa a andar para trás e pr'á frente, a criar trapalhadas em torno da realização de um referendo." (233)

BPCP: "Muito_bem!"

AF: "E, portanto,"

BPCP: "Muito_bem!"

AF: "E nós estamos confrontados com a questão essencial que deve ser resolvida e que '*Ássembleia_da_República poderia e deveria já ter resolvido há muito tempo, e que não resolve, porque o Partido_Socialista, que é a maioria, não quer resolver. Refugia-se atrás de um referendo, refugia-se atrás da **impossibilidade** de fazer o referendo, para continuar a defender que um dia mais tarde, quando puderem vir a propor outro referendo, voltarão a propor outro referendo, que não sabem nunca =se será <se virá a ser feito, enquanto referendo vai, referendo vem, a questão não se resolve e os julgamentos continuam a realizar-se. E, portanto, é preciso que se saiba que as mulheres continuam a ser acusadas da prática de aborto, continuam a ser sujeitas =à <à aplicação legal, po'que a lei continua a prever penas de prisão para essas situações e o Partido_Socialista está insensível a isto. A direita não se importa, porque a direita, hipocritamente, vai dizendo, quando há julgamentos, vai dizendo que lamenta os julgamentos, vai dizendo que é contra os julgamentos, mas faz tudo para que tudo fique na mesma, faz tudo para que a penalização continue inscrita na lei, e é por isso que se regozija, porque a direita regozija-se com tudo o que possa contribuir para que este problema não se resolva. Infelizmente, conta com a colaboração prestimosa do Partido_Socialista nesta matéria. Continua a não querer assumir as suas responsabilidades e continua a não querer que a Assembleia_da_República assuma as responsabilidades que tem nesta matéria. A nossa posição é muito clara: não há razão absolutamente nenhuma, nem política, nem jurídica, para que a Assembleia_da_República não aprove uma lei que despenalize a interrupção_voluntária_da_gravidez. É só uma **mera** questão de vontade política, e as responsabilidades, que todos os partidos têm que assumir nesta matéria, são responsabilidades políticas. São responsabilidades perante o povo_português, perante o País, são responsabilidades perante as mulheres que continuam a ser levadas a Tribunal, acusadas de interromperem a a gravidez. E, por isso, é que nós não nos congratulamos nada com este processo e pensamos que a Assembleia_da_República, por força da maioria, não está a querer assumir as responsabilidades que tem de assumir nesta matéria e não está, afinal de contas, a cumprir aquela que **também foi** uma promessa_eleitoral que fizeram. Foi =a <nesta legislatura, despenalizarem a interrupção_voluntária_de_gravidez. Nós, p'la nossa parte, continuaremos, coerentemente, a lutar para que esse objectivo seja concluído e *ah ah*, nesta altura, por força da posição do Partido_Socialista, não temos outra possibilidade que não seja esperar por uma próxima sessão_legislativa para que este problema se resolva, mas nós insistiremos, porque pensamos que continua a ser uma vergonha nacional que as mulheres continuem a ser levadas a Tribunal por esta causa. Muito_obrigado!" (269)

BPCP: "Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado Vitalino_Canas pede a palavra para…"
VC: "
Senhor_Presidente, para defesa da honra da bancada."
JG: "Tem a palavra."
VC: "Muito_
obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhor_Deputado António_Filipe, acusa-nos de actuação errática e de trapalhada, mas Senhor_Deputado, eu queria recordar-lhe que o PCP neste processo tem tomado algumas iniciativas e algumas atitudes incompreensíveis e também incoerentes. Desde logo, é incompreensível que o partido, qu' o PCP procure inviabilizar, e tenha procurado inviabilizar, até agora, a única forma que no quadro político actual existe de alterar a lei. Mas depois, Senhor_Deputado, quanto à forma errática e às trapalhadas, o Senhor_Deputado não se devia esquecer que ao mesmo tempo que o Partido_Comunista, aqui, defendeu a orientação que, em quinze de Setembro, não se iniciava uma nova sessão_legislativa e que, portanto, o Partido_Socialista não poderia tomar, de novo, a iniciativa do referendo, ao mesmo tempo, e praticamente nos mesmos dias, reapresentou a sua própria iniciativa sobre a lei pr'á despenalização até às d6ze semanas. Ou seja, =o Partido_Socialista, por um lado, sustenta que não se pode repetir a iniciativa, por outro lado, <o Partido_Comunista, por um lado, sustenta que não se pode repetir a iniciativa, por outro lado, repete, retoma a sua própria iniciativa, igual àquela que tinha sido chumbada. Então, qual é que é, afinal, a posição do Partico_Comunista? Pr'*álem disso" (290)
BC:
"[…] a sua própria […]"
VC: "Pr'além disso, Senhor_Deputado, erráticos, incoerentes? O Senhor_Deputado, através da orientação que aqui defendeu, inviabilizou que o Partido_Comunista durante *ah* todo este tempo, até quinze de Setembro, esteja impedido de apresentar qualquer iniciativa que possa concretizar a orientação que os senhores têm em relação à possibilidade da Assembleia_da_República legislar, directamente e sem referendo, sobre o tema. Portanto, os senhores têm sido erráticos e têm sido incoerentes, e têm-se metido em trapalhadas. Nós, (desde) o início, definimos a nossa orientação e procurámos concretizá-la. Não foi possível, não é por nossa causa =Senhor_Presi <Senhor *ah* Deputado." (298)
JG: "Para dar explicações, Senhor_Deputado António_Filipe, se o entender, tem a palavra."
AF: "Senhor_Presidente, muito_obrigado! Eu quase, eu quase não precisava de dar explicações, porque =o Se <o que o Senhor_Deputado Vitalino_Canas agora disse é de uma inconsistência absoluta."
BPCP: "Exactamente!"
AF: "O Senhor_Deputado acusa-nos de sermos nós, PCP, inviabilizar o referendo. Senhor_Deputado, quem inviabilizou o referendo, da primeira que o propuseram, não fomos nós, foi o Senhor_Presidente_da_República que o fez, por decisão própria, legítima. Não fomos nós. Da segunda vez, foram os senhores, porque decidiram adoptar uma *ah* decisão, aqui, procedimental, na Assembleia_da_República, =que não <para cuja inconstitucionalidade nós alertámos, desde o primeiro minuto, e os senhores insistiram que não era inconstitucional, podiam fazê-lo. Nós dissemos, "Olhem que isso é inconstitucional." Não foi por falta

de aviso da nossa parte, que os senhores incorreram nesta inconstitucionalidade. Agora, não venham" -/- (310)
B: "[…]"
AF: "Eu já lhe respondo. Agora, não venham dizer que fomos nós que inviabilizámos o referendo. Nós, que, desde o primeiro dia, dissemos que se os senhores forem por aí, arriscam-se a que não haja referendo nenhum. Não nos venham acusar a nós daquilo que nós não fizemos. Depois o Senhor_Deputado diz, então por que é que reapresentaram o projecto_de_lei? Por razões óbvias. Uma vez que tinha sido por maioria, que estávamos noutra sessão_legislativa, nós não íamos continuar a fingir, como se a Assembleia não tivesse decidido nada e, portanto nós apresentámos o projecto como na base =desse <decisão"
B: "[…]"
AF: "desse entendimento era nosso direito, mas assim que houve o acórdão do Tribunal_Constitucional, retirámos o projecto. O projecto base, neste momento, está retirado. Porque nós, as regras são aquelas que são decididas, as regras não são necessariamente aquelas que **nós queremos**, mas uma vez as *regras adoptadas, nós o que fazemos é *respeitá-la. E foi isso, efectivamente, que fizemos. Portanto, aí o Senhor_Deputado também não tem nada de que nos acusar. Mas, Senhor_Deputado, diz uma coisa que é extraordinária, quer dizer assim, os senhores inviabilizaram a **única** forma de resolver este problema. Senhor_Deputado, neste momento, sabe qual é a única forma de resolver este problema? É muito simples. É o Partido_Socialista discutir, na especialidade, o projecto_de_lei do partido_Socialista que está aprovado na generalidade."
BPCP: "Exactamente! Exactamente!"
AF: "Então o Senhor_Deputado"
BPCP: "Exactamente!" (324)
AF: "há um projecto_de_lei,"
B: "[…] concordo."
AF: "Senhor_Deputado, há um projecto_de_lei do Partido_Socialista, há um projecto_de_lei do Partido_Socialista aprovado na generalidde, à espera que os senhores =o disc <discutam e aprovem, **na especialidade**. O projecto está à espera, está aprovado na generalidade. O projecto é vosso. Nós =já <estamos inteiramente disponíveis e fazemos, "os senhores façam isso". Terão o nosspo apoio se fizerem isso e é essa a forma de resolver. É essa a forma de resolver. Os senhores estão a **bloquear** uma discussão na especialidade dum projecto_de_lei que é vosso, que tem o nosso apoio, aprovem-no na generalidade. Agora dizerem =que o Partido_Socialis <que não há outra forma de resolver isto e acusarem-nos a nós, PCP, de estarmos a *invalizar esse processo, Senhor_Deputado, isso não lembra a ninguém, não tem, de facto, consistência absolutamente nenhuma." (333)
B: "[…]"
AF: "Nós fazemos esse convite. =Que <os senhores estão, de facto, interessados e esse desafio. Os senhores estão, de facto, interessados em despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez? Então, então, aprovem-no na especialidade e, afinal, global, um projecto_de_lei que, na generalidade, que é vosso e que está aprovado por esta Assembleia." (337)
BPCP: "Muito_bem!"

JG: "Senhor_Deputado Luís_Fazenda."

LF: "Senhor_Presidente, Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados. Quando esta Câmara aprovou o projecto_de_resolução tendente à convocação de um referendo pr'á despenalização do aborto, nós dissemos, nós, bancada do Bloco_de_Esquerda, que era uma solução controversa. Toda a polémica em torno da sessão_legislativa tinha sido *ah* bastante *ah* clara sobre a controvérsia, sobre a controvérsia da solução. Dissemos, contudo, que tinha acolhimento constitucional e dissemos que o dispositivo constitucional, no que toca à interpretação da sessão_legislativa, é ambíguo, confuso e contraditório, e mantemos, exactamente, essa apreciação. Porque, embora o acórdão do Tribunal_Constitucional seja vinculativo, ele é *ah* aprovado sob a máxima divisão do Tribunal_Constitucional, portanto, essa decisão teve tudo menos de conclusivo e de absolutamente incontroverso. É absolutamente controversa a situação. E alertámos, na altura, o legislador constitucional, em sede de revisão, e isso tem tendido a ser, infelizmente, quer o Partido_Social_Democrata, quer o Partido_Socialista que devem, em futuro momento constitucional, aclarar o dispositivo constitucional sobre esta matéria. Porque lá, onde nós lemos a taxatividade do início da sessão_legislativa a quinze de Setembro, entendeu por maioria *ah*, à tangente do Tribunal_Constitucional, que não há nenhuma taxatividade, que há uma relatividade da norma. Bem, mas podia ter sido entendida ao contrário. Isso nada tem a ver com o acatamento =da ori <da directiva constitucional. E este é um problema que nos preocupa, porque *ah* vai acompanhar o desenvolvimento da vida parlamentar, porque não é perceptível, não é lógico, que em sessões anormalmente longas, provindas de eleições antecipadas, sejam diminuídos na economia dos meios d'intervenção d'*Ássembleia, sejam diminuídos os direitos dos grupos_parlamentares," (363)

BBE: "Muito_bem!"

LF: "e, em especial, aquilo que toca aos grupos_parlamentares da oposição. E, também muito em especial, naquilo que toca à capacidade fiscalizadora do Governo. Portanto, o problema não se resolveu. Os Senhores_Deputados da direita podem, agora, entender que, do ponto de vista político-conjuntural, tiveram uma vitória extraordinária, com a manutenção da interpretação e da *praxis* que vinha já de há muito tempo. No entanto, ela é **penalizadora** dos partidos da oposição e é bastante penalizadora dos partidos da oposição, porque limita os direitos dos grupos_parlamentares, e é por isso que os Senhores_Deputados dos partidos da direita querem agora à revelia da própria lei_constitucional, tentar encontrar consensos procedimentais, de interpretação lateral ao próprio regimento da Assembleia_da_República, para aumentar a capacidade de iniciativa dos grupos_parlamentares. Essa é a confissão plena de que há uma carência de meios, devido a uma sessão extraordinariamente longa." (374)

BBE: "Muito_bem!"

LF: "Eu creio que, do ponto de vista constitucional, não é de fácil resolução, porque há um período extra que acresce ao início da legislatura e esse período pode ser encurtado, ou pode ser um período bastante longo, mas o legislador constitucional, em sede de revisão, terá de acautelar essas circunstâncias, porque, na verdade, aquilo que interessa aos grupos_parlamentares, é que seja considerada a existência não de quatro, mas de cinco sessões_legislativas, que é aquilo que está na lógica da interpretação da da vida, da legislatura dum mandato parlamentar, que é sufragado pelos Portugueses. E, nesse sentido, a melhor doutrina aponta para aí. E é necessário que, em revisão

constitucional, isso venha a ser contemplado. Senhoras e Senhores_Deputados, ao que importa para futuro e sobre a questão que está subjacente a esta querela, nós acompanhámos o Partido_Socialista no objectivo do referendo." (384)
BBE: "Muito_bem!"
LF: "Era uma obrigação_eleitoral do Partido_Socialista, o mínimo de sensatez para resolver de forma eficaz a a despenalização do aborto e terminar com o enxovalho e a indignidade das mulheres que são sujeitas a esta perseguição"
BBE: "Muito_bem!"
LF: "teria que se fazer por essa forma, por variadíssimas razões, uma das quais o compromisso_eleitoral do grupo_parlamentar do Partido_Socialista. Mas o Partido_Socialista levou longe demais, para lá do limite da responsabilidade =essa <esse compromisso_eleitoral, e não sendo possível ao Partido_Socialista cumprir esse compromisso_eleitoral, por oposição de outros órgãos institucionais, cabia ao Partido_Socialista ter tirado daí as devidas lições. O Bloco_de_Esquerda, que soube acompanhar-vos na hora própria, também soube interpor um requerimento para passar à especialidade aquilo que já foi aprovado em generalidade, e aí só temos a lamentar que o Partido_Socialista"
BBE: "Muito_bem!"
LF: "não tenha acompanhado o nosso objectivo, e venha, por outra forma, tal como a direita, e em movimento conjunto, numa manobra dilatória, sabe-se lá para quando em dois mil e sete, vir a resolver esta página que nunca mais é virada e que nos envergonha a todas, à cidadania_portuguesa e à Democracia_portuguesa. Muito_obrigado" (397)
BBE: "Muito_bem!"
JG: " Senhora_ Deputado Heloísa_Apolónia."
HA: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados. Eu gostaria, aqui, de relembrar esta questão em torno da sessão_legislativa não foi alguém que se lembrou, um dia, de colocar a questão de que os deputados estavam diminuídos nos seus poderes, p'lo facto de ter =ha <havido eleições antecipadas e que as regras do jogo, assim, não eram correctas, porque essa era, justamente, a tradição da Assembleia_da_República, noutras legislaturas, onde houve *ah* antecipação de eleições. E, nesse sentido, é preciso clarificar que esta questão da sessão_legislativa, ou do número de sessões *ah* legislativas só se colocou, única e exclusivamente, pela insistência do Partido_Socialista, apoiado p'lo Bloco_de_Esquerda, em relação ao referendo ao aborto. Foi, única e exclusivamente, por esse motivo. Uma insistência de um referendo que, entretanto, já tinha sido recusado pelo Senhor_Presidente_da_República, em Maio deste ano. Entretanto, com esta segunda tentativa de referendo, o Senhor_Presidente_da_República decidiu enviar a questão para o Tribunal_Constitucional, não apenas naquilo que dizia respeito à realização do referendo, mas também relativamente às dúvidas e à controvérsia que se levantava relativamente ao início da sessão_legislativa, e se era, ou não, =oportuno <oportuna, a renovação da iniciativa de referendo. Entendeu, o Tribunal_Constitucional, na sua interpretação *ah* maioritária, que não havia lugar a essa renovação da iniciativa de referendo e, nesse sentido, nem tão pouco se pronunciou sobre o referendo *ah*, tendo *ah*, de resto, decidido a questão, relativamente =ao entendi <ao seu entendimento sobre o início e o *terminus* das sessões_legislativas. Bom, esta foi a interpretação

constitucional, há, obviamente, que acatá-la, concordemos, ou não, com ela. Como sabem, Os_Verdes sempre tiveram esse entendimento *ah* de que estávamos na primeira sessão_legislativa, desde que a questão se levantou. A esta Assembleia_da_República cabe, evidentemente, fazer a interpretação política destes factos. E sobre esta questão gostaria de abordar *ah* duas notas muito rápidas. Em primeiro lugar, uma primeira lição que podemos daqui retirar, é que nesta Casa, não pode valer tudo, e não pode valer *ah*, designadamente, a subversão das regras de funcionamento desta Casa, e o próprio texto constitucional, em prol das intenções do Partido_Socialista e das suas insistências, neste caso concreto, relativamente à figura do referendo, par'*álterar a legislação *ah* penal, naquilo que respeita ao aborto. Em segundo lugar, eu gostaria, aqui, de lamentar, profundamente, a irresponsabilidade do Partido_Socialista quando, face à decisão do Tribunal_Constitucional, determinou que iria repetir a figura do referendo numa próxima sessão_legislativa, e não fazer aquilo que havia que fazer, urgentemente, nesta **mesma** sessão_legislativa, que era, justamente, aquilo que já foi abordado por outros grupos_parlamentares: terminar o processo_legislativo que os senhores, com a nossa concordância, também, iniciaram de aprovação do vosso projecto_de_lei na generalidade. Há que passar ao trabalho na especialidade e à votação final global desse projecto, por forma a alterar a lei e a dignificar a situação das mulheres_portuguesas, que continuam, com grande responsabilidade do Partido_Socialista, a sujeitar-se ao aborto_clandestino, que é **dramático**, neste País, justamente, por aquilo que resulta da lei_penal portuguesa. O Senhor_Deputado Vitalino_Canas, *ah* o seu discurso não condiz, depois, com a prática, nalguns pontos, do Partido_Socialista. (O) Senhor diz "Temos um problema para resolver." É certo, então, há que resolvê-lo. Os Senhores afirmam =que a <que o crime está na lei, então como é que os senhores conseguem sustentar esse crime durante mais um não? A vossa responsabilidade teria de vos levar, de imediato, '*áprovar a lei que fizeram aprovar na generalidade, nesta primeira sessão_legislativa. Por outro lado, é de lamentar que o Partido_Socialista se tente desresponsabilizar *ah* relativamente à não alteração da lei, vai impondo a responsabilidade noutros, no Senhor_Presidente_da_República, no Tribunal_Constitucional, nos outros partidos, mas não assume a sua responsabilidade relativamente"

BBE:"Bem"(449)

HA: "àquilo que não está a fazer, e que tinha, hoje **mais do que nunca**, condições neste Câmara, para fazer, que era, refiro mais uma vez, aprovar =a lei *ah* <o projecto_de_lei que está aprovado na generalidade e que tem **todas** as condições para passar à discussão na especialidade. Quero terminar, apenas dizendo que, com isto, o Partido_Socialista só vai servindo os interesses da direita nesta matéria. Vai adiando, adiando, adiando, adiando, arrastando, arrastando, arrastando, arrastando, e é evidente que as mulheres_portuguesas é que vão sofrendo com esta desorientação do Partido_Socialista. Muito_obrigada." (456)

JG: "Senhor_Deputado Guilherme_Silva, tem a palavra."

GS: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Foi bem lembrada, pelo Senhor_Deputado Nuno_Melo, as referências a este propósito, que o Senhor_Deputado Alberto_Martins fez do Pai_Natal, porque quem ouviu a intervenção do Senhor_Deputado Vitalino_Canas, ficou com a sensação que ele tinha acabado de chegar da Lapónia, tinha saltado do trenó pr'á primeira fila, e deixado as renas lá fora, e esquecido, muito à socialista, de trazer as prendas. *Ah* Foi, exactamente, =aquilo que <a impressão que deu a sua a sua intervenção." (463)

BPSD: “
Correctamente!”
GS: “Senhor_Deputado Vitalino_Canas tem uma grande responsabilidade nesta matéria”
B: “Claro que tem.”
B: “Muita.”
GS: “E tem uma grande responsabilidade nesta matéria que, sendo um jurista excelente, como todos nós reconhecemos, porém, não conseguiu, naquele parecer da primeira comissão, resistir à à *partidarite* e ter feito ali uma entorse naquele parecer, que, infelizmente, induziu em erro o Senhor_Presidente_da_Assembleia_da_República”
B: “Isso foi maldade!”
B: “Pois foi.”
GS: “Mas felizmente” -/-
B: “Devia ter feito isso.”
GS: “Felizmente que o Tribunal_Constitucional”
B: “’Tava atento”
GS: “*ah* salvou a dignidade da Assembleia_da_República e salvou a dignidade da Assembleia_da_República, porque, depois de uma revisão constitucional que foi a de oitenta e dois, depois das várias situações em que =se <houve eleições antecipadas e se adoptou com o voto do Partido_Socialista, com a opção do Partido_Socialista, que vinha, agora, perfeitamente, *venire contra factum proprium*, aqui defender uma tese absolutamente oposta, isto é preciso, em política, ter sentido de oportunidade, mas também preservar-se me relação ao oportunismo, e aqui”
BPSD: “Muito_bem!” (474)
GS: “foi oportunismo”
B: “
Exactamente!”
GS: “que prevaleceu e prevaleceu mal.”
BPSD: “Muito_bem!”
GS: “E eu queria, antes de mais, *ah ah* esclarecer uma questão prévia. O problema sério =da interrubolução <da interrupção_voluntária_da_gravidez, a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez tem tido, aqui, péssimos maus tratos da vossa parte.”
BPSD:“É verdade!”
GS: “O problema é demasiado sério para que deixassem envolvê-lo nesta trapalhada, ou nestas trapalhadas que têm acontecido. O problema foi objecto dum referendo, a nossa posição é que não deve ser alterada, a não ser por via de referendo, mas que deve haver um cuidado prévio em relação a isso. É a o momento e as condições propícias à realização dum referendo aberto, discutido, não encavalitado em eleições, como Vossas_Excelências queriam encavalitar entre autárquicas e presidenciais.”
BPSD: “Muito_bem!”
GS: “Era o pior momento em que isso podia acontecer, e o Senhor_Presidente_da_República, que já tinha tido uma atitude certa, quando Vossas_Excelências quiseram, também empurrar pr’ó Verão, o referendo sobre esta matéria, naturalmente que agora, felizmente, a dignidade da

Assembleia_da_República foi salva pelo Tribunal_Constitucional. E Senhor_Deputado Vitalino_Canas, vamos a ver se nos entendemos. Naturalmente, que todos podemos discordar das decisões judiciais, e todos sabemos que é frequente as decisões do Tribunal_Constitucional, e até de outros tribunais, terem votos de vencido. *Nã* Agora, Senhor_Deputado, eu acho que Vossa_Excelência tinha a obrigação de evitar, particularmente Vossa_Excelência, que viu a sua tese ser vencida, devia despir-se dessa situação e não denegrir =o *ah* acórdão, porque o acórdão está **certo** do ponto de vista técnico, está **certo** político, está **certo** no sentido que havia vinte e dois anos de prática desta Assembleia_da_República, o País não perceberia que, a pretexto de um oportunismo político duma bancada que tem a maioria, que se invalidasse toda essa prática. E não vale a pena o Senhor_Deputado Luís_Fazenda vem, agora, lamentar ter escolhido a companhia do Partido_Socialista nesta matéria. Também é importante saber escolher as companhias, Senhor_Deputado." (498)

BPSD: "**Ah! Ah! Ah!** Muito_bem!"

GS: "Também é importante"

BPSD: "Muito_bem!"

GS: "escolher as companhias. Vossa_Excelência só se pode escolher da sua má escolha. Tivesse-nos acompanhado, tivesse-nos acompanhado, que estaria melhor e não fazia uma intervenção de grande lamentação, como fez, ter optado p'a companhia do Partido_Socialista. Mas sabe uma coisa, Senhor_Deputado?"

B: "[…] está fora do […]"

GS: "Nós podemo-nos enganar nas companhias, mas não é bonito lamentarmos os nossos enganos."

BPSD: "Verdade!"

GS: "Ficam para nós. Deixou ficar mal o Partido_Socialista"

BPSD: "Verdade!"

GS: "ouvir, aqui, publicamente, dizer que cometeu, realmente, um grande erro, ter acompanhado o Partido_Socialista nessa aventura que, felizmente, o Tribunal_Constitucional, no seu bom-senso, que no fundo, o que estava aqui, era fundamentalmente uma questão de bom-senso, p'lo seu bom-senso conseguiu, com vantagens para todos: primeiro, para o problema concreto. Permitir que, no momento próprio, sem as (fós) condições más, menos boas para a sua realização que Vossas_Excelências queriam insistir nelas, com uma pressa que não tem *ah* sentido e *ah* achei achei uma certa graça, o Senhor_Deputado Vitalino_Canas, apelar p'ó problema da dignidade da Assembleia_da_República, p'los compromissos que a maioria tinha, que era, realmente, realizar o referendo. E, então, a dignidade da Assembelia_da_República pôr ao virar da esquina, virar p'a trás vint' anos duma opção"

BPSD: "Muito_bem!"

GS: "d'aplicação da Constituição. Essa é muito mais importante!" (511)

BPSD: "Exactamente!"

GS: "Essa é muito mais importante, Senhor_Deputado. Senhor_Deputado, fica uma lição, fica uma lição que não basta ter a maioria. É preciso ter razão e Vossas_Excelências frequentemente têm a maioria, mas não têm razão."

BPSD: "Muito_bem! Muito_bem!"

JG: "Está encerrado este ponto =primeiro período <período antes da ordem do dia…"

Discursos proferidos no dia 19 de Outubro de 2006 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 20 de Outubro de 2006

JG: "… resolução cento e quarenta e oito barra dez, do PS, que propõe a realização de um referendo sobre a interrupção_voluntária_de_gravidez, realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas. P'ra introduzir o projecto_de_resolução, tem a palavra o Senhor_Deputado Alberto_Martins."

AM: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. O referendo sobre a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez diz respeito a um problema de política criminal do Estado_democrático. O problema que cabe ao legislador democrático decidir, mas que relativamente ao qual, e dadas as vicissitudes =conhe que se <conhecidas, se considerou que a decisão da Assembleia_da_República, a concretizar na lei_penal, deveria ser precedida de uma consulta directa aos cidadãos sobre o sentido essencial dessa alteração legislativa. Por demasiadas vezes, esta questão tem sido distorcida, e em não menos ocasiões, procura-se deixar subrepticiamente a impressão de que aquilo que se coloca à apreciação e decisão dos cidadãos é algo completamente diferente. No entanto, a pergunta, a pergunta que, agora, tal como fizemos no passado, pretendemos colocar a referendo nacional, é muito clara e não pode, nem deve, deixar lugar a quaisquer dúvidas. Aquilo que perguntamos é tão só se concorda com a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, se realizada por opção da mulher, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde, legalmente autorizado. Não se trata, portanto, de qualquer discussão complexa e interminável sobre o sentido da vida, sobre o início da vida humana, sobre a natureza da vida intra-uterina, sobre a existência ou inexistência, a propósito, de pretensos ou reais conflitos entre direitos humanos e direitos fundamentais. Sobre cada uma destas questões, todas respeitáveis e dignas de discussão, cada um de nós já formou, ou virá a formar, as suas próprias dúvidas ou convicções, as suas próprias opiniões ou sentimentos pessoais de natureza moral, filosófica, religiosa ou política. Este é o problema de cada pessoa, de cada grupo particular, constituindo uma zona de reserva íntima, ou de convicção pessoal que o Estado de direito democrático não deve invadir. / (palmas) (70) Não cabe ao Estado_democrático aderir, professar, defender a propósito uma singular ou particular concepção moral, filosófica ou religiosa. Nem, consequentemente, cabe ao Estado inquirir os cidadãos sobre as concepções que cada um sustenta neste domínio. Portanto, e definitivamente, por mais que alguns pretendam continuar a confundir, manipular e distorcer sobre o que está em causa neste referendo, que fique claro que não é nada disto do que se trata. Do que se trata, sim, e aquilo que está em causa, é uma outra questão sobre a qual o Estado_democrático tem a obrigação de decidir e de se responsabilizar. E essa outra questão é a da política criminal que pretende seguir, ou seja, e em primeira linha, que problema de código_penal, um problema de previsão e definição de crimes e de penas. O que sucede, é que as normas penais em vigor consideram que, salvo algumas excepções já previstas, uma mulher que interrompa voluntariamente uma gravidez até às dez semanas, num estabelecimento hospitalar, está a cometer um crime e, como tal, deve ser perseguida, condenada e enviada, eventualmente, pr'á prisão. Ora, esta é no século vinte e um e na Europa uma política criminal que não pode deixar de ser considerada injusta, cruel, retrógrada e irracional. / (palmas) (99) Cada um de nós, cada grupo, cada Igreja, pode ter relativamente à possibilidade da interrupção_voluntária_da_gravidez uma posição de absoluta rejeição. Cada um de nós pode ter, a propósito, a sua própria convicção e tem o direito de professar tal convicção com inteira liberdade, e como algo absolutamente decisivo na sua vida ou

na sua forma de ver o mundo, mas tem o direito, uma sociedade livre a aberta, como é a nossa, de publicitar essa posição, de a proclamar, de a defender. Essa posição merece, de cada um de nós, todo o respeito e deve merecer do Estado_democrático toda a protecção. Coisa diferente, coisa diferente, é que *essa pessoa, esse grupo ou essa Igreja *pretendem que outro alguém que não professe as suas mesmas ideias, ou outro alguém que, inevitavelmente, por razões sempre poderosas, tenha decidido interromper voluntariamente a gravidez nas primeiras dez semanas, em estabelecimento autorizado, deva ser perseguida, condenada e enviada pr'á por o ter feito. / (palmas) (120) Mais, não tem, sobretudo, o direito, nem pode pretender que o Estado_democrático, através do código_penal, se coloque ao seu lado e ao lado das suas convicções pessoais para perseguir, condenar e enviar pr'á =pri <prisão alguém que, por pensar de outro modo, ou por ter sido forçada a tal, interrompa a gravidez nestas circunstâncias. Mas há alguém que, no século vinte e um e na Europa, possa conscientemente pretender que numa sociedade com os nossos valores, a nossa cultura, os nossos princípios e as nossas práticas sociais, uma mulher que interrompa a gravidez naquelas circunstâncias tão precisas e limitadas, é por esse facto uma criminosa? E que o Estado deve perseguir **penalmente** e deve julgar e deve condená-la, eventualmente, e enviá-la? Todavia, é isto que o nosso código_pessoal, salvaguardadas todas as excepções já previstas, ainda hoje faz. Por isso, é que as normas_penais actualmente em vigor nos deixam, a propósito, isolados na Europa a que pertencemos e dão ao Estado_português, a propósito, a ideia de um Estado retrógrado e desumano. Dificilmente encontramos hoje alguém que possa defender e sustentar publicamente uma posição tão cruel e injusta, mas é isto que está em causa nesta discussão e nesta consulta_popular. E é por isso, como último recurso, aqueles que não têm a coragem de proclamar abertamente as suas posições pretendem, mais uma vez, distorcer e desviar o sentido da discussão. Definitivamente, não estamos disponíveis p'ra discutir, neste contexto, posições pessoais de natureza moral, filosófica ou religiosa. Estamos disponíveis p'ra discutir, e é isto que está em causa, uma alteração do código_penal, com a firme convicção política de que o código_penal de um Estado_democrático não pode, nem deve, servir p'ra proteger sustentar ou prosseguir particulares concepções morais, filosóficas ou religiosas. Por isso, e só por isso, as actuais normas_penais carecem de alteração. Primeiro: terminar com '*ámeaça de prisão das mulheres e a sua sujeição ao calvário de um processo judicial, o qual não pode ser a resposta justa par'ó drama vivido por muitas mulheres_portuguesas. Em segundo: contra ao aborto_clandestino, pela viabilização de uma alternativa legal, com garantia de condições de saúde e dignidade pr'ás mulheres, designadamente as mais frágeis nos planos cultural, económico e social, e que faculte, simultaneamente, mecanismos de apoio social que ofereçam uma oportunidade de evitar o aborto. Em terceiro lugar: porque ao legalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez sob determinadas condições, não se está, como é evidente, a liberalizar o aborto. / (palmas) (174) Está-se, apenas, a alargar de forma razoável, equilibrada o elenco das excepções já hoje admitidas na lei geral, à regra da criminalização que permanece em vigor. =Não se faz <Não fazemos '*ápologia do aborto. Não se recomenda. Não se favorece ou se incita à sua prática. O aborto não é, nem deve ser encarado como um contraceptivo, nem uma prática de controlo da natalidade. Não se trata nada disso. Antes se renuncia à punição, por razões ponderosas e em nome de valores superiores de uma sociedade_democrática. /(palmas) (187) Por isso, propomos a realização desta consulta_popular, onde a única questão a decidir é saber se Sim ou Não à licitude da interrupção_voluntária_da_gravidez, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento

autorizado, ou, em contrário, nesta circunstância, a perseguição penal, o julgamento, a condenação e, eventualmente, o envio pr'á prisão. Sim ou Não? Por isso, propomos e apelamos aos Portugueses que votem Sim." 196)

JG: "Há até ao momento três pedidos de esclarecimento formulados. Primeiro o Senhor_Deputado Deputado Mota_Soares."

MS: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhoras e Senhores_Deputados. Senhor_Deputado Alberto_Martins. Senhor_Deputado, eu quero começar por lhe dizer, com a maior das frontalidades, que o CDS não tem medo do referendo do aborto, e nunca esteve contra a convocação deste referendo, em condições de respeito pela legalidade e em condições de respeito pela livre opção dos eleitores."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

MS: "Aliás, quem em mil novecentos e noventa e sete não queria o referendo era o Partido_Socialista."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

BCDS-PP: "Isso é verdade!"

MS: "Quem quis mudar a lei no Parlamento, liberalizando o aborto nas costas dos Portugueses, sem deixar que os eleitores se pronunciassem sobre esta questão, foi o PS com o apoio entusiástico do PCP e da extrema_esquerda, neste Parlamento."

BCDS-PP(vb): "[…] o problema não […]"

MS: "Foi através do esforço e do trabalho do CDS, que em mil novecentos e noventa e oito, foi possível que os Portugueses se pronunciassem e dissessem Não à liberalização do aborto, ao contrário do que era a opinião maioritária deste Parlamento."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (222)

MS: "E é por isso que, p'ra nós, ao contrário doutros, não temos medo de deixar que sejam os Portugueses, em condições de igualdade e imparcialidade, a poderem escolher livremente."

BCDS-PP: "Muito _bem!"

MS: "Até lhe digo que, nesse debate, nessa campanha, o CDS será, mais uma vez, o único partido que fará campanha pelo Não, defendendo o direito fundamental à vida, enquanto valor de civilização."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (229)

MS: "Só que quem tem estado, sistematicamente, errado e enganado na convocação destes referendos, tem sido o Partido_Socialista, não tem sido o CDS."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

MS: "Em Abril de dois mil e cinco, Senhor_Deputado, o PS quis um referendo, em que se perguntava aos Portugueses se queriam a liberalização do aborto até às dez semanas, quando o que estava no vosso projecto era a liberalização do aborto até às dezasseis semanas, quatro meses. Foi devido ao esforço e ao empenho do CDS, que o Partido_Socialista se viu obrigado a recuar e alterar o seu projecto."

BCDS-PP: "Isso é verdade! Isso é verdade!"

BPS: "[…] mentira."

BCDS-PP: "É verdade!"

MS: "Em Setembro de dois mil e cinco,"
BCDS-PP: "Isso é verdade!"
BCDS-PP: "Verdade!"
MS: "o Partido_Socialista voltou à carga e tentou o **mesmo** referendo, sobre a **mesma** questão, na mesma sessão_legislativa. O CDS foi o primeiro partido_político"
BCDS-PP: "Bem lembrado!"
MS: "a alertar para esta ilegalidade. E o Tribunal_Constitucional deu-nos razão, fazendo este Parlamento, mas acima de tudo, a bancada do Partido_Socialista, passar uma verdadeira vergonha."
BCDS-PP: "É verdade!"
BCDS-PP: "Muito_ bem!" (245)
MS:"*Ó, ó* Senhora_Deputada, nós ainda nos lembrámos, quando o Senhor_Deputado Alberto_Martins dizia para nós recorrermos p'ó Pai_Natal, até. Não foi preciso tanto. Bastou o Tribunal_Constitucional pr'a nos dar razão. / (palmas) E, portanto, Senhor_Deputado, o que hoje, acima de tudo, o que nós queremos saber neste debate é se o Partido_Socialista está, ou não está, disposto a que este referendo seja debatido num quadro de rigor, num quadro de clareza e num quadro de verdade. Conhecemos a apetência que o PS tem pelo politicamente correcto, pelas palavrinhas mansas, pelas palavras inócuas. Mas o que os Portugueses vão ser chamados a decidir, é se querem, ou não, a liberalização do aborto até às dez semanas."
BCDS-PP: "Muito_bem!" (256)
MS: "Sabemos que os que defendem a liberalização do aborto, quando se chega às vésperas do referendo, começam um bocadinho a "dourar a pílula", começam a chamar despenalização à liberalização e começam a chamar IVG ao aborto."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MS: "Só que isso não é intelectualmente sério, pois só serve para tentar mobilizar mais votos par'á vossa posição."
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MS: "Por isso"
BCDS-PP: "Muito_bem!" (261)
MS: "o que para nós, neste debate, é essencial, é saber se o Partido_Socialista está, ou não está, disponível para fazer uma pergunta, neste referendo, que seja clara, entendível e, acima de tudo, verdadeira com o que está em causa. É fundamental que o Partido_Socialista diga se está, ou não está disponível para mudar a pergunta, como propõe o CDS, substituindo despenalização por liberalização e substituindo interrupção_voluntária_de_gravidez por aborto."
BPS: "[…]"
BCDS-PP: "Muito_bem!"
MS: "*Ó* Senhores_Deputados, podem estar nervosos, podem gritar muito. Nós estamos aqui muito calmos e muito tranquilos a defender um valor essencial para este referendo. É que =o que seja feito <a pergunta que seja feita aos Portugueses seja uma pergunta de verdade e não uma pergunta influenciada para tentar que mais gente possa =ter <e votar de acordo com a vossa posição."
BCDS-PP: "Muito_bem!"

MS: "Disse!" (272)
BCDS-PP: "Muito_bem!"
JG: "
Senhor_Deputado Bernardino_Soares."
BS: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Deputado Alberto_Martins, o Senhor_Deputado definiu bem o que está em discussão com a questão da despenalização. Definiu bem e clarificou que não está em questão fomentar o aborto, está sim em questão combater o aborto_clandestino, que hoje campeia no nosso País. Definiu bem e explicou bem que do que se trata é decidir de queremos criminalizar as mulheres, se queremos tratar as mulheres como criminosas e, pr'*álem de julgá-las, submetê-las a *todas as situações de investigação e perseguição =que te =que está, que está *eh eh* <que *continua a ocorrer. Definiu bem e explicou bem que não se trata de liberalizar, trata-se de decidir o que queremos par'á lei_penal: se queremos uma lei_penal que permita que **todos tenham** as suas opções e =pro <possam praticá-las sem serem =tratados <**tratadas** como criminosas, ou se queremos uma lei_penal que trata como criminosas as mulheres que são vítimas. E, quanto a isso, estamos completamente de acordo com o Senhor_Deputado e com a posição que ali expressou. Mas, estranhamente, ou não, o Senhor_Deputado *ah* abordou pouco o que está, de facto, hoje, aqui, em questão e que nos divide. Porque o que hoje está, aqui, em discussão não é decidir -o Senhor propõe, a sua bancada propõe – não é que se decida pela despenalização. O que os Senhores propõem é que se decida convocar um referendo. O Senhor_Deputado sabe que temos tido, coerentemente, uma posição contrária a essa via e sabe também que seria justo que, hoje, o Senhor_Deputado e a sua bancada, aqui, assumissem que já perdemos um ano e meio em relação à =legitimi à à <à despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez"
BPCP: "Muito_bem!" (297)
BPCP: "Muito_bem!"
BS: "que a maioria que existe, nesta Casa, favorável à despenalização, já **podia e devia** ter resolvido o problema, mesmo com respeito por todos os compromissos, até depois do próprio Partido_Socialista ter =vido fru <visto frustradas, =me <sem responsabilidade sua, as iniciativas de referendo anteriores, que levou por diante nesta Assembleia. E, por isso, é que estranhámos, Senhor_Deputado, que não deixasse o seu partido agendar também o nosso projecto de despenalização, da mesma forma como nós o permitimos no passado, em agendamentos nossos, porque aí teríamos todas as opções em presença, a dos que, querendo a despenalização, propõem o referendo, como faz a sua bancada; e a dos que **querendo** a despenalização, entendem que ela é possível já, que ela é possível de imediato e que já vamos tarde a defendê-la, que já vamos tarde a praticá-la. É isso que nos divide neste debate. O que propõem não é aquilo que, com a maior urgência, devia ser feito neste momento"
BPCP: "Muito_bem!"
BS: "e neste Plenário."
BPCP: "Muito_bem!" (308)
JG: "Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia."
HA: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados, Senhor_Deputado Alberto_Martins. Reafirmando a posição do Partido_Ecologista_Os_Verdes, neste, p'lo menos, terceiro debate, que temos *ah*

sobre a matéria, já não contando as declarações políticas que foram feitas sobre as mesmas, Os_Verdes são favoráveis à alteração da lei_penal, pela Assembleia_da_República. Consideramos que se trata de um imperativo nacional, imperativo esse ao qual os deputados da Assembleia_da_República não deveriam fugir, em termos das suas responsabilidades. E é um imperativo nacional, porque a sujeição das mulheres a pena_de_prisão por terem feito um aborto, não corresponde à vontade até daqueles que, incoerentemente, dizem que não querem a alteração da lei. É um imperativo nacional, porque a alteração da lei é a resposta p'ra combater o drama do aborto_clandestino, que submete mulheres à ameaça à sua integridade física e à sua vida. E é um imperativo nacional, porque é a garantia do respeito p'la consciência de cada um, só é possível com efectiva alteração da lei, que hoje não permite que as mulheres possam optar a não ser clandestinamente. Quero, também, dizer, Senhor_Deputado, que **nunca**, como antes, ' *Ássembleia_da_República teve condições, devido à sua composição, de proceder à alteração da lei. Partido_Socialista, Partido_Comunista_Português, Bloco_de_Esquerda, Partido_Ecologista_Os_Verdes, na campanha eleitoral, foram muito claros, relativamente à sua defesa da alteração da lei, e nesse sentido, deveríamos, como já ouvi deputados do Partido_Socialista referir, dizer que deveríamos assumir as nossas responsabilidades e proceder, de facto, à alteração da lei, mas a vossa maioria_absoluta tem servido **para tudo, para tudo, até** para legitimar aquilo que não consta do projecto do Governo, como o aumento da idade da reforma, o aumento do IVA o aumento e alargamento das taxas_moderadoras, mas, curiosamente, não serve para resolver a despenalização da interrupção_voluntária_de_gravidez e o drama de tantas mulheres deste País." (338)

BOV:

"Muito_bem! Muito_bem!"

HA: "Mas eu agora vou pôr-me na pele do Partido_Socialista e da =suce <sua sucessiva argumentação. Vamos ao programa do Governo, e aquilo que também temos oportunidade de ver =no Gove <no programa do Governo, é a classificação da actual lei, como "obsoleta e injusta", "que co-existe com o drama do aborto_clandestino", e diz que "**esta despenalização da IVG** é uma **inadiável exigência** de justiça e dignidade par'ás mulheres." Consta do programa do Governo a despenalização da IVG. É, então, um compromisso do Governo. E a pergunta concreta que eu gostava de fazer ao Senhor_Deputado Alberto_Martins é: tem a garantia que **todos** os membros do Governo se vão envolver nesta **determinação** do programa do Governo; que o Governo falará em uníssono? Se não, onde pára o programa do Governo? Última questão concreta, quando pomos a hipótese do referendo, quando pomos a hipótese do referendo, temos que ser sérios e temos que perceber que há diferentes cenários possíveis, relativamente ao seu resultado. Eu já fiz por **três** vezes esta questão ao Partido_Socialista e **nunca** obtive resposta. Vamos ver se é desta. Perante os diferentes cenários que se podem colocar, não falaremos do vinculativo, que esse é a Constituição_da_República_Portuguesa que dá a resposta, num cenário, portanto, não vinculativo, qual é a responsabilidade, o compromisso que os Portugueses podem esperar do Partido_Socialista, nos diferentes cenários que se podem apontar? Muito_obrigado!" (357)

JG: "P'ra responder, o Senhor_Deputado Alberto_Martins."

AM: "Senhor_Presidente. Senhoras ' Senhores_Deputados. Se me permitem, começava p'las duas questões que me foram colocadas p'los (Senhores) colegas: os Senhores_Deputados Bernardino_Soares e

Heloísa_Apolónia, dado que, num dos pontos, há coincidência que é a velha questão d'*álteração da lei. Estamos todos de acordo, e creio que há coincidência entre nós, que esta lei é uma lei obsoleta, injusta, socialmente injusta. Estamos todos de acordo. Onde o nosso desacordo começa a emergir é relativamente à forma e à via que o Partido_Socialista, o seu Governo e o grupo_parlamentar, aquando d' *ápresentação do programa do Governo, elegeu pr' *álterar esta lei que é injusta. E nós elegemos a via referendária, isto é, fizemos depender do referendo, e sufragamo-nos num programa eleitoral que os Portugueses votaram de forma =maiori <muito maioritária, como sabem, da realização do referendo. É esse compromisso que vamos cumprir e o consenso que temos da sociedade_portuguesa, para resolvermos este problema, é por essa via, por isso, Senhores_Deputados, a nossa diferença é procedimental e a diferença procedimental substancial é que tivemos uma maioria muito substantiva, absoluta na Assembleia_da_República, pa' resolvermos esta questão pela via referendária. Estamos certos que o no combate pelo Sim, os Senhores_Deputados, as vossas bancadas e as vossas opções, estarão no mesmo terreno do combate desta lei iníqua, injusta, imoral e que deve ser resolvida o mais rapidamente possível. Senhor_Deputado Mota_Soares, eu creio que temos que ser claros. Vai haver referendo, quer o CDS queira, quer não."

BPS: "Exactamente!" (381)

AM: "Quer o CDS queira, quer não, vai haver referendo e vai fazer-se referendo."

BPS: "Muito_bem!"

AM: "E vai fazer-se referendo num quadro muito claro, aliás reconhecido pelo Tribunal_Constitucional, quanto à natureza da pergunta. A natureza da pergunta é a despenalização da interrupção_voluntária_de_gravidez e é a natureza da pergunta, a única natureza da pergunta, possível nos termos da lei_penal que está em vigor. Como os Senhores_Deputados sabem, se consultarem o código_penal, os crimes contra as pessoas, e na parte que respeita 'ós crimes *contrá ' vida intra-uterina, há três tipos de crimes: o aborto, o aborto agravado e a interrupção_voluntária_de_gravidez não punível. Ora, é o próprio Código_Penal que diz que a interrupção_voluntária_de_gravidez não punível não se chama aborto, mas é interrupção_voluntária_de_gravidez não punível. É assim. Portanto, deixemos o português, passemos à lei. É preciso ler a lei, conhecer a lei, é preciso estudar, e por isso, no nosso Código_Penal, aborto é interrupção_voluntária_de_gravidez ilícita, portanto, não pode ser aquilo aquilo que os senhores querem. Não pode ser. Não pode ser. O aborto é interrupção ilícita. Não pode ser. Quanto à outra questão, é despenalização efectivamente. É despenalização e não a descriminalização. É a despenalização até às dez semanas, porque tudo o resto é crime. Portanto, não acertaram mais uma vez. A nossa pergunta é clara"

BC: "Estão fracos!" (398)

AM: "e o que se coloca aos Portugueses é muito clara. É saber o Código_Penal, o que é que tem nos Códigos_Penais, como os senhores sabem, (alguns dos senhores são juristas qualificados, embora desta vez não dessem a devida atenção ao Código), como os senhores sabem, o Código_penal, o Código_penal é constituído por um núcleo irredutível dos valores ou interesses que a sociedade entende como essenciais. Ora, Portugal é das raras sociedades na Europa, =como <que entende como essencial perseguir, punir e criminalizar uma mulher que aborta até às dez semanas. É isso,

contra essa situação retrógrada, injusta e arcaica, com a qual nós nos iremos debater." (406)
BPS:
"Muito_bem!"
JG: "Senhora_Deputada Odete_Santos."
OS: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Tanto quanto foi possível aos antropólogos remontar no tempo, sempre se registou, em todas as sociedades, desde =às <as mais primitivas às actuais, a prática da IVG. Os retrocessos e os progressos, nas formas como as sociedades têm encarado a prática do aborto, estão indissoluvelmente ligados aos retrocessos e aos progressos da condição feminina. Hoje, está definitivamente assente, que o problema do aborto tem de ser encarado como um problema de saúde_pública e, ainda, como uma questão interligada com direitos fundamentais da mulher, e com a política criminal. Veja-se, nomeadamente, o relatório da Organização_Mundial_de_Saúde sobre a situação do aborto no mundo, publicado em dois mil e quatro. A luta das mulheres p'lo direito ao domínio da sua sexualidade, pl'o controlo dos nascimentos, é uma luta secular que tem passado por perseguições penais, que se prolongam, no nosso País, até aos dias de hoje. Trata-se duma luta de séculos, porque de séculos é a luta p'la igualdade, a luta p'la dignidade do sexo feminino, a luta p'l' *áfirmação de que a mulher é um ser humano racional, parte integrante da espécie humana e, como tal, dotada de capacidade de tomar decisões responsáveis, em relação à sua saúde reprodutiva. O que sempre se quis disfarçar e, mesmo, esconder por debaixo da violência do aborto_clandestino, foi o preconceito contra a mulher, por isso é que o argumento da protecção da vida humana intra-uterina é um argumento de violenta hipocrisia, porque sabe, de um saber de séculos, que não se protege o embrião, nem o feto, com a criminalização da mulher, não restando na argumentação pró-criminalização, a não ser esse tal preconceito anti-feminino. Se a mulher tem o domínio da vida, abrindo as portas ao Conhecimento (com cê grande), e não é por acaso que na Idade Média, já o fruto maçã tinha esse símbolo, significando Conhecimento, então houve que reduzi-la a um útero *Tota muliere in útero*, segundo S. Tomás de Aquino, ou segundo Bonaparte, " A mulher não é senão um ventre", como muito bem refere Simone Beauvoir em *O Segundo Sexo*. E foi por isso que se encarceraram mulheres como Margaret Sanger e Mary Stoppes, apenas por divulgarem o planeamento_familiar e o controlo dos nascimentos. É por isso que se cerceia às mulheres o direito de opção, é por isso que o Estado se arroga o direito a invadir a sua privacidade, expondo a sua intimidade na barra do Tribunal e na praça_pública. É por isso, porque persiste o preconceito de que a mulher não é capaz de tomar decisões responsáveis, que se age como se o Estado fosse o dono da sua fecundidade. É por isso mesmo que se devassa a privacidade das mulheres em processos referendários, p'ra perguntar aos outros se as mulheres têm capacidade p'ra tomar decisões, s'as mulheres têm direito à saúde reprodutiva, p'ra perguntar aos outros se o Estado, em nome de metafísicas concepções duma parte apenas da sociedade, deve invadir a privacidade dos quartos de dormir e ordenar às mulheres que tenham filhos não desejados, nem planeados, contra o seu direito à maternidade consciente. Depois de tantos séculos de luta, depois dos extraordinários avanços da década de sessenta, depois das várias conferências internacionais das Nações_Unidas sobre a mulher, nomeadamente depois da Conferência_de_Beijing, que apelou ao fim da perseguição_penal das mulheres que abortassem e que denunciou as graves consequências do aborto inseguro. Em Portugal, por força da maioria_absoluta do PS, ainda se convoca a

praça_píblica p'ra perguntar se a mulher que aborta é, ou não, uma criminosa; p'ra perguntar se as mulheres_portuguesas devem, ou não, as mais afortunadas, dirigir-se ao estrangeiro p'ra interromper a gravidez em segurança. E se as outras, as pobres, que são muitas, nos dois milhões de pobres, hoje que estão um pouco acima do limiar de pobreza, que são muitas, têm de remeter-se às agulhas de tricotar, ao vão de escada, à clandestinidade de uma porta, que se abre desconfiadamente, por trás da qual se sente o sofrimento das mulheres que tomaram decisões difíceis, mas morais, como as decisões assentes na sobrevivência da própria família. As mulheres, perante o Partido_Socialista, têm fraco poder negocial, Senhores_Deputados. Foram sujeitas a um referendo em mil novecentos e noventa e oito, depois de estar a provado, na generalidade, um projecto_de_lei. Mulheres sentaram-se, entretanto, no banco_dos_réus e sofreram devassas. Mulheres foram, mesmo, compelidas a pagar prestações e instituições escolhidas p'o Tribunal, p'ra espiar a sua culpa: ter exercido o seu direito d'*ópção naquele famoso instituto. Suspensão provisória do processo, que os movimento criminalizadores defendem, p'ra escapar à condenação da opinião_pública, que não hesita, apontando-os com o dedo. O direito à saúde_reprodutiva pode, agora, ser sujeito a um novo referendo. É curiosa, de resto, a posição do Partido_Socialista, nesta matéria, pois que, relativamente a outra área, que se prende com as mesmas questões éticas: a destruição de embriões na investigação científica da clonagem =pretep <terapêutica p'rás células estaminais embrionárias, tem uma oposição oposta e, ainda bem que é a nossa. Está contra ao referendo, mas aí já não estão em causa, apenas, os problemas das mulheres. Aí, p'r'*álem do interesse da Ciência, que defendemos p'ra bem da Humanidade, estão também os interesses das multi-nacionais que inventem na investigação científica. Curiosa, também, é a pergunta que se reporta ao projecto_de_lei do Partido_Socialista. Por que foram escolhidas as dez semanas? Não é verdade que a legislação_europeia adopte esse prazo. No mínimo, o prazo, na Europa, é de onze semanas de gravidez, como aliás o PCP propõem no seu projecto_de_lei, havendo, mesmo, prazos superiores. E veja-se o dossiê que o senado_francês elaborou em dois mil, quando foi aprovada '*álteração à lei_Veil. Sim, Senhores_Deputados do Partido_Socialista, Vossas_Excelências chegam, novamente, com atraso. É que tendo copiado a lei_Veis, que estabelecia as dez semanas sem qualquer justificação científica ou médica, esqueceram-se de estudar o relatório pedido pelo Governo_francês ao professor ao Professor_Israel_Nisand, apresentado em mil novecentos e noventa e nove. Concluindo-se, com base no mesmo, que o prazo de dez semanas era manifestamente insuficiente, pesando, nomeadamente, =sô sô <(ouçam) Senhores_Deputados, sobre as mulheres em situação de precariedade e agravando as desigualdades sociais, aquele escasso prazo, determinando para mais que, cerca de cinco mil mulheres por ano, cinco mil mulheres por ano, francesas, demandassem clínicas estrangeiras, logo o Governo_francês, em processo_legislativo, para que (solicitou) o regime de urgência, aumentou para doze semanas de gravidez, na lei de dois mil e um. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Se contra a nossa opinião, este referendo passa-culpas for p'r' adiante, nós estaremos com as mulheres_portuguesas, em mais um marco na luta que haveremos de vencer, p'ra provar que se trata de um problema de saúde_pública, dum problema social, dum problema de política_criminal e não dum problema de consciência pr'ós deputados. Deixem os problemas de consciência pr'ás mulheres que têm de decidir, mas não fujam à vossa responsabilidade de legisladores. Trata-se dum problema de aplicação do artigo dezoito da Constituição_da_República, e não dum problema determinar quando começa a pessoa humana, porque aí as opiniões

dividem-se, e sendo a Bioética anti-dogmática, por natureza, não há ninguém que possa exigir ao estado qu' imponha as crenças de alguns a todos os outros. Se querem determinar qual o consenso que existe na sociedade, então reparem, que nas zonas mais tradicionais, mais permeáveis, ou não, as mulheres fazem "desmanchos". Se contr' *á nossa opinião, este referendo passar, estaremos no combate p'a provar que as mulheres não são criminosas. Disse!" (522)

JG: "Lembro 'ós grupos_parlamentares que está a decorrer a eleição Presidente_da_Comissão_Nacional_de_Protecção_de_Dados. As urnas estão à vossa esquerda. Não esqueçam exercer o direito de voto até ao final dos nossos trabalhos. Tem agora a palavra o Senhor_Deputado Nuno_Melo."

NM: "*CCrr* Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Discute-se, hoje, a convocação de um referendo sobre a liberalização do aborto, que dará a cada Português a palavra sobre a decisão a tomar nesta matéria, como é suposto. Só que agora, sim, discute-se a convocação de um referendo nos exactos termos em que a Constituição o impõe e o nosso Regimento o consente. Porque, em matéria de referendo ao aborto, a esquerda e a extrema-esquerda parlamentar dificilmente poderiam ter feito pior até agora. Isto, em boa verdade, desde mil novecentos e noventa e oito, num trajecto que a História já regista, com o Deputado Mota_Soares lembrou, e que culminou com uma decisão muito recente do Tribunal_Constitucional, que citando, expressamente, o recurso do CDS sobre uma decisão do Senhor_Presidente da Mesa, com o qual muitas vezes estamos d' acordo, mas dessa vez, discordámos, deu vencimento à tese que aqui sempre defendemos. E, por isso, Senhor_Deputado Alberto_Martins, não nos fale, agora, do direito e do seu conhecimento, porque, nesta matéria, a legislatura tem mostrado, sobejamente, como o CDS teve sempre razão e o Partido_Socialista se enganou, **sempre**, Senhor_Deputado. / (palmas) (542) Nesta matéria, é a última pessoa que nos pode dar lições, como não nos pode dar lições agora, a propósito da própria terminologia, qu' aqui não é razão de mera semântica, porque o tipo legal de crime que, aqui, se quer ver alterado fala, efectivamente, de aborto e não de interrupção_voluntária_da_gravidez"

BCDS-PP. "Muito_bem!" (545)

NM: "e, porque é do aborto que se quer alterar, é essa a pergunta, nesses termos =que se <que tem de ser colocada aos Portugueses. E, Senhor_Deputado Alberto_Matins, não nos fale, também aqui, de soluções retrógradas até às dez semanas, quando às dez semanas e um dia, já passam a ser fortemente progressivas. Ou p'ró Senhor_Deputado, a criminalização no aborto até às dez semanas é uma solução tremendamente retrógrada e uma mulher que é criminalizada, porventura julgada, =às dez <por um aborto realizado às dez semanas e um dia, já é uma coisa perfeitamente aceitável? Não percebe que no plano do princípio e da razoabilidade e, até, da intelectualidade, num juízo que seja =mimam <minimamente sério, isso não faz nenhum sentido?" (550)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "E essa é uma, infelizmente, é uma realidade incontornável, que os Senhores não conseguem evitar. Agora, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, aqui chegados, importa dizer e reafirmar que o CDS não tem medo do referendo. Até porque, se até hoje, algum referendo sobre o aborto já se realizou e sobre a sua liberalização, os Portugueses já puderam dizer Não, isso se deveu, também, a uma luta aqui travada e a uma exigência, aqui feita, nos finais dos anos noventa, precisamente pela

bancada_parlamentar do CDS. Nós, em mil novecentos e noventa e oito, não tivemos medo do referendo e, quando alguns tinham a batalha como inevitável e =indeci <antecipadamente ganha para o Sim, mantivemos a serenidade na avaliação dos Portugueses sobre valores que temos por fundamentais e fizemos confiança no seu juízo. Como, quando alguns, ainda os votos se acabavam de contar, se apressavam a reclamar vitória para o Sim, na tentativa de conseguirem os dividendos que a primeira imagem televisiva sempre dá, acreditávamos que assim não seria. E a verdade é que, no final, a surpresa para alguns foi a certeza que sempre nos acompanhou."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (562)

NM: "Mas, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, se hoje se discute a convocação de um referendo, também não deixa de ser verdade que esse referendo tratará de uma liberalização, que, agora, não podemos simplesmente ignorar. Sendo que, para nós, ao contrário do que sucede com a esquerda, esta não é uma questão ideológica, esta não é, também, como alguém =inana <inadvertidamente já afirmou, e até surpreendeu, porque tinha a obrigação de o saber, uma causa religiosa. Nem faria sentido, no CDS que, enquanto partido, não tem vocação confessional."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (568)

NM: "Não é, tão pouco, uma questão simplesmente incómoda, como para outros, porque divide e dividindo sobre ela, é preciso passar rápida e descomprometidamente, para evitar dano maior. Há momentos na vida em que, não tomar posição é simplesmente intolerável, e esta será, porventura, uma das mais evidentes."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "Não é, também, uma causa partidária, porque o que se discute não é monopólio de nenhum partido, nem sequer é simples matéria de consciência, porque, se o fosse, se fosse matéria de consciência, então sobre ela não haveria por que legislar. As matérias de consciência têm a sua existência a esse nível, e a esse nível se tratam. Não é, ainda, um direito inerente à barriga de quem quer que seja, sendo que, em boa verdade, *ah* essas barrigas até são o que menos nos importa. Para nós, =a le <a liberalização do aborto é uma questão de civilização. Uma questão de civilização, que avaliamos no plano ético e jurídico, mas que, aqui, discutimos também na sua dimensão política e que, como poucos, somos capazes de tratar sem nenhum receio e sem qualquer constrangimento."

BCDS-PP: "Muito _bem!" (580)

NM: "É que a este propósito, tudo se joga. Porque nesta discussão tem-se argumentado a diferentes níveis: processual, constitucional, regimental, material. Cada um, na sua bancada, cada um assente na sua razão, sobre diversos pretextos que se pretendem formalizar no plano do Direito: integridade moral da mulher, dignidade social, maternidade consciente, razões ((584) de natureza económica ou social. Só que, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, além do Direito, isso é que =verdadeira importa <verdadeiramente importa, há uma outra dimensão: a dimensão da moral, a dimensão dos valores de civilização, de que depende, em boa verdade, a existência do próprio Direito. E, nesta dimensão, na dimensão da moral e dos valores de civilização, a questão maior que, verdadeiramente, nos distingue, p'lo menos, a alguns nesta Casa. A do real valor de uma vida humana. Porque, dependendo do que decidamos, é isso que verdadeiramente está em causa. De um lado, aqueles que acham que a vida se limita por decreto; que vêem em razões económicas e sociais,

justificação p'ra lhe pôr termo; que centram todos os esforços na luta pela liberalização do aborto. E até que, para salvaguarda de consciência, têm sempre, no referendo, o melhor instrumento da responsabilização colectiva. Mas do outro lado, aqueles que, como nós, pensam exactamente o contrário. Que pensam que o aborto é um mal e é um mal irreparável; que acreditam que não se deve, nem se pode, legitimar o direito de um julgar sobre a vida do outro. E que, mais do que simplesmente rejeitar a ideia da liberalização do aborto, insistem decididamente no combate às suas causas como a única solução possível,"

BCDS-PP: "Muito_bem!" (65)

NM: "pelo que, tal como, aqui, dizíamos em mil novecentos e noventa e oito, também hoje afirmamos que a transmissão da vida não pode ser deixada ao acaso biológico, nem aos interesses particulares, nem às ambições demográficas, às estratégias da guerra, ou às superioridades do sexo, da raça, ou da nação. O poder de que hoje dispomos sobre a vida humana tem de produzir o novo sentido de responsabilidade colectiva, face ao futuro da espécie. E =a soliridade <a solidariedade e o respeito pela dignidade das pessoas e pela Justiça aparecem como o único garante desse futuro. E é até, precisamente por isso, pelas razões maiores que estão em causa, que na posição a tomar, se dividem, hoje, também profundamente, as próprias bancadas liberalizadoras. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, queremos devolver aos Portugueses a palavra, numa decisão tão fundamental, mas queremos que os Portugueses se pronunciem, exactamente, sobre o que está em causa, o que nos leva, agora, uma vez mais, à pergunta que lhes deverá ser colocada, e à proposta de alteração que o CDS quer ver discutida. Porque a pergunta a colocar aos Portugueses tem se ser clara, simples, inteligível e traduzir exactamente a iniciativa_legislativa que lhe está na base." (89)

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "Só que assim não sucede com a pergunta que o Partido_Socialista quer ver aprovada. Numa dimensão, Senhor_Deputado Alberto_Martins, que não é apenas semântica. A Esquerda, que assume, normalmente, a expressão do aborto, do aborto, como significativa do que está em causa, nas proximidades de um referendo, adopta, sempre, a versão *light* do IVG, ou da interrupção_voluntária_da_gravidez. E percebe-se porquê! É que IVG choca menos do qu' aborto, e quando se vai a votos sobre esta matéria, isso convém, isso porventura pode contar. Só que, é mesmo sobre o aborto que temos que questionar os Portugueses, porque é do aborto que estamos a falar e é o aborto que está em causa."

BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!" (101)

NM: "E se há / (pl) E se há coisa que o aborto, infelizmente, não permite, p'lo menos que ainda me conste, é uma interrupção da gravidez, porque, por definição, interrupção é algo que se suspende e suspendendo, pode ser retomado, assim não sucede com o aborto, que terminando com o processo do desenvolvimento de um ser em formação, não lhe permite outro destino que não seja o da inevitabilidade do fim. Daí que interrupção não é seguramente aborto, Senhoras e Senhores_Deputados. Como aquilo que está em causa não é sequer a simples fiscalização do aborto até às dez semanas, o que está em causa é, mesmo, a liberalização do aborto, tal como o | tipo / título | legal de crime prevê, até às dez semanas por vontade da mulher, e é também sobre isso que os Portugueses se têm, e têm o direito, de se pronunciar. E daí a pergunta que sugerimos e '*álteração que

queremos ver feita. Para que aos Portugueses seja perguntado, como sucederá, **exactamente**, como sucederá (e o Partido_Socialista pretende no seu projecto_de_lei), se concordam com a liberalização do aborto, se realizado por opção da mulher nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde, legalmente autorizado. Tudo o mais não é rigoroso, tudo o mais é cosmética, e é mais ou menos como aquela pergunta até às semanas, na última sessão_legislativa, quando, no projecto_de_lei do Partido_Socialista, se previa, exactamente, o aborto até aos quatro meses. E sobre (deve ter muito bem) presente =a discussão <na discussão, a Senhora_Deputada Sónia_Fertuzinhos, que se indignava muito com =a che <a nossa chamada d' atenção para o facto, mas para logo depois ver como o Partido_Socialista, afinal, deixou cair o aborto até aos quatro meses. E sabe porquê, Senhora_Deputada? Sabe porquê, Senhor_Deputado Alberto_Matins? Porque, também aqui, éramos nós que tínhamos razão, não era o Partido_Socialista,"

BCDS-PP: "Muito_bem!"

NM: "que nessa pergunta queria enganar os Portugueses. Senhor_Presidente, Senhora e Senhores_Deputados, terminamos dizendo que rejeitamos na discussão do aborto, qualquer lógica de preconceito. E não temos sobre ela nenhuma posição fundamentalista. Temos, no entanto, convicções, convicções muito profundas, assentes em valor de referência civilizacional, que julgamos partilhados pela maioria dos Portugueses; convicções que defendemos com muita firmeza e determinação, e que com essa firmeza e determinação, vamos para o referendo como cidadãos todos, muito mais, do que como responsáveis políticos e na certeza, até, que acompanhados por tantos outros" -/- (143)

JG: "Senhor_Deputado pode concluir."

NM: "de tantos outros partidos – termino Senhor_Presidente - e até, sem quaisquer convicções políticas ou ideológicas, em muitos casos. Mas acreditando que poderemos voltar a vencer e que tal, como em mil novecentos e noventa e oito, o País que queremos e os valores que defendemos continuarão a prevalecer. Disse!" (149)

JG: "Senhora_Deputada Helena_Pinto."

HP: "Senhor_Presidente, Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados. Há oito anos realizou-se um referendo sobre a despenalização do aborto, que marcou a nossa sociedade. Uma das garantias repetidas à exaustão pela Direita que, então, defendeu a continuação do Código_Penal que ameaça as mulheres com uma pena de três anos, essas mulheres nunca seriam julgadas. Mas foram julgadas, estão a ser julgadas e continuarão a ser julgadas, caso a lei não seja alterada. Alguns defensores, defensores do crime na lei, incomodados com os julgamentos, tentam agora evitá-los. Chegam tarde com as suas propostas contraditórias, de suspensão dos processos, ou de aplicação de penas alternativas à prisão. Demonstram má consciência e demonstram uma **enorme** falta de responsabilidade. Durante anos, nos quais se contam alguns em que estiveram no Governo, nunca formalizaram uma proposta, mas hoje é inútil discutir ideias que nem chegaram a proposta por duas razões principais: primeira, porque não é isso que será colocado ao povo_português na pergunta do referendo; segundo, porque são propostas que deixam tudo na mesma. Apenas querem evitar o embaraço dos julgamentos. Não evitam o aborto_clandestino e continuam a punir as mulheres. Quem rejeita a hipocrisia e quer resolver o problema, rejeita soluções que são fantasias jurídicas. Senhor_Presidente, Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados, a pergunta que vai ser colocada a referendo coloca três questões essenciais: a

descriminalização, que determina o fim da pena_de_prisão de três anos ou de outra pena par'á mulher que abortou; a participação do Serviço_Nacional_de_Saúde e o respeito pela mulher, que tomou a decisão de realizar um aborto. É sobre isto, e nada mais, que vamos ser chamados a votar e é por isso que rejeitamos as propostas de alteração do CDS, um partido empenhado em manter, a todo o custo, *ámeaça de prisão do Código_penal, contra as mulheres."

BBE: "Muito_bem!" (196)

HP: "Pelo nosso lado, sabemos que, agora, é o momento de decidir. Defendemos a realização de um referendo contra a maioria PSD-PP, que foi impedido, apesar de suscitado, pela primeira petição popular para um referendo em Portugal. Definimos uma posição clara nas eleições para a Assembleia_da_República: acabar com a criminalização das mulheres no mais curto espaço de tempo. Quando Belém complicou a realização do referendo, propusemos a conclusão do processo_legislativo pela Assembleia_da_República. Se alguma bancada aqui propuser uma nova lei, terá sempre, sempre, o nosso voto. Se o único caminho que tem o voto maioritário é o referendo, vamos ao referendo p'ra que acabem os julgamentos de mulheres. E não fazemos de uma questão com esta dimensão uma querela partidária. Partimos com a consciência que o Sim pode vencer, em nome da dignidade das mulheres, em nome da saúde_pública, em nome de um País moderno, que recusa pertencer a um reduto retrógrado da Europa. Quem defende o fim da criminalização do aborto não interfere nas opções morais, religiosas ou outras de quem quer que seja. O Estado defende a liberdade das pessoas e não impõe aos outros os preconceitos de cada um. O Bloco_de_Esquerda vai, por isso, contribuir intensamente par'á participação no referendo. Sabemos o que está em causa, com verdade, e com a convicção de que podemos fazer da civilização um pedaço de todas e de todos nós." (225)

JG: "Senhor_Deputado Luís_Marques_Guedes, tem a palavra."

MG: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. O grupo_parlamentar do Partido_Social_Democrático vai votar favoravelmente a proposta de convocação de referendo sobre um aborto. Fazemo-lo por um imperativo de coerência, que sempre mantivemos sobre esta matéria. Recordo, aqui, que em dois mil e quatro, quando então nos opusemos a uma proposta de convocação de referendo, afirmámos que entendíamos ser a próxima legislatura, esta, o momento adequado para voltar a consultar os Portugueses. E já no ano passado, quando a maioria socialista procurou instrumentalizar politicamente este assunto, misturando com os actos eleitorais que tínhamos pela frente, deixámos claro que, para nós, a realização do referendo só deveria ter lugar após esse ciclo eleitoral. Estão, pois, hoje, reunidas as condições para devolver aos Portugueses a pronúncia sobre a manutenção ou, porventura, a alteração da lei do aborto. Também sobre essa pronúncia mantemo-nos coerentes com a posição que sempre tivemos. Entendemos que o aborto é uma questão que se inscreve na esfera da consciência individual de cada um, não cabendo ao partido dar qualquer orientação, ou exigir qualquer disciplina de voto aos seus apoiantes ou aos seus deputados. Caberá a cada um de nós, a cada Português, decidir de acordo com a sua consciência. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. A questão do aborto não é uma questão qualquer. Mexe com valores e com princípios em que assenta a maneira com que se olha a sociedade, interpela a consciência de cada cidadão e afirma o padrão de referências que se quer transmitir às novas gerações. Tudo a merecer um debate que não seja abusivamente condicionado e antes favoreça uma expressão livre, esclarecida e

participada, própria de uma cidadania que se quer madura. Tudo a desaconselhar a instrumentalização partidária e a manipulação política das opções de cada um, quando não a usar a questão como arma_de_arremesso ou manobra_de_diversão de agendas estritamente partidárias. / (pl.) Por estas razões, por estas razões, o facto de o debate referendária, tudo indica, se ir realizar em adequadas condições de dignidade e serenidade, constitui, por si só, uma vitória do bom senso e uma derrota de todos os que tudo fizeram e por todos os meios tentaram que isso não acontecesse. Compreendo que, talvez, por vergonha das asneiras cometidas ao longo de todo este processo, o Partido_Socialista queira, agora, passar uma esponja e fazer tábua_rasa das suas anteriores posições."

BPSD: "Muito_bem!" (276)

MG: "Só que essa vergonha não está alicerçada num sério arrependimento. Às vezes parece até o contrário. Alguns responsáveis socialistas, a começar pelo primeiro de entre eles, parece mesmo que não têm o discernimento, nem praticam a humildade de reconhecer a asneira, reincidindo publicamente na tentativa de politização deste debate. Há míngua de convicções fortes e confiança na justeza dos seus argumentos, optam pela via gratuita do insulto, exibindo uma incompreensível agressividade e uma enorme falta de respeito por =totós <todos quanto ousam pensar de forma diferente deles próprio. É uma atitude que em nada contribui para a elevação do debate e que só desqualifica quem a toma. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. O Partido_Social_Democrata não se envergonha das posições sempre coerentes que tomou ao longo deste processo. Não se envergonha, nem quer passar qualquer esponja sob tudo aquilo que sempre disse. Vale a pena, por isso, relembrar aqui, qual foi a posição do grupo_parlamentar do PSD nos **três** debates que, no ano passado, sobre este assunto, travámos nesta Assembleia. Clarificando, então, a posição política do Partido_Social_Democrata, eu próprio tive a oportunidade de, então, afirmar, desta bancada, sobre a realização ou não realização do referendo e sobre o momento em que o referendo devia ter lugar, e passo a citar: "Vamos, então, à primeira questão: o PSD não tem objecção à realização de um novo referendo sobre o aborto durante esta legislatura. É um compromisso inscrito no programa_eleitoral do Partido_Socialista, com o qual se apresentou às eleições de Fevereiro último. O resultado eleitoral claro, então obtido, legitima o Partido_Socialista a avançar com esta iniciativa durante a legislatura. É, de resto, um bom princípio, um princípio salutar, o de respeitar os compromissos_eleitorais assumidos perante o eleitorado. A posição de não objecção que o Partido_Social_Democrata tem é, também, conhecida desde a campanha_eleitoral." Recordo que dissemos, então, que da nossa parte não tomaríamos iniciativa na matéria, mas que não nos oporíamos à sua convocação, se essa viesse a ser a vontade maioritária do Parlamento eleito. Dissemo-lo e mantemo-lo. E continuo a citar: "Deixo, aqui, claro que se o actual Presidente_da_República entender convocar o referendo para depois das eleições_presidenciais, tal decisão não merecerá qualquer oposição, ou reparo, por parte do Partido_Social_Democrata. E é aqui que entronca a segunda questão: a de saber qual o momento em que o referendo deve ter lugar. À nossa frente temos," – tínhamos – "nos próximos três meses, um exigente calendário político-eleitoral. Estamos em plena recta final da campanha_eleitoral pr'ás eleições autárquicas" – estávamos – "e iniciou-se, já, com particular agitação e animação, diga-se, a pré-campanha para as presidenciais. Acresce-se que (a) este exigente calendário eleitoral ainda se vai sobrepor o calendário orçamental, um calendário intenso e um debate participado e duro, dentro e fora do Parlamento, pelas medidas polémicas e restritivas que, seguramente, vai

impor ao País. Ora, fica por demais evidente, que a relevância política e nacional destas matérias não abre espaço par'á introdução, neste período, de um outro debate nacional e logo sobre um assunto tão sério, como o é o do aborto. Entra pelos olhos a dentro que seria como meter o rossio na betesga, prejudicando gravemente qualquer participação cívica séria em alguns ou em todos estes assuntos, ainda por cima, os Senhores_Deputados sabem que só por masoquismo é que imporia um tão louco calendário '*ós Portugueses, com três actos eleitorais, em três meses. Disse e reafirmo que não levantamos qualquer obstáculo a que o referendo seja convocado para depois das eleições_presidenciais. Haverá, então, todas as condições para a realização de um debate sereno, participado e com as condições de elevação que o assunto merece. Só mesmo quem queira furtar-se a essa participação e a essa elevação é que pode desejar o contrário." Fim de citação. Foi isto que, aqui, foi afirmado pelo Partido_Social_Democrata há um ano, pese, embora, o Partido_Socialista tenha mesmo insistido na tentativa de politização com o resultado de malogro que se conhece. Convenhamos, Senhores_Deputados, não podia ter sido mais frontal, nem mais a clara, a posição dos deputados do PSD há um ano. Como clara e frontal foi, também, a nossa posição sobre a pergunta a reformular no referendo. Num primeiro momento, convém também, aqui, recordá-lo, o Partido_Socialista apresentou e fez aprovar uma alteração à lei que visava duas mexidas essenciais: a liberalização do *aborto *realizada nas primeiras dez semanas de gravidez e o alargamento p'r*ás dezasseis semanas de gravidez do prazo p'ró aborto terapêutico, quando fundado em razões de natureza económica e social. Fez aprovar essa alteração à lei, mas dissimuladamente propunha-se colocar a referendo apenas a primeira destas questões, subtraindo dessa consulta aos Portugueses a segunda alteração, aliás, de imensa gravidade. O PSD denunciou com veemência essa manobra e se, teimosamente, ao longo do debate de então, o Partido_Socialista não teve a hombridade de o reconhecer. A verdade é que, meses depois, deram o braço a torcer e corrigiram a sua própria proposta, dela retirando, por completo, a segunda das questões enunciadas. É este o ponto em que hoje nos encontramos. Temos um projecto_de_lei aprovado na generalidade, que já só se propõe introduzir a despenalização do aborto, quando livremente realizado nas dez primeiras semanas de gravidez, e temos uma proposta de pergunta que se reconduz a isso mesmo. É um reconhecimento implícito, embora tardio, de que o PSD sempre tivera razão. / (pl.) Senhor Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Ultrapassadas as asneiras em que o Partido_Socialista e o Bloco_de_Esquerda, os dois à compita, se precipitaram, prejudicando a seriedade com que esta matéria deve ser encarada, parecem, de facto, reunidas, hoje, as condições para se avançar com a proposta de consulta aos Portugueses, pese, embora, os primeiros sinais de infeliz politização a que já me referi e que espero, não passem disso mesmo, de episódios infelizes. É, agora, o Senhor_Presidente_da_República que cabe decidir sobre a convocação e a data de realização deste referendo. Confio, em absoluto, no critério que o Senhor_Presidente_da_República entender utilizar, certo que será, sempre, uma boa decisão. Faço votos para que o debate nacional e o processo de devolução da decisão '*ós Portugueses, que agora se inicia, decorra com a elevação, a tranquilidade e a profundidade de análise que o assunto tem, de nós todos, que merecer, sem radicalismos, nem insultos, sabendo afirmar convicções e aceitar, sempre respeitando as opiniões de quem não pensa como nós, para que cada português, em consciência, livremente, venha a decidir o seu sentido de voto." (escrito) (379)

JG: "Senhora_Deputada Heloísa_Apolónia."

HA: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhores_Deputados. Em breves palavras para dizer que, se esta matéria da alteração da lei_penal, no que se refere à despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, não está já, até hoje, resolvida, essa não resolução desta matéria tem responsáveis, e tem responsáveis directos na direita, que quer manter uma lei, mas que não assume que a quer ver aplicada até às suas últimas consequências, ou seja, que quer ver as mulheres_portuguesas sujeitas a pena-de_prisão p'lo facto de terem feito um aborto, e perdoem-me, Senhores_Deputados, mas esta posição não pode =ser <ter outra classificação que não a de hipócrita, perante esta realidade, mas =tamtam <tenho também, outros responsáveis, na nossa perspectiva, que são aqueles que, até hoje, com esta composição parlamentar, se recusaram, até hoje, a alterar a lei n' *Ássembleia_da_República. E é importa que todos percebamos e olhemos um pouco mais para trás, =pra <até para alguns anos atrás e percebamos que esta história do referendo, este recurso do referendo em matéria de despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, não tem tido outra =com <consequência senão a de adiamento, em adiamento, em adiamento daquilo que é o imperativo nacional que é, justamente, a alteração da lei. Dizia um Senhor_Deputado, em mil novecentos e noventa e oito, do Partido_Socialista, nesta Câmara, o seguinte, em relação ao referendo: "É preciso dizer com clareza ao País que, nesta Sala, por detrás da exigência do referendo, esconde-se **uma única** preocupação verdadeira, empatar, empatar, empatar." Poucos, sim, tempos depois," (405)

B: "Isso é verdade"
"Isso não é verdade!"

HÁ: "o Partido_Socialista faz um acordo de bastidores com o PSD e recorre, justamente, à figura do referendo, abandonando o processo_legislativo, para =dar as consequências <resultar naquilo que todos sabemos e chegarmos, passados estes anos, a esta situação de adiamento, em adiamento, em adiamento. Gostaria de deixar, aqui, bem claro, que os Senhores_Deputados e as bancadas_parlamentares que =defendem <têm defendido nesta legislatura, permanentemente, a realização do referendo, quando discutimos p'la segunda vez esta matéria, assumiram alguns, aqui na Assemleia_da_República, que não podíamos andar de referendo, em referendo, em referendo, e que se não fosse convocado da segunda vez, então os deputados da Assembleia_da_República tinham que assumir as suas responsabilidades, e concluir o processo_legislativo. Hoje, aqui, estão outra vez a defender, justamente, a realização do referendo. Tínhamos tido a possibilidade de ter assumido essas responsabilidades, de termos resolvido o problema que está na lei, como todos dizemos, o crime que está na lei, e que, portanto, importa resolver de uma vez por todas. Por isso, Os_Verdes reafirmam, entendemos que esta matéria já podia ter sido alterada n' *Ássembleia_da_República. Apresentámos um projecto com esse objectivo, voltámos a reapresentá-lo nesta sessão_legislativa e lamentamos que esse processo não seja, assim, concluído. É por isso que votaremos contra este projecto_de_resolução, que prevê o referendo e reafirmámos os direitos das mulheres não são referendáveis."

BOV: "Muito_bem!" (423)

HA: "Eles não se referendam, =garan =não se referendem <garantem-se =e concretizem-se <e concretizam-se. Por outro lado, gostaria de realçar, aqui, que o Senhor_Deputado Alberto_Martins não me respondeu às duas questões concretas que lhe fiz, designadamente, se tem a garantia que o Governo estará em **uníssono**, defendendo a despenalização da

interrupção_voluntária_da_gravidez, d'acordo com aquilo que é o compromisso do Governo e que consta, claramente, do programa do Governo, nem me respondeu que perante os dois cenários de não vinculativo o referendo, o Sim e o Não, qual será a posição que o Partido_Socialista vai *ah* tomar e qual será a responsabilidade e o compromisso que assume perante o País nesta matéria. Senhor_Deputado Alberto_Martins e Senhores_Deputados do Partido_Socialista, o facto do Senhor_Deputado não ter respondido a estas questões é já, por si, preocupante, esta sua não resposta é já, por si, preocupante. Fica, aqui, este registo d' Os_Verdes. Muito_obrigada!" (434)

JG: "Senhor_Deputado Pedro_Nuno_Santos."

PN: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Com este projecto_de_resolução, o Partido_Socialista cumpre um compromisso_eleitoral, mas é apenas objectivo do PS convocar um novo referendo. É objectivo do PS alterar, também, a lei actualmente em vigor, alterar uma lei que tem permitido julgamento e a condenação de mulheres_portuguesas, alterar uma lei que não acabou com o aborto_clandestino, alterar =uma nei <uma lei que nada fez pela vida, alterar uma lei que já ninguém quer ver aplicada, nem os Senhores_Deputados. =Mas o grande <Mas o objectivo do Partido_Socialista e da JS é acabar, é terminar com a investigação, com os interrogatórios, **com os julgamentos, com as condenações, com as prisões**. Esse é o objectivo do PS e da JS. / (pl.) E ficamos E ficamos satisfeitos por saber que à direita também já ninguém quer a prisão das mulheres que interrompem a sua gravidez. Mas aquilo que nós não queremos é uma lei que faz de conta. Aquilo que rejeitamos é a hipocrisia dos que não querem as mulheres presas, mas que querem manter o crime na lei."

BPS: "Muito_bem!" (448)

PN: "Uma Democracia avançada, uma democracia com regras claras e transparentes. E quem não quer ver as mulheres_portuguesas presas tem uma grande oportunidade: vota Sim no referendo. Nós temos, também como objectivo, combater o aborto_clandestino e o drama do aborto_clandestino. E quem é contra a prisão das mulheres, mas não permite que a interrupção_da_gravidez seja feita em estabelecimentos autorizados, está a pactuar com o drama do aborto_clandestino, está a permitir os graves prejuízos par'á saúde e par'á vida das mulheres."

BPS: "Muito_ bem!"

PN: "Nós sabemos que só em estabelecimentos autorizados estamos a garantir condições de saúde e de igualdade par'ás mulheres_portuguesas. Quem não é insensível, relativamente ao drama do aborto_clandestino, vota Sim no referendo. Mas Senhores_Deputados, não é também de liberalização aquilo de que se trata no nosso projecto_de_lei. Nós, aquilo que pretendemos no nosso projecto_de_lei =é de novas <é prever novas situações dentro das quais a interrupção_da_gravidez se possa realizar até às dez semanas. Já, hoje, estão tipificadas na lei algumas excepções. Trata-se de prever novas situações. Este é um projecto_de_lei equilibrado e ajustado que protege os direitos da mulher_portuguesa. Mas não fugimos à questão das dez semanas mais um dia. Essa questão 'tá resolvida, também, p'ra nós. Existe consenso médico, seja às dez ou às doze, porque o período que melhor garante a saúde da mulher: Mas quem hoje tem que responder o que é que acontece no dia a seguir às dez semanas é quem já não defende a prisão e quer suspender os julgamentos e as condenações. Esses é que têm que explicar =por que o <ou a suspensão dos julgamentos é até às dez, ou até às vinte e quatro, ou, até, às trinta e seis. E se for até

às dez, o que acontece, então, a seguir às dez semanas? O que vamos decidir no dia do referendo é se queremos =que a pri <que os julgamentos e as condenações continuem em Portugal. Quem quer que continuem vota Não, quem não quer vota Sim. Muito_obrigado." (468)

JG: "Senhor_Deputado Francisco_Louçã."

FL: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Ao votar a convocação dum referendo, decidimos que hoje é o primeiro dia dum debate clarificador na sociedade_portuguesa. É certo que, até agora, uma grande parte das intervenções, muito em particular das bancadas da direita, têm sido sobre as responsabilidades e sobre o debate institucional na convocação anterior de referendos a que a Assembleia foi chamada a discutir e a votar. É certamente um debate interessantíssimo pr'ás actas da Assembleia_da_República, mas não é certamente o debate mais importante que nós temos que ter no primeiro dia da preparação do referendo, que permite aos Portugueses escolher o fim desta lei criminal e corrigir o Código_Penal. É, por isso, muito significativo, que a participação do partido mais importante da direita nada diga sobre a substância, seja exclusivamente sobre a forma, e seja, mesmo, uma longuíssima citação de si próprio, num debate tão diferente como aquele que tivemos, há alguns meses, ou há mais de um ano atrás. E que cada tenha o entretenimento de citar a si próprio é, certamente, elegante, mas nada diz, a não ser que o principal argumento do principal partido da direita é não ter nenhum argumento e não tomar posição na questão do referendo sobre o aborto. E, por isso, eu quero contribuir para explicar à Câmara qual é a posição que o Bloco_de_Esquerda vai defender, olhando par'á frente e olhando p'ró debate político que teremos todos, e todos na sociedade_portuguesa, sobre o referendo do aborto. E em primeiro lugar, fazer um apelo à participação neste referendo. Sejam aqueles ou aquelas que defendam o Sim ou o Não, o seu voto é muitíssimo importante e é importante, porque é decisivo o voto daquelas pessoas, que não suportando a lei horrenda que hoje mantém a perseguição das mulher, não votaram em noventa e oito, ou não tinham idade para votar em noventa e oito, e partilham a mesma preocupação de tantos sectores da sociedade_portuguesa p'ra corrigir esta lei. A participação dessas pessoas é decisiva, e é por isso que, agora, quero insistir no apelo a essa intervenção cívica que é votar no próximo referendo. Diziam um deputado da direita mais extremista que se trata duma questão de civilização. E é verdade. É mesmo uma questão de civilização. No julgamento em Aveiro, o acusador dirigiu-se ao Tribunal, pedindo, =nos mesmo termos <nestes mesmos termos, a pena máxima pr'ás mulheres acusadas de aborto, e à absolvição dos cúmplices, os cúmplices eram o pai, a mãe, o marido e o namorado. Pena máxima p'rás acusadas, que é a pena de três anos de prisão. É isto a questão de civilização. A questão de civilização é um Código_Penal que determina, não torna possível. O Código_Penal não é facultativo. O Código_Penal é =uma norma política <uma norma jurídica que se impõe nos Tribunais. E o Senhor_Deputado foi Ministro_da_Justiça, e que diz que é demagogia, sabe que eu estou a falar dum facto. O facto é que o acusador se vira p'ró Tribunal, questão de civilização, e diz **pena_máxima** pr'ás mulheres. Quem vota Não neste referendo vota **pena_máxima** pr'ás mulheres. Aliás, a lei é tão cruel, que os seus defensores não se atrevem a defender os seus conceitos, porque quem acha um radicalismo extremista das suas concepções, que aqui se pune um homicídio, terá algum dia que nos dizer por que é que não se levando a sério a si próprio, discrimina homicídios de segunda e de primeira. Para uns pede pena_máxima de três anos, e para outros pede =pena_máxima <pena_mínima de oito anos. Se se trata de um

homicídio e se levam a sério as suas concepções extremistas, não as podem desgraduar na demagogia que é a sua posição. Não acreditam em si proóprio. =Não são são capazes de dizer ao Povo_Português o fundamento da sua posição, porque é tão difícil, não é Senhores_Deputados? É tão difícil de assumir questão de civilização. A perseguição às mulheres. É claro que outros mais bem dotados nessa capacidade extraordinária que é a hipocrisia podem dizer resolvemos o problema, suspendendo os julgamentos. E como é que isso se faz? Faz-se à acusação? Chamam-se as culpadas e as testemunhas e as acusadas, e depois, quando termina a acusação, levanta-se o processo para que não chegue a julgamento, ou julga-se e não se aplica a pena, ou aplica-se a pena e a pena é só uma reeducação com algumas consultas ou com algum trabalho de jardinagem p'rá Camâra_Municipal? De que é que se trata, exactamente, nessa hipocrisia imensa, que é a suspensão? Hoje, aliás, nesta dificuldade, neste emaranhado em que está a direita, o CDS tem uma longuíssima história de pérolas culturais magníficas nos debates sobre o aborto, acrescentou mais uma, era a ideia =que nos <com que nos brindou, de que a ideia da interrupção_da_gravidez é confusa na pergunta, porque quem interrompe uma gravidez pode ser que, acha o CDS, continue em próximos capítulos. E a gravidez interrompida não acabou e, portanto, o CDS não percebe. O CDS não percebe. Nós percebemos que o CDS não perceba e o deputado Nuno_Melo, que é um homem sagaz, veio, assim, acrescentar-se a esta longa lista dos eméritos oradores do CDS, a este respeito. Por isso, o nosso apelo é a todos os homens e mulheres, que, ao votarem no referendo, partilham uma valor civilizacional determinante, que é o respeito p'las mulheres, que é o respeito p'las pessoas, que é o respeito p'la dignidade, e é esse valor que vai estar em votação no dia em que o Presidente_da_República marcar este referendo. E, por isso, apelamos a todos, apelamos aos cristãos, que sabem que esta lei tem desenvolvido a perseguição e o aborto" -/- (538)

JG: "Pode concluir, Senhor_Deputado."

FL: "clandestino, a eles apelamos porque todas as pessoas dispostas a acabar com o desrespeito estarão juntas num voto do Sim, que vai vencer quando o referendo se realizar."

BBE: "Muito_bem!"

JG: "Senhora_Deputada Ana_Catarina_Mendes."

ACM: " Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Já muito se tem falado nesta Câmara de crime, de aborto, de aborto_clandestino, de referendo. Mas atrevo-me a dizer, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, que é com grande pena que hoje não digo que está tudo na mesma. Hoje estamos **pior** do que estávamos há oito anos, no último referendo, hoje estamos pior do que há um ano, hoje estamos pior do que ontem, porque há mais pessoas a morrer, há mais pessoas que recorrem ao aborto_clandestino e há mais pessoas que sofrem com esta lei injusta. E, Senhor_Deputado Pedro_Mota_Soares, o PS, aqui, não está sozinho, nem enganado porque falar com rigor, Senhor_Deputado, é não enganar os Portugueses, e dizer que o que está em causa é uma alteração ao artigo cento e quarenta e dois do Código_Penal, isto é, interrupção_voluntária_da_gravidez não punível. Não confundir os Portugueses"

BPS: "Muito_bem!"

ACM: "e, sobretudo, Senhor_Deputado Nuno_Melo, não subestimar a inteligência daqueles que vão votar, não subestimar a

responsabilidade daqueles que recorrem a uma interrupção_volunt´ria_da_gravidez até às dez semanas em Portugal. E falar com clareza, Senhores_Deputados, como pediu o Senhor_Deputado Mota_Soares, é falar de uma lei que que, hoje, permite que existam processos_judiciais, que existam humilhações públicas, julgamentos, prisões, desumanidade, sequelas físicas e psíquicas, Ah, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, mortes em Portugal pelo aborto_clandestino. É este o cenário que nos deve envergonhar a todos, é este o cenário que nos deve levar a todos a falar com verdade, e com verdade é que esta lei gera situações de clandestinidade e medo; e com verdade é dizer que esta lei é incapaz de dar resposta às necessidades de uma política de saúde_pública bem orientada, é dizer que esta lei é uma lei, socialmente, injusta, que gera profundas desigualdades, porque aqueles que podem, nos estratos sociais mais elevados, recorrem aos Países vizinhos, ou aos nossos Países da União_Europeia, porque têm dinheiro p'ra pagar um aborto em condições de saúde públicas e dignas. Quem não tem dinheiro recorre ao aborto_clandestino. É esta a triste realidade do País. Senhor_Presidente, o direito comparado, na União_Europeia, permite dizer que a legislação_portuguesa, nesta matéria, se situa na mais restritiva, em matéria de despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Portugal é o único País da União_Europeia que activamente persegue e condena mulheres e médicos por interrupção_voluntária_da_gravidez ilegal. Portugal continua a contrariar o relatório Relatório_*Lancker* de dois mil e dois do Parlamento_Europeu, =que aconselha a tomar a tomar <que aconselha a que =o aborto_clan <o aborto seja legal, seguro e acessível, e apela a que todos os Estados não persigam as mulheres que fizeram o aborto_clandestino. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Aquilo que nós acreditamos é que não pode haver dualismos nem hesitações sobre esta matéria. Não pode haver aqueles que defendem, ainda hoje, =pública <em opinião_publicada, os que defendem que a lei é injusta, mas que apesar disso, deve ser esta a lei a existir. O Partido_Socialista considera que o valor mais fundamental, aqui, é o valor da tolerância, e, por isso mesmo, não hesitaremos, e enquanto esta lei não for alterada, haverá, seguramente, mais dramas humanos, mais mortes a somar aos números dos últimos vinte e dois anos. E, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, termino dizendo: as más leis são o pior tipo de tirania. A lei do aborto actual é uma má lei. Muito_obrigado."

BPS: "Muito_bem!" (577)

JG: "Senhor_Deputado Marcos_Perestrello."

MP: "

Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Existe, hoje, na sociedade_portuguesa, um certo consenso quanto à necessidade urgente de despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez, quando realizada nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado. Mesmo ambos os sectores da direita já não se atrevem a defender que uma jovem adolescente seja mandada par'á prisão, como sequência =de uma inrrerre <de uma interrupção da gravidez, realizada num momento de desespero, por isso vêm alguns dos seus porta_vozes propor, agora, a suspensão d' *áplicação da lei. ((584) Portugal é um estado_de_direito e num estado_de_direito as leis vigentes aplicam-se com rigor e produzem efeitos sobre quem as infringe. Uma lei_penal que passa a ser anulada na sua eficácia e se quer apresentar, apenas, como uma punição moral, representa o mais evidente sinal de má consciência dos que dizem defendê-la. De fcato, esses querem fazer dela um instrumento de humilhação pública, o que é inaceitável nos dias d'hoje. A era do pelourinho já lá vai. Aí sim, os castigos eram aplicados em espectáculo público para

humilhar os castigados. Admitir a suspensão dos efeitos d'*áplicação da lei actual é um desrespeito pelo estado_de_direito e pelos princípios elementares da ordem jurídica e da legalidade. Mas é também uma hipocrisia, porque não retira as adolescentes e as mulheres socialmente mais desfavorecidas da desumanidade e dos riscos que o aborto_clandestino implica par'á vida e para a saúde das mulheres. Devemos, **isso sim**, enfrentar a actual situação com coragem, reconhecendo que a lei que penaliza a interrupção_da_gravidez é uma lei ineficaz e socialmente injusta. E é ineficaz e socialmente injusta, porque nenhuma mulher deixa de fazer um aborto por causa desta lei. As que têm meios financeiros deslocam-se ao estrangeiro e interrompem a gravidez em segurança, as adolescentes e as mulheres de origem social mais desfavorecida são atiradas par'ó aborto_clandestino, em condições que representam um problema de saúde_pública, cuja gravidade mais se torna evidente, quando comparada com a situação dos Países que na Europa resolveram há mais tempo esta questão. É, por isso, uma lei, cujo único efeito prático é impedir que as interrupções_da_gravidez ocorram em locais adequados e com devido acompanhamento médico. Se pois a lei é injusta, perversa e ineficaz, então, só há um caminho: mudá-la. Senhoras e Senhores_Deputados. A situação legal que se pretende adoptar com a realização deste referendo é uma solução equilibrada" (78)

BPS: "Exactamente!"

MP: "e razoável. É equilibrada e razoável, porque não vai mais longe do que o consenso médico e científico sobre as condições em que se pode realizar, em segurança, uma interrupção_de_gravidez e é equilibrada e razoável, porque permite compatibilizar a liberdade pessoal e a consciência individual. É que se o problema é, antes de mais, ético-filosófico, então, deixemos as consciências decidir. A solução que se propõe tem como objectivo principal combater o aborto =clan <clandestino, chamando ao sistema de saúde as mulheres e as jovens que engravidaram sem querer e recorrem ao aborto, que na altura lhes parece ser a sua única saída. Aí, no sistema de saúde, podem encontrar apoio e mesmo esclarecimento que evite a repetição de situações idênticas. Senhoras e Senhores_Deputados. A despenalização da interrupção_da_gravidez, nas condições, agora, submetidas a referendo, não corresponde a uma liberalização ou à defesa do aborto como um direito ilimitado. A despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, nas primeiras dez semanas, procura, tão-só, retirar da prisão as mulheres fragilizadas, que não são criminosas, e combater o aborto_clandestino, acabando com uma atávica descriminação social e económica, ao mesmo tempo que ajuda a resolver um sério problema de saúde_pública." -/-

BPS: "Muito_bem! Muito_bem!" (pl.) (102)

MP: "Ao submeter / (pl.) Ao submeter a presente questão a referendo, o PS cumpre mais um compromisso_eleitoral. Ao contrário de outros, entende que nesta matéria não deve haver lugar para ambiguidades ou evasivas. Temos uma posição clara e damos a cara por ela. Caberá, agora, aos Portugueses, participando no referendo, e votando Sim, acabarem com esta humilhação infligidas às mulheres, substituindo uma lei injusta, perversa e ineficaz por uma lei justa, equilibrada e razoável."(110)

JG: "Senhora_Deputada Maria_de_Belém_Roseira."

MB: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. A iniciativa, hoje, levada a cabo p'lo grupo_parlamentar do Partido_Socialista, como já aqui foi dito, hoje, concretiza um

compromisso público, assumido variadíssimas vezes, em variadíssimas ocasiões e em variadíssimos lugares. Aquilo de que hoje, verdadeiramente, se deveria ter tratado, era não da resposta que cada um de nós deve dar ou vai dar na consulta proporcionada p'lo referendo, mas, sim, se o referendo é o instrumento adequado para proceder a essa consulta."

BPS: "Muito_bem!"

MB: "Par'ó grupo_parlamentar, no seu entendimento maioritário, deve ser essa a metodologia a adoptar, porque foi a expressa e a explicitamente apresentada a sufrágio eleitoral. Existe, pois, em meu entender, um mandato inequívoco nesse sentido. Neste contexto, não vou eximir-me a tecer algumas considerações sobre o que penso, sobre a pergunta a referendar e sobre a questão de fundo em si. Jurista, de formação, quer na Misericórdia_de_Lisboa, quer na saúde, quer na igualdade, ocupei posições privilegiadas d'observação, que constituíram e alicerçaram o meu modo de ver esta questão, do ponto de vista da política_criminal, da saúde_pública e do ponto de vista social. Como jurista, revejo no acórdão oitenta e cinco oitenta e quatro do Tribunal_Constitucional, reinvocado em noventa e oito, que sustenta que as medidas penais, sobretudo as privativas da liberdade, só são constitucionalmente admissíveis e, repito, admissíveis, quando sejam necessárias, adequadas e proporcionadas à protecção de determinado direito ou interesse constitucionalmente protegido. E só serão constitucionalmente exigíveis, repito exigíveis, quando se trate de proteger um direito ou bem constitucional de primeira importância e essa protecção não possa ser garantida de outro modo. Parece evidente, por citado acórdão, que é bastante mais gravosa a penalização indevida do que a falta de penalização [^^^^]lá, onde ela deveria existir. Pode haver alternativas par'á penalização, não há remédio par'á penalização desnecessária ou injusta. No caso do aborto e da garantia da vida intra-uterina, outros meios de tutela e de combate ao aborto existem, que devem preceder os meios penais, e cuja ausência ou insuficiência tornam mais gravosas e desproporcionadas as normas penalizadoras sob um ponto de vista jurídico-constitucional. A tutela penal há-de ser a última *ratio* das medidas culturais, económicas, sociais e sanitárias e não um sucedâneo para a falta delas. Para mim, a questão central do debate a realizar é saber se a sanção actualmente em vigor se aplica a **todos** os que cometem o mesmo crime. E a esta pergunta, a resposta só pode ser não. E é não porquê? Porque a gravidez resulta de um acto praticado a dois. A decisão de a interromper é praticada, muitas vezes, a dois e fortemente influenciada p'la pressão social, que classifica como vergonhosos determinados comportamentos ou situações que a assunção da gravidez poderia revelar. A roda da Misericórdia_de_Lisboa constitui repositório e registo histórico extraordinariamente expressivo."

BPS: "Bem lembrado!" (190)

MB: "Mas neste triângulo – Mulher, Homem e Sociedade – só a mulher é julgada, exposta, devassada, vilipendiada e condenada. Na esmagadora maioria das vezes, o homem nem aparece, ou desaparece e a Sociedade, essa, essa então, parece que não tem responsabilidades e só dá a cara, institucionalmente organizada, para castigar, nunca para reconhecer a sua responsabilidade, face à prevenção que não assumiu ou não deixou assumir, nem par'á reparação que nunca foi capaz de organizar de forma competente =e consciente <e consistente. Mas mais, Senhoras e Senhores_Deputados. A pena consagrada em Direito_Penal não se aplica a todas as mulheres perante a prática do mesmo ilícito. As mais informadas, como já aqui foi dito, as mais fortes, do ponto de vista financeiro e do ponto de vista social,

resolvem facilmente o problema de uma gravidez indesejada. Para essas não faltam meios nem recursos. Aqui, sim, é que existe verdadeira liberalização. A pergunto, então: é justa uma sanção que, perante o mesmo crime, se aplica apenas a alguns e, de entre estes, apenas àqueles que são mais frágeis, do ponto de vista social e que, por essa via, têm que enfrentar riscos de vida, para além do risco da prisão? Onde está, Senhoras e Senhores_Deputados, o nosso sentido de justiça? Como é que pudemos enterrá-lo, durante tanto tempo, com explicações públicas distorcedoras do que verdadeiramente está em causa? Que legitimidade temos nós para condenar p'la prática de um crime, em condições muito restritas, se o mais duro juiz de cada um de nós somos nós próprios. Será =que a maravilhosa ou <que na maravilhosa aventura na maternidade e da paternidade, o que verdadeiramente é importante é aquilo que nós sabemos hoje ser o menos importante na aventura da vida_humana? Será que continuamos a atribuir à dimensão biológica mais importância que à dimensão psicológica e ambiental, sabendo, como sabemos hoje, que o ambiente em que crescemos e nos moldamos é mais importante que um mero determinismo genético? Sabemos hoje, Senhores_Deputados, que sessenta por cento das gravidezes bioquímicas não vão avante por razões naturais e que, por cima destas, quinze por cento das gravidezes clínicas acabam em aborto espontâneo até às doze semanas. E sabemos, também, que sem nidação a gravidez não vai avante. Nidação biológica. Mas permitam-me, Senhoras e Senhores_Deputados. Onde entra a outra nidação: a do abrigo, a da casa materna, =a da lugar <a do lugar resguardado e protegido, pleno de afectos, e todos sabemos que essa é que é a dimensão verdadeiramente importante. Nada nos dispensa de trabalharmos no sentido de que o ambiente para tal seja proporcionado, naquilo em que de nós depende. E esse é também o nosso papel. Mas, também, nada justifica que, na ausência de cumprimento ou de sucesso do cumprimento dessa nossa responsabilidade colectiva, usemos o nosso poder, no sentido de castigar, e de castigar de forma desproporcionada e impiedosa, quem em situação de infortúnio e de angústia, não conseguiu superar múltiplas insuficiências. Esta matéria não pode ser partidarizada. Ela é transversal, sensível e cada um de nós, explicitamente, ou na sua intimidade, saberá responder à pergunta: sim ou não. Chamados a decidir, como seremos todos, saibamos, todas e todos também, estar à altura da nossa indeclinável responsabilidade. Disse!" (246)

BPS: "Muito_bem!"

JG: "Senhoras e Senhores_Deputados, vamos iniciar o período de votações. Hoje há bastantes votações. Também intervenções, em alguns dos pontos. Serão uma sessão devotações prolongada. Recordo que há, também, a decorrer, até ao final da sessão, a eleição =do Presidente_Nacional <do Presidente_da_Comissão_Nacional_de_Protecção_de_Dados, nas urnas à vossa esquerda. Senhoras e Senhores_Deputados, que ainda não exerceram o seu direito_de_voto, deverão fazê-lo. Podem, então, passar à fase de introdução dos vossos cartões para verificarmos o *quórum* de deliberação." (257)

SSM(vb): "Já vai. Já vou […] […] Alberto não tem cartão. Oh!"

JG: "Podem dirigir-se par'ós vosso lugares e introduzir o cartão de voto electrónico, para apuramento do *quórum* de deliberação. Senhores_Deputados, que, por alguma razão, tiverem dificuldade, já sabem que devem proceder depois à confirmação presencial da assistência ao Plenário e podem fazê-lo no serviço d'apoio à vossa esquerda. Podem, ainda, introduzir os cartões. Vamos, agora, accionar… Podem, ainda, introduzir os cartões. / Podem introduzir o

cartão. Então, podem, agora, accionar o mecanismo. E agora podem carregar em qualquer dos botões: vermelho, branco ou verde. Éó uma confirmação de *quórum* de deliberação. Já sabem, as Senhoras e os Senhores_Deputados, que não puderam operar o sistema, podem fazer uma confirmação presencial da presença, assinalar à Mesa e, depois, assinar a folha de presença. Há mais dois Senhores_Deputados presentes. Podem anunciar o total das presenças. Duzentos e seis mais dois. Duzentos e oito deputados presentes. Vamos, então, proceder à votação do projecto_de_resolução cento e quarenta e oito barra dez do PS, que propõe a realização dum referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, realizada por opção da mulher, nas primeiras dez semanas. Senhores_Deputados que votam a favor. Podem sentar. Senhores_Deputados que votam contra. Podem sentar. Senhores_Deputados que se abstêm. A proposta de resolução foi aprovada. Contou com os votos favoráveis do PS, do PSD e do Bloco_de_Esquerda. Com os votos contra do PCP e do PEV e de uma deputada do PS."

SSM(vb): "[…] do PSD."

JG: "E um deputado do PSD. E com a abstenção do CDS e duas deputadas do PS. Está, portanto, aprovada. E a proposta p'lo CDS-PP, de substituição está, consequentemente, prejudicada, adoptando-se a mesma metodologia de votação anterior. Vamos passar agora à apreciação" -/-

SSM(vb): "O Quartin_Graça 'tá a pedir a palavra." (315)

JG: "Senhor_Deputado Quartin_Graça. Senhor_Deputado […] de Sousa_Franco, tem a palavra o Senhor_Deputado Quartin_Graça."

QG: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Par' *ánunciar '*ápresentação de uma declaração_de_voto sobre este projecto. Muito_obrigado."

JG. "Senhora_Deputada Matilde_de_Sousa_Franco."

MF: "Senhor_Presidente, era par' *ánunciar a declaração_de_voto que vou enviar à Mesa. Muito_obrigado."

JG: " Muito_obrigado. Serão recebidas." (318)

Discursos proferidos no dia 8 de Março de 2007 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 9 de Março de 2007

JG: "Vamos passar agora ao pacote IVG."
SSM(vb): "Os requerimentos de avocação, diz o o […]."
JG: " Há requerimentos de avocação do PSD, CDS e do PS. Vamos votar o requerimento =do <em conjunto."
SSM(vb): "Conjunto."
JG: "Então, votamos os três requerimentos em conjunto. Senhores_Deputados que votam contra. Que se abstêm. Aprovados por unanimidade. Vamos passar, então, à votação na especialidade. Ao projecto_de_lei dezanove barra dez" -/-
SSM(vb): "Ele diz que não. […] Catarina […]" -/-
JG: "Do PS?"
SSM(vb): "Marques_Guedes."
JG: " Senhor_Deputado Marques_Guedes."
MG: "[…]"
JG: "Há três minutos p'ra cada grupo_parlamentar p'ra sustentar as suas posições" -/-
SSM(vb): "[…]"
JG: "Dois minutos."
SSM(vb): "Sim."
JG: "Dois minutos. 'Tão inscritos" -/-
SSM(vb): "Três."
JG: "Três minutos?"
SSM(vb): "Estão a brincar, ou quê?"
SSM(vb): "(Dois) minutos. Não há inscrições."
JG: "Não há inscrições."
SSM(vb): "Há, há. Quem? Ana_Manso."
JG: " Senhora_Deputada Ana_Manso."
SSM(vb): "Pedro_Mota_Soares. Pedro_Mota_Soares."
AMs: "Muito _brigado, Senhor_Presidente." (30)
SSM(vb): "'Tou?" (atendeu o telefone)
SSM(vb): "Rápida."
AMs: "Muito_obrigado, Senhor_Presidete. Senhoras e Senhores_Deputados, para o PSD há dois princípios fundamentais, dos quais não abdicamos: é coerência e o respeito pela palavra dada. Durante a campanha, muitos de nós lutámos por princípios desde o Sim à despenalização da mulher, de pôr fim ao aborto_clandestino e diminuir o número de abortos na base de uma decisão livre da mulher. E foram estes princípios que mereceram o voto favorável dos Portugueses."
BPSD: "Muito_bem!" (43)
AMs: "O que não é sério, é depois do Sim e depois de termos os votos, não respeitarmos, integralmente, as expectativas criadas e que assumimos ao longo da campanha."

BPSD: "Muito_bem!"
AMs: "Sim, porque uma coisa é a decisão livre da mulher, a decisão informada, responsável e coerente que sempre defendemos. E isso, na nossa opinião, faz-se através do aconselhamento personalizado, mulher a mulher, caso a caso. Sim, porque defender o aconselhamento é respeitar a dignidade da mulher para uma decisão informada, responsável e coerente. Dizer o contrário é agir de má fé, é passar um atestado de menoridade às mulheres_portuguesas."
BPSD: "Muito_bem!"
AMs: "Mais, é querer desresponsabilizar o Estado do seu papel e da tutela que lhe compete, na defesa do direito à vida, no apoio à maternidade e no apoio à mulher. E é pena, é lamentável, e eu tenho que lhe dizer, aqui, nesta Câmara, que o Partido_Socialista =tenha tido <não tenha tido disponibilidade e vontade política para, nesta fase do processo legislativo, alargar o consenso que esteve na base do processo do referendo e que deu a vitória ao Sim. Obviamente, que a regulamentação teria sido muito mais *ah* conforme '*ós resultados de referendo e ao sentir dos Portugueses e, em nossa opinião, só tinha tido a ganhar. Muito_obrigado." (72)
BPSD: "Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado Mota_Soares."
MS: "Senhor _Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Dizia, no passado dia quinze de Fevereiro, o Senhor_Presidente_da_República – passo a citar – "Espera-se que as forças políticas encontrem soluções moderadas e equilibradas, que possam contribuir p'r*átenuar as divisões entre os Portugueses. Importa sarar as rupturas que possam ter sido criadas. Importa reduzir as clivagens que possam ter sido criadas, porque nos interessa, acima de tudo, sublinhar aquilo que une e não aquilo que divide os Portugueses. Eu, como Presidente_da_República, só posso dizer que, numa matéria que é tão sensível p'rós Portugueses, interessa o máximo de consenso possível na Assembleia_da_República" Fim de citação. Senhor_Presidente, O CDS assumiu uma posição ao longo do referendo. Perdemos. Ao contrário de outros no passado, respeitamos, integralmente, a decisão dos Portugueses que foram votar, mas somos, acima de tudo, coerentes com a nossa posição e consequentes com ela. Dissemos, na campanha, tal como muitos ou quase todos do Sim o disseram, que o aborto é um mal e que esse mal tem e deve ser combatido. E foi para combater esse mal que propusemos, na especialidade, que a lei contemplasse um aconselhamento obrigatório, um aconselhamento para encorajar a mulher a prosseguir a sua gravidez."
BCDS-PP:"Muito_bem!"
MS: "Foi, por isso, que propusemos, na especialidade, que fosse dada a cada mulher que quiser fazer um aborto, informação relevante dos seus direitos sociais, dos seus direitos laborais, das condições em que o Estado e as instituições privadas podem ajudá-la a prosseguir a gravidez. Foi, por isso, que, na especialidade, propusemos a proibição de que o médico de que faz o aborto, não possa participar no aconselhamento, para que o aconselhamento que vai acontecer, nomeadamente, aquele que acontece nas clínicas privadas, seja um verdadeiro aconselhamento e não um aconselhamento meramente formal. Um aconselhamento, como dizia um próprio deputado do Partido_Socialista, em que o médico dá, única e exclusivamente, uns panfletos. Por último, propusemos, também, na especialidade,

que a **publicidade** ao aborto, que a **publicidade** às clínicas de aborto não fosse permitida, porque não se combate um mal publicitando-o." (114)
BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"
MS: "Fizemos isto, Senhor_Presidente, traduzindo, fizemos isto no espírito do que é a lei_alemã, aquela lei que foi citada por tantos que, do lado do Sim pediram o voto dos Portugueses, à cabeça, o Senhor_Primeiro_Ministro. Mas também por outros, por outros que se sentam na bancada do Partido_Socialista, como a Deputada Maria_de_Belém, por outros que fizeram esta campanha, como por exemplo, =o pededidi <o dirigente do Partido_Socialista Jorge_Coelho, por outros, como (imechigues) Constitucionalistas como Vital_Moreira. Hoje, Senhor_Presidente, o que aqui fizemos é, acima de tudo, o que nós aqui vemos é que, o Partido_Socialista tem uma lei que é diferente do que aquela lei que propôs na campanha. O que nós, hoje, aqui, fazemos, acima de tudo, coerentemente com os nossos valores, coerentemente com um mal que queremos combater, é dar a possibilidade ao Partido_Socialista de fazer a lei moderada, a lei sensata, a lei que **une** os Portugueses, de que falava o Senhor_Presidente_da_República. Essa oportunidade, agora, Senhor_Presidente, está nas mãos da maioria. Veremos como a maioria a vota. Disse!" (132)
BCDS-PP: "Muito_bem! Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado Ricardo_Rodrigues."
RR: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Nós, no Partido_Socialista, orgulhamo-nos de sermos coerentes. A coerência que hoje, aqui, revelamos, nesta Assembleia, deriva do resultado do referendo que se realizou em Portugal. Nós somos coerentes com o resultado que os Portugueses nos conferiram para legislarmos nesta Assembleia. Não recuamos. A questão fundamental que sempre achamos era de que a opção da mulher deve ser livre, responsável e consciente. Aquilo que nos divide do PSD, Senhora_Deputada, é =qu'os <a senhora e o seu grupo_parlamentar agora queria uma opção condicionada. Isso não estava na pergunta, não estava na pergunta, e a resposta foi clarificadora nesta matéria. Nós insistimos e persistimos: a opção é livre, responsável e consciente da mulher. Nesse sentido, toda a informação que a mulher necessita está, obrigatoriamente, na primeira consulta. De todo, é a informação que necessitar. Não temos dúvidas. Até fomos buscar uma proposta vossa para aumentar, ainda, a informação. Portanto, toda a informação, o aborto não é livre, mas também não é condicionado por valores que os Portugueses não partilham. É essa a nossa diferença. /(palmas) Mas gostava, gostava também de dizer que, hoje, findo esse processo, de muitos anos em Portugal, e que, hoje, aprovamos, aqui, a lei que facultará a interrupção_voluntária_da_gravidez, nos termos que a própria lei o refere, é curioso ver que, nenhum partido, do CDS ou PSD, que estão contra a lei, encontraram uma inconstitucionalidade. Nenhum de vós referiu, **nenhuma** inconstitucionalidade. Isso apraz-nos registar. Se calhar, nessa matéria, estamos todos de acordo. A lei não contém inconstitucionalidades, porque os senhores, nem o CDS nem o PSD, =encontrou, também, <encontraram, também, inconstitucionalidades, e isso tranquiliza-nos bastante. Ficámos todos muito tranquilizados com essa verdade que, por unanimidade, neste Parlamento, se regista nesse momento. É que nenhuma bancada arguiu nesta nesta certeza uma inconstitucionalidade, por isso, meus caros amigos, meus caros Senhores_Deputados,

aquilo que nós registamos é que, na verdade, damos um passo significativo, vamos ter uma consulta e uma opção da mulher livre, consciente e responsável" (180)
BPS: "Muito_ bem!"
RR: "com a informação que é necessária e o aconselhamento que a mulher desejar. Isso tranquiliza-nos e revela que, Portugal vai dar um passo em frente nessa matéria. Obrigado!"
BPS: "Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado António Filipe."
AF: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Este processo legislativo, que hoje concluímos, é um legislativo condicionado =pelo <pela realização de um referendo, que teve um sentido inequívoco. O que se perguntava, no referendo, aos Portugueses era se concordavam com a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, se realizada a pedido da mulher, nas primeiras dez semanas. Não havia, na pergunta, qualquer elemento que apontasse para qualquer mecanismo que obstaculizasse esta possibilidade de *eh* opção da mulher, relativamente à interrupção da sua gravidez. A decisão livre da mulher é uma decisão que deve ser informada, mas é uma decisão que não pode ser coagida, não pode ser condicionada pela adopção de qualquer mecanismo de pseudo-aconselhamento, de carácter obrigatório." (201)
BPCP: "Muito_bem!"
AF: "Mais, a introdução na lei de qualquer mecanismo dessa natureza conduziria, isso sim, a uma inconstitucionalidade, porque seria, manifestamente, contraditória com o resultado obtido no referendo."
BPCP: "Muito_bem!"
AF: "Este / =este <esta figura do aconselhamento obrigatório não é mais, Senhor_Presidente, Senhores_Deputados, do que a trincheira onde os defensores do Não, hoje, se refugiam para poderem justificar o seu sentido de voto contra a despenalização. *Ah*, é claro, Senhor_Presidente e Senhores_Deputados, pelo que já foi anunciado, que se dependesse do PSD e do CDS-PP, a vontade popular não seria respeitada. Não houvesse uma maioria parlamentar defensora da despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, e que **suporte, aqui**, aquela que =fo <foi a decisão largamente maioritária do eleitorado, e se dependesse, apenas, dos senhores, seguramente qu'o resultado do referendo não seria respeitado, como esperemos, manifestamente, que seja,"
BPCP: "Muito_ bem!" (219)
AF: "honrando esta Assembleia os seus compromissos p'a com os Portugueses."
BPCP: " Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado Madeira_Lopes."
ML: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. As propostas que a direita *ah* trouxe, aqui, *ah* (bavocou acumulário) para alterar o projecto_de_lei encontrado, em consenso, entre quatro partidos que verdadeiramente defenderam o Sim no referendo, que foi a solução que ganhou e que venceu, no dia =do <onze de Fevereiro último, são propostas que vinham, de facto, coarctar a liberdade de decisão da mulher que ficou consagrada no texto do referendo. E o que é lamentável, e o que não é sério, é que um partido que se afirmou como sendo neutro perante um referendo, na realidade, essa sua

neutralidade, face aos tempos de antena que nos foram dados a ver, muitas vezes era posta, verdadeiramente, em causa e não existia na prática. O que é lamentável é que o Partido_Social_Democrata tente, agora, reunificar as suas hostes depois da pequena divisão que teve durante o referendo, à volta de um Não relativamente forçado, procurando subterfúgios para votar contra um projecto_de_lei que é equilibrado, que dá resposta fundamental ao problema da sociedade_portuguesa do aborto_clandestino. Isso é que é lamentável, e é lamentável que não tenha tido a coragem, assim como tiveram coragem alguns Senhores_Deputados do PSD, de defender o Sim no referendo, de assumir até ao fim essa ideia, *ah* não enganando =nesta *ah* <neste caminho de procurar uma forma de inviabilizar um consenso mais alargado neste Plenário. | Dito!" | Digo!"

JG: "Senhor_Deputado Luís_Fazenda." (244)

LF: "Senhor_Presidente, Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados. O CDS diz respeitar os resultados do referendo. Foram politicamente legitimadores desta lei. No entanto, não é isso que podemos ver na letra e na forma das propostas que o CDS apresentou. Eu creio que não há qualquer respeito pela vontade popular, quando o CDS propõe que alguém que **preste uma informação** sobre um estabelecimento legal de saúde, autorizado a praticar uma interrupção_voluntária_de_gravidez, pode ser punido até dois anos de prisão. Até dois anos de prisão. Nós passamos do aborto_clandestino par'ás clínicas clandestinas. É isto respeitar a vontade popular? Isto é um atropelo total à vontade popular." (256)

BBE: "Exactamente!"

LF: "O aconselhamento obrigatório com a ideia de desencorajar a mulher de praticar uma interrupção_voluntária_de_gravidez é contrário ao sentido do referendo."

BBE: "Muito_bem!" (263)

LF: "Absolutamente contrário ao sentido de referendo. O que se pretende, o que se pretende é que, por opção da mulher, essa decisão seja tomada e não que ela seja condicionada, pressionada e obrigada a, por dissuasão, por dissuasão sistemática, a não tomar a decisão que pretendia tomar."

BBE: "Exactamente!"

LF: "=Isso <Chama-se a isso uma fraude à lei e uma fraude à vontade popular expressa nas urnas no último referendo. Eu queria, Senhoras e Senhores_Deputados, queria, Senhoras e Senhores_Deputados, tornar extensivas estas críticas em relação ao aconselhamento obrigatório que o Partido_Social_Democrata propõe. Mas, no entanto, gostaria de referir, e foi bastante importante que tivéssemos tido a possibilidade, no debate do referendo, no sufrágio de referendo, de terem existido deputados do Partido_Social_Democrata (que) votaram Sim, outros que votaram Não e que expressaram as suas posições, e que, hoje, estão aqui p'ró fazê-lo, talvez com a notável excepção do líder do PSD, que hoje não se encontra aqui pr'a votar. Mas gostaria de dizer, em especial, em especial, gostaria de dizer, em especial, aos Senhores_Deputados que votaram Sim, que compreendo que possam ter reticências em relação 'ó aconselhamento facultativo, mas lembrar-vos que aquilo que nos une é muito mais do que nos separa. O que nos une foi a despenalização, o que nos une é virar uma página de vergonha na história de Portugal e criarmos as condições, para que =os serviços <o Serviço_Nacional_de_Saúde e as estruturas do Estado possam ter uma palavras,

possam ter um apoio directo às mulheres que tomam esta decisão difícil. Foi isso que nos uniu e continua a ser isso que nos vai unir na votação que vamos praticar daqui a pouco. Muito_obrigado."
BBE: "Muito_bem!" (283)
JG: "Senhor_Deputado Luís_Campos_Ferreira."
LC: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Eu estive do lado do Sim, mas estive do lado de um Sim equilibrado, do Sim com bom senso. Não estive do lado do Sim da ruptura, nem do lado do Sim dos extremismos. E estive do lado do Sim, que não fariam um diploma à socapa, que não =fazi <faria um diploma à porta fechada, juntamente com a ala extremista de esquerda desta Assembleia. Foi desse Sim que eu estive ao lado. E foi ao lado dum Sim, dum diploma que conduzisse, entre outros denominadores comuns, a um, que para mim é essencial: diminuir o número de abortos em Portugal. O método e o conteúdo com que os senhores fizeram isto não vos pode deixar de consciência tranquila. Não podem dormir bem para esse lado, não foi essa, também, a recomendação do Senhor_Presidente_da_República. **E este, este é o grito de alma, de quem esteve convictamente convosco até determinado caminho e, agora, vos deixa, porque vocês atraiçoaram** aqueles que acreditaram que era importante resolver este problema. **A este Sim eu não posso dizer Sim**." (299)
JG: "Vamos passar à votação, na especialidade, do projecto_de_lei dezanove barra dez, do PS: exclusão da ilicitude, caso de interrupção_voluntária_de_gravidez. Primeira proposta a ser votada d' *álteração ao artigo primeiro, é do PSD. Senhores_Deputados que votam a favor. / Senhores_Deputados que se abstêm. / Que se abstêm. Agradecia que se levantassem para podermos contar. Senhores_Deputados que se abstêm."
SSM: "Catorze? Contaste catorze."
JG: "Podem sentar. Proposta foi rejeitada. Teve os votos contrários do PS, PCP, Bloco, PEV. Teve os votos favoráveis do PSD e do CDS, e duas deputadas do PS, e '*ábstenção de catorze. Teve '*ábstenção do CDS. Perdão! Então, repito o resultado: foi rejeitado com os votos contrários do PS, PCP, Bloco, PEV; os votos favoráveis do proponente, '*ábstenção do CDS e de dois deputados do PS e mais dois deputados"-/-
SSM(vb): "Não, não, não, não, uma deputada do PS."
JG: "Uma deputada do PS." (328)
SSM(vb): "E um deputado do PSD."
SSM(vb): "e um deputado do PSD."
JG: "E um deputado do PSD. Dois deputados do PSD. Exacto! Dois deputados do PSD. Portanto, está rejeitado."
SSM(vb): "O que é que a Matilde quer? 'Pera aí."
JG: "Senhora_Deputada, pede a palavra para?"
BPS: "Senhor_Presidente, eu penso que o que o Senhor_Presidente tinha dito primeiro é o que está correcto em relação à votação das deputadas do PS, porque votámos, que creio que duas vo…*ah* deputadas favoravelmente."
JG: "Então, está feita a correcção. Portanto, aqui se rectifica. Duas deputadas que votaram favoravelmente, =eu <o que eu tinha dito. Proposta está rejeitada. Vamos votar a segunda proposta do PSD, '*álteração do artigo segundo, do

projecto_de_lei. Senhores_Deputados que votam a favor. / Podem sentar. Senhores_Deputados que se abstêm."
SSM(vb)1: "Dois do PSD e um do PS."
SSM(vb)2: "Dois do PSD."
SSM(vb)1: "Dois do PSD…"
SSM(vb)2: "E uma do PS."
JG: "Proposta foi rejeitada. Teve os votos favoráveis do PSD, do CDS, =dois deputados <duas deputadas do PS. Teve os votos contrários das restantes bancadas, duas abstenções do PSD e uma abstenção do PS. Está rejeitada. Vamos votar a proposta. Eu pedia ao senhor_funcionário, o favor de abandonar a sala no momento da votação. Proposta do CDS de alteração do artigo primeiro. Senhores_Deputados que votam a favor." (355)
SSM(vb)1: "CDS e as duas do PS."
JG: "Podem sentar. Senhores_Deputados que se abstêm."
SSM(vb)2: "PSD e (a Rosário)."
JG: "Senhores_Deputados que votam contra. (vb) Quantos do PSD?"
SSM(vb)1: "Um dos, três, quatro, cinco, seis"
SSM(vb)2: "nove, dez, onze doze, treze catorze, quinze do PSD."
SSM(vb)1: "Quinze do PSD. Dezasseis do PSD. Há um atrás."
SSM(vb)2: "Sim senhor. Dezasseis. Dezasseis."
SSM(vb)3: "Dezassete."
SSM(vb)2: "Dezassete, Senhor_Presidente. Desculpe lá."
SSM(vb)3: "Dezassete do PSD."
JG: "Podem sentar. A proposta foi rejeitada. Teve os votos favoráveis do CDS e de duas deputadas do PS; a abstenção do PSD e de uma deputada do PS, votos contra do PS, do PCP, Bloco_de_Esquerda e PEV e de dezassete deputados do PSD. Vamos votar a segunda proposta do CDS-PP, de alteração ao artigo segundo. Senhores_Deputados que votam a favor."
SSM(vb)2: "PS, CDS, PSD e duas do PS."
SSM(vb)1: "E duas do PS."
JG: "Senhores, podem sentar. Senhores_Deputados que se abstêm."
SSM(vb)1: "Uma do PS."
JG: "A proposta – pode sentar- a proposta foi rejeitada. Teve os votos favoráveis do CDS, do PSD" -/-
B: "[…]"
JG: "Há votos contra, perdão. Votos contra. Podem sentar. Proposta foi rejeitada. Teve os votos favoráveis do CDS, do PSD, duas deputadas do PS, '*ábstenção de uma deputada do PS, os votos contra do PS, PCP, Bloco_de_Esquerda, PEV e dezassete deputados do PSD. Vamos votar a proposta do PS de alteração ao artigo segundo. São dois números, mas penso que

podemos estar em conjunto dos dois números. Senhores_Deputados que votam a favor." (389)
SSM(vb)1:
"PS, (Bloco_de_)Esquerda. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze."
SSM(vb)2: "Quinze, não é? Quinze do PSD."
SSM(vb)1: "Dezasseis, dezasseis."
SSM(vb)2:"Dezasseis do PSD."
JG: "Senhores_Deputados =que <podem sentar. Senhores_Deputados que se abstêm."
SSM(vb)1: "Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Sete do PSD."
SSM(vb)2:
"Sete."
JG: "Senhores_Deputados que votam contra."
SSM(vb)2: "PSD."
SSM(vb)1: "(Tantos) do PSD, não é?"
SSM(vb)2: "
PSD e três PS."
SSM(vb)1: "E três do PS." (396)
SSM(vb)2: "E três do PS."
JG: "A proposta –podem sentar - foi aprovada. Teve os votos favoráveis do PS, PCP, Bloco, PEV e de dezasseis deputados do PSD. Teve votos contra do PSD, do CDS e de três deputadas do PS e teve a abstenção de três deputados de sete deputados do PSD. Vamos, agora, proceder à votação final, global, deste diploma. Texto apresentado pela primeira comissão com a emenda que foi introduzida e aprovada. Senhores_Deputados que votam a favor."
SSM(vb)1: "*Aí!!!!* E agora? Vamos contar."
SSM(vb)2: "PS. Só um bocadinho. =Agora tem <Agora tem que se contar outra vez. Três, quatro."
JG: "Podem sentar. Senhores_Deputados que votam contra."
SSM(vb)1: "Os restantes do PS e CDS. E três do PS."
SSM(vb)2: "E três, e três"
SSM(vb)1:"do PS."
JG: "Podem sentar. Senhores_Deputados que se abstêm."
SSM(vb)1: "Três do PSD."
SSM(vb)2:
"Do PSD."
SSM(vb)1: "Três do PSD."
JG: "Podem sentar. Texto final, em votação final global foi aprovado. Votos favoráveis do PS, PCP, Bloco e PEV e de vinte e um deputados do PSD; votos contra do PSD, do CDS e de três deputadas do PS; abstenção de três deputados do PSD. Está aprovado." (420) – (428)
"As galerias não se podem manifestar, as galerias não se podem manifestar. Vamos dar um parecer da Comissão_de_Ética."

CdE: "Senhor _Presidente, Senhores_Deputados. É um único parecer, no sentido de autorizar o Senhor_Deputado Pedro_Augusto_Cunha_Pinto a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito de um auto provindo do quarto Juízo Criminal de Lisboa. (vb) Estou? Já vai, já vai!"

JG: "Peço para evacuarem a galeria, porque não pode haver manifestações dessa natureza n'*Ássembleia_da_República."

SSM(vb)2: "Corrigir uma votação, mas agora"

SSM(vb)1: "Pronto!"

SSM(vb)2: "corrigir o número é tão difícil."

SSM(vb)1: "Ah!"

JG: "O parecer da Comissão_de_Ética está em apreciação. Senhores_Deputados que votam contra, que se abstêm. Está aprovado por unanimidade. Vamos passar às declarações de voto de hoje. Já houve grupos_parlamentares que também fizeram em relação à lei_de_defesa_nacional. Se quiserem, agora, agrupar, poderão fazê-lo. Terão mais tempo regimental. Se quiserem só concentrar nesta última votação final global, concentração nesta última votação final global. Primeira inscrita para uma declaração de voto, Senhora_Deputada Odete_Santos. Senhora_Deputada, tem a palavra. / Pode *ah ah ah* Senhora_Deputada Matilde_Sousa_Franco pode accionar o seu microfone."(446)

MF: "Os aparelhos não funcionam. Ai, agora já está. Senhor_Presidente *ah* era para comunicar a Vossa_Excelência *ah* que vou entregar uma declaração de voto. Muito_obrigada. Sobre" -/-

JG: "Obrigado. Ficará registada. Senhora_Deputada Odete Santos, para uma declaração. Sede de votação final global."

OS: "Não é esta. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. A declaração de voto será, de facto, muito singela e apetece-me começar pela exclamação que foi o símbolo da campanha do PCP, no referendo. Agora sim! Passadas mais de duas décadas de luta neste Parlamento, e logo em oitenta e quatro, em declaração de voto, o PCP afirmava que a lei aprovada =não ia repe <não ia resolver o problema do aborto_clandestino, por ser uma lei envergonhada, uma lei que, efectivamente, não resolvia os graves problemas de saúde das mulheres, os graves problemas do aborto_clandestino. Esta lei que, de facto, é uma lei equilibrada. Eu não compreendo por que há há quem ache que ela não tem equilíbrio. Uma lei que é, em relação às leis dout'os Países, nomeadamente em relação às semanas, uma lei até muito mais recuada. Não, não vejo onde é que podem acusar esta lei de radical, qu' efectivamente, não o é."

BPCP: "Muito_bem!" (466)

OS: "É uma lei que, assim seja o Serviço_Nacional_de_Saúde *ah* verdadeiramente organizado, para responder, respeitando a reserva da vida privada e o anonimato das mulheres, assim seja organizado como deve ser, o Serviço_Nacional_de_Saúde, que esta é verdadeiramente uma lei, que respeitando a opção da mulher (que essa era a palavra importante da pergunta), respeitando a opção da mulher, irá permitir um combate que será difícil ao princípio, porque quando se culpabilizam as mulheres, efectivamente, se obrigam as mulheres a retrair-se e não recorrer aos serviços de saúde, e isso é o que tem sido feito nout'os Países, por partidários do Não. Estamos convencidos que, dessa forma, será possível obter o desidrato que nós, no PCP, sempre, aqui, *ah*

afirmámos nesta Assembleia, o desidrato de garantir os direitos sexuais e reprodutivos, o desidrato de combater o aborto_clandestino, de garantir a saúde da mulher, a saúde e a vida das mulheres. O sistema de aconselhamento obrigatório era um sistema que violaria a livre opção da mulher, muito mais quando, aqui, foi proposto que esse sistema de aconselhamento era para demover = as um <as mulheres de recorrer à IVG. Deu maus resultados na Alemanha, e vão ver as estatísticas da Holanda, em relação às mulheres_alemãs, que continuaram a recorrer ao sistema da Holanda, para realizar a IVG, porque aquele sistema de aconselhamento, de centros privados, era um verdadeiro sistema contra a liberdade da opção da mulher. E foi ainda hoje qu' eu ouvi aqui defender, uma outra coisa, que seria =vib <verdadeiramente inconstitucional, porque violaria a declaração_europeia_dos_direitos_do_homem. Vi, aqui, defender a punição como um crime da publicidade às clínicas de aborto. Recordaria a quem assim o defendeu, que o Tribunal_Europeu_dos_Direitos_do_Homem tem uma exemplar sentença, a condenar a Irlanda, a indemnizar duas clínicas da Irlanda, a indemnizar associações_de_estudantes, que faziam propaganda às clínicas no estrangeiro, onde as mulheres_irlandesas"-/- (495)

JG: "Pode concluir, Senhora_Deputada."

OS: "Concluo! Se podem dirigir. E condenou a Irlanda, **em nome do direito à informação, e da liberdade de expressão,** que consta da Declaração_Europeia_dos_Direitos_do_Homem. É o caso contra uma das clínicas, lembro-me bem, *open door*. *Ah*, enfim, eu terminaria dizendo que registo, em nome do PCP e em meu nome pessoal, uma grande satisfação neste dia, em que, de facto, as liberdades das mulheres, a responsabilidade da mulher, a racionalidade da mulher, foi, aqui, afirmada pela maioria deste Parlamento. Disse!"

JG: "Senhora_Deputada Helena_Pinto."

HP: "Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhoras_Deputadas, Senhores_Deputados. Hoje, no dia oito de Março, Dia_Internacional_da_Mulher, ' *Ássembleia_da_República votou uma lei que faltava à Democracia_portuguesa. A criminalização do aborto, a perseguição e condenação das mulheres constituíram, desde o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, um factor ímpar da discriminação das mulheres, que nos colocava no grupo dos Países europeus mais atrasados em matéria de Direitos_Humanos. Data de quatro de Maio de mil novecentos e setenta e quatro, o primeiro comunicado público sobre a despenalização do aborto, divulgado pelo movimento de libertação das mulheres e, em Abril de mil novecentos e setenta e nove, foi lançada a campanha nacional pelo aborto e contracepção. O primeiro julgamento de uma mulher por aborto, com divulgação nos meios de comunicação social, tem lugar em Julho de mil novecentos e setenta e nove: é o julgamento de Conceição_Massano. Em Maio desse mesmo ano, já tinha sido julgada a jornalista Maria_Antónia_Pala, pela realização de uma reportagem televisiva. Os mais recentes julgamentos foram os da Maia, de Setúbal e de Aveiro. A perseguição de mulheres marcadas por uma norma_penal discriminatória e injusta. A história do debate dobre a descriminalização do aborto, na Assembleia_da_República, começa em mil novecentos e oitenta, quando deu entrada o primeiro projecto_de_lei sobre a despenalização do aborto, apresentado pela UDP. Em mil novecentos e oitenta e quatro, tendo por base as propostas do PCP, foi aprovada uma lei contemplando uma primeira etapa de mudança do código_penal. =A estu <A história da luta pela despenalização do aborto tem muitos episódios, mas foi preciso lutar até dois mil e sete, para que com o referendo o Povo decidisse

acabar com a criminalização da mulher que aborta nas primeiras dez semanas. No dia em que votámos uma lei despenalizadora do aborto, não é possível recordar alguns aspectos deste percurso, sem lembrar Natália_Correia, que com a sua argúcia, marcou para sempre os debates_parlamentares, com o seu célebre poema lido da bancada do PSD. (531) (risos) Em nome do respeito pelas mulheres, o Bloco_de_Esquerda orgulha-se de ter estado sempre do lado da solução descriminalizadora. O Bloco_de_Esquerda disputou a vitória do Sim no referendo, contribuindo para a grande maioria social que se expressou nas urnas. Não nos arrependemos desse percurso, dessa experiência e dessa vitória, a vitória que tantas mulheres e homens contribuíram para ela. Por isso, aprovámos, hoje, uma lei moderna e equilibrada, uma lei responsável, que fará o seu caminho e contribuirá pr'á defesa da saúde das mulheres e pr'ó fim do aborto_clandestino. Os sectores mais conservadores da nossa sociedades, aqueles que sempre tentaram bloquear todos os avanços no planeamento_familiar, na contracepção, na educação_sexual, na procriação medicamente assistida, foram derrotados nas urnas. Têm muita dificuldade em se conformar com esse resultado, mas a vida não anda p'a trás, e esta lei é, aqui, aprovada, em respeito da vontade_popular. E é em nome do respeito da vontade_popular, que não aceitamos instituir um novo Tribunal_de_Consciências p'a pressionar ou condicionar a mulher que chega a um hospital, quando a resposta do referendo aceita, explicitamente, a responsabilidade e a liberdade de opção da mulher. Por isso, recusamos as propostas com qu'essa direita que defendeu a criminalização das mulheres quis, à última da hora, vingar-se do resultado do referendo popular. Com a vitória da Democracia e do respeito pelas mulheres, a partir de hoje, oito de Março de dois mil e sete nada será"

JG: "Pode concluir,. Senhora_Deputada."

HP: "

como dantes. Obrigado Senhô." (549)

JG: "Senhor_Deputado Madeira_Lopes."

ML: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Com a votação e aprovação do projecto_de_lei dezanove barra dez, termina, finalmente, um longo processo, no qual o Partido Ecologista Os_Verdes se empenhou com determinação pr'álterar uma realidade vergonhosa e preocupante da nossa sociedade, que era do aborto_clandestino, por isso o Partido Ecologista Os_Verdes congratula-se com 'áprovação deste projecto_de_lei que altera o código_penal, no sentido de despenalizar a interrupção_voluntária_da_gravidez até às dez semanas, pelo que ele significa p'ás mulheres_portuguesas e para Portugal. É um projecto_de_lei sensato e equilibrado, que respeita a objecção_da_consciência, que prevê informação e acompanhamento médico, no âmbito do Serviço_Nacional_de_Saúde, mas que respeita, acima de tudo, o resultado do referendo, que obteve uma vitória inequívoca do Sim e fundamentalmente porque os Portugueses não querem que uma mulher, que se vê forçada a recorrer ao aborto como última opção, seja perseguida, veja a sua intimidade devassada na praça_pública, seja julgada e condenada. Face a uma lei que estava desfasada da realidade das necessidades da sociedade_portuguesa, a única opção, de facto, era mudar essa lei, para combater a vergonha, a mutilação e a morte que oferecia o aborto praticado sem quaisquer condições de higiene e segurança ou dignidade pr'á mulher, na clandestinidade, uma realidade que, sendo subterrânea e silenciosa, gritava e clamava por uma resposta, por uma solução, para um gravíssimo problema de saúde_pública e um flagelo social. Com este projecto_de_lei, é dado um importante passo em frente na defesa do direito a uma sexualidade plena, à saúde

reprodutiva, à maternidade desejada e responsável e à dignidade da mulher, o que constitui uma vitória da sociedade_portuguesa. Cumpre, agora, garantir que o Estado cumpre o seu papel global, garantindo a educação_sexual, a contracepção, planeamento_familiar e o acompanhamento destas situações no âmbito do Serviço_Nacional_de_Saúde, em condições de igualdade, de justiça. É o imperativo da Democracia_Portuguesa." (569)
BOV: "Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado Mota_Soares. Senhora_Deputada Ana_Manso."
AMs: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. É só para anunciar que um grupo de deputados do PSD vai apresentar uma declaração de voto sobre a votação final global."
BPSD: "Muito_bem!"
AMs: "Muito_obrigado."
JG: "Muito_obrigado."
JG: "
Senhora_Deputada Ana_Catarina_Mendes."
ACM: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Portugal vira hoje uma página negra da sua história, a do aborto_clandestino, a da humilhação, a da indignidade, a do medo, a duma lei socialmente injusta e inadequada. A vitória do Sim no referendo resultou do empenho de vários movimentos cívicos, que se mobilizaram na defesa de uma sociedade plural, livre e mais respeitadora dos Direitos_Humanos, que merecem, por isso, todos, sem excepção, um reconhecimento público do nosso apreço, assim como um aplauso pelo trabalho desenvolvido. Os partidos políticos tiveram um papel determinante na mobilização e consciencialização do grave problema de saúde_pública, de desrespeito pelos Direitos_Humanos e de iniquidade penal que vivemos nestes últimos vinte e três anos. O Partido_Socialista, como partido responsável, assumiu este combate =na determinação <com determinação, na defesa da alteração da lei_penal, que nos aproxima hoje dos nossos congéneres europeus. Com o resultado alcançado, acima de tudo, quem ganhou foram as mulheres e as famílias_portuguesas que poderão agora recorrer a uma interrupção_voluntária (…) [^^^^] Cumpriu-se mais um pouco do princípio de igualdade de oportunidades, o acesso aos cuidados de saúde para todos. O Partido_Socialista honrou o seu compromisso_eleitoral: realizar um referendo para mudar a lei_penal, com o objectivo de acabar com as perseguições e investigações criminais, com os julgamentos, com as condenações, realizar um referendo e respeitar o seu resultado fosse qual fosse. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. Os Portugueses deram uma resposta positiva à alteração ao código_penal e aqui estamos, mais uma vez, a cumprir o que prometemos. A aprovação da nova lei_penal sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, seguindo as melhores práticas europeias, consagrando uma consulta médica obrigatória, a disponibilização de toda a informação médica e social e a previsão de um período de reflexão, é o espelho do nosso compromisso com os Portugueses. Congratulamo-nos, assim, com o amplo consenso atingido no espectro parlamentar, e com o esforço de todos para a construção duma lei equilibrada, sensata, moderada e justa, consequente com a vontade_popular expressa no referendo. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. É dia, também, de relembrar todas quantas ao longo destes vinte e três anos morreram vítimas do aborto_clandestino, todos quantos sofreram com as perseguições e as investigações criminais. Foi também por eles que esta lei

foi alterada. Portugal começou a mudar no dia onze de Fevereiro, mas fica hoje mais tolerante, mais justo e mais europeu. A mudança posta em movimento no dia onze culminou, hoje, com '*áprovação em votação final global e '*álteração do artigo cento e quarenta e dois do código_penal. Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. A partir de hoje terminará a ameaça da prisão das mulheres e a sua sujeição ao calvário num processo judicial, o qual não podia a resposta justa para um drama vivido por muitas mulheres_portuguesas. A partir d'hoje serão proporcionadas as condições para fazer acompanhar a decisão de abortar, de mecanismos d' apoio social, informação e reflexão da mulher que o pretenda fazer. A partir de hoje, dá-se um passo de gigante para combater o aborto_clandestino, viabilizando-se uma alternativa legal, com a garantia de condições de saúde e dignidade pr'ás mulheres, designadamente as mais frágeis e desprotegidas nos planos cultural, económico e social. Porque, Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados, a partir de hoje, a interrupção_voluntária_da_gravidez, quando realizada até às dez semanas, por opção da mulher, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, deixará de ser crime, finalmente. Hoje, por uma coincidência feliz, uma vez que se comemora o Dia_Internacional_da_Mulher, deu-se um passo gigante para aperfeiçoar a igualdade inscrita nas promessas de Abril. Obrigada." (63) JG: " Senhoras e Senhores_Deputados, os nossos trabalhos estão concluídos."

Discursos proferidos no dia 12 de Abril de 2007 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 13 de Abril de 2007

JG: "Senhoras e Senhores_Deputados, antes da ordem do dia, há a mensagem do Presidente_da_República, nos termos do artigo cento e trinta e três, alínea d) da Constituição, que passo a ler. Mensagem à Assembleia_da_República. "Nos termos do artigo cento e trinta e quatro, alínea b) da Constituição, decidi promulgar como lei o decreto_lei cento e doze barra dez, da Assembleia_da_República, que (regulou) a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção_voluntária_da_gravidez. No uso da faculdade prevista, n'*álínea d), do artigo cento e trinta e três, da Constituição, entendi fazer acompanhar o acto de promulgação de uma mensagem à Assembleia_da_República. Um, como é do conhecimento público, o decreto cento e doze dez foi aprovado na sequência do referendo sobre a interrupção_voluntária_da_gravidez, que se realizou no dia onze de Fevereiro de dois mil e sete, o qual não logrou obter a participação de votantes necessária para que o mesmo se revestisse nos termos do artigo cento e quinze, número onze, da Constituição, de carácter juridicamente vinculativo. Número dois, não se encontrando a Assembleia_da_República juridicamente vinculada aos resultados do citado referendo, entendeu, todavia, um legislador, no uso duma competência que a Constituição lhe atribui, fazer aprovar o decreto que agora me foi submetido a promulgação. Número três, para esse efeito, terá por certo concorrido a circunstância a que o Presidente_da_República não pode ser indiferente, naquele referendo ter sido apurada uma percentagem de cinquenta e nove vírgula vinte e cinco por cento de votos favoráveis à despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez. Nas condições e nos termos expressos na pergunta submetida a consulta popular, e cuja constitucionalidade, o Tribunal_Constitucional, através do seu acórdão seiscentos e dezassete barra dois mil e seis, deu por verificada. Quatro, de igual modo não pode o Presidente_da_República não pode ser indiferente à circunstância do decreto cento e doze dez ter sido aprovado por uma larga maioria parlamentar. Cinco, considero, todavia, que existe um conjunto de matérias que deve merecer especial atenção, por parte dos titulares do poder_legislativo e regulamentar, de modo a que, da concretização da legislação ora aprovada e doutras leis a emitir no futuro, se assegure um equilíbrio razoável entre os diversos interesses em presença. Seis, assim, prevendo a lei que a informação relevante par'á formação da decisão livre, consciente e responsável da mulher_grávida, a que se refere a alínea b) do número quatro do artigo cento e quarenta e dois do Código_penal seja definida através de portaria, opção que se afigura questionável dada a extrema sensibilidade da matéria em causa, importa, desde logo, que a mulher seja informada, nomeadamente sobre o nível de desenvolvimento do embrião, mostrando-se-lhe a respectiva ecografia, sobre os métodos utilizados par'á interrupção_da_gravidez e sobre as possíveis consequências desta, par'á sua saúde física e psíquica. A existência de um período de reflexão só faz sentido, em meu entender, se antes ou durante esse período, a mulher_grávida tiver acesso ao máximo de informação sobre um acto, cujas consequências serão sempre irreversíveis e a decisão só será inteiramente livre e esclarecida se tiver por base toda a informação disponível sobre a matéria. Por outro lado, afigura-se extremamente importante que o médico que terá de ajuizar sobre a capacidade da mulher emitir consentimento informado, a possa questionar sobre o motivo pelo qual interromper a gravidez, sem que daí resulte um qualquer constrangimento da sua liberdade de decisão. Parece ser, também, razoável, que o progenitor masculino possa estar presente na consulta obrigatória e no acompanhamento psicológico e social, durante o período de reflexão, se assim o

desejar e a mulher não se opuser, sem prejuízo da decisão final pertencer, exclusivamente, à mulher. É, ainda, aconselhável que à mulher seja dado conhecimento sobre a possibilidade de encaminhamento da criança pr'*ádopção, no âmbito da informação disponibilizada acerca dos apoios que o Estado pode dar à prossecução da gravidez, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo segundo, da presente lei. A transmissão desta informação deve revestir-se de um conteúdo efectivo e concreto, não podendo cingir-se a uma mera formalidade, antes tende a incluir todos e quaisquer elementos que esclareçam a mulher sobre a existência de procedimentos, medidas e locais d' apoio do Estado à prossecução da gravidez e à maternidade. A disponibilização da informação acima referida constitui algo que não só, não contente com a liberdade de decisão da mulher, como representa, p'lo contrário, um elemento extremamente importante ou, até mesmo, essencial, para que essa decisão seja formada, seja em que sentido for, nas condições mais adequadas, quer pr'á preservação do seu bem-estar psicológico no futuro, quer para um correcto juízo de ponderação, quanto aos interesses conflituantes em presença, quer, enfim, quanto às irreparáveis consequências do acto em si mesmo considerado. Sete, tendo em conta que o acompanhamento psicológico e social, durante o período de reflexão que precede a interrupção_da_gravidez, pode ser prestado não apenas em estabelecimentos oficiais, mas também em estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos, *verba e gratia* clínicas privadas especialmente dedicadas a esse fim. Importa que o Estado assegure uma adequada fiscalização, designadamente, através da implementação de um sistema de controlo da qualidade profissional e deontológica, e bem assim da isenção daqueles que procedem a tal acompanhamento. Na verdade, podendo não existir separação entre o estabelecimento onde é realizado o acompanhamento psicológico e social e aquele em que efectua a interrupção_da_gravidez, e tendo a lei procurado garantir a imparcialidade e a isenção dos profissionais de saúde, determinando-se, nomeadamente, com o médico que realiza a interrupção não seja o mesmo que certifica a verificação =das secundas <das circunstâncias que a tornam não punível, considero que salvaguardas do mesmo teor devem ser asseguradas, no que respeita ao acompanhamento psicológico e social, especialmente quando a interrupção_da_gravidez é realizada numa clínica privada. Além disso, o Estado não pode demitir-se da função de criar uma rede pública de acompanhamento psicológico e social, p'rás mulheres que o pretendam, ou d'apoiar '*ácção realizada neste domínio, por entidades privadas, sem fins lucrativos. Oito, par' além do plano regulamentar, a exclusão dos profissionais de saúde qu'invoquem objecção de consciência prevista no número dois do artigo sexto parece assentar num pressuposto de todo em todo indemonstrado e ademais eventualmente lesivo da dignidade profissional dos médicos de que aqueles tenderão a extravasar os limites impostos por lei e, além de informarem a mulher, irão procurar condicioná-la, ou mesmo, pressioná-la no sentido de esta optar pela prossecução da gravidez. Não parece que a invocação da objecção da consciência à prática da interrupção da gravidez constitua, em si mesma, motivo pr'á desqualificação dos médicos, pr'á prática de um acto de outra natureza: a realização de uma consulta com um conteúdo clínico informativo. Esta exclusão é tanto mais inexplicável quanto em situações onde podem existir legítimos motivos pr'a suspeitar da imparcialidade e da isenção dos prestadores da informação, o legislador nada previu nem evidenciou idênticas preocupações quanto à salvaguarda da autonomia das mulheres. Nove, além disso, é legítimo colocar a dúvida sobre se a invocação do direito à objecção de consciência pelos médicos e outros profissionais da saúde tem de ser feita, obrigatória e exclusivamente, de modo geral e abstracto, o

que parece desproporcionado, ou se poderá ser realizada, também selectivamente, d'acordo com circunstâncias específicas transmitidas pela mulher, nomeadamente o recurso reiterado à interrupção_da_gravidez, a existência de pressão de outrem pr'á decisão tomada, ou mesmo o sexo do embrião, cada vez mais precocemente determinável. Dez, considero que devem ser delimitadas, de forma rigorosa, as situações de urgência, em que a interrupção_da_gravidez pode ter lugar, sem a obtenção do consentimento escrito da mulher e sem a observância do período de reflexão mínimo de três dias, nos termos do número seis do artigo cento e quarenta e dois do Código_Penal. Esta questão ganha, agora, uma acuidade acrescida com a despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, por opção da mulher, até às dez semanas. Onze, sendo a interrupção_da_gravidez um =mar <mal social a prevenir, como foi amplamente reconhecido por todas as forças que participaram na campanha do referendo, será anómalo que o legislador não tome providências que visem restringir, ou disciplinar, a publicidade comercial da oferta de serviços da interrupção da gravidez. Assim, à semelhança do que fez em relação a outros males sociais, devem proscrever-se, nomeadamente, formas de publicidade que favoreçam a prática generalizada e sistemática da interrupção_voluntária_da_gravidez, em detrimento de métodos de planeamento_familiar, cujo o acesso o Estado será obrigado a promover, e que nos termos da presente Lei, se encontra vinculado a transmitir à mulher. Doze, justamente no quadro do planeamento_familiar, tem igualmente o estado obrigação, agora ainda mais vincada, de levar a cabo uma adequada política de promoção de uma sexualidade responsável e d' apoio à natalidade. Treze, registei o progresso efectuado, no sentido de aproximar o conteúdo do diploma das soluções contidas na generalidade das legislações_europeias nesta matéria. Através da proposta de alteração apresentada no plenário da Assembleia_da_República, no dia oito de Março, que determina a obrigatoriedade da mulher que se propõe interromper a gravidez de ser informada sobre as condições de apoio que o Estado pode dar à prossecução da gravidez e à maternidade. Catorze, considero, ainda, que se o processo_legislativo em causa tivesse beneficiado dum maior amadurecimento e ponderação, talvez daí resultassem, como seria desejável, um consenso político mais alargado e soluções mais claras em domínios que se afiguram de extrema relevância, alguns dos quais atrás se deixam identificados, a título exemplificativo. Após a sua entrada em vigor, caberá então verificar se, na prática, esta lei contribui, efectivamente, para uma diminuição, não só do aborto_clandestino, como também do aborto em geral, o que implica uma avaliação dos resultados do presente diploma, a realizar p'lo legislador num prazo razoável. Quinze, de todo o modo, o decreto cento e doze dez, aprovado por uma ampla maioria, encontra reunidas, no essencial, as condições para que se dê cumprimento aos resultados da consulta_popular realizada no dia onze de Fevereiro de dois mil e sete, e à pergunta então submetida a referendo. Além disso, os aperfeiçoamentos introduzidos no decurso do debate_parlamentar constituem, na medida em que se tenham em consideração as observações atrás formuladas, um passo para conciliar a liberdade da mulher e a protecção da vida_humana intra_uterina, valor de que o Estado_português não pode, de modo algum, alhear-se. Lisboa, dez de Abril de dois mil e sete. Aníbal Cavaco Silva. Presidente_da_República." É este teor a mensagem que nos é dirigida pelo Senhor_Presidente_da_República, no acto de promulgação do decreto da Assembleia sobre as matérias constantes do tema da mensagem. Está aberto um período de intervenções dos grupos_parlamentares sobre esta mensagem presidencial. P'lo PS, Senhor_Deputado Ricardo_Rodrigues. Três minutos a cada grupo_parlamentar. Tem a palavra." (228)

RR: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_presidente, Senhores_Deputados. O grupo_parlamentar do Partido_Socialista houve e respeita as opiniões do Senhor_Presidente_da_República, porém, e na verdade, a Assembleia_da_República aprovou uma lei, uma lei que foi aprovada com o consenso generalizado da Assembleia_da_República. Essa lei é a lei que Portugal =vai <irá dispor nos próximos tempos para que as mulheres, para que aquelas que durante muitos anos foram vítimas de perseguição possam tirar, de cima dos seus ombros, o peso =de <da perseguição, o peso de serem perseguidas pela polícia, pelos tribunais, pel'um crime, cujo ilícito nunca o deveria ter sido. Uma lei que, num Estado de direito democrático, segue os seus trâmites normais, ou seja, daqui em diante compete ao Governo regulamentar a referida lei e regulamentá-la da forma como a própria lei o prevê, ou seja, através de Portaria. E, portanto, é neste domínio que num Estado de direito democrático nos enquadramos. Se é verdade, e repito, que respeitamos a opinião do Senhor_Presidente_da_República, também devemos realçar que o próprio Senhor_Presidente_da_República deu um contributo decisivo para que Portugal possa dispor dessa lei. Em primeiro lugar, por a considerar não inconstitucional, ou seja, não levantou nenhuma questão da constitucionalidade, e ao promulgar a lei, viabilizou que Portugal ficasse ao nível dos outros estados_europeus no domínio da ilicitude, no que diz respeito à interrupção_voluntária_da_gravidez, ou seja, registamos esse contributo do Senhor_Presidente_da_República, para a entrada em vigor da lei. Foi da décima legislatura que '*Ássembleia_da_República produziu uma lei que honra à própria Assembleia_da_República, que honra os direitos das mulheres e isso, por esse facto, o Partido_Socialista se congratula. E, por isso mesmo, não há que estranhar essa mensagem do Senhor_Presidente_da_República, naquilo que são *os *relações constitucionais entre =um <dois órgãos de soberania, o Senhor_Presidente_da_República, a Assembleia_da_República. Nós cumprimos a nossa missão, nós aprovamos a lei, nós aprovamos a lei na decorrência dum referendo nacional e, por isso, fizemos aquilo que deveríamos ter feito. Interpretamos correctamente aquilo que era a interpretação, também, dos Portugueses sobre essa matéria e, nesse sentido, os órgãos de soberania funcionaram, a Democracia funcionou e os Portugueses, e duma forma particular as Portuguesas, dispõem de uma nova lei. Aguardamos, com a naturalidade num Estado de direito democrático, que a lei seja regulamentada. Aqui registamos o facto de que Portugal deu um passo em frente de que ficamos mais iguais aos nossos parceiros e que a Democracia ganhou com essa nova lei. Obrigado." (272)

JG: "Senhor_Deputado Marques_Guedes."

MG: "Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. O Partido_Social_Democrata, naturalmente, que *ah* leu com muita atenção e registou a mensagem do Senhor_Presidente_da_República. A mensagem do Senhor_Presidente_da_República, em qu'o Senhor_Presidente pretendeu deixar claro que *ah* alguns dos aspectos da lei aprovada são aspectos discutíveis e que *ah* devem merecer, ou deveriam ter merecido, em alguns casos, outra ponderação. Na parte em que devem merecer, manifestamente que, esta mensagem, sendo uma mensagem à Assembleia_da_República, se dirige fundamentalmente a quem a vai regulamentar e a quem vai regulamentar é o Governo, uma vez que a lei aprovada, aqui, n' *Ássembleia_da_Públicar remeteu pr'ó Governo essa mesma competência. E, como tal, é bom também que o Governo tome boa nota destas destas posições colocadas na mensagem do Senhor_Presidente_da_República, algumas delas bastante pertinentes e alguma delas, de resto, também suscitadas por esta bancada,

p'los deputados do PSD, aquando do debate aqui. Cito três, a título de exemplo, e aquelas que me parecem que *eh*, de uma forma mais clara, deveriam merecer um' *átenção especial. Por um lado o tipo e o conteúdo do aconselhamento à mulher, por outro lado, =a =o <a não exclusão liminar dos médicos objectores de consciência, que é algo, =de <de facto, bastante incompreensível. E em terceiro lugar, a questão da proibição da publicidade. O aborto é um mal em si mesmo, como o Senhor_Presidente_da_República diz nesta mensagem e como todas as bancadas, deste Hemiciclo, o disseram durante *ah* durante o período =do <da campanha do referendo, e, como tal, não se compreenderá que uma sociedade como à nossa, um Estado de direito com'ó nosso, possa ser permitida =a proe =a =a <a publicidade para =a <o aborto. Uma última palavra Senhor_Presidente para *ah* nos associarmos à preocupação manifestada pelo =Presidente < Senhor_Presidente_da_República, na parte final da sua mensagem, quando lamenta, o que nós também fazemos, a forma sectária com que a maioria socialista, nesta Assembleia, entendeu que a lei deveria ser aprovada, deixando de fora uma parte significativa deste Parlamento. Foi uma atitude, de facto, sectária, que não visou procurar um consenso o mais abrangente possível, não procurou aproximar posições, quando todos sabemos, que em algumas (mastérias) isso teria sido possível. =P'ra nós também vai *ah* <Nós também queremos deixar aqui o nosso lamento relativamente a esse procedimento e, também nesse aspecto, nos associamos à mensagem do Senhor_Presidente_da_República."

BPSD: "Muito_bem!" (310)

JG: "Senhor_Deputado Diogo_Feio."

DF: "Senhor_Presidente, Senhoras e Senhores_Deputados. A mensagem que o Senhor_Presidente_da_República enviou ao Parlamento, sem que tenha utilizado os poderes constitucionais de veto político, ou de remissão do decreto para o Tribunal_Constitucional, é importante e deve ser, especialmente, atendida em alguns dos seus vectores fundamentais. Em primeiro lugar, como o grupo_parlamenar do CDS tem afirmado, demonstra uma visão d'impossibilidade de se deixar de entender a uma maioria no referendo, por muito que ela nos custe, por muito que ela não nos agrade."

BCDS-PP: "Muito_bem!" (321)

DF: "Em segundo lugar, analisa o processo_legislativo na Assembleia_da_República e refere que o mesmo necessitaria de mais amadurecimento e ponderação. O CDS sempre, aqui, o afirmou: a pressa é má conselheira. A pressa é má conselheira, numa situação com a delicadeza desta."

BCDS-PP: "Muito_bem!"

DF: "Em quarto lugar, salientamos, também, a referência à necessidade de uma grande informação quanto a esta matéria e à estranheza de ser ter deixado para uma simples Portaria a determinação do que deve ser essa informação. Consideramos que uma decisão livre é sempre uma decisão responsável. Por isso mesmo, também salientamos a necessidade de uma grande fiscalização quanto ao cumprimento desta legislação e da sua regulamentação. A necessidade de se tomar em atenção a importante e essencial vertente social que deve ser bem explicada, desde logo em relação aos mecanismos da adopção. Não defendemos uma informação de natureza formal, não defendemos uma informação que não tenha em atenção aquelas que são as tão referidas boas práticas"

BCDS-PP: "Exactamente!"

DF: "europeias. Para terminar, devemos salientar o seguinte: o Senhor_Primeiro_Ministro, ontem, afirmou que é um gosto trabalhar com este Presidente_da_República. Esperamos, com sinceridade, que o Senhor_Primeiro_Ministro e o Governo também tenham gosto em ouvir as mensagens do Presidente_da__República e, por isso mesmo, qu' assumam aquela que é, agora, a sua responsabilidade e, com toda a sinceridade, esperamos que na regulamentação prevaleça o bom-senso que, tantas vezes, nesta matéria tem faltado."

JG: "Senhor_Deputado Bernardino_Soares." (349)

BS: "Muito_obrigado, Senhor_Presidente. Senhor_Presidente, Senhores_Deputados. Em relação à mensagem que aqui estamos '*ánalisar, vamos salientar, em primeiro lugar, o principal facto que ela nos transmite, que é o de que a lei foi promulgada. Este é o principal facto que decorre desta mensagem. É, também, muito importante salientar que o Presidente_da_República não entendeu necessário enviar a lei p'ra fiscalização preventiva da constitucionalidade, confirmando o que dissemos nesta Assembleia, quando da discussão deste texto, isto é, que esta lei não tem qualquer problema de constitucionalidade e que, portanto, está livre dessa consideração. A mensagem do Presidente_da_República à Assembleia é uma faculdade prevista e a sua utilização é, evidentemente, legítima e está ao dispor do Presidente_da_República. Já quanto ao conteúdo da mensagem, *ah* julgamos que são precisas, são necessárias algumas considerações. A primeira p'ra dizer que a mensagem *dirige-<u>se</u> à Assembleia_da_República, mas evidentemente o seu conteúdo dirige-se à regulamentação que o Governo irá fazer sobre ela. É uma espécie até, em alguns aspectos, de guião p'rá regulamentação, na opinião do Senhor_Presidente_da_República. A mensagem, em vários pontos, temos que dizer, enforma de um pressuposto de desconfiança em relação à decisão das mulheres e à sua capacidade de decisão livre e responsável. E, perante ela, penso que devemos salientar dois factos incontornáveis: um facto político, que é o referendo e a sua decisão clara =e inequi <e politicamente inequívoca *ah* favorável à despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez, até às dez semanas, por opção da mulher; um outro facto que é político e é jurídico, que é '*áprovação pela Assembleia_da_República de uma lei com uma maioria politicamente muito reforçada: o PS, o PCP, o Bloco_de_Esquerda, Os_Verdes e vinte e um Deputados do PSD votaram a favor desta lei e que é política e juridicamente incontornável. Esta lei definiu as condições e os procedimentos que quis e afastou os que não quis. A lei procurou encontrar uma formulação equilibrada e consciente das suas opções. A regulamentação que tratar d'*áplicação concreta desta lei tem que tratar d'*áplicação concreta, e não, nem da sua extensão, nem da sua restrição. E se a lei não incluiu a questão da obrigatoriedade de incluir informação sobre '*ádopção, incluiu-a na regulamentação. Seria alterar o sentido da lei. Se a lei não incluiu informação, como é proposta pelo Senhor_Presidente_da_República, sobre o nível de desenvolvimento do embrião, e, sim, sobre os riscos da interrupção_da_gravidez, inclui-la na regulamentação seria alterar a lei. A lei e o referendo definiram que o recurso à interrupção_voluntária_da_gravidez =**por opção** da <seria **por opção** da mulher. Definir que a mulher tem que dizer ao médico a razão da sua opção será, evidentemente, condicioná-la." (386)

BPCP: "Muito_bem!"

BS: "Outras =consi <considerações seriam possíveis a propósito desta mensagem, mas julgo que podemos concluir dizendo que

a lei foi promulgada, que podemos, a partir de agora, ter uma lei que trata as mulheres com dignidade e não como criminosas e que a regulamentação e ‘*áplicação da lei devem continuar a manter ‘*átenção da Assembleia_da_República.” (390)

BPCP: “Muito_bem!”

JG: “Senhor_Deputada Heloísa_Apolónia.”

HA: “Muito_obrigada, Senhor_Presidente. Senhor_Ministro, Senhores_Deputados. Também entendem Os_Verdes que o primeiro facto a relevar desta mensagem do =Senhor_Presi *ah* Presidente_da_República é, com efeito, a promulgação desta lei. De resto, outra coisa não seria de esperar, depois de todo o processo que decorreu e da forma como culminou. Portanto, fica o registo, na verdade, da promulgação desta lei e do culminar deste processo_legislativo. Entendeu, contudo, o Senhor_Presidente_da_República, associar esta promulgação uma mensagem à Assembleia_da_República, onde inclui um conjunto de recomendações ao Parlamente e, substancialmente, ao Governo. A interpretação que Os_Verdes fazem da mensagem do Senhor_Presidente_da_República é que ela não constitui mais do que uma palavra de conforto àqueles que não queriam a promulgação desta lei. E entendemos que o Senhor_Presidente_da_República sabia que, muitas das recomendações que faz não teriam qualquer consequência prática, na medida em que muitas delas contrariam, claramente, aquilo que está e consta do decreto que acabou mesmo por promulgar. Nesse sentido, e feita a leitura destas recomendações, Os_Verdes consideram, mesmo, que algumas delas são claramente excessivas, porque como referimos, acabam mesmo por contrariar directamente o debate que se promoveu, aqui, n’ *Assembleia_da_República, que acabou, justamente, nesse decreto agora promulgado, e acaba por contrariar alguns dos objectivos previstos nessa mesma lei. Para dar alguns exemplos, já aqui focados por outros Senhores_Deputados, o facto de um médico objector de consciência poder informar ou proceder à consulta obrigatória, que precede o período de reflexão, visa, claramente, promover um aconselhamento =à fro <à mulher, no sentido de procurar dissuadir a mulher da decisão que tomou de proceder à interrupção_voluntária_da_gravidez, ou, mesmo, *ah* o encaminhamento par’ *ádopção constitui, justamente, também, esse objectivo, da nossa leitura, ou até o facto de se poder sujeitar a mulher a um interrogatório, designadamente com o objectivo de que aquela revele o motivo que a levou interromper a sua gravidez. Consideramos que o próprio Senhor_Presidente_da_República saberia que, estas recomendações não poderiam ter efeito prático e, na verdade, aquilo que constituíram foi, de facto, uma palavra de conforto a não promulgação da lei. Mas a assustámo-nos, quando, de imediato, ouvimos reacções, quer do Senhor_Ministro_dos_Assuntos_Parlamentares, quer do Senhor_Ministro_da_Saúde, que, imediatamente, publicamente, garantiram que as recomendações do Senhor_Presidente_da_República seriam tidas em conta na regulamentação da lei. Mas ao que parece, o Partido_Socialista depressa percebeu que aquelas constituíam uma clara contradição com aquilo que vem estipulado na lei e, hoje, de facto, asseguraram, publicamente, que não seriam tidas em conta essas recomendações. Por fim, Senhor_Presidente, o Senhor_Presidente_da_República não disse, mas Os_Verdes dizem, porque consideramos importante dizer: não há apoio à natalidade sem a melhoria concreta das condições de vida das pessoas e das famílias e a promoção da educação_sexual nas escolas é determinante para garantir a plenitude

da educação_sexual ou duma sexualidade feliz, plena, consciente e responsável. Muito_obrigada, Senhor_Presidente." (433)
BOV: "Muito_bem!"
JG: "Senhor_Deputado Luís_Fazenda."
LF: "Senhor_Presidente, para uns breves comentários. O Bloco_de_Esquerda entende que, o Senhor_Presidente_da_República tem tido a iniciativa, muito mais do que os seus antecessores, se dirigir sob a forma de mensagem à Assembleia_da_República. Entendemos esta prática como positiva, porquanto é bom, é salutar e é positivo par'á Democracia política, que conheçamos as posições políticas e tenhamos a oportunidade de as debater, aqui, na Casa da Democracia. Sobre a mensagem em apreço, entendemos que o facto relevante, em si mesmo, é a promulgação da lei de despenalização da interrupção_voluntária_da_gravidez até às dez semanas. E uma promulgação feita sem qualquer dúvida de constitucionalidade e uma promulgação que visa uma nova experiência na sociedade_portuguesa, do ponto de vista das mulheres, da consideração da saúde_pública, de virar uma página, que era uma página d' ignomínia e de divisão na sociedade_portuguesa. Outros aspectos da mensagem do Senhor_Presidente *ah* reflectem tão-somente, e com o devido respeito, opiniões próprias, que devemos todos valorar, vindas donde vêm, mas são opiniões próprias, e que, de um modo geral têm duas *eh* características: ou na óptica do Senhor_Presidente_da_República se destinam a condicionar a livre decisão da mulher, de realizar uma interrupção_voluntária_da_gravidez, ou então, a tentar a criar uma situação *ah* de que, não havendo uma espécie de infracção penal, haverá sempre uma infracção moral, que é uma ideia da qual discordamos radicalmente, mas que é devida a uma concepção conservadora da sociedade, da qual não partilhamos."
BBE: "Muito_bem!" (455)
BBE: "Exactamente!"
LF: "Por outro lado, é importante já anotar neste debate que **nenhum** grupo_parlamentar, aqui presente, suscitou qualquer crítica à promulgação da lei, nem sequer a alegadas inconstitucionalidades da lei, o que já é um acréscimo e mais-valia, em relação à mensagem do Senhor_Presidente_da_República. Uma última nota acerca da regulamentação da lei. Todos nós queremos, nas bancadas e nos deputados, alargadamente, que a votaram, que *ah* não será por via regulamentar, que serão incluídas propostas que foram objecto de propositura aqui, na Assembleia_da_República, e que todas elas, todas, sem excepção, foram derrotadas democraticamente neste Hemiciclo. Só podemos acreditar que o Governo, em boa linha com aquilo que foram as decisões d'*Ássembleia_da_República, procederá, tão cedo quanto possível, à necessária regulamentação. A nossa consciência, neste aspecto, não tem a objecção do tempo, nem seremos coniventes com objecções de consciência alargadas na sociedade, que visa tão-somente, uma **má** consciência em relação aos tempos anteriores." (468)
BBE: "Muito_bem!

DISCURSOS DE

2005-2007

TRANSCRIÇÃO OFICIAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(T4)

Discursos proferidos no dia 20 de Abril de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 21 de Abril de 2005

A Sr.ª **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: 1998 — realização do referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Já passaram sete anos! Já assistimos a quatro julgamentos que sentaram dezenas de mulheres e alguns homens no banco dos réus. Já a nossa sociedade, da direita à esquerda, se mostrou perturbada e chocada com a investigação e perseguição de mulheres, algumas humilhantemente procuradas pela polícia numa marquesa de consultório,…

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Uma vergonha!

A **Oradora**: — … outras, com ar combalido, à porta de uma clínica. Já dezenas de milhares de cidadãos e cidadãs se mobilizaram para propor a esta Assembleia a oportunidade de poderem voltar a pronunciar-se sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, ao mesmo tempo que outras dezenas de milhares de cidadãs e cidadãos pediam, em abaixo-assinado, a não alteração da lei.

Já discutimos, em 2004, propostas, que a então coligação de direita chumbou, para a realização de um novo referendo que permitisse a alteração da lei. Já ouvimos, nessa altura, a direita ou, pelo menos, importantes referências à nossa direita assumirem a necessidade de alterar esta lei.

Já passaram 21 anos da aprovação da lei sobre o aborto. Passado todo este tempo, Sr.as e Srs. Deputados, o que se impõe neste debate é perguntar o seguinte: que resultados garantiu esta lei? O que conseguimos, enquanto sociedade, com esta lei e com a criminalização do aborto? Esta lei acabou com o aborto? Não! Preveniu o aborto? Não! Garantiu melhor a saúde das mulheres? Não!

Para que serve, afinal, esta lei, uma lei que não provou ser minimamente eficaz no combate ao aborto; uma lei que a sociedade não quer ver aplicada, uma lei que ninguém reclama que seja cumprida, porque a esmagadora maioria das portuguesas e dos portugueses não quer ver as mulheres, ou quem as tenha ajudado, no tribunal ou na cadeia?

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, qual a justeza de uma lei que, não combatendo o aborto, é responsável pelo aborto clandestino? Para o PS a resposta é clara: nada justifica esta lei e por isso assumimos o compromisso de mudá-la!

Sr. Presidente, queremos mudar esta lei porque ela já provou causar mal maior do que o mal que tinha por finalidade combater!

Queremos mudar esta lei porque ninguém quer, ou assume que quer, que ela seja aplicada, sendo para o PS inaceitável que uma lei exista apenas para tranquilizar algumas consciências na afirmação e imposição de uma qualquer moral. Se não somos capazes de condenar uma mulher que recorre ao aborto não podemos criminalizar esse comportamento.

Queremos mudar esta lei porque a mesma, ao alimentar o aborto clandestino, diminui a nossa real capacidade de intervenção junto das mulheres e dos homens que se vêem confrontados com a necessidade de interromper uma gravidez na rede do aborto clandestino.

Queremos mudar esta lei porque confiamos na consciência das portuguesas e dos portugueses; porque o aborto é sempre o último recurso.

Queremos mudar esta lei porque, como disse Natália Correia no debate de 2 de Março de 1982, «Não é o facto de o aborto existir que obriga as mulheres a praticarem-no. Agora o facto de ele ser crime é que obriga a que as pessoas o pratiquem em situações abomináveis».

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PS está, como sempre esteve, empenhado em prevenir o aborto e em combater o aborto clandestino. Por isso defendemos, ao longo dos anos, o planeamento familiar e a educação sexual nas escolas. E, se em matéria de planeamento familiar evoluímos muito, em matéria de educação sexual está o essencial por fazer, ou seja, levar a educação sexual a todas as escolas do País.

A coerência do PS no combate e na prevenção ao aborto é reforçada pela nossa aposta, que também é de sempre, na promoção dos direitos da maternidade e da paternidade e da igual valorização social da maternidade e da paternidade; na defesa da igualdade entre mulheres e homens como prioridade política; na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos de todos; na aposta das políticas sociais activas na promoção do emprego; na inclusão social e de um cada vez maior apoio às famílias.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a iniciativa que apresentamos tem como referência nuclear a seguinte pergunta contida no referendo: «Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras 10 semanas de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?»

A pergunta é clara e a nossa resposta também: não queremos mulheres nos tribunais ou na cadeia por terem feito um aborto!

Aplausos do PS e do BE.

O PS está à vontade neste debate: sabemos o que queremos e o que está em causa e não contam connosco os que querem baralhar, como sempre, a discussão sobre o julgamento e a prisão de mulheres por aborto! O problema da incoerência e da utilização desta discussão ao sabor dos interesses da estratégia partidária, relegando a dignidade e saúde das mulheres para segundo plano, não é um problema do PS.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — Tudo o mais que está na lei, e em debate na generalidade, é susceptível de ajustamentos na especialidade. Nesta discussão, a impossibilidade de acompanhar na votação outros projectos de lei deve-se a razões instrumentais do procedimento referendário.

Estamos neste debate a defender uma nova lei que acreditamos equilibrada, uma lei que acreditamos mais justa, uma lei que garante os direitos, a saúde e a dignidade de todos.

Estamos à espera de quê para alterar uma lei que já provou não servir nada nem ninguém? De um qualquer momento político mais conveniente? Não, Sr.as e Srs. Deputados, esta matéria já foi moeda de troca política demasiadas vezes, e as mulheres e os homens do nosso país já esperaram tempo demais!!

Aplausos do PS e do BE.

O tema da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez é dos mais debatidos na nossa sociedade, tendo o PS feito desta matéria uma das questões mais visíveis das últimas eleições legislativas.

Quando os portugueses votaram em nós votaram também na alteração desta lei através da realização de um novo referendo!

Aplausos do PS.

Estamos, portanto, Sr.as e Srs. Deputados, neste debate apenas e só a cumprir, com toda a convicção, um dos nossos compromissos para com as portuguesas e os portugueses, na certeza de estarmos a contribuir para a resolução de um problema criado por uma lei que nos deve envergonhar a todos.

Aplausos do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos, a Constituição da República Portuguesa obriga a que uma pergunta em referendo tenha absoluta correspondência com o projecto de lei que lhe serve de base.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Não obriga a nada disso, não senhor! Não é verdade!

O **Orador**: — Na expressão constitucional, em relação ao projecto de lei que a justifica, a pergunta tem de ser objectiva, clara e precisa. Por isso se impõe o esclarecimento que agora lhe pedimos.

A pergunta que o PS pretende colocar em referendo nada tem que ver com o projecto de lei que igualmente quer ver aprovado.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Leu mal!

O **Orador**: — No seu projecto de lei, o PS trata da despenalização do aborto até às 16 semanas de gravidez — é isto o que está em causa no projecto de lei do PS —, no entanto, enganadoramente, aos portugueses querem, em referendo, impor uma pergunta que trata tão-somente da descriminalização do aborto até às 10 semanas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma fraude!

O **Orador**: — Trata-se de realidades completamente diferentes, uma coisa não tem que ver com a outra! A Assembleia da República é um órgão de soberania, pelo que temos de nos relacionar com as outras instituições e com os portugueses com verdade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Parece-lhe correcto e aceitável sujeitar o Sr. Presidente da Assembleia da República — sendo ele, desde logo, o baluarte da salvaguarda da Constituição da República — a pronunciar-se sobre a legitimidade de um referendo que tem na base uma pergunta que nada tem que ver com o projecto de lei que lhe serve de suporte?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Sr.ª Deputada, tem até consciência das consequências que, em sede constitucional, numa avaliação que, seguramente, o Tribunal Constitucional terá de fazer, este procedimento do PS pode representar para a Assembleia da República?

O CDS-PP não quer voltar a ter razão antes do tempo.

Risos do PS.

Na última legislatura, a propósito do referendo ao Tratado Constitucional Europeu, avisámos o PS, dissemos: «Este é um referendo importantíssimo. Vamos tratar de encontrar uma pergunta clara, precisa e objectiva, como diz a Constituição, e para tanto vamos rever extraordinariamente a Constituição, vamos questionar sobre o Tratado»! O PS assim não quis, não o permitiu. Disse também, então: «Não, a pergunta serve, é correcta. Vamos conseguir isso mesmo no actual quadro constitucional».

O Tribunal Constitucional chumbou a pergunta que o PS impôs, e tivemos então razão. De nada nos serve! Agora, lá vamos tratar da revisão constitucional que então propusemos…!

Não queremos voltar a ter razão antes do tempo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É preciso ter lata!

O **Orador**: — Sr.ª Deputada, a questão que lhe deixo é a seguinte: está ou não o PS disposto a, como nós pretendemos, permitir a total correspondência entre a pergunta a colocar em referendo e o que está em jogo no projecto de lei do PS, ou seja, a despenalização do aborto até às 16 semanas de gravidez?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que a Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos responderá conjuntamente a todos os pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Carvalho para formular a sua pergunta.

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos, ouvi com bastante atenção a sua exposição de motivos relativamente ao projecto de lei do PS para despenalização do aborto. Destaca-se concretamente, no que respeita a esta matéria, o facto de o PS propor a despenalização do aborto quando praticado até aos quatro meses de gravidez, o que levanta dois problemas: um, diria, de coerência e outro de substância.

Quanto ao problema de coerência — e tendo em conta que a Sr.ª Deputada fundamentou este projecto de lei na necessidade de terminar de vez com a possibilidade de mulheres que abortam serem presas ou julgadas —, a questão que se coloca é a de saber se é assim que vão acabar os julgamentos. Ou, perguntando de outra forma, o que é que defende o PS dever acontecer a uma mulher que aborta aos quatro meses e um dia de gravidez?

Aplausos do CDS-PP.

Deve ou não haver julgamento? Há ou não crime?

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Isto é lastimável!

O **Orador**: — Deve ou não haver pena de prisão?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Esta pergunta é para ser respondida e objectivamente!

O **Orador**: — Quanto ao problema de substância, na sociedade global e internacional em que vivemos cada vez mais se discutem, e cada vez com mais rigor, as questões científicas relacionadas com a embriologia, a genética e com todo o tratamento pré-natal. Diria que, neste aspecto, o Direito vai acompanhando a evolução da Ciência.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Ora, coloca-se aqui outra questão, para a qual solicito um esclarecimento claro: do ponto de vista ético, científico e jurídico, o que é, para o PS, um embrião de quatro meses?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Qual é a protecção jurídica que o PS considera que este embrião deve merecer e que lhe é exigível?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.ª **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos, também ouvi com toda a atenção a sua exposição relativamente ao projecto de lei apresentado pelo PS, não podendo deixar de detectar duas vulnerabilidades genéricas na vossa proposta.

O PS pretende evitar, tanto quanto entendi, dois aspectos: a prisão da mulher (nem me vou alongar sobre este aspecto porque ninguém poderá dizer um nome sequer de uma mulher que esteja presa pela prática de aborto)…

Protestos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

… e a sujeição da mulher a um julgamento público. Ora, tanto quanto sabemos, surgiu na bancada do PS, por parte das Sr.as Deputadas Teresa Venda e Maria do Rosário Carneiro, uma iniciativa legislativa que, partindo do princípio da defesa da vida, propunha alterações ao Código de Processo Penal no sentido de não sujeitar as mulheres ao processo crime e a um julgamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — E a pagar indemnizações para as associações de defesa da vida!

A **Oradora**: — Sr.ª Deputada, as duas questões que lhe coloco são muito simples: em primeiro lugar, qual é a tolerância da bancada do PS, que, contrariando a solicitação do Sr. Presidente da República no sentido de fazermos um debate sereno e profundo, não aceitou agendar esta iniciativa legislativa?

Aplausos do CDS-PP.

Onde é que está a tolerância do PS, que não quer discutir ideias diferentes das que propõe, nomeadamente as provenientes da sua própria bancada?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Em segundo lugar, é ou não verdade que a única solução que o PS aceita é, na verdade, a da total liberalização do aborto?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.ª **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno de Melo, quem o ouvisse intervir até achava que o Sr. Deputado votaria favoravelmente num referendo com esta pergunta se ela fosse mais clara, mas não é isso o que está em causa! O Sr. Deputado veio aqui colocar questões que até parecia que o CDS-PP poderia estar do nosso lado no combate pelo «sim».

Essa sua pergunta, Sr. Deputado, só mostra o embaraço do CDS-PP neste debate e a confusão que normalmente quer lançar quando estamos a falar sobre a questão da interrupção voluntária da gravidez. Os senhores querem continuar a ver mulheres julgadas e eventualmente condenadas a penas de prisão por terem realizado um aborto? Se querem, votam «não», se não querem votam «sim». Esta é a única questão que está aqui em debate.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Estão abertos a mudar a pergunta ou não?

A **Oradora**: — O CDS-PP não conta connosco para essa confusão, porque normalmente, e nos debates anteriores, quando falávamos na questão do aborto, os senhores falavam da necessidade de intervir na educação. No entanto, quando estiveram no governo a educação sexual ficou completamente na gaveta e demonstraram ter sobre ela as maiores dúvidas.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, se há coisa que a nossa pergunta é é clara, objectiva e precisa!!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Já vimos que não tem resposta!

A **Oradora**: — Eu estou a responder à sua pergunta e não a contribuir para a confusão que o senhor quer lançar neste debate. Isso eu não faço!

Aplausos do PS.

Se dúvidas houvesse sobre a vossa dificuldade, porque os senhores não assumem que querem as

mulheres a ser julgadas — e é isso que têm de assumir, porque é isso que está em causa —, a intervenção do Deputado José Paulo Carvalho tinha com elas acabado…

A pergunta que colocou relativamente aos 16 meses é completamente estapafúrdia.

Vozes do CDS-PP: — Ah!…

A **Oradora**: — Digo-lhe mais: não há qualquer incoerência entre a nossa pergunta no referendo e o que está no projecto de lei, cujo texto, aliás, é o mesmo que entregámos em 1997.

Mas, como também já dissemos, estamos disponíveis para, na especialidade, discutir cada um dos termos que estão propostos.

Vozes do CDS-PP: — Não respondeu!

A **Oradora**: — Em relação às questões da Sr.ª Deputada Teresa Caeiro, pergunto-lhe: acha que o CDSPP mudaria a sua posição se fosse presa alguma mulher? É preciso ir alguma mulher para a cadeia por ter feito um aborto para o CDS-PP, finalmente, perceber como esta lei é má, é injusta e nada resolve, nada?

Essa sua declaração, Sr.ª Deputada, é verdadeiramente chocante. Ainda não há mulher alguma na cadeia, Sr.ª Deputada, porque ninguém em Portugal quer esta lei aplicada, ninguém!… Ninguém concorda com esta lei!

Portanto, o facto de não concordar, o facto de toda a gente se sentir incomodada com a sucessão de julgamentos em Portugal, leva-nos a ter de dar uma resposta. O que não podemos é continuar a «enfiar a cabeça na areia» na afirmação de um princípio moral fantástico que nada resolve, que só prejudica a saúde das mulheres e que nos deve envergonhar enquanto sociedade que queremos mais justa e mais humana.

Aplausos do PS

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, para, ao abrigo do direito regimental, exercer o direito de defesa da honra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra por 3 minutos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada: Em sua opinião, as questão que lhe suscitámos são «estapafúrdias» e o que queremos lançar a confusão… Então, vamos lá ver quem é que está confuso.

A pergunta que o Partido Socialista quer ver colocada em referendo, se é que quiserem tratar desta questão seriamente — e nós queremos! —, incide sobre a descriminalização.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isto não é uma defesa da honra, Sr. Presidente!

O **Orador**: — Então vamos ler o preâmbulo do projecto de lei do Partido Socialista.

O projecto que os signatários agora submetem à apreciação da Assembleia da República preconiza a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isto não é uma defesa da honra, Sr. Presidente!

O **Orador**: — Quem quer lançar a confusão somos nós, que queremos a correspondência da despenalização que os senhores defendem e justificam no projecto de lei, ou são os senhores que, enganadoramente, colocam aos portugueses uma questão sobre descriminalização?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ó Sr. Presidente, mas isto não é uma defesa da honra!

O **Orador**: — Segundo aspecto: na mesma questão que querem colocar aos portugueses, VV. Ex.as tratam de querer saber se eles concordam com uma descriminalização até às 10 semanas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isto não é uma defesa da honra!

O **Orador**: — Ora, a alínea *c*) do artigo 142.º do vosso projecto de lei diz que não é punível a interrupção da gravidez se for efectuada «(…) nas primeiras 16 semanas de gravidez».

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Leia tudo!

O **Orador**: — Sr.ª Deputada, quem é que quer lançar a confusão? Somos nós, que queremos que os portugueses respondam àquilo que é tratado no vosso projecto de lei, ou seja, que digam se concordam com o aborto até às 16 semanas, ou são os senhores, que querem esconder que no vosso projecto de lei o aborto é contemplado até às 16 semanas e que, enganadoramente, lhes dizem que apenas tratarão da mesma questão até às 10 semanas?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso não é uma defesa da honra!

O **Orador**: — Quem quer armar a confusão, Sr.ª Deputada? Quem é que é «estapafúrdio»?

Por último, Sr.ª Deputada, salientando que não respondeu a uma única das questões que aqui lhe foram colocadas por nós, quero tratar da insensibilidade com que, de todo o modo, nos quis responder. É que, Sr.ª Deputada, quando lhe perguntámos o que pensa de um aborto realizado aos quatro meses e um dia, como contraponto a um aborto realizado aos quatro meses, queríamos perceber, do ponto de vista da sensibilidade, qual é a motivação do Partido Socialista, queríamos saber da preocupação jurídica, que nos preocupa numa lógica de direito que também é de vida e de civilização, da razão de ser do projecto de lei do Partido Socialista em relação à sensibilidade que colocamos na nossa questão. E à justificação que do Partido Socialista queríamos e tínhamos o direito de ter, os senhores responderam-nos com insensibilidade.

Assim, Sr.ª Deputada, a perguntas sérias e precisas o Partido Socialista respondeu de forma estapafúrdia e lançando a confusão.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, tem a palavra, por 3 minutos, a Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.ª **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno de Melo, o senhor fez uma intervenção e não defendeu a sua honra, porque ela, manifestamente, não foi ofendida.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Sr. Deputado, a pergunta é muito clara: «Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras 10 semanas de gravidez?»

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — E o que diz o projecto de lei?!…

A **Oradora**: — O projecto de lei refere-se exactamente ao mesmo, é exactamente isso, Sr. Deputado. A única coisa que referendamos é o aborto, a pedido da mulher, até às 10 semanas; a alínea *c*) do artigo 142.º do nosso projecto de lei, Sr. Deputado, já está na lei actual! A única coisa que fazemos é alargar os prazos!

Gostava também de dizer-lhe, Sr. Deputado, que os limites que propomos, que também estão na lei actual, relativamente a cada um dos casos de não criminalização do aborto, têm a ver, única e exclusivamente, com a garantia da segurança e da saúde das mulheres.

Deixe-me também dizer-lhe que, em minha opinião, essa bancada não está em posição de, neste debate dar lições a ninguém a propósito do que quer que seja!...

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Ninguém está a dar lições a ninguém!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A caminhada das mulheres portuguesas rumo a uma nova lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) que respeite os seus direitos fundamentais está semeada de hesitações, de promessas goradas, de perseguições penais.

Os seis anos que decorreram desde o referendo foram dolorosos anos, em que, apesar de tudo e contra o estigma da sala de audiências e a devassa da sua vida sexual, as mulheres continuaram a arrostar com os riscos do aborto clandestino, como o indicam, nomeadamente, os dados divulgados no ano passado pela Direcção-Geral de Saúde: «O aborto clandestino levou, em 2003, aos hospitais portugueses uma

média de 3 jovens por dia. Nesse ano deram entrada nas unidades de saúde 1019 casos devido a complicações.»

Num relatório apresentado em 2004, a Organização Mundial de Saúde afirma: «As estimativas relativas ao ano 2000 indicam que todos os anos se fazem, no mundo inteiro, 19 milhões de abortos clandestinos, o que quer dizer que uma em cada 10 gravidezes terminam em aborto clandestino, de que resulta a *ratio* de 1 aborto inseguro para cerca de 7 nascimentos com vida.»

Salienta ainda a Organização Mundial de Saúde que as mulheres que recorrem ao aborto inseguro põem as suas saúde e vida em risco. Por todo o mundo, calcula-se que morrem 68 000 mulheres como consequência do aborto inseguro.

Até mesmo a Europa não aplica as conclusões da Conferência do Cairo e de Beijing. A percentagem das mulheres que morrem na Europa em consequência desse aborto inseguro é de 20%, relativamente ao total de mortes maternas. A Organização das Nações Unidas, num documento divulgado já no corrente ano de 2005, afirma criticamente: «Mesmo na União Europeia, alguns países restringem, ou proíbem mesmo, o aborto, especialmente o aborto medicalizado, ou exigem complicados formalismos, que desencorajam as mulheres de recorrer ao aborto legal, forçando-as ao aborto ilegal e inseguro».

Ora, isto passa-se exactamente em Portugal no ano em que se assinalam os 10 anos da Conferência de Beijing.

Em Portugal, não se implementa a lei da educação sexual, faz-se o panegírico *à la* Bush da abstinência sexual, panegírico que, falhando, provoca gravidezes adolescentes e mesmo graves doenças sexualmente transmissíveis. O planeamento familiar, apesar dos progressos realizados, conhece dificuldades resultantes,nomeadamente, de deficiências de funcionamento, sobretudo quanto aos horários dos centros de saúde, o que impede as mulheres trabalhadoras de acederem às consultas.

Em Portugal, Sr.ª Deputada Teresa Caeiro, julgam-se mulheres e condenam-se algumas; condenam-se mesmo quando não se fazem julgamentos e se forçam as mesmas a aceitar o pagamento de indemnização (para expiação da sua «culpa») a instituições determinadas pelo Tribunal, representadas por quem está aí sentado…!

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

É essa a solução da suspensão provisória do processo. E foi aplicada em Coimbra.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Tenha calma!

A **Oradora**: — Estou muito calma, Sr. Deputado!

Outras mulheres são absolvidas, mas passam pela traumática prova de exposição da sua intimidade em praça pública.

O que temos de resolver é um problema de saúde pública criado pela lei penal.

A questão, no que toca às mulheres, é esta: deverá o direito penal considerar como crime a conduta da mulher que recorre ao aborto, seja em que circunstâncias for?

A resposta já foi dada na França há muito tempo: em 1975, o Parlamento francês aprovou a «Lei Veil» (de Simone Veil), nos termos da qual a mulher, ainda que recorrendo ao aborto fora das condições legalmente permitidas e em qualquer altura, nunca comete um crime. E a «Lei Veil» só criminalizou as condutas dos que praticassem o aborto na mulher. E isto continua em vigor, apesar das alterações feitas em 2001!

Esta solução consta do nosso projecto de lei! Porque a mulher que recorre ao aborto age em situação de angústia e na comunidade não se encontra interiorizada a reprovação que merece que uma conduta seja considerada um crime.

Situação idêntica encontramos nas legislações dinamarquesa, holandesa e polaca, por exemplo, e uma solução muito próxima está na lei espanhola.

O que há que criminalizar, isso sim, é o comportamento daqueles que, ainda que a solicitação da mulher, fazem um aborto clandestino, pondo em risco a saúde e a vida das mulheres, exceptuando da ilicitude a prática do aborto por profissionais e em estabelecimento legalmente autorizado, nas condições constantes do nosso projecto, que nos escusamos de repetir por ser sobejamente conhecido.

Em muitos países legalizou-se o aborto quando requerido pela mulher nas primeiras 12 semanas, solução brilhantemente defendida na célebre decisão do caso Roe *versus* Wade, do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos da América.

A França acabou por aumentar as 10 semanas da «Lei Veil» para 12 semanas. O Partido Socialista devia ler atentamente a lei de 2001, que até revogou uma disposição que criminalizava a publicidade das clínicas que fizessem abortos, porque, aliás, é contra o artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Foi nesse sentido que decidiu o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no caso *Open Door*, em que a Irlanda foi condenada por ter mandado encerrar duas clínicas.

Tendo começado a cair, numa luta prolongada e fértil em incidentes provocados pelos partidários do «não», as barreiras que impediam o acesso das mulheres à pílula RU 486, que hoje se encontra acessível na maior parte dos países europeus, é tempo de Portugal dar um claro sinal alterando a lei e convidando os Laboratórios Exelgyne a solicitar autorização para comercializar em Portugal a referida pílula.

A «medicalização» da IVG tornou possíveis avanços de que beneficiaram as mulheres, nomeadamente pela possibilidade de recorrerem à interrupção muito mais cedo, sem a delonga exigida pelo aborto cirúrgico.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A **Oradora**: — Hoje mesmo foi apresentada na Assembleia, por uma organização de mulheres, as

«Mulheres *online*», uma petição chamando a atenção para a importância da utilização daquela inovação científica.

As tentativas de utilização de centros de aconselhamento para inutilizar a possibilidade de, em tempo legal, recorrerem à IVG, saem assim, com essa pílula, fortemente frustradas.

Por último dois apontamentos ainda. Primeiro apontamento: a argumentação dos que se opõem à alteração da lei radica num preconceito antifeminino.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — As mulheres, segundo eles, fazem abortos por motivos fúteis. Desmentem essa afirmação quando, em desespero de causa e para fugir ao debate sobre a descriminalização da IVG, aprovam, como o fizeram o ano passado, uma resolução em que, claramente, desculpabilizam as mulheres.

Mas continuam a persistir diversos factores que impedem as mulheres de ter os filhos que desejam: persiste a taxa de «feminização» da pobreza — o já minguado «abono de família» foi retirado a muitas famílias, os salários são baixos…

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Além disso, aumenta a taxa de desemprego. E a desregulamentação das relações de trabalho, nomeadamente a desorganização do tempo de trabalho, impede a maternidade e a paternidade felizes.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A **Oradora**: — O segundo apontamento tem a ver com as questões relacionadas com o direito à vida, com o argumento que a direita brandiu, com algumas honrosas excepções de alguns Srs. Deputados que recordo saudosamente, para submeter as

mulheres aos ditames de um Estado que se arroga prepotentemente o direito de impor a toda a comunidade as regras religiosas e morais de uma parte dos cidadãos.

Afirmando, sem provas científicas, que o embrião mesmo nas suas fases mais incipientes, já é pessoa humana, a direita mais retrógrada quer ter a verdade absoluta e faz tábua rasa de todas as concepções contrárias.

Recordo aqui um recente acórdão, de 8 de Julho de 2004, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, num processo instaurado contra a França, onde, analisando a Convenção Europeia, a Convenção de Oviedo, o Protocolo Adicional desta Convenção proibindo a clonagem humana, o projecto de protocolo relativo à investigação bioética, o Direito Comparado e o estado da Ciência, o Tribunal conclui que o artigo 2.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (o que garante e obriga os Estados a garantir o direito à vida) não se aplica ao embrião e ao feto. Leiam esse acórdão!!

Sendo vida de espécie humana, como de facto são, o embrião e o feto — afirma-o o Tribunal — devem ser protegidos, em nome da dignidade humana, com medidas económicas e sociais e não através de medidas penais absolutamente inoperantes e que não os defendem.

E assim é, de facto, para a maior parte da população mundial — recordo que 2/3 das mulheres vivem em países onde está legalizada a IVG.

Assim sendo, não pode o Direito Penal tomar partido por esta ou por aquela concepção religiosa.

Em 1984, dissemos: «Há sempre razões profundas para decidir um acto que ninguém deseja, nem considera um bem. E não falamos das situações extremas em que a vida da mulher corre perigo, do aborto terapêutico, eugénico ou resultante de crime sexual, mas, sim, da grande maioria dos casos em que a mulher decide interromper a gravidez porque não vê condições económicas, sociais, pessoais, até para dar vida a um ser humano a quem sabe que não pode assegurar um futuro e uma vida feliz.»

Dissemos ainda: «Pela nossa parte, lutaremos, como já aqui afirmámos, para que esta Assembleia venha a aprovar, sem mais delongas inúteis, um regime legal digno das mulheres portuguesas.»

Desde aí, não desistimos de alterar a lei. E voltaremos sempre que preciso, porque há sempre a ameaça de retrocessos, como a recente história, a nível mundial, o comprova.

É o reconhecimento de vários direitos fundamentais das mulheres que, de facto, nos mobiliza pela defesa dos seus direitos humanos contra o obscurantismo. É o seu reconhecimento que tem mobilizado e mobiliza mulheres e homens que constroem o progresso do mundo.

Por isso, voltaremos. Voltaremos sempre!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.ª Secretária vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética.

A Sr.ª **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório refere-se à substituição dos Srs. Deputados Nuno Morais Sarmento (PSD), círculo eleitoral de Castelo Branco, e António Pires de Lima (CDS-PP), círculo eleitoral do Porto, por um período não inferior a 50 dias, nem superior a 10 meses, a partir do dia 18 de Abril corrente, respectivamente pelos Srs. Deputados Carlos Pinto e José Paulo Carvalho, sendo o parecer no sentido de admitir as substituições em causa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Reeditamos hoje, aqui, na Assembleia da República, passado pouco mais de um ano desde a última vez que esta questão aqui foi trazida, a discussão sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG).

Nessa altura, os partidos de direita, com maioria absoluta, recusaram terminantemente, sem qualquer surpresa, a alteração da lei penal que criminaliza o aborto e tem obrigado tantas mulheres portuguesas a se sentarem no banco dos réus, sujeitas à suprema humilhação de verem a sua vida pessoal, no que de mais íntimo esta pode ter, a sua saúde reprodutiva e o seu direito à maternidade livre e consciente, tomadas *in extremis* e como último recurso, postas em causa e aviltadas.

Temos hoje um Parlamento distinto do que então existia. Os Deputados das forças políticas que defendem abertamente a despenalização da IVG e que, para tanto, consentaneamente com as suas posições, apresentaram projectos de lei visando alterar a actual legislação penal, após as últimas eleições de 20 de Fevereiro, aumentaram em número significativo neste Parlamento, derrotando, assim, os partidos de direita e encontrando-se, neste momento, em franca maioria.

Estão, assim, reunidas, à partida, as condições necessárias para que o órgão constitucionalmente consagrado como órgão legislativo por excelência assuma as suas responsabilidades e ponha cobro hoje — finalmente e sem mais demoras, porque não se quis ou conseguiu pôr antes nem mais cedo, malgrado para as mulheres portuguesas e para vergonha de todos nós — ao drama do aborto clandestino em Portugal.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Infelizmente, é forçoso reconhecer que, mercê de compromissos político-partidários,

designadamente por cedência do chamado «centrão» à direita mais conservadora, na anterior legislatura, como nos últimos 20 anos, não tem sido possível pôr um ponto final no sofrimento, na dor, na morte e nas chagas infligidas às mulheres que se viram forçadas a abortar clandestinamente, num qualquer vão de escadas, numa garagem ou anexo, num sótão infecto e asfixiante atulhado de outras mulheres, de outras tantas histórias e dramas absolutamente individuais, pessoais e intransmissíveis.

Essas chagas, que marcarão essas mulheres para toda a sua vida no corpo e na alma, também mancham a nossa honra. De cada vez que uma mulher é julgada num tribunal acusada de ter praticado aborto, é Portugal inteiro que está a ser julgado por não ser capaz, por lhe faltar a coragem para dizer «não» ao aborto sem condições mínimas de higiene e segurança, sem quaisquer regras, em total insegurança e com graves riscos para as mulheres; por lhe faltar a coragem para dizer «não» à mutilação que tantas vezes destrói a hipótese de uma maternidade futura, possível e desejada; por lhe faltar a coragem para dizer «não» à clandestinidade que, 31 anos depois do 25 de Abril, continua a persistir, com a diferença de que, antes de 1974, quem dava o salto pela fronteira fugindo à guerra, à perseguição, à miséria e à injustiça eram muitas vezes alguns dos que menos recursos económicos tinham, enquanto que, hoje, só quem tem meios é que tem direitos, só quem pode pagar é que tem o direito de praticar noutro país a IVG com todas as condições de saúde e dignidade humana.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Donde se tem de concluir que não há igualdade no nosso país: o aborto clandestino ou os desmanchos afectam, principalmente, as mulheres com menos recursos, as mais pobres — aliás, como sempre, as mais frágeis e expostas a esta situação pela sua condição social, económica e cultural, sempre as mais

sacrificadas, as mais vulneráveis. Mas não só: o número de gravidezes e abortos praticados na adolescência, fruto podre de preconceitos retrógrados que têm inviabilizado uma efectiva implementação da educação sexual nas escolas ou uma eficaz e generalizada política de planeamento familiar no nosso Sistema Nacional de Saúde, assume proporções tão preocupantes como revelam as percentagens de 0,3% em 1997 ou de 0,5% em 2003 de abortos realizados por jovens dos 15 aos 19 anos de idade.

Continuamos, contudo, inexplicavelmente, sem ter dados completos, seguros e actualizados sobre a verdadeira dimensão deste problema. Apesar de ter sido aprovada nesta Câmara, em 2002, a realização dum estudo sobre a extensão e as causas do aborto clandestino no nosso país, desconhecem-se, até hoje, os resultados do mesmo, ou sequer se se chegou, de todo, a iniciar.

Mas quando, finalmente, conseguem romper a barreira, o manto escuro que cobre esta sórdida realidade e debaixo do qual se esconde o que alguns insistem, numa cegueira voluntária, dita a pior de todas, em não querer ver, os números falam bem alto: em 2002, de acordo com dados oficiais, cerca de 11 000 ulheres foram atendidas nas urgências hospitalares em consequência de um aborto clandestino, cinco das quais perderam a vida por esse facto. Na verdade, estima-se que esses valores ascendam a um número algures entre os 16 000 e os 20 000 abortos anualmente.

Mais alto, porém, grita o silêncio amordaçado das histórias, dramas e sofrimentos pessoais que nunca serão contados ou contabilizados em qualquer estatística, sempre imperfeita na frieza dos números.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Não está aqui, hoje, em causa unicamente um diferendo entre diferentes concepções da vida, crenças ou convicções éticas, morais, filosóficas ou religiosas. Não é, aliás, em absoluto, isso que está em causa relativamente aos projectos de lei que ora discutimos. A grande questão é saber se vamos permitir a continuidade da actual situação, com uma retrógrada legislação penal que contrasta vivamente com o quadro legal dominante europeu despenalizador, promovendo a proliferação do aborto clandestino, ou se vamos mudar este quadro, tirando o aborto da clandestinidade, permitindo que a IVG seja, de facto, uma opção de consciência pessoal e individual de cada um, não só dos Deputados mas, principalmente, das mulheres que se vêem confrontadas com o drama pessoal de ter fazer essa escolha.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O que temos de nos perguntar é se é legítimo impor a todas as mulheres as concepções e crenças apenas de alguns, mormente através do mecanismo mais pesado permitido num Estado democrático: a sanção penal da privação da liberdade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Porque este debate, apesar de ser, por causa das questões extremamente delicadas e sensíveis que levanta e da dramaticidade de que se reveste, também um debate de sentimentos e sensibilidades que, como seres humanos que somos, não podemos deixar de reflectir no nosso discurso, convém lembrar que este é também um debate de razão, um debate jurídico, político e legislativo. Com efeito, em causa estão os próprios fundamentos do sistema e da dogmática jurídico-penal. Nas Faculdades de Direito aprendemos, tantos de nós, que a sanção penal constitui a última *ratio* da intervenção do Estado. Citando a Professora Pizarro Beleza, insigne penalista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, «só na estrita medida em que as penas forem absolutamente indispensáveis para defender valores

essenciais, será legítimo que o Estado se socorra da sua forma de intervenção mais dramática: o sistema penal. Só nas matérias em que haja boas razões para crer que essa intervenção originará maiores benefícios sociais do que custos, dada a certeza contemporânea dos graves problemas que a própria intervenção penal suscita, o Estado poderá optar pela incriminação de comportamentos, esgotadas outras alternativas de actuação legislativa ou organizacional.» Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Porque este é um problema que a todos respeita e apela a uma solução legal urgente adequada à salvaguarda dos direitos da mulher, ao respeito pelos seus direitos sexuais e reprodutivos, à garantia da sua liberdade de opção, que ponha termo a uma lei inútil e que tem causado tantas vítimas, a uma criminalização hipócrita, Os Verdes apresentam o projecto de lei n.º 6/X e esperam que seja livremente discutido, em consciência, e aprovado para pôr cobro a esta situação inadmissível.

Aplausos de Os Verdes, do PCP, do BE e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Drago.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, cada um de nós, nesta Câmara, será chamado a pronunciar-se sobre uma das escolhas centrais, sobre o país que somos e o país que queremos ser.

A lei que criminaliza o aborto, que nega às mulheres o direito de escolha, foi e é, até hoje, um dos sinais mais claros, mais visíveis do conservadorismo e da falta de coragem política dos sucessivos responsáveis que têm governado o País e das maiorias parlamentares que se têm gerado nesta mesma Câmara.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Por isso, hoje, aqui, discutimos, enquanto representantes eleitos, se escolhemos ou não fazer uma ruptura definitiva com esse passado, com esse conservadorismo, com essa falta de coragem, e se damos ou não um passo em frente para dotar Portugal de uma legislação moderna e democrática, que não queira nunca mais impor como força de lei o que é a consciência de alguns.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — A urgência da mudança da lei tem sido, nos últimos tempos, uma reivindicação de milhares de portugueses e de portuguesas, com as mais diferenciadas simpatias políticas. É hoje absolutamente claro que esta lei está em contradição com o que é a sociedade portuguesa e que é, portanto, politicamente insustentável. Bastaria, aliás, analisar a excepcionalidade da legislação portuguesa quando comparada com a legislação da esmagadora maioria dos países europeus para compreender o que ela significa enquanto atraso civilizacional, com o espírito persecutório com que «zela» pelas mulheres.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Mesmo assim, importa sistematizar o que tem sido dito nos últimos anos, pelos últimos dos últimos fundamentalistas que defendem esta lei, para que fiquem claros — absolutamente claros! — a fraqueza, o erro, a falsidade dos seus argumentos.

Dizem os defensores da criminalização do aborto que a lei actual é idêntica à lei espanhola, onde o

aborto é realizado a pedido da mulher, até para as próprias mulheres portuguesas que lá se deslocam para realizar uma interrupção voluntária da gravidez em condições de segurança e dignidade.

A história miserável e indigna da diferença entre as leis espanhola e portuguesa tem nome, data e hora marcada: na Maia, 17 mulheres foram julgadas; em Aveiro, 7

mulheres foram julgadas; em Setúbal, houve o julgamento de 2 mulheres; e, em Lisboa, uma mulher esteve presente na barra do tribunal.

A diferença entre as leis espanhola e portuguesa é toda a que interessa: é a diferença entre, por um lado, a escolha e a dignidade da mulher e, por outro, as perseguições, as escutas, os exames médicos, a devassa da vida privada, a culpabilização, a condenação. A diferença é toda!

Aplausos do BE, do PCP e de alguns Deputados do PS.

Em Portugal, há mulheres julgadas e condenadas pela prática de aborto clandestino, o que não acontece em mais nenhum país europeu!

Dizem os defensores da lei existente que ela é dissuasora. Chegaram quase ao ponto de insinuar que a criminalização do aborto pode até ser vista como uma boa pedagogia de educação sexual…!!

Ano após ano, década após década, vamos coleccionando as estatísticas, analisando as estimativas que provam à exaustão que esta afirmação é falsa. Mantêm-se os níveis elevados de aborto clandestino. A única alteração da última década foi o crescente fluxo de mulheres portuguesas que se deslocaram a países onde podem realizar o aborto em condições de segurança. Mas são muitas as mulheres que não têm possibilidades de ir até ao estrangeiro e que ficam condenadas a recorrer a abortadeiras de vão de escada e sujeitas à perseguição policial.

Esta lei não dissuade: vota as mulheres pobres à clandestinidade e destina as mais ricas ou remediadas a sair do País.

Por fim, os defensores da criminalização do aborto dizem que são exactamente os números que apresentamos que mostram que a lei não é cumprida: que, por uma qualquer generosidade, Portugal não julga as 20 000 mulheres que se estima que por ano fazem um aborto clandestino em Portugal. O argumento é, em si próprio, esquizofrénico — defender uma lei para que não seja cumprida, é negar o próprio Estado de direito.

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora**: — Mas a verdade é que esta lei é cumprida: ela é cumprida nos casos de cada uma das 27 mulheres que passaram pela humilhação e pelo medo dos interrogatórios policiais e dos julgamentos mediáticos que tivemos nos últimos anos. A lei tem os seus efeitos em cada uma das 20 000 mulheres que abortam e que têm de se comportar como criminosas e entrar clandestinidade para o fazer.

A lei tem todos os seus efeitos de cada vez que essas mulheres sentem o medo de serem descobertas e humilhadas, de cada vez que sentem o medo das consequências do aborto clandestino na sua saúde, de cada vez que uma dessas mulheres sente a indignidade da sua situação de clandestinidade.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Discutimos hoje a mudança da lei, o corte, a ruptura final com esta longa e miserável história.

Recusar aprovar os projectos hoje em discussão é manifestar vontade de manter esta situação — é exactamente isto, nada menos nem nada mais do que isto! A cada um dos Srs. Deputados cabe fazer a sua escolha, em consciência: se querem manter as redes de aborto clandestino ou não; se querem manter a perseguição e o julgamento de mulheres ou não; se querem recusar às mulheres portuguesas a autonomia das suas escolhas familiares ou não. Nas bancadas da direita tem havido Deputados que se têm manifestado publicamente a favor da descriminalização do aborto, não só no PSD mas, inclusive, no CDS-PP. Aliás, é verdade e é irónico que, exactamente hoje, no dia em que fazemos esta discussão, um dos seus Deputados já não esteja presente — o Sr. Deputado António Pires de Lima —, tendo sido substituído por um dos mais

destacados dirigentes dos movimentos que defendem a criminalização do aborto e, portanto, a prisão das mulheres em Portugal…!

Aplausos do BE e do PCP.

É preciso que, em cada uma das bancadas, no momento da votação, os Srs. Deputados sejam coerente com a sua consciência e não arranjem desculpas, que seriam, em política e em consciência, fugas ou demissões que ninguém iria compreender.

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Passados seis anos

sobre a realização dos primeiros referendos em Portugal, a Assembleia da República equaciona hoje, de novo, a apresentação de uma proposta ao Sr. Presidente da República para a convocação de uma consulta referendária. Importa saber se o tema e o *timing* estão acertadamente escolhidos.

Sem pôr em causa a opinião pessoal que cada um possa ter sobre a questão de fundo, não tenho dúvidas em concordar que o problema da interrupção da gravidez se inscreve no rol de matérias que, a meu ver com vantagem, podem ser objecto de um pronunciamento directo de todos os portugueses.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sempre entendi e entendo que é assunto que mexe com a consciência individual e a hierarquia íntima de valores de cada cidadão.

Como tal, deve ser decidida por todos e não por uma qualquer representação parlamentar, meramente conjuntural.

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — É essa, de resto, a razão pela qual o Partido Social-Democrata há muito defende que a questão se situa fora da esfera de acção política e programática do nosso partido, como de qualquer outro.

Não há, por isso, qualquer indicação de voto do Partido Social-Democrata aos seus militantes, e cada um dos Deputados que integram este grupo parlamentar está totalmente liberto de qualquer disciplina de voto, actuando de acordo com a sua consciência. Mas se isto é assim quanto ao fundo da matéria, já o *timing* e a oportunidade desta proposta são questões essencialmente políticas que podem e devem ser clarificadas.

Depois de uma legislatura, a anterior, em que, respeitando um compromisso publicamente assumido durante a campanha eleitoral, tomámos a opção de não favorecer a realização de qualquer novo referendo sobre a interrupção da gravidez, dissemos, na última campanha eleitoral, que não objectaríamos a convocação de um referendo neste novo ciclo, caso a proposta viesse a ser colocada sobre a Mesa da Assembleia da República.

No discurso de posse do XVII Governo Constitucional, o Eng.º José Sócrates, que venceu as eleições com uma confortável margem, definiu um «calendário político exigente», segundo ele, para a primeira fase da legislatura.

Tomando como horizonte a realização de dois actos eleitorais e de dois referendos, o Eng.º Sócrates assumiu, como prioritária, a convocação do referendo europeu, já em Outono deste ano, apelando mesmo a uma revisão extraordinária da Constituição para permitir a execução deste calendário tão apertado. Pensámos nós, e pensaram os portugueses, que o novo Primeiro-Ministro sabia bem o que queria, tinha pensado no que dizia e apresentava, com clareza, um programa de acção, e que era para cumprir.

Não se terá levado, por isso, muito a sério o «chegar à frente» do Bloco de Esquerda e do Partido

Comunista, formulando uma outra agenda de prioridades.

Afinal de contas, quem ganhou as eleições não foi o Dr. Louçã nem o Dr. Jerónimo de Sousa, mas o Eng.º Sócrates.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O Santana é que não foi!

O **Orador**: — Quem define as prioridades e marca a agenda é a maioria, não devem ser aqueles que recolheram menos de 7% dos votos dos portugueses!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Era assim que devia ser, mas parece que, com esta maioria socialista, não é bem assim que é.

Em menos de 15 dias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista enredou-se numa embrulhada a reboque da agenda dos pequenos partidos à sua esquerda, redefinindo prioridades agora contrárias às apresentadas pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Diga-se, em abono da verdade, que a incoerência e a confusão instalada não foram consensuais pelas bandas do Partido Socialista.

O Dr. Jorge Coelho apareceu, responsavelmente, a dizer que «o calendário, após as autárquicas, deve evitar a época em que as pessoas estão menos motivadas, deve ser muito ponderado. O Partido Socialista tem maioria absoluta, tem agenda política própria, não tem de andar atrás de seja quem for. Andar demasiado à pressa não é boa solução.» Era avisado, o Dr. Jorge Coelho.

Também o Dr. Mário Soares considerou «inconveniente» avançar-se já com a consulta sobre o aborto. «Não vejo qual a necessidade de fazer já um referendo sobre o aborto. Porquê? Porque não é uma coisa de imediata necessidade», afirmou.

Por uma vez, concordamos com o Dr. Mário Soares. Prioritário, de facto, é o referendo europeu. Defendemo- lo já no ano passado e não mudámos de opinião. Porque a opção europeia nunca foi, e deve ser, directamente referendada pelos portugueses. Porque é um compromisso político assumido por todas as forças políticas nacionais. E porque, sem margem para discussão, debater e aprovar a Constituição para a Europa é um assunto da maior relevância para Portugal e para o nosso futuro colectivo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Com toda a clareza, quero aqui deixar a posição do PSD sobre a realização de uma consulta popular sobre a interrupção da gravidez.

Se houver, nesta Câmara, uma maioria favorável à alteração da lei actual, deve ser dada a palavra aos portugueses para se pronunciarem e decidirem, através de um novo referendo.

Em qualquer caso, esse referendo não pode atropelar o exigente calendário político que temos pela frente, só podendo realizar-se, a nosso ver, depois do referendo europeu e depois dos actos eleitorais que já estão aprazados.

Aplausos do PSD.

A abstenção que esta bancada terá na votação do projecto de resolução sobre a convocação do referendo tem, por isso mesmo, este significado: não estamos contra a realização de um novo referendo, mas discordamos frontalmente da sua realização este ano.

Se a decisão final for outra, cedendo-se à vertigem de precipitar este referendo antes de tratarmos do referendo europeu, desde já fique aqui claro que isso trará necessárias consequências políticas, designadamente no plano da revisão constitucional.

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Esta nossa posição é conhecida. Reafirmamo-la.

Se outros mudaram de opinião, assumirão com isso as suas responsabilidades. Em particular, o Partido Socialista tem de ter a consciência de que recuar nas suas prioridades iniciais, a reboque de outros, para depois atirar para cima do Sr. Presidente da República o problema em que se enredou, é uma habilidade feia e uma atitude irresponsável.

Aplausos do PSD.

Pela nossa parte, somos e seremos coerentes. É uma questão de credibilidade que se joga no respeito para com as posições que sempre assumimos.

Aplausos do PSD.

Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Manques Guedes, anoto que, na sua intervenção, abandonou a argumentação dos últimos dias acerca da incoerência da pergunta em relação ao projecto de lei que a suporta. É um recuo assinalável e importante porque demonstra bem como era insustentável a posição do Partido Social Democrata.

É que uma pergunta que se refere directamente à descriminalização e à prática da interrupção voluntária da gravidez em estabelecimento legal de saúde não poderia corresponder a outra coisa senão a uma despenalização.

Acresce que, constitucionalmente, a pergunta e o seu suporte legal não têm de ter uma tradução directa. Não é essa a leitura que podemos fazer da Constituição.

Quero, pois, tomar nota desse vosso recuo e dizer que, nesse aspecto, não acompanharam o CDS-PP; acabaram com a colaboração hoje e aqui.

Na verdade, quem tem pressa não é o Bloco de Esquerda, não é qualquer uma das bancadas que quer a despenalização do aborto. Os senhores das direitas é que atrasaram, durante muitos anos, todo este processo, todo este drama, toda esta tragédia.

Não somos nós que temos pressa, é a sociedade portuguesa que tem pressa de virar uma página, de mudar direitos, de encontrar uma reconciliação com valores que não têm sido os praticados, pois os praticados têm sido os da consciência de alguns impostos à consciência de todos os outros.

Sr. Deputado Marques Guedes, estamos na repetição de algo que já todos conhecemos. É que o Partido Social Democrata quer — e quere-lo de forma claríssima, como pôde ver-se através da sua intervenção — fazer dos direitos das mulheres uma moeda de troca política,…

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Exactamente!

O **Orador**: — … uma chantagem em relação ao processo de revisão constitucional, mais uma vez em cima da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Todos nós já vimos isto. Da primeira vez, foi tragédia, da segunda vez, seguramente, é farsa.

É inaceitável que seja a bancada do Partido Social Democrata a vir aqui propor essa troca, a vir aqui exercer essa pressão política e — muito pior! — escudando-se na posição do Sr. Presidente da República para defender as suas próprias posições.

Assim, o que devo concluir — e creio que o faço sem acinte — é que o PSD resistiu sempre ao referendo e quer adiá-lo. Quer até, talvez — sonho impossível! —, vir a ter um Presidente da República que não convoque este referendo.

Para o Partido Social Democrata, todas as manobras dilatórias são necessárias e desejáveis. Só que, Sr. Deputado Marques Guedes, no passado, tinham a desculpa do CDS, hoje em dia, só têm a desculpa de vós próprios.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, obrigado pela questão que me colocou. Começando pela primeira parte do seu pedido de esclarecimentos, posso acreditar que o Sr. Deputado espere vivamente que, da parte da bancada do Partido Social Democrata, venham a surgir, aqui ou acolá, incoerências ou alterações de posição. Mas tranquilize-se porque não é o caso.

Acontece que apenas estamos a discutir os projectos de lei. Quando discutirmos as propostas de pergunta, farei uma segunda intervenção e, aí, o Sr. Deputado terá ocasião de verificar que não há qualquer mudança de opinião. E não há por um motivo muito simples: é que a razão está do nosso lado e, quando se tem razão, não de se muda de opinião.

Aplausos do PSD.

Passemos à questão que colocou mais adiante e que tem que ver com o tema de fundo.

O Sr. Deputado parece que se esquece, ou tenta fazer apagar da memória colectiva dos portugueses e da nossa memória aqui, na Assembleia, que já houve um referendo sobre esta matéria, que a maioria dos portugueses já opinou sobre esta matéria e que o resultado foi contra a sua vontade. Não tenho culpa disso!

Digo-lhe com toda a sinceridade que eu próprio votei «não», mas houve um pronunciamento dos portugueses sobre esta matéria.

Não há qualquer esquecimento sobre este assunto, não há um atirar para trás o assunto. Houve um pronunciamento dos portugueses de cujo resultado o senhor não gosta. No entanto, deveria ter a atitude democrática de respeitar aquela decisão, isto é, que houve um pronunciamento da sociedade portuguesa no sentido de que a lei não fosse alterada. O senhor não gosta, mas foi essa a decisão. Assim, do ponto de vista democrático, ficava-lhe bem ter aceite aquela decisão.

Sr. Deputado Luís Fazenda, imagine, por exemplo, que, no referendo de 1998, a população portuguesa tinha respondido maioritariamente «sim», portanto, de acordo com a sua vontade. Se a resposta tivesse sido «sim», o senhor acharia bem que, ano após ano, uma data de pessoas continuasse a pedir para se realizar um novo referendo para o «sim» ser transformado em «não»? Provavelmente, não! Portanto, não atire para cima dos outros as coisas que não quer que aconteçam a si próprio. Respeite as decisões, nomeadamente quando são tomadas de uma forma democrática e claramente maioritária.

Em último lugar, a questão relacionada com o Sr. Presidente da República. Quero dizer-lhe que não há troca nenhuma da parte do PSD. O que há é firmeza de convicções. Sobre esta matéria, o PSD tomou uma posição, desde o princípio. Para nós, há uma prioridade clara que é a da realização do referendo europeu.

A questão da repetição do referendo ao aborto não é uma prioridade que se coloque ao mesmo nível da do referendo europeu que nunca foi feito em Portugal, que é um compromisso de todos e que é fundamental para o nosso futuro colectivo. Temos essa prioridade. Não mudámos de opinião.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Se outros, nomeadamente a bancada do Partido Socialista, mudaram de opinião, é com eles que o senhor tem de se haver, não é com esta bancada que, sobre essa questão, sempre teve a mesma opinião e que não concorda que agora, de uma forma algo hipócrita, se tente atirar para cima de outros órgãos de soberania, nomeadamente o Sr. Presidente da República que não mudou de opinião sobre esta

matéria, responsabilidades que têm o Partido Socialista e o Governo — esses, sim! relativamente às prioridades que traçaram e que, agora, não querem cumprir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Carvalho.

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, e como ponto preliminar à minha intervenção, tendo em conta o discurso proferido pela Sr.ª Deputada Ana Drago, vou citar uma parte do *Diário de Notícias* publicado em 19 de Fevereiro de 2002.

«(…) José Paulo Carvalho,…» — sou eu, o tal feroz defensor da prisão! — «… dirigente do Movimento pela Vida (Norte), considerou necessária uma ampla e séria discussão sobre o aborto, insistindo em que mantém uma censura clara a este tipo de comportamento, mas…» — e este «mas» é importante — «…assinalando que a pena de prisão não é, certamente, a mais adequada (…)».

Protestos da Deputada do BE Ana Drago.

Percebo a incomodidade, Sr.ª Deputada. É que isto consta dos dois anteriores projectos de lei sobre a despenalização do aborto apresentados pelo Bloco de Esquerda.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E, agora, foi «apagado»!

O **Orador**: — Os senhores citam-me como exemplo de moderação, de ponderação, de entre os que integram os movimentos pró-vida — aliás, para mim, é um orgulho ser citado a par do Dr. Bagão Félix —, mas, no projecto de lei que agora está em discussão, fui «apagado».

Risos do BE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com enorme orgulho que tomo a palavra naquela que é a Casa-mãe da democracia portuguesa.

Honra-me particularmente o facto de, na minha primeira intervenção, ter a oportunidade de aqui vir apelar ao respeito pela vida humana. O que, hoje, aqui discutimos é, sem qualquer dúvida, o tipo de sociedade que queremos para o nosso futuro.

O CDS-Partido Popular considera que o direito à vida é o primeiro dos direitos fundamentais…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, interrompo-o porque está esgotado o tempo de que dispunha, mas tem direito a transferir para este debate o tempo disponível para aquele outro que se lhe seguirá. Assim, peço aos serviços que procedam a essa transferência de tempos.

Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O **Orador**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia, sem a protecção da vida humana, o valor básico de um Estado de direito fica em crise.

Defendemos uma verdadeira cultura de respeito pela vida humana, em todas as circunstâncias, desde o primeiro ao último momento. Citando uma ideia feliz, «É preciso criar um cordão humano para a protecção da vida humana». Este é um compromisso e um desafio que se coloca a todos: aos órgãos de soberania, ao Estado, às instituições públicas e privadas, aos partidos políticos e à sociedade civil.

Todos estamos, seguramente, de acordo com a necessidade de acabar de vez com os ataques à vida humana. É preciso acabar com a mortalidade infantil, com a mortalidade nas estradas, com a mortalidade por acidentes de trabalho, com as doenças que nos recusamos a aceitar que não tenham cura. Tudo isto é a prioridade da vida; e, para isso, produz-se legislação, criam-se mecanismos de apoio e controlo,

estabelecem-se penas para aqueles que, com a sua conduta, voluntária ou involuntariamente, colocam em risco a vida dos outros. E nisso, com uma ou outra divergência de pequena monta, parece que estamos todos de acordo. E ainda bem que assim é!

E assim vamos, porque se entende que, num país civilizado, a ninguém é lícito arrogar-se o direito de decidir sobre a vida dos outros.

Aplausos do CDS-PP.

Mas, se assim é, então, qual a justificação para aprovar agora, à pressa e quase com carácter de urgência, precisamente legislação em sentido contrário?

Como podemos aceitar que alguém, por maior que seja o respeito que essa pessoa nos merece, possa exigir que lhe seja reconhecido o direito a pôr fim à vida de um ser humano inocente e indefeso?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O que está em jogo é a opção que coloca, de um lado, uma cultura de vida e, de outro, uma cultura de morte. De um lado, uma cultura de responsabilidade, de exigência, de compromisso e de solidariedade e, de outro, o egoísmo, o facilitismo, uma certa visão onde tudo se torna relativo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Tive oportunidade de consultar os *Diários da Assembleia da República* de anteriores debates sobre o aborto. Devo reconhecer que apenas descobri um ponto de consenso generalizado entre defensores da vida e defensores do aborto: o aborto é uma violência para a mulher.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-P): — É verdade!

O **Orador**: — Nisto, todos estamos de acordo.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Ser clandestino é bem mais grave!

O **Orador**: — A mero título de exemplo, cito Sérgio Sousa Pinto: «o aborto é um acto desesperado, uma violência que a mulher comete sobre si própria». Outros oradores repetiram até à exaustão esta ideia. Concordo totalmente com ela. Partilho a preocupação.

A prática do aborto tem implicações directas, pelo menos, em duas vidas humanas merecedoras do mesmo respeito e credoras da mesma dignidade: a da mãe e a do filho.

Srs. Deputados, boas leis são importantes para se construírem sociedades melhores. Nesse sentido, devemos perguntar: o aborto tem algum efeito positivo para algum dos envolvidos; para a mãe ou para o filho?

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — E se for clandestino?!

O **Orador**: — Ora, se é certo que do aborto resulta uma violência que deixa marcas, que só dificilmente desaparecem, na mãe e se, do aborto, como resultado directamente desejado, resulta a morte do filho, qual é o efeito positivo que hoje somos chamados a legalizar?

Não há qualquer justificação jurídica, política, ética ou social para a liberalização do aborto. Da sua prática só resultam efeitos negativos para as pessoas envolvidas.

Não desconhecemos que há verdadeiros dramas com que são confrontadas mulheres que estão grávidas em circunstâncias de especial dificuldade. Mas se a situação já de si mesma é dramática, vamos permitir que se acrescente ainda a máxima violência do aborto?

No meu trabalho voluntário associativo, tive, tenho e terei oportunidade de acompanhar várias mulheres e casais nestas circunstâncias. A solução não está no aborto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — A solução está na dimensão social e não nos hospitais! O problema resolve-se com o
apoio e com a ajuda e não com o bisturi! A solução está na família e não na sala de operações!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O CDS sente ser seu dever mostrar que, desde o referendo de 1998, foram aqueles que defenderam o «não» que mais se empenharam activamente na criação de mecanismos de apoio às grávidas em dificuldade. A maioria dos defensores do aborto, apesar de constantemente apregoarem ser os arautos dos direitos das mulheres, deixaram as grávidas em dificuldade completamente ao abandono.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Mas que disparate! Vem para aqui contar anedotas!

O **Orador**: — Por todo o País surgiram iniciativas, promovidas por voluntários da defesa da vida — umas, mais organizadas, outras, mais informais —, que prestaram um serviço anónimo que acolheu milhares de mulheres em dificuldade. Ergueram iniciativas, inclusive, para o apoio às mulheres traumatizadas pela prática do aborto! Salvaram-se vidas!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O aborto, também o aborto clandestino, combate-se combatendo as suas causas — as causas próximas e as causas mais distantes —, não se combate legalizando-o.

Termino, lançando um repto aos partidos que aqui fazem a defesa da liberalização do aborto. A liberalização do aborto fará crescer uma nova indústria, um negócio altamente lucrativo: as clínicas privadas para a prática de abortos.

Protestos do PCP e do Deputado do BE Luís Fazenda.

Assim aconteceu na generalidade dos países.

Seguramente, não querem ser associados ao lançamento deste comércio. Estou certo disso, nem sequer tenho dúvidas. Se assim é, por que razão não definem nos vossos projectos de lei a obrigatoriedade de o aborto apenas ser realizado nos estabelecimentos incluídos no Serviço Nacional de Saúde?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Deixo duas ideias finais. O CDS confia na sensibilidade e no bom senso do povo português e está certo de que se este, mais uma vez, for chamado a pronunciar-se, votará a favor da vida, rejeitando a liberalização total do aborto.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Termino, assumindo o compromisso perante os portugueses de que o CDS não desistirá de lutar, seja em que circunstância for, pela criação de uma cultura de respeito pela vida humana. Vale a pena todo o esforço, quando é a defesa da vida humana que está em causa.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Que este dia seja o penúltimo do longo caminho que temos percorrido para acabar com o terrível drama do aborto clandestino e suas penosas consequências. Embora não pareça, ao longo dos últimos 23 anos, fomos sendo, todos, capazes de ir construindo consensos sobre esta matéria. Temos, todos, apesar das nossas diferenças ideológicas, filosóficas ou morais e do debate intenso e apaixonado, de continuar a construir consensos em matéria de interrupção voluntária da gravidez e de avançar

no aprofundamento e melhoria de uma lei que não resolveu o drama do aborto clandestino e que ainda nos coloca na retaguarda da Europa.

Existe, hoje, um alargado consenso relativamente à actual lei, mas não foi sempre assim. Em 1984, a direita votou contra,…

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Exactamente!

O **Orador**: — … mas hoje são muito poucos os que a põem em causa. O Sr. Deputado Marques Mendes, por exemplo, votou contra o projecto de lei que deu origem à Lei n.º 6/84, mas actualmente concorda com ela. Ainda bem!

Nos dias de hoje, são muito poucos os que acham que as mulheres devem ser alvo de punição criminal.

Ainda bem! É sensato e congratulamo-nos com esse facto. É necessário acabar com a punição criminal a que ainda as mulheres portuguesas estão sujeitas, mas não chega. É preciso também terminar com as não menos gravosas punições, que são as dramáticas consequências para a vida e saúde da mulher, que decorrem do recurso ao aborto sem as mínimas condições de segurança, higiene e saúde. E estas só terminam se os abortos forem feitos em estabelecimentos autorizados e com condições.

Chegou, portanto, a hora de darmos mais um passo em frente. E sabemos que podemos contar com a concordância de várias personalidades à nossa direita, mais concretamente do PSD. Ainda bem!

A despenalização da interrupção voluntária da gravidez não é propriedade de ninguém, nem pode ser usada como arma de arremesso político. Congratulamo-nos, por isso, com o facto de várias personalidades à nossa direita concordarem com a alteração de uma lei que não acabou com o aborto clandestino.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Todos, ou quase todos, achamos que esta é uma matéria da consciência individual de cada um. É por isso que os partidos dão liberdade de voto aos seus Deputados.

Mas a actual lei não permite que as mulheres possam decidir livremente e em consciência. A actual lei impõe uma determinada moral e uma determinada concepção da vida. Só a despenalização da interrupção voluntária da gravidez permite que cada mulher decida segundo a sua consciência e as suas próprias convicções.

Se nesta Casa reconhecemos o direito à livre expressão das consciências individuais, por que razão não o permitimos a todas as portuguesas? Porque não alargar às mulheres portuguesas o mesmo princípio que aplicamos aqui: o direito à decisão segundo a consciência de cada um?

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A actual lei falhou no combate ao aborto clandestino. Mesmo com o reforço dos meios preventivos, da informação, do planeamento familiar e da educação sexual, não acabará o aborto clandestino, ainda que possa ser reduzido.

A Lei n.º 6/84 não é capaz de prever todas as duras razões individuais que levam muitas mulheres a recorrer à difícil e traumática decisão de abortar.

A actual lei não fez nada pela vida, nestes últimos 21 anos. Antes pelo contrário, sujeitou centenas de milhares de mulheres às consequências dramáticas do aborto clandestino, onde se inclui, também e infelizmente, a morte.

Se não alterarmos a actual lei, não estamos a salvar qualquer vida ou a evitar qualquer aborto — como todos sabemos, eles realizam-se na mesma. Estaremos, sim, a fechar os olhos aos perigos de risco de vida e de graves lesões físicas e psíquicas em que incorre a mulher por interromper a gravidez sem as mínimas condições de higiene e saúde.

Aplausos do PS.

A Sr.ª Deputada Zita Seabra, num debate realizado há 23 anos, com uma lei diferente da actualmente em vigor e para defender um projecto de lei diferente do nosso (portanto, noutro contexto, ressalve-se), colocou a seguinte questão, que continua absolutamente actual: «A questão que se coloca verdadeiramente é se o aborto deve continuar a ser feito clandestinamente, como hoje sucede —…» (e como, ainda hoje, sucede) «… com um vasto cortejo de desigualdades, sofrimentos e mortes —, ou se deve passar a ser feito em serviços de saúde, em condições que salvaguardam a vida, a saúde e a dignidade da mulher».

Esta é, de facto, a verdadeira questão! E aqui estamos em total acordo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Serve o nosso projecto de lei para evitar mortes inúteis, as graves lesões físicas, as dolorosas marcas psíquicas e a impossibilidade de voltar a ter filhos. Serve, também, para promover uma maternidade consciente, responsável, desejada e no momento certo, com as condições necessárias para bem receber um filho. Portugal não pode estar apenas empenhado no cumprimento das normas impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, não podemos estar apenas empenhados no cumprimento das directrizes impostas pela Política Agrícola Comum, não podemos estar apenas empenhados na Agenda de Lisboa. Se queremos levar o projecto europeu a sério, que o levemos na sua plenitude e sigamos a recomendação do Parlamento Europeu para que a interrupção voluntária da gravidez seja legal, segura e universalmente acessível, a fim de salvaguardar a saúde das mulheres.

Termino como comecei: que este seja o penúltimo dia desta longa caminhada e que o último seja o dia do referendo.

Aplausos do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, quando falamos de juventude, sendo nós jovens, falamos normalmente de irreverência. E a maior irreverência é não aceitarmos aquelas situações sociais que atentam contra os valores que são mais importantes e mais fundamentais.

Ora, não há valor mais importante do que o da vida.

O que lhe digo é que há milhares de jovens, em Portugal, que votaram «não» no referendo sobre a liberalização do aborto e muitos deles empenharam-se voluntariamente, de forma desinteressada, no combate às causas do aborto, em Portugal. Lutaram porque acreditaram, lutaram porque foram irreverentes, lutaram porque acharam que era possível ter um mundo melhor do que aquele que lhes foi entregue.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado, a pergunta que quero fazer-lhe é muito simples: o que é que a Juventude Socialista diz a estes milhares de jovens? Que a sua luta não vale a pena? É muito pouco!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, a maior irreverência é não aceitarmos as consequências gravíssimas, o drama e o trauma do aborto clandestino. E é isso que os jovens também esperam de nós: que consigamos responder às consequências altamente penosas do aborto clandestino para as mulheres, em Portugal.

Aplausos do PS e do BE.

É que os jovens também estão com as mulheres, em Portugal, até porque muitos deles são precisamente mulheres. Esta é a grande irreverência.

Concepções de vida são muito diversas nos mais diversos jovens e a única alternativa que respeita essa diversidade é a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Aplausos do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª **Zita Seabra** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos novamente a discutir a legislação do aborto. Em Portugal, passamos a vida a discutir a legislação do aborto. Há mais de 20 anos, desde 1982, que discutimos a legislação da interrupção voluntária da gravidez. Depois de uma lei aprovada neste Parlamento e de posteriores alterações a essa lei, igualmente aqui aprovadas, a discussão continua das mais variadas formas. Com referendo, com tentativas anuais de repetição de referendos, com debates, com barcos e muita, muita agitação e propaganda.

Discute-se sempre, sempre, como se o estivéssemos a fazer pela primeira vez, como se fosse um assunto novo, mesmo revolucionário, como se estivéssemos a quebrar um tabu, quebrado, afinal, há mais de 20 anos. E o aborto aparece como se fosse o primeiro e mais grave problema das mulheres portuguesas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Fala-se como se não estivessem acessíveis os métodos contraceptivos, como se, nestes 25 anos, nada tivesse acontecido. Como se não houvesse métodos de planeamento familiar acessíveis e gratuitos, como se não existissem métodos do dia anterior e do dia seguinte, do dia, como se as mulheres, os casais, não tivessem a mínima informação e como se os centros de saúde, os hospitais, não fizessem consultas de planeamento familiar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — E não fazem!

A **Oradora**: — Fala-se como se não estivesse hoje banalizada toda a informação…

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E não está!

A **Oradora**: — … que permite afirmar que o primeiro direito da criança é o de ser desejada pelos pais. Age-se como se nada se tivesse passado e estivéssemos nos anos 60, com *soixante-huitards* convencidos de que dizem coisas modernas e revolucionárias, ao transformar a interrupção voluntária da gravidez numa bandeira de luta, num direito, e não num último recurso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora**: — A ideia de referendo do aborto surge, então, com particular incidência sempre que o PS chega ao Governo, o que é particularmente chocante. E passo a explicar por que faço esta afirmação. Portugal tem, há 20 anos, uma lei muito igual à lei francesa, de Simone Weil, sendo a nossa, mesmo, um pouco mais permissiva, mais aberta, igual à lei espanhola (e sei do que falo, porque os espanhóis copiaram da nossa e fui a Espanha ajudá-los a fazê-la),…

Risos do PS, do PCP e do BE.

… igual à lei italiana ou à lei belga. Só que entre nós…

Protestos do PS, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que deixem ouvir a Sr.ª Deputada, porque ela tem o direito de transmitir os seus pontos de vista.

A **Oradora**: — Só que, entre nós, parece que a lei não existe e não está em vigor. Sendo, neste momento, o PS governo, não posso deixar de me interrogar e de partilhar aqui esta dúvida: por que razão os governos do PS, durante o consulado de

António Guterres ou neste momento em que dispõe de maioria absoluta, por que razão os governos do PS, repito, silenciosamente e em respeito pela delicadeza da questão, pela vida das mulheres, pelo drama por que passam mulheres que, em desespero, se atiram para o negócio sórdido do aborto clandestino, pondo em perigo a sua vida e a sua saúde, não fazem cumprir a lei?

Por que razão o Ministro da Saúde não está aqui a assistir a este debate e não nos vem dizer se já reuniu com o Director-Geral de Saúde, em que hospitais é que vai fazer cumprir a lei, em que hospitais é que vai criar serviços de saúde que permitam cumprir esta lei?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — O Ministro da Saúde socialista finge — e todos os ministros socialistas fingiram sempre — que não é nada com ele, e o Governo no seu todo também. Porque é que o Primeiro-Ministro finge que a lei não existe e agita a bandeira política do aborto, como se fosse moderno fazê-lo e como se não tivesse a responsabilidade política do que se passa nos hospitais, do que se passa no País? Porque é que, em Portugal, passamos a vida a fazer leis que não servem para nada, leis que são «letra morta», perante a incapacidade do seu cumprimento, e passamos a vida a recomeçar tudo de novo e a refazer as leis para continuarem a não ser cumpridas?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Assim é há 20 anos, com a lei da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Usando as palavras do Bloco de Esquerda, no preâmbulo do seu projecto de lei, falando da ida de mulheres portuguesas a Espanha, afirma-se que a legislação espanhola «tem algumas semelhanças com a nossa, mas onde há uma interpretação tolerante e aberta que permite efectivamente à mulher proceder à interrupção voluntária da gravidez». Têm razão. Muito bem.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Está na lei!

A **Oradora**: — Perante esta realidade inquestionável, o PS, em vez de governar e de cumprir as leis da República — e já não digo de uma forma «tolerante e aberta», mas, pura e simplesmente, cumprir —, apresenta novo projecto de referendo e nova proposta de lei.

No projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, subscrito pelo Partido Socialista, pode ler-se no prefácio: «O projecto que os signatários agora submetem a apreciação da Assembleia da República preconiza a despenalização da interrupção voluntária da gravidez em certos casos hoje não previstos, para preservação da integridade moral, dignidade social e da maternidade consciente.» E diz, mais: «Fixa-se em 10 semanas o prazo dentro do qual tal pode ocorrer, solução mais restritiva do que a apresentada em 1997, mas constante de outros ordenamentos jurídicos,…» — isto é, o PS diz solução mais restritiva do que a lei que actualmente está em vigor e que o PS, sendo Governo, não cumpre —…

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não, não!

A **Oradora**: — «… assentes numa valoração do estado dos conhecimentos médicos a que muitos sectores sociais são sensíveis».

Não pode deixar de colocar-se, pois, a questão: mais restritiva, Srs. Deputados? Na verdade, a lei em vigor estabelece o prazo de 12 semanas, enquanto que a proposta do PS propõe 10. Parece efectivamente mais restritiva. Para quê, então, mudar de um quadro legislativo que não é eficaz para um quadro legislativo ainda mais restritivo?… Não tem lógica.

Na oposição, o PS podia argumentar que o governo do PSD e do CDS não criavam condições nos serviços de saúde, nos hospitais públicos, para responder a uma mulher que, no prazo legal, procurasse os serviços de um hospital. Mas então para quê mudar a lei agora que são governo? Sobretudo para quê mudar para uma solução mais restritiva?

O PS está menos interessado em resolver esse drama terrível, o caminho do aborto clandestino que as mulheres fazem por vezes em desespero, face a situações extremas e dramáticas que a vida, sabe-se lá como e porquê, faz as pessoas passarem.

Se a vontade política do PS fosse a de resolver estes dramas, estaria a equacioná-los com os serviços de obstetrícia e de ginecologia dos hospitais públicos, com os centros de saúde e, evidentemente, com os hospitais e clínicas privadas. Mas não! O PS, que é Governo e dispõe de legislação em vigor idêntica à dos outros países europeus, prefere fazer «política». Ao fazê-lo, dá, porém, a triste imagem de que o aborto é um método de contracepção, banalizando o que as mulheres não banalizam, porque, digam o que disserem, é sempre um último recurso, é sempre culpabilizador, é sempre algo de insuportável ter na memória a interrupção do curso normal de uma gravidez.

Aplausos do PSD e de Deputados do CDS-PP.

E a questão é esta: queremos uma sociedade em que o aborto seja a bandeira, o símbolo da emancipação feminina, ou uma sociedade de jovens e adultos conscientes da sua sexualidade, informados, responsáveis, beneficiando do que a ciência permitiu trazer à vida dos cidadãos? Uma sociedade assente em valores, em que se respeite a vida, se respeite a maternidade e a paternidade, como um momento único na vida de um casal e um bem social que a sociedade deve proteger e acarinhar.

E o Governo, no silêncio que os dramas merecem, devia, sim, procurar criar condições para enquadrar, em meio hospitalar, esses casos extremos para que a vida atira, por vezes, as pessoas, sem as julgar, sem as condenar, mas nunca banalizando ou transformando o aborto num direito social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Contra o aborto somos todos, mas também todos queremos ter uma sociedade tolerante que, face a um drama na vida de uma mulher, não a condene, duplamente, aos bancos do tribunal e ao negócio sórdido das parteiras de vão de escada.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Parece, então, um absoluto absurdo que o Partido Socialista venha dizer que o projecto de lei que propõe é mais restritivo do que a lei existente, porque no seu artigo 1.º (alterações ao Código Penal) fala em despenalizar o aborto «A pedido da mulher e após uma consulta no centro de acolhimento familiar, nas primeiras 10 semanas de gravidez, para preservação da sua integridade moral, dignidade social ou maternidade consciente». E é este artigo que aparece no projecto de resolução de referendo que o PS coloca a votação. Mas, no mesmo projecto de lei e no mesmo artigo, o PS propõe a interrupção voluntária da gravidez não punível até às 16 semanas, até aos 4 meses! E cito: Interrupção da gravidez não punível «(…) *c*) Caso se mostre indicada para evitar perigo de morte ou grave e duradoura lesão para o corpo ou a para a saúde física ou psíquica da mulher grávida,…»

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — «… designadamente por razões de natureza económica ou social, e for realizada nas primeiras 16 semanas de gravidez;».

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Quatro meses de gravidez é impensável, Srs. Deputados! Aos quatro meses de gravidez a mãe sente os movimentos do bebé, sabe se ele está acordado ou a dormir; os pais sabem, através da ecografia, se é menino ou menina, levam para casa a imagem do seu bebé.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Quatro meses é um prazo inaceitável, repito, e muito mais se se invocarem razões de ordem económica ou social e não o caso-limite de salvaguarda da vida da mãe.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Para lá da questão jurídica que se levanta com evidente discrepância entre a pergunta proposta pelo PS a referendo e o respectivo projecto de lei, que não pode deixar de ser interpretado como um logro, uma desonestidade política, quatro meses de gravidez é inaceitável, é inconcebível!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Que médico e que serviço de saúde, público ou privado, vai fazer um aborto numa mulher com quatro meses de gravidez por razões de ordem económica ou social?

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Isso é demagogia!

A **Oradora**: — Não é demagogia. É o que lá está escrito!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vale a pena comparar com os prazos estabelecidos pelas leis de outros países europeus: Áustria, 3 meses de gravidez; Bélgica, 12 semanas; Bulgária, 12 semanas; Dinamarca, 12 semanas; Finlândia, 12 semanas; França, 12 semanas; Alemanha, 12 semanas; Grécia, 12 semanas; Islândia, 12 semanas; Itália, 90 dias; Espanha, 12 semanas. Isto é: todos 3 meses.

Apenas a Inglaterra e a Holanda seguiram o caminho de considerarem o aborto legal até à viabilidade do feto. Como a viabilidade da sobrevivência do bebé se verifica cada vez mais cedo, estando neste momento nos cinco meses de gravidez, e simultaneamente com as ecografias se vê o que só se imaginava, os ingleses, incluindo os trabalhistas, discutem neste momento a redução do prazo.

Vozes do CDS-PP: — Exacto!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Para 20 semanas!

A **Oradora**: — O Partido Socialista propõe-nos, pois, uma lei que passa das actuais 12 semanas para as 10 no referendo, mas na realidade para as 16, para os 4 meses, no seu projecto de lei.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Não discuto — os juristas o farão melhor do que eu — a questão evidente de a pergunta do referendo ter que estar de acordo com o texto da lei.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Sublinho, sim, a hipocrisia política de perguntar aos portugueses por 10 semanas (dois meses e meio) no referendo quando, simultaneamente, propõe que se legisle até às 16 semanas, isto é, 4 meses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Porque é que o Partido Socialista não pergunta aos portugueses o verdadeiro conteúdo do seu projecto de lei? Porque não fala das 16 semanas? Que se pode chamar a tamanha incongruência? Se ganhar o «sim», o PS vai mudar a actual lei para 10 semanas? Elimina a alínea *c*)? Ou opta pelas 16 semanas, como propõe o projecto de lei?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Ou mantém o «piscar de olhos» aos pró e aos contra, dizendo a uns leiam a alínea *a*) e a outros, aos das «manif.», deixem passar, não façam barulho porque está lá a *c*)?…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Infelizmente, é assim a nossa vida política, parlamentar e governamental.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

A **Oradora**: — Fazemos leis que não passam do papel. O Governo não sabe das leis do País, os ministros da saúde não conhecem as leis que lhes dizem respeito e as polícias têm um tal zelo neste caso que não têm noutros domínios.

É assim. E passam ao lado deste constante regressar ao mesmo, aos problemas que hoje afectam as muitas mulheres que, contra tudo e contra todos, decidem, na solidão da sua vida, levar por diante uma gravidez que não planearam e criar um filho que geraram. Que apoio têm realmente da sociedade e das instituições públicas estas mulheres? Quem fala delas? E quem se manifesta por elas?

Quem fala dos casais que percorrem os serviços de saúde para tentar combater um problema de infertilidade e gastam milhares de euros em medicamentos e em tratamentos? Quem fala deles? A Assembleia da República tem de discutir seriamente o apoio a dar a estes casos, pois os medicamentos e os tratamentos médicos prescritos são inacessíveis à imensa maioria dos jovens casais que deles necessitam.

E como encaramos a vida das jovens mães repartidas entre o trabalho profissional e a sua função de mães. A mulher é ainda fortemente penalizada por ser mãe e é evidente que o mundo laboral dá prioridade ao emprego de homens e penaliza as mulheres em razão da maternidade.

Transformou-se o aborto na questão central da vida das mulheres portuguesas, porque se transformou o aborto numa questão política, numa linha divisória entre direita e esquerda, numa espécie de atestado de modernidade em que alguma direita tem medo de ser considerada conservadora e alguma esquerda, que já não pode demarcar-se pela defesa da colectivização dos meios de produção, acentua o seu revolucionarismo nas bandeiras que lhe sobram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE.

E o PS, em lugar de atacar as causas que conduzem as mulheres portuguesas ao triste caminho do aborto clandestino, escolheu o caminho fácil e imediato, sem uma palavra ou gesto para as mulheres que decidiram levar a termo uma gravidez que não desejaram.

O PSD deu liberdade de voto aos seus Deputados. Concordo absolutamente, uma vez que se trata de diplomas que têm muito a ver com o foro da consciência de cada um.

Por mim, não hesito em afirmar que nunca votarei favoravelmente um diploma que legalize o aborto aos quatro meses de gravidez por razões de saúde física, psíquica, económicas e sociais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Voto contra por motivos de natureza ética, de consciência e de respeito pelos valores civilizacionais que devem nortear uma sociedade livre, democrática e com respeito pela vida humana. Leve-se à prática a legislação vigente há 20 anos, legislação que diz respeito à legalização da interrupção voluntária da gravidez — que o Sr. Ministro da Saúde, sem perder tempo e sem esperar pelo resultado de um qualquer referendo, actue e aja! –, ao planeamento familiar e à educação sexual, e deixem-se de hipocrisias políticas e de truques de prazos, porque

o tema é sério e as vítimas destas incúrias merecem mais respeito e um tratamento com maior dignidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Alda Macedo.

A Sr.ª **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Zita Seabra, a questão que aqui se coloca hoje é a de saber se a lei que temos actualmente é para manter, apesar de nem mesmo os representantes dos movimentos mais retrógrados do nosso país admitirem que essa lei seja para cumprir até às últimas consequências.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Portanto, a questão central é a de saber se esta lei é para ficar como está.

Disse a Sr.ª Deputada, na intervenção, que há uma semelhança entre a lei portuguesa e a espanhola — aliás, a esse propósito, deu-nos o prazer de avivar a nossa memória, mas que, devo dizer, não precisa de ser avivada porque conhecemos perfeitamente o percurso que V. Ex.ª fez nos últimos 20 anos e que, lamentavelmente, a levou ao lugar onde está hoje!…

Aplausos do BE e do PCP.

Protestos do PSD, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.

Pergunto se se recorda do projecto de lei que defendeu nessa altura, porque esse, sim, era semelhante à lei do Estado espanhol, lei que numa das suas alíneas permite a interrupção voluntária da gravidez à mulher que, em razão da sua situação familiar ou de grave carência económica, esteja impossibilitada de assegurar ao nascituro condições razoáveis de subsistência e educação, ou a gravidez seja susceptível de lhe criar uma situação social ou economicamente incomportável.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Eis a diferença!

A **Oradora**: — Isto foi o que a Sr.ª Deputada defendeu há anos atrás, noutra encarnação, e é o que falta hoje na lei portuguesa!

Aplausos do BE.

Pergunto-lhe, então, Sr.ª Deputada, afinal de contas, qual dos articulados defende e se considera que vale a pena continuar a submeter a consciência individual de todos nós à hierarquia de valores religiosos e morais apenas de alguns.

Aplausos do BE.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª **Zita Seabra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Alda Macedo, tem toda a razão quando diz que no projecto de lei que apresentei em 1983 eram consideradas as razões de ordem económica ou social.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Pois eram!

A **Oradora**: — Contudo, no seguimento do debate na especialidade, dois anos depois, as razões de ordem económica ou social foram alteradas para razões de ordem psíquica, porque se considerou que estas eram mais abrangentes do que as primeiras, que são de muito difícil demonstração em qualquer país que as inclua na lei.

Com certeza, a Sr.ª Deputada entende facilmente, tal como eu entendi e dei razão a quem o propôs na altura — que foi o Partido Socialista —, que é muito difícil demonstrar a um serviço público o que é uma razão de ordem económica ou social para mim ou o que é uma razão de ordem económica ou social para uma pessoa que vive num bairro degradado. É muito difícil! Por isso mesmo se abrangeu as razões de ordem psíquica, e eu concordei.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria do Rosário Carneiro.

A Sr.ª **Maria do Rosário Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A democracia assenta no reconhecimento genuíno de que cada um representa uma convicção, uma ideia, um voto, que são indispensáveis à construção comum. Significa que temos de aprender com humildade a ouvir-nos e a saber reconhecer-nos nas nossas diferenças, como pares que somos na construção solidária de uma sociedade que se quer justa e digna.

O debate que hoje retomamos divide-nos, e divide também aqueles que representamos. Sejamos, então, capazes de contribuir para o esclarecimento, com a serenidade que decorre das convicções que nos movem.

As alterações apresentadas nos diversos projectos de lei ao Código Penal propõem a eliminação de qualquer restrição à interrupção da gravidez a pedido da mulher dentro de determinados prazos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — A despenalização!

A **Oradora**: — É o reconhecimento de um direito incondicional, o da liberdade de escolha.

Contudo, o respeito pelo exercício da liberdade de escolha não quer dizer que aquele seja absoluto. Não pode, por isso, estar dissociado da preservação de valores que são determinantes, estruturantes, primeiros. O direito à vida é, na hierarquia dos bens, o primeiro…

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — … e a sua salvaguarda tem que ser intransigente. Aliás, sem a protecção deste bem primeiro, como garantir então o exercício da liberdade?

Legitimar o direito ilimitado de interromper uma gravidez quer dizer que é possível identificar um nível de vida abaixo do qual não há direitos e quer dizer, por isso, que uns têm mais direito à vida do que outros. Uma cultura dos direitos humanos não o pode consentir; uma cultura dos direitos humanos procura activamente o desenvolvimento das condições económicas, sociais e culturais que garantem vidas dignas e livres.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A interrupção voluntária da gravidez insere-se num quadro de profunda e intensa delicadeza, de profundo e intenso sofrimento humano. É sempre uma manifestação de insuportável e incondicional violência exercida contra quem não se vê, não se pode defender, não pode optar. Os projectos de lei apresentados propõem uma liberalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10, 12 ou 16 semanas. A liberalização remove o ilícito, e tira por essa via as mulheres dos tribunais.

Mas não trata das causas e consente na violação do direito à vida. As causas que levam as mulheres a optarem por uma solução tão terrível e violenta permanecem intocadas. A sociedade é incompetente, demite- se. A liberalização proposta não protege nem garante uma cultura dos direitos humanos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Contudo, há alternativas. E nós apresentámos uma alternativa.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em Março de 2004, defendemos que importava encontrar soluções que, «não ofendendo o quadro de valores em que se sustenta a nossa maneira de ser, assegurassem os direitos fundamentais e minorassem o sofrimento das mulheres».

Na presente Legislatura, apresentámos na Assembleia da República um projecto que consagra a suspensão provisória com carácter obrigatório do processo em certos casos de interrupção voluntária da gravidez.

Este projecto não remove o ilícito, mas permite retirar as mulheres dos tribunais — impede os julgamentos, proíbe as averiguações e actua activamente, em cada caso concreto, na remoção das causas que levaram a essa opção — e protege a vida.

A aplicação da lei, o exercício da justiça não pode, sem dúvida, estar divorciada das circunstâncias que determinam a prática dos ilícitos. Propõe-se, por isso, a aplicação da lei e da justiça na vigência do actual quadro penal, respeitando o intenso sofrimento humano que lhe está subjacente, ponderando as circunstâncias individuais, a defesa da dignidade das mulheres, mas consagrando alternativas inclusivas.

A sociedade assume-se, assim, co-responsável, procurando encontrar com cada mulher as formas mais adequadas à remoção das suas dificuldades.

O drama da interrupção voluntária da gravidez combate-se pela remoção das causas que levam à sua prática e não pelo seu livre consentimento, que conduz a outro drama, o da desvalorização da vida.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora**: — A recusa do agendamento simultâneo deste projecto despenalizante com os que propõem a liberalização é um condicionamento às alternativas que estão em debate.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Desta forma, quer dizer-se à sociedade portuguesa que a única via para proteger e promover a dignidade das mulheres é a liberalização do aborto. E isso, Sr.as e Srs. Deputados, definitivamente, não é verdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste debate, todos falaram dos projectos de lei sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e da opção sobre despenalizar ou não despenalizar; no debate que travamos hoje há uma realidade concreta e três posições perante ela.

A realidade é a do aborto clandestino, da violência sobre as mulheres que ele constitui, do grave problema de saúde pública que provoca, das investigações, inquirições, humilhações, julgamentos e condenações que se repetiram nos últimos anos. É a realidade de uma lei que não tem qualquer papel na prevenção do recurso ao aborto, antes sendo uma norma desligada da realidade e que consagra determinadas concepções em relação à questão, reservando para as restantes a penalização. Temos depois três posições face a esta realidade incontornável.

A da direita que se opõe à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a dos que defendem o caminho de um referendo sobre a matéria e a dos que, como o PCP, entendem dever a Assembleia da República assumir as suas competências legislativas e promover de imediato a despenalização.

Aplausos do PCP.

A direita, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fingindo comiseração com a situação das mulheres, quer que elas continuem a ser sujeitas à penalização. Antes, escudavam-se na inexistência de julgamentos e condenações; agora, continuam a ignorar de forma insensível o drama de tantas mulheres.

Na verdade, a direita que defende a manutenção desta lei não está preocupada com o recurso ao aborto, apenas se preocupa em combater a alteração da lei, mesmo que

isso signifique não reduzir em nenhuma medida, muito pelo contrário, o recurso ao aborto, mantendo-o na clandestinidade confortável para as suas consciências e hipocrisias, mas persecutória e criminosa para com as mulheres portuguesas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Esta é a direita que, estando em maioria na última legislatura, impediu qualquer alteração na situação da interrupção voluntária da gravidez, então subordinada aos interesses partidários estabelecidos no conhecido acordo pós-eleitoral entre PSD e CDS-PP, sendo certo que quanto ao PSD, como demonstrámos no debate de Março de 2004, não havia qualquer compromisso eleitoral que justificasse este bloqueio.

Claro que, sempre que se fala de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a direita retoma o discurso pouco sincero da necessidade da educação sexual e do planeamento familiar para logo o esquecer no dia seguinte, como, aliás, fez com a resolução que aprovou, em Março de 2004, com que pretendeu disfarçar a sua posição contrária a qualquer alteração de fundo na legislação.

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

Alguns defendem agora que a lei actual serve perfeitamente. A realidade está aí para o desmentir e nenhuma similitude formal com a lei espanhola ou outra pode servir para esconder que a prática da aplicação da lei faz com que a despenalização seja indispensável para pôr fim ao tratamento das mulheres como criminosas. Aliás, manda a verdade que se relembre que o PCP, no momento, certamente histórico, da aprovação da primeira lei de despenalização, logo alertou para a sua insuficiência, dizendo, na sua declaração de voto, o seguinte: «Quanto ao diploma que torna lícita a interrupção voluntária da gravidez (legalizando-a em certos casos e condições), está muito longe de ser a solução adequada para dar resposta à dramática situação vivida pelas mulheres portuguesas. De todos os sistemas consagrados nas diversas legislações, este é o mais restritivo. De todas as situações em que o aborto deve encontrar justificação legal, esta lei só contempla um reduzido número de situações especiais e continua a considerar crime a interrupção voluntária da gravidez por razões sociais, económicas e pessoais.» Sim. A vida veio provar que tínhamos razão.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sim. O tratamento como criminosas das mulheres que recorrem ao aborto, empurradas para a clandestinidade, é um dos principais problemas das mulheres portuguesas e é um dos principais problemas da nossa sociedade.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Existe hoje, nesta Câmara, uma maioria de partidos e de Deputados claramente favorável à despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Esta é uma realidade saída das últimas eleições legislativas.

Por isso, consideramos errada uma solução, como a que propõem o PS e o Bloco de Esquerda, de recurso ao referendo. Ela significa continuar a dar à direita o poder de bloquear os indispensáveis avanços nesta matéria, mesmo agora que está finalmente em minoria. Não pomos em dúvida que o PS e o Bloco de Esquerda, que agora propõem o referendo, têm uma opção de defesa da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Mas esta opção pelo referendo responsabiliza-os pelo que acontecer, no futuro, nesta matéria.

Há, hoje, condições políticas para resolver este problema como nunca houve ao nível dos vários órgãos intervenientes e não sabemos se se manterão no futuro. Desperdiçá-las agora é comprometer o futuro.

Nem se diga que terá de se realizar um referendo por ter havido um outro. A justificação apresentada pelo PS de que o faz por «escrúpulo democrático» não colhe. Aliás, andou bem longe o escrúpulo democrático quando, em 1998, o Partido Socialista, após a aprovação na generalidade, na Assembleia da República, de um projecto de despenalização, cedeu às pretensões da direita, aceitando convocar um referendo, o que se traduziu numa desautorização e menorização do Parlamento e das suas competências, que agora se pretende repetir.

Aplausos do PCP.

Aceitar a indispensabilidade de um novo referendo significa adoptar a errada concepção de que com a realização de um referendo, mesmo sem resultado vinculativo, a Assembleia se autolimita definitivamente em relação à sua competência para legislar sobre a matéria.

Isto não é aceitável em matéria de despenalização da IVG nem em qualquer outra. Sempre o afirmámos e, aliás, não estivemos sós. O próprio Bloco de Esquerda afirmava, no preâmbulo do seu projecto de despenalização na VIII Legislatura, «… a Assembleia da República tem toda a legitimidade para legislar porque o referendo não teve consequência legal, e, mesmo que a tivesse, o início de uma nova legislatura atribui-lhe toda a competência».

Pela nossa parte, respeitamos todos os que genuinamente defenderam a via do referendo convencidos de que era o caminho possível para a despenalização. Sabemos que muitos acreditaram que a apresentação de uma iniciativa popular de referendo teria a capacidade de obrigar a maioria de direita à sua convocação, o que, na verdade, não acontecia, podendo a direita chumbar, afinal, o projecto de referendo da mesma forma que as iniciativas de despenalização, como de resto veio a acontecer.

Na prática, esse caminho, como na altura afirmámos, traduziu-se num descomprometimento político com a aprovação imediata da despenalização assim que houvesse maioria parlamentar para tal, como o debate de hoje aliás comprova.

A situação é hoje tanto mais grave quanto é incerto se e quando haverá referendo, para além do seu resultado concreto. Os últimos desenvolvimentos nesta matéria demonstram bem como esta opção significa um adiamento da resolução do problema — não se sabe para quando e em que condições. Aparentemente, em Julho, não estarão reunidas as condições consideradas necessárias pelo Presidente da República.

Impensável seria a solução, que vai pairando por aí, de realizar um eventual referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez em simultâneo com outro referendo e com as eleições autárquicas. Daí para a frente tudo é incerto, até tendo em conta a aproximação de eleições presidenciais.

Este debate será desta forma uma oportunidade perdida. Certamente, para alguns passará a ser possível dizer que a questão foi colocada em discussão, que fizeram o que tinham de fazer. Mas a verdade é que as opções que hoje aqui se tomarem responsabilizarão quem as tomar, pelas suas consequências.

Pela nossa parte, continuamos coerentemente a manter a nossa posição. A Assembleia da República tem toda a legitimidade para despenalizar a interrupção voluntária da gravidez, existindo hoje uma maioria política favorável a essa posição.

Em Março de 2004, com o agendamento potestativo do projecto de lei do PCP, realizou-se um debate que foi importante para confrontar a direita com a sua própria hipocrisia, para reafirmar a competência do Parlamento para proceder à despenalização da IVG, visível no facto de, tal como hoje, se votarem primeiro os projectos de despenalização e só depois os de referendo, e para procurar a máxima convergência das forças que defendem a despenalização, com vista a abrir caminho a

uma solução para esta questão assim que elas tivessem a maioria na Assembleia da República. Era isso que na nossa opinião devia estar hoje a acontecer.

Alguém disse, neste debate, que este é o penúltimo dia em que se debate esta questão, mas podia ser o último. Sendo este o penúltimo dia em que se debate esta questão, não sabemos quando será o último e em que condições virá. Apoiaremos nestas votações e neste debate todas as iniciativas de despenalização apresentadas, independentemente desta ou daquela discordância em relação a aspectos do seu conteúdo e de não termos, nalguns casos, reciprocidade de voto favorável. Desta forma, demonstramos a nossa inequívoca vontade de contribuir para uma solução de despenalização da IVG como prioridade da acção desta Assembleia da República. Mas não podemos apoiar a via referendária que adia mais uma vez a resolução do problema. Se houver referendo lá estaremos, como no anterior, na primeira linha do combate pela despenalização. Mas perante o drama de milhares de mulheres, preferimos inequivocamente o cedo ao tarde e o certo ao incerto.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Aproximamo-nos do final do debate sobre as iniciativas legislativas e rapidamente podemos verificar que, da parte da direita, tivemos os argumentos que já estávamos habituados a ouvir, sendo um deles sobre a similitude da lei portuguesa com a lei espanhola. Ora, em qualquer debate, durante todos estes anos na Assembleia da República, foi sempre demonstrada, até à exaustão, a diferente aplicabilidade da lei portuguesa e da lei espanhola. Além disso, apesar do sábio concurso da Sr.ª Deputada Zita Seabra, as leis são efectivamente diferentes.

Aplausos do Sr. Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Nesse aspecto, não «levou a carta a Garcia» porque as leis são efectivamente diferentes. A verdade é que os casos de Maia, Setúbal, Aveiro, todos eles são a aplicação da lei...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — O problema não é da lei!

O **Orador**: — … e não vemos julgamentos em Espanha. Vemos, pelo contrário, as mulheres portuguesas em Espanha.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Exactamente!

O **Orador**: — Portanto, se há alguém que vem aqui referir-se a códigos, a valores morais, perguntando pela aplicação da lei no Serviço Nacional de Saúde, deveria, em primeiro lugar, por sensibilidade e por respeito a essas mulheres, interrogar-se por que razão estão a caminho de Espanha. Sr.ª Deputada Zita Seabra, não estamos em Espanha, estamos em Portugal. E esses valores e essas sensibilidades são referenciadas à nossa comunidade, ao nosso espaço colectivo. Portanto, esse argumento, que a Dr.ª Leonor Beleza e tantas outras Deputadas do PSD esgrimiram até à exaustão, está, efectivamente, exausto e hoje assistimos a uma repetição de argumentos absolutamente estafados, que não se verificam na prática e que não levam a lugar nenhum.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Da parte do CDS e do PSD temos o argumento de que é «gato escondido com rabo de fora». Na realidade, é até às 10 ou 12 semanas, mas, não, é até às 16 semanas. É absolutamente extraordinário que duas bancadas, dois partidos, não tenham entendido a imensíssima diferença entre ser por decisão da mulher ou ser sem decisão exclusiva da mulher, ou seja, a decisão da mulher sem ser mediada por

terceiros, sem parecer médico, sem comités de ética, por decisão da mulher até às 10 ou 12 semanas.

É extraordinário que não tenham reparado na diferença fundamental que é a livre e autodecisão, a autodeterminação da mulher.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Não repararam nisso? É absolutamente extraordinário! Qual é a vossa escala de valores? Qual é a vossa escala de direitos? Querem pôr um sinal de igualdade numa situação de interrupção da gravidez por mal formação do feto ou por perigo de vida da mulher e noutra que é independente de quaisquer que sejam as circunstâncias, alegando que deseja fazer uma interrupção voluntária da gravidez?! Ora, é disso que se trata e de nada mais!

Porém, ficámos aqui a saber que o vosso argumento «corveta» para o referendo é o de baralhar as pessoas.

Risos do BE.

É, mais uma vez, espezinhar os direitos das mulheres e a capacidade de decisão da mulher.

Aplausos do BE e do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Entendemos que esta Assembleia da República tem competência para legislar sem ser necessária uma via referendária. Não é disso que se trata. Entendemos também, e desde há muito, que não haveria outra forma de virar esta página, e talvez venha a ser a forma mais eficaz, a não ser pela realização de um referendo. Entendemos, como outros grupos parlamentares, que isso não diminui a capacidade da Assembleia da República. Mas quero recordar que, ainda há poucos meses todas as bancadas deste lado do Hemiciclo votaram a favor de um referendo através de uma iniciativa popular.

Aplausos do Sr. Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Portanto, em termos de coerência política, todos temos o nosso percurso, todos temos o nosso caminho, e ele está claramente identificado aos olhos de todos.

O Bloco de Esquerda não quer fazer a punição da bancada *A* ou da bancada *B*. O Bloco de Esquerda quer resolver este problema, criar condições na sociedade portuguesa para que ele seja efectivamente resolvido, não para fazer recriminações ou penalizações de quem quer que seja. Nesse aspecto, só nos poderemos admirar com a incoerência da direita que, há poucos meses, neste Parlamento, tendo a maioria, não deixou que se exercesse o veredicto democrático. Hoje, já lhe interessa, com manobras dilatórias, prolongar para o «dia de S. Nunca» a realização de um referendo. Aí a coerência vale o que vale. Pela nossa parte, manter-nos-emos nesta linha de defesa.

E, Sr.ª Deputada Zita Seabra, temos muita honra e muito orgulho em ser «o pessoal das manif.».

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, vamos entrar no período de votações.

Antes de mais, vamos proceder à verificação do quórum, utilizando o cartão electrónico.

Pausa.

Srs. Deputados, registam-se 185 presenças, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Vamos então votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 1/X — Interrupção voluntária da gravidez
(PCP).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP, votos a favor do
PCP, do BE e de Os Verdes e abstenções de 10 Deputados do PSD.

Vamos agora votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 6/X — Despenalização da interrupção voluntária
da gravidez (Os Verdes).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP, votos a favor do
PCP, do BE e de Os Verdes e abstenções de 7 Deputados do PSD.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 12/X — Despenalização da interrupção voluntária da gravidez (BE).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do CDS-PP e de 4 Deputados do PS, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e abstenções do PS e de 7 Deputados do PSD.

Srs. Deputados, vamos, agora, proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 19/X —
Exclusão da ilicitude de casos de interrupção voluntária de gravidez (PS).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes e de 4
Deputados do PSD, votos contra do PSD, do CDS-PP e de 4 Deputados do PS e abstenções de 1 Deputado do PS e de 1 Deputado do PSD.

Srs. Deputados, este projecto de lei baixa à 1.ª Comissão.

A Sr.ª **Isabel Santos** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Isabel Santos** (PS): — Sr. Presidente, para comunicar que, juntamente com um grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentarei na Mesa uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada. Tem três dias para o fazer.

A Sr.ª **Ana Manso** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Ana Manso** (PSD): — Sr. Presidente, também para comunicar que, juntamente com um grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, apresentarei na Mesa uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada. Como já afirmei, tem três dias para o fazer.

O Sr. **Luís Braga da Cruz** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Luís Braga da Cruz** (PS): — Também para anunciar que apresentarei na Mesa uma declaração de voto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado. Como já disse anteriormente, o Sr. Deputado, bem como todos os demais que queiram apresentar, por escrito, declarações de voto junto da Mesa, tem três dias para o fazer.

Srs. Deputados, vamos, então, passar ao segundo ponto da ordem do dia, a discussão conjunta dos projectos de resolução n.os 7/X — Propõe a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez (BE) e 9/X — Propõe a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez realizada nas primeiras 10 semanas (PS).

Para apresentar o projecto de resolução n.º 7/X, do BE, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Pinto.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projecto de resolução que o Bloco de Esquerda apresenta propõe a descriminalização do aborto realizado a pedido da mulher até às 12 semanas de gravidez. Mas, ao referir expressamente que o aborto se realiza em estabelecimento legal de saúde, este projecto de resolução não pode ter outra conclusão que não seja o assentimento simultâneo do povo português à descriminalização e despenalização do aborto nestes termos. Não queremos apenas acabar com os julgamentos, queremos acabar com o aborto clandestino, visto que esta é uma matéria de direitos e, simultaneamente, de saúde pública.

Aplausos do BE.

Despenalizar sem descriminalizar ou descriminalizar sem despenalizar são as hipóteses da hipocrisia. A pergunta proposta pelos projectos de resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista é justa, oportuna, adequada, clara e concisa.

O Bloco de Esquerda quer ajudar a virar uma página da história do nosso país, mas sabemos que há muita gente que só quer deixar de se sentir incomodada com os julgamentos. Nós não! Queremos mesmo acabar com os julgamentos!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Nós, realmente, queremos combater o flagelo do aborto clandestino. Queremos que o Serviço Nacional de Saúde receba as mulheres que não têm meios nem apoios para irem a Espanha, Inglaterra e a toda a Europa civilizada. É necessário, por isso, mudar a lei e chegar a uma nova etapa de modernidade e respeito pelos direitos das mulheres. E esta mudança não pode ficar sustentada apenas numa maioria conjuntural na Assembleia da República. É preciso que fique decidida por muitos anos e pelo povo.

O que hoje aqui está em causa não é somente fazer um referendo por já ter havido um outro referendo, mas, sim, realizar um referendo para vencer de vez. A esquerda e todos aqueles e aquelas que defendem a despenalização do aborto têm de ter uma legitimidade superior à que é invocada pelos conservadores. Não queremos meias vitórias ou vitórias provisórias. Queremos vitórias e conquistas declaradas! Incerto seria um resultado fruto de uma maioria conjuntural na Assembleia da República. Resultado certo é um veredicto do povo português.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Não discutimos legitimidades formais. Somos mais ambiciosas e ambiciosos: queremos a legitimidade política. Contesta-se a urgência deste referendo, dizendo que ele corresponde à urgência do Bloco de Esquerda. Urgência do Bloco de Esquerda ou urgência da sociedade? A direita bloqueou a sociedade portuguesa nestes aspectos ao longo dos últimos sete anos. Repito: sete anos! Já há anos que se devia ter realizado um novo referendo. Há um ano, a direita podia ter aceite a realização do referendo, mas não o fez. Estava em maioria neste Parlamento e não o aprovou por uma lógica de poder que, permitam-me dizer-vos, só envergonha o PSD. Agora, querem continuar a adiá-lo, deixando tudo na mesma. À espera de quê?! De mais um adiamento?! Que autoridade têm, senhores Deputados do PSD e do CDS-PP, para dizerem que o referendo é convocado à pressa?

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — Toda!

A **Oradora**: — Os senhores, que fazem de Portugal o único país da Europa que passa pela vergonha dos julgamentos de mulheres?! Os senhores, que falharam todas as oportunidades durante anos?! Os senhores, que foram penalizados nas urnas quando o problema do aborto foi discutido por todo o País?!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — E o que é que disse o País?!

A **Oradora**: — Os senhores, que tiveram imensa pressa em pôr um vaso de guerra no mar para impedir a entrada de um pequeno barco?!

Aplausos do BE.

Os senhores, que tiveram imensa pressa na orientação da política criminal e em dar apoio à investigação judiciária sobre a prática de aborto?! Os senhores, que tiveram imensa pressa em impedir a generalização da educação sexual e imensa pressa em ser contra a contracepção de emergência?! Hoje em dia, a vossa é a pressa do nunca e, se possível, de depois do nunca!

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora**: — O Dr. Marques Mendes, líder do Partido Social Democrata, na continuidade «barrosista», assume-se muito incomodado com a situação das mulheres, mas opta pela ameaça de impedir o referendo europeu só para adiar, adiar, adiar, o referendo do aborto. É o PSD no seu melhor!... É o PSD onde estão só cinco mulheres numa bancada de 75 Deputados. É o PSD que despreza as mulheres em função dos seus jogos de poder.

Aplausos do BE.

Protestos do PSD.

É um PSD contra a democracia. É um PSD que é tanto contra os direitos das mulheres que chega mesmo a ameaçar impedir um referendo europeu. É um PSD tanto contra a democracia que, não contente em fazer chantagem no Parlamento, se arroga a condicionar a decisão do Sr. Presidente da República. Afinal de contas, o que vale a abstenção do PSD nesta votação sobre a convocação do referendo? Exactamente a mesma coisa que o voto contrário do CDS-PP! Não há coligação, mas ganharam o vício de estarem encostados ao CDS-PP.

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora**: — O CDS-PP aparece-nos hoje numa posição completamente irresponsável. Embora contestemos as posições antidespenalização que relevam da invasão ilegítima do Estado nos direitos individuais, podíamos, pelo menos, reconhecer coerência ao CDS-PP. Contudo, com a proposta de alteração que ontem apresentou e que hoje retomou, já nem se percebe se o CDS-PP é contra a despenalização do aborto ou se é a favor da despenalização até às 16 semanas. É, no que diz respeito aos direitos das pessoas que sofrem, um artifício intelectualmente desonesto, impróprio de um partido responsável e mais próximo da chicana política.

É claro que o CDS-PP, em cuja bancada também só se senta uma mulher, não percebe o que é a decisão única, total e irreversível da mulher e por isso baralha as questões. Não percebe porque está contra as mulheres. Não percebe a diferença que existe entre ser uma mulher a decidir, em circunstâncias difíceis, mas por ela mesma, e ter de solicitar a interrupção até às 16 semanas, onde já não é só ela a decidir. É por isso que o CDS-PP não percebe a pergunta do referendo. É por isso que continua refém de todos os fantasmas dos «Deputados Morgados» do passado, simplesmente porque não entende que as mulheres possam decidir.

Aplausos do BE.

Ironia das ironias: aquilo que está nos projectos de lei relativamente às condições psíquicas e socioeconómicas é que nos pode aproximar da lei espanhola, que alguns Deputados do PSD tanto reclamaram mas que nunca cumpriram. Talvez isto explique o facto de a Dr.ª Leonor Beleza, que sempre afirmou que a lei portuguesa era similar à lei espanhola, ter dito publicamente que não fará campanha pelo «Não» no referendo. Porquê, Srs. Deputados do PSD e do CDS-PP? Porquê ela, que foi a destacada porta-voz da campanha pelo «Não» no anterior referendo? Seguramente, pelo balanço desastroso deste problema de saúde pública.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Seguramente, pela ineficiência do governo das direitas, que todos os problemas agravou, nomeadamente o do excursionismo humilhante das mulheres para abortar em Espanha. Seguramente, porque não tiveram pressa em resolver problema algum. Seguramente, porque envergonharam as figuras morais da direita. Seguramente, porque se envolveram com movimentos do fundamentalismo religioso.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Seguramente, porque a lucidez de uma Dr.ª Leonor Beleza foi, ao longo dos últimos anos, ofuscada pelo fanatismo dos que querem continuar a perseguir as mulheres.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Deus nos livre e guarde!

A **Oradora**: — Sr.as e Srs. Deputados, a proposta de alteração do CDS-PP é um episódio triste e desclassificado, revelador de uma liderança em desnorte. Num dia, mandam retratos para um lado, no outro, propõem a despenalização do aborto até às 16 semanas. Não podia haver melhor prova de que esta direita não traz qualquer solução responsável no plano da vida das pessoas e, sobretudo, de que manipula os valores de que se diz portadora. Esta direita até envergonha as pessoas da direita!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Quando é a senhora quem o diz…

A **Oradora**: — Sr.as e Srs. Deputados, a consciência não depende das estações do ano. O sofrimento e a humilhação já foram muitos. A indiferença já castigou demais as mulheres e o povo português. Soubemos sempre que a batalha do referendo é uma batalha difícil. Cá estamos para que, mais cedo do que tarde, tudo se resolva.

O processo que temos diante de nós pode ter complicações suplementares que continuadamente as portuguesas e os portugueses julgarão. Uma coisa é certa: as mulheres não vivem estados de «necessidade desculpante» e não precisam de suspensões provisórias de um pseudocrime que tenham cometido.

Aplausos do BE.

A única verdade, depois de tanta luta e de todos os argumentos terem sido esgrimidos, é que os poderes são provisórios e estão em estado de necessidade culpante. Sr.as e Srs. Deputados: É essa a vossa responsabilidade. É a responsabilidade do Parlamento. É a vossa decisão que conta, sobretudo quando se sabe que existe liberdade de voto sobre os projectos de lei em discussão. E, no entanto, à direita parece não haver liberdade de voto sobre o referendo. É estranho! Como é que se pode defender a liberdade de consciência na votação do projecto de lei e não defender a liberdade de voto na questão do referendo?

Seja como for, nenhuma Sr.ª Deputada e nenhum Sr. Deputado está inibido da sua livre decisão neste Parlamento. A única diferença entre a liberdade de decisão e o voto realmente assumido é a diferença que existe entre a recta consciência e a vergonha de cada um e de cada uma.

Aplausos do BE.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Sobre o «crime do aborto» já aqui se ouviram os mais diversos argumentos. Já assistimos até a espectaculares mudanças de posição.

Mas continua a haver «crime de aborto» quando uma mulher se sente obrigada, dentro de um prazo razoável, a recorrer à interrupção voluntária da gravidez.

Tenho pena que a Sr.ª Deputada Zita Seabra já não esteja na Sala, mas não resisto a dizer…

A Sr.ª **Zita Seabra** (PSD): — Estou, sim!

A **Oradora**: — Peço desculpa. Não tinha reparado.

Não resisto a dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que V. Ex.ª não compreendeu os projectos do Partido Socialista que foram apresentados. Terá tido, talvez, um problema de interpretação quando se referiu às restrições impostas pelo projecto de 1998 em relação ao projecto apresentado em 1997. É que, Sr.ª Deputada, o projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista em 1997 era mais amplo do que o de 1998, pois previa a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas. Já o de 1998 permitia, assim como o de hoje, essa mesma despenalização mas apenas até às 10 semanas de gravidez. Por isso mesmo, não resisto a dizer-lhe que não percebeu mesmo o que está em causa. Há 20 anos tinha um entendimento. Hoje tem outro. Quem sabe se amanhã não melhorará e não nos dará razão?

Aplausos do PS.

Por isso mesmo, como a Sr.ª Deputada disse em 1984, «Contra o aborto somos todos nós. Mas é bem sabido que não é possível acabar com o flagelo do aborto clandestino sem a legalização da interrupção voluntária da gravidez.» Estas eram as suas palavras em 1984. Podemos concluir, portanto, que foi uma vergonha o que disse sobre o projecto do Partido Socialista! O que nos disse não foi sério e foi desonesto política e intelectualmente!

Aplausos do PS.

Nunca ninguém poderá saber quantas vidas de mulheres teriam sido salvas se, nessas circunstâncias, pudesse ter havido interrupções voluntárias de gravidez clinicamente acompanhadas e em condições de segurança e higiene. Nunca ninguém poderá saber quantos sofrimentos e mazelas físicas e psíquicas de mulheres, muitas vezes jovens, que ficam para a vida, se teriam evitado se tivéssemos a lei equilibrada que por sucessivas vezes não se conseguiu ter.

Mas já todos ouvimos essas histórias incómodas e terríveis a propósito de uma ou outra pessoa, num ou outro momento. Talvez este incómodo não seja, aliás, estranho ao clima em que estes debates sempre ocorrem. Talvez não seja estranho a dúvidas e hesitações de última hora. Talvez não seja estranho a algumas fugas para a retaguarda, para o lado ou em frente.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Mas este incómodo tem de ser vencido, já, pelo modo mais adequado: a transformação do quadro legal da interrupção voluntária da gravidez, para que deixem de continuar a grassar os casos de aborto clandestino, uma realidade assustadora no nosso país e que nos envergonha enquanto europeus.

É isso que o PS, hoje, aqui propõe ao Parlamento: que se dê o primeiro passo para acabar com um ordenamento jurídico retrógrado e iníquo.

Ao fazê-lo, Sr.as e Srs. Deputados, estamos a honrar o compromisso que assumimos com os portugueses e que claramente expusemos em devido tempo, e estamos a honrá-lo no único *timing* consentâneo com a premência da situação: o da máxima urgência. Mas estamos a honrá-lo também com o respeito integral e escrupuloso pela história deste processo político que tornou necessária a realização de um novo referendo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Honrar um compromisso porquê? Porque os Srs. Deputados das diversas bancadas podem ter as mais diversas opiniões sobre o problema penal do aborto, não podem é, de boa fé, ter dúvidas em relação ao Partido Socialista, ao seu Secretário-Geral e à plataforma política com que se apresentou nas últimas eleições legislativas, a qual expressamente previa o compromisso com a resolução da questão da interrupção voluntária da gravidez.

Não somos dos que dizem uma coisa em campanha para fazer o oposto na semana seguinte. Aqui estamos, a honrar os nossos compromissos, e um dos que mais

sensíveis é este! Resolver esta questão é, pois, para o Partido Socialista, um imperativo político, uma responsabilidade, uma exigência de todos aqueles que confiaram e confiam no PS.

Sabemos bem o que dissemos aos portugueses que faríamos. Todos os órgãos de soberania sabem como os portugueses votaram, incluindo neste ponto. Os Deputados do PS aqui estão a honrar o seu compromisso. Que cada um ao seu nível faça o mesmo e a questão será resolvida!

Aplausos do PS.

É que, Srs. Deputados, até nas bancadas da direita há quem esteja de acordo connosco.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — E na sua também há!

A **Oradora**: — Por isso mesmo, permitam-lhes que abram a boca e se juntem ao Partido Socialista nesta defesa. Alguns grupos parlamentares entendem que esta questão deveria ser regulada sem recurso ao referendo. Juridicamente, podia sê-lo. Mas não pode, agora, politicamente ser assim. Porque o referendo nacional de Junho de 1998, não tendo sido constitucionalmente vinculativo, foi-o política e eticamente porque assim foi consensualmente interpretado à época.

A lei sempre puniu com prisão a interrupção voluntária da gravidez realizada até à 10.ª semana, punição cujo fim queremos propor aos portugueses.

Há sete anos ouvimos muitas vezes dizer que a perseguição judicial das mulheres tinha caído em desuso. E até parecia ser assim. Quantas pessoas não terão ficado em casa, em vez de votar, confiando nesse desuso da lei? Mas desde então ela foi re-usada. Há investigação criminal do tema; há métodos de investigação policial humilhantes. há a afectação de recursos à investigação da prática dos alegados crimes.

Agora, periodicamente, algumas dessas mulheres passam do aborto clandestino para o banco do hospital e deste para o banco dos réus. Agora mesmo, no meu distrito, o de Setúbal, há mulheres a serem julgadas, expostas na praça pública às vicissitudes penosas dos processos-crime, apenas porque o infortúnio lhes bateu duas vezes à porta, a segunda vez sob a forma de uma investigação criminal.

As injustiças e os sofrimentos provocados pelo quadro legalmente fixado chocam crescentemente a opinião pública. Agora ninguém pode dizer que não vale a pena mexer na lei porque ela não é aplicada.

O início de uma legislatura é um bom momento para tratar de compromissos urgentes. Se, como julgo, há hoje uma maioria pela não criminalização, não se justifica nem mais um julgamento, nem mais um aborto clandestino em condições sub-humanas.

Em matéria de referendos, a direita costuma ser malabarista habilidosa. Atrai a opinião pública para as coisas laterais, para evitar que se decida sobre as principais.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — É esse o estatuto da querela das «prioridades». Não há hierarquia de prioridades. Há dois referendos urgentes! Nenhum deve impedir o outro. Tratam de questões tão diferentes entre si! Este não deve ser amanhã. Deveria ter sido ontem, Srs. Deputados! Poderia ter sido no ano passado, se o CDS não tivesse arrastado o PSD para o populismo, na defunta coligação Portas-Barroso-Santana, que até o PSD já enterrou.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A necessidade do referendo impõe-se não por desresponsabilização da Assembleia da República mas, sim, por ser necessário voltar

a ouvir, como em 1998, as portuguesas e os portugueses, num debate sério mas sereno, num debate profundo sobre este mesmo tema.

O Partido Socialista reafirma, hoje como no passado, que é importante realizar um novo referendo, não para nos desresponsabilizarmos mas para envolver toda a sociedade. Sete anos volvidos desde a realização do referendo nacional, o flagelo social do aborto persiste em Portugal.

São muitos anos, inúmeras as investigações criminais, muitos os julgamentos, muitas as injustiças cometidas sobre quem recorreu à prática do aborto.

Mas o debate desta resolução é ainda mais singelo do que tudo isto, Srs. Deputados. Quantos de nós estão prontos a deixar os portugueses decidir já, por eles, esta questão, e quantos os querem impedir?

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Porquê? Alguém tem medo de um próximo referendo?!

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — O PS não! E desafiamos os que acham que a maioria dos portugueses pensam como eles e não como nós a que não se entretenham em jogos na secretaria e a que não tentem esperar pela mudança do árbitro, a que ousem dar a palavra aos portugueses.

Não acho que a esmagadora maioria das mulheres que abortam se orgulhem de ter de o fazer, mas não as quero duplamente humilhadas.

É por isso que o PS, coerente com o passado, consciente da dura realidade de Portugal, propõe para referendo uma e só uma questão: «Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras 10 semanas de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?».

Aplausos do PS.

É, pois, esta, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a iniciativa ora em apreciação. É exactamente a mesma que apresentámos no debate de 4 de Março de 2004.

O Partido Socialista entende dever ouvir os portugueses sobre a mesma matéria. Exactamente a mesma!

Repito: «Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras 10 semanas de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?».

Mas, não nos enganemos, o problema hoje é maior porque cada dia que passa há todos os casos que havia no dia anterior e os que se lhe somam.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A questão premente é a de saber se uma mulher que recorre à interrupção voluntária da gravidez deve ser presa ou não. É por isso que a questão deve ser vista sob o ponto de vista jurídico.

Está em causa uma alteração à lei penal. Para lá da consciência, das convicções religiosas, das concepções ideológicas de cada um, o que está em causa é saber se continuará a ser crime a prática do aborto. Não está em causa o incentivo à sua prática.

Hoje, quem disser às mulheres portuguesas que não são julgadas por terem abortado, mente! As mulheres sabem-no muito bem.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Estou de acordo!

A **Oradora**: — Um dia a menos na vida do actual artigo 142.º do Código Penal é um dia a mais no caminho para a resolução do problema do aborto clandestino em condições de saúde precárias.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Então, façam o referendo, para haver muitos dias a mais!

A **Oradora**: — É esta a nossa urgência, é este o nosso calendário: o da resolução de problemas reais! Ao votar agora esta resolução, o Parlamento está a dizer aos portugueses que confia neles. A nossa missão começa a ser cumprida.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça, ouvimos aqui, designadamente na primeira parte do debate de hoje, várias intervenções de Deputados do Partido Socialista manifestando a sua disposição de despenalizarem a interrupção voluntária da gravidez, alertando para a urgência dessa despenalização e para as graves consequências que decorrem do facto de essa despenalização não se realizar.

A consequência lógica de todas estas intervenções era que, efectivamente, a Assembleia da República aprovasse uma lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, aprovando os projectos de lei que foram apresentados com esse objectivo.

Acontece que este desfecho lógico não é aquele que os senhores querem seguir. Os senhores preferem remeter a questão para um referendo. Isto é, como disse há pouco o meu camarada Bernardino Soares, querem trocar o certo pelo incerto.

Portanto, a Assembleia da República tem uma maioria favorável à despenalização, tem uma maioria favorável para decidir, mas os senhores entendem que a decisão da Assembleia da República deve ser não decidir, e deve ser remeter a questão para um referendo.

Poderão dizer que o PCP, na última legislatura, votou favoravelmente a realização de um referendo.

Simplesmente havia uma diferença: é que, nessa altura, havia uma maioria dos partidos de direita nesta Assembleia,…

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — … que já tinham afirmado peremptoriamente que não iam aceitar qualquer alteração à lei na legislatura que então decorria.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Ora, a maioria agora é outra! Para os senhores, a diferença pode ser pouca, nós entendemos que a diferença deveria ser muita.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas a questão que quero colocar à Sr.ª Deputada é esta: e se não houver referendo? Isto porque, para já, não se sabe quando vai haver referendo, pois essa decisão não depende da Assembleia da República. Assim, primeira pergunta: quanto tempo é que os senhores querem esperar, até à realização do referendo, para tomar alguma medida de despenalização? E, se não houver referendo, qual vai ser a atitude do Partido Socialista? Vai esperar? Vai deixar que acabe a Legislatura sem aprovar qualquer iniciativa? Gostaria que respondesse a estas questões.

Já agora, quero anunciar que, se for aprovada a decisão de realizar o referendo, o PCP vai tornar a apresentar o projecto de lei que visa a suspensão dos processos que tenham sido instaurados até que se conclua o processo legislativo.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Gostaria de saber, muito claramente, qual vai ser a disponibilidade do Partido Socialista para aprovar esse projecto de lei.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Porque, Sr.ª Deputada, o que nos anima não é tirar uma qualquer desforra do referendo de 1998. O que nos anima é resolver este gravíssimo problema

de saúde pública e este gravíssimo problema que impende, infelizmente, ainda hoje, sobre as mulheres portuguesas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça, por falar em mudanças de posições, gostaria de relembrar e fazer, até, uma citação do então Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, falando em nome da bancada do Partido Socialista, num debate justamente sobre a interrupção voluntária da gravidez, onde referiu o seguinte: «A bancada parlamentar do PS, fazendo uso dos poderes que a Constituição lhe concede, legitimada pelo mandato democrático dos seus Deputados, não foge a assumir perante o País as suas responsabilidades». Mas dizia mais: «É preciso dizer com clareza ao País que, nesta Sala, por detrás da exigência do referendo, esconde-se uma única preocupação verdadeira: empatar, empatar, empatar».

Ora bem, foi pouco tempo depois que o Partido Socialista fez um «acordo de bastidores» com o PSD, ainda em 1998: interromperam o processo legislativo que estava em curso na Assembleia da República e decidiram pela realização de um referendo.

Portanto, Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça, esta questão podia de facto já estar resolvida (tem toda a razão!), por via da Assembleia da República!

E o que acontece é que, agora, passadas mais umas quantas legislaturas, esta Assembleia da República tem toda a oportunidade, a composição necessária na sua nova correlação de forças, para resolver a questão por via parlamentar.

A questão é a de saber se há ou não urgência na alteração à actual lei. Há! Porque há mulheres a fazer aborto clandestino em Portugal, porque há mulheres sentadas no banco dos réus a serem julgadas pelo facto de terem feito aborto.

Quanto à urgência, nós, Os Verdes, não temos dúvidas absolutamente nenhumas, mas achamos que outros têm algumas dúvidas.

Sr.ª Deputada, quase que me sinto legitimada a retirar uma conclusão: o Partido Socialista não tem uma verdadeira determinação para resolver esta matéria, porque, de outra forma, poderia fazê-lo na Assembleia da República.

Mas ainda encontro outro argumento. Não percebo este silêncio do Partido Socialista relativamente à própria data que propõe para o referendo, porque isso de dizer que é muito urgente é o mesmo que não dizer nada! O que é isso de urgente?! É antes do Verão?! É a seguir ao Verão?! É em 2005?! É em 2006?! O que é isso?!

Queria que a Sr.ª Deputada me esclarecesse, se pudesse, até para saber se vão acabar por ceder à chantagem do PSD relativamente a esta matéria, se vão fazer debates atrás de debates sobre o aborto, o Tratado Constitucional da União Europeia e as eleições autárquicas, tudo à mistura! É preciso perceber quais são as verdadeiras intenções do Partido Socialista.

Sr.ª Deputada, quero ainda colocar-lhe uma última questão, e sinto-me legitimada a colocar-lha porque considero que esta matéria do referendo ao aborto é uma matéria desejavelmente não referendária, porque os direitos não se referendam, dão-se às pessoas, e nós aqui, na Assembleia da República, temos essa responsabilidade.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — A realização do referendo tem dois cenários possíveis: o «sim» e o «não». Portanto, gostava de saber o seguinte — e é evidente que só lhe posso fazer esta pergunta se o referendo não for vinculativo: perante estes cenários, quais são os

compromissos assumidos pelo Partido Socialista? Isto se o referendo se realizar, como, aliás, lembrou, e bem, o Sr. Deputado António Filipe.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados António Filipe e Heloísa Apolónia, creio que as questões que me colocaram se resumem no essencial ao mesmo e, por isso, permitam-me que, com toda a serenidade, esclareça duas questões.

A primeira é que o Partido Socialista assumiu um compromisso com os portugueses aquando da campanha eleitoral.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — E esse compromisso foi o de colocar na agenda política, o mais breve possível, a questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — A segunda é que este compromisso deve ser resolvido por via de referendo, aliás, fiéis àquilo que foi um compromisso consensualmente assumido por todos nós neste Parlamento…

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Eles não são fixos!

A **Oradora**: — … de que, apesar do referendo de 1998 não ter sido jurídica e constitucionalmente vinculativo, ele era, foi e tem sido política e eticamente vinculativo…

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não, não!

A **Oradora**: — … para a acção política de todos nós.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — A Sr.ª Deputada disse isso, mas não é verdade!

A **Oradora**: — Sr.ª Deputada Odete Santos, permita-me que responda aos seus colegas de bancada. Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, a Assembleia da República não foge às suas responsabilidades. E o facto é que o Partido Socialista, se estivesse a fugir às suas responsabilidades, não estava hoje a assumir com os portugueses aquilo que assumiu no passado, isto é, que era necessário voltar a haver um referendo, e por isso mesmo apresentámos uma proposta nesse sentido.

Por outro lado, Srs. Deputados Heloísa Apolónia e António Filipe, temos a máxima urgência em que este referendo se realize e até achamos, como eu disse daquela tribuna, que ele devia ter sido realizado «ontem».

Mas há uma coisa que nos honra, enquanto Deputados do Partido Socialista eleitos nesta Legislatura, é que assumimos e honramos o nosso compromisso e, por isso, aprovaremos hoje, aqui, nesta Assembleia, a proposta de resolução para a realização do referendo.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Passam a «batata quente» para outros!

A **Oradora**: — Assim saibam todos os órgãos de soberania respeitar aquilo que são as suas responsabilidades.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Têm alguma coisa contra o Presidente da República?!

A **Oradora**: — A responsabilidade do Partido Socialista está aqui, começou a ser cumprida hoje, Sr.ª Deputada. Também sou das que defendem a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. Por isso mesmo, Sr.ª Deputada, acho que não estamos nem a empatar nem a fugir às nossas responsabilidades, antes estamos, com

verdadeira determinação, a honrar os nossos compromissos eleitorais, os nossos compromissos de Governo e os nossos compromissos de Legislatura.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

Chamo-lhe, desde já, a atenção para o tempo de que dispõe, pois apenas lhe poderei dar uma pequena tolerância porque é autor de um projecto de substituição ao projecto de resolução do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os projectos de lei estão votados, por isso o que agora está em causa é o referendo, tendo o CDS-PP apresentado uma proposta de alteração ao projecto de resolução do Partido Socialista, que decorre do muito respeito pelas funções que competem a este órgão de soberania, que devem ser exercidas com verdade e em obediência à lei e à Constituição. Pretende o CDS três coisas: em primeiro lugar, evitar um vexame para o Parlamento, que, de outra forma, estará a violar conscientemente a Constituição;…

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — … em segundo lugar, evitar uma incomodidade para o Sr. Presidente da República, que, para além do mais, é douto jurista, a quem cumpre zelar pelo cumprimento da Constituição; e, em terceiro lugar, evitar uma violência para o Tribunal Constitucional, que não poderá decidir contra aquela que é a Lei Fundamental.

Será também o resultado da votação da nossa proposta um teste à tão apregoada tolerância do Partido Socialista. E não falamos sequer apenas da tolerância política, porque essa até que é desejável, falamos de outro tipo de tolerância, a tolerância com a ilegalidade que, se esta proposta não for aprovada, o PS estará a demonstrar. E porque é que a estará a demonstrar? Diz a Constituição que a pergunta a colocar em referendo tem de ser com referência ao projecto de lei que lhe está na base e ser objectiva, clara e precisa.

Mas, então, comparemos: no projecto de lei que apresentou o PS afirma que pretende despenalizar o aborto, só que a pergunta que quer colocar aos portugueses é sobre a descriminalização do aborto, coisa completamente diferente;…

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — … no projecto de lei o Partido Socialista afirma que pretende aprovar o aborto até aos quatro meses e, designadamente, por razões económicas, já a pergunta que quer colocar aos portugueses é sobre o aborto apenas até aos dois meses e meio, omitindo até completamente as razões de natureza económica que neste debate nem sequer seriam puramente despiciendas. Ou seja, o projecto de resolução nada tem a ver com o projecto de lei, e isso a Constituição não consente. É um logro!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — E maioria, neste caso, reflecte teimosia, o que também não é aceitável.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Afirmamos, mais uma vez, que não queremos voltar a ter razão antes do tempo. Já a tivemos há meses, quando conseguimos antever a inconstitucionalidade da pergunta sobre o Tratado Constitucional Europeu que o Partido Socialista quis impor. O Tribunal Constitucional deu-nos razão,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente. Como dizia, o Tribunal Constitucional deu-nos razão, e hoje o Partido Socialista adoptou como sua a proposta de há meses

do CDS-PP. Fica-lhes bem. Mas não queremos voltar a ter razão, mais ainda quando o que está em causa é demasiado sério e não admite qualquer batota.

É tudo isto que está em causa na nossa proposta de alteração. Não se trata de um proposta de resolução sobre o referendo, mas sim do respeito pela verdade, caso esse referendo venha a ser, como parece, uma inevitabilidade.

Todos os portugueses têm o direito de saber que a pergunta que lhes é colocada reflecte o regime jurídico que o Partido Socialista pretende ver entrar em vigor. E se não o estiver a fazer, se não o permitir, então estará a fazer batota em relação aos portugueses e estará, neste próprio debate, a travar uma discussão que, só por isso, nem sequer pode ser séria.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PS, no seu projecto de resolução, apresenta uma pergunta parecida com a que formulou no referendo realizado em 1998. Parecida no carácter capcioso e errada naquilo em que inova. À semelhança do que então ocorreu, persiste uma reserva mental, a nosso ver inaceitável politicamente. De diferente tem a errada confusão entre despenalização e descriminalização, erro que, se não for corrigido, põe em causa, a nosso ver, a própria correcção legal de todo o processo, colocando em crise o respeito pelo artigo 4.º da Lei Orgânica do Referendo.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Não é verdade!

O **Orador**: — Mas não é só. Como refere com meridiana clareza o relatório aprovado por unanimidade na 1.ª Comissão, de resto da autoria das Sr.as Deputadas Maria de Belém Roseira e Ana Catarina Mendonça, são duas as alterações que o projecto de lei do Partido Socialista propõe à lei: a despenalização, e não a descriminalização, do aborto realizado nas primeiras 10 semanas de gravidez e o alargamento do prazo para o aborto terapêutico das 12 para as 16 semanas de gravidez, à qual acrescenta como fundamento razões de natureza económica ou social.

Ora, se são duas, confessadamente, as alterações à lei que se propõe fazer, devem ser duas as perguntas a colocar aos portugueses.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Isso é que era sério!

O **Orador**: — Não o fazer para, depois, à socapa, introduzir na lei alterações essenciais que deliberadamente se subtraíram à decisão referendária não é sério nem eticamente defensável.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Já em 1998 o Sr. Presidente da República afirmou que entendia deverem ser referendadas as alterações que se quisessem fazer à lei do aborto. Dirão uns que, não sendo o referendo à lei do aborto juridicamente obrigatório, também não há a obrigatoriedade de perguntar tudo o que nela se pretende alterar. Mas para aqueles que entendem que matérias como esta não devem ser mexidas sem a pronúncia de todos é insustentável a habilidade de «mostrar uma mão e levar o ouro nas duas»,…

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — … ainda por cima, neste caso, com a imensa gravidade de se estar a pretender estender até ao 4.º mês de gravidez a realização do aborto fundado em meras razões económicas ou sociais. Como cidadãos, Sr.as e Srs. Deputados, cada um terá sobre esta matéria a posição que a sua consciência lhe apontar, mas como

Deputados todos percebemos que esta proposta traz «gato escondido com o rabo de fora», é um embuste que não dignifica quem a subscreve.

Aplausos do PSD.

Sei que existe nesta Câmara uma maioria que deseja favorecer estas alterações legislativas — as votações que acabámos de fazer comprovam-no. Quero acreditar, no entanto, que ninguém nessa maioria se envergonha daquilo que pensa ou quer esconder aquilo que propõe.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — É nesse sentido que formulo aqui a sugestão aos autores para conformarem a proposta de referendo, com objectividade, clareza e precisão, a que acrescento seriedade, às alterações legislativas que preconizam,…

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Seriedade não tiveram vocês durante anos!

O **Orador**: — … e, então, terão de ser duas, e não uma, as perguntas a formular.

Quem quer mudar a lei por estar convencido de que essa é a vontade maioritária da sociedade portuguesa não deve ter medo de mostrar as suas verdadeiras intenções e de aceitar, depois, a decisão dessa
mesma sociedade.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Exactamente!

O **Orador**: — É isso o que se exige à maioria no debate que hoje aqui travamos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate tem de ser muito clarificador. Clarificador ao ponto de os portugueses perceberem o que estamos, de facto, aqui a fazer. Olhemos para este Parlamento: há seis grupos parlamentares. De entre eles, o PSD e o PP não defendem a alteração da actual lei penal no que respeita à regulação das condições em que pode ser praticada a interrupção voluntária da gravidez a pedido da mulher, enquanto Os Verdes, o BE, o PCP e o PS assumem que querem alterar a actual legislação, no sentido de despenalizar a interrupção voluntária da gravidez a pedido da mulher. Significa isto que numa Câmara composta por 230 Deputados, eleitos em Fevereiro último, cerca de 140 são favoráveis à alteração da lei, o que corresponde a uma larga maioria de Deputados. Temos, pois, todas as condições para resolver um problema com o qual a sociedade portuguesa, e particularmente as mulheres, se confrontam e que diz respeito à sua própria dignidade como mulheres, o problema
que decorre de uma lei, que só tem tido como consequência o fomento do aborto clandestino, associado, ainda por cima, à prossecução de políticas que têm promovido a pobreza e o julgamento de mulheres que se sentam no banco dos réus, apontadas como criminosas, para as quais a lei remete um destino – a prisão —, que só não tem resultado insistentemente nessa pena, porque o processo judicial se vai sustentando em falta de provas. Está visto, então, que o problema decorre da lei.

O PSD e o PP convivem bem com esta lei, mas, a bem dizer, não a querem ver aplicada integralmente e não conseguem passar dessa incongruência. Ou seja, querem que o aborto a pedido da mulher nas primeiras semanas continue a constituir um crime, mas nunca ouvi nenhum dos Deputados destes partidos afirmar que querem ver na prisão as mulheres que praticam aborto, como a lei prevê. São partidos que convivem bem com a incoerência, mas isso já todos sabemos. Pois não é destes partidos que costuma vir a

preocupação discursiva absoluta com as famílias e que depois, em termos de medidas concretas, quando estiveram no governo e formaram maioria absoluta neste Parlamento, o que fizeram foi dificultar a vida às famílias?!

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Entretanto, é importante também não desvirtuar aquilo que estamos a discutir. Dizia um Sr. Deputado do PP ainda há pouco que o seu partido é contra a liberalização total do aborto. Pois não é isso que está em causa, não é disso que se trata. Do que se trata é de o despenalizar em certas condições específicas, a pedido da mulher e nas primeiras semanas de gravidez.

Depois, foi também — já agora permitam-me este aparte — extremamente interessante ouvir a Sr.ª

Deputada do PSD mandar grandes rabecadas ao próprio PSD, quando disse que os governos deveriam flexibilizar a interpretação da lei. Mas que grande «descasca» que ela mandou para o próprio PSD, que até há pouco tempo esteve no governo! Mas que grande «descasca» para o PSD ao essa Sr.ª Deputada ter referido que se deveria dar uma urgente prioridade às questões da educação sexual e do planeamento familiar! Sem dúvida que a própria lei de 1984, que ainda há pouco aqui se referia, não está implementada por culpa dos sucessivos governos!

Sr.as e Srs. Deputados, temos de ser consequentes. Uma mulher que pratica um aborto não é uma criminosa, logo a lei que criminaliza o aborto e pune com prisão a mulher que aborta tem de ser alterada.

Passemos, então, para a postura das forças políticas que defendem a alteração da lei.

O PS, no seu compromisso eleitoral, refere expressamente: «O País assistiu a uma sucessão de julgamentos de mulheres pelo crime de aborto, que confrontaram a nossa sociedade com uma lei obsoleta e injusta.» E diz ainda que «a despenalização da IVG é uma inadiável exigência de justiça e dignidade para as mulheres». Mas a este compromisso já lá vamos.

Perante estas afirmações, claras e peremptórias, o que se esperaria em termos de responsabilidade política era que o PS assumisse que vai alterar a lei. Ora, se assume que há uma tamanha injustiça inscrita na lei, como não aplicar uma medida certeira que se traduza numa lei justa e adequada, ainda por cima quando no Parlamento há uma maioria claríssima favorável à despenalização da IVG? Mas não, o PS defende a realização de um novo referendo.

Valerá, porventura, a pena relembrar algumas afirmações feitas em nome do PS no debate de 1998, que, aliás, já tive aqui oportunidade de recordar.

Ao apresentar o projecto de alteração da legislação reguladora da IVG, referia nessa altura o então

Deputado Sérgio Sousa Pinto: «A bancada parlamentar do PS, fazendo uso dos poderes que a Constituição lhe concede, legitimada pelo mandato democrático dos seus Deputados, não foge a assumir perante o País as suas responsabilidades». Dizia mais: «A ninguém, e muito menos ao legislador, é consentido virar as costas à realidade» (do aborto clandestino). E dizia ainda: «É preciso dizer com clareza ao País que, nesta Sala, por trás da exigência do referendo, esconde-se uma única preocupação verdadeira: empatar, empatar, empatar.» Eis senão quando, depois de aprovado o seu próprio projecto de lei, em 1998, o PS interrompeu o processo legislativo que estava a decorrer no Parlamento e acordou com o PSD a realização de um referendo, demitindo-se daquela responsabilidade que tinha assumido e cedendo ao PSD no «empatar, empatar, empatar». O referendo, realizado em 28 de Junho de 1998, teve o resultado que teve: não foi vinculativo, na medida em que só 39,1% dos eleitores inscritos se pronunciaram; o «não» atingiu uma percentagem, de entre os

votantes, de 50,9% e o «sim» uma percentagem de 49,1% — uma percentagem mínima de diferença, portanto. Passaram sete anos. O PS, e agora também o BE, vêm propor a realização de um novo referendo, vêm propor que a Assembleia da República deixe de assumir a sua responsabilidade imperativa de pôr termo a uma lei hipócrita e que se realize um novo referendo.

Quanto a esta proposta, «Os Verdes» têm de realçar dois aspectos: em primeiro lugar, a Assembleia da República tem toda a legitimidade para alterar a legislação, sem recurso a referendo — estamos perante uma lei hipócrita, promotora de um problema de saúde pública gravíssimo, como o aborto clandestino, que não se compadece com mais demoras para ser alterada. Em segundo lugar, «Os Verdes» consideram que, acima de tudo, não estamos perante uma questão desejavelmente referendável; estamos no âmbito de uma questão que, como sempre se afirma, é uma opção do foro íntimo de cada um. E só pode ser uma questão do foro íntimo e da consciência de cada um se a lei permitir essa opção. A actual lei não a permite; a actual lei empurra as mulheres para o aborto clandestino, não assistido.

A atribuição de direitos não é para Os Verdes matéria desejavelmente referendável; não o é a atribuição de justiça pela lei. E é justamente por considerarmos assim que consideramos ter legitimidade para questionar: mediante o resultado do referendo, qual será o futuro do processo legislativo, aqui, no Parlamento? E, quando se propõe um referendo, tem de se ter em conta que o resultado pode ser «sim» ou «não».

Que compromissos assumem o PS e o BE? Que garantias temos, para além disto, da própria realização do referendo? E, a realizar-se, para quando? Esta será ou não uma matéria sujeita a prioridade? O Partido Socialista não o diz. Será realizado quando? Será cedida ao PSD a realização do referendo «para as calendas»? O PS disse aqui, na resposta da Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça, que assumiu na campanha eleitoral o compromisso do referendo. Mas também assumiu o compromisso de alterar a lei. Isto está inscrito no Programa do Partido Socialista. Vamos lá a ver, então, se vão cumprir esta segunda parte do vosso compromisso, quando dizem claramente que a despenalização da IVG é uma inadiável exigência de justiça e de dignidade para as mulheres. O vosso compromisso de alteração da lei foi assumido na campanha eleitoral!

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Nunca, antes, este Parlamento teve tão propícias condições para pôr termo a uma lei hipócrita que criminaliza as mulheres que fazem um aborto. Nunca, como antes, este Parlamento teve condições para resolver esta questão de uma vez por todas, para pôr termo ao drama do aborto clandestino, para não permitir mais humilhação das mulheres que se têm sentado no banco dos réus por terem feito um aborto. Nunca, como antes, este Parlamento teve condições para pôr termo ao crime que, na verdade, está é na lei.

A preocupação decorre do facto de, ainda assim, os partidos que sempre têm defendido a inalteração da lei, mesmo estando em minoria, conseguirem os seus propósitos: «empatar, empatar e empatar» a resolução do problema. Somos contra este referendo. Estamos, hoje, a perder uma oportunidade para que a Assembleia da República assuma as suas responsabilidades.

Olhem para a realidade que temos lá fora e resolvam os problemas, Srs. Deputados do PS! Esta, sim, seria uma medida certeira, uma medida que poderia resolver o drama que muitas e muitas mulheres portuguesas encontram na lei e que este Estado lhes oferece e que quando não têm meios para recorrer a outro Estado sujeitam-se ao crime que a lei portuguesa lhes oferece: o aborto clandestino e o banco dos réus, porque ninguém garantirá hoje que os métodos contraceptivos são 100% seguros, porque há mulheres que não têm acesso ao planeamento familiar. E, quanto à

educação sexual, nem se fala: ao contrário daquilo que o PSD pensa, mas nada fez, basta para tanto lembrar que somos, com a Inglaterra, o País que maior número de mães adolescentes tem. As mulheres têm direito a viver plenamente a sua vida sexual e, quando o desejarem, a terem uma maternidade feliz.

A opção do PS e do BE é a realização do referendo. Nós, Os Verdes, queremos demarcar-nos claramente desta posição. Trata-se de uma oportunidade de ouro que perdemos de aprovar a despenalização da IVG e de resolver o problema, hoje, dia 20 de Abril de 2005, em que há mulheres a praticar aborto clandestino e mulheres sentadas no banco dos réus, a serem julgadas pelo facto de o terem cometido. Vamos ver quando se realizará esse referendo e se se realizará. O «sim» de que as mulheres portuguesas precisam podia ter sido conseguido hoje, sem mais delongas. Esse era o desejo de Os Verdes, esse foi o compromisso eleitoral que assumimos.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e da Deputada do BE Ana Drago.

O Sr. **Presidente**: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.ª **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Socialista votou contra os projectos de lei que não estavam acompanhados de projectos de resolução atinentes à realização de um referendo, porque o objectivo essencial do Partido Socialista é o de aprovar a realização de um referendo.

Risos do Deputado do CDS-PP Nuno Teixeira de Melo.

Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, à bancada do CDS-PP pede-se, ao menos, a cortesia de me escutar tranquilamente. O nosso compromisso político é o de realizar um referendo que permita ouvir as portuguesas e os portugueses.

O PS afirmou também a sua disponibilidade para alterar, em sede de especialidade, o projecto de lei que hoje aqui aprovámos apenas na generalidade.

O Partido Socialista considera que a realidade do aborto clandestino é uma questão grave, importante e que diz respeito a homens e a mulheres. Não se trata apenas de uma questão de mulheres, mas de uma questão de sociedade. O Partido Socialista, como quase todos, considera que o aborto não deve ser promovido. O Partido Socialista, como quase todos, considera que a interrupção voluntária da gravidez não é um método de planeamento familiar. O Partido Socialista, como quase todos, defende o direito à objecção de consciência dos profissionais de saúde envolvidos, e é por isso que não há nenhum Ministro da Saúde que seja ou possa ser pessoalmente responsabilizado por aquilo que os profissionais de saúde, legitimamente, e de acordo com o seu estatuto deontológico, se podem recusar a fazer.

O Partido Socialista, como quase todos, considera que devem ser combatidas as causas que levam as mulheres a encontrar como única saída, ainda que a mais indesejada, para uma situação complicada a interrupção da sua gravidez.

O Partido Socialista, enquanto esteve no governo, criou todas as condições para que o planeamento familiar se expandisse e a educação sexual fosse uma realidade.

O Partido Socialista alargou a rede de escolas promotoras de saúde de nove para 700, porque considera que é absolutamente essencial alargar a informação e as opções conscientes em função daquilo que são as realidades legislativas do País.

Mas o Partido Socialista, no Governo novamente, também considera que o combate às causas é essencial, e por isso elegeu, como primeira prioridade política, o combate ao desemprego, à pobreza e ao abandono escolar.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Mas o combate às causas, Sr.as e Srs. Deputados, por mais eficaz que seja, não impede que haja casos nem que haja mulheres que são atiradas para o aborto clandestino em condições graves de risco para a sua vida e a sua saúde…

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — … e que, sendo atiradas para este recurso, sustentem situações de abuso de posição dominante e de criminalidade que, esta sim, deve ser combatida, porque explora as fraquezas das pessoas.

E é porque ao longo de anos de debate sobre esta matéria todos dizem que «não querem as mulheres na prisão» que, então, todos devemos criar as condições, definitivas e não apenas provisórias, para que isso seja possível.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — É por isso que propomos a realização de um referendo que promova um debate aberto e esclarecedor sobre esta matéria. E aproveito para rejeitar as invocações de embuste, de falta de seriedade, que, aliás, considero que não têm sido aceites na prática parlamentar nem são próprias do nosso debate parlamentar,…

Aplausos do PS.

… um debate aberto e esclarecedor que permita uma votação consciente em função das opiniões de cada um. Podem existir — e existem — opiniões muito divergentes sobre a questão de fundo, ou seja, a de saber se a interrupção voluntária de gravidez deve ser despenalizada ou descriminalizada, mas não haverá, por certo, razão para votar contra uma consulta às portuguesas e aos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Que sejam eles a decidir, de forma vinculativa, em coerência com a sua vida pública e também privada, de acordo com a sua consciência, como se exige em democracia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira
Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, gostaria de fazer notar uma declaração da Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira: a de que o PS chumbou os projectos de lei que não vinham acompanhados de projecto de resolução dado que o objectivo fundamental do PS é o de realizar um referendo.

Assinalo que, finalmente, o PS reconhece de forma expressa que o seu objectivo fundamental não é o de resolver o problema do aborto clandestino mas, antes, «lavando as mãos como Pilatos»,…

Protestos do PS.

… o de adiar, empatar a questão, quando tem nas mãos a possibilidade de a resolver, remetendo para o referendo.

O Sr. **António Galamba** (PS): — Em 1998 não o ouvi em lado nenhum!

O **Orador**: — Gostaria de saber se existe a figura regimental do projecto de lei acompanhado de projecto de resolução ou se o que disse é meramente um pretexto para chumbar todos os outros projectos de lei. E faço notar que, abstendo-se, o PS conseguiu também, na prática, chumbar o projecto de lei do Bloco de Esquerda, que por sinal também vinha acompanhado de projecto resolução, se bem que eu não conheça essa figura. Será que essa figura que invocou foi só um mero pretexto para o PS rejeitar todos os projectos de lei e impedir que eles baixassem à respectiva comissão parlamentar e pudessem ser tidos em conta no encontro de uma única proposta comum que viesse a ser aprovada nesta Assembleia?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira.

Como já não dispõe de tempo, ser-lhe-á concedido apenas 1 minuto.

A Sr.ª **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, gostava de dizer-lhe que o Partido Socialista se comprometeu, durante a campanha eleitoral, a realizar um referendo e também a lutar pela aprovação desse referendo, relativamente à questão a colocar aos portugueses. O Partido Socialista não é um partido incoerente, não é um partido que diga uma coisa e faça outra.

Risos do PSD.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Nem sempre é assim!

A **Oradora**: — O que o Partido Socialista fez foi afirmar que, numa primeira parte, se comprometia a realizar um referendo e que, numa segunda parte – que o Sr. Deputado omitiu, distorcendo, como é óbvio, os objectivos do Partido Socialista –, nesse referendo se comprometia a fazer campanha pelo «sim».

Mas, mais: o facto de o nosso projecto de lei ter sido votado apenas na generalidade,…

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.ª Deputada.

A **Oradora**: — … o que significa que o Partido Socialista está disponível para o rever na especialidade, não impede o Sr. Deputado de apresentar todas as sugestões de alteração que, em seu entender, contemplem a posição de Os Verdes. Depois, em votação, será definida qual a redacção final desse mesmo projecto de lei.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Até agora, neste debate, tratámos dois tipos de questões, das substanciais e das de procedimento. Ambas são extraordinariamente importantes e merecem a atenção do debate plural da Assembleia da República.

Podemos perguntar, e certamente muitos do que aqui estão se perguntam, por que razão é que na

questão essencial, na questão dos direitos, do respeito pela Constituição e pela civilização, se confronta a maioria desta Assembleia com uma direita tão resistente e tão renitente. Mais ainda: por que é que temos em Portugal a única direita da Europa que quer manter inscrita na Lei Fundamental da República a ameaça da prisão contra as mulheres que tenham decidido abortar?

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — Talvez tenhamos de ir buscar a resposta muito atrás. No Código Civil do Visconde de Seabra dizia-se sobre as mulheres o seguinte: «Não podem ser testemunhas os estrangeiros, as mulheres, os que não estiverem em seu juízo, os surdos, os mudos, os cegos e os que são incapazes».

Depois disto, os Códigos Penais de 1852 e de 1886 impuseram às mulheres uma pena de prisão de 2 a 8 anos, porque consideravam que o aborto era um homicídio. Claro que, durante toda a ditadura, as direitas mantiveram a mesma ideia persecutória sobre as mulheres, mas chegámos à democracia e em 1983 manteve-se o mesmo ponto de vista. É esta a tradição, de séculos de hostilidade e de desprezo para com as mulheres, que junta este fundo das direitas que querem manter Portugal como o único País da Europa que põe na lei que as mulheres são julgadas e condenadas à prisão e que leva a cabo julgamentos deste tipo.

Vozes do BE: — É verdade!

O **Orador**: — Hoje, uma Sr.ª Deputada do PSD veio invocar razões novas. Queria lembrar-lhe que houve uma Deputada comunista, em 1984, que colocou à Câmara o seguinte problema — essa Deputada

chamava-se Zita Seabra…

Vozes do PSD: — Chama-se!

O **Orador**: — Dizia essa Deputada: «Recebi uma carta que dizia o seguinte: 'trabalho a dias para sustentar cinco filhos e um marido alcoólico no desemprego. À sexta gravidez fiz um aborto, porque acho que os meus filhos já passam fome, solidão e miséria'.». E perguntava a Deputada comunista Zita Seabra: «A carta está aqui. Devemos mandar prender esta mulher, Srs. Deputados?» Essa é a pergunta a que temos de continuar a responder. E a sua resposta, Sr.ª Deputada, é a de que sim, devemos prender essa mulher.

Aplausos do BE e do PS.

A nossa resposta é não, nunca, em nenhum caso! Em nome do respeito, não mandamos prender essa mulher! Mais ainda: nessa altura, a Deputada, hoje do PSD, ontem comunista, lembrava ao seu partido de hoje que o programa do PSD defendia a despenalização do aborto — defendeu-a nos anos 70 e 80. E o Primeiro-Ministro Mota Pinto, social-democrata, trouxe a esta Assembleia uma proposta de revisão do Código Penal legalizando o aborto em circunstâncias idênticas às que agora estamos a discutir. Que vergonha defender agora as cores de um partido contra as razões que não mudaram! Continua a ser verdade que o PSD defendeu a despenalização do aborto e mudou de posição! Continua a ser verdade que Mota Pinto teve a coragem de tomar uma posição e que o PSD, hoje, não é capaz!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — É verdade!

O **Orador**: — E é por isso que se junta uma espécie de coro de «Diáconos Remédios» em torno deste aspecto fundamental: tem de continuar a prisão! Disse-nos um Deputado do CDS-PP que ele próprio pensava que não se deviam prender as mulheres. Grande novidade! Então, Sr. Deputado, por que é que, não querendo a prisão das mulheres, não propõem uma alteração à lei?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque não é preciso.

O **Orador**: — Mas que seriedade é esta? Não querendo a prisão das mulheres – e eu acredito que não queira –, por que é que quer que ela esteja na lei, que a lei imponha a possibilidade de prisão? Mas, é claro, do «partido corveta» nós podemos esperar sempre as maiores surpresas.

Aplausos do BE e da Deputada do PS Sónia Fertuzinhos.

Aliás, a novidade de hoje é que o CDS-PP se faz marcar neste debate por uma proposta de alteração que introduz um referendo para a legalização do aborto até às 16 semanas. Curiosa situação! O CDS, no seu arroubo de radicalismo, quer levar-nos agora até uma posição que ninguém defendeu nesta Assembleia.

Vozes do CDS-PP: — Que ninguém defendeu?

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Até o PS!

O **Orador**: — Gostaria, aliás, de vos citar um jovem dirigente de direita, que foi presidente do CDS-PP muito mais tarde, que entretanto mudou de opinião, como é seu legítimo direito, que nos dizia, há 20 anos atrás, o seguinte: «Há um tom *cro-magnon* com que a questão do aborto tem sido tratada entre nós. Só por referência lembre-se, por exemplo, que em França foi uma liberal, assumida como tal, da maioria giscardiana, a senhora Simone Weil, quem, contra os mais conservadores e os mais ortodoxos, impôs a lei do aborto».

A Sr.ª **Zita Seabra** (PSD): — E muito bem!

O **Orador**: — «Lá, os socialistas não tiveram dúvidas. Giscard, líder da maioria, não interferiu. Quer isto dizer, uma vez mais, que somos subdesenvolvidos; e que, no caso, andamos atrasados, à direita e à esquerda». O Dr. Paulo Portas pensava assim. Já não pensa, tem o direito de não pensar.

Protestos do Deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares.

Mas esta é a plataforma que estamos aqui a discutir. O que estamos aqui a discutir é a «lei Simone
Weil», uma lei moderada, sensata, que tem o apoio da grande maioria dos portugueses, porque a grande maioria dos portugueses e das portugueses não admite que continue esta vergonha da prisão da mulheres!

Vozes do CDS-PP: — Mas quem é que falou em prisão?

O **Orador**: — E resta, finalmente, um conjunto de questões de procedimento. Surgiram quatro argumentos contra o referendo.

Primeiro argumento: choca com o referendo europeu – argumento Marques Mendes. Errado! O referendo europeu pode realizar-se em Outubro, se o Governo impuser a sua proposta, como em qualquer momento do ano de 2006, porque ele só tem valor legal no final de 2006, quando todos os países europeus concluírem esse processo. Esse referendo exige uma revisão constitucional, o referendo sobre o aborto não exige e, em contrapartida, está em estado de urgência devido à existência dos julgamentos. Podemos fazer um, como temos de fazer o outro, e sobre ele temos de decidir, não havendo nenhuma inversão de prioridades nesta matéria. Segundo argumento: o de que temos pouco tempo. Sr.as e Srs. Deputados, há 7 anos que se discute este referendo, há 7 anos que ele é discutido em todos os processos eleitorais, e neste, que acabámos e que se concluiu com a derrota esmagadora das direitas, houve uma maioria extraordinária a favor de todos os partidos que o inscreveram no seu programa e que o disseram na campanha, porque não esconderam qual era a sua posição.

Terceiro argumento: o das 10 e das 16 semanas. Se os Srs. Deputados quisessem ter a seriedade de ler o projecto de lei que aprovámos há pouco, na generalidade, veriam que há toda a diferença entre a decisão livre da mulher durante as primeiras 10 semanas e a outra condição em que, sob a tutela e a decisão de um médico, em condições de perigo de morte e grave ou duradoura lesão para o corpo e para a saúde física ou psíquica da mulher, ou das suas condições sociais, se permite essa decisão.

Vozes do PSD: — É nova!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É nova ou não!?

O **Orador**: — Quarto argumento: a «questão Marques Guedes» sobre descriminalização e despenalização. Está claro nesta pergunta, como, aliás, já esteve há um ano atrás quando a mesma foi submetida à Assembleia e nenhum argumento foi levantado a este respeito,…

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Foi chumbada!

O **Orador**: — … que a questão da descriminalização liberta o legislador para decidir se considera o
aborto ilícito ou não, ou seja, se considera que deve haver pena ou não.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não sabe do que está a falar! Se não é crime não pode haver pena!

O **Orador**: — E a pergunta responde claramente: não há pena durante as primeiras 10 semanas, porque assim o dizem a lei e o referendo. Estas são as questões sobre as quais temos de decidir. E, naturalmente, em 2005, esta questão tem de ficar decidida. A Assembleia não cumpriria as suas obrigações se procedesse de outra forma e nenhuma circunstância institucional de nenhum tipo pode opor-se a esta decisão livre que deixa aos portugueses a responsabilidade de decidir

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Mas deixo-vos um desafio, Srs. Deputados do PSD. Sugiro mesmo ao Sr. Deputado Marques Mendes a pergunta que pode propor para o próximo referendo, depois de os portugueses terem votado a despenalização e a descriminalização do aborto.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Pensa que é iluminado?

O **Orador**: — Essa pergunta seria: «Quer que a mulher que praticou o aborto durante as primeiras 10 semanas volte a ser julgada e possa ser condenada a 3 anos de prisão?» Essa é a pergunta que vão ter de fazer…

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Coloque-a!

O **Orador**: — … e que a vergonha não vos permite dizer, porque essa é a vossa posição!

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Chegados quase ao fim deste

debate, apetece perguntar quem o terá ganho. Certamente não o ganharam os partidos que defenderam a despenalização, porque as suas propostas foram rejeitadas directamente na Assembleia da República; certamente também não o ganharam os partidos que defenderam a despenalização da IVG através do referendo. Seguramente, as mulheres, hoje, não viram o seu problema resolvido. Quem ganhou este debate foi novamente a força de bloqueio da direita,…

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — É verdade!

O **Orador**: — … que continua a ver a sua posição a vingar. Isto é, a maioria absoluta que, na Legislatura anterior, fez com que nada se alterasse continua, agora em minoria, a ver que essa posição se mantém.

Aplausos da Deputada do PCP Odete Santos.

Porque a diferença, Srs. Deputados, e com respeito por todas as posições nesta matéria, é que a

Assembleia da República pode decidir a despenalização, mas não pode decidir o referendo!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Muito bem! Essa é que é a questão!

O **Orador**: — Essa é a questão fundamental! A nossa perplexidade é que no momento em que há uma maioria que quer decidir pela despenalização do aborto entende não o fazer e propor que se faça uma coisa que não está nas suas mãos: garantir que se realize. É este o problema que temos neste momento!

Aplausos do PCP.

Depois, é preciso terminar este debate dizendo que, passados tantos anos, a direita continua com a suprema hipocrisia de dizer que não quer que as mulheres sejam presas, mas que quer continuar com a lei que as manda para a prisão!

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Esta hipocrisia continua e é uma vergonha…

Aplausos do PCP.

É uma vergonha que, no século XXI, os partidos da direita continuem a ter esta posição.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Nem percebem nada de Direito Penal!

O **Orador**: — É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta questão continuará até que o problema seja resolvido. Pela nossa parte, queremos dizer que lutamos por essa causa desde 1982 e que ninguém levou desta bancada as causas que defendemos nesse ano, em 1984 e em todos os outros momentos. Essas causas continuam e

continuarão no futuro a ser defendidas nesta bancada até que este problema seja resolvido!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos ao fim deste debate.

Entretanto, para uma interpelação à mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, interpelo V. Ex.ª para saber se neste processo legislativo, como é da praxe parlamentar e, do nosso ponto de vista, mais do que isso, obrigação legal, houve audição prévia dos órgãos de governo próprios das regiões autónomas. E interpelo V. Ex.ª até com a propriedade de quem interpela um insular, que certamente reclama o respeito pelos direitos das autonomias. Este é um processo legislativo de âmbito nacional, com alterações ao Código Penal, e não tenho de memória nenhum caso em que se tivesse previsto alterações ao Código Penal que não merecesse a audição prévia dos órgãos de governo regionais.

Também o referendo – se o Partido Comunista quiser ter um pouco de calma e escutar-me – tem carácter nacional e não regional. Solicito, pois, este esclarecimento para que se esta obrigação de audição prévia for devida, como é nosso entendimento, a votação que iremos efectuar não fique prejudicada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, esse pedido não foi efectuado, mas não se afigurou necessário. Além disso, até ao momento, essa questão não foi suscitada por nenhuma das bancadas, nem pela que V. Ex.ª representa.

Tratando-se de legislação de âmbito nacional, que não tem uma incidência específica na região autónoma, mas, sim, uma incidência geral em todo o território nacional, não se afigurou necessário proceder a essa consulta.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, no tocante a esta questão, quero dizer que não estamos a aprovar nenhuma lei mas, sim, um projecto de resolução para a realização de um referendo. Não há, pois, nenhum projecto legislativo em marcha, o que, creio, dispensa a audição prévia dos órgãos de governo próprios das regiões autónomas.

Contudo, Sr. Presidente, o motivo da minha interpelação é o de solicitar a retirada do projecto de resolução do Bloco de Esquerda sobre a realização de um referendo. Entendemos que ele está prejudicado, na medida em que o projecto de lei aprovado não sustenta a pergunta que aqui colocamos à votação.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O do PS também não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o projecto de resolução está retirado.

Para uma nova interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, registamos o esclarecimento de V. Ex.ª, que naturalmente respeitamos, até porque vem de quem vem.

Queremos apenas dizer, para que conste do *Diário* e para lembrança de V. Ex.ª e da Câmara, que os serviços de saúde estão regionalizados e que no projecto de lei aprovado se prevê a criação de centros de apoio familiar, o que, do nosso ponto de vista, para além das razões de incidência penal, justificaria a audição. De todo o modo, Sr. Presidente, deixava apenas esta opinião, para que fique inscrita em *acta*, quanto mais não seja para que a nossa reserva fique registada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Agradeço também o esclarecimento de V. Ex.ª e aproveito para ler o n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, que estipula o seguinte: «Os órgãos de soberania ouvirão sempre, relativamente às questões da sua competência respeitantes às regiões autónomas, os órgãos de governo regional.».

O referendo previsto no projecto de resolução que vai agora ser votado é um acto que não respeita

especificamente às regiões autónomas mas, sim, ao conjunto do País.

Em relação à lei, V. Ex.ª sabe que ela é uma lei geral da República que se compagina depois com o que dispõe a Constituição em matéria de lei geral da República e com os poderes próprios da região em matéria de organização dos serviços de saúde.

Para uma interpelação à mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas lembrar que, na última revisão constitucional, se eliminou a figura da lei geral da República. Portanto, ela não pode ser invocada nesta questão.

Certo é que penso não haver intenção de excluir as regiões autónomas deste referendo e, portanto, o problema pode, efectivamente, ser pertinente.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bem! Tem toda a razão!

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, Srs. Deputados, vamos passar à votação do projecto de resolução n.º 9/X — Propõe a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez realizada nas primeiras 10 semanas (PS).

Penso não ser necessário proceder a uma recontagem electrónica do quórum, mas se algum dos Srs. Deputados o exigir ela será feita.

Uma vez que ninguém o exige, vamos, então, votar o projecto de resolução n.º 9/X.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. **Presidente**: — Pede a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Para uma declaração de voto em nome da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em declaração de voto, queremos deixar bem registada a posição do CDS.

O CDS quis fazer este debate na base da verdade e do respeito pela lei e pela Constituição.

O CDS analisou, com muito cuidado, todas as iniciativas legislativas que estiveram em discussão; o mesmo se diga dos projectos de resolução. E o CDS apresentou uma proposta de alteração ao projecto de resolução que acabámos de votar, relativamente à qual queremos dizer, em sede de declaração de voto, que tivesse o Partido Socialista aceite a nossa proposta e o CDS não se teria oposto à votação do seu projecto, ou seja, à realização do referendo. É que o CDS não tem medo daquela que seja a decisão dos portugueses mas o que também é evidente é que o CDS só aceita esse referendo na base de uma discussão que seja verdadeira e que coloque aos portugueses uma questão que reproduza o que está em causa, isto é, neste caso muito concreto, a despenalização do aborto também por razões de natureza económica até às 16 semanas de gravidez, ou seja, até aos 4 meses.

Tivesse o Partido Socialista, com honestidade e com respeito pela lei e pela verdade, aceite a alteração proposta pelo CDS e a posição do CDS, na votação, teria sido outra, obviamente, conforme a declaração de voto que agora explicitámos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, depreendo também que deixa cair as suas propostas de alteração?

É este, pelo menos, o resultado da sua declaração de voto.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, devo dizer-lhe que, em bom rigor, entendemos que essa votação, por se tratar de uma proposta de alteração, deveria ter sido prévia à votação do próprio projecto de resolução mas, uma vez que a Mesa entendeu submeter logo à votação o projecto, no nosso entender a votação da proposta terá ficado prejudicada, porque, de outra forma, ficaria prejudicada a votação anterior e não poderia, desde logo, no caso de aprovação, fazer-se o referendo, como pretende o Partido Socialista, e na base de uma pergunta, de todo o modo, errada e falaciosa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Registo as palavras de V. Ex.ª, Sr. Deputado, mas sublinho que, sendo uma proposta de substituição, era uma proposta de alteração e, a ser votada, só poderia ser votada depois da votação do projecto de resolução. E a votação do projecto de resolução, na verdade, fez caducar o conteúdo útil da vossa proposta de alteração. Aliás, se procedêssemos de outro modo criaríamos um precedente grave para a possibilidade de os partidos, que não os da maioria, poderem ver votados os seus projectos de resolução nesta Assembleia, porque poderiam vê-los desfigurados em sentido absolutamente contrário. Srs. Deputados, os nossos trabalhos de hoje estão concluídos. A próxima sessão plenária realiza-se amanhã, às 15 horas.

Discursos proferidos no dia 4 de Maio de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 5 de Maio de 2005

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, vou dar-vos conta de uma mensagem de S. Ex.ª o Presidente da República, que é do seguinte teor: «Decidi não convocar o referendo proposto pela Assembleia da República sobre a interrupção voluntária da gravidez porque entendi não estarem asseguradas as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos portugueses.

Com efeito, face aos prazos e limites em vigor no actual quadro jurídico, o referendo que me foi proposto teria de ser obrigatoriamente convocado para um domingo no próximo mês de Julho, ou seja, seria necessariamente realizado numa altura em que muitos portugueses já se encontram de férias. Para tal facto alertei antecipadamente os partidos com representação parlamentar.

Não obstante a importância do referendo enquanto instrumento privilegiado de exercício democrático do poder político, há que reconhecer que, do ponto de vista da participação dos cidadãos, a nossa anterior experiência revelou fragilidades cuja repetição importa prevenir, sob pena de o próprio instituto acabar por ser decisivamente posto em causa.

Acresce que o tema da interrupção voluntária da gravidez foi já objecto de um referendo de muito escassa participação, mas cujo resultado, se bem que não juridicamente vinculativo e com uma votação muito dividida entre o «não» e o «sim», resultou, na prática, num bloqueio legislativo cuja persistência é cada vez mais discutida. Importa, pois, assegurar que a próxima consulta popular sobre a mesma matéria se realize em condições de significativa participação cívica.

De resto, a conveniência de realização de um novo referendo é hoje partilhada por um amplo conjunto das forças políticas representadas na Assembleia da República, pelo que a recusa de convocação de que agora dou conta não deve ser interpretada como rejeição política do conteúdo da proposta que me foi apresentada, mas antes como incentivo à realização do referendo em circunstâncias mais adequadas na perspectiva de uma cidadania activa e participada.

Por último, as dificuldades objectivas que relativamente a esta proposta e à que incide sobre o tratado constitucional europeu tão evidentemente se manifestaram, colocam-nos perante a inadiável necessidade de repensarmos a adequação do conjunto dos prazos e limites circunstanciais, temporais e materiais que, entre nós, envolvem a realização dos referendos. Tendo sido desencadeado um processo de revisão constitucional extraordinária, será essa uma oportunidade excelente para correcção prévia dos requisitos e condicionamentos que se têm revelado mais problemáticos ou desajustados.»

Srs. Deputados, está aberto um período de debate para os partidos que o desejarem se pronunciarem sobre o conteúdo desta mensagem. Cada grupo parlamentar disporá de 2 minutos para o efeito.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Presidente da República decidiu pela não realização do referendo sobre o aborto, considerando que não havia condições objectivas para a sua realização.

Na perspectiva de Os Verdes, a figura do referendo ao aborto está, neste momento, totalmente esgotada.

Por isso, Os Verdes consideram que a Assembleia da República e os seus Deputados têm de assumir as suas responsabilidades e, de uma vez por todas, assumir a alteração à lei penal, por forma a despenalizar a interrupção voluntária da gravidez, a pedido da mulher, nas primeiras semanas de gravidez.

Perante o drama do aborto clandestino em Portugal; perante o drama a que assistimos regularmente nos últimos tempos de mulheres sentadas no banco dos réus por terem optado por fazer um aborto; perante o drama com que o País se confronta, os Deputados têm de assumir a sua responsabilidade. E os portugueses não compreenderiam a teimosia de alguns grupos parlamentares de não assumirem esta responsabilidade.

Assim, Os Verdes consideram que os portugueses não compreenderiam que alguns grupos parlamentares fossem invocando outras invenções, outros mecanismos, de modo a adiar, mais uma vez, a resolução deste problema, como, por exemplo, alguns que já foram anunciados: a possibilidade de reflectirmos sobre o términos e o início de sessões legislativas ou a utilização do processo já aberto de revisão constitucional para encontrar outras possibilidades de realização de referendos não coincidentes com actos eleitorais,…

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, queira concluir.

A **Oradora**: — … especificamente para que se pudesse concretizar este referendo ao aborto.

Os portugueses não compreendem que o Partido Socialista «passe a bola» para o Sr. Presidente da República e não entenda que o Sr. Presidente da República voltou a «passar a bola» para esta Assembleia da República. A leitura que fazemos é que o Sr. Presidente da República foi muito claro: a Assembleia da República tem de resolver este drama do aborto clandestino em Portugal e tem, de uma vez por todas, de alterar a legislação.

Assumamos as nossas responsabilidades, Srs. Deputados!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Sr. Presidente da República recusou a realização do referendo que lhe era proposto pela Assembleia da República, acrescentando que não tem objecção política à iniciativa mas, contudo, acha inadequado que se ele realize num domingo de Julho, previsivelmente no primeiro.

O Bloco de Esquerda respeita a decisão do Sr. Presidente da República, no entanto manifesta veementemente a sua discordância política pelo acto e pela decisão.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Na verdade, o motivo invocado é, a nosso ver, um falso pretexto. Alega o Sr. Presidente da República que no primeiro domingo de Julho há muitos portugueses em férias. Dando de barato que a maioria dos portugueses passa férias na sua residência habitual, o que haveria aqui que averiguar era se haveria uma deslocação anómala de uma parte do eleitorado no período em questão, uma deslocação para fora da sua residência habitual. Ora, isso não se verifica nos primeiros dias de Julho.

Diremos até, ao invés, que durante o mês de Junho, e na sequência do conjunto de feriados e de «pontes», seria até uma altura bastante pior para a mobilização do eleitorado, ou até no período de Outubro, uma altura também de «pontes», pois aí, sim, há uma deslocação muito significativa do eleitorado.

Na verdade, já tivemos actos eleitorais quer em Junho quer em Outubro, próximos dessas «pontes» ou no seu limite, e sempre soubemos lidar com essas dificuldades inerentes à participação dos eleitores.

Temos, por isso, a nosso ver, que o Sr. Presidente da República, quanto a nós erradamente, tomou uma decisão política,…

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — … embora não se pronunciando quanto ao fundo da questão e não enjeitando a possibilidade de um referendo sobre o aborto, deixando uma situação extremamente difícil, para não dizer impossível, para que se realize um referendo sobre a despenalização voluntária da gravidez no limite do seu mandato.

Acerca disto, só podemos manifestar o nosso protesto, criticar a opção assumida pelo Sr. Presidente da República e entender que, nestas circunstâncias, a Assembleia da República tem todas as capacidades e legitimidade para levar o processo legislativo até ao fim. Não poderemos adiar mais, não deveremos adiar mais.

Os partidos que se comprometeram na campanha eleitoral com a realização de um referendo tudo teriam de fazer e tudo fizeram para que ele se realizasse o mais depressa possível. Não podendo ocorrer essa possibilidade, creio, Sr. Presidente e Sr.as e Srs. Deputados, que aqueles que assumiram esses compromissos estão neste momento desobrigados deles e estão, única e simplesmente, obrigados pela sua consciência e pela política necessária para despenalizar o aborto, sem mais adiamentos, sem mais burocracias e sem mais conflitos de competências, que os portugueses, especialmente as portuguesas, jamais entenderiam.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quando, no passado dia 20 de Abril, se discutiram aqui, em Plenário, as várias iniciativas legislativas da esquerda e da extrema esquerda sobre a descriminalização e a despenalização do aborto, o CDS, reiterando o que em conferência de imprensa já dissera dias antes, denunciou uma fraude de uma pergunta que, devendo dirigir-se aos portugueses em referendo, não reproduzia a solução que o Partido Socialista queria aprovar.

Vozes do CDS-PPP: — Muito bem!

O **Orador**: — Dissemos, então, que o PS queria despenalizar o aborto até às 16 semanas, mas que o PS queria perguntar aos portugueses a posição acerca de coisa completamente diferente, ou seja, acerca da descriminalização do aborto e apenas até às 10 semanas.

Recordo como, então, a Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos, desde aquela bancada, nos atacava e violentamente apelidava de «estapafúrdia» a nossa intervenção. E afirmava aqui que a pergunta tinha total coerência com o projecto de lei.

Protestos da Deputada do PS Sónia Fertuzinhos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O **Orador**: — Pois é! A verdade é que, passados dias, o PS lá deixou cair o aborto até às 16 semanas e lá fez, ao menos nessa parte, a coincidência entre a solução legislativa e o que pretendia perguntar aos portugueses.

Aplausos do CDS-PP.

Foi a primeira grande vitória parlamentar do CDS nesta Legislatura, porque se tratou, em bom rigor, de uma questão suscitada pelo CDS, dias antes, em conferência de imprensa.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Que exagero!

O **Orador**: — Mas, muito mais do que isso, foi uma grande vitória de todos aqueles que defendem a vida como princípio de civilização.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE) — Com mulheres na prisão!

O **Orador**: — Antes disto, tínhamos também criticado a forma como o Partido Socialista vinha alterando aquilo que seria a sua normal agenda parlamentar para ceder ao populismo da extrema esquerda, a propósito de um referendo em Julho, contra tudo aquilo que seria razoável.

Dissemos, nessa altura, que, se o problema era o da abstenção, então, o Partido Socialista teria de ser coerente com o que defendera a propósito do referendo ao Tratado Constitucional Europeu. A propósito deste referendo, invocando a questão da abstenção, o Partido Socialista defendeu que ele fosse feito em simultâneo com as eleições autárquicas.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O **Orador**: — E então, dissemos nós, se este era o critério (porque em Julho, mandava a razão, nunca essa abstenção seria combatida com eficácia), fosse o referendo ao aborto, a ser inevitável, cumulado, por exemplo, com as eleições presidenciais. Não nos ouviram!

Verificamos, Sr. Presidente — e termino —, que o Sr. Presidente da República acolheu aquilo que era o essencial da nossa argumentação.

Protestos do Deputado do PCP Bernardino Soares.

Mais uma vez, o Partido Socialista se enganou. Mas, desta vez, o Sr. Presidente da República teve bom senso, teve muito sentido de Estado, e saudamo-lo por isso.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Intervirei com brevidade sobre esta mensagem, uma vez que vamos fazer uma declaração política sobre esta temática, dizendo que se trata de uma decisão que não se pode qualificar de imprevisível, que reconduz a questão aonde, julgamos, ela nunca deveria ter saído, ou seja, à Assembleia da República e à sua competência para legislar sobre esta matéria, e vem confirmar que o caminho seguido, no respeitante à opção de referendo nesta matéria, foi um caminho que trocou o certo pelo incerto e criou dificuldades naquilo que deve ser um objectivo imediato da Assembleia da República e da maioria dos partidos e dos Deputados que defendem a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, isto é, levar por diante esta reforma sem mais subterfúgios. E se isto era verdade a 20 de Abril, é verdade também, e ainda mais, neste momento em que intervimos sobre esta mensagem.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É evidente que o Partido Social Democrata se congratula com esta decisão do Sr. Presidente da República, no sentido de não convocar o referendo sobre o aborto.

Trata-se, a nosso ver, de uma decisão do Sr. Presidente da República que é sensata, acertada, e que vem ao encontro das posições que o Partido Social Democrata defendeu sobre o tema. É uma decisão sensata porque vem pôr algum bom senso sobre a disparatada disputa que se abriu entre a bancada do Partido Socialista e a do Bloco de Esquerda relativamente à agenda de funcionamento desta Casa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — De resto, abriu-se uma disputa disparatada à revelia daquilo que era a agenda política anunciada pelo Governo socialista aquando da sua tomada de posse.

A Sr.ª Zita Seabra (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — É também uma decisão acertada porque, indiscutivelmente, acolhe uma definição clara de prioridades políticas dentro da agenda que temos pela frente em termos de sufrágios, sejam eles eleitorais sejam eles sufrágios referendários.

O Partido Social Democrata foi sempre muito claro relativamente às suas prioridades, o Partido Socialista pareceu, num primeiro momento, ter também clareza nas suas prioridades mas rapidamente descambou para um desvario político que acabou nisto, com prejuízo evidente para quem entende que deve haver um novo referendo sobre o aborto.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Em terceiro lugar, Sr. Presidente, quero afirmar que esta decisão do Sr. Presidente da República vem pôr um ponto final num assunto em que, de uma forma algo incompreensível, um partido maioritário, a reboque de um partido minoritário desta Câmara, se deixou enredar numa querela de agendas políticas,…

Aplausos do PSD.

… criando uma enorme trapalhada que terá até originado problemas e atrasos sérios relativamente à concretização de uma matéria que, manifestamente, merecia ter tido outro tratamento, um tratamento de maior elevação e de maior responsabilidade por parte do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista compreende e respeita a posição do Sr. Presidente da República. Aliás, o Partido Socialista sempre respeitou, hoje como no passado, as decisões e as posições do Sr. Presidente da República.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

Vozes do PSD: — Tem dias!

O **Orador**: — Estamos de acordo com o Sr. Presidente da República quando ele manifesta um conjunto de preocupações que nos levam a concluir que o referendo deve ser feito em condições de participação. E nós iremos tomar a iniciativa da realização desse referendo, em nome do respeito pelos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo e o Partido Socialista foram sufragados pela maioria dos portugueses e assumiram um compromisso perante eles de realizarem o referendo. E vão fazê-lo!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Vão fazê-lo em respeito pelo Programa de Governo, em respeito pelos nossos objectivos, em respeito pela nossa responsabilidade, em respeito pela nossa agenda. Nós não temos as agendas dos outros.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Não há, felizmente para as mulheres portuguesas e para a justiça na sociedade portuguesa, um ponto final nesta matéria. Por isso, no início da próxima sessão legislativa, em 15 de Setembro — como já o dissemos —, apresentaremos um projecto de referendo em termos idênticos àqueles que apresentámos em sede de especialidade, para ser sufragado pelos portugueses.

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

Faremos isto, naturalmente, em 15 de Setembro de 2005, como a Constituição consagra e exige. Está no texto constitucional.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está encerrado este período de reflexão sobre a mensagem do Sr. Presidente da República.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que a pedira, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, interpelo V. Ex.ª no sentido de obter um esclarecimento sobre a organização dos nossos trabalhos.

Temos agendado, para reunião plenária a realizar de amanhã a oito dias, um debate sobre a proposta de lei relativa à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo. Acontece que tal documento é, obviamente, muito importante, é estruturante da política de educação, mas ainda não temos conhecimento do texto dessa proposta apresentada pelo Governo.

Estamos a pouco mais de uma semana deste debate mas não podemos prepará-lo com a antecedência que entendemos ser necessária e, pior ainda, estamos condicionados na apresentação de iniciativas alternativas, porque não conhecemos o alcance da alteração proposta pelo Governo.

O que solicito ao Sr. Presidente, uma vez que foi anunciado já ter a proposta dado entrada na Mesa, é se nos pode ajudar no sentido de termos conhecimento o mais depressa possível da proposta apresentada pelo Governo.

Em segundo lugar, solicito o esclarecimento do Sr. Presidente sobre a interpretação que a Mesa faz do artigo 153.º do Regimento, dizendo-nos nomeadamente qual o prazo que a Mesa vai conferir a todos os grupos parlamentares para apresentarem iniciativas alternativas a serem discutidas nessa quinta-feira, dia 12.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, a proposta de lei deu entrada na Mesa, como foi anunciado no início desta sessão plenária, foi distribuída à comissão competente e aos grupos parlamentares. O prazo para apresentação de propostas de alteração em relação a esta iniciativa é o normal para um debate parlamentar normal. Penso que as propostas de alteração serão acolhidas.

Este debate reveste-se de grande importância para o nosso país e o Sr. Deputado tem ao seu alcance todos os meios regimentais para nele intervir, dispondo também, a partir de agora, do conhecimento oficial da proposta governamental anunciada. Srs. Deputados, vamos, então, passar à parte do debate destinada às declarações políticas.

Para proferir uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Presidente da República comunicou hoje à Assembleia da Republica a sua decisão de não convocar o referendo sobre o aborto, que tinha sido proposto por grande maioria desta Assembleia, com dois grupos parlamentares em oposição, o do CDS e o do PCP. Naturalmente, respeitamos a decisão do Presidente, mas não concordamos com ela. O Presidente, aliás, aceita o princípio do referendo e considera importante e inadiável a alteração da lei, como a sua carta ao Parlamento torna explícito, mas competia-lhe exclusivamente a decisão sobre o momento dessa consulta, para assegurar as melhores condições democráticas. É certo que o facto de o Parlamento ter votado a resolução propondo o referendo somente no dia 20 de Abril, reduziu excessivamente os prazos de consulta ao Tribunal Constitucional para que o referendo se pudesse realizar antes do Verão. E esta é uma responsabilidade exclusiva desta Câmara, em que o atraso de uns e o boicote de outros favoreceram o impasse.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Está, assim, o Parlamento confrontado com a decisão presidencial e forçado, em consequência, a retomar o debate sobre como deve ser alterada a lei que criminaliza e persegue as mulheres que abortam em Portugal.

Começando pelo princípio: alterar ou não a lei é a primeira escolha que devemos fazer e ela opõe profundamente a esquerda e a direita.

A direita finge inocência, alegando que se trata agora de uma mera questão de agenda política. Ora, pelo contrário, o que importa é saber por que é que durante os

últimos sete anos se manteve a situação criminalizadora e a consequente perseguição e humilhação das mulheres, e se queremos ou não acabar com esta vergonha. A direita quer que tudo fique na mesma. Aliás, a direita e a extrema-direita apresentam dois únicos argumentos para manter a lei, um novo e um velho. O argumento novo é de Zita Seabra: a lei portuguesa seria igual à espanhola mas os médicos recusam-se a aplicá-la e é a infinita maldade da polícia e do ministério público que provoca os julgamentos.

Como é curioso ver o PSD agora a usar como argumento, para que o crime fique na lei, que as mulheres podem fazer um aborto quando quiserem, apesar de a lei as condenar a 3 anos de prisão. Registemos, com emoção, este momento único em que o PSD atribui as culpas da lei ao sistema de justiça, que tem por dever aplicar a lei.

O outro argumento, mais velho, é o da extrema-direita, segundo o qual se pode evitar sempre o aborto e, portanto, deve impor-se a ameaça da prisão. Em cada debate, apresentam-nos o que alegam ter sido feito para proteger as mulheres — pura hipocrisia! Já há cinco anos respondia aqui a Deputada Ana Manso, do PSD, a estas alegações. Dizia ela: «Sejamos francos e directos, o problema, no essencial, mantém-se. E tudo isto sucede porque, passado o tempo do referendo, nada de importante foi feito (…)». E concluiu ela: «Nada de essencial foi feito porque também nesta matéria — ou sobretudo nesta matéria — a hipocrisia é mais do que muita».

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Só se combate o aborto clandestino, que vitima muitas mulheres, mudando a lei, como em toda a Europa. Ora, a direita quer manter a lei mas está dividida sobre isso. No PSD, na anterior legislatura, mais de 30 Deputados defenderam a despenalização; no CDS-PP, onde um Deputado, que já não está na Sala, defende que uma mulher violada e que aborte deve ser julgada e presa, também Pires de Lima defende a despenalização. E é porque está dividida que a direita só se unifica na sabotagem legislativa e na chantagem com o objectivo de adiar ao máximo a mudança da lei.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Ora, pelo contrário, a esquerda une-se na necessidade de mudar a lei tão depressa quanto possível. E foi por isso que defendemos, depois do referendo não vinculativo de 1998, que a mudança da lei deveria ser apoiada por uma consulta popular. Nunca concordámos com a ideia de que assim «se trocaria o certo pelo incerto», pois não temos nenhuma dúvida de que uma consulta popular participada determinará a alteração da lei e que a maioria das portuguesas e dos portugueses assim o exige. O referendo é a forma democraticamente mais forte e mais conclusiva para acabar com a vergonha da perseguição às mulheres, e quem tem medo do referendo tem sempre uma posição fraca e temerosa.

Nós não temos medo da maioria; somos a maioria e assim se provará quando houver referendo.

Aplausos do BE.

Mas, porque fizemos tudo para que houvesse referendo e sempre constatámos que o referendo assustou a direita, insistiremos também, agora, na sua realização em tempo útil. Fizemos tudo e não se poderia ter feito mais pela realização do referendo, mas não aceitamos o adiamento para 2007. Nenhum Deputado ou nenhuma Deputada de esquerda pode aceitar o adiamento do referendo para 2007, porque é irresponsável, é desumano e seria uma mentira aos eleitores. O PS comprometeu-se a mudar a lei. Poderá esperar até metade da legislatura para cumprir uma promessa feita aos seus eleitores? A esquerda comprometeu-se com a mudança da lei. Poderemos aceitar mais julgamentos, mais perseguições e mais humilhações?

Todos os estudos de opinião provam que os portugueses querem esta mudança, e querem-na agora! E ela não é a agenda do Bloco de Esquerda, como sugere Ribeiro e Castro ou como repete Marques Mendes, é a agenda da prioridade do respeito pelas mulheres e do fim dos julgamentos, porque a esquerda está com as vítimas e a direita com os carrascos e os perseguidores.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — Portanto, não podemos esperar mais. Compete por isso ao Partido Socialista, que é maioria absoluta no Parlamento, esclarecer se garante as condições para a realização de um referendo ainda em 2005, ou seja, se garante uma maioria para a revisão da Constituição e de outras leis que torne possível esse referendo agora. Pelas indicações actuais, essa garantia não está em condições de ser afirmada neste Parlamento. Por isso, o Bloco de Esquerda, nunca se afasta do essencial: o Parlamento tem de escolher agora entre continuar o processo referendário em 2005 ou aprovar a nova lei sem esperar pelo referendo, se este for adiado para 2007. E essa decisão deve ser tomada agora.

Se não houver referendo em 2005, a Assembleia não pode esperar mais tempo, deve alterar a lei. Tem mandato para isso, tem legitimidade para isso e, acima de tudo, tem a obrigação de o fazer.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Faz um despacho!

O **Orador**: — Naturalmente, em 2007, poderá a direita vir pedir um referendo para revogar a nova lei e para voltar a impor a pena de três anos para as mulheres que tenham abortado. Aceitaremos esse referendo, Sr.as e Srs. Deputados do PSD e do CDS, mas estamos certos de ganhá-lo se a direita o propuser. O País não aceita que a perseguição continue e quando voltarem a propô-la ela será rejeitada.

Portanto, estamos aqui, como sempre, empenhados em corrigir uma injustiça. Não se adia uma lei justa e é a democracia que nos exige que a maioria deste Parlamento tome a iniciativa sem ceder à chantagem da direita.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Infelizmente confirmaram-se as nossas previsões em relação ao imbróglio a que conduziria a opção pela via referendária, escolhida pelo PS e pelo Bloco de Esquerda no passado dia 20, no que respeita à questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. No final desse debate afirmámos que, afinal, quem tinha vencido era mais uma vez a direita e as suas posições, e o resultado está à vista.

A situação criada pela recusa do Presidente da República em convocar o referendo então proposto é bem demonstrativa do desastre em que esta opção se tornou.

A direita rejubila com a situação e mantém a hipócrita e repugnante defesa da situação actual. Nalguns casos vai falando, com o desplante de quem não se importa que as mulheres sejam perseguidas e julgadas, na similitude das leis portuguesa e espanhola, como se não houvesse pelo menos uma diferença fundamental: é que, em Espanha, nenhuma mulher é tratada como criminosa, nenhuma mulher se senta no banco dos réus por ter tido que recorrer à interrupção voluntária da gravidez, mas, em Portugal, isso continua a acontecer, porque a aplicação prática da nossa lei a isso conduz. Há até quem, como o PSD, mesmo estando em minoria, consiga impor a realização primeira de um referendo sobre a Europa, que poderia realizar-se durante todo o ano de 2006, antes de qualquer abordagem da questão do aborto. À direita nada de novo; tudo velho, tudo na mesma!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas muitas portuguesas e portugueses olham hoje estupefactos para esta situação, não por causa dos partidos que contrariam a despenalização do aborto, já se conhecem as suas posições, mas por causa da posição daqueles que a defendem. É hoje cada vez mais incompreensível, mesmo para muitos que admitiram a opção do referendo, que se continue a desperdiçar a capacidade de a Assembleia da República, com toda a legitimidade jurídica e política que efectivamente tem, decidir sobre a matéria.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Na realidade, a monumental trapalhada em que esta questão está envolvida não tem fim à vista e confirma que, tal como dissemos em 20 de Abril, não despenalizar na Assembleia da República foi trocar o certo pelo incerto.

Vozes do PCP: — É verdade!

O **Orador**: — Os anúncios de que pelo menos o Partido Socialista pretende reincidir no mesmo caminho deixam-nos estupefactos, e as justificações ainda mais.

Anuncia o Partido Socialista que quer voltar a apresentar o mesmo referendo, apesar da limitação constitucional que impede que isso aconteça na mesma sessão legislativa, baseando-se na mais do que frágil interpretação de que em Setembro próximo iniciaremos outra sessão legislativa. Outros vão avançando com a ideia da tripla consulta: eleições autárquicas, referendo europeu e referendo sobre a despenalização do aborto, o que seria a confusão total. É uma proposta que só pode compreender-se pelo desespero de quem vê que conduziu o processo a um beco sem saída. Outros ainda levantam a possibilidade de ser o Governo a apresentar a proposta de referendo, esquecendo que este só pode propor referendos em questões da sua competência e que a matéria criminal integra a reserva de competência da Assembleia da República.

Entretanto, alguns, como o Bloco de Esquerda no seu projecto de revisão constitucional, avançam com a alteração dos prazos do referendo, matéria que em abstracto merece certamente discussão, mas que no concreto significa reabrir a porta a um eventual referendo após as autárquicas, tão incerto na sua concretização como o que acabou de claudicar, e que seria viável se houvesse alteração da Constituição, se houvesse acordo do PSD ou se o Presidente da República o convocasse. Se,… se,… se…

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A 20 de Abril já não havia nenhuma razão para que a Assembleia da República não assumisse plenamente as suas competências nesta matéria; agora muito menos. É preciso pôr fim às hesitações, aos taticismos, às sucessivas querelas que abrem o campo à direita e que perpetuam esta lei. Enquanto hesitam e cedem à agenda da direita, os partidos que defendem a despenalização adiam esta tão urgente reforma. E com isso se mantém a lei da humilhação, da perseguição das mulheres, dos julgamentos e eventuais condenações; com isso se mantém o drama do aborto clandestino para mais de 20 000 mulheres portuguesas por ano. Cada dia que passa, muitas dezenas de mulheres são empurradas para esta clandestinidade e indignidade em que arriscam a saúde e a vida.

Aplausos do PCP.

É pois tempo de dizer basta! Já chega desta vergonha! Por isso nos dirigimos hoje, em particular, aos Srs. Deputados do Partido Socialista, não já para discutir o percurso passado mas o futuro.

Há momentos da vida política em que é preciso um assomo de coragem e de determinação para enfrentar as questões difíceis. É isso que se exige neste momento do Partido Socialista: que não se deixe mais enredar nas teias que, de incidente em incidente, vão adiando a tão indispensável como justa despenalização da interrupção

voluntária da gravidez. Por isso, estando inviabilizado o referendo proposto pelo PS e pelo Bloco de Esquerda, fazemos um desafio: que se conclua o processo legislativo…

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — … iniciado com a aprovação, na generalidade, do projecto de lei do Partido Socialista, com vista à aprovação de uma lei justa para as mulheres, tolerante com todas as convicções e que contribua para resolver o grave problema de saúde pública que constitui o aborto clandestino.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Para além da retrógrada direita, que contestará tudo o que for no sentido de uma lei penal justa nesta matéria, ninguém virá cobrar ao Partido Socialista o compromisso de repetir a proposta de um referendo que já tentou fazer mas que acabou por não ter vencimento. O que os portugueses cobrarão ao Partido Socialista é o seu compromisso de despenalização. O PS precisa de clarificar que o seu compromisso não é meramente o de convocar um referendo mas o de despenalizar a interrupção voluntária da gravidez.

O que ninguém compreenderá é que o Partido Socialista troque mais uma vez aquilo que está na sua mão, a despenalização na Assembleia da República, por aquilo que não depende de si, a convocação de um referendo. É este sobressalto democrático que se exige agora ao Partido Socialista e a todos os homens e mulheres empenhados, que consideram que o país não pode mais ter uma lei que faz das mulheres criminosas.

Daqui a pouco menos de dois meses terão passado sete anos sobre o referendo à despenalização do aborto. É o tempo mais do que justo, mais do que suficiente, para que a questão seja definitivamente resolvida! O tempo é agora! Despenalização já!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Sr. Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, em mensagem dirigida à Assembleia da República, informou, sem surpresa, que não iria convocar o referendo proposto para a interrupção voluntária da gravidez (IVG).

Com efeito, no seguimento dos vários sinais que o Sr. Presidente da República vinha dando a todos os responsáveis políticos, muito antes da discussão e votação dos projectos de lei sobre a despenalização da IVG apresentados nesta Legislatura, designadamente declarando que não era favorável à realização de uma consulta referendária antes do Verão e que havia necessidade de respeitar a possibilidade de existir um debate democrático aprofundado, era absolutamente previsível que o referendo não seria convocado. O Sr. Presidente da República já assumiu que vê com bons olhos a alteração da actual lei que criminaliza as mulheres que se vêem obrigadas a realizar a IVG.

No discurso que o Chefe de Estado proferiu na celebração dos 31 anos do 25 de Abril, intervenção durante a qual o Sr. Presidente da República não referiu directamente o grave drama da nossa sociedade actual, o aborto clandestino, deixou, no entanto, bem claro para quem quis ouvir que «Cabe aos dirigentes políticos, a todos os dirigentes políticos, assumir as suas responsabilidades com auto-exigência, conscientes de que as soluções de rotina e de continuidade não chegam para enfrentar os graves desafios que temos. Há muito a fazer e ninguém pode olhar para o lado e achar que a responsabilidade é do outro.».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — E continua: «Repito: não há tempo a perder nem responsabilidades a transferir. Que cada um assuma as suas.»

Ora, a leitura que nós, Os Verdes, entendemos ter de fazer-se desta postura é precisamente a de que o próprio Presidente da República entende que a Assembleia da República deveria assumir as suas responsabilidades nesta matéria em lugar de remeter e de adiar a questão para um referendo de verificação e de resultados incertos.

Ora, é exactamente isso que este Parlamento, por culpa de quem defende o referendo, não está a fazer; a assumir as suas responsabilidades. As suas responsabilidades de, enquanto órgão legiferante máximo e Casa da democracia representativa pluralista, agir, na senda do compromisso eleitoral assumido não só pelo partido que ganhou as eleições mas por todas as forças de esquerda que viram a sua representatividade reforçada depois de 20 de Fevereiro, no sentido de mudar a actual lei penal no que toca ao aborto. Para nós, é clara a actual situação criada pelo Partido Socialista, que se tornou cúmplice do prolongamento da actual situação de sofrimento, de repressão e de morte e do adiamento da sua resolução sem data marcada, ao recusar-se a assumir as responsabilidades que lhe cabem enquanto grupo parlamentar que defendeu a despenalização da IVG, e presumo que ainda defende, e não agindo nesta sede, na Assembleia da República saída das últimas eleições com uma clara vitória das forças de esquerda nela representadas, como o fizeram Os Verdes e o PCP, no sentido de realizar de imediato a mudança desejada da nossa actual lei penal, claramente injusta e desajustada face à realidade social existente e absolutamente desastrosa em termos de saúde pública para as mulheres portuguesas.

É ainda absolutamente claro, para Os Verdes, que está na altura de reconhecer que, tendo falhado o recurso ao referendo, as responsabilidades de mudarmos desde já a lei saem ainda mais reforçadas. Com efeito, pela nossa parte, sempre defendemos que deveria ser a Assembleia da República a desenvolver o processo legislativo para alterar a lei, desde logo porque tratando-se, como é reconhecido, de uma questão de consciência individual e pessoal de cada um, não só dos Deputados mas principalmente das mulheres que se vêem confrontadas com o drama pessoal de ter fazer essa escolha, ela não deve ser referendada.

Mas, para além disso, é preciso reconhecer que a solução de referendo se encontra esgotada e que sem uma actuação imediata deste Parlamento não há solução à vista.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É verdade!

O **Orador**: — O PS, nesta matéria, tem andado permanentemente a fugir e a «chutar a bola», ora para a frente ora para trás, demonstrando que não está, de facto, empenhado na resolução desta questão. O PS não pode esquecer-se de que se assumiu no seu programa eleitoral a realização do referendo, solução agora esgotada, assumiu igualmente para com os portugueses o compromisso de despenalizar a IVG. A prioridade dada ao compromisso do referendo em detrimento do compromisso de mudar a lei não pode deixar de ter essa leitura política. É aflitivo, de facto, ver como o PS tem agido ao longo de todo este processo.

Começou por «lavar as mãos» passando a questão para o Presidente da República, já sabendo de antemão que este lhe devolveria a «batata quente» na volta do correio. De seguida, cedeu vergonhosamente às pressões e aos argumentos ilógicos e injustificados da direita e reduziu o seu projecto de lei apenas à questão a submeter a referendo, tendo, assim, não só excluído todo um conjunto de outras situações que deveriam igualmente ser despenalizadas como desconsiderado outras questões que a lei deveria acautelar, como o importante papel dos estabelecimentos oficiais de saúde ou o próprio direito de objecção de consciência por parte dos médicos.

E agora, apesar de se deparar a olhos vistos com os naturais escolhos do caminho sinuoso e de resultados incertos que escolheu traçar, o PS, em vez de arrepiar caminho, concretizando sem mais delongas ou mecanismos dilatórios a necessária e urgente reforma do nosso Código Penal nesta Assembleia, insiste teimosamente que ainda é possível fazer um referendo este ano, como ainda há pouco insistia que era possível fazê-lo antes do Verão, querendo «tapar o sol com a peneira».

Mas a dura realidade, Sr.as e Srs. Deputados, é a de que não está garantido, nem ninguém pode garantir, que, ainda este ano, as mulheres portuguesas deixarão de ter razões para continuarem na clandestinidade, sendo perseguidas mutiladas e maltratadas, como se não tivesse passado já tempo demais.

Com efeito, mesmo que se admita que, por força de uma alteração apressada e casuística da nossa lei fundamental e da lei do referendo, se venha a permitir a realização simultânea de referendos e de actos eleitorais, o que nos parece extremamente grave e prejudicial para o nosso sistema democrático que se deseja participado, crítico e esclarecido, ou que seja possível a interpretação dos artigos da nossa lei fundamental no sentido de existirem cinco sessões legislativas, não é líquido que, ainda assim, o Sr. Presidente da República convoque o referendo para o final deste ano.

Para nós, Os Verdes, é inaceitável que o PS continue obstinadamente, de mãos dadas com o BE, a insistir num referendo que já ninguém acredita que ainda seja possível realizar este ano e durante este mandato da presidência da República, sendo o futuro, depois de Janeiro de 2006, absolutamente incerto no
que respeita ao se, ao como e ao quando poderemos voltar a página negra do aborto clandestino em Portugal.

Volto a citar o Sr. Presidente da República na sua alocução supra-referida: «Quando formos avaliados pelas gerações que nos sucederão, a pergunta que será feita é esta: foram eles capazes de enfrentar as
dificuldades, vencer os desafios e pôr Portugal no rumo do futuro? Não esqueçamos nunca que a resposta a esta pergunta somos nós que, agora, quotidianamente, a estamos a dar. Não há, por isso, tempo a perder. É a hora!»

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É a hora! Está nas nossas mãos, apenas nas nossas mãos, e em particular nas de quem detém a maioria absoluta nesta Câmara, fazer a diferença, ousar operar a mudança, já, hoje! Se o quiserem fazer, poderão contar com o apoio de Os Verdes.

Discursos proferidos no dia 15 de Setembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 16 de Setembro de 2005

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para uma declaração política de interesse relevante, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No dia 28 de Junho de 1998, os portugueses foram consultados em referendo sobre a seguinte questão: «Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?» Nessa ocasião, o «Não» obteve 50,1% e o «Sim» 48,2% dos votos, num referendo não vinculativo, em termos constitucionais, em que mais de metade dos portugueses não participaram. Passaram sete anos. O que sucedeu entretanto? Dezenas de pessoas continuaram a ser julgadas.

Milhares de mulheres recorreram à prática de aborto clandestino, ficando muitas vezes com a sua dignidade e saúde ameaçadas. A actual lei é clara ao estatuir que «a prática do aborto é punível com prisão até três anos, com excepção dos casos em que se comprove haver perigo de vida ou para a saúde da mulher, malformação do feto ou violação». Assim, só mudando a lei vigente poderemos resolver o problema da criminalização das mulheres e o flagelo do aborto clandestino. Recorde-se que esta lei em vigor já tem 21 anos. É tempo mais do que suficiente para fazermos um novo balanço acerca dos seus efeitos. E que resultados produziu esta lei? Houve melhorias na prevenção do aborto? Houve melhorias nas condições de saúde das mulheres? A resposta é, infelizmente, negativa.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — Foi nesse sentido, aliás, que, em 2004, voltámos a tomar uma iniciativa, rejeitada pelos PSD e pelo CDS, no sentido da realização de um novo referendo que abrisse caminho à revisão da lei. É que o problema subsiste enquanto questão de saúde pública e Portugal distingue-se no quadro europeu por uma ordem jurídica que consagra uma limitada despenalização da interrupção voluntária da gravidez. A legislação portuguesa está entre as menos abrangentes da União Europeia, quer no referente aos motivos, quer em relação aos prazos da interrupção voluntária da gravidez. Sr. Presidente, Srs. Deputados: No dia 20 de Fevereiro de 2005, a maioria dos portugueses sufragou o programa eleitoral do Partido Socialista. O Programa Eleitoral, a base do Programa do Governo, é claro: «Passaram seis anos desde a realização do referendo sobre esta matéria. Durante estes seis anos, o País assistiu a uma sucessão de julgamentos de mulheres pelo crime de aborto que confrontaram a nossa sociedade com uma lei obsoleta e injusta, que coexiste com o drama do aborto clandestino. Para alterar toda esta situação, será promovido um novo referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nos termos anteriormente submetidos ao voto popular. Esta despenalização da interrupção voluntária da gravidez é uma inadiável exigência de justiça e dignidade para as mulheres, mas não pode deixar de estar associada à efectivação da educação sexual, à garantia do acesso generalizado ao planeamento familiar e à promoção de uma política de direitos sexuais e reprodutivos».

Aplausos do PS.

O **Orador**: — Temos, pois, em resultado do que li do nosso Programa Eleitoral, não só a legitimidade como o dever de conceder de novo aos portugueses o direito de se pronunciarem sobre esta matéria. Como disse o Sr. Primeiro-Ministro nesta Câmara, aquando do debate do Estado da Nação, «temos o direito a querer de novo perguntar aos portugueses se querem ter de novo mulheres no banco dos réus». Não se trata,

como alguma manipulação política pretende, de liberalizar o aborto mas, sim, de o despenalizar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A pergunta contida no projecto de resolução que apresentamos não permite dúvidas: «Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?» Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Numa sucessão de manobras dilatórias, o PSD e o CDS já contestaram a constitucionalidade das alterações aprovadas em Julho sobre os prazos dos referendos. O Tribunal Constitucional, por seu lado, já veio considerar que não existem inconstitucionalidades nas alterações aprovadas.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Perdida essa batalha, e uma vez que as propostas de referendo recusadas pelo Presidente da República ou objecto de resposta negativa do eleitorado não podem ser renovadas na mesma sessão legislativa, PSD e CDS-PP persistem agora — contra a nossa opinião, contra a opção maioritária da Conferência de Líderes e contra o parecer da generalidade dos constitucionalistas — na ideia de que a nova sessão legislativa não se inicia a 15 de Setembro, mas que prossegue a sessão iniciada após as eleições de 20 de Fevereiro. Essa ideia não tem qualquer sustentação na Constituição da República e é mais um expediente dilatório.

Aplausos do PS.

De facto, PSD e CDS tudo têm feito para inviabilizar a resolução deste problema que atinge tantas e tantas mulheres. Por detrás das manobras dilatórias tentam esconder a hipocrisia da sua posição, porque, das duas, uma: ao defender a persistência da actual lei ou se está a defender a condenação das mulheres ou se está a defender a não aplicação da lei. Se a primeira posição é grave do ponto de vista dos direitos das mulheres, a segunda é gravíssima do ponto de vista do Estado de direito democrático.

Aplausos do PS.

Para o PSD, e em especial para o PSD de Marques Mendes, todas as oportunidades são boas oportunidades para fazer manobras políticas.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Falso!

O **Orador**: — À custa do que for e de quem for.

Vozes do PS: — É verdade!

O **Orador**: — Em 1998, o Deputado Marques Mendes foi um dos principais defensores de um referendo ao aborto. Numa intervenção dirigida à bancada do Partido Socialista, perguntava, com carácter de urgência, o seguinte: «por que é que não há maneira de (….) se decidirem por um referendo? Vale a pena perguntar!

Qual é o receio? Aqui é que está a hipocrisia, no caso do Partido Socialista». Sete anos e vários julgamentos depois, cabe devolver a pergunta ao líder do PSD Sr. Deputado Marques Mendes, que, lamento, não está presente neste momento.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Não lhe convinha!

O **Orador**: — Qual é o receio? Por que é que um referendo que era fundamental agora já não o é? Por que o que é prioritário para a maioria dos portugueses já não é prioritário para o Dr. Marques Mendes e para o PSD?

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Aguardamos respostas a estas questões. Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Numa democracia adulta, os fins eleitorais não justificam todos os meios políticos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — É verdade!

O **Orador**: — Para nós, socialistas, esta não é uma questão de oportunidade, é uma questão de convicção.

Aplausos do PS.

Fiéis aos nossos compromissos, já hoje apresentámos e entregámos pessoalmente ao Presidente da Assembleia da República um projecto de convocação do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a ser discutido e votado nesta Câmara no próximo dia 28 de Setembro.

Após a aprovação da proposta de referendo, ficarão criadas as condições para que o Sr. Presidente da República possa decidir, nos termos da Constituição, como lhe compete, sobre a eventual convocação do referendo e a sua data. Assumimos desde já, com toda a transparência, que defendemos que o referendo se realize ainda este ano.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados: Pela nossa parte, também nesta matéria, de forma responsável, estamos a cumprir os nossos compromissos com os portugueses.

*Aplausos do PS.*O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Alberto Martins, os Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo, Luís Fazenda, Bernardino Soares, Heloísa Apolónia e Luís Marques Guedes. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, de facto, esta não é uma questão de oportunidade. É cada vez mais e manifestamente uma questão de oportunismo. É uma questão de oportunismo da parte de quem confunde maioria com teimosia, de quem não se conforma com uma derrota parlamentar e de quem, perdendo um jogo, altera as regras do campeonato para que só assim consiga ter vencimento de causa.

Não está aqui em causa a questão do aborto, nem se trata sequer da discussão de um referendo. Aliás, quanto a isso estamos à vontade, porque não temos medo dos referendos e, se bem me lembro, aqueles em que nos empenhamos até ganhamos!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sobre a questão do aborto, em particular, havemos de a discutir no momento oportuno. Mas o que está aqui mesmo em causa é um atropelo à Constituição, é um verdadeiro abuso de poder legislativo, é um exercício de teimosia do Partido Socialista, que pretende que o Parlamento discuta na mesma sessão legislativa aquilo que nos termos da Constituição não pode fazer, e curiosamente com base num parecer *a la carte* feito por outro socialista, contra tudo aquilo que é prática estabilizada do exercício parlamentar e contra um entendimento dos preceitos constitucionais que tem mais de 20 anos.

O artigo 171.º da Constituição é muito claro e diz: «A legislatura tem a duração de quatro sessões legislativas». E a Constituição é também muito clara quando diz que uma iniciativa legislativa que não seja definitivamente aprovada não pode ser de novo discutida na mesma sessão legislativa. O Partido Socialista sabe-o. Mas não se conformando, porque perdeu esta questão específica do referendo ao aborto em Julho passado, por intervenção do Sr. Presidente da República, quer alterar as regras do jogo a meio do campeonato para obrigar o Parlamento uma vez mais a discuti-la. Ora, isto não pode suceder!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Representa, em primeiro lugar, que o Sr. Presidente da Assembleia da República se tem enganado, porque todas as numerações de todos os projectos de lei que deram entrada, desde que esta legislatura começou, referem-se à 1.ª sessão legislativa.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O **Orador**: — É também um sinal de completa incoerência para com o passado relativamente ao Partido Socialista, porque quando o Eng.º António Guterres se foi embora, quando se demitiu, em 2002, o primeiro diploma da 1.ª sessão legislativa deu entrada em Abril de 2002 e o último diploma dessa mesma 1.ª sessão legislativa deu entrada em Agosto de 2003. Entendeu então o Partido Socialista, de boa-fé, não repetindo qualquer iniciativa legislativa, que a 1.ª sessão legislativa tinha a duração de cerca de um ano e meio e que só terminava no ano seguinte.

Protestos do PS.

Assim, não entendo o Partido Socialista. Ou melhor, entendo-o! Não se conformando com uma derrota, o Partido Socialista alterou as regras do jogo, curiosamente, nem sequer usando de boa-fé nas citações que faz no parecer *a la carte* que referi daquilo que é a melhor doutrina constitucional.

Dou um exemplo, porque, infelizmente, o tempo de que disponho não me permite dar outros. O Dr. Vitalino Canas, que lamento que hoje não esteja aqui (curiosamente, não é só o Dr. Luís Marques Mendes), tendo em conta o parecer que por ele foi feito, cita abundantemente o Prof. Jorge Miranda.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Entre outras coisas, diz-nos o parecer que sustenta esta tese: «Não há dúvida, a sessão legislativa tem a duração de um ano. Começa a 15 de Setembro e acaba a 14 de Setembro do ano seguinte (…)», reportando-se exactamente ao parecer do Prof. Jorge Miranda. Mais à frente diz: «Exactamente por isso, é claro o entendimento de que a sessão só pode decorrer de 15 de Setembro até ao ano seguinte».

Pois bem, peço ao Sr. Presidente que mande distribuir ao Parlamento o verdadeiro entendimento do Prof. Jorge Miranda, que de resto hoje vem reproduzido na comunicação social, onde se diz exactamente que a primeira sessão legislativa (esta sessão legislativa) é bem maior, que tem a duração de um ano e meio e só termina, exactamente, a 15 de Setembro de 2006.

Pelos vistos, o Partido Socialista leu o entendimento do Prof. Jorge Miranda noutro local que não onde nós o lemos!… Mas este é o pensamento do Prof. Jorge Miranda, que é contrário ao entendimento do Partido Socialista e, por isso, gostaríamos que o fizesse distribuir à Câmara.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — A Mesa recebeu a indicação de que o Sr. Deputado Alberto Martins responderá aos três primeiros pedidos de esclarecimento em conjunto e depois aos dois subsequentes.

Assim sendo, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, os grupos parlamentares da direita querem antecipar o debate, que ainda irá ter lugar, acerca da admissibilidade da iniciativa de um projecto de resolução visando um referendo sobre a despenalização do aborto. Teremos ocasião de discutir este assunto com alguma frequência nos próximos tempos. Em todo o caso, é visível — a seu tempo se verá — que não há alteração das regras do jogo, que não há atropelos à Constituição, mas que há, sim, um conjunto de expedientes da parte dos grupos parlamentares da direita para impedirem a realização de um referendo.

Protestos do CDS-PP.

Esta tentativa dos pelos grupos parlamentares da direita compreende-se bem. Recusaram um referendo na Legislatura anterior, quando nem sequer havia ciclos eleitorais. Por um lado, para os grupos parlamentares da direita, um bom dia para o referendo é o «dia do nunca», e como tal há sempre que adiá-lo o mais possível.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E o PCP é de direita?

O **Orador**: — Por outro lado, também já perceberam (e por isso há uma manifesta conveniência política intrínseca à vossa atitude) que não vos interessa que essa polémica e esse debate surjam na sociedade portuguesa antes das eleições presidenciais, porque um dos candidatos — vá-se lá saber porquê! — tem um visível incómodo em relação ao tema.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado Alberto Martins, o BE considera que nós já há muitos anos era tempo de se ter virado esta página e de termos uma lei modernizadora dos direitos das mulheres, da dignidade da mulher, dos direitos de cidadania, da saúde pública.

Na anterior Legislatura já poderíamos ter concluído esse processo, devolvendo a palavra aos portugueses, mas a direita não o quis. Já nesta Legislatura, nós, Bloco de Esquerda, votámos a favor da realização de um referendo, porque entendemos que essa é a melhor via para, de uma forma mais definitiva, evoluirmos nos nossos direitos civilizacionais, de uma forma que não possa ser revertida ao sabor de conjunturas políticas na Assembleia da República. Em todo o caso, estipulámos, tal como o Partido Socialista, um limite, que é o limite das nossas convicções, da paciência, do tempo, da necessidade de uma viragem: o ano de 2005.

Disse o Sr. Deputado Alberto Martins, e muito bem, que o referendo deve ter lugar ainda em 2005. A pergunta muito concreta que lhe faço é dirigida às suas convicções e às convicções do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pergunta essa que se justifica, antes de mais, porque é a segunda vez que tentamos a convocação de um referendo, e portanto o Partido Socialista tem a especial responsabilidade, aqui e agora e nos próximos debates, de nos esclarecer: se se repetir o desfecho que teve a anterior iniciativa legislativa, encara a possibilidade de, por via legislativa, sem mais, nesta Assembleia da República vir a ser decidida a questão em 2005? Estará ou não o Partido Socialista desobrigado do seu compromisso eleitoral? É que ao Partido Socialista compete apenas aquilo que pode fazer no âmbito do órgão de soberania Assembleia da República e naturalmente não pode, por razões constitucionais e políticas, condicionar outro órgão de soberania. Mas tem toda a legitimidade para pensar, dizer e explicar aos portugueses e a toda a Câmara se, nesse caso, se sentirá desobrigado e qual será o valor mais alto ao qual o Partido Socialista está cometido: se ao horizonte de 2005 ou se a uma espécie de suplício permanente que é a tentativa desgastante da repetição de um exercício referendário, que, eventualmente, venha a ser um beco sem saída.

Respeitamos as convicções, respeitamos os compromissos eleitorais do Partido Socialista, os nossos, bem como os das outras bancadas. No entanto, aqui e agora, o Partido Socialista tem uma especial responsabilidade, que é esclarecer a opinião pública e o País sobre qual vai ser o desfecho, isto é, se 2005 é ou não o momento da alteração da legislação e o momento da dignidade das mulheres.

Aplausos do BE.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Antes disso ainda tem o referendo!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, subscrevo o que disse sobre a situação dramática que continuam a viver as mulheres portuguesas, sujeitas a esta injusta lei (penso que a caracterizou bem), e isso justifica, evidentemente, a necessidade imperiosa de, de uma vez por todas, despenalizarmos a interrupção voluntária da gravidez.

Quero dizer-lhe também, Sr. Deputado Alberto Martins que, como sabe, temos uma apreciação diversa sobre o meio a utilizar para se proceder a essa despenalização. Entendemos que não devemos continuar nesta senda da procura do referendo que nunca chega e que esta Assembleia tem condições para despenalizar a interrupção voluntária da gravidez.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sei que o Partido Socialista, o Sr. Deputado referiu-o na sua intervenção, assumiu o compromisso eleitoral de realizar um referendo com vista a essa despenalização. Mas, neste momento, quando já tanto tempo passou do tempo que podia servir para resolver esta questão, importa perguntar ao Partido Socialista o seguinte: entre estes dois compromissos, o de despenalizar e o de fazer o referendo, qual é o principal e qual é o acessório? Porque, se continuarmos a ter esta política que os senhores têm levado a cabo, de insistir no referendo mesmo quando ele já foi recusado, estão os senhores, mesmo perante o vosso compromisso, a privilegiar o acessório para não fazer o principal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — E o principal é despenalizar a interrupção voluntária da gravidez.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — O referendo, Sr. Deputado Alberto Martins, foi sempre uma manobra dilatória para aqueles que não querem a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — A direita sempre o utilizou nesse sentido e agora, mais uma vez, tem a esperança que esse seja um instrumento na sua vontade de não ver esta conduta das mulheres despenalizada.

O Secretário-Geral do seu partido, o Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates, disse ontem, tanto quanto pude ouvir, que existe um largo consenso nacional para a despenalização desta matéria. Se existe um largo consenso nacional, se o Partido Socialista já tentou que tenha lugar o referendo e não conseguiu, o que é que impede o Partido Socialista, com os outros partidos que estão de acordo com a despenalização, de imediatamente resolver este problema na Assembleia, não continuando a trocar o certo pelo incerto, que foi o que dissemos quando todo este processo começou?

O Sr. Deputado e o Partido Socialista continuam, nesta matéria, a propor que se faça aquilo que não podem decidir, porque o referendo só pode ser decidido pelo Presidente da República, e evitam fazer aquilo que por si mesmos e com outros partidos na Assembleia da República podem de imediato resolver e decidir.

Por isso, a pergunta que se coloca neste momento, e que muitos portugueses preocupados com esta questão põem ao Partido Socialista, é a seguinte: até quando vamos ter esta questão por resolver, até quando esta incerteza, até quando vão ter lugar os sucessivos episódios que impedem a consagração daquilo que é essencial? O essencial, Sr. Deputado, não é fazer um referendo. O essencial é despenalizar a interrupção voluntária da gravidez!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as questões colocadas e começo por vincar uma diferença muito particular: enquanto eleição por um instrumento de participação política do Partido Socialista relativamente ao PCP estamos de acordo, como estamos de acordo quanto à questão de fundo colocada pelo Sr. Deputado Luís Fazenda de que a questão essencial que aqui se coloca é a da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. A ideia fulcral de mudar a lei, que é uma lei inícua, injusta, imoral, é essencial.

No entanto, os compromissos eleitorais do Partido Socialista dividem-nos, nesse ponto em absoluto, quanto ao instrumento adequado para fazer a mudança da lei. Nós entendemos que o meio para mudar esta lei implica uma devolução de novo aos portugueses, no sentido de se pronunciarem sobre esta matéria.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Os programas e os compromissos eleitorais são para serem honrados e a nossa posição essencial é esta: são os portugueses que directamente se devem pronunciar sobre esta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado entende que os Deputados podem substituir-se aos portugueses e que têm legitimidade representativa para isso. No quadro constitucional, é um facto. Mas isso deixa de existir quando assumimos o compromisso político de devolvermos esse poder aos cidadãos. É isso que faremos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: —Estamos empenhadíssimos no referendo, queremos ganhar o referendo, esta batalha é decisiva em nome dos direitos de cidadania de todos os portugueses, designadamente das mulheres portuguesas.

Por isso, estamos ainda de acordo com o Sr. Deputado Luís Fazenda quando acusa a direita, e bem, dizendo que só quer expedientes dilatórios,…

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E o PCP, não?

O **Orador**: — … que a incomodidade da direita não é pelas questões regimentais, pelas questões constitucionais, pelas questões normativas.

Protestos do Deputado do CDS-PP Nuno Teixeira de Melo.

A questão essencial da direita é a incomodidade perante a nossa vontade de alterar a lei.

Aplausos do PS.

Não quer alterar a lei! Por isso, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, quando fala em oportunismo, fica com essa palavra como sua. É a sua palavra.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Exactamente!

O **Orador**: — Por isso, devo ainda dizer, para concluir, que nesta matéria a nossa opção é muito clara: tomaremos todas as iniciativas, apresentaremos uma proposta com vista à realização do referendo, mas o Sr. Presidente da República tem o poder, naturalmente, de decidir sobre a convocação do referendo.

Já demos a informação pública de que pretendíamos que o referendo se realizasse este ano, contudo a competência política da decisão é do Presidente da República, que decide sobre a convocação e marca a data. Em qualquer circunstância — e queremos deixar isto claro —, não obstante as nossas opções, acataremos a decisão do Sr. Presidente da República.

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Qual a expressão do Sr. Deputado Alberto Martins que ofendeu a honra da sua bancada?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — O Sr. Deputado Alberto Martins afirmou que a direita usa de expedientes dilatórios para que esta discussão não seja discutida, quando para nós se trata de uma questão muito séria, que nos diz respeito e na qual estamos empenhados até por razões de imperativo ético. Ora, isto para nós é motivo de grave ofensa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, vou dar-lhe a palavra, mas peço-lhe que seja breve no uso da palavra, porque já excedemos largamente o tempo do período de antes da ordem do dia.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Vou ser breve, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Alberto Martins, de facto, o que V. Ex.ª afirma ofende esta bancada, e não abusamos de um direito regimental para defendermos a honra que neste caso nos assiste, porque não usamos de qualquer expediente dilatório para evitar uma discussão que, quando tiver de ter lugar, terá o nosso empenho. E empenhar-nos-emos em ganhar, como já aconteceu no passado, conformando-nos, no entanto, com aquela que seja a decisão soberana dos portugueses.

Mas, Sr. Deputado, o que não podemos aceitar é que o Partido Socialista, porque tem uma maioria absoluta, que os mesmos portugueses lhe quiseram dar na base de garantias que lhes deu, e pelas simples razão de ter sido derrotado numa batalha parlamentar, altere as regras do jogo, que sempre assumiu, durante mais de 20 anos, neste Parlamento, para permitir nova discussão na mesma sessão legislativa, sabendo que nunca o fez antes precisamente porque a Constituição não o permite. Com isto é que não nos conformamos, Sr. Deputado.

E não se trata de qualquer expediente dilatório, nem sequer de uma batalha da direita, como afirmam, porque, se bem me lembro, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista «Os Verdes» têm estado com essa direita nessa batalha. Por aqui bem se vê que não se trata de uma questão da direita ou da esquerda, é uma questão de respeito pelos preceitos constitucionais, cujos constitucionalistas são, de resto, levianamente citados num parecer, *à la carte*, de um Deputado socialista, para servir os interesses da bancada socialista, porque nesse parecer se cita, como já referi, o Prof. Jorge Miranda. Ora, o Prof. Jorge Miranda afirmou, em directo, a órgãos da comunicação social exactamente o contrário do que o Partido Socialista descreve no seu parecer.

Quando o Sr. Deputado Vitalino Canas, com o assentimento do Partido Socialista, escreve no parecer, citando o Prof. Jorge Miranda, que a taxatividade da redacção do artigo 47.º não comporta outras interpretações, ao afirmar peremptoriamente que a sessão legislativa tem a duração de um ano, iniciando-se a 15 de Setembro, está a dizer exactamente o contrário do que o Prof. Jorge Miranda diz em microfone aberto e que consta de um documento que aqui foi distribuído.

E termino, Sr. Presidente, esta defesa da honra, que efectivamente o é, dizendo que esta intervenção do Sr. Deputado Alberto Martins parece significar que o Sr. Presidente da Assembleia da República decidiu da admissibilidade do projecto de resolução que hoje justifica esta intervenção.

Saiba, Sr. Deputado Alberto Martins, que para já também não nos conformamos com esse despacho de admissibilidade, por isso a bancada do CDS-PP — anuncio desde já — dele irá recorrer para o Plenário e esta discussão terá de novo aqui lugar. E se aqui for derrotada por uma decisão de uma maioria, que é, de facto, confundida com

teimosa, então o passo seguinte será o recurso para o Tribunal Constitucional e, mais do que isso, faremos também apelo ao Sr. Presidente da República, que, sensatamente, já decidiu em Julho,…

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, já terminou o seu tempo.

O **Orador**: — … que não altere, tão brevemente, em Setembro, aquela que foi a razão da sua decisão entre umas eleições autárquicas e umas eleições presidenciais, algures durante o Natal, o que nenhum português perceberá.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, quanto à defesa da honra do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, depois de o ouvir estamos conversados.

Vozes do PS: — Exactamente!

O **Orador**: — Sr. Deputado, a questão que se coloca é a seguinte: o nosso entendimento da Constituição é muito claro, e não há costumes nem praxes contra a Constituição; a Constituição é o texto que tem um valor axial e matricial, é a âncora do regime democrático. O nosso entendimento claro sobre a Constituição, no qual somos acompanhados consistentemente, é o de que a sessão legislativa tem a duração de um ano e se inicia a 15 de Setembro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Isso é líquido, é a interpretação literária do texto da Constituição. E toda a hermenêutica, por mais densificada que seja, dá-nos esta resposta. Por isso, o que digo quanto às manobras dilatórias tem a sua evidência na intervenção do Sr. Deputado.

O CDS-PP, e o PSD aqui acompanha-o, tem sempre o mesmo argumento, que é o argumento do calendário.

Em 2004 dizia que não havia ainda tempo suficiente para haver um referendo; em 2005 dizia que a prioridade devia ser o referendo europeu; hoje diz que agora já não é o início de uma sessão legislativa; e agora tivemos conhecimento de que se o Sr. Presidente da Assembleia da República decidir admitir o projecto de resolução vão recorrer para o Plenário — onde, serão, naturalmente, derrotados —, que depois recorrerão para o Presidente da República — têm o direito de o fazer —, e que recorrerão para o Tribunal Constitucional, para o Pai Natal… Recorram para o que quiserem.

Risos e aplausos do PS.

O que os Srs. Deputados não querem é alterar esta lei, que é uma lei grave para as mulheres portuguesas e para os cidadãos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Alberto Martins, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia. Dispõe de 1 minuto concedido pelo Grupo Parlamentar do CDSPP e a Mesa concede-lhe também mais 1 minuto.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, V. Ex.ª realça sempre o compromisso eleitoral constante do Programa do Partido Socialista relativo ao referendo, mas nunca realça outro compromisso também claramente assumido no Programa Eleitoral do Partido Socialista, que é a alteração da lei e a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. E valeria a pena realçar permanentemente esse compromisso.

E porquê? Porque a vossa tentativa de referendo já foi feita. Ou seja, ela foi aprovada na Assembleia da República, mas o Sr. Presidente da República decidiu não

convocar o referendo e, portanto, vocês concretizaram esse vosso compromisso eleitoral, só que, de facto, se trata de uma questão que não estava nas vossas mãos e que continua a não estar.

Desta feita, aquilo que os senhores deveriam fazer era assumir aquele compromisso eleitoral relevante e proceder de facto à alteração da lei. E têm todas as condições para o fazer na Assembleia da República. Nunca na Assembleia da República houve tantas condições para proceder à alteração da lei como aquelas que hoje existem, mas os senhores continuam a caminhar sempre pelos caminhos mais incertos.

E a leitura que Os Verdes podem, penso eu, legitimamente fazer é a de que os senhores caminham, caminham, caminham, permanentemente a adiar, a adiar e a adiar a resolução deste problema gravíssimo das mulheres portuguesas.

Recordo-me, naquele julgamento que teve lugar em Setúbal, de uma palavra de ordem da qual quero aqui fazer eco: «A lei já podia ter sido alterada». Assim o Partido Socialista tivesse verdadeira vontade de alterar essa lei.

Por outro lado, lembro-me também perfeitamente de uma faixa do Partido Socialista junto ao tribunal que dizia: «O crime está na lei». Se o crime está na lei, de que é que estamos à espera para a alterar?! Temos essa possibilidade, essa solução na nossa mão e os Srs. Deputados do Partido Socialista estão a devolvê-la novamente ao Presidente da República, numa solução claramente incerta, sem saberem se o referendo vai ser convocado ou não.

Há uma questão que já aqui foi colocada ao Sr. Deputado, à qual V. Ex.ª não respondeu, mas é fundamental termos essa informação: até quando é que o Partido Socialista vai esperar? Até quando é que a figura do referendo será válida para o Partido Socialista?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr.ª Deputada, já ultrapassou o seu tempo.

A **Oradora**: — Será possível o Sr. Deputado responder a esta questão?

Além do mais, consideramos que, face à possibilidade que temos na mão de alterar esta lei na Assembleia da República, não era preciso ter arranjado aquela trapalhada relacionada com o funcionamento da Assembleia da República, designadamente no que tem a ver com uma sessão legislativa que ninguém sabe bem como é que há-de qualificar. Na verdade, ninguém sabe bem o que é que aconteceu com o outro referendo, se era da outra Legislatura ou se era desta, se era de outra sessão legislativa ou se era desta.

Portanto, esta trapalhada poderia perfeitamente ter sido evitada, mas a trapalhada maior é manter esta lei tal como ela está. Precisa de ser alterada, e já podia tê-lo sido.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, penso que V. Ex.ª fez muito bem em lembrar na sua intervenção as declarações do então líder da bancada do Partido Social Democrata, Deputado Luís Marques Mendes, em 1998, porque o contexto em que essas declarações foram feitas era um contexto — vale a pena também recordá-lo — em que o Partido Socialista se preparava para, sem consultar os portugueses, sem ouvir a sociedade portuguesa, tomar uma decisão grave…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — … e séria sobre um assunto muito sério para as pessoas, que atravessa transversalmente a sociedade portuguesa e que a divide, como todos sabemos. O Partido Socialista preparava-se para, à socapa, tomar decisões sobre essa matéria e o Partido Social Democrata bateu-se para que tal não acontecesse.

Os senhores foram politicamente derrotados e foram obrigados à convocação do referendo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sabe porque é que isso aconteceu? Isso aconteceu porque o Partido Social Democrata tem a noção de que este assunto é sério e grave, coisa que os senhores não têm.

A atitude que o Sr. Deputado veio hoje anunciar-nos publicamente denota de forma clara que, para o Partido Socialista, a questão do aborto é tratada como uma espécie de abono de família político…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — … a que os senhores deitam mão sempre que estão em dificuldades políticas, nomeadamente por causa dos erros de governação em que têm caído nos últimos tempos e para os quais precisam de uma manobra de diversão. Esse é que é o problema. Lamento sinceramente, Sr. Deputado Alberto Martins, que o Partido Socialista não tenha a honestidade de encarar, olhar e tratar o assunto do aborto com a seriedade que ele merece.

Aplausos do PSD.

De resto, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: é exactamente por essa razão que, desde o início desta Legislatura, o PSD tem tido sempre a mesma posição, e aí temos a vantagem de ter uma coerência absoluta. Dissemos em Abril que entendíamos que, face ao calendário eleitoral exigente que tínhamos pela frente, não era, de todo em todo, possível tentar encavalitar um referendo ao aborto antes de terminado esse período eleitoral.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Por essa razão, se houver uma maioria nesta Assembleia que queira convocar um referendo para depois do período eleitoral, não levantaremos qualquer tipo de objecção, mas o que não podemos aceitar é esta tentativa de menorizar essa questão e de manipulá-la, instrumentalizando-a ao sabor da vossa agenda política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E nisso fomos acompanhados pelo Sr. Presidente da República. O grande argumento que o Sr. Presidente da República utilizou em Maio para «chumbar» a vossa pretensão foi exactamente o de que, por este assunto ser sério e grave e dever merecer um debate desapaixonado e profundo na sociedade portuguesa, não havia condições objectivas para que esse referendo tivesse lugar.

E é manifesto para nós que essas condições objectivas continuam a não existir. Não é entre dois actos eleitorais, ainda por cima com o Orçamento do Estado para 2006 de permeio, que haverá qualquer tipo de condições objectivas para tratar, com a profundidade que merece, o problema do aborto, para que os portugueses possam, de uma forma séria, envolver-se no debate e tomar as suas opções.

Esta é a nossa posição. Os senhores é que instrumentalizam, cada vez que estão em dificuldade, o problema do aborto.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, já excedeu o seu tempo.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente. Portanto, deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado Alberto Martins: o Partido Socialista é reincidente nesta situação. Espero que seja reincidente nas derrotas políticas que sistematicamente tem tido por ter este tipo de comportamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, a diferença entre nós é clara: Programa de Governo, compromisso eleitoral, respeito pela vontade dos portugueses.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O Partido Socialista é um partido com maioria absoluta na Câmara, o que significa, indicativamente, que foi sufragado por uma maioria muito significativa dos portugueses. E assumiu por esses milhões de portugueses um compromisso, que está a cumprir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Em relação à questão de fundo, estamos de acordo consigo: a lei é injusta, iníqua, obsoleta, tem de ser mudada o mais rapidamente possível. E o meio para fazê-lo é através da devolução da palavra aos cidadãos portugueses

O **Orador**: — A Assembleia da República nisto não pode intervir. Porquê? Porque o referendo é um instrumento que serve precisamente para isso: os Deputados transferem o seu poder legislativo para o povo. E foi este o compromisso que assumimos e estamos a cumprir.

Por isso, Sr.ª Deputada, esta divisão entre nós é insanável. Isso significa que somos responsáveis e assumimos as nossas responsabilidades perante os portugueses.

A Sr.ª **Cristina Granada** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado Luís Marques Guedes, há uma questão de fundo que se coloca: V. Ex.P aP polvilhou o seu discurso com palavras de seriedade, de rigor, com conceitos de natureza jurídico-moral. Correcto, mas erram absolutamente o alvo. A nossa diferença essencial está em que os senhores vêem nesta questão uma questão de calendário e nós vemos uma questão de convicção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A convicção está acima do calendário!

Estamos de acordo em que é um assunto sério e foi por isso que logo no início da Legislatura o propusemos para debate e para consideração do Presidente da República. O Sr. Presidente da República entendeu, no seu livre juízo político, que respeitamos, e dissemo-lo logo na altura, como é evidente… Mas, aquando dessa decisão, depois da invocação que foi feita, que todos conhecemos, dissemos que no início da sessão legislativa, de imediato, independentemente de qualquer dado conjuntural, a partir de 15 de Setembro apresentaríamos um projecto de resolução.

Dissemo-lo na altura distanciados de questões conjunturais previsíveis ou imprevisíveis, porque este é para nós um compromisso político e ético ao mesmo tempo.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — O Sr. Presidente da República não pensa isso!

O **Orador**: — Por isso, Sr. Deputado, creio que a questão que verdadeiramente nos divide não é a de o momento ser ou não oportuno; de ser demais para os portugueses a situação de discutirem muitos assuntos complicados ao mesmo tempo; de o cidadão ser incapaz de atingir tantas questões ao mesmo tempo…

Ele é capaz de atingir; ele vive todas estas questões ao mesmo tempo, Sr. Deputado!

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Claro!

O **Orador**: — Por isso, a questão que colocamos é simplesmente esta: da declaração do Sr. Deputado

Luís Marques Guedes constato que o que convém ao País não convém ao PSD.

E, por isso, digo o seguinte: é urgente, já devia ter sido feita ontem, a alteração desta lei iníqua, obsoleta e imoral.

Discursos proferidos no dia 22 de Setembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 23 de Setembro de 2005

Vamos começar com a votação do parecer, elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais,Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o recurso interposto pelo CDS-PP da admissibilidade do projecto de resolução n.º 69/X — Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas (PS).De acordo com o Regimento, são concedidos, para este efeito, 3 minutos a cada grupo parlamentar, a começar pelo grupo parlamentar proponente do recurso. Lembro, Srs. Deputados, que o que votaremos não é o recurso mas, sim, o parecer. Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, quer ainda interpelar a Mesa?

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, quando solicitei a palavra era exactamente para saber se íamos votar o parecer ou o recurso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, de acordo com o artigo 140.º do Regimento, o que é votado não é o recurso mas, sim, o parecer sobre o recurso.

Como na ordem de intervenções tem precedência o Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Discutimos agora o parecer da 1.ª Comissão sobre o recurso interposto pelo CDS-PP no respeito daquilo que, em nossa opinião, é o melhor entendimento da prática parlamentar, da interpretação constitucional e da previsibilidade das instituições, fundamental para a credibilidade de um Estado de direito.

Sr. Presidente, gostava de dizer, como questão prévia, que não veja neste recurso algo que se lhe dirija pessoalmente, mas note nele uma posição muito firme e séria dirigida à bancada do Partido Socialista, que conseguiu, numa confusão entre maioria absoluta e abuso absoluto, impor o que de outra forma, e há pouco tempo atrás, seria absolutamente impensável.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos até a certeza de que o Sr. Presidente da Assembleia da República, quando foi chamado a decidir, sendo um Deputado tão antigo desta Casa, tendo um conhecimento tão presente da tradição parlamentar de longos anos, sabendo que nunca algo sequer de parecido apareceu na Assembleia da República de Portugal, se há-de ter sentido muito constrangido quando teve de decidir ao arrepio de mais de 20 anos de interpretação constitucional estabilizada, de mais de 20 anos de prática parlamentar aceite e consensualizada. E aqui importa fazer um breve historial de todo este infeliz processo.

Não conseguindo deixar de ceder à agenda mediática de uma extrema-esquerda que percebeu que esta questão lhe dava ganho de causa, o Partido Socialista, a reboque, lá quis agendar em Julho uma discussão sobre o aborto, quando os problemas do País eram, segura e prioritariamente, muitos outros. O Sr. Presidente da Assembleia da República — e bem — rejeitou essa discussão. Numa demonstração de intolerância de uma maioria absoluta que lhe foi dada pelo povo, e não cumprindo aqui uma promessa eleitoral que justificou essa mesma maioria absoluta, o Partido Socialista não se conformou. Numa primeira fase, houve que alterar a lei em seu favor — uma alteração *à la carte*, que transformar a Lei Orgânica do Regime do Referendo para permitir, em tempo útil, o que em condições normais o Partido Socialista não poderia fazer,…

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Que vergonha!

O **Orador**: — … piorando a lei do referendo, retirando direitos aos cidadãos, e retirando-lhe uma eficácia que, no passado, demonstrava das suas principais

virtualidades. Recordo, como muitos dos Deputados que hoje aqui se sentam, que num outro referendo, a propósito da regionalização, constituíram-se movimentos de cidadãos independentes. Só conseguiram fazê-lo graças aos termos então existentes na lei, porque tiveram tempo para conseguir as subscrições necessárias à constituição desses movimentos. Isto hoje é impossível! O Partido Socialista destruiu, *à la carte*, a lei do referendo com o único intuito político da realização do referendo sobre o aborto.

Depois, o que fez? Percebendo que a Constituição proíbe a repetição da apresentação, na mesma sessão legislativa, de uma iniciativa recusada em definitivo nessa sessão, como o foi pelo Sr. Presidente da República, deitou fora a Constituição. Pegou num artigo que resultou de uma revisão constitucional de 1992,…

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Pegou num artigo que resulta da revisão constitucional de 1982 e impôs aquilo que uma leitura atenta certamente não permitiria. Na base de quê? De um parecer de um Deputado do Partido Socialista, aprovado por uma maioria do Partido Socialista, que citava «doutrinariamente» constitucionalistas como dizendo exactamente o contrário daquilo que era o seu pensamento. Tiveram de ser desmentidos em directo, designadamente pelo próprio constitucionalista em causa, o Sr. Prof. Jorge Miranda, e nem sequer se tratava de uma mudança de opinião, como acabou por ser dito, porque, tendo eu tido oportunidade de ler aquilo que era o seu pensamento anterior ao singular parecer do Partido Socialista, já à data este era o entendimento claro do Prof. Jorge Miranda.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — E, agora, finalmente, perante um recurso, porque o CDS-PP não se conforma, de facto, com este atropelo à Constituição, impondo certamente, como imporá, uma discussão que hoje não devíamos estar a ter nesta Casa.

O passo seguinte, calculo eu, estará para além da decisão que o Partido Socialista aqui já deixou antever e que é clara. O passo seguinte está no Sr. Presidente da República. Queira o Sr. Presidente da República ser coerente com aquele que foi o seu entendimento há dois meses atrás, use das razões políticas, nomeadamente as que há dois meses atrás lhe faziam sentido, acrescidas de todas as outras que acabei de dizer e que hoje se justificam, e possa o País discutir, até ao final do ano, aquilo que, de facto, tem de discutir e que importa aos portugueses.

No tempo oportuno, previsto na Constituição, no Regimento e na lei, discuta-se, então, o referendo; discutam-se todos os referendos, porque o CDS-PP não tem medo de qualquer referendo. Aqueles em que nos empenhámos, por acaso, até ganhámos, e vamos empenhar-nos em todos os outros de acordo com a nossa consciência, mas no momento próprio e discutindo em substância o que tiver de ser discutido em substância no momento próprio. Termino, por isso, dizendo que bem gostaria que o recurso pudesse ter vencimento na Câmara em abono da melhor interpretação constitucional e da prática parlamentar, muito embora, infelizmente, já saiba aquela que vai ser a decisão do Partido Socialista, pois já a tem deixado antever nos pareceres e nos discursos.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos a discutir um parecer que foi apresentado e votado pela 1.ª Comissão.

Este parecer tem, desde logo, uma questão prévia que poderia ser aqui debatida em profundidade, mas que não iremos fazer, embora, eventualmente, por aí logo pudesse cair o recurso que o CDS-PP apresentou.

E a questão prévia diz respeito ao facto de saber se existe exactamente identidade material entre o projecto de resolução de iniciativa do referendo, apresentado há uns meses atrás pelo Partido Socialista, e este projecto que o Sr. Presidente admitiu — e admitiu bem, em nosso entender —, que diz respeito ao referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez. Não iremos discutir aqui o problema a fundo, mas o problema poderia colocar-se.

O problema que tem sido suscitado tem sido o de se saber se, no fundo, no dia 15 de Setembro de 2005 se iniciou, ou não, uma nova sessão legislativa. E, sobre isso, entendemos que a Constituição tem uma resposta clara e essa resposta só é obscurecida pelos autores do recurso, porque confundem legislatura com sessão legislativa, confundem o regime constitucional sobre a legislatura com o regime constitucional sobre a sessão legislativa.

Para resolver este problema de se saber se iniciou, ou não, uma nova sessão legislava, invocam um preceito constitucional que diz respeito apenas à legislatura, o artigo 171.º, n.os 1 e 2. Este artigo diz respeito unicamente à legislatura, não resolve o problema sobre o que é uma sessão legislativa, qual a duração de uma sessão legislativa e o que é que acontece quando há a dissolução da Assembleia da República em relação à sessão legislativa que estava em curso.

O artigo que diz respeito às sessões legislativas e que resolve este problema é o artigo 174.º, n.º 1, da Constituição, que diz, com toda a clareza, que as sessões legislativa têm a duração de um ano e se iniciam a 15 de Setembro. Mas este argumento que o artigo 174.º, n.º 1, invoca e que é explícito ainda tem um outro aspecto que o fortalece. Há dois outros preceitos constitucionais que dão alento a este argumento e que, constitucionais, «por acaso», têm sido olimpicamente ignorados pelos autores do recurso: são eles os preceitos dos artigos 167.º, n.º 4, e 115.º, n.º 10.

E estes dois preceitos — que têm, aliás, uma orientação muito semelhante, quase *ipsis verbis* — dizem, basicamente, o seguinte: na mesma sessão legislativa não pode ser reapresentada uma mesma iniciativa de lei ou de referendo, salvo se tiver havido dissolução da Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Queria concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Ou seja, estes preceitos dizem, com toda a clareza, que as sessões da Assembleia da República que se iniciam a 15 de Setembro e que têm a duração de um ano não se interrompem com a dissolução da Assembleia da República. A sessão continua e, portanto, pode ser apresentado de novo um projecto legislativo ou um projecto de referendo que já tivesse sido apresentado na fase inicial da sessão.

Quanto a este argumento, não ouvi ainda, até ao momento, qualquer orientação que o pudesse rebater.

E este argumento é decisivo a favor daquilo que está no parecer, isto é, a favor de que o Sr. Presidente da Assembleia da República fez bem em admitir este projecto de resolução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, temo bem que o Sr. Deputado Vitalino Canas, mais uma vez, nos esteja aqui a fazer laborar num tremendo equívoco. Há umas duas semanas atrás, fez-nos votar um parecer, onde

dava conta de uma posição do Prof. Jorge Miranda que, pelos vistos, não era a dele. Agora, parece que iremos votar um parecer cujo texto, de acordo com aquilo que nos foi distribuído, não corresponde ao que foi votado na 1.ª Comissão. Estou a referir-me aos pontos 10 e 11 que não correspondem ao que, agora, nos foi distribuído. Em concreto, trata-se daquilo que o CDS-PP suscitou na 1.ª Comissão, ou seja, da necessidade de constar no parecer a efectiva posição do Prof. Jorge Miranda e não a leitura conveniente que dessa posição fez o Sr. Deputado Vitalino Canas. O mesmo se dizendo, de resto, quanto à posição do Sr. Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que também deveria aqui constar, mas parece que não.

Nesse sentido, pedia que a Mesa, antes mesmo de levar à votação este parecer, confirmasse se é como digo, ou não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa tem a indicação de que há uma substituição em relação ao parecer, respeitante à pág. 5. Não sei se isso corresponde ao que está a ser referido pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, mas, de qualquer forma, essa versão corrigida do parecer já foi mandada distribuir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, temo bem que esta seja mais uma demonstração à bruta da maioria absoluta do Partido Socialista, porque não vejo como é que se pode substituir um texto que foi votado em comissão.

Se na 1.ª Comissão se votou um texto, que passou a ser o texto aprovado numa fase deliberativa, agora apresenta-se, em substituição, um outro texto, porque o Partido Socialista entende que esse é o que agora lhe resulta melhor e não quer verter no parecer aquele que é o pensamento do Prof. Jorge Miranda? Era o que mais faltava!

Então, peço a V. Ex.ª que, antes da discussão deste recurso, permita que a 1.ª Comissão possa reunir de novo, para ser de novo apreciada esta questão, nomeadamente dando oportunidade ao Partido Socialista para justificar aquilo que agora nos traz, que é verdadeiramente peregrino e que é mais uma demonstração do entendimento das maiorias por parte do Partido Socialista.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Ou seja, levar à votação, em comissão, textos que, sendo aprovados, são alterados antes de serem votados em Plenário.

Isto é uma coisa extraordinária, que, devo dizer-lhe, Sr. Presidente, mais uma vez não compreendemos, mas que vem na sequência do que temos assistido até agora e, desse ponto de vista, já não nos surpreende tanto como isso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Vitalino Canas pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr. Presidente, como autor do projecto de parecer que está em votação, queria confirmar que o parecer que está a ser, neste momento, aqui, votado é o que foi aprovado na 1.ª Comissão. Esta folha de substituição não visa alterar nada do que foi aprovado na 1.ª Comissão. Destina-se apenas a desfazer um erro de computador que existiu.

Portanto, aquilo que foi votado na 1.ª Comissão é exactamente o que está aqui para ser apreciado pelo Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, vamos ver se nos entendemos. Foi distribuída aos grupos parlamentares uma versão que, efectivamente, corresponde ao votado na 1.ª Comissão, na qual o Sr. Deputado relator introduziu dois pontos relativos às posições do Prof. Rebelo de Sousa e do Prof. Jorge Miranda. Agora, é distribuída uma outra folha, dita de substituição, onde se eliminam esses dois pontos. O que precisamos de saber é o que é que o Plenário vai apreciar, na sequência do que

foi votado na 1.ª Comissão. É tão simples quanto isso: uma versão tem 13 pontos e a outra tem 11 pontos.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Desapareceram dois!

O **Orador**: — Vamos votar a versão que tem 13 pontos ou a que tem 11 pontos? Esta é que é a questão. Devemos saber o que estamos a discutir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Castro, Presidente da 1.ª Comissão e, portanto, responsável por este procedimento.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Sr. Presidente, não é costume que, em matérias que ocorrem na 1.ª Comissão, se suscitem incidentes que visam outros fins que não aqueles que estão em causa…

O texto que está em apreciação e irá ser objecto de votação é, rigorosamente, o do parecer apresentado pelo Sr. Deputado Vitalino Canas, texto este que, a pedido do Sr. Deputado Guilherme Silva e, salvo erro, também do CDS-PP, foi aditado com alusões às posições dos Professores Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa. É, tão-só, isto!

Ao transitar dos serviços para o Hemiciclo, os pontos 10 e 11 aparecem repetidos e foi essa a eliminação a que se procedeu. Tratou-se, pois, da mera eliminação de uma repetição.

Os senhores sabem que isto que digo é absolutamente verdade e lamento profundamente que os Srs. Deputados, que sabem como se trabalha na 1.ª Comissão, estejam a tentar levantar qualquer tipo de suspeição.

Repito que o texto que vai ser objecto de votação é exactamente o que foi votado na Comissão.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, ouvi o Sr. Presidente da 1.ª Comissão e, obviamente, totalmente fé no que ele acabou de dizer. Portanto, parto do princípio de que o lapso terá sido da Mesa.

Então, peço ao Sr. Presidente que, em consonância com o que foi dito pelo Sr. Presidente da 1.ª Comissão, faça redistribuir pelas bancadas o texto do parecer que vamos votar a seguir e do qual constem os números, que foram aprovados em sede da 1.ª Comissão, relativos às posições dos Srs. Profs. Doutores Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa.

Peço ao Sr. Presidente que seja feita tal substituição de textos para que o problema fique sanado em definitivo.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, é para que fiquemos definitivamente esclarecidos sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — O Sr. Presidente da 1.ª Comissão tem razão, mas a forma como os serviços fizeram a correcção do texto é que está mal e induz em erro, porque a folha de substituição aparece com os pontos 10 e 11.

O que se deveria ter feito era substituir integralmente a folha com as págs. 4 e 5, eliminando-se a repetição, que consta dos pontos 10 e 11, renumerando-se os pontos seguintes.

Ao não se ter procedido desta forma, gerou-se a ideia de que teria havido eliminação dos pontos 10 e 11 que integravam o texto que tinha sido aprovado em sede da 1.ª Comissão.

Portanto, ninguém actuou de má fé, mas é bom que os Deputados estejam atentos e que todos saibamos o que estamos a fazer sem necessidade de imputar intenções, que não existem, aos Deputados que intervieram para esclarecer esta matéria.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para dizer que ouvimos o esclarecimento do Sr. Presidente da 1.ª Comissão, que agradecemos, e que, obviamente, relevamos qualquer equívoco.

No entanto, devo salientar que a forma como se procedeu à correcção, oficiosamente e sem ter sido dado conhecimento aos Deputados das diversas bancadas que participaram nos trabalhos da 1.ª Comissão, presta-se a equívocos.

É que o texto que nos foi distribuído continha duas páginas numeradas com o n.º 5, ambas assinadas pelo Sr. Presidente da 1.ª Comissão e pelo Sr. Deputado Vitalino Canas, de uma das quais não constam dois pontos, ao contrário do que sucedia na primeira versão distribuída anteriormente.

Peço, pois, tanto ao Sr. Presidente da 1.ª Comissão como ao de qualquer outra, que, no futuro, os grupos parlamentares sejam avisados quando haja desconformidade entre o que é votado em comissão e o que é apresentado a Plenário, mesmo que decorra de qualquer motivo de ordem formal. Isto para que não torne a repetir-se um incidente igual a este.

O que acaba de suceder é um equívoco que, de facto, só decorre de uma deficiente reelaboração do parecer que foi votado na 1.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, parece-me que o assunto está esclarecido e sanado. Tratou-se apenas de um lapso técnico em que dois parágrafos do parecer foram repetidos, portanto, havia que eliminar a repetição. A eliminação da repetição foi feita sob a forma de aditamento mas, obviamente, o texto final estará correcto.

Não está em causa a parte dispositiva do parecer nem o que foi votado em comissão. Houve, digamos, um excesso de zelo em matéria de edição do parecer quanto à repetição de dois parágrafos.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero retomar o que, de facto, está em discussão e pronunciar-me sobre a matéria, isto é, o parecer da 1.ª Comissão.

Como é sabido, nós, Os Verdes, defendemos, designadamente em Conferência de Líderes, que considerávamos que a 1.ª Sessão Legislativa se tinha iniciado com o início da Legislatura. Mantemos essa nossa interpretação.

Fico preocupada com a intervenção feita por parte do Partido Socialista que considera que anda confundido quem tem uma interpretação diversa da sua própria, pelo que, pelos vistos, andámos todos confundidos até agora. Pelos vistos, andámos todos a violar a Constituição da República Portuguesa, que, afinal, é tão clara, mas que nos confundiu a todos. Sobre esta matéria não direi absolutamente mais nada, Sr. Presidente. A interpretação de Os Verdes fica clara. A maioria decidirá.

Penso que o problema substancial é outro, para além de que — e também gostaria de referir esta outra preocupação — ninguém consegue dar uma designação exacta aos trabalhos que decorreram desde Março até Setembro.

A questão substancial está, de facto, na interrupção voluntária da gravidez.

Toda esta confusão surge apenas porque o Partido Socialista, apesar de já ter recorrido à figura do referendo, que o Sr. Presidente da República decidiu não convocar, vai insistir no sentido de, quanto a nós, continuar a adiar a resolução de um problema, que é urgente resolver, relativo a direitos concretos das mulheres portuguesas, que se traduz na despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Em nossa perspectiva, era escusada toda esta trapalhada porque existe um projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista, aprovado no início da presente Legislatura, que propõe a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Assim, o que deveríamos fazer era, justamente, prosseguir esse processo legislativo e concluí-lo no sentido de alterar a lei de uma vez por todas.

Mais uma vez, refiro que esta Câmara tem, hoje, mais condições do que alguma vez teve para proceder à alteração da lei penal.

Houve um compromisso eleitoral por parte do Partido Socialista — é verdade! — de alterar a lei por via do referendo. Esse processo já foi tentado, mas o entendimento do Sr. Presidente da República não foi no sentido favorável. Assim, o Partido Socialista deveria retomar, rapidamente, um outro substancial compromisso relativo a esta matéria, contido no seu programa eleitoral, que é o da alteração da lei.

Não param de dizer que a lei existente é um crime. Então, não podemos conviver com crimes desta natureza que, ainda por cima, constam da lei, portanto, está na nossa mão alterá-la!! Nesse sentido, Os Verdes reafirmam nesta Casa que a lei já podia ter sido alterada, assim o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda se juntassem a esta nossa vontade de alteração da lei por via da Assembleia da República. Repito que já poderíamos tê-lo feito. Ainda vamos a tempo de o fazer e de, rapidamente, concluir o processo legislativo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos a assistir ao exercício de uma maioria, não no sentido de exercício democrático, que era exigível, mas obstinado. Prosseguindo nessa obstinação, a maioria não olha a meios.

E verificámos algo espantoso.

Primeiro, assistimos à alteração da lei do referendo para «empacotar» prazos que permitissem a reapresentação da iniciativa. Não satisfeita com isto, a maioria veio agora, peregrinamente, colocar uma questão já absolutamente resolvida na III Legislatura, curiosamente, pela mão do próprio Partido Socialista que era o maior partido nesta Câmara. Na III Legislatura, quando se colocou, pela primeira vez, a questão da aplicação das normas agora em causa, relativas a uma investidura da Assembleia da República na sequência de uma dissolução prematura quando ainda estava em curso uma sessão legislativa, nessa altura, o Partido Socialista, que era o maior partido nesta Assembleia, optou pela interpretação que tem sido seguida durante estes 23 anos — 23 anos, repito, e pela mão do Partido Socialista!

Incoerência das incoerências, passados estes 23 anos, e a pretexto de querer impor, à força, um *timing* para a realização do referendo sobre a descriminalização do aborto, vem impor uma interpretação completamente oposta àquela que foi consagrada durante estes anos!…

O que está em causa é um princípio de dignidade da Assembleia da República.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — O País não compreenderá que esta Assembleia tenha, durante 23 anos, consagrado uma prática e uma leitura constitucional e que, hoje, pela mão desta maioria, venha impor uma leitura exactamente oposta àquela que foi seguida. Ninguém no País perceberá esta situação!

Mas o mais grave desta questão é que esta persistência é uma afronta ao Sr. Presidente da República, que, no momento próprio, a propósito da questão da convocação do anterior referendo, chamou a atenção para a necessidade de um referendo desta natureza, pela importância da matéria em causa, pelo seu melindre, ser feito em condições da maior participação cívica e do maior esclarecimento dos portugueses.

Mas o Sr. Presidente da República, se, na altura em que anteriormente lhe foi colocada a questão da convocação do referendo, teve este cuidado, não deixará agora de ter idêntico cuidado, nas circunstâncias ainda mais difíceis em que VV. Ex.as querem colocá-lo quanto à necessidade de convocar o referendo.

É que, não tenhamos dúvidas, no período do Natal, em que há também deslocações de pessoas, em que a atenção das pessoas é naturalmente solicitada para outras matérias, e entre duas eleições, as autárquicas e as presidenciais, com períodos de campanha anteriores e posteriores, VV. Ex.as, numa perfeita manobra de diversão, num desrespeito pela matéria que querem submeter a referendo — repito, num desrespeito pela matéria que querem submeter a referendo —,…

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — … querem impor esta opção e esta leitura, colocando, como já referi, o Sr. Presidente da Assembleia da República numa situação difícil.

Sei que ele decide em consciência, mas é pena que, decidindo em consciência, tenha de fazê-lo contra uma prática de 23 anos, que a Assembleia da República tinha como adquirida.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há uma questão que o parecer da 1.ª Comissão, por muito que se esforce, não consegue contornar, porque é uma questão incontornável. Tal questão tem a ver com o seguinte: a Assembleia da República funciona por legislaturas e ou bem que estamos na IX ou bem que estamos na X — não há legislatura IX e meia, nem há legislatura pré-X.

A IX Legislatura terminou com a dissolução da Assembleia da República — aliás, na IX Legislatura, a maioria era outra, o governo era outro e, embora a política possa ter parecenças, é inquestionável que estamos na X Legislatura.

E o que é que diz a Constituição? Diz que cada legislatura tem quatro sessões legislativas, ou seja, não prevê sessões legislativas fora das legislaturas, como, aliás, é lógico.

E se estamos na X Legislatura e se já decorreu uma sessão legislativa para se começar outra, então, incontornavelmente, se a Legislatura chegar ao fim, não teremos quatro sessões legislativas mas cinco. Creio que isto é incontornável.

Aliás, a Constituição é clara: «a legislatura tem quatro sessões legislativas».

Tenho muito respeito por todos os constitucionalistas, tenho muito respeito por todos os intérpretes, mas não consigo ver «cinco» onde a Constituição tem escrito «quatro». Quanto a isso, tenham muita paciência!…

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Agora, como é que se resolve este problema quando há eleições antecipadas, como foi o caso? Resolve-se como sempre se resolveu e como a Constituição diz que se deve resolver. E diz o seguinte: «(…) a Assembleia então eleita inicia nova legislatura cuja duração será inicialmente…» — inicialmente, sublinho — «… acrescida do tempo necessário para se completar o período correspondente à sessão legislativa em curso à data da eleição.» — em curso à data da eleição e que terminou obviamente com essa eleição. Ou seja, à 1.ª sessão

legislativa acresce tempo e é o tempo necessário para completar um período que decorreria na sessão anterior mas que não decorreu porque a sessão terminou.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Claro!

O **Orador**: — Ora bem, dir-se-á: e há algum problema com esta interpretação? Não há, nem nunca houve!

Nunca houve qualquer problema, sempre foi assim e nunca ninguém contestou que assim fosse!

Então, quando é que o problema surgiu? Surgiu agora, em Setembro, porque o Partido Socialista quer reapresentar uma iniciativa que tinha sido recusada pelo Sr. Presidente da República na sessão legislativa anterior, mas a Constituição, tal como está, não o permite.

Então, o Partido Socialista, como não está em condições de alterar o artigo da Constituição que diz que a legislatura tem quatro sessões legislativas, o que é que faz? Faz aprovar um parecer em que nos quer convencer de que dois e dois normalmente são quatro, mas, quando dá jeito, podem ser cinco…

Risos do PCP, do PSD e do CDS-PP.

E com isso não concordamos, Sr. Presidente!!

Aplausos do PCP.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A Constituição permite a leitura e o entendimento, que foi dado durante muitos anos, de que, em caso de dissolução da Assembleia da República,…

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Agora, «dois e dois» vão ser seis!…

O **Orador**: — … seria acoplado à 1.ª sessão legislativa o tempo correspondente ao da sessão legislativa em curso — é uma leitura e um entendimento constitucional.

No entanto, a Constituição, a este respeito, pesem as variadíssimas interpretações e sobretudo os imperativos categóricos das variadíssimas interpretações, há que convir, é imprecisa e ambígua e também permite a leitura de que há um período (aliás, é assim que é classificado no artigo da Constituição), correspondente ao da sessão legislativa que estava em curso, que pode não ser junto à 1.ª sessão legislativa.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Constituição também permite essa leitura — aliás, a doutrina dos constitucionalistas invocada no parecer vai exactamente nessa direcção.

Com seriedade, é necessário que, em sede de revisão, o legislador constitucional e, particularmente, os partidos que têm «costurado» as revisões constitucionais, o PSD e o PS, venham a tomar uma decisão sem ambiguidades acerca da caracterização deste período.

É que podemos ridicularizar as práticas políticas, dizendo, em relação às legislaturas, que onde se lê quatro, afinal, são cinco, mas também poderemos ridicularizar inversamente, referindo que, em relação à sessão legislativa, acabaram de descobrir que onde se lê um ano, afinal, são 18 meses, e também não é assim exactamente.

Na verdade, há a possibilidade de ter uma outra prática, um outro entendimento que também tem conforto no texto constitucional.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, não ignoramos que foi a realização de um referendo sobre a despenalização do aborto que levou a esta polémica. Contudo, parece-nos que será benéfico para a Assembleia que este entendimento prevaleça de futuro,

porque ele aumenta os poderes dos grupos parlamentares nos vários períodos em relação a uma situação de dissolução da Assembleia da República.

Sr. Presidente, o Sr. Presidente da República, depois de votado o projecto de resolução sobre a realização do referendo, verá que, desta vez, tem razões acrescidas para o poder convocar, atendendo à mensagem que dirigiu a esta Assembleia, e o Sr. Deputado Guilherme Silva verá — porque também anda com as quadras do ano um pouco trocadas… — que ele terá lugar mais perto do São Martinho do que do Natal.

Aplausos do BE.

Sr. **Presidente**: — Não havendo mais oradores inscritos, vamos proceder à votação do parecer, elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o recurso, apresentado pelo CDS-PP, da admissibilidade do projecto de resolução n.º 69/X — Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas (PS).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS e do BE e votos contra do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes.

A aprovação do parecer tem como consequência a rejeição de provimento do recurso interposto. Srs. Deputados, vamos passar à apreciação do voto n.º 23/X — De pesar pelo falecimento do ex-Deputado Afonso Moura Guedes (PSD).

Discursos proferidos no dia 28 de Setembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 29 de Setembro de 2005

O Sr. **Presidente: —** Srs. Deputados, no período da ordem do dia de hoje, que diz respeito a um agendamento potestativo do Grupo Parlamentar do PS, vamos apreciar o projecto de resolução n.º 69/X — Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas (PS). Para apresentar e fundamentar o referido projecto de resolução, tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. **José Vera Jardim** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Ao agendar para hoje a discussão e votação da resolução que propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG), o PS cumpre o último passo do seu compromisso eleitoral na matéria — dar novamente voz aos portugueses sobre a despenalização da IVG, nos exactos termos do referendo, que teve lugar há mais de sete anos, então, como é sabido, com resultados não vinculativos.

Aplausos do PS.

Sete anos em que continuaram os julgamentos de mulheres com base numa lei injusta que não tem em conta as reais condições sociais e culturais do País; lei que não reflecte adequadamente os interesses dignos de protecção, fazendo, em boa parte, tábua rasa dos direitos das mulheres, e se tem mostrado inadequada e ineficaz, gerando situações de clandestinidade e medo, incapaz de responder às reais necessidades de uma política de saúde sexual e reprodutiva bem orientada.

A Sr.ª **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** A discussão sobre o problema da IVG, entre nós, tem ocupado espaço bem visível no debate democrático, nomeadamente desde a revisão do Código Penal, em 1984. Mas é, sem dúvida, a propósito da criminalização nos primeiros meses de gravidez que as iniciativas políticas e os debates na sociedade portuguesa têm assumido maior relevo.

E se os debates de hoje devem ser diversos dos que se iniciaram na década de 80, pelo *stock* de informação científica acumulado nas últimas décadas e pela grande importância e visibilidade que as ciências da vida e as políticas de saúde sexual e reprodutiva alcançaram, nas sociedades contemporâneas europeias, não é menos verdade que o debate continua, entre nós, marcado por posições de natureza filosófica

e ideológica, muitas vezes dissociadas das reais condições sociais, culturais e económicas de aplicação dalei.

Aplausos do PS.

A simplificação do debate, com o recurso a «chavões» que ocultam as ideias e distorcem as reais posições, deve ser evitada, mas não o tem sido por alguns interessados na sua radicalização.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: O que está em causa não é, nunca foi, a liberalização do aborto. O que está em causa é saber em que condições o aborto pode ser justificado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** O aborto é sempre uma ocorrência negativa. E é-o desde logo para a mulher, colocada na situação de ter de decidir, sentindo, dentro de si, o entrechocar de emoções e valores que atingem o sentido mais dramático da existência humana,…

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** … a maioria das vezes na mais profunda solidão, preço que paga pela autonomia e pela decisão pessoalíssima que tem de tomar.

Muito menos se trata de incentivar o recurso ao aborto. A ideia é bem contrária: trata-se de tentar rodear a decisão de tudo aquilo que possa contribuir para a tornar fundamentada, ponderada e apoiada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador: —** O mais importante e decisivo é melhorar as condições da decisão; não criminalizar a

mulher que a toma, cerceando, injustificadamente, a sua liberdade e espaço de autonomia.

Aplausos do PS.

A nossa lei já permite o aborto, num conjunto de situações nela tipificadas; o que se trata agora de saber é se o deverá permitir, e não punir, noutras situações e, designadamente, nas primeiras 10 semanas a seguir à concepção.

Ora, a alteração legislativa que se pretende sujeitar a referendo encontra-se, a nosso ver, num justo equilíbrio entre os direitos da mulher e o interesse da protecção da vida intra-uterina.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** Nada impõe que a defesa da vida intra-uterina prevaleça em todos os casos, como, aliás, já não prevalece sobre os direitos de liberdade, autonomia e autodeterminação da mulher grávida. Estes são direitos que fazem parte integrante do estatuto constitucional de cidadania.

Mas a Constituição consagra, para além disso, expressamente, o direito à dignidade, à maternidade consciente e ao livre desenvolvimento da personalidade. Estes são direitos fundamentais que devem, naturalmente, e sempre que possam colidir com outras situações protegidas, ser objecto de adequada ponderação pelo legislador.

Foi isto mesmo reconhecido pelo Tribunal Constitucional, em sucessivos acórdãos, o último dos quais incidindo sobre a iniciativa do referendo, em 1998.

Se há, naturalmente, limites que o legislador deve respeitar, impostos pelo interesse da protecção da vida intra-uterina, existe margem para soluções legislativas que tenham em conta os direitos da mulher constitucionalmente consagrados.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Se temos de levar a sério a protecção do feto, não podemos

levar menos a sério o direito das mulheres de decidirem, com autonomia e responsabilidade, no que diz respeito ao livre e consciente desenvolvimento do seu caminho de vida.

Aplausos do PS.

A solução legislativa que pretendemos sujeitar a referendo é a que mais equilibradamente, a nosso ver, resolve os conflitos de valores e interesses em jogo.

O Partido Socialista garantiu aos portugueses, no seu programa eleitoral, a realização de novo referendo sobre a questão do aborto. Não está, aliás, isolado nesta matéria mas, antes, acompanhado por um amplo conjunto de forças políticas representadas neste Parlamento.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Pelo PCP não está! Está pelo BE!

O **Orador: —** Sete anos passados sobre a realização do referendo sobre a matéria, com os resultados conhecidos, é agora tempo de dar a palavra ao povo, para, democraticamente, se poder novamente pronunciar.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** Se há matéria em que tem havido ampla discussão, esta é a matéria. Ela está suficientemente amadurecida para um voto consciente dos portugueses, o

que não significa, bem pelo contrário, que não se deva exigir um debate profundo, antecedendo o que esperamos ser uma ampla participação.

Sabemos, por experiência, quanto de paixão e de postura radical e de posições extremas, se tem introduzido neste debate — o já chamado choque de absolutos. O debate democrático e o exercício do direito de voto são o modo por excelência da racionalização de decisões colectivas, no respeito pelos princípios constitucionais. A sociedade portuguesa está suficientemente madura para assumir, nesta matéria, as suas responsabilidades.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Socialista cumpre, com a apresentação e votação da presente resolução, a parte que lhe compete. Participará serena mas activamente no debate nacional que vier a preceder o referendo. Espera que todos possam para ele contribuir com a mesma serenidade. Caberá, em seguida, naturalmente, ao Sr. Presidente da República e ao Tribunal Constitucional, cada um no exercício das suas competências próprias, tomar as decisões que possam viabilizar a consulta referendária.

Por nós, bater-nos-emos na defesa das nossas convicções pela alteração da lei. A lei em vigor falhou nos seus objectivos de prevenção e tem-se mostrado ineficaz e perniciosa para a condução de uma correcta política de saúde reprodutiva.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador: —** E, finalmente, tem-se mostrado injusta e socialmente inaceitável, gerando situações de profunda desigualdade entre mulheres de diferentes extractos sociais, só algumas tendo acesso ao aborto legal que se pratica na generalidade dos países europeus.

Aplausos do PS.

Efectivamente, como é sabido, a generalidade das legislações europeias aceitam a solução que o PS propugna,…

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Mais até do que o PS propugna! Até a França já aumentou o prazo!

O **Orador: —** … reflectindo, aliás, uma clara evolução, desde há 20 anos a esta parte, de que temos, infelizmente, ficado arredados.

É importante que possamos, em Portugal, na esteira dessas soluções, instaurar uma verdadeira acção sistemática de saúde pública que acompanhe a mulher na decisão e crie um quadro de aconselhamento e apoio, sem tabus, sem clandestinidade e sem medo. Isto é precisamente o contrário da criminalização, que não atingiu, nem pode atingir, os objectivos que pretendia prosseguir, gerando uma política de repressão injusta e uma prevenção criminal votada ao malogro.

Aplausos do PS.

Isso não queremos que continue e estamos confiantes de que a larga maioria dos portugueses também não o quer!

Defenderemos as nossas convicções, com respeito pelas convicções contrárias. Assim, todos contribuiremos para um saudável debate democrático e para uma solução sufragada pelo povo português.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Vera Jardim, tenho duas questões muito precisas para colocar-lhe, a primeira das quais relativa ao processo deste agendamento e a segunda relativa à substância da pergunta que está em causa no vosso projecto de resolução.

Quanto ao processo, Sr. Deputado, nós não podemos deixar de lembrar a triste história que tem sido a prestação do Partido Socialista neste processo.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —** Em Abril de 2005, o Partido Socialista fez aprovar, nesta Câmara, um projecto muito semelhante ao que hoje apreciamos. A verdade é que o Sr. Presidente da República utilizou o seu veto político, dizendo que não havia condições políticas para realizar um referendo em Julho. Aí, iniciou-se uma sucessão de trapalhadas. Primeiro, o Partido Socialista obrigou o Parlamento a mudar a lei do referendo, a mudar a lei da eleição do Presidente da República, a mudar a lei do recenseamento, única e exclusivamente, para servir os seus interesses próprios.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —** Depois, o PS obrigou o Parlamento a quebrar um entendimento unânime de 20 anos e a alterar o texto da Constituição, única e exclusivamente, para poder repetir na mesma sessão legislativa um projecto que havia sido vetado pelo Sr. Presidente da República.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Uma vergonha!

O **Orador: —** Tudo isto tinha uma conclusão, que é aquela a que estamos hoje, aqui, a assistir: a reapresentação de um projecto que já foi anteriormente vetado.

Mas a questão que quero colocar-lhe, Sr. Deputado, tem a ver com o seguinte: mesmo com a alteração dos prazos que o Partido Socialista obrigou esta Câmara a votar, sucede que, até encurtando todos os prazos, com excepção, obviamente, do prazo do Tribunal Constitucional, que, entre outras coisas, terá de se pronunciar sobre a questão do início da sessão legislativa, o referendo só poderá ser convocado a partir do dia 19 de Dezembro de 2005. Ora, como o referendo, nos termos legais, tem de realizar-se, obrigatoriamente, a um Domingo, temos como datas disponíveis para realizar o referendo ainda este ano, o dia 25 de Dezembro ou, então, no ano seguinte, no primeiro Domingo de 2006, que é o dia 1 de Janeiro. A questão que lhe coloco, Sr. Deputado, é a de saber se considera que estas datas são politicamente aceitáveis.

Parece-lhe que estas datas respeitam a vontade do Sr. Presidente da República, de realizar o referendo numa altura condigna?

A segunda pergunta que quero colocar-lhe, Sr. Deputado, é de substância. Há uma questão que a bancada do CDS-PP continua sem respostas. Continuamos sem entender por que é que vida, para o PS, é um valor absoluto, com tutela jurídica e com direitos salvaguardados, a partir da décima semana e um dia e até à décima semana é algo que não tem qualquer espécie de valor, um bem totalmente «liberalizável», que pode ser posto em causa face às consequências sociais ou económicas para a mãe.

Sr. Deputado, esta é, para nós, uma questão muito importante, uma questão civilizacional. Nós temos essa resposta; gostávamos de ouvir a resposta do PS.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Vera Jardim, no anterior referendo, estivemos do mesmo lado da barricada e agora, se o houver, também estaremos. Porém, já na altura fomos empurrados para o referendo pelo então primeiro-ministro, o Eng.º Guterres, com a discordância, aliás, de muitos militantes do Partido Socialista.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

A **Oradora: —** Apesar de não ter muito tempo disponível, gostaria de dizer que não é verdade — mas não é isso o que agora vou discutir — que as legislações de muitos

países europeus tenham a solução preconizada pelo Partido Socialista. A França teve-a — e o projecto de lei do Partido Socialista teve por base a lei francesa —, mas hoje já aumentou a possibilidade de interrupção voluntária da gravidez para 12 semanas.

De qualquer forma, gostaria aqui de dizer que a continuação da situação que as mulheres portuguesas vivem, em que são levadas para os bancos dos tribunais e vêem a sua vida e a sua privacidade devassadas, é insuportável. Este é um assunto que a Assembleia da República deveria resolver rapidamente, aliás, já teve possibilidades de o fazer.

É claro que a direita diz, como lhe temos ouvido, que não há qualquer mulher na cadeia. Isto é uma grande hipocrisia! Se não há, então, para que querem a lei que ameaça as mulheres com penas de prisão até três anos?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** De resto, sempre é possível, ainda que não logo no início, ir para a cadeia por causa desta lei. Bastará que a prisão seja remida a dinheiro, que não se pague ou não se possa pagar a multa e que, depois, não se possa sequer prestar trabalho a favor da comunidade. Aliás, essa era uma solução advogada pelo então ministro Bagão Félix, que dizia que com o trabalho a favor da comunidade as mulheres pagariam a sua culpa de não se conformarem com as leis.

Desta maneira, esse argumento da direita não tem absolutamente razão alguma de ser.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora: —** Mas também o PS veio prolongar a situação de aflição e de angústia das mulheres portuguesas, veio prolongar a possibilidade de poderem ser denunciadas. E depois do referendo houve, efectivamente, um agravamento na perseguição penal das mulheres, houve mais casos denunciados nos tribunais, sendo esse um dos resultados da insidiosa campanha dos movimentos do «Não».

O PS vem com um argumento muito frouxo: o de que tem no seu programa eleitoral a realização do referendo.

O Sr. **Presidente: —** Sr.ª Deputada, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

A **Oradora: —** Concluo de imediato, Sr. Presidente.

Pensam os Srs. Deputados que efectivamente os portugueses que votaram no PS votaram em tudo o que constava do programa eleitoral?

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Votaram!

A **Oradora: —** Isso nem corresponde ao nosso sistema democrático!

Termino dizendo que, há uma semana, quando estive nas Caldas da Rainha, li num jornal uma declaração de uma pessoa, perfeitamente identificada com o número de militante do PS, pedindo perdão aos portugueses por ter votado no PS.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A **Oradora: —** Li-o no jornal *Público*, não em qualquer jornal regional!

O Sr. **Presidente: —** Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Vera Jardim, a posição de Os Verdes quanto à matéria em causa é muito clara e sobejamente conhecida. Por princípio, consideramos estar perante uma questão desejavelmente não «referendável», porque se trata de uma questão da consciência individual de cada mulher, situação que só pode ser garantida com a efectiva alteração da lei.

Por outro lado, consideramos que temos todas as condições, como não tivemos no passado, de alterar esta lei por via da Assembleia da República.

O PS afirma, no seu programa eleitoral, traduzido, depois, no Programa do XVII Governo Constitucional, que «Esta despenalização da interrupção voluntária da gravidez é uma inadiável exigência de justiça e dignidade para as mulheres (…)».

Ocorre que, se atendermos a todo o processo, o PS tem contribuído sobremaneira para adiar a absoluta necessidade de alteração desta lei.

Podemos ir mais atrás, recuar à VII Legislatura, e relembrarmo-nos de que decorria um processo legislativo, que por proposta de uma projecto de resolução do PSD, ao qual o PS se «agarrou», foi interrompido e deu lugar à realização de um referendo. O resultado todos o conhecemos.

O PS, agora com maioria absoluta, agarra-se mais à figura do referendo do que ao próprio objectivo de alteração da lei e, nesta Legislatura, faz uma primeira tentativa de referendo. O Presidente da República não o convoca, sendo que, na nossa perspectiva — e já o temos dito aqui por diversas vezes —, a figura do referendo ficou obviamente esgotada. A responsabilidade do PS dever-lhe-ia ter permitido acelerar o processo na Assembleia da República por forma a promovermos a tão desejada alteração da lei e a garantir esse direito às mulheres portuguesas.

Entretanto, o PS reduz os prazos para a realização do referendo e altera as sessões legislativas para conseguir, única e exclusivamente, uma segunda tentativa de referendo. Passa novamente a «bola» para o Presidente da República.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Para o povo português!

A **Oradora: —** Devem ficar de consciência tranquila, mas aquilo que queremos afirmar é que a responsabilidade nesta matéria por parte do PS não pode ficar por aqui.

Face a todo este quadro temos agora várias hipóteses. O Presidente da República convoca o referendo e ele pode realizar-se, sendo que, neste caso, temos três hipóteses: ou é vinculativo e a resposta está dada; ou não é vinculativo e ganha o «sim»; ou não é vinculativo e ganha o «não». Temos uma outra hipótese: o Presidente da República não convoca o referendo.

Face a estas hipóteses, que temos de agarrar como verdadeiras possibilidades, pergunto concretamente ao Partido Socialista o seguinte: que atitude podem os portugueses esperar da vossa parte face aos cenários possíveis daquilo que pode acontecer nos próximos tempos?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim, dispondo de 5 minutos.

O Sr. **José Vera Jardim** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelas perguntas que me colocaram.

Sr. Deputado Pedro Mota Soares, cada debate a seu tempo. Já fizemos o debate de uma série de questões em que V. Ex.ª agora insistiu, pretendendo trazê-las novamente aqui hoje.

V. Ex.ª está no seu direito — e é-lhe inteiramente legítimo — de criticar, não pode é querer renovar um debate que está terminado e concluído — o debate processual anterior.

Aplausos do PS.

O que temos hoje agendada é a discussão e votação de um projecto de resolução sobre a convocação de um referendo. A revisão do processo referendário está esgotada, não é para esta sede. V. Ex.ª, se quiser colocar alguma questão a esse propósito, tem outros meios para o fazer, como sabe.

Relativamente à questão de fundo, o Sr. Deputado não percebe certas coisas, e não sou eu quem vai puxar de toda a ciência e experiência legislativas e constitucionais de praticamente toda a Europa para lhas explicar — longe de mim! Não tenho de as explicar! Aconselho-o, porém, a ler, sobre esta matéria, as leis da generalidade dos países da Europa, as decisões dos tribunais constitucionais europeus na sua grande generalidade e, desde logo — mais acessível —, as decisões do Tribunal Constitucional português.

Quando há colisão de direitos, como acontece nesta matéria, naturalmente que o legislador deve encontrar uma solução proporcionada, equilibrada e ajustada, que é aquilo que propomos. Sr. Deputado, não vamos também renovar esse debate; fá-lo-emos aquando da discussão do referendo.

Estar, neste momento, a colocar aqui todas as questões que o Sr. Deputado colocou, por mais interessantes que sejam quanto à substância, não me parece adequado.

Sr.as Deputadas Odete Santos e Heloísa Apolónia, respeito a posição do PCP e de Os Verdes; peço-vos apenas que respeitem a nossa.

O Partido Socialista entende que criou um pacto de confiança com os eleitores sobre esta matéria. E como esta não é uma qualquer matéria mas, sim, a matéria que sabemos, esse pacto de confiança com os eleitores exige que o Partido Socialista faça tudo o que estiver ao seu alcance para tornar a ouvir os cidadãos num processo referendário.

Aplausos do PS.

Repito: tudo o que estiver ao seu alcance.

O Sr. Deputado Pedro Mota Soares colocou-me uma última questão a que não respondi, porque há questões às quais não cabe ao Partido Socialista responder. Trata-se da data de realização do referendo.

O que afirmamos muito claramente é que, no nosso entender, este referendo deve ser feito o mais rapidamente possível. Quanto ao resto, cabe, naturalmente, ao Sr. Presidente da República, no exercício das suas funções constitucionais, definir a data do referendo e fazer tudo aquilo que a ele compete para que ele possa ser realizado.

Portanto, Sr.as Deputadas, tenho o maior respeito pelas vossas posições... VV. Ex.as entendem que o Parlamento teria — e tem, em geral, em teoria — poderes para definir a data do referendo, mas o PS não obrigou ninguém, como o Sr. Deputado Pedro Mota Soares pretendeu, porque no Parlamento quando se votam as coisas não se obrigam as minorias, é a maioria que vence, o que é diferente.

Aplausos do PS.

Portanto, Sr. Deputado, o PS não obrigou ninguém, o PS votou, e continuará a votar, para cumprimento desse pacto de confiança com os portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Pinto.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: O Parlamento debate, novamente, a questão do referendo ao aborto. Cada debate sobre esta matéria pode já ser considerado o grande exercício da hipocrisia.

Não há melhor exemplo de como, utilizando todas as manobras e todos os artifícios, a direita foge a enfrentar aquilo que é inevitável: a alteração da lei que criminaliza as mulheres que abortam. Uma lei ultrapassada, ridícula aos olhos da Europa e completamente ineficaz, mesmo em relação a pressupostos preventivos, que alguns, poucos e cada vez menos, encontram como a justificação patética para a sua manutenção.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A **Oradora: —** Não previne coisa alguma e muito menos o aborto. Pelo contrário, a actual lei liberaliza por completo o mercado clandestino do aborto. Clandestino? Será certo ainda utilizar esta palavra para caracterizar aquilo que toda a gente sabe o que é, onde se faz e quanto custa?

Quantas mais evidências serão ainda precisas para que caia de vez a máscara da hipocrisia?

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora: —** Não há um único argumento que sustente a posição do sistemático adiamento do referendo ao aborto. Um único! Para a direita nunca haverá datas convenientes nem épocas propícias. Nesta matéria temos um longo rol de argumentos e justificações do «faz de conta»: o anterior referendo, a legitimidade política de uma votação não vinculativa, o período de nojo, os compromissos eleitorais, os referendos prioritários — o da Europa (lembram-se?...), que, entretanto, passou à história —, os eleitores estão cansados de votar, a polémica das sessões legislativas, as épocas do ano, etc., etc., etc.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Muito bem!

A **Oradora: —** Só há um argumento coerente, e esse VV. Ex.as não assumem: que tudo fique na mesma, que não se altere a actual lei que criminaliza as mulheres e prevê uma pena de prisão até três anos.

Já sabemos que para o CDS-PP a lei devia ser aplicada até à prisão. Não fazem a coisa por menos, ou então qual o sentido de invocar o facto de não haver mulheres presas sempre que se debate esta questão?

Aliás, é uma lei que só vos preocupa pela metade, pois a lei que vigora em Portugal é aplicada pela polícia que persegue e investiga as mulheres, é aplicada pelo Ministério Público que as acusa e pelos tribunais que as julgam, independentemente da sentença aplicada.

Mas há outra metade da lei, a tal parte que prevê as excepções em que o aborto é permitido e que não é aplicada nos hospitais, como ainda na semana passada reconheceu aqui o Ministro da Saúde. Mas esta parte não vos preocupa, Sr.as e Srs. Deputados da direita. Aliás, regista-se uma ausência de intervenção e de opinião da direita quando aqui se fala de educação sexual, de contracepção e de planeamento familiar.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Muito bem!

A **Oradora: —** Aquilo que votaremos hoje é a realização de um novo referendo e o Bloco de Esquerda votará, novamente, a favor. Temos a convicção de que esta será a melhor forma de acabar com todas as hipocrisias.

O CDS-PP não quer o referendo porque não quer mudar a lei e tem medo da derrota nas urnas; o PSD diz que quer o referendo, mas nunca é tempo de realizá-lo.

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora: —** Nada impede a realização de um referendo em Novembro. Os portugueses e as portuguesasquerem pronunciar-se, querem votar expressando a sua opinião e estou certa de que o farão para pôr fim à vergonha nacional dos julgamentos e à ofensa à dignidade das mulheres.

Inventem o que quiserem, Srs. Deputados das bancadas da direita: imbróglios e artifícios jurídicos,

argumentos fantasiosos, adiamentos e mais adiamentos. Tudo o que quiserem!

A vida, a vida real e as mulheres não abdicarão de vos interpelar sobre aquilo que de facto importa: conseguem VV. Ex.as viver tranquilos sabendo que o aborto clandestino continua, que se pratica em todas as cidades e vilas, que umas mulheres têm dinheiro para o fazer em segurança e que outras entram nas urgências dos

hospitais com a sua saúde em perigo, mas mesmo assim são encaminhadas para as esquadras de polícia? Conseguem VV. Ex.as viver tranquilos assumindo a condição de Deputados e de Deputadas da Nação, que têm um mandato para fazer leis, mas não querem alterar uma, que nem VV. Ex.as têm a coragem de exigir que se cumpra, ou seja, mandar as mulheres para a prisão? Conseguem VV. Ex.as viver tranquilos recusando, sistematicamente, uma consulta popular quando o vosso grande e único argumento para não alterar a actual lei é que não se pode contrariar o resultado de um referendo que se realizou — vejam bem...! — há mais de sete anos, Srs. Deputados?

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora: —** É preciso que esta Assembleia assuma que 2005 é o prazo mais do que razoável para resolver esta situação. Caso contrário, e caso se verifique a segunda inviabilização do referendo, ninguém pode sentir-se obrigado a esperar eternamente pela sua realização.

É preciso que o Partido Socialista assuma que não podemos andar de referendo em referendo até que algum Presidente da República o convoque.

Votaremos hoje um projecto de resolução que preconiza a realização do referendo e esperemos que o mesmo seja convocado ainda este ano.

Caso assim não seja, não nos resta outro caminho senão o de assumirmos as nossas responsabilidades e completarmos aquilo que começámos quando aprovámos dois projectos de lei que descriminalizam o aborto.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Pela segunda vez, no curto espaço de cinco meses, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresta-se para aprovar, nesta Assembleia da República, a proposta de convocação de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Trata-se, como todos sabem, de uma iniciativa recorrente, que quase mês sim mês não esta Câmara é chamada a discutir, numa evidente espiral de instrumentalização político-partidária…

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Muito bem!

O **Orador: —** … que, a meu ver, e com toda a franqueza, vai ao arrepio da elevação e da dignidade que a abordagem deste tema devia merecer por parte de todas as bancadas deste hemiciclo.

Aplausos do PSD.

Infelizmente, não tem sido assim.

É por essa razão – exactamente para procurar não contribuir para tal instrumentalização —, que me proponho tão-só, neste debate, enunciar, com a maior clareza que me for possível, a posição do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata sobre aquelas que, a meu ver, são as questões essenciais que se colocam sobre o referendo ao aborto.

Proponho-me, então, clarificar a posição política do Partido Social Democrata.

São três, para nós, as questões essenciais: em primeiro lugar, a nossa posição sobre a realização ou a não realização do referendo; em segundo lugar, a nossa posição sobre o momento em que esse referendo deve ter lugar; em terceiro lugar, a nossa posição sobre a legitimidade do Parlamento para, hoje, votar a proposta que nos é renovada pelo grupo parlamentar socialista.

Vamos à primeira questão.

O PSD não tem objecção à realização de um novo referendo sobre o aborto durante esta Legislatura. É um compromisso político inscrito no programa eleitoral do

Partido Socialista — os senhores é que o inscreveram assim —, com o qual se apresentou às eleições de Fevereiro último.

O resultado eleitoral claro então obtido legitima o Partido Socialista a avançar com esta iniciativa durante a presente Legislatura.

De resto, é um bom princípio, um princípio salutar, respeitar os compromissos assumidos perante o eleitorado.

A posição de não objecção que o Partido Social Democrata tem é também conhecida desde a mesma campanha eleitoral. Recordo que nela dissemos que, pela nossa parte, não tomaríamos iniciativa na matéria, mas que não nos oporíamos à sua convocação se essa viesse a ser a vontade maioritária do Parlamento. Dissemo-lo e mantemo-lo.

Hoje, como no debate que há cinco meses atrás aqui travámos, reafirmo que o PSD não está contra a realização de um novo referendo sobre o aborto.

Mais: deixo aqui claro que se o actual Presidente da República entender convocar o referendo para depois das eleições presidenciais tal decisão não merecerá qualquer oposição ou reparo pela parte do Partido Social Democrata.

E é aqui que entronca a segunda questão, a de saber em que momento o referendo deverá ter lugar.

À nossa frente temos, nos próximos três meses, um exigente calendário político-eleitoral. Estamos em plena recta final da campanha eleitoral para as eleições autárquicas e iniciou-se já, com particular agitação e animação, diga-se, a pré-campanha para as eleições presidenciais. Há até um invulgar número de candidatos no terreno, como pelo menos há vinte anos se não via, o que promete uma disputa acesa e um debate político altamente mobilizador da sociedade portuguesa. E ainda bem que assim é, não só porque a situação grave que o País atravessa plenamente o justifica, como porque com a vivacidade desse debate e dessa disputa eleitoral ganha a democracia e ganhará, estou seguro, o futuro de Portugal.

Acresce que a este exigente calendário eleitoral ainda irá sobrepor-se o calendário orçamental.

O Orçamento do Estado dará entrada na Assembleia da República imediatamente após as eleições autárquicas e a sua discussão tem um intenso calendário até ao dia 30 de Novembro, data aprazada já nesta Assembleia para a sua votação; um calendário intenso e um debate participado e duro, dentro e fora do Parlamento, desde logo pelas medidas polémicas e restritivas que, seguramente, o Orçamento do Estado para 2006 irá impor ao País.

Ora, fica por demais evidente que a relevância política e nacional destas matérias não abre espaço para a introdução, nesse período, de um outro debate nacional e logo sobre um assunto tão sério como o do aborto.

Já em Maio passado, quando recusou a primeira iniciativa socialista, o Sr. Presidente da República expressamente disse que o fazia por «não estarem asseguradas as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos portugueses».

Mais adiante, na mesma mensagem, o Sr. Presidente da República concluía que a sua recusa devia ser interpretada como «um incentivo à realização do referendo em circunstâncias mais adequadas, na perspectiva de uma cidadania activa e participada».

Pois bem, entendem os Deputados socialistas que as condições que não estavam reunidas em Julho para a realização do referendo, por razões lúdicas que legitimamente assistem aos cidadãos para gozo das suas férias, se verificam agora, entre o final de Novembro e o Natal, «encavalitado» na campanha eleitoral para a presidência da República e em cima do debate sobre o duro e difícil Orçamento do Estado para 2006.

Desculpem-me que vos diga, mas não é uma proposta para ser levada a sério! Entra pelos olhos dentro que seria como «meter o Rossio na Betesga», prejudicando gravemente qualquer participação cívica séria em alguns ou em todos destes assuntos.

Ainda por cima, os senhores sabem que só por masoquismo se imporia um tão louco calendário aos portugueses, com três actos eleitorais em três meses sucessivos.

É que não há aqui nenhuma questão de «agora ou nunca», pelo contrário.

Disse, e reafirmo, que não levantamos qualquer obstáculo a que o referendo seja convocado para depois das eleições presidenciais.

Haverá, então, todas as condições para a realização do debate sereno, participado e com a elevação que o assunto merece.

Só mesmo quem queira furtar-se a essa participação e a essa elevação do debate é que pode desejar o contrário.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A terceira e última questão tem a ver com a legitimidade desta Assembleia para renovar ao Sr. Presidente da República uma proposta por ele recusada há cinco meses.

Por muito — e acreditem que é enorme — que seja o respeito que nutro pela douta opinião académica de alguns ilustres professores de Direito, não posso senão discordar daqueles que defendem que a 1ª sessão legislativa não se iniciou no início da Legislatura.

Por interessantes e engenhosas que possam ser as reflexões em torno da articulação de várias disposições constitucionais que tocam este tema — de resto, diga-se, algumas delas com uma redacção bastante defeituosa —, o que decididamente já não é nada interessante é optar por um caminho interpretativo que desemboca num evidente contra-senso.

Entendamo-nos, Srs. Deputados.

A regra é a legislatura ter quatro anos, distribuídos por quatro sessões legislativas de um ano cada.

A excepção, di-lo a Constituição, é a legislatura, por força da ocorrência de eleições antecipadas, ser acrescida, no seu início, dos meses necessários para se completar o período de tempo correspondente à sessão interrompida pela dissolução da Assembleia.

Ora, se esse tempo acresce ao início da legislatura, naturalmente que acresce à 1.ª sessão legislativa, que, como diz o próprio ordinal, é aquela com que se inicia a legislatura. É por isso mesmo, Srs. Deputados, que ela é a primeira!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Com a simplicidade das coisas que são evidentes, foi, de resto, sempre esse o entendimento consensual deste Parlamento, que se traduziu numa prática reiterada, e nunca contestada, de pelo menos 20 anos.

Daqui decorre uma única consequência.

Não que o referendo ao aborto não possa ser proposto e não possa ser convocado até ao final do próximo ano. Não, Srs. Deputados!

O que não pode é o grupo parlamentar socialista renovar a sua proposta até ao final desta 1.ª sessão legislativa.

A sua — a vossa — legitimidade para o fazer, ainda que assim não pense a maioria que a sancionou, só é retomada na próxima sessão legislativa.

Forçar o Parlamento a este atropelo à Constituição é um acto gratuito e prepotente de uma maioria absoluta. Não havia necessidade!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador: —** Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Da resposta a estas três questões — afinal, as questões verdadeiramente essenciais a este debate, que não é o debate sobre aborto, mas o debate sobre a proposta de realização de um referendo em finais de Novembro, princípio de Dezembro — resulta clara a posição da bancada do Partido Social Democrata.

Não estamos contra a convocação de um referendo sobre o aborto.

Achamos que o mesmo só deve ter lugar a seguir às eleições presidenciais.

Afigura-se-nos ilegítima — logo, inconstitucional — a presente renovação da iniciativa pelo grupo parlamentar socialista.

Vamos, por isso, votar contra esta proposta.

Termino, Sr. Presidente, deixando aqui o meu lamento pela triste banalização e menor dignidade que a abordagem deste assunto, sistematicamente, vem merecendo.

A natureza do problema que está por detrás da interrupção da gravidez merece uma elevação que não é, de todo, compaginável com a sua instrumentalização política, seja num seja no outro sentido.

O debate político e o combate partidário não se dignificam — antes pelo contrário — transformando em arma de arremesso a tragédia das crianças e das mulheres envolvidas no drama do aborto.

Não contem connosco para esse aproveitamento tão pouco ético.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente: —** Informo a Assembleia que o grupo parlamentar proponente deste projecto de resolução requereu que a sua votação tenha lugar no final do debate. Assim acontecerá, nos termos do nosso Regimento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Aspecto muito relevante para o debate que aqui travamos será o de saber o que se passou para chegarmos até aqui. É que, por muito que procuremos nos registos da história parlamentar, dificilmente encontraremos melhor exemplo de como, num processo legislativo, um partido conseguiu fazer tudo tão mal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Isto, apesar de haver uma maioria absoluta, estabilidade política e tempo bastante para conseguir exactamente o contrário.

Só que o problema está mesmo aqui. Confundindo maioria absoluta com poder absoluto, o Partido Socialista sente-se legitimado para todos os excessos, mesmo quando desaconselhado por todas as regras e, de entre estas, pelas mais elementares de bom senso.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —** Primeiro, foi um referendo que alguns quiseram, porque o davam por decidido, mas que perderam.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador: —** Depois, foram as desculpas e a ameaça do que haveria de vir. Porque o discurso logo passou a ser o de que a vontade soberana do povo só valeria num referendo vinculativo e o primeiro não o tinha sido.

Claro que ninguém terá dúvidas de como, independentemente da participação verificada, o referendo seria completamente vinculativo em caso de vitória do «sim».

Aplausos do CDS-PP.

Coincidente o resultado com a vontade socialista, teríamos assunto encerrado e na decisão popular uma sábia decisão. Só que ganhou o «não».

Vai daí, houve que tentar impor um novo referendo em Abril passado.

Só que aqui, houve, desde logo, que ponderar um risco: o de nova derrota, previsível no radicalismo da solução socialista, que previa a prática do aborto até aos quatro meses.

Tudo ponderado, na sempre fértil imaginação da maioria, a solução foi fácil. Se a proposta era radical, enganavam-se os portugueses e perguntava-se-lhes apenas sobre a prática de abortos até às 10 semanas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Só que «a mentira tem perna curta». E o CDS-PP denunciou-a.

Isto, perante uma fingida indignação socialista, que o passo seguinte logo denunciou. É que, perante os factos, caiu a indignação e, com ela, o aborto até aos quatro meses.

Depois, veio uma sensata decisão do Sr. Presidente da República, que, dizendo não estarem asseguradas as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos portugueses, decidiu não convocar o referendo.

E, então, quando todos dávamos o assunto por encerrado nesta sessão legislativa, quando todos já julgávamos que nem esta maioria socialista nos conseguiria surpreender mais, eis que se revelou, uma vez mais, em todo o seu esplendor.

Se a lei do referendo já não permitia realizar um referendo do aborto até ao final do ano, houve que alterar a lei. E se a Constituição não permitia a mesma discussão na mesma sessão legislativa, houve que inventar uma nova sessão legislativa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Tudo com a maior das naturalidades e como se 20 anos de prática parlamentar de repente se tivessem revelado tremendo equívoco que só a inteligência socialista foi capaz de deslindar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** E, aqui chegados, com tanta trapalhada, começamos até a perguntar-nos se o Partido Socialista quer verdadeiramente referendar esta questão. Porque, para o conseguir, dificilmente se conseguiriam escolher piores caminhos durante tão pouco tempo.

Aplausos do CDS-PP.

Se na forma o processo tem sido verdadeiramente lamentável, na substância, porém, a opção da maioria não nos causa menor indignação. Nesta discussão argumenta-se a diferentes níveis: processual, constitucional, regimental, material. Cada um na sua bancada. Cada qual assente na sua razão. Sob diversos pretextos, que se pretendem formalizar no plano do Direito: integridade moral da mulher, dignidade social, maternidade consciente, razões de natureza económica ou social.

Só que, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, para além do Direito, há uma outra dimensão: a dimensão da moral, a dimensão dos valores de civilização, de que depende, em boa verdade, a existência do próprio Direito.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —** E, nesta dimensão, a questão maior que verdadeiramente nos distingue é a do real valor de uma vida humana. Porque, dependendo do que decidirmos, é isso que verdadeiramente aqui está em causa.

De um lado, aqueles que acham que a vida se limita por decreto, que vêem em razões económicas e sociais justificação para lhe pôr termo, que centram todos os esforços na luta pela liberalização do aborto. E que, até para salvaguarda de consciência, têm sempre no referendo o melhor instrumento de responsabilização colectiva, apesar do mandato que, em tempo útil, o povo lhes deu.

Do outro lado, aqueles que, como nós, pensam exactamente o contrário. Que pensam que o aborto é um mal, que o aborto é um erro irreparável. Que acreditam que não se deve, não se pode legitimar o direito de um julgar sobre a vida do outro.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —** E que, mais do que simplesmente rejeitar a ideia da liberalização do aborto, insistem decididamente no combate às suas causas como única solução possível.

Mas importa também, numa discussão que se quer séria, assinalar todos os equívocos, todas as falsidades com que alguns pretendem condicionar um debate que só faz sentido neste Parlamento se for verdadeiro. Somos sensíveis — até muito! — a todos os verdadeiros dramas de vida que muitas vezes levam tantas mulheres à ponderação de uma decisão tão traumatizante como a de abortarem.

Não desconhecemos também muitos outros casos em que a decisão é, infelizmente, bem mais egoísta. Só que estes factos não invalidam a convicção, que deverá prevalecer sempre, de que a vida, enquanto

valor, não é prescindível e de que não pode haver razão social ou económica que possa justificar a eliminação de uma criança que, em condições normais, acabaria por nascer.

Depois, não podemos ser indiferentes à experiência de todos os países que optaram por essa via.

Hoje, todos reconhecem que nem mesmo nos países com ampla liberalização do aborto se conseguiu diminuir o recurso à sua prática ou, até, o aborto clandestino.

Também não é sério dizer-se, como ouvimos tantas vezes pessoas tão relevantes dizerem, como o próprio Primeiro-Ministro, há oito dias, neste Parlamento, que quem assim pensa não se importa com o destino das mulheres presas pela prática do aborto.

Não há, neste país, em nenhum estabelecimento prisional, uma única mulher presa pela prática do aborto.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — É preciso haver?

O **Orador: —** Como não há uma única disposição do Código Penal que não preveja uma pena de prisão.

É a técnica legislativa. Também não há pessoas presas pela prática de difamações, não há pessoas presas pelo facto de aí vir prevista a pena de prisão. Simplesmente, é essa a técnica legislativa.

Aplausos do CDS-PP.

Além de que não existe igualmente nenhuma contradição entre esta realidade e a aplicação da própria lei.

Como aqui explicou, em 1997, um Sr. Deputado, curiosamente eleito pelo Partido Socialista, a incriminação do aborto não representa uma censura moral ou religiosa à mulher que a ele se submete, mas, sim, o estabelecer de uma fronteira entre o lícito e o ilícito, que não se reduz à aplicação repressiva de uma pena, mas a uma função dissuasora e preventiva, traduzida num valor civilizacional.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador: —** Também não é verdade que Portugal tenha uma lei sem paralelo, singular, por exemplo no plano europeu.

A lei portuguesa já comporta excepções num compromisso que, neste Parlamento, foi conseguido — muito similar, de resto, à solução espanhola. E que dizer do pseudo-humanismo desta esquerda que se indigna com o julgamento de mulheres pela prática de abortos? Porque, na solução socialista, mulher que aborte até às 10 semanas não será julgada — e daí essa indignação —, mas mulher que aborte às 10 semanas e um dia já terá de ser julgada, porque incriminada a sua conduta no Código Penal. E, nesse caso, já nenhuma indignação lhes suscita a solução socialista.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Para não falar de um outro valor ainda maior: o da vida da criança, que até às 10 semanas não é tutelada, não tem valor e pode ser prescindida, nomeadamente por razões de ordem económica ou social, mas que a partir das 10 semanas e um dia é um valor absoluto, com salvaguarda do Direito, com tutela jurídico-penal e que, por isso, mulher que ao aborto recorra será, necessariamente, julgada.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

Vozes do BE: — Isso é demagogia!

O **Orador: —** Uma incompreensão que, na incoerência da solução socialista, choca à vista, choca ao bom senso e faz perceber do absurdo de uma solução que, só por uma maioria absoluta que se confunde com poder absoluto, assim acabará por ser aprovada.

Não aceitamos também o estigma de obscurantismo com que querem marcar todos quantos não vejam na liberalização do aborto qualquer solução razoável.

Quem assim pense não estará, com toda a certeza, a olhar para dentro da própria casa. E, no caso muito próprio do Partido Socialista, desde logo, para dentro da própria bancada, para além de assim renegarem tantos que tanto marcaram e marcam a história passada e recente deste grande partido estruturante da democracia portuguesa.

Aqui chegados, sabendo nós exactamente o que se vai decidir nesta Assembleia da República, a palavra passa novamente para o Sr. Presidente da República, que tem hoje todas as razões para decidir como decidiu em Maio.

Nenhum referendo realizado entre eleições autárquicas e presidenciais, num calendário eleitoral tão curto, provavelmente próximo do Natal, tendo em atenção os prazos legais, assegurará as condições mínimas adequadas a uma participação significativa dos portugueses.

Esta foi, rigorosamente, a justificação invocada em Maio. A ela acrescem todas as outras.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Tudo dito, não se pense que se esta não for a decisão do Sr. Presidente da República tememos a realização de um novo referendo ao aborto. Reconhecemos, até, que a sua realização traduz uma promessa eleitoral do actual Primeiro-Ministro — não que isso seja razão, porque outras houve que não cumpriu.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador: —** Se formos forçados a novo referendo, nele nos empenharemos com a mesma convicção, confiança e determinação com que nos empenhamos em todos os combates políticos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador: —** Conscientes de que a liberalização do aborto não é uma manifestação de modernidade, antes de profundo obscurantismo e retrocesso civilizacional. Conscientes de que, quanto mais se conhece da vida intra-uterina, mais sentido temos no nosso empenho pela defesa do direito à vida. Conscientes de que, nesta matéria, fazemos na minha bancada um exercício de plena liberdade e que, por isso, toda e qualquer decisão aqui tomada será manifestação de livres consciências individuais. Conscientes, por último, de que esta batalha pode ser ganha, de que esta batalha deve ser ganha, como já o foi uma vez, de que esta batalha, com muita probabilidade, vai ser ganha. E que, como então, voltará a ter, na bancada do CDS-PP, o nosso total comprometimento.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista reapresenta, hoje, para discussão, o projecto de realização de novo referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Vamos deixar de lado a insólita trapalhada constitucional e regimental que determinou a possibilidade de reapresentação deste projecto. É matéria discutida e rediscutida nesta Assembleia, cuja apreciação ficará para o Tribunal Constitucional. A nossa posição sobre esse assunto é conhecida e não a vamos repetir. Importa, hoje, discutir a questão de fundo.

A questão de fundo, para o PCP, é muito clara. É tempo e mais que tempo de a Assembleia da República aprovar uma lei despenalizadora da interrupção voluntária da gravidez, que acabe, de uma vez por todas, com a perseguição penal das mulheres acusadas da prática do crime de aborto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** É tempo e mais que tempo de acabar, de uma vez por todas, com o vexame das mulheres que são levadas ao banco dos réus, humilhadas na praça pública, sujeitas à devassa policial da sua intimidade, sujeitas à aplicação de penas de prisão que ninguém diz desejar, mas que continuam previstas na lei.

É tempo e mais que tempo de acabar com a hipocrisia daqueles que dizem não querer punir as mulheres e que se regozijam por não haver nenhuma mulher presa por ter abortado, mas que, entretanto, continuam a recusar alterar uma legislação em que está prevista a pena de prisão para as mulheres que tenham interrompido a gravidez e que de há muito deveria ter passado à história.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador: —** É tempo e mais que tempo de acabar com uma situação em que as mulheres que não têm dinheiro para interromper a gravidez em segurança em clínicas no estrangeiro, e apenas essas, são obrigadas a alimentar o negócio do aborto clandestino, com todos os riscos que daí possam decorrer para a sua própria saúde.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: É esta a questão de fundo e é com esta questão que nos deveremos preocupar. Em vez de andar com propostas de referendo para a frente e para trás, e de trapalhada em trapalhada,

a Assembleia da República deveria, agora que dispõe de uma maioria parlamentar favorável à

despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), usar as competências constitucionais de que dispõe para legislar finalmente nesse sentido.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** O Partido Socialista, no entanto, prefere insistir de novo na realização de um referendo. Não que a Constituição o imponha. Está dito e redito que, ao referendo do século passado, realizado no já longínquo ano de 1998, foi conferida uma eficácia política que ele juridicamente nunca teve e que permitiu que 15% dos eleitores portugueses, que votaram «não», impusessem a sua vontade política a todos os demais e manietassem a decisão do órgão de soberania representativo de todos os cidadãos portugueses.

Acontece, porém, que a eficácia que esse referendo, sublinho, nunca teve, ameaça perdurar para a eternidade. Para os partidos da direita, para quem o referendo não passou de um instrumento destinado a enredar o PS nas suas contradições, com o objectivo de inviabilizar a despenalização da IVG, este referendo deve ser eterno na sua validade. Para o Partido Socialista, a realização do referendo passou a ser um fim em si mesmo. O problema da despenalização da IVG passou para segundo plano e a

questão fundamental passou a ser fazer o referendo. Quanto a nós, esta forma de ver as coisas coloca o problema completamente ao contrário e revela uma enorme insensibilidade perante o flagelo do aborto clandestino.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador: —** O Partido Socialista diz que o referendo foi uma promessa eleitoral e deve ser cumprida. Temos pena que esse critério não seja aplicável a todas as promessas eleitorais do PS…

Aplausos do PCP.

… e que quase todas as outras tenham sido lançadas pela borda fora sem grandes remorsos. Mas, neste caso, a promessa até foi cumprida. O PS apresentou nesta Assembleia e fez aprovar, já nesta Legislatura, um projecto de resolução para realizar um referendo sobre a IVG. Só que, como se sabe, a decisão não depende só de si. Depende de uma decisão do Presidente da República que, como se sabe, decidiu em sentido diverso.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador: —** Seria de toda a lógica e teria toda a razoabilidade que o PS tivesse entendido que, cumprido o seu compromisso com os eleitores de propor um referendo, e tendo este sido inviabilizado, a resolu**I**ção do problema de fundo, que é a despenalização da IVG, deveria ser remetida para a sua sede própria, que é a Assembleia da República.

Aplausos do PCP.

Mas não, o PS insiste em não despenalizar a IVG e reincide na proposta de referendo. Ou seja, abdica do fundamental em nome do acessório. Para o PS, a preocupação maior já não é resolver o problema da criminalização que incide sobre as mulheres que abortem. Para o PS, a preocupação maior é andar enredado em sucessivas propostas de referendo, mesmo sabendo que a decisão última nunca será sua.

O que o PS nos propõe hoje tem três saídas possíveis: A primeira é não haver referendo, se o Tribunal Constitucional objectar à sua constitucionalidade ou se o Presidente da República decidir de novo não o convocar. A segunda é haver um referendo durante a pré-campanha para as eleições presidenciais, o que é um contra-senso democrático, susceptível de inquinar ambos os debates, fazendo girar o debate das presidenciais em torno do aborto e o debate sobre o aborto em função das candidaturas presidenciais. A terceira é o Presidente da República convocar um referendo, remetendo a sua realização para um momento em que o Presidente da República já seja outro, o que, sendo agora legalmente possível, não deixa de ser uma projecção discutível do exercício de funções para além do mandato presidencial.

Ou seja, o que temos hoje entre mãos é de optar entre uma solução má, uma solução péssima, ou deixar tudo na mesma. O PCP não se conforma com nenhuma destas soluções.

Aplausos do PCP.

Esta proposta de referendo é mais um subterfúgio do PS para não ter de decidir aquilo que deve ser decidido. Sempre que, de hoje em diante, alguma mulher for levada ao banco dos réus, acusada do crime de aborto, é bom que se saiba que esse julgamento já não é só da responsabilidade dos partidos de direita que insistem na criminalização, mas passa a ser, também, daqueles que, sendo favoráveis à despenalização, preferem referendar em vez de despenalizar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Através da actual lei penal, as mulheres podem ir para a prisão por terem feito um aborto nas primeiras semanas de gravidez. O PP chama «técnica legislativa» a esta pena de prisão em que aquelas mulheres incorrem. Entretanto — e já o manifestaram aqui por diversas vezes —, estão aliviados porque a lei não tem sido aplicada até às suas últimas consequências e, então, vivem permanentemente em contradição.

A direita convive bem com o aborto clandestino, com as condições degradantes e não assistidas a que as mulheres se sujeitam para fazer um aborto em Portugal, e convivem muito bem com o julgamento de mulheres que se sentam no banco dos réus, expondo a sua vida privada por terem feito um aborto.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, procurámos confrontar o Partido Socialista, sob a forma de pedido de esclarecimento, com os diferentes cenários possíveis caso seja aprovado, como tudo indica, o projecto de resolução hoje em apreço.

O Partido Socialista, na sua resposta, recusou-se, obviamente, a dar o esclarecimento sobre a sua própria responsabilidade a assumir daqui para a frente, uma vez que, neste momento, «passa a bola» ao Presidente da República, que pode ou não convocar o referendo. No entanto, como sabemos, mesmo se o referendo for convocado, podem levantar-se vários cenários. O Partido Socialista, neste momento, não quer responsabilizar-se com mais nada.

Quero ainda dizer que fiquei surpreendida com a intervenção por parte do Bloco de Esquerda, que acabou por referir que, se este referendo não for convocado, não nos resta outra alternativa senão assumir as nossas responsabilidades e acabarmos o que começámos, ou seja, o processo legislativo que já está iniciado nesta Casa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, de facto, estamos a assumir responsabilidades em tempo muito diferente. Os Verdes reafirmam que, hoje mais do que nunca, temos condições para alterar de uma vez por todas a lei criminosa que temos em Portugal, que não permite que as mulheres pratiquem a interrupção voluntária da gravidez nas primeiras semanas de gravidez.

Os Verdes já há muito assumiram a sua responsabilidade e o que pedimos é que, na Assembleia da República, assumamos rapidamente as nossas responsabilidades.

A lei que fere a dignidade das mulheres portuguesas, uma lei que se traduz, ela própria, num crime, como o Partido Socialista gosta de dizer lá fora, na rua, não se compadece que se assumam responsabilidades tardias porque, entretanto, muitas mais mulheres se vitimizarão com o aborto clandestino.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.ª **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A posição do Partido Socialista sobre a interrupção voluntária da gravidez é muito clara, quer no seu programa eleitoral, quer no Programa do Governo, já aprovado nesta Câmara.

Destes programas resulta um compromisso claro no sentido de promover «um novo referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez nos termos anteriormente submetidos ao voto popular».

Aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretendeu discutir hoje não foi, porém, a posição a assumir na resposta à pergunta a submeter a referendo. Essa, como também é tradição, e boa tradição, do Partido Socialista, está na consciência de cada um de nós.

Não foi disso que aqui hoje se tratou mas, antes, do instrumento «referendo» como forma constitucionalmente prevista de consulta aos eleitores, neste caso concreto, sobre matéria de inequívoca delicadeza e sensibilidade.

Não deveria, pois, hoje, ter cabido a discussão relativa às posições que cada bancada ou cada uma ou cada um dos Srs. Deputados tem sobre a matéria mas, tão-só, se a proposta de referendo preenche os requisitos constitucionalmente previstos para a sua aprovação.

Em primeiro lugar, a competência do Parlamento para a matéria objecto de referendo. Essa competência é dele e, em democracia, este é o local mais digno para realizar este debate, pela atinente relação do mesmo com o artigo 24.º da Constituição, que prevê o direito à vida.

Em segundo lugar, o que deveria ter estado aqui em análise era saber se se trata ou não de matéria de relevante interesse nacional.

Ora, este reconhecimento foi-lhe atribuído no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 288/98, cujo relator, o saudoso Juiz Conselheiro Luís Nunes de Almeida, exprimia da seguinte forma: «(…) a indiscutível controvérsia que, ao longo dos anos, a questão tem gerado na sociedade portuguesa e o debate político, jurídico, científico e filosófico que, em seu torno, se tem desenvolvido, não permite dúvidas que a mesma assume relevante interesse nacional (…)». E a evolução dos acontecimentos, de 1998 até hoje, só reforçou esse interesse e essa importância por razões hoje já aqui abundantemente exteriorizadas.

Sr. Presidente, pelo ruído de fundo da Sala, presumo que a importância relativa deste debate será inversamente proporcional ao vigor que algumas das bancadas revelam contra o projecto de resolução em apreço.

No entanto, gostaria de não ser prejudicada na minha própria intervenção pelo ruído de fundo que se faz ouvir nesta Sala.

Aplausos do PS.

Todos os outros requisitos que constam do regime jurídico do referendo, como a não incidência orçamental, tributária ou financeira, o facto de a proposta não buscar uma solução normativa desconforme à Constituição, o facto também manifesto pela natureza das coisas, no sentido de não se tratar de instrumento usado pela primeira vez sobre a matéria objecto de consulta, o facto ainda de não significar qualquer choque entre democracia representativa e democracia deliberativa, tudo isto, já respondido e já resolvido, permite concluir pela legitimidade da apresentação da proposta e pela oportunidade da sua aprovação nesta Câmara.

Quanto à pergunta em si e à sua conformidade com as características de que deve revestir-se para não colidir com o regime constitucionalmente consagrado, também a resposta já está dada no citado relatório

que deu origem ao Acórdão do Tribunal Constitucional, que atrás referi. Com efeito, tratando-se rigorosamente da mesma pergunta sujeita ao apertado escrutínio daquele douto Tribunal, não pode sequer, em minha opinião, suscitar-se a questão. Trata-se, pois, de pergunta classificada como clara, objectiva, precisa e sobre uma só matéria.

Cumpridos os restantes requisitos de universo eleitoral e de que nenhuma das respostas — seja afirmativa seja negativa — à pergunta, constante do projecto de resolução, a submeter a referendo implica uma solução jurídica incompatível com a Constituição, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente o projecto hoje em discussão, resolvendo, assim, a parte do processo que lhe cumpre.

É que é nosso entendimento, como há dias exprimiu nesta bancada o líder parlamentar do Partido

Socialista, que «temos não só a legitimidade como o dever de conceder de novo aos portugueses o direito de se pronunciarem sobre esta matéria».

Ao Sr. Presidente da República cabe a competência da decisão final que a Constituição lhe atribui. Em qualquer circunstância, respeitaremos e acataremos, como sempre, a decisão do Presidente da República, qualquer que ela seja.

*Aplausos do PS.*O Sr. **Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Drago.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos últimos quatro anos, em Portugal, houve 27 mulheres que foram julgadas pelo crime de aborto. Nos últimos quatro anos, podemos estimar em cerca de 80 000 as mulheres que fizeram aborto clandestino, em Portugal, muitas das quais sofrerão, ainda hoje, as sequelas na sua saúde da falta de condições de segurança nas redes de aborto clandestino. Ora, é preciso que se discuta hoje, no Parlamento, de quem é a responsabilidade. A responsabilidade não só pela humilhação das mulheres nos bancos dos tribunais desde 2001 mas também pelas sequelas na saúde das mulheres que recorrem ao aborto clandestino.

Essa responsabilidade, Srs. Deputados, está aqui, do outro lado da Câmara, nas bancadas da direita. A responsabilidade desta vergonha, de sermos o único país da Europa que persegue mulheres e as leva a tribunal, é vossa Srs. Deputados.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Exactamente!

A **Oradora: —** Desde 2001, desde o processo julgado na Maia, quando 17 mulheres estiveram no banco dos réus, que a opinião pública tem dado todos os sinais de que quer rever aquilo que é uma legislação punitiva e aquilo que foi o resultado de um referendo que não foi vinculativo.

O que aconteceu, em Portugal, foi absolutamente extraordinário: os governos de direita ficaram reféns, o PSD ficou refém, dos sectores mais conservadores da direita portuguesa. O PSD, ao longo dos últimos três anos, envolveu-se em todas as desculpas e deu todas as razões para nunca apoiar a realização de um referendo: que não queria, que não podia, que não era o tempo!

Protestos do Deputado do PSD Luís Marques Guedes.

E hoje exprime aqui uma lógica cristalina, ao dizer, neste Plenário, aos portugueses que não é contra a realização de um referendo, mas que vai votar contra a realização deste referendo!… É absolutamente claro, ficamos todos esclarecidos…! A verdade é que os senhores não querem, não podem, nunca terão a coragem de mudar uma lei que, hoje, já ninguém defende.

Pior, os senhores dão o dito por não dito. Quem tem memória, Srs. Deputados, lembra-se de que os senhores queriam — aliás, tinham exigido ao Partido Socialista — que se fizesse, até ao final do ano, um referendo sobre a Constituição Europeia. Na altura, os senhores não pensavam, não sabiam, que havia um calendário eleitoral que poderia ser complicado…!

Srs. Deputados, compreendemos perfeitamente qual é a vossa posição: os senhores nunca terão coragem de fazer uma ruptura com os sectores fundamentalistas e mais intolerantes da direita em Portugal.

Fica absolutamente claro que o PSD quer manter uma lei que leva as mulheres a tribunal.

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora: —** Os senhores inventaram ainda uma outra razão, absolutamente esfarrapada — e, devo dizer-lhe, inaceitável, pois só cabe na cabeça dos dirigentes do PSD e provavelmente na do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa —, que é condicionar o mandato de um novo Presidente da República, pedindo ao actual Presidente da

República que marque um referendo para Março ou Abril. Nunca, Sr. Deputado, alguém tinha pensado que a legitimidade democrática de um novo mandato do Presidente da República pudesse ser condicionada por uma decisão tomada pelo anterior Presidente da República.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, que as declarações que fez hoje aos vários diários nacionais mostram que, de facto, sobre a Constituição e os poderes do Presidente da República o Sr. Deputado tem algumas ideias um pouco baralhadas.

No essencial, o que discutimos aqui hoje é a questão de fundo: queremos ou não mudar uma lei que criminaliza as mulheres e as humilha em tribunal?

Risos do PSD.

Por muito que os senhores se riam, sabemos hoje que a opinião pública quer mudar esta lei. Temos de deixar de adiar, temos de levar adiante o referendo, temos de confiar na democracia.

Aplausos do BE.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, finda que está esta discussão e antes mesmo da votação, gostaria de saber se, no entendimento de V. Ex.ª, o Tribunal Constitucional, na apreciação que necessariamente fará, deverá limitá-la à questão em discussão ou deverá apreciar formalmente o agendamento e a discussão que hoje aqui tivemos, assim como obviamente a duração da sessão legislativa.

O Sr. **Presidente: —** Sr. Deputado, neste momento, não nos cabe fazer a interpretação da Constituição ou da lei do referendo. No entanto, a Constituição é clara em não circunscrever a qualquer tema específico a apreciação da fiscalização preventiva da constitucionalidade a que o Presidente da República está vinculado, se decidir convocar um referendo.

Srs. Deputados, vamos entrar no período regimental de votações.

Antes de mais, vamos proceder à verificação do quórum, utilizando o cartão electrónico.

Pausa.

Srs. Deputados, além das 148 presenças registadas no quadro electrónico, há mais 20 assinaladas pela Mesa, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Srs. Deputados, vamos votar o projecto de resolução n.º 69/X — Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas (PS).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS e do BE, votos contra do PSD, do PCP, do CDS-PP e da Deputada do PS Teresa Venda e a abstenção da Deputada do PS Maria do Rosário Carneiro.

Discursos proferidos no dia 7 de Dezembro de 2005 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 9 de Dezembro de 2005

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, durante o dia de hoje decorre a eleição para um membro daComissão Nacional de Protecção de Dados. A urna que se encontra na Sala, à direita da Mesa, encerrará às 18 horas. Portanto, peço aos grupos parlamentares que informem os Srs. Deputados de que esta eleição decorrerá durante esse período.

Vamos dar início à primeira parte do período de antes da ordem do dia, em que vamos proceder à apreciação da mensagem de S. Ex.ª o Presidente da República fundamentando a sua posição relativamente à proposta de referendo aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 52-A/2005, de 29 de Setembro, sobre a interrupção voluntária da gravidez realizado por opção da mulher nas primeiras 10 semanas, dado que o Tribunal Constitucional se pronunciou pela sua inconstitucionalidade.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O que se passou neste Parlamento a propósito desta matéria era absolutamente escusado, porque avisámos que esta situação iria acontecer. À data, o Dr. Alberto Martins e a bancada do Partido Socialista insistentemente e em diversas ocasiões (em sede de Comissão e em sede de debate parlamentar) não nos quiseram ouvir.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — É verdade!

O **Orador**: — Mas nós avisámos, Sr. Deputado Alberto Martins.

Hoje, decorridos alguns meses — poucos —, cá estamos para lhe mostrar como já à data tínhamos razão. Esperamos, ao menos agora, que V. Ex.ª seja capaz de admiti-lo.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Sr. Deputado Alberto Martins e Srs. Deputados do Partido Socialista, a democracia tem regras e não há maioria absoluta alguma, por muita absoluta que seja — e é muito significativa a maioria absoluta de que o Partido Socialista hoje dispõe —, que possa pôr em causa essas regras da democracia, nomeadamente o que nos impõem a lei e a Constituição. Só que, na verdade, o Partido Socialista tentou pôr em causa essas regras.

Num primeiro momento, aqui, neste Parlamento, tentaram fazer aprovar com legitimidade um referendo sobre a questão do aborto numa discussão que foi inviabilizada, em definitivo, por decisão do Sr. Presidente da República. Nós dissemos que o Partido Socialista, apesar da legitimidade na discussão, até porque anunciado em campanha eleitoral, não podia tentar discutir de novo a questão do referendo ao aborto na mesma sessão legislativa.

O Partido Socialista, confundindo maioria absoluta com teimosia e com poder absoluto, que não tem e para o qual não está legitimado,…

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — … quis impor, de novo, essa discussão. Então, pediu ao Sr. Deputado Vitalino Canas que elaborasse um parecer, parecer esse que foi aprovado na 1.ª Comissão graças a essa tal maioria absoluta de que o Partido Socialista dispõe.

Curiosamente, à data, citou constitucionalistas que considerava serem «esmagadoramente a favor da tese» — em alguns casos em sentido contrário da sua obra escrita. Recordo-vos como um constitucionalista em particular, em microfone aberto, dias depois da deliberação da 1.ª Comissão, dizia exactamente o contrário daquilo que o Sr. Deputado Vitalino Canas lhe atribuía no parecer. Mas o Partido Socialista, teimosamente, quis impor o parecer e também a discussão.

Nesse momento, colocaram na crise alguém que deviam preservar, porque tem sabido manter uma posição de equidistância neste Parlamento, ou seja, o Sr. Presidente da Assembleia da República.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Assim, colocaram o Sr. Presidente da Assembleia da República num papel muito difícil ao imporem, de novo, a discussão do referendo na mesma sessão legislativa.

Então, inventaram várias teses. Uma delas até previa a possibilidade de uma quinta sessão legislativa, algo que é expressamente proibido pela Constituição. Também avisámos que isso não poderia acontecer.

Não se lembraram até do que é a coerência política e do que tinham sido uma prática parlamentar estabilizada e uma interpretação doutrinária igualmente estabilizada, com mais de 20 anos. Não se lembraram de que o Partido Socialista sempre se conformou, durante mais de 20 anos, com essa regra, ou seja, de que na mesma sessão legislativa não se pode repetir duas vezes a mesma discussão.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O **Orador**: — Esqueceram-se do que tinha acontecido, em tempos, na governação do Eng.º António Guterres. Esqueceram como aí tinham percebido que, a 15 de Setembro do ano seguinte àquele em que o governo tomou posse, não se iniciou uma nova sessão legislativa.

Então, tentaram umas habilidades: alteraram a numeração dos boletins informativos, argumentaram com a questão substantiva — que foi aquela que nunca nos preocupou, porque quando essa tiver de ser discutida, ainda que nos termos da lei e da Constituição, lá nos terá com uma posição muito clara.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Contudo, não aceitamos nem admitimos que, por teimosia, por não perceber que em democracia se tem de saber perder, como se tem de saber ganhar, o Partido Socialista quis impor duplamente uma discussão que não podia repetir.

Sr. Deputado Alberto Martins, vou recordar-lhe o que à data lhe dizia. O que hoje aqui lhe afirmo já afirmei então, porque considerava que com aquela atitude a bancada do Partido Socialista não estava a dar um bom exemplo do que deve ser a melhor prática democrática. Na altura, avisei o Sr. Deputado Alberto Martins que se persistissem nesse agendamento recorreríamos da decisão do Sr. Presidente da Mesa e se a maioria absoluta do Partido Socialista insistisse nessa inconstitucionalidade apelaríamos ao Sr. Presidente da República, nomeadamente para que o Tribunal Constitucional não permitisse que a Constituição assim fosse posta em causa.

Vou recordar o que na altura me disse o Sr. Deputado Alberto Martins, bem como à bancada do CDSPP. «O CDS tem sempre o mesmo argumento, que é o argumento do calendário: em 2004, dizia que não havia ainda tempo suficiente para haver um referendo; em 2005, dizia que a prioridade deveria ser o referendo europeu; hoje diz que agora já não é o início de uma sessão legislativa; agora tivemos conhecimento de que se o Sr. Presidente da Assembleia da República decidir admitir o projecto de resolução vão recorrer para o Plenário, onde serão, naturalmente, derrotados — dizia V. Ex.ª com muita sobranceria — e que depois recorrerão para o Presidente da República — tendo o direito de o fazer — e que recorrerão para o Tribunal Constitucional, para o Pai Natal… Recorram para onde quiserem!» Sr. Deputado Alberto Martins, não sei se até lá o Pai Natal, que pelos vistos V. Ex.ª também tem como instância de recurso, lhe trouxe alguma boa nova, mas a nós basta-nos a decisão do Tribunal Constitucional, que, como vê, foi conforme o nosso

entendimento e não como o de VV. Ex.as. Ainda bem, porque também assim se cumpriu a democracia!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: o Acórdão n.º 578/2005 do Tribunal Constitucional, que está hoje, aqui, implicitamente subjacente não merece a nossa concordância.

Não precisamos de ir muito longe, basta olhar para o próprio Acórdão e para as declarações de voto que lhe estão anexas, subscritas por seis dos juízes, incluindo o Presidente do Tribunal Constitucional. As declarações de voto expõem bem as fragilidades argumentativas do Acórdão.

O Acórdão dá como certo que algumas disposições da Constituição não têm, pura e simplesmente, qualquer alcance, qualquer significado ou qualquer sentido úteis, ao mesmo tempo que «manipula» — refiro-me aqui às célebres sentenças manipulativas que são muitas vezes tratadas pela doutrina e pela jurisprudência — o significado de algumas outras normas que são alcandoradas a normas superiores ou outras normas da Constituição. O Acórdão é, pois, frágil do ponto de vista argumentativo e não merece a nossa concordância.

Contudo, o debate sobre essa questão, ao nível político, terminou. Por nós, submeter-nos-emos integralmente à doutrina desse mesmo Acórdão. Aliás, o Sr. Deputado fala aqui de maiorias e de minorias. Pelos vistos, o Sr. Deputado considera que a maioria absoluta que há no Tribunal Constitucional tem razão.

Espero que leve esse princípio para outras situações que venham a ocorrer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Nós submetemo-nos ao veredicto do Tribunal Constitucional. A direita, o Sr. Deputado em nome do CDS-PP e porventura o também PSD, e o PCP clamam aqui uma grande vitória. Srs. Deputados, mas talvez a vitória seja uma «vitória de Pirro», em primeiro lugar, porque quando for possível — não tenham quaisquer dúvidas — estaremos aqui de novo para tomar a iniciativa de um referendo, estejam os senhores de acordo ou não.

Aplausos do PS.

Talvez a derrota aqui não tenha sido do Partido Socialista. Talvez a derrota tenha sido de muitas pessoas que, neste momento, estão perante o drama de ter de praticar o aborto…

Vozes do CDS-PP: — Não tem nada a ver!

O **Orador**: — … e não podem fazê-lo sem serem criminalizadas e sem serem julgadas.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Os tribunais só servem quando dão jeito?!...

O **Orador**: — Talvez esses sejam verdadeiramente os derrotados e não o Partido Socialista.

Por outro lado, talvez a derrota também seja uma derrota de todos nós. É que não sei se os Srs. Deputados não percebem que o facto de ter havido um compromisso eleitoral assumido pela maioria, de haver uma maioria que pretende realizar o referendo e de esse referendo não se poder realizar antes de decorridos quase dois anos após as eleições de Fevereiro não prestigia o sistema político e não nos prestigia a nós.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas a culpa é vossa!

O **Orador**: — Lá fora, Srs. Deputados, as pessoas não estão muito interessadas nestas querelas que podemos arranjar aqui. Pelo contrário, estão interessadas em resolver os problemas e não compreendem por que é que questões de ordem formal atrasam uma decisão desta natureza em dois anos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Formal?! A Constituição é uma questão formal?!

O **Orador**: — Portanto, Srs. Deputados, esta é uma «vitória de Pirro» também por essa razão.

Queria aqui assegurar, contudo, que não iremos deter-nos perante percalços, acidentes de percurso e pressões de ordem e de natureza formal. Temos um problema que devemos resolver e, no quadro actual, a única forma de resolvê-lo, mantendo as regras de funcionamento democrático e os compromissos eleitorais, é realizando o referendo e defendendo o «sim» à despenalização do aborto até às 10 semanas. Não julguem, portanto, Srs. Deputados, que este incidente nos vai deter, porque em Setembro do próximo ano cá estaremos para retomar esta iniciativa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem! Foi isso que dissemos desde o início!

O Sr. **Presidente**: — Também para se pronunciar sobre este tema, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria dizer, em primeiro lugar, que não nos congratulamos com a situação que está criada em torno do problema da interrupção voluntária da gravidez e da sua despenalização.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Ao contrário do que diz o Sr. Deputado Vitalino Canas, não cantamos vitória alguma. A direita poderá fazê-lo, mas nós não.

Na verdade, estamos de acordo com a decisão do Tribunal Constitucional, que, aliás, corresponde à posição que aqui manifestámos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sempre entendemos, e os Srs. Deputados farão a justiça de o reconhecer, que, constitucionalmente, era assim que as coisas deveriam funcionar.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — De todo o modo, isto é irrelevante, porque a decisão jurisdicional do Tribunal Constitucional, depois de tomada, é vinculativa e, sendo legítimo manifestar a nossa discordância ou concordância (neste caso, a nossa concordância), esta decisão obriga toda esta Assembleia. Portanto, a decisão foi tomada pelo Tribunal Constitucional e nós concordamos e identificamo-nos com o seu conteúdo.

Todavia, não nos congratulamos com nada do que está a passar-se neste processo e só temos de lamentar a forma errática como o Partido Socialista tem conduzido este processo,…

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O **Orador**: — … subordinando o essencial ao acessório. Isto é, o Partido Socialista, tanto quanto julgamos saber, comprometeu-se a fazer duas coisas: a despenalizar a interrupção voluntária da gravidez e a fazer um referendo sobre a matéria. O Partido Socialista diz, contudo, que a sua grande promessa eleitoral é a de fazer o referendo, ainda que isso não dependa de si, deixando na sombra aquilo que para nós é essencial. Na verdade, continua a haver julgamentos e continua a haver mulheres que são levadas a tribunal, acusadas de terem interrompido a gravidez, problema com o qual o Partido Socialista parece não se preocupar. Ao invés, parece só se preocupar

em andar para trás e para a frente e em criar trapalhadas em torno da realização de um referendo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Nós, por outro lado, estamos confrontados com a questão essencial que a Assembleia da República já poderia e deveria ter resolvido há muito tempo, apenas não o tendo feito porque o Partido Socialista, que é maioria, o não quer, refugiando-se atrás do referendo e da impossibilidade de realizá-lo.

Continuam, assim, a defender que um dia, mais tarde, quando puderem vir a propor outro referendo, o farão, não sabendo se ele virá alguma a vez a ser feito. E, «referendo vai, referendo vem», a questão não se resolve e os julgamentos continuam a realizar-se. É, contudo, preciso que se saiba que as mulheres continuam a ser acusadas da prática de aborto, continuam a ser sujeitas à aplicação legal (porque a lei continua a prevê-las) de penas de prisão para essas situações e que o Partido Socialista está insensível a tudo isto.

A direita não se importa porque, hipocritamente, quando há julgamentos vai dizendo que os lamenta e que é contra eles, fazendo tudo para que tudo fique na mesma e para que a penalização continue inscrita na lei. E é por isso que se regozija, já que, na verdade, a direita regozija-se com tudo o que possa contribuir para que este problema não se resolva. Infelizmente, conta com a colaboração prestimosa do Partido Socialista, que, nesta matéria, continua a não querer assumir as suas responsabilidades, não permitindo que a Assembleia da República assuma as dela.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É evidente!

O **Orador**: — A nossa posição é muito clara: não há razão absolutamente alguma, nem jurídica nem política, para que a Assembleia da República não aprove uma lei que despenalize a interrupção voluntária da gravidez.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Esta é uma mera questão de vontade política e as responsabilidades que todos os partidos têm de assumir nesta matéria são de cariz político e assumem-se perante o povo português, o País e perante as mulheres que continuam a ser levadas a tribunal, acusadas de interromper a gravidez. Por isso é que em nada nos congratulamos com este processo e pensamos que a Assembleia da República, por força da maioria, não está a querer assumir as responsabilidades que tem nesta matéria e não está, no final de contas, a cumprir aquela que também foi uma promessa eleitoral que o Partido Socialista fez, que foi a de, nesta Legislatura, despenalizar a interrupção voluntária da gravidez.

Pela nossa parte, continuaremos, coerentemente, a lutar para que este objectivo seja alcançado. Nesta altura, por força da posição do Partido Socialista, não temos outra possibilidade que não seja a de esperar por uma próxima sessão legislativa para que este problema se resolva. Insistiremos, porém, na sua resolução, porque pensamos que continua a ser uma vergonha nacional o facto de mulheres continuarem a ser levadas a tribunal por esta causa.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Para defender a honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr. Deputado António Filipe, V. Ex.ª acusa-nos de termos uma actuação errática e de levarmos a cabo trapalhadas. Quero, contudo, recordar-lhe que o PCP, neste processo, tem tomado algumas iniciativas e atitudes incompreensíveis e também incoerentes.

É incompreensível, desde logo, que o PCP tenha até agora procurado inviabilizar a única forma que, no quadro político actual, existe de alterar a lei. Mas, quanto à postura errática e às trapalhadas de que falou, penso que o Sr. Deputado não se devia esquecer de que o Partido Comunista aqui defendeu a orientação segundo a qual a 15 de Setembro não se iniciava uma nova sessão legislativa, dizendo que, por isso, o Partido Socialista não poderia tomar de novo a iniciativa do referendo. Contudo, ao mesmo tempo e praticamente nos mesmos dias, o Partido Comunista reapresentou a sua própria iniciativa sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não, não! Não foi nos mesmos dias!

O **Orador**: — Ou seja, o Partido Comunista, por um lado, sustenta que não se pode repetir a mesma iniciativa e, por outro lado, repete, retoma e reapresenta a sua própria iniciativa, idêntica à que tinha sido chumbada. Então, qual é, afinal, a posição do Partido Comunista?

O Sr. Deputado chama-nos erráticos e incoerentes?! O Sr. Deputado, através da orientação que aqui defendeu, levou a que o Partido Comunista, até 15 de Setembro, esteja impedido de apresentar qualquer iniciativa que permita à Assembleia da República legislar directamente e sem referendo sobre o tema. Em suma, os senhores têm sido erráticos e incoerentes, metendo-se em trapalhadas.

Nós defendemos a nossa orientação desde o início, procurando concretizá-la. Não foi possível? Não foi por nossa culpa, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, se entender fazê-lo, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, na verdade, quase não precisava de dar explicações, porque o que o Sr. Deputado Vitalino Canas disse agora é de uma absoluta inconsistência.

O Sr. Deputado acusa o PCP de inviabilizar o referendo, mas quem o inviabilizou, da primeira vez, foi o Sr. Presidente da República, por decisão própria e legítima. Da segunda vez, quem inviabilizou a realização do referendo foram os senhores,…

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — … porque decidiram adoptar uma decisão procedimental na Assembleia da República para cuja inconstitucionalidade vos alertámos desde o primeiro minuto, tendo os senhores insistido que não era inconstitucional e que podiam fazê-lo. Nós dissemos: «Olhem que isso é inconstitucional!», pelo que não foi por falta de aviso da nossa parte que os senhores incorreram nesta inconstitucionalidade. Não venham, agora, dizer que fomos nós que inviabilizámos o referendo, quando desde o primeiro dia dissemos que, se fossem por aí, arriscar-se-iam a que não houvesse referendo algum. Não venham, portanto, acusar-nos do que não fizemos.

Depois, o Sr. Deputado pergunta por que é que reapresentámos o nosso projecto de lei. Por razões óbvias! De facto, uma vez que tinha sido decidido por maioria que estávamos noutra sessão legislativa, não íamos continuar a fingir que a Assembleia nada tinha decidido. Assim sendo, como era nosso direito na base desse entendimento, apresentámos esse projecto. Todavia, assim que houve o acórdão do Tribunal Constitucional, retirámos o projecto, estado, aliás, em que ele se encontra neste momento. Para nós, as regras são aquelas que são decididas. Não serão, necessariamente, aquelas que queremos, mas, uma vez adoptadas, o que fazemos é respeitá-las e foi isso que fizemos. Como tal, também aqui o Sr. Deputado nada tem de que nos acusar!

Depois, V. Ex.ª diz uma coisa extraordinária, acusando-nos de termos inviabilizado a única forma de resolver este problema. Para nós, a única forma de resolvermos o problema passa pelo facto de os senhores aceitarem discutir, na especialidade, o projecto de lei que apresentaram e que já foi aprovado generalidade.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ora, nem mais!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — E com o qual os senhores não concordaram!

O **Orador**: — Sr. Deputado, há um projecto de lei do Partido Socialista já aprovado na generalidade à espera que os senhores o discutam e aprovem na especialidade. O projecto é vosso, mas estamos inteiramente disponíveis para vos apoiar se avançarem com ele. É esta a forma de resolver este problema. Os senhores estão a bloquear a discussão na especialidade de um projecto de lei que é vosso e que tem o nosso apoio. Aprovem-no! Dizerem que não há outra forma de resolver isto e acusar-nos de estarmos a inviabilizar este processo é que não lembra a ninguém e não tem consistência absolutamente alguma.

Fazemo-vos, portanto, este convite. Se os senhores estão interessados nesse desafio e em despenalizar a interrupção voluntária da gravidez, devem aprovar na especialidade e em votação final global o projecto de lei que é vosso e que foi aprovado na generalidade por esta Assembleia.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Também para se pronunciar sobre este tema, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, quando esta Câmara aprovou o projecto de resolução tendente à convocação de um referendo para a despenalização do aborto, o Bloco de Esquerda disse que esta era uma solução controversa. Aliás, toda a polémica em torno da sessão legislativa tinha sido bastante clara sobre a controvérsia da solução.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Mas foram muito entusiásticos na defesa desta iniciativa!

O **Orador**: — Dissemos, contudo, que esta solução tinha acolhimento constitucional…

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não tinha! Enganaram-se!

O **Orador**: — … e que o dispositivo constitucional, no que toca à interpretação do início da sessão legislativa, é ambíguo, confuso e contraditório. E mantemos exactamente essa apreciação porque embora o acórdão do Tribunal Constitucional seja vinculativo foi aprovado com a máxima divisão do colectivo de juízes.

Essa decisão, portanto, é tudo menos conclusiva e absolutamente incontroversa. Pelo contrário, esta situação é absolutamente controversa.

Para além disso, alertámos na altura, em sede de revisão extraordinária, o legislador constitucional para este problema. Pensamos ainda que, quer o Partido Social-Democrata quer o Partido Socialista, devem, em futuro momento, aclarar o dispositivo constitucional sobre esta matéria. De facto, na Constituição lê-se taxativamente que a sessão legislativa se inicia a 15 de Setembro. Todavia, o Tribunal Constitucional entendeu por maioria tangencial que não há aí qualquer taxatividade, mas, sim, relatividade da norma. Mas a verdade é que o entendimento podia ter sido o contrário, pelo que qualquer tomada de posição a este respeito nada teria a ver com o acatamento da directiva constitucional.

Este é um problema que nos preocupa, porque vai acompanhar o desenvolvimento da vida parlamentar.

De facto, não é perceptível nem lógico que em sessões anormalmente longas, consequência de eleições antecipadas, sejam diminuídos, na economia dos meios de intervenção da Assembleia, a capacidade fiscalizadora do Governo e os direitos dos grupos parlamentares.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Em especial, os direitos dos grupos parlamentares da oposição. Como tal, o problema não se resolveu. Os Srs. Deputados da direita podem entender que, do ponto de vista político-conjuntural, tiveram uma vitória extraordinária com a manutenção da interpretação e da *praxis* que vinha já desde há muito.

No entanto, ela é bastante penalizadora para os partidos da oposição,…

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — É a Constituição!

O **Orador**: — … porque limita os direitos dos grupos parlamentares. É por isso que os Srs. Deputados dos partidos de direita querem agora, à revelia da própria Lei Constitucional, tentar encontrar consensos procedimentais de interpretação lateral ao próprio Regimento da Assembleia da República para aumentar a capacidade de iniciativa dos grupos parlamentares. Essa é a confissão plena de que há uma carência de meios, devido a uma sessão extraordinariamente longa.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Creio que, do ponto de vista constitucional, este problema não é de fácil resolução, porque há um período extra que acresce ao início da legislatura e que tanto pode ser curto como bastante longo. Como tal, o legislador constitucional, em sede de revisão, terá de acautelar essas circunstâncias, porque, na verdade, aquilo que interessa aos grupos parlamentares é que seja considerada a existência não de quatro mas de cinco sessões legislativas, que é aquilo que está na lógica da interpretação da vida da legislatura, do mandato parlamentar sufragado pelos portugueses. E a melhor doutrina aponta para aqui, pelo que é necessário que, em sede revisão constitucional, isto venha a ser contemplado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — O problema já está resolvido!

O **Orador**: — Sr.as e Srs. Deputados: Quanto ao que importa, para futuro, e sobre a questão que está subjacente a esta querela, nós acompanhámos o Partido Socialista no objectivo do referendo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ahhh!...

O **Orador**: — Era uma obrigação eleitoral do Partido Socialista e um mínimo de sensatez para resolver, de forma eficaz, a despenalização do aborto e terminar com o enxovalho e a indignidade das mulheres que são sujeitas a esta perseguição impunha que isto fosse feito desta forma, por variadíssimas razões, uma das quais o compromisso eleitoral do Partido Socialista.

Mas o Partido Socialista levou longe de mais, para lá do limite da responsabilidade, esse compromisso eleitoral e, não lhe sendo possível cumprir esse compromisso, por oposição de outros órgãos institucionais, cabia-lhe ter tirado daí as devidas lições.

O Bloco de Esquerda, que soube acompanhá-lo na hora própria, também soube interpor um requerimento para se proceder à apreciação na especialidade daquilo que já foi aprovado na generalidade. E, nesta matéria, só temos a lamentar que o Partido Socialista não tenha acompanhado o nosso objectivo…

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — … e tenha vindo, por outra forma, tal como a direita e em movimento conjunto, com uma manobra dilatória, adiar, sabe-se lá para quando — talvez para 2007... —, a resolução desta «página» que nunca mais é virada e que nos envergonha a todos, à cidadania e à democracia portuguesas.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de relembrar aqui, em torno da questão da sessão legislativa, que não foi alguém que, um dia, se lembrou de suscitar que os Deputados estavam diminuídos nos seus poderes pelo facto de ter havido eleições antecipadas e que as regras do jogo, assim, não eram correctas. Esta é, justamente, a tradição da Assembleia da República, como se verificou noutras legislaturas em que houve antecipação de eleições. E, neste sentido, é preciso clarificar que a questão do número de sessões legislativas se colocou, única e exclusivamente, pela insistência do Partido Socialista, acompanhado pelo Bloco de Esquerda, em relação ao referendo sobre o aborto.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Exactamente! De mãos dadas!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem lembrado!

A **Oradora**: — Foi, única e exclusivamente, por esse motivo e para insistir num referendo que já havia sido recusado pelo Sr. Presidente da República em Maio deste ano.

Entretanto, com esta segunda tentativa de referendo, o Sr. Presidente da República decidiu enviar a questão para o Tribunal Constitucional para ser apreciada não apenas naquilo que dizia respeito à realização do referendo mas também relativamente às dúvidas e à controvérsia que se suscitava quanto ao início da sessão legislativa e se era ou não oportuna a renovação da iniciativa de referendo.

Entendeu o Tribunal Constitucional, na sua interpretação maioritária, que não havia lugar à renovação dessa iniciativa de referendo e, nesse sentido, nem tão-pouco se pronunciou sobre o referendo, tendo, de resto, decidido a questão com o seu entendimento sobre o início e o *terminus* das sessões legislativas.

Bom! Esta foi a interpretação do Tribunal Constitucional e, obviamente, há que acatá-la, concordemos ou não com a mesma. E, como sabem, Os Verdes, desde que a questão se colocou, sempre defenderam o entendimento de que estávamos na 1.ª Sessão Legislativa.

A esta Assembleia da República cabe, evidentemente, fazer a interpretação política destes factos.

Assim, sobre esta matéria, gostaria de deixar, muito rapidamente, duas notas.

Em primeiro lugar, a primeira lição que podemos retirar é a de que, nesta Casa, não pode valer tudo, e não pode valer, designadamente, a subversão das suas regras de funcionamento e o próprio texto constitucional, em prol das intenções do Partido Socialista e das suas insistências, neste caso concreto, relativamente à figura do referendo para alterar a legislação penal naquilo que respeita ao aborto.

Em segundo lugar, gostaria de lamentar aqui, profundamente, a irresponsabilidade do Partido Socialista quando, em face da decisão do Tribunal Constitucional, determinou que iria repetir a figura do referendo numa próxima sessão legislativa e não fazer aquilo que deveria ser feito, urgentemente, nesta mesma Sessão Legislativa, que era, justamente, algo que já foi aqui abordado por outros grupos parlamentares, isto é, terminar o processo legislativo que iniciou, com a nossa concordância e com a aprovação, na generalidade, do seu projecto de lei. Haveria que passar ao trabalho na especialidade e à votação final global deste projecto, por forma a alterar a lei e a dignificar a situação das mulheres portuguesas, que continuam, com grande responsabilidade do Partido Socialista, a sujeitar-se ao aborto clandestino, que é dramático, neste País, justamente pelo que resulta directamente da lei penal portuguesa.

O discurso do Sr. Deputado Vitalino Canas não condiz, em alguns pontos, com a prática do Partido
Socialista. O Sr. Deputado diz que temos um problema para resolver. É certo! Então, há que resolvê-lo! Os senhores afirmam que o crime está na lei. Então, como é que os senhores conseguem sustentar esse crime por mais um ano?! A vossa responsabilidade teria de vos levar, de imediato, a aprovar a lei que fizeram aprovar, na generalidade, nesta 1.ª Sessão Legislativa.

Por outro lado, é de lamentar que o Partido Socialista se tente desresponsabilizar relativamente à não alteração da lei. Vai remetendo a responsabilidade para outros, nomeadamente para o Sr. Presidente da República, para o Tribunal Constitucional e para os outros partidos, mas não assume a sua responsabilidade por aquilo que não está a fazer e relativamente ao qual tinha hoje, nesta Câmara, mais do nunca, condições para fazer, que era — e digo-o, mais uma vez — aprovar o projecto de lei que já foi aprovado na generalidade e que tem todas as condições para passar à apreciação na especialidade.

Quero terminar, dizendo apenas que, com isto, o Partido Socialista só vai servindo os interesses da direita nesta matéria, ou seja, vai adiando, adiando, adiando, vai arrastando, arrastando, arrastando.

É evidente que são as mulheres portuguesas que vão sofrendo com esta desorientação do Partido Socialista.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Foram bem lembradas, pelo Sr. Deputado Nuno Melo, as referências que o Sr. Deputado Alberto Martins fez, a este propósito, sobre o Pai Natal... Quem ouviu a intervenção do Sr. Deputado Vitalino Canas ficou com a sensação de que ele tinha acabado de chegar da Lapónia, tinha saltado do trenó para a primeira fila, deixando as renas lá fora, e, muito à socialista, tinha-se esquecido de trazer as prendas. Foi exactamente esta a impressão que deu a intervenção do Sr. Deputado Vitalino Canas. O Sr. Deputado Vitalino Canas tem uma grande responsabilidade nesta matéria.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pois tem! Muita!

O **Orador**: — E tem uma grande responsabilidade nesta matéria porque, sendo um jurista excelente, como todos nós reconhecemos, naquele parecer da 1.ª Comissão, não conseguiu resistir à «partidarite» e fez uma entorse que, infelizmente, induziu em erro o Sr. Presidente da Assembleia da República.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Que maldade!

O **Orador**: — Felizmente, o Tribunal Constitucional…

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Estava atento!

O **Orador**: — … salvou a dignidade da Assembleia da República.

Depois de uma revisão constitucional como a de 1982, depois das várias situações em que houve eleições antecipadas e se adoptou uma determinada posição, com o voto e a opção do Partido Socialista, o Partido Socialista veio agora, num *venire contra factum proprium*, defender uma tese absolutamente oposta. Em política, é preciso ter sentido de oportunidade mas também é preciso perseverar em relação ao oportunismo.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — E, aqui, foi o oportunismo que prevaleceu, e prevaleceu mal.

Antes de mais, quero esclarecer uma questão prévia.

O problema sério da despenalização da interrupção voluntária da gravidez tem tido aqui péssimos maus tratos da vossa parte.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — O problema é demasiado sério para que o tivessem deixado envolver nestas trapalhadas que se têm verificado.

A matéria já foi objecto de um referendo, a nossa posição é a de que não deve ser alterada a não ser por via de referendo mas deve haver um cuidado prévio em relação a isso no que diz respeito ao momento e às condições propícias à realização de um referendo aberto, discutido e não encavalitado em eleições, como vocês pretendiam, quando propuseram a sua realização entre autárquicas e presidenciais.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Era o pior momento em que isso podia acontecer. E o Sr. Presidente da República, que já havia tido a atitude certa quando VV. Ex.as pretenderam também empurrar para o Verão um referendo sobre esta matéria, agora, permitiu que a dignidade da Assembleia da República fosse salva pelo Tribunal Constitucional. Sr. Deputado Vitalino Canas, vamos ver se nos entendemos.

Naturalmente, todos podemos discordar das decisões judiciais e todos sabemos que é frequente as decisões do Tribunal Constitucional, e até de outros tribunais, terem votos de vencido. Agora, Sr. Deputado, parece-me que particularmente V. Ex.ª, que viu a sua tese ser vencida, devia despir-se de preconceitos e não denegrir o acórdão, porque o acórdão está certo, do ponto de vista técnico, está certo, do ponto de vista político,…

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E a decisão é legítima!

O **Orador**: — … está certo, no sentido de que havia 22 anos de prática desta Assembleia da República e de que o País não perceberia que, a pretexto do oportunismo político de uma bancada que tem a maioria, se invalidasse toda esta prática.

O Sr. Deputado Luís Fazenda vem agora lamentar ter escolhido a companhia do Partido Socialista nesta matéria. Mas também é importante saber escolher as companhias, Sr. Deputado!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sendo que, neste caso, a má é a vossa!

O **Orador**: — V. Ex.ª só se pode queixar da sua má escolha! Tivesse-nos acompanhado que estaria melhor e não faria uma intervenção de grande lamentação, como a que fez, por ter optado pela companhia do Partido Socialista.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Eles saltaram fora do barco!

O **Orador**: — Mas sabe uma coisa, Sr. Deputado? Nós podemos enganar-nos nas companhias, o que não é bonito é lamentarmos os nossos enganos; estes, ficam para nós.

O Sr. Deputado deixou ficar mal o Partido Socialista ao vir aqui dizer, publicamente, que cometeu, realmente, um grande erro, quando acompanhou o Partido Socialista nesta aventura, que, felizmente, o Tribunal Constitucional, no seu bom senso — no fundo, a questão que se colocava era, fundamentalmente, de bom senso —, conseguiu resolver, com vantagens para todos. E com vantagens para todos, desde logo para o problema concreto, pois permitiu que a questão venha a ser analisada no momento próprio,…

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E não diminuiu direitos!

O **Orador**: — … sem as tais condições menos boas nas quais VV. Ex.as queriam insistir, com uma pressa que não tem sentido.

Achei uma certa graça ao facto de o Sr. Deputado Vitalino Canas apelar para o problema da dignidade da Assembleia da República, em face dos compromissos pela maioria no sentido de realizar o referendo.

Então, e a dignidade da Assembleia da República, por deixar para trás, ao virar da esquina, 20 anos de uma opção de aplicação da Constituição?!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Esta questão é muito mais importante! Srs. Deputados, fica uma lição: não basta ter a maioria, é preciso ter razão e VV. Ex.as, frequentemente, têm a maioria mas não têm razão!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está encerrado este primeiro ponto do período de antes da ordem do dia e vamos, agora, entrar na fase de declarações políticas.

Discursos proferidos no dia 19 de Outubro de 2006 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 20 de Outubro de 2006

(o Presidente) resolução n.º 148/X — Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas (PS). Para introduzir o projecto de resolução, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez diz respeito a um problema de política criminal do Estado democrático, um problema que cabe ao legislador democrático decidir, mas relativamente ao qual, e dadas as vicissitudes conhecidas, se considerou que a decisão da Assembleia da República, a concretizar na lei penal, deveria ser precedida de uma consulta directa aos cidadãos sobre o sentido essencial dessa alteração legislativa.

Por demasiadas vezes esta questão tem sido distorcida e, em não menos ocasiões, procura-se deixar subrepticiamente a impressão de que aquilo que se coloca à apreciação e decisão dos cidadãos é algo completamente diferente.

No entanto, a pergunta que agora, tal como o fizemos no passado, pretendemos colocar a referendo nacional é muito clara e não pode, nem deve, deixar lugar a quaisquer dúvidas.

Aquilo que perguntamos é, tão-só, se «concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?»

Não se trata, portanto, de qualquer discussão complexa e interminável sobre o sentido da vida, sobre o início da vida humana, sobre a natureza da vida intra-uterina ou sobre a existência ou inexistência, a propósito, de pretensos ou reais conflitos entre direitos humanos e direitos fundamentais.

Sobre cada uma destas questões, todas respeitáveis e dignas de discussão, cada um de nós já formou, ou virá a formar, as suas próprias dúvidas ou convicções e as suas próprias opiniões ou sentimentos pessoais de natureza moral, filosófica, religiosa ou política. Esse é um problema de cada pessoa ou de cada grupo particular, constituindo uma zona de reserva íntima ou de convicção pessoal, que o Estado de direito democrático não deve invadir.

Aplausos do PS.

Não cabe ao Estado democrático aderir, professar ou defender, a propósito, uma singular ou particular concepção moral, filosófica ou religiosa. Nem, consequentemente, cabe ao Estado democrático inquirir os cidadãos sobre as concepções que cada um sustenta nesse domínio. Portanto, e definitivamente, por mais que alguns pretendam continuar a confundir, manipular e distorcer o que está em causa neste referendo, que fique claro que não é de nada disto que se trata.

Do que se trata, sim, e o que está em causa é uma outra questão sobre a qual o Estado democrático tem a obrigação de decidir e de se responsabilizar. E essa outra questão é a da política criminal que pretende seguir, ou seja, e em primeira linha, um problema de Código Penal e um problema de previsão e definição de crimes e de penas.

O que sucede é que as normas penais em vigor consideram que, salvo algumas excepções já previstas, uma mulher que interrompa voluntariamente uma gravidez até às 10 semanas num estabelecimento hospitalar está a cometer um crime e, como tal, deve ser perseguida, condenada e, eventualmente, enviada para a prisão.

Ora, esta é, no século XXI e na Europa, uma política criminal que não pode deixar de ser considerada injusta, cruel, retrógrada e irracional.

Aplausos do PS.

Cada um de nós, cada grupo, cada igreja, pode ter, relativamente à possibilidade da interrupção voluntária da gravidez, uma posição de absoluta rejeição; cada um de nós pode ter, a propósito, a sua própria convicção e tem o direito de professar tal convicção com inteira liberdade e como algo de absolutamente decisivo na sua vida ou na sua forma de ver o mundo. Mais: tem o direito, numa sociedade livre e aberta como é a nossa, de publicitar essa posição, de a proclamar e de a defender. Essa posição merece de cada um de nós todo o respeito e deve merecer do Estado democrático toda a protecção.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Coisa diferente é que essa pessoa, esse grupo ou essa igreja pretendam que outro alguém que não professe as suas mesmas ideias ou que outro alguém que, inevitavelmente por razões sempre ponderosas, tenha decidido interromper voluntariamente a gravidez nas primeiras 10 semanas e em estabelecimento autorizado deva ser perseguida, condenada e enviada para a prisão por o ter feito.

Aplausos do PS.

Mais: não tem sobretudo o direito nem pode pretender que o Estado democrático, através do Código Penal, se coloque ao seu lado e ao lado das suas convicções pessoais para perseguir, condenar e enviar para a prisão alguém que, por pensar de outro modo ou por ter sido forçada a tal, interrompa a gravidez nessas circunstâncias.

Mas há alguém, no século XXI e na Europa, que possa conscientemente pretender que, numa sociedade com os nossos valores, a nossa cultura, os nossos princípios e as nossas práticas sociais, uma mulher que interrompa a gravidez naquelas circunstâncias tão precisas e delimitadas seja, por esse facto, uma criminosa e que o Estado a deve perseguir penalmente, a deve julgar, a deve condenar e, eventualmente, enviar para a prisão?

Todavia, é isto que o nosso Código Penal, salvaguardadas as excepções já previstas, ainda hoje faz. Por isso é que as normas penais actualmente em vigor nos deixam, a propósito, isolados na Europa a que pertencemos e dão do Estado português, neste particular, a ideia de um Estado retrógrado e desumano.

Dificilmente encontramos hoje alguém que possa defender e sustentar publicamente uma posição tão cruel e injusta. Mas é isto que está em causa nesta discussão e nesta consulta popular. E é por isso que, como último recurso, aqueles que não têm a coragem de proclamar abertamente as suas posições pretendem, mais uma vez, distorcer e desviar o sentido da discussão.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Definitivamente, não estamos disponíveis para discutir, neste contexto, posições pessoais de natureza moral, filosófica ou religiosa; estamos disponíveis para discutir — e é isto que está em causa — uma alteração do Código Penal, com a firme convicção política de que o Código Penal de um Estado democrático não pode nem deve servir para proteger, sustentar ou prosseguir particulares concepções morais, filosóficas ou religiosas. Por isso, e só por isso, as actuais normas penais carecem de alteração.

Primeiro, para terminar com a ameaça de prisão das mulheres e a sua sujeição ao calvário de um processo judicial, o qual que não pode ser a resposta justa para o drama vivido por muitas mulheres portuguesas. Segundo, para terminar com o aborto clandestino e viabilizar uma alternativa legal, com garantia de condições de saúde e dignidade para as mulheres, designadamente as mais frágeis nos planos cultural, económico e social, e, simultaneamente, facultar mecanismos de apoio social que ofereçam uma oportunidade

de evitar o aborto. Terceiro, porque, ao legalizar a interrupção voluntária da gravidez sob determinadas condições, não se está, como é evidente, a liberalizar o aborto,…

Aplausos do PS.

… está-se apenas a alargar, de forma razoável e equilibrada, o elenco das excepções, já hoje admitidas na lei, à regra geral de criminalização que permanece em vigor.

Não fazemos a apologia do aborto e não se recomenda, não se favorece ou se incita a sua prática. O aborto não é nem deve ser encarado como um contraceptivo, nem como uma prática de controlo da natalidade. Não se trata disso. Antes se renuncia à punição por razões ponderosas e em nome de valores superiores de uma sociedade democrática.

Aplausos do PS.

Por isso, propomos a realização desta consulta popular, onde a única questão a decidir é saber se «sim» ou «não» à licitude da interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 10 semanas em estabelecimento autorizado ou, pelo contrário, e nesta circunstância, à perseguição penal, ao julgamento, à condenação e, eventualmente, ao envio para a prisão. «Sim» ou «não»? Por isso, propomos e apelamos aos portugueses «que votem «sim».

Aplausos de Deputados do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Pedro Mota Soares, Bernardino Soares e Heloísa Apolónia. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, quero começar por lhe dizer, com a maior das frontalidades, que o CDS não tem medo do referendo sobre o aborto…

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — … e nunca esteve contra a convocação deste referendo, em condições de respeito pela legalidade e pela livre opção dos eleitores.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Aliás, quem, em 1997, não queria o referendo era o Partido Socialista.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O **Orador**: — Quem quis mudar a lei no Parlamento, liberalizando o aborto nas costas dos portugueses, sem deixar que os eleitores se pronunciassem sobre esta questão, foi o PS, com o apoio entusiástico do PCP e da extrema-esquerda.

Foi através do esforço e do trabalho do CDS que, em 1998, foi possível que os portugueses se pronunciassem e dissessem «não» à liberalização do aborto, ao contrário do que era a opinião maioritária deste Parlamento.

A Sr.ª **Helena Terra** (PS): — Isso é capaz de ser um bocado de presunção!

O **Orador**: — É por isso que nós, ao contrário de outros, não temos medo de deixar que sejam os portugueses, em condições de igualdade e de imparcialidade, a poderem escolher livremente.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Até lhe digo que nesse debate, nessa campanha, o CDS será, mais uma vez, o único partido que fará campanha pelo «não», defendendo o direito à vida enquanto direito fundamental, defendendo o direito à vida enquanto valor de civilização.

Aplausos do CDS-PP.

Quem tem estado sistematicamente errado e enganado na convocação destes referendos tem sido o Partido Socialista e não o CDS.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Lá isso é verdade!

O **Orador**: — Em Abril de 2005, Sr. Deputado, o PS quis um referendo, em que se perguntava aos portugueses se queriam a liberalização do aborto até às 10 semanas, quando o que estava no vosso projecto de lei era a liberalização do aborto até às 16 semanas, ou seja, quatro meses.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É verdade!

O **Orador**: — Foi devido ao esforço e ao empenho do CDS que o Partido Socialista se viu obrigado a recuar e a alterar o seu projecto de resolução.

Vozes do CDS-PP: — É verdade! Bem lembrado!

Vozes do PS: — Está enganado!

O **Orador**: — Em Setembro de 2005, o Partido Socialista voltou à carga e tentou repetir o mesmo referendo, sobre a mesma questão, na mesma sessão legislativa. O CDS foi o primeiro partido político a alertar para a ilegalidade,…

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — … e o Tribunal Constitucional deu-nos razão, fazendo este Parlamento e, acima de tudo, a bancada do Partido Socialista passar uma verdadeira vergonha.

Aplausos do CDS-PP.

Protestos da Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça.

Ó Sr.ª Deputada, ainda nos lembramos de o Sr. Deputado Alberto Martins ter dito para recorrermos até para o Pai Natal. Mas não foi preciso tanto, bastou o Tribunal Constitucional para nos dar razão.

Aplausos do CDS-PP.

E, portanto, Sr. Deputado, o que hoje, acima de tudo, queremos saber neste debate é se o Partido Socialista está ou não disposto a que este referendo seja debatido num quadro de rigor, de clareza e de verdade.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Nos termos do CDS-PP!

O **Orador**: — Conhecemos a apetência que o PS tem pelo politicamente correcto, pelas palavrinhas mansas, pelos termos inócuos, mas aquilo a que os portugueses vão ser chamados a decidir é se querem ou não a liberalização do aborto até às 10 semanas.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

Protestos do PS.

O **Orador**: — Sabemos que os que defendem a liberalização do aborto, quando se chega às vésperas do referendo começam um bocadinho a dourar a «pílula», começam a chamar «despenalização» à «liberalização» e «IVG» ao «aborto».

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Só que isso não é intelectualmente sério, pois só serve para tentar mobilizar mais votos para a vossa posição.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Helena Terra** (PS): — É ridículo!

O **Orador**: — Por isso, o que para nós é essencial neste debate é saber se o Partido Socialista está ou não disponível para fazer neste referendo uma pergunta que seja clara, entendível e, acima de tudo, verdadeira.

Com o que está em causa é fundamental que o Partido Socialista diga se está ou não disponível para mudar a pergunta, como propõe o CDS, substituindo «despenalização» por «liberalização» e «interrupção voluntária da gravidez» por «aborto».

Protestos do PS.

Ó Srs. Deputados, podem estar nervosos, podem gritar muito! Nós estamos aqui muito calmos e muito tranquilos a defender um valor essencial para este referendo,

ou seja, que a pergunta feita aos portugueses seja uma pergunta de verdade e não uma pergunta influenciada, para tentar que mais gente possa votar de acordo com a vossa posição.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, V. Ex.ª definiu bem o que está em discussão com a questão da despenalização. Definiu bem e clarificou que não está em questão fomentar o aborto, está, sim, em questão combater o aborto clandestino que hoje campeia no nosso país; definiu bem e explicou bem que do que se trata é de decidir se queremos criminalizar as mulheres, se queremos tratar as mulheres como criminosas, e, para além de julgá-las, submetê-las a todas as situações de investigação e de perseguição que continua a ocorrer; e definiu bem e explicou bem que não se trata de liberalizar, trata-se de decidir o que queremos para a lei penal, se queremos uma lei penal que permita que todas tenham as suas opções e possam praticá-las sem serem tratadas como criminosas ou se queremos uma lei penal que trata como criminosas as mulheres que são vítimas. E, quanto a isso, estamos completamente de acordo com o Sr. Deputado Alberto Martins e com a posição que expressou.

Mas, estranhamente ou não, o Sr. Deputado abordou pouco o que está hoje aqui em discussão — e que nos divide. De facto, o que a bancada do PS propõe não é que se decida pela despenalização mas, sim, que se decida convocar um referendo, e o Sr. Deputado sabe que temos tido, coerentemente, uma posição contrária a essa via.

Portanto, seria justo que o Sr. Deputado e a sua bancada assumissem que já perdemos um ano e meio em relação à despenalização da interrupção voluntária da gravidez,…

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — … que a maioria que existe nesta Casa, favorável à despenalização, já podia e devia ter resolvido o problema, mesmo com respeito por todos os compromissos, até depois de o próprio Partido Socialista ter visto frustradas, sem responsabilidade sua, as iniciativas de referendo que anteriormente levou por diante nesta Assembleia.

Estranhámos ainda, Sr. Deputado, que não deixasse o seu partido agendar também o nosso projecto de despenalização, da mesma forma como nós o permitimos, no passado, em agendamentos nossos, porque aí teríamos todas as opções em presença: a dos que querendo a despenalização propõem o referendo, como faz a bancada do PS, e a dos que querendo a despenalização entendem que ela é possível de imediato e que já vamos tarde a praticá-la.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — É isso que nos divide neste debate, ou seja, o que o PS propõe não é o que, com a maior urgência, deveria ser feito neste momento e neste Plenário.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, reafirmando a nossa posição neste (pelo menos) terceiro debate que temos sobre a matéria, já não contando com as declarações políticas que foram feitas sobre a mesma, o Partido Ecologista «Os Verdes» é favorável à alteração de lei penal pela Assembleia da República. Consideramos que se trata de um imperativo nacional, ao qual os Deputados da Assembleia da República não deveriam fugir em termos das suas responsabilidades.

É um imperativo nacional, porque a sujeição das mulheres a pena de prisão por terem feito um aborto não corresponde à vontade até daqueles que incoerentemente dizem que não querem a alteração de lei.

É um imperativo nacional, porque a alteração da lei é a resposta para combater o drama do aborto clandestino, que submete mulheres a ameaças à sua integridade física e à sua vida.

É um imperativo nacional, porque a garantia do respeito pela consciência de cada um só é possível com a efectiva alteração da lei, que hoje não permite que as mulheres possam optar pela interrupção da gravidez, a não ser clandestinamente.

Sr. Deputado, também quero dizer-lhe que nunca como agora a Assembleia da República teve condições, devido à sua composição, para proceder à alteração da lei.

O Partido Socialista, o Partido Comunista Português, o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista «Os Verdes», na campanha eleitoral, foram muito claros relativamente à defesa da alteração da lei. Nesse sentido, deveríamos, como já ouvi Deputados do Partido Socialista referir, assumir as nossas responsabilidades e proceder à sua alteração.

A vossa maioria absoluta tem servido para tudo, até para legitimar aquilo que não consta do Programa do Governo, como o aumento da idade da reforma, o aumento do IVA, o aumento e o alargamento das taxas moderadoras, mas, curiosamente, não serve para resolver a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e o drama de tantas mulheres deste país.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

Mas, agora, vou pôr-me na pele do Partido Socialista e da sua sucessiva argumentação — vamos ao Programa do Governo.

Aquilo que temos oportunidade de ver no Programa do Governo é a classificação da actual lei como uma lei «(…) obsoleta e injusta, que coexiste com o drama do aborto clandestino», sendo ainda referido que «Esta despenalização da IVG é uma inadiável exigência de justiça e dignidade para as mulheres (…)». Consta do Programa do Governo a despenalização da IVG, portanto é um compromisso do Governo!

A pergunta que gostava de fazer ao Sr. Deputado Alberto Martins é a seguinte: tem a garantia de que todos os membros do Governo se vão envolver nesta determinação do Programa do Governo, que o Governo falará em uníssono? Se não, onde pára o Programa do Governo?

Vozes de Os Verdes e do BE: — Muito bem!

A **Oradora**: — Vou colocar uma última questão.

Quando pomos a hipótese do referendo temos de ser sérios e de perceber que há diferentes cenários possíveis relativamente ao seu resultado. Já coloquei por três vezes esta questão ao Partido Socialista e nunca obtive resposta, vamos ver se é desta: perante um cenário não vinculativo — não falaremos do cenário vinculativo, porque a esse é a Constituição da República Portuguesa que dá resposta — qual é o compromisso que os portugueses podem esperar do Partido Socialista?

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se me permitem, começaria por responder às duas questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados Bernardino Soares e Heloísa Apolónia, dado que num dos pontos — a velha questão de alteração da lei — há coincidência.

Estamos todos de acordo, creio que há coincidência entre nós, que esta lei é obsoleta e socialmente injusta.

Onde o nosso desacordo começa a emergir é relativamente à via que o Partido Socialista (o seu Governo e o Grupo Parlamentar), aquando da apresentação do Programa do Governo, elegeu para alterar esta lei injusta, que é a referendária. Isto é, fizemos com que dependesse da realização de um referendo e, para tanto, «sufragamo-nos» num programa eleitoral que os portugueses votaram de forma muito maioritária, como sabem. É esse o compromisso que vamos cumprir e é para resolvermos este problema por essa via que temos o consenso da sociedade portuguesa.

Protestos do Deputado do PCP Miguel Tiago.

Por isso, Srs. Deputados, a nossa diferença é procedimental. E nós tivemos uma maioria muito substantiva, absoluta na Assembleia da República para resolvermos esta questão pela via referendária.

Estamos certos que no combate pelo «sim», os Srs. Deputados, as vossas bancadas e as vossas opções estarão no mesmo terreno, no do combate a esta lei iníqua, injusta, imoral e que deve ser «resolvida» o mais rapidamente possível.

Sr. Deputado Pedro Mota Soares, creio que temos de ser claros: vai haver referendo quer o CDS queira quer não!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — O CDS quer!

O **Orador**: — Quer o CDS queira quer não, repito, vai fazer-se um referendo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — E vai haver referendo num quadro muito claro, aliás reconhecido pelo Tribunal Constitucional, quanto à natureza da pergunta. A natureza da pergunta é a da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que é a única possível nos termos da lei penal em vigor.

Se os Srs. Deputados consultarem o Código Penal no título dos crimes contra as pessoas e no capítulo que respeita aos crimes contra a vida intra-uterina, verificam que há três tipos de crime: o aborto, o aborto agravado e a interrupção da gravidez não punível. Ora, é o próprio Código Penal que diz que a interrupção da gravidez não punível não se chama aborto mas, sim, interrupção da gravidez não punível. É assim!

Portanto, deixemos o português e passemos à lei. É preciso ler a lei, conhecê-la, estudá-la.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Como na última sessão legislativa, em que fizeram tudo mal!

O **Orador**: — No Código Penal, o aborto é uma interrupção voluntária da gravidez ilícita, portanto, aquilo que os senhores querem não pode ser.

Quanto à segunda questão, devo dizer o seguinte: efectivamente, o que está em causa é a despenalização e não a descriminalização. É a despenalização até às 10 semanas, porque tudo o resto é crime. Logo, os senhores não acertaram, mais uma vez.

A pergunta que colocamos aos portugueses é muito clara.

Como os senhores sabem — alguns são juristas qualificados, embora desta vez não dessem a devida atenção ao Código —,…

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Em matéria de direito, estamos à vontade! Quem se tem enganado é o PS, e é o Tribunal Constitucional que o diz!

O **Orador**: — … o Código Penal é constituído pelo núcleo irredutível dos valores ou interesses que a sociedade entende como essenciais. Ora, Portugal é das raras sociedades na Europa que entende como essencial perseguir, punir e criminalizar uma mulher que aborta até às 10 semanas. É contra essa situação retrógrada, injusta e arcaica que iremos bater-nos!

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Se for às 11 semanas já não é retrógrada?

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tanto quanto foi possível aos antropólogos remontar no tempo, sempre se registou em todas as sociedades, desde as mais primitivas às actuais, a prática da IVG.

Os retrocessos e os progressos na forma como as sociedades têm encarado a prática do aborto estão indissoluvelmente ligados aos retrocessos e aos progressos da condição feminina. Hoje, está definitivamente assente que o problema do aborto tem de ser encarado como um problema de saúde pública e, ainda, como uma questão interligada com direitos fundamentais da mulher e com a política criminal. Veja-se, nomeadamente, o relatório da Organização Mundial de Saúde sobre a situação do aborto no mundo, publicado em 2004.

A luta das mulheres pelo direito ao domínio da sua sexualidade, pelo controle dos nascimentos, é uma luta secular que tem passado por perseguições penais que se prolongam no nosso país até aos dias de hoje.

Trata-se de uma luta de séculos, porque de séculos é a luta pela igualdade, a luta pela dignidade do sexo feminino, a luta pela afirmação de que a mulher é um ser humano racional, parte integrante da espécie humana e, como tal, dotada de capacidade para tomar decisões responsáveis em relação à sua saúde reprodutiva.

O que sempre se quis disfarçar e mesmo esconder por debaixo da violência do aborto clandestino foi o preconceito contra a mulher.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Por isso é que o argumento da protecção da vida humana intra-uterina é um argumento de violenta hipocrisia, porque se sabe, de um saber de séculos, que não se protege o embrião nem o feto com a criminalização da mulher, nada restando na argumentação pró-criminalização a não ser esse tal preconceito anti-feminino.

Se a mulher tem o domínio da vida abrindo as portas ao conhecimento (e não é por acaso que na Idade Média já o fruto maçã tinha esse símbolo, significando conhecimento), então houve que reduzi-la a um útero: «*Tota muliere in utero*», segundo S. Tomás de Aquino, ou, segundo Bonaparte, «A mulher não é senão um ventre», como muito bem o refere Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*. E foi por isso que se encarceraram mulheres como Margaret Sanger e Mary Stoppes, apenas por divulgarem o planeamento familiar e o controlo dos nascimentos.

É por isso que se cerceia às mulheres o direito de opção; é por isso que o Estado se arroga o direito a invadir a sua privacidade, expondo a sua intimidade na barra do tribunal e na praça pública; é por isso, porque persiste o preconceito de que a mulher não é capaz de tomar decisões responsáveis, que se age como se o Estado fosse dono da sua fecundidade.

É por isso mesmo que se devassa a privacidade das mulheres em processos referendários, para perguntar aos outros se as mulheres têm capacidade para tomar decisões, se as mulheres têm direito à saúde reprodutiva; para perguntar aos outros se o Estado, em nome de metafísicas concepções de apenas uma parte uma parte da sociedade, deve invadir a privacidade dos quartos de dormir e ordenar às mulheres que tenham filhos não desejados nem planeados, contra o seu direito à maternidade consciente.

Depois de tantos séculos de luta, depois dos extraordinários avanços da década de 60, depois das várias conferências internacionais das Nações Unidas sobre a mulher,

nomeadamente depois da Conferência de Beijing, que apelou ao fim da perseguição penal das mulheres que abortassem e que denunciou as graves consequências do aborto inseguro, em Portugal, por força da maioria absoluta do PS, ainda se convoca a praça pública para perguntar se a mulher que aborta é ou não uma criminosa, para perguntar se as mulheres portuguesas devem ou não — as mais afortunadas — dirigir-se ao estrangeiro, para interromper a gravidez em segurança, e se as outras, as pobres, que são muitas nos dois milhões de pobres, ou as que estão um pouco acima do limiar de pobreza, que são também muitas, têm de remeter-se às agulhas de tricotar, ao vão de escada, à clandestinidade de uma porta que se abre desconfiadamente, por detrás da qual se sente o sofrimento das mulheres que tomaram decisões difíceis, mas morais, como as decisões assentes na sobrevivência da própria família.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — As mulheres, perante o Partido Socialista, têm fraco poder negocial, Srs. Deputados! Foram sujeitas a um referendo em 1998, depois de estar aprovado, na generalidade, um projecto de lei. Mulheres sentaram-se, entretanto, no banco dos réus e sofreram devassas. Mulheres foram mesmo compelidas a pagar prestações a instituições escolhidas pelo tribunal,…

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Uma vergonha!

A **Oradora**: — … para expiarem a sua culpa por terem exercido o seu direito de opção,…

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Uma vergonha!

A **Oradora**: — … naquele famoso instituto da suspensão provisória do processo, que os movimentos criminalizadores defendem para escapar à condenação da opinião pública, que não hesita, apontando-os com o dedo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A **Oradora**: — O direito à saúde reprodutiva pode agora ser sujeito a um novo referendo. É curiosa, de resto, a posição do Partido Socialista nesta matéria, pois que, relativamente a outra área que se prende com as mesmas questões éticas — a destruição de embriões na investigação científica da clonagem terapêutica para formação das linhas de células estaminais embrionárias —, tem uma posição oposta, e ainda bem, que é a nossa: está contra o referendo. Mas aí já não estão em causa apenas os problemas das mulheres. Aí, para além do interesse da ciência — que defendemos, para bem da Humanidade —, estão também os interesses das multinacionais que investem na investigação científica!!

Curiosa também é a pergunta a que se reporta o projecto de lei do Partido Socialista. Por que foram escolhidas as 10 semanas? Não é verdade que a legislação europeia adopte esse prazo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A **Oradora**: — No mínimo, o prazo, na Europa, é de 12 semanas de gravidez, como, aliás, o PCP propõe, no seu projecto de lei, havendo mesmo prazos superiores.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E muitos, no PS, também o propõem!

A **Oradora**: — E veja-se o *dossier* que o Senado francês elaborou, em 2000, quando foi aprovada a alteração à lei Veil.

Sim, Srs. Deputados do Partido Socialista: VV. Ex.as chegam, novamente, com atraso! É que, tendo copiado a lei Veil, que estabelecia as 10 semanas, sem qualquer justificação científica ou médica, esqueceram-se de estudar o relatório pedido pelo Governo francês ao Professor Israel Nisand, apresentado em 1999.

Concluindo-se, com base nesse estudo, que o prazo de 10 semanas era manifestamente insuficiente, pesando, nomeadamente, sobre as mulheres em situação

de precariedade e agravando as desigualdades sociais, determinando, para mais, que cerca de 5000 mulheres por ano demandassem clínicas estrangeiras, logo o Governo francês, em processo legislativo para que solicitou o regime de urgência, aumentou o prazo para 12 semanas de gravidez, na lei de 2001!!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se, contra a nossa opinião, este referendo «passa-culpas» for para diante, nós estaremos com as mulheres portuguesas em mais um marco na luta que haveremos de vencer, para provar que se trata de um problema de saúde pública, de um problema social, de um problema de política criminal, e não de um problema de consciência para os Deputados.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Deixem os problemas de consciência para as mulheres que têm de decidir, mas não fujam à vossa responsabilidade de legisladores. Trata-se de um problema de aplicação do artigo 18.º da Constituição da República e não do problema de determinar quando começa a pessoa humana, porque, aí, as opiniões dividem-se e, sendo a bioética antidogmática por natureza, não há quem possa exigir ao Estado que imponha as crenças de alguns a todos os outros!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Se querem determinar qual o consenso que existe na sociedade, então, reparem que, nas zonas mais tradicionais, mais permeáveis ao «não», as mulheres fazem desmanchos. Se, contra a nossa opinião, este referendo passar, estaremos no combate, para provar que as mulheres não são criminosas.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, lembro a todos os grupos parlamentares que está a decorrer a eleição do Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, sendo que as respectivas urnas se encontram à vossa esquerda. Não deixem, pois, de exercer o direito de voto até ao final dos nossos trabalhos.

Tem, agora, a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Discute-se, hoje, a convocação de um referendo sobre a liberalização do aborto, que, como é suposto, dará a cada português a palavra sobre a decisão a tomar nesta matéria. Só que, agora, sim, discute-se a convocação de um referendo nos exactos termos em que a Constituição o impõe e o nosso Regimento o consente.

É que, em matéria de referendo ao aborto, até agora, a esquerda e a extrema-esquerda parlamentar dificilmente poderiam ter feito pior — e isto, em boa verdade, desde 1998, num trajecto que a história já regista, que, aliás, o Deputado Pedro Mota Soares lembrou e que culminou com uma decisão muito recente do Tribunal Constitucional, que, citando expressamente o recurso do CDS sobre uma decisão do Sr. Presidente da Assembleia, com quem, muitas vezes, estamos de acordo mas de quem, dessa vez, discordámos, deu

vencimento à tese que, aqui, sempre defendemos.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Por isso, Sr. Deputado Alberto Martins, não nos fale agora do Direito e do seu conhecimento, porque, nesta matéria, a Legislatura tem demonstrado, sobejamente, como o CDS teve sempre razão e o Partido Socialista sempre se enganou.

Aplausos do CDS-PP.

Nesta matéria, são, pois, os últimos que nos podem dar lições, como não nos podem dar lições a propósito da própria terminologia, que, aqui, não é razão de mera

semântica, porque o tipo legal de crime que se pretende ver alterado trata, efectivamente, de aborto e não de interrupção voluntária de gravidez.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O **Orador**: — E porque é do aborto que se trata, é esta a pergunta, nestes termos, que tem de ser apresentada aos portugueses.

Aplausos do CDS-PP.

Mas, Sr. Deputado Alberto Martins, não nos fale, também aqui, de soluções «retrógradas» até às 10 semanas, quando às 10 semanas e 1 dia já passam a ser «fortemente progressivas». Ou para o Sr. Deputado a criminalização do aborto até às 10 semanas é uma solução tremendamente «retrógrada» e a situação de uma mulher que é criminalizada ou, porventura, julgada, por um aborto realizado às 10 semanas e 1 dia, já é perfeitamente «aceitável»?!...

O Sr. **José de Aguiar Branco** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Não percebe que, no plano do princípio e da razoabilidade, e até da intelectualidade, num juízo que seja minimamente sério, isso não faz qualquer sentido?!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — É verdade!

O **Orador**: — Esta, infelizmente, é uma realidade incontornável, que os senhores não conseguem evitar. Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, agora aqui chegados, importa dizer e reafirmar que o CDS não tem medo do referendo,...

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — … até porque, se, até hoje, algum referendo sobre o aborto já se realizou e se sobre a sua liberalização os portugueses já puderam dizer «não», isso se deveu também a uma luta aqui travada e a uma exigência aqui feita, nos finais dos anos 90, precisamente pela bancada parlamentar do CDS.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não foi bem assim!

O **Orador**: — Em 1998, não tivemos medo do referendo.

Quando alguns tinham a batalha como inevitável e antecipadamente ganha para o «sim», mantivemos a serenidade quanto à avaliação dos portugueses sobre valores que temos por fundamentais e fizemos confiança no seu juízo,...

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — … tal como, quando alguns, ainda os votos se acabavam de contar, se apressavam a reclamar vitória para o «sim», na tentativa de conseguirem os dividendos que a primeira imagem televisiva sempre dá, acreditávamos que assim não seria.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O **Orador**: — E a verdade é que, no final, a surpresa para alguns foi a certeza que sempre nos acompanhou.

Aplausos do CDS-PP.

Mas, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, se hoje se discute a convocação de um referendo, também não deixa de ser verdade que esse referendo tratará de uma liberalização do aborto, que, agora, não podemos simplesmente ignorar, sendo que, para nós, ao contrário do que sucede com a esquerda, esta não é uma questão ideológica.

Esta não é também uma causa religiosa, como alguém, inadvertidamente, já afirmou, e até surpreendeu, porque tinha a obrigação de o saber. Nem tal faria sentido num CDS que, enquanto partido, não tem vocação confessional.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é, tão-pouco, uma questão simplesmente incómoda, como para outros, porque divide e, dividindo, sobre ela é preciso passar rápida e descomprometidamente, para evitar dano maior.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Há momentos na vida em que não tomar posição é simplesmente intolerável e este será, porventura, um dos mais evidentes!

Aplausos do CDS-PP.

Não é também uma causa partidária, porque o que se discute não é monopólio de qualquer partido.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Nem sequer é simples matéria de consciência, porque, se o fosse, então, sobre ela, não haveria por que legislar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — As matérias de consciência têm a sua existência a esse nível e a esse nível se tratam. Não é ainda um direito inerente à barriga de quem quer que seja, sendo que, em boa verdade, essas barrigas até são o que menos nos importa. Para nós, a liberalização do aborto é uma questão de civilização.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Uma questão de civilização que avaliamos no plano ético e jurídico mas que aqui discutimos também na sua dimensão política e que, como poucos, somos capazes de tratar sem nenhum receio e sem qualquer constrangimento.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — É porque, a este propósito, tudo se joga e nesta discussão tem-se argumentado a diferentes níveis: processual, constitucional, regimental, material. Cada um na sua bancada, cada um assente na sua razão e sob diversos pretextos que se pretendem formalizar no plano do Direito: integridade moral da mulher, dignidade social, maternidade consciente, razões de natureza económica ou social.

Só que, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, além do Direito — e isto é que verdadeiramente importa —, há uma outra dimensão: a dimensão da moral, a dimensão dos valores de civilização, de que depende, em boa verdade, a existência do próprio Direito. E, nesta dimensão, na dimensão da moral e dos valores de civilização, a questão maior que, efectivamente, nos distingue, pelo menos a alguns, nesta Casa, é a do real valor de uma vida humana. Dependendo do que decidamos, é isto que, verdadeiramente, está em causa.

De um lado, estão aqueles que acham que a vida se «limita por decreto», que vêem em razões económicas e sociais justificação para lhe pôr termo, que centram todos os esforços na luta pela liberalização do aborto e até que, para salvaguarda de consciência, têm sempre no referendo o melhor instrumento de responsabilização colectiva.

Do outro lado, estão aqueles que, como nós, pensam exactamente o contrário: pensam que o aborto é um mal, e um mal irreparável, acreditam que não se deve nem se pode legitimar o direito de um julgar sobre a vida do outro e, mais do que simplesmente rejeitar a ideia da liberalização do aborto, insistem decididamente no combate às suas causas, como a única solução possível.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Pelo que, tal como aqui dizíamos em 1997, também hoje afirmamos que «A transmissão da vida não pode ser deixada ao acaso biológico, nem aos interesses particulares, nem às ambições demográficas, às estratégias de guerra ou às superioridades do sexo, raça ou nação. O poder de que hoje dispomos sobre a vida humana tem de produzir um novo sentido de responsabilidade colectivo face ao

futuro da espécie. Ora, a solidariedade e o respeito pela dignidade das pessoas e pela justiça, aparecem como único
garante desse futuro».

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — E é até precisamente por isso, pelas razões maiores que estão em causa, que, na posição a tomar, se dividem hoje, também, profundamente, as próprias bancadas liberalizadoras. Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Queremos devolver aos portugueses a palavra, numa decisão tão fundamental, mas queremos que os portugueses se pronunciem exactamente sobre o que está em causa, o que nos leva agora, uma vez mais, à pergunta que lhes deverá ser colocada e à proposta de alteração que o CDS quer ver discutida.

É porque a pergunta a colocar aos portugueses tem de ser clara, simples, inteligível e traduzir exactamente a iniciativa legislativa que lhe está na base.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Só que assim não sucede com a pergunta que o Partido Socialista quer ver aprovada, e numa dimensão, Sr. Deputado Alberto Martins, que não é apenas semântica.

A Sr.ª **Helena Terra** (PS): — Nisso, estamos de acordo! É muito mais do que semântica!

O **Orador**: — A esquerda, que assume normalmente a expressão do aborto como significativa do que está em causa,…

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Não é a esquerda, é a lei!

O **Orador**: — … nas proximidades de um referendo, adopta sempre a versão *light* da «IVG» ou «interrupção voluntária da gravidez». E percebe-se porquê: é que «IVG» choca menos do que «aborto»…

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O **Orador**: — … e, quando se vai a votos sobre esta matéria, isso convém, isso, porventura, pode contar. Só que é mesmo sobre o aborto que temos de questionar os portugueses, porque é do aborto que estamos a falar e é o aborto que está em causa.

Aplausos do CDS-PP.

E se há coisa que o aborto, infelizmente, ainda não permite, pelo menos que me conste, é uma interrupção da gravidez, porque, por definição, interrupção é algo que suspende e, suspendendo, pode ser retomado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não, não! Isso é suspensão!

O **Orador**: — Assim não sucede com o aborto, que, terminando com o processo de desenvolvimento de um ser em formação, não lhe permite outro destino que não seja o da inevitabilidade do fim. Daí que «interrupção» não seja, seguramente, «aborto», Sr.as e Srs. Deputados!

Aplausos do CDS-PP.

Como aquilo que está em causa também não é, sequer, a simples despenalização do aborto até às 10 semanas!! O que está em causa é mesmo a liberalização do aborto, tal como o tipo legal de crime prevê, até às 10 semanas, por vontade da mulher.

A Sr.ª **Helena Terra** (PS): — Não prevê não senhor!

O **Orador**: — E é também sobre isso que os portugueses terão — e têm esse direito — de pronunciar-se. Daí a pergunta que sugerimos e a alteração que queremos ver feita, para que aos portugueses seja perguntado — exactamente como sucederá e o Partido Socialista pretende no seu projecto de resolução — o seguinte: «Concordam com a liberalização do aborto, se realizado, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?» Tudo o mais não é rigoroso, tudo o mais é cosmética! É mais ou menos como aquela pergunta sugerida

na última sessão legislativa, que falava ser até às 10 semanas quando no projecto de lei do PS se previa exactamente o aborto até aos quatro meses…!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Isso é falso!

O **Orador**: — E esteve bem presente na discussão a Sr.ª Deputada Sónia Fertuzinhos, que se indignava muito com a nossa chamada de atenção para o facto, para logo depois ver que o PS, afinal, deixou «cair» a questão do aborto até aos quatro meses.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — E sabem porquê, Srs. Deputados Sónia Fertuzinhos e Alberto Martins? Porque também aqui nós é que tínhamos razão e não o PS, que nessa pergunta queria enganar os portugueses!

Aplausos do CDS-PP.

Sr.as e Srs. Deputados: Terminamos dizendo que rejeitamos qualquer lógica de preconceito na discussão do aborto e que não temos sobre ela qualquer posição fundamentalista. Temos, no entanto, convicções e convicções muito profundas, assentes em valores de referência civilizacional que julgamos partilhados pela maioria dos portugueses, convicções que defendemos com muita firmeza e determinação. E é com essa firmeza e convicção que vamos para o referendo, como cidadãos muito mais do que como responsáveispolíticos e na certeza até de que acompanhados por tantos outros, de tantos outros partidos e até sem quaisquer convicções políticas ou ideológicas em muitos casos,…

A Sr.ª **Helena Terra** (PS): — Termina sem convicções políticas, é verdade!

O **Orador**: — … mas acreditando que poderemos voltar a vencer e que, tal como em 1998, o país que queremos e os valores que defendemos continuarão a prevalecer.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há oito anos, realizou-se um referendo sobre a despenalização do aborto que marcou a nossa sociedade.

Uma das garantias repetidas à exaustão pela direita que então defendeu a continuação do Código Penal, que ameaça as mulheres com uma pena de prisão de três anos, foi a de que essas mulheres nunca seriam julgadas. Mas foram julgadas, estão a ser julgadas e continuarão a ser julgadas caso a lei não seja alterada!!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — É verdade!

A **Oradora**: — Alguns sectores defensores do crime na lei, incomodados com os julgamentos, tentam agora evitá-los. Chegam tarde com as suas propostas contraditórias de suspensão dos processos ou de aplicação de penas alternativas à prisão; demonstram má consciência e uma enorme falta de responsabilidade.

Durante anos, nos quais se contam alguns em que estiveram no governo, nunca formalizaram uma proposta. Mas hoje é inútil discutir ideias que nem chegaram a proposta, por duas razões principais: primeira, porque não é isso que será colocado ao povo português na pergunta do referendo; segunda, porque são propostas que deixam tudo na mesma, apenas querem evitar o embaraço dos julgamentos — não evitam o aborto clandestino e continuam a punir as mulheres. Quem recusa a hipocrisia e quer resolver o problema rejeita soluções que são fantasias jurídicas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A pergunta que vai ser colocada a referendo coloca três questões essenciais: a descriminalização, que determina o fim da pena de prisão de 3 anos, ou de outra pena, para a mulher que abortou; a participação do Serviço Nacional de Saúde; e o respeito pela mulher que tomou a decisão de realizar um aborto.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — É sobre isto, e nada mais, que vamos ser chamados a votar, e é por isso que rejeitamos as propostas de alteração do CDS-PP, um partido empenhado em manter a todo o custo a ameaça de prisão do Código Penal contra as mulheres.

Aplausos do BE.

Pelo nosso lado, sabemos que agora é o momento de decidir. Defendemos a realização de um referendo contra a maioria PSD/CDS-PP, o qual foi impedido, apesar de suscitado pela primeira petição popular para um referendo em Portugal.

Definimos uma posição clara nas eleições para a Assembleia da República: acabar com a criminalização das mulheres no mais curto espaço de tempo. Quando Belém complicou a realização do referendo propusemos a conclusão do processo legislativo pela Assembleia da República. Se alguma bancada aqui propuser uma nova lei terá sempre, sempre, o nosso voto!! Se o único caminho que tem o voto maioritário é o referendo, vamos ao referendo para que acabem os julgamentos de mulheres!

Vozes do BE: — Muito bem!

A **Oradora**: — E não fazemos de uma questão com esta dimensão uma querela partidária. Partimos com a consciência de que o «sim» pode vencer, em nome da dignidade das mulheres, em nome da saúde pública, em nome de um país moderno, que recusa pertencer a um reduto retrógrado da Europa.

Quem defende o fim da criminalização do aborto não interfere nas opções morais, religiosas ou outras de quem quer que seja. O Estado defende a liberdade das pessoas e não impõe aos outros os preconceitos de cada um. O Bloco de Esquerda vai, por isso, contribuir intensamente para a participação no referendo — sabemos o que está em causa —, com verdade e com a convicção de que podemos fazer da civilização um pedaço de todas e de todos nós.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes para uma intervenção.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata vai votar favoravelmente a proposta de convocação de um novo referendo sobre o aborto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Fazemo-lo por um imperativo de coerência que sempre mantivemos sobre esta matéria. Recordo aqui que em 2004, quando então nos opusemos a uma proposta de convocação de referendo, afirmámos que entendíamos ser a próxima legislatura (esta) o momento adequado para voltar a consultar os portugueses. E já no ano passado, quando a maioria socialista procurou instrumentalizar politicamente este assunto misturando-o com os actos eleitorais que tínhamos pela frente, deixámos claro que, para nós, arealização do referendo só devia ter lugar após esse ciclo eleitoral. Estão, pois, hoje reunidas as condições para devolver aos portugueses a pronúncia sobre a manutenção ou, porventura, a alteração da lei do aborto.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Também sobre essa pronúncia nos mantemos coerentes com a posição que sempre tivemos: entendemos que o aborto é uma questão que se inscreve na esfera da consciência individual de cada um, não cabendo ao partido dar qualquer orientação ou exigir qualquer disciplina de voto aos seus apoiantes ou aos seus Deputados. Caberá a cada um de nós, a cada português, decidir de acordo com a sua consciência.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A questão do aborto não é uma questão qualquer — mexe com valores e com princípios em que assenta a maneira como se olha a sociedade, interpela a consciência individual de cada cidadão e afirma um

padrão de referências que se quer transmitir às novas gerações, tudo a merecer um debate que não seja abusivamente condicionado e antes favoreça uma expressão livre, esclarecida e participada, própria de uma cidadania que se quer madura.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Tudo a desaconselhar a instrumentalização partidária e a manipulação política das opções de cada um, quando não a utilizar a questão como arma de arremesso ou manobra de diversão de agendas estritamente partidárias.

Aplausos do PSD.

Por estas razões, o facto de o debate referendário — tudo o indica — ir realizar-se em adequadas condições de dignidade e de serenidade constitui, por si só, uma vitória do bom senso e uma derrota de todos os que tudo fizeram e por todos os meios tentaram que isso não acontecesse.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Compreendo que, talvez por vergonha das asneiras cometidas ao longo de todo este processo, o Partido Socialista queira agora passar uma esponja e fazer tábua rasa das suas anteriores posições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Só que essa vergonha não está alicerçada num sério arrependimento, às vezes parece até o contrário. Alguns responsáveis socialistas, a começar pelo primeiro de entre eles, parecem mesmo não ter o discernimento nem praticar a humildade de reconhecer a asneira, reincidindo publicamente na tentativa de politização deste debate. À míngua de convicções fortes e de confiança na justeza dos seus argumentos optam pela via gratuita do insulto, exibindo uma incompreensível agressividade e uma enorme falta de respeito por todos quantos ousam pensar de forma diferente deles próprios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — É uma atitude que em nada contribui para a elevação do debate e que só desqualifica quem a toma.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**:— Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata não se envergonha das posições, sempre coerentes, que tomou ao longo deste processo. Não se envergonha nem quer passar qualquer esponja sobre tudo aquilo que sempre disse.

Vale a pena, por isso, relembrar aqui qual foi a posição do Grupo Parlamentar do PSD nos três debates que, no ano passado, sobre este assunto travámos nesta Assembleia.Clarificando a posição política do PSD, eu próprio tive oportunidade de então afirmar desta tribuna, sobre a realização ou não realização do referendo e sobre o momento em que o mesmo devia ter lugar, o seguinte: «Vamos à primeira questão: o PSD não tem objecção à realização de um novo referendo sobre o aborto durante esta Legislatura. É um compromisso político inscrito no programa eleitoral do Partido Socialista, com o qual se apresentou às eleições de Fevereiro último. O resultado eleitoral claro então obtido legitima o Partido Socialista a avançar com esta iniciativa durante a Legislatura. É, de resto, um bom princípio, um princípio salutar, o de respeitar os compromissos eleitorais assumidos perante o eleitorado.

A posição de não objecção que o Partido Social-Democrata tem é também conhecida desde a campanha eleitoral. Recordo que dissemos, então, que pela nossa parte não tomaríamos iniciativa na matéria mas que não nos oporíamos à sua convocação, se essa viesse a ser a vontade maioritária do Parlamento. Dissemo-lo, e mantêmo-lo.

(…) Deixo aqui claro que se o actual Presidente da República entender convocar o referendo para depois das eleições presidenciais tal decisão não merecerá qualquer oposição ou reparo pela parte do Partido Social- Democrata.

E é aqui que entronca a segunda questão: a de saber qual o momento em que o referendo deve ter lugar. À nossa frente temos, nos próximos três meses, um exigente calendário político-eleitoral.

Estamos em plena recta final da campanha eleitoral para as eleições autárquicas, e iniciou se já, com particular agitação e animação, diga-se, a pré-campanha para as presidenciais.

(…) Acresce que a este exigente calendário eleitoral ainda se vai sobrepor o calendário orçamental. (…) Um calendário intenso e um debate participado e duro, dentro e fora do Parlamento, pelas medidas polémicas e restritivas que seguramente vai impor ao País.

Ora, fica por demais evidente que a relevância política e nacional destas matérias não abre espaço para a introdução, neste período, de um outro debate nacional, e logo sobre um assunto tão sério como é o do aborto. (…) Entra pelos olhos adentro que seria como «meter o Rossio na Betesga», prejudicando gravemente qualquer participação cívica séria em alguns ou em todos destes assuntos. Ainda por cima, os Srs. Deputados sabem que só por masoquismo é que se imporia um tão louco calendário aos portugueses, com três actos eleitorais em três meses. Disse, e reafirmo, que não levantamos qualquer obstáculo a que o referendo seja convocado para depois das eleições presidenciais. Haverá, então, todas as condições para a realização do debate sereno, participado e com as condições de elevação que o assunto merece. Só mesmo quem queira furtar-se a essa participação e a essa elevação é que pode desejar o contrário.»

Foi isso o que aqui foi afirmado pelo PSD há um ano, pese embora o PS tenha mesmo insistido na tentativa de politização, com o resultado de malogro que se conhece. Convenhamos que não podia ter sido mais frontal nem mais clara a posição dos Deputados do PSD há um ano, como frontal e clara foi também a nossa posição sobre a pergunta a formular no referendo.

Num primeiro momento — convém também aqui recordá-lo —, o Partido Socialista apresentou e fez aprovar uma alteração à lei que visava duas mexidas essenciais: a liberalização do aborto realizado nas primeiras 10 semanas de gravidez e o alargamento para as 16 semanas de gravidez do prazo para o aborto terapêutico, quando fundado em razões de natureza económica e social.

Fez aprovar essa alteração à lei mas, dissimuladamente, propunha-se colocar a referendo apenas a primeira destas questões, subtraindo dessa consulta aos portugueses a segunda alteração, aliás, de imensa gravidade.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — É importante lembrar isso!

O **Orador**: — O PSD denunciou, com veemência, essa manobra e se, teimosamente, ao longo do debate de então, o PS não teve a hombridade de o reconhecer, a verdade é que, meses depois, «deram o braço a torcer» e corrigiram a sua própria proposta, dela retirando por completo a segunda das questões enunciadas.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Tal e qual!

O **Orador**: — É este o ponto em que hoje nos encontramos: temos um projecto de lei, aprovado na generalidade, que já só se propõe introduzir a despenalização do aborto quando livremente realizado nas primeiras 10 semanas de gravidez e uma proposta de pergunta que se reconduz a isso mesmo. É o reconhecimento implícito, embora tardio, de que o PSD sempre tivera razão.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Ultrapassadas as asneiras em que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, à compita, se precipitaram, prejudicando a seriedade com que esta matéria deve ser encarada, parecem de facto reunidas hoje as condições para se avançar com a proposta de consulta aos portugueses. Pese embora os primeiros sinais de infeliz politização a que já me referi, e que espero não passem disso mesmo, de episódios infelizes, é agora ao Sr. Presidente da República que cabe decidir sobre a convocação e

a data de realização deste referendo. Confio em absoluto no critério que o Sr. Presidente da República entender utilizar,…

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — … certo de que será sempre uma boa decisão.

Faço votos para que o debate nacional e o processo de devolução da decisão aos portugueses que agora se inicia decorram com a elevação, a tranquilidade e a profundidade de análise que o assunto tem de merecer de nós todos — sem radicalismos, nem insultos, sabendo afirmar convicções e aceitar diferenças, sempre respeitando as opiniões de quem não pensa como nós, para que cada português, em consciência, livremente venha a decidir o seu sentido de voto.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em breves palavras, gostaria de dizer que se esta matéria da alteração da lei penal no que se refere à despenalização da interrupção voluntária da gravidez não está até hoje resolvida tal facto tem responsáveis. E tem responsáveis directos na direita, que quer manter uma lei, não assumindo que a quer ver aplicada até às suas últimas consequências, ou seja, que quer ver as mulheres portuguesas sujeitas a pena de prisão pelo facto de terem feito um aborto (perdoem-me, Srs. Deputados, mas esta posição não pode ter outra classificação que não a de «hipócrita» perante esta realidade), mas tem também, na nossa perspectiva, outros responsáveis, aqueles que, com esta composição parlamentar, se recusaram até hoje a alterar a lei na Assembleia da República.

É importante que olhemos para trás alguns anos e percebamos que este recurso ao referendo em matéria de despenalização da interrupção voluntária da gravidez não tem tido outra consequência que não a de andarmos de adiamento em adiamento, em adiamento, de algo que é um imperativo nacional — justamente a alteração da lei.

Dizia um Sr. Deputado do Partido Socialista, em 1998, nesta Câmara, em relação ao referendo, o seguinte: «É preciso dizer com clareza ao país que nesta Sala, por detrás da exigência do referendo, esconde-se uma única preocupação verdadeira: empatar, empatar, empatar».

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Bem lembrado!

A **Oradora**: — Poucochinho tempo depois, o PS faz um acordo de bastidores com o PSD e recorre justamente à figura do referendo, abandonando o processo legislativo, para resultar naquilo que todos sabemos. E assim chegámos, passados estes anos, a esta situação de adiamento em adiamento, em adiamento.

Gostaria de deixar, aqui, bem claro que os Srs. Deputados e as bancadas parlamentares que defendem — e têm defendido nesta Legislatura, permanentemente — a realização do referendo, quando discutimos pela segunda vez esta matéria, alguns assumiram aqui, na Assembleia da República, que não podíamos andar «de referendo, em referendo…, em referendo» e que, se não fosse convocado da segunda vez, os Deputados à Assembleia da República tinham de assumir as suas

responsabilidades e concluir o processo legislativo. Hoje, aqui estão, outra vez, a defender justamente a realização do referendo…! Tínhamos tido já a possibilidade de ter assumido essas responsabilidades, de ter resolvido o problema que está na lei — como todos dizemos, «o crime que está na lei» — e, portanto, importa resolvê-lo, de uma vez por todas!

Por isso, entendemos que esta matéria já podia ter sido alterada na Assembleia da República, apresentámos um projecto com esse objectivo, voltámos a apresentá-lo na presente sessão legislativa e lamentamos que esse processo não seja assim concluído.

É por isso que vamos votar contra este projecto de resolução que prevê o referendo e reafirmamos que os direitos das mulheres não são referendáveis.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Muito bem!

A **Oradora**: — Eles não se referendam. Garantem-se e concretizam-se!

Por outro lado, gostaria de realçar, aqui, que o Sr. Deputado Alberto Martins não respondeu às duas questões concretas que lhe pus, designadamente se tem a garantia de que o Governo estará em uníssono, defendendo a despenalização da interrupção voluntária da gravidez de acordo com aquilo que é um compromisso do Governo e que consta, claramente, do Programa do Governo. Não me disse também, perante os dois cenários do referendo não vinculativo — o «sim» e o «não» —, qual será a posição que o Partido Socialista vai tomar e qual será a responsabilidade e o compromisso que assume perante o País nesta matéria.

Srs. Deputados do Partido Socialista, a não resposta do Sr. Deputado Alberto Martins a estas questões é já por si preocupante.

Fica, aqui, este registo de Os Verdes.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Com este projecto de resolução, o Partido Socialista cumpre um compromisso eleitoral.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não, não cumpre!

O **Orador**: — No entanto, não é apenas objectivo do PS convocar um novo referendo. Pretendemos alterar também a lei actualmente em vigor. Pretendemos alterar uma lei que tem permitido o julgamento e a condenação de mulheres portuguesas; pretendemos alterar uma lei que não acabou com o aborto clandestino; pretendemos alterar uma lei que nada fez pela vida; pretendemos alterar uma lei que já ninguém quer ver aplicada — nem os Srs. Deputados!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O objectivo do Partido Socialista e da Juventude Socialista é o de terminar com a investigação, com os interrogatórios, com os julgamentos, com as condenações, com as prisões! Esse é o nosso objectivo!

Aplausos do PS.

Ficamos satisfeitos por saber que à direita também já ninguém quer a prisão das mulheres que interrompem a sua gravidez.

Não queremos, contudo, uma lei «faz-de-conta». Rejeitamos a hipocrisia dos que não querem as mulheres presas, mas querem manter o crime na lei.

Aplausos do PS.

Uma democracia avançada é uma democracia com regras claras e transparentes. E quem não quer ver as mulheres portuguesas presas tem uma grande oportunidade: vota «sim» no referendo!

Temos também como objectivo combater o aborto clandestino e o drama a ele associado. E quem é contra a prisão das mulheres, mas não permite que a interrupção

da gravidez seja feita em estabelecimentos autorizados está a pactuar com o drama do aborto clandestino, está a permitir os graves prejuízos para a saúde e para a vida das mulheres.

A Sr.ª **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sabemos que só em estabelecimentos autorizados estamos a garantir condições de saúde e de igualdade para as mulheres portuguesas. Quem não é insensível ao drama do aborto clandestino vota «sim» no referendo!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Srs. Deputados, o nosso projecto de resolução também não trata de liberalização. Hoje, já estão tipificadas na lei algumas excepções e pretendemos prever novas situações dentro das quais a interrupção da gravidez se possa realizar até às 10 semanas.

Este é um projecto de resolução equilibrado e ajustado, que protege os direitos da mulher portuguesa. Mas não fugimos à questão das 10 semanas mais 1 dia. Para nós, essa questão também está resolvida. Existe consenso médico seja às 10 ou às 12 semanas como sendo o período que melhor garante a saúde da mulher.

Mas quem hoje tem de responder à pergunta «o que é que acontece no dia a seguir às 10 semanas?» é quem já não defende a prisão e quer suspender os julgamentos e as condenações. Esses é que têm de explicar, porque ou a suspensão dos julgamentos é até às 10, ou até às 24, ou até 36 semanas. E, se for até às 10, o que é que acontece a seguir às 10 semanas?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — A resposta tem de ser dada pela sua bancada!

O **Orador**: — O que vamos decidir no dia do referendo é se queremos que os julgamentos e as

condenações continuem em Portugal. Quem quer que continuem vota «não», quem não quer vota «sim»!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, ao votar a convocação de um referendo, decidimos que hoje é o primeiro dia de um debate clarificador na sociedade portuguesa.

É certo que, até agora, uma grande parte das intervenções, muito em particular das bancadas da direita, tem sido sobre as responsabilidades e sobre o debate institucional na convocação anterior de referendos a que a Assembleia foi chamada a discutir e a votar. É com certeza um debate interessantíssimo para as actas da Assembleia da República, mas não é certamente o debate mais importante que temos de ter no primeiro dia da preparação do referendo que permite aos portugueses escolher o fim desta lei criminal e corrigir o Código Penal.

É, por isso, muito significativo que a intervenção do partido mais importante da direita nada diga sobre a substância, seja exclusivamente sobre a forma e seja mesmo uma longuíssima citação de si próprio num debate tão diferente como aquele que tivemos há alguns meses. E que cada um tenha o entretenimento de se citar a si próprio, é certamente elegante, mas nada diz a não ser que o principal argumento do principal partido da direita é não ter nenhum argumento e não tomar posição na questão do referendo sobre o aborto.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, quero contribuir para explicar à Câmara qual é a posição que o Bloco de Esquerda vai defender, olhando para a frente e olhando para o debate político que teremos todos na sociedade portuguesa sobre o referendo do aborto.

Quero, em primeiro lugar, fazer um apelo à participação neste referendo. Sejam aqueles ou aquelas que defendem o «sim» ou o «não», o seu voto é muitíssimo importante, seja o voto decisivo daquelas pessoas que, não suportando a lei horrenda que hoje mantém a perseguição das mulheres, não votaram em 1998 ou não tinham idade para votar em 1998 e partilham a mesma preocupação de tantos sectores da sociedade portuguesa para corrigir esta lei. A participação dessas pessoas é decisiva e é por isso que agora quero insistir no apelo a essa intervenção cívica, que é votar no próximo referendo.

Dizia um Deputado da direita mais extremista que se trata de uma questão de civilização. E é verdade. É mesmo uma questão de civilização. No julgamento em Aveiro, o acusador dirigiu-se ao tribunal, pedindo, nestes mesmos termos, a «pena máxima» para as mulheres acusadas de aborto, que é a pena de três anos de prisão, e a «absolvição dos cúmplices», que eram o pai, a mãe, o marido e o namorado. É isto a questão de civilização! A questão de civilização é um código penal que determina e torna possível uma pena de prisão.

O Sr. **José de Aguiar Branco** (PSD): — Isso é demagogia!

O **Orador**: — O Código Penal não é facultativo. O Código Penal é uma norma jurídica que se impõe nos tribunais. E o Sr. Deputado, que foi ministro da Justiça e que diz que é demagogia,…

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — E tem razão!

O **Orador**: — … sabe que estou a falar de um facto. O facto é que o acusador se vira para o tribunal — questão de civilização — e diz: «Pena máxima para as mulheres!». Quem vota «não» neste referendo vota «pena máxima para as mulheres»!

Aplausos do BE.

Aliás, a lei é tão cruel que os seus defensores não se atrevem a defender os seus conceitos, porque quem considera, no radicalismo extremista das suas concepções, que aqui se pune um homicídio terá algum dia de nos dizer por que é que, não se levando a sério a si próprio, discrimina homicídios de segunda e de primeira: para uns pede pena máxima de três anos e para outros pede pena mínima de oito anos. Se se trata de um homicídio e se levam a sério as suas concepções extremistas, não as podem desgraduar na demagogia que é a sua posição. Não acreditam em si próprios. Não são capazes de dizer ao povo português o fundamento da sua posição, porque é tão difícil assumir — questão de civilização — a perseguição às mulheres. Não é, Srs. Deputados?

É claro que outros, mais bem dotados nessa capacidade extraordinária que é a hipocrisia, podem dizer: «Resolvemos o problema, suspendendo os julgamentos». E como é que isso se faz? Faz-se a acusação? Chamam-se as testemunhas e as acusadas?

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Leia o Código de Processo Penal!

O **Orador**: — E depois, quando termina a acusação, levanta-se o processo para que não chegue a julgamento? Ou julga-se e não se aplica a pena? Ou aplica-se a pena e a pena é só uma reeducação com algumas consultas ou com algum trabalho de jardinagem para a câmara municipal?

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Leia o Código!

O **Orador**: — De que é que se trata exactamente nessa hipocrisia imensa que é a suspensão?

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Exactamente!

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Leia o Código!

O **Orador**: — Hoje, aliás, nesta dificuldade, neste emaranhado em que está a direita, o CDS, que tem uma longuíssima história de pérolas culturais magníficas nos debates sobre o aborto, brindou-nos com mais uma.

Considera o CDS que a ideia da interrupção da gravidez é confusa na pergunta, porque quem interrompe uma gravidez pode ser que continue em próximos capítulos e a gravidez interrompida não acabou. Portanto, o CDS não percebe.

Protestos do CDS-PP.

Nós percebemos que o CDS não perceba. E o Deputado Nuno Melo, que é um homem sagaz, veio acrescentar-se a esta longa lista dos eméritos oradores do CDS a este respeito!

Protestos do CDS-PP.

O nosso apelo é a todos os homens e mulheres que, ao votarem no referendo, partilham um valor civilizacional determinante, que é o respeito pelas mulheres, o respeito pelas pessoas, o respeito pela dignidade. E é esse valor que vai estar em votação no dia em que o Presidente da República marcar este referendo.

Por isso, apelamos a todos. Apelamos aos cristãos que sabem que esta lei tem desenvolvido a perseguição e o aborto clandestino, porque todas as pessoas dispostas a acabar com o desrespeito estarão juntas num voto do «sim», que vai vencer quando o referendo se realizar.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já muito se tem falado, nesta Câmara, de crime de aborto, de aborto clandestino, de referendo. Atrevo-me a dizer que é com grande pena que hoje não digo que está tudo na mesma. Hoje, estamos pior do que estávamos há oito anos, aquando do último referendo. Hoje, estamos pior do que há um ano. Hoje, estamos pior do que ontem, porque há mais pessoas a morrer, há mais pessoas a recorrer ao aborto clandestino e há mais pessoas a sofrer com esta lei injusta.

Sr. Deputado Pedro Mota Soares, o PS, aqui, não está sozinho nem enganado, porque falar com rigor é não enganar os portugueses: dizer que o que está em causa é uma alteração ao artigo 142.º do Código Penal, isto é, interrupção voluntária da gravidez não punível; não confundir os portugueses;…

Aplausos do PS.

… e, sobretudo, Sr. Deputado Nuno Melo, não subestimar a inteligência daqueles que vão votar, não subestimar a responsabilidade de quem recorre a uma interrupção voluntária da gravidez efectuada até às 10 semanas.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, falar com clareza, como pediu o Sr. Deputado Mota Soares, é falar de uma lei que, hoje, permite que existam processos judiciais, humilhações públicas,…

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E vai continuar a permitir!

A **Oradora**: — … julgamentos, prisões, desumanidade, sequelas físicas e psíquicas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há mortes, em Portugal, pelo aborto clandestino. É este o cenário que deve envergonhar-nos todos. É este o cenário que deve levar-nos todos a falar com verdade.

Falar com verdade é dizer que esta lei gera situações de clandestinidade e medo. Falar com verdade é dizer que esta lei é incapaz de dar resposta às necessidades de uma bem orientada política de saúde pública, é dizer que esta é uma lei socialmente injusta que gera profundas desigualdades. É que quem tem posses, os dos estratos

sociais mais elevados, recorre aos países nossos vizinhos ou aos novos Estados-membros da União Europeia porque tem dinheiro para pagar um aborto praticado em condições de sanidade públicas e dignas. Quem não tem dinheiro recorre ao aborto clandestino. É esta a triste realidade do País!

Sr. Presidente, o Direito comparado, na União Europeia, permite dizer que a legislação portuguesa é a mais restritiva em matéria de despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Portugal é o único país da União Europeia que activamente persegue e condena mulheres e médicos por ilegal interrupção voluntária da gravidez. Portugal continua a contrariar o Relatório Van Lancker do Parlamento Europeu, datado de 2002, que aconselha a que o aborto seja legal, seguro e acessível e apela a que todos os Estados não persigam as mulheres que fizeram um aborto clandestino.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Aquilo em que acreditamos é que não pode haver dualismos nem hesitações sobre esta matéria, não pode haver os que, ainda hoje, através da publicação de artigos de opinião, defendem que esta lei é injusta mas que, apesar disso, deve ser a lei vigente.

O Partido Socialista considera que, nesta matéria, o valor mais fundamental é o da tolerância e, por isso mesmo, não hesitaremos. Enquanto esta lei não for alterada, haverá, seguramente, mais dramas humanos, mais mortes, a somar aos dos últimos 22 anos.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Termino, dizendo que as más leis são o pior tipo de tirania. A actual lei do aborto é uma má lei.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marcos Perestrello, para uma intervenção.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Existe hoje, na sociedade portuguesa, um certo consenso quanto à necessidade urgente de despenalizar a interrupção voluntária da gravidez, quando realizada nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

Mesmo amplos sectores da direita já não se atrevem a defender que uma jovem adolescente seja mandada para a prisão como sequência de uma interrupção de gravidez realizada num momento de desespero.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É um demagogo!

O **Orador**: — Por isso, vêm alguns dos seus porta-vozes propor agora a suspensão da aplicação da lei. Portugal é um Estado de direito e, num Estado de direito, as leis vigentes aplicam-se com rigor e produzem efeitos sobre quem as infringe.

Uma lei penal, que passa a ser anulada na sua eficácia e se quer apresentar apenas como uma punição moral, representa o mais evidente sinal de má consciência dos que dizem defendê-la. De facto, esses querem fazer dela um instrumento de humilhação pública, o que é inaceitável nos dias de hoje. A era do pelourinho já lá vai. Aí, sim, os castigos eram aplicados em espectáculo público para humilhar os castigados. Admitir a suspensão dos efeitos da aplicação da lei actual é um desrespeito pelo Estado de direito e pelos princípios elementares da ordem jurídica e da legalidade. Mas é, também, uma hipocrisia, porque não retira as adolescentes e as mulheres socialmente mais desfavorecidas da desumanidade e dos riscos que o aborto clandestino implica para a vida e para a saúde das mulheres.

Devemos, isso sim, enfrentar a actual situação com coragem, reconhecendo que a lei que penaliza a interrupção da gravidez é uma lei ineficaz e socialmente injusta.

É ineficaz e socialmente injusta, porque nenhuma mulher deixa de fazer um aborto por causa desta lei. As que têm meios financeiros deslocam-se ao estrangeiro e

interrompem a gravidez em segurança. As adolescentes e as mulheres de origem social mais desfavorecida são atiradas para o aborto clandestino, em condições que representam um problema de saúde pública, cuja gravidade mais se torna evidente quando comparada com a situação dos países que, na Europa, resolveram há mais tempo esta questão.

É, por isso, uma lei cujo único efeito prático é o de impedir que as interrupções da gravidez ocorram em locais adequados e com o devido acompanhamento médico. Se, pois, a lei é injusta, perversa e ineficaz, então, só há um caminho: mudá-la.

Sr.as e Srs. Deputados: A solução legal que se pretende adoptar com a realização deste referendo é uma solução equilibrada e razoável.

É equilibrada e razoável porque não vai mais longe do que o consenso médico e científico sobre as condições em que se pode realizar em segurança uma interrupção da gravidez.

É equilibrada e razoável porque permite compatibilizar a liberdade pessoal e a consciência individual. É que se o problema é, antes de mais, ético-filosófico, então, deixemos as consciências decidir.

A solução que se propõe tem como objectivo principal combater o aborto clandestino, chamando ao sistema de saúde as mulheres e as jovens que engravidaram sem querer e recorrem ao aborto que, na altura, lhes parece ser a única saída. Aí, no sistema de saúde, podem encontrar apoio e mesmo o esclarecimento que evite a repetição de situações idênticas. Sr.as e Srs. Deputados: A despenalização da interrupção da gravidez nas condições agora submetidas a referendo não corresponde a uma liberalização ou à defesa do aborto como um direito ilimitado. A despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nas primeiras 10 semanas, procura tão-só retirar da prisão mulheres fragilizadas, que não são criminosas, e combater o aborto clandestino, acabando com uma atávica discriminação social e económica, ao mesmo tempo que ajuda a resolver um sério problema de saúde pública.

Aplausos do PS.

Ao submeter a presente questão a referendo, o PS cumpre mais um compromisso eleitoral. Ao contrário de outros, entende que, nesta matéria, não deve haver lugar para ambiguidades ou evasivas. Temos uma posição clara e damos a cara por ela. Caberá agora aos portugueses, participando no referendo e votando «sim», acabar com esta humilhação infligida às mulheres, substituindo uma lei injusta, perversa e ineficaz por uma lei justa, equilibrada e razoável.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.ª **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A iniciativa hoje levada a cabo pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como já aqui foi dito, concretiza um compromisso público assumido variadíssimas vezes, em variadíssimas ocasiões e em variadíssimos lugares.

Aquilo de que hoje verdadeiramente se deveria ter tratado era, não da resposta que cada um de nós deve dar ou vai dar na consulta proporcionada pelo referendo, mas, sim, se o referendo é o instrumento adequado para proceder a essa consulta.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Para este grupo parlamentar, no seu entendimento maioritário, deve ser essa a metodologia a adoptar porque foi a expressa e explicitamente apresentada a sufrágio eleitoral. Existe, pois, em meu entender, um mandato inequívoco nesse sentido.

Neste contexto, não vou eximir-me a tecer algumas considerações sobre o que penso, sobre a pergunta a referendar e sobre a questão de fundo, em si.

Jurista de formação, quer na Misericórdia de Lisboa, quer na Saúde, quer na Igualdade, ocupei posições privilegiadas de observação que constituíram e alicerçaram o meu modo de ver esta questão, do ponto de vista da política criminal, da saúde pública e do ponto de vista social. Como jurista, revejo-me no Acórdão n.º 85/84 do Tribunal Constitucional, reinvocado em 1998, que sustenta que as medidas penais, sobretudo as privativas da liberdade, só são constitucionalmente admissíveis — e repito «admissíveis» — quando sejam necessárias, adequadas e proporcionadas à protecção de determinado direito ou interesse constitucionalmente protegido e só serão constitucionalmente exigíveis —

repito «exigíveis» — quando se trate de proteger um direito ou bem constitucional de primeira importância e essa protecção não possa ser garantida de outro modo.

«Parece evidente…», prossegue o citado acórdão, «… que é bastante mais gravosa a penalização indevida do que a falta de penalização, lá onde ela deveria existir: pode haver alternativas para a penalização, não há remédio para a penalização desnecessária ou injusta (…)

No caso do aborto e da garantia da vida intra-uterina, outros meios de tutela e de combate ao aborto existem que devem preceder os meios penais, e cuja ausência ou insuficiência tornam mais gravosas e desproporcionadas as normas penalizadoras sob um ponto de vista jurídico-constitucional. A tutela penal há-de ser a última *ratio* das medidas culturais, económicas, sociais e sanitárias e não um sucedâneo para a falta delas».

Para mim, a questão central do debate a realizar é a de saber se a sanção actualmente em vigor se aplica a todos os que cometem o mesmo crime. E a esta pergunta, a resposta só pode ser «não». E é «não», porquê? Porque a gravidez resulta de um acto praticado a dois, a decisão de a interromper é praticada muitas vezes a dois e fortemente influenciada pela pressão social que classifica como «vergonhosos» determinados comportamentos ou situações que a assunção da gravidez poderia revelar. A Roda da Misericórdia de Lisboa

constitui repositório e registo histórico extraordinariamente expressivo.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

A **Oradora**: — Mas, neste triângulo «Mulher, Homem e Sociedade», só a Mulher é julgada, exposta, devassada, vilipendiada e condenada. Na esmagadora maioria das vezes, o Homem nem aparece ou desaparece e a Sociedade, essa, então, parece que não tem responsabilidades e só dá a cara, institucionalmente organizada, para castigar. Nunca para assumir a sua responsabilidade face à prevenção que não assumiu ou não deixou assumir, nem para a reparação que nunca foi capaz de organizar de forma competente e consistente.

Mas mais, Sr.as e Srs. Deputados: a pena consagrada em Direito Penal não se aplica a todas as mulheres perante a prática do mesmo ilícito. As mais informadas, como já aqui foi dito, as mais fortes, do ponto de vista financeiro e social, resolvem facilmente o problema de uma gravidez indesejada. Para essas não faltam meios nem recursos; aqui, sim, existe verdadeira liberalização.

E pergunto, então: é justa uma sanção que, perante o mesmo crime, se aplica apenas a alguns e, de entre estes, apenas àqueles que são mais frágeis do ponto de vista social e que, por essa via, têm de enfrentar riscos de vida para além do risco da prisão? Onde está, Sr.as e Srs. Deputados, o nosso sentido de justiça?

Como é que pudemos enterrá-lo durante tanto tempo, com explicações públicas que distorcem o que verdadeiramente está em causa? Que legitimidade temos nós para

condenar pela prática de um crime em condições muito restritas, se o mais duro juiz de cada um de nós somos nós próprios? Será que, na maravilhosa aventura da maternidade e da paternidade, o que verdadeiramente é importante é aquilo que nós sabemos hoje ser o menos importante na aventura da vida humana? Será que continuamos a atribuir à

dimensão biológica mais importância que à dimensão psicológica e ambiental, sabendo, como sabemos hoje, que o ambiente em que crescemos e nos moldamos é mais importante que o mero determinismo genético?

Sabemos hoje, Sr.as e Srs. Deputados, que 60% das gravidezes bioquímicas não vão avante por razões naturais e que, em cima destas, 15% das gravidezes clínicas acabam em aborto espontâneo até às 12 semanas.

E sabemos também que sem nidação a gravidez não vai avante — nidação biológica.

Mas — permitam-me, Sr.as e Srs. Deputados — onde entra a outra nidação, a do abrigo, a da casa materna, a do lugar resguardado e protegido pleno de afectos? Todos sabemos que essa é que é a verdadeiramente importante. Nada nos dispensa de trabalharmos no sentido de que o ambiente para tal seja proporcionado no que de nós depende. Esse é, também, o nosso papel. Mas também nada justifica que, na ausência de cumprimento ou de sucesso do cumprimento dessa nossa responsabilidade colectiva, usemos o nosso poder no sentido de castigar quem — e de castigar de forma desproporcionada e impiedosa —, em situação de infortúnio e de angústia, não conseguiu superar múltiplas insuficiências.

Esta matéria não pode ser partidarizada. Ela é transversal, sensível e cada um de nós, explicitamente ou na sua intimidade, saberá responder à pergunta: «sim» ou «não».

Chamados a decidir, como seremos todos, saibamos, todas e todos, estar à altura da nossa indeclinável responsabilidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, está concluído o debate do projecto de resolução n.º 148/X, apresentado pelo PS.

Vamos dar início ao período regimental de votações.

Antes, porém, recordo que, até ao final desta sessão, está a decorrer o processo de eleição do Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, estando as urnas eleitorais colocadas na parte lateral deste Plenário, à vossa esquerda, pelo que as Sr.as e os Srs. Deputados que ainda não exerceram o respectivo direito de voto deverão fazê-lo.

Srs. Deputados, vamos proceder à verificação do quórum de deliberação, utilizando o cartão electrónico.

Os Srs. Deputados que, por alguma razão, tiverem dificuldades em operar o sistema, devem assinalá-lo à Mesa e, posteriormente, proceder à confirmação, junto do serviço de apoio ao Plenário, de que estiveram presentes.

Pausa.

Srs. Deputados, o quadro electrónico regista 206 presenças, às quais se somam mais duas registadas pela Mesa, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Sr.as e Srs. Deputados, vamos, então, proceder à votação do projecto de resolução n.º 148/X — Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas (PS).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do BE, votos contra do PCP, de Os

Verdes, de 1 Deputada do PS e de 1 Deputado do PSD e abstenções do CDS-PP, de 2 Deputadas do PS e de

1 Deputado do PSD.

Está, consequentemente, prejudicada a proposta, apresentada pelo CDS-PP, de substituição da pergunta constante do projecto de resolução n.º 148/X.

O Sr. **Pedro Quartin Graça** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Pedro Quartin Graça** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar que farei entrega na Mesa de uma declaração de voto sobre este projecto de resolução.

A Sr.ª **Matilde Sousa Franco** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

A Sr.ª **Matilde Sousa Franco** (PS): — Sr. Presidente, é igualmente para anunciar que farei enviar à Mesa uma declaração de voto sobre este projecto de resolução.

Discursos proferidos no dia 8 de Março de 2007 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 9 de Março de 2007

Vamos, então, passar à discussão, na especialidade, dispondo cada grupo parlamentar de 3 minutos para sustentar as respectivas posições.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Manso.

A Sr.ª **Ana Manso** (PSD): — Sr. Presidente e Sr.as e Srs. Deputados: Para o PSD, há dois princípios fundamentais dos quais não abdicamos — o da coerência e o do respeito pela palavra dada. Durante a campanha para o referendo, muitos de nós lutámos por princípios, desde o do «sim» à despenalização da mulher, o de pôr fim ao aborto clandestino e o de diminuir o número de abortos na base de uma decisão livre da mulher. Foram estes princípios que mereceram o voto favorável dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — O que não é sério é, depois de o «sim» ter ganho e depois de termos os votos, não respeitarmos integralmente as expectativas criadas e que assumimos ao longo da campanha.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Sim, porque uma coisa é a decisão livre da mulher, a decisão informada, responsável e coerente que sempre defendemos. E isso, em nossa opinião, faz-se através do aconselhamento personalizado, mulher a mulher, caso a caso.

Sim, porque defender o aconselhamento é respeitar a dignidade da mulher para a tomada de uma decisão informada, responsável e coerente.

Dizer o contrário é agir de má fé, é passar um atestado de menoridade às mulheres portuguesas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Mais: é querer desresponsabilizar o Estado do seu papel e da tutela que lhe compete na defesa do direito à vida, no apoio à maternidade e no apoio à mulher.

É pena, é lamentável — tenho de dizê-lo nesta Câmara — que o Partido Socialista não tenha tido disponibilidade e vontade política para, nesta fase do processo legislativo, alargar o consenso que esteve na base do processo de referendo e que deu a vitória ao «sim». Obviamente, a regulamentação da lei teria sido muito mais conforme aos resultados do referendo e ao sentir dos portugueses e, em nossa opinião, só teria tido a ganhar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No passado dia 15 de evereiro, dizia o Sr. Presidente da República: «Espera-se que as forças políticas encontrem soluções moderadas e equilibradas que possam contribuir para atenuar as divisões entre os portugueses. Importa sarar as rupturas que possam ter sido criadas. Importa reduzir as clivagens que possam ter sido criadas porque nos interessa, acima de tudo, sublinhar aquilo que une e não aquilo que divide os portugueses. (…) Eu, como Presidente da República, só posso dizer que, numa matéria que é tão sensível para os portugueses, interessa o máximo consenso possível na Assembleia da República.» Sr. Presidente, o CDS assumiu uma posição ao longo da campanha para o referendo. Perdemos.

Ao contrário de outros, no passado, respeitamos integralmente a decisão dos portugueses mas, acima de tudo, somos coerentes com a nossa posição e consequentes com ela. Durante a campanha, dissemos, tal como o disseram muitos ou quase todos os partidários do «sim», que o aborto é um mal e que esse mal tem de

ser combatido e deve sê-lo. Foi para combater esse mal que propusemos, na especialidade, que a lei contemplasse um aconselhamento obrigatório, um aconselhamento para encorajar a mulher a prosseguir a sua gravidez.

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Foi por isso que, em sede de especialidade, propusemos que a cada mulher que quiser fazer um aborto fosse dada informação relevante, relativamente aos seus direitos sociais, aos seus direitos laborais, às condições em que o Estado e as instituições privadas podem ajudá-la a prosseguir a gravidez.

Foi por isso que, na especialidade, propusemos a proibição de o médico que faz o aborto participar no aconselhamento, para que este último, nomeadamente o que é dado nas clínicas privadas, seja um aconselhamento verdadeiro e não meramente formal, não seja um aconselhamento em que, como dizia um Deputado do Partido Socialista, o médico se limita a dar uns panfletos à mulher. Por último, propusemos também, em sede de especialidade, que a publicidade às clínicas de aborto não fosse permitida, porque não se combate um mal, publicitando o.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Fizemos estas propostas no espírito da lei alemã, aquela lei que foi citada por tantos do lado do «sim» e que, encabeçados pelo Sr. Primeiro-Ministro, pediram o voto dos portugueses, mas que também foi citada por outros que se sentam na bancada do Partido Socialista, como a Deputada Maria de Belém, por outros ainda, que também participaram na campanha, como, por exemplo, o dirigente do Partido Socialista Jorge Coelho, e ainda por insignes constitucionalistas, como Vital Moreira. Hoje, Sr. Presidente, o que aqui vemos é que o Partido Socialista tem uma lei que é diferente da que propôs durante a campanha.

Pela nossa parte, o que fazemos aqui, hoje, em coerência com os nossos valores, em coerência com o que consideramos um mal que queremos combater, é dar ao Partido Socialista a possibilidade de fazer a lei

moderada, a lei sensata, a lei que une os portugueses de que falava o Sr. Presidente da República.

A oportunidade de o fazer está agora nas mãos da maioria. Veremos como é que a vota.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Partido Socialista, orgulhamo-nos de ser coerentes. A coerência que revelamos hoje, nesta Assembleia, deriva do resultado do referendo que se realizou em Portugal. Nós somos coerentes com o mandato que, em face do resultado da votação, os portugueses nos conferiram para legislar nesta Assembleia. Não recuamos.

A questão que sempre considerámos fundamental é a de que a opção da mulher deve ser livre, responsável e consciente.

O que nos divide do PSD, Sr.ª Deputada Ana Manso, é que, agora, a senhora e o seu grupo parlamentar queriam uma opção condicionada. Ora, isso não estava na pergunta e, nesta matéria, a resposta dos portugueses foi clarificadora.

Nós insistimos e persistimos: a opção da mulher é livre, responsável e consciente.

Nesse sentido, toda a informação de que a mulher necessitar é-lhe fornecida, obrigatoriamente, na primeira consulta. Não temos dúvidas e até fomos buscar uma proposta do vosso partido, por forma a aumentar ainda a informação.

Portanto, o aborto não é livre mas também não é condicionado por valores que os portugueses não partilham.

É a essa a nossa diferença.

Aplausos do PS e do BE.

Gostava de dizer também que, findo este processo de muitos anos, em Portugal, ao aprovarmos hoje a lei que facultará a interrupção voluntária da gravidez nos termos referidos no próprio diploma, é curioso verificar que nenhum os partidos que está contra a lei — o CDS e o PSD — encontrou uma única inconstitucionalidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Nenhum de vós referiu nenhuma inconstitucionalidade neste diploma. Apraz-nos registá-lo.

Se calhar, todos estamos de acordo: a lei não contém inconstitucionalidades. Nem o CDS nem o PSD encontraram inconstitucionalidades na lei. Isso tranquiliza-nos bastante.

Ficamos muito tranquilizados com a unanimidade que, neste momento, se regista neste Parlamento, pois nenhuma bancada arguiu qualquer inconstitucionalidade quanto a este diploma.

Por isso, meus caros amigos, meus caros Srs. Deputados, registamos que foi dado um passo significativo, que vamos ter a mulher portuguesa a tomar uma opção livre, consciente e responsável, com acesso a uma consulta em que disporá da informação que é necessária e do aconselhamento que desejar.

Tudo isto tranquiliza-nos e revela que Portugal vai dar um passo em frente nesta matéria.

Aplausos do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este processo legislativo que hoje concluímos é condicionado pela realização de um referendo cujo resultado teve um sentido inequívoco.

O que se perguntava aos portugueses, no referendo, era se concordavam com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada a pedido da mulher, nas primeiras 10 semanas. Na pergunta, não havia qualquer elemento que apontasse para qualquer mecanismo que obstaculizasse esta possibilidade de opção da mulher relativamente à interrupção da sua gravidez.

A decisão livre da mulher é uma decisão que deve ser informada, mas que não pode ser coagida, não pode ser condicionada pela adopção de qualquer mecanismo de pseudo-aconselhamento com carácter obrigatório.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mais: a introdução na lei de qualquer mecanismo dessa natureza conduziria, isso, sim, a uma inconstitucionalidade, porque seria manifestamente contraditória com o resultado obtido no referendo.

Aplausos do PCP, do BE e de Deputados do PS.

Esta figura do aconselhamento obrigatório, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é mais do que a trincheira onde os defensores do «não» hoje se refugiam para poderem justificar o seu sentido de voto contra a despenalização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pelo que já foi anunciado, é claro que, se dependesse do PSD e do CDS-PP, a vontade popular não seria respeitada.

Não houvesse uma maioria parlamentar defensora da despenalização da interrupção voluntária da gravidez e que suportasse aqui aquela que foi a decisão largamente maioritária do eleitorado, se dependesse apenas dos senhores, seguramente o resultado do referendo não seria respeitado, como esperamos manifestamente que seja, honrando esta Assembleia os seus compromissos para com os portugueses.

Aplausos do PCP, do PS, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As propostas cujas discussão e votação na especialidade a direita avocou a Plenário no sentido de alterar o texto final, elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o projecto de lei n.º 19/X, texto esse a que, consensualmente, chegaram os quatro partidos que verdadeiramente defenderam o «sim» no referendo, que foi a solução que venceu no dia 11 de Fevereiro último, eram propostas que vinham coarctar a liberdade de decisão da mulher que ficou consagrada no texto do referendo. E o que é lamentável e não é sério é que um partido que se afirmou como sendo neutro perante o referendo, na realidade, tenha sido responsável por tempos de antena em que, muitas vezes, essa sua neutralidade era posta em causa e não existia na prática.

O que é lamentável é que o PSD tente agora reunificar as suas hostes, depois da pequena divisão que teve durante o referendo à volta de um «não» relativamente forçado, procurando subterfúgios para votar contra um texto final do projecto de lei que é equilibrado e que dá resposta fundamental ao problema do aborto clandestino na sociedade portuguesa.

Isso é que é lamentável, tal como é lamentável que não tenha tido a coragem, como tiveram alguns Srs. Deputados do PSD, de defender o «sim» no referendo e de assumir até ao fim essa ideia, não enganando e não procurando encontrar uma forma de inviabilizar um consenso mais alargado neste Plenário.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O CDS diz respeitar os resultados do referendo, que foram politicamente legitimadores desta lei. No entanto, não é isso que podemos ver na letra e na forma das propostas apresentadas pelo CDS.

Creio que não há qualquer respeito pela vontade popular quando o CDS-PP propõe que alguém que preste uma informação sobre um estabelecimento legal de saúde autorizado a praticar uma interrupção voluntária da gravidez possa ser punido até dois anos de prisão. Passámos de um aborto clandestino para as clínicas clandestinas!…

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Não é nada disso! Leia! Não sabe ler!

O **Orador**: — Isto é respeitar a vontade popular?! Isto é um atropelo total à vontade popular!!

Vozes do BE: — Exactamente!

O **Orador**: — Um aconselhamento obrigatório com a ideia de desencorajar a mulher de praticar uma interrupção voluntária da gravidez é absolutamente contrário ao sentido do referendo!!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O que se pretende é que, por opção da mulher, essa decisão seja tomada e não que ela seja condicionada, pressionada e obrigada, por dissuasão sistemática, a não tomar a decisão que pretendia tomar. Chama-se a isso uma fraude à lei e uma fraude à vontade popular expressa nas urnas no último referendo.

Aplausos do BE, do PS, do PCP e de Os Verdes.

Sr.as e Srs. Deputados, quero tornar extensivas estas críticas ao aconselhamento obrigatório proposto pelo PSD. No entanto, foi bastante importante que, no debate e no sufrágio do referendo, tivessem existido Deputados do PSD que votaram «sim» e outros que votaram «não», expressando as suas posições, e que hoje estejam aqui para fazê-lo, talvez com a notável excepção do líder do PSD, que hoje não se encontra presente para votar…

Risos do BE.

Gostaria de dizer, em especial aos Srs. Deputados que votaram «sim», que compreendo que possam ter reticências em relação ao aconselhamento facultativo. Quero, porém, lembrar-vos que aquilo que nos une é muito mais do que aquilo que nos separa.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Exactamente!

O **Orador**: — O que nos une é a despenalização, é virar uma página de vergonha na História de Portugal e criarmos as condições para que o Serviço Nacional de Saúde e as estruturas do Estado possam dar um apoio directo às mulheres que tomam esta difícil decisão.

Foi isso que nos uniu e continua a ser isso que nos vai unir na votação que vamos fazer daqui a pouco.

Aplausos do BE, do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Campos Ferreira.

O Sr. **Luís Campos Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu estive do lado do «sim», mas de um «sim» equilibrado, com bom senso. Não estive do lado do «sim» da ruptura, nem do «sim» dos extremismos.

E estive do lado do «sim» que não faria um diploma à socapa, à porta fechada, juntamente com a ala extremista da esquerda desta Assembleia. Foi ao lado desse outro «sim» que estive.

Aplausos de Deputados do PSD.

Estive ao lado do «sim» a um diploma que conduzisse, entre outros denominadores comuns, a um que para mim é essencial: o de diminuir o número de abortos em Portugal!

O método e o conteúdo com que os senhores fizeram isto não vos pode deixar de consciência tranquila, não podem dormir bem para esse lado. Não foi essa também a recomendação do Sr. Presidente da República.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Foi a do povo!

O **Orador**: — Este é o «grito de alma» de quem esteve convictamente convosco até determinado caminho e que agora vos deixa, porque vocês atraiçoaram aqueles que acreditaram que era importante resolver este problema. A este «sim», não posso dizer sim!!

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à votação, na especialidade, das propostas de alteração aos artigos 1.º e 2.º do texto final, elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o projecto de lei n.º 19/X — Exclusão da ilicitude de casos de interrupção voluntária da gravidez (PS). Começamos pela votação da proposta de alteração do artigo 1.º, apresentada pelo PSD.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes, votos a favor do PSD e de 2 Deputadas do PS e abstenções do CDS-PP, de 1 Deputada do PS e de 2 Deputados do PSD.

Era a seguinte:

«Artigo1.º

(Alteração do Código Penal)

(…)

4 — O consentimento é prestado:

a) (…)

b) No caso referido na alínea *e*) do n.º 1, em documento assinado pela mulher grávida ou a seu rogo, o qual deve ser entregue no estabelecimento de saúde até ao

momento da intervenção e sempre após o período de reflexão não inferior a três dias a contar da data da realização da primeira consulta de aconselhamento, destinada a encorajar a mulher grávida a evitar a interrupção, facultando-lhe informação relevante que lhe possa abrir perspectivas para o efectivo exercício do seu direito de livre opção entre a interrupção da gravidez e as alternativas de um projecto de vida para a criança.

(…)»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta de alteração do artigo 2.º, apresentada pelo PSD.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes, votos a favor do PSD, do CDS-PP e de 2 Deputadas do PS e abstenções de 1 Deputada do PS e de 2 Deputados do PSD.

Era a seguinte:

«Artigo 2.º

(Consulta, aconselhamento e acompanhamento)

1 — (…)

2 — Os procedimentos do aconselhamento a que se refere a alínea *b*) do n.º 4 do artigo 142.º do Código Penal são definidos por decreto-lei, em termos a definir pelo Governo, devendo proporcionar o conhecimento sobre:

a) (…)

b) As condições de apoio que o Estado pode dar à prossecução da gravidez e à maternidade, bem como sobre os regimes de adopção e de acolhimento familiar;

c) [anterior alínea *b)*];

d) A disponibilidade de acompanhamento por assistente social durante o período de reflexão.

(…)»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, votar a proposta de alteração do artigo 1.º, apresentada pelo CDSPP.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes e de 17 Deputados do PSD, votos a favor do CDS-PP e de 2 Deputadas do PS e abstenções do PSD e de 1 Deputada do PS.

Era a seguinte: «Artigo 1.º **(Alteração do Código Penal)** O artigo 142.º do Código Penal passa a ter a seguinte redacção:

1 — (…)

2 — (…)

3 — Na situação prevista na alínea *e*) do n.º 1, a certificação prevista no número anterior é obtida na sequência do processo regulado na alínea *b*) do n.º 4.

4 — O consentimento é prestado:

a) (…)

b) No caso referido na alínea *e*) do n.º 1, após um período de reflexão não inferior a 3 dias, contados da data da realização da primeira consulta de aconselhamento obrigatório, e através de documento assinado pela mulher grávida ou a rogo desta, a entregar no estabelecimento de saúde até ao momento da intervenção.

5 — No caso referido na alínea *e*) do n.º 1, a consulta de aconselhamento prévia ao consentimento deve ter em conta a protecção da vida intra-uterina, deve orientar-se pelo esforço de encorajar a mulher a prosseguir a gravidez, abrindo-lhe perspectivas para uma vida com a criança, facultando-lhe toda a informação relevante e ajudando-a a tomar uma decisão responsável e em consciência.

6 — Considera-se informação relevante, designadamente, a que diga respeito às condições em que o Estado e as instituições particulares de solidariedade social

podem auxiliar na prossecução da gravidez, apoiar a maternidade, qual o regime legal vigente em matéria de adopção e de acolhimento familiar, quais os direitos laborais da mulher grávida e quais as prestações sociais que pode auferir e respectivo regime legal.

7 — O médico que efectuar a interrupção da gravidez não pode exercer as funções de conselheiro.

8 — (*n.º 5 da proposta de alteração PS/PCP/BE*).

9 — (*n.º 6 da proposta de alteração PS/PCP/BE*).

10 — (*n.º 7 da proposta de alteração PS/PCP/BE*).»

O Sr. **Presidente**: — De seguida, vamos votar a proposta de alteração do artigo 2.º, apresentada pelo CDS-PP.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes e de 17 Deputados do PSD, votos a favor do PSD, do CDS-PP e de 2 Deputadas do PS e a abstenção de 1 Deputada do PS.

Era a seguinte:«Artigo 2.º É aditado um artigo 142.º-A ao Código Penal, com a seguinte redacção: Artigo 142.°-A

Publicidade ilegal à interrupção voluntária da gravidez

1 — Quem, por qualquer modo, oferecer, anunciar, recomendar ou prestar informações sobre os seus próprios serviços, ou de outrem, para a realização de uma interrupção voluntária de gravidez, ou sobre meios, instrumentos ou procedimentos próprios e adequados para a realização de interrupção voluntária da gravidez, com intuito de obter vantagem financeira, é punido com pena de prisão até 2 anos ou de multa até 240 dias.

2 — Não são puníveis as informações prestadas no âmbito do aconselhamento previsto no artigo anterior.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, por último, vamos votar a proposta, apresentada pelo PS e pelo BE, de alteração do artigo 2.º do texto final, elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o projecto de lei n.º 19/X. Esta proposta de alteração tem dois números mas, se não houver objecções, penso que podemos votá-los em conjunto.

Pausa.

Como não há objecções, vamos votar como acabei de anunciar.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes e de 16 Deputados do PSD, votos contra do PSD, do CDS-PP e de 3 Deputadas do PS e a abstenção de 7 Deputados do PSD.

É a seguinte: «Artigo 2.°**(…)**

— (…)

2 — (…)

a) (…)

b) As condições de apoio que o Estado pode dar à prossecução da gravidez e à maternidade;

c) [anterior alínea *b)*];

d) A disponibilidade de acompanhamento por técnico social, durante o período de reflexão.

3 — Para efeitos de garantir, em tempo útil, o acesso efectivo à informação e, se for essa a vontade da mulher, ao acompanhamento facultativo referido nas alíneas *c*) e *d*) do número anterior, os estabelecimentos de saúde, oficiais ou oficialmente reconhecidos, para além de consultas de ginecologia e obstetrícia, devem dispor de serviços de apoio psicológico e de assistência social dirigidos às mulheres grávidas. 4 — (…).»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, agora, proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o projecto de lei n.º 19/X, com a emenda ao artigo 2.º que agora foi aprovada.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes e de 21 Deputados do PSD, votos contra do PSD, do CDS-PP e de 3 Deputadas do PS e a abstenção de 3 Deputados do PSD.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes, de pé.

Neste momento, registaram-se aplausos e manifestações de regozijo de público presente nas galerias.

Peço aos Srs. Agentes da PSP para evacuarem as galerias, porque não pode haver manifestações dessa natureza na Assembleia da República.

Pausa.

Srs. Deputados, temos ainda um parecer da Comissão de Ética para votar, pelo que peço à Sr.ª Secretária que nos dê conta do respectivo texto.

A Sr.ª **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 3.ª Secção do 4.º Juízo Criminal de Lisboa, Processo n.º 4641/03.6-TDLSB, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Pedro Pinto (PSD) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: —Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Ética está em apreciação.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos passar às declarações de voto. Uma vez que já houve grupos parlamentares que adoptaram idêntico procedimento em relação às declarações de voto sobre a lei de defesa nacional, se quiserem agora agrupar, poderão fazê-lo, terão mais tempo regimental, mas se só quiserem concentrar-se nesta última votação final global também poderão fazê-lo.

A primeira oradora inscrita para uma declaração de voto é a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Matilde Sousa Franco** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Matilde Sousa Franco** (PS): — Sr. Presidente, é para informar a Mesa de que apresentarei uma declaração de voto por escrito.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa registou a informação de V. Ex.ª, Sr.ª Deputada.

Tem, então, a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos para uma declaração de voto relativa à votação final global do texto final elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A declaração de voto será, de facto, muito singela e apetece-me começar pela exclamação que foi o símbolo da campanha do PCP no referendo «Agora, sim!»

Passadas mais de duas décadas de luta neste Parlamento, e logo em 1984, em declaração de voto, o PCP afirmava que a lei aprovada não ia resolver o problema do aborto clandestino por ser uma lei «envergonhada », uma lei que, efectivamente, não resolvia os graves problemas de saúde das mulheres, os graves problemas do aborto clandestino.

Quanto a esta lei, que, de facto, é uma lei equilibrada, não compreendo por que é que há quem entenda que ela não tem equilíbrio; uma lei que é, em relação às leis de

outros países, nomeadamente em relação ao número de semanas, uma lei até muito mais «recuada», não vejo onde é que podem acusar esta lei de radical, que, efectivamente, não o é!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Esta é uma lei que, assim seja o Serviço Nacional de Saúde verdadeiramente organizado como deve ser para responder, respeitando a reserva da vida privada e o anonimato das mulheres, esta é verdadeiramente, dizia eu, uma lei que, respeitando a opção da mulher — essa era a palavra importante da pergunta! —, irá permitir um combate que será difícil ao princípio, porque, quando se culpabiliza as mulheres, efectivamente, obriga-se as mulheres a retraírem-se e a não recorrerem aos serviços de saúde. Isso é o que tem sido feito noutros países, por partidários do «não».

Estamos convencidos de que, desta forma, será possível obter o desiderato que nós, no PCP, sempre afirmámos nesta Assembleia: o desiderato de garantir os direitos sexuais e reprodutivos; o desiderato de combater o aborto clandestino e de garantir a saúde e a vida das mulheres.

O sistema de aconselhamento obrigatório era um sistema que violaria a livre opção da mulher, muito mais quando aqui foi proposto que esse sistema de aconselhamento era para demover as mulheres de recorrerem à interrupção voluntária da gravidez. Deu maus resultados na Alemanha! Vão ver as estatísticas da Holanda, em relação às mulheres alemãs que continuaram a recorrer ao sistema da Holanda para realizar a interrupção voluntária da gravidez, porque aquele sistema de aconselhamento de centros privados era um verdadeiro sistema contra a liberdade de opção da mulher.

E foi ainda hoje que ouvi aqui defender uma outra coisa, que seria verdadeiramente inconstitucional, porque violaria a Convenção Europeia dos Direitos do Homem: vi aqui defender a punição como um crime da publicidade às clínicas de aborto. Eu recordaria, a quem assim o defendeu, que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem tem uma exemplar sentença a condenar a Irlanda a indemnizar duas clínicas na Irlanda, a indemnizar associações de estudantes que faziam propaganda às clínicas no estrangeiro, onde as mulheres irlandesas se podem dirigir.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.ª Deputada.

A **Oradora**: — Concluo já, Sr. Presidente.

E condenou a Irlanda em nome do direito à informação e à liberdade de expressão que consta da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. É o caso contra uma das clínicas, lembro-me bem, *Open Door*.

Enfim, termino dizendo que registo, em nome do PCP e em meu nome pessoal, uma grande satisfação, neste dia em que, de facto, as liberdades das mulheres, a responsabilidade da mulher, a racionalidade da mulher foram aqui afirmadas pela maioria deste Parlamento.

Aplausos do PCP, do PS, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Também para proferir uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Pinto.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, no dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, a Assembleia da República votou uma lei que faltava à democracia portuguesa. A criminalização do aborto, a perseguição e condenação das mulheres constituíram, desde o 25 de Abril de 1974, um factor ímpar da discriminação das mulheres que nos colocava no grupo dos países europeus mais atrasados em matéria de direitos humanos.

Data de 4 de Maio de 1974 o primeiro comunicado público sobre a despenalização do aborto, divulgado pelo Movimento de Libertação de Mulheres. E, em Abril de

1979, foi lançada a campanha nacional pelo aborto e contracepção. O primeiro julgamento de uma mulher por aborto, com divulgação nos meios de comunicação social, tem lugar em Julho de 1979: é o julgamento de Conceição Massano.

Em Maio desse mesmo ano, já tinha sido julgada a jornalista Maria Antónia Pala pela realização de uma reportagem televisiva. Os mais recentes julgamentos foram os da Maia, de Setúbal e de Aveiro, em perseguição a mulheres marcadas por uma norma penal discriminatória e injusta. A história do debate sobre a descriminalização do aborto na Assembleia da República começa em 1980, quando deu entrada o primeiro projecto de lei sobre a despenalização do aborto, apresentado pela UDP.

Em 1984, tendo por base as propostas do PCP, foi aprovada uma lei, contemplando uma primeira etapa de mudança do Código Penal.

A história da luta pela despenalização do aborto tem muitos episódios, mas foi preciso lutar até 2007, para que, com o referendo, o povo decidisse acabar com a criminalização da mulher que aborta nas primeiras 10 semanas.

No dia em que votámos uma lei despenalizadora do aborto, não é possível recordar alguns aspectos deste percurso sem lembrar Natália Correia, que com a sua argúcia marcou para sempre os debates parlamentares

com o seu célebre poema, lido da bancada do PSD.

Aplausos do BE e do PS.

Em nome do respeito pelas mulheres, o Bloco de Esquerda orgulha-se de ter estado sempre do lado da solução descriminalizadora.

O Bloco de Esquerda disputou a vitória do «sim» no referendo, contribuindo para a grande maioria social que se expressou nas urnas.

Não nos arrependemos desse percurso, dessa experiência e dessa vitória, a vitória para que tantas mulheres e tantos homens contribuíram.

Por isso aprovámos hoje uma lei, moderna e equilibrada. Uma lei responsável, que fará o seu caminho e contribuirá para a defesa da saúde das mulheres e para o fim do aborto clandestino. Os sectores mais conservadores da nossa sociedade, aqueles que sempre tentaram bloquear todos os avanços no planeamento familiar, na contracepção, na educação sexual, na procriação medicamente assistida, foram derrotados nas urnas. Têm muita dificuldade em se conformar com esse resultado, mas a vida não anda para trás, e esta lei é aqui aprovada em respeito pela vontade popular.

E é em nome do respeito por essa vontade popular que não aceitamos instituir um novo tribunal de consciências para pressionar ou condicionar a mulher que chega a um hospital, quando a resposta do referendo aceita explicitamente a responsabilidade e a liberdade de opção da mulher.

Por isso recusamos as propostas com que essa direita que defendeu a criminalização das mulheres quis, à última da hora, vingar-se do resultado do referendo popular.

Com a vitória da democracia e do respeito pelas mulheres, a partir de hoje, 8 de Março de 2007, nada será como dantes!

Aplausos do BE e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, também para uma declaração de voto.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Com a votação e aprovação do projecto de lei n.º 19/X termina, finalmente, um longo processo no qual o Partido Ecologista «Os Verdes» se empenhou com determinação para alterar uma realidade vergonhosa e preocupante na nossa sociedade, a do aborto clandestino.

Por isso, o Partido Ecologista «Os Verdes» congratula-se com a aprovação deste projecto de lei que altera o Código Penal no sentido de despenalizar a interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas, pelo que ele significa para as mulheres portuguesas e para Portugal. É um projecto de lei sensato e equilibrado, que respeita a objecção de consciência, que prevê a informação e o acompanhamento médico no âmbito do serviço nacional de saúde, mas que respeita, acima de tudo, o resultado do referendo, em que o «sim» obteve uma vitória inequívoca, fundamentalmente porque os portugueses não querem que uma mulher que se vê forçada a recorrer ao aborto como última opção

seja perseguida, veja a sua intimidade devassada na praça pública, seja julgada e condenada.

Face a uma lei que estava desfasada da realidade, das necessidades da sociedade portuguesa, a única opção, de facto, era mudar essa lei. Para combater a vergonha, a mutilação e a morte que oferecia o aborto praticado na clandestinidade, sem quaisquer condições de higiene e segurança ou dignidade para a mulher. Uma realidade que, sendo subterrânea e silenciosa, gritava e clamava por uma resposta, por uma solução para um gravíssimo problema de saúde pública e um flagelo social.

Com esta lei, é dado um importante passo em frente na defesa do direito a uma sexualidade plena, à saúde reprodutiva, à maternidade desejável e responsável e à dignidade da mulher, o que constitui uma vitória da sociedade portuguesa. Cumpre agora garantir que o Estado desempenhe o seu papel global, garantindo a educação sexual, a contracepção, o planeamento familiar e o acompanhamento destas situações no âmbito do Serviço Nacional

de Saúde, em condições de igualdade e de justiça. É um imperativo da democracia portuguesa.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Manso.

A Sr.ª **Ana Manso** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas anunciar que um grupo de Deputados do PSD vai apresentar uma declaração de voto sobre a votação final global que acabámos de realizar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Também para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal vira, hoje, uma página negra da sua história — a do aborto clandestino, a da humilhação, a da indignidade, a do medo, a de uma lei socialmente injusta e inadequada.

A vitória do «sim» no referendo resultou do empenho de vários movimentos cívicos que se mobilizaram na defesa de uma sociedade plural, livre e mais respeitadora dos direitos humanos, que merecem, por isso, todos sem excepção, um reconhecimento público do nosso apreço assim como o aplauso pelo trabalho desenvolvido.

Os partidos políticos tiveram um papel determinante na mobilização e na consciencialização do grave problema de saúde pública, de desrespeito pelos direitos humanos e de iniquidade penal que vivemos nestes últimos 23 anos.

O Partido Socialista, como partido responsável, assumiu este combate com determinação na defesa da alteração da lei penal que nos aproxima, hoje, dos nossos congéneres europeus. Com o resultado alcançado, acima de tudo, quem ganhou foram as mulheres e as famílias portuguesas, que poderão, agora, recorrer a uma interrupção voluntária da gravidez em condições de saúde dignas. Cumpriu-se mais

um pouco o princípio da igualdade de oportunidades, com o acesso aos cuidados de saúde para todos.

O Partido Socialista honrou o seu compromisso eleitoral: realizar um referendo para mudar a lei penal com o objectivo de acabar com as perseguições e investigações criminais, com os julgamentos, com as condenações. Realizar um referendo e respeitar o seu resultado, fosse qual fosse.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os portugueses deram uma resposta positiva à alteração ao Código Penal e aqui estamos, mais uma vez, a cumprir o que prometemos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — A aprovação da nova lei penal sobre a interrupção voluntária da gravidez, seguindo as melhores práticas europeias, consagrando uma consulta médica obrigatória, a disponibilização de toda a informação médica e social e a previsão de um período de reflexão, é o espelho do nosso compromisso com os portugueses.

Congratulamo-nos, assim, com o amplo consenso atingido no espectro parlamentar e com o esforço de todos para a construção de uma lei equilibrada, sensata, moderada e justa, consequente com a vontade popular expressa no referendo.

Mas, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, é dia de relembrar todas quantas, ao longo destes 23 anos, morreram vítimas de aborto clandestino e todos quantos sofreram com as perseguições e investigações criminais. Também foi por eles que esta lei foi alterada.

Vozes do PS: — Muito bem!

A **Oradora**: — Portugal começou a mudar no dia 11 de Fevereiro, mas fica hoje mais tolerante, mais justo e mais europeu. A mudança posta em movimento no dia 11 culminou hoje, com a aprovação, em votação final global, da alteração do artigo 142.º do Código Penal. Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A partir de hoje, terminará a ameaça de prisão das mulheres e a sua sujeição ao calvário de um processo judicial, o qual não podia ser a resposta justa para o drama vivido por muitas mulheres portuguesas.

A partir de hoje, serão proporcionadas as condições para fazer acompanhar a decisão de abortar de mecanismos de apoio social, informação e reflexão da mulher que o pretenda fazer. A partir de hoje, dá-se um passo de gigante para combater o aborto clandestino, viabilizando-se uma alternativa legal com garantia de condições de saúde e dignidade para as mulheres, designadamente as mais frágeis e desprotegidas, nos planos cultural, económico e social. Porque, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a partir de hoje, a interrupção voluntária da gravidez quando realizada até às 10 semanas, por opção da mulher, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, deixará de ser crime. Finalmente! Hoje, por uma coincidência feliz, uma vez que se comemora o Dia Internacional da Mulher, dia 8 de Março, deu-se um passo de gigante para aperfeiçoar a igualdade inscrita nas promessas de Abril.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes

.O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, os nossos trabalhos estão concluídos.

Discursos proferidos no dia 12 de Abril de 2007 e publicados em *Diário da Assembleia da República* a 13 de Abril de 2007

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, do período de antes da ordem do dia consta leitura da mensagem do Presidente da República, enviada à Assembleia nos termos do artigo 133.º, alínea *d*), da Constituição, a qual passo a ler: «Nos termos do artigo 134.º, alínea *b*), da Constituição, decidi promulgar como lei o Decreto n.º 112/X, da Assembleia da República, que regulou a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez. No uso da faculdade prevista na alínea *d*) do artigo 133.º da Constituição, entendi fazer acompanhar o acto de promulgação de uma mensagem à Assembleia da República.

1 — Como é do conhecimento público, o Decreto n.º 112/X foi aprovado na sequência do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez que se realizou no dia 11 de Fevereiro de 2007, o qual não logrou obter a participação de votantes necessária para que o mesmo se revestisse, nos termos do artigo 115.º, n.º 11, da Constituição, de carácter juridicamente vinculativo.

2 — Não se encontrando a Assembleia da República juridicamente vinculada aos resultados do citado referendo, entendeu, todavia, o legislador, no uso de uma competência que a Constituição lhe atribui, fazer aprovar o Decreto que agora me foi submetido a promulgação.

3 — Para esse efeito, terá por certo concorrido a circunstância, a que o Presidente da República não pode ser indiferente, de naquele referendo ter sido apurada uma percentagem de 59,25% de votos favoráveis

à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nas condições e nos termos expressos na pergunta submetida à consulta popular e cuja constitucionalidade o Tribunal Constitucional, através do seu Acórdão n.º 617/2006, deu por verificada.

4 — De igual modo, não pode o Presidente da República ser indiferente à circunstância de o Decreto n.º 112/X ter sido aprovado por uma larga maioria parlamentar.

5 — Considero, todavia, que existe um conjunto de matérias que deve merecer especial atenção por parte dos titulares do poder legislativo e regulamentar, de modo a que, da concretização da legislação ora aprovada e de outras leis a emitir no futuro, se assegure um equilíbrio razoável entre os diversos interesses em presença.

6 — Assim, prevendo a lei que a «informação relevante para a formação da decisão livre, consciente e responsável» da mulher grávida, a que se refere a alínea *b*) do n.º 4 do artigo 142.º do Código Penal, seja definida através de portaria — opção que se afigura questionável, dada a extrema sensibilidade da matéria em causa — importa, desde logo, que a mulher seja informada, nomeadamente sobre o nível de desenvolvimento do embrião, mostrando-se-lhe a respectiva ecografia, sobre os métodos utilizados para a interrupção da gravidez e sobre as possíveis consequências desta para a sua saúde física e psíquica.

A existência de um «período de reflexão» só faz sentido, em meu entender, se, antes ou durante esse período, a mulher grávida tiver acesso ao máximo de informação sobre um acto cujas consequências serão sempre irreversíveis. E a decisão só será inteiramente livre e esc1arecida se tiver por base toda a informação disponível sobre a matéria.

Por outro lado, afigura-se extremamente importante que o médico, que terá de ajuizar sobre a capacidade de a mulher emitir consentimento informado, a possa questionar sobre o motivo pelo qual decidiu interromper a gravidez, sem que daí resulte um qualquer constrangimento da sua liberdade de decisão.

Parece ser também razoável que o progenitor masculino possa estar presente na consulta obrigatória e no acompanhamento psicológico e social durante o período de reflexão, se assim o desejar e a mulher não se opuser, sem prejuízo de a decisão final pertencer exclusivamente à mulher. É ainda aconselhável que à mulher seja dado conhecimento sobre a possibilidade de encaminhamento da criança para adopção, no âmbito da informação disponibilizada acerca dos apoios que o Estado pode dar à prossecução da gravidez, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 2.º da presente lei.

A transmissão desta informação deve revestir-se de um conteúdo efectivo e concreto, não podendo cingir-se a uma mera formalidade, antes tendo de incluir todos e quaisquer elementos que esclareçam a mulher sobre a existência de procedimentos, medidas e locais de apoio do Estado à prossecução da gravidez e à maternidade.

A disponibilização da informação acima referida constitui algo que não só não contende com a liberdade de decisão da mulher como representa, pelo contrário, um elemento extremamente importante, ou até mesmo essencial, para que essa decisão seja formada, seja em que sentido for, nas condições mais adequadas — quer para a preservação do seu bem-estar psicológico no futuro, quer para um correcto

juízo de ponderação quanto aos interesses conflituantes em presença, quer, enfim, quanto às irreparáveis consequências do acto em si mesmo considerado.

7 — Tendo em conta que o acompanhamento psicológico e social, durante o período de reflexão que precede a interrupção da gravidez, pode ser prestado não apenas em estabelecimentos oficiais mas também em estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos (v. g., clínicas privadas especialmente dedicadas a esse fim), importa que o Estado assegure uma adequada fiscalização, designadamente através da implementação de um sistema de controlo da qualidade profissional e deontológica e, bem assim, da isenção daqueles que procedem a tal acompanhamento.

Na verdade, podendo não existir separação entre o estabelecimento onde é realizado o acompanhamento psicológico e social e aquele em que se efectua a interrupção da gravidez e tendo a lei procurado garantir a imparcialidade e a isenção dos profissionais de saúde — determinando-se, nomeadamente, que o médico que realize a interrupção não seja o mesmo que certifica a verificação das circunstâncias que a tornam não punível —, considero que salvaguardas do mesmo teor devem ser asseguradas no que respeita ao acompanhamento psicológico e social, especialmente quando a interrupção da gravidez é realizada numa clínica privada.

Além disso, o Estado não pode demitir-se da função de criar uma rede pública de acompanhamento psicológico e social para as mulheres que o pretendam ou de apoiar a acção realizada neste domínio por entidades privadas sem fins lucrativos.

8 — Para além do plano regulamentar, a exclusão dos profissionais de saúde que invoquem a objecção de consciência, prevista no n.º 2 do artigo 6.º, parece assentar num pressuposto, de todo em todo indemonstrado e ademais eventualmente lesivo da dignidade profissional dos médicos, de que aqueles tenderão a extravasar os limites impostos por lei e, além de informarem a mulher, irão procurar condicioná- la ou mesmo pressioná-la no sentido de esta optar pela prossecução da gravidez. Não parece que a invocação da objecção de consciência à prática da interrupção da gravidez constitua, em si mesma, motivo para a desqualificação dos médicos para a prática de um acto de outra natureza — a realização de uma consulta com um conteúdo clínico informativo.

Esta exclusão é tanto mais inexplicável quanto, em situações onde podem existir legítimos motivos para suspeitar da imparcialidade e da isenção dos prestadores da

informação, o legislador nada previu, nem evidenciou idênticas preocupações quanto à salvaguarda da autonomia das mulheres.

9 — Além disso, é legítimo colocar a dúvida sobre se a invocação do direito à objecção de consciência pelos médicos e outros profissionais de saúde tem de ser feita obrigatória e exclusivamente de modo geral e abstracto — o que parece desproporcionado — ou se poderá ser realizada também selectivamente, de acordo com circunstâncias específicas transmitidas pela mulher, nomeadamente o recurso reiterado à interrupção da gravidez, a existência de pressão de outrem para a decisão tomada ou mesmo o sexo do embrião, cada vez mais precocemente determinável.

10 — Considero que devem ser delimitadas de forma rigorosa as situações de urgência em que a interrupção da gravidez pode ter lugar sem a obtenção do consentimento escrito da mulher e sem observância do período de reflexão mínimo de três dias, nos termos do n.º 6 do artigo 142.º do Código Penal. Esta questão ganha agora uma acuidade acrescida com a despenalização da interrupção da gravidez, por opção da mulher, até às 10 semanas.

11 — Sendo a interrupção da gravidez um mal social a prevenir, como foi amplamente reconhecido por todas as forças que participaram na campanha do referendo, será anómalo que o legislador não tome providências que visem restringir ou disciplinar a publicidade comercial da oferta de serviços de interrupção da gravidez.

Assim, à semelhança do que fez em relação a outros males sociais, devem proscrever-se, nomeadamente, formas de publicidade que favoreçam a prática generalizada e sistemática da interrupção voluntária da gravidez, em detrimento de métodos de planeamento familiar cujo acesso o Estado está obrigado a promover e que, nos termos da presente lei, se encontra vinculado a transmitir à mulher.

12 — Justamente no quadro do planeamento familiar, tem igualmente o Estado a obrigação, agora ainda mais vincada, de levar a cabo uma adequada política de promoção de uma sexualidade responsável e de apoio à natalidade.

13 — Registei o progresso efectuado no sentido de aproximar o conteúdo do diploma das soluções
contidas na generalidade das legislações europeias nesta matéria, através da proposta de alteração apresentada no Plenário da Assembleia da República no dia 8 de Março, que determinou a obrigatoriedade de a mulher que se proponha interromper a gravidez ser informada sobre «as condições de apoio que o Estado pode dar à prossecução da gravidez e à maternidade».

14 — Considero ainda que, se o processo legislativo em causa tivesse beneficiado de um maior amadurecimento e ponderação, talvez daí resultassem, como seria desejável, um consenso político mais alargado e soluções mais claras em domínios que se afiguram de extrema relevância, alguns dos quais atrás se deixaram identificados, a título exemplificativo.

Após a sua entrada em vigor, caberá então verificar se, na prática, esta lei contribui efectivamente para uma diminuição não só do aborto clandestino como também do aborto em geral, o que implica uma avaliação dos resultados do presente diploma, a realizar pelo legislador num prazo razoável.

15 — De todo o modo, no Decreto n.º 112/X, aprovado por uma ampla maioria, encontram-se reunidas, no essencial, as condições para que se dê cumprimento aos resultados da consulta popular realizada no dia 11 de Fevereiro de 2007 e à pergunta então submetida a referendo.

Além disso, os aperfeiçoamentos introduzidos no decurso do debate parlamentar constituem, na medida em que se tenham em consideração as observações atrás

formuladas, um passo para conciliar a liberdade da mulher e a protecção da vida humana intra-uterina, valor de que o Estado português não pode, de modo algum, alhear-se.

Lisboa, 10 de Abril de 2007.»

É deste teor a mensagem que nos é dirigida pelo Sr. Presidente da República no acto de promulgação do decreto da Assembleia sobre as matérias constantes do tema da mensagem.

Está aberto um período de intervenções sobre esta mensagem presidencial por parte dos grupos parlamentares, que dispõem para tal de 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ouve e respeita as opiniões do Sr. Presidente da República. Porém, na verdade, a Assembleia da República aprovou uma lei por consenso generalizado. Esta é a lei de que Portugal irá dispor nos próximos tempos para que as mulheres, aquelas que durante muitos anos foram vítimas de perseguição, possam tirar de cima dos seus ombros o peso da perseguição, pela polícia e pelos tribunais, por um crime cujo ilícito nunca o deveria ter sido. Trata-se de uma lei que, num Estado de direito democrático, segue os seus trâmites normais, ou seja, daqui em diante compete ao Governo regulamentá-la da forma como a própria lei o prevê: através de portaria. Portanto, é neste domínio que, num Estado de direito democrático, nos enquadramos. Se é verdade — e repito — que respeitamos a opinião do Sr. Presidente da República, também devemos realçar que o próprio Sr. Presidente da República dá um contributo decisivo para que Portugal possa dispor dessa lei: em primeiro lugar, por considerá-la não inconstitucional, ou seja, não levantou qualquer questão de inconstitucionalidade; e por, em segundo lugar, ao promulgar a lei, viabilizar que Portugal ficasse ao nível dos outros Estados europeus no domínio da ilicitude no que diz respeito à interrupção voluntária da gravidez.

Ou seja, registamos o contributo do Sr. Presidente da República para a entrada em vigor da lei.

Foi na X Legislatura que a Assembleia da República produziu uma lei que honra a própria Assembleia da República, que honra os direitos das mulheres — e o Partido Socialista congratula-se com esse facto. Por isso mesmo, não há que estranhar a mensagem do Sr. Presidente da República quanto às relações instituições entre dois órgãos de soberania — o Sr. Presidente da República e a Assembleia da República.

Nós cumprimos a nossa missão: aprovámos a lei na decorrência de um referendo nacional, fizemos aquilo que devíamos ter feito, interpretámos correctamente a posição dos portugueses sobre essa matéria. Nesse sentido, todos os órgãos de soberania funcionaram, a democracia funcionou e os portugueses, e de uma forma particular as portuguesas, dispõem de uma nova lei. Aguardamos com a naturalidade que existe num Estado de direito democrático que a lei seja regulamentada.

Aqui registamos o facto de Portugal ter dado um passo em frente, de ficarmos mais iguais aos nossos parceiros e de a democracia ter ganho com essa nova lei.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Social-Democrata leu com muita atenção e registou a mensagem do Sr. Presidente da República, mensagem esta na qual pretendeu deixar claro que alguns dos aspectos da lei aprovada nesta Assembleia são discutíveis e que deveriam ter merecido, em alguns casos, outra ponderação.

Na parte em que devem merecer ponderação, esta mensagem, sendo dirigida à Assembleia da República, dirige-se fundamentalmente a quem a vai regulamentar e quem a vai regulamentar é o Governo, uma vez que a lei aprovada aqui, na Assembleia da República, remeteu para o Governo essa mesma competência. Como tal, é bom que o Governo tome boa nota destas posições colocadas na mensagem do Sr. Presidente da República, algumas delas bastante pertinentes e outras, de resto, também suscitadas pelos Deputados do PSD aquando do debate aqui ocorrido.

A título de exemplo cito três que me parecem que, de uma forma mais clara, deveriam merecer uma atenção especial.

Por um lado, o tipo e o conteúdo do aconselhamento à mulher. Por outro, a não exclusão liminar dos médicos objectores de consciência, que é algo, de facto, bastante incompreensível. Em terceiro lugar, a questão da proibição da publicidade. O aborto é um mal em si mesmo, como o Sr. Presidente da República diz nesta mensagem e como todas as bancadas deste Hemiciclo o disseram durante o período da campanha do referendo. Como tal, não se compreenderá que, numa sociedade como a nossa, num Estado de direito como o nosso, possa ser permitida a publicidade ao aborto.

Uma última palavra, Sr. Presidente, para nos associarmos também à preocupação manifestada pelo Sr. Presidente da República na parte final da sua mensagem quando lamenta — o que nós também fazemos — a forma sectária…

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sectária?... Onde é que viu isso?

O **Orador**: — … com que a maioria socialista nesta Assembleia entendeu que a lei deveria ser aprovada, deixando de fora uma parte significativa deste Parlamento.

Foi uma atitude, de facto, sectária, que não visou procurar um consenso o mais abrangente possível; não procurou aproximar posições, quando todos sabemos que em algumas matérias isso teria sido possível.

Queremos deixar aqui o nosso lamento relativamente a esse procedimento e, também nesse aspecto, nos associamos à mensagem do Sr. Presidente da República.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a mensagem que o Sr. Presidente da República enviou ao Parlamento — sem ter utilizado os poderes constitucionais de veto político ou de remissão do decreto para o Tribunal Constitucional — é importante e deve ser especialmente atendida em alguns dos seus vectores fundamentais.

Em primeiro lugar, como o Grupo Parlamentar do CDS-PP tem afirmado, demonstra uma visão de impossibilidade de se deixar de atender a uma maioria num referendo, por muito que isso nos custe, por muito que não nos agrade.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em segundo lugar, analisa o processo legislativo na Assembleia da República e refere que o mesmo necessitaria de mais amadurecimento e ponderação. O CDS sempre aqui o afirmou: a pressa é má conselheira numa situação com a delicadeza desta.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em terceiro lugar, salientamos também a referência à necessidade de uma grande informação quanto a esta matéria e manifestamos a nossa estranheza por se ter deixado para uma simples portaria a determinação do que deve ser essa informação.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Consideramos que uma decisão livre é sempre uma decisão responsável. Por isso mesmo, salientamos a necessidade de uma grande fiscalização quanto ao cumprimento desta legislação e da sua regulamentação e ainda a necessidade de se tomar em atenção a essencial vertente social, que deve ser bem explicada, desde logo, em relação aos mecanismos da adopção. Não defendemos uma informação de natureza formal, não defendemos uma informação que não tenha em atenção as tão referidas «boas práticas» europeias.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Para terminar, devemos salientar o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro ontem afirmou que é «um gosto trabalhar com este Presidente da República». Esperamos, com sinceridade, que o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo também tenham gosto em ouvir as mensagens do Presidente da República e que, por isso mesmo, assumam a sua responsabilidade e, com toda a sinceridade, esperamos que, na regulamentação, prevaleça o bom-senso que tantas vezes tem faltado nesta matéria.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, em relação à mensagem que estamos a analisar, cumpre salientar, em primeiro lugar, o principal facto que ela nos transmite, que é o de que a lei foi promulgada. Este é, no fundo, o principal facto que decorre desta mensagem. É também muito importante salientar que o Presidente da República não entendeu necessário enviar a lei para fiscalização preventiva da constitucionalidade, confirmando o que dissemos nesta Assembleia aquando da discussão deste texto, isto é, que esta lei não tem qualquer problema de constitucionalidade, estando, portanto, livre dessa consideração.

A mensagem do Presidente da República à Assembleia da República é uma faculdade prevista, e a sua utilização é, evidentemente, legítima e está ao dispor do Presidente da República.

Já quanto ao conteúdo da mensagem, julgamos que são necessárias algumas considerações. A primeira para dizer que a mensagem dirige-se à Assembleia da República, mas o seu conteúdo dirige-se à regulamentação que o Governo irá fazer sobre ela. Nalguns aspectos, é até uma espécie de guião para essa regulamentação, na opinião do Sr. Presidente da República. A mensagem, em vários pontos (temos de o dizer), enforma de um pressuposto de desconfiança em relação à decisão das mulheres e à sua capacidade de decisão livre e responsável. Perante isto, penso que devemos salientar dois factos incontornáveis: um facto político, que é o referendo e a sua decisão clara e politicamente inequívoca, favorável à despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas, por opção da mulher. E outro facto, que é político e jurídico, consiste na aprovação, pela Assembleia da República, de uma lei com uma maioria politicamente muito reforçada — o PS, o PCP, o Bloco de Esquerda, Os Verdes e 21 Deputados do PSD votaram a favor desta lei —, o que é, politica e juridicamente, incontornável.

Esta lei definiu as condições e os procedimentos que quis e afastou os que não quis. A lei procurou encontrar uma formulação equilibrada e consciente das suas opções.

A regulamentação desta lei terá de tratar da sua aplicação concreta e não da sua extensão nem da sua restrição. E se a lei não refere a questão da obrigatoriedade de conter informação sobre a adopção, incluí-la na regulamentação será alterar o sentido da lei. Se a lei não incluiu informação, como é proposto pelo Sr. Presidente da

República, sobre o nível de desenvolvimento do embrião e, sim, sobre os riscos da interrupção da gravidez, incluí-la na regulamentação seria alterar a lei.

A lei e o referendo definiram que o recurso à interrupção voluntária da gravidez seria por opção da mulher. Definir que a mulher tem de dizer ao médico a razão da sua opção será evidentemente condicioná- la.

Outras considerações seriam possíveis a propósito desta mensagem, mas julgo que podemos concluir dizendo que a lei foi promulgada, que a partir de agora poderemos ter uma lei que trata as mulheres com dignidade e não como criminosas e que a regulamentação e a aplicação da lei devem continuar a manter a atenção da Assembleia da República.

Aplausos do PCP e de Deputados do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Os Verdes também entendem que o primeiro facto a relevar nesta mensagem do Sr. Presidente da República é, com efeito, a promulgação desta lei. De resto, outra coisa não seria de esperar, depois de todo o processo que decorreu e da forma como culminou. Portanto, fica o registo da promulgação da lei e do culminar deste processo legislativo.

Entendeu, contudo, o Sr. Presidente da República associar a esta prorrogação uma mensagem à Assembleia da República onde inclui um conjunto de recomendações ao Parlamento e substancialmente ao Governo.

A interpretação que Os Verdes fazem da mensagem do Sr. Presidente da República é a de que ela não constitui mais do que uma palavra de conforto àqueles que não queriam a promulgação desta lei.

Entendemos também que o Sr. Presidente da República sabia que muitas das recomendações que fez não têm qualquer consequência prática, na medida em que muitas delas contrariam claramente o que consta do decreto que acabou por promulgar.

Neste sentido, e feita a leitura destas recomendações, Os Verdes consideram que algumas delas são claramente excessivas, porque, como referimos, acabam mesmo por contrariar directamente o debate que se promoveu aqui, na Assembleia da República, que culminou justamente neste decreto agora promulgado, acabando por contrariar também alguns dos objectivos previstos nessa mesma lei.

Para dar alguns exemplos já aqui focados por outros Srs. Deputados, o facto de um médico objector de consciência poder informar ou proceder à consulta obrigatória que precede o período de reflexão visa claramente promover um aconselhamento à mulher no sentido de procurar dissuadi-la da decisão que tomou de proceder à interrupção voluntária da gravidez, ou mesmo o encaminhamento para adopção constitui também esse objectivo, ou ainda o facto de se poder sujeitar a mulher a um interrogatório, designadamente com o objectivo de que aquela revele o motivo que a levou a decidir interromper a sua gravidez.

Consideramos que o próprio Sr. Presidente da República sabia que estas recomendações não poderiam ter efeito prático — e, na verdade, o que constituíram foi, de facto, uma palavra de conforto àqueles que lhe pediram a não promulgação da lei —, mas assustámo-nos quando, de imediato, ouvimos reacções quer do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares quer do Sr. Ministro da Saúde, que, imediatamente e publicamente, garantiram que as recomendações do Sr. Presidente da República seriam tidas em conta na regulamentação da lei. Mas, ao que parece, o Partido Socialista depressa percebeu que aquelas constituíam uma clara contradição

com o que vem estipulado na lei, e asseguraram publicamente, hoje, que essas recomendações não seriam tidas em conta.

Por fim, o Sr. Presidente da República não o disse, mas Os Verdes dizem, porque consideramos que é importante: não há apoio à natalidade sem uma melhoria concreta das condições de vida das pessoas e das famílias, e a promoção da educação sexual nas escolas é determinante para garantir a plenitude de uma sexualidade feliz, plena, consciente e responsável.

Aplausos de Os Verdes e de Deputados do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda entende que o Sr. Presidente da República, muito mais do que os seus antecessores, tem tido a iniciativa de se dirigir à Assembleia da República sob a forma de mensagem. Entendemos esta prática como positiva, porquanto é bom, é salutar e é positivo para a democracia política que conheçamos as posições políticas e tenhamos a oportunidade de as debater aqui, na Casa da democracia.

Sobre a mensagem em apreço, entendemos que o facto relevante em si mesmo é a promulgação da lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas. Trata-se de uma promulgação feita sem qualquer dúvida de constitucionalidade e que visa uma nova experiência na sociedade portuguesa, do ponto de vista dos direitos das mulheres, da consideração da saúde pública, sendo um «virar de página», que era uma página de ignomínia e de divisão na sociedade portuguesa.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — Outros aspectos da mensagem do Sr. Presidente da República reflectem tão-somente, e com o devido respeito, opiniões próprias, que devemos todos valorar (vindas de onde vêm), mas que mais não são do que isso e que, de um modo geral, têm duas características: ou, na óptica do Sr. Presidente da República, se destinam a condicionar a livre decisão da mulher de realizar uma interrupção voluntária da gravidez; ou então tentam criar uma situação em que, não havendo uma infracção penal, há sempre uma infracção moral, que é uma ideia de que discordamos radicalmente, mas que é devida a uma concepção conservadora da sociedade da qual não partilhamos.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — Por outro lado, é importante anotar que, neste debate, nenhum grupo parlamentar suscitou qualquer crítica à promulgação da lei, nem sequer a alegadas inconstitucionalidades da mesma, o que já é uma mais-valia em relação à mensagem do Sr. Presidente da República.

Uma última nota acerca da regulamentação da lei. Todos cremos, nas bancadas e os Deputados que alargadamente a votaram, que não será por via regulamentar que serão incluídas as propostas que foram objecto de propositura aqui, na Assembleia da República, e que, todas elas, todas sem excepção, foram derrotadas democraticamente neste Hemiciclo. Só podemos acreditar que o Governo, em boa linha com o que foram as decisões da Assembleia da República, procederá, tão cedo quanto possível, à necessária regulamentação.

A nossa consciência, neste aspecto, não tem a objecção do tempo, nem seremos coniventes com objecções de consciência alargadas da sociedade, que visam tão-somente uma má consciência em relação aos tempos anteriores.